Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4571 | Sexta-feira - 28 de Junho de 2024 | Florianópolis/SC

SUMÁRIO

MUNICÍPIOS

Abelardo Luz 3
Agrolândia 86
Água Doce 87
Águas Frias 88
Águas Mornas 89
Alfredo Wagner 90
Anchieta 166
Antônio Carlos 167
Apiuna 171
Arabutã 198
Araquari 199
Araranguá 200
Arroio Trinta 202
Ascurra 207
Balneário Arroio do Silva 210
Balneário Barra do Sul 211
Balneário Camboriú 212
Balneário Gaivota 222
Balneário Piçarras 223
Barra Bonita 237
Barra Velha 248
Bela Vista do Toldo 260
Benedito Novo 264
Biguaçu 350
Blumenau 370
Bombinhas 439
Bom Jesus 429
Bom Jesus do Oeste 431
Braço do Norte 441
Braço do Trombudo 443
Brunópolis 444
Brusque 482
Caçador 572
Calmon 594
Camboriú 595
Campo Alegre 599
Campo Erê 608
Campos Novos 609
Canelinha 628
Canoinhas 629
Capão Alto 658
Capinzal 668
Capivari de Baixo 669
Celso Ramos 671
Chapadão do Lageado 672
Chapecó 673
Cocal do Sul 712
Coronel Martins 715
Corupá 716
Cunha Porã 726
Curitibanos 729
Dionisio Cerqueira 769
Ermo 770
Erval Velho 771
Faxinal dos Guedes 836
Flor do Sertão 849
Formosa do Sul 1044
Forquilhinha 1048
Fraiburgo 1050
Galvão 1076
Garuva 1085
Gaspar 1092
Governador Celso Ramos 1101
Grão Pará 1103
Guaramirim 1235
Ibiam 1244
Ibicaré 1248
Ibirama 1249
Içara 1263
Imbituba 1266
Ipira 1277
Iporã do Oeste 1287
Ipuaçu 1293
Ipumirim 1294
Irani 1297
Irineópolis 1300
Itá 1306
Itaiópolis 1316
Itapema 1331
Itapiranga 1333
Ituporanga 1334
Jaborá 1336
Jaguaruna 1337
Jaraguá do Sul 1343
Joaçaba 1391
Jupiá 1415
Lages 1420
Laguna 1448
Lauro Muller 1484
Lebon Regis 1485
Leoberto Leal 1487
Lindóia do Sul 1488
Lontras 1489
Luiz Alves 1493
Macieira 1495
Mafra 1498
Major Gercino 1505
Major Vieira 1506
Maravilha 1507
Massaranduba 1509
Matos Costa 1511
Meleiro 1512
Mirim Doce 1513
Modelo 1530
Navegantes 1552
Nova Itaberaba 1560
Nova Trento 1565
Nova Veneza 1568
Novo Horizonte 1572
Orleans 1576
Otacílio Costa 1577
Paial 1578
Palhoça 1579
Palmitos 1594
Passos Maia 1597
Penha 1605
Peritiba 1627
Pescaria Brava 1636
Petrolândia 1637
Pinheiro Preto 1638
Piratuba 1641
Pomerode 1643
Ponte Alta 1649
Porto Belo 1650
Porto União 1700
Presidente Getúlio 1710
Quilombo 1717
Rio das Antas 1730
Rio do Oeste 1734
Rio dos Cedros 1739
Rio do Sul 1735
Rio Negrinho 1790
Rio Rufino 1802
Riqueza 1804
Romelândia 1805
Salete 1806
Saltinho 1808
Sangão 1810

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
http://diariomunicipal.sc.gov.br
Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300
dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL
Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4571 | Sexta-feira - 28 de Junho de 2024 | Florianópolis/SC

SUMÁRIO

Santa Cecilia 1819
Santa Rosa de Lima 1823
Santa Rosa do Sul 1824
São Bento do Sul 1829
São Bernardino 1851
São Cristóvão do Sul 1854
São Domingos 1858
São Francisco do Sul 1877
São João do Itaperiú 1944
São Joaquim 1948
São José 1955
São José do Cedro 1961
São José do Cerrito 1963
São Lourenço do Oeste 1966
São Miguel do Oeste 1967
Saudades 1989
Schroeder 1990
Seara 2029
Taió 2053
Tangará 2062
Tigrinhos 2076
Tijucas 2077
Timbó 2086
Três Barras 2087
Treviso 2088
Treze de Maio 2092
Trombudo Central 2093
Tubarão 2096
Tunápolis 2128
Turvo 2134
Vargeão 2138
Vargem 2140
Vargem Bonita 2142
Vidal Ramos 2144
Videira 2148
Vitor Meireles 2175
Xanxerê 2178
Xavantina 2188
Xaxim 2195

CONSÓRCIOS

CIMVI 2197
CINCATARINA 2211
CISAM 2212
CISAMAVI 2213
CVC 2215
CIGAMVALI 2217
CIGAMERIOS 2222

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
http://diariomunicipal.sc.gov.br
Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300
dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL
Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Abelardo Luz

PREFEITURA

PORTARIA N° 222 DE 18 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135030

PORTARIA Nº 222 DE 18 DE JUNHO DE 2024

DESIGNAR SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERCI SANTIN, Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 69, XIV, da Lei Orgânica do Município de Abelardo Luz/SC,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 104, III, da Lei nº 14.133/21 e artigo 117, da Lei n° 14.133/2021 que determinam o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Danieli Basso Frozza, ocupante do cargo de Arquiteto, para atuar como Fiscal da obra de alargamento da Ponte Alta, objeto do contrato n.º 005/2024, decorrente do Processo Licitatório n. 0228/2023, com modalidade de Tomada de preços n.º 015/2023.

Art. 2º. Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I - Emitir a ordem de serviço, conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações - CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

a) Ao objeto da contratação;

b) A forma de execução;

c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;

d) O cronograma de serviços;

e) As obrigações da contratante e da contratada;

f) As condições de pagamento;

g) As atribuições da fiscalização;

h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II - Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III - Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV - Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V - Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII - Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX - Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X - Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instituído para esse fim;

XI - Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos Sr. Alessio Danilo Panassolo Valandro, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII - Comunicar o Gestor de Contratos Sr. Alessio Danilo Panassolo Valandro todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII - Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 3º. Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos Sr. Alessio Danilo Panassolo Valandro e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 4º. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos Sr. Alessio Danilo Panassolo Valandro em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 5º. Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 6º. Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I - Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II - Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III - Emissão de "RRT" ou "ART" referente ao serviço de fiscalização conforme exigido em lei;

IV - Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "As built", elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos Previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 119 da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 7º. O funcionário designado após o término da obra, deverá recebê-la de forma provisória, e posteriormente encaminhar toda documentação pertinente à comissão permanente de licitação, a qual terá até 90 (noventa) dias para receber a obra de forma definitiva;

Art. 8º. O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9°. O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Abelardo Luz/SC, 18 de junho de 2024.

Nerci Santin
Prefeito Municipal

PREGÃO 044/2024

Publicação Nº 6132493

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0123/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2024

0.1. O Município de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base na lei federal 14.133/2021, Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do Tipo Menor Preço por LOTE, no dia 11 de julho de 2024, pela plataforma eletrônica: www.bll.org.br.

Contratação de empresa para recuperação e manutenção elétrica de automóveis, caminhões, ônibus, vans e equipamentos rodoviários de propriedade do Município, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros de Abelardo Luz/SC, com fornecimento de material, de acordo as demais especificações constantes neste Edital e seus anexos. A documentação deverá ser anexada diretamente na plataforma até às 08:30 min do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 1013 ou através do e-mail: licitacao@abelardoluz.sc.gov.br e site www.abelardoluz.sc.gov.br

Abelardo Luz (SC), 27 de junho de 2024.

NERCI SANTIN – Prefeito Municipal

PREGÃO 049/2024

Publicação Nº 6132750

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0130/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2024

0.1. O Município de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base na lei federal 14.133/2021, Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do Tipo Menor Preço por ITEM, no dia 12 de julho de 2024, pela plataforma eletrônica: www.bll.org.br.

Contratação de empresa para fornecimento de vidros (janelas, portas e etc.) com serviços para colocação e reparos em prédios públicos municipais, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil, de acordo as demais especificações constantes neste Edital e seus anexos. A documentação deverá ser anexada diretamente na plataforma até às 08:30 min do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 1013 ou através do e-mail: licitacao@abelardoluz.sc.gov.br e site www.abelardoluz.sc.gov.br

Abelardo Luz (SC), 27 de junho de 2024.

NERCI SANTIN – Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE 041/2024

Publicação Nº 6132948

MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ
Estado de Santa Catarina

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 041/2024

Processo Administrativo n° 0129/2024

Setor solicitante: Secretaria Municipal de Assistência Social

1. OBJETO DA INEXIGIBILIDADE

1.1. Inscrição de 3 servidores para o 24° Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) com o tema: "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".

1.2. A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	SERVIÇO/OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Inscrição de 3 servidores para o 24° Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) com o tema: "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".	3 inscrições	R$399,99	R$1.199,97
TOTAL R$1.199,97				

2. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A contratação será realizada mediante Inexigibilidade de Licitação, através de Autorização de Fornecimento, nos termos do art. 74, III, "f", §3°, §4°, da Lei 14.133/2021.

3. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATO.

3.1. A Contratada se obriga a prestar o serviço ora contratado nos moldes deste instrumento e da proposta apresentada, concluindo-se pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.2. O adjudicatário terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

3.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

3.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

3.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias prorrogáveis conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

3.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da expedição da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada da empresa contratada, nos termos do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Por este instrumento, a contratada obriga-se a:

5.1.1. Cumprir rigorosamente todas as especificações dos bens adquiridos, conforme condições e exigências estabelecidas na Cláusula do Prazo e das Condições de Execução do Objeto contratado deste Termo de Referência;

5.1.2. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento do presente instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.1.3. Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas, de acordo com o artigo 65, da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.1.4. Não transferir/subcontratar no todo ou em parte, o Objeto;

5.1.5. Responsabilizar-se pelos encargos resultantes da execução do fornecimento;

5.1.6. Todo e quaisquer itens não previstos da proposta comercial/especificação técnica, bem como serviços não utilizados, não poderão ser cobrados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Por este instrumento, a contratante obriga-se a:

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

6.1.1. Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento contratado;

6.1.2. Notificar a empresa contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens/serviços;

6.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos materiais ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.1.4. Receber os bens nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.1.5. Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:

6.1.5.1. Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

6.1.5.2. Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo de Referência;

6.1.5.3. Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste instrumento.

6.1.6. O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela contratada, no ato da entrega/realização dos bens/serviços e da nota fiscal pela contratada;

6.1.7. O recebimento provisório não implica sua aceitação;

6.1.8. O recebimento definitivo dar-se-á, pela contratada, após a verificação do cumprimento das especificações dos materiais, nos moldes deste Termo de Referência e da proposta vencedora, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

7.1.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao município de Abelardo Luz, através do e-mail: ascompras@abelardoluz.sc.gov.br mediante apresentação do objeto licitado, cujo pagamento será realizado em até o 30 (trinta) dias, desde que devidamente atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento e pelo servidor designado para esse fim, com o respectivo comprovante de que a prestação do serviço foi realizada a contento. Serão feitos descontos dos impostos devidos se for o caso;

7.1.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da Contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratada.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.1.3. A documentação de cobrança não aceita pela contratada será devolvida à Contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.3. A Contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

7.4. Junto às Notas Fiscais a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

7.5. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

7.6. A critério da contratante, os créditos existentes em favor da Contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

7.7. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.3 e 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a Contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

7.8. A contratante, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

7.8.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

7.8.2. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a Contratada atenda cláusula infringida;

7.8.3. Paralisação dos serviços por culpa da Contratada.

7.9. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a Contratada:

7.9.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.9.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.9.3. A contratante pagará apenas pelos bens autorizados e descritos na Ordem de Serviço.

7.1.10. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível.

8. DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A fiscalização será exercida por um representante da contratante, designado por ela, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratante (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

8.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

9. DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

9.1. A empresa contratada reconhece os direitos da contratante concernente a:

9.1.1. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 104 da Lei n° 14.133/2021;

9.1.2. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

9.1.3. Fiscalizar a execução do ajuste.

10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site do Município: www.abelardoluz.sc.gov.br.

11.2. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei n° 14.133/2021.

12. DA ANTICORRUPÇÃO:

12.1. Para a execução deste contrato e/ou instrumento equivalente a este, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD"), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

13.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados ou dos clientes deste para a Contratada.

13.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

13.1.4. A administração Pública não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

13.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Administração Pública, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou quaisquer outras informações a terceiros.

13.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

13.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

13.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Administração Pública, conforme a política de privacidade e demais normas internas, bem como da legislação pertinente à proteção de

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Administração Pública e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

13.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

13.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

13.1.11. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

13.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Administração Pública, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

13.1.13. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

a) Data e hora provável do incidente;

b) Data e hora da ciência pela contratada;

c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;

d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;

e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;

f) Os riscos relacionados ao incidente;

g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;

h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

13.1.14. A Administração Pública terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

13.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Administração Pública, por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

13.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Administração Pública, para execução dos serviços:

a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Administração Pública, para execução do objeto do Contrato;

b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;

c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;

d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pela Administração Pública, por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

14. DA VINCULAÇÃO:

14.1. Respeitando o Princípio da Vinculação, a contratação vincula-se ao Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Ordem de Serviço, e a proposta da contratada.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Diante do exposto submete-se o presente Termo de Referência à consideração à Autoridade superior competente, para análise e determinação quanto à contratação.

15.1.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.1.2. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

15.2.3. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

15.3.3.1. ANEXO II. 1 – Termo de Referência;

Abelardo Luz/SC, 27 de junho de 2024.

NERCI SANTIN:07565593915

Assinado de forma digital por NERCI SANTIN:07565593915 Dados: 2024.06.27 16:12:45 -03'00'

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (caso a sede do fornecedor for do Estado de Santa Catarina a mesma certidão deverá vir acompanhada da E-proc);

3.2. Documento que comprove exclusividade dos serviços.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Objeto

Inscrição de 3 servidores para o 24° Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) com o tema: "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".

2. Local de Entrega

O evento será realizado no centro de convenções - Distrito Anhembi/São Paulo - SP nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024.

3. Contato

Responsável: Dayeli de Oliveira Vinci
E-mail: ascompras@abelardoluz.sc.gov.br
Telefone: (49) 3445-5486 ramal 1192

4. Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

5. Descrição da necessidade

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7°, inciso I da IN 40/2020).

A participação dos servidores públicos do município de Abelardo Luz no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é de suma importância para o aprimoramento das políticas de assistência social no município. Este evento, que acontecerá no Distrito Anhembi/São Paulo - SP nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024, tem como tema central "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos". Este tema é especialmente relevante, pois aborda a ampliação da proteção social e a

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

universalização dos direitos, além de promover a diversidade em suas múltiplas dimensões.

O município de Abelardo Luz enfrenta desafios significativos no campo da assistência social, especialmente em contextos de desigualdade socioeconômica e diversidade territorial. As desproteções sociais e violações de direitos são agravadas pela insuficiente integração intersetorial das políticas públicas, que resulta em fragilidades na resposta às demandas da população mais vulnerável. A capacitação dos gestores e técnicos municipais é crucial para enfrentar esses desafios e implementar estratégias eficazes de superação dessas barreiras.

A inscrição de três servidores no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é essencial para garantir que Abelardo Luz esteja alinhada com as melhores práticas e políticas nacionais no campo da assistência social. Este evento oferece um espaço de capacitação e troca de experiências que contribuirá significativamente para a qualificação da gestão e dos serviços prestados no município. Os painéis e oficinas formativas, resultantes de uma avaliação de cenário realizada pela Direção do CONGEMAS, abordarão questões institucionais e técnicas centrais do SUAS, bem como a relação intersetorial com políticas de direitos humanos, das mulheres, povos indígenas e de igualdade racial.

A participação dos servidores neste encontro não só beneficiará diretamente a gestão municipal de assistência social, mas também terá um impacto positivo na comunidade de Abelardo Luz. A capacitação e atualização dos conhecimentos dos servidores contribuirão para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, promovendo a proteção social e a universalização dos direitos. Além disso, a participação no evento permitirá que os servidores tragam novas estratégias e soluções para enfrentar as desproteções sociais e as violações de direitos, adaptando-as às realidades locais.

Portanto, a inscrição de três servidores de Abelardo Luz no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é uma medida necessária e estratégica para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município. Este investimento na capacitação dos servidores irá resultar em uma gestão mais qualificada e eficiente, capaz de enfrentar os desafios sociais e promover a inclusão e a equidade. A presença no evento é uma oportunidade única para fortalecer a integração intersetorial e desenvolver políticas públicas mais robustas e eficazes, beneficiando toda a população de Abelardo Luz.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

6. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretária Municipal de Assistência Social	Dayeli de Oliveira Vinci

7. Previsão no plano de contratações anual

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7°, inciso IX da IN 40/2020).

O Município de Abelardo Luz encontra-se em transição para a nova Lei de Licitações, e considerando que o município possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, encontra-se na exceção do art. 176 da Lei n° 14.133/2021.

8. Requisitos da Contratação

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7°, inciso II da IN 40/2020).

Primeiramente deve-se analisar o que versa o art.74, inciso I, §1°, da Lei 14.133/21, vejamos:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
> f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Assim, trata-se de fazer a inscrição de 3 servidores para o 24° encontro nacional do CONGEMAS pela empresa Sete Serviços Empresariais e Treinamentos Especializado LTDA, assim se torna inviável a contratação de outra empresa. que acontecerá na cidade de Distrito Anhembi/São Paulo - SP nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024. A presente contratação por inexigibilidade se torna justificável nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", já que se trata de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

9. Estimativa das quantidades

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso V da IN 40/2020).

ITEM	SERVIÇO/OBJETO	QUANTIDADE
1	Inscrição de 3 servidores para o 24° Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) com o tema: "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".	3 Inscrições

10. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

No presente caso trata-se de inexigibilidade de licitação a contratação da empresa Sete Serviços Empresariais e Treinamentos Especializado LTDA, para o 24° encontro nacional do CONGEMAS, que acontecerá na cidade de Distrito Anhembi/São Paulo - SP nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024, não havendo outra empresa para estabelecer concorrência na prestação deste serviço. Assim não havendo competição, o que inviabiliza o levantamento de mercado.

11. Estimativa do preço da contratação

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1° da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VI da IN 40/2020).

ITEM	SERVIÇO/OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Inscrição de 3 servidores para o 24° Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) com o tema: "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais:	3 inscrições	R$399,99	R$1.199,97

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

	novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".			
TOTAL R$1.199,97				

A estimativa do valor de contratação é de R$1.199,97.

12. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso IV da IN 40/2020).

A solução proposta é a inscrição de três servidores públicos do município de Abelardo Luz no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social). Este evento, que será realizado no centro de convenções do Distrito Anhembi, em São Paulo - SP, nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024, tem como tema "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".

A participação no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é justificada pela relevância do evento para o aprimoramento das políticas de assistência social no município. Os painéis e oficinas formativas abordarão questões institucionais e técnicas centrais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), bem como a relação intersetorial com outras políticas públicas. Esta capacitação é crucial para enfrentar os desafios locais e melhorar a resposta às demandas da população mais vulnerável.

A inscrição de três servidores de Abelardo Luz no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS representa uma solução estratégica para o fortalecimento do SUAS no município. Este investimento em capacitação é fundamental para enfrentar os desafios sociais e promover a inclusão e a equidade, resultando em uma gestão mais qualificada e eficiente que beneficiará toda a população local.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VII da IN 40/2020).

Não se aplica

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

14. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21)

Proporcionar uma capacitação intensiva e especializada aos servidores municipais de assistência social. Gerando um aumento significativo do conhecimento técnico dos servidores sobre as melhores práticas e políticas nacionais no campo da assistência social. Habilitando os servidores para implementar novas estratégias de enfrentamento das desproteções sociais e violações de direitos e aperfeiçoando as habilidades de gestão e planejamento dos servidores, resultando em uma administração mais eficaz e proativa.

Fortalecer a integração das políticas de assistência social com outras áreas como direitos humanos, igualdade racial, e políticas para mulheres e povos indígenas. Estabelecendo parcerias intersetoriais mais robustas, facilitando a cooperação entre diferentes áreas do governo e organizações da sociedade civil. Podendo também criar programas e iniciativas conjuntas que abordem de maneira holística as necessidades da população mais vulnerável.

Compartilhar o conhecimento adquirido com outros membros da administração municipal e parceiros. Realizar workshops e treinamentos internos para disseminar as informações e práticas aprendidas no encontro. Criar um ambiente de aprendizado contínuo dentro da administração municipal, incentivando a troca de conhecimentos e experiências e fortalecer a rede de assistência social municipal através da capacitação contínua de todos os envolvidos.

15. Providências prévias ao contrato

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso XI da IN 40/2020).

Desenvolver um Termo de Referência que descreva de maneira clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para a contratação. Esse documento servirá como base para o edital de licitação.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Realizar uma análise detalhada da viabilidade orçamentária para garantir que os recursos financeiros necessários para a contratação estejam disponíveis e alinhados com as diretrizes orçamentárias do município.

Realizar a publicação do edital de licitação em meios de comunicação oficiais, conforme as normas estabelecidas na legislação vigente, garantindo a ampla divulgação e a participação de interessados.

16. Contratações correlatas/interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VIII da IN 40/2020).

Comentários: Não se aplica.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7°, inciso XII da IN 40/2020).

Não se aplica.

18. Declaração de Viabilidade

Declaro Viável a Contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7°, inciso XIII da IN 40/2020).

Após a análise detalhada dos aspectos envolvidos na contratação para a inscrição de três servidores públicos do município de Abelardo Luz no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS, concluímos que a viabilidade da contratação

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

é não apenas justificada, mas também essencial para o fortalecimento das políticas de assistência social no município.

O tema central do 24º Encontro Nacional do CONGEMAS, "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos", é altamente pertinente para o contexto de Abelardo Luz. A cidade enfrenta desafios significativos na assistência social, especialmente relacionados à desigualdade socioeconômica e à diversidade territorial. A capacitação proporcionada pelo evento permitirá que os servidores adquiram conhecimentos e estratégias cruciais para abordar esses desafios de maneira eficaz.

A participação no evento permitirá uma capacitação intensiva e especializada dos servidores municipais. Esta capacitação resultará em um aumento significativo do conhecimento técnico dos servidores sobre as melhores práticas e políticas nacionais no campo da assistência social. Consequentemente, os servidores estarão melhor habilitados para implementar novas estratégias de enfrentamento das desproteções sociais e violações de direitos, resultando em uma administração mais eficaz e proativa.

Diante dos argumentos apresentados, a contratação para a inscrição de três servidores no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é viável e altamente recomendada. Este investimento é crucial para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Abelardo Luz, resultando em uma gestão mais qualificada e eficiente. A participação no evento representa uma oportunidade única para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais dos servidores, beneficiando toda a população através da implementação de políticas públicas mais robustas e eficazes.

A solução proposta é estratégica e necessária para enfrentar os desafios sociais locais, promover a inclusão e a equidade, e garantir que os serviços de assistência social sejam prestados com a máxima qualidade e eficiência. Portanto, a contratação deve ser realizada conforme planejado, garantindo os benefícios esperados para o município de Abelardo Luz.

Abelardo Luz, SC, 12 de junho de 2024.

_____
Dayeli de Oliveira Vinci
Secretário Municipal de Assistência Social

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 132/2024

1. DO OBJETO

1.1 Inscrição de 3 servidores para o 24° Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) com o tema: "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".

ITEM	SERVIÇO/OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Inscrição de 3 servidores para o 24° Encontro Nacional do CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) com o tema: "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos".	3 inscrições	R$399,99	R$1.199,97
TOTAL R$1.199,97				

1.2 A estimativa do valor total dos itens da contratação é de R$1.199,97.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A participação dos servidores públicos do município de Abelardo Luz no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é de suma importância para o aprimoramento das políticas de assistência social no município. Este evento, que acontecerá no Distrito Anhembi/São Paulo - SP nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024, tem como tema central "O Sistema Único de Assistência Social e as diversidades sócio territoriais: novas estratégias dos entes federados na superação das desproteções sociais e das violações de direitos". Este tema é especialmente relevante, pois aborda a ampliação da proteção social e a universalização dos direitos, além de promover a diversidade em suas múltiplas dimensões.

2.2 O município de Abelardo Luz enfrenta desafios significativos no campo da assistência social, especialmente em contextos de desigualdade socioeconômica e diversidade territorial. As desproteções sociais e violações de direitos são agravadas pela insuficiente integração intersetorial das políticas públicas, que resulta em fragilidades na resposta às demandas da população mais vulnerável. A capacitação dos gestores e técnicos municipais é crucial

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

para enfrentar esses desafios e implementar estratégias eficazes de superação dessas barreiras.

2.3 A inscrição de três servidores no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é essencial para garantir que Abelardo Luz esteja alinhada com as melhores práticas e políticas nacionais no campo da assistência social. Este evento oferece um espaço de capacitação e troca de experiências que contribuirá significativamente para a qualificação da gestão e dos serviços prestados no município. Os painéis e oficinas formativas, resultantes de uma avaliação de cenário realizada pela Direção do CONGEMAS, abordarão questões institucionais e técnicas centrais do SUAS, bem como a relação intersetorial com políticas de direitos humanos, das mulheres, povos indígenas e de igualdade racial.

2.4 A participação dos servidores neste encontro não só beneficiará diretamente a gestão municipal de assistência social, mas também terá um impacto positivo na comunidade de Abelardo Luz. A capacitação e atualização dos conhecimentos dos servidores contribuirão para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, promovendo a proteção social e a universalização dos direitos. Além disso, a participação no evento permitirá que os servidores tragam novas estratégias e soluções para enfrentar as desproteções sociais e as violações de direitos, adaptando-as às realidades locais.

2.5 Portanto, a inscrição de três servidores de Abelardo Luz no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS é uma medida necessária e estratégica para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município. Este investimento na capacitação dos servidores irá resultar em uma gestão mais qualificada e eficiente, capaz de enfrentar os desafios sociais e promover a inclusão e a equidade. A presença no evento é uma oportunidade única para fortalecer a integração intersetorial e desenvolver políticas públicas mais robustas e eficazes, beneficiando toda a população de Abelardo Luz.

3. DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O evento será realizado no centro de convenções - Distrito Anhembi/São Paulo - SP nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

4.2 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis caso se faça necessário;

4.3 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2 Comunicar o CONTRATANTE acerca de quaisquer irregularidades e/ou infrações disciplinares cometidas.

5.3 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do serviço contratual.

5.4 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços do Contrato;

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, será designado um representante pela Administração Municipal de Abelardo Luz para desempenhar o papel de fiscal durante a execução do contrato, para isso indica-se Cristian Rodrigo De Souza. Este representante terá a responsabilidade de acompanhar o acolhimento, fiscalizar a execução do contrato e registrar todas as ocorrências relevantes em um documento próprio.

7.2 Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

8. DO PAGAMENTO

8.1 A Prefeitura de Abelardo Luz efetuará o pagamento do objeto desta licitação 30 dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis.

8.2 As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta da dotação específica da Assistência Social prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2024.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

8.3 3-13000-13001-8-244-804-2.56 Despesa 1 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

9. DO REAJUSTE

9.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.13 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 156, da Lei n° 14.133/2021 e demais:

10.14 Advertência;

10.15 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.16 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;

10.17 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.18 Impedimento de licitar e contratar;

10.19 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.20 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

10.21 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.22 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.23 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.24 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.25 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhido sem favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.26 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.27 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.28 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

10.29 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Abelardo Luz, SC, 11 de junho de 2024

Luan Freitas De Souza
Coordenador De Apoio Operacional

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, sendo inviável a competição pois somente a instituição contratada atende as necessidades da administração, também possui critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, nos termos do artigo 74, III, "f", da Lei n° 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Abelardo Luz, SC, 27 de junho de 2024.

NERCI SANTIN:07565593915
Assinado de forma digital por NERCI SANTIN:07565593915
Dados: 2024.06.27 16:13:13 -03'00'

Nerci Santin
Prefeito Municipal

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

INEXIGIBILIDADE 042/2024

Publicação Nº 6132864

MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ
Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 042/2024

Processo Administrativo n° 0131/2024

Setor solicitante: Secretaria Municipal de Educação

1. OBJETO DA INEXIGIBILIDADE

1.1. Locação do espaço físico da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, que comporta um grande número de espectadores, para realização da *Noite Cultural*, evento que contará com apresentações culturais para toda comunidade escolar a ser realizada no dia 12/07/2024.

1.2. A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.

Item	Material/Serviço	Unid	Qtd	Vlr unit	Vlr total
1	Locação de espaço físico, que comporte um grande número de espectadores, localizado na Rua Frei Bruno nº 257, para realização da *Noite Cultural*, com apresentações culturais para toda comunidade escolar a ser realizada no dia 12/07/2024.	DIÁRIA	1	R$1.412,00	R$1.412,00
Total Geral R$1.412,00					

2. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A contratação será realizada mediante Inexigibilidade de Licitação, através de Autorização de Fornecimento, nos termos do art. 74, V, da Lei 14.133/2021.

3. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATO.

3.1. A Contratada se obriga a prestar o serviço ora contratado nos moldes deste instrumento e da proposta apresentada, concluindo-se pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.2. O adjudicatário terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

3.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

3.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias prorrogáveis conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

3.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da expedição da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada da empresa contratada, nos termos do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Por este instrumento, a contratada obriga-se a:

5.1.1. Cumprir rigorosamente todas as especificações dos bens adquiridos, conforme condições e exigências estabelecidas na Cláusula do Prazo e das Condições de Execução do Objeto contratado deste Termo de Referência;

5.1.2. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento do presente instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.1.3. Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas, de acordo com o artigo 65, da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.1.4. Não transferir/subcontratar no todo ou em parte, o Objeto;

5.1.5. Responsabilizar-se pelos encargos resultantes da execução do fornecimento;

5.1.6. Todo e quaisquer itens não previstos da proposta comercial/especificação técnica, bem como serviços não utilizados, não poderão ser cobrados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Por este instrumento, a contratante obriga-se a:

6.1.1. Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento contratado;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

6.1.2. Notificar a empresa contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens/serviços;

6.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos materiais ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.1.4. Receber os bens nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.1.5. Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:

6.1.5.1. Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

6.1.5.2. Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo de Referência;

6.1.5.3. Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste instrumento.

6.1.6. O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela contratada, no ato da entrega/realização dos bens/serviços e da nota fiscal pela contratada;

6.1.7. O recebimento provisório não implica sua aceitação;

6.1.8. O recebimento definitivo dar-se-á, pela contratada, após a verificação do cumprimento das especificações dos materiais, nos moldes deste Termo de Referência e da proposta vencedora, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

7.1.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao município de Abelardo Luz, através do e-mail: ascompras@abelardoluz.sc.gov.br mediante apresentação do objeto licitado, cujo pagamento será realizado em até o 30 (trinta) dias, desde que devidamente atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento e pelo servidor designado para esse fim, com o respectivo comprovante de que a prestação do serviço foi realizada a contento. Serão feitos descontos dos impostos devidos se for o caso;

7.1.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da Contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratada.

7.1.3. A documentação de cobrança não aceita pela contratada será devolvida à Contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.3. A Contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

7.4. Junto às Notas Fiscais a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

7.5. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

7.6. A critério da contratante, os créditos existentes em favor da Contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

7.7. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.3 e 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a Contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

7.8. A contratante, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

7.8.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

7.8.2. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a Contratada atenda cláusula infringida;

7.8.3. Paralisação dos serviços por culpa da Contratada.

7.9. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a Contratada:

7.9.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.9.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.9.3. A contratante pagará apenas pelos bens autorizados e descritos na Ordem de Serviço.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.1.10. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível.

8. DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A fiscalização será exercida por um representante da contratante, designado por ela, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratante (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

8.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

9. DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

9.1. A empresa contratada reconhece os direitos da contratante concernente a:

9.1.1. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 104 da Lei n° 14.133/2021;

9.1.2. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

9.1.3. Fiscalizar a execução do ajuste.

10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site do Município: www.abelardoluz.sc.gov.br.

11.2. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei n° 14.133/2021.

12. DA ANTICORRUPÇÃO:

12.1. Para a execução deste contrato e/ou instrumento equivalente a este, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

13.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD"), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

13.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados ou dos clientes deste para a contratada.

13.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

13.1.4. A administração Pública não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

13.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Administração Pública, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou quaisquer outras informações a terceiros.

13.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

13.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

13.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Administração Pública, conforme a política de privacidade e demais normas internas, bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Administração Pública e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

13.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

13.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

13.1.11. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

13.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Administração Pública, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

13.1.13. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

a) Data e hora provável do incidente;

b) Data e hora da ciência pela contratada;

c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;

d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;

e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;

f) Os riscos relacionados ao incidente;

g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;

h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

13.1.14. A Administração Pública terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

13.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Administração Pública, por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

13.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Administração Pública, para execução dos serviços:

a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, e criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Administração Pública, para execução do objeto do Contrato;

b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;

c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;

d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pela Administração Pública, por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

14. DA VINCULAÇÃO:

14.1. Respeitando o Princípio da Vinculação, a contratação vincula-se ao Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Ordem de Serviço, e a proposta da contratada.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Diante do exposto submete-se o presente Termo de Referência à consideração à Autoridade superior competente, para análise e determinação quanto à contratação.

15.1.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.1.2. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

15.2.3. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

15.3.3.1. ANEXO II. 1 – Termo de Referência;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ
Estado de Santa Catarina

Abelardo Luz/SC, 27 de junho de 2024.

NERCI SANTIN:07565593915
Assinado de forma digital por NERCI SANTIN:07565593915
Dados: 2024.06.27 15:56:51 -03'00'

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (caso a sede do fornecedor for do Estado de Santa Catarina a mesma certidão deverá vir acompanhada da E-proc);

3.2. Documento que comprove exclusividade dos serviços.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Objeto

Locação do espaço físico da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, que comporta um grande número de espectadores, para realização da *Noite Cultural*, evento que contará com apresentações culturais para toda comunidade escolar a ser realizada no dia 12/07/2024.

2. Local de Entrega

A entrega deverá ser feita na Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião, localizado na rua Frei Bruno, nº 257, Abelardo Luz-SC no dia 12 de julho de 2024.

3. Contato

Responsável: Elisangela Pascoali

Telefone: (49) 3445-5276

E-mail:educa@abelardoluz.sc.gov.br

4. Introdução

A Secretaria de Educação demonstra um compromisso inabalável com a melhoria da educação municipal, como evidenciado pelo seu entusiasmo contínuo e dedicação à causa. Ao promover uma série diversificada de eventos, como apresentações culturais, palestras e seminários, a Secretaria busca ativamente enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos.

Tais iniciativas não apenas proporcionam uma educação mais holística, abrangendo aspectos culturais e sociais, mas também incentivam a integração e o engajamento dentro da comunidade escolar.

Estudos mostram que eventos extracurriculares como esses podem melhorar a motivação dos alunos, promover a diversidade cultural e fortalecer os laços entre os membros da comunidade educacional.

Considerando a relevância desses eventos, é imprescindível que eles sejam realizados em espaços amplos e confortáveis. Isso é fundamental para possibilitar a participação do maior número possível de pessoas. Um ambiente espaçoso e confortável não só acomoda mais participantes, mas também cria uma atmosfera mais propícia para a interação e absorção do conteúdo

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

apresentado. Além disso, oferece maior comodidade aos presentes, contribuindo para uma experiência mais agradável e satisfatória.

5. Descrição da necessidade

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7°, inciso I da IN 40/2020).

Considerando a relevância dos eventos educacionais mencionados anteriormente, é crucial garantir a disponibilidade de um espaço que possa acomodar adequadamente um grande número de participantes, proporcionando conforto durante o evento. Isso é essencial para assegurar que todos os interessados possam participar de maneira eficaz e desfrutar de uma experiência educacional enriquecedora.

A Secretaria de Educação reconhece a importância dessa questão e está empenhada em encontrar alternativas viáveis para atender a essa demanda. Ao priorizar a busca por locais adequados, a Secretaria demonstra seu compromisso em promover eventos educacionais acessíveis e inclusivos para toda a comunidade.

Um local espaçoso e confortável não apenas facilita a participação de um grande número de pessoas, mas também contribui para uma atmosfera propícia ao aprendizado e à interação. Além disso, oferece aos participantes uma experiência mais agradável e satisfatória, aumentando assim o impacto positivo dos eventos educacionais.

Portanto, ao buscar alternativas para disponibilizar espaços adequados, a Secretaria de Educação está investindo no sucesso e na eficácia desses eventos, garantindo que possam atender às necessidades e expectativas da comunidade educacional.

6. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação	Elisangela Pascoali

7. Previsão no plano de contratações anual

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7°, inciso IX da IN 40/2020).

O Município de Abelardo Luz encontra-se em transição para a nova Lei de Licitações, e considerando que o município possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, encontra-se na exceção do art. 176 da Lei n° 14.133/2021.

8. Requisitos da Contratação

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7°, inciso II da IN 40/2020).

Primeiramente deve-se analisar o que versa o art.74 da Lei 14.133/21, vejamos:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> [...] V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Assim, trata-se de contratar a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, dado que é o único espaço disponível para locação que atende às demandas da Secretaria de Educação, tanto em termos de grande espaço quanto em conforto, sua escolha é justificada e imperativa.

9. Estimativa das quantidades

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso V da IN 40/2020).

PRODUTO	UN	QUANT	VALOR TOTAL
Locação de espaço físico, que comporte um grande número de espectadores, localizado na Rua Frei Bruno nº 257, para realização da *Noite Cultural*, com apresentações culturais para toda comunidade escolar a ser realizada no dia 12/07/2024.	Diária	1 dia de locação	R$1.412,00

10. Levantamento de Mercado

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Considerando a inexigibilidade decorrente da ausência de outra opção de local apto a atender à demanda da Secretaria de Educação, diversos critérios foram avaliados. Destacam-se, entre eles, o amplo saguão com palco, banheiros, copa e cozinha, abrangendo uma área aproximada de 1.400,00 m². Além disso, o espaço a ser alugado cumpre todas as exigências de segurança estipuladas pelo Corpo de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina, incluindo iluminação de emergência e rotas de fuga direcionadas para a área externa da edificação.

É relevante salientar que um dos objetivos primordiais desta contratação é proporcionar a acomodação do maior número possível de pessoas. Nesse contexto, a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO possui uma vantagem significativa, uma vez que tem capacidade para aproximadamente 1000 pessoas.

Diante disso, a falta de locais que atendam a todas as especificações mencionadas, aliada à ausência de competição, torna impraticável a realização de um levantamento de mercado eficaz.

11. Estimativa do preço da contratação

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1° da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa de contratação será de R$1.412,00 (Um mil quatrocentos e doze reais), pelo serviço de 1 (um) dia.

12. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso IV da IN 40/2020).

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

A solução proposta para atender às demandas do setor educacional é a contratação de um local espaçoso que possa acomodar um grande número de pessoas, proporcionando um ambiente confortável e propício para maximizar o aproveitamento do evento oferecido. Nesse sentido, a Secretaria de Educação optou por alugar as instalações da Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião. Devido à exclusividade da demanda e à necessidade de atender prontamente às necessidades educacionais, a contratação será realizada por meio de inexigibilidade. Essa medida garantirá que as condições ideais sejam oferecidas aos participantes, promovendo assim uma experiência positiva e produtiva durante o evento.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VII da IN 40/2020).

Não se aplica.

14. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21)

A Secretaria de Educação exibe um compromisso inabalável com o aprimoramento da educação municipal, refletido em seu entusiasmo constante e dedicação à causa. Por meio da promoção de uma variedade de eventos, tais como apresentações culturais, palestras e seminários, a Secretaria busca ativamente enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos. Sendo assim, é necessário que o local utilizado para promover esses eventos seja propício para a ocasião.

Portanto, locais espaçosos oferecem maior capacidade de acolher um número maior de participantes, garantindo que mais pessoas tenham acesso aos recursos e informações apresentados durante o evento. Isso promove a inclusão e possibilita que um público mais amplo se beneficie das atividades oferecidas.

Um grande público representa uma variedade de perspectivas, conhecimentos e experiências. Isso enriquece os debates e discussões durante o evento, promovendo uma aprendizagem mais abrangente e colaborativa.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Espaços amplos proporcionam mais conforto aos participantes, permitindo que se movam livremente e desfrutem do evento sem se sentirem apertados ou desconfortáveis. Isso contribui para uma experiência mais agradável e positiva, incentivando a participação em eventos futuros.

15. Providências prévias ao contrato

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso XI da IN 40/2020).

As providências prévias à contratação, especialmente no contexto de uma licitação pública, são etapas fundamentais para assegurar a transparência, legalidade e eficiência no processo de aquisição de bens ou serviços.

Desenvolver um documento detalhado descrevendo as especificações técnicas, requisitos e características do objeto a ser contratado. Incluir informações sobre prazos, condições de entrega, critérios de aceitação, e demais aspectos relevantes para a execução do contrato.

16. Contratações correlatas/interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VIII da IN 40/2020).

Comentários: Não se aplica.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7°, inciso XII da IN 40/2020).

Não se aplica

18. Declaração de Viabilidade

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Declaro Viável a Contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7°, inciso XIII da IN 40/2020).

Tendo em vista que a disponibilidade de um espaço grande o suficiente para suportar um grande número de pessoas é essencial para eventos comunitários, reuniões ou atividades sociais. Isso proporciona flexibilidade para acomodar diferentes tipos de eventos e permite que mais membros da comunidade participem.

A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO tem um histórico comprovado como palco de diversos eventos, destacando a qualidade e eficiência de seu espaço, que é especialmente projetado para esse fim. A experiência prévia de sucesso nesse local demonstra sua capacidade de acomodar e atender às necessidades de uma variedade de atividades comunitárias. Com base nessa reputação estabelecida, a contratação deste espaço torna-se ainda mais viável, oferecendo confiança adicional na sua capacidade de proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento e engajamento da comunidade.

Abelardo Luz, SC, 24 de junho de 2024.

_____
Elisangela Pascoali
Secretaria Municipal de Educação

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO II.1 - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 132/2024

1. DO OBJETO

1.1 Locação do espaço físico da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, que comporta um grande número de espectadores, para realização da *Noite Cultural*, evento que contará com apresentações culturais para toda comunidade escolar a ser realizada no dia 12/07/2024.

PRODUTO	UN	QUANT	VALOR TOTAL
Locação de espaço físico, que comporte um grande número de espectadores, localizado na Rua Frei Bruno nº 257, para realização da *Noite Cultural*, com apresentações culturais para toda comunidade escolar a ser realizada no dia 12/07/2024.	Diária	1 dia de locação	R$1.412,00

1.2 A estimativa do valor total dos itens da contratação é de R$1.412,00.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Considerando a relevância dos eventos educacionais mencionados anteriormente, é crucial garantir a disponibilidade de um espaço que possa acomodar adequadamente um grande número de participantes, proporcionando conforto durante o evento. Isso é essencial para assegurar que todos os interessados possam participar de maneira eficaz e desfrutar de uma experiência educacional enriquecedora.

2.2 A Secretaria de Educação reconhece a importância dessa questão e está empenhada em encontrar alternativas viáveis para atender a essa demanda. Ao priorizar a busca por locais adequados, a Secretaria demonstra seu compromisso em promover eventos educacionais acessíveis e inclusivos para toda a comunidade.

2.3 Um local espaçoso e confortável não apenas facilita a participação de um grande número de pessoas, mas também contribui para uma atmosfera propícia ao aprendizado e à interação. Além disso, oferece aos participantes uma experiência mais agradável e satisfatória, aumentando assim o impacto positivo dos eventos educacionais.

2.4 Portanto, ao buscar alternativas para disponibilizar espaços adequados, a Secretaria de Educação está investindo no sucesso e na eficácia desses eventos, garantindo que possam atender às necessidades e expectativas da comunidade educacional.

3. DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

3.1 A entrega deverá ser feita na Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião, localizado na rua Frei Bruno, nº257, Abelardo Luz-SC no dia 12 de julho de 2024.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

4.2 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis caso se faça necessário;

4.3 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2 Comunicar o CONTRATANTE acerca de quaisquer irregularidades e/ou infrações disciplinares cometidas.

5.3 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do serviço contratual.

5.4 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços do Contrato;

5.5 Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

5.6 Comunicar à contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, será designado um representante pela Administração Municipal de Abelardo Luz para desempenhar o papel de fiscal durante a execução do contrato, para isso indica-se Samir Wolf da Rocha. Este representante terá a responsabilidade de acompanhar o acolhimento, fiscalizar a execução do contrato e registrar todas as ocorrências relevantes em um documento próprio.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.2 Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

8. DO PAGAMENTO

8.1 A Prefeitura de Abelardo Luz efetuará o pagamento do objeto desta licitação 30 dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis.

8.2 As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta da dotação específica da Secretaria de educação prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2024.

8.3 1-5000-5002-13-392-1301-2.138 Despesa 9-3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

9. DO REAJUSTE

9.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.13 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 156, da Lei n° 14.133/2021 e demais:

10.14 Advertência;

10.15 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.16 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;

10.17 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.18 Impedimento de licitar e contratar;

10.19 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.20 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

10.21 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.22 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.23 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.24 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.25 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhido sem favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.26 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.27 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.28 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

10.29 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Abelardo Luz, SC, 24 de junho de 2024

Luan Freitas De Souza
Coordenador De Apoio Operacional

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, sendo inviável a competição pois somente a instituição contratada atende as necessidades da administração, também possui critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, nos termos do artigo 74, V, da Lei n° 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Abelardo Luz, SC, 24 de junho de 2024.

NERCI SANTIN:07565593915
Assinado de forma digital por NERCI SANTIN:07565593915
Dados: 2024.06.27 15:57:25 -03'00'

Nerci Santin
Prefeito Municipal

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

INEXIGIBILIDADE 043/2024

Publicação Nº 6133033

MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ
Estado de Santa Catarina

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 043/2024

Processo Administrativo n° 0132/2024

Setor solicitante: Secretaria Municipal de Administração

1. OBJETO DA INEXIGIBILIDADE

1.1. Contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para upgrade no Software BricsCAD V24 lite incluindo suporte técnico e incluindo a próxima versão principal BricsCAD V25.

1.2. A contratação ocorrerá em um único item, conforme tabela constante abaixo.

Item	Material/Serviço	Unid	Qtd	Vlr unit	Vlr total
1	Contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para upgrade no Software BricsCAD V24 lite incluindo suporte técnico e incluindo a próxima versão principal BricsCAD V25.	UN	1	R$2.000,00	R$2.000,00
Total Geral R$2.000,00					

2. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A contratação será realizada mediante Inexigibilidade de Licitação, através de Autorização de Fornecimento, nos termos do art. 74, I, §1°, da Lei 14.133/2021.

3. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATO.

3.1. A Contratada se obriga a prestar o serviço ora contratado nos moldes deste instrumento e da proposta apresentada, concluindo-se pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.2. O adjudicatário terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

3.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

3.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias prorrogáveis conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

3.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da expedição da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada da empresa contratada, nos termos do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Por este instrumento, a contratada obriga-se a:

5.1.1. Cumprir rigorosamente todas as especificações dos bens adquiridos, conforme condições e exigências estabelecidas na Cláusula do Prazo e das Condições de Execução do Objeto contratado deste Termo de Referência;

5.1.2. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento do presente instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5.1.3. Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas, de acordo com o artigo 65, da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.1.4. Não transferir/subcontratar no todo ou em parte, o Objeto;

5.1.5. Responsabilizar-se pelos encargos resultantes da execução do fornecimento;

5.1.6. Todo e quaisquer itens não previstos da proposta comercial/especificação técnica, bem como serviços não utilizados, não poderão ser cobrados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Por este instrumento, a contratante obriga-se a:

6.1.1. Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento contratado;

6.1.2. Notificar a empresa contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens/serviços;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

6.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos materiais ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.1.4. Receber os bens nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.1.5. Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:

6.1.5.1. Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

6.1.5.2. Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo de Referência;

6.1.5.3. Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste instrumento.

6.1.6. O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela contratada, no ato da entrega/realização dos bens/serviços e da nota fiscal pela contratada;

6.1.7. O recebimento provisório não implica sua aceitação;

6.1.8. O recebimento definitivo dar-se-á, pela contratada, após a verificação do cumprimento das especificações dos materiais, nos moldes deste Termo de Referência e da proposta vencedora, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

7.1.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao município de Abelardo Luz, através do e-mail: ascompras@abelardoluz.sc.gov.br mediante apresentação do objeto licitado, cujo pagamento será realizado em até o 30 (trinta) dias, desde que devidamente atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento e pelo servidor designado para esse fim, com o respectivo comprovante de que a prestação do serviço foi realizada a contento. Serão feitos descontos dos impostos devidos se for o caso;

7.1.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da Contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratada.

7.1.3. A documentação de cobrança não aceita pela contratada será devolvida à Contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.3. A Contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

7.4. Junto às Notas Fiscais a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

7.5. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

7.6. A critério da contratante, os créditos existentes em favor da Contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

7.7. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.3 e 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a Contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

7.8. A contratante, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

7.8.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

7.8.2. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a Contratada atenda cláusula infringida;

7.8.3. Paralisação dos serviços por culpa da Contratada.

7.9. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a Contratada:

7.9.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.9.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.9.3. A contratante pagará apenas pelos bens autorizados e descritos na Ordem de Serviço.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.1.10. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível.

8. DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A fiscalização será exercida por um representante da contratante, designado por ela, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratante (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

8.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

9. DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

9.1. A empresa contratada reconhece os direitos da contratante concernente a:

9.1.1. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 104 da Lei n° 14.133/2021;

9.1.2. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

9.1.3. Fiscalizar a execução do ajuste.

10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site do Município: www.abelardoluz.sc.gov.br.

11.2. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei n° 14.133/2021.

12. DA ANTICORRUPÇÃO:

12.1. Para a execução deste contrato e/ou instrumento equivalente a este, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

13.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD"), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

13.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados ou dos clientes deste para a Contratada.

13.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

13.1.4. A administração Pública não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

13.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Administração Pública, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou quaisquer outras informações a terceiros.

13.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

13.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

13.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Administração Pública, conforme a política de privacidade e demais normas internas, bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Administração Pública e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

13.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

13.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

13.1.11. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

13.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Administração Pública, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

13.1.13. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

a) Data e hora provável do incidente;

b) Data e hora da ciência pela contratada;

c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;

d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;

e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;

f) Os riscos relacionados ao incidente;

g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;

h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

13.1.14. A Administração Pública terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

13.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Administração Pública, por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

13.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Administração Pública, para execução dos serviços:

a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Administração Pública, para execução do objeto do Contrato;

b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;

c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;

d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pela Administração Pública, por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

14. DA VINCULAÇÃO:

14.1. Respeitando o Princípio da Vinculação, a contratação vincula-se ao Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Ordem de Serviço, e a proposta da contratada.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Diante do exposto submete-se o presente Termo de Referência à consideração à Autoridade superior competente, para análise e determinação quanto à contratação.

15.1.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.1.2. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

15.2.3. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

15.3.3.1. ANEXO II. 1 – Termo de Referência;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Abelardo Luz/SC, 27 de junho de 2024.

NERCI SANTIN:07565593915
Assinado de forma digital por NERCI SANTIN:07565593915 Dados: 2024.06.27 16:27:42 -03'00'

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (caso a sede do fornecedor for do Estado de Santa Catarina a mesma certidão deverá vir acompanhada da E-proc);

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Objeto

Contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para upgrade no Software BricsCAD V24 lite incluindo suporte técnico e incluindo a próxima versão principal BricsCAD V25.

2. Local de Entrega

Na Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, localizada na Avenida Padre João de Smedt, Nº1605 – Centro.

3. Contato

E-mail: gabinete@abelardoluz.sc.gov.br
Telefone: (49)3445-4322
Responsável: Alessio Danilo Panassolo Valandro

4. Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

5. Descrição da necessidade

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7°, inciso I da IN 40/2020).

A administração pública do município de Abelardo Luz atualmente utiliza a versão BricsCAD V21 para desenvolvimento de projetos de CAD (Desenho Assistido por Computador) nas áreas de engenharia, arquitetura e topografia. Este software é essencial para a elaboração de plantas, projetos arquitetônicos, infraestrutura urbana e rural, além de ser uma ferramenta fundamental para a gestão de topografia no município.

A versão BricsCAD V21, atualmente em uso, apresenta limitações tecnológicas e funcionais que impactam diretamente na eficiência e na qualidade dos projetos desenvolvidos. Com o avanço contínuo das tecnologias e das

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

demandas dos projetos, a versão atual do software não consegue atender plenamente as necessidades atuais, resultando em processos mais lentos, maior risco de erros e dificuldades na integração de novas funcionalidades e recursos.

Sob a perspectiva do interesse público, a atualização do software para a versão BricsCAD V24 Lite, incluindo suporte técnico e a próxima versão principal BricsCAD V25, se faz necessária para garantir a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados pela administração pública. A melhoria na capacidade técnica do software proporcionará: maior eficiência, qualidade e precisão e atualização tecnológica.

Diante das limitações da versão atual BricsCAD V21 e das vantagens proporcionadas pelo upgrade para a versão BricsCAD V24 Lite, incluindo suporte técnico e a próxima versão principal BricsCAD V25, conclui-se pela necessidade da contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA. Esta medida é fundamental para assegurar a eficiência, a qualidade e a atualização tecnológica dos projetos de CAD utilizados pela administração pública de Abelardo Luz, atendendo aos interesses da população e garantindo a prestação de serviços de excelência.

6. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
ADMINISTRAÇÃO	ALESSIO DANILO PANASSOLO VALANDRO

7. Previsão no plano de contratações anual

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7°, inciso IX da IN 40/2020).

O Município de Abelardo Luz encontra-se em transição para a nova Lei de Licitações, e considerando que o município possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, encontra-se na exceção do art. 176 da Lei n° 14.133/2021.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

8. Requisitos da Contratação

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7°, inciso II da IN 40/2020).

Primeiramente deve-se analisar o que versa o art.74 da Lei 14.133/21, vejamos:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Assim, trata-se de contratar a empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA, para fazer o Upgrade do BricsCAD V21 para o BricsCAD V24. Sendo a empresa detentora do Software e a única que pode realizar o Upgrade.

9. Estimativa das quantidades

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso V da IN 40/2020).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para upgrade no Software BricsCAD V24 lite incluindo suporte técnico e incluindo a próxima versão principal BricsCAD V25.	UN	1

10. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

No presente caso trata-se de inexigibilidade de licitação a contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA, para fazer o Upgrade do BricsCAD V21 para o BricsCAD V24. Sendo a empresa detentora do Software e a única que pode realizar o Upgrade, não havendo outra empresa para estabelecer concorrência na prestação deste serviço.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

11. Estimativa do preço da contratação

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1° da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VI da IN 40/2020).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para upgrade no Software BricsCAD V24 lite incluindo suporte técnico e incluindo a próxima versão principal BricsCAD V25.	UN	1	R$2.000,00	R$2.000,00

A estimativa do valor da contratação é de R$2.000,00 (dois mil reais).

12. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso IV da IN 40/2020).

A solução proposta envolve a contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para realizar o upgrade do software BricsCAD da versão V21 Lite para a versão V24 Lite, incluindo suporte técnico contínuo e a garantia de acesso à próxima versão principal, o BricsCAD V25. Essa atualização é essencial para aprimorar a capacidade tecnológica e operacional das equipes de engenharia, arquitetura e topografia do município de Abelardo Luz.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VII da IN 40/2020).

Não se aplica.

14. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21)

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Com ferramentas mais avançadas e funcionalidades otimizadas, espera-se uma redução significativa no tempo necessário para a elaboração e revisão de projetos de engenharia, arquitetura e topografia.

A modernização do software permitirá às equipes técnicas trabalharem de maneira mais ágil e eficiente, aumentando a produtividade e permitindo a conclusão de um maior número de projetos em menos tempo.

A nova versão do software proporcionará recursos aprimorados para a criação de projetos com maior nível de detalhe e precisão, minimizando erros e retrabalhos.

A atualização permitirá a integração de novas funcionalidades e recursos que a versão atual não suporta, resultando em projetos mais completos e bem estruturados.

15. Providências prévias ao contrato

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso XI da IN 40/2020).

Desenvolver um Termo de Referência que descreva de maneira clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para a contratação. Esse documento servirá como base para o edital de licitação.

Realizar uma análise detalhada da viabilidade orçamentária para garantir que os recursos financeiros necessários para a contratação estejam disponíveis e alinhados com as diretrizes orçamentárias do município.

Realizar a publicação do edital de licitação em meios de comunicação oficiais, conforme as normas estabelecidas na legislação vigente, garantindo a ampla divulgação e a participação de interessados.

16. Contratações correlatas/interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VIII da IN 40/2020).

Comentários: Não se aplica.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7°, inciso XII da IN 40/2020).

Não se aplica

18. Declaração de Viabilidade

Declaro Viável a Contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7°, inciso XIII da IN 40/2020).

Com base na análise detalhada das necessidades e soluções apresentadas, concluímos pela viabilidade da contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para a atualização do software BricsCAD da versão V21 Lite para a versão V24 Lite, incluindo suporte técnico contínuo e acesso à próxima versão principal, o BricsCAD V25.

A administração pública de Abelardo Luz atualmente utiliza a versão BricsCAD V21, que apresenta limitações tecnológicas e funcionais. Essas limitações impactam diretamente na eficiência e qualidade dos projetos de engenharia, arquitetura e topografia desenvolvidos pelo município. A atualização para a versão V24 Lite, com suporte e acesso à versão V25, é necessária para atender às demandas crescentes e aos avanços tecnológicos, garantindo a continuidade e a melhoria dos serviços prestados à população.

A modernização do software BricsCAD resultará em uma administração pública mais eficiente e tecnológica, com impacto direto na qualidade de vida da população. Projetos de infraestrutura urbana, arquitetura e topografia serão desenvolvidos com maior qualidade e precisão, refletindo na melhoria dos serviços prestados à comunidade.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Diante das limitações da versão atual BricsCAD V21 e das vantagens proporcionadas pelo upgrade para a versão BricsCAD V24 Lite, incluindo suporte técnico e a próxima versão principal BricsCAD V25, conclui-se pela necessidade e viabilidade da contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA. Essa medida é essencial para assegurar a eficiência, a qualidade e a atualização tecnológica dos projetos de CAD utilizados pela administração pública de Abelardo Luz, atendendo aos interesses da população e garantindo a prestação de serviços de excelência.

Abelardo Luz, SC, 25 de junho de 2024.

Alessio Danilo Panassolo Valandro
Secretário da Administração

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

ANEXO II.1 TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 136/2024

1. DO OBJETO

1.1 Contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para upgrade no Software BricsCAD V24 lite incluindo suporte técnico e incluindo a próxima versão principal BricsCAD V25.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA para upgrade no Software BricsCAD V24 lite incluindo suporte técnico e incluindo a próxima versão principal BricsCAD V25.	UN	1	R$2.000,00	R$2.000,00

1.2 A estimativa do valor total da contratação é de R$2.000,00 (dois mil reais).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A administração pública do município de Abelardo Luz atualmente utiliza a versão BricsCAD V21 para desenvolvimento de projetos de CAD (Desenho Assistido por Computador) nas áreas de engenharia, arquitetura e topografia. Este software é essencial para a elaboração de plantas, projetos arquitetônicos, infraestrutura urbana e rural, além de ser uma ferramenta fundamental para a gestão de topografia no município.

2.2 A versão BricsCAD V21, atualmente em uso, apresenta limitações tecnológicas e funcionais que impactam diretamente na eficiência e na qualidade dos projetos desenvolvidos. Com o avanço contínuo das tecnologias e das demandas dos projetos, a versão atual do software não consegue atender plenamente as necessidades atuais, resultando em processos mais lentos, maior risco de erros e dificuldades na integração de novas funcionalidades e recursos.

2.3 Sob a perspectiva do interesse público, a atualização do software para a versão BricsCAD V24 Lite, incluindo suporte técnico e a próxima versão principal BricsCAD V25, se faz necessária para garantir a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados pela administração pública. A melhoria na capacidade técnica do software proporcionará: maior eficiência, qualidade e precisão e atualização tecnológica.

2.4 Diante das limitações da versão atual BricsCAD V21 e das vantagens proporcionadas pelo upgrade para a versão BricsCAD V24 Lite, incluindo suporte técnico e a próxima versão principal BricsCAD V25, conclui-se pela

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

necessidade da contratação da empresa AppCAD Softwares e Solução LTDA. Esta medida é fundamental para assegurar a eficiência, a qualidade e a atualização tecnológica dos projetos de CAD utilizados pela administração pública de Abelardo Luz, atendendo aos interesses da população e garantindo a prestação de serviços de excelência.

3. DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 De 5 a 10 dias.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

4.2 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis caso se faça necessário;

4.3 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2 Comunicar o CONTRATANTE acerca de quaisquer irregularidades e/ou infrações disciplinares cometidas.

5.3 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do serviço contratual.

5.4 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços do Contrato;

5.5 Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

5.6 Comunicar à contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

7.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, será designado um representante pela Administração Municipal de Abelardo Luz para desempenhar o papel de fiscal durante a execução do contrato, para isso indica-se o servidor Alexandre Ricardo Passero. Este representante terá a responsabilidade de acompanhar o acolhimento, fiscalizar a execução do contrato e registrar todas as ocorrências relevantes em um documento próprio.

7.2 Caberá aos fiscais do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

8. DO PAGAMENTO

8.1 A Prefeitura de Abelardo Luz efetuará o pagamento do objeto desta licitação 30 dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis.

8.2 As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta da dotação específica da Secretaria de Administração prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2024.

8.3 1-3000-3001-4-122-402-2.5 Despesa 145 e 146 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

9. DO REAJUSTE

9.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

10.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.13 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 156, da Lei n° 14.133/2021 e demais:

10.14 Advertência;

10.15 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.16 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;

10.17 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.18 Impedimento de licitar e contratar;

10.19 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.20 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

10.21 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.22 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.23 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.24 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

10.25 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhido sem favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.26 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.27 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.28 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

10.29 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Abelardo Luz, SC, 26 de junho de 2024

Luan Freitas De Souza
Coordenador De Apoio Operacional

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, sendo inviável a competição pois somente a instituição contratada atende as necessidades da administração, também possui critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, nos termos do artigo 74 da Lei n° 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Abelardo Luz, SC, 27 de junho de 2024.

NERCI SANTIN:07565593915
Assinado de forma digital por NERCI SANTIN:07565593915
Dados: 2024.06.27 16:28:14 -03'00'

Nerci Santin
Prefeito Municipal

Avenida Padre João Smedt, 1605 – Centro - 89.830-000 - Abelardo Luz - SC.
E-mail: juridico@abelardoluz.sc.gov.br | Fone/Fax: (49) 3445-4322

Agrolândia

Prefeitura

EXTRATO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 06/2024

Publicação Nº 6131796

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6338DA62BCFA6F5417CB17C9040E96436A8E4A31

MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA/SC
PROCESSO LICITATORIO Nº 101/2024
EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 06/2024

O Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Concorrência Presencial, com adjudicação por MAIOR OFERTA para PERMISSÃO DE USO DAS INSTALAÇÕES LOCALIZADAS JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL, NA RUA NEREU RAMOS, NESTA CIDADE, OBJETIVANDO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL COM ATIVIDADE DE BAR E LANCHONETE, PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.061, DE 20 DE JUNHO DE 2024.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: até às 08:30h do DIA 20 DE AGOSTO DE 2024.

ABERTURA DOS ENVELOPES: a partir das 09h00min do DIA 20 DE AGOSTO DE 2024.

ENDEREÇO: RUA DOS PIONEIROS, Nº 109, CENTRO.

Licitação regida pela Lei nº 14.133/21 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua dos Pioneiros, 109, Centro, Agrolândia/SC pelo Fone/Whats: (47) 3534-4141, nos sites: www.agrolandia.sc.gov.br e no e-mail: licitacao@agrolandia.sc.gov.br.

Agrolândia (SC), 27 de Junho de 2024.

JOSÉ CONSTANTE
Prefeito Municipal

REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024/FMS

Publicação Nº 6132992

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 90A8E17052917E4D56D590056750AC830BEB4E81

MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA/SC
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que está reabrindo o prazo de abertura do PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2024/FMS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIOS-X, FIXO, DIGITAL, PARA FINS DE DIAGNOSTICO CLÍNICO POR IMAGEM DESTINADO AOS USUÁRIOS DO FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ficando definidas as seguintes datas e horários:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13:30h do DIA 11 DE JULHO DE 2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 14h00min do DIA 11 DE JULHO DE 2024.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: http:// www.bnc.org.br.

Licitação regida pela Lei nº 14.133/21 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua dos Pioneiros, 109, Centro, Agrolândia/SC pelo Fone/Whats: (47)3534-4141, nos sites: www.agrolandia.sc.gov.br e www.bnc.org.bre no e-mail: licitacao@agrolandia.sc.gov.br.

Agrolândia (SC), 27 de Junho de 2024.

JOSÉ CONSTANTE
Prefeito Municipal

Água Doce

Prefeitura

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 106/2024/PMAD - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 27/2024/PMAD

Publicação Nº 6128618

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C45016768D5119C330904B98755E3CD56858345E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2024/PMAD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024/PMAD

LEI Nº. 14.133/21 DE 01 DE ABRIL DE 2021

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 106/2024/PMAD, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO nº 27/2024/PMAD", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao Aquisição de equipamentos agrícolas, com Recursos Estaduais, Recursos Federais e Recursos Próprios do Município, conforme especificações descritas no Edital e seus Anexos, o qual será processado e julgado no dia 11 de julho de 2024 às 08h15, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Limite para apresentação da proposta e documentação: 11 de julho de 2024 às 08h00. Íntegra do Edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br

Água Doce, SC, 26 de junho de 2024.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge – TCE/SC)

C45016768D5119C330904B98755E3CD56858345E

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2023

Publicação Nº 6132001

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Sexto Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preços nº79/2023

Ata Nº:	79/2023
Detentora da Ata:	AUTO POSTO AGUAS FRIAS LTDA
Objeto	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Processo Nº	125/2023
Modalidade	Pregão Nº 42/2023
Vigência da Ata	Início: 28/06/2024 Fim: 31/12/2024

PREÇOS REGISTRADOS

Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	3	Óleo Diesel S10	l	6,17

Águas Frias – SC, 27 de junho de 2024

LUIZ JOSE DAGA:62589911904

Assinado de forma digital por LUIZ JOSE DAGA:62589911904
Dados: 2024.06.27 13:13:28 -03'00'

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO N°. 089 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131603

DECRETO N°. 089/2024
Concede exoneração, a pedido, a Servidora Pública Municipal

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar n°. 52/2022, de 01.04.2022,

RESOLVE:

Art. 1° – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, a Senhora Nayra Seidler, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Gabinete, matrícula nº 9323, a partir do dia 30.06.2024.

Art. 2° – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 28 de junho de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

DECRETO N°. 092 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134987

DECRETO N°. 092/2024
Concede exoneração, a pedido, a Servidora Pública Municipal

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar n°. 52/2022, de 01.04.2022,

RESOLVE:

Art. 1° – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, a Senhora Daniela Schmitz, ocupante do cargo comissionado de Procurador Geral Jurídico, matrícula nº 9298, a partir do dia 01.07.2024.

Art. 2° – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 28 de junho de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

Alfredo Wagner

PREFEITURA

AVISO DE COTAÇÃO DE PLANILHA PARA COMPRA DIRETA Nº 15/2024 - SAS

Publicação Nº 6132668

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Garantia dos Direitos Sociais e da Dignidade Humana

AVISO DE COTAÇÃO DE PLANILHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE COTAÇÃO Nº 15/2024
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021

O Município de Alfredo Wagner, inscrito no CNPJ nº 83.102.608/0001-54, com sede a Rua Anitápolis nº 250, Centro de Alfredo Wagner – SC, através da Secretaria Municipal de Assistencia Social, informa que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto é a aquisição material de expediente para a secretaria municipal de assistencia social.

Descrições e especificações técnicas necessárias:					
Item nº	**Descrição do item**	**Und. de Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	TONER, compativel com a impressora modelo Brother L5652.	UND	01	R$ 0	R$ 0
02		UND		0	0
Valor Total da Contratação ==>					**R$**

A planilha de preços que poderá ser preenchida pelos interessados, encontra-se à diposição no seguinte endereço eletrônico:
https://alfredowagner.sc.gov.br/licitacao/aviso-de-cotacao-de-planilha-para-compra-direta-no-15-2024-sas/

Data e horário limite para apresentação das propostas:
06 de julho de 2024, até às 23h59min (horário de Brasília – DF)

O prazo de entrega do material e/ou prestação dos serviços devidamente executados será de até 07 (sete) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações, com aplicação das sanções dispostas nos art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, e serão aplicadas as sanções dos art. 162 e 163 da Lei nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial.

As empresas interessadas devem emitir as **certidões negativas de débitos** na seguintes eferas: Federal, Estadual, Municipal, FGTS e a CNDT.

A documentação de habilitação (certidões negativas) devem estar de acordo com as normas dispostas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4908/2023. A empresa deverá fornecer a documentação junto do orçamento do produto/serviço cotado.

Endereço para envio das propostas e documentação:
assistenciaalfredowagner@gmail.com ou telefone e *whatsapp*: (48) 3276 2227.

Alfredo Wagner – SC, 27 de junho de 2024.

Thais Andrieli Menezes
Secretária Municipal de Assistencia Social

RETIFICAÇÃO LOA 1114-2023

Publicação Nº 6131247

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

LEI Nº 1.114/2023.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Alfredo Wagner para o exercício de 2024.

Gilmar Sani, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, faz saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Do Orçamento do Município

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Alfredo Wagner para o exercício de 2024 estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 62.445.000,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), sendo R$ 46.807.000,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e sete mil reais) do Orçamento Fiscal e R$ 15.638.000,00 (quinze milhões, seiscentos e trinta e oito mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos do Executivos e Legislativo

Artigo 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2024 estima a Receita em R$ 62.445.000,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais). Fixa a Despesas para a Câmara Municipal em R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) e em R$ 61.145.000,00 (sessenta e um milhões, cento e quarenta e cinco mil reais) as Despesas do Poder Executivo.

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	**57.442.000,00**
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MELHORIAS	5.488.000,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	549.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	907.000,00
1.6. RECEITAS DE SERVIÇOS	50.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.323.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.125.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	**10.780.000,00**

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

2.4. TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	10.780.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**5.777.000,00**
9.7. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	5.777.000,00
SOMA	**62.445.000,00**

§ 2º - A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 – Câmara Municipal	1.300.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	1.503.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão	3.851.000,00
04 – Secretaria Municipal de Fazenda	1.037.000,00
05 – Secretaria Municipal da Educação e Desporto	20.249.000,00
06 – Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Juventude	2.602.000,00
08 – Secretaria Municipal Desen. Comunitário, Prom. e Assist. Social	3.020.000,00
09 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	12.692.000,00
10 – Secretaria Municipal da Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	1.285.000,00
11 – Encargos Gerais do Município	1.951.000,00
12 – Reserva de Contingência	477.000,00
13 – Fundo Municipal da Saúde	12.478.000,00
TOTAL	**62.445.000,00**

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.300.000,00
04 – Administração	6.079.000,00
06 – Segurança Pública	280.000,00
08 – Assistência Social	3.160.000,00
10 – Saúde	12.478.000,00

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

12 – Educação	19.658.000,00
13 – Cultura	107.000,00
15 – Urbanismo	3.783.000,00
16 – Habitação	30.000,00
17 – Saneamento	90.000,00
19 – Ciência e Tecnologia	11.000,00
20 – Agricultura	1.265.000,00
22 – Indústria	20.000,00
23 – Comércio e Serviços	2.565.000,00
26 – Transporte	8.650.000,00
27 – Desporto e Lazer	541.000,00
28 – Encargos Especiais	1.951.000,00
99 – Reserva de Contingência	477.000,00
TOTAL	**62.445.000,00**

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000 – Encargos Gerais	1.951.000,00
0001 – Gestão Administrativa Superior	7.521.000,00
0002 – Ensino de Qualidade	19.708.000,00
0003 – Descobrindo Novos Talentos	541.000,00
0004 – Saúde para Todos	12.478.000,00
0005 – Serviços Sócios Assistenciais	3.190.000,00
0006 – Revitalizando a Cidade de Alfredo Wagner	12.692.000,00
0007 – Agricultura e Meio Ambiente	1.285.000,00
0008 – Cultura e Turismo	2.602.000,00
9999 - Reserva de Contingência	477.000,00
TOTAL	**62.445.000,00**

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	**47.577.000,00**
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.951.000,00
3.2.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.426.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**14.391.000,00**
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	13.791.000,00
4.6.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00
9.9.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**477.000,00**
SOMA	**62.445.000,00**

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

Artigo 3º- O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal para o exercício de 2024 estima a Receita em R$ 58.638.000,00 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil reais) e fixa as Despesas em R$ 48.667.000,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil reais) e as transferências do tesouro ao Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal em R$ 9.971.000,00 (nove milhões, novecentos e setenta e um mil reais).

§ 1º- A Receita será realizada mediante Transferência Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	**53.831.000,00**
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MELHORIA	5.415.000,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	549.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	852.000,00
1.6. RECEITAS DE SERVIÇOS	50.000,00

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.841.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.124.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	**10.580.000,00**
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.580.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**5.773.000,00**
9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	5.773.000,00
TOTAL	**58.638.000,00**

§ 2º- A Despesa da entidade Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração	6.079.000,00
06 – Segurança Pública	280.000,00
08 – Assistência Social	3.160.000,00
12 – Educação	19.658.000,00
13 – Cultura	107.000,00
15 – Urbanismo	3.783.000,00
16 – Habitação	30.000,00
17 – Saneamento	90.000,00
19 – Ciência e Tecnologia	11.000,00
20 – Agricultura	1.265.000,00
22 – Indústria	20.000,00
23 – Comércio e Serviços	2.565.000,00

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

26 – Transporte	8.650.000,00
27 – Desporte e Lazer	541.000,00
28 – Encargos Especiais	1.951.000,00
99 – Reserva de Contingência	477.000,00
SOMA	**48.667.000,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.971.000,00
TOTAL	**58.638.000,00**

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	**34.292.000,00**
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.656.000,00
3.2.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.436.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**13.898.000,00**
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	13.298.000,00
4.6.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00
9.9.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	**477.000,00**
SOMA	**48.667.000,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.971.000,00
TOTAL	**58.638.000,00**

Do

Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Artigo 4º - O orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2024 estima a Receita em R$ 3.807.000,00 (três milhões, oitocentos e sete mil reais), as Transferências Financeiras

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

do Tesouro municipal em R$ 8.671.000,00 (oito milhões, seiscentos e setenta e um mil reais) e fixa a despesa em R$ 12.478.000,00 (doze milhões, quatrocentos e setenta e oito mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	**3.611.000,00**
1.1 RECEITA DE IMPOSTOS, TAXAS E CONTR. MELHORIAS	73.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	55.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.482.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS	1.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	**200.000,00**
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**4.000,00**
9.7. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	4.000,00
SOMA	**3.807.000,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	8.671.000,00
SOMA	**8.671.000,00**
TOTAL	**12.478.000,00**

§ 2º - A Despesas de entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSiFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde	12.478.000,00
TOTAL	**12.478.000,00**

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	**12.015.000,00**
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.475.000,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.540.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**463.000,00**
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	463.000,00
TOTAL	**12.478.000,00**

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Artigo 5º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal para o exercício de 2024 receberá como transferência financeira da Prefeitura o valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão, trezentos mil reais) e fixa a despesa do mesmo valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferência Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminados nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.300.000,00
TOTAL	**1.300.000,00**

§ 2º - A Despesa da entidade Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.300.000,00
TOTAL	**1.300.000,00**

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	**1.270.000,00**
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	820.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	450.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**30.000,00**
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	30.000,00
SOMA	**1.300.000,00**

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

Art. 6° A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN n° 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho da despesa.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, admitida a sua utilização para outra finalidade por ato do Chefe do Poder Executivo, no final do respectivo exercício, justificadamente, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único – Os recursos orçamentários reservados no anexo de riscos fiscais no evento ¨Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor¨ constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, assim como, incluir na ação de Governo, novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para atender aos objetivos e metas nela estabelecidas.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, com remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, com ações e serviços públicos de saúde e os gastos com recursos do FUNDEB serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo estabelecido na norma constitucional e legal na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

§1º Para efeito de cálculo dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado o valor das despesas empenhadas ou liquidadas na fonte de recursos 1.500.1001.000 – Recursos de Impostos para MDEB em relação ás receitas resultantes de impostos arrecadadas.

Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

PREFEITURA DE
ALFREDO WAGNER
Capital Catarinense das Nascentes

§2º Para efeito de cálculo dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerado o valor das despesas empenhadas ou liquidadas na fonte de recursos 1.540.1070.023 – Transferências do FUNDEB 70% em relação ás receitas arrecadadas a título de FUNDEB e seus rendimentos.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerado o valor das despesas empenhadas e liquidadas na fonte de recursos 1.500.1002.000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde em relação às receitas produto de impostos arrecadadas.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo de 90% dos recursos recebidos a título de FUNDEB no exercício de 2024 será considerado o valor total das despesas empenhadas ou liquidadas nas fontes de recursos: 1.540.1070.023 – Transferências do FUNDEB 70% e 1.540.7000.024 – FUNDEB 30% e seus rendimentos.

Art. 11 Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais sem comprometer o limite previsto no artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Art. 12 Durante o exercício de 2024 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 13 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1° de janeiro de 2024.

Alfredo Wagner, em 20 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
GILMAR SANI
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

GILMAR SANI
Prefeito Municipal

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	57.442.000,00	DESPESAS CORRENTES	47.577.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.488.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.951.000,00
Contribuições	549.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	200.000,00
Receita Patrimonial	907.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.426.000,00
Receita de Serviços	50.000,00		
Transferências Correntes	44.323.000,00		
Outras Receitas Correntes	6.125.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.777.000,00		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MEL	-81.000,00		
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE	-5.696.000,00		
		Superavit	4.088.000,00
Total	51.665.000,00	Total	51.665.000,00
Superavit do orçamento corrente	4.088.000,00		
Receitas de Capital	10.780.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	14.391.000,00
Transferências de Capital	10.780.000,00	INVESTIMENTOS	13.791.000,00
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	600.000,00
Deficit	3.611.000,00		
Total	14.391.000,00	Total	14.391.000,00

Resumo

Receitas Correntes	57.442.000,00	91,99 %	DESPESAS CORRENTES	47.577.000,00	76,19 %
Receitas de Capital	10.780.000,00	17,26 %	DESPESAS DE CAPITAL	14.391.000,00	23,05 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.777.000,00	-9,25 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	477.000,00	0,76 %
Total	62.445.000,00	100,00 %	Total	62.445.000,00	100,00 %

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			47.577.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		23.951.000,00	
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos		6.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		35.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		23.910.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		200.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		200.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.426.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.575.000,00	
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernament. Nacionais		2.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		30.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.809.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		10.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			14.391.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		13.791.000,00	
4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernament. Nacionais		1.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		13.780.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		600.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			477.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		477.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		477.000,00	
			Total das despesas:	**62.445.000,00**
			Total geral:	**62.445.000,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.300.000,00		1.300.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.300.000,00		1.300.000,00
01.031.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.300.000,00		1.300.000,00
04	Administração	4.079.000,00	2.000.000,00	6.079.000,00
04.122	Administração Geral	2.967.000,00	2.000.000,00	4.967.000,00
04.122.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2.967.000,00	2.000.000,00	4.967.000,00
04.123	Administração Financeira	962.000,00		962.000,00
04.123.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	962.000,00		962.000,00
04.124	Controle Interno	150.000,00		150.000,00
04.124.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	150.000,00		150.000,00
06	Segurança Pública	280.000,00		280.000,00
06.181	Policiamento	169.000,00		169.000,00
06.181.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	169.000,00		169.000,00
06.182	Defesa Civil	111.000,00		111.000,00
06.182.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	111.000,00		111.000,00
08	Assistência Social	1.660.000,00	1.500.000,00	3.160.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	75.000,00		75.000,00
08.241.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS	75.000,00		75.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	185.000,00		185.000,00
08.243.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS	185.000,00		185.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.400.000,00	1.500.000,00	2.900.000,00
08.244.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS	1.400.000,00	1.500.000,00	2.900.000,00
10	Saúde	8.886.000,00	3.592.000,00	12.478.000,00
10.301	Atenção Básica	8.158.000,00	2.853.000,00	11.011.000,00
10.301.0004	SAÚDE PARA TODOS	8.158.000,00	2.853.000,00	11.011.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	469.000,00	460.000,00	929.000,00
10.302.0004	SAÚDE PARA TODOS	469.000,00	460.000,00	929.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	209.000,00	141.000,00	350.000,00
10.303.0004	SAÚDE PARA TODOS	209.000,00	141.000,00	350.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	20.000,00	97.000,00	117.000,00
10.304.0004	SAÚDE PARA TODOS	20.000,00	97.000,00	117.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	30.000,00	41.000,00	71.000,00
10.305.0004	SAÚDE PARA TODOS	30.000,00	41.000,00	71.000,00
12	Educação	19.658.000,00		19.658.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	850.000,00		850.000,00
12.306.0002	ENSINO DE QUALIDADE	850.000,00		850.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	19.658.000,00		19.658.000,00
12.361	Ensino Fundamental	11.741.000,00		11.741.000,00
12.361.0002	ENSINO DE QUALIDADE	11.741.000,00		11.741.000,00
12.362	Ensino Médio	1.705.000,00		1.705.000,00
12.362.0002	ENSINO DE QUALIDADE	1.705.000,00		1.705.000,00
12.363	Ensino Profissional	5.000,00		5.000,00
12.363.0002	ENSINO DE QUALIDADE	5.000,00		5.000,00
12.364	Ensino Superior	250.000,00		250.000,00
12.364.0002	ENSINO DE QUALIDADE	250.000,00		250.000,00
12.365	Educação Infantil	5.027.000,00		5.027.000,00
12.365.0002	ENSINO DE QUALIDADE	5.027.000,00		5.027.000,00
12.367	Educação Especial	80.000,00		80.000,00
12.367.0002	ENSINO DE QUALIDADE	80.000,00		80.000,00
13	Cultura	107.000,00		107.000,00
13.392	Difusão Cultural	107.000,00		107.000,00
13.392.0002	ENSINO DE QUALIDADE	50.000,00		50.000,00
13.392.0008	CULTURA E TURISMO	57.000,00		57.000,00
15	Urbanismo	2.782.000,00	1.001.000,00	3.783.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.709.000,00	1.001.000,00	3.710.000,00
15.451.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	2.709.000,00	1.001.000,00	3.710.000,00
15.452	Serviços Urbanos	73.000,00		73.000,00
15.452.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	73.000,00		73.000,00
16	Habitação	30.000,00		30.000,00
16.481	Habitação Rural	15.000,00		15.000,00
16.481.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS	15.000,00		15.000,00
16.482	Habitação Urbana	15.000,00		15.000,00
16.482.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS	15.000,00		15.000,00
17	Saneamento	90.000,00		90.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural	55.000,00		55.000,00
17.511.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	55.000,00		55.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	35.000,00		35.000,00
17.512.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	35.000,00		35.000,00
19	Ciência e Tecnologia	11.000,00		11.000,00
19.722	Telecomunicações	11.000,00		11.000,00
19.722.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	11.000,00		11.000,00

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	1.265.000,00		1.265.000,00
20.606	Extensão Rural	1.265.000,00		1.265.000,00
20.606.0007	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.265.000,00		1.265.000,00
22	Indústria	20.000,00		20.000,00
22.661	Promoção Industrial	20.000,00		20.000,00
22.661.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	20.000,00		20.000,00
23	Comércio e Serviços	2.565.000,00		2.565.000,00
23.691	Promoção Comercial	215.000,00		215.000,00
23.691.0008	CULTURA E TURISMO	215.000,00		215.000,00
23.695	Turismo	2.350.000,00		2.350.000,00
23.695.0007	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	20.000,00		20.000,00
23.695.0008	CULTURA E TURISMO	2.330.000,00		2.330.000,00
26	Transporte	8.650.000,00		8.650.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	8.650.000,00		8.650.000,00
26.782.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	8.650.000,00		8.650.000,00
27	Desporto e Lazer	541.000,00		541.000,00
27.812	Desporto Comunitário	541.000,00		541.000,00
27.812.0003	DESCOBRINDO NOVOS TALENTOS	541.000,00		541.000,00
28	Encargos Especiais	1.951.000,00		1.951.000,00
28.122	Administração Geral	780.000,00		780.000,00
28.122.0000	ENCARGOS GERAIS	780.000,00		780.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	800.000,00		800.000,00
28.843.0000	ENCARGOS GERAIS	800.000,00		800.000,00
28.845	Outras Transferências	371.000,00		371.000,00
28.845.0000	ENCARGOS GERAIS	371.000,00		371.000,00
99	Reserva de Contingência			477.000,00
99.999	Reserva de Contingência			477.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			477.000,00
	Total:	**54.352.000,00**	**8.093.000,00**	**62.445.000,00**
	Total geral:	**54.352.000,00**	**8.093.000,00**	**62.445.000,00**

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão \ Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	1.202.000,00	0,00	111.000,00
03.00 - SECR. MUNICIPAL ADMIN., PLANEJAMENTO E GESTÃO.	0,00	0,00	0,00	3.840.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECR. MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	1.037.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECR. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECR. MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECR. MUN. DO DESENV. COMUN., PROM. E ASS. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECR. MUNICIPAL DA INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.000,00
10.00 - SECR. MUNIC. DA AGRIC., ABASTEC. E MEIO-AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	**1.300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**6.079.000,00**	**0,00**	**280.000,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão \ Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECR. MUNICIPAL ADMIN., PLANEJAMENTO E GESTÃO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECR. MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECR. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.658.000,00
06.00 - SECR. MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECR. MUN. DO DESENV. COMUN., PROM. E ASS. SOCIAL	0,00	2.990.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECR. MUNICIPAL DA INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECR. MUNIC. DA AGRIC., ABASTEC. E MEIO-AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	12.478.000,00	0,00	0,00
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	**0,00**	**3.160.000,00**	**0,00**	**12.478.000,00**	**0,00**	**19.658.000,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão \ Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECR. MUNICIPAL ADMIN., PLANEJAMENTO E GESTÃO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECR. MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECR. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECR. MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE	57.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECR. MUN. DO DESENV. COMUN., PROM. E ASS. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
09.00 - SECR. MUNICIPAL DA INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	3.783.000,00	0,00	90.000,00	0,00
10.00 - SECR. MUNIC. DA AGRIC., ABASTEC. E MEIO-AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	**107.000,00**	**0,00**	**3.783.000,00**	**30.000,00**	**90.000,00**	**0,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão \ Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECR. MUNICIPAL ADMIN., PLANEJAMENTO E GESTÃO.	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECR. MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECR. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECR. MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	2.545.000,00	0,00
08.00 - SECR. MUN. DO DESENV. COMUN., PROM. E ASS. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECR. MUNICIPAL DA INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECR. MUNIC. DA AGRIC., ABASTEC. E MEIO-AMBIENTE	0,00	1.265.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	**11.000,00**	**1.265.000,00**	**0,00**	**20.000,00**	**2.565.000,00**	**0,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão \ Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.503.000,00
03.00 - SECR. MUNICIPAL ADMIN., PLANEJAMENTO E GESTÃO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.851.000,00
04.00 - SECR. MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.037.000,00
05.00 - SECR. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	0,00	0,00	541.000,00	0,00	0,00	20.249.000,00
06.00 - SECR. MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.602.000,00
08.00 - SECR. MUN. DO DESENV. COMUN., PROM. E ASS. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.020.000,00
09.00 - SECR. MUNICIPAL DA INFRA-ESTRUTURA	0,00	8.650.000,00	0,00	0,00	0,00	12.692.000,00
10.00 - SECR. MUNIC. DA AGRIC., ABASTEC. E MEIO-AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285.000,00
11.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	1.951.000,00	0,00	1.951.000,00
12.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	477.000,00	477.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.478.000,00
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
Total:	**0,00**	**8.650.000,00**	**541.000,00**	**1.951.000,00**	**477.000,00**	**62.445.000,00**
Total geral:						**62.445.000,00**

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		1.300.000,00		1.300.000,00
01.031	Ação Legislativa		1.300.000,00		1.300.000,00
01.031.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		1.300.000,00		1.300.000,00
04	Administração	2.620.000,00	3.459.000,00		6.079.000,00
04.122	Administração Geral	2.480.000,00	2.487.000,00		4.967.000,00
04.122.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2.480.000,00	2.487.000,00		4.967.000,00
04.123	Administração Financeira	140.000,00	822.000,00		962.000,00
04.123.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	140.000,00	822.000,00		962.000,00
04.124	Controle Interno		150.000,00		150.000,00
04.124.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		150.000,00		150.000,00
06	Segurança Pública		280.000,00		280.000,00
06.181	Policiamento		169.000,00		169.000,00
06.181.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER		169.000,00		169.000,00
06.182	Defesa Civil		111.000,00		111.000,00
06.182.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		111.000,00		111.000,00
08	Assistência Social	1.685.000,00	1.475.000,00		3.160.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	45.000,00	30.000,00		75.000,00
08.241.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS	45.000,00	30.000,00		75.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		185.000,00		185.000,00
08.243.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS		185.000,00		185.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.640.000,00	1.260.000,00		2.900.000,00
08.244.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS	1.640.000,00	1.260.000,00		2.900.000,00
10	Saúde	375.000,00	12.103.000,00		12.478.000,00
10.301	Atenção Básica	375.000,00	10.636.000,00		11.011.000,00
10.301.0004	SAÚDE PARA TODOS	375.000,00	10.636.000,00		11.011.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		929.000,00		929.000,00
10.302.0004	SAÚDE PARA TODOS		929.000,00		929.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		350.000,00		350.000,00
10.303.0004	SAÚDE PARA TODOS		350.000,00		350.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		117.000,00		117.000,00
10.304.0004	SAÚDE PARA TODOS		117.000,00		117.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		71.000,00		71.000,00
10.305.0004	SAÚDE PARA TODOS		71.000,00		71.000,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	2.024.000,00	17.634.000,00		19.658.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		850.000,00		850.000,00
12.306.0002	ENSINO DE QUALIDADE		850.000,00		850.000,00
12.361	Ensino Fundamental	1.703.000,00	10.038.000,00		11.741.000,00
12.361.0002	ENSINO DE QUALIDADE	1.703.000,00	10.038.000,00		11.741.000,00
12.362	Ensino Médio		1.705.000,00		1.705.000,00
12.362.0002	ENSINO DE QUALIDADE		1.705.000,00		1.705.000,00
12.363	Ensino Profissional		5.000,00		5.000,00
12.363.0002	ENSINO DE QUALIDADE		5.000,00		5.000,00
12.364	Ensino Superior		250.000,00		250.000,00
12.364.0002	ENSINO DE QUALIDADE		250.000,00		250.000,00
12.365	Educação Infantil	321.000,00	4.706.000,00		5.027.000,00
12.365.0002	ENSINO DE QUALIDADE	321.000,00	4.706.000,00		5.027.000,00
12.367	Educação Especial		80.000,00		80.000,00
12.367.0002	ENSINO DE QUALIDADE		80.000,00		80.000,00
13	Cultura		107.000,00		107.000,00
13.392	Difusão Cultural		107.000,00		107.000,00
13.392.0002	ENSINO DE QUALIDADE		50.000,00		50.000,00
13.392.0008	CULTURA E TURISMO		57.000,00		57.000,00
15	Urbanismo	2.542.000,00	1.241.000,00		3.783.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.542.000,00	1.168.000,00		3.710.000,00
15.451.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	2.542.000,00	1.168.000,00		3.710.000,00
15.452	Serviços Urbanos		73.000,00		73.000,00
15.452.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER		73.000,00		73.000,00
16	Habitação		30.000,00		30.000,00
16.481	Habitação Rural		15.000,00		15.000,00
16.481.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS		15.000,00		15.000,00
16.482	Habitação Urbana		15.000,00		15.000,00
16.482.0005	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS		15.000,00		15.000,00
17	Saneamento		90.000,00		90.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural		55.000,00		55.000,00
17.511.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER		55.000,00		55.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		35.000,00		35.000,00
17.512.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER		35.000,00		35.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
19	Ciência e Tecnologia		11.000,00		11.000,00
19.722	Telecomunicações		11.000,00		11.000,00
19.722.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		11.000,00		11.000,00
20	Agricultura	340.000,00	925.000,00		1.265.000,00
20.606	Extensão Rural	340.000,00	925.000,00		1.265.000,00
20.606.0007	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	340.000,00	925.000,00		1.265.000,00
22	Indústria		20.000,00		20.000,00
22.661	Promoção Industrial		20.000,00		20.000,00
22.661.0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		20.000,00		20.000,00
23	Comércio e Serviços	2.161.000,00	404.000,00		2.565.000,00
23.691	Promoção Comercial	140.000,00	75.000,00		215.000,00
23.691.0008	CULTURA E TURISMO	140.000,00	75.000,00		215.000,00
23.695	Turismo	2.021.000,00	329.000,00		2.350.000,00
23.695.0007	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		20.000,00		20.000,00
23.695.0008	CULTURA E TURISMO	2.021.000,00	309.000,00		2.330.000,00
26	Transporte	1.401.000,00	7.249.000,00		8.650.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.401.000,00	7.249.000,00		8.650.000,00
26.782.0006	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER	1.401.000,00	7.249.000,00		8.650.000,00
27	Desporto e Lazer	321.000,00	220.000,00		541.000,00
27.812	Desporto Comunitário	321.000,00	220.000,00		541.000,00
27.812.0003	DESCOBRINDO NOVOS TALENTOS	321.000,00	220.000,00		541.000,00
28	Encargos Especiais			1.951.000,00	1.951.000,00
28.122	Administração Geral			780.000,00	780.000,00
28.122.0000	ENCARGOS GERAIS			780.000,00	780.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			800.000,00	800.000,00
28.843.0000	ENCARGOS GERAIS			800.000,00	800.000,00
28.845	Outras Transferências			371.000,00	371.000,00
28.845.0000	ENCARGOS GERAIS			371.000,00	371.000,00
99	Reserva de Contingência				477.000,00
99.999	Reserva de Contingência				477.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				477.000,00

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)
(Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				477.000,00
99.999	Reserva de Contingência				477.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				477.000,00
	Total:	**13.469.000,00**	**46.548.000,00**	**1.951.000,00**	**62.445.000,00**
	Total geral:	**13.469.000,00**	**46.548.000,00**	**1.951.000,00**	**62.445.000,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria de Finanças
Lei Orçamentária para 2024

ANEXO I.2

PROGRAMA:
0001 – Gestão Administrativa Superior

DIAGNÓSTICO:

- O Poder Legislativo funciona em prédio próprio, possui 09 Vereadores e 6 servidores municipais distribuídos em funções administrativas e de assessoria aos parlamentares. As sessões ordinárias da Câmara de Vereadores acontecem todas as segundas-feiras, entre 01 de fevereiro a 15 de julho e 1º de agosto a 20 de dezembro.
- A Estrutura de Gabinete do Prefeito é composta pelo Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Assessoria de Gabinete envolvendo 03 servidores
- A Procuradoria Geral conta com apenas uma servidora efetiva Assessora Jurídica e um Consultor Jurídico cargo comissionado.
- A Diretoria de Controle Interno atua com apenas 01 servidora.
- Todas essas unidades administrativas estão instaladas no prédio da Prefeitura, juntamente com secretarias municipais de Administração e de Fazenda.

DIRETRIZES:

1.1. Realizar uma ampla reforma administrativa com o objetivo de melhorar a gestão dos recursos públicos, visando a prestação de serviços de excelência à população alfredense.
1.2. Efetivar o Centro de Atendimento ao Cidadão e Ouvidoria Municipal, de forma online, via WhatsApp, para agilizar o atendimento ao público, receber denúncias, reclamações, reivindicações e sugestões;
1.3. Incentivar a qualificação profissional, com o objetivo de capacitar o cidadão para o mercado de trabalho;
1.4. Criação do Plano de Carreira do Servidor Público Municipal, respeitando o limite orçamentário.
1.5. Valorização dos servidores públicos, mediante a criação de gratificação por desempenho e eficiência, respeitando o limite orçamentário.
1.6. Treinamento, capacitação e orientação dos servidores municipais para o bom atendimento da população;
1.7. Proporcionar a instalação de novas empresas no Município que possam gerar empregos, com incentivos fiscais à instalação de unidades industriais e comerciais;
1.8. Articular-se com entidades representativas do setor empresarial visando apoiar as iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico, trabalho e geração de emprego e renda;
1.9. Incentivo à implantação de escolas técnico-profissionais de acordo com as necessidades do Município e região;
1.10. Ampliar o apoio às micro e pequenas empresas, ao comércio local e ao setor de serviços através de incentivos fiscais, de forma que ofereçam mais oportunidades, garantindo assim a permanência das pessoas em nosso Município.
1.11. Políticas públicas voltadas a incentivar o consumo no comércio local, criando eventos e feiras, objetivando o desenvolvimento de Alfredo Wagner;
1.12.
1.13. As Secretarias serão administradas por pessoas com capacitação técnica e conhecimento na área, de forma a garantir que as ações tenham maior assertividade;

Criar uma Comissão de Desenvolvimento Municipal para traçar os rumos do desenvolvimento de indústrias, turismo, comércio, ecoturismo e ocupação do solo, norteando as ações do Prefeito e vereadores na busca de investimentos, emendas parlamentares e parcerias público-privadas.

2. Realização de sessões ordinárias e extraordinárias quando convocadas regimentalmente; realização de reuniões pelas diversas comissões parlamentares; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de projetos de leis, de resoluções e de indicações; fiscalização dos atos da administração municipal; julgamento das contas de governo; realização de audiências públicas; e execução das demais atribuições do Poder Legislativo.
3. Coordenar, controlar e dirigir a execução das ações programadas e constantes da Lei Orçamentária Anual com apoio dos Secretários, Assessores e servidores municipais;
4. Atualização permanente das normas de controle interno, verificação do cumprimento das normas na execução dos atos da administração, programação e realização de auditoria interna, propor a instauração de tomada de contas especiais em caso de indícios de danos ao erário, propor abertura de processo administrativo nos casos de descumprimento de norma de controle interno, elaboração de relatório bimestral de controle interno, e emissão de parecer sobre as contas anuais de governo.
5. Emitir parecer técnico jurídico quando solicitado, defender os interesses públicos municipais em juízo e fora dele, emitir parecer nos processos licitatórios, contratos e convênios realizados pela administração, promover a execução de cobrança dos créditos fiscais e executar as demais atribuições da Procuradoria.

OBJETIVOS:

- Dar condições para que o Poder Legislativo exerça suas funções básicas de legislar, fiscalizar os atos da administração e julgar as contas de Governo.
- Coordenar através do Gabinete do Prefeito, a execução das políticas públicas contempladas nos instrumentos de planejamento.

Oferecer segurança jurídica na execução dos atos da administração e defender o interesse público e representar o Município nas demandas jurídicas.

01.01 - 01.031.2001	Manter as Atividades do Poder Legislativo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	820.000,00					820.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	450.000,00					450.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
	TOTAIS	**1.300.000,00**					**1.300.000,00**

0201.22.661.0001.2002	Apoio a Instalação de Indústrias

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**					**20.000,00**

0201.04.122.0001.1003	Aquisição de Veículo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00					140.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**					**140.000,00**

0301.04.122.0001.1004	Construção do centro Administrativo Municipal

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.701.7000.022				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	200.000,00	2.000.000,00				2.200.000,00
	TOTAIS	**200.000,00**	**2.000.000,00**				**2.200.000,00**

02.01 - 04.122.2005	Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	646.000,00					646.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	180.000,00					180.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**831.000,00**					**831.000,00**

02.01 - 04.122.2006	Manter as Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	56.000,00					56.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**81.000,00**					**81.000,00**

02.01 - 04.124.2007	Manter as Atividades da Diretoria de Controle Interno

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	115.000,00					115.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**150.000,00**					**150.000,00**

02.02 - 06.182.2008	Atividades de Prevenção e Combate a Incêndios e Salvamentos

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.899.7000.013					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	70.000,00					70.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**75.000,00**					**75.000,00**

02.03 - 06.182.2009	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**36.000,00**					**36.000,00**

03.01 - 04.122.1010	Aquisição de Veículo – Administração

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00					140.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**					**140.000,00**

03.01 - 19.722.2011	Manter Sistemas de Retransmissão de TV e Rádio

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	**11.000,00**					**11.000,00**

03.01 - 04.122.2012	Manter as Atividades da Secretaria Municipal de Administração

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	875.000,00					875.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	600.000,00					600.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	25.000,00					25.000,00
	TOTAIS	**1.500.000,00**					**1.500.000,00**

03.01 - 04.122.2016	Consórcio Público

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.71.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	35.000,00					35.000,00
3.3.71.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
4.4.71.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**75.000,00**					**75.000,00**

04.01 - 04.123.1014	Aquisição de Veículo – Fazenda

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00					140.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**					**140.000,00**

04.01 - 04.123.2015	Manter as Atividades da Secretaria da Fazenda

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	582.000,00					582.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	220.000,00					220.000,00
3.3.93.00	Operações entre Orgãos	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**822.000,00**					**822.000,00**

PROGRAMA:
0002 – Ensino de Qualidade

DIAGNÓSTICO:
Para atender as escolas do ensino fundamental, infantil e creches o município possui 230 servidores como professores, auxiliares de serviços gerais, bolsistas e outros. O transporte escolar diário de 1550 alunos é realizado através da frota do município mais veículos terceirizados que atendem alunos de pequenas comunidades onde o ônibus não transita. Há necessidade de renovação permanente da frota por veículos mais novos de forma a garantir a segurança das crianças, equipar e melhorar a rede física escolar, oportunizar cursos de capacitação e ampliação do acervo bibliográfico.

DIRETRIZES:
- Priorizar o investimento na rede de ensino infantil e fundamental, oportunizando a humanização do ambiente escolar por meio de melhorias no espaço físico e criação de áreas de lazer;
- Proporcionar incentivo ajudando no transporte dos alunos que frequentam o ensino superior fora do município, ampliando o repasse de verbas, assim como melhorar o transporte escolar com qualificação e valorização dos prestadores do serviço;
- Continuar e ampliar projetos educacionais como o “Se liga” e “Acelera”;
- Promover a capacitação e a valorização do magistério, cumprindo as disposições do FUNDEB, inclusive com atualização anual do piso salarial dos professores, garantindo-se remuneração não inferior ao Piso Salarial Nacional;
- Promover reformas nas unidades escolares de acordo com a necessidade;
- Captar recursos para a construção de uma cobertura para a quadra de esportes da Escola Reunida Balcino Mathias Wagner;
- Investir em materiais pedagógicos e tecnológicos necessários para garantir a qualidade do ensino, proporcionando aos alunos material didático adequado;
- Trabalhar ainda mais a inclusão e a permanência das crianças deficientes nas escolas, proporcionando condições de acessibilidade, materiais e equipamentos adequados;
- Acompanhamento nas escolas por profissionais de assistência ao aluno como: psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogo e assistente social;
- Enfrentar os fatores de evasão escolar, especialmente dos alunos jovens e adultos;
- Incentivar a qualificação e o aperfeiçoamento profissional e valorizar o trabalho realizado por cada professor, promovendo ainda mais cursos de capacitação a todos os profissionais ligados à Educação;
- Aulas de reforço no contra turno para alunos com baixo rendimento escolar.
- Ampliar o atendimento extracurricular proporcionando projetos de música, dança, teatro e artes.
- Estabelecer parcerias com institutos de educação como o Sistema Positivo e universidades, assim como com escolas de idiomas (Inglês e Espanhol);
- Estender para todas as escolas do Município o projeto Cooper Jovens, e demais entidades parceiras;
- Reestabelecer a parceria com a APAE e EJA;
- Resgatar as gincanas culturais e o programa de criação de hortas no ambiente escolar;
- Realizar, durante o ano letivo, reuniões pedagógicas com professores e equipes gestoras para planejamento das atividades;
- Adquirir materiais esportivos, jogos educativos de alfabetização, brinquedos e livros para as escolas visando aprimorar os trabalhos pedagógicos;
- Ampliar o trabalho de conscientização nas escolas, especialmente quanto ao saneamento básico, saúde, educação, assim como a destinação correta do lixo, reciclagem, preservação e uso consciente da água;
- Estimular a produção de tecnologia municipal, nas escolas e empresas, bem como promover o desenvolvimento de aplicativos voltados ao turismo da região.

OBJETIVOS:
- Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e melhorar sempre mais a qualidade de ensino.
- Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas.
- Manter os alunos bem nutridos, melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola.

Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental.

05.01 - 12.306.2017	Merenda Escolar

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000	1.552.7000.000				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	704.000,00	146.000,00				850.000,00
	TOTAIS	**704.000,00**	**146.000,00**				**850.000,00**

05.01 - 12.361.1018	Construir e Reformar Edificações Escolares - Fundamental

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.570.7000.002	1.571.7000.010			
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	30.000,00	501.000,00	491.000,00			1.022.000,00
	TOTAIS	**30.000,00**	**501.000,00**	**491.000,00**			**1.022.000,00**

05.01 - 12.361.1019	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1001.000	1.570.7000.001				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	40.000,00	501.000,00				541.000,00
	TOTAIS	**40.000,00**	**501.000,00**				**541.000,00**

05.01 - 12.361.2020	Manter a Educação Básica – Ensino Fundamental

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1001.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.126.000,00					1.126.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	500.000,00					500.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00					50.000,00
	TOTAIS	**1.676.000,00**					**1.676.000,00**

05.01 - 12.361.2.021	Manter a Educação Básica – Ensino Fundamental – Salário Educação

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.550.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	550.000,00					550.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	23.000,00					23.000,00
	TOTAIS	**573.000,00**					**573.000,00**

05.01 - 12.361.2.022	Manter a Educação Básica – Ensino Fundamental – FUNDEB

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.540.1070.023	1.540.7000.024				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	4.955.000,00					4.955.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta		50.000,00				50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta		30.000,00				30.000,00
	TOTAIS	**4.955.000,00**	**80.000,00**				**5.035.000,00**

05.01 - 12.361.2.023	Transporte Escolar da Educação Básica

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1001.000	1.553.7000.000	1.540.7000.024			
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	392.000,00		300.000,00			692.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	739.000,00	261.000,00	100.000,00			1.100.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**1.141.000,00**	**261.000,00**	**400.000,00**			**1.802.000,00**

05.01 - 12.362.2.024	Transporte Escolar do Ensino Médio

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000	1.571.7000.009				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	200.000,00	1.505.000,00				1.705.000,00
	TOTAIS	**200.000,00**	**1.505.000,00**				**1.705.000,00**

05.01 - 12.365.1025	Construir e Reformar Edificações Escolares - Infantil

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1001.000	1.570.7000.003				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00	301.000,00				321.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**	**301.000,00**				**321.000,00**

05.01 - 12.365.2.026	Manter a Educação Básica – Educação Infantil – FUNDEB

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1001.000	1.540.1070.023	1.540.7000.024			
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.611.000,00	2.267.000,00				3.878.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta			50.000,00			50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta			10.000,00			10.000,00
	TOTAIS	**1.611.000,00**	**2.267.000,00**	**60.000,00**			**3.938.000,00**

05.01 - 12.365.2027	Manter a Educação Básica – Educação Infantil

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1001.000	1.550.7000.000				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	208.000,00					208.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	450.000,00	100.000,00				550.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta		10.000,00				10.000,00
	TOTAIS	**658.000,00**	**110.000,00**				**768.000,00**

05.01 - 12.367.2028	Contribuição a APAE

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.50.00	Transf. A Instituições Priv. s/ Fins Lucrati	80.000,00					80.000,00
	TOTAIS	**80.000,00**					**80.000,00**

05.01 - 13.392.2029	Manter a Biblioteca Pública Municipal Castro Alves

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**50.000,00**					**50.000,00**

05.01 - 12.361.1030	Aquisição de Veículo – Educação

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1001.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00					140.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**					**140.000,00**

05.01 - 12.361.2031	Manter as Atividades da Secretaria Municipal da Educação

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.500.1001.000				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	362.000,00	300.000,00				662.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta		280.000,00				280.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta		10.000,00				10.000,00
	TOTAIS	**362.000,00**	**590.000,00**				**952.000,00**

05.01 - 12.363.2032	Apoio ao Ensino Profissional

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**5.000,00**					**5.000,00**

05.01 - 12.364.2033	Apoio ao Ensino Superior

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	250.000,00					250.000,00
	TOTAIS	**250.000,00**					**250.000,00**

PROGRAMA:
0003. Descobrindo Novos Talentos

DIAGNÓSTICO:
O Município possui 04 ginásios de esportes e 01 campo de futebol. Há no Município em torno de 20 agremiações esportivas de futebol de campo, salão, vôlei, tênis de mesa, capoeira e tiros de laço, que participam todos os anos de campeonatos locais, mobilizando as torcidas das diversas comunidades, propiciando lazer e entretenimento à população. A paixão esportiva latente na comunidade exige a construção de novos e melhores equipamentos esportivos haja vista que esta atividade é uma das poucas opções de lazer na zona rural.

DIRETRIZES:

- Apoiar, solidificar, incentivar e promover a realização da Festa do Barracão com vista ao direcionamento dos recursos arrecadados para o Hospital e/ou outras entidades.
- Reativar a Fundação Municipal de Esporte (FME);
- Pleitear junto a outras esferas de governo, parceria para a execução de projetos de iniciação esportiva;
- Estimular a prática esportiva de diversas modalidades com a realização de competições municipais e intermunicipais, e ampliar as escolinhas no centro e no interior;
- Pleitear recursos para a construção de novos espaços poliesportivos;
- Aprimorar a Comissão Municipal de Esporte (CME);
- Resgatar as festas e eventos tradicionais no município.
- Apoiar eventos tradicionalistas (CTG, tropeadas, tiro de laço).
- Apoiar eventos de lazer promovidos por organizações não governamentais;
- Aquisição, atualização e incentivo à doação de livros para ampliação do acervo na biblioteca pública municipal;
- Apoio ao museu de arqueologia, aos corais, grupos, projetos culturais e educacionais do município;
- Apoiar os Grupos da Terceira Idade com destinação de local apropriado para o Centro de Convivência dos Idosos.
- Pleitear verba para a construção da Casa da Cidadania.
- Incentivar o resgate da cultura baseado nas origens da população Alfredense.

OBJETIVOS:
Estimular a prática esportiva como lazer, desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades, descobrir novos talentos, manter os jovens ocupados de forma a mantê-los afastados dos vícios e da criminalidade.

05.01 - 27.812.2034	Apoio ao Esporte Amador

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	200.000,00					200.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**220.000,00**					**220.000,00**

05.01 - 27.812.1035	Construir e Reformar Espaços Esportivos

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.700.7000.020				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00	291.000,00				301.000,00
	TOTAIS	**30.000,00**	**291.000,00**				**321.000,00**

PROGRAMA:
0004. Saúde Para Todos

DIAGNÓSTICO:

- Segundo dados do IBGE o Município tem uma estimativa populacional de 10.136 habitantes;
- Para atender essa população o Município possui 02 unidades básicas de saúde (Postos de Saúde) com 91 servidores dentre médicos atendentes, odontólogos e outros.

Nos próximos quatro anos, reformar e/ou ampliar outras e adquirir mais veículos.

DIRETRIZES:

- Fazer convênios para ampliar o acesso a exames de média e alta complexidade;
- Ampliar convênios com especialidades médicas e clínicas (cardiologia, ortopedia, oftalmologia, Pediatria e outras);
- Pleitear junto às demais esferas de governo a ampliação das parcerias na busca de mais recursos para o Município;
- Promover capacitações dos servidores e profissionais da saúde a fim de garantir a melhoria do atendimento na rede de saúde pública;
- Humanização no atendimento, com atenção especial às gestantes, crianças, idosos, portadores de doenças cancerígenas e pessoas com deficiências, realizando atendimento em domicílio;
- Ampliar o número de atendimentos odontológico nos postos de saúde;
- Garantir o fornecimento pela Unidade Sanitária de medicamentos de uso contínuo e padronizados pelo SUS;
- Promover ações de saúde para os idosos;
- Pronto atendimento para os casos de urgência/emergência;
- Agilizar e simplificar o retorno ao médico através de agendamento prévio e sem fila;
- Ampliar o atendimento realizado por meio das visitas domiciliares;
- Ampliar e garantir o repasse mensal para a Fundação hospitalar do município;
- Estruturar o atendimento a dependentes químicos, buscando parceria com outros municípios e entidades;
- Prevenção de doenças através do programa nacional de vacinação, bem como de zoonoses e parasitoses na área rural e urbana;
- Orientação para prevenção de intoxicações por agrotóxicos;
- Otimizar o cadastro, o atendimento (sem enfrentamento de fila) e o acompanhamento dos pacientes que necessitam de medicamentos de uso contínuo;
- Garantir a oferta de atendimento do SAMU, assim como viabilizar o transporte de pacientes até os centros médicos regionais quando necessário;
- Buscar parceria entre o Governo do Estado, Federal e a Fundação Hospitalar, para ampliar e aprimorar o atendimento hospitalar, com médico 24 horas;
- Estudo para implementação de sistema online de marcação de consultas e exames;
- Buscar implementar casa de apoio em Florianópolis para pacientes de Quimioterapia, evitando as viagens e o sofrimento dos pacientes;
- Reorganizar o atendimento na atenção primária em saúde, reestruturando e ampliando a estratégia "Saúde da Família" (ESF) e a "Saúde Bucal", priorizando os bairros de maior vulnerabilidade, de acordo com os resultados do zoneamento;
- Reestruturar as áreas estratégicas da atenção primária, quais sejam: saúde da mulher, saúde da criança, controle do diabetes e da hipertensão, saúde do idoso e saúde do trabalhador;
- Remodelar a atuação e a gestão da saúde de nosso município;
- Agir na prevenção de epidemias através da reestruturação da Vigilância Sanitária, a partir da constatação das necessidades levantadas e realizar ações preditivas, preventivas e curativas;
- Buscar a ampliação dos atendimentos em saúde, por meio da construção de nova Unidade Básica de Saúde (UBS);
- Captar recursos para melhorar a infraestrutura das unidades de saúde do Município.
- Incluir os agentes de saúde no PMAQ-AB ou Programa Previne Brasil;

FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE ALFREDO WAGNER

- Incentivar a nomeação de diretoria técnica e sem vinculação política;
- Buscar parcerias junto ao Estado para viabilizar uma sala de estabilização e de atendimentos de média complexidade;
- Apoiar e buscar recursos para melhorar a infraestrutura do hospital e possibilitar a realização de procedimentos cirúrgicos de baixa e média complexidade;
- Criação de um quadro de sócios contribuintes através da Associação de Voluntários e Amigos do Hospital;
- Implantar, gradativamente, atendimento médico 24 horas no hospital;
- Buscar a implementação de uma área geriátrica para atendimento especializado da população idosa do município;
- Ampliar o atendimento de um número maior e mais diversificado de especialidades;
- Viabilizar meios para a construção de um heliporto próximo das dependências do hospital para garantir a agilidade nas transferências emergenciais dos pacientes do hospital de Alfredo Wagner para os grandes centros.
- Buscar meios para reverter em prol do hospital os impostos da saúde.

OBJETIVOS:
Desenvolver ações que se fundamentam em prevenção e na promoção da saúde e da qualidade de vida do cidadão.

13.01 - 10.301.1036	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.601.7000.017				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00	115.000,00				135.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**	**115.000,00**				**135.000,00**

13.01 - 10.301.1037	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.601.7000.017				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00	100.000,00				240.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**	**100.000,00**				**240.000,00**

13.01 - 10.301.2038	Manutenção das Ações de Atenção Básica

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.600.7000.016	1.621.7000.018	1.759.7000.015		
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	2.372.000,00	1.025.000,00				3.397.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	385.000,00	1.000.000,00	290.000,00	25.000,00		1.700.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	37.000,00	10.000,00	3.000,00			50.000,00
	TOTAIS	**2.794.000,00**	**2.035.000,00**	**293.000,00**	**25.000,00**		**5.147.000,00**

13.01 - 10.303.2039	Manutenção das Ações de Farmácia Básica

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.600.7000.016	1.621.7000.018			
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	209.000,00	63.000,00	78.000,00			350.000,00
	TOTAIS	**209.000,00**	**63.000,00**	**78.000,00**			**350.000,00**

13.01 - 10.304.2040	Ações de Vigilância Sanitária

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.600.7000.016	1.759.7000.015			
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00	40.000,00	57.000,00			102.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**	**40.000,00**	**57.000,00**			**117.000,00**

13.01 - 10.305.2041	Ações de Vigilância Epidemiológica

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.600.7000.016				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00	41.000,00				46.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**30.000,00**	**41.000,00**				**71.000,00**

13.01 - 10.302.2042	Ações de Média e Alta Complexidade - MAC

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.600.7000.016				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	253.000,00	197.000,00				450.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
	TOTAIS	**255.000,00**	**197.000,00**				**452.000,00**

13.01 - 10.301.2043	Manter as Atividades e Programas da Secretaria da Saúde

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000					
3.1.71.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	6.000,00					6.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.640.000,00					1.640.000,00
3.3.50.00	Transf. A Instituições Priv. s/ Fins Lucrati	50.000,00					50.000,00
3.3.71.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.750.000,00					1.750.000,00
4.4.71.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**3.459.000,00**					**3.459.000,00**

13.01 - 10.301.2044	Manter Ações de Saúde Complementar

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.600.7000.016				
3.3.50.00	Transf. A Instituições Priv. s/ Fins Lucrati	1.520.000,00	400.000,00				1.920.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00	90.000,00				100.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta		10.000,00				10.000,00
	TOTAIS	**1.530.000,00**	**500.000,00**				**2.030.000,00**

13.01 - 10.302.2045	Manter os Serviços de Assistência Móvel de Urgência – SAMU

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.1002.000	1.600.7000.016				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	139.000,00	263.000,00				402.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	70.000,00					70.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**214.000,00**	**263.000,00**				**477.000,00**

PROGRAMA:
0005. Serviços Sócios Assistenciais

DIAGNÓSTICO:
No município, havia **289** famílias beneficiárias do Bolsa Família no mês de **outubro de 2021** sendo **992** pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Dentre essas famílias, **85,8 %** dos responsáveis familiares (RF) eram do sexo feminino.
Nesse mês, o número de pessoas beneficiárias do PBF equivalia aproximadamente a **9%** da população total do município, abrangendo **187** famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa foi de **40 %** em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
O município está **abaixo da meta** de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. No mês de **outubro de 2021**, foram transferidos **R$ 26.940,00** às famílias do Programa no seu município, e o benefício médio repassado foi de **R$ 93,22** por família. O valor e os tipos de benefícios recebidos pelas famílias variam de acordo com o perfil de renda, tamanho e composição familiar (se há crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes na família, por exemplo). Com os crescentes de casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para diminuir e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura da Secretaria Municipal da Assistência Social, Conselhos Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.

- No Município há cerca de 289 famílias carentes cadastradas na assistência social e que necessitam da atenção do Poder Público e 03 grupos de idosos constituídos. Há necessidade de ações voltadas para elevação do nível de renda dessas famílias carentes e diversificação dos trabalhos de integração dos idosos e mães, realização de cursos profissionalizantes e ações voltadas para expansão do mercado de trabalho.
- Existência de jovens e adultos desempregados por falta de qualificação para o mercado de trabalho.
- No Município há uma entidade para atendimento de crianças que necessitam de orientações especiais e que sobrevive de doações da comunidade e do Poder Público.

DIRETRIZES:

3.1. Ações de prevenção ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes;
3.2. Encontro Municipal de Valorização da Pessoa Idosa;
3.3. Fortalecimento das atividades do CRAS, com o apoio às famílias do Programa Bolsa Família;
3.4. Ampliar as ofertas de oficinas ministradas no CRAS;
3.5. Implantar o projeto Tenho Nome e Sobrenome, que busca criar parcerias com cartórios, tribunais de justiça e bancos para que todas as famílias possam ter seus documentos;
3.6. Incentivar e apoiar os grupos de jovens e os clubes de mães;
3.7. Adequar o atendimento do Conselho tutelar, com a busca de recursos para a construção de sede própria;
3.8. Reformular e ampliar o centro de convivência dos idosos e grupos da 3ª idade;
3.9. Dar amplo apoio aos grupos de mulheres agricultoras;
3.10. Acessibilidade às pessoas com deficiências, permitindo sua melhor mobilidade nas ruas do centro do munícipio e no acesso aos órgãos públicos;
3.11. Criar ações que permitam a inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho e no esporte;
3.12. Garantir o apoio pedagógico através do segundo professor de turma e/ou professor de libras.

4. Ampliação da oferta de serviços destinados à inserção, prevenção, promoção e proteção dos usuários nos CRAS, e Gestão
5. Ter a família como foco nas ações e serviços
6. Trabalhar a Política de Assistência Social na lógica do direito, empoderando os usuários de seus serviços
7. Articulação com outras políticas públicas municipais, na perspectiva que se propicie a inclusão dos usuários.
8. Capacitação dos conselheiros do CMAS, CMDCA e Conselho Tutelar, fortalecendo a ampliação do controle social.
9. Intensificar a parceria com o Sistema de Garantia de Direitos
10. Participação da sociedade civil organizada na elaboração da Política e no acompanhamento e controle das ações através dos Conselhos Municipais afins.
11. Avaliação, monitoramento e controle das ações planejadas.

OBJETIVOS:
- Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade.
- Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar.
- Preparar os desempregados para o mercado de trabalho.
- Contribuir para um atendimento digno aos excepcionais de forma a integrá-los à sociedade.

08.01 - 08.241.1046	Construir e Reformar o Centro de Convivência da Terceira Idade

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**45.000,00**					**45.000,00**

08.01 - 08.241.2047	Atendimento à Pessoa Idosa

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
	TOTAIS	**30.000,00**					**30.000,00**

08.02 - 08.243.2048	Funcionamento e Manutenção do FIA

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**15.000,00**					**15.000,00**

08.01 - 08.244.2049	Manter as Atividades de Proteção Social Básica

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000	1.501.7000.000	1.660.7000.007	1.661.7000.012		
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	396.000,00	29.000,00	20.000,00			445.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta		285.000,00	35.000,00	30.000,00		350.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta		8.000,00	1.000,00	1.000,00		10.000,00
	TOTAIS	**396.000,00**	**718.000,00**	**56.000,00**	**31.000,00**		**805.000,00**

08.01 - 08.244.2050	Manter as Atividades de Proteção Social Especial

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**					**20.000,00**

02.01 - 08.243.2051	Manter as Atividades do Conselho Tutelar

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	135.000,00					135.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**170.000,00**					**170.000,00**

08.01 - 08.244.2052	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	207.000,00					207.000,00
3.3.50.00	Transf. A Instituições Priv. s/ Fins Lucrati	190.000,00					190.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**422.000,00**					**422.000,00**

08.01 - 08.244.2053	Manutenção do Bolsa Família – IGD/PBF

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.660.7000.006					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.000,00					3.000,00
	TOTAIS	**13.000,00**					**13.000,00**

08.03 - 16.482.2054	Apoio A Provisão Habitacional Rural de Interesse Social

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**15.000,00**					**15.000,00**

08.03 - 16.482.2094	Apoio A Provisão Habitacional Urbano de Interesse Social

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**15.000,00**					**15.000,00**

08.01 - 08.244.1055	Aquisição de Veículo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00					140.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**					**140.000,00**

PROGRAMA:
0006. Revitalizando a Cidade de Alfredo Wagner

DIAGNÓSTICO:

- O Município tem uma área de 733.489 Km2, população de 10.136 habitantes (segundo estimativa do IBGE para 2021), sendo 70 na área urbana. Tem serviço coleta e destinação final de 1.400 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por veículo da Prefeitura. O lixo é destinado ao aterro sanitário terceirizado.
- O sistema de iluminação pública é realizado através de 5000 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.
- O Município possui apenas uma praça pública. Há necessidade de remodelação e construção de novos espaços como áreas de lazer.
- O Município possui 21 Km de vias urbanas sob sua jurisdição e que necessitam de fiscalização de trânsito e trabalhos de adequação e manutenção do sistema de sinalização.
- O Município possui 35 comunidades. Não há transporte coletivo no Município. Há ainda muitos pontos de ônibus sem abrigo de passageiros, sujeitando-os ao sol e chuva enquanto aguardam o ônibus, necessitando assim de construir 20 novos abrigos.
- O Município tem cerca de 21 Km de vias urbanas dos quais 16 Km ainda não pavimentados.
- As ruas pavimentadas, em geral, não possuem passeios pavimentados, expondo os pedestres a riscos de atropelamento.

DIRETRIZES:

- Realizar coleta de lixo pelo menos duas vezes por semana.
- Manter, melhorar e ampliar o sistema de iluminação pública na cidade.
- Construção e remodelação de praças.
- Parcerias com a Polícia Civil e Militar do Estado de Santa Catarina no trabalho de disciplinamento do trânsito.
- Identificação dos pontos mais movimentados e construção de novos abrigos de passageiros.
- Eleger trechos mais densamente povoados para pavimentação de vias públicas.
- Pavimentação do passeio das principais vias urbanas.
- Manutenção da equipe técnica para conduzir o processo de implantação/operação do Plano Diretor.
- Ampliar a parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de SC no custeio do banco de horas das polícias militar e civil;
- Firmar parceria com o Governo do Estado no combate da criminalidade e tráfico de drogas no Município;
- Buscar parceria com o governo do Estado e a sociedade para implantar um posto policial com funcionamento 24h na entrada da cidade;
- Ampliação e melhoramento da vigilância noturna;
- Reestruturação do Conselho Municipal de Segurança (CONSEG).
- Construção de sede própria da Prefeitura Municipal;
- Investir em melhoria nas estradas municipais com ampliação de ruas, aplicação de cascalho, e implantação de bueiros para escoamento da água da chuva, inclusive no acesso às propriedades;
- Pavimentação ou recapeamento de ruas e avenidas, além da ampliação de calçamento nas ruas vicinais e denominação das vias;
- Instalação de equipamento de monitoramento por câmeras de vigilância em áreas estratégicas do município;
- Implantação de tanque de Diesel para suprir as necessidades dos veículos municipais e instalação de eficiente controle de gastos com transparência e lisura;
- Melhoria do saneamento básico, da iluminação pública, assim como incremento de ações de sinalização viária na área urbana e rural;
- Colocação de redutores de velocidade na Rua do Comércio e onde se averiguar necessidade;
- Aquisição de veículos para renovação e ampliação da frota municipal, veículos e máquinas, assim como ampliação da patrulha mecanizada e aquisição de britador;
- Conservação e construção de muros de gabiões para contenção de encostas nas áreas mais vulneráveis do Município;
- Reforma e manutenção das escolas e ginásios municipais;
- Realizar parcerias com Governo Federal para implantação de casas populares;
- Efetuar a revisão do convênio com a CASAN, objetivando a captação e decantação da água, assim como melhoraria no abastecimento de água;
- Instalação de lixeiras, hidrantes, e banheiros públicos, assim como instalação de pontos para coleta de lixo na área rural;
- Ampliar e melhorar a limpeza das ruas centrais do município;
- Estimular a coleta seletiva de lixo no Município;
- Reforma e adequação das praças públicas;
- Captação de recursos para a construção de pontes de ligação entre bairros da cidade e localidades rurais, assim como promover a manutenção das pontes existentes;
- Viabilização de recursos para a construção de uma arena coberta no Parque de Exposições para realização de eventos atividades sociais;
- Manutenção do salão do Parque Municipal Wilson Kleinubing;
- Buscar recursos para a criação de avenidas com o objetivo de melhorar o fluxo de trânsito no município.
- Apoiar a preparação do solo para construção de residências;
- Buscar projetos visando à instalação de placas de conversão de energia solar em energia elétrica em prédios públicos para reduzir os impactos ambientais e os gastos públicos;

OBJETIVOS:

- Dar destinação adequada para os resíduos sólidos e assim preservar o meio ambiente e a qualidade de vida.
- Manter as áreas de maior concentração urbana iluminada para oferecer mais segurança à população.
- Melhorar o visual urbanístico da cidade.
- Preservar a ordem pública, a disciplina e a segurança no trânsito.
- Oferecer mais conforto aos usuários do transporte coletivo.

- Eliminar a poeira, lama e buracos nas principais vias urbanas do Município e assim melhorar a qualidade de vida dos residentes.
- Dar segurança aos pedestres, principalmente em suas caminhadas diárias como forma de atividade física.

Controlar o parcelamento e uso do solo de forma a planejar a expansão da cidade, otimizar a função social da terra e garantir qualidade de vida às pessoas.

09.01 - 06.181.2055	Manutenção da Polícia Civil

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.752.7004.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	40.000,00					40.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	6.000,00					6.000,00
	TOTAIS	**46.000,00**					**46.000,00**

09.01 - 06.181.2056	Manutenção da Polícia Militar

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.752.7004.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	40.000,00					40.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	6.000,00					6.000,00
	TOTAIS	**46.000,00**					**46.000,00**

09.01 - 06.181.2057	Manter as atividades de Segurança Pública

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.752.7004.000				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	13.000,00	57.000,00				70.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.000,00	4.000,00				7.000,00
	TOTAIS	**16.000,00**	**61.000,00**				**77.000,00**

09.01 - 15.451.1058	Construção e Melhoria de Praças e Jardins

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**40.000,00**					**40.000,00**

06.01 - 15.452.2059	Manutenção do Cemitério Público Municipal

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	43.000,00					43.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	25.000,00					25.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**73.000,00**					**73.000,00**

09.01 - 15.451.1060	Construção Reformas de Abrigos de Passageiros

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
	TOTAIS	**30.000,00**					**30.000,00**

09.01 - 15.451.2061	Manter os Serviços de Limpeza Pública

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	224.000,00					224.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	380.000,00					380.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**614.000,00**					**614.000,00**

09.01 - 15.451.2062	Manter os Serviços de Iluminação Pública

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.751.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	554.000,00					554.000,00
	TOTAIS	**554.000,00**					**554.000,00**

09.01 - 15.451.1063	Pavimentação e Drenagem de Ruas e Passeios

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.700.7000.004	1.701.7000.011			
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	250.000,00	1.001.000,00	1.001.000,00			2.252.000,00
	TOTAIS	**250.000,00**	**1.001.000,00**	**1.001.000,00**			**2.252.000,00**

09.01 - 15.451.1064	Obras de Prevenção e Contenção de Cheias

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	40.000,00					40.000,00
	TOTAIS	**50.000,00**					**50.000,00**

09.01 - 17.511.2065	Abastecimento de Água Potável – Área Rural

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	50.000,00					50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**55.000,00**					**55.000,00**

09.01 - 17.512.2066	Abastecimento de Água Potável – Área Urbana

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**35.000,00**					**35.000,00**

09.01 - 26.782.1067	Aquisição de Veículos e Máquinas Rodoviárias

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	300.000,00					300.000,00
	TOTAIS	**300.000,00**					**300.000,00**

09.01 - 26.782.1068	Construção de Pontes e Bueiros

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.700.7000.005				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	100.000,00	1.001.000,00				1.101.000,00
	TOTAIS	**100.000,00**	**1.001.000,00**				**1.101.000,00**

09.01 - 15.451.1069	Abertura e Conservação de Vias Urbanas

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	150.000,00					150.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
	TOTAIS	**170.000,00**					**170.000,00**

09.01 - 26.782.2070	Manter as Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	403.000,00					403.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	600.000,00					600.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	30.000,00					30.000,00
	TOTAIS	**1.033.000,00**					**1.033.000,00**

09.01 - 26.782.2071	Conservação de Estradas Vicinais e Urbanas

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000	1.750.7000.000				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.700.000,00					1.700.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.500.000,00	1.000,00				4.501.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	15.000,00					15.000,00
	TOTAIS	**6.215.000,00**	**1.000,00**				**6.216.000,00**

PROGRAMA:
0007. Agricultura e Meio Ambiente

DIAGNÓSTICO:
O Município possui em seus 733.489 Km2 cerca de 3.000 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de agrícola, se constituindo em uma grande fonte de renda para os nossos habitantes. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 3.500 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades, construção de silos e açudes, destoca, aragem e aração, uma frota de veículos e equipamentos que precisa ser renovada.

DIRETRIZES:
- Estruturar a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, colocando-a efetivamente em funcionamento, inclusive com médico veterinário, dentre outros profissionais da área;
- Promover campanhas junto às agropecuárias do Município para a coleta das embalagens de agrotóxicos;
- Apoiar projetos de empreendedorismo e turismo rural, pleiteados pelas famílias da Agricultura Familiar, bem como associações e cooperativas;
- Incentivar a preservação das áreas de mananciais;
- Elaborar mecanismos e estratégias de despoluição e recuperação de solos;
- Campanha de distribuição de mudas de plantas nativas, visando recuperação de nascentes e áreas degradadas;
- Ampliar o apoio às entidades e movimentos organizados não governamentais de proteção ao meio ambiente e animais, proporcionando o repasse de verbas ao canil de Alfredo Wagner;
- Criar incentivos e orientações aos agricultores para diversificação e ampliação do cultivo de novas culturas com assistência técnica;
- Implementar a patrulha mecanizada da porteira para dentro, dentro das possibilidades legais;
- Incentivar e apoiar as agroindústrias, instituindo a lei do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), permitindo a comercialização de produtos artesanais;
- Buscar junto ao poder legislativo a criação de subsídio para o transporte do calcário da usina até a propriedade;
- Apoiar e aumentar a prática da agricultura ecológica (sem agrotóxicos) e hidropônica (produção em água circulante);
- Promover a feira da agricultura;
- Apoiar e promover o atendimento de animais de pequeno, médio e grande porte;
- Captar parcerias com entidades ligadas à agricultura;
- Fomentar, incentivar e apoiar a produção e industrialização do leite;
- Reativar a compra de sêmen e abastecimento de botijões de sêmen;
- Promover parceria com a agricultura familiar incentivando a produção e comercialização de alimentos para a merenda escolar, melhorando a qualidade e a variedade de alimentos nas escolas;
- Manutenção e ampliação de assistência técnica e extensão rural, com acompanhamento às propriedades em nível de campo por técnico especializado;
- Incentivo e auxílio à criação de cooperativas;
- Buscar parceria com Sindicatos Rurais, Epagri, Cooperativas e associações para ações conjuntas visando o desenvolvimento local sustentável de nossas comunidades;
- Políticas e ações voltadas ao estímulo e permanência do jovem no campo (sucessão familiar).

OBJETIVOS:
- Garantir o escoamento da produção agrícola e o fluxo de veículos a qualquer tempo.
- Manter, de forma regular, o escoamento da produção e o fluxo de veículos.
- Aumentar a produção e a produtividade, e capitalizar os pequenos produtores rurais.

Geração de emprego e renda.

10.01 - 20.606.2072	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	430.000,00					430.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	300.000,00					300.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**735.000,00**					**735.000,00**

10.01 - 20.606.1073	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	150.000,00					150.000,00
	TOTAIS	**150.000,00**					**150.000,00**

10.01 - 23.695.2074	Promover Eventos, Feiras e Exposições

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**					**20.000,00**

10.01 - 20.606.1075	Aquisição de Balança de Pesagem de Carga

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00					50.000,00
	TOTAIS	**50.000,00**					**50.000,00**

10.01 - 20.606.1076	Aquisição de Veículo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00					140.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**					**140.000,00**

10.01 - 20.606.2077	Energia Renovável na Agricultura Familiar

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**					**20.000,00**

10.01 - 20.606.2078	Implantação de Internet na Área Rural

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**					**20.000,00**

10.01 - 20.606.2079	Programa Porteira para Dentro

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**					**20.000,00**

10.01 - 20.606.2080	Atividades de Prevenção ao Meio Ambiente

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**					**20.000,00**

10.01 - 20.606.2081	Manter as atividades de Controle da População Animal

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.50.00	Transf. A Instituições Priv. s/ Fins Lucrati	60.000,00					60.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	40.000,00					40.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**110.000,00**					**110.000,00**

PROGRAMA:
0008. Cultura e Turismo

O Município possui atividades culturais bastante diversificadas, não possui um espaço cultural. As atividades são desenvolvidas em parceria com instituições locais.

DIRETRIZES:

- Ampla divulgação das belezas naturais do município como atrativo para o desenvolvimento do turismo, em parceria com a iniciativa privada e órgãos oficiais do setor;
- Melhorar os acessos e fazer a manutenção dos principais pontos turísticos de Alfredo Wagner;
- Proporcionar melhor infraestrutura para recebimento dos turistas, implantando sinalização viária turística na cidade e no interior, oportunizando a participação publicitária do setor privado;
- Incentivar e apoiar o investimento privado no turismo rural buscando parceria com órgãos públicos para integrar o município na rede turística rural;
- Promover cursos de capacitação para produtores rurais interessados em explorar o turismo agroecológico;
- Apoio ao Conselho Municipal de Turismo COMTUR e reativação da Secretaria de Turismo, buscando assim o desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento do setor;
- Criação de um Centro de Informação e Recepção turística, com pessoal capacitado para informar e orientar o visitante;
- Buscar junto ao Governo Estadual a pavimentação das ruas, revitalização, redutores de velocidade e iluminação da via de acesso ao Parque de Exposições.
- Reativação da Secretaria de Turismo com indicação de um Secretário com conhecimento técnico para adoração de política para o desenvolvimento do setor.
- Viabilizar a implantação do selo de turismo em Alfredo Wagner.

OBJETIVOS:
Contribuir para o desenvolvimento, estimulando a realização de atividades culturais populares, conservação do patrimônio histórico do município via Mecenato.

06.01 - 13.392.2082 | Atividades de Apoio a Cultura

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R. 1.501.7000.000					TOTAL 2024
3.3.50.00	Transf. A Instituições Priv. s/ Fins Lucrati	15.000,00					15.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	40.000,00					40.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
	TOTAIS	**57.000,00**					**57.000,00**

06.01 - 23.691.2083 | Funcionamento da Parque Municipal Governador Kleinubing

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R. 1.501.7000.000					TOTAL 2024
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	60.000,00					60.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	**75.000,00**					**75.000,00**

06.01 - 23.691.1084 | Aquisição de Veículo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R. 1.501.7000.000					TOTAL 2024
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	140.000,00					140.000,00
	TOTAIS	**140.000,00**					**140.000,00**

06.01 - 23.695.1085 | Construção de Arena Multiuso

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R. 1.501.7000.000	1.700.7000.021				TOTAL 2024
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00	2.001.000,00				2.021.000,00
	TOTAIS	**20.000,00**	**2.001.000,00**				**2.021.000,00**

06.01 - 23.695.2086	Atividades de Apoio ao Turismo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	80.000,00					80.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	**81.000,00**					**81.000,00**

06.01 - 23.695.2087	Manter as Atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	158.000,00					158.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	60.000,00					60.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**228.000,00**					**228.000,00**

PROGRAMA:
OOOO. Encargos Gerais

DIAGNÓSTICO:

- Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas, parcelamentos, empréstimos, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.
- A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes transferidas e efetivamente arrecadadas pelo Município. O percentual de contribuição é de 1% e o recolhimento mensal.
- Para dispor de assessoria técnica nas áreas de engenharia, arquitetura, desenho, topografia, informática, direito administrativo e tributário, e contar com ações em defesa dos interesses dos Municípios, a Prefeitura contribui para manutenção das estruturas da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, Federação Catarinense de Municípios e Confederação Nacional de Municípios, na forma dos seus Estatutos.

DIRETRIZES:

- Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e confissão de dívida, pagamento das contribuições ao PASEP e as entidades municipalistas – CNM, FECAM e GRANFPOLIS.

OBJETIVOS:

- Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.
- Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de Alfredo Wagner.

11.01 - 28.843.0088	Amortização do Principal e Encargos da Dívida

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000	1.500.1001.000				
3.2.90.00	Juros e Encargos da Dívida	200.000,00					200.000,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	600.000,00					600.000,00
	TOTAIS	**800.000,00**					**800.000,00**

11.01 - 28.845.0089	Contribuições ao PASEP

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.750.7000.000				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	370.000,00	1.000,00				371.000,00
	TOTAIS	**370.000,00**	**1.000,00**				**371.000,00**

11.01 - 28.122.0090	Contribuição a Entidades Municipalistas

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000					
3.3.50.00	Transf. A Instituições Priv. s/ Fins Lucrati	260.000,00					260.000,00
	TOTAIS	**260.000,00**					**260.000,00**

11.01 - 28.122.0091	Pagamento de Precatórios

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.500.7000.000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	500.000,00					500.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	**520.000,00**					**520.000,00**

PROGRAMA:
9999. Reserva de Contingência

DIAGNÓSTICO:

- A Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 4°, § 3° e 5°, inciso III, estabelece a obrigatoriedade da reserva de recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de forma a preservar o equilíbrio de caixa caso esses riscos ocorram.
- Dentro do princípio da flexibilidade orçamentária, é importante também que uma parte dos recursos orçamentários seja reservado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais para atendimento das despesas não orçadas ou orçadas a menor.

DIRETRIZES:

- Abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais por conta desses recursos caso os riscos ocorram ou caso haja necessidade de atender despesas não orçadas ou orçadas a menor.
- Se os riscos fiscais não ocorrerem até o dia 20 de dezembro, o Chefe do Poder Executivo poderá utilizar esses recursos para abertura de créditos adicionais mediante autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e/ou na Lei Orçamentária anual, mas sem comprometer o equilíbrio de caixa.

OBJETIVOS:

- Preservar o equilíbrio de caixa e atender ao princípio da flexibilidade do planejamento orçamentário.

99.99 - 99.999.9969	Reserva de Contingência

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2024
		1.501.7000.000	1.800.1111.000				
9.9.99.00	Reserva de Contingência	50.000,00	427.000,00				477.000,00
	TOTAIS	**50.000,00**	**427.000,00**				**477.000,00**

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

Quadro I

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA	
	2020	2021	2022	2023	2024
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS					
RECEITAS CORRENTES	**32.047.005,50**	**41.436.209,87**	**47.628.596,55**	**50.771.000,00**	**57.442.000,00**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E MELHORIAS	2.479.767,48	3.583.900,23	5.009.611,87	5.018.000,00	5.488.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	280.716,94	343.491,32	462.484,33	432.000,00	549.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	85.397,13	325.159,43	2.136.200,27	1.115.000,00	907.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.191.544,53	33.210.907,44	38.974.046,88	40.843.000,00	44.323.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.579,42	319.097,18	1.046.253,22	3.353.000,00	6.125.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**1.695.541,13**	**3.653.654,27**	**14.030.781,58**	**12.280.000,00**	**10.780.000,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	2.067.000,00	3.000.000,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	182.000,00	0,00	177.100,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.513.541,13	3.653.654,27	11.786.681,58	9.280.000,00	10.780.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	3.085.446,78	4.152.468,23	4.858.726,81	5.409.000,00	5.777.000,00
SOMA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**30.657.099,85**	**37.283.741,64**	**56.800.651,32**	**57.642.000,00**	**62.445.000,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

QUADRO II

Art. 5°, II da LRF.

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2024	2025	2026	
IPTU	Isenção	Pessoas carentes	20.000,00	21.000,00	22.000,00	Dispensada, cfe. Artigo 14, I, da LRF
Taxas	Incentivo	Empresas/Pessoas	6.000,00	6.000,00	6.000,00	Dispensada, cfe. Artigo 14, I, da LRF
TOTAL			**26.000,00**	**27.000,00**	**28.000,00**	

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

QUADRO III

Art. 5°, II da LRF.

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO - DOCC

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2024
Aumento Permanente da Receita – APR (-) Transferências Constitucionais (-) Transferências ao FUNDEB	33.776.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	33.776.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta de Expansão (III = I + II)	**33.776.000,00**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	8.479.000,00
Novas DOCC Geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III – IV)	25.297.000,00

Memória de Cálculo:

Aumento Permanente da Receita de 2024 (APR) = Receita Ordinária Prevista para 2024 (–) Receita Ordinária Prevista para se Arrecadar em 2023
APR de 2024 = 33.666.000,00 – 57.442.000,00 = 33.776.000,00
APR de 2024 = 33.776.000,00

Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado – NDOCC = DOCC Prevista para 2024 – DOCC Prevista para 2023
NDOCC = 15.472.000,00 – 23.951.000,00 = 8.479.000,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

Quadro IV

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO SUA NATUREZA				
ESPECIFICAÇÃO	**REALIZADA**		**FIXADA**	
	2021	**2022**	**2023**	**2024**
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA				
DESPESAS CORRENTES	**20.431.578,36**	**30.300.373,27**	**30.441.000,00**	**34.292.000,00**
Pessoal e Encargos Sociais	10.313.276,04	13.553.719,88	14.475.000,00	17.656.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	100.000,00	200.000,00
Outras Despesas Correntes	10.118.302,32	16.746.653,39	15.866.000,00	14.436.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**5.893.662,80**	**16.164.975,08**	**15.555.000,00**	**13.898.000,00**
Investimentos	5.483.607,08	15.591.050,65	14.905.000,00	13.298.000,00
Amortização da Dívida	410.055,72	573.924,43	650.000,00	600.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**477.000,00**
SOMA	**26.325.241,16**	**46.465.348,35**	**46.496.000,00**	**48.667.000,00**
UNIDADE GESTORA: FMS				
DESPESAS CORRENTES	**8.086.715,38**	**10.320.641,21**	**9.700.000,00**	**12.015.000,00**
Pessoal e Encargos Sociais	3.948.349,39	4.863.132,13	5.266.000,00	5.475.000,00
Outras Despesas Correntes	4.118.365,99	5.457.509,08	4.434.000,00	6.540.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**82.442,20**	**638.262,68**	**446.000,00**	**463.000,00**
Investimentos	82.442,20	638.262,68	446.000,00	463.000,00
SOMA	**8.149.157,58**	**10.958.903,88**	**10.146.000,00**	**12.478.000,00**
UNIDADE GESTORA: CAMARA				
DESPESAS CORRENTES	**595.033,57**	**347.974,84**	**980.000,00**	**1.270.000,00**
Pessoal e Encargos Sociais	525.937,99	281.947,53	700.000,00	820.000,00
Outras Despesas Correntes	69.095,58	66.027,31	280.000,00	450.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**7.743,00**	**2.100,00**	**20.000,00**	**30.000,00**
Investimentos	7.743,00	2.100,00	20.000,00	30.000,00
SOMA	**602.776,57**	**350.074,84**	**1.000.000,00**	**1.300.000,00**
TOTAL	**26.325.241,16**	**57.774.327,07**	**57.642.000,00**	**62.445.000,00**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

Quadro V

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – Art. 165, § 5° da CF.

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
Imp., Taxas e Contr. Melh.	73.000,00	Serviços Sócio-Assistêncial	3.160.000,00
Receita Patrimonial	58.000,00	Saúde para Todos	12.478.000,00
Transferências Correntes- SUS	3.482.000,00		
Transferências de Capital	1.700.000,00		
Outras Receitas Correntes	1.000,00		
Transferências Correntes- FMAS	97.000,00		
Recursos do Orçamento Fiscal	10.227.000,00		
TOTAL	**15.638.000,00**	**TOTAL**	**15.638.000,00**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL – Art. 165, § 5° da CF.

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
Imp., Taxas e Contr. Melh.	5.415.000,00	Encargos Gerais	1.951.000,00
Receita de Contribuições	549.000,00	Gestão Administrativa Superior	7.521.000,00
Receita Patrimonial	849.000,00	Ensino de Qualidade	19.708.000,00
Receita Agropecuária	0,00	Descobrindo Novos Talentos	541.000,00
Receita Serviços	50.000,00	Saúde para Todos	0,00
Transferências Correntes	40.744.000,00	Serviços Sócio-Assistêncial	30.000,00
Outras Receitas Correntes	6.124.000,00	Revitalizando a Cidade Alfredo Wagner	12.692.000,00
Operações de Crédito	0,00	Agricultura e Meio Ambiente	1.285.000,00
Alienações	0,00	Cultura e Turismo	2.602.000,00
Transferências de Capital	9.080.000,00	Reserva de Contingência	477.000,00
(-) Dedução da Receita Corrente	5.777.000,00		
(-) Transf. p/Orçam Seg. Social	10.227.000,00		
TOTAL	**46.807.000,00**	**TOTAL**	**46.807.000,00**
TOTAL GERAL	**62.445.000,00**	**TOTAL GERAL**	**62.445.000,00**

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria da Administração
Lei Orçamentária para 2024

ANEXO VI

Art. 5°, I da LRF
R$

DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS POR PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

Código Programa Ação	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR								
2001	Manter as Atividades do Poder Legislativo	Sessões/ano	Unidade	43	43	43	6.078.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00
2002	Apoio a Instalação de Indústrias	Inventivo	Unidade	10	10	10	80.000,00	20.000,00	20.000,00
1003	Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	01	01	01	120.000,00	140.000,00	140.000,00
1004	Construção do centro Administrativo Municipal	Obra	M2	700	700	700	1.501.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00
2005	Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito	Órgão	Unidade	01	01	01	4.641.000,00	831.000,00	831.000,00
2006	Manter as Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito	Órgão	Unidade	01	01	01	1.060.000,00	81.000,00	81.000,00
2007	Manter as Atividades da Diretoria de Controle Interno	Órgão	Unidade	01	01	01	755.000,00	150.000,00	150.000,00
2008	Atividades de Prev. e Combate a Incêndios e Salvamentos	Atendimento	Unidade	100	100	100	460.000,00	75.000,00	75.000,00
2009	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil	Órgão	Unidade	01	01	01	270.000,00	36.000,00	36.000,00
1010	Aquisição de Veículo – Administração	Veículo	Unidade	01	01	01	60.000,00	140.000,00	140.000,00
2011	Manter Sistemas de Retransmissão de TV e Rádio	Repetidora	Unidade	03	03	03	57.000,00	11.000,00	11.000,00
2012	Manter as Atividades da Secretaria Mun. de Administração	Órgão	Unidade	01	01	01	5.250.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
2013	Plano de Saúde a Servidores Municipais e Agentes Políticos	Planos	Unidade	02	02	02	230.000,00	0,00	0,00
1014	Aquisição de Veículo – Fazenda	Consórcio	Unidade	01	01	01	60.000,00	140.000,00	140.000,00
2015	Manter as Atividades da Secretaria da Fazenda	Veículo	Unidade	01	01	01	2.932.000,00	822.000,00	822.000,00
2016	Consórcio Público – CIGA	Órgão	Unidade	01	01	01	32.000,00	75.000,00	75.000,00
	ENSINO DE QUALIDADE								
2017	Merenda Escolar	Refeições/dia	Unidade	1500	1500	1500	2.255.000,00	850.000,00	850.000,00
1018	Construir e Reformar Edificações Escolares - Fundamental	Obra	M2	4000	4000	4000	4.088.000,00	1.022.000,00	1.022.000,00
1019	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar	Veículos	Unidade	06	06	06	2.164.000,00	541.000,00	541.000,00
2020	Manter a Educação Básica – Ensino Fundamental	Alunos	Unidade	55	55	55	2.719.000,00	1.676.000,00	1.676.000,00
2021	Manter a Educação Básica – Ensino Fund. – Salário Educação	Alunos	Unidade	10	10	10	1.668.000,00	573.000,00	573.000,00
2022	Manter a Educação Básica – Ensino FunD. – FUNDEB	Alunos	Unidade	700	700	700	14.554.000,00	5.035.000,00	5.035.000,00
2023	Transporte Escolar da Educação Básica	Alunos Transp.	Unidade	1185	1185	1185	5.532.000,00	1.802.000,00	1.802.000,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

2024	Transporte Escolar do Ensino Médio	Alunos Transp.	Unidade	331	331	331	6.201.000,00	1.705.000,00	1.705.000,00
1025	Construir e Reformar Edificações Escolares - Infantil	Obra	M2	1000	1000	1000	1.284.000,00	321.000,00	321.000,00
2026	Manter a Educação Básica – Educação Infantil – FUNDEB	Alunos	Unidade	400	400	400	10.569.000,00	3.938.000,00	3.938.000,00
2027	Manter a Educação Básica – Educação Infantil	Alunos	Unidade	20	20	20	2.099.000,00	768.000,00	768.000,00
2028	Contribuição a APAE	Entidade	Unidade	01	01	01	200.000,00	80.000,00	80.000,00
2029	Manter a Biblioteca Pública Municipal Castro Alves	Órgão	Unidade	01	01	01	198.000,00	50.000,00	50.000,00
1030	Aquisição de Veículo – Educação	Veículo	Unidade	01	01	01	80.000,00	140.000,00	140.000,00
2031	Manter as Atividades da Secretaria Municipal da Educação	Órgão	Unidade	01	01	01	1.795.000,00	952.000,00	952.000,00
2032	Apoio ao Ensino Profissional	Alunos	Unidade	300	300	300	26.000,00	5.000,00	5.000,00
2033	Apoio ao Ensino Superior	Alunos	Unidade	200	200	200	250.000,00	250.000,00	250.000,00
	DESCOBRINDO NOVOS TALENTOS								
2034	Apoio ao Esporte Amador	Atletas	Unidade	1000	1000	1000	950.000,00	220.000,00	220.000,00
1035	Construir e Reformar Espaços Esportivos	Equipamentos	Unidade	06	06	06	1.284.000,00	321.000,00	321.000,00
	SAÚDE PARA TODOS								
1036	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde	Obra	M2	1000	1000	1000	484.000,00	135.000,00	135.000,00
1037	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários	Veículos/Equip	Unidade	01/30	01/30	01/30	600.000,00	240.000,00	240.000,00
2038	Manutenção das Ações de Atenção Básica	Atendimentos/Mês	Unidade	1000	1000	1000	16.310.000,00	5.147.000,00	5.147.000,00
2039	Manutenção das Ações de Farmácia Básica	Atendimentos/Mês	Unidade	867	867	867	1.228.000,00	350.000,00	350.000,00
2040	Ações de Vigilância Sanitária	Atendimentos/Mês	Unidade	43	43	43	186.000,00	117.000,00	117.000,00
2041	Ações de Vigilância Epidemiológica	Atendimentos/Mês	Unidade	50	50	50	392.000,00	71.000,00	71.000,00
2042	Ações de Média e Alta Complexidade – MAC	Atendimentos/Mês	Unidade	700	700	700	1.850.000,00	452.000,00	452.000,00
2043	Manter as Atividades e Programas da Secretaria da Saúde	Órgão	Unidade	01	01	01	9.701.000,00	3.459.000,00	3.459.000,00
2044	Manter Ações de Saúde Complementar	Atendimentos/Mês	Unidade	690	690	690	5.225.000,00	2.030.000,00	2.030.000,00
2045	Manter os Serviços de Assist. Móvel de Urgência – SAMU	Atendimentos/Mês	Unidade	94	94	94	2.090.000,00	477.000,00	477.000,00
	SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS								
1046	Construir e Reformar o Centro de Conv.da Terceira Idade	Obra	M2	500	500	500	180.000,00	45.000,00	45.000,00
2047	Atendimento à Pessoa Idosa	Idoso	Unidade	80	80	80	120.000,00	30.000,00	30.000,00
2048	Funcionamento e Manutenção do FIA	Atendimento/Mês	Unidade				60.000,00	15.000,00	15.000,00
2049	Manter as Atividades de Proteção Social Básica	Atendimento/Mês	Unidade	992	992	992	3.141.000,00	805.000,00	805.000,00
2050	Manter as Atividades de Proteção Social Especial	Atendimento/Mês	Unidade	60	60	60	140.000,00	20.000,00	20.000,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

2051	Manter as Atividades do Conselho Tutelar	Atendimento/ Mês	Unidade	60	60	60	878.000,00	170.000,00	170.000,00
2052	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	Órgão	Unidade	01	01	01	1.510.000,00	422.000,00	422.000,00
2053	Manutenção do Bolsa Família – IGD/PBF	Atendimento/ Mês	Unidade	187	187	187	192.000,00	13.000,00	13.000,00
2054	Apoio A Provisão Habitacional Rural de Interesse Social	Órgão	Unidade	01	01	01	60.000,00	15.000,00	15.000,00
2094	Apoio A Provisão Habitacional Urbano Interesse Social							15.000,00	15.000,00
1055	Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	01	01	01	60.000,00	140.000,00	140.000,00
1.095	Construção do CRAS	Obra	M2		680	680		1.500.000,00	1.500.000,00
	REVITALIZANDO A CIDADE DE ALFREDO WAGNER								
2055	Manutenção da Polícia Civil	Órgão	Unidade	01	01	01	102.000,00	46.000,00	46.000,00
2056	Manutenção da Polícia Militar	Órgão	Unidade	01	01	01	102.000,00	46.000,00	46.000,00
2057	Manter as atividades de Segurança Pública	Órgão	Unidade	01	01	01	196.000,00	77.000,00	77.000,00
1058	Construção e Melhoria de Praças e Jardins	Praças	Unidade	20	20	20	120.000,00	40.000,00	40.000,00
2059	Manutenção do Cemitério Público Municipal	Cemitério	Unidade	01	01	01	258.000,00	73.000,00	73.000,00
1060	Construção Reformas de Abrigos de Passageiros	Abrigos	Unidade	20	20	20	120.000,00	30.000,00	30.000,00
2061	Manter os Serviços de Limpeza Pública	Órgão	Unidade	01	01	01	985.000,00	614.000,00	614.000,00
2062	Manter os Serviços de Iluminação Pública	Pontos de Luz	Unidade	5000	5000	5000	1.768.000,00	554.000,00	554.000,00
1063	Pavimentação e Drenagem de Ruas e Passeios	Pavimentação	M2	4000	4000	4000	9.008.000,00	2.252.000,00	2.252.000,00
1064	Obras de Prevenção e Contenção de Cheias	Obra	M2	3000	3000	3000	200.000,00	50.000,00	50.000,00
2065	Abastecimento de Água Potável – Área Rural	Órgão	Unidade	01	01	01	120.000,00	55.000,00	55.000,00
2066	Abastecimento de Água Potável – Área Urbana	Órgão	Unidade	01	01	01	120.000,00	35.000,00	35.000,00
1067	Aquisição de Veículos e Máquinas Rodoviárias	Equipamentos	Unidade	10	10	10	2.701.000,00	300.000,00	300.000,00
1068	Construção de Pontes e Bueiros	Obras	M2	3000	3000	3000	4.404.000,00	1.101.000,00	1.101.000,00
1069	Abertura e Conservação de Vias Urbanas	Obra	M2	35000	35000	35000	440.000,00	170.000,00	170.000,00
2070	Manter as Atividades da Secretaria Mun. de Infraestrutura	Órgão	Unidade	01	01	01	1.360.000,00	1.033.000,00	1.033.000,00
2071	Conservação de Estradas Vicinais e Urbanas	Órgão	Unidade	01	01	01	7.969.000,00	6.216.000,00	6.216.000,00
	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE								
2072	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	Produtores	Unidade	3000	3000	3000	3.240.000,00	735.000,00	735.000,00
1073	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	Equipamentos	Unidade	04	04	04	600.000,00	150.000,00	150.000,00
2074	Promover Eventos, Feiras e Exposições	Eventos	Unidade	20	20	20	80.000,00	20.000,00	20.000,00
1075	Aquisição de Balança de Pesagem de Carga	Balança	Unidade	01	01	01	50.000,00	50.000,00	50.000,00
1076	Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	01	01	01	60.000,00	140.000,00	140.000,00
2077	Energia Renovável na Agricultura Familiar	Famílias	Unidade	200	200	200	80.000,00	20.000,00	20.000,00
2078	Implantação de Internet na Área Rural	Famílias	Unidade	3000	3000	3000	80.000,00	20.000,00	20.000,00

2079	Programa Porteira para Dentro	Famílias	Unidade	2000	2000	2000	130.000,00	20.000,00	20.000,00
2080	Atividades de Prevenção ao Meio Ambiente	Órgão	Unidade	01	01	01	80.000,00	20.000,00	20.000,00
2081	Manter as atividades de Controle da População Animal	Órgão	Unidade	01	01	01	390.000,00	110.000,00	110.000,00
	CULTURA E TURISMO								
2082	Atividades de Apoio a Cultura	Órgão	Unidade	01	01	01	330.000,00	57.000,00	57.000,00
2083	Manter o Parque Municipal Governador Kleinubing	Órgão	Unidade	01	01	01	780.000,00	75.000,00	75.000,00
1084	Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	01	01	01	60.000,00	140.000,00	140.000,00
1085	Construção de Arena Multiuso	Obra	M2	2.500	2.500	2.500	2.001.000,00	2.021.000,00	2.021.000,00
2086	Atividades de Apoio ao Turismo	Órgão	Unidade	01	01	01	330.000,00	81.000,00	81.000,00
2087	Manter as Atividades da Secretaria Mun. de Cultura e Turismo	Órgão	Unidade	01	01	01	1.700.000,00	228.000,00	228.000,00
	ENCARGOS GERAIS								
0088	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	Contratos	Unidade	03	03	03	1.840.000,00	800.000,00	800.000,00
0089	Contribuições ao PASEP	Servidores	Unidade	450	450	450	1.254.000,00	371.000,00	371.000,00
0090	Contribuição a Entidades Municipalistas	Entidades	Unidade	03	03	03	1.340.000,00	260.000,00	260.000,00
0091	Pagamento de Precatórios	Precatórios	Unidade	06	06	06	3.080.000,00	520.000,00	520.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
9092	Reserva de Contingência	Órgão	Unidade	01	01	01	500.000,00	477.000,00	477.000,00
TOTAL							**173.887.000,00**	**62.445.000,00**	**62.445.000,00**

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

ANEXO VII

Art. 5°, III° da LRF

DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

RISCOS FISCAIS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Demandas Judiciais		Abertura de Créditos Adicionais	
Dívida em Processo de Reconhecimento		Abertura de Créditos Adicionais	
Avais e Garantias Concedidas		Abertura de Créditos Adicionais	
Assunção de Passivos		Abertura de Créditos Adicionais	
Assistências Diversas:			
Enchentes	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	50.000,00
Catástrofes		Abertura de Créditos Adicionais	
Outros Passivos Contingentes		Abertura de Créditos Adicionais	
SUBTOTAL	**50.000,00**	**SUBTOTAL**	**50.000,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Frustração de Arrecadação		Limitação de Empenho	
Restituição de Tributos a Maior		Limitação de Empenho	
Discrepâncias de Projeções		Abertura de Créditos Adicionais	
Outros Riscos Fiscais:		Abertura de Créditos Adicionais	
Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	427.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	427.000,00
SUBTOTAL	**427.000,00**	**SUBTOTAL**	**427.000,00**
TOTAL	**477.000,00**	**TOTAL**	**477.000,00**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

Quadro VIII

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS – Art. 44 da LRF

ESPECIFICAÇÃO/ORIGEM	2024
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA/FUNDOS/AUTARQUIA	
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Alienação de Bens Móveis	500.000,00
TOTAL	**500.000,00**
ESPECIFICAÇÃO/DESTINO	**2024**
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	80.000,00
DESPESAS CORRENTES	
Regime Geral da Previdência Social	420.000,00
TOTAL	**400.000,00**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

QUADRO IX

Art. 5°, I da LRF

CÁLCULO DA META FISCAL DE RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2023 "a"	2024 "b"
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.848.602,97	10.248.602,97
DEDUÇÕES (II)	10.911.298,42	12.223.705,93
Ativo Disponível	11.206.790,54	12.533.805,36
Haveres Financeiros	1.616,25	538,75
(-) Restos a Pagar Processado	297.108,37	310.638,18
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	-62.695,45	-1.975.102,96
Receitas de Privatizações (IV)		
Passivos Reconhecidos (V)		
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	-62.695,45	-1.975.102,96
		(b-a)
RESULTADO NOMINAL (b-a)		**-1.912.407,51**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
Secretaria Municipal de Administração
Lei Orçamentária para 2024

QUADRO X

Art. 5° I da LRF

CÁLCULO DA META FISCAL DE RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	57.442.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições e Melhorias	5.488.000,00
Receita de Contribuições	549.000,00
Receita Patrimonial	907.000,00
Aplicações Financeiras (II)	907.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00
Receita de Serviços	50.000,00
Transferências Correntes	44.323.000,00
Outras Receitas Correntes	6.125.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (III)	5.777.000,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV = I – II - III)	50.758.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	10.780.000,00
Amortização de Emprestimos (VI)	0,00
Operações de Crédito (VII)	0,00
Alienação de Bens (VIII)	0,00
Transferências de Capital	10.780.000,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX = V – VI-VII-VIII)	10.780.000,00
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (X = IV + IX)	**61.538.000,00**

ESPECIFICAÇÃO	2024
DESPESAS CORRENTES (X)	47.577.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	23.951.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	200.000,00
Outras Despesas Correntes	23.426.000,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII = X – XI)	47.377.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	14.391.000,00
Investimentos	13.791.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV = XIII – XIV)	12.291.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	477.000,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XVII = XII+XV+XVI)	**61.168.000,00**
RESULTADO PRIMÁRIO (X – XVII)	**370.000,00**

MUNICÍPIO ALFREDO WAGNER
Secretaria de Administração e Finanças

Lei Orçamentárias para 2024

ANEXO II DA RECEITA - LEI 4.320/64

Art. 4°, §§ 1° e 2°, II da LRF

UNIDADEDE GESTORA - PREFEITURA

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	2024
1.0.0.0.00.0.0.00.00		**RECEITAS CORRENTES**	
1.1.0.0.00.0.0.00.00		**Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**	
1.1.1.0.00.0.0.00.00		**Impostos**	
1.1.1.2.00.0.0.00.00		**Imposto sobre o Patrimônio**	
1.1.1.2.50.0.0.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	
1.1.1.2.50.0.1.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	429.000,00
1.1.1.2.50.0.1.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	174.000,00
1.1.1.2.50.0.1.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	143.000,00
1.1.1.2.50.0.1.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	112.000,00
1.1.1.2.50.0.2.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.2.50.0.2.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.2.50.0.2.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	
1.1.1.2.50.0.2.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	
1.1.1.2.50.0.3.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	25.000,00
1.1.1.2.50.0.3.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	10.000,00
1.1.1.2.50.0.3.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	8.000,00
1.1.1.2.50.0.3.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	7.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00		Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	25.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.01	1.501.7000.000	Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	10.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.02	1.500.1001.000	Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	8.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.03	1.500.1002.000	Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.000,00
1.1.1.2.53.0.0.00.00		ITBI	
1.1.1.2.53.0.1.00.00		ITBI – Principal	1.235.000,00
1.1.1.2.53.0.1.00.01	1.501.7000.000	ITBI – Principal	501.000,00
1.1.1.2.53.0.1.00.02	1.500.1001.000	ITBI – Principal	411.000,00
1.1.1.2.53.0.1.00.03	1.500.1002.000	ITBI – Principal	323.000,00
1.1.1.2.53.0.2.00.00		ITBI - Principal	2.000,00
1.1.1.2.53.0.2.00.01	1.501.7000.000	ITBI - Principal	2.000,00
1.1.1.2.53.0.2.00.02	1.500.1001.000	ITBI - Principal	
1.1.1.2.53.0.2.00.03	1.500.1002.000	ITBI - Principal	
1.1.1.2.53.0.3.00.00		ITBI - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.2.53.0.3.00.01	1.501.7000.000	ITBI - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.2.53.0.3.00.02	1.500.1001.000	ITBI - Multas e Juros	
1.1.1.2.53.0.3.00.03	1.500.1002.000	ITBI - Multas e Juros	
1.1.1.2.53.0.4.00.00		ITBI - Dívida Ativa	2.000,00
1.1.1.2.53.0.4.00.01	1.501.7000.000	ITBI - Dívida Ativa	2.000,00
1.1.1.2.53.0.4.00.02	1.500.1001.000	ITBI - Dívida Ativa	
1.1.1.2.53.0.4.00.03	1.500.1002.000	ITBI - Dívida Ativa	
1.1.1.3.00.0.0.00.00		**Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza**	
1.1.1.3.03.0.0.00.00		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	
1.1.1.3.03.1.0.00.00		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	
1.1.1.3.03.1.1.00.00		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	887.000,00
1.1.1.3.03.1.1.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	360.000,00

1.1.1.3.03.1.1.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	295.000,00
1.1.1.3.03.1.1.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	232.000,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	
1.1.1.3.03.4.1.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	240.000,00
1.1.1.3.03.4.1.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	97.000,00
1.1.1.3.03.4.1.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	80.000,00
1.1.1.3.03.4.1.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	63.000,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00		**Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços**	
1.1.1.4.51.0.0.00.00		Imposto sobre Serviços	
1.1.1.4.51.1.0.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	
1.1.1.4.51.1.1.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.826.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	740.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	608.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	478.000,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.4.51.1.2.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.4.51.1.2.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	
1.1.1.4.51.1.2.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	
1.1.1.4.51.1.3.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	2.000,00
1.1.1.4.51.1.3.00.01	1.501.7000.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	2.000,00
1.1.1.4.51.1.3.00.02	1.500.1001.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	
1.1.1.4.51.1.3.00.03	1.500.1002.000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	
1.1.1.4.51.1.4.00.00		Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.01	1.501.7000.000	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.02	1.500.1001.000	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	
1.1.1.4.51.1.4.00.03	1.500.1002.000	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	
1.1.2.0.00.0.0.00.00		**Taxas**	
1.1.2.1.00.0.0.00.00		**Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia**	
1.1.2.1.01.0.0.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	
1.1.2.1.01.0.1.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	
1.1.2.1.01.0.1.10.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - PREFEITURA - Principal	
1.1.2.1.01.0.1.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Licença p/Functo. de Estab. Com.,Ind. e Prest. de Serviços	373.000,00
1.1.2.1.01.0.1.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Licença para Execução de Obras	5.000,00
1.1.2.1.01.0.2.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Multas e Juros de Mora	
1.1.2.1.01.0.2.10.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – MJM - PREFEITURA	
1.1.2.1.01.0.2.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Lic p/Functo. de Estab. Com.,Ind. e Prest. de Serv.– Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.1.01.0.2.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Licença para Execução de Obras– Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.1.01.0.3.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Dívida Ativa	
1.1.2.1.01.0.3.10.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa – PREFEITURA	
1.1.2.1.01.0.3.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Licença p/Functo. de Estab. Com.,Ind. e Prest. de Serv.– Div Ativa	2.000,00
1.1.2.1.01.0.3.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Licença para Execução de Obras– Divida Ativa	2.000,00
1.1.2.1.01.0.4.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - MJM da DA	
1.1.2.1.01.0.4.10.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - DA - MJM da DA – PREFEITURA	
1.1.2.1.01.0.4.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Lic p/Functo. de Estab. Com.,Ind. e Prest. de Serv.– Div Ativa - MJ	2.000,00
1.1.2.1.01.0.4.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Licença para Execução de Obras– Divida Ativa - MJ	2.000,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00		**Taxa pela Prestação de Serviços**	
1.1.2.2.01.0.0.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral	
1.1.2.2.01.0.1.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	
1.1.2.2.01.0.1.10.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Principal - PREFEITURA	
1.1.2.2.01.0.1.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Limpeza Pública	85.000,00
1.1.2.2.01.0.1.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Pavimentação de Ruas	2.000,00
1.1.2.2.01.0.1.10.03	1.501.7000.000	Taxa de Coleta de Lixo	2.000,00

1.1.2.2.01.0.1.10.04	1.899.7000.013	Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	63.000,00
1.1.2.2.01.0.1.10.99	1.501.7000.000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	120.000,00
1.1.2.2.01.0.2.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora	
1.1.2.2.01.0.2.10.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - MJM - PREFEITURA	
1.1.2.2.01.0.2.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Limpeza Pública – Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.2.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Pavimentação de Ruas – Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.2.10.03	1.501.7000.000	Taxa de Coleta de Lixo – Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.2.10.04	1.899.7000.013	Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	10.000,00
1.1.2.2.01.0.2.10.99	1.501.7000.000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Multas e Juros	10.000,00
1.1.2.2.01.0.3.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	
1.1.2.2.01.0.3.10.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - PREFEITURA	
1.1.2.2.01.0.3.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Limpeza Pública – Dívida Ativa	2.000,00
1.1.2.2.01.0.3.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Pavimentação de Ruas – Dívida Ativa	2.000,00
1.1.2.2.01.0.3.10.03	1.501.7000.000	Taxa de Coleta de Lixo – Dívida Ativa	2.000,00
1.1.2.2.01.0.3.10.04	1.899.7000.013	Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.3.10.99	1.501.7000.000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa	15.000,00
1.1.2.2.01.0.4.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - MJM da Dívida Ativa	
1.1.2.2.01.0.4.10.00		Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - DA - MJM da DA - PREFEITURA	
1.1.2.2.01.0.4.10.01	1.501.7000.000	Taxa de Limpeza Pública – Dívida Ativa – Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.4.10.02	1.501.7000.000	Taxa de Pavimentação de Ruas – Dívida Ativa – Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.4.10.03	1.501.7000.000	Taxa de Coleta de Lixo – Dívida Ativa – Multas e Juros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.4.10.04	1.899.7000.013	Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	2.000,00
1.1.2.2.01.0.4.10.99	1.501.7000.000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa – Multas e Juros	15.000,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00		**Contribuições**	
1.2.4.0.00.0.0.00.00		**Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública**	
1.2.4.1.00.0.0.00.00		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	
1.2.4.1.50.0.0.00.00		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	
1.2.4.1.50.0.1.00.00		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – Principal	
1.2.4.1.50.0.1.00.01	1.751.7000.000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	549.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00		**Receita Patrimonial**	
1.3.2.0.00.0.0.00.00		**Valores Mobiliários**	
1.3.2.1.00.0.0.00.00		Juros e Correções Monetárias	
1.3.2.1.01.0.0.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB	
1.3.2.1.01.0.1.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB – Principal	
1.3.2.1.01.0.1.10.00		RDB – Recursos Vinculados - Principal - PREFEITURA	
1.3.2.1.01.0.1.10.01	1.540.1070.023	RDB – FUNDEB	80.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.02	1.550.7000.000	RDB - Transferências do Salário-Educação	20.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.03	1.552.7000.000	RDB - Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.04	1.553.7000.000	RDB - Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	5.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.05	1.750.7000.000	RDB - Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Domínio Econômico	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.06	1.571.7000.009	RDB - Convênio SEE – Transporte Escolar	5.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.07	1.751.7000.000	RDB - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.08	1.570.7000.001	RDB - Convênio MEC/FNDE – Aquisição de ônibus	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.09	1.570.7000.002	RDB - Convenio MEC/FNDE – Ampl. da Rede Física de Ensino Fundamental	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.10	1.570.7000.003	RDB - Convenio MEC/FNDE – Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.11	1.700.7000.004	RDB - Convênios Ministério das Cidades – Pavimentação de Ruas	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.12	1.571.7000.010	RDB - Convênio SEE - Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.13	1.701.7000.011	RDB - Convênio Governo do Estado - Pavimentação de Ruas	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.14	1.752.7004.000	RDB - Multas Previstas na Legislação de Trânsito	13.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.15	1.899.7000.013	RDB – FUNREBOM	2.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.16	1.700.7000.005	RDB - Convênio Ministério da Integração Nacional - Construção de Pontes	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.17	1.660.7000.006	RDB – Índice de Gestão Descentralizada – IGDBF	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.18	1.660.7000.007	RDB – Piso Básico Fixo	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.19	1.660.7000.008	RDB – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	
1.3.2.1.01.0.1.10.20	1.661.7000.012	RDB – Proteção Social Básica – Custeio	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.21	1.754.7000.014	RDB - Operações de Crédito – Aquisição de Equipamentos	0,00
1.3.2.1.01.0.1.10.22	1.754.7000.019	RDB - Operações de Crédito – Construção de Centro Administrativo	

1.3.2.1.01.0.1.10.23	1.700.7000.020	RDB - Convênio Ministérios dos Esportes	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.24	1.700.7000.021	RDB - Convênio Ministério do Turismo - Construção de Arena Multiuso	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.11.00		RDB – Recursos não Vinculados	
1.3.2.1.01.0.1.11.01	1.501.7000.000	RDB de Recursos Ordinários	280.000,00
1.3.2.1.01.0.1.12.00		Remuneração dos Recursos do RPPS - Principal	
1.3.2.1.01.0.1.12.01	1.800.1111.000	RDB - Remuneração dos Recursos do RPPS	427.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00		**Receita de Serviços**	
1.6.1.0.00.0.0.00.00		**Serviços Administrativos e Comerciais Gerais**	
1.6.1.1.00.0.0.00.00		Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	
1.6.1.1.02.0.0.00.00		Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	
1.6.1.1.02.0.1.00.00		Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	
1.6.1.1.02.0.1.10.00		Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - PREFEITURA	
1.6.1.1.02.0.1.10.01	1.501.7000.000	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	50.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00		**Transferências Correntes**	
1.7.1.0.00.0.0.00.00		**Transferências da União e de suas Entidades**	
1.7.1.1.00.0.0.00.00		Transferências Decorrentes da Participação da Receita da União	
1.7.1.1.51.0.0.00.00		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cota Mensal	
1.7.1.1.51.1.0.00.00		Cota-Parte do FPM – Cota Mensal	
1.7.1.1.51.1.1.00.00		Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal	14.135.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-Parte do FPM – Cota Mensal	5.245.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.02	1.500.1001.000	Cota-Parte do FPM – Cota Mensal	5.191.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.03	1.500.1002.000	Cota-Parte do FPM – Cota Mensal	3.699.000,00
1.7.1.1.51.2.0.00.00		Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de dezembro	
1.7.1.1.51.2.1.00.00		Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de dezembro – Principal	554.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de dezembro	370.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.02	1.500.1001.000	Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de dezembro	184.000,00
1.7.1.1.51.3.0.00.00		Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho	
1.7.1.1.51.3.1.00.00		Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho – Principal	1.108.000,00
1.7.1.1.51.3.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho	739.000,00
1.7.1.1.51.3.1.00.02	1.500.1001.000	Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho	369.000,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00		Cota-parte do ITR	
1.7.1.1.52.0.1.00.00		Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural – Principal	20.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	8.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.02	1.500.1001.000	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	7.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.03	1.500.1002.000	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	5.000,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00		Transf. da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	
1.7.1.2.51.0.0.00.00		Cota-parte da Compensação Financeira p/ Exploração de Recursos Minerais – CFEM	
1.7.1.2.51.0.1.00.00		Cota-parte da Comp. Financeira Recursos Minerais – CFEM – Principal	
1.7.1.2.51.0.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-parte da Comp. Financeira Recursos Minerais – CFEM – Principal	20.000,00
1.7.1.2.52.0.0.00.00		Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	
1.7.1.2.52.1.0.00.00		Cota-parte da Compensação Financeira p/ Produção de Petróleo - Lei n° 7.990/89	
1.7.1.2.52.1.1.00.00		Cota-parte da Compensação Financeira p/ Produção de Petróleo - Lei n° 7.990/89 - Principal	
1.7.1.2.52.1.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-parte Royalties – Comp. Fin Prod. De Petr. – Lei nº 7.990/89 – Princ.	260.000,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00		Transferências de Recursos do FNDE	
1.7.1.4.50.0.0.00.00		Transferências do Salário-Educação	
1.7.1.4.50.0.1.00.00		Transferências do Salário-Educação – Principal	
1.7.1.4.50.0.1.00.01	1.550.7000.000	Transferências do Salário-Educação – Principal	663.000,00
1.7.1.4.52.0.0.00.00		Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	
1.7.1.4.52.0.1.00.00		Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE – Principal	
1.7.1.4.52.0.1.00.01	1.552.7000.000	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE – Principal	144.000,00

1.7.1.4.53.0.0.00.00		Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	
1.7.1.4.53.0.1.00.00		Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE – Principal	
1.7.1.4.53.0.1.00.01	1.553.7000.000	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE – Principal	256.000,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	
1.7.1.6.50.0.0.00.00		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	
1.7.1.6.50.0.1.00.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	
1.7.1.6.50.0.1.01.00		**Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único**	
1.7.1.6.50.0.1.01.01	1.660.7000.006	Índice de Gestão Descentralizada – IGDBF	12.000,00
1.7.1.6.50.0.1.01.02	1.660.7000.005	Transferências de Recursos do FNAS – IGD/BF	
1.7.1.6.50.0.1.03.00		**Bloco de Proteção Social Básica**	
1.7.1.6.50.0.1.03.01	1.660.7000.007	Piso Básico Fixo - CRAS	55.000,00
1.7.1.6.50.0.1.03.02	1.660.7000.008	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	
1.7.1.9.00.0.0.00.00		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	
1.7.1.9.51.0.0.00.00		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	
1.7.1.9.51.0.1.00.00		Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 – Principal	
1.7.1.9.51.0.1.00.01	1.501.7000.000	Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	
1.7.1.9.51.0.1.00.02	1.500.1001.000	Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	
1.7.1.9.51.0.1.00.03	1.500.1002.000	Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	
1.7.1.9.99.0.0.00.00		Outras Transferências da União e de suas Entidades	
1.7.1.9.99.0.1.00.00		Outras Transferências da União e de suas Entidades – Principal	
1.7.1.9.99.0.1.10.00		Outras Transferências da União e de suas Entidades – Principal - PREFEITURA	
1.7.1.9.99.0.1.10.01	1.501.7000.000	Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações	50.000,00
1.7.1.9.99.0.1.10.02	1.501.7000.000	Compensação da União - 850 - LC 176/2020	26.000,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00		**Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades**	
1.7.2.1.00.0.0.00.00		Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	
1.7.2.1.50.0.0.00.00		Cota-Parte do ICMS	
1.7.2.1.50.0.1.00.00		Cota-Parte do ICMS – Principal	11.365.000,00
1.7.2.1.50.0.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-Parte do ICMS	4.608.000,00
1.7.2.1.50.0.1.00.02	1.500.1001.000	Cota-Parte do ICMS	3.781.000,00
1.7.2.1.50.0.1.00.03	1.500.1002.000	Cota-Parte do ICMS	2.976.000,00
1.7.2.1.51.0.0.00.00		Cota-Parte do IPVA	
1.7.2.1.51.0.1.00.00		Cota-Parte do IPVA – Principal	2.849.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-Parte do IPVA	1.155.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.02	1.500.1001.000	Cota-Parte do IPVA	948.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.03	1.500.1002.000	Cota-Parte do IPVA	746.000,00
1.7.2.1.52.0.0.00.00		Cota-Parte do IPI – Municípios	
1.7.2.1.52.0.1.00.00		Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal	111.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.01	1.501.7000.000	Cota-Parte do IPI – Municípios	45.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.02	1.500.1001.000	Cota-Parte do IPI – Municípios	37.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.03	1.500.1002.000	Cota-Parte do IPI – Municípios	29.000,00
1.7.2.1.53.0.0.00.00		Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	
1.7.2.1.53.0.1.00.00		Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Domínio Econômico – Principal	
1.7.2.1.53.0.1.00.01	1.750.7000.000	Cota-Parte da Contrib. De Intervenção no Domínio Econômico – Principal	1.000,00
1.7.2.4.00.0.0.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	
1.7.2.4.51.0.0.00.00		Transf. de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	
1.7.2.4.51.0.1.00.00		Transf. de Conv. dos Estados Destinadas a Programas de Educação – Principal	
1.7.2.4.51.0.1.00.01	1.571.7000.009	Convênio SEE – Transporte Escolar	1.500.000,00
1.7.2.9.51.0.0.00.00		Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	
1.7.2.9.51.0.1.00.00		Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	
1.7.2.9.51.0.1.01.00		Transferência de Recursos do FEAS	
1.7.2.9.51.0.1.01.01	1.661.7000.012	Proteção Social Básica – Custeio	30.000,00

1.7.5.0.00.0.0.00.00		Transferências de Outras Instituições Públicas	
1.7.5.1.00.0.0.00.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	
1.7.5.1.50.0.0.00.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	
1.7.5.1.50.0.1.00.00		Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	7.682.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00.01	1.540.1070.023	Transferências de Recursos do FUNDEB – Mínimo de 70%	7.142.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00.02	1.540.7000.024	Transferências de Recursos do FUNDEB – Máximo de 30%	540.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00		**Outras Receitas Correntes**	
1.9.1.0.00.0.0.00.00		**Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais**	
1.9.1.1.00.0.0.00.00		Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	
1.9.1.1.14.0.0.00.00		Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	
1.9.1.1.14.0.1.00.00		Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	
1.9.1.1.14.0.1.00.01	1.752.7004.000	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	140.000,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00		**Demais Receitas Correntes**	
1.9.9.9.00.0.0.00.00		Outras Receitas Correntes	
1.9.9.9.99.0.0.00.00		Outras Receitas	
1.9.9.9.99.0.0.10.00		Outras Receitas Correntes - Principal - PREFEITURA	
1.9.9.9.99.0.0.10.99	1.501.7000.000	Outras Receitas	5.984.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00		**RECEITA DE CAPITAL**	
2.1.0.0.00.0.0.00.00		**Operações de Crédito**	
2.1.1.2.00.0.0.00.00		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	
2.1.1.2.01.0.0.00.00		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	
2.1.1.2.01.0.1.00.00		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	
2.1.1.2.01.0.1.10.00		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - PREFEITURA	
2.1.1.2.01.0.1.10.01	1.754.7000.014	Operações de Crédito – Aquisição de Equipamentos	
2.1.1.2.01.0.1.10.02	1.754.7000.019	Operações de Crédito – Construção de Centro Administrativo	
2.4.0.0.00.0.0.00.00		**Transferências de Capital**	
2.4.1.0.00.0.0.00.00		**Transferências da União e de suas Entidades**	
2.4.1.2.00.0.0.00.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	
2.4.1.2.50.0.0.00.00		Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	
2.4.1.2.50.9.0.00.00		Outras transferências destinadas a Programas de Educação	
2.4.1.2.50.9.1.00.00		Outras transferências destinadas a Programas de Educação - Principal	
2.4.1.2.50.9.1.00.01	1.570.7000.001	Convênio MEC/FNDE – Aquisição de ônibus	500.000,00
2.4.1.2.50.9.1.00.02	1.570.7000.002	Convenio MEC/FNDE – Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	500.000,00
2.4.1.2.50.9.1.00.03	1.570.7000.003	Convenio MEC/FNDE – Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	300.000,00
2.4.1.4.99.0.0.00.00		Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	
2.4.1.4.99.0.1.00.00		Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	
2.4.1.4.99.0.1.10.00		Outras Transf. de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - PREFEITURA	
2.4.1.4.99.0.1.10.01	1.700.7000.004	Convênios Ministério das Cidades – Pavimentação de Ruas	1.000.000,00
2.4.1.4.99.0.1.10.02	1.700.7000.005	Convênio Ministério da Integração Nacional – Construção de Pontes	1.000.000,00
2.4.1.4.99.0.1.10.03	1.700.7000.020	Convênio Ministérios dos Esportes	290.000,00
2.4.1.4.99.0.1.10.04	1.700.7000.021	Convênio Ministério do Turismo - Construção de Arena Multiuso	2.000.000,00
2.4.2.2.99.0.0.00.00		**Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades**	
2.4.2.2.99.0.1.00.00		Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	
2.4.2.2.99.0.1.10.00		Outras Transf. de Conv. dos Est. e DF e de Suas Entidades - Principal - PREFEITURA	
2.4.2.2.99.0.1.10.01	1.571.7000.010	Convênio SEE – Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	490.000,00
2.4.2.2.99.0.1.10.02	1.701.7000.011	Convênio Governo do Estado – Pavimentação de Ruas	1.000.000,00
2.4.2.2.99.0.1.10.03	1.701.7000.022	Convênio Governo do Estado – Construção da SEDE	2.000.000,00
9.0.0.0.00.0.0.00.00		**(R) RECEITAS CORRENTES**	
9.1.0.0.00.0.0.00.00		**(R) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**	
9.1.1.0.00.0.0.00.00		**(R) Impostos**	
9.1.1.2.00.0.0.00.00		**(R) Imposto sobre o Patrimônio**	
9.1.1.2.50.0.0.00.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	

9.1.1.2.50.0.1.00.00		**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Principal	15.000,00
9.1.1.2.50.0.1.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Principal	6.000,00
9.1.1.2.50.0.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Principal	5.000,00
9.1.1.2.50.0.1.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Principal	4.000,00
9.1.1.2.50.0.2.00.00		**(R)** Imp. Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.50.0.2.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imp. Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.50.0.2.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imp. Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Multas e Juros	
9.1.1.2.50.0.2.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imp. Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Multas e Juros	
9.1.1.2.50.0.3.00.00		**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Dívida Ativa	15.000,00
9.1.1.2.50.0.3.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Dívida Ativa	6.000,00
9.1.1.2.50.0.3.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Dívida Ativa	5.000,00
9.1.1.2.50.0.3.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Dívida Ativa	4.000,00
9.1.1.2.50.0.4.00.00		**(R)** Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.50.0.4.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.50.0.4.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana – Dívida Ativa – Multas e Juros	
9.1.1.2.50.0.4.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana – Dívida Ativa – Multas e Juros	
9.1.1.2.53.0.0.00.00		(R) ITBI	
9.1.1.2.53.0.1.00.00		**(R)** ITBI – Principal	1.000,00
9.1.1.2.53.0.1.00.01	1.501.7000.000	**(R)** ITBI – Principal	1.000,00
9.1.1.2.53.0.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** ITBI – Principal	
9.1.1.2.53.0.1.00.03	1.500.1002.000	**(R)** ITBI – Principal	
9.1.1.2.53.0.2.00.00		**(R)** ITBI – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.53.0.2.00.01	1.501.7000.000	**(R)** ITBI – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.53.0.2.00.02	1.500.1001.000	**(R)** ITBI – Multas e Juros	
9.1.1.2.53.0.2.00.03	1.500.1002.000	**(R)** ITBI – Multas e Juros	
9.1.1.2.53.0.3.00.00		**(R)** ITBI – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.1.2.53.0.3.00.01	1.501.7000.000	**(R)** ITBI – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.1.2.53.0.3.00.02	1.500.1001.000	**(R)** ITBI – Dívida Ativa	
9.1.1.2.53.0.3.00.03	1.500.1002.000	**(R)** ITBI – Dívida Ativa	
9.1.1.2.53.0.4.00.00		**(R)** ITBI – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.53.0.4.00.01	1.501.7000.000	**(R)** ITBI – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.2.53.0.4.00.02	1.500.1001.000	**(R)** ITBI – Dívida Ativa – Multas e Juros	
9.1.1.2.53.0.4.00.03	1.500.1002.000	**(R)** ITBI – Dívida Ativa – Multas e Juros	
9.1.1.3.00.0.0.00.00		(R) Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	
9.1.1.4.00.0.0.00.00		(R) Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	
9.1.1.4.51.0.0.00.00		(R) Imposto sobre Serviços	
9.1.1.4.51.1.0.00.00		(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	
9.1.1.4.51.1.1.00.00		**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Principal	10.000,00
9.1.1.4.51.1.1.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Principal	4.000,00
9.1.1.4.51.1.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Principal	3.000,00
9.1.1.4.51.1.1.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Principal	3.000,00
		(R)	
9.1.1.4.51.1.2.00.00		**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.4.51.1.2.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.4.51.1.2.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Multas e Juros	
9.1.1.4.51.1.2.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Multas e Juros	
9.1.1.4.51.1.3.00.00		**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.1.4.51.1.3.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.1.4.51.1.3.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa	
9.1.1.4.51.1.3.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa	
9.1.1.4.51.1.4.00.00		**(R)** Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.1.4.51.1.4.00.01	1.501.7000.000	**(R)** Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00

9.1.1.4.51.1.4.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa – Multas e Juros	
9.1.1.4.51.1.4.00.03	1.500.1002.000	**(R)** Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa – Multas e Juros	
9.1.2.0.00.0.0.00.00		**(R) Taxas**	
9.1.2.1.00.0.0.00.00		(R) Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia	
9.1.2.1.01.0.0.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	
9.1.2.1.01.0.1.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	
9.1.2.1.01.0.1.10.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - PREFEITURA - Principal	
9.1.2.1.01.0.1.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Licença p/Functo. De Estab. Com.,Ind. E Prest. De Serviços	1.000,00
9.1.2.1.01.0.1.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Licença para Execução de Obras	1.000,00
9.1.2.1.01.0.2.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Multas e Juros de Mora	
9.1.2.1.01.0.2.10.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – MJM - PREFEITURA	
9.1.2.1.01.0.2.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Lic p/Functo. De Estab. Com.,Ind. E Prest. Serv.– Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.1.01.0.2.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Licença para Execução de Obras– Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.1.01.0.3.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Dívida Ativa	
9.1.2.1.01.0.3.10.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa – PREFEITURA	
9.1.2.1.01.0.3.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Licença p/Functo. De Estab. Com.,Ind. E Prest. Serv.– Div Ativa	1.000,00
9.1.2.1.01.0.3.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Licença para Execução de Obras– Divida Ativa	1.000,00
9.1.2.1.01.0.4.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - MJM da DA	
9.1.2.1.01.0.4.10.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fisc. - DA - MJM da DA – PREFEITURA	
9.1.2.1.01.0.4.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Lic p/Functo. De Estab. Com.,Ind. E Prest. Serv.– Div Ativa – MJ	1.000,00
9.1.2.1.01.0.4.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Licença para Execução de Obras– Divida Ativa – MJ	1.000,00
9.1.2.2.00.0.0.00.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços	
9.1.2.2.01.0.0.00.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços em Geral	
9.1.2.2.01.0.1.00.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	
9.1.2.2.01.0.1.10.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Principal - PREFEITURA	
9.1.2.2.01.0.1.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Limpeza Pública	1.000,00
9.1.2.2.01.0.1.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Pavimentação de Ruas	1.000,00
9.1.2.2.01.0.1.10.03	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Coleta de Lixo	1.000,00
9.1.2.2.01.0.1.10.04	1.899.7000.013	**(R)** Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.1.10.99	1.501.7000.000	**(R)** Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00
9.1.2.2.01.0.2.00.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora	
9.1.2.2.01.0.2.10.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - MJM - PREFEITURA	
9.1.2.2.01.0.2.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Limpeza Pública – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.2.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Pavimentação de Ruas – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.2.10.03	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Coleta de Lixo – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.2.10.04	1.899.7000.013	**(R)** Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.2.10.99	1.501.7000.000	**(R)** Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.3.00.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	
9.1.2.2.01.0.3.10.00		(R) Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - PREFEITURA	
9.1.2.2.01.0.3.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Limpeza Pública – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.2.2.01.0.3.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Pavimentação de Ruas – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.2.2.01.0.3.10.03	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Coleta de Lixo – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.2.2.01.0.3.10.04	1.899.7000.013	**(R)** Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.3.10.99	1.501.7000.000	**(R)** Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.2.2.01.0.4.00.00		(R) Taxa pela Prestação de Serv. em Geral - Dívida Ativa - MJM da Dívida Ativa	
9.1.2.2.01.0.4.10.00		(R) Taxa pela Prestação de SerV em Geral - DA - MJM da DA - PREFEITURA	
9.1.2.2.01.0.4.10.01	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Limpeza Pública – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.4.10.02	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Pavimentação de Ruas – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.4.10.03	1.501.7000.000	**(R)** Taxa de Coleta de Lixo – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.4.10.04	1.899.7000.013	**(R)** Taxa de Vistoria Projeto de Segurança/Bombeiros	1.000,00
9.1.2.2.01.0.4.10.99	1.501.7000.000	**(R)** Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00
9.7.0.0.00.0.0.00.00		**(R) Transferências Correntes**	
9.7.1.0.00.0.0.00.00		**(R) Transferências da União e de suas Entidades**	

9.7.1.1.00.0.0.00.00		**(R)** Transferências Decorrentes da Participação da Receita da União	
9.7.1.1.51.0.0.00.00		**(R)** Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cota Mensal	
9.7.1.1.51.1.0.00.00		**(R)** Cota-Parte do FPM – Cota Mensal	
9.7.1.1.51.1.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Cota-Parte do FPM para Formação do FUNDEB	2.827.000,00
9.7.1.1.52.0.0.00.00		**(R)** Cota-parte do ITR	
9.7.1.1.52.0.1.00.00		**(R)** Cota-parte do ITR - Principal	
9.7.1.1.52.0.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	4.000,00
9.7.2.0.00.0.0.00.00		**(R) Transferências dos Estados e do Distrito Federal suas Entidades**	
9.7.2.1.00.0.0.00.00		**(R)** Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	
9.7.2.1.50.0.0.00.00		**(R)** Cota-Parte do ICMS	
9.7.2.1.50.0.1.00.00		**(R)** Cota-Parte do ICMS – Principal	
9.7.2.1.50.0.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Cota-Parte do ICMS para Formação do FUNDEB	2.273.000,00
9.7.2.1.51.0.0.00.00		**(R)** Cota-Parte do IPVA	
9.7.2.1.51.0.1.00.00		**(R)** Cota-Parte do IPVA – Principal	
9.7.2.1.51.0.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Cota-Parte do IPVA para Formação do FUNDEB	570.000,00
9.7.2.1.52.0.0.00.00		**(R)** Cota-Parte do IPI – Municípios	
9.7.2.1.52.0.1.00.00		**(R)** Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal	
9.7.2.1.52.0.1.00.02	1.500.1001.000	**(R)** Cota-Parte do IPI – Municípios para Formação do FUNDEB	22.000,00
		SOMA (I)	**57.138.000,00**

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	2024
1.0.0.0.00.0.0.00.00		**RECEITAS CORRENTES**	
1.1.0.0.00.0.0.00.00		**Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**	
1.1.2.0.00.0.0.00.00		**Taxas**	
1.1.2.1.00.0.0.00.00		**Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia**	
1.1.2.1.01.0.0.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	
1.1.2.1.01.0.1.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	
1.1.2.1.01.0.1.20.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - FMS - Principal	
1.1.2.1.01.0.1.20.01	1.759.7000.015	Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	63.000,00
1.1.2.1.01.0.2.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Multas e Juros de Mora	
1.1.2.1.01.0.2.20.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – MJM - FMS	
1.1.2.1.01.0.2.20.01	1.759.7000.015	Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária – Multas e Juros	5.000,00
1.1.2.1.01.0.3.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Dívida Ativa	
1.1.2.1.01.0.3.20.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa – FMS	
1.1.2.1.01.0.3.20.01	1.759.7000.015	Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária – Dívida Ativa	3.000,00
1.1.2.1.01.0.4.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - MJM da DA	
1.1.2.1.01.0.4.20.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - DA - MJM da DA – FMS	
1.1.2.1.01.0.4.20.01	1.759.7000.015	Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária – Dívida Ativa – MJ	2.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00		**Receita Patrimonial**	
1.3.2.0.00.0.0.00.00		**Valores Mobiliários**	
1.3.2.1.00.0.0.00.00		Juros e Correções Monetárias	
1.3.2.1.01.0.0.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB	
1.3.2.1.01.0.1.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB – Principal	
1.3.2.1.01.0.1.20.00		Recursos Vinculados - Principal - FMS	
1.3.2.1.01.0.1.20.01	1.600.7000.016	RDB – Bloco de Custeio – União	15.000,00
1.3.2.1.01.0.1.20.02	1.601.7000.017	RDB – Bloco de Investimento – União	15.000,00
1.3.2.1.01.0.1.20.03	1.621.7000.018	RDB – Bloco de Custeio – Estado	13.000,00
1.3.2.1.01.0.1.20.04	1.759.7000.015	RDB de Recursos Ordinários	12.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	
1.7.1.3.50.0.0.00.00		Transf. de Rec. do SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manut. das ASPS	
1.7.1.3.50.1.0.00.00		Transferências de Recursos do Bloco de Manut. das ASPS - Atenção Primária.	
1.7.1.3.50.1.1.00.00		Transf. de Recursos do Bloco de Manut. das ASPS - Atenção Prim. - Principal	
1.7.1.3.50.1.1.00.01	1.600.7000.016	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica – Principal	2.520.000,00
1.7.1.3.50.2.0.00.00		Transf. de Recursos do Bloco de Manut. das ASPS – Atenção Especializada	
1.7.1.3.50.2.1.00.00		Transf. de Recursos do Bloco de Manut. das ASPS – Atenção Espec. - Principal	
1.7.1.3.50.2.1.00.01	1.600.7000.016	Transf.Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Compl. Amb. Hosp.	460.000,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00		Transf. de Recursos do Bloco de Manut. das ASPS – Vigilância em Saúde	
1.7.1.3.50.3.1.00.00		Transf. de Rec. do Bloco de Manut.das ASPS – Vigilância em Saúde - Principal	
1.7.1.3.50.3.1.00.01	1.600.7000.016	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde – Principal	81.000,00
1.7.1.3.50.4.0.00.00		Transf. de Recursos do Bloco de Manut. das ASPS – Assistência Farmacêutica	
1.7.1.3.50.4.1.00.00		Transf. de Rec. do Bloco de Manut. das ASPS – Assist. Farm. - Principal	
1.7.1.3.50.4.1.00.01	1.600.7000.016	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica – Principal	63.000,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00		Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	
1.7.2.3.00.0.0.00.00		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	
1.7.2.3.50.0.0.00.00		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	
1.7.2.3.50.0.1.00.00		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	
1.7.2.3.50.0.1.00.01	1.621.7000.018	Bloco Atenção Básica	280.000,00
1.7.2.3.50.0.1.00.02	1.621.7000.018	Bloco Assistência Farmacêutica	78.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00		**Outras Receitas Correntes**	

1.9.9.0.00.0.0.00.00		**Demais Receitas Correntes**	
1.9.9.9.00.0.0.00.00		Outras Receitas Correntes	
1.9.9.9.99.0.0.00.00		Outras Receitas	
1.9.9.9.99.0.0.20.00		Outras Receitas Correntes - Principal - FMS	
1.9.9.9.99.0.0.20.99	1.759.7000.015	Outras Receitas	1.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00		**RECEITAS DE CAPITAL**	
2.4.1.1.51.0.0.00.00		Transf. de Recursos do SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estrut. da Rede de SPS	
2.4.1.1.51.1.0.00.00		Transf. de Rec. do SUS - Fdo a Fdo - Bloco de Estr. da RSPS - At. Primária	
2.4.1.1.51.1.1.00.00		Transf. de Rec. do SUS - Fdo a Fdo - Bloco de Estr. da RSPS - At. Prim. Princ.	
2.4.1.1.51.1.1.01.01	1.601.7000.017	Investimentos na rede Publica de Saúde	200.000,00
9.0.0.0.00.0.0.00.00		**(R) RECEITAS CORRENTES**	
9.1.0.0.00.0.0.00.00		**(R) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**	
9.1.2.0.00.0.0.00.00		**(R) Taxas**	
9.1.2.1.00.0.0.00.00		**(R) Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia**	
9.1.2.1.01.0.0.00.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	
9.1.2.1.01.0.1.00.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Principal	
9.1.2.1.01.0.1.20.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização -FMS - Principal	
9.1.2.1.01.0.1.20.01	1.759.7000.015	**(R)** Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	1.000,00
9.1.2.1.01.0.2.00.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Multas e Juros de Mora	
9.1.2.1.01.0.2.20.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – MJM - FMS	
9.1.2.1.01.0.2.20.01	1.759.7000.015	**(R)** Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária – Multas e Juros	1.000,00
9.1.2.1.01.0.3.00.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização – Dívida Ativa	
9.1.2.1.01.0.3.20.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa – FMS	
9.1.2.1.01.0.3.20.01	1.759.7000.015	**(R)** Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária – Dívida Ativa	1.000,00
9.1.2.1.01.0.4.00.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - MJM da DA	
9.1.2.1.01.0.4.20.00		**(R)** Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - MJM da DA	
9.1.2.1.01.0.4.20.01	1.759.7000.015	**(R)** Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária – Dívida Ativa – MJ	1.000,00
		SOMA (II)	**3.807.000,00**
		TOTAL III (I+II)	**60.945.000,00**

TABELA FONTE DE RECURSOS/DETALHAMENTO

1.501.7000.000	Recursos Ordinários
1.500.1001.000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação
1.500.1002.000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde
1.800.1111.000	Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS
1.750.7000.000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE
1.751.7000.000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP
1.752.7004.000	Convênio de Trânsito – Prefeitura
1.540.1070.023	Transferências do FUNDEB – remuneração dos profissionais do Magistério
1.540.7000.024	Transferências do FUNDEB – outras despesas da Educação Básica
1.570.7000.000	Transferências de Convênios – União/Educação
1.570.7000.001	Aquisição de ônibus
1.570.7000.002	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental
1.570.7000.003	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil
1.700.7000.000	Transferências de Convênios – União/Outros
1.700.7000.004	Pavimentação de Ruas
1.700.7000.005	Construção de Pontes
1.700.7000.020	Convênio Ministérios dos Esportes
1.700.7000.021	Construção de Arena Multiuso
1.660.7000.000	Transferências do Sistema Único de Assistência Social
1.660.7000.006	IGD Bolsa Família
1.660.7000.007	CRAS
1.660.7000.008	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
1.550.7000.000	Salário Educação
1.552.7000.000	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE
1.553.7000.000	Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE
1.571.7000.000	Transferências de Convênios – Estado/Educação
1.571.7000.009	Transporte Escolar Estadual
1.571.7000.010	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental
1.701.7000.000	Transferências de Convênios – Estado/Outros
1.701.7000.011	Pavimentação de Ruas
1.661.7000.000	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado
1.661.7000.012	Proteção Social Básica – Custeio
1.899.7000.000	Outras Especificações
1.899.7000.013	Recursos do FUNREBOM
1.754.7000.000	Operações de Credito Internas – Outros Programas
1.754.7000.014	Aquisição de Equipamentos
1.754.7000.019	Construção de Centro Administrativo
1.759.7000.000	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
1.759.7000.015	Recursos do FMS
1.600.7000.000	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
1.600.7000.016	Bloco de Custeio - União
1.601.7000.017	Bloco de Investimento - União
1.621.7000.000	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
1.621.7000.018	Bloco de Custeio - Estado

Anchieta

Prefeitura

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024-PM

Publicação Nº 6134998

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024-PM.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que a licitação de Concorrência Eletrônica nº 004/2024-PM, do objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra e serviços de engenharia, com fornecimento de mão de obra necessária, equipamentos e transporte de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), para pavimentação asfáltica no Município de Anchieta/SC, em conformidade com Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária em Anexo e Termo de Referência constante no Anexo I. Pagos com Recursos da Transferência Convênio Ministério das Cidades, Processo nº 13495/2024 (Melhoria na Infraestrutura Urbana). Contrato de Repasse nº 960545/2024/MCIDADES/CAIXA., foi DECLARADA DESERTA, por não haver nenhum participante interessado no certame.

Anchieta - SC, 27 de junho de 2024.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Câmara Municipal

PORTARIA N° 20 DIÁRIAS

Publicação Nº 6135032

PORTARIA Nº 20/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, pelo regimento interno da câmara resolução n.11 de 16 de dezembro de 2010 e decreto n. 002/2014:

Resolve:

I- Art. 1º CONCEDER meia diária para viagem à Chapecó/SC, para participar do encontro do fórum parlamentar catarinense.

II- Concessão de meia diária no valor de R$ 170,35. (cento e setenta reais com trinta e cinco).

• MARIO LUIZ SIGNOR
• IVO SCHAEFFER

Art.2º Estabeleceu -se como nível de enquadramento para percepção da diária, de acordo com o Decreto do Legislativo nº002/2014 de 01 de julho de 2014 e tendo como base a UFRM de 2024 no valor de 125,72.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, em 27 de junho de 2024.

Mario Luiz Signor
Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
Foi publicada na forma da Lei.

Eliane Maria Faust
Diretora Geral

Antônio Carlos

PREFEITURA

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2023

Publicação Nº 6131399

TERMO ADITIVO

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2023

Segundo termo aditivo que entre si celebram o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO CARLOS - IPREANCARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.721.066/0001-69, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato representado por sua diretora executiva, EMANUELY VENTURA DE SOUZA, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa J.F ONOFRE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 44.512.344/0001-55, com sede na Praça Nereu Ramos, Centro, Biguaçu/SC, neste ato representada por seu proprietário, JONATAS FREITAS ONOFRE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF – sob o nº 008.701.409-22, residente e domiciliado na Rua Joci José Martins, 275, Bloco 02, Apt 302, Pagani, Palhoça/SC, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato que consiste na "Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestação de serviço de assessoria na área de Recursos Humanos e Folha de pagamento do IPREANCARLOS – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS do Município de Antônio Carlos/SC", conforme Processo Administrativo nº 076/2023, Pregão Presencial nº 047/2023 – Registro de Preço.

CLAUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 01/2023, cujo novo vencimento será no dia 05 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 27 de junho de 2024.

EMANUELY VENTURA DE SOUZA Diretora Executiva	J.F ONOFRE LTDA
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

DECRETO Nº 071/2024

Publicação Nº 6131725

DECRETO Nº 000071/24 de 27 de Junho de 2024

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001776/23 de 11 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 612.184,82 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0014.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 586.462,02
11.01.10.301.0014.2.049-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 25.722,80

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 612.184,82

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Junho de 2024

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

FONTE:

DECRETO Nº 072/2024

Publicação Nº 6133179

DECRETO Nº 000072/24 de 27 de Junho de 2024

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001776/23 de 11 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 346.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0014.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 346.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 346.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Junho de 2024

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

FONTE:

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA 17/2024 DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2024 DO PODER EXECUTIVO

Publicação Nº 6133145

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2024 DO PODER EXECUTIVO

Contratante: Câmara Municipal de Antônio Carlos/SC.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.456.865/0001-67, sediada na Rua Julio Gaidzinski, nº 320, Pio Correa, Criciúma/SC, CEP 88.811-000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, INCLUINDO SERVIÇOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DE TAIS SISTEMAS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E EVOLUTIVA, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Valor: R$22.951,92

Validade: 08 meses.

Data de publicação: 27 de junho de 2024.

Apiuna

Prefeitura

REGISTRO PROVISORIO 002 - CMAS

Publicação Nº 6133299

CERTIFICADO PROVISÓRIO DE REGISTRO

Conselho Municipal de Assistência Social de Apiúna – SC

Nº 002

O CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Apiúna – Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, aprovou a concessão de Certificado de Registro PROVISÓRIO de serviço, na reunião do dia 19 de junho de 2024, Resolução nº 12/2024 e eu, Presidente, assino a seguinte deliberação deste conselho:

Fica concedido o Certificado PROVISÓRIO de Registro de serviço de ABRIGO INSTITUCIONAL DE ACRIANÇAS E ADOLESCENTES à Entidade denominada Agência Pública Intermunicipal de Serviços do Vale Europeu -APIS, inscrita no CNPJ nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, 3º andar, bairro Velha, Blumenau/SC, 89036-200.

O serviço registrado, estará sujeito à avaliação periódica.

O registro permanente fica condicionado a uma visita após finalizadas as reformas e mobiliada a instituição.

O presente Certificado não dispensa a entidade da apresentação dos documentos exigidos pela legislação vigente, necessários a formalização de Convênios e outras formas de acordo, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Apiúna, 27 de junho de 2024.

Jucelia Bertoli Ferreira
Presidente do CMDCA de Apiúna

RESOLUÇÃO 12/2024 - CMDCA

Publicação Nº 6133297

RESOLUÇÃO Nº 12/2024

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 954, de 24 de maio 2021, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2024, identificada pela Ata nº 141.

CONSIDERANDO

• A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
• A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
• NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade dos conselheiros presentes, o registro PROVISÓRIO para o serviço ABRIGO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Agência Pública Intermunicipal de Serviços do Vale Europeu -APIS, inscrita no CNPJ nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, 3º andar, bairro Velha, Blumenau/SC, 89036-200.

O registro permanente fica condicionado a uma visita após finalizadas as reformas e mobiliada a instituição.

Art. 2º - Está resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de junho de 2024.

Jucélia Bertoli
Presidente Conselho Municipal

RESOLUÇÃO 13/2024 - CMDCA

Publicação Nº 6133302

RESOLUÇÃO Nº 13/2024

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 954, de 24 de maio 2021, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2024, identificada pela Ata nº 141.

CONSIDERANDO

• A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
• A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
• NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade dos conselheiros presentes a revogação da Resolução nº 04/2023 que dispunha sobre os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Apiúna.

Art. 2º - Está resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de junho de 2024.

Jucélia Bertoli
Presidente Conselho Municipal

RESOLUÇÃO 14/2024 - CMDCA

Publicação Nº 6133307

RESOLUÇÃO N. 14 de 27 de junho de 2024.

Define os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, orienta o processo de acompanhamento e fiscalização às entidades inscritas e estabelece a instância recursal de seus atos.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Apiúna- CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo por base a Lei N. 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS - alterada pela Lei N. 12.435/2011 e a Lei Municipal 954/2021, que institui o SUAS,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, orienta o processo de acompanhamento às entidades inscritas e estabelece a instância recursal de seus atos.

CAPITULO I

DA INSCRIÇÃO

Art. 2º As entidades ou organizações de Assistência Social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstração:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual contendo:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2). capacidade de atendimento;

e.3) recursos financeiros a serem utilizados;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente: público alvo; capacidade de atendimento; recurso financeiro utilizado; recursos humanos envolvidos; abrangência territorial;

f) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

§1º Para fins de inscrição é vedada ao CMAS a análise das Demonstrações Contábeis.

§2º Para fins de inscrição é vedada a exigência de alteração estatutária das entidades ou organizações de Assistência Social.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

§1º Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos no CMAS.

§2º Se a entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no município de sua sede, a inscrição da entidade ou organização deverá ser feita no Conselho Municipal de Assistência Social do município onde desenvolva o maior número de atividades.

§3º A entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e ou assessoramento e ou defesa e garantia de direitos, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todos os municípios onde realiza sua ação.

§4º Aplica-se o disposto no § 1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos neste conselho.

Art. 5º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único. A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas nacionais.

Art. 6º Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7º Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a entidade ou organização de Assistência Social deverá comunicar ao CMAS, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§1º O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§2º Cabe CMAS acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

Art. 8º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;
II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;
III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
IV - plano de ação;
V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 9º As entidades ou organizações de Assistência Social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, conforme o modelo anexo II;
II - plano de ação;
III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 5º e do art. 6º desta Resolução.

Art. 10. As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 5º e do art. 6º desta Resolução, mediante apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;
II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;
III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
IV - plano de ação.

Art. 11. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:

a) requerimento da inscrição;

b) análise documental;

c) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

d) elaboração do parecer da Comissão;

e) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

f) publicação da decisão plenária;

g) emissão do comprovante;

h) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;

i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

II - no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

III - a execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica do requerimento de inscrição, salvo os casos em que houver urgência devidamente justificada, seguindo os seguintes pressupostos:

a) Diagnóstico de demanda reprimida encaminhado pelo Gestor, por meio da Diretoria de Planejamento;

b) Casos encaminhados pelo Ministério Público e Poder Judiciário;

c) Situações de denúncias.

CAPITULO II

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO AS ENTIDADES INSCRITAS

Art. 12. O CMAS deverá planejar o acompanhamento e a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único. O planejamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição deve ser publicizado por meio de resolução do Conselho de Assistência Social.

Art. 13. As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social:

I - plano de ação do corrente ano;
II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Parágrafo Único: Os documentos a que se refere ao Caput, deverão ser encaminhados via e-mail, preferencialmente em 2 (dois) formatos, (Word e PDF), a fim de garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência Visual, constando assinatura digital do Presidente ou Representante legal.

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social promoverá, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 15. A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§2º O cancelamento da inscrição pode ser realizado a pedido da própria entidade, bem como por constatação de irregularidade.

§3º Em caso de cancelamento o CMAS deve buscar soluções alternativas em conjunto com o órgão gestor da política de assistência social de forma a não prejudicar os usuários dos serviços, que deverão ter seus direitos resguardados.

§4º Nos casos de cancelamento por constatação de irregularidade, o CMAS deverá garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§5º As irregularidades suspeitas ou constatadas, tanto por meio de denúncias como outras formas, deverão ser notificadas à entidade, para que esta proceda à sua defesa.

§6º Para evitar descontinuidade dos serviços e consequentes prejuízos aos usuários, o CMAS iráavaliar a possibilidade de elaboração de um plano de providências em conjunto com a entidade para a regularização das pendências constatadas, utilizando o cancelamento como última instância.

§7º Caso seja necessário o cancelamento da inscrição, o CMAS deverá elaborar parecer técnico e submeter à análise e deliberação do assunto em reunião plenária.

§8º Em caso de cancelamento da inscrição, o CMAS deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS a que se refere a alínea “i”, do inciso I, do art. 11 desta Resolução e demais providências.

§9 Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer, conforme o disposto nesta resolução.

§10As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais CMAS, no prazo de 30 dias.

Art. 16. O CMAS deverá padronizar e utilizar, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo único. O CMAS fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexos IV e V.

Art. 17. O CMAS deverá estabelecer numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

CAPITULO III
DO RECURSO

Art. 18 O Conselho Municipal de Assistência Social terá como instância recursal o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, quando do indeferimento ou cancelamento das inscrições de entidades e organizações de assistência social e de inscrições de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais protocolizados.

Art. 19 Quando indeferida ou cancelada a inscrição de entidade ou organização de Assistência Social e/ou de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a entidade ou organização poderá apresentar Recurso da Decisão ao CEAS/SC. Para tanto deverá apresentar ao CEAS/SC, os seguintes documentos:

I– Ofício solicitando recurso de decisão ao CEAS sobre o indeferimento ou cancelamento de inscrição de entidade ou organização de Assistência Social; ou sobre o indeferimento ou cancelamento de inscrição de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
II- Documentação fiel apresentada no CMAS, contendo, sobretudo, aqueles descritos no artigo 3º da Resolução CNAS N. 14/2014.
III- Ata da Reunião Plenária em que ocorreu o indeferimento ou cancelamento;
IV- Resolução do CMAS que consta o indeferimento ou cancelamento;
V- Lei ou Resolução do CMAS onde conste que o CEAS é a instância recursal.

§1º Toda a documentação citada acima deverá ser autenticada em cartório e encaminhada ao CEAS/SC no prazo de até 30 dias corridos, contados da data de ciência da decisão pela entidade interessada, por correspondência ou entregue pessoalmente no setor de protocolo da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), ou ainda, no protocolo da Secretaria Executiva do CEAS/SC, pela própria entidade, devidamente assinado por seu representante legal, onde toda a documentação será conferida mediante a apresentação do original;

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20. As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder o reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Art. 21. As disposições previstas no inciso IV do art. 11 e no § 2º do art. 15 somente serão aplicáveis por ocasião da efetiva implantação do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

Art.22. Revogam-se a Resolução do CMAS N. 04/2013, e demais disposições em contrário.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de junho de 2024.

Jucélia Bertoli Ferreira

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO I

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Apiúna-SC a entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade_____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____

_____

Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____

Endereço_____nº_____

Bairro_____Município_____UF_____

CEP_____Complemento:_____

Tel._____

E-mail _____

Atividade Principal_____

Inscrição:

CONSEA_____

CMDCA_____

CONSELHO DO IDOSO_____

Outros: (especificar)_____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço_____nº_____Bairro_____

Município_____ UF_____ CEP_____

Tel._____Celular_____

E-mail_____

RG_____ CPF_____ Data nasc. ____/_____/_____

Escolaridade_____

Período do Mandato:_____

C - Informações adicionais:

Termos em que pede deferimento.

Local_____ Data ____/_____/_____

_____

Assinatura do representante legal da entidade

CMAS
Conselho Municipal
de Assistência Social - Apiúna/SC

ANEXO II

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Apiúna -SC a entidade abaixo qualificada, **com atuação também neste município**, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos **serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais** abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade_____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____

Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____

Endereço_____nº _____ Bairro_____

Município_____UF_____CEP_____Tel._____

E-mail _____

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de _____,sob o número _____, desde ____/_____/_____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço_____nº_____Bairro_____

Município_____ UF_____ CEP_____

Tel._____ Celular_____

E-mail_____

RG_____ CPF_____ Data nasc. ____/_____/_____

Escolaridade_____

Período do Mandato:_____

C - Informações adicionais

Termos em que pede deferimento.

Local_____ Data ____/_____/_____

_____

Assinatura do representante legal da entidade

CMAS
Conselho Municipal de Assistência Social - Apiúna/SC

ANEXO III

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Apiúna -SC a entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos **serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais** abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário_____

Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____

Endereço _____nº _____Bairro_____

Município_____UF_____CEP_____

Tel._____ FAX _____

E-mail _____

Atividade Principal_____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço_____nº_____Bairro_____

Município_____ UF_____ CEP_____

Tel._____Celular_____

E-mail_____

RG_____ CPF_____

Data nasc. ____/_____/____

Escolaridade_____

Período do Mandato:_____

C - Informações adicionais

Termos em que, pede deferimento.

Local_____ Data ____/_____/_____

_____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO IV

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO Nº _____

A entidade _____, CNPJ _____, com sede em _____, é inscrita neste Conselho, sob número_____, desde _____/_____/_____.

A entidade executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local_____ Data ____/_____/_____

_____

Assinatura do(a) Presidente do Conselho

ANEXO V

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DESERVIÇO, PROGRAMA,

PROJETO E BENEFÍCIO SOCIASSISTENCIAL

INSCRIÇÃO Nº _____

( ) Serviços

( ) Programas

( ) Projetos

( ) Benefícios socioassistenciais

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____

_____

_____

_____

_____

O(s) seguinte(s) programa(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____

_____

_____

_____

_____

CMAS
Conselho Municipal de Assistência Social - Apiúna/SC

O(s) seguinte(s) projeto(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____

_____

_____

_____

O(s) seguinte(s) benefício(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____

_____

_____

_____

_____

Estes são/serão executados pela entidade_____, CNPJ _____, com sede em _____ município_____ e encontram-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CNAS nº 14/2014.

A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Local_____ Data ____/_____/_____

_____

Presidente do CMAS de Apiúna -SC

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE RECURSO DE DECISÃO SOBRE O INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Apiúna/SC entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer **Recurso de Decisão** sobre o indeferimento de sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário

_____

Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____

Endereço_____nº_____

Bairro_____Município_____ UF____ CEP_____

Tel._____ FAX_____

E-mail _____

Atividade Principal_____

Justificativa da interposição de recurso:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

CMAS
Conselho Municipal de Assistência Social - Apiúna/SC

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço_____nº_____Bairro_____

Município_____ UF_____ CEP_____

Tel._____Celular_____

E-mail_____

RG_____ CPF_____ Data nasc. ____/_____/____

Escolaridade _____

Período do Mandato:_____

C - Informações adicionais:

_____

_____

_____

_____

_____

Termos em que pede deferimento.

Local_____ Data ____/_____/_____

_____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO VII

REQUERIMENTO DE RECURSO DE DECISÃO SOBRE O INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Apiúna/SC a entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer **Recurso de Decisão** sobre o indeferimento da inscrição dos **serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais** abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário_____

Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____

Endereço _____ nº _____ Bairro_____

Município_____UF_____CEP_____

Tel._____

E-mail _____

Atividade Principal_____

Justificativa da interposição de recurso:

_____

_____

_____

_____

_____

_____



B- Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço_____nº_____ Bairro_____

Município_____UF_____CEP_____

Tel._____Celular_____

E-mail_____

RG_____ CPF_____Data nasc. ____/_____/____

Escolaridade_____

Período do Mandato:_____

C- Informações adicionais

_____

_____

_____

Termos em que pede deferimento.

Local_____ Data ____/_____/_____

_____

Assinatura do representante legal da entidade

RESOLUÇÃO 15/2024 - CMDCA

Publicação Nº 6133311

RESOLUÇÃO Nº 15/2024
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 954, de 24 de maio 2021, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2024, identificada pela Ata nº 141.

CONSIDERANDO

• A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
• A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
• NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade dos conselheiros presentes alteração na composição das comissões: Comissão de Registro e Inscrição de entidades e Comissão de Fiscalização do Bolsa Família. Ficando com a seguinte composição:

Jucélia Bertoli Ferreira
Mary Ellen Schulz Strey
Daiane C Neuberger Rio Branco

Art. 2º - Está resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de junho de 2024.

Jucélia Bertoli
Presidente Conselho Municipal

RESOLUÇÃO 16/2024 - CMAS

Publicação Nº 6133409

RESOLUÇÃO Nº 16/2024
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 954, de 24 de maio 2021, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2024, identificada pela Ata nº 141.

CONSIDERANDO

• A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
• A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
• NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade dos conselheiros presentes o plano de aplicação da assistência social CRAS e Gestão 2024, conforme Anexo I.

Art. 2º - Está resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de junho de 2024.

Jucélia Bertoli
Presidente Conselho Municipal

ANEXO I

PLANO DE APLICAÇÃO (Alteração) – ASSISTENCIA SOCIAL DE APIÚNA
CRAS E GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL 2024
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL - APIÚNA – SC

RECURSO	VALOR	OBJETIVO	META	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO
Piso Básico Fixo (Recurso Federal) 26670000100 16670000100.	Em média R$ 97.000,00.	Pagamento das folhas de pagamento das profissionais da equipe ténica do CRAS (Kelin, Verônica e Andressa). Até o final do ano.	Dar continuidade aos trabalhos.	Documentos comprobatórios de folha de holerite.

RESOLUÇÃO 17/2024 - CMAS

Publicação Nº 6133423

RESOLUÇÃO Nº 17/2024

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 954, de 24 de maio 2021, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada em 19 de junho de 2024, identificada pela Ata nº 141.

CONSIDERANDO

• A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
• A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
• NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade dos conselheiros presentes manter como presidente deste Conselho a Sra. Jucélia Bertoli Ferreira até o final deste mandato.

Art. 2º - Está resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de junho de 2024.

Jucélia Bertoli Ferreira
Presidente Conselho Municipal

Arabutã

Prefeitura

PORTARIA 305/2024

Publicação Nº 6132482

PORTARIA Nº 305/2024
CONTRATAR SERVIDORA POR PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo Público nº. 001/2023, homologado pelo Decreto nº. 3417, de 06 de junho de 2023;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR, a partir de 01 de julho de 2024, por Processo Seletivo Público a Senhora VIVIANE TAIS HIRT, inscrita no CPF sob nº. 831.XXX.XXX-XX, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde área 002- Micro área 06; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar n°.260, de 16 de agosto de 2022.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 27 de junho de 2024.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Charles Rodrigo Ebeling
Responsável pela publicação.

Araquari

Câmara Municipal

PORTARIA Nº 053/2024

Publicação Nº 6131718

PORTARIA N° 053/2024, de 27 de junho de 2024.
EXONERA Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Araquari – SC.

SIDINEI XAVIER, Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que,

RESOLVE:

Art 1° - Exonerar CLADENILSON SCHERPINSKI, do cargo de Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Araquari – SC, cargo este de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração disponível no quadro de servidores.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de junho de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Araquari - SC, 27 de junho de 2024.

SIDINEI XAVIER
Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari – SC.

PORTARIA Nº 054/2024

Publicação Nº 6131723

PORTARIA N° 054/2024, de 27 de junho de 2024.
EXONERA CHEFE DE GABINETE da Câmara de Vereadores de Araquari – SC.

SIDINEI XAVIER, Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que,

RESOLVE:

Art 1° - Exonerar PEDRO DE OLIVEIRA, do cargo de Chefe de Gabinete da Câmara de Vereadores de Araquari – SC, cargo este de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração disponível no quadro de servidores.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de junho de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Araquari - SC, 27 de junho de 2024.

SIDINEI XAVIER
Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari – SC.

Araranguá

Prefeitura

AVISO DE CONCORRÊNCIA 94/2024

Publicação Nº 6131800

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A94880D8CC234D8405F327BF184B41CE64375504

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº. 94/2024

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS COMUM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução das obras de reforma geral dos seguintes Centros de Educação Infantil: Lote I Centro Infantil Prof. Bernadete Costa Nolla, com área de 1336,87m², localizada na Av. Capitão Pedro Fernandes 1200, Bairro Centro Cívico; Lote II Centro Infantil São José, com área de 950,32m², localizada na Av. Vereador Manoel Costa 444, Bairro Jardim das Avenidas, ambas localizada no Município de Araranguá-SC.

MODALIDADE: Concorrência

FORMA: Eletrônica

TIPO: Menor Preço Global

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 18 de Julho de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Às 08h30min do dia 18 de Julho de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br , horário de Brasília – DF.

EDITAL COMPLETO: Deverá ser retirado no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Araranguá – Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro - Araranguá, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente na Prefeitura, munido de pendrive ou no site: www.ararangua.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 48 3521.0910 ou 48 35210929.

Base Legal: Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021, e suas alterações e demais legislações aplicáveis.

Araranguá, SC, 27 de junho de 2024.

Volnei Roniel Bianchin da Silva
Secretário de Administração
Autoridade Competente

Liliane Silva de Souza
Agente de Contratação

AVISO DE CONCORRÊNCIA 95/2024

Publicação Nº 6131806

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A237A28524D493D992AD94779197A0A46FE14CF8

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº. 95/2024

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS COMUM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da reforma da Escola Básica João Matias, localizada na Travessa Pedro Rosalino Correa, 200, localizada no Bairro Coloninha, Município de Araranguá SC.

MODALIDADE: Concorrência

FORMA: Eletrônica

TIPO: Menor Preço Global

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 19 de Julho de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Às 08h30min do dia 19 de Julho de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br , horário de Brasília – DF.

EDITAL COMPLETO: Deverá ser retirado no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Araranguá – Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro - Araranguá, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente na Prefeitura, munido de pendrive ou no site: www.ararangua.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 48 3521.0910 ou 48 35210929.

Base Legal: Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021, e suas alterações e demais legislações aplicáveis.

Araranguá, SC, 27 de junho de 2024.

Volnei Roniel Bianchin da Silva
Secretário de Administração
Autoridade Competente

Liliane Silva de Souza
Agente de Contratação

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0020/2024

Publicação Nº 6132005

MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA
ARROIO TRINTA-SC

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0020/2024-DL
Processo Administrativo Nº 0070/2024 - DL
Tipo: AQUISIÇÃO
CONDUTOR: MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA
Data de Publicação: 11/06/2024 15:52:13

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 27/06/2024 10:41:51
Palhetas para Saxofone e Clarinete

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: D´ADDARIO Modelo: ALT 1,5
Descrição: Palhetas para saxofone alto nº 1,5 material obrigatoriamente de bambu. As palhetas devem ter no mínimo 01 ano de garantia
Quantidade: 15 **Valor Unit.:** 38,00 **Valor Total:** 570,00

Item: 2 Unidade: UN Marca: D´ADDARIO Modelo: TEN 1,5
Descrição: Palhetas para saxofone Tenor nº 1,5 material obrigatoriamente de bambu. As palhetas dever ter no mínimo 01 ano de garantia.
Quantidade: 10 **Valor Unit.:** 50,00 **Valor Total:** 500,00

Item: 3 Unidade: UN Marca: D´ADDARIO Modelo: CLA 1,5
Descrição: Palhetas para Clarinete nº1,5 material obrigatoriamente de bambu. As palhetas deve ter no mínimo 01 ano de garantia.
Quantidade: 15 **Valor Unit.:** 42,00 **Valor Total:** 630,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS	002	29.583.709/0001-49	1.950,25	1.700,00		Sim
2	CENTRO MUSICAL IVAIPORA LTDA ME	120	05.607.287/0001-36	1.950,80	1.900,00	11,76	Sim
3	T.M.T INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA	024	08.666.165/0001-09	1.949,00	1.945,00	2,37	Sim
4	ALESSANDRA B. TONIETTI	074	18.047.657/0001-70	1.950,80	1.947,00	0,10	Sim
5	SEA SOUNDS INSTRUMENTOS	065	20.957.491/0001-70	1.998,35	1.998,35	2,64	Sim

DESCLASSIFICADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: ALCIDIR FELCHILCHER

Gerado em: 27/06/2024 10:41:52 1 de 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº0023/2024

Publicação Nº 6132078

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 82.826.462/0001-27.
Rua XV de Novembro, 26, Centro.
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo: Nº 0081/2024-DL
Dispensa: Nº 0023/2024-DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Alcidir Felchilcher, considerando a decisão proferida pela Agente de Contratação designada através do Decreto nº 2565, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento na Lei 14.133/21, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 75, IV, a e tendo como objeto **Contratação de empresa autorizada para realizar a 3ª revisão do veículo CRUZE LTZ NB, placa RXY5B94, Chassi 8AGBN69S0PR104166, pertencente ao Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito de Arroio Trinta**, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

248 - AUTO MECANICA GERAL LTDA (86.548.054/0001-01)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	**36905** - OTIMIZADOR DE COMBUSTIVEL	Un		1	50,00	50,00
2	**36552** - ELEMENTO DO FILTRO	Un		1	219,93	219,93
3	**29838** - JOGO DE PASTILHA DIANTEIRA	Un		1	625,00	625,00
4	**24748** - Jogo pastilhas de freio traseiro	Un		1	670,14	670,14
5	**36557** - SORTIDO	Un		1	52,45	52,45

Documento Assinado Digitalmente

	COMPOSTO					
6	**39821** - FLUIDO DE FREIO	Un		1	30,70	30,70
7	**32064** - 1017546 - Descarbornizante	Un		1	55,00	55,00
8	**36553** - FILTRO DE AR DO COMP	Un		1	81,90	81,90
9	**35603** - 90528145 E VEDADOR NAO ALVEOLAR	Un		1	21,32	21,32
10	**40092** - Filtro de óleo	Un		1	96,53	96,53
11	**40747** - OLEO LUBRIFICANTE A	Un		8	42,00	336,00
12	**40275** - Mão de obra - Pastilha de Freio Traseiras	h		0,6	209,00	125,40
13	**40171** - Mão de obra - Troca pastilha de freio Dianteiro	h		0,5	209,00	104,50
14	**40103** - MÃO DE OBRA	SV		2	209,00	418,00
Total (R$):						**2.886,87**

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 27 de junho de 2024.

ALCIDIR FELCHILCHER.
Prefeito de Arroio Trinta.

Documento Assinado Digitalmente

Verificado em 27/06/2024 11:19:26

PROCERGS

Nome do arquivo: Homologação.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO
Alcidir Felchilcher	27/06/2024 11:19:20 GMT-03:00	51804000906	ICP Brasil CAdES

Documento Assinado Digitalmente

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

Verificado em 27/06/2024 11:19:26 Página 3 de 3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0036/2024

Publicação Nº 6131230

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 95DDACF4F3C799F091ECDD2DE8B29038B84863A6

MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA
ARROIO TRINTA-SC

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0036/2024-PE
Processo Administrativo Nº 0067/2024-PE
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA
Data de Publicação: 07/06/2024 10:53:37

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 24/06/2024 11:11:30
Reforma de duas Canchas de Bocha do Centro de Eventos da Terceira Idade

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: Serviço Marca: Serviço Modelo:

Descrição: Reforma de duas Canchas de Bocha do Centro de Eventos da Terceira Idade
- Prestação de serviços com fornecimento de todos os materiais necessários para a reforma, sendo estes de 1ª linha, com excelente qualidade, que atendam aos padrões de segurança e durabilidade, garantindo assim a longevidade e a funcionalidade da estrutura reformada.
Com área total de 200m², sendo 4,05 x 24,30m cada cancha.
SERVIÇOS PRELIMINARES:
- Retirada carpetes.
INFRAESTRUTURA:
- Demolição do piso existente;
- Alvenaria de vedação;
- Contrapiso.
ACABAMENTOS CANCHA DE BOCHAS:
- Manta;
- Carpetes;
- Cola;
- Pintura;
- Tábuas laterais;
- Tábuas testeira;
- Parafusos/buchas;
- Cavalinho.
Tudo conforme Memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos em anexo, elaborados pelo Arquiteto e Urbanista Jean Marcelo Ziero. OBS.: O carpete utilizado nas Canchas de bocha deverá ter garantia mínima de 06 (seis) meses.
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 60.846,38 **Valor Total:** 60.846,38

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	DIRLEI APARECIDA DOS SANTOS	043	05.395.114/0001-00	60.846,38	60.846,38		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: ALCIDIR FELCHILCHER

Gerado em: 24/06/2024 11:11:30

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO N° 4976 DE 17 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132991

MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

DECRETO N. 4976 DE 13 DE JUNHO DE 2024

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na seguinte dotação orçamentária, nos limites máximos indicados, conforme detalhamentos:

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Primária em Saúde	05.002.0010.0301.0070.2033.3319000000000000000.1600700000	R$ 15.871,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de excesso de arrecadação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4.171.350.110.000.000.000 - 160070000001	R$ 15.871,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 13 de junho de 2024.

ARÃO JOSINO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N° 4978 DE 17 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132886

MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

DECRETO N. 4978 DE 17 DE JUNHO DE 2024

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na seguinte dotação orçamentária, nos limites máximos indicados, conforme detalhamentos:

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	05.001.0010.0301.0070.2024.3339300000000000000.1600311000	R$ 50.000,00
Suplementar	Atenção Primária em Saúde	05.002.0010.0301.0070.2028.3339000000000000000.1600311000	R$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de excesso de arrecadação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4.171.350.110.000.000.000 - 160031100002	R$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 17 de junho de 2024.

ARÃO JOSINO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 43-2024

Publicação Nº 6131562

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 197EE1887F7BEB728FDA32B4F3F744E99204974B

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 43/2024
MUNICÍPIO DE ASCURRA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Secretário de Administração e Finanças e a Secretaria de Saúde do Município de Ascurra comunicam aos interessados que acontecerá no dia 12/07/2024 às 09h00min, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, por lote, para a contratação de empresa especializada visando a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL BEM COMO SEGURO PARA IMÓVEIS UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO DE ASCURRA, conforme anexos desta licitação.

Ascurra, 28 de junho de 2024.

LEANDRO CHIARELLI
Secretário de Administração e Finanças

FRANCIELLE BORGUESÃO
Secretária de Saúde

SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 61-2022

Publicação Nº 6132200

SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 61/2022

O MUNICÍPIO DE ASCURRA, com sede à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.772/0001-61, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Finanças, Senhor LEANDRO CHIARELLI, no uso de suas prerrogativas e com fundamento na Lei 8.666/1993 e alterações, considerando:

- Que em 23/6/2022 foi publicado edital de credenciamento de n. 61/2022, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO PERICIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DESTE MUNICÍPIO, PARA FINALIDADES DIVERSAS BEM COMO AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA PARA FINS LOCAÇÃO DE IMÓVEIS. O CREDENCIAMENTO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, com início a partir da data para recebimento dos credenciamentos, conforme informações previstas no anexo I do edital.

- Que o referido credenciamento possui vigência até 27/6/2024;

- Considerando a necessidade contínua na prestação dos serviços objeto deste credenciamento e a consequente renovação dos contratos com os atuais credenciados bem como com eventuais novos que virem a se credenciar;

- Que o credenciamento deve permanecer aberto durante o prazo da vigência da prestação dos serviços, RESOLVE:

TORNAR PUBLICO a prorrogação da vigência deste credenciamento, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Ficam reajustados os valores dos itens previstos na cláusula 2.2 do credenciamento, conforme índice aplicável ao contrato, o (IPCA), verificadas as condições de mercado – acumulado dos últimos 12 meses, no montante de 3,93% (base maio/2024) – passando a ter os seguintes valores:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	100	SERVIÇO	LAUDO PERICIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAIS DA CIDADE DE ASCURRA, PARA CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS.	R$ 1.031,47	R$ 103.147,00
2	100	SERVIÇO	LAUDO PERICIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAIS DA CIDADE DE ASCURAR, PARA FINS DIVERSOS COMO: DESAPROPRIAÇÕES, PERMUTAS, COMPRAS, DOAÇÕES, CONSTRUÇÕES, DAÇÃO EM PAGAMENTO, USUCAPIÃO, ENTRE OUTROS.	R$ 1.309,80	R$ 130.980,00
3	60	SERVIÇO	AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, PARA FINS DIVERSOS.	R$ 1.024,88	R$ 61.492,80

Serão mantidos todos os demais termos e condições do Edital, ficando estabelecida a prorrogação do prazo para credenciamento de novos interessados até a data de 27/6/2025.

Ascurra, 27 de junho de 2024.

LEANDRO CHIARELLI
Secretário de Administração e Finanças

Balneário Arroio do Silva

Prefeitura

PORTARIA 1543/2024

Publicação Nº 6131983

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

PORTARIA N. 1543/2024

O prefeito EVANDRO SCAINI, do município de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso I, II,II do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal de Balneário Arroio do Silva.

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR KATRINY BERTO DA SILVA admitida em 15/01/2024 para exercer o cargo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ACT, do quadro temporário de pessoal, da Administração Municipal de Balneário Arroio do Silva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrato.

Balneário Arroio do Silva, 27 de Junho de 2024.

Registrada e Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração de Finanças nesta nada.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal

WILKER CORREA MACIEL
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 1544/2024

Publicação Nº 6131985

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

PORTARIA N. 1544/2024

O prefeito EVANDRO SCAINI, do município de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso I, II,II do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal de Balneário Arroio do Silva.

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR JEFERSON RENATO PFEIFFER admitido em 11/03/2024 para exercer o cargo de AUXÍLIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro Efetivo de pessoal, da Administração Municipal de Balneário Arroio do Silva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrato.

Balneário Arroio do Silva, 28 de Junho de 2024.

Registrada e Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração de Finanças nesta nada.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal

WILKER CORREA MACIEL
Secretário de Administração e Finanças

Balneário Barra do Sul

Prefeitura

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 15/2024

Publicação Nº 6131075

Município de Balneário Barra do Sul – SC

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transportes.

Concorrência eletrônica n° 15/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de ações de infraestrutura urbana, pavimentação da Rua Graciosa - Bairro: Centro. Conforme especificações deste Edital, Termo de Referência e demais anexos do processo administrativo 33/2024.

Forma da Concorrência: Eletrônica – Menor Preço Global.

Data/horário: 17/07/2024 às 09:00 horas (abertura) e 09:15 horas (lances), no portal www.comprasbr.com.br

Informações Complementares: O edital encontra-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura Municipal www.balneariobarradosul.sc.gov.br.

Balneário Barra do Sul-SC, 26 de junho de 2024.

Valdemar Baraúna da Rocha
Prefeito Municipal

Balneário Camboriú

Prefeitura

1 ADT - CT 045/2023 - FMS

Publicação Nº 6132579

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 03865D2FFC63607EB4AD6A3CC75ED4367AE62CDA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE SERVIÇOS TERMO Nº 045/2023 FMS

Contratada: SUPRICARSERVICE-BC LTDA

CNPJ sob o número: 49.834.494/0001-07

Objeto: prestação de serviços de assistência à SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), passando a importar, ao presente contrato, o valor global de R$ 1.156.800,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), alterando a cláusula quarta do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 01 de Junho de 2024.

Marco Aurelio de Mello
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

1º ADT CT 022/2024 - FME

Publicação Nº 6132953

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D0276083925AA063762AC3C7AFBE9545FFF43475

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TERMO Nº 022/2024 - FME

CONTRATADA: PAULO ROBERTO LONGARFINO DOS SANTOS

OBJETO: contratação de empresa especializada para construção dos obstáculos oficiais para a skatepark do Estaleirinho (pista de skate), conforme especificado no Projeto Básico e Memorial Descritivo e demais documentos que integram a Compra Direta nº 8/2024 - FME.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R$ 18.750,00 (dezoito mil e setecentos e cinquenta reais), alterando a clausula 4.1 do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 26 de junho de 2024.

SAMARONI BENEDET

3 ADT - CT 069/2021 - FMS

Publicação Nº 6131695

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA CONSTANTES NA TABELA SIA/SUS TERMO 069/2021 – FMS

Contratada: LABORATÓRIO BIOCENTER LITORAL LTDA

CNPJ sob o número: 30.270.381/0001-90

Objeto: prestação de serviços de assistência à SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), passando a importar, ao presente contrato, o valor global de R$ 1.156.800,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), alterando a cláusula quarta do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 17 de Junho de 2024.

GIOVANA DANIELI SCARIOTI
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

3 ADT - CT 071/2021 - FMS

Publicação Nº 6132444

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA CONSTANTES NA TABELA SIA/SUS TERMO 071/2021 – FMS

Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FLOR LTDA

CNPJ sob o número: 83.139.758/0001-32

Objeto: prestação de serviços de assistência à SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), passando a importar, ao presente contrato, o valor global de R$ 1.156.800,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), alterando a cláusula quarta do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 17 de Junho de 2024.

BIANKA SANDRI DE SOUZA KAESTNER
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

3 ADT - CT 073/2021 - FMS

Publicação Nº 6132223

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERMO Nº 073/2021 – FMS

Contratada: LABORATÓRIO TESS LTDA

CNPJ sob o número: 01.557.275/0001-93

Objeto: prestação de serviços de assistência à SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), passando a importar, ao presente contrato, o valor global de R$ 1.156.800,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), alterando a cláusula quarta do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 17 de Junho de 2024.

RAPHAEL HENRIQUE MENEGUETTI
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

3 ADT - CT 086/2021 - FMS

Publicação Nº 6131325

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 45F60FB3A28113FB66687FD8810BAEF65FD5C59E

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/ OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA TABELA SIA/SUS - TERMO Nº 086/2021 – SSSM/FMS

Contratada: CENTRAL DE EXAMES LA. CLÍNICO LTDA

CNPJ sob o número: 02.431.753/0002-68,

Objeto: prestação de serviços de assistência à SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), passando a importar, ao presente contrato, o valor global de R$ 1.156.800,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), alterando a cláusula quarta do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 17 de Junho de 2024.

SANDRO SOUZA DA COSTA
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

3 ADT - CT 088/2021 - FMS

Publicação Nº 6132545

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE3BDECC852FDBBB78C68097BCCB57A60C772813

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/ OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA TABELA SIA/SUS - TERMO Nº 088/2021 – SSSM/FMS

Contratada: VIELABB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

CNPJ sob o número: 01.181.050/0001-85

Objeto: prestação de serviços de assistência à SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), passando a importar, ao presente contrato, o valor global de R$ 1.156.800,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), alterando a cláusula quarta do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 17 de Junho de 2024.

ANDRE SOUZA DA COSTA
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

3 ADT - CT 091/2021 - FMS

Publicação Nº 6131784

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 958B727B7FB7E9C07C1E55B7CF87D3D741956E8B

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA CONSTANTES NA TABELA SIA/SUS TERMO 091/2021 – FMS

Contratada: CENTRO DE SAÚDE FELIZMED EIRELI

CNPJ sob o número: 12.554.791/0001-80

Objeto: prestação de serviços de assistência à SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida, ao valor global original, a cifra de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), passando a importar, ao presente contrato, o valor global de R$ 1.156.800,00 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), alterando a cláusula quarta do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 17 de Junho de 2024.

RAPHAEL HENRIQUE MENEGUETTI
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

4º ADT CT 009/2022 - FUMTUR

Publicação Nº 6133205

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4F9D91675008441B966DB10673B2FA6618E69675

QUARTO TERMO ADITIVO DE REVISÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL - TERMO Nº 009/2022 – FUMTUR

CONTRATADA: ANDRÉA CRISTINA SCHUCKES BOMM

OBJETO: Locação de imóvel situado na rua 2.850, nº 566, Centro – Balneário Camboriú, matrícula nº 28565, do 2º Ofício do Registro de Imóveis, destinado a instalação da sede da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

I - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Em face da reavaliação do imóvel, agregar-se-á ao valor mensal do Contrato a cifra de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), ficando assim o valor global de R$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais), alterando a cláusula 6.1 do contato originário.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 26 de junho de 2024.

SAMARONI BENEDET

CT 038/2024 - FMS

Publicação Nº 6132695

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D539C8A370685DAC9AF0F68CF88B32998D2C525

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOSTERMO Nº 038/2024 – FMS

Dispensa de Licitação nº 033/2024 - FMS

Órgão: Fundo Municipal de saúde

CONTRATADA: CLINICA INTEGRADA PIPA LTDA

CNPJ: 44.181.585/0001-69

OBJETO: Contratação de serviços de terapia multidisciplinar, para atender ao paciente K.F.S

VALOR GLOBAL: R$ 201.600,00 (duzentos e um mil e seiscentos reais).

DESPESA: 931 – 339000 – Aplicações Diretas

PRAZO CONTRATUAL: 6 (seis) meses.

CAROLINA KLIPPEL ALMEIDA
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

Balneário Camboriú/SC, 07 de Junho de 2024.

PE 042/2024 - PMBC - BNC

Publicação Nº 6133061

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 83C120EE2156FA382414D4DE5B396690AE8DD81E

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7095

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024 – PMBC

Com base no Art. 15 da Instrução Normativa n° 004/2024, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário, e no site: https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm, cujo objeto trata da Contratação de empresa especializada para organização, assessoria, cerimonial, produção, decoração, cenografia e itens afins, para a realização do casamento coletivo e do tradicional corte de bolo para comemorar o aniversário de Balneário Camboriú., sofrerá alterações no edital que se encontram disponibilizadas no sitio municipal, assim como, na plataforma BNC.

A realização da sessão pública FICA AGENDADA para as 10h00min do dia 12/07/2024, na plataforma BNC.

Ficam mantidas as demais condições.

Balneário Camboriú, 27/06/2024.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

PORTARIA 047/2024

Publicação Nº 6134585

PORTARIA SGA/GSGA nº 047/2024

JULIANA SERRÃO KURTH, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Considerando que esta Secretaria Municipal tomou conhecimento por meio do Memorando 13.798/2024, indicando a existência de supostas irregularidades praticadas pelo servidor G. G., matrícula 23130, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Social.

Visto que a conduta do servidor pode estar tipificada nos artigos 195, I, V, VI; 198 VIII, XI, XIII, XIV e 214, XIII da Lei Municipal 1.069/91;

Resolve instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no artigo 225 da Lei 1.069/1991, a ser conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa pela COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO – G2, instituída pelo Decreto Municipal nº 11.540/2024, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (Secretário); Jean Cristiano de Araújo Mendes (Membro); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro) e Giselle Cordeiro (Membro).

Balneário Camboriú, 26 de junho de 2024

JULIANA SERRÃO KURTH
Secretária de Gestão Administrativa

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 68.2024 - ÓLEO JET

Publicação Nº 6132250

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS – FUMPRESI

Interessado: Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a compra de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quantidade	Observação:
1	Unid.	Óleo Yamalube 4T 20W50 - Náutico (1L)	5	

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros está contratando a aquisição de óleo Yamalube para 13° Batalhão de Bombeiro Militar de Balneário Camboriú, o presente objeto tem como objetivo, garantir a manutenção adequada e o desempenho ideal dos motores náuticos utilizados pelo Corpo de Bombeiros.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 02/07/2024.

A Proposta de Preços deverá ser enviada para os seguintes e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br 13_b4contas@cbm.sc.gov.br 13_b4compras@cbm.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros (47)3398-6554/ (47)3398-6559 (WhatsApp), das 12:00 h às 19:00 h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br

Balneário Camboriú-SC, 27 de Junho de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ Av. Dos Estados, 4064, Bairro dos Estados – Balneário Camboriú – SC – CNPJ 83.102.285/0001-75.

Assinado por 1 pessoa: RODRIGO KUHNEN DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://bc.1doc.com.br/verificacao/F0D0-0F21-DD58-8F8D e informe o código F0D0-0F21-DD58-8F8D

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 69.2024 - MANUTENÇÃO JET

Publicação Nº 6132286

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS – FUMPRESI

Interessado: Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a compra de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quantidade	Observação:
1	Unid.	Abraçadeira Inox 10 X 16mm	7	
2	Unid.	Abraçadeira Inox 8 X 12mm	7	
3	Unid.	Abraçadeira Inox 16 X 27mm	1	
4	Unid.	Parafuso Allen Inox 6 X 30mm	10	
5	Unid.	Parafuso Allen Inox 6 X 16mm	7	
6	Unid.	Parafuso Allen Inox 6X20mm	10	
7	Unid.	Coxim Suporte de motor	4	

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros está contratando a aquisição de peças de manutenção de JetSki para 13° Batalhão de Bombeiro Militar de Balneário Camboriú, garantir a manutenção adequada e a integridade do Jet Ski utilizado pelo Corpo de Bombeiros.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 02/07/2024.

A Proposta de Preços deverá ser enviada para os seguintes e-mail:
13_b4@cbm.sc.gov.br 13_b4contas@cbm.sc.gov.br 13_b4compras@cbm.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros (47)3398-6554/ (47)3398-6559 (WhatsApp), das 12:00 h às 19:00 h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br

Assinado por 1 pessoa: RODRIGO KUHNEN DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://bc.1doc.com.br/verificacao/FD8C-3A8C-D5A7-4F36 e informe o código FD8C-3A8C-D5A7-4F36

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 70.2024 - ESPUMA

Publicação Nº 6132305

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS – FUMPRESI

Interessado: Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a compra de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quantidade	Observação:
1	Unid.	Espuma Para Telefone Headset Almofadas Intelbras Hsb40	50	

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros está contratando a aquisição de espumas para Headset para 13° Batalhão de Bombeiro Militar de Balneário Camboriú, o presente objeto tem como objetivo, garantir o conforto e a durabilidade dos headsets utilizados no COBOM (Central de Operações dos Bombeiros).

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 02/07/2024.

A Proposta de Preços deverá ser enviada para os seguintes e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br 13_b4contas@cbm.sc.gov.br 13_b4compras@cbm.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros (47)3398-6554/ (47)3398-6559 (WhatsApp), das 12:00 h às 19:00 h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br

Balneário Camboriú-SC, 27 de Junho de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ Av. Dos Estados, 4064, Bairro dos Estados – Balneário Camboriú – SC – CNPJ 83.102.285/0001-75.

Assinado por 1 pessoa: RODRIGO KUHNEN DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://bc.1doc.com.br/verificacao/6BDD-3F15-EB81-E0A4 e informe o código 6BDD-3F15-EB81-E0A4

AVISO DE INTENÇÃO - MANUTENÇÃO PÁLIO

Publicação Nº 6133353

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
GABINETE

Interessado: Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O departamento de compras do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a seguinte contratação:

ITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada na manutenção de veículos, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra, para suprir a necessidade de manutenção no veículo Fiat Pálio, utilizado nas atividades dessa secretaria (Mão de Obra).	SERVIÇO	01
2	Botão de comando do vidro dianteiro do lado esquerdo	PEÇA	01
3	Buzina	PEÇA	01
4	Jogo de cabos de velas	PEÇA	01
5	Jogo de palhetas do limpador	PEÇA	01
6	Jogo de sapatas do freio traseiro	PEÇA	01
7	Palheta do limpador traseiro	PEÇA	01
8	Pneu 175x70x14	PEÇA	02
9	Velas	PEÇA	04
10	Volante	PEÇA	01

O departamento de compras do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Balneário Camboriú está contratando serviço de manutenção de veículo, (incluindo o fornecimento de peças e mão de obra), para suprir a necessidade do conserto do veículo Fiat Pálio, utilizado nas atividades dessa secretaria.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
GABINETE

Eventuais interessados, podem apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 03/07/2023.

A Proposta de Preços deverá ser enviada para o seguinte e-mail: fabio.moser@bc.sc.gov.br.

Melhores informações poderão ser obtidas diretamente Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Balneário Camboriú pelo telefone (47) 3267-7080, das 13:00 às 19:00 horas, em dias úteis, ou pelo e-mail: fabio.moser@bc.sc.gov.br.

Balneário Camboriú/SC, 27 de junho de 2024

Eduarda Montibeller Schuch
Secretária Interina do Meio Ambiente

Balneário Gaivota

Prefeitura

EXTRATO ADITIVO 1-041/2023-PREF

Publicação Nº 6133200

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AD1B0C87F46DE20F9BAE299B572E7E7AA4AB1AA6

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2023

OBJETO: Fica, nos termos pedido em anexo, prorrogado até 31/12/2024 o prazo de vigência do Contrato nº 041/2023, em conformidade com o pedido anexo ao presente instrumento. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA. CONTRATADA: CORESTRANS Coletora de Resíduos e Transportes LTDA – EPP. VALOR: R$ 1.944.000,00. VIGÊNCIA: 01/07/2024 a 31/12/2024. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (49)1002.2002. 3.3.90.00.00 FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 27 de junho de 2024. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

EXTRATO ADITIVO 1-067/2023-PREF

Publicação Nº 6133160

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C0D3E7DF9658E97BA9163D1F7B8D3E53192DFAFA

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2023

OBJETO: Fica, nos termos pedido em anexo, prorrogado até 31/08/2024 o prazo de vigência do Contrato nº 067/2023, em conformidade com o pedido anexo ao presente instrumento. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA. CONTRATADA: FABRAN CONSTRUÇÕES LTDA VIGÊNCIA: 31/05/2024 a 31/08/2024. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 31 de maio de 2024. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

EXTRATO ADITIVO 11-049/2022-PREF

Publicação Nº 6133141

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E7C9120ED9D4C790C0FE7D10C11267E1ABA071FD

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
11º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2022

OBJETO: Fica, nos termos pedido em anexo, prorrogado até 31/08/2024 o prazo de vigência do Contrato nº 049/2022, em conformidade com o pedido anexo ao presente instrumento. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA. CONTRATADA: FABRAN CONSTRUÇÕES LTDA VIGÊNCIA: 31/05/2024 a 31/08/2024. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 31 de maio de 2024. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

EXTRATO ADITIVO 9-050/2022-PREF

Publicação Nº 6133149

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2CF137AFB0FE1E87CAFBA653558973923AC50839

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA
ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
9º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2022

OBJETO: Fica, nos termos pedido em anexo, prorrogado até 31/08/2024 o prazo de vigência do Contrato nº 050/2022, em conformidade com o pedido anexo ao presente instrumento. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA. CONTRATADA: FABRAN CONSTRUÇÕES LTDA VIGÊNCIA: 31/05/2024 a 31/08/2024. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Balneário Gaivota/SC, 31 de maio de 2024. Everaldo dos Santos - Prefeito Municipal.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°005/2024 FMS

Publicação Nº 6133136

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4C8DC8108BD50D070427E4AC747533BA2B1D5008

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2024 – FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 – FMS

O Município de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 616/2023, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos das unidades de saúde pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Piçarras/SC. Valor de referência: R$ 119.400,00 (cento e dezenove mil e quatrocentos reais). Data da abertura da sessão pública: 12/07/2024, às 08h30min. Local: Portal do Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital na íntegra encontra-se disponível no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras (SC), 27 de junho de 2024.

Rodrigo Renan Medeiros - Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024 – PMBP

Publicação Nº 6131316

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4D547FEA2227095D026D3091705FD6B9F0F5D304

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2024 – PMBP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024 – PMBP

O Município de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 616/2023, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para futura aquisição de 01 (um) caminhão cabine dupla, equipado com um implemento caçamba basculante, 0 (zero) km, para atender as necessidades do município de Balneário Piçarras/SC. Valor de referência: R$ 420.900,00 (quatrocentos e vinte mil e novecentos reais). Data da abertura da sessão pública: 10/07/2024, às 08h30min. Local: Portal do Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital na íntegra encontra-se disponível no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras (SC), 27 de junho de 2024.

Orli Carlos Ferreira Junior – Secretário de Obras.

CONTRATO Nº 050/2024 PMBP DE 26/06/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2024 PMBP

Publicação Nº 6131291

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 050/2024 PMBP DE 26/06/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2024 PMBP
MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024 PMBP
HOMOLOGADO EM 26/06/2024
Constitui-se objeto deste contrato: obras de pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Jerri J. M. Martini (Rua 5010), localizada no bairro Nossa Senhora da Paz, Balneário Piçarras/SC. O presente contrato possui valor R$410.998,17 (quatrocentos e dez mil, novecentos e noventa e oito reais e dezessete centavos). O prazo de vigência deste contrato é de 8 (oito) meses, contado a partir de sua assinatura, o prazo para execução/conclusão é de 4 (quatro) meses, a contar da data da ordem de serviço.
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ n° 03.094.645/0001-29

Balneário Piçarras, 26 de junho de 2024.

TIAGO MACIEL BALTT – Prefeito de Balneário Piçarras/SC

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PE 30/2024 PMBP

Publicação Nº 6133032

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B88557BCE37C9B52649826DF2B51BF45910E1121

ATO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2024 – PMBP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024 – PMBP
O Município de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 616/2023, torna público termo de homologação e adjudicação, para futura contratação de empresa(s) especializada(s) em execução de plotagem, envelopamento veicular, películas diversas, placas de inauguração, impressão em lona para outdoor, adesivo com impressão digital de alta resolução, placa educativa e informativa com dimensões diversas, confecção e instalação de letreiro em pvc expandido 20 mm e 40 mm, colorido com acabamento e pintura pu, para atender as necessidades das secretarias e fundações do Município de Balneário Piçarras/SC. Valor total de homologação: R$ 1.362.219,00 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e dezenove reais). Adjudicatárias: Edir Sussel Cia Ltda n°54.719.745/0001-34 – R$20.000,00; Eliane Ap. dos Santos Popeng nº 51.257.431/0001-79 – R$192.464,00; Laise Yurie Mukai nº30.766.837/0001-07-439.195,00; Paulino Araujo Essencial Películas nº17.465.573/0001-93 - R$100.560,00; Werner Jeworowsky nº22.862.119/0001-06 - 610.000,00. Registrado no TCE com a chave B88557BCE37C9B52649826DF2B51BF45910E1121.

Balneário Piçarras (SC), 27 de junho de 2024.

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

PE 032.2024 - ATAS 118 E 119 - SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATEIRIAIS PARA RECUPERAÇÃO, REMOÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Publicação Nº 6132435

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A36073ADC1F1BDD93AEC8F28AD76E090559A3D64

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N° 118 e 119/2024 PMBP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 073/2024 PMBP

PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2024 PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

HOMOLOGADO 25/06/2024

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.102.335/0001-48, com sede nesta cidade, na av. Emanoel Pinto, nº 1655, bairro Centro, abaixo assinado, nos termos da Lei nº 14.133/21 e o Decreto Municipal nº 616/2023, além das demais disposições legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 032/2024 PMBP, resolve registrar os valores oferecidos para futura contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de mão de obra para recuperação, pavimentação e repavimentação de vias públicas, com fornecimento de lajotas, pavers, meios-fios e tubos de concreto, durante a realização de eventos, cursos, treinamentos, palestras, mutirões, reuniões e capacitações nos seus mais diversos setores, pelo prazo de 1 (um) ano, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

DETENTORA: FERNANDO HANG - EMPREENDIMENTOS, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA – CNPJ n° 42.742.839/0001-45 – R$ 1.152.380,00 e EMPREITEIRA PACHAO LTDA – CNPJ n° 01.400.557/0001-82 – R$ 5.863.707,25

Balneário Piçarras, 27 de junho de 2024.

Marcio da Rosa – Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

TERMO ADITIVO 002/2024 DE 27/06/2024 CONTRATO Nº 118/2023 - PMBP DE 28/11/2023

Publicação Nº 6133081

TERMO ADITIVO 002/2024 DE 27/06/2024
CONTRATO Nº 118/2023 - PMBP DE 28/11/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2023 - PMBP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2023 - PMBP
HOMOLOGADO EM 28/11/2023
O presente termo tem como objeto, obras de pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização viária da rua Rancho Caboclo, localizada no bairro Santo Antônio, Balneário Piçarras/SC. Conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Obras, através do Ofício nº456/2024 e Parecer Técnico do Fiscal da Obra, deferidos pelo parecer nº 207/2024 PROGEM, da Procuradoria Jurídica do Município de Balneário Piçarras, conforme a Lei Federal 14.133 art. 91, prorroga-se a vigência do contrato, contando do dia 27/06/2024 por mais 30 dias, passando a vigorar até dia 27/07/2024.

CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – CNPJ Nº 01.650.178/0001-40

Balneário Piçarras (SC), 27 de junho de 2024

TIAGO MACIEL BALTT – Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02.2024 - CP 03.2022

Publicação Nº 6133389

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2024
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 03/2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO PIÇARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 37, da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, no Art. 90, IX, considerando a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 003/2022, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS**, descritos no anexo I, para o provimento de cargos do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras

A entrega dos documentos constantes no anexo II deste Edital, deverá ser realizada junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Piçarras, situada na Rua 900, nº 126, Centro, Balneário Piçarras/SC, **em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento deste**, no horário das 08:00 ás 12:00 e das 13:30 ás 17:00.

O exame de saúde admissional será agendado pelo setor de gestão de pessoas da Prefeitura Municipal, na data mais próxima ofertada após o recebimento do edital de convocação.

Em caso de desistência da vaga, o candidato deverá apresentar declaração assinada informando que não tem interesse em assumir o cargo e também encaminhar uma via pelo correio eletrônico utilizado para fazer a inscrição no concurso público.

Balneário Piçarras (SC), 27 de junho de 2024.

Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras

TIAGO MACIEL BALTT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:34 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6672d7887b2d57.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

ANEXO I

Professor 2 – Ensino Religioso – 20 horas semanais	
Classificação	**Nome**
04º	Suemelyn da Silva Manzin

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:34 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667d7887b2d57.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

ANEXO II

- Comprovante de nacionalidade (RG)
- Coprovante de inscrição eleitoral (título de eleitor)
- Certidão de quitação eleitoral
- Certidão de serviço militar (masculino)
- CPF
- Situação cadastral do CPF emitida pela Receita Federal
- Carteira de Trabalho (CTPS)
- PIS/PASEP
- Comprovante de escolaridade
- Carteira profissional do conselho (CRM/CRO/COREN/CREFITO/CREF/CRP, etc.) para os cargos que exigem
- Certidão de Ética Profissional do Conselho Profissional, para os cargos que exigem
- Comprovante de residência
- Certidão de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça (1º e 2º grau SAJ e 1º e 2º grau EPROC) do local da Residência e da Justiça Federal, devendo o convocado, no caso ter residido nos últimos 5 (cinco) anos em outro Estado, anteriormente à data da convocação, apresentar certidão de antecedentes Criminais da respectiva Justiça
- Certidão de casamento
- Certidão de filhos menores (com CPF)
- CPF dos demais dependentes (ex.: cônjuge)
- 1 foto 3x4
- Declaração de bens (emitida no órgão)
- Declaração de parentesco (emitida no órgão)
- Declaração de acúmulo de cargo (emitida no órgão)
- Declaração de penalidade disciplinar (emitida no órgão)
- Conta corrente Bradesco (declaração de abertura de conta emitida no órgão)

Obs.: Comprovante de nacionalidade (RG), certidões de nascimento e casamento, comprovantes de escolaridade e diplomas, trazer originais para autenticação no órgão.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:34 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667d7887b2d57.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 23.2024 - CP 01.2023

Publicação Nº 6133392

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 23/2024
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO PIÇARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 37, da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, no Art. 90, IX, considerando a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 001/2023, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS**, descritos no anexo I, para o provimento de cargos do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras

A entrega dos documentos constantes no anexo II deste Edital, deverá ser realizada junto ao Departamento Central de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, situada na Avenida Emanoel Pinto, 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC, **em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento deste**, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00. *Exceto para o cargo de Monitor de Educação e Professor de Arte, que a entrega deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua 900, n° 121, Centro, Balneário Piçarras/SC.

O exame admissional será agendado pelo setor de gestão de pessoas da Prefeitura Municipal, na data mais próxima ofertada após o recebimento do edital de convocação.

Em caso de desistência da vaga, o candidato deverá apresentar declaração assinada informando que não tem interesse em assumir o cargo e também encaminhar uma via pelo correio eletrônico utilizado para fazer a inscrição no concurso público.

Balneário Piçarras (SC), 27 de junho de 2024.

Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras

TIAGO MACIEL BALTT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6672d7a1d38a33.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

ANEXO I

Médico Psiquiatra – 20 horas semanais	
Classificação	**Nome**
01°	Bruno Jose M. Aragao
02°	Carlos Milton Franca Junior

Monitor de Educação – 40 horas semanais	
Classificação	**Nome**
53°	Juliana Porto De Barros
54°	Daniel Samersla Merconi
55°	Giselle Gomes Fonseca da Conceicao
56°	Danielle Rocio Mendes Oliveira
57°	Michelly Maiara Stupp
58°	Mylena de Souza Farfan
59°	Sabrina Aparecida Thomaszecki Spak
60°	Amanda Lima Sales Santi
61°	Eduardo Lobo de Souza
62°	Elenir Ferreira de Siqueira
63°	Gabriela Indianara Correa Zanotto
64°	Marcia Maria Perdoncini Balzer
65°	Giseli dos Santos Schmidt
66°	Thaine Novacosk Machado
67°	Patricia de Oliveira

Professor de Arte – 40 horas semanais	
Classificação	**Nome**
17°	Elen Ruivo Pereira

Técnico de Segurança do Trabalho – 40 horas semanais	
Classificação	**Nome**
02°	Alex de Almeida

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667d7a1d38a33.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

ANEXO II

- Comprovante de nacionalidade (RG)
- Coprovante de inscrição eleitoral (título de eleitor)
- Certidão de quitação eleitoral
- Certidão de serviço militar (masculino)
- CPF
- Situação cadastral do CPF emitida pela Receita Federal
- Carteira de Trabalho (CTPS)
- PIS/PASEP
- Comprovante de escolaridade
- Carteira profissional do conselho (CRM/CRO/COREN/CREFITO/CREF/CRP, etc.) para os cargos que exigem
- Certidão de Ética Profissional do Conselho Profissional, para os cargos que exigem
- Comprovante de residência
- Certidão de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça (1º e 2º grau) do local da Residência e da Justiça Federal, devendo o convocado, no caso ter residido nos últimos 5 (cinco) anos em outro Estado, anteriormente à data da convocação, apresentar certidão de antecedentes Criminais da respectiva Justiça
- Certidão de casamento
- Certidão de filhos menores (com CPF)
- CPF dos demais dependentes (ex.: cônjuge)
- 1 foto 3x4
- Declaração de bens (emitida no órgão)
- Declaração de parentesco (emitida no órgão)
- Declaração de acúmulo de cargo (emitida no órgão)
- Declaração de penalidade disciplinar (emitida no órgão)
- Conta corrente Bradesco (declaração de abertura de conta emitida no órgão)

Obs.: Comprovante de nacionalidade (RG), certidões de nascimento e casamento, comprovantes de escolaridade e diplomas, trazer originais para autenticação no órgão.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667d7a1d38a33.

PORTARIA Nº 1035/2024

Publicação Nº 6131331

PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria Municipal de Administração e Gestão Interna
Setorial de Gestão de Pessoas

PORTARIA N.º 1035/2024

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE:**

DESIGNAR, o Sr. **JEAN MÁRCIO RAULINO,** matrícula nº 12450-01, Categoria B, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO III,** para conduzir os Veículos Oficiais da Secretaria Municipal de Saúde, no interesse do serviço e no exercício de suas atribuições, com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 26 de junho de 2024.

Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras
Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

Assinatura Digital de:
MARCIO DA ROSA
708.096.669-87
Secretário Administração e Gestão Interna
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras
Marcio da Rosa
Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna.

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:51 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c6318bd036.

Avenida Emanoel Pinto, nº 1655 - Centro – Balneário Piçarras – SC – CEP 88.380-000 Tel.: (47) 3347-4747
Home-page: https://balneariopicarras.atende.net

PORTARIA Nº 1036/2024

Publicação Nº 6131336

PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria Municipal de Administração e Gestão Interna
Setorial de Gestão de Pessoas

PORTARIA N.º 1036/2024

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE:**

DESIGNAR, a Sra. **VITÓRIA DIAS,** matrícula nº 11861-04, Categoria AB, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO I,** para conduzir os Veículos Oficiais da Secretaria Municipal de Saúde, no interesse do serviço e no exercício de suas atribuições, com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC),26 de junho de 2024.

Assinatura Digital de:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

Assinatura Digital de:
MARCIO DA ROSA
708.096.669-87
Secretário Administração e Gestão Interna
Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras

Marcio da Rosa
Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna.

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:51 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c633e10479.

Avenida Emanoel Pinto, nº 1655 - Centro – Balneário Piçarras – SC – CEP 88.380-000 Tel.: (47) 3347-4747
Home-page: https://balneariopicarras.atende.net

Câmara Municipal

PORTARIA Nº 050/2024

Publicação Nº 6133300

PORTARIA Nº 050/2024
Concede férias a Servidor.

ADEMAR DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso XIX, do Artigo 30, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias entre os dias 01/07/2024 a 30/07/2024, à servidora TAMIRES SIMONE RODRIGUES DOS SANTOS LARA, matrícula nº 424.

Art. 2º Esta portaria tem efeitos a partir de 01 de julho de 2024.

REGISTRE-SE
CIENTIFIQUE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Sala das Sessões, 27 de julho de 2024.

Ademar de Oliveira Presidente

AVISO DE RECEBIMENTO DE NOVAS PROPOSTAS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Publicação Nº 6132485

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC
CNPJ: 83.551.523/0001-53

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 30/2024.
DIVULGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS torna público para conhecimento de todos os interessados que realizará processo de dispensa de licitação para a **Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios**, para a Câmara Municipal de Balneário Piçarras, nos termos do art. 72, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021 e conforme previsto na Resolução Legislativa nº 04/2023 de regulamentação da matéria.

I - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente documento é a divulgação da contratação por dispensa de licitação, com a finalidade de obter, de eventuais interessados, propostas adicionais àquela que a Administração pretende contratar, conforme disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

1.2. Segue-se a descrição do objeto que se pretende contratar:

EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.
(Café Tradicional 500g, Leite UHT Integral 1 litro, Açúcar refinado 1kg, Filtro Café 103 descartável)

1.3. Esta divulgação **não** diz respeito à realização de licitação.

II – DO PRAZO

2.1. O prazo para apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados inicia-se em 01 de julho de 2024 e encerra-se em 03 de julho de 2024 às 23:59 hs.

III – DO PROCEDIMENTO

3.1. Os eventuais interessados deverão encaminhar suas propostas para o endereço eletrônico compras3@camarapicarras.sc.gov.br no prazo supracitado, as quais observarão o disposto a seguir:

a) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;
b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;
c) nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, entregas, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação;
d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura do prazo para envio;
e) conter valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
f) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos; e

Av. Emanoel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras – SC – CEP: 88380-000 – Tel.: (47) 3345-1034 E-mail: compras@camarapicarras.sc.gov.br site: www.camarapicarras.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC
CNPJ: 83.551.523/0001-53

g) especificação completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito acima.

3.2. O eventual interessado, ao enviar sua proposta, declara compreender que não está participando de uma licitação, mas fornecendo proposta adicional para a aferição, por parte da Administração, da vantajosidade da escolha a ser contratada em processo de dispensa de licitação.

3.3. O prosseguimento do processo de contratação direta já iniciado não é condicionado à apresentação de propostas, podendo ser realizada a contratação mesmo que o prazo transcorra *in albis*.

3.4. A seleção da contratada não estará restrita àqueles que encaminharem suas propostas, podendo a Administração selecionar a proposta de terceiro alheio a este procedimento.

3.5. A divulgação da proposta selecionada como mais vantajosa far-se-á junto ao teor da autorização da autoridade competente, a qual fará a indicação da pessoa a ser contratada, nos termos do art. 72, inciso VIII e parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Balneário Piçarras, 27 de junho de 2024.

_____

ADEMAR DE OLIVEIRA
Presidente Legislativo

Av. Emanoel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras – SC – CEP: 88380-000 – Tel.: (47) 3345-1034 E-mail: compras@camarapicarras.sc.gov.br site: www.camarapicarras.sc.gov.br

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2024 - MICROFONE DE MESA E SEM FIO

Publicação Nº 6131614

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D67711D701DBABCFFE748745B690885A20BB340

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC
CNPJ: 83.551.523/0001-53

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 26/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N. 09/2024

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE AUTORIZAÇÃO

O presente Procedimento Administrativo Licitatório tem como objeto a **Aquisição de Microfones de Mesa 43cm com cabo 6M, Microfone sem fio duplo e instalação**, e a empresa vencedora **BLUTECH SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ: 53.600.234/0001-36,** conforme especificado no Termo de Referência, para atendimento da demanda pelo cumprimento das disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no art. 54, § 1º.

Nestes termos, considerando as justificativas apresentadas, o Termo de Referência, os documentos comprobatórios juntados aos autos, a previsão do art. 75, II, da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como o parecer jurídico que opinou pela legalidade da contratação, passo a decidir:

Autorizo a contratação do serviço referido acima, realizada através de dispensa de licitação, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Quanto a publicação referida no art. 75, § 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, verifica-se que fora realizada abertura de prazo de 3 dias para recebimento de propostas, conforme justificado no Termo de Referência, conforme disposto na documentação de justificativas, concluiu-se pela formalização da contratação da empresa **BLUTECH SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ: 53.600.234/0001-36.**

Publique-se a presente autorização direta no respectivo sítio eletrônico oficial, conforme disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Após a celebração do contrato, através de Ordem de Compra/Empenho, realize-se a sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme disposto no art. 94 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Balneário Piçarras, 27 de junho de 2024.

_____
Ademar de Oliveira
Presidente

Av. Emanoel Pinto, 78 – Centro — Balneário Piçarras / SC
CEP 88-380-000 - (47) 3345-1034 – www.camarapicarras.sc.gov.br

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA Nº 447, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131077

PORTARIA Nº 447, de 27 de junho de 2024

"Concede adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder ADIANTAMENTO ao servidor Andre Pavanatto, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), para custeio das despesas com alimentação e hospedagem quando em viagem à cidade de Florianópolis/SC para transporte de paciente para tratamento de saúde, conforme Memorando Nº 244/2024 e Roteiro de Viagem Nº 244/2024 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para despesas com o veículo ONIX placa RYE8J28 quando em viagem à cidade de Florianópolis/SC para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde, conforme Memorando Nº 243/2024 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 448, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131086

PORTARIA Nº 448, de 27 de junho de 2024

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Vanderlei Ferronatto ocupante do cargo de Motorista, no valor de R$ 101,50 (cento e um reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes até a cidade de Chapecó/SC, conforme Memorando Nº 242/2024 e Roteiro de Viagem Nº 242/2024 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, 27 de junho de 2024.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 449 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131306

PORTARIA Nº 449 de 27 de junho de 2024.

Determina o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância instaurada através da portaria n. 243, de 01 de abril de 2024, para apurar possíveis irregularidades ocorridas.

O Prefeito Municipal em Exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o contido nos autos do processo administrativo n. 003/2024, referente ao processo de sindicância para apurar os fatos de possíveis irregularidades ocorridas;

Considerando ata de encerramento da Comissão Permanente de Sindicância designada pela portaria n. 199/2024, de fls. 26 dos autos da Sindicância, após apuração dos fatos;

Considerando a decisão proferida nos autos da Sindicância.

RESOLVE

Art. 1º Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância n. 003/2024, instaurada pela portaria n. 243, de 01 de abril de 2024, para apurar possíveis irregularidades ocorridas.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

Roberto Francisco Giongo
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei

PORTARIA Nº 450 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131307

PORTARIA Nº 450 de 27 de junho de 2024.

Determina o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância instaurada através da portaria n. 299, de 24 de abril de 2024, para apurar possíveis irregularidades ocorridas.

O Prefeito Municipal em Exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o contido nos autos do processo administrativo n. 009/2024, referente ao processo de sindicância para apurar os fatos de possíveis irregularidades ocorridas;

Considerando o relatório e ata de encerramento da Comissão Permanente de Sindicância designada pela portaria n. 199/2024, de fls. 20 a 26 dos autos da Sindicância, após apuração dos fatos;

Considerando a decisão proferida nos autos da Sindicância.

RESOLVE

Art. 1º Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância n. 009/2024, instaurada pela portaria n. 299, de 24 de abril de 2024, para apurar possíveis irregularidades ocorridas.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

Roberto Francisco Giongo
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei

PORTARIA Nº 451, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132063

PORTARIA Nº 451, de 27 de junho de 2024

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Roberto Francisco Giongo ocupante do cargo de Prefeito Municipal em Exercício, no valor de R$ 169,50 (cento e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de Chapecó/SC, para participar do Encontro do Fórum Parlamentar Catarinense – Região Grande Oeste no dia 28 de junho de 2024, conforme Memorando Nº 23/2024 e Roteiro de Viagem Nº 23/2024 da Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, 27 de junho de 2024.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 452, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132572

PORTARIA Nº 452, de 27 de junho de 2024

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária a servidora Sirley Maria Zanin Trevisan ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, no valor de R$ 169,50 (cento e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), para acompanhar Prefeito Municipal em Exercício em viagem à cidade de Chapecó/SC, para participar do Encontro do Fórum Parlamentar Catarinense – Região Grande Oeste no dia 28 de junho de 2024, conforme Memorando Nº 53/2024 e Roteiro de Viagem Nº 53/2024 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, 27 de junho de 2024.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 453 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135028

PORTARIA Nº 453 de 28 de junho de 2024.
ALTERA PORTARIA QUE CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2024, DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal e demais normas em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar Portaria Nº 429 de 20 de junho de 2024 que designa COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2024. Ficam designados os servidores DÉBORA CRISTINA KUNH, JÉSSICA BERGMANN e AFONSO RIZZO BRASIL, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2024, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo de seleção instaurado no ano de 2024.

Art. 2º Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra Bonita, SC,
em 28 de junho de 2024.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 454 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135033

PORTARIA Nº 454 de 28 de junho de 2024.
ALTERA PORTARIA QUE CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 15/2024, DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal e demais normas em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar Portaria Nº 440 de 25 de junho de 2024 que designa COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 15/2024. Ficam designados os servidores DÉBORA CRISTINA KUNH, JÉSSICA BERGMANN e AFONSO RIZZO BRASIL, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 15/2024, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo de seleção instaurado no ano de 2024.

Art. 2º Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra Bonita, SC,
em 28 de junho de 2024.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em exercício

MEMORANDO N.º 0011/2024

Publicação Nº 6133341

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

MEMORANDO N.º 0011/2024

Barra Bonita 27 de junho de 2024.

A
Exma. Srª.
VALDELIRIO BARCELLOS DA CRUZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.
Barra Bonita – SC

Senhora Presidente,

O Vereador infra firmado nos termos do Regimento Interno da Casa, vem através deste solicitar a Vossa Senhoria, que se designe a conceder 4,5 (meia diária), para encontro do fórum Parlamentar Catarinense, região grande oeste catarinense na Cidade de Chapecó-SC, Conforme Portaria 019/2024.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Respeitosamente,

_____
LUIZ GIBRAIL DRESCH
Vereador

Documento assinado digitalmente por Valdelirio Barcellos da Cruz (707.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabarrabonita.sc.gov.br/cer e informe o código: 24062717161431 73

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

Valdelirio Barcellos Da Cruz (MDB)

Documento assinado digitalmente por Valdelirio Barcellos da Cruz (707.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabarrabonita.sc.gov.br/cer e informe o código: 240627171614317 3

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

ROTEIRO DE VIAGEM		N.º 011/2024
ANO: 2024	**MÊS:** JUNHO	
ANO DO EMPENHO 2024	**UNIDADE OU ÓRGÃO:** Câmara Municipal de Vereadores	
NÚMERO DO EMPENHO	**NÚMERO DA MATRÍCULA:** 12604-7	
NOME: LUIZ GIBRAIL DRESCH		
DESTINO: CHAPECÓ - SC		
DATA DE SAÍDA 28/06/2024	HORÁRIO DE SAÍDA 06:30	
DATA DE CHEGADA 28/06/2024	**HORÁRIO DE CHEGADA** 17:00	
VEÍCULO:	**PLACA:**	
DESCRIÇÃO: As diárias ora solicitadas, para encontro do fórum Parlamentar Catarinense, região grande oeste catarinense na Cidade de Chapecó-SC, Conforme Portaria 019/2024.		
OBS:		
VALOR DA DIÁRIA RS: 313,86	QUANTIDADE DE DIÁRIAS **Nº.** 0,5 (meia diária)	TOTAL DAS DIÁRIAS R$: 156,93

Valdelirio Barcellos Da Cruz (MDB)

Documento assinado digitalmente por Valdelirio Barcellos da Cruz (707.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabarrabonita.sc.gov.br/cer e informe o código: 240627171614317 3

MEMORANDO N.º 0012/2024

Publicação Nº 6133345

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

MEMORANDO N.º 0012/2024

Barra Bonita 27 de junho de 2024.

A
Exma. Srª.
VALDELIRIO BARCELLOS DA CRUZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.
Barra Bonita – SC

Senhora Presidente,

O Vereador infra firmado nos termos do Regimento Interno da Casa, vem através deste solicitar a Vossa Senhoria, que se designe a conceder 4,5 (meia diária), para encontro do fórum Parlamentar Catarinense, região grande oeste catarinense na Cidade de Chapecó-SC, Conforme Portaria 020/2024.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Respeitosamente,

VANDERLEI PELOZATO
Vereador

Valdelirio Barcellos Da Cruz (MDB)

Documento assinado digitalmente por Valdelirio Barcellos da Cruz (707.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabarrabonita.sc.gov.br/cer e informe o código: 2406271716210953

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

ROTEIRO DE VIAGEM		N.º 012/2024
ANO: 2024	**MÊS:** JUNHO	
ANO DO EMPENHO 2024	**UNIDADE OU ÓRGÃO:** Câmara Municipal de Vereadores	
NÚMERO DO EMPENHO	**NÚMERO DA MATRÍCULA:** 3949-1	
NOME: VANDERLEI PELOZATO		
DESTINO: CHAPECÓ - SC		
DATA DE SAÍDA 28/06/2024	HORÁRIO DE SAÍDA 06:30	
DATA DE CHEGADA 28/06/2024	**HORÁRIO DE CHEGADA** 17:00	
VEÍCULO:	**PLACA:**	
DESCRIÇÃO: As diárias ora solicitadas, para encontro do fórum Parlamentar Catarinense, região grande oeste catarinense na Cidade de Chapecó-SC, Conforme Portaria 020/2024.		
OBS:		
VALOR DA DIÁRIA RS: 313,86	QUANTIDADE DE DIÁRIAS **Nº.** 0,5 (diária diária)	TOTAL DAS DIÁRIAS R$: 156,93

Valdelirio Barcellos Da Cruz (MDB)

Documento assinado digitalmente por Valdelirio Barcellos da Cruz (707.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabarrabonita.sc.gov.br/cer e informe o código: 240627171621095

PORTARIA N°. 0019/2024

Publicação Nº 6133339

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PORTARIA N°. 0019/2024

Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.
Art.1º- Conceder 0,5 (meia diária) ao Vereador, Sr. LUIZ GIBRAIL DRESCH, matrícula nº. 12604-7, no valor de R$ 156,93 (sento e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos), para encontro do fórum Parlamentar Catarinense, região grande oeste catarinense na Cidade de Chapecó-SC, Conforme Memorando nº 011/2024 e Roteiro de Viagem nº 011/2024, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 27 de junho de 2024.

Valdelirio Barcellos Da Cruz
Presidente da Câmara

Documento assinado digitalmente por Valdelirio Barcellos da Cruz (707.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabarrabonita.sc.gov.br/cer e informe o código: 240627171643 52C3

PORTARIA N°. 0020/2024

Publicação Nº 6133340

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PORTARIA N°. 0020/2024

Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.
Art.1º- Conceder 0,5 (meia diária) ao Vereador, Sr. VANDERLEI PELOZATO, matrícula nº. 3949-1, no valor de R$ 156,93 (sento e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos), para encontro do fórum Parlamentar Catarinense, região grande oeste catarinense na Cidade de Chapecó-SC, Conforme Memorando nº 012/2024 e Roteiro de Viagem nº 012/2024, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 27 de junho de 2024.

Valdelirio Barcellos Da Cruz
Presidente da Câmara

Documento assinado digitalmente por Valdelirio Barcellos da Cruz (707.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabarrabonita.sc.gov.br/cer e informe o código: 240627171634C3E3

Barra Velha

Prefeitura

03/068 REEQUILIBRIO ALT

Publicação Nº 6132514

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E069D5BADEF4EA092B657BB37D2EFA496D9D6D1F

REFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2023

Extrato de Aditivo ao Contrato n° 03/068/2023

E069D5BADEF4EA092B657BB37D2EFA496D9D6D1F

Contratada: ALT INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de remanescente de obra para Revitalização da Orla da Praia do Grant RECURSO REPASSE SCC00002073/2022 conforme projeto orçamento, memorial, ART em anexo, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo.

Reequilíbrio de Valor

Valor do Reequilíbrio: R$ 123.414,28

Data da assinatura: 27/06/2024

Data do vencimento: 26/07/2024

Barra Velha, 27 de junho de 2024

ANTONIO CARLOS DA MAIA
Pela Empresa Contratada

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

08/028 ADRIMAR ADITIVO RITA DE CASSIA

Publicação Nº 6133377

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 71540B3B13CC47793EE93F25C477BE2FA39FCD8D

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Licitação: Proc. Administrativo 051/2022
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 003/2022
Extrato de Aditivo ao Contrato n° 08/028/2022
71540B3B13CC47793EE93F25C477BE2FA39FCD8D
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA
Objeto: Pavimentação asfáltica da Rua Rita de Cássia Coelho Ramos no Bairro Itajuba, conforme Memorial descritivo, ART, projetos e orçamento anexo. Recurso: Repasse SCC 00001923/2022, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo, atendendo solicitação da Secretaria de Planejamento através de requisição anexa ao Processo.
Aditivo de Valor
Valor do Aditivo R$ 131.560,85
Data da assinatura: 27/06/2024
Data do vencimento: 10/09/2024
Barra Velha, 27 de junho de 2024
MARCELO BENVENUTI
Pela Empresa Contratada
DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL NO 01/2024 ERRATA 01

Publicação Nº 6133322

MUNICÍPIO DE BARRA VELHA – SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL No 01/2024

ERRATA 01
A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, nomeada pela Portaria N.º 1.519/2024, torna público a Errata 01 ao Edital.

Anexo I

ONDE SE LÊ:

CÓDIGO	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)
(...)		
52	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental, com Carteira Nacional de Habilitação na categoria D, com registro EAR (Exerce Atividade Remunerada) e curso completo de capacitação em urgência e emergência em atendimento pré-hospitalar (APH) de, no mínimo, 40 horas.
53	MOTORISTA I – (Automóvel)	Certificado de conclusão do Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação, categoria B com EAR (Exerce Atividade Remunerada).
54	MOTORISTA II (Caminhões)	Certificado de conclusão do Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação, categoria C com EAR (Exerce Atividade Remunerada).

LEIA-SE:

CÓDIGO	CARGO/FUNÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)
(...)		
52	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental, com Carteira Nacional de Habilitação na categoria D, com registro EAR (Exerce Atividade Remunerada) e Curso Especializado para Condutores de Veículos de Emergência.
53	MOTORISTA I – (Automóvel)	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação, categoria B com EAR (Exerce Atividade Remunerada).
54	MOTORISTA II (Caminhões)	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação, categoria C com EAR (Exerce Atividade Remunerada).

Anexo III
INCLUA-SE:

FARMACÊUTICO SANITARISTA

Autonomia e competência do Município. Poder de polícia do Município: meios de atuação da fiscalização. Atos administrativos relacionados ao poder de polícia: atributos, elementos, discricionariedade, vinculação; autorização e licença. Saneamento. Atribuições do Fiscal de Vigilância Sanitária. Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Mapeamento/territorialização. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Diagnóstico comunitário. Sistema de informação em saúde. Vigilância em saúde. Epidemiologia e Análise de situação de saúde. Risco e gerenciamento de risco sanitário. Gestão da Vigilância Sanitária / Municipalização / Descentralização. Conceitos: Abrangência, instrumentos de atuação, emissão de autos e documentos legais. Riscos ocupacionais e Saúde do Trabalhador. Infrações à legislação sanitária e suas sanções - Lei Federal 6437/77. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - Lei Federal 9782/99 e suas alterações e regulamentações. Normas gerais de saúde em Santa Catarina – Lei/SC 6.320/83 e suas alterações e Decretos regulamentadores. Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal Nº 11.445, de 2007) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal Nº 12.305, de 2010). Políticas de medicamentos e Sistema Único de Saúde; Assistência Farmacêutica; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Seguimento Farmacoterapêutico de Paciente; Medicamentos como insumos de saúde; Serviços Farmacêuticos; Interpretação de exames clínicos laboratoriais; Farmacoepidemiologia; Farmacovigilância; Estudo de Utilização de Medicamentos; Farmacoeconomia; Farmacologia Geral e Clínica; Farmacocinética e Farmacodinâmica; Agentes Farmacêuticos e medicinais; Classes de Toxicidade, efeitos adversos e interações; Educação Sanitária; Formas Farmacêuticas Estéreis e Não Estéreis; Cálculo Farmacêutico; Biossegurança e Gestão Ambiental de Resíduos nos Serviços de Saúde; Código de Ética da profissão; Leis, Decretos, RDCs, Portarias, Resoluções, Normatizações e Códigos relacionados ao desenvolvimento da Farmácia; Regulação de medicamentos; Componente básico e especializado da Assistência Farmacêutica; Microbiologia, Imunologia, Bioquímica, Micologia, Hematologia e Citologia; Fisiopatologia; Química Farmacêutica; Farmacotécnica; Fitoterapia; Homeopatia. Auditoria em Serviços de Saúde.

Permanecem inalterados os demais itens.

Barra Velha/SC, 27 de junho de 2024.

Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público do Município de
Barra Velha/SC.

D E C R E T O N°. 2056 - DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133116

D E C R E T O N°. 2056 - DE 27 DE JUNHO DE 2024
Altera excepcionalmente o horário de expediente da sede da Prefeitura, da sede da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto e de eventuais outros órgãos públicos municipais atingidos pela ausência de energia elétrica no dia 04 de julho de 2024, das 13h30 às 18hhoras.

O Prefeito Interino do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1.° O horário de expediente no dia 04 de julho do corrente ano, de forma excepcional, será das 7h30 às 13h30, devido aos reparos na rede de energia elétrica da CELESC, que compreenderá a extensão da Avenida Governador Celso Ramos, bairro Centro, desta Cidade.

§ 1.º O horário de que trata o artigo 1º, deste Decreto, destina-se exclusivamente a Sede da Prefeitura e a Sede da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto e eventualmente outros órgãos públicos atingidos pelos reparos mencionados no caput, desde que situados na área de desligamento.

§ 2.º O horário retornará ao normal no dia 05 de julho de 2024.

Art.2.° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra velha, 27 de junho de 2024.

DANIEL PONTES DA CUNHA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 06/2024

Publicação Nº 6133666

Prefeitura de Barra Velha
Secretaria Municipal de Administração SEMA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 06/2024

O Município de Barra Velha, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal Daniel Pontes da Cunha, do Sr. Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano Marcelo Mauri da Cunha e Sr. Secretário de Administração Fabio Roberto Brugnago, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c art. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, e da Lei Complementar 160, de 04 de dezembro de 2013 (Código Tributário Municipal), Lei Municipal nº 1594 de 22 de Junho de 2017.**TORNA PUBLICO** a quem interessar possa, em especial aos proprietário, titulares do domicilio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de rua do perímetro urbano identificada neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhorias, dos beneficiários que não aderiram ao programa de pavimentação comunitária, decorrente de obra de pavimentação na via pública da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, direta ou indiretamente, tendo como limite total à despesa realizada, e como limite individual, 25% davalorização imobiliária.

2. LOCAL DAOBRA:

TRECHO: Extensão de 138,22 metros da **Rua 2060**, no bairro Tabuleiro, a partir da Marginal da BR 101 até a Rua Avelino Jose Borges

3.MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O Memorial Descritivo integrao presente Edital na forma doAnexos IIe se prestaa traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução daobra de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação emlajota sextavada de concreto de 25 x 25 x 8 cm e assentamento de meio fio.

4. ORÇAMENTO DE CUSTOS DA OBRA:

O custo total da obra está estimado em R$ 175.329,78 (cento e setenta e cinco mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), conforme descrito no Anexo III, a ser distribuído da seguinte forma:

A) Terraplenagem**: R$ 4.830,60 (quatro mil oitocentos e trinta reais e sessenta centavos)**

B) Drenagem Pluvial: **R$ 47.897,58 (quarenta e sete mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos)**

C) Pavimentação: **R$ 122.601,60 (cento e vinte e dois mil seiscentos e um reais e sessenta centavos)**

O Município participará com o total da importância orçada para os itens A e B (R$ 52.728,18) e entroncamentos **7.040,00** (sete mil e quarenta reais).

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O valor a ser custeado pela Contribuição de Melhoria é de R$ 32.120,00 (Trinta e dois mil cento e vinte reais)

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados na área diretamente beneficiadapelaobra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofrerem valorização, conforme a planilha do Anexo IV, exceto dos que aderiram ao programa de pavimentação comunitária.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE:

A parcela devida por cada contribuinte será determinada rateando-se o valor descrito no item 5 deste Edital, proporcionalmente à extensão, em metros lineares, da testada do imóvel beneficiado pela obra, multiplicado pela metade da extensão em metros lineares do leito pavimentado em frente ao respectivo imóvel, observados olimite geral e individual de custeio.

8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

O fator de absorção do benefício em face da valorização dos imóveis para a zona deinfluênciaserá da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo ocusto da obra e, individualmente, 25% do valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

O Município arcará com as quotas relativas aos seus imóveis, bem como as quotas referentes às áreas de benefício comum.

9. FORMA DE PAGAMENTO:

A Contribuição de Melhoria poderá ser paga nas seguintes condições:

47 3446 7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br
Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000

a) Em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto;ou
b) Em até 06 (seis) parcelas, sem acréscimos; ou
c) Em até 36 (trinta e seis) parcelas, com juros remuneratórios de 1% (um por cento)ao mês.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

O contribuinte da Contribuição de Melhoria terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, para apresentar requerimento de impugnação contra quaisquer elementos constantes do Edital.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Barra Velha e dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

11. RECLAMAÇÃO AOLANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

O lançamento da Contribuição de Melhoria ocorrerá após a execução da obra, contendo todos os elementos previstos na legislação vigente.

O contribuinte da Contribuição de Melhoria(proprietário, titular do domínio útil oupossuidor a qualquer título de imóvel inserido na zona de influência)terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Notificação de Lançamento ou publicação desta, para apresentar reclamação contra qualquer elemento constante na referida notificação.

A reclamação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Barra Velha e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A decisão proferida sobre a reclamação deverá manter ou anular os valores lançados.

Sendo mantido o valor do lançamento, retoma-sea contagem do prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com ascorreçõesimpostas pela reclamação.

12. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I-PROJETO DA OBRA;
ANEXO II-MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO;
ANEXO III– ORÇAMENTO DE CUSTOSDAOBRA;
ANEXO IV– RELAÇÃODE PROPRIETÁRIOS, ÁREA BENEFICIADA, AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS IMÓVEIS E FATOR DE ABSORÇÃO.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no horário das 8:00 às 12 das 13:30 às 17:30 hrs.

Barra Velha, 10 de junho de 2024.

FABIO ROBERTO BRUGNAGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO MAURI DA CUNHA
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

Prefeitura de Barra Velha
Secretaria Municipal de Administração SEMA

ANEXO IV

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 06/2024

Nº	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº	RUA	CONTRIBUINTE	ÁREA BENEFICIADA M²	VALOR VENAL DO IMÓVEL ANTES DA OBRA R$
1	01.01.008.0916.001	**RUA 2060**	VANIL GOMES DE LIMA	48,00	892.879,52
2	01.01.008.0918	**RUA 2060**	VANIL GOMES DE LIMA	48,00	624.408,00
3	01.01.008.0975	**RUA 2060**	INFINITY EXC. HOME EMPRE	196,00	2.341.680,00
	Entroncamentos			64,00	

47 3446 7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br
Avenida Governador Celso Ramos. 200. Centro. Barra Velha. SC - CEP: 88.390-000

EDITAL Nº 010/2024 DE INSCRIÇÃO EM ESTÁGIO REMUNERADO, E CADASTRO DE RESERVA- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - MUNICÍPIO DE BARRA VELHA/SC

O Município de Barra Velha, SC com fulcro na Lei Municipal Nº 1022/2010 de 21 de dezembro de 2010 e na Lei Federal Nº 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008, torna público a abertura de processo seletivo simplificado para cadastro de interessados, em Estágio Remunerado, nos seguintes termos:

1. Da vaga e área contemplada.
1.1. O presente Edital tem como objeto a abertura de inscrições para preenchimento de vagas de estágio remunerado e Cadastro de Reserva - CR para Prefeitura Municipal de Barra Velha.

1.2. O ato de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado importará na ciência e aceitação, por parte do candidato, de todos os termos do edital.
1.3. O candidato que for convocado, admitido e iniciar suas atividades fará jus nos termos da Lei Municipal Nº 1022/2010, a:
I – Bolsa-auxílio mensal no valor de 01 (um) salário mínimo nacional vigente, devida pelo cumprimento de jornada de atividade em estágio de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais;
II–Auxilio alimentação mensal, no valor de R$ 454,22 (quatrocentos e cinqueta e quatro reais e vinte e dois centavos);
III - Recesso remunerado de 30 (trinta) dias, desde que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, ou de forma proporcional, caso o estágio tenha duração inferior a 01 (um) ano, sendo que em qualquer caso o período de gozo será definido a critério da Administração.

2. Dos critérios de admissibilidade para realização de estágio.
2.1. Poderão se inscrever no processo seletivo os candidatos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições, sem prejuízo de outros requisitos para realização de estágio contidos na Lei Municipal Nº 1022/2010 e Lei Federal nº 11.788/2008 e nas demais normas que disponham sobre a matéria:
a) Ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade à época da inscrição para o preenchimento da vaga;
b) Estar matriculado e frequentando regularmente, na data da inscrição, qualquer período letivo compreendido entre o 1º ao 7º período dos cursos de ***ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA, GESTÃO PÚBLICA, PSICANALISTA, PSICÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, BIOMEDICINA, ENFERMAGEM E TECNICO EM ENFERMAGEM.***

c) Não exercer cargo público no Município de Barra Velha, ou realizar atividade remunerada, sob qualquer regime jurídico, em outros entes públicos;
d) residir no município de Barra velha.

3. Da inscrição no processo seletivo.
3.1. Para a participação no processo seletivo os candidatos interessados poderão se inscrever, a partir da data de publicação do Edital no Sistema Nacional de Emprego - SINE

situado na Avenida Thiago Aguiar Nº 599, bairro Icaraí, Barra Velha, no horário das 13h – 18h com os seguintes documentos:
a) Ficha de inscrição (anexo I deste edital);
b) Curriculum contendo dados pessoais (nome completo, data de nascimento, número de inscrição no CPF, número da carteira de identidade, endereço residencial, telefone para contato, endereço de e-mail e experiência profissional se houver);
c) Atestado de frequência do ano de 2024, constando informações do período atualmente em curso (ano/semestre) e a data provável da conclusão do mesmo;
d) Cópia de certificados de conclusões de cursos diversos (informática, Word, Excel, inglês, etc.) se houver ou comprovante de matricula atualizado;

3.2. O período das inscrições ocorrerá a partir da data 28/06/2024 até o dia 26/07/2024.
3.3. Se o candidato realizar múltiplas inscrições, será considerada válida somente a última inscrição.
3.4. O ato de inscrição importará na anuência de que sejam divulgadas, na lista classificatória, além do nome completo do candidato, semestre atualmente em curso e a sua data de nascimento, o que se faz necessário à luz dos critérios de transparência e publicidade que pautam o presente certame.

4. Da classificação no processo seletivo.
4.1. O critério de classificação no processo seletivo será de acordo com os seguintes parâmetros:
a) período atualmente em curso;
b) conclusão e/ou matricula em cursos diversos;
c) ter conhecimento em Auto Cad, Revit e/ou Sketchup;
d) experiência profissional;
4.2. Para fins da alínea “a” do item anterior, serão os candidatos classificados conforme o período que estejam cursando, se valendo do maior para o menor números de semestres concluídos.
4.3. A classificação será definida primeiramente pelo período letivo que o candidato está matriculado, seguidamente pela conclusão ou matricula em cursos diversos e posteriormente pela experiência profissional.
4.4. Na hipótese de empate entre candidatos, será utilizado como critério, o desempenho do candidato em entrevista a ser realizado pelo(a) responsável de onde o mesmo será lotado ou Secretaria.
4.5. Permanecendo o empate entre os candidatos, terá precedência na lista classificatória aquele que, sucessivamente possua a maior idade.

5. Da divulgação dos resultados.
5.1. A divulgação da lista final de classificação está prevista para até o dia 31/07/2024.
5.2. A divulgação das listas preliminar e final dos candidatos classificados ocorrerá no sítio eletrônico da Prefeitura de Barra Velha e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

6. Das convocações
6.1. Após convocado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
a) Documentos pessoais (carteira de identidade e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física);

b) Carteira de Trabalho (cópia página da foto/assinatura e identificação dos dados);
c) Número do PIS/PASEP;
d) Título de Eleitor;
e) Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Certificado de Quitação do Serviço Militar (quando for o caso);
g) Certidão de Nascimento/Casamento;
h) Comprovante de residência;
i) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo função, emprego ou percepção de proventos;
j) Declaração de bens
k) Declaração de não ter sofrido**,** no exercício de função pública, penalidades disciplinares;
l) Certidão de antecedentes criminais;
m) 1 (uma) foto 3x4 colorida;

6.2. O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da data da convocação para trazer os documentos (cópias), na Diretoria de Recursos Humanos do Município de Barra Velha.
6.3. O não atendimento aos itens 6.1 ou a adulteração de qualquer elemento constante da relação de documentos ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, implicará na eliminação do candidato do certame.
6.4. O candidato convocado que não cumprir os prazos estabelecidos no presente Edital, assim como os prazos estabelecidos pela Diretoria de Recursos Humanos do Município de Barra Velha, durante o seu processo de admissão, poderá ser eliminado.

7. Disposições finais
7.1. Ao ser convocado, o candidato deverá fazer a opção entre assumir ou desistir da vaga, não cabendo reclassificação.
7.2. O programa de estágio será regido pela Lei Federal Nº 11.788, e pela Lei Municipal nº 1022/2010, e pelas demais normas que disponham sobre a matéria.
7.3. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano a contar da data do ato de homologação do resultado final.
7.4. Em obediência ao Artigo 11 da Lei Federal nº 11.788/2008, a duração do estágio não poderá exceder a 02 (dois) anos.
7.5. Se a Instituição de ensino que o candidato aprovado estudar não possuir convenio com o Município, o mesmo poderá ser admitido somente após a realização de convenio entre as partes.
7.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Barra Velha, 27 de junho de 2024.

_____
FABIO ROBERTO BRUGNAGO
Secretário de Administração

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº. _____

Nome: _____
Sexo: ( ) M ( ) F
Data de nascimento:____/____/_____
RG:_____UF:_____
CPF:_____
Endereço:_____Nº:_____Bairro:_____
Complemento:_____Cidade:_____UF:__CEP:_____
Telefone residencial:( )_____Telefone celular: ( )_____
E-mail: _____
Escolaridade:_____

Documentos entregues:

( ) Ficha de inscrição;
( ) Curriculum contendo dados pessoais;
( ) Atestado de frequência do ano de 2024, constando informações do período atualmente em curso (ano/semestre) e a data provável da conclusão do mesmo;
( ) Cópia do Boletim Acadêmico ou Histórico Escolar do ano letivo de 2023, em formato PDF, devidamente legível, assinado pela Instituição de Ensino e/ou assinado digitalmente (sendo possível a verificação de autenticidade da mesma);
( ) Cópia de certificados de conclusões de cursos diversos (informática, word, excel, inglês, etc) ou comprovante de matricula atualizado.

Informações Adicionais:

a) O candidato é responsável pela exatidão e veracidade das informações prestadas na ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou do não preenchimento de qualquer campo.

b) A inscrição poderá ser efetuada por terceiros através de procuração.

c) A inscrição no processo seletivo implica, desde logo, o reconhecimento e a tácita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas no edital de processo seletivo.

Data:____/_____/____
Nome do candidato:_____
Assinatura do candidato: _____

Data:____/_____/____
Nome do servidor responsável pelo recebimento _____
Assinatura do servidor _____

_ _

Protocolo a ser entregue ao candidato:

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº. _____
Data:____/_____/____
Nome do responsável pelo recebimento da ficha de inscrição:_____
Assinatura do servidor _____

ERRATA 001 DISPENSA ELETRONICA 022/2024PMBV

Publicação Nº 6133442

PREFEITURA DE BARRA VELHA

Município de Barra Velha/SC

Processo Administrativo 077/2024PMBV

Dispensa Eletrônica 022/2024PMBV

ERRATA

Objeto: Dispensa eletrônica para contratação de empresa especializada em aquisição de Ferramentas, para uso nas Unidades Contempladas pelo Recurso do FNDE - Programa Escola em Tempo Integral, compreendendo: Escola Judite Bernardina Aguiar(INEP - 42022185), Escola I. M. Prof. José Miguel Zimmermann (INEP - 42022088), Escola I. M. Perfeito Aguiar (INEP - 42022185). META 6. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica. Conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

Valor do Edital: R$ 4.600,13

Data da Disputa: 04/07/2024 às 13h15

Barra Velha, 27 de junho de 2024

Daniel Pontes da Cunha
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRONICA 006/2024 PMBV

Publicação Nº 6133013

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3E942E4434834F9FB0EB9F4EFC8AA54AFBE5EE6B

PREFEITURA DE BARRA VELHA

Município de Barra Velha/SC

Processo Administrativo 041/2024PMBV

Dispensa Eletrônica 006/2024PMBV

3E942E4434834F9FB0EB9F4EFC8AA54AFBE5EE6B

Homologação

Contratado: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA

Contratação de empresa para fornecimento de carimbos tipo auto entintado automático, borrachas e refis, para atendimento de todas as secretarias e fundações do Município de Barra Velha. Conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

Valor: R$ 24.024,00

Barra Velha, 27 de junho de 2024

Daniel Pontes da Cunha
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRONICA 008/2024 IPREVE

Publicação Nº 6133497

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0F1594D3CD1BEAAA617D25A085673F430EA01B38

PREFEITURA DE BARRA VELHA

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE.

Processo Administrativo 013/2024IPREVE

Dispensa Eletrônica 008/2024IPREVE

0F1594D3CD1BEAAA617D25A085673F430EA01B38

HOMOLOGAÇÃO

Contratado: KPERCON SISTEMAS DE PONTO E CONTROLE DE ACESSO LTDA

Objeto: Dispensa eletrônica para contratação de empresa para fornecimento de Registrador Eletrônico de Ponto, para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha/SC

Valor: R$ 1.980,00

Barra Velha, 27 de junho de 2024

Daniel Pontes da Cunha
Prefeito

INEXIGIBILIDADE 035/2024 PMBV

Publicação Nº 6132563

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C3034CA4673CD08EF44ABC37E71D4A3BF6CAD407

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo 078/2024

Inexigibilidade nº 035/2024

C3034CA4673CD08EF44ABC37E71D4A3BF6CAD407

Contrato nº 056/2024

92DA88F3C93E33128071A2E9EE5E5DA377834AA9

Contratada: INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS - INSTITUTO FUCAP

Objeto: Contratação de Empresa Técnica, para a Prestação de Serviços Especializados em Formação Pedagógica para os Professores, (Ensino Fundamental, Gestores Escolares, Professores do AEE - Atendimento Educacional Especializado), profissionais da Educação e Assessoria Técnica para a Secretaria M de Educação e Cultura do Município (revisão das diretrizes/ matrizes e Proposta Pedagógica para a Educação Integral do Município de Barra Velha. Com carga horaria de 960 hora para Assessoria e 128 horas Formação. META 20.

Valor do Contrato: R$ 378.240,00

Data da assinatura: 26/06/2024

Valor do vencimento: 26/06/2025

Barra Velha, 26 de junho de 2024

DANIEL PONTES DA CUNHA
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°19/2024 - PREF

Publicação Nº 6132238

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 019/2024 - PREF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500 PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DETENTORES DA ATA: WDCOM COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ sob nº 30.363.223/0001-84

Item	Objeto/Especificações	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
01	Óleo Diesel S10	Litro	240.000	R$ 4,84	R$ 1.161.600,00
02	Óleo Diesel S500	Litro	40.000	R$ 4,98	R$ 199.200,00
TOTAL					R$ 1.360.800,00

Valor total R$ 1.360.800,00 (um milhão e trezentos e sessenta mil e oitocentos reais).

PRAZO: 25/06/2024 ATÉ 25/06/2025

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 25 DE JUNHO DE 2024.
VALDECIR KRAUSS
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 - PREF

Publicação Nº 6131286

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO
Rua Estanislau Schumann., 4873 - Centro - Bela Vista do Toldo
CEP: 89478-000 CNPJ: 01.612.888/0001-86 Telefone: (47) 3629-0066
E-mail: nfe@pmbvt.sc.gov.br Site: http://www.pmbvt.sc.gov.br/

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 14/2024

Processo Adm.: **24/2024**
Data do Processo: **30/04/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 24/2024
b) Nr. Licitação: 14/2024 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECRIATIVAS NO PÓLO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES – EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO N. E. M. JOÃO BATISTA PONTAROLO.*

Participante: INOVART COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
15	MESA TENIS DE MESA - Mesa Tênis De Mesa, Cor: Azul/Verde, Tipo: Dobrável, Características Acabamento Estrutura: Pintura , Material Tampo: MDF , Acabamento Tampo: Pintado , Espessura Tampo: 18 MM, Características Opcionais: Com Medidas Oficiais. - MESA TENIS DE MESA - Mesa Tênis De Mesa, Cor: Azul/Verde, Tipo: Dobrável, Características Acabamento Estrutura: Pintura , Material Tampo: MDF , Acabamento Tampo: Pintado , Espessura Tampo: 18 MM, Características Opcionais: Com Medidas Oficiais.	3,000	UN	876,05	2.628,15
				Total do Participante:	**2.628,15**

Participante: LAGUNA ESPORTE LTDA

1	ARCOS DE BAMBOLÊ DE PLÁSTICO – Arcos de Bambolê, 0,60 de diâmetro resistentes. - ARCOS DE BAMBOLÊ DE PLÁSTICO – Arcos de Bambolê, 0,60 de diâmetro resistentes.	30,000	UN	6,99	209,70
3	BOLA BASQUETE INFANTIL JUVENIL - Bola Basquetebol. Material: Couro, Modelo: Pro 7.3, Peso Cheia: 425 A 475 G, Circunferência: 58 A 60 CM, Tamanho: U 6, Pressão: 07 - 09 L. - BOLA BASQUETE INFANTIL JUVENIL - Bola Basquetebol. Material: Couro, Modelo: Pro 7.3, Peso Cheia: 425 A 475 G, Circunferência: 58 A 60 CM, Tamanho: U 6, Pressão: 07 - 09 L.	10,000	UN	37,98	379,80
4	BOLA DE TÊNIS CAMPO: Borracha Revestida Com Feltro, Características Adicionais: Aprovada Pela Federação Internacional De Tênis, Peso: 56 A 59,4. - BOLA DE TÊNIS CAMPO: Borracha Revestida Com Feltro, Características Adicionais: Aprovada Pela Federação Internacional De Tênis, Peso: 56 A 59,4.	20,000	UN	14,99	299,80
5	BOLA FUTSAL JUVENIL - Bola Futsal Material: PU, Peso Cheia: 250 A 280 G, Circunferência: 50 A 53 CM, Características Adicionais: 32 Gomos, Válvula Removível, Lubrificada. - BOLA FUTSAL JUVENIL - Bola Futsal Material: PU, Peso Cheia: 250 A 280 G, Circunferência: 50 A 53 CM, Características Adicionais: 32 Gomos, Válvula Removível, Lubrificada.	10,000	UN	74,98	749,80
6	BOLA TENIS DE MESA - Bola De Tênis De Mesa Material: Acetato De Celuloide, Características Adicionais: Aprovada Pela Federação Internacional De Tênis, Peso: 2,74gr - BOLA TENIS DE MESA - Bola	100,000	UN	1,99	199,00

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
	De Tênis De Mesa Material: Acetato De Celuloide, Características Adicionais: Aprovada Pela Federação Internacional De Tênis, Peso: 2,74gr				
7	BOMBA DE INFLAR DE BOLA – Bomba de Inflar bola. Tecnologia duble actioninfla nos dois sentidos contem mangueira embutida e 2 agulhas, tubo, policarbonato, haste acrilato, nitrílica butadieno estireno T Handle. Polipropileno fechos acrilato nitiliclo butadieno estireno. - BOMBA DE INFLAR DE BOLA – Bomba de Inflar bola. Tecnologia duble actioninfla nos dois sentidos contem mangueira embutida e 2 agulhas, tubo, policarbonato, haste acrilato, nitrílica butadieno estireno T Handle. Polipropileno fechos acrilato nitiliclo butadieno estireno.	2,000	UN	29,98	59,96
8	CONE DE SINALIZAÇÃO - Cone de Sinalização flexível em polietileno, altura de 75cm, base 40cm. Cor: Branca/Laranja. - CONE DE SINALIZAÇÃO - Cone de Sinalização flexível em polietileno, altura de 75cm, base 40cm. Cor: Branca/Laranja.	10,000	UN	57,99	579,90
9	CRONÔMETRO – Cronômetro em caixa de plástico ABS - relógio digital com funções de despertador, cronômetro, hora e alarme - dimensões aproximadas 7,5 x 6,5 x 2,5 cm (L x A x P) - com manual de instruções. - CRONÔMETRO – Cronômetro em caixa de plástico ABS - relógio digital com funções de despertador, cronômetro, hora e alarme - dimensões aproximadas 7,5 x 6,5 x 2,5 cm (L x A x P) - com manual de instruções.	5,000	UN	32,99	164,95
10	DOMINÓ - Jogo Dominó 28 peças, tipo dominó profissional, material das peças em osso puro, tipo peças padrão, para jogos profissionais. Pedras grandes, 100% feitas em osso, Tamanho da Pedra de 5x2,5x1 (Comprimento x Largura x Espessura), contendo 28 peças duplas. Com numeração de 0 a 6. Acompanhando uma maleta. - DOMINÓ - Jogo Dominó 28 peças, tipo dominó profissional, material das peças em osso puro, tipo peças padrão, para jogos profissionais. Pedras grandes, 100% feitas em osso, Tamanho da Pedra de 5x2,5x1 (Comprimento x Largura x Espessura), contendo 28 peças duplas. Com numeração de 0 a 6. Acompanhando uma maleta.	10,000	UN	79,99	799,90
11	JOGO DE BINGO – Jogo de Bingo para Adultos e Crianças. Contendo: Globo, 48 Cartelas, Kit com 90 Bolinhas e Tabuleiro para colocar as bolinhas. Com Selo INMETRO. - JOGO DE BINGO – Jogo de Bingo para Adultos e Crianças. Contendo: Globo, 48 Cartelas, Kit com 90 Bolinhas e Tabuleiro para colocar as bolinhas. Com Selo INMETRO.	1,000	UN	339,98	339,98
12	JOGO XADREZ - Jogo Xadrez Material: Plástico, Aplicação: Lazer e Entretenimento, Características Adicionais: Couro Sintético/Dimensões: 50x50 Cm, Formato: Quadrado. Tabuleiro e peças em material Plástico. - JOGO XADREZ - Jogo Xadrez Material: Plástico, Aplicação: Lazer e Entretenimento, Características Adicionais: Couro Sintético/Dimensões: 50x50 Cm, Formato: Quadrado. Tabuleiro e peças em material Plástico.	15,000	UN	69,98	1.049,70
13	KIT COLETE DUPLA FACE - Colete Material: Poliéster, Modelo: Dupla Face, Uso: Esportivo, Tamanho: M - KIT COLETE DUPLA FACE - Colete Material: Poliéster, Modelo: Dupla Face, Uso: Esportivo, Tamanho: M	10,000	UN	23,99	239,90
14	KIT REDE TENIS DE MESA – Rede Tênis de Mesa composto por dois suportes de rede estilo jacaré com molas e uma rede feita em algodão. Aprovada pela CBTM/ITTF. Modelo luxo. - KIT REDE TENIS DE MESA – Rede Tênis de Mesa composto por dois suportes de rede estilo jacaré com molas e uma rede feita em algodão. Aprovada pela CBTM/ITTF. Modelo luxo.	3,000	UN	69,99	209,97
16	PETECAS DE BADMINTON: Petecas de badminton; material: nylon com base em cortiça; peso: 4,74g a 5,50g; pacote com 6. - PETECAS DE BADMINTON: Petecas de badminton; material: nylon com base em cortiça; peso: 4,74g a 5,50g; pacote com 6.	10,000	UN	29,99	299,90
17	POSTES DE FIXAÇÃO PARA REDE DE BADMINTON: Fabricado em aço com pés e ganchos para fixação da rede e rodas para deslocamento. - POSTES DE FIXAÇÃO PARA REDE DE BADMINTON: Fabricado em aço com pés e ganchos para fixação da rede e rodas para deslocamento.	1,000	UN	1.732,88	1.732,88
18	RAQUETE BADMINTON – Raquete Badminton. Cabeça com design	10,000	UN	49,98	499,80

isométrico, bastão em aço e cabeça em alumínio, peso 100 gramas, dimensões 66x22x3; - RAQUETE BADMINTON – Raquete Badminton. Cabeça com design isométrico, bastão em aço e cabeça em alumínio, peso 100 gramas, dimensões 66x22x3;

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
21	REDE BADMINTON - Rede Badminton. Material: poliéster, fio de poliamida torcido, banda superior em PVC e cabo de aço plastificado; detalhamento: fácil de dobrar e transportar, na cor marrom, acompanha cabo de aço plastificado. - REDE BADMINTON - Rede Badminton. Material: poliéster, fio de poliamida torcido, banda superior em PVC e cabo de aço plastificado; detalhamento: fácil de dobrar e transportar, na cor marrom, acompanha cabo de aço plastificado.	1,000	UN	134,04	134,04
23	TABELA BASQUETE - Par de tabelas de Basquete com aro, com as medidas aproximadas de 1,80 x 1,20 metros, confeccionada em laminado naval de 18mm de espessura, envolvida por perfil metálico em “u” com vedação de silicone, aro modelo duplo e rede fio 2mm em polipropileno (seda). - TABELA BASQUETE - Par de tabelas de Basquete com aro, com as medidas aproximadas de 1,80 x 1,20 metros, confeccionada em laminado naval de 18mm de espessura, envolvida por perfil metálico em “u” com vedação de silicone, aro modelo duplo e rede fio 2mm em polipropileno (seda).	2,000	UN	2.087,99	4.175,98

Total do Participante: 12.124,96

Total Geral: 14.753,11

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MNUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	05.001.12.361.0005.2009.3.3.90.00.00	R$ 27.105,71

Bela Vista do Toldo, 27/06/2024

VALDECIR KRAUSS

Assinatura do Responsável

Benedito Novo

Prefeitura

CONVOCAÇÃO - CRISTIANE SANTOS LEAL BEGALKE

Publicação Nº 6132245

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
CRISTIANE SANTOS LEAL BEGALKE

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar de sua CONTRATAÇÃO ao cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, aprovado (a) em 2º lugar, de acordo com a Classificação no Chamada Pública 001/2024.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 3 (três) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 28 de junho de 2024.

STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN
Auxiliar Administrativo I – Departamento Pessoal

Ciente: .....
(Candidato)

Data: ...../ ..... /.....

CONVOCAÇÃO - HELENA L. SCHMIDT OECHSLER

Publicação Nº 6131704

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
HELENA L. SCHMIDT OECHSLER

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar de sua CONTRATAÇÃO ao cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF, aprovado (a) em 2º lugar, de acordo com a Classificação no Processo seletivo 003/2023.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 7 (sete) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 28 de junho de 2024.

STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN
Auxiliar Administrativo I – Departamento Pessoal

Ciente: .....
(Candidato)

Data: ...../ ..... /.....

CONVOCAÇÃO - ISOLETE BECKER KNOP

Publicação Nº 6131263

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
ISOLETE BECKER KNOP

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar de sua CONTRATAÇÃO ao cargo de SERVENTE, aprovado (a) em 4º lugar, de acordo com a Classificação no Processo seletivo 002/2024.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 7 (sete) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 27 de junho de 2024.

STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN
Auxiliar Administrativo I – Departamento Pessoal

Ciente: .....
(Candidato)

Data: ...../ ..... /.....

CONVOCAÇÃO - MARGRIT KLITZKE SCHULZ

Publicação Nº 6132254

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
MARGRIT KLITZKE SCHULZ

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar de sua CONTRATAÇÃO ao cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, aprovado (a) em 1º lugar, de acordo com a Classificação no Chamada Pública 001/2024.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 7 (sete) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 28 de junho de 2024.

STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN
Auxiliar Administrativo I – Departamento Pessoal

Ciente: .....
(Candidato)

Data: ...../ ..... /.....

CONVOCAÇÃO - MARIANA MACHADO VIEIRA

Publicação Nº 6131697

CONVOCAÇÃO

Ilmo(a) Sr.(a):

MARIANA MACHADO VIEIRA

NESTA

Pela presente estamos convocando Vossa Senhoria a comparecer junto a Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar de sua nomeação ao cargo de CIRURGIÃO DENTISTA - ESF, aprovado(a) em 2º lugar, de acordo com o Decreto nº. 135/2023 de 28 de novembro de 2023, que homologa o Resultado Final do Concurso Público nº 002/2023.
Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação;
O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 28 de junho de 2024.

STEFANY S. H. NAUMANN
Auxiliar Administrativo I – Depto. pessoal

Ciente: .....
(Candidato)

Data: ...../ ..... /.....

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2024

Publicação Nº 6132525

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 72ED90AE4F57B1E48E36B2256200CBC7EB5B235F

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2024
EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2024
CONTRATADA: TERRAPLENAGEM POFFO LTDA (03.832.009/0001-57)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA HULDA KROENKE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL
VALOR: R$ 349.000,00
DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2024 A 26/06/2025
DATA ASSINATURA: 27/06/2024

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – PREFEITA DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2024

Publicação Nº 6132903

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B26213C6ADA7F858251388D61EC39B5E6D18F283

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2024
CONTRATADA: GIRARDI TERRAPLENAGEM LTDA (45.558.881/0001-07)
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE ROCHAS PARA ABERTURA DE ESTRADAS E VIAS
DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2024 A 14/06/2025
DATA ASSINATURA: 27/06/2024

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – PREFEITA DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2023

Publicação Nº 6132404

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5B6260728E36F9F9B742B2462EFA2C40F74A3C3A

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2023
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2023
CONTRATADA: BLOOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA (19.350.152/0001-42)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINKS DE INTERNET POR MEIO DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓPTICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.
VALOR: R$ 207.700,80
FINALIDADE DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO
VIGÊNCIA: 01/07/2024 A 30/06/2024
DATA ASSINATURA: 27/06/2024

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – PREFEITA DE BENEDITO NOVO

RESOLUÇÃO Nº 006/2024 - APROVA E HOMOLOGA O CHAMAMENTO PÚBLICO ATRAVÉS DO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Publicação Nº 6132912

Resolução nº 006/2024

APROVA E HOMOLOGA O CHAMAMENTO PÚBLICO ATRAVÉS DO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Benedito Novo, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1.782/2015, pelas Resoluções de nº 137/2010 e 105/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e amparado na Lei Federal nº 8.069/1990, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Edital nº 001/2024/CMDCA, que segue anexo, qual regulamenta o chamamento público destinado a realização do concurso de projetos e/ou programas, que visem apoiar as ações complementares de atenção e que contribuam para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes do município de Benedito Novo/SC.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Benedito Novo, 27 de junho de 2024.

ALAN RAFAEL KINDER
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 008/2024 - CONCEDE REGISTRO AOS PROGRAMAS RELACIONADOS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Publicação Nº 6132916

Resolução nº 008/2024
CONCEDE REGISTRO AOS PROGRAMAS RELACIONADOS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Benedito Novo/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1.782/2015, e pelas Resoluções de nº 137/2010 e 105/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
Considerando a Resolução nº 006/2023/CMDCA, qual define as condicionantes para registro de entidades e programas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Benedito Novo/SC;

Resolve:

Art. 1º – Ficam os seguintes programas registrados neste conselho, de acordo com o Art. 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

I. 'PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais' – Pela entidade não governamental 'PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais (08.889.308/0003-03)'.

II. 'PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais' – Pela entidade não governamental 'PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais (08.889.308/0008-18)'.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Benedito Novo, 27 de junho de 2024.

ALAN RAFAEL KINDER
Presidente do CMDCA

ATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2024

Publicação Nº 6135019

Compras BR
Portal de Licitações

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Número de Pregão Eletrônico: 68/2024

Nº Ata:	**1**
Nº Edital:	**68/2024**
Nº Processo:	**68/2024**
Objeto:	**AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

1 Val. Ref. Total: 8.480,00

Item: 1 Quant.: 1000,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 8.480,0000

ABACAXI, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	8,4000
Licitante 02	8,4500
Licitante 03	8,4000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	5,8900
Licitante 03	Último Lance	8,0000
Licitante 01	Último Lance	5,8800
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.39.45**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 1 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 5,8800.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

2 Val. Ref. Total: 4.002,00

Item: 2 Quant.: 600,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 4.002,0000

ABACATE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,6500
Licitante 02	6,6500
Licitante 03	6,6700

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	4,5000
Licitante 01	Último Lance	4,3900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.24.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 2 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 4,3900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

3 Val. Ref. Total: 609,00

Item: 3 Quant.: 150,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 609,0000

ABÓBORA KABUTIÁ, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,0500
Licitante 02	4,0300
Licitante 03	4,0500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,0000
Licitante 01	Último Lance	2,9900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.22.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 3 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

4 Val. Ref. Total: 565,50

Item: 4 Quant.: 150,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 565,5000

ABOBORA MORANGA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,7000
Licitante 02	3,7500
Licitante 03	3,7700

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	2,7500
Licitante 01	Último Lance	2,7400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.24.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 4 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,7400.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

5 Val. Ref. Total: 4.328,00

Item: 5 Quant.: 800,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 4.328,0000

ABOBRINHA VERDE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,4000
Licitante 02	5,4000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	2,7500
Licitante 01	Último Lance	2,7400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.17.46**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 5 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,7400.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

6 Val. Ref. Total: 1.275,00

Item: 6 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1.275,0000

AÇAFRÃO (CÚRCUMA) EM PÓ. EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE CONTENDO ENTRE 20 E 30G. ISENTO DE SUJIDADES E INSETOS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,2500
Licitante 02	4,2000
Licitante 03	4,2500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	1,8000
Licitante 03	Último Lance	1,7900
Licitante 01	Último Lance	2,2000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 08.47.46**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 6 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 1,7900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

7 Val. Ref. Total: 6.663,00

Item: 7 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 6.663,0000

AÇUCAR REFINADO, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA DE 5KG (CINCO) DEVERÁ SER ENTREGUE EM FARDO RESISTENTE DE 30KG

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	22,2000
Licitante 02	22,2000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	22,1900
Licitante 01	Último Lance	22,0000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 08.47.46**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 7 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 22,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

8 Val. Ref. Total: 5.375,00

Item: 8 Quant.: 500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 5.375,0000

AIPIM, DESCASCADO E CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 1 KG. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA, REGISTRADO EM ÓRGÃO COMPETENTE

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	10,7500
Licitante 02	10,7000
Licitante 03	10,7000
Licitante 04	10,7500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	6,3300
Licitante 04	Último Lance	6,8800
Licitante 01	Último Lance	7,4200
Licitante 02	Último Lance	6,3000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.16.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 8 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 6,3000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

9 Val. Ref. Total: 1.492,00

Item: 9 Quant.: 400,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1.492,0000

ALFACE CRESPA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,7000
Licitante 02	3,7000
Licitante 03	3,7300

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	2,8500
Licitante 03	Último Lance	3,3000
Licitante 01	Último Lance	2,8400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.18.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 9 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,8400.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

10 Val. Ref. Total: 7.342,00

Item: 10 Quant.: 200,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 7.342,0000

ALHO, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	36,7000
Licitante 02	36,7000
Licitante 03	36,7100

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.35.45**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	26,3000
Licitante 03	Último Lance	36,0000
Licitante 01	Último Lance	26,2900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.17.46**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 10 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 26,2900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

11 Val. Ref. Total: 224,40

Item: 11 Quant.: 30,00 Unidade: PACOTE Val. Ref.: 224,4000

ARROZ BRANCO TIPO I, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO POLIDO, EMBALAGEM COM 1 KG

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	7,4800
Licitante 02	7,4800
Licitante 03	7,4500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.52.23**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	7,3000
Licitante 02	Último Lance	7,4000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.02.24**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 11 para o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA com o valor de R$ 7,3000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

12 Val. Ref. Total: 16.542,00

Item: 12 Quant.: 600,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 16.542,0000

ARROZ TIPO I, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARBOILIZADO, EMBALAGEM COM 5 KG.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	27,5700
Licitante 02	27,5700

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.52.23**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	27,4900
Licitante 01	Último Lance	27,4500
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.02.24**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 12 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 27,4500.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

13 Val. Ref. Total: 1.832,00

Item: 13 Quant.: 400,00 Unidade: CAIXA Val. Ref.: 1.832,0000

AVEIA EM FLOCOS FINOS, EMBALAGEM COM 200 G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,5800
Licitante 02	4,5500
Licitante 03	4,5500
Licitante 04	4,5800

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.52.23**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	3,9900
Licitante 02	Último Lance	2,9000
Licitante 04	Último Lance	2,3600
Licitante 01	Último Lance	2,3700
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.08.24**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 13 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 2,3600.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

14 Val. Ref. Total: 8.235,00

Item: 14 Quant.: 1500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 8.235,0000

BANANA BRANCA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,4000
Licitante 02	5,4500
Licitante 03	5,4900

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.52.23**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,3000
Licitante 01	Último Lance	3,2900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.18.24**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 14 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 3,2900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

15 Val. Ref. Total: 6.285,00

Item: 15 Quant.: 1500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 6.285,0000

BANANA CATURRA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,1500
Licitante 02	4,1500
Licitante 03	4,1500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 08.52.23**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	2,3500
Licitante 03	Último Lance	3,1500
Licitante 01	Último Lance	2,3400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.16.24**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 15 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,3400.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

16 Val. Ref. Total: 1.965,00

Item: 16 Quant.: 500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 1.965,0000

BATATA DOCE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,9000
Licitante 02	3,9000
Licitante 03	3,9300

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.09.14**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,7000
Licitante 01	Último Lance	3,6900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.19.15**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 16 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 3,6900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

17 Val. Ref. Total: 8.976,00

Item: 17 Quant.: 1700,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 8.976,0000

BATATA INGLESA (BATATINHA), IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,2500
Licitante 02	5,2500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.09.14**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	4,3000
Licitante 01	Último Lance	3,2900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.25.15**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.27**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 17 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 3,2900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

18 Val. Ref. Total: 2.620,00

Item: 18 Quant.: 400,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 2.620,0000

BETERRABA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,5000
Licitante 02	6,5000
Licitante 03	6,5500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.09.14**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,6000
Licitante 03	Último Lance	5,9000
Licitante 01	Último Lance	3,5900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.31.15**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 18 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 3,5900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

19 Val. Ref. Total: 2.724,00

Item: 19 Quant.: 400,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2.724,0000

BRÓCOLIS, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,8000
Licitante 02	6,7900
Licitante 03	6,8100

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.09.14**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,9800
Licitante 01	Último Lance	3,9700
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.33.16**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 19 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 3,9700.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

20 Val. Ref. Total: 25.806,00

Item: 20 Quant.: 600,00 Unidade: PACOTE Val. Ref.: 25.806,0000

CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU - CACAU EM PÓ, AÇÚCAR, VITAMINAS E MINERAIS. CONTENDO 50% DE CACAU. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM PRIMARIA DE POLIETILENO ATÓXICO DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	43,0100
Licitante 02	43,0000
Licitante 03	43,0000
Licitante 04	43,0100

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.09.15**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	23,0000
Licitante 02	Último Lance	41,2000
Licitante 04	Último Lance	22,9900
Licitante 01	Último Lance	32,8000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.35.16**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 20 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 22,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

21 Val. Ref. Total: 4.888,00

Item: 21 Quant.: 400,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.888,0000

CACAU 100% EM PÓ - CACAU EM PÓ PURO 100% LIVRE DE AÇÚCARES E SUSBTÂNCIAS ARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES E PARASITAS, SEM UMIDADE EXCESSIVA, ISENTA DE AROMAS ARTIFICIAIS, EMBALAGEM DE 200G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	12,2000
Licitante 02	12,2200

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.21.09**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 01	Último Lance	9,0000
Licitante 02	Último Lance	8,9900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.35.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 21 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 8,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

22 Val. Ref. Total: 1.123,00

Item: 22 Quant.: 100,00 Unidade: PACOTE Val. Ref.: 1.123,0000

CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO EMBALADO A VÁCUO, COM NÍVEL MÍNIMO DE QUALIDADE 4,5 CONFORME RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS ABIC, EMBALAGEM COM 500G

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	11,2000
Licitante 02	16,9000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.21.09**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.31.10**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 22 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 11,2000.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

23 Val. Ref. Total: 214,50

Item: 23 Quant.: 50,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 214,5000

CANELA EM PÓ PURA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR OU AMIDO, EMBALAGEM COM 25 G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,2900
Licitante 02	4,2500
Licitante 03	4,2900

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.21.09**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,5000
Licitante 03	Último Lance	2,6000
Licitante 01	Último Lance	2,6600
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.31.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 23 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 2,6000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

24 Val. Ref. Total: 3.704,00

Item: 24 Quant.: 400,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 3.704,0000

CAQUI, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PEFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	9,2500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.21.09**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.31.10**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 24 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 9,2500.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

25 Val. Ref. Total: 42.476,00

Item: 25 Quant.: 1400,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 42.476,0000

CARNE BOVINA DE MÚSCULO SEM OSSO, EM CUBOS: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONGELADO, EM CUBOS, DE BOA QUALIDADE, COM NO MÁXIMO 6% DE GORDURA, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, EM EMBALAGEM DE 1KG, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, COM NÚMERO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO EM CARRO REFRIGERADO, CONFORME LEGISLAÇÃO DA ANVISA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	30,3400
Licitante 02	30,2900
Licitante 03	30,3400

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.21.09**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	27,0000
Licitante 02	Último Lance	26,9900
Licitante 01	Último Lance	27,8600
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.31.10**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante ROMIL ALIMENTOS LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 25 para o licitante ROMIL ALIMENTOS LTDA com o valor de R$ 26,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

26 Val. Ref. Total: 49.380,00

Item: 26 Quant.: 2000,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 49.380,0000

CARNE BOVINA MOÍDA PATINHO. CARACTERÍSTICAS GERAIS: PROVENIENTE DE MACHOS DA ESPÉCIE BOVINA, SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA RESPEITANDO OS PARÂMETROS DA PORTARIA SDA N° 664, DE 30/09/2022, CONTENDO NO MÁXIMO 10% DE GORDURA. A CARNE BOVINA MOÍDA DEVERÁ ESTAR EMBALADA EM SACO PLÁSTICO À VÁCUO, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM EMBALAGEM DE 01 KG (UM QUILOGRAMA), DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COMA AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE (SIE OU SIF OU SISBI). O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO EM CARRO REFRIGERADO CONFORME LEGISLAÇÃO DA ANVISA

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	24,4900

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.27.41**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.37.42**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante ROMIL ALIMENTOS LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 26 para o licitante ROMIL ALIMENTOS LTDA com o valor de R$ 24,4900.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

27 Val. Ref. Total: 4.056,00

Item: 27 Quant.: 600,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 4.056,0000

CEBOLA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,7000
Licitante 02	6,7000
Licitante 03	6,7600

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.27.41**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,7500
Licitante 01	Último Lance	3,7400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.37.42**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 27 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 3,7400.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

28 Val. Ref. Total: 1.032,00

Item: 28 Quant.: 300,00 Unidade: MAÇO Val. Ref.: 1.032,0000

CEBOLINHA VERDE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADEE EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,4000
Licitante 02	3,4000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.27.41**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 01	Último Lance	2,9900
Licitante 02	Último Lance	3,3000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.37.42**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 28 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 2,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

29 Val. Ref. Total: 4.319,00

Item: 29 Quant.: 700,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 4.319,0000

CENOURA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,1500
Licitante 02	6,1500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.27.41**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	4,2000
Licitante 01	Último Lance	4,1900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.37.42**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 29 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 4,1900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

30 Val. Ref. Total: 1.530,00

Item: 30 Quant.: 300,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 1.530,0000

CHUCHU, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,0000
Licitante 02	5,0500
Licitante 03	5,1000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.27.41**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	2,9500
Licitante 01	Último Lance	2,9400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.37.42**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.39.28**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 30 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,9400.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

31 Val. Ref. Total: 825,00

Item: 31 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 825,0000

COLORÍFICO - PRODUTO OBTIDO DO GRÃO DO URUCUM COM A MISTURA DE FUBÁ OU FARINHA DE MANDIOCA. PÓ, FINO, HOMOGÊNEO, DE COLORAÇÃO AVERMELHADA, DEVENDO ESTAR SEM A PRESENÇA DE SUJIDADES OU MATÉRIAS ESTRANHAS. EMBALAGEM EM POLIETILENO TRANSPARENTE, RESISTENTE, EM PACOTES DE 100 G

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	2,7500
Licitante 02	2,5000
Licitante 03	2,7000
Licitante 04	2,7500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.35.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	2,0000
Licitante 02	Último Lance	1,1000
Licitante 04	Último Lance	1,2400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.45.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 31 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 1,1000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

32 Val. Ref. Total: 4.170,00

Item: 32 Quant.: 500,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.170,0000

COUVE FLOR, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	8,3000
Licitante 02	8,3000
Licitante 03	8,3000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.35.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	5,5000
Licitante 01	Último Lance	5,4900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.45.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 32 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 5,4900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

33 Val. Ref. Total: 910,00

Item: 33 Quant.: 250,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 910,0000

COUVE MANTEIGA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,6000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.35.08**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.45.09**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 33 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 3,6000.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

34 Val. Ref. Total: 6.054,00

Item: 34 Quant.: 600,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 6.054,0000

COXA E SOBRECOXA DE FRANGO DESOSSADA: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONGELADA, SEM OSSO, EM EMBALAGENS INDIVIDUALIZADAS, CONTENDO 1KG, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, COM NÚMERO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO EM CARRO REFRIGERADO, CONFORME LEGISLAÇÃO DA ANVISA.

Propostas Iniciais

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

35 Val. Ref. Total: 367,50

Item: 35 Quant.: 50,00 Unidade: PACOTE Val. Ref.: 367,5000

FARINHA DE MANDIOCA, GRUPO SECA, SUBGRUPO EXTRAFINA OU FINA, CLASSE BRANCA, TIPO 1, EMBALAGEM COM 1 KG.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	7,3500
Licitante 02	7,3000
Licitante 03	7,3000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.35.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	5,0000
Licitante 02	Último Lance	4,4800
Licitante 01	Último Lance	4,5000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.45.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 35 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 4,4800.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

36 Val. Ref. Total: 2.660,00

Item: 36 Quant.: 1000,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2.660,0000

FARINHA DE MILHO FLOCADA, POLENTA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, EMBALAGEM COM 500 G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	2,6600
Licitante 02	2,6500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.35.08**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.45.09**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 36 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 2,6500.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

37 Val. Ref. Total: 14.704,00

Item: 37 Quant.: 800,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 14.704,0000

FARINHA DE TRIGO, TIPO I, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 5 KG. A VALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ SER SUPERIOR A 4 MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	18,3800
Licitante 02	18,3000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.35.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	18,0000
Licitante 01	Último Lance	15,0000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.45.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 37 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 15,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

38 Val. Ref. Total: 2.286,00

Item: 38 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2.286,0000

FEIJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TIPO 01. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS VIVOS OU MORTOS. UMIDADE MÁXIMA DE 15%. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, CONTENDO 1KG. PRAZO DE VALIDADE DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	7,6200
Licitante 02	7,6200
Licitante 03	7,5900
Licitante 04	7,6000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.35.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 04	Último Lance	7,0000
Licitante 03	Último Lance	6,4000
Licitante 01	Último Lance	6,5000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.45.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 38 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 6,4000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

39 Val. Ref. Total: 3.453,00

Item: 39 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 3.453,0000

FEIJÃO VERMELHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TIPO 01. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS VIVOS OU MORTOS. UMIDADE MÁXIMA DE 15%. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, CONTENDO 1 KG. PRAZO DE VALIDADE PARA CONSUMO DE NO MÍNIMO 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	11,5100
Licitante 02	11,5100
Licitante 03	11,5000
Licitante 04	11,5000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.41.25**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Licitante 01	Último Lance 11,0000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.51.26**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante ÁGAPE DISTRIBUIDORA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 39 para o licitante ÁGAPE DISTRIBUIDORA LTDA com o valor de R$ 11,0000.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

40 Val. Ref. Total: 605,00

Item: 40 Quant.: 100,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 605,0000

FERMENTO BIOLOGICO SECO INSTANTANEO, EMBALAGEM A VACUO COM 125G

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,0500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	**27/06/2024 08.32.43**
Lances Declaro iniciada a fase de LANCES.	**27/06/2024 09.41.25**
Abertura de Vistas Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	**27/06/2024 09.51.26**
Habilitação Fase alterada para HABILITAÇÃO. Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	**27/06/2024 10.40.44**
Intenção de Recurso Não houve manifestação de recurso para o lote.	**27/06/2024 12.15.19**
Adjudicação Enviada para próxima fase. Declaro adjudicado o pregão do lote 40 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 6,0500.	**27/06/2024 12.15.19**

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

41 Val. Ref. Total: 1.458,00

Item: 41 Quant.: 200,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1.458,0000

FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, EMBALAGEM COM 200G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	7,2900
Licitante 02	7,2500
Licitante 03	7,2500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.41.25**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	5,3000
Licitante 02	Último Lance	5,0000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.51.26**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 41 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 5,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

42 Val. Ref. Total: 31.305,00

Item: 42 Quant.: 1500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 31.305,0000

FILEZINHO DE FRANGO TIPO SASSAMI, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SEM OSSO, SEM PELE, COM ASPECTO FÍSICO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIO. CONGELADO EM EMBALAGEM INDIVIDUALIZADA CONTENDO 1KG, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, COM NÚMERO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO EM CARRO REFRIGERADO, CONFORME LEGISLAÇÃO DA ANVISA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	20,8700
Licitante 02	20,7900

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.41.25**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	20,0000
Licitante 01	Último Lance	20,4400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.51.26**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 42 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 20,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

43 Val. Ref. Total: 214,00

Item: 43 Quant.: 50,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 214,0000

FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,2800
Licitante 02	4,2800

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.41.25**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,8000
Licitante 01	Último Lance	3,9100
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.51.26**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 43 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 3,8000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

44 Val. Ref. Total: 6.022,00

Item: 44 Quant.: 100,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 6.022,0000

FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES (0 A 6 MESES). EMBALAGEM 800G. INGREDIENTES: MALTODEXTRINA, LEITE DE VACA DESNATADO (FONTE PROTÉICA), OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE PALMISTE, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, VITAMINAS (VITAMINA C, TAURINA, VITAMINA E, VITAMINA PP, PANTOTEONATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, BIOTINA, VITAMINA B12), MINERAIS (SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO). EMBALADOS EM LATAS DE ALUMÍNIO DE 800 G DO PRODUTO E REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO. AS LATAS NÃO DEVERÃO APRESENTAR FERRUGEM OU ESTAREM AMASSADAS. PRAZO DE VALIDADE: 18 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: 60 DIAS DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	60,2200

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.41.25**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.51.26**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 44 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 60,2200.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

45 Val. Ref. Total: 17.262,00

Item: 45 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 17.262,0000

FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES (A PARTIR DO 6º MÊS). EMBALAGEM 800G. INGREDIENTES: LEITE DE VACA DESNATADO (FONTE PROTÉICA), MALTODEXTRINA, OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE PALMISTE, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE MILHO, MINERAIS (SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO), LECITINA DE SOJA, VITAMINAS (VITAMINA C, VITAMINA PP, VITAMINA E, PANTOTEONATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, , VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, BIOTINA, VITAMINA B12). EMBALADOS EM LATAS DE ALUMÍNIO DE 800 G DO PRODUTO E REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO. AS LATAS NÃO DEVERÃO APRESENTAR FERRUGEM OU ESTAREM AMASSADAS. PRAZO DE VALIDADE: 18 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: 60 DIAS DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	57,5400

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 09.41.25**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.51.26**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 45 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 57,5400.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

46 Val. Ref. Total: 2.682,00

Item: 46 Quant.: 300,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 2.682,0000

GOIABA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	8,9000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	**27/06/2024 08.32.43**
Lances Declaro iniciada a fase de LANCES.	**27/06/2024 09.48.39**
Abertura de Vistas Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	**27/06/2024 09.58.40**
Habilitação Fase alterada para HABILITAÇÃO. Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	**27/06/2024 10.40.44**
Intenção de Recurso Não houve manifestação de recurso para o lote.	**27/06/2024 12.15.19**
Adjudicação Enviada para próxima fase. Declaro adjudicado o pregão do lote 46 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 8,9000.	**27/06/2024 12.15.19**

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

47 Val. Ref. Total: 1.272,00

Item: 47 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1.272,0000

HORTELA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,2000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	**27/06/2024 08.32.43**
Lances Declaro iniciada a fase de LANCES.	**27/06/2024 09.48.39**
Abertura de Vistas Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	**27/06/2024 09.58.40**
Habilitação Fase alterada para HABILITAÇÃO. Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	**27/06/2024 10.40.44**
Intenção de Recurso Não houve manifestação de recurso para o lote.	**27/06/2024 12.15.19**
Adjudicação Enviada para próxima fase. Declaro adjudicado o pregão do lote 47 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 4,2000.	**27/06/2024 12.15.19**

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

48 Val. Ref. Total: 11.550,00

Item: 48 Quant.: 2500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 11.550,0000

LARANJA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,6000
Licitante 02	4,6000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.48.39**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,0000
Licitante 01	Último Lance	2,9900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 09.58.40**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 48 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

49 Val. Ref. Total: 30.960,00

Item: 49 Quant.: 2000,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 30.960,0000

LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, EMBALAGEM COM 400G

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	15,4000
Licitante 02	15,4000
Licitante 03	15,4800

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.48.39**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	14,8000
Licitante 01	Último Lance	13,9000
Licitante 03	Último Lance	13,8900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.04.40**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 49 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 13,8900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

50 Val. Ref. Total: 1.530,00

Item: 50 Quant.: 50,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1.530,0000

LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE, 380G A 400G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	30,5000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	**27/06/2024 08.32.43**
Lances Declaro iniciada a fase de LANCES.	**27/06/2024 09.48.39**
Abertura de Vistas Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	**27/06/2024 09.58.40**
Habilitação Fase alterada para HABILITAÇÃO. Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	**27/06/2024 10.40.44**
Intenção de Recurso Não houve manifestação de recurso para o lote.	**27/06/2024 12.15.19**
Adjudicação Enviada para próxima fase. Declaro adjudicado o pregão do lote 50 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 30,5000.	**27/06/2024 12.15.19**

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

51 Val. Ref. Total: 714,00

Item: 51 Quant.: 150,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 714,0000

LIMAO GALEGO OU TAHITI, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,7500
Licitante 02	4,7600

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.53**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 01	Último Lance	4,5000
Licitante 02	Último Lance	4,7000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.54**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 51 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 4,5000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

52 Val. Ref. Total: 244,00

Item: 52 Quant.: 100,00 Unidade: PACOTE Val. Ref.: 244,0000

LOURO EM FOLHAS, DESIDRATADO, EMBALAGEM COM 5 G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	2,4400
Licitante 02	2,4000
Licitante 03	2,4400

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.53**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	1,3800
Licitante 03	Último Lance	1,3700
Licitante 01	Último Lance	1,4000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 52 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 1,3700.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

53 Val. Ref. Total: 24.825,00

Item: 53 Quant.: 2500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 24.825,0000

MAÇÃ FUJI, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	9,9000
Licitante 02	9,9000
Licitante 03	9,9300

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	5,9000
Licitante 01	Último Lance	5,8900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 53 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 5,8900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

54 Val. Ref. Total: 4.344,00

Item: 54 Quant.: 800,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.344,0000

MACARRÃO ALETRIA OU CABELO DE ANJO, EMBALAGEM COM 500G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,4000
Licitante 02	5,4000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	5,2000
Licitante 01	Último Lance	5,0000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 54 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 5,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

55 Val. Ref. Total: 2.262,00

Item: 55 Quant.: 600,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2.262,0000

MACARRÃO FINO, ESPAGUETE, SÊMOLA SEM OVOS, EMBALAGEM COM 500 G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,7700
Licitante 02	3,7000
Licitante 03	3,7500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	2,8500
Licitante 02	Último Lance	3,5000
Licitante 01	Último Lance	2,9300
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.03.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 55 para o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA com o valor de R$ 2,8500.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

56 Val. Ref. Total: 3.744,00

Item: 56 Quant.: 800,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 3.744,0000

MACARRÃO PARAFUSO INTEGRAL, GRANO DURO, EMBALAGEM COM 500 G

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	4,6800
Licitante 02	4,6500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	4,0000
Licitante 01	Último Lance	4,2700
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 56 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 4,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

57 Val. Ref. Total: 18.280,00

Item: 57 Quant.: 2000,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 18.280,0000

MAMÃO COMUM, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	9,1000
Licitante 02	9,1000
Licitante 03	9,1400

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	6,7000
Licitante 03	Último Lance	7,9900
Licitante 01	Último Lance	6,6900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 57 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 6,6900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

58 Val. Ref. Total: 13.065,00

Item: 58 Quant.: 1500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 13.065,0000

MANGA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	8,7000
Licitante 02	8,7000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	7,2500
Licitante 01	Último Lance	7,2400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 58 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 7,2400.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

59 Val. Ref. Total: 4.800,00

Item: 59 Quant.: 400,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.800,0000

MANTEIGA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MANTEIGA SEM SAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, OBTIDA DO CREME DE LEITE (NATA) PADRONIZADO, PASTEURIZADO E MATURADO, COM 200G, EMBALAGENS RETANGULARES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, LOTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SIF/ DIPOA. VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 2 MESES.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	12,0000
Licitante 02	11,9800

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	10,0000
Licitante 01	Último Lance	11,0000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 59 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 10,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

60 Val. Ref. Total: 14.280,00

Item: 60 Quant.: 4000,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 14.280,0000

MELANCIA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,5600
Licitante 02	3,5500
Licitante 03	3,5500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 09.51.54**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,0000
Licitante 03	Último Lance	3,4000
Licitante 01	Último Lance	2,9900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.01.55**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 60 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 2,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

61 Val. Ref. Total: 2.505,00

Item: 61 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2.505,0000

MELAO, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	8,3000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	**27/06/2024 08.32.43**
Lances Declaro iniciada a fase de LANCES.	**27/06/2024 10.02.10**
Abertura de Vistas Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	**27/06/2024 10.12.11**
Habilitação Fase alterada para HABILITAÇÃO. Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	**27/06/2024 10.40.44**
Intenção de Recurso Não houve manifestação de recurso para o lote.	**27/06/2024 12.15.19**
Adjudicação Enviada para próxima fase. Declaro adjudicado o pregão do lote 61 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 8,3000.	**27/06/2024 12.15.19**

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

62 Val. Ref. Total: 1.185,00

Item: 62 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1.185,0000

MILHO DE PIPOCA, EMBALAGEM 500G

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,9500
Licitante 02	3,9500
Licitante 03	3,9000
Licitante 04	3,9500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.02.10**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,5000
Licitante 04	Último Lance	3,6900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 62 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 3,5000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

63 Val. Ref. Total: 4.540,00

Item: 63 Quant.: 400,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.540,0000

MORANGO, BANDEJA COM 250G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	11,3000
Licitante 02	11,3000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.43**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.02.10**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 01	Último Lance	10,0000
Licitante 02	Último Lance	9,9900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 63 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 9,9900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

64 Val. Ref. Total: 9.450,00

Item: 64 Quant.: 1500,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 9.450,0000

OLEO DE SOJA, EMBALAGEM COM 900 ML

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,3000
Licitante 02	6,2500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 10.02.10**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Licitante 01	Último Lance 6,2000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 64 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 6,2000.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

65 Val. Ref. Total: 137,40

Item: 65 Quant.: 60,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 137,4000

ORÉGANO, DESIDRATADO, EMBALAGEM COM 5 G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	2,2900
Licitante 02	2,2500
Licitante 03	2,2500
Licitante 04	2,2900

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.02.10**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	1,1500
Licitante 04	Último Lance	1,1900
Licitante 01	Último Lance	1,4000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 65 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 1,1500.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

66 Val. Ref. Total: 17.700,00

Item: 66 Quant.: 2000,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 17.700,0000

OVOS DE GALINHA, VERMELHOS, LIMPOS E NÃO TRINCADOS, REGISTRADO EM ÓRGÃO COMPETENTE, EMBALAGEM COM 1 DÚZIA. A VALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ SER SUPERIOR A 15 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	8,8400
Licitante 02	8,8500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.02.10**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 01	Último Lance	8,7000
Licitante 02	Último Lance	8,7400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 66 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 8,7000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

67 Val. Ref. Total: 3.500,00

Item: 67 Quant.: 2500,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 3.500,0000

PÃO TIPO MINUTO, EM FORMATO MINI (APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE), PRONTO PARA CONSUMO, COM CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS, SEM RANÇO, UMIDADE OU SINAL DE BOLOR, ENTREGAS SEM ATRASO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA E TRANSPARENTE, APRESENTANDO ROTULAGEM CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SEM AÇÚCAR NA COMPOSIÇÃO.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	1,3500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 10.02.10**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.44**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 67 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 1,3500.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

68 Val. Ref. Total: 4.568,00

Item: 68 Quant.: 800,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 4.568,0000

PEPINO SALADA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,7000
Licitante 02	5,6800
Licitante 03	5,7000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.02.10**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	3,6000
Licitante 03	Último Lance	4,8000
Licitante 01	Último Lance	3,5900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 68 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 3,5900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

69 Val. Ref. Total: 3.606,00

Item: 69 Quant.: 300,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 3.606,0000

PERA, IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	12,0200
Licitante 02	12,0200

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.02.10**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 01	Último Lance	11,4900
Licitante 02	Último Lance	11,3500
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 69 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 11,3500.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

70 Val. Ref. Total: 4.740,00

Item: 70 Quant.: 500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 4.740,0000

PIMENTAO VERDE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	9,4500
Licitante 02	9,4800

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.02.10**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 01	Último Lance	9,0000
Licitante 02	Último Lance	9,4400
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.12.11**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 70 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 9,0000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

71 Val. Ref. Total: 11.500,00

Item: 71 Quant.: 2000,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 11.500,0000

POLVILHO AZEDO: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DA MANDIOCA. EMBALAGEM DE POLIETILENO DE 500G. ISENTO DE MATERIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS VIVOS OU MORTOS. PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,7500
Licitante 02	5,7000
Licitante 03	5,7000
Licitante 04	5,7500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.07**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	3,8000
Licitante 02	Último Lance	5,0000
Licitante 04	Último Lance	3,8900
Licitante 01	Último Lance	5,1500
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.36.08**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 71 para o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA com o valor de R$ 3,8000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

72 Val. Ref. Total: 3.380,00

Item: 72 Quant.: 500,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 3.380,0000

POLVILHO DOCE: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DA MANDIOCA. EMBALAGEM DE POLIETILENO DE 500G. ISENTO DE MATERIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS VIVOS OU MORTOS. PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,7600
Licitante 02	6,7500
Licitante 03	6,7000
Licitante 04	6,7600

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.07**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	3,2000
Licitante 02	Último Lance	3,6900
Licitante 04	Último Lance	3,2900
Licitante 01	Último Lance	4,6300
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.32.08**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 72 para o licitante PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA com o valor de R$ 3,2000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

73 Val. Ref. Total: 11.196,00

Item: 73 Quant.: 600,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 11.196,0000

QUEIJO MUSSARELA FATIADO, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, 300G.

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	18,6600
Licitante 02	18,5000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.07**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	15,5000
Licitante 01	Último Lance	16,0000
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.24.08**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 73 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 15,5000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

74 Val. Ref. Total: 4.564,00

Item: 74 Quant.: 700,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.564,0000

REPOLHO ROXO, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	6,5000
Licitante 02	6,5200
Licitante 03	6,5200

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.07**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	6,4500
Licitante 03	Último Lance	6,4000
Licitante 01	Último Lance	6,3900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.24.08**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 74 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 6,3900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

75 Val. Ref. Total: 4.240,00

Item: 75 Quant.: 800,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.240,0000

REPOLHO VERDE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,2500
Licitante 02	5,3000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.07**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	5,2000
Licitante 01	Último Lance	5,1900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.24.08**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 75 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 5,1900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

76 Val. Ref. Total: 805,00

Item: 76 Quant.: 500,00 Unidade: PACOTE Val. Ref.: 805,0000

SAL REFINADO, IODADO EMBALAGEM COM 1KG

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	1,6100
Licitante 02	1,6000
Licitante 03	1,5500

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.07**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	1,3900
Licitante 02	Último Lance	1,3500
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.28.08**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 76 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 1,3500.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

77 Val. Ref. Total: 969,00

Item: 77 Quant.: 300,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 969,0000

SALSINHA, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	3,2000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	
Lances	**27/06/2024 10.14.07**
Declaro iniciada a fase de LANCES.	
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.24.08**
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**
Fase alterada para HABILITAÇÃO.	
Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**
Não houve manifestação de recurso para o lote.	
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**
Enviada para próxima fase.	
Declaro adjudicado o pregão do lote 77 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 3,2000.	

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

78 Val. Ref. Total: 10.710,00

Item: 78 Quant.: 1500,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 10.710,0000

TANGERINA COMUM E/OU POCÃ, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	7,1000
Licitante 02	7,1000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.07**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	4,5000
Licitante 01	Último Lance	4,4900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.24.08**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 78 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 4,4900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

79 Val. Ref. Total: 10.356,00

Item: 79 Quant.: 1200,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 10.356,0000

TOMATE, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	8,6000
Licitante 02	8,6000
Licitante 03	8,6000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	4,5000
Licitante 03	Último Lance	6,9000
Licitante 01	Último Lance	4,4900
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.24.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 79 para o licitante 55.529.305 SANDRA DA CUNHA com o valor de R$ 4,4900.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

80 Val. Ref. Total: 4.584,00

Item: 80 Quant.: 800,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 4.584,0000

UVA PASSA: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 19 (DECRETO 12.342/78) E RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013. INGREDIENTES MÍNIMOS: UVA PASSA ESCURA SEM SEMENTE. PODENDO CONTER OUTROS INGREDIENTES, DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO, QUE SEJAM DECLARADOS E QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO, SER ISENTO DE GORDURA TRANS, AÇÚCAR E EDULCORANTES. DEVERÁ APRESENTAR ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS, FUNGOS, LEVEDURAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. EMBALAGEM PRIMÁRIA INDIVIDUAL: SACHÊ PLÁSTICO ATÓXICO COM PESO DO PRODUTO DRENADO COM NO MÍNIMO 80G

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	5,7300
Licitante 02	5,7300

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 02	Último Lance	4,9000
Licitante 01	Último Lance	4,9100
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.24.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante Lyures Crisanto pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 80 para o licitante Lyures Crisanto com o valor de R$ 4,9000.		

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

81 Val. Ref. Total: 1.536,00

Item: 81 Quant.: 100,00 Unidade: QUILO Val. Ref.: 1.536,0000

VAGEM, IN NATURA. DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITAS CONDICOES DE MATURACAO E CONSERVACAO

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	15,3000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial
Aguardando Abertura de Propostas Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.	**27/06/2024 08.32.44**
Lances Declaro iniciada a fase de LANCES.	**27/06/2024 10.14.08**
Abertura de Vistas Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.	**27/06/2024 10.24.09**
Habilitação Fase alterada para HABILITAÇÃO. Habilitado o licitante JOSE NEI KOCH pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .	**27/06/2024 10.40.45**
Intenção de Recurso Não houve manifestação de recurso para o lote.	**27/06/2024 12.15.19**
Adjudicação Enviada para próxima fase. Declaro adjudicado o pregão do lote 81 para o licitante JOSE NEI KOCH com o valor de R$ 15,3000.	**27/06/2024 12.15.19**

Nº Ata: **1**
Nº Edital: **68/2024**
Nº Processo: **68/2024**
Objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS), conforme especificação - ANEXO, do Edital.**

82 Val. Ref. Total: 131,50

Item: 82 Quant.: 50,00 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 131,5000

VINAGRE DE ALCOOL, EMBALAGEM COM 900ML

Propostas Iniciais

Fornecedor (apelido)	Valor
Licitante 01	2,6300
Licitante 02	2,6000
Licitante 03	2,6000

Eventos do Lote

Evento	Data/Hora inicial	
Aguardando Abertura de Propostas	**27/06/2024 08.32.44**	
Declaro iniciada a fase de AGUARDANDO ABERTURA DE PROPOSTAS.		
Lances	**27/06/2024 10.14.08**	
Declaro iniciada a fase de LANCES.		
Licitante 03	Último Lance	2,2400
Licitante 02	Último Lance	2,2000
Licitante 01	Último Lance	2,5100
Abertura de Vistas	**27/06/2024 10.28.09**	
Declaro iniciada a fase de ABERTURA DE VISTAS.		
Habilitação	**27/06/2024 10.40.45**	
Fase alterada para HABILITAÇÃO.		
Habilitado o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA pelo motivo: Documentos de habilitação estão de acordo com as exigências do Edital. .		
Intenção de Recurso	**27/06/2024 12.15.19**	
Não houve manifestação de recurso para o lote.		
Adjudicação	**27/06/2024 12.15.19**	
Enviada para próxima fase.		
Declaro adjudicado o pregão do lote 82 para o licitante DIVISION ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 2,2000.		

Nada mais a tratar, o Pregoeiro encerrou a sessão pública de pregão eletrônico, agradecendo a participação de todos e fez lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai ser assinada pela equipe.

Pregoeiro: Joice Aparecida Costa

Membro da Equipe:Marli Klitzke Schmidt

Membro da Equipe:Sérgio Dário Pasquali

Biguaçu

Prefeitura

PORTARIA Nº 3114/2024

Publicação Nº 6132073

PORTARIA nº 3114 de 27 de junho de 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) REGINA MIRANDA ROZAR, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II 40HS-EDUCAÇÃO INFANTIL lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, a partir de 17/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3115/2024

Publicação Nº 6132075

PORTARIA nº 3115/2024

Revoga Portaria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.
RESOLVE:
Art. 1º Revogar, a partir de 01/07/2024, a Portaria nº 2765 de 04 de julho de 2023, do(a) servidor(a) MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO II, que prorroga a Licença para Tratar de Interesses Particulares.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3116/2024

Publicação Nº 6132080

PORTARIA nº 3116/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDREA FLORENCIO DE OLIVEIRA GERBER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 11129/2024 em anexo, no período de 12/03/2024 a 13/05/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3117/2024

Publicação Nº 6132081

PORTARIA nº 3117/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDREA FLORENCIO DE OLIVEIRA GERBER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR AUXILIAR DE SALA

– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11129/2024 em anexo, no período de 27/05/2024 a 27/05/2024.

Biguaçu, 26 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3118/2024

Publicação Nº 6132084

PORTARIA nº 3118/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, TRÂNSITO, DEFESA CIVIL E DO CONSUMIDOR, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 10954/2024 em anexo, no período de 25/05/2024 a 27/05/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3119/2024

Publicação Nº 6132086

PORTARIA nº 3119/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, TRÂNSITO, DEFESA CIVIL E DO CONSUMIDOR, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10954/2024 em anexo, no período de 02/05/2024 a 03/05/2024, e 05/06/2024 a 05/06/2024.

Biguaçu, 26 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3120/2024

Publicação Nº 6132088

PORTARIA nº 3120/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), VANESSA SUELI SODRE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 11291/2024 em anexo, no período de 10/06/2024 a 14/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3121/2024

Publicação Nº 6132089

PORTARIA nº 3121/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ROBSON FRANK, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III 40HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 11160/2024 em anexo, no período de 08/06/2024 a 13/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3122/2024

Publicação Nº 6132091

PORTARIA nº 3122/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), STEPHANIE FORTUNATO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 11582/2024 em anexo, no período de 10/06/2024 a 13/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3123/2024

Publicação Nº 6132093

PORTARIA nº 3123/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ARETUZA FIRMINO, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR 30HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11360/2024 em anexo, no período de 10/06/2024 a 13/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3124/2024

Publicação Nº 6132097

PORTARIA nº 3124/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), PATRICIA TOMAZIA GOES MUNIZ DA SILVA, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR II 40HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11607/2024 em anexo, no período de 13/06/2024 a 17/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3125/2024

Publicação Nº 6132099

PORTARIA nº 3125/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA CAROLINE SOARES MALDONADO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11224/2024 em anexo, no período de 27/05/2024 a 06/07/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3126/2024

Publicação Nº 6132103

PORTARIA nº 3126/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA PAULA DE SOUZA MULLER, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10152/2024 em anexo, no período de 22/05/2024 a 20/07/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3127/2024

Publicação Nº 6132128

PORTARIA nº 3127/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), GINO CESAR SARAIVA, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO ESPECIALISTA I (ENDODONTIA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11157/2024 em anexo, no período de 06/05/2024 a 08/05/2024, e 27/05/2024 a 29/05/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3128/2024

Publicação Nº 6132132

PORTARIA nº 3128/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), SILVANA CRISTINA LIMA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11125/2024 em anexo, no período de 27/05/2024 a 29/05/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3129/2024

Publicação Nº 6132136

PORTARIA nº 3129/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), CELIA ABREU DOS SANTOS PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10862/2024 em anexo, no período de 16/04/2024 a 17/04/2024, e 15/05/2024 a 16/05/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3130/2024

Publicação Nº 6132138

PORTARIA nº 3130/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), MARCIA ANO BOM CABRAL BARBOSA, ocupante do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS 40HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11347/2024 em anexo, no período de 04/06/2024 a 05/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3131/2024

Publicação Nº 6132140

PORTARIA nº 3131/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ALEXSANDRA BATISTA JOAO PORTELA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11352/2024 em anexo, no período de 11/06/2024 a 14/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3132/2024

Publicação Nº 6132143

PORTARIA nº 3132/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ISRAEL SAULO DE BRITO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11220/2024 em anexo, no período de 09/05/2024 a 09/05/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3133/2024

Publicação Nº 6132147

PORTARIA nº 3133/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSA ELIZABETH SAVEDRA PERES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11610/2024 em anexo, no período de 11/06/2024 a 12/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3134/2024

Publicação Nº 6132150

PORTARIA nº 3134/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSA ELIZABETH SAVEDRA PERES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 11611/2024 em anexo, no período de 11/06/2024 a 14/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3135/2024

Publicação Nº 6132153

PORTARIA nº 3135/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), LUIZA LINS SOUZA ROCHA, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 12311/2024 em anexo, no período de 04/05/2024 a 10/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3136/2024

Publicação Nº 6132156

PORTARIA nº 3136/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), MABEL PINHEIRO LABANOWSKI, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12281/2024 em anexo, no período de 24/06/2024 a 23/08/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3137/2024

Publicação Nº 6132159

PORTARIA nº 3137/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), ADRIANE TEREZINHA CORDEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II 40HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12320/2024 em anexo, no período de 19/06/2024 a 21/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3138/2024

Publicação Nº 6132163

PORTARIA nº 3138/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a), VALBIA DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR 30HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12313/2024 em anexo, no período de 20/06/2024 a 24/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3139/2024

Publicação Nº 6132169

PORTARIA nº 3139 de 27 de junho de 2024
Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) DALVA SANTOS DAS MERCES, ocupante do cargo efetivo de ORIENTADOR SOCIAL 40HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.
Art. 2º O (a) servidor (a) terá sua jornada de trabalho fixada em 30 horas semanais, no período de 27/06/2024 a 28/02/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3140/2024

Publicação Nº 6132171

PORTARIA nº 3140 de 27 de junho de 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, CAROLINE ROHENKOHL, ocupante do cargo de provimento efetivo de MEDICO ESPECIALISTA III (ORTOPEDISTA), na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 24/06/2024 a 21/12/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3141/2024

Publicação Nº 6132369

PORTARIA nº 3141 de 27 de junho de 2024
Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) ALESSANDRO TARGINO JORGE, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAUDE I, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10665, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.
Art. 2º O período de concessão da licença política é de 06/07/2024 a 06/10/2024.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 06/07/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3142/2024

Publicação Nº 6132373

PORTARIA nº 3142 de 27 de junho de 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) MANOEL BEZERRA DA SILVA NETO, ocupante do cargo temporário de GUARDA PATRIMONIAL lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Defesa Civil e do Consumidor, do quadro de pessoal desta Municipalidade, a partir de 26/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3143/2024

Publicação Nº 6133225

PORTARIA nº 3143 de 27 de junho de 2024
Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) MARILDA PEREIRA, detentor do cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, para exercer a Função de Confiança de COORDENADOR UBS 18 – JARDIM CARANDAÍ, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011 a partir de 26/06/2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus são retroativos 26/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3144/2024

Publicação Nº 6133228

PORTARIA nº 3144 de 27 de junho de 2024
Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) GILSON APARECIDO DE SOUZA, detentor do cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM (30HS), para exercer a Função de Confiança de GERENTE DA POLICLÍNICA, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011 a partir de 05/06/2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus são retroativos 05/06/2024.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

CONVOCAÇÃO Nº 118 EDITAL 001/2022 - SEMAD

Publicação Nº 6131978

PREFEITURA DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO SEMAD Nº 118 – Edital 001/2022

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso das atribuições, **CONVOCA** os candidatos aprovados no **Processo Seletivo SEMAD Edital 001/2022**, abaixo relacionados para comparecer na Secretaria da Saúde - Prédio Boulevard Biguaçu – Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 68 – Centro - BIGUAÇU – SC, **até o dia 1º de julho de 2024**, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará o contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 27 de junho de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40H

098 – ANA JÚLIA CHOPTIAN DE ALMEIDA

CARGO: ENFERMEIRO II – 40H

062 – THAMYRIS PRATES BORGES
063 – PAMELA DA SILVA ALVES
064 – CLARISTELA DA CUNHA POLETTO
065 – PATRICIA GASPAR DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 68
Bairro Centro – Biguaçu – CEP 88.160-130
Telefone (48) 3039-8500 E-mail: rhsmsbigua@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 111/2024 - EXONERAÇAO CAROLINA MACHADO RECH

Publicação Nº 6132040

PORTARIA Nº 111/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, a Sr. **Carolina Machado Rech** do cargo em comissão de Assessoria Parlamentar, Nível II – no Gabinete do Vereador João Luiz Luz.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N° 113/2024 - EXONERAÇÃO ARIEL AMARILDO DO NASCIMENTO

Publicação Nº 6132319

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 113/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, o Sr. **Ariel Amarildo do Nascimento** do cargo em comissão de Diretor(a) de Serviços Gerais e Manutenção Predial.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N° 114/2024 - EXONERAÇÃO CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA JÚNIOR

Publicação Nº 6132470

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 114/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, o Sr. **Carlos Alberto da Silveira Júnior** do cargo em comissão de Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Aperfeiçoamento Digital.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N° 116/2024 - EXONERAÇÃO FRANCIELE VELASCO

Publicação Nº 6132549

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 116/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, a Sra. **Franciele Velasco** do cargo em comissão de Diretor(a) da Câmara Mirim e Parlamento Jovem.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N° 117/2024 - EXONERAÇÃO ISABELLA NUNES MULLER

Publicação Nº 6132584

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 117/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, a Sra. **Isabella Nunes Muller** do cargo em comissão de Diretor(a) de Licitações, Compras e Contratos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N° 120/2024 - EXONERAÇÃO SEBASTIÃO JADIR GONÇALVES ARAÚJO

Publicação Nº 6132688

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 120/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, o Sr. **Sebastião Jadir Gonçalves de Araújo** do cargo em comissão de Diretor(a) do Balcão da Cidadania.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N°112/2024 - EXONERAÇÃO ANDREIA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 6132252

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 112/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, a Sra. **Andreia de Oliveira** do cargo em comissão de Diretor(a) de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N°115/2024 - EXONERAÇÃO CLÉBER DE MIRANDA

Publicação Nº 6132513

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 115/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, o Sr. **Cléber de Miranda** do cargo em comissão de Assessor(a) de Comissões e de Trâmite de Proposições.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N°118/2024 - EXONERAÇÃO JAQUELINE GONÇALVES MOREIRA

Publicação Nº 6132608

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 118/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, a Sra. **Jaqueline Gonçalves Moreira** do cargo em comissão de Assessor(a) de Assuntos Comunitários.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA N°119/2024 - TAINA ALVES DE OLIVEIRA

Publicação Nº 6132641

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

PORTARIA Nº 119/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 28 de junho de 2024, a Sra. **Taina Alves de Oliveira** do cargo em comissão de Assessor(a) Executivo(a) da Câmara Mirim e Parlamento Jovem.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 28 de junho de 2024.

Vereador Douglas Fernandes de Souza
Presidente

cmb.sc.gov.br
R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152
Telefone: (48) 3243-4233

Blumenau

Prefeitura

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25015/2024

Publicação Nº 6132000

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0010442-43.2024.1.03.0799-0004 contra JUVENAL MADUREIRA TAVARES, devido ao tipo de ocorrência: atividade em área privada ocorrida no endereço RAUL DEEKE 447 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25010 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 6 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25008, pois verificou-se que a licença para exercer atividade não foi apresentada , sendo aplicada a Multa de 0,20 VRU, cujo valor corresponde a R$550,46 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 6 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25023/2024

Publicação Nº 6132035

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0012298-42.2024.1.03.0799-0008 contra ALACID KRAUS, devido ao tipo de ocorrência: execução de calçada ocorrida no endereço MAX MAUL S/N emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25019 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso III do Art. 57 e Inciso IV do Art. 92 e Art 96 e Inciso II do Art. 97 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25017, pois verificou-se que deixou de executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote e/ou de apresentar a devida autorização, sendo aplicada a Multa de 3,00 VRU, cujo valor corresponde a R$8256,84 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25038/2024

Publicação Nº 6132055

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0012362-52.2024.1.03.0799-0008 contra ALACID KRAUS, devido ao tipo de ocorrência: execução de calçada ocorrida no endereço MAX MAUL 600 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25027 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso III do Art. 57 e Inciso IV do Art. 92 e Art 96 e Inciso II do Art. 97 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25025, pois verificou-se que deixou de executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote e/ou de apresentar a devida autorização, sendo aplicada a Multa de 3,00 VRU, cujo valor corresponde a R$8256,84 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25081/2024

Publicação Nº 6132213

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0007746-34.2024.1.03.0799-0008 contra CHARLOTTE INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA, devido ao tipo de ocorrência: manutenção e reparos na calçada ocorrida no endereço GUSTAVO ZIMMERMANN 3473 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25063 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso III do Art. 57 e Inciso IV do Art. 92 e Art 96 e Inciso II do Art. 97 e Item 36 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25061, pois verificou-se que deixou de reparar a calçada pública, sendo aplicada a Multa de 3,00 VRU, cujo valor corresponde a R$8256,84 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 36 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25096/2024

Publicação Nº 6132317

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0017332-95.2024.1.03.0799-0008 contra K & K ADMINISTRADORA DE BENS E SERVICOS LTDA, devido ao tipo de ocorrência: capim junto às divisas ocorrida no endereço G. ARTHUR KOEHLER S/N emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25092 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso III do Art. 57 e Inciso IV do Art. 92 e Art 96 e Inciso II do Art. 97 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25090, pois verificou-se que não foi realizada a roçada do capim junto a faixa de 2 metros nas divisas do lote , sendo aplicada a Multa de 6,00 VRU, cujo valor corresponde a R$16513,68 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25104/2024

Publicação Nº 6132432

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0006061-89.2024.1.03.0799-0008 contra IRENE BACHMANN, devido ao tipo de ocorrência: capim junto às divisas ocorrida no endereço CARLOS KATH 470 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25100 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso III do Art. 57 e Inciso IV do Art. 92 e Art 96 e Inciso II do Art. 97 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25098, pois verificou-se que não foi realizada a roçada do capim junto a faixa de 2 metros nas divisas do lote , sendo aplicada a Multa de 6,00 VRU, cujo valor corresponde a R$16513,68 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

LEI Nº 9.552/2024

Publicação Nº 6133401

LEI Nº 9.552, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

DENOMINA DE RUA GERHARD JANSEN, VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO TESTO SALTO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Gerhard Jansen, a via pública localizada no lado par da rua Werner Duwe, ao lado da casa de n° 4.210, descrita como rua inominada cadastrada sob n° 2.471, com 80,00 (oitenta) metros de extensão, no Bairro Testo Salto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 9.553/2024

Publicação Nº 6133402

LEI Nº 9.553, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

DENOMINA DE "RALF EGON WILLECKE" E "THEA WILLECKE", VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO SALTO DO NORTE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As vias públicas descritas nos incisos deste artigo, localizadas no Bairro Salto do Norte, ficam assim denominadas:

I - Rua RALF EGON WILLECKE, a via pública localizada no lado par da rua Tapajós, distando 30,00 metros da casa nº 610, descrita como rua "A" do loteamento Residencial Tapajós, cadastrada sob nº 4.515, com 194,00 (cento e noventa e quatro) metros de extensão.

II - Rua THEA WILLECKE, a via pública localizada no lado ímpar da rua ora denominada de rua Ralf Egon Willecke, ao lado dos lotes 19 e 22, descrita como rua "B" do loteamento Residencial Tapajós, cadastrada sob nº 4.516, com 55,00 (cinquenta e cinco) metros de extensão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 9.554/2024

Publicação Nº 6133403

LEI Nº 9.554, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

DENOMINA DE "GUSTAV HERTEL", PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO FIDÉLIS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de "Gustav Hertel" a Praça Pública localizada na Rua Theodoro Pasold, no bairro Fidélis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 9.555/2024

Publicação Nº 6133404

LEI Nº 9.555, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 26 DA LEI Nº 8.362, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016, PARA INSTITUIR A SEMANA MUNICIPAL DO TRÂNSITO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 8.362, de 9 de dezembro de 2016, que "Dispõe sobre o Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau e consolida a legislação municipal referente a eventos, datas comemorativas e feriados do Município", passa a vigorar acrescido do inciso

XVI, com a seguinte redação:

"Art. 26. [...]
[...]
XVI - Semana Municipal do Trânsito, na terceira semana." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.422/2024

Publicação Nº 6133405

DECRETO Nº 15.422, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:
Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante no Anexo Único deste Decreto, no valor de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), realizada e não processada em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Direta do Município de Blumenau.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER
1606 – DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
Atividade 16.06.23.695.0033.2543 – Manut. Ativ. Diretoria Administrativo –Financeira da Sectur
Modalidade 3.3.90 (766) Aplicações Diretas R$ 13.800,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.422/2024 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 6133410

ANEXO ÚNICO

CREDOR:	SMART FILMES LTDA CNPJ: 24.829.641/0001-11
DOCUMENTO:	Projeto 1076-Natal 2023 (Proposta 3718)/Contrato n.° 2019/090
DATA:	Dezembro de 2023
ORIGEM DA DESPESA:	Captação, Edição e Finalização de material audiovisual em alta qualidade de som e imagem. Finalização em Formato FULL HD. Disponibilização em formatos digitais. Mídia: Portal interno, redes sociais. Adequação para Redes Sociais. Datas: a definir. Local: Parque Vila Germânica. Horário: a definir. Material: Cobertura de Natal 2023.
DOTAÇÃO:	766
FONTE DE RECURSO:	1500.7000000
VALOR:	R$ 12.000,00
CREDOR:	CRIAÇÃO PROGPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA CNPJ: 82.123.266/0001-96

DOCUMENTO:	Projeto 1076-Natal 2023 (Proposta 3718)/Contrato n.° 2019/090
DATA:	Dezembro de 2023
ORIGEM DA DESPESA:	Honorários referentes ao Projeto 1076-Natal 2023 (Proposta 3718) - Cobertura de Natal 2023.
DOTAÇÃO:	766
FONTE DE RECURSO:	1500.7000000
VALOR:	R$ 1.800,00
TOTAL A RECONHECER:	R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 21 de junho de 2024.

MARCELO GREUEL
Secretário de Turismo e Lazer
Secretaria Municipal de Turismo e Lazer

DECRETO Nº 15.423/2024

Publicação Nº 6133415

DECRETO Nº 15.423, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal
nº 9.460, de 01 de dezembro de 2023,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de
R$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 31.01.10.301.0060.2593 – Alimentação e Nutrição
Modalidade 3.3.93 (87) Aplicações Diretas R$ 100.000,00
Fonte de Recursos 1500. 1002000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 31.01.10.301.0060.2593 – Alimentação e Nutrição
Modalidade 3.3.90 (85) Aplicações Diretas R$ 100.000,00
Fonte de Recursos 1500. 1002000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.424/2024

Publicação Nº 6133418

DECRETO Nº 15.424, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município,

promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.460, de 01 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R$ 728.682,34 (setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

31– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 31.01.10.122.0041.2490 – Manut. das Atividades Administrativas e Gestão
Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas R$ 84.478,50
Fonte de Recursos 1500. 1002000
Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – Manutenção da Atenção Primária
Modalidade 3.3.90 (187) Aplicações Diretas R$ 500.000,00
Fonte de Recursos 2621. 7000022
Atividade 31.01.10.302.0059.2181– SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência Modalidade 3.3.90 (95) Aplicações Diretas R$ 50.000,00
Fonte de Recursos 1500. 1002000
Atividade 31.01.10.302.0059.2184 – CEREST – Centro de Refer. Em Saúde do Trabalhador Modalidade 3.3.90 (102) Aplicações Diretas R$ 1.518,84
Fonte de Recursos 1600. 7000023
Atividade 31.01.10.302.0059.2594 – Manutenção da Atenção Especializada
Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R$ 50.000,00
Fonte de Recursos 1500. 1002000
Atividade 31.01.10.304.0062.2390 – Vigilância Sanitária e Ambiental
Modalidade 3.3.90 (151) Aplicações Diretas R$ 42.685,00
Fonte de Recursos 1759. 7000025

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

31– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 31.01.10.122.0041.2490 – Manut. das Atividades Administrativas e Gestão
Modalidade 3.3.91 (17) Aplicações Diretas R$ 50.000,00
Modalidade 3.3.93 (18) Aplicações Diretas R$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas R$ 24.478,50
Fonte de Recursos 1500. 1002000
Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – Manutenção da Atenção Primária
Modalidade 4.4.90 (188) Aplicações Diretas R$ 500.000,00
Fonte de Recursos 2621. 7000022
Atividade 31.01.10.302.0059.2181– SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência Modalidade 4.4.90 (98) Aplicações Diretas R$ 50.000,00
Fonte de Recursos 1500. 1002000
Atividade 31.01.10.302.0059.2184 – CEREST – Centro de Refer. Em Saúde do Trabalhador Modalidade 3.3.91 (103) Aplicações Diretas R$ 1.518,84
Fonte de Recursos 1600. 7000023
Atividade 31.01.10.302.0059.2594 – Manutenção da Atenção Especializada
Modalidade 4.4.93 (139) Aplicações Diretas R$ 50.000,00
Fonte de Recursos 1500. 1002000
Atividade 31.01.10.304.0062.2390 – Vigilância Sanitária e Ambiental
Modalidade 4.4.93 (155) Aplicações Diretas R$ 42.685,00
Fonte de Recursos 1759. 7000025

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.425/024

Publicação Nº 6133420

DECRETO Nº 15.425, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

REVOGA O DECRETO Nº 15.416, DE 21 DE JUNHO DE 2024, que "ABRE CREDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.460, de 01 de dezembro de 2023, e atendendo ao Processo Digital nº 0074648-70.2024.1.18.0501-0001,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 15.416,
de 21 de junho de 2024, que "abre creditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal da Saúde".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.427/2024

Publicação Nº 6133421

DECRETO Nº 15.427, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL SITUADO NA RUA ORLEANS, BAIRRO VELHA, INSCRITO NO CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL SOB Nº 4.1.22.0031.0012, DESTINADO À EXPANSÃO DO PARQUE VILA GERMÂNICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer, objeto do Processo Digital nº 0035657-66.2024.1.02.0502-0000,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel contendo 352,00m², localizado à Rua Orleans, bairro da Velha, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob n° 15.857 e inscrito no cadastro técnico municipal sob n° 4.1.22.0031.0012, destinado à expansão do Parque Vila Germânica.

Art. 2º A indenização decorrente da desapropriação que trata este Decreto será subsidiada por verbas previstas no orçamento do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.429/2024

Publicação Nº 6133422

DECRETO Nº 15.429, DE 26 DE JUNHO DE 2024.

DELIMITA IMÓVEL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO
DE BLUMENAU COMO ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA DE PARCELAMENTO DE SOLO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE ÁREAS QUE NÃO CONFIGURAM NÚCLEO URBANO INFORMAL, NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO GRP N° 2024/2813.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea n, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos artigos 4º e 5º da Lei Complementar nº 1.384, de 16 de dezembro de 2021, e observada a documentação constante do Processo Administrativo GRP nº 2024/2813, Memorando SEPLAN nº 00071/24.03 - Processo Digital nº 0071127-20.2024.1.18.0501-0000,

DECRETA:
Art. 1º Fica delimitada como Zona de Urbanização Especial, para fins de regularização e compensação pecuniária de parcelamento de solo

em desacordo com a legislação urbanística de áreas que não configuram núcleo urbano informal,
em conformidade com a Lei Complementar nº 1.384, de 16 de dezembro de 2021, o imóvel de propriedade de JOELMIR BORCHARDT e LAYS CACHOEIRA MARTINS, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 17.410.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.434/2024

Publicação Nº 6133424

DECRETO Nº 15.434, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.460, de 01 de dezembro de 2023,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ 5.000,00(cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

19 – SECRETARIA MUNICIPAL PARCERIAS E CONCESSÕES
1901 – ADMINISTRATIVO DO GABINETE
Atividade 19.01.04.130.0068.2559 – Manut. Ativ. Administrativa da Separc
Modalidade 4.4.90 (803) Aplicações Diretas R$ 5.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

19 – SECRETARIA MUNICIPAL PARCERIAS E CONCESSÕES
1901 – ADMINISTRATIVO DO GABINETE
Atividade 19.01.04.130.0068.2559 – Manut. Ativ. Administrativa da Separc
Modalidade 3.3.90 (802) Aplicações Diretas R$ 5.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.435/2024

Publicação Nº 6133425

DECRETO Nº 15.435, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.460, de 01 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R$ 1.150.000,00 (hum milhão, cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Atividade 09.03.12.361.0051.2047 – Manut./Aquisição Ativ. da Educação Especial – Ensino Fundamental
Modalidade 3.3.90 (243) Aplicações Diretas R$ 900.000,00
Fonte de Recursos 1500.1001000
Atividade 09.03.12.365.0051.2481 – Manut./Aquisição Ativ. da Educação Especial – CRECHE Modalidade 3.3.90 (332) Aplicações Diretas R$ 250.000,00

Fonte de Recursos 1500.1001000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Atividade 09.03.12.361.0051.2047 – Manut./Aquisição Ativ. da Educação Especial – Ensino Fundamental
Modalidade 3.1.90 (237) Aplicações Diretas R$ 900.000,00
Fonte de Recursos 1500.1001000
Atividade 09.03.12.365.0051.2481 – Manut./Aquisição Ativ. da Educação Especial – CRECHE Modalidade 3.1.90 (326) Aplicações Diretas R$ 250.000,00
Fonte de Recursos 1500.1001000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15.437/2024

Publicação Nº 6133427

DECRETO Nº 15.437, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA SIMBÓLICA
DA SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, DO PAÇO MUNICIPAL PARA O PRÉDIO DA INTENDÊNCIA DE VILA ITOUPAVA - PAÇO DISTRITAL PREFEITO CARLOS CURT ZADROZNY - DE ACORDO COM OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.416, DE 03 DE MAIO DE 2017, E DEMAIS ALTERAÇÕES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso V, combinado com o artigo 75, inciso I, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Municipal 8.416, de 03 de maio de 2017, e o Processo Eletrônico nº 0075755-52.2024.1.18.0501-0001,

DECRETA:

Art. 1º Fica oficialmente transferida a sede administrativa do Município, de forma simbólica, do Paço Municipal para o prédio da Intendência Distrital de Vila Itoupava – "Paço Distrital Prefeito Carlos Curt Zadrozny", durante o dia 29 de junho do ano corrente.

Art. 2º Compete ao Gabinete do Prefeito dar toda a estrutura logística, administrativa e financeira para a fiel execução do presente Decreto, com apoio e suporte da Intendência Distrital de Vila Itoupava.

Art. 3º As solenidades e atos oficiais realizados na data de que trata o artigo 1º, deverão resgatar a história da colonização alemã em Blumenau, bem como, promover ações de descentralização administrativa e de fortalecimento institucional da Intendência Distrital.

Parágrafo único – Toda a programação prevista para a comemoração do ato cívico no dia 29 de junho do corrente ano integra o presente Decreto, na forma de Anexo Único.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 15.437, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Programação oficial de comemoração ao ato cívico de transferência da sede simbólica do Poder Executivo para o Prédio da Intendência Distrital de Vila Itoupava – Paço Distrital Prefeito Carlos Curt Zadrozny, em 29/06/2024:

9.15h – Inauguração das obras de reforma e reestruturação da
Casa da Cidadania Vereador Frederico Dix, na Rua Henrique Conrad, nº 730;

9.30h – Visita às obras de reforma do Paço Distrital de Vila Itoupava, Rua Henrique Conrad, nº 268;

9.45h – Visita às obras no pátio de máquinas na Diretoria de Desenvolvimento Rural – DDR/SEMMAS, situada na Rua Emil Manke Sênior;

10h – Inauguração das obras de reforma, ampliação e reestruturação da Escola Isolada Municipal Willy M-ller, situada na Rua Augusto Bauer, nº 1294;

10.30h – Assinatura do edital de licitação para contratação do projeto de engenharia para futura pavimentação da Rua Erwin Manzke e transversais;

11.30h – Visita às obras de reabertura da ligação intermunicipal entre Blumenau e Massaranduba - Rua Wilhelm Wudke.

DECRETO Nº 15.438/2024

Publicação Nº 6133428

DECRETO Nº 15.438, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MARIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 9.460, de 01 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 8.000.000,00(oito milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:

25 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES
2503 - DIRETORIA DE TRANSPORTES
Atividade 25.03.26.782.0079.2524 – Manutenção das Atividades de Transportes
Modalidade 3.3.60 (1240) Transf. a Instit. Priv.c/fins Lucr. R$ 8.000.000,00
Fonte de Recursos 2500. 7000000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2024.

MARIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.663/2024

Publicação Nº 6133430

PORTARIA Nº 29.663, DE 21 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59,
X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do
Município, promulgada em 29 de março de 1990 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 0093/2024, de 21/06/2024 - Processo Eletrônico nº 0073527-07.2024.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, os candidatos aprovados pelos Concursos Públicos nº 001/2023, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N° 29.663, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

ANEXO ÚNICO

001/2023	5º	RODRIGO COELHO DE ALMEIDA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Velha	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	6º	MARLI ROSANI ZERWES MACCARINI	QPS	Agente Comunitário de Saúde Velha	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	7º	DJONE CRISPIM	QPS	Agente Comunitário de Saúde Velha	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	8º	ANA PATRICIA CAÑETE SANTOS	QPS	Agente Comunitário de Saúde Velha	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	1º	JULIANE CORREA FERREIRA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Centro	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	2º	BRUNO HENRIQUE BAUSTARK	QPS	Agente Comunitário de Saúde Centro	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	3º	KÁRITA LUCY HERNANDES DE MELLO	QPS	Agente Comunitário de Saúde Centro	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	1º	MELK JAREDY MOREIRA FEITOSA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Badenfurt	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	2º	CRISTIANO DOS SANTOS	QPS	Agente Comunitário de Saúde Badenfurt	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	3º	VIRGINIA ROSA DA COSTA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Badenfurt	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	4º	OSCAR FRANCISCO STEFFEN	QPS	Agente Comunitário de Saúde Badenfurt	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	1º	DÉBORAH CAROLINE ALVES LIMA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Itoupavas	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	2º	JÉSSICA RECALCATTI ZAMBERLAN	QPS	Agente Comunitário de Saúde Itoupavas	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	3º	ANA BEATRIZ NASCIMENTO	QPS	Agente Comunitário de Saúde	GF	40	I	A	03.07.2024

		FALCO		Itoupavas					
001/2023	4º	PHILIP ABNER PEREIRA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Itoupavas	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	1º	MARIA INGRID SILVA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Escola Agrícola	GF	40	I	A	03.07.2024
001/2023	2º	ALISSON JAIME RODRIGUES DE LIMA OLIVEIRA	QPS	Agente Comunitário de Saúde Escola Agrícola	GF	40	I	A	03.07.2024

LEGENDA:
QPE - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO
QPM - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO
QPS - QUADRO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 29.664/2024

Publicação Nº 6133432

PORTARIA Nº 29.664, DE 21 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – CMT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo único do art. 3º, da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998 e alterações posteriores e, em atenção ao Memorando SECTUR 119/2024, de 21/06/2024 - Processo Eletrônico nº 0073815-52.2024.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município
e com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 174/1998 e alterações posteriores, e no Decreto nº 6.343/1999, para compor o Conselho Municipal de Turismo – CMT, juntamente com os demais membros, para o quadriênio 2022/2026,

JOEL TOLEDO DOS SANTOS JUNIOR, representante suplente da Secretaria Municipal da Fazenda, em substituição a ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, nomeada pela Portaria nº 27.363/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.665/2024

Publicação Nº 6133433

PORTARIA Nº 29.665, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NELSON VIDAL DE SOUZA JUNIOR, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA "C", NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 048/2024, de 20/06/2024 - Processo Digital nº 0073870-03.2024.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público municipal NELSON VIDAL DE SOUZA JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista "C", lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, GC 30% (trinta por cento), a contar de 05 de junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.666/2024

Publicação Nº 6133436

PORTARIA Nº 29.666, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA FAUZER DELLA ROSA MENDEZ, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores, resolve:

DESIGNAR, a contar de 20 de junho de 2024:

FAUZER DELLA ROSA MENDEZ, matrícula
nº 233720, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Padronização, Qualificação e Gestão de Materiais em Saúde – FGC 100%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.667/2024

Publicação Nº 6133437

PORTARIA Nº 29.667, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA BRUNA MAAS, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e de conformidade com o Processo Digital nº 0073410-16.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DESIGNAR, a contar de 19 de junho de 2024:

BRUNA MAAS, matrícula nº 229134, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Controle Interno de Processos Licitatórios – FGC 70%,
na Secretaria Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.668/2024

Publicação Nº 6133438

PORTARIA Nº 29.668, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA VICTOR CIPRIANI WEHMEYER, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores e atendendo ao Processo Digital nº 0073436-14.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DESIGNAR, a contar de 20 de junho de 2024:

VICTOR CIPRIANI WEHMEYER, matrícula nº 232943, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Demandas Jurídico-Administrativas – FGC 60%,
na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.669/2024

Publicação Nº 6133439

PORTARIA Nº 29.669, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELIPE PEREIRA GOMES, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MÉDICO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75,
II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e, em atenção ao pedido constante no Processo Eletrônico nº 0074174-02.2024.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 24 de junho de 2024, ao servidor público municipal FELIPE PEREIRA GOMES, matrícula nº 23.274-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico – 10 horas, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.670/2024

Publicação Nº 6133443

PORTARIA Nº 29.670, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
CONVOCA JUNTA MÉDICA, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP), PARA REALIZAR EXAME MÉDICO PERICIAL NO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DANIEL WEBER DA SILVA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, e fundado no artigo 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e atendendo ao pedido efetuado pela Comissão de Exoneração em Estágio Probatório - COMEX, através do Memorando nº 006/2024, resolve:

Art. 1º CONVOCAR, os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica no âmbito do SESOSP, a fim de realizar exame médico, mediante laudo pericial, para avaliar a capacidade física/mental e laborativa do servidor público DANIEL WEBER DA SILVA, matrícula nº 23.063-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Promoção de Saúde - SEMUS, a ser realizado na data de 24 de julho de 2024, às 08h00min, no Serviço de Saúde Ocupacional – SESOSP, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, sala 48, 4º andar:

I - Dra. ADRIANA VIEIRA ANTUNES WIETHORN, CRM nº 7959, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, lotada na Secretaria Municipal de Administração
- SESOSP;

II - Dr. CARLOS HENRIQUE PFIFFER,
CRM nº 9707, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

III - Dra. LARISSA NATANE TOMAZELLI, CRM
nº 31359, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - o servidor e informá-lo de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica, através de seu Procurador constituído e apresentá-los ao SESOSP, com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.671/2024

Publicação Nº 6133444

PORTARIA Nº 29.671, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
LUIZ ROBERTO KASCHINSKI, PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR NA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL "WILLY MULLER".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 06702024, de 24/06/2024 - Processo Eletrônico nº 0074099-60.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DESIGNAR, a contar de 24 de junho de 2024,
o servidor público municipal LUIZ ROBERTO KASCHINSKI, matrícula
nº 233957, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Secretário Escolar na ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL "WILLY MULLER", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.675/2024

Publicação Nº 6133445

PORTARIA Nº 29.675, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
DISPENSA A GRATIFICAÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREA GOMES DE LIMA MACHADO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 071/2024, de 24/06/2024 – Processo Eletrônico nº 0074157-63.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSA, a contar de 09 de junho de 2024,
a gratificação de Coordenador Pedagógico, de que trata o art. 39, I, da Lei Complementar nº 662/2007, acrescentado pela Lei Complementar nº 1.270/2019, da servidora pública municipal ANDREA GOMES DE LIMA MACHADO, matrícula nº 231873, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, concedida pela Portaria nº 23.988/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.676/2024

Publicação Nº 6133446

PORTARIA Nº 29.676, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
IAN GUSTAVO KOPSCH, DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07 e, em atenção aos Memorandos SEMUS nº 189/2024, de 24/06/2024 – Processo Digital nº 0074506-66.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSAR,

IAN GUSTAVO KOPSCH, matrícula nº 23.305-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Gestão em Saúde - FGC 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, designada pela Portaria nº 27.999, a contar de 24 de junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.677/2024

Publicação Nº 6133448

PORTARIA Nº 29.677, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUCINARA REGINA BONELLI, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75,
II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e, em atenção ao pedido constante no Processo Eletrônico nº 0073763-56.2024.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 20 de junho de 2024, à servidora pública municipal JUCINARA REGINA BONELLI, matrícula nº 23.345-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.678/2024

Publicação Nº 6133449

PORTARIA Nº 29.678, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA EDUARDA CORREA BITTELBRUNN, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DO CEI "MARITA DEEKE SASSE".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849/2012 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 069/2024, de 21/06/2024 - Processo Digital nº 0073733-21.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSAR, a contar de 09 de junho de 2024,
a servidora pública municipal MARIA EDUARDA CORREA BITTELBRUNN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar do CEI "Marita Deeke Sasse", e da gratificação de 20% (vinte por cento), designada pela Portaria nº 27.706/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.679/2024

Publicação Nº 6133450

PORTARIA Nº 29.679, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCONI SANTOS DA SILVA, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MÉDICO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75,
II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e, em atenção ao pedido constante no Processo Eletrônico nº 0073505-46.2024.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 20 de junho de 2024, ao servidor público municipal MARCONI SANTOS DA SILVA, matrícula nº 23.390-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.680/2024

Publicação Nº 6133453

PORTARIA Nº 29.680, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o §4º do artigo 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, combinado com o §2º do artigo 5º do mesmo diploma legal e, em atenção ao Memorando GABINETE SEMED nº 228/2024, de 24/06/2024 - Processo Eletrônico nº 0074661-69.2024.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com
as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012 e alterações, para comporem o Conselho Municipal de Educação – CME, juntamente com os demais membros:

GREICE GRETTER LUCHTENBERG e BRUNA CRISTINA DE ARAÚJO GOMES DANIEL, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED, em substituição a ANIBAL GIOVANI MANETTA e RITYELY ALINE MOURA DA SILVA, nomeados pelas Portarias nºs 26.591/2022 e 28.122/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.681/2024

Publicação Nº 6133454

PORTARIA Nº 29.681, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA GABRIEL ANTÔNIO RALDI, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações

posteriores e atendendo ao Processo Digital nº 0074506-66.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DESIGNAR, a contar de 25 de junho de 2024:

GABRIEL ANTÔNIO RALDI, matrícula nº 23.384-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Gestão em Saúde – FGC 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.682/2024

Publicação Nº 6133455

PORTARIA Nº 29.682, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA - CFA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, em conformidade com o art. 6º da Lei Complementar nº 1.167, de 19 de dezembro de 2017 e alterações posteriores, e em atenção ao Memorando GAB/SMC nº 030/2024, de 20/06/2024 – Processo Eletrônico nº 0073570-41.2024.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.167, de 19 de dezembro de 2017 e alterações posteriores, para compor o Conselho Fiscal de Administração do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, para o biênio 2024/2025, MIRELA ADRIANA NOLASCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais – SMC, em substituição à Lilian Rose Keske, nomeada pela Portaria nº 29.537, de 24 de maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.683/2024

Publicação Nº 6133457

PORTARIA Nº 29.683, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o §4º do artigo 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, combinado com o §2º do artigo 5º do mesmo diploma legal e, em atenção ao Memorando GABINETE SEMED nº 224/2024, de 18/06/2024 - Processo Eletrônico nº 0073680-40.2024.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com
as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012 e alterações, para comporem o Conselho Municipal de Educação – CME, juntamente com os demais membros:

SILVANA MATTEUCCI, representante titular da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em substituição a JULIANA ALVES CARIBÉ DIAS, nomeada pela Portaria nº 27.762/2023.

JOANA ZUCCO GONÇALVES e MARISTELA PITZ DOS SANTOS, representante titular e suplente, respectivamente, do Sindicato Único dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Blumenau - SINTRASEB, em substituição a GIZELI COELHO e JOANA ZUCCO GONÇALVES, nomeadas pelas Portarias nºs 26.277/2023 e 24.177/2020.

ROMEU HAUSMANN, representante suplente da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, em substituição a CARLA FERNANDA NOLLI, nomeado pela Portaria nº 27.103/2022.

CLÁUDIA DE ANDRADE GUERRERO LUCCI e NÍVEA MARQUES FIRMO WEIGMANN, representante titular e suplente, respectivamente, dos Conselhos Tutelares, em substituição a ALINE DE FARIAS DA SILVA e CICLEIDE GONÇALVES SOUZA, nomeadas pelas Portarias nºs 24.139/2020 e 26.879/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.684/2024

Publicação Nº 6133459

PORTARIA Nº 29.684, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA MARCO RODRIGO BUCKER, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO DE REGIÃO 4(DMB), NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR, no dia 26 de junho de 2024:

MARCO RODRIGO BUCKER, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização de Região 4(DMB), símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - Seurb, nomeado pela Portaria nº 24.221/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.685/2024

Publicação Nº 6133460

PORTARIA Nº 29.685, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

RETIFICA A PORTARIA Nº 28.172, DE 26 DE JUNHO DE 2023 E SEU ANEXO ÚNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e, em atenção ao Processo Eletrônico nº 0073832-88.2024.0.00.0496-0000, resolve:

RETIFICAR a Portaria nº 28.172, de 26 de junho de 2023 e seu Anexo único, que nomeou candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos de provimento efetivo, onde se lê: "DULCIMAR CANALLI", leia-se: "DULCIMAR MARIA CANALLI".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.686/2024

Publicação Nº 6133461

PORTARIA Nº 29.686, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL (CACS), DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB), GESTÃO 2023/2026.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.335, de 12 de maio de 2021 e Processo Digital nº 0071950-91.2024.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com
as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.335, de 12 de maio de 2021, o cidadão abaixo relacionado, para compor, juntamente com os demais, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais da Educação (FUNDEB), gestão 2023/2026:

MÁRCIO ALEXANDRE LOURENÇO DE LIMA, representante titular dos professores da educação básica pública que atuam na Rede Municipal de Ensino, em substituição a GEICI MAIARA BRIG, nomeada pela Portaria nº 27.728/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.687/2024

Publicação Nº 6133462

PORTARIA Nº 29.687, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, NA INTENDÊNCIA DISTRITAL DA VILA ITOUPAVA - IDIVI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008 e Processo Eletrônico
nº 0073868-33.2024.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, os servidores públicos municipais que indica:

ALBERTO RICARDO MOREIRA, matrícula nº 72.871-1, contratado em caráter temporário para exercer a função de Motorista, lotado na Intendência Distrital da Vila Itoupava
- IDIVI, GC 30% (trinta por cento), a contar de 24/06/2024;

DIRSON PASOLD, matrícula nº 72.871-2, contratado em caráter temporário para exercer a função de Operador de Máquinas, lotado na Intendência Distrital da Vila Itoupava
- IDIVI, GC 30% (trinta por cento), a contar de 24/06/2024;

HUMBERTO AUGUSTO SILVA DE ALCANTARA, matrícula nº 72.871-4, contratado em caráter temporário para exercer a função de Operador de Máquinas, lotado na Intendência Distrital da Vila Itoupava - IDIVI, GC 30% (trinta por cento), a contar de 24/06/2024;

RAFAEL FEIJO DOMINGUES, matrícula nº 72.871-3, contratado em caráter temporário para exercer a função de Motorista, lotado na Intendência Distrital da Vila Itoupava
- IDIVI, GC 30% (trinta por cento), a contar de 24/06/2024;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.688/2024

Publicação Nº 6133463

PORTARIA Nº 29.688, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
DISPENSA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
QUE INDICA, DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07 e, em atenção aos Memorandos SEDEAD nº 440/2024, de 24/06/2024 – Processo Digital nº 0075042-77.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSAR, a contar de 30 de junho de 2024,

EMERSON LOPES CAMARGO, matrícula nº 23.076-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Manutenção e Projetos - FGC 20%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, designado pela Portaria
nº 28.430/2023;

MARIA ROSELY MARTINELLE, matrícula nº 23.059-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor Financeiro e Contábil - FGC 10%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, designada pela Portaria
nº 26.198/2022;

FABRICIO HENRIQUE VIEIRA DA SILVA, matrícula nº 23.297-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Licitações e Contratos - FGC 10%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, designado pela Portaria nº 28.109/2023;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.689/2024

Publicação Nº 6133464

PORTARIA Nº 29.689, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE, REMOÇÃO POR PERMUTA, OS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990,
e de conformidade com o art. 78, XIX, da Lei Complementar
nº 1.480/2023, alterada pela Lei Complementar nº 1.574/2024, e

CONSIDERANDO o Memorando RH-Semudes nº 057/2024 e a solicitação efetuada pelas Conselheiras Tutelares abaixo,
e atendendo a solicitação contida no Processo Digital SEDEAD
nº 0027348-15.2024.1.18.0501-0000, resolve:

REMOVER POR PERMUTA, a contar de 01 de
julho de 2024:

- LUANA PERON DOS SANTOS DA SILVA, matricula nº 230850, nomeada para compor o Conselho Tutelar III, através da Portaria nº 26.056/2024, para compor o CONSELHO TUTELAR I;

- MARIVANI GOBBI DE SOUZA, matricula
nº 921660, nomeada para compor o Conselho Tutelar I, através da Portaria nº 29.847/2023, para compor o CONSELHO TUTELAR III.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.690/2024

Publicação Nº 6133465

PORTARIA Nº 29.690, DE 26 DE JUNHO DE 2024.

DETERMINA O RETORNO E O TÉMINO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS MEMBROS DA COMISSÃO TEMPORÁRIA, CONSTITUÍDA PELAS PORTARIAS NºS 26.736 E 26.737, DATADAS DE 05/07/2022, E A SUA EXTINÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59,
I, combinado com o art. 75, II, "d" e "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e

CONSIDERANDO a nomeação da Comissão Temporária para a instauração e apuração da responsabilidade disciplinar dos servidores públicos municipais indicados nos anexos das Portarias nºs 26.736 e 26.737, datadas de 05/07/2022,

CONSIDERANDO a necessidade de suspensão dos trabalhos da Comissão Temporária e da respectiva gratificação concedida aos seus membros, em virtude de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5002603-49.2022.8.24.0008,

CONSIDERANDO a sentença definitiva da referida Ação Direta de Inconstitucionalidade, motivando o retorno dos trabalhos da Comissão Temporária em 20 de abril de 2024,

CONSIDERANDO a conclusão de todos os trabalhos realizados pela Comissão Temporária em 29 de maio de 2024, com as emissões dos respectivos relatórios conclusivos, resolve:

Art. 1º DETERMINAR o retorno e o término do pagamento das gratificações devidas aos membros da Comissão Temporária, previstas no art. 95, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, a contar de 20/04/2024 até 29/05/2024.

Art. 2º A extinção da Comissão Temporária constituída pelas portarias nºs 26.736 e 26.737, datadas de 05/07/2022, a contar de 29 de maio de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos as datas mencionadas nos arts. 1º e 2º.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.691/2024

Publicação Nº 6133466

PORTARIA Nº 29.691, DE 26 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores, e em razão da solicitação constante no Processo Eletrônico
nº 0075042-77.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de julho de 2024:

EMERSON LOPES CAMARGO, matrícula nº 23.076-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor Administrativo e Operacional – FGC 40%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

MARIA ROSELY MARTINELLE, matrícula nº 23.059-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Manutenção e Projetos – FGC 20%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

PAULA THAIS LADEWIG, matrícula nº 23.307-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor Financeiro e Contábil – FGC 10%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

ANA LUIZA METTE, matrícula nº 23.392-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Licitações e Contratos – FGC 10%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.692/2024

Publicação Nº 6133467

PORTARIA Nº 29.692, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDSSON NILSSON KUNEN JÚNIOR, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75,
II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e, em atenção ao pedido constante no Processo Eletrônico nº 0073851-94.2024.0.00.0496-0000, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 20 de junho de 2024, ao servidor público municipal EDSSON NILSSON KUNEN JÚNIOR, matrícula nº 23.385-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.693/2024

Publicação Nº 6133470

PORTARIA Nº 29.693, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL (CACS), DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB), GESTÃO 2023/2026.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.335, de 12 de maio de 2021 e Processo Digital nº 0074646-03.2024.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com
as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.335, de 12 de maio de 2021, o cidadão abaixo relacionado, para compor, juntamente

com os demais, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais da Educação (FUNDEB), gestão 2023/2026:

ELINARA CRISTINA CARDOSO DA SILVA, representante titular dos Pais e Alunos das Escolas Públicas Municipais, em substituição a GABRIELA ALEXANDRE GOMES, nomeada pela Portaria nº 27.728/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.694/2024

Publicação Nº 6133472

PORTARIA Nº 29.694, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOELMA DA SILVA, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA ESCOLAR DA EIM "WILLY MULLER".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei nº 8.642, de 31/10/2018, e em atenção de conformidade com o Processo Digital nº 0071929-18.2024.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSAR, a contar de 17 de junho de 2024,
a servidora pública municipal JOELMA DA SILVA, matrícula nº 187569, do exercício da função de Diretora do EIM "Willy Muller", e da gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, designada pela Portaria nº 29.502/2024, em virtude do retorno da servidora Patrícia Marangoni Canal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.695/2024

Publicação Nº 6133473

PORTARIA Nº 29.695, DE 26 DE JUNHO DE 2024.

CRIA E DESIGNA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE ANÁLISE DE LOTEAMENTOS, CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS (PORTE G), OBRAS PÚBLICAS E DEMAIS PROJETOS ESPECIAIS DETERMINADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e em atenção à solicitação constante no Processo Eletrônico nº 0074952-69.2024.0.00.0496-0000, resolve:

Art. 1º Criar a Comissão de Análise de Loteamentos, Condomínios Horizontais (porte G), obras públicas e demais projetos especiais para análise dos licenciamentos ambientais que tramitam na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS.

Art. 2º A comissão será composta por 06 (seis) servidores, sendo que caberá ao coordenador da Comissão o voto de desempate.

Art. 3º Os projetos especiais serão determinados pelo secretário competente de acordo com a sua relevância ambiental ou potencial impacto ambiental.

Art. 4º Designa os servidores públicos municipais abaixo, lotados na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, para comporem a Comissão de Análise e Licenciamento de Projetos Especiais, tendo o primeiro membro como Coordenador dos trabalhos:

FELISBERTO JOSÉ LUCIANI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, exercendo o cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Florestal, Recursos Naturais e Planejamento Ambiental;

VANDERLEI LUÇOLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Topógrafo;

ARNOR BUBLITZ FILHO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Biólogo;

RAQUEL CARVALHO GUERREIRO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal;

BRACIRA DE BORBA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil.

LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista

Art. 5º Essa Comissão substitui e extingue a Comissão de Análise e Licenciamento de Projetos Especiais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de junho de 2024.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD PAD Nº 015/2019

Publicação Nº 6133475

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD
PAD Nº 015/2019
INDICIADO: J.S.
ADV: ANTONIO CARLOS MARCHIORI - OAB/SC nº 6.102
DESPACHO: Intime-se o Procurador do servidor indiciado para tomar ciência do Despacho constante às fls. 248 dos autos, que se encontra à disposição na sede da 1ª CPASD, sito à Praça Victor Konder, 02, 3º andar, sala 32 – PGM, no horário das 9h às 11h e das 14h até 17h.

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO

Publicação Nº 6133480

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU - SEMUDES / FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO (FMI) E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) LISTADA ABAIXO:

FUNDAMENTO LEGAL: Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016, Lei nº 13.709/2018, Decreto Municipal nº 11.235/2017 e Decreto Municipal nº 14.876/2023, Instrução Normativa TCE/SC nº 33/2024, Lei Municipal Autorizativa nº 9538/2024, Edital de Chamamento Público nº 004/2023, Resolução CMI nº 01/2024, bem como nas respectivas legislações específicas à parceria e princípios da administração pública:

TC	OSC	CNPJ	OBJETO /PROJETO	MESES	VALOR
2024/33	CERENE	79.372.108/0001-65	ROTA 66	12	R$ 40.089,08
2024/34	CERENE	79.372.108/0001-65	IDOSO COM QUALIDADE DE VIDA	12	R$ 99.635,15

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 21 DE JUNHO DE 2024.

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU - SEMUDES / FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) LISTADAS ABAIXO:

FUNDAMENTO LEGAL: Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016, Lei nº 13.709/2018, Decreto Municipal nº 11.235/2017 e Decreto Municipal nº 14.876/2023, Instrução Normativa TCE/SC nº 33/2024, Lei Autorizativa nº 9538/2024, Edital de chamamento público nº002/2023 e 004/2023 e Resolução CMDCA nº 60/2023 e 01/2024, bem como nas respectivas legislações específicas à parceria e princípios da administração pública.

TC	OSC	CNPJ	OBJETO /PROJETO	MESES	VALOR
2024/29	CERENE	79.372.108/0001-65	Fique conectado com seus sonhos ano III	12	R$ 28.377,66
2024/31	LAR BETÂNIA	83.526.640/0001-67	Construindo Sustentabilidade	21	R$ 46.955,00
2024/36	APAE	82.656.554/0001-06	Oficina de robótica	14	R$ 65.129,90

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 21 DE JUNHO DE 2024.

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO

Publicação Nº 6133484

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU - SEMUDES / FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) LISTADAS ABAIXO:

FUNDAMENTO LEGAL: Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016, Lei nº 13.709/2018, Decreto Municipal nº 11.235/2017 e Decreto Municipal nº 14.876/2023, Instrução Normativa TCE/SC nº 33/2024, Lei Autorizativa nº 9538/2024, Edital de chamamento público nº002/2023 e 003/2023 e Resolução CMDCA nº 60/2023 e 61/2023, bem como nas respectivas legislações específicas à parceria e princípios da administração pública.

TC	OSC	CNPJ	OBJETO /PROJETO	MESES	VALOR
2024/37	INSTITUTO BISS	45.913.599/0001-92	OLHA PRA MIM!	14	R$ 55.967,80
2024/38	LAR BETÂNIA	83.526.640/0001-67	BEM ESTAR 1	32	R$ 118.800,00
2024/39	FAMÍLIA FELIZ	29.774.856/0001-04	PROVIDA	18	R$46.007,61

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 27 DE JUNHO DE 2024.

PROCESSO: DISPENSA 08-82/ 2024 - LEI 14.133/21

Publicação Nº 6133486

Processo: Dispensa 08-82/ 2024 - Lei 14.133/21
Objeto: AQUISIÇÃO DE CORDA SEMI-ESTÁTICA PARA USO EM SALVAMENTOS EM ALTURA - SEDECI
Contratada: SPELAION - ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.
Artigo: Art.75, Inciso II, Lei 14.133/21
Valor total: R$5.878,18

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 09-87/2024

Publicação Nº 6133488

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 09-87/2024
OBJETO: Contratação de empresa para locação de projetor, tela e tripé para o evento V Mostra de Trabalho e VII EBEA na área do palco literário – SEMED.
CONTRATADO: CRW TECNOLOGIA EM EVENTOS LTDA (CNPJ: 14.961.547/0001-68).
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
VALOR TOTAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
BASE LEGAL: Art. 75; inciso II da lei 14.133/21 e suas alterações;

CONCORRENCIA Nº. LPI Nº. 1013/2023

Publicação Nº 6133491

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRENCIA Nº. LPI Nº. 1013/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras de implantação do trecho final da Via Projetada 44 – prolongamento Rua São Valentim com ponte, com início no entroncamento com a Rua 1° de Janeiro (estaca 0+0,00) e término no entroncamento

com a Rua Doutor Pedro Zimmermann (estaca 25+16,00), Blumenau/SC - Trecho 1BII. Prazo de execução: 12 meses. Fonte de Recursos: Operação de Crédito com o Banco de Desenvolvimento da Bacia do Prata/FONPLATA - Contrato de Financiamento nº BRA-32/2021 e Contrapartida com Recursos Próprios - Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento para o Município de Blumenau/SC - BLUMENAU MELHOR- SEMOB. TIPO: LPN Licitação Publica Nacional – Critério de Julgamento: Menor preço DATA DE ENTREGA: até 07 de agosto de 2024 às 09h00min DATA DE ABERTURA: dia 07 de agosto de 2024 às 09h00min LOCAL: Sala de licitações – 2º andar – Sala 23 – Prefeitura Municipal de Blumenau, Praça Victor Konder, 2 - Centro - CEP 89010-904 - Blumenau - SC – Brasil, Telefone: (47) 3381-6931 EDITAL: completo, sem custas, no site oficial do Município HTTP://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Central de Compras e Licitações do Município de Blumenau, , pelo fone (0**47) 3381-6931 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@blumenau.sc.gov.br. Blumenau, 27/06/2024. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Registrado no TCE/SC sob nº 65D87153EC918E9F9AAC5A205D6B27085F1D2446

CONCORRENCIA Nº. LPN Nº. 1006/2023

Publicação Nº 6133492

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRENCIA Nº. LPN Nº. 1006/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução do aumento de capacidade e requalificação da Rua Doutor Pedro Zimmermann/Rodovia SC-108 com início no entroncamento com a Rua Engenheiro Udo Deeke x Rua 2 de Setembro (estaca 3+1,00) e término no entroncamento com a Rua 5 de Outubro (estaca 25+12,00) (segmento 1) e início defronte a edificação n° 695 (estaca 34+19,00) e término no entroncamento com a Rodovia BR-470 (estaca 57+16,00) (segmento 2). Extensão: 908,00 metros. Prazo de execução: 12 meses. Fonte de Recursos: Operação de Crédito com o Banco de Desenvolvimento da Bacia do Prata/FONPLATA - Contrato de Financiamento nº BRA-32/2021 e Contrapartida com Recursos Próprios - Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento para o Município de Blumenau/SC - BLUMENAU MELHOR- SEMOB. TIPO: LPN Licitação Publica Nacional – Critério de Julgamento: Menor preço. DATA DE ENTREGA: até 23 de julho de 2024 às 09h00min. DATA DE ABERTURA: dia 23 de julho de 2024 às 09h00min. LOCAL: Sala de licitações – 2º andar – Sala 23 – Prefeitura Municipal de Blumenau, Praça Victor Konder, 2 - Centro - CEP 89010-904 - Blumenau - SC – Brasil, Telefone: (47) 3381-6931. EDITAL: completo, sem custas, no site oficial do Município HTTP://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Central de Compras e Licitações do Município de Blumenau, pelo fone (0**47) 3381- 6931 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@blumenau.sc.gov.br. Blumenau, 27/06/2024. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Registrado no TCE/SC sob nº 37FDEF347A1ED91BC8327C1FA2FCE6F2ABECDB24

CONCORRÊNCIA Nº 002/2024

Publicação Nº 6133494

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRÊNCIA Nº 002/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração e fornecimento de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia, referente a arquitetura paisagística, terraplanagem, drenagem, sinalização viária, pavimentação e obras complementares para a Rua Erwin Manzke, Rua Wunderwald, Rua Wilhelm Wudtke e Rua Paul Draeger, nos distrito da Vila Itoupava, conforme especificações constantes neste edital - SEPLAN. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 30 de julho de 2024 às 14h00 horas. Edital completo: sem custas site oficial do Município http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações. Blumenau, 27/06/2024. Anderson Rosa - Secretário Municipal de Administração. Registrado no TCE/SC sob nº 5C38741B1ABBB3005995357D33A3BD0D377386CE

CONCORRÊNCIA Nº 007/2024

Publicação Nº 6133495

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRÊNCIA Nº 007/2024
Objeto: Contratação de empresa para execução de Praça Baden Powell na Rua Pastor Oswald Hesse, bairro Ribeirão Fresco, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio de operação de crédito com o Banco do Brasil, Contrato de Financiamento nº 40/00039-7 - SEPLAN. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 02 de agosto de 2024 às 14h00 horas. Edital completo: sem custas site oficial do Município http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações. Blumenau, 27/06/2024. Anderson Rosa - Secretário Municipal de Administração. Registrado no TCE/SC sob nº FD1D54BD12A94023370A8636AF8ED84D07846A7F

PROCESSO: DISPENSA 08-63/ 2024 - LEI 14.133/21

Publicação Nº 6133499

Processo: Dispensa 08-63/ 2024 - Lei 14.133/21
Objeto: Aquisição de serviço de vistoria no ônibus escolar placa RXO -8022 – SEMED RXO - 8022 – SEMED.
Contratada: INSPETORIA DE SEGURANCA VEICULAR DE BLUMENAU LTDA
Artigo: Art.75, Inciso II, Lei 14.133/21
Valor total: R$900,00

PROCESSO: DISPENSA 08-41/ 2024 - LEI 14.133/21

Publicação Nº 6133502

Processo: Dispensa 08-41/ 2024 - Lei 14.133/21
Objeto: Aquisição de arranjo de flores - SMC.
Contratada: ARTE FLORAL SC LTDA
Artigo: Art.75, Inciso II, Lei 14.133/21
Valor total: R$200,00

PROCESSO DISPENSA 08-74/2024

Publicação Nº 6133518

Processo Dispensa 08-74/2024
Objeto: Contratação de curso para profissionais de atendimento Pré-hospitalar - Corpo de Bombeiros - SEDECI
Contratada: STOICUS EDUCAÇÃO EM SAÚDE LTDA
Artigo 75, Inciso II, Lei 14.133/21
Valor total: R$ 4.800,00

PORTARIA SEMUDES Nº 36/2024

Publicação Nº 6133555

PORTARIA SEMUDES Nº 36 DE 25 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 054/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA CS BRASIL FROTAS S.A POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 27.448, de 05 de janeiro de 2023, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar os membros da Administração Pública, abaixo indicados, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 054/2024, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores, conforme especificações pelo período de 12 (doze) meses.

RODRIGO FÁVERO ADRIANO servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo Financeiro, matrícula 920876, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Gestor do Contrato.

ADAIR MARTINS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

OCLIDES ORIDES NARDES, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 25 de junho de 2024.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Ciência do Fiscal do Contrato:_____
Data da Ciência:_____

PORTARIA SEMUDES Nº 37/2024

Publicação Nº 6133568

PORTARIA SEMUDES Nº 37 DE 24 DE JUNHO DE 2024.

SUBSTITUI SERVIDOR PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 63/2019, 237/2019, 75/2020 e 363/2022, FIRMADOS PELO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 27.448, de 05 de janeiro de 2023, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar membro da Administração Pública, abaixo indicado, para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos nº 63, 237/2019, 75/2020 e 363/2022:

MARYA EDUARDA FIGUEIRÓ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo Financeiro, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, em substituição à THAIS EDUARDA ALVES como Fiscal de Contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 24 de junho de 2024.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Ciência do Fiscal do Contrato:_____

Data da Ciência:_____

PORTARIA SEMUDES Nº 38/2024

Publicação Nº 6133580

PORTARIA SEMUDES Nº 38 DE 25 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 141/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA FREENETWORKS SOLUÇÕES LTDA POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 27.448, de 05 de janeiro de 2023, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar os membros da Administração Pública, abaixo indicados, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 141/2024, que tem por objeto a contratação de serviços especializados de sistemas de vídeo monitoramento inteligentes monitorados, em prédio público, com o fornecimento de serviços de implantação, configuração, integração e manutenção preventiva e corretiva.

PATRICIA MORASTONI SASSE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária de Desenvolvimento Social, matrícula 921545, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Gestora do Contrato.

ALEXANDRE DE CARLY RONSANI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Infraestrutura Tecnológica, matrícula 920554, lotado na Secretaria de Gestão Governamental, como Fiscal do Contrato.

DIOGO PIERRE DE ÁVILA LEHMKUHL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Informática, matrícula 230857, lotado na Secretaria de Gestão Governamental, como Fiscal Substituto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 25 de junho de 2024.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Ciência do Fiscal do Contrato:_____
Data da Ciência:_____

PORTARIA SEMUDES Nº 40/2024

Publicação Nº 6133594

PORTARIA SEMUDES Nº 40 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 147/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA MASTERGEO SANTA CATARINA LTDA POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 27.448, de 05 de janeiro de 2023, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros da Administração Pública, abaixo indicados, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 147/2024, que tem por objeto o credenciamento de empresa para desenvolver e implementar trabalhos de Regularização Fundiária (REURB-E / REURBS), para o núcleo urbano informal Vila Bromberg/Vila Feliz, do Município de Blumenau, de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, o Decreto Federal nº 9.310/2018, Decreto 13.143/2021 do Município de Blumenau e suas alterações.

JEFFERSON ZAGER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Regularização Fundiária, matrícula 921684, lotadd na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Gestor do Contrato.

CAROLINA MARIA DALRI MEIRELES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta, matrícula 231674, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

CAUBI PADILHA ALBINO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, matrícula 233674, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 26 de junho de 2024.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Ciência do Fiscal do Contrato:_____
Data da Ciência:_____

PORTARIA SEMUDES Nº 41/2024

Publicação Nº 6133607

PORTARIA SEMUDES Nº 41 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 146/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA REGISTRA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA LTDA POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 27.448, de 05 de janeiro de 2023, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros da Administração Pública, abaixo indicados, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 146/2024, que tem por objeto o Credenciamento de empresa(s) para desenvolver e implementar trabalhos de Regularização Fundiária (REURB-E / REURBS), para o núcleo urbano do morro da Dona Edith, nos limites do Município de Blumenau, de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, o Decreto Federal nº 9.310 de 15/10/2018, Decreto 13.143/2021 do Município de Blumenau e suas alterações, conforme especificações contidas no edital e seus anexos - SEMUDES.

JEFFERSON ZAGER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Regularização Fundiária, matrícula 921684, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Gestor do Contrato.

CAROLINA MARIA DALRI MEIRELES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta, matrícula 231674, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

CAUBI PADILHA ALBINO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, matrícula 233674, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 26 de junho de 2024.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Ciência do Fiscal do Contrato:_____
Data da Ciência:_____

PORTARIA SEMUDES Nº 42/2024

Publicação Nº 6133623

PORTARIA SEMUDES Nº 42 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 148/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA SAGAZ EMPREENDIMENTOS E GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 27.448, de 05 de janeiro de 2023, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar os membros da Administração Pública, abaixo indicados, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 148/2024, que tem por objeto o credenciamento de empresa para desenvolver e implementar trabalhos de Regularização Fundiária (REURB-E / REURBS), para o núcleo urbano informal Vereador Romário da Conceição Badia, do Município de Blumenau, de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, o Decreto Federal nº 9.310/2018, Decreto 13.143/2021 do Município de Blumenau e suas alterações.

JEFFERSON ZAGER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Regularização Fundiária, matrícula 921684, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Gestor do Contrato.

CAROLINA MARIA DALRI MEIRELES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta, matrícula 231674, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

CAUBI PADILHA ALBINO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, matrícula 233674, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, como Fiscal do Contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 26 de junho de 2024.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Ciência do Fiscal do Contrato:_____
Data da Ciência:_____

PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Publicação Nº 6133644

Terça-feira, maio 28, 2024

Plano Anual de Aplicação dos Recursos
(PAAR)

Atenção! Leia o texto a seguir antes de iniciar o preenchimento:

A elaboração do PAAR deve passar por um procedimento de planejamento participativo, o que pressupõe a realização de consultas e audiências públicas, com a participação de agentes culturais e a população local, preferencialmente por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.

O PAAR é um instrumento previsto na própria Lei da PNAB (parágrafo único do art. 3º da Lei 14.399/2022).

Dúvidas sobre a elaboração do PAAR e preenchimento do formulário podem ser enviadas para o e-mail ***pnab@cultura.gov.br****.*

Dados do Plano de Ação

N.º do Plano de Ação:	30882120230004-015016
UF Ente Recebedor:	SC
Ente Recebedor:	MUNICIPIO DE BLUMENAU
CNPJ Ente Recebedor:	83 108.357/0001-15
Fundo/Órgão Vinculado:	FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A CULTURA
CNPJ Fundo/Órgão Vinculado:	15 874.971/0001-38
Valor Total do Plano de Ação:	R$ 2 314.043,02
Masked Input	2 314 043.02

DADOS PARA CONTATO

Dados do (a) responsável pelo preenchimento do PAAR

Nome	Ivan Day
Cargo	Coordenador de Projetos Culturais
Telefone	(47) 99229-6831
E-mail	projetosculturais@blumenau.sc.gov.br

Sou o gestor responsável pela pasta de cultura Não

Dados do (a) Gestor (a):

Informações sobre o (a) gestor (a) responsável pela pasta de cultura no ente.

Nome	Oscar Guilherme Grotmann Filho
Cargo	Secretário Municipal de Cultura e Relações Institucionais
Telefone	(47) 99113-5555
E-mail	gabinete.smc@blumenau.sc.gov.br

Processo de Participação Social

Processo de Participação Social (Descreva como foi feito o processo de diálogo com a sociedade civil e traga informações gerais como locais, online/presencial, datas, quantidade de participantes, participação do Conselho de Cultura, outros):

A Secretaria Municipal de Cultura promoveu a escuta da sociedade através de um formulário online disponibilizado para participação social que ficou disponível de 26/04 a 06/05 e em 06/05 realizou encontro virtual as 19h para explicar a PNAB e ouvir demandas da sociedade. As participações de ambas escutas culminaram em uma proposta feita pela SMC na Sessão Ordinária do CMPC realizada em 16/05. Nesta reunião o CMPC convocou interessados a ingressarem em um Grupo de Trabalho para avaliar as propostas. Este GT se reuniu no dia 23/05 e formulou uma nova proposta do PAAR. Na Sessão Extraordinária realizada na data de 27/05 o Conselho Municipal de Política Cultural apresentou a nova proposta do PAAR e o aprovou por unanimidade. O PAAR despois de aprovado pelo MINC segue para publicação no Diário Oficial dos Munícipios de Santa Catarina.

Publicação da(s) Consulta(s) Pública(s) - Link(s), no caso de transmissão online ou do resultado da(s) consulta(s) pública(s) divulgado na internet:

Consulta Pública https://cplcloud.com.br/gestaoeditais/site/index.php?p=edital&t=consulta&id=2&chave=83108357000115

Relatório da Consulta Pública Online (formulário)
https://drive.google.com/file/d/1pCYWAm7zAfHV22tAIiExAX6r_KDN4X2r/view

Relatório Sintético da Consulta Pública Online (formulário)
https://drive.google.com/file/d/1fKVJxacdlLW_2gx5e3RQeMdV1aOsDFwl/view

Gravação da Consulta Pública Virtual
https://drive.google.com/file/d/1m6CdmjZe-Ni9n7JlP9IDY5F6XyzQZImp/view?usp=sharing

Ideias da Consulta Pública Virtual
https://drive.google.com/file/d/1fKVJxacdlLW_2gx5e3RQeMdV1aOsDFwl/view

6ª Sessão Ordinária do CMPC (proposta do PAAR pela SMC)
https://drive.google.com/file/d/13FLS9K0kDY4Oq6L1ijMGUdIvyUDwIWpm/view?usp=sharing

Reunião do GT do CMPC para análise da proposta do PAAR pela SMC e formulação de nova proposta
https://drive.google.com/file/d/1tiYCstnxoX2wukPA0vxHUaMgeZGDjbZo/view?usp=drivesdk

4ª Sessão Extraordinária do CMPC (aprovação do PAAR pelo CMPC)
https://drive.google.com/file/d/19DpdXfrE8vK_FuMAai7DHiJUVAGcVBqo/view?usp=sharing

PAAR aprovado pelo CMPC
https://drive.google.com/file/d/1_NXIjsS6kUARwFNMg84TY_CQeD7ntMV0/view?usp=sharing

Metas

META - Ações Gerais

Ação	Atividade	Valor Estimado (R$)	Forma de Execução	Produto/Entrega	Quantidade	A atividade destina recursos para áreas periféricas e/ou de povos tradicionais?
Fomento Cultural	Fomento a áreas culturais: Artes Visuais, Design e Moda; Biblioteca, Literatura e Livro; Cinema e Vídeo; Comunicação e Formação em Cultura; Cultura Popular e Artesanato; Dança; Museus e Espaços de Memória; Música; Patrimônio Material e Imaterial; e Teatro e Circo.	1118755,66	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Ação Cultural Fomentada/ Projeto cultural fomentado	1	Não
Fomento Cultural	Fomento a Cultura Periférica	120.000,00	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Ação Cultural Fomentada/ Projeto cultural fomentado	1	Sim

Ação	Atividade	Valor Estimado (R$)	Forma de Execução	Produto/Entrega	Quantidade	A atividade destina recursos para áreas periféricas e/ou de povos tradicionais?
Fomento Cultural	Fomento cultural a agentes culturais iniciantes	40.000,00	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Ação Cultural Fomentada/ Projeto cultural fomentado	1	Não
Subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais	Subsidio mensal	25.000,00	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Instituição Cultural subsidiada	2	Sim
Subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais	Manutenção	25.000,00	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Espaço Cultural mantido	5	Sim
Obras; Reformas e Aquisição de bens culturais	Atualização do projeto elétrico do espaço multicultural sendo o prédio histórico da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais	30.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Equipamento/Espaço Cultural reformado/ modernizado	1	Não

4

Ação	Atividade	Valor Estimado (R$)	Forma de Execução	Produto/Entrega	Quantidade	A atividade destina recursos para áreas periféricas e/ou de povos tradicionais?
Obras; Reformas e Aquisição de bens culturais	Atualização do projeto de incêndio do espaço multicultural sendo o prédio histórico da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais	30.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Equipamento/Espaço Cultural reformado/modernizado	1	Não
Obras; Reformas e Aquisição de bens culturais	Projeto de adequação e ampliação do espaço do acervo do Museu de Arte de Blumenau	30.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Equipamento/Espaço Cultural reformado/modernizado	1	Não
Obras; Reformas e Aquisição de bens culturais	Projeto de reforma, adequação e revitalizaçã o do espeço cultural cedido a Banda Municipal de Blumenau de propriedade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais	50.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Equipamento/Espaço Cultural reformado/modernizado	1	Não

Ação	Atividade	Valor Estimado (R$)	Forma de Execução	Produto/Entrega	Quantidade	A atividade destina recursos para áreas periféricas e/ou de povos tradicionais?
Obras; Reformas e Aquisição de bens culturais	Fomento a leitura através da aquisição de 400 títulos de livros infantis e infanto-juvenis para acervo do Parque da Leitura e Leitura Sobre Rodas	20.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Acervo Cultural constituído	400	Não
Obras; Reformas e Aquisição de bens culturais	Reforma e revitalização dos espaços da SMC para nova sala de oficinas, setor de atendimento do fmac e Cine Teatro Edith	90.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Equipamento/Espaço Cultural reformado/ modernizado	3	Não

META/AÇÃO - Custo Operacional (até 5%):

Atividade	Valor Estimado (R$)	Forma de Execução	Produto/Entrega	Quantidade
Contratação de Parecerista	66.000,00	Outra	Parecerista/Avaliador contratado(a)	22
Contratação de membros para formação de Banca de Heteroidentificação	20.776,61	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Consultoria contratada	1

Se respondeu "outra" no campo "Forma de execução" e/ou "outro" no campo "Produto/Entrega", especifique:

Atividade	Forma de Execução	Produto/Entrega
Contratação de Parecerista	Contratação através de Credenciamento de Banco de Parecerista existente	Parecerista Contratado

META/AÇÃO - Política Nacional de Cultura Viva - Chamamento Público - Lei 13.018/2014

Atividades	Valor Estimado(R$)	Quantidade Fomentada	A atividade destina recursos a áreas periféricas e/ou de povos e comunidades tradicionais?
Premiação de Pontos de Cultura	250.000,00	25	Sim
Fomento a projetos continuados de Pontos de Cultura	328.000,00	8	Sim

Áreas periféricas e Ações afirmativas

Detalhar as atividades a serem realizadas em áreas periféricas urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais (respeitando, no mínimo, os 20% previstos no inciso II do art. 7º da Lei nº 14.399/2022):

Edital de Fomento as áreas culturais - ponto indutor bonificado para projetos que levem ações culturais a estas áreas.
Edital de Fomento a cultura periférica - cota destinada a proponentes de áreas periféricas, povos e comunidades tradicionais.

Subsídio Mensal e Manutenção - cota destinada a proponentes de espaços localizados em áreas periféricas, povos e comunidades tradicionais.

Cultura Viva - cota destinada a proponentes e de espaços localizados em áreas periféricas, povos e comunidades tradicionais.

Informe as ações afirmativas que serão adotadas nas atividades previstas (de acordo com a Instrução Normativa MINC nº 10/2023):

Será observado na elaboração dos editais de fomento, o Art. 2 da IN MINC 10/2023, que serão passiveis de aplicação de acordo com o caso, e que deverão estas serem aprovadas nas consultas públicas dos editais:

I - políticas de cotas ou reservas de vagas;
II - bonificações ou critérios diferenciados de pontuação, inclusive critérios de desempate, em editais;
IV - editais específicos e categorias específicas em editais;
V - políticas de acessibilidade, incluindo acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, e outras; VI - procedimentos simplificados de inscrição; e
VII - qualquer outra modalidade de ação afirmativa e reparatória de direitos, observadas:
a) as legislações federais, estaduais, municipais e distritais, que tratam das temáticas envolvidas;
b) as realidades culturais, sociais, econômicas e territoriais de cada ente federativo; e
c) as propostas elaboradas em espaços de participação social, como conselhos, comitês e fóruns setoriais

Informações sobre Sistema de Cultura local

Possui Conselho de Cultura?	Sim
Possui Plano de Cultura?	Sim
Possui Fundo de Cultura?	Sim

Termos e Condições

Autorizo a utilização dos meus dados pessoais para fins de comunicação do Ministério da Cultura, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).	Aceito
Declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo autorização do ente federativo para preenchimento deste Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR.	Aceito
PAAR	LYANXZQR

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 21/2024

Publicação Nº 6133668

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 21 DE 27 DE JUNHO DE 2024

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS, REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO DE 2024, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, a deliberação da Plenária Ordinária realizada no dia 27 de junho de 2024, conforme Ata CMDCA N.º 07/2024 e,

CONSIDERANDO:

- a Lei nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe Sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar;

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau - FMDCA;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a Política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- o disposto no artigo 27, inciso VI do Regimento Interno, que traz como uma das competências da Comissão de Finanças e Captação – CFC "acompanhar, analisar e avaliar a gestão de recursos do FIA";

- a correspondência eletrônica recebida em 14 de junho de 2024 da Gestora do FIA, que encaminhou os documentos referentes às movimentações financeiras dos meses de janeiro a maio de 2024;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação – CFC, conforme consta no relatório CFC N.º 04/2024, da reunião ordinária realizada em 20 de junho de 2024 que analisou as movimentações financeiras dos meses de janeiro a maio de 2024, apresentadas pela gestora do FIA;

- a discussão e deliberação em Plenária do CMDCA N.º 07/2024, realizada em 27 de junho de 2024.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2024, com os seguintes valores:

Receita Geral: R$ 760.229,62 (setecentos e sessenta mil duzentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos);

Despesa Geral: R$ 605.192,05 (seiscentos e cinco mil cento e noventa e dois reais e cinco centavos);

Saldo Livre: R$ 2.196.727,67 (dois milhões cento e noventa e seis mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 27 de junho de 2024.

José Carlos Constantino
Vice-Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - CMDCA Gestão 2023/2025

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 22/2024

Publicação Nº 6133681

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 22 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
ALTERA O PRAZO ESTABELECIDO NO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento das suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar

Nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, na deliberação da Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2024, conforme Ata CMDCA N.º 07/2024 e,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMDCA Nº 06 de 29 de fevereiro de 2024 que "DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA, PARA O CUSTEIO DE DESPESAS A FIM DE VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SGDCA, EM CAPACITAÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS ATÉ 30 DE JUNHO DE 2024";

- a discussão e parecer favorável à prorrogação do prazo estabelecido na resolução CMDCA N.º 06/2024, passando do período de 30 de junho de 2024 para 28 de fevereiro de 2025, realizado pela Comissão de Finanças e Captação – CFC, conforme consta no relatório CFC N.º 04/2024, da reunião ordinária realizada em 20 de junho de 2024;

- a discussão e deliberação da Plenária do CMDCA Nº 07/2024, realizada em 27 de junho de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º O Art. 1º da Resolução CMDCA Nº 06 de 29 de fevereiro de 2024, passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Aprovar o valor de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, para viabilizar a participação dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes - SGDCA, em capacitações que serão realizadas até 28 de fevereiro de 2025".

Parágrafo único: Os demais itens constantes na Resolução mencionada no caput permanecem inalterados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 27 de junho de 2024.

José Carlos Constantino
Vice-Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - CMDCA Gestão 2023/2025

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 23/2024

Publicação Nº 6133699

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 23 DE 27 DE JUNHO DE 2024
HOMOLOGA O RESULTADO DEFINITIVO DOS PROJETOS APRESENTADOS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E SELECIONADOS ATRAVÉS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMUDES Nº 005/2023 – CHANCELA AUTORIZATIVA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS/ FORMAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS (LOTE 3).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, na deliberação da Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2024, conforme Ata CMDCA N.º 07/2024 e,

CONSIDERANDO:

- a Lei 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, o Decreto Federal nº 8.726/2016, a Instrução Normativa TCE/SC nº 14/2012, o Decreto Municipal nº 11.235/2017, que regem sobre o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil em regime de mútua cooperação;

- a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau - FMDCA;
- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

- a Resolução CMDCA N.º 49 de 28 de setembro de 2023 que "APROVA O LANÇAMENTO DE EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM A FINALIDADE DE SELEÇÃO DE PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSCs, DE CUNHO SOCIAL, COMPLEMENTAR OU INOVADOR, VOLTADOS À POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA FORMAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO DIRETO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU";

- a Portaria SEMUDES Nº 30 de 16 de maio de 2024 que designa os membros para formação da Comissão de Seleção e Julgamento de projetos apresentados aos Editais de Chamamento Público CMDCA na modalidade de financiamento e banco de projetos, de acordo com a Lei Federal nº 13.019 de 2014 e alterações, e Lei Complementar Municipal nº 411 de 01 de agosto de 2003;

- o ofício N.º 56/2024 da Comissão de Seleção e Julgamento, recebido em 10 de junho de 2024, que apresentou o resultado preliminar da análise individual das propostas – Edital de Chamamento Público SEMUDES Nº 005/2023 – 3º LOTE;

- o ofício N.º 59/2024 da Comissão de Seleção e Julgamento, recebido em 24 de junho de 2024, que apresentou o resultado definitivo da análise individual das propostas – Após Fase Recursal – Edital de Chamamento Público SEMUDES Nº 005/2023 – 3º LOTE;

- a deliberação realizada em Plenária Ordinária realizada no dia 27 de junho de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar e tornar público o resultado definitivo do processo de seleção de projetos do Edital de Chamamento Público SEMUDES Nº 005/2023 (Lote 3), na modalidade Chancela Autorizativa para captação de recursos/formação de banco de projetos, por meio da obtenção de recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), conforme segue:

01) Projeto "BRINCAR É IMPORTANTE" da Associação Assistencial Lar Betânia, no valor de R$ 138.980,00 (cento e trinta e oito mil novecentos e oitenta reais), no prazo de 17 meses;

02) Projeto "COLORINDO O LAR" da Associação Assistencial Lar Betânia, no valor de R$ 29.733,55 (vinte e nove mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos), no prazo de 17 meses;

03) Projeto "BRINQUEDOTECA: ESPAÇO PARA BRINCAR, APRENDER E INCLUIR" da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau – APAE, no valor de R$ 30.376,07 (trinta mil trezentos e setenta e seis reais e sete centavos), no prazo de 11 meses;

04) Projeto "A RIQUEZA DA LÍNGUA PORTUGUESA" da Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil), no prazo de 24 meses;

05) Projeto "SALTANDO PARA O FUTURO" da Associação Família Feliz, no valor de R$ 73.046,26 (setenta e três mil quarenta e seis reais e vinte e seis centavos), no prazo de 12 meses;

06) Projeto "CRESCER BRINCANDO" da Sociedade Casa da Esperança, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), no prazo de 10 meses;

07) Projeto "COM.PARTILH@" da Sociedade Casa da Esperança, no valor de R$ 88.100,00 (oitenta e oito mil cem reais), no prazo de 24 meses;

08) Projeto "SONS E TONS: A ARTE DA MÚSICA É PARA TODOS" da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau – APAE, no valor de R$ 36.632,14 (trinta e seis mil seiscentos e trinta e dois reais e quatorze centavos), no prazo de 12 meses;

09) Projeto "ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL – ANO II" da Associação Assistencial Lar Betânia, no valor de R$ 43.036,05 (quarenta e três mil trinta e seis reais e cinco centavos), no prazo de 12 meses;

10) Projeto "ATUANDO" da Associação Assistencial Lar Betânia, no valor de R$ 79.860,00 (setenta e nove mil oitocentos e sessenta reais), no prazo de 22 meses;

11) Projeto "VIBE TEENS – ANO II" da Cruz Azul do Brasil, no valor de R$ 87.432,32 (oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), no prazo de 10 meses;

12) Projeto "ACAMPAMENTO PAIS E FILHOS – ANO II" da Cruz Azul do Brasil, no valor de R$ 136.426,95 (cento e trinta e seis mil quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos), no prazo de 10 meses;
13) Projeto "ROTA DO SABER" da Associação Família Feliz, no valor de R$ 59.223,00 (cinquenta e nove mil duzentos e vinte e três reais), no prazo de 12 meses;

14) Projeto "ENSINA-ME A FAZER SOZINHO: UM CAMINHO PARA A AUTONOMIA" da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos – ABADA, no valor de R$ 76.826,10 (setenta e seis mil oitocentos e vinte e seis reais e dez centavos), no prazo de 12 meses;

15) Projeto "MÃOS TALENTOSAS" da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos – ABADA, no valor de R$ 94.992,10 (noventa e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e dez centavos), no prazo de 12 meses;

16) Projeto "ESPORTE PARA O FUTURO" da Associação Família Feliz, no valor de R$ 168.058,54 (cento e sessenta e oito mil cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), no prazo de 12 meses.

Parágrafo único. Os certificados para captação de recursos via chancela serão válidos a partir da publicação desta resolução no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Art. 2º O valor total a ser captado pelas Organizações da Sociedade Civil para execução dos projetos dispostos no art. 1º desta Resolução, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Blumenau – FMDCA, é de R$ 1.182.723,08 (um milhão cento e oitenta e dois mil setecentos e vinte e três reais e oito centavos).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 27 de junho de 2024.

José Carlos Constantino
Vice-Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - CMDCA Gestão 2023/2025

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 24/2024

Publicação Nº 6133710

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 24 DE 27 DE JUNHO DE 2024
HOMOLOGA O RESULTADO DEFINITIVO DOS PROJETOS APRESENTADOS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E SELECIONADOS ATRAVÉS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMUDES Nº 006/2023 – FINANCIAMENTO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU - FMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, na deliberação da Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2024, conforme Ata CMDCA N.º 07/2024.

CONSIDERANDO:

- a Lei 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, o Decreto Federal nº 8.726/2016, a Instrução Normativa TCE/SC nº 14/2012, o Decreto Municipal nº 11.235/2017, que regem sobre o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil em regime de mútua cooperação;

- a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau - FMDCA;
- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

- a Resolução CMDCA N.º 49 de 28 de setembro de 2023 que "APROVA O LANÇAMENTO DE EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM A FINALIDADE DE SELEÇÃO DE PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSCs, DE CUNHO SOCIAL, COMPLEMENTAR OU INOVADOR, VOLTADOS À POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA FORMAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO DIRETO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU";

- a Portaria SEMUDES Nº 30 de 16 de maio de 2024 que designa os membros para formação da Comissão de Seleção e Julgamento de projetos apresentados aos Editais de Chamamento Público CMDCA na modalidade de financiamento e banco de projetos, de acordo com a Lei Federal nº 13.019 de 2014 e alterações, e Lei Complementar Municipal nº 411 de 01 de agosto de 2003;

- o ofício N.º 57/2024 da Comissão de Seleção e Julgamento, recebido em 10 de junho de 2024, que apresentou o resultado preliminar da análise individual das propostas – Edital de Chamamento Público SEMUDES Nº 006/2023 – Financiamento;

- o Ofício N.º 60/2024 – Comissão de Seleção e Julgamento, recebido em 24 de junho de 2024, que apresentou o resultado definitivo da análise individual das propostas – Após Fase Recursal – Edital de Chamamento Público SEMUDES Nº 006/2023 - FINANCIAMENTO;

- a deliberação em Plenária Ordinária realizada em 27 de junho de 2024.

RESOLVE:

Art.1º Homologar e tornar público o resultado definitivo do processo de seleção de projetos do Edital de Chamamento Público SEMUDES Nº 006/2023, na modalidade financiamento através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), conforme segue:

01) Projeto "MIX NO ESPORTE DE ARTES MARCIAIS" da Associação Amigo Esperança, no valor de R$ 59.973,50 (cinquenta e nove mil novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos), no prazo de 12 meses;

02) Projeto "TOTAL LIBERDADE" da Cruz Azul no Brasil, no valor de R$ 59.724,95 (cinquenta e nove mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos), no prazo de 12 meses;

03) Projeto "MÚSICA PURA E CORAL AMOR" da Associação de Educação Complementar - Puro Amor, no valor de R$ 58.186,00 (cinquenta e oito mil cento e oitenta e seis reais), no prazo de 24 meses;

04) Projeto "PROPOSTA ARTE E INCLUSÃO: AÇÃO, SUPERAÇÃO E LAZER" da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau – APAE, no valor de R$ 38.538,13 (trinta e oito mil quinhentos e trinta e oito reais e treze centavos), no prazo de 11 meses;

Art. 2º O valor total a ser financiado às Organizações da Sociedade Civil para execução dos projetos dispostos no art. 1º dessa Resolução, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Blumenau – FMDCA, é de R$ 216.422,58 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 27 de junho de 2024.

José Carlos Constantino
Vice-Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - CMDCA Gestão 2023/2025

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 25/2024

Publicação Nº 6133722

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 25 DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DE PROPOSTA JUNTO AO EDITAL FUNDOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA 2024 – ITAÚ SOCIAL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, a deliberação da Plenária Extraordinária realizada no dia 27 de junho de 2024 e, conforme Ata CMDCA N.º 08/2024 e,

CONSIDERANDO:

- a Lei 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe Sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar;

- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- o Edital Fundos da Infância e da Adolescência 2024 – Edital FIA/2024;

- o objetivo do Edital FIA/2024 em apoiar serviços, programas ou projetos que contribuam para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, em conformidade com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), e com demais normas legais que regulam serviços e programas direcionados a crianças e a adolescentes;

- o encaminhamento da Plenária Ordinária do CMDCA, realizada em 29 de maio do corrente ano, que analisou a correspondência eletrônica N.º 29, referente Lançamento Edital FIA 2024 - Itaú Social e deliberou por apresentar um projeto governamental;

- a apresentação da proposta e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA em Plenária Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2024, de aprovação da proposta para inscrição junto ao Edital Fundos da Infância e Adolescência 2024 - Itaú Social, conforme consta na Ata N.º 08/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição da proposta do Projeto "DIAGNÓSTICO SOCIAL DA REALIDADE LOCAL: UM OLHAR PARA A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM BLUMENAU", junto ao Edital Fundos da Infância e da Adolescência 2024 – Itaú Social.

Parágrafo único: A Secretaria de Desenvolvimento Social – SEMUDES, órgão governamental, será responsável pela execução da proposta.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 27 de junho de 2024.

José Carlos Constantino
Vice-Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - CMDCA Gestão 2023/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2212/2024 - SAMAE

Publicação Nº 6133739

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2212/2024 - SAMAE
O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 74, III, "f", da Lei 14.133/2021 e alterações, vem através do presente, determinar, ratificar e autorizar a execução da inexigibilidade acima epigrafada.

OBJETO: Pagamento de Inscrição no curso "Licitação Completo: Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Licitações Eletrônicas (Pregão e Concorrência por Menos Preço e Maior Desconto) e Sistema de Registro de Preços – SRP".

CONTRATADA: Instituto Nacional de Licitação HQZ LTDA

CNPJ: 11.032.434/0001-90

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$12.000,00

DATA HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2024

Blumenau (SC) 27/06/2024.

André Espezim
Diretor Presidente

CONTRATO Nº 2212/2024 - SAMAE

Publicação Nº 6133753

CONTRATO Nº 2212/2024
PARTES: SAMAE e DRYLLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDOS LTDA.
OBJETO: aquisição do produto químico Polímero Orgânico, utilizado no tratamento da água destinada ao abastecimento público
FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 2217/2024.
VALOR: R$ 24.375,00 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais).
PRAZO: 30 (trinta) meses, vigendo de 03 de julho de 2024 a 02 de janeiro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2024.

ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 07-2223/2024 - SAMAE

Publicação Nº 6133769

ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 07-2223/2024

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no uso de suas atribuições, publica ERRATA em relação ao PREGÃO ELETRÔNICO 07-2223/2024 - Contratação de serviços de coleta manual e mecanizada de resíduos sólidos domiciliares (Orgânicos, Recicláveis e Rejeitos), resíduos volumosos, bem como serviços de disponibilização, manutenção e higienização de contentores para o município de Blumenau - SC.

ONDE SE LÊ (EDITAL – ITEM 13.5):

13.5.1 - Relação Explicita e Termo de Declaração, nos termos do § 6º, do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, assinado pelo representante legal do proponente que possui recursos materiais e humanos compatíveis para a realização do objeto da licitação (Declaração - Anexo VIII);

13.5.2 - Licença Ambiental de Operação – LAO, emitida pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, ou pelo órgão ambiental competente do

Estado a que a empresa proponente pertencer, em nome da licitante, com validade na data de entrega dos envelopes, para a atividade de Serviço de coleta e transporte rodoviário de Resíduos Sólidos Domiciliares.

13.5.3 - Apresentar declaração formal de que a licitante dispõe ou se compromete a disponibilizar até a data de início da prestação dos serviços, objeto deste Edital, todos os veículos e equipamentos descritos no Termo de Referência – Item 9, com todas as exigências e características determinadas pelo SAMAE.

13.5.4 - Caso a proponente vencedora não apresente os veículos e equipamentos na forma relacionada, para início da prestação dos serviços objeto deste Edital, na data e local designado para realização da vistoria prévia para início da prestação dos serviços, terá sua proposta desconsiderada e será convocada a proponente classificada em segundo lugar para fazê-los.

13.5.5 - A empresa vencedora deverá apresentar Procedimentos Operacionais Padrão, por escrito, de conduta em caso de derramamento de resíduo durante o transporte, onde conste a notificação aos órgãos ambientais e de saúde pública.

13.5.6 - Apresentar plano de contingência em caso de interrupção do processo de transbordo até a disposição final do resíduo.

LEIA-SE (EDITAL – ITEM 13.5):

13.5.1 - Relação Explicita e Termo de Declaração, nos termos do § 6º, do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, assinado pelo representante legal do proponente que possui recursos materiais e humanos compatíveis para a realização do objeto da licitação (Declaração - Anexo VIII);

13.5.2 - Apresentar declaração formal de que a licitante dispõe ou se compromete a disponibilizar até a data de início da prestação dos serviços, objeto deste Edital, todos os veículos e equipamentos descritos no Termo de Referência – Item 9, com todas as exigências e características determinadas pelo SAMAE.

13.5.3 - Caso a proponente vencedora não apresente os veículos e equipamentos na forma relacionada, para início da prestação dos serviços objeto deste Edital, na data e local designado para realização da vistoria prévia para início da prestação dos serviços, terá sua proposta desconsiderada e será convocada a proponente classificada em segundo lugar para fazê-los.

13.5.4 - A empresa vencedora deverá apresentar Procedimentos Operacionais Padrão, por escrito, de conduta em caso de derramamento de resíduo durante o transporte, onde conste a notificação aos órgãos ambientais e de saúde pública.

13.5.5 - Apresentar plano de contingência em caso de interrupção do processo de transbordo até a disposição final do resíduo.

ONDE SE LÊ (ANEXO VII - DECLARAÇÃO):

Declaro, para atendimento do item 13.5.1 do Edital (Relação Explicita e Termo de Declaração, nos termos do § 6º, do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, assinado pelo representante legal do proponente que possui recursos materiais e humanos compatíveis para a realização do objeto da licitação) que possuímos e apresentaremos:
- Licença Ambiental de Operação – LAO, emitida pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, ou pelo órgão ambiental competente do Estado a que a empresa proponente pertencer, em nome da licitante, com validade na data de entrega dos envelopes, para a atividade de Serviço de coleta e transporte rodoviário de Resíduos Sólidos Domiciliares.
- Dispomos e/ou nos comprometemos a disponibilizar até a data de início da prestação dos serviços, objeto deste Edital, todos os veículos e equipamentos descritos no Termo de Referência – Item 9, com todas as exigências e características determinadas pelo SAMAE.
- Estamos cientes de que em caso de não apresentação dos veículos e equipamentos na forma relacionada, para início da prestação dos serviços objeto deste Edital, na data e local designado para realização da vistoria prévia para início da prestação dos serviços, teremos nossa proposta desconsiderada e será convocada a proponente classificada em segundo lugar para fazê-los.
- Apresentaremos os Procedimentos Operacionais Padrão, por escrito, de conduta em caso de derramamento de resíduo durante o transporte, onde conste a notificação aos órgãos ambientais e de saúde pública.
- Apresentaremos plano de contingência em caso de interrupção do processo de transbordo até a disposição final do resíduo.

LEIA-SE (ANEXO VII - DECLARAÇÃO):

Declaro, para atendimento do item 13.5.1 do Edital (Relação Explicita e Termo de Declaração, nos termos do § 6º, do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, assinado pelo representante legal do proponente que possui recursos materiais e humanos compatíveis para a realização do objeto da licitação) que possuímos e apresentaremos:
- Dispomos e/ou nos comprometemos a disponibilizar até a data de início da prestação dos serviços, objeto deste Edital, todos os veículos e equipamentos descritos no Termo de Referência – Item 9, com todas as exigências e características determinadas pelo SAMAE.
- Estamos cientes de que em caso de não apresentação dos veículos e equipamentos na forma relacionada, para início da prestação dos serviços objeto deste Edital, na data e local designado para realização da vistoria prévia para início da prestação dos serviços, teremos nossa proposta desconsiderada e será convocada a proponente classificada em segundo lugar para fazê-los.
- Apresentaremos os Procedimentos Operacionais Padrão, por escrito, de conduta em caso de derramamento de resíduo durante o transporte, onde conste a notificação aos órgãos ambientais e de saúde pública.
- Apresentaremos plano de contingência em caso de interrupção do processo de transbordo até a disposição final do resíduo.

ONDE SE LÊ (TERMO DE REFERÊNCIA – ITEM 9.4):

Para a coleta de resíduos sólidos domiciliares (resíduos orgânicos, secos e rejeitos, não abrangidos pela logística reversa, nem classificados como perigosos) deverão ser disponibilizados no mínimo:

a) Veículo compactador de capacidade mínima 15 m³: 15 unidades;

LEIA-SE (TERMO DE REFERÊNCIA – ITEM 9.4):

Para a coleta de resíduos sólidos domiciliares (resíduos orgânicos, secos e rejeitos, não abrangidos pela logística reversa, nem classificados como perigosos) deverão ser disponibilizados no mínimo:
a) Veículo compactador de capacidade mínima 15 m³: 16 unidades;
ONDE SE LÊ (TERMO DE REFERÊNCIA – ITEM 9.5):
Para a coleta seletiva de resíduos recicláveis, deverão ser disponibilizados no mínimo:
a) Veículo compactador de capacidade mínima 15 m³: 04 unidades;
LEIA-SE (TERMO DE REFERÊNCIA – ITEM 9.5):
Para a coleta seletiva de resíduos recicláveis, deverão ser disponibilizados no mínimo:
a) Veículo compactador de capacidade mínima 15 m³: 05 unidades;

Blumenau (SC), 27/06/2024

Andre Espezim
Diretor Presidente

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2208/2022 - SAMAE

Publicação Nº 6133782

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2208/2022

PARTES: SAMAE e LG SISTEMAS DE SEGURANÇA E CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: manutenção preventiva e corretiva de sistema de monitoramento de câmeras de vídeo para controle interno

VALOR: R$ 8.262,90 (oito mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), reajuste de 3,34%, com base no índice IPCA acumulado de junho/2023 a maio/2024.

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, vigendo de 29/06/2024 a 28/06/2025.

DATA DA ASSINATURA: 26 de junho de 2025.

EXTRATO Nº 224/2024 - FURB

Publicação Nº 6133805

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 224/2024

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
Best Hydro Comercial

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais hidráulicos para uso em manutenções e obras realizadas nos diversos *Campi* da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico (SRP) nº 062/2024 e Ata de Registro de Preços nº 062/2024, válido a partir de 1º de julho de 2024.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 01: Tubos e Conexões em PVC (Água Fria)							
Item	**Código FURB**	**Qtde.**	**Und.**	**Descrição do Item**	**Marca (obrigatório) e Modelo (se houver**	**Preço Unitário (em R$)**	**Preço Total do Item (em R$)**
1	4876	10	peça	Adaptador em PVC soldável com flanges e anel para caixa d`água – 1 ½”x50mm, com diâmetro do flange maior de 94,7mm e comprimento total de 67mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	11,14	111,40
2	4848	10	peça	Adaptador em PVC soldável com flanges e anel para caixa d`água – 2”x60mm, com diâmetro do flange maior de 108,7mm e comprimento total de 67mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	18,02	180,20
3	4847	5	peça	Adaptador em PVC soldável com flanges e anel para caixa d`água – ¾”x25mm, com diâmetro do flange maior de 70mm e comprimento total de 61mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	6,68	33,40
4	4842	5	peça	Adaptador em PVC soldável curto com bolsa e rosca para registro - 1 ½”x 50mm, comprimento de 63,0mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414	Plastilit	3,66	18,30
5	4844	5	peça	Adaptador em PVC soldável curto com bolsa e rosca para registro – 2 ½”x75mm, comprimento de 86,3mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Krona	19,64	98,20
6	4840	5	peça	Adaptador em PVC soldável curto com bolsa e rosca para registro – 1”x32mm, comprimento de 50,7mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414	Plastilit	2,04	10,20
7	4838	40	peça	Adaptador em PVC soldável curto com bolsa e rosca para	Plastilit	0,90	36,00

				registro – ½”x20mm, comprimento de 37,1mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.			
8	4843	5	peça	Adaptador em PVC soldável curto com bolsa e rosca para registro – 2”x60mm, comprimento de 72,7mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	8,10	40,50
9	4839	5	peça	Adaptador em PVC soldável curto com bolsa e rosca para registro – ¾”x25mm, comprimento de 40,3mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414	Plastilit	0,81	4,05
10	4877	5	peça	Adaptador em PVC soldável longo com flanges livres para caixa d`água – 1”x32mm, com comprimento total de 255mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Socel	8,55	42,75
11	5136	50	peça	Bucha de redução em PVC soldável curta – 25x20mm, comprimento de 18,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	0,57	28,50
12	5149	50	peça	Bucha de redução em PVC soldável curta – 32x25mm, comprimento de 22mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	0,86	43,00
13	5137	5	peça	Bucha de redução em PVC soldável curta – 40x32mm, comprimento de 26mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	1,98	9,90
14	5155	5	peça	Bucha de redução em PVC soldável curta – 50x40mm, comprimento de 31mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	3,23	16,15
15	22104	5	peça	Bucha de redução em PVC soldável curta – 60x50mm, comprimento de 36mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	4,71	23,55
16	5164	5	peça	Bucha de redução em PVC soldável curta – 75x60mm, comprimento de 43,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	9,92	49,60
17	5175	20	peça	Bucha de redução em PVC soldável longa – 40x25mm, comprimento de 51,8mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	4,07	81,40
18	5169	5	peça	Bucha de redução em PVC soldável longa – 50x25mm, comprimento de 61mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	2,15	10,75
19	17259	2	peça	Bucha de redução em PVC soldável longa – 50x32mm, comprimento de 61,3mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	2,85	5,70
20	5269	20	peça	Cap em PVC Soldável – 20mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	1,10	22,00
21	5283	50	peça	Cap em PVC Soldável – 25mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	1,22	61,00
22	5270	25	peça	Cap em PVC Soldável – 32mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	1,51	37,75
23	5271	5	peça	Cap em PVC Soldável – 40mm.	Plastilit	2,77	13,85

				Conforme ABNT NBR 5648.			
24	5261	5	peça	Cap em PVC Soldável – 50mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	6,06	30,30
25	5286	5	peça	Cap em PVC Soldável – 60mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	8,19	40,95
26	5296	5	peça	Cap em PVC Soldável – 75mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	14,98	74,90
27	4933	50	peça	Joelho 45º em PVC soldável – 20mm, com comprimento da entrada até o centro de 22,3mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	1,07	53,50
28	4934	50	peça	Joelho 45º em PVC soldável – 25mm, com comprimento da entrada até o centro de 24,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	1,15	57,50
29	4935	10	peça	Joelho 45º em PVC soldável – 32mm, com comprimento da entrada até o centro de 29,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	3,25	32,50
30	4936	10	peça	Joelho 45º em PVC soldável – 40mm, com comprimento da entrada até o centro de 35,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	4,67	46,70
31	4953	10	peça	Joelho 45º em PVC soldável – 50mm, com comprimento da entrada até o centro de 42,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	5,16	51,60
32	4937	10	peça	Joelho 45º em PVC soldável – 60mm, com comprimento da entrada até o centro de 49,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	20,62	206,20
33	4938	10	peça	Joelho 45º em PVC soldável – 75mm, com comprimento da entrada até o centro de 60mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	40,08	400,80
34	4939	100	peça	Joelho 90º em PVC soldável – 20mm, com comprimento da entrada até o centro de 27mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	0,56	56,00
35	4940	120	peça	Joelho 90º em PVC soldável – 25mm, com comprimento da entrada até o centro de 32mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	0,65	78,00
36	4941	20	peça	Joelho 90º em PVC soldável – 32mm, com comprimento da entrada até o centro de 39mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	2,10	42,00
37	4942	10	peça	Joelho 90º em PVC soldável – 40mm, com comprimento da entrada até o centro de 47mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	4,04	40,40
38	4959	50	peça	Joelho 90º em PVC soldável – 50mm, com comprimento da entrada até o centro de 57mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	3,98	199,00
39	4943	5	peça	Joelho 90º em PVC soldável – 60mm, com comprimento da entrada até o centro de 67mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	9,29	46,45
40	4944	10	peça	Joelho 90º em PVC soldável – 75mm, com comprimento da entrada até o centro de 87,2mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	42,92	429,20
41	4899	30	peça	Joelho 90º em PVC soldável azul e com bucha de latão –	Plastilit	4,55	136,50

				¾”x25mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.			
42	4898	30	peça	Joelho 90º em PVC soldável azul e com bucha de latão – ½”x20mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	4,79	143,70
43	4954	10	peça	Joelho 90º em PVC soldável azul e com bucha de latão – ½”x25mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	3,76	37,60
44	5243	10	peça	Luva de correr em PVC soldável de 20mm com anéis de borracha, comprimento de 46mm. Conforme ABNT NBR 5648	Plastilit	5,13	51,30
45	5242	10	peça	Luva de correr em PVC soldável de 25mm com anéis de borracha, comprimento de 51mm. Conforme ABNT NBR 5648	Plastilit	8,83	88,30
46	5241	5	peça	Luva de correr em PVC soldável de 32mm com anéis de borracha, comprimento de 59mm. Conforme ABNT NBR 5648	Plastilit	17,80	89,00
47	5190	5	peça	Luva de correr em PVC soldável de 40mm com anéis de borracha, comprimento de 75mm. Conforme ABNT NBR 5648	Plastilit	23,43	117,15
48	5224	5	peça	Luva de correr em PVC soldável de 50mm com anéis de borracha, comprimento de 83mm. Conforme ABNT NBR 5648	Plastilit	24,63	123,15
49	19432	5	peça	Luva de correr em PVC soldável de 60mm com anéis de borracha, comprimento de 94mm. Conforme ABNT NBR 5648	Plastilit	21,70	108,50
50	5206	50	peça	Luva em PVC soldável – 20mm; com comprimento de 35mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	0,46	23,00
51	5208	50	peça	Luva em PVC soldável – 25mm; com comprimento de 42mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	0,84	42,00
52	5227	20	peça	Luva em PVC soldável – 32mm; com comprimento de 48mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	2,21	44,20
53	5209	10	peça	Luva em PVC soldável – 40mm; com comprimento de 56mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	3,65	36,50
54	5245	10	peça	Luva em PVC soldável – 50mm; com comprimento de 67mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	3,72	37,20
55	5210	10	peça	Luva em PVC soldável – 60mm; com comprimento de 80mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	11,76	117,60
56	5225	20	peça	Luva em PVC soldável – 75mm; com comprimento de 102mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	17,01	340,20
57	5204	15	peça	Luva em PVC soldável azul e com bucha de latão – ½”x20mm; com comprimento de 31mm. Conforme ABNT NBR 5648 e	Plastilit	5,59	83,85

				NBR 6414.			
58	22167	10	peça	Luva em PVC soldável azul e com bucha de latão – ½"x25mm; com comprimento de 36mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	4,90	49,00
59	5205	10	peça	Luva em PVC soldável azul e com bucha de latão – ¾"x25mm; com comprimento de 36mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	3,42	34,20
60	5318	50	peça	Registro/válvula de esfera VS em PVC soldável de 25 mm, com união (**não** compacto), com profundidade das bolsas de 18,5mm e com comprimento total de 88mm e anéis de vedação em EPDM. Pressão de serviço: 16kgf/cm²	Plastilit	15,54	777,00
61	5336	10	peça	Registro/válvula de esfera VS em PVC soldável de 50 mm, com união (**não** compacto), com profundidade das bolsas de 31mm e com comprimento total de 138mm e anéis de vedação em EPDM. Pressão de serviço: 10kgf/cm²	Plastilit	32,06	320,60
62	5428	5	peça	Registro/válvula de esfera VS em PVC soldável de 60 mm, com união (**não** compacto), com profundidade das bolsas de 36mm e com comprimento total de 165mm e anéis de vedação em EPDM. Pressão de serviço: 10kgf/cm²	Krona	60,56	302,80
63	17274	10	peça	Registro/válvula esfera com borboleta de ½¨ em PVC, com rosca externa nas duas extremidades e com comprimento de 65mm. Conforme norma ABNT NBR 11306.	Doal	13,38	133,80
64	5398	5	peça	Registro/válvula esfera com borboleta de ¾¨ em PVC, com rosca externa nas duas extremidades e com comprimento de 75mm. Conforme norma ABNT NBR 11306.	Doal	14,96	74,80
65	4990	100	peça	Tê 90° em PVC soldável – 20mm; com comprimento de 54mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	0,95	95,00
66	4991	100	peça	Tê 90° em PVC soldável – 25mm; com comprimento de 64mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	1,03	103,00
67	4992	10	peça	Tê 90° em PVC soldável – 32mm; com comprimento de 78mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	3,29	32,90
68	4993	10	peça	Tê 90° em PVC soldável – 40mm; com comprimento de 94mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	6,04	60,40

69	28304	5	peça	Tê 90° de redução em PVC soldável – 40x32mm; com comprimento de 86mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	7,26	36,30
70	4994	5	peça	Tê 90° em PVC soldável – 50mm; com comprimento de 114mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	6,40	32,00
71	4999	5	peça	Tê 90° de redução em PVC soldável – 50x25mm; com comprimento de 117mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	5,98	29,90
72	4995	10	peça	Tê 90° em PVC soldável – 60mm; com comprimento de 142,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	20,20	202,00
73	4996	5	peça	Tê 90° em PVC soldável – 75mm; com comprimento de 174,5mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	30,51	152,55
74	5023	10	peça	Tê 90° em PVC soldável azul e com bucha de latão na bolsa central – 20mmx1/2”; com comprimento de 54mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	6,02	60,20
75	25256	10	peça	Tê 90° em PVC soldável azul e com bucha de latão na bolsa central – 25mmx1/2”; com comprimento de 59mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	6,65	66,50
76	5024	10	peça	Tê 90° em PVC soldável azul e com bucha de latão na bolsa central – 25mmx3/4”; com comprimento de 65mm. Conforme ABNT NBR 5648 e NBR 6414.	Plastilit	7,10	71,00
77	4766	60	metro	Tubo soldável 75mm em PVC 6,3 – PN 750 kPa, com espessura de parede de 4,7 mm. Conforme ABNT NBR 5648/pe CP19. Barra de 6 metros.	Plastilit	28,55	1.713,00
78	4760	300	metro	Tubo soldável 20mm em PVC 6,3 – PN 750 kPa, com espessura de parede de 1,5mm. Conforme ABNT NBR 5648/pe CP19. Barra de 6 metros.	Plastilit	3,01	903,00
79	4761	300	metro	Tubo soldável 25mm em PVC 6,3 – PN 750 kPa, com espessura de parede de 1,7mm. Conforme ABNT NBR 5648/pe CP19. Barra de 6 metros.	Plastilit	3,14	942,00
80	4762	30	metro	Tubo soldável 32mm em PVC 6,3 – PN 750 kPa, com espessura de parede de 2,1mm. Conforme ABNT NBR 5648/pe CP19. Barra de 6 metros.	Plastilit	7,00	210,00
81	4763	30	metro	Tubo soldável 40mm em PVC 6,3 – PN 750 kPa, com espessura de parede de 2,4mm. Conforme ABNT NBR 5648/pe CP19. Barra de 6 metros.	Plastilit	11,74	352,20
82	4764	30	metro	Tubo soldável 50mm em PVC 6,3 – PN 750 kPa, com	Plastilit	11,10	333,00

				espessura de parede de 3,0mm. Conforme ABNT NBR 5648/pe CP19. Barra de 6 metros.			
83	4765	30	metro	Tubo soldável 60mm em PVC 6,3 – PN 750 kPa, com espessura de parede de 3,3mm. Conforme ABNT NBR 5648/pe CP19. Barra de 6 metros.	Plastilit	15,00	450,00
84	4674	10	peça	União em PVC soldável com anel para vedação – 20mm, com diâmetro externo de 54,5mm e comprimento total de 51mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	5,65	56,50
85	4675	10	peça	União em PVC soldável com anel para vedação – 25mm, com diâmetro externo de 48mm e comprimento total de 46mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	6,20	62,00
86	4686	10	peça	União em PVC soldável com anel para vedação – 32mm, com diâmetro externo de 64mm e comprimento total de 55mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	10,29	102,90
87	4694	10	peça	União em PVC soldável com anel para vedação – 40mm, com sextavado de 79mm e comprimento total de 58mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	20,95	209,50
88	4693	15	peça	União em PVC soldável com anel para vedação – 50mm, com sextavado de 87,5mm e comprimento total de 68mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Plastilit	21,34	320,10
89	4692	5	peça	União em PVC soldável com anel para vedação – 60mm, com sextavado de 105mm e comprimento total de 78mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Krona	63,12	315,60
90	4691	5	peça	União em PVC soldável com anel para vedação – 75mm, com sextavado de 128mm e comprimento total de 94mm. Conforme ABNT NBR 5648.	Krona	144,12	720,60
91	20391	1	pç	Caixa d'água de polietileno 10.000L. Diâmetro máximo 2,97m, altura máxima 2,57m. Conforme ABNT NBR 14799.	Bakof	4.935,25	4.935,25
92	41150	2	pç	Registro esfera VS compacto soldável PVC 25mm, com comprimento de 63mm. Conforme ABNT NBR 11306.	Socel	7,82	15,64
93	5412	1	pç	Registro esfera VS compacto soldável PVC 32mm, com comprimento de 78mm. Conforme ABNT NBR 11306.	Socel	14,94	14,94
				Preço Total do Lote (em reais, R$)	18.774,08		
				Preço Total do Lote (em reais, por extenso)	Dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oito centavos		

Lote 13: Mangueiras Cristal							
Item	**Código FURB**	**Qtde.**	**Und.**	**Descrição do Item**	**Marca (obrigatório) e Modelo**	**Preço Unitário (em R$)**	**Preço Total do Item (em R$)**

					(se houver)		
1	10574	20	m	Mangueira de 3/4", com espessura de 2,0mm / fabricada em PVC flexível cristal.	Ibira	4,18	83,60
2	4747	50	m	Mangueira de 3/8", com espessura de 1,5mm / fabricada em PVC flexível cristal.	Ibira	2,40	120,00
3	17449	50	m	Mangueira de 1/2", com espessura de 1,5mm / fabricada em PVC flexível cristal.	Ibira	2,65	132,50
4	18351	10	m	Mangueira de 5/8", com espessura de 2,0mm / fabricada em PVC flexível cristal.	Ibira	3,29	32,90
5	29699	10	m	Mangueira de 5/16", com espessura de 1,0mm / fabricada em PVC flexível cristal.	Ibira	1,14	11,40
				Preço Total do Lote (em reais, R$)	380,40		
				Preço Total do Lote (em reais, por extenso)	Trezentos e oitenta reais e quarenta centavos		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir **data de expedição de assinatura,** podendo ser prorrogada em igual período.

DATA: 25/06/2024.

EXTRATO Nº 230/2024 - FURB

Publicação Nº 6133819

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 230/2024

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
J A TEIXEIRA VETERINÁRIA LTDA (PURO TRATO NUTRIÇÃO ANIMAL)

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de rações para animais do curso de Medicina Veterinária, do departamento de Ciências Naturais e Projetos da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico (SRP) nº 116/2024 e Ata de Registro de Preços nº 093/2024, válido a partir de 26 de junho de 2024.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R$)	Preço Total do Item (em R$)
11	8508	6.000	Quilo	Alimento completo para ratos e camundongos / ração pelitizada	Puro Trato Nutrição Animal	8,00	48.000,00
Valor Total (em R$ e por extenso)				**48.000,00 – Quarenta e oito mil reais.**			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos,** após a efetiva entrega (com descarga) da ração, desde que a mesma esteja em perfeitas condições, seja aprovada pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua emissão, podendo ser prorrogada por igual período.

DATA: 26/06/2024.

PORTARIA Nº 0281/2024 - FURB

Publicação Nº 6133833

PORTARIA Nº 0281/2024, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
Nomeia Bianca Caroline Michel para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

A Reitora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2023, NOMEIA

Bianca Caroline Michel

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Departamento de Educação Física, referência inicial 20.

Blumenau, 24 de junho de 2024.

MARCIA CRISTINA SARDÁ ESPINDOLA

PORTARIA Nº 0282/2024 - FURB

Publicação Nº 6133842

PORTARIA Nº 0282/2024, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
Nomeia Renata Moreira de Campos para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

A Reitora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem

como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2023, NOMEIA

Renata Moreira de Campos

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação na Divisão de Apoio à Extensão, referência inicial 20.

Blumenau, 24 de junho de 2024.

MARCIA CRISTINA SARDÁ ESPINDOLA

PORTARIA Nº 0283/2024 - FURB

Publicação Nº 6133854

PORTARIA Nº 0283/2024, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
Nomeia Carlos Alexandre de Oliveira Arakaki para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

A Reitora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2023, NOMEIA

Carlos Alexandre de Oliveira Arakaki

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação na Divisão de Administração Financeira, referência inicial 20.

Blumenau, 24 de junho de 2024.

MARCIA CRISTINA SARDÁ ESPINDOLA

PORTARIA Nº 0284/2024 - FURB

Publicação Nº 6133865

PORTARIA Nº 0284/2024, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
Nomeia Ana Clara Gebien para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

A Reitora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2023, NOMEIA

Ana Clara Gebien

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação na Divisão de Administração Financeira, referência inicial 20.

Blumenau, 24 de junho de 2024.

MARCIA CRISTINA SARDÁ ESPINDOLA

PORTARIA Nº 0285/2024 - FURB

Publicação Nº 6133881

PORTARIA Nº 0285/2024, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
Nomeia Lorenzo Strappazzon para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

A Reitora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2023, NOMEIA

Lorenzo StrAppazzon

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação na Divisão de Registros Acadêmicos, referência inicial 20.

Blumenau, 24 de junho de 2024.

MARCIA CRISTINA SARDÁ ESPINDOLA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25147/2024

Publicação Nº 6134970

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0039202-02.2024.1.03.0799-0000 contra JACKSON LUIS LAFORCE, devido ao tipo de ocorrência: capim junto às divisas ocorrida no endereço THEODORO PASOLD 703 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 6956 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

A Notificação Preliminar nº: 6957, pois verificou-se que há capim junto às divisas do lote, devendo providenciar a roçada do capim em uma faixa de 2 metros ao longo da testada e nas divisas com lotes edificados. Esta solicitação não aplica-se ao corte de árvores. em até 30 dias, sob pena de Multa de 2,00 VRU, conforme Inciso III e §2º do Art. 45 da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25148/2024

Publicação Nº 6134971

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0003451-51.2024.1.03.0799-0005 contra ANA LUIZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, devido ao tipo de ocorrência: capim junto às divisas ocorrida no endereço LUIZ DE OLIVEIRA S/N emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 14322 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 14320, pois verificou-se que não foi realizada a roçada do capim junto a faixa de 2 metros nas divisas do lote , sendo aplicada a Multa de 2,00 VRU, cujo valor corresponde a R$5302,34 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25156/2024

Publicação Nº 6135015

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0143264-30.2023.1.03.0799-0008 contra MARCO ANTONIO DE ALMEIDA, devido ao tipo de ocorrência: manutenção e reparos na calçada ocorrida no endereço CHRISTIANO KARSTEN 1208 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25152 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso III do Art. 57 e Inciso IV do Art. 92 e Art 96 e Inciso II do Art. 97 e Item 36 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25150, pois verificou-se que deixou de reparar a calçada pública, sendo aplicada a Multa de 3,00 VRU, cujo valor corresponde a R$8256,84 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 36 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25157/2024

Publicação Nº 6135016

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0028861-14.2024.1.03.0799-0001 contra JOSE DOS SANTOS, devido ao tipo de ocorrência: capim junto às divisas ocorrida no endereço HENRIQUE METTE emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 10441 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 79 do Anexo único da LC nº 1510/2023

A Notificação Preliminar nº: 10438, pois verificou-se que há capim junto às divisas do lote, devendo providenciar a roçada do capim em uma faixa de 2 metros ao longo da testada e nas divisas com lotes edificados. Esta solicitação não aplica-se ao corte de árvores. em até 20 dias, sob pena de Multa de 2,00 VRU, conforme Inciso III e §2º do Art. 45 da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25165/2024

Publicação Nº 6135026

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0143270-37.2023.1.03.0799-0008 contra IVO RODRIGUES DA SILVA, devido ao tipo de ocorrência: manutenção e reparos na calçada ocorrida no endereço CHRISTIANO KARSTEN 1230 emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 25161 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso III do Art. 57 e Inciso IV do Art. 92 e Art 96 e Inciso II do Art. 97 e Item 36 do Anexo único da LC nº 1510/2023

O Auto de Infração nº: 25159, pois verificou-se que deixou de reparar a calçada pública, sendo aplicada a Multa de 3,00 VRU, cujo valor corresponde a R$8256,84 conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 36 do Anexo único da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 25166/2024

Publicação Nº 6135027

O Secretário Municipal de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições, comunica que a Fiscalização de Obras e Posturas instaurou o processo administrativo 0064243-68.2024.1.03.0799-0001 contra FERNANDO MIGUEL GALLIGO, devido ao tipo de ocorrência: execução de calçada ocorrida no endereço OSCAR EWALD emitindo:

O Auto de Infração Primário nº: 21237 , a fim de adverti-lo sobre o primeiro cometimento de infração a um dispositivo legal, conforme Inciso II do Art. 92 e Art. 96 e Item 33 do Anexo único da LC nº 1510/2023

A Notificação Preliminar nº: 21234, pois verificou-se que há irregularidades em relação a calçada pública, devendo executar a pavimentação da calçada em frente ao seu lote, mediante autorização do órgão competente em até 60 dias, sob pena de Multa de 1,00 VRU, conforme Art. 20 e Inciso III do Art. 26 da LC nº 1510/2023

Após 15 dias da data de publicação deste edital fica o infrator cientificado que poderá apresentar Defesa Prévia, dentro do prazo de 10 dias. No caso de indeferimento da Defesa Prévia, fica assegurado ao infrator interpor Recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão em primeira instância. A manifestação deverá ser realizada através do processo digital, no endereço da internet: https://processodigital.blumenau.sc.gov.br. Dúvidas referentes ao processo digital podem ser esclarecidas junto à Praça do Cidadão do Município, presencialmente ou pelo telefone 47 3381-6981.

Bom Jesus

PREFEITURA

DECRETO Nº 047/2024

Publicação Nº 6132272

DECRETO N.047/2024
De 19/06/2024

"ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, Especialmente com o Art. 69, inc. III, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado novo horário de expediente para a Secretaria Municipal de Agricultura a partir de 20/06/2024, conforme segue:

I - Secretaria de Administração Planejamento e Finanças
Das 07h:00min às 13h:00min

II - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:
Das 07h:30min às 11h:30min
Das 13h:00min às 17h:00min

III – Secretaria de Obras
Das 07h:30min às 11h:30min
Das 13h:00min às 17h:00min

IV– Secretaria de Urbanismo
Das 07h:30min às 11h:30min
Das 13h:00min às 17h:00min

V – Secretaria de Educação Cultura e Esporte
Das 07h:45min às 11h:45min
Das 13h:15min às 17h:15min

Monitor de Creche:
Das 07h:00min às 13h:00min
Das 12h:00min às 18h:00min

VI- Secretaria de Assistência Social / CRAS
Das 07h:30min às 11h:30min
Das 13h:00min às 17h:00min

VII - Secretaria de Saúde
Das 07h:30min às 11h:30min
Das 13h:00min às 17h:00min

VIII- Vigilância Sanitária e Epidemiológica
Das 07h:30min às 11h:30min
Das 13h:00min às 17h:00min

Art.2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Bom Jesus - SC, 19 de junho de 2024.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

DECRETO Nº 048/2024

Publicação Nº 6132277

DECRETO N° 048/2024
25/06/2024

REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente e especialmente o Art. 69º Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o interesse público, poder discricionário e o fato superveniente da necessidade de adequação do edital de licitação.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório nº44/2024 – Pregão Presencial nº12/2024.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor nesta data.

Bom Jesus/SC, 25 de junho de 2024.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

DECRETO Nº 049/2024

Publicação Nº 6132281

DECRETO N° 049/2024
25/06/2024

DESIGNA MEMBROS PARA ATUAÇÃO NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECULÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente e especialmente o Art. 69º Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, através da Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, baseada na parceria da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil;
Considerando que no município de Entre Rios/SC, possui pessoas grupos que possui o seguimento de cultura local;
Considerando o dever de a Administração Pública em realizar atos que possa promover a cultura local.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os membros a seguir relacionadas, para atuação no processo de seleção de projetos para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, em conformidade com o edital a ser divulgado, da seguinte forma:
I – Simone Piovezan – Matrícula nº 172;
II – Ivone dos Santos – Matrícula nº 526;
III – Maciane Luchese – Matrícula nº 448;
IV – Ezequiel Costa Curta – Matrícula nº 818;
V – Vanderlei Adilio dos Santos – Matrícula nº 912.

Art. 2º. A comissão nomeada pelo presente decreto não são remunerados e prestam serviços relevantes ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data.

Bom Jesus/SC, 25 de junho de 2024.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24-2024

Publicação Nº 6131815

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

Considerando a desistência da empresa Everton Trevisan ME, resolve a administração convocar a assumir a respectiva ata de registro de preços a qual segue nos valores quantidades citadas no Anexo I.

COMERCIAL BREDA LTDA ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº. 205, sala 01, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.994.826/0001-62, neste ato representada por sua representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portadora do CPF nº. 035.198.399-62 e RG nº. 4.127.290, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024,** conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência até dia 21 de dezembro de 2024, a partir da sua assinatura.

2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
a) advertência;

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo município.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:
COMERCIAL BREDA LTDA ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº. 205, sala 01, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.994.826/0001-62, neste ato representada por sua representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portadora do CPF nº. 035.198.399-62 e RG nº. 4.127.290.

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 26 de Junho de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Comercial Breda Ltda ME
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024 – ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

EMPRESA VENCEDORA
COMERCIAL BREDA LTDA ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº. 205, sala 01, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.994.826/0001-62, neste ato representada por sua representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portadora do CPF nº. 035.198.399-62 e RG nº. 4.127.290

Item	Quant	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
4	418 Kg	Manga Tommy Características Gerais: de forma alongada, ovóide ou arredondada, casca esverdeada com manchas amarelas ou róseas quando maduro. Polpa carnosa, suculenta comestível, de coloração amarela ou amarelo-alaranjada, podendo ser fibrosa conforme algumas variedades. Fruta com polpa firme, intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Produção própria	7,40	3.093,20
5	558 KG	Mamão Importado De 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, doce e não amassado e não batido. Unidades de aproximadamente de 1000g a 1500g. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h.	Produção própria	10,65	5.942,70
9	110Kg	Pera Nacional - Tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, especial, deve ser doce e suculenta, não deverá estar verde nem totalmente madura. Não pode conter fruta com sarda, e/ou granizadas, devem ser sãs, sem rupturas e/ou pancadas na casca. Acondicionada em embalagem própria para alimentos. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Produção própria	11,80	1.298,00
14	841 Kg	Batata Monalisa Escovada, grupo I ou II, classe 2, tipo especial (de 45 a 85 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 e 200 gramas a unidade. Sem emissão de brotos, 1ª qualidade, nova. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, livres de rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que	Produção própria	5,15	4.331,15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

		possam alterar sua aparência e qualidade, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, com etiqueta do fornecedor			
16	216 Kg	Beterraba - nova, de 1ª qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	Produção própria	5,00	1.080,00
25	199,656	Repolho Verde - in natura, limpo, espécie comum, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidos, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, acondicionado em embalagem resistente, atóxica e especial para alimentos. O produto deverá apresentar o peso na embalagem. Unidade aproximadamente de 1-1,5 Kg. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	Produção própria	5,90	1.177,97
26	402 KG	Tomate Carmem De 1ª qualidade, tipo longa vida. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Produção própria	8,50	3.417,00

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Comercial Breda Ltda ME
Empresa Contratada

DECRETO 5995/2024

Publicação Nº 6131466

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.995/2024, 21 DE JUNHO DE 2024. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO, PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Especial do Processo Seletivo, para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, destinado ao preenchimento de vagas para Cargos Diversos para preenchimento de vagas de caráter temporário e vagas de Cadastro Reserva, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Compete a Comissão Especial do Processo Seletivo, acompanhar a realização, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do Processo Seletivo.

Parágrafo Único - A Comissão Especial do Processo Seletivo, é soberana e tem total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos não previstos no Edital do Processo Seletivo.

Art. 3º. A Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo, do município de Bom Jesus do Oeste – SC será assim composta:

Presidente: Walter Naujorks
Membros: Joice Ambrósio Schultz; Ana Paula Tumelero; Mirian Sch-nemann dos Santos.

.Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 21 de Junho de 2024.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 11/2022

Publicação Nº 6132842

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com o CONCURSO PÚBLICO de n°11/2022.

RESOLVE:

I. CONVOCAR a candidata JUCILHIANE TESKE brasileira, inscrita no CPF sob o n°047.059.149-88, aprovada no edital de Concurso público, Edital n°11/2022, segundo a ordem de classificação, para ocupar a vaga de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40 HORAS, para comparecer no prazo de 30 dias, na sede da prefeitura municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, junto ao setor de Recursos Humanos.

II. DETERMINA que a(o) candidata(o) convocada(o) apresente cópias da documentação abaixo descriminadas, acompanhada dos originais para conferencia, quando couber:
• 01 foto 3X4;
• Carteira de identidade;
• CPF;
• Título de eleitor;
• Quitação com as obrigações eleitorais;
• Certidão de nascimento ou casamento;
• Registro de nascimento dos filhos menores de idade e CPF;
• Histórico escolar;
• PIS/PASEP;
• Comprovante de residência atualizado;
• Declaração de bens;
• Conta corrente do Banco do Brasil ou Caixa econômica Federal;

III. O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga, ainda com base nos princípios da cooperação e de transparência, caso o candidato não pretenda assumir a vaga deverá apresentar documento formal de desistência junto sede da prefeitura municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, junto ao setor de Recursos Humanos

Bom Jesus do Oeste - SC, 27 de julho de 2024.

AIRTON ANTONIO REINEHR
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°145/2024

Publicação Nº 6131707

PORTARIA Nº 145/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio ao Servidor(a) Público(a) Municipal Srª. RAQUEL BACZINSKI PERSCH inscrito(a) na matricula sob nº 383-2 portador(a) do CPF nº 035.324.559-35 ocupante do cargo de Farmacêutica/Bioquímica, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, referente ao período de 13.02.2017 a 13.02.2022, nos termos do Artigo 79, da Lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006, (Estatuto dos servidores Públicos Municipais), sendo que a licença será gozada no período de 02 de julho de 2024 a 02 de outubro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 27 de junho de 2024.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA N°146/2024

Publicação Nº 6131727

PORTARIA Nº 146/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTÔNIO REINEHR, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Exonerada A Pedido, a partir da data de 01 de julho de 2024, a servidora Sr.ª JAQUELINE FICAGNA MURUSSI, inscrito na matricula sob nº 9822-1, ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais ACT, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, nomeada na data de 03 de abril de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013, retroagindo seus efeitos a data de 13 de junho de 2024.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 27 de junho de 2024.

AIRTON ANTÔNIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bombinhas

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO EDITAL DE PREGÃO N°003/2024 - FMC

Publicação Nº 6133056

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
AVISO DE SUSPENSÃO EDITAL DE
PREGÃO Nº 003/2024 – FMC
D56E9352043EF9F4B898226D8C1566E5147AAEBF

O Município de Bombinhas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 95.815.379/0001-02, com sede na Rua Baleia Jubarte, 328, comunica aos interessados a SUSPENSÃO, por tempo indeterminado, do referido processo, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM LIMPEZA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO, NAS INSTALAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA.**

Informações: Telefone: (0XX47) 3393-9500–Ramal 509 ou 551.

Bombinhas/ SC, 27 de junho de 2024.

KARINE FRANCIELI SCHEUERMANN
Secretária de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N°057/2024 - PMB

Publicação Nº 6132031

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N°057/2024 - PMB
1CA0D0FA71605DF9D44F95BB81CB4FC63E766545

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA RETOESCAVADEIRA DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, CONFORME PR 43/2023 - PMB".

CONTRATADA: COMPARTS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 03.195.677/0001-10, com sede na Rua José Manoel Reis, s/n, bairro Centro, cidade Tijucas/SC.

VALOR: R$21.883,94 (vinte um mil oitocentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2024.

Bombinhas, 27 de junho de 2024.

KARINE FRANCIELI SCHEUERMANN
Secretária de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N°058/2024 - PMB

Publicação Nº 6132033

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N°058/2024 - PMB
246E23F13BAD7C519B8D843D497977284E6AB016

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS ESCAVADEIRAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS."

CONTRATADA: PAULISTA TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 19.900.767/0001-03, com sede à Rua Cinco, 658, Orlândia/SC.

VALOR: R$ 49.782,00 (quarenta e nove mil e setecentos e oitenta e dois reais).

DATA DA ASSINATURA: 21 de junho de 2024.

Bombinhas, 27 de junho de 2024.

KARINE FRANCIELI SCHEUERMANN
Secretária de Administração

Braço do Norte

Prefeitura

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 730, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132802

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 730,
DE 27 DE JUNHO DE 2024.

"MODIFICA DISPOSITIVOS DO ANEXO DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E COM O PLANO PLURIANUAL, DA LEI MUNICIPAL Nº. 709, DE 14/12/2023, E ALTERAÇÕES, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, SEUS ÓRGÃOS E ENTIDADES, PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO."

O Prefeito de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal Nº. 709, de 14/12/2023, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Braço do Norte, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2024, as ações valoradas e especificadas abaixo;

Art.2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial, mediante decreto, no valor de R$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Município, a saber:

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
3.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA / DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
2	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
2.011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
28	3.3.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 100.000,00

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
5.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, CULTURA E TURISM / DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
6	EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA				
2.042	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
95	3.3.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.1001.0116	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 500.000,00

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
5.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, CULTURA E TURISM / DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO				
6	EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA				
2.022	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL				
91	3.1.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 100.000,00

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
7.001	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
11	ATENDIMENTO E PROT. INTEGRAL A CRIANÇA E ADOL.				
2.027	PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
116	3.3.50.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 400.000,00

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
9.001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / DEPARTAMENTO DE URBANISMO				
20	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICASERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA				
2.039	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS				
158	3.3.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 500.000,00

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE
9.001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / DEPARTAMENTO DE URBANISMO

21	ESTRADAS VICINAIS				
1.032	REALIZACAO MACRODENAGEM				
XXX	3.3.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 300.000,00

Art.3º. Para fazer face às despesas mencionadas no artigo anterior, fica autorizada a anulação, mediante Decreto, no valor de R$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), a saber:

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
9.001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / DEPARTAMENTO DE URBANISMO				
22	URBANIZAÇÃO DE VIAS				
1.007	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE				
162	4.4.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 1.100.000,00

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
9.001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / DEPARTAMENTO DE URBANISMO				
22	URBANIZAÇÃO DE VIAS				
1.032	CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO				
165	4.4.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 500.000,00

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO NORTE				
9.001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / DEPARTAMENTO DE URBANISMO				
21	ESTRADAS VICINAIS				
1.032	REALIZACAO MACRODENAGEM				
167	4.4.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.500.0000.0080	RECURSO ORDINÁRIO	R$ 300.000,00

Art.4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Norte, 27 de junho de 2024.

ROBERTO KUERTEN MARCELINO
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e Publicado no Diário Oficial Municipal

SÉRGIO FERNANDO DOMINGOS ARENT
Secretário de Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 78/2024

Publicação Nº 6133386

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 90CCBA5E65087FD7339117B3853442873ACF050D

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo
Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232
gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br
Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina
CNPJ 95.952.230/0001-67

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO– SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 78/2024

O Município de Braço do Trombudo, inscrito no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, de conformidade com a Lei Federal nº. 14.113/2021, de 1º de abril de 2021; torna público que será contratada, através de processo de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, inciso III alínea f, a empresa **REINOLDO FRANCISCO CARDINAL HUTH**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 29.344.287/0001-59, com sede a AV. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº2200, Bloco 34C; APT 204,CEP 96.075-810 bairro São Gonçalo, Pelotas/RS, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O TEMA - TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUDISTA).** O Município de Braço do Trombudo pagará à CONTRATADA o valor total de R$ R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) a ser pago em única parcela.

Braço do Trombudo (SC), 27 de abril de 2024.

NILDO MELMESTET:59408693949
Assinado de forma digital por NILDO MELMESTET:59408693949
Dados: 2024.06.27 16:32:36 -03'00'

NILDO MELMESTET
PREFEITO MUNICIPAL

Brunópolis

Prefeitura

1º ADITIVO AO CONTRATO 003/2024

Publicação Nº 6132533

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D605C39D7F4BBE10950F9661695A38B5195ADD90

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 003/2024

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

1º Aditivo do Contrato n° 003/2024, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a contratada Consbrita Construtora de Obras Ltda.

Objeto: Execução da obra de Pavimentação Asfáltica em CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado à Quente), do Trecho da Rua Marino Longhi – acesso a comunidade Vila Aterrados e da Rua Giovani Zampieri - acesso comunidade de Galegos.

Validade do Contrato: O aditivo terá validade de 30/06/2024 até 30/10/2024.

Brunópolis, 27 de junho de 2024

Volcir Canuto

3º ADITIVO AO CONTRATO 004/2022

Publicação Nº 6131745

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1295CE75D5C1B5B81B480C119619399E76898780

EXTRATO REFERENTE AO CONTRATO Nº 018/2024

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

Contrato n° 018/2024, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a Contratada On-Highway Brasil Ltda.

Objeto: Aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO

4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar.

Valor Total: R$ 398.500,00 (trezentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).

Validade do Contrato: O contrato terá vigência de 320 dias após assinatura do contrato.

Brunópolis, 25 de junho de 2024

Volcir Canuto – Prefeito

3º ADITIVO AO CONTRATO 029/2021

Publicação Nº 6132394

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 34187A4CF651ED53BB99AF51662C42EB45B4888A

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 029/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

3º Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato n° 029/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a Empresa Nacional Soluções Inteligentes em Ti Ltda.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Informática.

Valor Total do contrato com reajuste: R$ 40.553,90 (quarenta mil quinhentos e cinquenta e três reais e noventa centavos).

Validade do Contrato: O aditivo terá validade até 30/06/2025.

Brunópolis, 27 de junho de 2024

Volcir Canuto

3º ADITIVO AO CONTRATO 030/2021

Publicação Nº 6132457

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3D24168F9D6AD4D205604901BE57B2D2D09747A7

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 030/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS através FMS

3º Aditivo de Contrato n° 030/2021, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a contratada Juliana Lemos Lucena Serviços Médicos Ltda

Objeto: Contratação de Serviços de atendimento médico na especialidade de ginecologia/obstetrícia.

Valor do Contrato com Reajuste: R$ 72.006,58 (setenta e dois mil e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Validade do Contrato: O aditivo terá validade de 30/06/2024 até 30/06/2025.

Brunópolis, 27 de junho de 2024

Volcir Canuto

AVISO PROCESSO N° 037/2024 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 010/2024

Publicação Nº 6132686

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 774AEB55D2159A412BC96B3CC89CDDBD49ECC9EB

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 037/2024 – Edital de Concorrência nº 010/2024

Objeto: Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de material e mão de obra objetivando a execução de Obras e Serviços de Engenharia, tendo como Objeto a Execução de Pavimentação em Lajota Sextavada de Concreto com Passeios e Sinalização Viárias das Ruas André Kemer e Otília Gonçalves de Oliveira Kemer, com área de 2.343,00 m2, na área urbana do município de Brunópolis - SC. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 12/07/2024, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível nos endereços eletrônicos www.brunopolis.sc.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Volcir Canuto - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 018/2024

Publicação Nº 6131769

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 22AE4247E7CD62DDB42360D7E4ADD39797CAF49F

EXTRATO REFERENTE AO CONTRATO Nº 018/2024

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

Contrato n° 018/2024, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a Contratada On-Highway Brasil Ltda.

Objeto: Aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO

4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar.

Valor Total: R$ 398.500,00 (trezentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).

Validade do Contrato: O contrato terá vigência de 320 dias após assinatura do contrato.

Brunópolis, 25 de junho de 2024

Volcir Canuto – Prefeito

DECRETO Nº 041, DE 27 DE JUNHO DE 2024. ALTERA DECRETO 17/2017

Publicação Nº 6132879

DECRETO Nº 041, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
ALTERA DECRETO 17/2017.

VOLCIR CANUTO, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis, e pelo artigo 19 da Lei nº 643, de 17/08/2011:

RESOLVE

Art. 1º. Alterar o art. 1º do Decreto 017/2017, o qual passa a ter seguinte redação:

Art. 1.º. A partir da vigência do presente Decreto, o ressarcimento das despesas com alimentação será efetuado até o limite máximo de R$ 40,00 (quarenta reais) para almoço/janta e R$ 20,00 (vinte reais) para café/lanche.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial revoga Decreto 068/2022.

Brunópolis, 27 de junho de 2024.

Volcir Canuto
Prefeito Municipal

Elaine Novacki dos Santos
Secretária de Administração Planejamento e Fazenda

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2024 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA-REURB PROGRAMA REGULARIZA BRUNÓPOLIS – ETAPA 5

Publicação Nº 6132869

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2024
PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA-REURB
PROGRAMA REGULARIZA BRUNÓPOLIS – ETAPA 5

O MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.853/0001-61, com sede no Paço Municipal, localizado na Rua Selmo Heck, 2.405, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Volcir Canuto, vem, através deste edital, **NOTIFICAR** a todos os **titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados**, que eventualmente não foram notificados pessoalmente, que o núcleo urbano informal consolidado que passa a ser denominado de **"Marombas II"-Etapa5,** com área total de 81.988,56 m², (Oitenta e um mil novecentos e oitenta e oito metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), localizado em terrenos privados e público, localizados no lado par da Rua Campos Novos, distante 18,78 metros da esquina com a Servidão 1, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, encontra-se em processo de Regularização Fundiária, nas modalidades Interesse Específico e Interesse Social (Reurb-E/Reurb-S), conforme Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

O procedimento de regularização fundiária urbana (REURB) com o objetivo de se conceder legitimação fundiária (matrículas imobiliárias individualizadas) aos detentores de posse de lotes existentes no referido núcleo urbano, foi instaurado pelo Município de Brunópolis através do Decreto nº 40, de 25 de junho de 2024.

Por meio do presente Edital, os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, ficam notificados dos limites internos dos lotes regularizados e dos limites externos da área regularizada, conforme Memorial Descritivo e Planta de Regularização, anexos.

As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital, devendo ser protocoladas na sede da Prefeitura, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pela Comissão Especial do Programa Regulariza Brunópolis, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, conforme art. 31, §3º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §7º, do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Não havendo manifestação em contrário, considerar-se-ão como aceitos os elementos do presente Edital e dos seus anexos, inclusive pelos confrontantes internos e externos à área regularizada, seguindo o projeto de regularização para aprovação.

O presente Edital tem efeitos a partir de sua publicação.

Publique-se no DOM, no *site* do Município e em jornal de circulação nesta Comarca.

Brunópolis, 27 de junho de 2024.

VOLCIR CANUTO
Prefeito Municipal

ANEXO I
MEMORIAL DESCRITIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB

Terreno urbano, com área superficial de **312,31 m²**, (Trezentos e doze metros e trinta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 01**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, distante 18,78 metros da esquina com a Servidão 1, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522939.397 m e N= 6977171.978 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 122°40'53" e a distância de 17.07 m até o marco **'V1'** (E=522953.764 m e N=6977162.761 m); Daí segue confrontando com Lote 02 com o azimute de 197°36'30" e a distância de 23.85 m até o marco **'V2'** (E=522946.548 m e N=6977140.025 m); Daí segue com o azimute de 284°22'29" e a distância de 7.93 m até o marco **'V3'** (E=522938.863 m e N=6977141.995 m); Daí segue confrontando com Mat nº 8105 com o azimute de 1°01'10" e a distância de 29.99 m até o marco **'V0'** (E=522939.397 m e N=6977171.978 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 78.84 m.

Terreno urbano, com área superficial de **538,70 m²**, (Quinhentos e trinta e oito metros e setenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 02**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, distante 12,54 metros da esquina com a Servidão 1, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522953.764 m e N= 6977162.761 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 123°28'04" e a distância de 6.24 m até o marco **'V1'** (E=522958.967 m e N=6977159.321 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimute de 197°36'30" e a distância de 24.09 m até o marco **'V2'** (E=522951.679 m e N=6977136.357 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de 187°52'30" e a distância de 32.32 m até o marco **'V3'** (E=522947.251 m e N=6977104.342 m); Daí segue confrontando com a mat nº 1062 com o azimute de 273°15'11" e a distância de 9.06 m até o marco **'V4'** (E=522938.202 m e N=6977104.857 m); Daí segue confrontando com Mat nº 8105 com o azimute de 1°01'10" e a distância de 37.14 m até o marco **'V5'** (E=522938.863 m e N=6977141.995 m); Daí segue confrontando com Lote 01 com o azimute de 104°22'29" e a distância de 7.93 m até o marco **'V6'** (E=522946.548 m e N=6977140.025 m); Daí segue com o azimute de 17°36'30" e a distância de 23.85 m até o marco **'V0'** (E=522953.764 m e N=6977162.761 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 140.63 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **250,97 m²**, (Duzentos e cinquenta metros e noventa e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 03**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, na esquina com a Servidão 1, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522958.967 m e N= 6977159.321 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 124°08'20" e a distância de 12.54 m até o marco **'V1'** (E=522969.346 m e N=6977152.284 m); Daí segue confrontando com Servidão 01 com o azimute de 199°52'04" e a distância de 18.95 m até o marco **'V2'** (E=522962.906 m e N=6977134.461 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de 279°35'09" e a distância de 11.39 m até o marco **'V3'** (E=522951.679 m e N=6977136.357 m); Daí segue confrontando com Lote 02 com o azimute de 17°36'30" e a distância de 24.09 m até o marco **'V0'** (E=522958.967 m e N=6977159.321 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 66.97 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **267,70 m²**, (Duzentos e sessenta e sete metros e setenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 04**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Servidão 01, distante 18,95 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522951.679 m e N= 6977136.357 m dividindo-o com o Lote 03; Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimute de 99°35'09" e a distância de 11.39 m até o marco **'V1'** (E=522962.906 m e N=6977134.461 m); Daí segue confrontando com Servidão 01 com o azimute de 199°28'17" e a distância de 18.79 m até o marco **'V2'** (E=522956.641 m e N=6977116.742 m); Daí segue com o azimute de 194°28'56" e a distância de 13.16 m até o marco **'V3'** (E=522953.349 m e N=6977103.996 m); Daí segue confrontando com a Mat nº 1062 com o azimute de 273°15'11" e a distância de 6.11 m até o marco **'V4'** (E=522947.251 m e N=6977104.342 m); Daí segue confrontando com Lote 02 com o azimute de 7°52'30" e a distância de 32.32 m até o marco **'V0'** (E=522951.679 m e N=6977136.357 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 81.77 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **180,04 m²**, (Cento e oitenta metros e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 05**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Servidão 01, na esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522970.627 m e N= 6977151.415 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 124°09'29" e a distância de 10.89 m até o marco **'V1'** (E=522979.641 m e N=6977145.299 m); Daí segue confrontando com Lote 08 com o azimute de 196°43'12" e a distância de 14.38 m até o marco **'V2'** (E=522975.503 m e N=6977131.525 m); Daí segue confrontando com Lote 06 com o azimute de 282°15'38" e a distância de 11.45 m até o marco **'V3'** (E=522964.318 m e N=6977133.956 m); Daí segue confrontando com Servidão 01 com o azimute de 19°52'04" e a distância de 18.56 m até o marco **'V0'** (E=522970.627 m e N=6977151.415 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 55.28 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **221,91 m²**, (Duzentos e vinte e um metros e noventa e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 06**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Servidão 01, distante 18,56 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522964.318 m e N= 6977133.956 m dividindo-o com o Lote 05; Daí segue confrontando com Lote 05 com o azimute de 102°15'38" e a distância de 11.45 m até o marco **'V1'** (E=522975.503 m e N=6977131.525 m); Daí segue confrontando com Lote 08 com o azimute de 196°43'12" e a distância de 18.78 m até o marco **'V2'** (E=522970.100 m e N=6977113.537 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimute de 282°57'37" e a distância de 12.34 m até o marco **'V3'** (E=522958.077 m e N=6977116.304 m); Daí segue confrontando com Servidão 01 com o azimute de 19°28'17" e a distância de 18.72 m até o marco **'V0'** (E=522964.318 m e N=6977133.956 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 61.29 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **144,65 m²**, (Cento e quarenta e quatro metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 07**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Servidão 01, distante 37,28 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522958.077 m e N= 6977116.304 m dividindo-o com o Lote 06; Daí segue confrontando com Lote 06 com o azimute de 102°57'37" e a distância de 12.34 m até o marco **'V1'** (E=522970.100 m e N=6977113.537 m); Daí segue confrontando com a Mat nº 1062 com o azimute de 195°51'24" e a distância de 10.94 m até o marco **'V2'** (E=522967.110 m e N=6977103.013 m); Daí segue confrontando com a Mat nº 1062 com o azimute de 274°11'14" e a distância de 12.27 m até o marco **'V3'** (E=522954.876 m e N=6977103.909 m); Daí segue confrontando com Servidão 01 com o azimute de 14°28'56" e a distância de 12.80 m até o marco **'V0'** (E=522958.077 m e N=6977116.304 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 48.35 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **583,40 m²**, (Quinhentos e oitenta e três metros e quarenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 08**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, distante 10,89 metros da esquina com a Servidão 01, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522979.641 m e N= 6977145.299 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 124°13'46" e a distância de 24.07 m até o marco **'V1'** (E=522999.540 m e N=6977131.761 m); Daí segue confrontando com Lote 09 com o azimute de 209°35'09" e a distância de 24.43 m até o marco **'V2'** (E=522987.480 m e N=6977110.520 m); Daí segue confrontando com Mat nº 1062 com o azimute de 279°50'54" e a distância de 17.64 m até o marco **'V3'** (E=522970.100 m e N=6977113.537 m); Daí segue confrontando com Lote 06 com o azimute de 16°43'12" e a distância de 18.78 m até o marco **'V4'** (E=522975.503 m e N=6977131.525 m); Daí segue confrontando com Lote 05 com o azimute de 16°43'12" e a distância de 14.38 m até o marco **'V0'** (E=522979.641 m e N=6977145.299 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 99.30 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **589,55 m²**, (Quinhentos e oitenta e nove metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 09**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, distante 34,96 metros da esquina com a Servidão 01, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522999.540 m e N= 6977131.761 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 124°46'40" e a distância de 17.84 m até o marco **'V1'** (E=523014.191 m e N=6977121.587 m); Daí segue confrontando com Lote 10 com o azimute de 191°15'56" e a distância de 22.50 m até o marco **'V2'** (E=523009.795 m e N=6977099.517 m); Daí segue confrontando com Lote 15 com o azimute de 277°43'44" e a distância de 11.87 m até o marco **'V3'** (E=522998.036 m e N=6977101.113 m); Daí segue confrontando com Lote 16 com o azimute de 279°35'14" e a distância de 14.71 m até o marco **'V4'** (E=522983.530 m e N=6977103.563 m); Daí segue confrontando com Mat nº 1062 com o azimute de 29°35'09" e a distância de 8.00 m até o marco **'V5'** (E=522987.480 m e N=6977110.520 m); Daí segue confrontando com Lote 08 com o azimute de

29°35'09" e a distância de 24.43 m até o marco **'V0'** (E=522999.540 m e N=6977131.761 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 99.35 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **228,28 m²**, (Duzentos e vinte e oito metros e vinte e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 10**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, distante 52,80 metros da esquina com a Servidão 01, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523014.191 m e N= 6977121.587 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 126°15'49" e a distância de 12.34 m até o marco **'V1'** (E=523024.141 m e N=6977114.287 m); Daí segue confrontando com Lote 11 com o azimute de 189°03'58" e a distância de 17.30 m até o marco **'V2'** (E=523021.415 m e N=6977097.200 m); Daí segue confrontando com Lote 15 com o azimute de 281°16'42" e a distância de 11.85 m até o marco **'V3'** (E=523009.795 m e N=6977099.517 m); Daí segue confrontando com Lote 09 com o azimute de 11°15'56" e a distância de 22.50 m até o marco **'V0'** (E=523014.191 m e N=6977121.587 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 63.99 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **305,21 m²**, (Trezentos e cinco metros e vinte e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 11**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, distante 65,14 metros da esquina com a Servidão 01, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523024.141 m e N= 6977114.287 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 127°19'53" e a distância de 16.17 m até o marco **'V1'** (E=523036.995 m e N=6977104.484 m); Daí segue confrontando com Lote 12 e Lote 13 com o azimute de 186°14'25" e a distância de 17.64 m até o marco **'V2'** (E=523035.078 m e N=6977086.949 m); Daí segue confrontando com Lote 13 com o azimute de 279°07'17" e a distância de 1.66 m até o marco **'V3'** (E=523033.434 m e N=6977087.212 m); Daí segue confrontando com Lote 14 com o azimute de 279°07'17" e a distância de 11.51 m até o marco **'V4'** (E=523022.069 m e N=6977089.037 m); Daí segue confrontando com Lote 15 com o azimute de 355°24'47" e a distância de 8.19 m até o marco **'V5'** (E=523021.415 m e N=6977097.200 m); Daí segue confrontando com Lote 10 com o azimute de 9°03'58" e a distância de 17.30 m até o marco **'V0'** (E=523024.141 m e N=6977114.287 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 72.47 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **803,66 m²**, (Oitocentos e três metros e sessenta e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 12**, da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Campos Novos, distante na esquina com a Rua Waldelino Custodio de Oliveira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523036.995 m e N= 6977104.484 m dividindo-o com o Rua Campos Novos; Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 129°53'04" e a distância de 27.35 m até o marco **'V1'** (E=523057.983 m e N=6977086.946 m); Daí segue com o azimute de 139°20'10" e a distância de 12.02 m até o marco **'V2'** (E=523065.817 m e N=6977077.826 m); Daí segue com o azimute de 149°05'16" e a distância de 25.19 m até o marco **'V3'** (E=523078.758 m e N=6977056.213 m); Daí segue com o azimute de 184°55'36" e a distância de 2.16 m até o marco **'V4'** (E=523078.572 m e N=6977054.059 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 250°22'39" e a distância de 2.16 m até o marco **'V5'** (E=523076.535 m e N=6977053.333 m); Daí segue com o azimute de 283°06'10" e a distância de 23.30 m até o marco **'V6'** (E=523053.844 m e N=6977058.614 m); Daí segue confrontando com Lote 13 com o azimute de 346°16'48" e a distância de 11.06 m até o marco **'V7'** (E=523051.221 m e N=6977069.361 m); Daí segue com o azimute de 330°25'03" e a distância de 30.68 m até o marco **'V8'** (E=523036.073 m e N=6977096.045 m); Daí segue confrontando com Lote 11 com o azimute de 6°14'25" e a distância de 8.49 m até o marco **'V0'** (E=523036.995 m e N=6977104.484 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 142.41 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **427,18 m²**, (Quatrocentos e vinte e sete metros e dezoito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 13,** da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 23,30 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523036.073 m e N= 6977096.045 m dividindo-o com o Lote 12; Daí segue confrontando com Lote 12 com o azimute de 150°25'03" e a distância de 30.68 m até o marco **'V1'** (E=523051.221 m e N=6977069.361 m); Daí segue com o azimute de 166°16'48" e a distância de 11.06 m até o marco **'V2'** (E=523053.844 m e N=6977058.614 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 278°32'16" e a distância de 20.63 m até o marco **'V3'** (E=523033.438 m e N=6977061.678 m); Daí segue confrontando com Lote 14 com o azimute de 359°59'28" e a distância de 25.53 m até o marco **'V4'** (E=523033.434 m e N=6977087.212 m); Daí segue confrontando com Lote 11 com o azimute de 99°07'17" e a distância de 1.66 m até o marco **'V5'** (E=523035.078 m e N=6977086.949 m); Daí segue com o azimute de 6°14'25" e a distância de 9.15 m até o marco **'V0'**

(E=523036.073 m e N=6977096.045 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 98.71 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **307,66 m²**, (Trezentos e sete metros e sessenta e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 14,** da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 43,93 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523022.069 m e N= 6977089.037 m dividindo-o com o Lote 11; Daí segue confrontando com Lote 11 com o azimute de 99°07'17" e a distância de 11.51 m até o marco **'V1'** (E=523033.434 m e N=6977087.212 m); Daí segue confrontando com Lote 13 com o azimute de 179°59'28" e a distância de 25.53 m até o marco **'V2'** (E=523033.438 m e N=6977061.678 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 278°33'30" e a distância de 12.82 m até o marco **'V3'** (E=523020.761 m e N=6977063.585 m); Daí segue confrontando com Lote 15 com o azimute de 2°56'31" e a distância de 25.49 m até o marco **'V0'** (E=523022.069 m e N=6977089.037 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 75.35 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **829,28 m²**, (Oitocentos e vinte e nove metros e vinte e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 15,** da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 56,75 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522998.006 m e N= 6977101.118 m dividindo-o com o Lote 09; Daí segue confrontando com Lote 09 com o azimute de 97°44'01" e a distância de 11.90 m até o marco **'V1'** (E=523009.795 m e N=6977099.517 m); Daí segue confrontando com Lote 10 com o azimute de 101°16'42" e a distância de 11.85 m até o marco **'V2'** (E=523021.415 m e N=6977097.200 m); Daí segue confrontando com Lote 11 com o azimute de 175°24'47" e a distância de 8.19 m até o marco **'V3'** (E=523022.069 m e N=6977089.037 m); Daí segue confrontando com Lote 14 com o azimute de 182°56'31" e a distância de 25.49 m até o marco **'V4'** (E=523020.761 m e N=6977063.585 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 278°34'13" e a distância de 20.21 m até o marco **'V5'** (E=523000.782 m e N=6977066.596 m); Daí segue com o azimute de 267°32'33" e a distância de 4.38 m até o marco **'V6'** (E=522996.402 m e N=6977066.408 m); Daí segue confrontando com Lote 16 com o azimute de 2°38'41" e a distância de 34.75 m até o marco **'V0'** (E=522998.006 m e N=6977101.118 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **659,80 m²**, (Seiscentos e cinquenta e nove metros e oitenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 16,** da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 81,34 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522983.530 m e N= 6977103.563 m dividindo-o com o Lote 09; Daí segue confrontando com Lote 09 com o azimute de 99°35'14" e a distância de 14.71 m até o marco **'V1'** (E=522998.006 m e N=6977101.118 m); Daí segue confrontando com Lote 15 com o azimute de 182°38'41" e a distância de 34.75 m até o marco **'V2'** (E=522996.402 m e N=6977066.408 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 261°55'33" e a distância de 17.56 m até o marco **'V3'** (E=522979.013 m e N=6977063.942 m); Daí segue confrontando com Mat nº 1062 com o azimute de 1°34'29" e a distância de 39.52 m até o marco **'V4'** (E=522980.099 m e N=6977103.448 m); Daí segue com o azimute de 88°04'58" e a distância de 3.43 m até o marco **'V0'** (E=522983.530 m e N=6977103.563 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 109.94 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **801,98 m²**, (Oitocentos e um metros e noventa e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 17,** da **Quadra nº 01**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Luiz Longhi, distante 199,90 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522884.687 m e N= 6977058.512 m dividindo-o com o Mat nº 8105; Daí segue confrontando com Mat nº 8105 com o azimute de 173°48'43" e a distância de 19.69 m até o marco **'V1'** (E=522886.809 m e N=6977038.933 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 203°50'01" e a distância de 7.97 m até o marco **'V2'** (E=522883.590 m e N=6977031.646 m); Daí segue com o azimute de 237°17'59" e a distância de 30.36 m até o marco **'V3'** (E=522858.040 m e N=6977015.243 m); Daí segue confrontando com Mat nº 11.186 com o azimute de 345°36'27" e a distância de 23.44 m até o marco **'V4'** (E=522852.214 m e N=6977037.946 m); Daí segue com o azimute de 57°39'08" e a distância de 38.44 m até o marco **'V0'** (E=522884.687 m e N=6977058.512 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 119.90 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **380,02 m²**, (Trezentos e oitenta metros e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 18,** da **Quadra nº 02**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, na esquina com a Rua sem denominação 1, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523067.398 m e N= 6977127.377 m dividindo-o com o Mat nº 39634; Daí segue confrontando com Mat nº 39634 com o azimute de 108°35'10" e a distância de 6.10 m até o marco **'V1'** (E=523073.178 m e N=6977125.433 m); Daí segue confrontando com Mat nº 38.129 com o azimute de 103°23'09" e a distância de 8.24 m até o marco **'V2'** (E=523081.194 m e N=6977123.526 m); Daí segue com o azimute de 148°52'40" e a distância de 1.39 m até o marco **'V3'** (E=523081.914 m e N=6977122.333 m); Daí segue confrontando com Rua sem denominação 1 com o azimute de 228°29'54" e a distância de 31.22 m até o marco **'V4'** (E=523058.530 m e N=6977101.644 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 307°45'32" e a distância de 12.91 m até o marco **'V5'** (E=523048.326 m e N=6977109.547 m); Daí segue confrontando com Mat nº 39633 com o azimute de 46°55'34" e a distância de 26.11 m até o marco **'V0'** (E=523067.398 m e N=6977127.377 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 85.97 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **320,57 m²**, (Trezentos e vinte metros e cinquenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 19,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado par da Rua sem denominação 1, distante 24,70 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523096.926 m e N= 6977120.966 m dividindo-o com o Rua sem denominação 1; Daí segue confrontando com Rua sem denominação 1 com o azimute de 100°39'09" e a distância de 18.39 m até o marco **'V1'** (E=523114.995 m e N=6977117.568 m); Daí segue confrontando com Lote 20 com o azimute de 227°56'07" e a distância de 27.41 m até o marco **'V2'** (E=523094.649 m e N=6977099.206 m); Daí segue confrontando com Lote 35 com o azimute de 321°14'03" e a distância de 15.60 m até o marco **'V3'** (E=523084.882 m e N=6977111.369 m); Daí segue confrontando com Rua sem denominação 1 com o azimute de 51°27'01" e a distância de 15.40 m até o marco **'V0'** (E=523096.926 m e N=6977120.966 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 76.80 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.530,09 m²**, (Mil quinhentos e trinta metros e nove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 20,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado par da Rua sem denominação 1, distante 58,49 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523104.114 m e N= 6977087.386 m dividindo-o com o Lote 20; Daí segue confrontando com Lote 20 com o azimute de 141°11'07" e a distância de 24.91 m até o marco **'V1'** (E=523119.725 m e N=6977067.980 m); Daí segue confrontando com Lote 29 com o azimute de 217°24'16" e a distância de 2.88 m até o marco **'V2'** (E=523117.973 m e N=6977065.689 m); Daí segue confrontando com Rua Angelino Custodio de Oliveira com o azimute de 217°24'16" e a distância de 6.01 m até o marco **'V3'** (E=523114.324 m e N=6977060.917 m); Daí segue confrontando com Lote 32 com o azimute de 217°24'16" e a distância de 25.78 m até o marco **'V4'** (E=523098.664 m e N=6977040.438 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 307°18'39" e a distância de 3.93 m até o marco **'V5'** (E=523095.541 m e N=6977042.818 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 340°18'24" e a distância de 10.89 m até o marco **'V6'** (E=523091.873 m e N=6977053.067 m); Daí segue com o azimute de 336°30'08" e a distância de 18.52 m até o marco **'V7'** (E=523084.488 m e N=6977070.052 m); Daí segue confrontando com Lote 34 com o azimute de 48°32'56" e a distância de 26.19 m até o marco **'V0'** (E=523104.114 m e N=6977087.386 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 119.11 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **610,25 m²**, (Seiscentos e dez metros e vinte e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 21,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado par da Rua sem denominação 1, distante 98,92 metros da esquina com a Rua Campos Novos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523154.733 m e N= 6977110.093 m dividindo-o com o Rua sem denominação; Daí segue confrontando com Rua sem denominação com o azimute de 100°39'09" e a distância de 18.57 m até o marco **'V1'** (E=523172.979 m e N=6977106.661 m); Daí segue confrontando com Lote 22 com o azimute de 214°09'38" e a distância de 17.16 m até o marco **'V2'** (E=523163.341 m e N=6977092.458 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Alves Ferreira com o azimute de 214°09'38" e a distância de 6.31 m até o marco **'V3'** (E=523159.798 m e N=6977087.236 m); Daí segue confrontando com Lote 25 com o azimute de 214°09'38" e a distância de 14.23 m até o marco **'V4'** (E=523151.808 m e N=6977075.462 m); Daí segue confrontando com Lote 29 com o azimute de 301°20'56" e a distância de 20.89 m até o marco **'V5'** (E=523133.966 m e N=6977086.331 m); Daí segue confrontando com Lote 20 com o azimute de 53°56'22" e a distância de 10.18 m até o marco **'V6'** (E=523142.194 m e N=6977092.322 m); Daí segue com o azimute

de 35°12'20" e a distância de 21.75 m até o marco **'V0'** (E=523154.733 m e N=6977110.093 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 109.09 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **585,36 m²**, (Quinhentos e oitenta e cinco metros e trinta e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 22,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado par da Rua sem denominação 1, na esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523172.979 m e N= 6977106.661 m dividindo-o com o Rua sem denominação 01; Daí segue confrontando com Rua sem denominação 01 com o azimute de 100°39'09" e a distância de 31.85 m até o marco **'V1'** (E=523204.276 m e N=6977100.775 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 203°15'09" e a distância de 19.50 m até o marco **'V2'** (E=523196.577 m e N=6977082.856 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Alves Ferreira com o azimute de 286°06'49" e a distância de 34.60 m até o marco **'V3'** (E=523163.341 m e N=6977092.458 m); Daí segue confrontando com Lote 21 com o azimute de 34°09'38" e a distância de 17.16 m até o marco **'V0'** (E=523172.979 m e N=6977106.661 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 103.11 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **207,11 m²**, (Duzentos e sete metros e onze decímetros quadrados) sendo o **LOTE 23,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Mario Comunello, na esquina com a Rua Luiza Alves Ferreira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523179.863 m e N= 6977081.440 m dividindo-o com o Rua Luiza Alves Ferreira; Daí segue confrontando com Rua Luiza Alves Ferreira com o azimute de 106°06'49" e a distância de 14.91 m até o marco **'V1'** (E=523194.190 m e N=6977077.301 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 203°15'09" e a distância de 14.54 m até o marco **'V2'** (E=523188.449 m e N=6977063.940 m); Daí segue confrontando com Lote 24 com o azimute de 288°25'21" e a distância de 14.33 m até o marco **'V3'** (E=523174.853 m e N=6977068.469 m); Daí segue confrontando com Lote 25 com o azimute de 21°07'10" e a distância de 13.90 m até o marco **'V0'** (E=523179.863 m e N=6977081.440 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 57.68 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **156,29 m²**, (Cento e cinquenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 24,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Mario Comunello, distante 14,54 metros da esquina com a Rua Luiza Alves Ferreira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523174.853 m e N= 6977068.469 m dividindo-o com o Lote 23; Daí segue confrontando com Lote 23 com o azimute de 108°25'21" e a distância de 14.33 m até o marco **'V1'** (E=523188.449 m e N=6977063.940 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 203°15'09" e a distância de 12.61 m até o marco **'V2'** (E=523183.471 m e N=6977052.356 m); Daí segue confrontando com Lote 26 com o azimute de 300°45'52" e a distância de 14.04 m até o marco **'V3'** (E=523171.404 m e N=6977059.540 m); Daí segue confrontando com Lote 25 com o azimute de 21°07'10" e a distância de 9.57 m até o marco **'V0'** (E=523174.853 m e N=6977068.469 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 50.55 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **469,29 m²**, (Quatrocentos e sessenta e nove metros e vinte e nove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 25,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Luiza Alves Ferreira, distante 14,91 metros da esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523159.798 m e N= 6977087.236 m dividindo-o com o Rua Luiza Alves Ferreira; Daí segue confrontando com Rua Luiza Alves Ferreira com o azimute de 106°06'49" e a distância de 20.89 m até o marco **'V1'** (E=523179.863 m e N=6977081.440 m); Daí segue confrontando com Lote 23 com o azimute de 201°07'10" e a distância de 13.90 m até o marco **'V2'** (E=523174.853 m e N=6977068.469 m); Daí segue confrontando com Lote 24 com o azimute de 201°07'10" e a distância de 9.57 m até o marco **'V3'** (E=523171.404 m e N=6977059.540 m); Daí segue confrontando com Lote 26 com o azimute de 300°45'52" e a distância de 14.70 m até o marco **'V4'** (E=523158.772 m e N=6977067.059 m); Daí segue confrontando com Lote 28 com o azimute de 300°45'52" e a distância de 10.50 m até o marco **'V5'** (E=523149.750 m e N=6977072.430 m); Daí segue confrontando com Lote 29 com o azimute de 34°09'38" e a distância de 3.66 m até o marco **'V6'** (E=523151.808 m e N=6977075.462 m); Daí segue confrontando com Lote 21 com o azimute de 34°09'38" e a distância de 14.23 m até o marco **'V0'** (E=523159.798 m e N=6977087.236 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 87.45 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **343,61 m²**, (Trezentos e quarenta e três metros e sessenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 26,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Mario Comunello, distante 27,15 metros da esquina com a Rua Luiza Alves Ferreira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523158.772 m e N= 6977067.059 m dividindo-o com o Lote 25 e Lote 24; Daí segue confrontando com Lote 25 e Lote 24 com o azimute de 120°45'52" e a distância de 28.74 m até o marco **'V1'** (E=523183.471 m e N=6977052.356 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 206°49'17" e a distância de 11.92 m até o marco **'V2'** (E=523178.093 m e N=6977041.717 m); Daí segue confrontando com Lote 27 com o azimute de 300°45'52" e a distância de 29.04 m até o marco **'V3'** (E=523153.140 m e N=6977056.571 m); Daí segue confrontando com Lote 28 com o azimute de 28°14'20" e a distância de 11.90 m até o marco **'V0'** (E=523158.772 m e N=6977067.059 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 81.60 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **387,87 m²**, (Trezentos e oitenta e sete metros e oitenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 27,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Mario Comunello, distante na esquina com a Rua Angelino Custódio de Oliveira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523153.140 m e N= 6977056.571 m dividindo-o com o Lote 26; Daí segue confrontando com Lote 26 com o azimute de 120°45'52" e a distância de 29.04 m até o marco **'V1'** (E=523178.093 m e N=6977041.717 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 209°44'42" e a distância de 14.39 m até o marco **'V2'** (E=523170.954 m e N=6977029.224 m); Daí segue confrontando com Rua Angelino Custodio de Oliveira com o azimute de 304°32'17" e a distância de 28.81 m até o marco **'V3'** (E=523147.224 m e N=6977045.556 m); Daí segue confrontando com Lote 28 com o azimute de 28°14'20" e a distância de 12.50 m até o marco **'V0'** (E=523153.140 m e N=6977056.571 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 84.74 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **281,21 m²**, (Duzentos e oitenta e um metros e vinte e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 28,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Angelino Custódio de Oliveira, distante 28,81 metros da esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523149.750 m e N= 6977072.430 m dividindo-o com o Lote 25; Daí segue confrontando com Lote 25 com o azimute de 120°45'52" e a distância de 10.50 m até o marco **'V1'** (E=523158.772 m e N=6977067.059 m); Daí segue confrontando com Lote 26 com o azimute de 208°14'20" e a distância de 11.90 m até o marco **'V2'** (E=523153.140 m e N=6977056.571 m); Daí segue confrontando com Lote 27 com o azimute de 208°14'20" e a distância de 12.50 m até o marco **'V3'** (E=523147.224 m e N=6977045.556 m); Daí segue confrontando com Rua Angelino Custodio de Oliveira com o azimute de 304°32'17" e a distância de 13.00 m até o marco **'V4'** (E=523136.515 m e N=6977052.927 m); Daí segue confrontando com Lote 29 com o azimute de 34°09'38" e a distância de 23.57 m até o marco **'V0'** (E=523149.750 m e N=6977072.430 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 71.47 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **577,80 m²**, (Quinhentos e setenta e sete metros e oitenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 29,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Angelino Custódio de Oliveira, distante 41,81 metros da esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523133.966 m e N= 6977086.331 m dividindo-o com o Lote 21; Daí segue confrontando com Lote 21 com o azimute de 121°20'56" e a distância de 20.89 m até o marco **'V1'** (E=523151.808 m e N=6977075.462 m); Daí segue confrontando com Lote 25 com o azimute de 214°09'38" e a distância de 3.66 m até o marco **'V2'** (E=523149.750 m e N=6977072.430 m); Daí segue confrontando com Lote 28 com o azimute de 214°09'38" e a distância de 23.57 m até o marco **'V3'** (E=523136.515 m e N=6977052.927 m); Daí segue confrontando com Rua Angelino Custodio de Oliveira com o azimute de 304°32'17" e a distância de 22.51 m até o marco **'V4'** (E=523117.973 m e N=6977065.689 m); Daí segue confrontando com Lote 33 com o azimute de 37°24'16" e a distância de 2.88 m até o marco **'V5'** (E=523119.725 m e N=6977067.980 m); Daí segue confrontando com Lote 20 com o azimute de 37°48'49" e a distância de 23.23 m até o marco **'V0'** (E=523133.966 m e N=6977086.331 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 96.74 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **358,22 m²**, (Trezentos e cinquenta e oito metros e vinte e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 30,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua São Sebastião, na esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523154.786 m e N= 6977033.068 m dividindo-o com o Rua Angelino Custódio de Oliveira; Daí segue confrontando com Rua Angelino Custódio de Oliveira com o azimute de 124°32'17" e a distância de 16.00 m até o marco **'V1'** (E=523167.966 m e N=6977023.997 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 209°44'42" e a distância de 22.00 m até o marco **'V2'** (E=523157.051 m e N=6977004.896 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 301°27'19" e a distância de 16.00 m até o marco **'V3'** (E=523143.400 m e N=6977013.247 m); Daí segue confrontando com Lote 31 com o azimute de 29°52'33" e a distância de 22.86 m até o marco **'V0'** (E=523154.786 m e N=6977033.068 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 76.86 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **496,89 m²**, (Quatrocentos e noventa e seis metros e oitenta e nove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 31,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua São Sebastião, distante 16,00 metros da esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523137.282 m e N= 6977045.116 m dividindo-o com o Rua Angelino Custodio de Oliveira; Daí segue confrontando com Rua Angelino Custodio de Oliveira com o azimute de 124°32'17" e a distância de 21.25 m até o marco **'V1'** (E=523154.786 m e N=6977033.068 m); Daí segue confrontando com Lote 30 com o azimute de 209°52'33" e a distância de 22.86 m até o marco **'V2'** (E=523143.400 m e N=6977013.247 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 301°17'30" e a distância de 21.19 m até o marco **'V3'** (E=523125.296 m e N=6977024.251 m); Daí segue confrontando com Lote 32 com o azimute de 29°52'33" e a distância de 24.06 m até o marco **'V0'** (E=523137.282 m e N=6977045.116 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 89.36 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **733,65 m²**, (Setecentos e trinta e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 32,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua São Sebastião, distante 37,19 metros da esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523114.324 m e N= 6977060.917 m dividindo-o com o Rua Angelino Custodio de Oliveira; Daí segue confrontando com Rua Angelino Custodio de Oliveira com o azimute de 124°32'17" e a distância de 27.87 m até o marco **'V1'** (E=523137.282 m e N=6977045.116 m); Daí segue confrontando com Lote 31 com o azimute de 209°52'33" e a distância de 24.06 m até o marco **'V2'** (E=523125.296 m e N=6977024.251 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 301°17'30" e a distância de 31.17 m até o marco **'V3'** (E=523098.664 m e N=6977040.438 m); Daí segue confrontando com Lote 33 com o azimute de 37°24'16" e a distância de 25.78 m até o marco **'V0'** (E=523114.324 m e N=6977060.917 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 108.88 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **855,48 m²**, (Oitocentos e cinquenta e cinco metros e quarenta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 33,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, na esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523104.114 m e N= 6977087.386 m dividindo-o com o Lote 20; Daí segue confrontando com Lote 20 com o azimute de 141°11'07" e a distância de 24.91 m até o marco **'V1'** (E=523119.725 m e N=6977067.980 m); Daí segue confrontando com Lote 29 com o azimute de 217°24'16" e a distância de 2.88 m até o marco **'V2'** (E=523117.973 m e N=6977065.689 m); Daí segue confrontando com Rua Angelino Custodio de Oliveira com o azimute de 217°24'16" e a distância de 6.01 m até o marco **'V3'** (E=523114.324 m e N=6977060.917 m); Daí segue confrontando com Lote 32 com o azimute de 217°24'16" e a distância de 25.78 m até o marco **'V4'** (E=523098.664 m e N=6977040.438 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 307°18'39" e a distância de 3.93 m até o marco **'V5'** (E=523095.541 m e N=6977042.818 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 340°18'24" e a distância de 10.89 m até o marco **'V6'** (E=523091.873 m e N=6977053.067 m); Daí segue com o azimute de 336°30'08" e a distância de 18.52 m até o marco **'V7'** (E=523084.488 m e N=6977070.052 m); Daí segue confrontando com Lote 34 com o azimute de 48°32'56" e a distância de 26.19 m até o marco **'V0'** (E=523104.114 m e N=6977087.386 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 119.11 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **382,51 m²**, (Trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 34,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, distante 15,14 metros da esquina com a Rua sem denominação 01, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523094.649 m e N= 6977099.206 m dividindo-o com o Lote 20; Daí segue confrontando com Lote 20 com o azimute de 141°18'53" e a distância de 15.14 m até o marco **'V1'** (E=523104.114 m e N=6977087.386 m); Daí segue confrontando com Lote 33 com o azimute de 228°32'56" e a distância de 26.19 m até o marco **'V2'** (E=523084.488 m e N=6977070.052 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 326°24'02" e a distância de 15.00 m até o marco **'V3'** (E=523076.187 m e N=6977082.546 m); Daí segue confrontando com Lote 35 com o azimute de 47°56'07" e a distância de 24.87 m até o marco **'V0'** (E=523094.649 m e N=6977099.206 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 81.20 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **379,81 m²**, (Trezentos e setenta e nove metros e oitenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 35,** da **Quadra nº 03**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, na esquina com a Rua sem denominação 01, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523084.882 m e N= 6977111.369 m dividindo-o com o Lote 19; Daí segue confrontando com Lote 19 com o azimute de 141°14'03" e a distância de 15.60 m até o marco **'V1'** (E=523094.649 m e N=6977099.206 m); Daí segue confrontando com Lote 34 com o azimute de 227°56'07" e a distância de 24.87 m até o marco **'V2'** (E=523076.187 m e N=6977082.546 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 321°59'44" e a distância de 15.14 m até o marco **'V3'** (E=523066.867 m e N=6977094.473 m); Daí segue confrontando com Rua sem denominação com o azimute de 46°50'08" e a distância de 24.70 m até o marco **'V0'** (E=523084.882 m e N=6977111.369 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 80.31 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **956,64 m²**, (Novecentos e cinquenta e seis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 36,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 3420 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Mario Comunello, na esquina com a Rua sem denominação 01, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523213.340 m e N= 6977099.070 m dividindo-o com o Rua sem denominação 1; Daí segue confrontando com Rua sem denominação 1 com o azimute de 100°39'09" e a distância de 16.42 m até o marco **'V1'** (E=523229.479 m e N=6977096.034 m); Daí segue confrontando com Lote 38 com o azimute de 188°45'27" e a distância de 36.65 m até o marco **'V2'** (E=523223.899 m e N=6977059.810 m); Daí segue confrontando com Lote 39 com o azimute de 188°45'27" e a distância de 6.28 m até o marco **'V3'** (E=523222.942 m e N=6977053.598 m); Daí segue confrontando com Lote 37 com o azimute de 278°17'50" e a distância de 27.71 m até o marco **'V4'** (E=523195.519 m e N=6977057.598 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 23°15'09" e a distância de 45.14 m até o marco **'V0'** (E=523213.340 m e N=6977099.070 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 132.20 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **457,42 m²**, (Quatrocentos e cinquenta e sete metros e quarenta e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 37,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 9007 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Mario Comunello, distante 49,74 metros da esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523195.519 m e N= 6977057.598 m dividindo-o com o Lote 36; Daí segue confrontando com Lote 36 com o azimute de 98°17'50" e a distância de 27.71 m até o marco **'V1'** (E=523222.942 m e N=6977053.598 m); Daí segue confrontando com Lote 39 com o azimute de 188°45'27" e a distância de 13.52 m até o marco **'V2'** (E=523220.884 m e N=6977040.239 m); Daí segue confrontando com Lote 45 com o azimute de 188°45'27" e a distância de 1.59 m até o marco **'V3'** (E=523220.642 m e N=6977038.670 m); Daí segue com o azimute de 269°57'54" e a distância de 5.04 m até o marco **'V4'** (E=523215.601 m e N=6977038.667 m); Daí segue com o azimute de 280°13'50" e a distância de 26.61 m até o marco **'V5'** (E=523189.416 m e N=6977043.393 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 23°15'09" e a distância de 15.46 m até o marco **'V0'** (E=523195.519 m e N=6977057.598 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 89.93 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **2.295,09 m²**, (Dois mil duzentos e noventa e cinco metros e nove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 38,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 14.614 – CRI de CN, situado

no lado par da Rua sem denominação 01, distante 16,42 metros da esquina com a Rua Mario Comunello, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523229.479 m e N= 6977096.034 m dividindo-o com o Rua sem denominação 01; Daí segue confrontando com Rua sem denominação 01 com o azimute de 100°34'39" e a distância de 67.37 m até o marco **'V1'** (E=523295.702 m e N=6977083.668 m); Daí segue confrontando com Mat nº 10038 com o azimute de 198°56'46" e a distância de 33.59 m até o marco **'V2'** (E=523284.797 m e N=6977051.901 m); Daí segue confrontando com Lote 40 com o azimute de 273°34'43" e a distância de 28.67 m até o marco **'V3'** (E=523256.185 m e N=6977053.690 m); Daí segue confrontando com Rua Jaison de Oliveira com o azimute de 285°21'25" e a distância de 6.00 m até o marco **'V4'** (E=523250.399 m e N=6977055.279 m); Daí segue confrontando com Lote 39 com o azimute de 279°42'07" e a distância de 26.88 m até o marco **'V5'** (E=523223.899 m e N=6977059.810 m); Daí segue confrontando com Lote 36 com o azimute de 8°45'27" e a distância de 36.65 m até o marco **'V0'** (E=523229.479 m e N=6977096.034 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 199.16 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **478,68 m²**, (Quatrocentos e setenta e oito metros e sessenta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 39,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 14.614 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Jaison de Oliveira, distante 79,29 metros da esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523223.899 m e N= 6977059.810 m dividindo-o com o Lote 38; Daí segue confrontando com Lote 38 com o azimute de 99°42'07" e a distância de 26.88 m até o marco **'V1'** (E=523250.399 m e N=6977055.279 m); Daí segue confrontando com Rua Jaison de Oliveira com o azimute de 195°21'25" e a distância de 9.72 m até o marco **'V2'** (E=523247.825 m e N=6977045.905 m); Daí segue com o azimute de 208°56'29" e a distância de 8.98 m até o marco **'V3'** (E=523243.478 m e N=6977038.045 m); Daí segue confrontando com Lote 45 com o azimute de 275°32'45" e a distância de 22.70 m até o marco **'V4'** (E=523220.884 m e N=6977040.239 m); Daí segue confrontando com Lote 37 e Lote 36 com o azimute de 8°45'27" e a distância de 19.80 m até o marco **'V0'** (E=523223.899 m e N=6977059.810 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 88.08 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **418,22 m²**, (Quatrocentos e dezoito metros e vinte e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 40,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 14.614 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Jaison de Oliveira, distante 78,59 metros da esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523256.185 m e N= 6977053.690 m dividindo-o com o Lote 38; Daí segue confrontando com Lote 38 com o azimute de 93°34'43" e a distância de 28.67 m até o marco **'V1'** (E=523284.797 m e N=6977051.901 m); Daí segue confrontando com Mat nº 10038 com o azimute de 198°56'46" e a distância de 15.00 m até o marco **'V2'** (E=523279.927 m e N=6977037.713 m); Daí segue confrontando com Lote 41 com o azimute de 272°28'18" e a distância de 29.11 m até o marco **'V3'** (E=523250.845 m e N=6977038.969 m); Daí segue confrontando com Rua Jaison de Oliveira com o azimute de 28°56'29" e a distância de 5.32 m até o marco **'V4'** (E=523253.421 m e N=6977043.627 m); Daí segue com o azimute de 15°21'25" e a distância de 10.44 m até o marco **'V0'** (E=523256.185 m e N=6977053.690 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 88.54 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **778,44 m²**, (Setecentos e setenta e oito metros e quarenta e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 41,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 16734 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Jaison de Oliveira, distante 58,59 metros da esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523250.845 m e N= 6977038.969 m dividindo-o com o Lote 40; Daí segue confrontando com Lote 40 com o azimute de 92°28'18" e a distância de 29.11 m até o marco **'V1'** (E=523279.927 m e N=6977037.713 m); Daí segue confrontando com Mat nº 10038 com o azimute de 198°56'46" e a distância de 33.00 m até o marco **'V2'** (E=523269.213 m e N=6977006.501 m); Daí segue confrontando com Lote 42 com o azimute de 298°05'03" e a distância de 31.79 m até o marco **'V3'** (E=523241.167 m e N=6977021.466 m); Daí segue confrontando com Rua Jaison de Oliveira com o azimute de 28°56'29" e a distância de 20.00 m até o marco **'V0'** (E=523250.845 m e N=6977038.969 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 113.90 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **324,53 m²**, (Trezentos e vinte e quatro metros e cinquenta e três decímetros quadrados) sendo o **LOTE 42,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 16.734 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Jaison de Oliveira, distante 48,59 metros da esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523241.167 m e N= 6977021.466 m dividindo-o com o Lote 41; Daí segue confrontando com Lote 41 com o azimute de 118°05'03" e a distância de 31.79 m até o marco **'V1'** (E=523269.213 m e N=6977006.501 m); Daí segue confrontando com Mat nº 10038 com o azimute de 198°56'46" e a distância de 10.00 m até o marco **'V2'** (E=523265.966 m e N=6976997.043 m); Daí segue confrontando com Lote 43 com o azimute de 297°52'09" e a distância de 33.53 m até o marco **'V3'** (E=523236.328 m e N=6977012.715 m); Daí segue confrontando com Rua Jaison de Oliveira com o azimute de 28°56'29" e a distância de 10.00 m até o marco **'V0'** (E=523241.167 m e N=6977021.466 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 85.32 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.133,06 m²**, (Mil cento e trinta e três metros e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 43,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 16.734 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Jaison de Oliveira, na esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523236.328 m e N= 6977012.715 m dividindo-o com o Lote 42; Daí segue confrontando com Lote 42 com o azimute de 117°52'09" e a distância de 33.53 m até o marco **'V1'** (E=523265.966 m e N=6976997.043 m); Daí segue confrontando com Mat nº 10038 com o azimute de 198°56'46" e a distância de 18.61 m até o marco **'V2'** (E=523259.923 m e N=6976979.438 m); Daí segue confrontando com Lote 44 com o azimute de 293°44'46" e a distância de 21.45 m até o marco **'V3'** (E=523240.288 m e N=6976988.076 m); Daí segue com o azimute de 209°23'37" e a distância de 30.00 m até o marco **'V4'** (E=523225.564 m e N=6976961.938 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 302°57'09" e a distância de 15.14 m até o marco **'V5'** (E=523212.859 m e N=6976970.174 m); Daí segue confrontando com Rua Jaison de Oliveira com o azimute de 28°53'01" e a distância de 48.59 m até o marco **'V0'** (E=523236.328 m e N=6977012.715 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 167.32 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **802,75 m²**, (Oitocentos e dois metros e setenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 44,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 16.734 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua São Sebastião, distante 15,14 metros da esquina com a Rua Jaison de Oliveira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523240.288 m e N= 6976988.076 m dividindo-o com o Lote 43; Daí segue confrontando com Lote 43 com o azimute de 113°44'46" e a distância de 21.45 m até o marco **'V1'** (E=523259.923 m e N=6976979.438 m); Daí segue confrontando com Mat nº 10038 com o azimute de 198°56'46" e a distância de 36.38 m até o marco **'V2'** (E=523248.110 m e N=6976945.026 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 308°07'04" e a distância de 17.18 m até o marco **'V3'** (E=523234.596 m e N=6976955.629 m); Daí segue com o azimute de 304°56'03" e a distância de 11.02 m até o marco **'V4'** (E=523225.564 m e N=6976961.938 m); Daí segue confrontando com Lote 43 com o azimute de 29°23'37" e a distância de 30.00 m até o marco **'V0'** (E=523240.288 m e N=6976988.076 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 116.03 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **2.367,35 m²**, (Dois mil trezentos e sessenta e sete metros e trinta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 45,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 16.734 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Jaison de Oliveira, na esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523189.416 m e N= 6977043.393 m dividindo-o com o Lote 37; Daí segue confrontando com Lote 37 com o azimute de 100°13'50" e a distância de 26.61 m até o marco **'V1'** (E=523215.601 m e N=6977038.667 m); Daí segue com o azimute de 89°57'54" e a distância de 5.04 m até o marco **'V2'** (E=523220.642 m e N=6977038.670 m); Daí segue com o azimute de 8°45'27" e a distância de 1.59 m até o marco **'V3'** (E=523220.884 m e N=6977040.239 m); Daí segue confrontando com Lote 39 com o azimute de 95°32'45" e a distância de 22.70 m até o marco **'V4'** (E=523243.478 m e N=6977038.045 m); Daí segue confrontando com Rua Jaison de Oliveira com o azimute de 208°56'29" e a distância de 25.63 m até o marco **'V5'** (E=523231.077 m e N=6977015.619 m); Daí segue com o azimute de 296°47'53" e a distância de 6.00 m até o marco **'V6'** (E=523225.718 m e N=6977018.326 m); Daí segue com o azimute de 208°56'29" e a distância de 47.66 m até o marco **'V7'** (E=523202.655 m e N=6976976.619 m); Daí segue

confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 301°53'33" e a distância de 21.66 m até o marco **'V8'** (E=523184.269 m e N=6976988.060 m); Daí segue confrontando com Lote 46 com o azimute de 25°23'14" e a distância de 19.21 m até o marco **'V9'** (E=523192.505 m e N=6977005.416 m); Daí segue com o azimute de 297°35'49" e a distância de 21.54 m até o marco **'V10'** (E=523173.416 m e N=6977015.394 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 29°44'42" e a distância de 32.25 m até o marco **'V0'** (E=523189.416 m e N=6977043.393 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 229.89 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **407,69 m²**, (Quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 46,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 16.734 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Mario Comunello, na esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523173.416 m e N= 6977015.394 m dividindo-o com o Lote 45; Daí segue confrontando com Lote 45 com o azimute de 117°35'49" e a distância de 21.54 m até o marco **'V1'** (E=523192.505 m e N=6977005.416 m); Daí segue com o azimute de 205°23'14" e a distância de 19.21 m até o marco **'V2'** (E=523184.269 m e N=6976988.060 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 301°53'33" e a distância de 23.00 m até o marco **'V3'** (E=523164.741 m e N=6977000.212 m); Daí segue confrontando com Rua Mario Comunello com o azimute de 29°44'42" e a distância de 17.49 m até o marco **'V0'** (E=523173.416 m e N=6977015.394 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 81.24 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **727,18 m²**, (Setecentos e vinte e sete metros e dezoito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 47,** da **Quadra nº 04**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 14.307 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Inês Zanella, na esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523373.126 m e N= 6976985.376 m dividindo-o com o Mat nº 7192; Daí segue confrontando com Mat nº 7192 com o azimute de 196°00'27" e a distância de 42.15 m até o marco **'V1'** (E=523361.502 m e N=6976944.858 m); Daí segue confrontando com Rua Inês Zanella com o azimute de 230°12'20" e a distância de 7.38 m até o marco **'V2'** (E=523355.828 m e N=6976940.132 m); Daí segue confrontando com Mat nº 10038 com o azimute de 343°22'43" e a distância de 43.34 m até o marco **'V3'** (E=523343.429 m e N=6976981.665 m); Daí segue com o azimute de 82°52'38" e a distância de 29.93 m até o marco **'V0'** (E=523373.126 m e N=6976985.376 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 122.80 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **585,43 m²**, (Quinhentos e oitenta e cinco metros e quarenta e tres decímetros quadrados) sendo o **LOTE 48,** da **Quadra nº 05**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 7.192 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Inês Zanella, distante 7,37 metros da esquina com a Rua São Sebastião, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523401.627 m e N= 6976978.991 m dividindo-o com o Mat nº 19372; Daí segue confrontando com Mat nº 19372 com o azimute de 191°01'24" e a distância de 41.73 m até o marco **'V1'** (E=523393.649 m e N=6976938.035 m); Daí segue confrontando com Lote 49 com o azimute de 274°43'56" e a distância de 28.23 m até o marco **'V2'** (E=523365.514 m e N=6976940.364 m); Daí segue confrontando com Rua Inês Zanella com o azimute de 43°04'24" e a distância de 52.88 m até o marco **'V0'** (E=523401.627 m e N=6976978.991 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 122.84 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **469,19 m²**, (Quatrocentos e sessenta e nove metros e dezenove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 49,** da **Quadra nº 05**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 19.372 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Inês Zanella, distante 111,87 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523365.514 m e N= 6976940.364 m dividindo-o com o Lote 48; Daí segue confrontando com Lote 48 com o azimute de 94°43'56" e a distância de 28.23 m até o marco **'V1'** (E=523393.649 m e N=6976938.035 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19372 com o azimute de 195°54'58" e a distância de 15.41 m até o marco **'V2'** (E=523389.423 m e N=6976923.217 m); Daí segue confrontando com Lote 50 com o azimute de 274°40'14" e a distância de 31.05 m até o marco **'V3'** (E=523358.473 m e N=6976925.746 m); Daí segue confrontando com Rua Inês Zanella com o azimute de 10°22'52" e a distância de 9.65 m até o marco **'V4'** (E=523360.212 m e N=6976935.237 m); Daí segue com o azimute de 45°57'53" e a distância de 7.37 m até o marco **'V0'** (E=523365.514 m e N=6976940.364 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 91.71 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **452,60 m²**, (Quatrocentos e cinquenta e dois metros e sessenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 50,** da **Quadra nº 05**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 19.372 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Inês Zanella, distante 99,48 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523358.473 m e N= 6976925.746 m dividindo-o com o Lote 49; Daí segue confrontando com Lote 49 com o azimute de 94°40'14" e a distância de 31.05 m até o marco **'V1'** (E=523389.423 m e N=6976923.217 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19.372 com o azimute de 192°00'25" e a distância de 17.16 m até o marco **'V2'** (E=523385.854 m e N=6976906.436 m); Daí segue confrontando com Lote 51 com o azimute de 283°31'30" e a distância de 30.46 m até o marco **'V3'** (E=523356.241 m e N=6976913.559 m); Daí segue confrontando com Rua Inês Zanella com o azimute de 10°22'52" e a distância de 12.39 m até o marco **'V0'** (E=523358.473 m e N=6976925.746 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 91.06 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **385,65 m²**, (Trezentos e oitenta e cinco metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 51,** da **Quadra nº 05**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 19.372 – CRI de CN, situado no lado par da Rua Inês Zanella, distante 85,10 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523356.241 m e N= 6976913.559 m dividindo-o com o Lote 50; Daí segue confrontando com Lote 50 com o azimute de 103°31'30" e a distância de 30.46 m até o marco **'V1'** (E=523385.854 m e N=6976906.436 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19372 com o azimute de 192°00'25" e a distância de 11.12 m até o marco **'V2'** (E=523383.541 m e N=6976895.559 m); Daí segue com o azimute de 277°21'09" e a distância de 30.14 m até o marco **'V3'** (E=523353.650 m e N=6976899.416 m); Daí segue confrontando com Rua Inês Zanella com o azimute de 10°22'52" e a distância de 14.38 m até o marco **'V0'** (E=523356.241 m e N=6976913.559 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 86.10 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **849,95 m²**, (Oitocentos e quarenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 52,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 78,37 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522958.524 m e N= 6977053.223 m dividindo-o com o Lote 53; Daí segue confrontando com Lote 53 com o azimute de 180°50'40" e a distância de 40.35 m até o marco **'V1'** (E=522957.929 m e N=6977012.881 m); Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 270°57'24" e a distância de 17.38 m até o marco **'V2'** (E=522940.548 m e N=6977013.172 m); Daí segue com o azimute de 346°46'05" e a distância de 36.61 m até o marco **'V3'** (E=522932.168 m e N=6977048.809 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 77°21'16" e a distância de 15.23 m até o marco **'V4'** (E=522947.026 m e N=6977052.142 m); Daí segue com o azimute de 84°37'49" e a distância de 11.55 m até o marco **'V0'** (E=522958.524 m e N=6977053.223 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 121.12 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **760,55 m²**, (Setecentos e sessenta metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 53,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 58,87 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522977.940 m e N= 6977055.057 m dividindo-o com o Lote 54; Daí segue confrontando com Lote 54 com o azimute de 183°32'35" e a distância de 42.55 m até o marco **'V1'** (E=522975.311 m e N=6977012.591 m); Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 270°57'24" e a distância de 17.38 m até o marco **'V2'** (E=522957.929 m e N=6977012.881 m); Daí segue confrontando com Lote 52 com o azimute de 0°50'40" e a distância de 40.35 m até o marco **'V3'** (E=522958.524 m e N=6977053.223 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 84°36'11" e a distância de 19.50 m até o marco **'V0'** (E=522977.940 m e N=6977055.057 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 119.78 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **856,38 m²**, (Oitocentos e cinquenta e seis metros e trinta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 54,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat nº 4491 – CRI de CN situado no lado ímpar da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 39,06 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522997.746 m e N= 6977055.491 m dividindo-o com o Mat nº 11692; Daí segue confrontando com Mat nº 11692 com o azimute de 183°37'44" e a distância de 44.36 m até o marco **'V1'** (E=522994.938 m e N=6977011.215 m); Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 274°00'41" e a distância de 19.67 m até o marco **'V2'** (E=522975.311 m e N=6977012.591 m); Daí segue confrontando com Lote 53 com o azimute de 3°32'35" e a distância de 42.55 m até o marco **'V3'** (E=522977.940 m e N=6977055.057 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 88°44'50" e a distância de 19.81 m até o marco **'V0'** (E=522997.746 m e N=6977055.491 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 126.39 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **535,62 m²**, (Quinhentos e trinta e cinco metros e sessenta e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 55,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Laudelino Baldo, distante 34,17 metros da esquina com a Rua Waldelino Custodio de OLiveira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523010.515 m e N= 6977017.131 m dividindo-o com o Mat nº 11692; Daí segue confrontando com Mat nº 11692 com o azimute de 94°43'57" e a distância de 25.73 m até o marco **'V1'** (E=523036.154 m e N=6977015.008 m); Daí segue confrontando com Rua Laudelino Baldo com o azimute de 180°32'30" e a distância de 19.94 m até o marco **'V2'** (E=523035.965 m e N=6976995.066 m); Daí segue confrontando com Fernanda Baldo Rossi - Posseira com o azimute de 272°43'11" e a distância de 26.86 m até o marco **'V3'** (E=523009.136 m e N=6976996.341 m); Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 3°47'44" e a distância de 13.84 m até o marco **'V4'** (E=523010.052 m e N=6977010.155 m); Daí segue confrontando com Mat nº 11692 com o azimute de 3°47'44" e a distância de 6.99 m até o marco **'V0'** (E=523010.515 m e N=6977017.131 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 93.36 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **318,81 m²**, (Trezentos e dezoito metros e oitenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 56,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Laudelino Baldo, distante 64,19 metros da esquina com a Rua Waldelino Custodio de Oliveira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523008.482 m e N= 6976986.494 m dividindo-o com o Fernanda Baldo Rossi - Posseira; Daí segue confrontando com Fernanda Baldo Rossi - Posseira com o azimute de 93°07'50" e a distância de 27.52 m até o marco **'V1'** (E=523035.964 m e N=6976984.991 m); Daí segue confrontando com Rua Laudelino Baldo com o azimute de 180°00'36" e a distância de 10.64 m até o marco **'V2'** (E=523035.962 m e N=6976974.350 m); Daí segue confrontando com Lote 57 com o azimute de 269°52'42" e a distância de 28.29 m até o marco **'V3'** (E=523007.673 m e N=6976974.290 m); Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 3°47'44" e a distância de 12.23 m até o marco **'V0'** (E=523008.482 m e N=6976986.494 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 78.68 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **522,44 m²**, (Quinhentos e vinte e dois metros e quarenta e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 57,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Laudelino Baldo, distante 74,83 metros da esquina com a Rua Waldelino Custodio de Oliveira, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523035.962 m e N= 6976974.350 m dividindo-o com o Rua Laudelino Baldo; Daí segue confrontando com Rua Laudelino Baldo com o azimute de 180°00'36" e a distância de 16.46 m até o marco **'V1'** (E=523035.959 m e N=6976957.886 m); Daí segue confrontando com Lote 58 com o azimute de 270°54'37" e a distância de 32.23 m até o marco **'V2'** (E=523003.729 m e N=6976958.398 m); Daí segue confrontando com Lote 62 com o azimute de 359°26'21" e a distância de 15.84 m até o marco **'V3'** (E=523003.574 m e N=6976974.233 m); Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 89°11'52" e a distância de 4.10 m até o marco **'V4'** (E=523007.673 m e N=6976974.290 m); Daí segue confrontando com Lote 56 com o azimute de 89°52'42" e a distância de 28.29 m até o marco **'V0'** (E=523035.962 m e N=6976974.350 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 96.92 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **451,98 m²**, (Quatrocentos e cinquenta e um metros e noventa e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 58,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Laudelino Baldo, distante 42,81 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523003.729 m e N= 6976958.398 m dividindo-o com o Lote 57; Daí segue confrontando com Lote 57 com o azimute de 90°54'37" e a distância de 32.23 m até o marco **'V1'** (E=523035.959 m e N=6976957.886 m); Daí segue confrontando com Rua Laudelino Baldo com o azimute de 180°00'36" e a distância de 14.01 m até o marco **'V2'** (E=523035.956 m e N=6976943.880 m); Daí segue confrontando com Mat nº 9663 com o azimute de 270°43'45" e a distância de 16.62 m até o marco **'V3'** (E=523019.341 m e N=6976944.092 m); Daí segue confrontando com Lote 59 com o azimute de 270°43'45" e a distância de 11.39 m até o marco **'V4'** (E=523007.953 m e N=6976944.237 m); Daí segue confrontando com Lote 60 com o azimute de 271°14'03" e a distância de 4.09 m até o marco **'V5'** (E=523003.867 m e N=6976944.325 m); Daí segue confrontando com Lote 62 com o azimute de 359°26'21" e a distância de 14.07 m até o marco **'V0'** (E=523003.729 m e N=6976958.398 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 92.41 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **463,26 m²**, (Quatrocentos e sessenta e três metros e vinte e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 59,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 13,30 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523007.953 m e N= 6976944.237 m dividindo-o com o Lote 58; Daí segue confrontando com Lote 58 com o azimute de 90°43'45" e a distância de 11.39 m até o marco **'V1'** (E=523019.341 m e N=6976944.092 m); Daí segue confrontando com Mat nº 9663 com o azimute de 179°28'55" e a distância de 41.21 m até o marco **'V2'** (E=523019.714 m e N=6976902.881 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 272°34'25" e a distância de 11.21 m até o marco **'V3'** (E=523008.514 m e N=6976903.384 m); Daí segue confrontando com Lote 60 com o azimute de 359°12'48" e a distância de 40.86 m até o marco **'V0'** (E=523007.953 m e N=6976944.237 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 104.67 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **459,94 m²**, (Quatrocentos e cinquenta e nove metros e noventa e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 60,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 24,51 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522996.554 m e N= 6976944.563 m dividindo-o com o Lote 62; Daí segue confrontando com Lote 62 com o azimute de 91°51'59" e a distância de 7.32 m até o marco **'V1'** (E=523003.867 m e N=6976944.325 m); Daí segue confrontando com Lote 58 com o azimute de 91°14'03" e a distância de 4.09 m até o marco **'V2'** (E=523007.953 m e N=6976944.237 m); Daí segue confrontando com Lote 59 com o azimute de 179°12'48" e a distância de 40.86 m até o marco **'V3'** (E=523008.514 m e N=6976903.384 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 272°34'25" e a distância de 11.20 m até o marco **'V4'** (E=522997.325 m e N=6976903.887 m); Daí segue confrontando com Mat nº 34553 com o azimute de 358°54'50" e a distância de 40.68 m até o marco **'V0'** (E=522996.554 m e N=6976944.563 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 104.15 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **549,13 m²**, (Quinhentos e quarenta e nove metros e treze decímetros quadrados) sendo o **LOTE 61,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat. nº 8105 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 55,93 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522960.989 m e N= 6976944.528 m dividindo-o com o Lote 62; Daí segue confrontando com Lote 62 com o azimute de 89°25'31" e a distância de 13.44 m até o marco **'V1'** (E=522974.432 m e N=6976944.663 m); Daí segue confrontando com Mat nº 34553 com o azimute de 176°10'48" e a distância de 40.26 m até o marco **'V2'** (E=522977.115 m e N=6976904.488 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 269°23'03" e a distância de 13.87 m até o marco **'V3'** (E=522963.243 m e N=6976904.339 m); Daí segue confrontando com Lote 62 com o azimute de 356°47'23" e a distância de 40.25 m até o marco **'V0'** (E=522960.989 m e N=6976944.528 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 107.82 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **3.114,70 m²**, (Tres mil cento e quatorze metros e setenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 62,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat. nº 8105 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 69,80 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523003.574 m e N= 6976974.233 m dividindo-o com o Lote 57; Daí segue confrontando com Lote 57 com o azimute de 179°26'21" e a distância de 15.84 m até o marco **'V1'** (E=523003.729 m e N=6976958.398 m); Daí segue confrontando com Lote 58 com o azimute de 179°26'21" e a distância de 14.07 m até o marco **'V2'** (E=523003.867 m e N=6976944.325 m); Daí segue confrontando com Lote 60 com o azimute de 271°51'59" e a distância de 7.32 m até o marco **'V3'** (E=522996.554 m e N=6976944.563 m); Daí segue confrontando com Mat nº 34553 com o azimute de 270°15'35" e a distância de 22.12 m até o marco **'V4'** (E=522974.432 m e N=6976944.663 m); Daí segue confrontando com Lote 61 com o azimute de 269°25'31" e a distância de 13.44 m até o marco **'V5'** (E=522960.989 m e N=6976944.528 m); Daí segue com o azimute de 176°47'23" e a distância de 40.25 m até o marco **'V6'** (E=522963.243 m e N=6976904.339 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 267°24'27" e a distância de 31.01 m até o marco **'V7'** (E=522932.265 m e N=6976902.936 m); Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 359°45'01" e a distância de 40.73 m até o marco **'V8'** (E=522932.087 m e N=6976943.666 m); Daí segue com o azimute de 86°50'09" e a distância de 8.17 m até o marco **'V9'** (E=522940.245 m e N=6976944.117 m); Daí segue com o azimute de 354°42'46" e a distância de 29.32 m até o marco **'V10'** (E=522937.543 m e N=6976973.308 m); Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 89°11'52" e a distância de 66.04 m até o marco **'V0'** (E=523003.574 m e N=6976974.233 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 288.31 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **3.322,36 m²**, (Tres mil trezentos e vinte e dois metros e trinta e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 63,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat. nº 8105 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Waldelino Custodio de Oliveira, distante 105,15 metros da esquina com a Rua Laudelino Baldo, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522932.168 m e N= 6977048.809 m dividindo-o com o Lote 52; Daí segue confrontando com Lote 52 com o azimute de 166°46'05" e a distância de 36.61 m até o marco **'V1'** (E=522940.548 m e N=6977013.172 m); Daí segue com o azimute de 90°57'24" e a distância de 17.38 m até o marco **'V2'** (E=522957.929 m e N=6977012.881 m); Daí segue confrontando com Lote 53 com o azimute de 90°57'24" e a distância de 17.38 m até o marco **'V3'** (E=522975.311 m e N=6977012.591 m); Daí segue confrontando com Lote 54 com o azimute de 94°00'41" e a distância de 19.67 m até o marco **'V4'** (E=522994.938 m e N=6977011.215 m); Daí segue confrontando com Mat nº 11692 com o azimute de 94°00'41" e a distância de 15.15 m até o marco **'V5'** (E=523010.052 m e N=6977010.155 m); Daí segue confrontando com Lote 55 com o azimute de 183°47'44" e a distância de 13.84 m até o marco **'V6'** (E=523009.136 m e N=6976996.341 m); Daí segue confrontando com Fernanda Baldo Rossi - Posseira com o azimute de 183°47'44" e a distância de 9.87 m até o marco **'V7'** (E=523008.482 m e N=6976986.494 m); Daí segue confrontando com Lote 56 com o azimute de 183°47'44" e a distância de 12.23 m até o marco **'V8'** (E=523007.673 m e N=6976974.290 m); Daí segue confrontando com Lote 57 e Lote 62 com o azimute de 269°11'52" e a distância de 70.14 m até o marco **'V9'** (E=522937.543 m e N=6976973.308 m); Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 354°42'46" e a distância de 25.97 m até o marco **'V10'** (E=522935.151 m e N=6976999.165 m); Daí segue com o azimute de 336°15'28" e a distância de 46.64 m até o marco **'V11'** (E=522916.374 m e N=6977041.853 m); Daí segue confrontando com Rua Waldelino Custodio de Oliveira com o azimute de 66°13'53" e a distância de 17.26 m até o marco **'V0'** (E=522932.168 m e N=6977048.809 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 302.14 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **6.478,26 m²**, (Seis mil quatrocentos e setenta e oito metros e vinte e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 64,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na Mat. nº 8105 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 28,19 metros da esquina com a Rua Luiz Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522916.374 m e N= 6977041.853 m dividindo-o com o Lote 63; Daí segue confrontando com Lote 63 com o azimute de 156°15'28" e a distância de 46.64 m até o marco **'V1'** (E=522935.151 m e N=6976999.165 m); Daí segue confrontando com Lote 63 e Lote 62 com o azimute de 174°42'46" e a distância de 55.28 m até o marco **'V2'** (E=522940.245 m e N=6976944.117 m); Daí segue confrontando com Lote 62 com o azimute de 266°50'09" e a distância de 8.17 m até o marco **'V3'** (E=522932.087 m e N=6976943.666 m); Daí segue com o azimute de 179°45'01" e a distância de 40.73 m até o marco **'V4'** (E=522932.265 m e N=6976902.936 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 265°39'03" e a distância de 48.56 m até o marco **'V5'** (E=522883.850 m e N=6976899.254 m); Daí segue confrontando com Lote 65 com o azimute de 359°52'31" e a distância de 36.61 m até o marco **'V6'** (E=522883.770 m e N=6976935.861 m); Daí segue confrontando com Lote 70 com o azimute de 359°52'31" e a distância de 12.81 m até o marco **'V7'** (E=522883.742 m e N=6976948.672 m); Daí segue confrontando com Lote 71 com o azimute de 359°52'31" e a distância

de 13.65 m até o marco **'8V'** (E=522883.712 m e N=6976962.325 m); Daí segue confrontando com Lote 72 com o azimute de 359°52'31" e a distância de 18.59 m até o marco **'V9'** (E=522883.672 m e N=6976980.920 m); Daí segue confrontando com Lote 73 com o azimute de 2°20'15" e a distância de 14.38 m até o marco **'V10'** (E=522884.259 m e N=6976995.292 m); Daí segue confrontando com Lote 74 com o azimute de 2°20'15" e a distância de 26.82 m até o marco **'V11'** (E=522885.353 m e N=6977022.094 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 57°30'18" e a distância de 36.78 m até o marco **'V0'** (E=522916.374 m e N=6977041.853 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 359.02 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **453,51 m²**, (Quatrocentos e cinquenta e três metros e cinquenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 65,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 17,15 metros da esquina com a Rua Luiz Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522883.770 m e N= 6976935.861 m dividindo-o com o Lote 64; Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 179°52'31" e a distância de 36.61 m até o marco **'V1'** (E=522883.850 m e N=6976899.254 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 265°35'49" e a distância de 11.04 m até o marco **'V2'** (E=522872.845 m e N=6976898.407 m); Daí segue confrontando com Lote 66 com o azimute de 356°00'47" e a distância de 14.47 m até o marco **'V3'** (E=522871.839 m e N=6976912.846 m); Daí segue confrontando com Lote 67 com o azimute de 356°00'47" e a distância de 12.00 m até o marco **'V4'** (E=522871.004 m e N=6976924.821 m); Daí segue confrontando com Lote 68 com o azimute de 356°00'47" e a distância de 9.87 m até o marco **'V5'** (E=522870.318 m e N=6976934.662 m); Daí segue confrontando com Lote 69 com o azimute de 356°00'47" e a distância de 0.99 m até o marco **'V6'** (E=522870.249 m e N=6976935.650 m); Daí segue confrontando com Lote 70 com o azimute de 89°06'12" e a distância de 13.52 m até o marco **'V0'** (E=522883.770 m e N=6976935.861 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 98.50 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **241,33 m²**, (Duzentos e quarenta e um metros e trinta e três decímetros quadrados) sendo o **LOTE 66,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, na esquina com a Rua Luiz Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522871.839 m e N= 6976912.846 m dividindo-o com o Lote 65; Daí segue confrontando com Lote 65 com o azimute de 176°00'47" e a distância de 14.47 m até o marco **'V1'** (E=522872.845 m e N=6976898.407 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 265°35'49" e a distância de 17.15 m até o marco **'V2'** (E=522855.749 m e N=6976897.090 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 355°57'29" e a distância de 12.68 m até o marco **'V3'** (E=522854.855 m e N=6976909.739 m); Daí segue confrontando com Lote 67 com o azimute de 39°34'39" e a distância de 1.52 m até o marco **'V4'** (E=522855.823 m e N=6976910.910 m); Daí segue confrontando com Lote 67 com o azimute de 83°06'23" e a distância de 16.13 m até o marco **'V0'** (E=522871.839 m e N=6976912.846 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 61.95 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **217,15 m²**, (Duzentos e dezessete metros e quinze decímetros quadrados) sendo o **LOTE 67,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Luiz Longhi, distante 12,68 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522853.848 m e N= 6976923.985 m dividindo-o com o Lote 68; Daí segue confrontando com Lote 68 com o azimute de 87°12'30" e a distância de 17.18 m até o marco **'V1'** (E=522871.004 m e N=6976924.821 m); Daí segue confrontando com Lote 65 com o azimute de 176°00'47" e a distância de 12.00 m até o marco **'V2'** (E=522871.839 m e N=6976912.846 m); Daí segue confrontando com Lote 66 com o azimute de 263°06'23" e a distância de 16.13 m até o marco **'V3'** (E=522855.823 m e N=6976910.910 m); Daí segue com o azimute de 219°34'39" e a distância de 1.52 m até o marco **'V4'** (E=522854.855 m e N=6976909.739 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 355°57'29" e a distância de 14.28 m até o marco **'V0'** (E=522853.848 m e N=6976923.985 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 61.11 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **172,60 m²**, (Cento e setenta e dois metros e sessenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 68,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Luiz Longhi, distante 26,96 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522870.318 m e N= 6976934.662 m dividindo-o com o Lote 65; Daí segue confrontando com Lote 65 com o azimute de 176°00'47" e a distância de 9.87 m até o marco **'V1'** (E=522871.004 m e N=6976924.821

m); Daí segue confrontando com Lote 67 com o azimute de 267°12'30" e a distância de 17.18 m até o marco **'V2'** (E=522853.848 m e N=6976923.985 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 356°02'49" e a distância de 10.24 m até o marco **'V3'** (E=522853.143 m e N=6976934.200 m); Daí segue confrontando com Lote 69 com o azimute de 88°27'26" e a distância de 17.18 m até o marco **'V0'** (E=522870.318 m e N=6976934.662 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 54.47 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **424,95 m²**, (Quatrocentos e vinte e quatro metros e noventa e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 69,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Luiz Longhi, distante 37,20 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522870.043 m e N= 6976958.691 m dividindo-o com o Lote 70; Daí segue confrontando com Lote 70 com o azimute de 179°29'16" e a distância de 23.04 m até o marco **'V1'** (E=522870.249 m e N=6976935.650 m); Daí segue confrontando com Lote 65 com o azimute de 176°00'47" e a distância de 0.99 m até o marco **'V2'** (E=522870.318 m e N=6976934.662 m); Daí segue confrontando com Lote 68 com o azimute de 268°27'26" e a distância de 17.18 m até o marco **'V3'** (E=522853.143 m e N=6976934.200 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 356°04'14" e a distância de 23.65 m até o marco **'V4'** (E=522851.522 m e N=6976957.794 m); Daí segue confrontando com Servidão 2 com o azimute de 87°13'48" e a distância de 18.54 m até o marco **'V0'** (E=522870.043 m e N=6976958.691 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 83.40 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **186,37 m²**, (Cento e oitenta e seis metros e trinta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 70,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Servidão 02, distante 18,54 metros da esquina com a Rua Luiz Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522872.043 m e N= 6976958.769 m dividindo-o com o Lote 71; Daí segue confrontando com Lote 71 com o azimute de 179°29'16" e a distância de 11.64 m até o marco **'V1'** (E=522872.147 m e N=6976947.128 m); Daí segue com o azimute de 82°24'55" e a distância de 11.70 m até o marco **'V2'** (E=522883.742 m e N=6976948.672 m); Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 179°52'31" e a distância de 7.91 m até o marco **'V3'** (E=522883.759 m e N=6976940.758 m); Daí segue com o azimute de 179°52'31" e a distância de 4.90 m até o marco **'V4'** (E=522883.770 m e N=6976935.861 m); Daí segue confrontando com Lote 65 com o azimute de 269°06'12" e a distância de 13.52 m até o marco **'V5'** (E=522870.249 m e N=6976935.650 m); Daí segue confrontando com Lote 69 com o azimute de 359°29'16" e a distância de 23.04 m até o marco **'V6'** (E=522870.043 m e N=6976958.691 m); Daí segue confrontando com Servidão 2 com o azimute de 87°44'27" e a distância de 2.00 m até o marco **'V0'** (E=522872.043 m e N=6976958.769 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 74.71 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **164,85 m²**, (Cento e sessenta e quatro metros e oitenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 71,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Servidão 02, distante 20,78 metros da esquina com a Rua Luiz Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522883.712 m e N= 6976962.325 m dividindo-o com o Lote 64; Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 179°52'31" e a distância de 13.65 m até o marco **'V1'** (E=522883.742 m e N=6976948.672 m); Daí segue confrontando com Lote 70 com o azimute de 262°24'55" e a distância de 11.70 m até o marco **'V2'** (E=522872.147 m e N=6976947.128 m); Daí segue com o azimute de 359°29'16" e a distância de 11.66 m até o marco **'V3'** (E=522872.042 m e N=6976958.787 m); Daí segue confrontando com Servidão 02 com o azimute de 359°29'16" e a distância de 3.00 m até o marco **'V4'** (E=522872.016 m e N=6976961.769 m); Daí segue confrontando com Lote 72 com o azimute de 87°16'43" e a distância de 11.71 m até o marco **'V0'** (E=522883.712 m e N=6976962.325 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 51.70 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **571,31 m²**, (Quinhentos e setenta e um metros e trinta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 72,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Luiz Longhi, na esquina com a Servidão 02, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522883.672 m e N= 6976980.920 m dividindo-o com o Lote 64; Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 179°52'31" e a distância de 18.59 m até o marco **'V1'** (E=522883.712 m e N=6976962.325 m); Daí segue confrontando com Lote 71 com o azimute de 267°16'43" e a distância de 11.71 m até o marco **'V2'** (E=522872.016 m e N=6976961.769 m); Daí segue confrontando com Servidão 02 com o azimute de 267°16'43" e a distância de 20.78 m até o marco **'V3'** (E=522851.255 m e N=6976960.783 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 354°53'52" e a distância de 15.82 m até o marco **'V4'** (E=522849.848 m e N=6976976.537 m); Daí segue confrontando com Lote 73 com o azimute de 82°37'02" e a

distância de 34.11 m até o marco **'V0'** (E=522883.672 m e N=6976980.920 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 101.01 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **684,34 m²**, (Seiscentos e oitenta e quatro metros e trinta e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 73,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Luiz Longhi, distante 15,82 metros da esquina com a Servidão 02, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522855.711 m e N= 6977002.659 m dividindo-o com o Lote 74; Daí segue confrontando com Lote 74 com o azimute de 104°28'10" e a distância de 29.48 m até o marco **'V1'** (E=522884.259 m e N=6976995.292 m); Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 182°20'15" e a distância de 14.38 m até o marco **'V2'** (E=522883.672 m e N=6976980.920 m); Daí segue confrontando com Lote 72 com o azimute de 262°37'02" e a distância de 34.11 m até o marco **'V3'** (E=522849.848 m e N=6976976.537 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 354°53'52" e a distância de 6.88 m até o marco **'V4'** (E=522849.236 m e N=6976983.391 m); Daí segue com o azimute de 7°57'31" e a distância de 6.71 m até o marco **'V5'** (E=522850.166 m e N=6976990.038 m); Daí segue com o azimute de 16°44'53" e a distância de 7.45 m até o marco **'V6'** (E=522852.313 m e N=6976997.174 m); Daí segue com o azimute de 27°26'32" e a distância de 5.01 m até o marco **'V7'** (E=522854.621 m e N=6977001.618 m); Daí segue com o azimute de 46°20'18" e a distância de 1.51 m até o marco **'V0'** (E=522855.711 m e N=6977002.659 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 105.53 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **390,90 m²**, (Trezentos e noventa metros e noventa decímetros quadrados) sendo o **LOTE 74,** da **Quadra nº 06**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 6663 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Luiz Longhi, distante 43,38 metros da esquina com a Servidão 02, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522885.353 m e N= 6977022.094 m dividindo-o com o Lote 64; Daí segue confrontando com Lote 64 com o azimute de 182°20'15" e a distância de 26.82 m até o marco **'V1'** (E=522884.259 m e N=6976995.292 m); Daí segue confrontando com Lote 73 com o azimute de 284°28'10" e a distância de 29.48 m até o marco **'V2'** (E=522855.711 m e N=6977002.659 m); Daí segue confrontando com Rua Luiz Longhi com o azimute de 54°57'07" e a distância de 7.73 m até o marco **'V3'** (E=522862.041 m e N=6977007.099 m); Daí segue com o azimute de 57°14'55" e a distância de 27.72 m até o marco **'V0'** (E=522885.353 m e N=6977022.094 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 91.75 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **468,57 m²**, (Quatrocentos e sessenta e oito metros e cinquenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 75,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 17,81 metros da esquina com a Rua sem denominação 02, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522697.891 m e N= 6976926.468 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 131°16'15" e a distância de 18.00 m até o marco **'V1'** (E=522711.422 m e N=6976914.592 m); Daí segue confrontando com Lote 76 com o azimute de 205°53'30" e a distância de 31.23 m até o marco **'V2'** (E=522697.787 m e N=6976886.501 m); Daí segue confrontando com Lote 82 com o azimute de 285°27'12" e a distância de 8.89 m até o marco **'V3'** (E=522689.215 m e N=6976888.871 m); Daí segue confrontando com Lote 83 com o azimute de 305°27'05" e a distância de 1.47 m até o marco **'V4'** (E=522688.021 m e N=6976889.721 m); Daí segue confrontando com Mat nº 18484 com o azimute de 15°02'02" e a distância de 38.05 m até o marco **'V0'** (E=522697.891 m e N=6976926.468 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 97.64 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **356,68 m²**, (Trezentos e cinquenta e seis metros e sessenta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 76,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, na esquina com a Rua sem denominação 02, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522711.422 m e N= 6976914.592 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 127°48'01" e a distância de 14.36 m até o marco **'V1'** (E=522722.769 m e N=6976905.791 m); Daí segue com o azimute de 170°20'11" e a distância de 3.45 m até o marco **'V2'** (E=522723.349 m e N=6976902.386 m); Daí segue confrontando com Rua sem denominação 02 com o azimute de 224°36'34" e a distância de 25.33 m até o marco **'V3'** (E=522705.559 m e N=6976884.352 m); Daí segue confrontando com Lote 82 com o azimute de 285°27'12" e a distância de 8.06 m até o marco **'V4'** (E=522697.787 m e N=6976886.501 m); Daí segue confrontando com Lote 75 com o azimute de 25°53'30" e a distância de 31.23 m até o marco **'V0'** (E=522711.422 m e N=6976914.592 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 82.43 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **147,55 m²**, (Cento e quarenta e sete metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 77,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, na esquina com a Rua sem denominação 02, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522730.375 m e N= 6976901.936 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 110°28'21" e a distância de 8.50 m até o marco **'V1'** (E=522738.338 m e N=6976898.963 m); Daí segue confrontando com Lote 78 com o azimute de 227°32'22" e a distância de 21.11 m até o marco **'V2'** (E=522722.767 m e N=6976884.714 m); Daí segue confrontando com Lote 81 com o azimute de 299°24'12" e a distância de 7.22 m até o marco **'V3'** (E=522716.475 m e N=6976888.260 m); Daí segue confrontando com Rua sem denominação 2 com o azimute de 45°27'58" e a distância de 19.50 m até o marco **'V0'** (E=522730.375 m e N=6976901.936 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 56.33 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **395,68 m²**, (Trezentos e noventa e cinco metros e sessenta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 78,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 8,50 metros da esquina com a Rua sem denominação 02, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522738.338 m e N= 6976898.963 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 98°47'20" e a distância de 6.11 m até o marco **'V1'** (E=522744.378 m e N=6976898.029 m); Daí segue confrontando com Ivandina Barbosa com o azimute de 228°41'22" e a distância de 9.37 m até o marco **'V2'** (E=522737.339 m e N=6976891.843 m); Daí segue com o azimute de 172°42'31" e a distância de 20.97 m até o marco **'V3'** (E=522740.001 m e N=6976871.040 m); Daí segue confrontando com Lote 87 com o azimute de 168°29'59" e a distância de 3.60 m até o marco **'V4'** (E=522740.718 m e N=6976867.514 m); Daí segue confrontando com Lote 86 com o azimute de 268°07'15" e a distância de 15.62 m até o marco **'V5'** (E=522725.107 m e N=6976867.001 m); Daí segue confrontando com Lote 85 com o azimute de 352°28'33" e a distância de 1.72 m até o marco **'V6'** (E=522724.881 m e N=6976868.707 m); Daí segue confrontando com Lote 81 com o azimute de 352°28'33" e a distância de 16.15 m até o marco **'V7'** (E=522722.767 m e N=6976884.714 m); Daí segue confrontando com Lote 77 com o azimute de 47°32'22" e a distância de 21.11 m até o marco **'V0'** (E=522738.338 m e N=6976898.963 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 94.65 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **816,75 m²**, (Oitocentos e dezesseis metros e setenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 79,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 48,92 metros da esquina com a Rua Giovani Zampieri, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522756.039 m e N= 6976896.226 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 98°47'25" e a distância de 37.61 m até o marco **'V1'** (E=522793.207 m e N=6976890.479 m); Daí segue confrontando com Lote 80 com o azimute de 165°09'00" e a distância de 17.74 m até o marco **'V2'** (E=522797.754 m e N=6976873.332 m); Daí segue confrontando com Lote 90 com o azimute de 254°56'53" e a distância de 23.96 m até o marco **'V3'** (E=522774.612 m e N=6976867.109 m); Daí segue confrontando com Lote 89 com o azimute de 347°31'25" e a distância de 5.17 m até o marco **'V4'** (E=522773.493 m e N=6976872.163 m); Daí segue confrontando com Lote 89 com o azimute de 256°56'56" e a distância de 9.81 m até o marco **'V5'** (E=522763.935 m e N=6976869.947 m); Daí segue confrontando com Lote 88 com o azimute de 348°52'12" e a distância de 8.36 m até o marco **'V6'** (E=522762.321 m e N=6976878.148 m); Daí segue com o azimute de 245°52'20" e a distância de 2.51 m até o marco **'V7'** (E=522760.029 m e N=6976877.122 m); Daí segue confrontando com Ivandina Barbosa com o azimute de 348°12'14" e a distância de 19.52 m até o marco **'V0'** (E=522756.039 m e N=6976896.226 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 124.69 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **336,75 m²**, (Trezentos e trinta e seis metros e setenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 80,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 22,68 metros da esquina com a Rua Giovani Zampieri, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522793.207 m e N= 6976890.479 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 99°04'29" e a distância de 26.24 m até o marco **'V1'** (E=522819.121 m e N=6976886.340 m); Daí segue confrontando com Mat nº 17557 com o azimute de 169°42'06" e a distância de 9.10 m até o marco **'V2'** (E=522820.747 m e N=6976877.388 m); Daí segue confrontando com Mat nº 17557 com o azimute de 256°14'32" e a distância

de 23.27 m até o marco **'V3'** (E=522798.146 m e N=6976871.854 m); Daí segue confrontando com Lote 90 com o azimute de 345°09'00" e a distância de 1.53 m até o marco **'V4'** (E=522797.754 m e N=6976873.332 m); Daí segue confrontando com Lote 79 com o azimute de 345°09'00" e a distância de 17.74 m até o marco **'V0'** (E=522793.207 m e N=6976890.479 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 77.88 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **260,06 m²**, (Duzentos e sessenta metros e seis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 81,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua sem denominação 02, distante 19,50 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522716.475 m e N= 6976888.260 m dividindo-o com o Lote 77; Daí segue confrontando com Lote 77 com o azimute de 119°24'12" e a distância de 7.22 m até o marco **'V1'** (E=522722.767 m e N=6976884.714 m); Daí segue confrontando com Lote 78 com o azimute de 172°28'33" e a distância de 16.15 m até o marco **'V2'** (E=522724.881 m e N=6976868.707 m); Daí segue confrontando com Lote 85 com o azimute de 262°46'33" e a distância de 16.79 m até o marco **'V3'** (E=522708.224 m e N=6976866.595 m); Daí segue confrontando com Lote 82 com o azimute de 7°38'02" e a distância de 15.74 m até o marco **'V4'** (E=522710.315 m e N=6976882.200 m); Daí segue confrontando com Rua sem denominção 02 com o azimute de 45°27'58" e a distância de 8.64 m até o marco **'V0'** (E=522716.475 m e N=6976888.260 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 64.54 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **574,71 m²**, (Quinhentos e setenta e quatro metros e setenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 82,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua sem denominação 02, distante 28,14 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522689.215 m e N= 6976888.871 m dividindo-o com o Lote 75; Daí segue confrontando com Lote 75 com o azimute de 105°27'12" e a distância de 8.89 m até o marco **'V1'** (E=522697.787 m e N=6976886.501 m); Daí segue confrontando com Lote 76 com o azimute de 105°27'12" e a distância de 8.06 m até o marco **'V2'** (E=522705.559 m e N=6976884.352 m); Daí segue confrontando com Rua sem denominação 02 com o azimute de 114°21'09" e a distância de 5.22 m até o marco **'V3'** (E=522710.315 m e N=6976882.200 m); Daí segue confrontando com Lote 81 com o azimute de 187°38'02" e a distância de 15.74 m até o marco **'V4'** (E=522708.224 m e N=6976866.595 m); Daí segue confrontando com Lote 85 com o azimute de 201°03'45" e a distância de 5.67 m até o marco **'V5'** (E=522706.185 m e N=6976861.301 m); Daí segue confrontando com Lote 84 com o azimute de 262°53'48" e a distância de 21.95 m até o marco **'V6'** (E=522684.407 m e N=6976858.587 m); Daí segue confrontando com Lote 83 com o azimute de 9°01'16" e a distância de 30.66 m até o marco **'V0'** (E=522689.215 m e N=6976888.871 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 96.19 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.324,07 m²**, (Mil trezentos e vinte e quatro metros e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 83,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 159,64 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522679.631 m e N= 6976891.572 m dividindo-o com o Mat nº 18484; Daí segue confrontando com Mat nº 18484 com o azimute de 102°26'32" e a distância de 8.59 m até o marco **'V1'** (E=522688.021 m e N=6976889.721 m); Daí segue confrontando com Lote 75 com o azimute de 125°27'05" e a distância de 1.47 m até o marco **'V2'** (E=522689.215 m e N=6976888.871 m); Daí segue confrontando com Lote 82 com o azimute de 189°01'16" e a distância de 30.66 m até o marco **'V3'** (E=522684.407 m e N=6976858.587 m); Daí segue confrontando com Lote 84 com o azimute de 169°25'51" e a distância de 22.06 m até o marco **'V4'** (E=522688.453 m e N=6976836.903 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 261°58'07" e a distância de 17.21 m até o marco **'V5'** (E=522671.410 m e N=6976834.498 m); Daí segue com o azimute de 267°16'09" e a distância de 18.99 m até o marco **'V6'** (E=522652.444 m e N=6976833.594 m); Daí segue com o azimute de 278°16'05" e a distância de 3.55 m até o marco **'V7'** (E=522648.928 m e N=6976834.104 m); Daí segue confrontando com Mat nº 18484 com o azimute de 25°07'27" e a distância de 36.53 m até o marco **'V8'** (E=522664.438 m e N=6976867.180 m); Daí segue com o azimute de 31°55'02" e a distância de 28.74 m até o marco **'V0'** (E=522679.631 m e N=6976891.572 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 167.80 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **488,50 m²**, (Quatrocentos e oitenta e oito metros e cinquenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 84,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 134,28 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide

GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522706.185 m e N= 6976861.301 m dividindo-o com o Lote 85; Daí segue confrontando com Lote 85 com o azimute de 159°24'41" e a distância de 19.61 m até o marco **'V1'** (E=522713.081 m e N=6976842.942 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 256°13'16" e a distância de 25.36 m até o marco **'V2'** (E=522688.453 m e N=6976836.903 m); Daí segue confrontando com Lote 83 com o azimute de 349°25'51" e a distância de 22.06 m até o marco **'V3'** (E=522684.407 m e N=6976858.587 m); Daí segue confrontando com Lote 82 com o azimute de 82°53'48" e a distância de 21.95 m até o marco **'V0'** (E=522706.185 m e N=6976861.301 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 88.98 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **411,16 m²**, (Quatrocentos e onze metros e dezesseis decímetros quadrados) sendo o **LOTE 85,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 118,95 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522724.881 m e N= 6976868.707 m dividindo-o com o Lote 78; Daí segue confrontando com Lote 78 com o azimute de 172°28'33" e a distância de 1.72 m até o marco **'V1'** (E=522725.107 m e N=6976867.001 m); Daí segue confrontando com Lote 86 com o azimute de 171°57'39" e a distância de 21.38 m até o marco **'V2'** (E=522728.096 m e N=6976845.836 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 264°44'44" e a distância de 5.48 m até o marco **'V3'** (E=522722.639 m e N=6976845.334 m); Daí segue com o azimute de 255°57'09" e a distância de 9.85 m até o marco **'V4'** (E=522713.081 m e N=6976842.942 m); Daí segue confrontando com Lote 84 com o azimute de 339°24'41" e a distância de 19.61 m até o marco **'V5'** (E=522706.185 m e N=6976861.301 m); Daí segue confrontando com Lote 82 com o azimute de 21°03'45" e a distância de 5.67 m até o marco **'V6'** (E=522708.224 m e N=6976866.595 m); Daí segue confrontando com Lote 81 com o azimute de 82°46'33" e a distância de 16.79 m até o marco **'V0'** (E=522724.881 m e N=6976868.707 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 80.50 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **338,65 m²**, (Trezentos e trinta e oito metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 86,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 102,16 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522725.107 m e N= 6976867.001 m dividindo-o com o Lote 78; Daí segue confrontando com Lote 78 com o azimute de 88°07'15" e a distância de 15.62 m até o marco **'V1'** (E=522740.718 m e N=6976867.514 m); Daí segue confrontando com Lote 87 com o azimute de 168°29'59" e a distância de 20.56 m até o marco **'V2'** (E=522744.817 m e N=6976847.370 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 262°32'42" e a distância de 3.45 m até o marco **'V3'** (E=522741.396 m e N=6976846.923 m); Daí segue com o azimute de 265°19'41" e a distância de 13.34 m até o marco **'V4'** (E=522728.096 m e N=6976845.836 m); Daí segue confrontando com Lote 85 com o azimute de 351°57'39" e a distância de 21.38 m até o marco **'V0'** (E=522725.107 m e N=6976867.001 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 74.35 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **265,80 m²**, (Duzentos e sessenta e cinco metros e oitenta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 87,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 91,12 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522750.768 m e N= 6976872.700 m dividindo-o com o Lote 88; Daí segue confrontando com Lote 88 com o azimute de 168°11'49" e a distância de 24.41 m até o marco **'V1'** (E=522755.762 m e N=6976848.803 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 262°32'42" e a distância de 11.04 m até o marco **'V2'** (E=522744.817 m e N=6976847.370 m); Daí segue confrontando com Lote 86 com o azimute de 348°29'59" e a distância de 20.56 m até o marco **'V3'** (E=522740.718 m e N=6976867.514 m); Daí segue confrontando com Lote 78 com o azimute de 348°29'59" e a distância de 3.60 m até o marco **'V4'** (E=522740.001 m e N=6976871.040 m); Daí segue confrontando com Ivandina Barbosa com o azimute de 81°14'06" e a distância de 10.89 m até o marco **'V0'** (E=522750.768 m e N=6976872.700 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 70.50 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **319,65 m²**, (Trezentos e dezenove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 88,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 79,02 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522762.321 m e N= 6976878.148 m dividindo-o com o Lote 79 e Lote 89; Daí segue confrontando com Lote 79 e Lote 89 com o azimute de 168°52'12" e a distância de 27.71 m até o marco **'V1'** (E=522767.671 m e N=6976850.955 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 259°45'22" e a distância de 12.10 m até o marco

'V2' (E=522755.762 m e N=6976848.803 m); Daí segue confrontando com Lote 87 com o azimute de 348°11'49" e a distância de 24.41 m até o marco **'V3'** (E=522750.768 m e N=6976872.700 m); Daí segue confrontando com Ivandina Barbosa - Posseira com o azimute de 64°28'46" e a distância de 10.26 m até o marco **'V4'** (E=522760.029 m e N=6976877.122 m); Daí segue confrontando com Lot e79 com o azimute de 65°52'20" e a distância de 2.51 m até o marco **'V0'** (E=522762.321 m e N=6976878.148 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 76.99 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **194,30 m²**, (Cento e noventa e quatro metros e trinta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 89,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 68,75 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522773.493 m e N= 6976872.163 m dividindo-o com o Lote 79; Daí segue confrontando com Lote 79 com o azimute de 167°31'25" e a distância de 5.17 m até o marco **'V1'** (E=522774.612 m e N=6976867.109 m); Daí segue confrontando com Lote 90 com o azimute de 167°31'25" e a distância de 14.19 m até o marco **'V2'** (E=522777.676 m e N=6976853.258 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 257°02'12" e a distância de 10.27 m até o marco **'V3'** (E=522767.671 m e N=6976850.955 m); Daí segue confrontando com Lote 88 com o azimute de 348°52'12" e a distância de 19.36 m até o marco **'V4'** (E=522763.935 m e N=6976869.947 m); Daí segue confrontando com Lote 79 com o azimute de 76°56'56" e a distância de 9.81 m até o marco **'V0'** (E=522773.493 m e N=6976872.163 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 58.81 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **337,75 m²**, (Trezentos e trinta e sete metros e setenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 90,** da **Quadra nº 07**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Giovani Zampieri, distante 44,19 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522797.754 m e N= 6976873.332 m dividindo-o com o Lote 80; Daí segue confrontando com Lote 80 com o azimute de 165°09'00" e a distância de 1.53 m até o marco **'V1'** (E=522798.146 m e N=6976871.854 m); Daí segue confrontando com Mat nº 17557 com o azimute de 165°09'00" e a distância de 12.15 m até o marco **'V2'** (E=522801.260 m e N=6976860.109 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 253°48'06" e a distância de 24.56 m até o marco **'V3'** (E=522777.676 m e N=6976853.258 m); Daí segue confrontando com Lote 89 com o azimute de 347°31'25" e a distância de 14.19 m até o marco **'V4'** (E=522774.612 m e N=6976867.109 m); Daí segue confrontando com Lote 79 com o azimute de 74°56'53" e a distância de 23.96 m até o marco **'V0'** (E=522797.754 m e N=6976873.332 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 76.39 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **234,88 m²**, (Duzentos e trinta e quatro metros e oitenta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 91,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 242,98 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522603.962 m e N= 6976843.668 m dividindo-o com o Rua Giovani Zampieri; Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 121°32'23" e a distância de 11.17 m até o marco **'V1'** (E=522613.479 m e N=6976837.826 m); Daí segue confrontando com Lote 92 com o azimute de 176°00'49" e a distância de 20.10 m até o marco **'V2'** (E=522614.876 m e N=6976817.778 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 268°51'19" e a distância de 11.00 m até o marco **'V3'** (E=522603.878 m e N=6976817.559 m); Daí segue com o azimute de 0°10'59" e a distância de 26.11 m até o marco **'V0'** (E=522603.962 m e N=6976843.668 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 68.38 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **363,44 m²**, (Trezentos e sessenta e três metros e quarenta e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 92,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 218,12 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522613.479 m e N= 6976837.826 m dividindo-o com o Rua Giovani Zampieri; Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 121°32'23" e a distância de 7.10 m até o marco **'V1'** (E=522619.534 m e N=6976834.110 m); Daí segue com o azimute de 111°39'00" e a distância de 17.76 m até o marco **'V2'** (E=522636.042 m e N=6976827.557 m); Daí segue confrontando com Lote 93 com o azimute de 201°18'54" e a distância de 19.21 m até o marco **'V3'** (E=522629.058 m e N=6976809.659 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 299°47'35" e a distância de 16.34 m até o marco **'V4'** (E=522614.876 m e N=6976817.778 m); Daí segue confrontando com Lote 91 com o azimute de 356°00'49" e a distância de 20.10 m até o marco **'V0'** (E=522613.479 m e N=6976837.826 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com

perímetro de 80.51 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **584,35 m²**, (Quinhentos e oitenta e quatro metros e trinta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 93,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 196,89 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522636.042 m e N= 6976827.557 m dividindo-o com o Rua Giovani Zampieri; Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 108°19'10" e a distância de 5.68 m até o marco **'V1'** (E=522641.432 m e N=6976825.773 m); Daí segue com o azimute de 98°31'08" e a distância de 7.03 m até o marco **'V2'** (E=522648.382 m e N=6976824.732 m); Daí segue com o azimute de 92°06'06" e a distância de 8.52 m até o marco **'V3'** (E=522656.898 m e N=6976824.419 m); Daí segue confrontando com Lote 94 com o azimute de 176°40'09" e a distância de 23.18 m até o marco **'V4'** (E=522658.245 m e N=6976801.277 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 265°35'36" e a distância de 12.86 m até o marco **'V5'** (E=522645.423 m e N=6976800.289 m); Daí segue com o azimute de 299°47'35" e a distância de 18.86 m até o marco **'V6'** (E=522629.058 m e N=6976809.659 m); Daí segue confrontando com Lote 92 com o azimute de 21°18'54" e a distância de 19.21 m até o marco **'V0'** (E=522636.042 m e N=6976827.557 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 95.34 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **346,44 m²**, (Trezentos e quarenta e seis metros e quarenta e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 94,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 181,77 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522656.898 m e N= 6976824.419 m dividindo-o com o Rua Giovani Zampieri; Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 88°14'17" e a distância de 8.36 m até o marco **'V1'** (E=522665.255 m e N=6976824.676 m); Daí segue com o azimute de 84°32'51" e a distância de 6.76 m até o marco **'V2'** (E=522671.981 m e N=6976825.318 m); Daí segue confrontando com Lote 95 com o azimute de 176°40'09" e a distância de 22.92 m até o marco **'V3'** (E=522673.312 m e N=6976802.438 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 265°35'36" e a distância de 15.11 m até o marco **'V4'** (E=522658.245 m e N=6976801.277 m); Daí segue confrontando com Lote 93 com o azimute de 356°40'09" e a distância de 23.18 m até o marco **'V0'** (E=522656.898 m e N=6976824.419 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 76.33 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **311,62 m²**, (Trezentos e onze metros e sessenta e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 95,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 168,17 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522685.488 m e N= 6976826.883 m dividindo-o com o Lote 96; Daí segue confrontando com Lote 96 com o azimute de 177°18'22" e a distância de 23.45 m até o marco **'V1'** (E=522686.590 m e N=6976803.461 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 265°35'36" e a distância de 13.32 m até o marco **'V2'** (E=522673.312 m e N=6976802.438 m); Daí segue confrontando com Lote 94 com o azimute de 356°40'09" e a distância de 22.92 m até o marco **'V3'** (E=522671.981 m e N=6976825.318 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 83°23'28" e a distância de 13.60 m até o marco **'V0'** (E=522685.488 m e N=6976826.883 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 73.29 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **359,21 m²**, (Trezentos e cinquenta e nove metros e vinte e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 96,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 153,30 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522700.024 m e N= 6976830.034 m dividindo-o com o Lote 97; Daí segue confrontando com Lote 97 com o azimute de 177°14'01" e a distância de 25.47 m até o marco **'V1'** (E=522701.254 m e N=6976804.592 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 265°35'36" e a distância de 14.71 m até o marco **'V2'** (E=522686.590 m e N=6976803.461 m); Daí segue confrontando com Lote 95 com o azimute de 357°18'22" e a distância de 23.45 m até o marco **'V3'** (E=522685.488 m e N=6976826.883 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 77°46'11" e a distância de 14.87 m até o marco **'V0'** (E=522700.024 m e N=6976830.034 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 78.50 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **414,75 m²**, (Quatrocentos e quatorze metros e setenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 97,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 137,83 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522715.036 m e N= 6976833.769 m dividindo-o com o Lote 98; Daí segue confrontando com Lote 98 com o azimute de 175°57'45" e a distância de 28.03 m até o marco **'V1'** (E=522717.009 m e N=6976805.806 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 265°35'36" e a distância de 15.80 m até o marco **'V2'** (E=522701.254 m e N=6976804.592 m); Daí segue confrontando com Lote 96 com o azimute de 357°14'01" e a distância de 25.47 m até o marco **'V3'** (E=522700.024 m e N=6976830.034 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 76°01'46" e a distância de 15.47 m até o marco **'V0'** (E=522715.036 m e N=6976833.769 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 84.77 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **434,30 m²**, (Quatrocentos e Trinta e quatro metros e trinta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 98,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 121,81 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522730.783 m e N= 6976836.465 m dividindo-o com o Lote 99; Daí segue confrontando com Lote 99 com o azimute de 179°36'28" e a distância de 29.58 m até o marco **'V1'** (E=522730.986 m e N=6976806.883 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 265°35'36" e a distância de 14.02 m até o marco **'V2'** (E=522717.009 m e N=6976805.806 m); Daí segue confrontando com Lote 97 com o azimute de 355°57'45" e a distância de 28.03 m até o marco **'V3'** (E=522715.036 m e N=6976833.769 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 76°01'13" e a distância de 7.80 m até o marco **'V4'** (E=522722.604 m e N=6976835.653 m); Daí segue com o azimute de 84°19'39" e a distância de 8.22 m até o marco **'V0'** (E=522730.783 m e N=6976836.465 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 87.65 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **349,23 m²**, (Trezentos e quarenta e nove metros e vinte e tres decímetros quadrados) sendo o **LOTE 99,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 25.243 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 108,87 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522743.667 m e N= 6976837.635 m dividindo-o com o Ivandina Barbosa - Posseira; Daí segue confrontando com Ivandina Barbosa - Posseira com o azimute de 183°52'56" e a distância de 30.00 m até o marco **'V1'** (E=522741.636 m e N=6976807.703 m); Daí segue confrontando com Mat nº 25243 com o azimute de 265°35'36" e a distância de 10.68 m até o marco **'V2'** (E=522730.986 m e N=6976806.883 m); Daí segue confrontando com Lote 98 com o azimute de 359°36'28" e a distância de 29.58 m até o marco **'V3'** (E=522730.783 m e N=6976836.465 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 84°48'52" e a distância de 12.94 m até o marco **'V0'** (E=522743.667 m e N=6976837.635 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 83.20 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **387,00 m²**, (Trezentos e oitenta e sete metros quadrados) sendo o **LOTE 100,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 51,09 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522799.994 m e N= 6976850.083 m dividindo-o com o Lote 101; Daí segue confrontando com Lote 101 com o azimute de 161°43'33" e a distância de 12.32 m até o marco **'V1'** (E=522803.855 m e N=6976838.390 m); Daí segue com o azimute de 148°30'15" e a distância de 13.63 m até o marco **'V2'** (E=522810.979 m e N=6976826.762 m); Daí segue confrontando com Rua Marino Longhi com o azimute de 221°45'12" e a distância de 17.64 m até o marco **'V3'** (E=522799.231 m e N=6976813.601 m); Daí segue confrontando com Ivandina Barbosa - Posseira com o azimute de 343°00'00" e a distância de 34.56 m até o marco **'V4'** (E=522789.127 m e N=6976846.651 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 72°28'21" e a distância de 11.40 m até o marco **'V0'** (E=522799.994 m e N=6976850.083 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 89.55 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **176,47 m²**, (Cento e setenta e seis metros e quarenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 101,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 44,15 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522806.556 m e N= 6976852.333 m dividindo-o com o Lote 102; Daí segue confrontando com Lote 102 com o azimute de 158°13'53" e a distância de 14.26 m até o marco **'V1'** (E=522811.845 m e N=6976839.090 m); Daí segue com o azimute de 147°11'16" e a distância de 8.12 m até o marco **'V2'** (E=522816.242 m e N=6976832.270 m); Daí segue confrontando com Rua Marino Longhi com o azimute de 223°41'55" e a distância de 7.62 m até o marco **'V3'** (E=522810.979 m e N=6976826.762 m); Daí segue confrontando com Lote 100 com o azimute de 328°30'15" e a distância de 13.63 m até o marco **'V4'** (E=522803.855 m e N=6976838.390 m); Daí segue com o azimute de 341°43'33" e a distância de 12.32 m até o marco **'V5'** (E=522799.994 m e N=6976850.083 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 71°04'47" e a distância de 6.94 m até o marco **'V0'** (E=522806.556 m e N=6976852.333 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 62.89 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **208,51 m²**, (Duzentos e oito metros e cinquenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 102,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat nº 12142 – CRI de CN situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 33,37 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522816.750 m e N= 6976855.827 m dividindo-o com o Lote 103; Daí segue confrontando com Lote 103 com o azimute de 159°04'26" e a distância de 9.38 m até o marco **'V1'** (E=522820.101 m e N=6976847.065 m); Daí segue confrontando com Lote 104 com o azimute de 159°04'26" e a distância de 8.22 m até o marco **'V2'** (E=522823.039 m e N=6976839.382 m); Daí segue confrontando com Rua Marino Longhi com o azimute de 223°41'55" e a distância de 9.84 m até o marco **'V3'** (E=522816.242 m e N=6976832.270 m); Daí segue confrontando com Lote 101 com o azimute de 327°11'16" e a distância de 8.12 m até o marco **'V4'** (E=522811.845 m e N=6976839.090 m); Daí segue com o azimute de 338°13'52" e a distância de 14.26 m até o marco **'V5'** (E=522806.556 m e N=6976852.333 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 71°04'47" e a distância de 10.78 m até o marco **'V0'** (E=522816.750 m e N=6976855.827 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 60.60 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **90,95 m²**, (Noventa metros e noventa e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 103,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Rua Giovani Zampieri, distante 23,21 metros da esquina com a Rua Marino Longhi, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522826.130 m e N= 6976859.724 m dividindo-o com o Lote 105; Daí segue confrontando com Lote 105 com o azimute de 159°02'13" e a distância de 8.53 m até o marco **'V1'** (E=522829.182 m e N=6976851.757 m); Daí segue confrontando com Lote 104 com o azimute de 242°40'32" e a distância de 10.22 m até o marco **'V2'** (E=522820.101 m e N=6976847.065 m); Daí segue confrontando com Lote 102 com o azimute de 339°04'26" e a distância de 9.38 m até o marco **'V3'** (E=522816.750 m e N=6976855.827 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 67°26'12" e a distância de 10.16 m até o marco **'V0'** (E=522826.130 m e N=6976859.724 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 38.29 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **64,87 m²**, (Sessenta e quatro metros e oitenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 104,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Marino Longhi, distante 27,74 metros da esquina com a Rua Giovani Zampieri, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522829.182 m e N= 6976851.757 m dividindo-o com o Lote 105; Daí segue confrontando com Lote 105 com o azimute de 159°02'13" e a distância de 4.54 m até o marco **'V1'** (E=522830.808 m e N=6976847.513 m); Daí segue confrontando com Rua Marino Longhi com o azimute de 223°41'55" e a distância de 11.25 m até o marco **'V2'** (E=522823.039 m e N=6976839.382 m); Daí segue confrontando com Lote 102 com o azimute de 339°04'26" e a distância de 8.22 m até o marco **'V3'** (E=522820.101 m e N=6976847.065 m); Daí segue confrontando com Lote 103 com o azimute de 62°40'32" e a distância de 10.22 m até o marco **'V0'** (E=522829.182 m e N=6976851.757 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 34.23 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **82,13 m²**, (Oitenta e dois metros e treze decímetros quadrados) sendo o **LOTE 105,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Marino Longhi, distante 19,04 metros da esquina com a Rua Giovani Zampieri, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide

GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522831.930 m e N= 6976862.263 m dividindo-o com o Lote 106; Daí segue confrontando com Lote 106 com o azimute de 149°59'39" e a distância de 9.77 m até o marco **'V1'** (E=522836.816 m e N=6976853.801 m); Daí segue confrontando com Rua Marino Longhi com o azimute de 223°41'55" e a distância de 8.70 m até o marco **'V2'** (E=522830.808 m e N=6976847.513 m); Daí segue confrontando com Lote 104 e Lote 103 com o azimute de 339°02'13" e a distância de 13.08 m até o marco **'V3'** (E=522826.130 m e N=6976859.724 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 66°21'39" e a distância de 6.33 m até o marco **'V0'** (E=522831.930 m e N=6976862.263 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 37.88 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **131,32 m²**, (Cento e trinta e um metros e trinta e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 106,** da **Quadra nº 08**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Marino Longhi, na esquina com a Rua Giovani Zampieri, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522846.423 m e N= 6976870.911 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 133°21'50" e a distância de 5.13 m até o marco **'V1'** (E=522850.156 m e N=6976867.386 m); Daí segue confrontando com Rua Marino Longhi com o azimute de 224°28'38" e a distância de 19.04 m até o marco **'V2'** (E=522836.816 m e N=6976853.801 m); Daí segue confrontando com Lote 105 com o azimute de 329°59'39" e a distância de 9.77 m até o marco **'V3'** (E=522831.930 m e N=6976862.263 m); Daí segue confrontando com Rua Giovani Zampieri com o azimute de 59°10'29" e a distância de 16.88 m até o marco **'V0'** (E=522846.423 m e N=6976870.911 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 50.82 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.811,98 m²**, (Mil oitocentos e onze metros e noventa e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 107,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 242,00 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522888.288 m e N= 6976885.499 m dividindo-o com o Lote 108; Daí segue confrontando com Lote 108 com o azimute de 170°27'30" e a distância de 49.37 m até o marco **'V1'** (E=522896.472 m e N=6976836.814 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 258°14'06" e a distância de 21.66 m até o marco **'V2'** (E=522875.268 m e N=6976832.398 m); Daí segue com o azimute de 283°21'45" e a distância de 38.40 m até o marco **'V3'** (E=522837.906 m e N=6976841.273 m); Daí segue confrontando com Rua Marino Longhi com o azimute de 42°50'03" e a distância de 20.34 m até o marco **'V4'** (E=522851.736 m e N=6976856.190 m); Daí segue com o azimute de 36°44'27" e a distância de 12.23 m até o marco **'V5'** (E=522859.053 m e N=6976865.992 m); Daí segue com o azimute de 28°49'17" e a distância de 4.64 m até o marco **'V6'** (E=522861.291 m e N=6976870.059 m); Daí segue com o azimute de 46°04'56" e a distância de 6.61 m até o marco **'V7'** (E=522866.051 m e N=6976874.643 m); Daí segue com o azimute de 57°51'24" e a distância de 17.74 m até o marco **'V8'** (E=522881.070 m e N=6976884.080 m); Daí segue com o azimute de 78°52'50" e a distância de 7.36 m até o marco **'V0'** (E=522888.288 m e N=6976885.499 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 178.35 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **640,58 m²**, (Seiscentos e quarenta metros e cinquenta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 108,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 10459 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 229,22 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522901.042 m e N= 6976886.357 m dividindo-o com o Mat nº 18646; Daí segue confrontando com Mat nº 18646 com o azimute de 169°15'06" e a distância de 47.58 m até o marco **'V1'** (E=522909.915 m e N=6976839.614 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 258°14'06" e a distância de 13.73 m até o marco **'V2'** (E=522896.472 m e N=6976836.814 m); Daí segue confrontando com Lote 107 com o azimute de 350°27'30" e a distância de 49.37 m até o marco **'V3'** (E=522888.288 m e N=6976885.499 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 86°09'00" e a distância de 12.78 m até o marco **'V0'** (E=522901.042 m e N=6976886.357 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 123.46 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **409,30 m²**, (Quatrocentos e nove metros e trinta decímetros quadrados) sendo o **LOTE 109,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 209,79 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522920.424 m e N= 6976887.661 m dividindo-o com o Lote 110; Daí segue confrontando com Lote 110 com o azimute de 170°32'12" e a distância de 46.65 m até o marco **'V1'** (E=522928.094 m e

N=6976841.644 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 270°17'50" e a distância de 8.23 m até o marco **'V2'** (E=522919.868 m e N=6976841.687 m); Daí segue confrontando com Mat nº 18646 com o azimute de 348°43'58" e a distância de 46.22 m até o marco **'V3'** (E=522910.837 m e N=6976887.016 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 86°09'00" e a distância de 9.61 m até o marco **'V0'** (E=522920.424 m e N=6976887.661 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 110.71 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **481,31 m²**, (Quatrocentos e oitenta e um metros e trinta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 110,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 200,17 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522930.021 m e N= 6976888.307 m dividindo-o com o Lote 111; Daí segue confrontando com Lote 111 com o azimute de 168°56'36" e a distância de 47.60 m até o marco **'V1'** (E=522939.150 m e N=6976841.587 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 270°17'50" e a distância de 11.06 m até o marco **'V2'** (E=522928.094 m e N=6976841.644 m); Daí segue confrontando com Lote 109 com o azimute de 350°32'12" e a distância de 46.65 m até o marco **'V3'** (E=522920.424 m e N=6976887.661 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 86°09'00" e a distância de 9.62 m até o marco **'V0'** (E=522930.021 m e N=6976888.307 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 114.93 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **481,09 m²**, (Quatrocentos e oitenta e um metros e nove decímetros quadrados) sendo o **LOTE 111,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 184,88 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522945.277 m e N= 6976889.334 m dividindo-o com o Lote 112; Daí segue confrontando com Lote 112 com o azimute de 181°19'15" e a distância de 47.79 m até o marco **'V1'** (E=522944.175 m e N=6976841.561 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 270°17'50" e a distância de 5.02 m até o marco **'V2'** (E=522939.150 m e N=6976841.587 m); Daí segue confrontando com Lote 110 com o azimute de 348°56'36" e a distância de 47.60 m até o marco **'V3'** (E=522930.021 m e N=6976888.307 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 86°09'00" e a distância de 15.29 m até o marco **'V0'** (E=522945.277 m e N=6976889.334 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 115.70 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.185,04 m²**, (Mil cento e oitenta e cinco metros e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 112,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 159,99 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522970.145 m e N= 6976890.337 m dividindo-o com o Lote 113; Daí segue confrontando com Lote 113 com o azimute de 182°05'09" e a distância de 48.93 m até o marco **'V1'** (E=522968.364 m e N=6976841.435 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 270°17'50" e a distância de 24.19 m até o marco **'V2'** (E=522944.175 m e N=6976841.561 m); Daí segue confrontando com Lote 111 com o azimute de 1°19'15" e a distância de 47.79 m até o marco **'V3'** (E=522945.277 m e N=6976889.334 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 87°41'23" e a distância de 24.89 m até o marco **'V0'** (E=522970.145 m e N=6976890.337 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 145.80 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **607,47 m²**, (Seiscentos e sete metros e quarenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 113,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 146,38 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 522983.753 m e N= 6976890.324 m dividindo-o com o Mat nº 19538; Daí segue confrontando com Mat nº 19538 com o azimute de 184°52'02" e a distância de 49.12 m até o marco **'V1'** (E=522979.585 m e N=6976841.377 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 270°17'50" e a distância de 11.22 m até o marco **'V2'** (E=522968.364 m e N=6976841.435 m); Daí segue confrontando com Lote 112 com o azimute de 2°05'09" e a distância de 48.93 m até o marco **'V3'** (E=522970.145 m e N=6976890.337 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 90°03'21" e a distância de 13.61 m até o marco **'V0'** (E=522983.753 m e N=6976890.324 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 122.88 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **726,77 m²**, (Setecentos e vinte e seis metros e setenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 114,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 30123 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 136,89 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523010.075 m e N= 6976888.934 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 93°01'21" e a distância de 16.87 m até o marco **'V1'** (E=523026.926 m e N=6976888.044 m); Daí segue confrontando com Lote 115 com o azimute de 189°07'50" e a distância de 49.80 m até o marco **'V2'** (E=523019.022 m e N=6976838.872 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 280°31'11" e a distância de 12.96 m até o marco **'V3'** (E=523006.276 m e N=6976841.239 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19538 com o azimute de 4°33'16" e a distância de 47.85 m até o marco **'V0'** (E=523010.075 m e N=6976888.934 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 127.48 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **600,20 m²**, (Seiscentos metros e vinte decímetros quadrados) sendo o **LOTE 115,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 30123 – CRI de CN, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 121,44 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523026.926 m e N= 6976888.044 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 102°33'26" e a distância de 15.45 m até o marco **'V1'** (E=523042.002 m e N=6976884.686 m); Daí segue confrontando com Lote 116 com o azimute de 196°49'45" e a distância de 49.54 m até o marco **'V2'** (E=523027.659 m e N=6976837.268 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 280°31'11" e a distância de 8.78 m até o marco **'V3'** (E=523019.022 m e N=6976838.872 m); Daí segue confrontando com Lote 114 com o azimute de 9°07'50" e a distância de 49.80 m até o marco **'V0'** (E=523026.926 m e N=6976888.044 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 123.57 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.104,47 m²**, (Mil cento e quatro metros e quarenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 116,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 62,20 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523042.002 m e N= 6976884.686 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 104°12'15" e a distância de 25.51 m até o marco **'V1'** (E=523066.736 m e N=6976878.425 m); Daí segue confrontando com Divanir Neres de Souza - Posseira com o azimute de 203°33'39" e a distância de 48.86 m até o marco **'V2'** (E=523047.205 m e N=6976833.638 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 280°31'11" e a distância de 19.88 m até o marco **'V3'** (E=523027.659 m e N=6976837.268 m); Daí segue confrontando com Lote 115 com o azimute de 16°49'45" e a distância de 49.54 m até o marco **'V0'** (E=523042.002 m e N=6976884.686 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 143.79 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **740,62 m²**, (Setecentos e quarenta metros e sessenta e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 117,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Avelino Maciel dos Santos, distante 65,81 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523070.037 m e N= 6976822.756 m dividindo-o com o Lote 118; Daí segue confrontando com Lote 118 com o azimute de 128°21'25" e a distância de 36.62 m até o marco **'V1'** (E=523098.753 m e N=6976800.031 m); Daí segue confrontando com Rua Avelino Maciel dos Santos com o azimute de 257°11'59" e a distância de 14.06 m até o marco **'V2'** (E=523085.041 m e N=6976796.915 m); Daí segue com o azimute de 264°43'47" e a distância de 16.30 m até o marco **'V3'** (E=523068.814 m e N=6976795.419 m); Daí segue com o azimute de 275°40'17" e a distância de 10.10 m até o marco **'V4'** (E=523058.766 m e N=6976796.417 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 331°35'34" e a distância de 16.15 m até o marco **'V5'** (E=523051.082 m e N=6976810.622 m); Daí segue com o azimute de 57°22'28" e a distância de 22.51 m até o marco **'V0'** (E=523070.037 m e N=6976822.756 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 115.74 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **601,17 m²**, (Seiscentos e um metros e dezessete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 118,** da **Quadra nº 09**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Rua Avelino Maciel dos Santos, distante 41,60 metros da esquina com a Avenida Marombas, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523078.002 m e N= 6976827.844 m dividindo-o com o Divanir Neres de Souza - Posseira; Daí segue confrontando com Divanir Neres de Souza - Posseira com o azimute de 101°01'50" e a distância de 17.58 m até o marco **'V1'** (E=523095.265 m e N=6976824.479 m); Daí segue confrontando com Mat nº 20755 com o azimute de 107°57'38" e a distância de 16.80 m até o marco **'V2'** (E=523111.249 m e N=6976819.298 m); Daí segue confrontando com Rua Avelino Maciel dos Santos com o azimute de 196°51'24" e a distância de 11.41 m até o marco **'V3'** (E=523107.940 m e N=6976808.379 m); Daí segue com o azimute de 212°55'21" e a distância de 6.14 m até o marco **'V4'** (E=523104.601 m e N=6976803.222 m); Daí segue com o azimute de 241°22'49" e a distância de 6.66 m até o marco **'V5'** (E=523098.753 m e N=6976800.031 m); Daí segue confrontando com Lote 117 com o azimute de 308°21'25" e a distância de 36.62 m até o marco **'V6'** (E=523070.037 m e N=6976822.756 m); Daí segue confrontando com Mat nº 30123 com o azimute de 57°25'34" e a distância de 9.46 m até o marco **'V0'** (E=523078.002 m e N=6976827.844 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 104.67 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **406,00 m²**, (Quatrocentos e seis metros quadrados) sendo o **LOTE 119,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 26460 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, na esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos , Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523134.097 m e N= 6976855.298 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 108°38'02" e a distância de 15.43 m até o marco **'V1'** (E=523148.719 m e N=6976850.367 m); Daí segue confrontando com Mat nº 26460 com o azimute de 204°21'41" e a distância de 28.98 m até o marco **'V2'** (E=523136.766 m e N=6976823.970 m); Daí segue com o azimute de 294°03'04" e a distância de 13.34 m até o marco **'V3'** (E=523124.586 m e N=6976829.406 m); Daí segue confrontando com Rua Avelino Maciel dos Santos com o azimute de 20°10'14" e a distância de 27.58 m até o marco **'V0'** (E=523134.097 m e N=6976855.298 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 85.33 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.152,82 m²**, (Mil cento e cinquenta e dois metros e oitenta e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 120,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 43,64 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523175.334 m e N= 6976841.020 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 109°12'56" e a distância de 29.81 m até o marco **'V1'** (E=523203.483 m e N=6976831.209 m); Daí segue confrontando com Lote 121 com o azimute de 210°18'11" e a distância de 50.04 m até o marco **'V2'** (E=523178.235 m e N=6976788.008 m); Daí segue confrontando com Área de Posse com o azimute de 286°17'24" e a distância de 16.81 m até o marco **'V3'** (E=523162.096 m e N=6976792.724 m); Daí segue confrontando com Mat nº 26460 com o azimute de 15°19'40" e a distância de 18.42 m até o marco **'V4'** (E=523166.966 m e N=6976810.492 m); Daí segue confrontando com Mat nº 26459 com o azimute de 15°19'40" e a distância de 31.65 m até o marco **'V0'** (E=523175.334 m e N=6976841.020 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 146.73 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **2.149,45 m²**, (Dois mil cento e quarenta e nove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 121,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 73,45 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523203.483 m e N= 6976831.209 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 109°26'39" e a distância de 36.72 m até o marco **'V1'** (E=523238.107 m e N=6976818.986 m); Daí segue confrontando com Lote 122 com o azimute de 194°05'01" e a distância de 49.36 m até o marco **'V2'** (E=523226.096 m e N=6976771.109 m); Daí segue confrontando com Area de Posse com o azimute de 289°26'49" e a distância de 50.76 m até o marco **'V3'** (E=523178.235 m e N=6976788.008 m); Daí segue confrontando com Lote 120 com o azimute de 30°18'11" e a distância de 50.04 m até o marco **'V0'** (E=523203.483 m e N=6976831.209 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 186.88 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **523,38 m²**, (Quinhentos e vinte e três metros e trinta e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 122,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 110,17 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523238.107 m e N= 6976818.986 m dividindo-o com o Avenida

Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 108°08'49" e a distância de 11.44 m até o marco **'V1'** (E=523248.979 m e N=6976815.423 m); Daí segue confrontando com Mat nº 4490 com o azimute de 195°45'24" e a distância de 48.40 m até o marco **'V2'** (E=523235.836 m e N=6976768.843 m); Daí segue com o azimute de 283°05'43" e a distância de 10.00 m até o marco **'V3'** (E=523226.096 m e N=6976771.109 m); Daí segue confrontando com Lote 121 com o azimute de 14°05'01" e a distância de 49.36 m até o marco **'V0'** (E=523238.107 m e N=6976818.986 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 119.20 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **434,01 m²**, (Quatrocentos e trinta e quatro metros e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 123,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 13276 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 149,76 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523276.216 m e N= 6976808.531 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 96°58'13" e a distância de 10.00 m até o marco **'V1'** (E=523286.142 m e N=6976807.317 m); Daí segue confrontando com Mat nº 13276 com o azimute de 193°44'56" e a distância de 43.89 m até o marco **'V2'** (E=523275.711 m e N=6976764.687 m); Daí segue confrontando com Mat nº 4490 com o azimute de 280°20'49" e a distância de 10.00 m até o marco **'V3'** (E=523265.874 m e N=6976766.483 m); Daí segue com o azimute de 13°49'05" e a distância de 43.30 m até o marco **'V0'** (E=523276.216 m e N=6976808.531 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 107.19 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.275,63 m²**, (Mil duzentos e setenta e cinco metros e sessenta e tres decímetros quadrados) sendo o **LOTE 124,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 204,36 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523330.692 m e N= 6976805.419 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 94°09'54" e a distância de 25.00 m até o marco **'V1'** (E=523355.626 m e N=6976803.603 m); Daí segue confrontando com Lote 125 com o azimute de 192°25'36" e a distância de 52.67 m até o marco **'V2'** (E=523344.292 m e N=6976752.166 m); Daí segue confrontando com Mat nº 4490 com o azimute de 280°20'49" e a distância de 24.99 m até o marco **'V3'** (E=523319.708 m e N=6976756.654 m); Daí segue confrontando com Mat nº 15584 com o azimute de 12°41'38" e a distância de 49.99 m até o marco **'V0'** (E=523330.692 m e N=6976805.419 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 152.65 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **463,83 m²**, (quatrocentos e sessenta e três metros e oitenta e tres decímetros quadrados) sendo o **LOTE 125,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 26636 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 229,36 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523355.626 m e N= 6976803.603 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 94°09'54" e a distância de 11.39 m até o marco **'V1'** (E=523366.984 m e N=6976802.776 m); Daí segue confrontando com Lote 126 com o azimute de 193°37'59" e a distância de 30.00 m até o marco **'V2'** (E=523359.913 m e N=6976773.621 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19271 com o azimute de 193°37'59" e a distância de 3.00 m até o marco **'V3'** (E=523359.205 m e N=6976770.706 m); Daí segue com o azimute de 218°48'47" e a distância de 23.79 m até o marco **'V4'** (E=523344.292 m e N=6976752.166 m); Daí segue confrontando com Lote 124 com o azimute de 12°25'36" e a distância de 52.67 m até o marco **'V0'** (E=523355.626 m e N=6976803.603 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 120.85 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **435,22 m²**, (quatrocentos e trinta e cinco metros e vinte e dois decímetros quadrados) sendo o **LOTE 126,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 26636 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 240,75 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523366.984 m e N= 6976802.776 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 96°48'43" e a distância de 11.04 m até o marco **'V1'** (E=523377.944 m e N=6976801.467 m); Daí segue com o azimute de 113°10'40" e a distância de 4.00 m até o marco **'V2'** (E=523381.613 m e N=6976799.896 m); Daí segue confrontando com Lote 127 com o azimute de 195°50'24" e a distância de 30.00 m até o marco **'V3'** (E=523373.425 m e N=6976771.035 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19271 com o azimute de 280°50'05" e a distância de 13.76 m até

o marco **'V4'** (E=523359.913 m e N=6976773.621 m); Daí segue confrontando com Lote 125 com o azimute de 13°37'59" e a distância de 30.00 m até o marco **'V0'** (E=523366.984 m e N=6976802.776 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 88.79 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **765,17 m²**, (Setecentos e sessenta e cinco metros e dezessete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 127,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 15830 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 255,79 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523381.613 m e N= 6976799.896 m dividindo-o com o Avnida Marombas; Daí segue confrontando com Avnida Marombas com o azimute de 115°21'04" e a distância de 26.78 m até o marco **'V1'** (E=523405.816 m e N=6976788.429 m); Daí segue confrontando com Lote 128 com o azimute de 208°43'16" e a distância de 33.50 m até o marco **'V2'** (E=523389.718 m e N=6976759.051 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19271 com o azimute de 296°32'48" e a distância de 19.28 m até o marco **'V3'** (E=523372.469 m e N=6976767.668 m); Daí segue com o azimute de 15°50'24" e a distância de 3.50 m até o marco **'V4'** (E=523373.425 m e N=6976771.035 m); Daí segue confrontando com Lote 126 com o azimute de 15°50'24" e a distância de 30.00 m até o marco **'V0'** (E=523381.613 m e N=6976799.896 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 113.06 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **1.140,00 m²**, (Mil cento e quarenta metros quadrados) sendo o **LOTE 128,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 19271 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 282,57 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523405.816 m e N= 6976788.429 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 127°30'00" e a distância de 15.01 m até o marco **'V1'** (E=523417.724 m e N=6976779.292 m); Daí segue com o azimute de 135°44'06" e a distância de 15.41 m até o marco **'V2'** (E=523428.481 m e N=6976768.255 m); Daí segue confrontando com Lote 129 com o azimute de 209°48'38" e a distância de 37.73 m até o marco **'V3'** (E=523409.726 m e N=6976735.522 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19271 com o azimute de 309°28'08" e a distância de 29.37 m até o marco **'V4'** (E=523387.053 m e N=6976754.192 m); Daí segue confrontando com Lote 124 com o azimute de 28°43'30" e a distância de 39.04 m até o marco **'V0'** (E=523405.816 m e N=6976788.429 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 136.56 m.

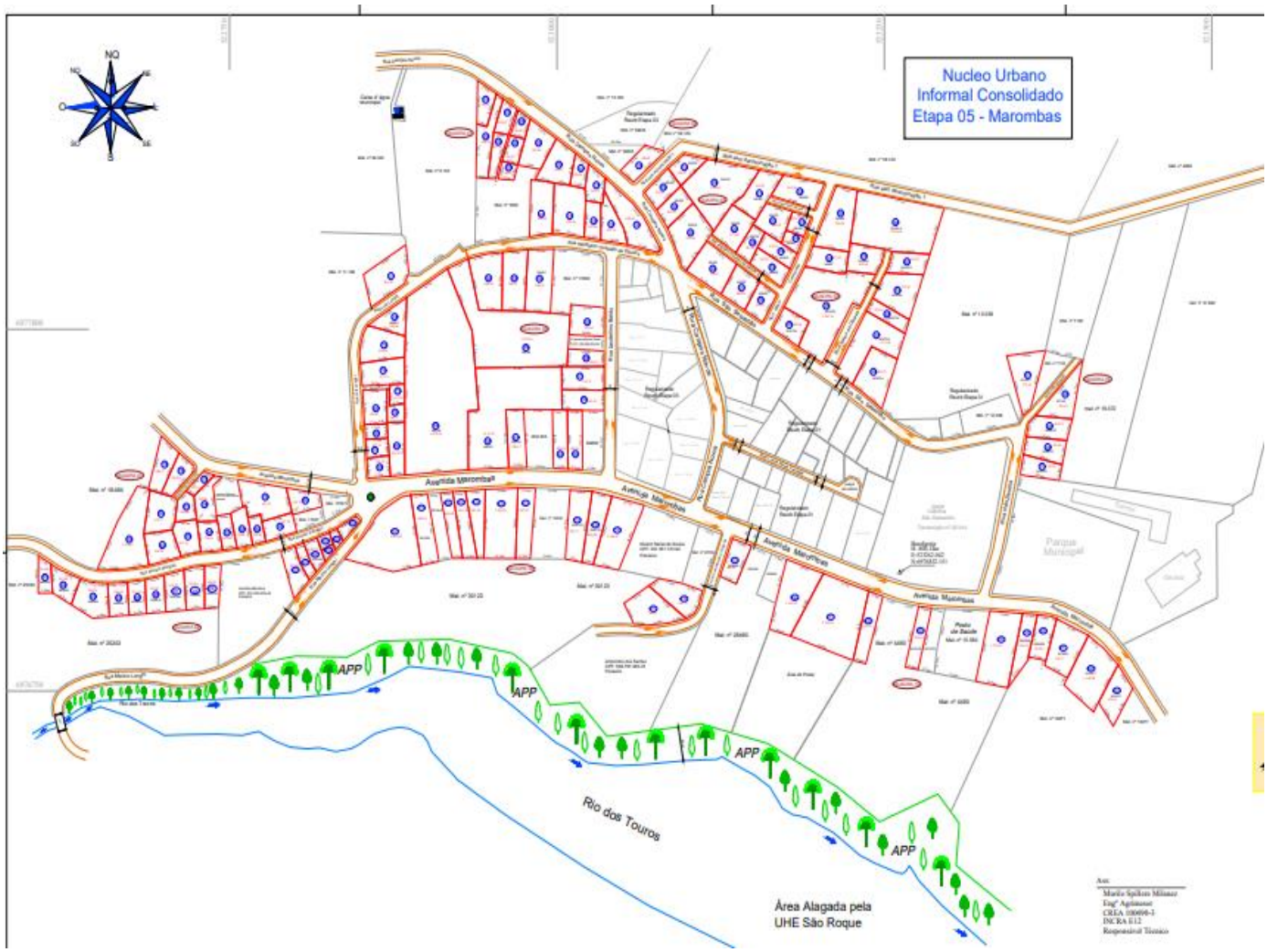
MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTE URBANO

Terreno urbano, com área superficial de **539,65 m²**, (Quinhentos e trinta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 129,** da **Quadra nº 10**, do **Núcleo Urbano Informal Consolidado Etapa 05 – Marombas**, com origem na mat. nº 19271 – CRI de CN, situado no lado par da Avenida Marombas, distante 313,00 metros da esquina com a Rua Avelino Maciel dos Santos, Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, e possui as seguintes confrontações:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se no marco denominado **'V0'** , Georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, com coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523428.481 m e N= 6976768.255 m dividindo-o com o Avenida Marombas; Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 145°44'09" e a distância de 20.00 m até o marco **'V1'** (E=523439.741 m e N=6976751.727 m); Daí segue confrontando com Mat nº 19271 com o azimute de 209°47'57" e a distância de 30.00 m até o marco **'V2'** (E=523424.832 m e N=6976725.693 m); Daí segue com o azimute de 325°43'42" e a distância de 20.00 m até o marco **'V3'** (E=523413.567 m e N=6976742.225 m); Daí segue confrontando com Lote 128 com o azimute de 29°48'38" e a distância de 30.00 m até o marco **'V0'** (E=523428.481 m e N=6976768.255 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com perímetro de 100.00 m.

ANEXO II
PLANTA DE REGULARIZAÇÃO



LEI Nº 1090/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024. FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS DE BRUNÓPOLIS –SC PARA A LEGISLATURA DE 2025 A 2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6132887

LEI Nº 1090/2024, DE 27 de junho de 2024.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS DE BRUNÓPOLIS –SC PARA A LEGISLATURA DE 2025 A 2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLCIR CANUTO Prefeito do Município de Brunópolis – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1 - O subsídio do Prefeito Municipal para a próxima legislatura, com início em 01 de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2028, fica fixado em R$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais).

Art. 2º - O subsídio mensal do Vice-Prefeito para legislatura de 2025 a 2028, fica fixado no valor de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), vedado o recebimento de qualquer espécie de gratificação adicional.

Art. 3º - Aos Secretários Municipais fica fixado como valor de subsídio para a legislatura de 2025 a 2028, o valor de R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reaisxx), vedado o recebimento de qualquer espécie de gratificação adicional.

Art. 4º - O valor do subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários não poderá ser alterado durante a legislatura, obedecendo o disposto no artigo 29, V, da Constituição Federal.

Art. 5º - Fica assegurado ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários o 13º (décimo terceiro), a ser pago na proporção do exercício do mandato.

Art. 6º - Fica assegurado ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Secretários, o pagamento de 1/3 de férias, a ser pago na proporção do exercício do mandato.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento e suplementadas quando necessário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 27 de junho de 2024.

VOLCIR CANUTO
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE NOVACKI DOS SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrada e Publicada esta Lei no DOM e SITE do Município

RETIFICADO AVISO PROCESSO N° 033/2024 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 008/2024

Publicação Nº 6132556

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C2C37EF6C2B746EB6BBFF8C8DCF6B80A97DC2DA9

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 033/2024 – Edital de Concorrência Presencial nº 008/2024

Objeto: Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de material e mão de obra objetivando a execução de Obras e Serviços de Engenharia, tendo como Objeto a Execução de Pavimentação em Lajota Sextavada de Concreto com Passeios, Muros de contenção, Drenagem e Sinalização Viária, da Servidão da Rua Cândido Martins (entroncamento com o acesso a Rio do Índio), na área urbana do município de Brunópolis - SC. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 04/07/2024, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível nos endereços eletrônicos www.brunopolis.sc.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Volcir Canuto - Prefeito Municipal.

Brusque

Prefeitura

ADENDO 01 PL 048-2024-SAMAE

Publicação Nº 6132628

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 49E39259A25FBCE52BA024BC8936A8AFF0352EC8

ADENDO 01
PROCESSO LICITATÓRIO 048/2024
MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO

Visando garantir a isonomia entre os concorrentes e em atendimento aos preceitos legais, que regulam os processos licitatórios, no tocante ao edital do processo licitatório 048/2024, na modalidade de concorrência eletrônica, em relação aos itens 16 e 75 do anexo I, termo de referência:
Onde se lê:
12.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
12.4.5. Prova de Registro / Certidão de inscrição de um Engenheiro/Tecnico Civil indicado para acompanhar a execução do objeto desta licitação no perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e/ou perante o Conselho Regional dos Técnicos Industriais -CRTI da sua jurisdição.
Leia-se
12.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
12.4.5. Prova de Registro / Certidão de inscrição de um Engenheiro/Tecnico Civil ou Engenheiro/Tecnico Sanitarista indicado para acompanhar a execução do objeto desta licitação no perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e/ou perante o Conselho Regional dos Técnicos Industriais -CRTI da sua jurisdição.
Processo registrano no TCE/SC com a chave: 49E39259A25FBCE52BA024BC8936A8AFF0352EC8

PUBLIQUE-SE
Brusque, 27 de junho de 2024.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

ADENDO 01 PL 057-2024-SAMAE

Publicação Nº 6132633

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 24F4CA60AB9D5EA63B0C4C35219EAE663C744F58

ADENDO 01
PROCESSO LICITATÓRIO 057/2024
MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Visando garantir a isonomia entre os concorrentes e em atendimento aos preceitos legais, que regulam os processos licitatórios, no tocante ao edital do processo licitatório 057/2024, na modalidade de concorrência eletrônica, em relação aos itens 16 e 75 do anexo I, termo de referência:
Onde se lê:
12.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
12.4.5. Prova de Registro / Certidão de inscrição de um Engenheiro/Tecnico Civil indicado para acompanhar a execução do objeto desta licitação no perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e/ou perante o Conselho Regional dos Técnicos Industriais -CRTI da sua jurisdição.
Leia-se
12.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
12.4.5. Prova de Registro / Certidão de inscrição de um Engenheiro/Tecnico Civil ou Engenheiro/Tecnico Sanitarista indicado para acompanhar a execução do objeto desta licitação no perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e/ou perante o Conselho Regional dos Técnicos Industriais -CRTI da sua jurisdição.
Processo registrano no TCE/SC com a chave: 24F4CA60AB9D5EA63B0C4C35219EAE663C744F58

PUBLIQUE-SE
Brusque, 27 de junho de 2024.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 013-2024 -HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 6132642

ADENDO 01
PROCESSO LICITATÓRIO 057/2024
MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Visando garantir a isonomia entre os concorrentes e em atendimento aos preceitos legais, que regulam os processos licitatórios, no tocante ao edital do processo licitatório 057/2024, na modalidade de concorrência eletrônica, em relação aos itens 16 e 75 do anexo I, termo de referência:
Onde se lê:
12.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
12.4.5. Prova de Registro / Certidão de inscrição de um Engenheiro/Tecnico Civil indicado para acompanhar a execução do objeto desta licitação no perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e/ou perante o Conselho Regional dos Técnicos Industriais -CRTI da sua jurisdição.
Leia-se
12.4. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
12.4.5. Prova de Registro / Certidão de inscrição de um Engenheiro/Tecnico Civil ou Engenheiro/Tecnico Sanitarista indicado para acompanhar a execução do objeto desta licitação no perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e/ou perante o Conselho Regional dos Técnicos Industriais -CRTI da sua jurisdição.
Processo registrano no TCE/SC com a chave: 24F4CA60AB9D5EA63B0C4C35219EAE663C744F58

PUBLIQUE-SE
Brusque, 27 de junho de 2024.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 048-2021 -SAMAE

Publicação Nº 6132615

EXTRATO ADITIVO 04 AO CONTRATO Nº 048-2021

ESPÉCIE: Prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa. PROCESSO LICITATÓRIO: 037/2021; VIGÊNCIA: até 30/06/2025. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2024; FISCAL: Anauri Schafer. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.3339039100000.175370 000003. VALOR: R$ 133.372,68 CONTRATADA: Bela Luna Administradora de Imóveis S/A; CNPJ: 02.189.204/0001-48. Diretor do SAMAE.

Brusque, 28 de junho de 2024.

PUBLIQUE-SE

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PE 021-2024

Publicação Nº 6132648

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ACB84BEA4B760D9AD8F270241B7C0BE1E0DA7714

PREGÃO ELETRÔNICO n° 021/2024

Processo Licitatório n° 033/2024

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, situado na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, cidade de Brusque/SC, através da Secretaria de Infraestrutura Estratégica, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, destinado ao recebimento de propostas para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, PARA REVESTIMENTOS PARA PISO, DIVISÓRIAS, FORRO DE PVC, FORRO DE GESSO E PAREDES DE GESSO ACARTONADO, a fim de atender a demanda do Município de Brusque, incluindo seus institutos, fundos e fundações, com previsão de consumo parcelado no decorrer de 12 (doze) meses, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I e demais elementos deste Edital.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 8h30min do dia 01/07/2024 às 08h30min do dia 15/07/2024. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h40min do dia 15/07/2024, no endereço eletrônico.

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico Portal Compras Públicas e no site da Prefeitura de Brusque: https://brusque.atende.net/. 28/06/2024. Alexandro Fabiano Gonçalves. Secretário de Infraestrutura Estratégica. Ordenador de Despesas. Código: 1265128 Registro TCE: ACB84BEA4B760D9AD8F270241B7C0BE1E0DA7714

PORTARIA Nº 1190-2024

Publicação Nº 6132676

PORTARIA Nº 1190/2024

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora MAIARA RODRIGUES, matrícula 674834-2, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO lotado na Secretaria Municipal de Orçamento, Finanças e Patrimônio a partir de 30 de junho de 2024.
Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal 147/2009.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de junho de 2024.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 255-2024-SAMAE

Publicação Nº 6134977

PORTARIA Nº 255/2024

O Diretor Presidente do SAMAE, nomeado pela portaria 15.152/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 101, inciso I e art. 111 §1º da Lei orgânica Municipal, combinado com Art. 6º parágrafo único da Lei Complementar nº 147/2009 e:

RESOLVE

Art. 1° – Conceder férias a servidor relacionado, conforme segue:

Matrícula	Contrato	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
7668	00	ELCIO SCHAPPO	08/07/2024	27/07/2024	20
21687	05	ARLEI DE ANDRADE	08/07/2024	22/07/2024	15
4047338	00	GUYLHERME HENRIQUE RODRIGUES ITIBERE DA CUNHA	10/07/2024	19/07/2024	10
7366	00	ANDRE DE CASTRO NUNES	15/07/2024	24/07/2024	10
21601	00	ELISANE MARTINS NUNES	15/07/2024	24/07/2024	10
21008	00	PAULO HENRIQUE FLORES	15/07/2024	24/07/2024	10
2895	01	GIOVANI DE ALMEIDA MARQUES	15/07/2024	29/07/2024	15
28339	00	SERGIO DA VEIGA	15/07/2024	13/08/2024	30
522155	02	BEATRIZ COSTA GOMES	17/07/2024	26/07/2024	10
647	00	ALEXANDRE ADRIANO AMORIM	22/07/2024	31/07/2024	10
18236	01	MAYCON EDUARDO NICOLETTI	22/07/2024	31/07/2024	10
4046803	00	GEOVANA VENDRUSCOLO	24/07/2024	02/08/2024	10
21091	00	GILBERTO CESAR ALBRECHT	29/07/2024	07/08/2024	10

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 27 de junho de 2024.

CLÁUDIO ADÃO PEREIRA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 256-2024-SAMAE

Publicação Nº 6134978

PORTARIA Nº 256/2024

O Diretor Presidente do SAMAE, nomeado pela portaria 15.152/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 101, inciso I e art. 111 §1º da Lei orgânica Municipal, combinado com Art. 6º parágrafo único da Lei Complementar nº 147/2009 e:

RESOLVE

Art. 1° – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Matrícula	Contrato	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
8362	00	JULIANO PEREIRA	08/07/2024	17/07/2024	10
24619	01	MARCIO ROBERTO BIANCHESSI	15/07/2024	24/07/2024	10
13943	00	ANDERSON MANRICH	17/07/2024	26/07/2024	10
21156	00	GILBERTO DOS ANJOS	22/07/2024	31/07/2024	10

Art. 2º – Conceder 10 dias de férias em pecúnia aos servidores relacionados no art.1º com fulcro no art. 126 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 27 de junho de 2024.

CLÁUDIO ADÃO PEREIRA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 258-2024-SAMAE

Publicação Nº 6134980

PORTARIA Nº. 258/2024

O Diretor Presidente do SAMAE, nomeado pela portaria 15.152/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 101, inciso I e art. 111 §1º da Lei orgânica Municipal, combinado com Art. 6º parágrafo único da Lei Complementar nº 147/2009;

RESOLVE

Art. 1º Rescindir o contrato por tempo determinado, pelo término do prazo, da servidora 536016-00 CARMILLA FENSKE, AGENTE DE ETA;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 30 de junho de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 27 de junho de 2024.

CLÁUDIO ADÃO PEREIRA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 259-2024-SAMAE

Publicação Nº 6134982

PORTARIA Nº. 259/2024

O Diretor Presidente do SAMAE, nomeado pela portaria 15.152/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 101, inciso I e art. 111 §1º da Lei orgânica Municipal, combinado com Art. 6º parágrafo único da Lei Complementar nº 147/2009;

RESOLVE

Art. 1º Rescindir o contrato por tempo determinado, pelo término do prazo, do servidor 531790-01 DENILSON COSTA BARBOSA, AGENTE ADMINISTRATIVO;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 30 de junho de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 27 de junho de 2024.

CLÁUDIO ADÃO PEREIRA
Diretor Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132620

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Decreto Legislativo nº 2, de 26 de junho de 2024.

Concede Títulos de Cidadão Honorário.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Alex Bonfim Reis, indicado pelo Vereador Alessandro André Moreira Simas.

Art. 2º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Edson Sampaio Lenk Junior, indicado pelo Vereador André Rezini.

Art. 3º Fica concedido o Título de Cidadã Honorária à Senhora Paola Eugenia Pérez Cerri Tetzner, indicada pelo Vereador Deivis da Silva.

Art. 4º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Cesar Augusto Nikel, indicado pelo Vereador Ivan Roberto Martins.

Art. 5º Fica concedido o Título de Cidadã Honorária à Senhora Eni Teresinha Barni, indicada pelo Vereador Jean Daniel dos Santos Pirola.

Art. 6º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Padre José Henrique Gazaniga, indicado pelo Vereador Natal Carlos Lira.

Art. 7º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor José Ari Vequi, indicado pelo Vereador Nik Angelo Imhof.

Art. 8º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Fernando Antonio Gomes, indicado pelo Vereador Ricardo Gianesini.

Documento assinado digitalmente por 2 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240626141825 8D45

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Art. 9º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 2024.

Ver. Jean Carlo Dalmolin
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor-Geral

Documento assinado digitalmente por 2 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240626141825 8D45

EDITAL DE INTIMAÇÃO 653 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133139

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 696/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 653/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	S2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA		
CPF/CNPJ:	14.485.301/0001-67	CMC:	64161
Endereço:	RUA FLORIANO FISCHER, 355	Bairro:	SAO PEDRO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.351-690
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 653/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:19:44 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230566871 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.
- Inscrição imobiliária informada do imóvel não possui numeração, deverá entrar em contato com o SETOR DO IBPLAN para tal fornecer a numeração, caso seja divergente de deverá realizar alterações no cartão CNPJ referente a numeração do Imóvel.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 654 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133142

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 697/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 654/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	TOALHAS ATTENA LTDA		
CPF/CNPJ:	14.687.612/0001-09	CMC:	79923
Endereço:	RUA DAVID HORT, 730	Bairro:	SAO JOAO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.359-341
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 654/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:22:00 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230723829 encontra-se pendente de:

- Contribuinte possui atividades de Fabricação - CNAE 1351100 - deverá adicionar a Forma de Atuação "Estabelecimento Fixo";
- Licenciamento Ambiental concedido pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 655 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133143

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 698/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 655/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	INK MAX INTERMEDIADORA DE NEGOCIOS LTDA		
CPF/CNPJ:	14.688.044/0001-60	CMC:	62246
Endereço:	SERVIDÃO SC 003, 130	Bairro:	SOUZA CRUZ
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-461
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 655/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:26:28 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230613950 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 656 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133147

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 699/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 656/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	AME FASHION LTDA		
CPF/CNPJ:	15.179.607/0001-58	CMC:	89849
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), 7613 SALA B	Bairro:	LIMOEIRO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-502
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 656/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:32:48 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230203400 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 657 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133151

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 700/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 657/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	NIL BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA		
CPF/CNPJ:	15.519.959/0001-05	CMC:	64510
Endereço:	TRAVESSA LAGOA DOURADA, 409	Bairro:	SOUZA CRUZ
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.359-040
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 657/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:34:51 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230240771 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 658 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133154

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 701/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 658/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	HEMC LTDA		
CPF/CNPJ:	16.566.891/0001-88	CMC:	63113
Endereço:	RUA ADELINO PEDRO JACINTO, 89	Bairro:	SAO PEDRO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.351-597
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 658/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:37:08 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231396929 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 659 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133155

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 702/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 659/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	FERNANDO DE ARAUJO DOS SANTOS LTDA		
CPF/CNPJ:	16.673.701/0001-21	CMC:	88739
Endereço:	RUA PADRE LUX, 142	Bairro:	AZAMBUJA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-160
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 659/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:38:53 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230795242 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 660 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133161

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 703/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 660/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	NOVA ERA EMPREENDIMENTOS LTDA		
CPF/CNPJ:	16.712.541/0001-82	CMC:	63249
Endereço:	RUA GUSTAVO RICHARD, 15	Bairro:	CENTRO II
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-010
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 660/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:03:57 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230614850 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 661 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133164

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 704/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 661/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	ELIZIANE BERTOLINI DOS SANTOS		
CPF/CNPJ:	16.768.488/0001-31	CMC:	70894
Endereço:	RUA AZAMBUJA, 1100 SALA 06	Bairro:	AZAMBUJA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.353-460
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 661/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:05:43 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231398573 encontra-se pendente de:

- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 662 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133167

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 705/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 662/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	MQ EMPREITEIRA E TERRAPLENAGEM LTDA		
CPF/CNPJ:	16.844.267/0001-03	CMC:	90882
Endereço:	RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL (SC 486), 3475	Bairro:	NOVA BRASILIA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-501
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 662/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:19:17 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239428315 encontra-se pendente de:

- Não se permite a Forma de Atuação "Escritório Administrativo" para endereço diferente da residência do sócio. Deverá ser corrigido a forma de atuação ou endereço. Em caso de dúvidas sobre os critérios para Atividade Não-estabelecida, vide Anexo III (p. 58) na Tabela de Atividades Municipais disponível no link: https://brusque.atende.net/autoatendimento/servicos/e-inscricao-e-alvara-de-localizacao-e-funcionamento-novo-rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1631816071207&file=CCB5EF94808DA33390FA7C97FB8F70C646880422&sistema
- Alterar o bairro no contrato social para "Nova Brasília", conforme inscrição imobiliária informada e delimitação dos bairros pelo município.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 663 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133170

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 706/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 663/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	VILMA SALVIANO DE ANDRADE		
CPF/CNPJ:	17.230.091/0002-35	CMC:	91293
Endereço:	RODOVIA IVO SILVEIRA, 7970 ARMZ 3 BOX 19	Bairro:	VOLTA GRANDE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.355-202
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 663/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:21:05 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000052244 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 664 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133171

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 707/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 664/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	VOLTAICA ENGENHARIA E CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA		
CPF/CNPJ:	17.317.842/0002-55	CMC:	88006
Endereço:	AVENIDA MAXIMILIANO FUERBRINGER (SC-486), 214	Bairro:	JARDIM MALUCHE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-670
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 664/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:22:39 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000018844 encontra-se pendente de:

- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 665 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133172

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 708/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 665/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	REBECA DA SILVA FERNANDES LTDA		
CPF/CNPJ:	17.426.011/0001-30	CMC:	87185
Endereço:	RUA JOAO TENSINI, 57	Bairro:	PRIMEIRO DE MAIO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.353-575
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 665/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:26:04 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231290675 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 666 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133174

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 709/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 666/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	DESDEINTER MARKETING E COMUNICACAO LTDA		
CPF/CNPJ:	18.464.358/0001-30	CMC:	65963
Endereço:	RUA FELIPE SCHMIDT, 172 SALA 204-A	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-075
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 666/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:28:47 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239437489 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 667 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133175

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 710/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 667/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	BELLATOR OBRAS E SERVIÇOS LTDA		
CPF/CNPJ:	19.201.119/0001-50	CMC:	79437
Endereço:	AVENIDA MAXIMILIANO FUERBRINGER (SC-486), 439 SALA 08 EDIF NH OFFICES	Bairro:	SOUZA CRUZ
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-488
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 667/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:33:28 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230279945 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 668 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133178

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 711/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 668/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	MULLER COMERCIO E TRANSPORTE DE MADEIRA LTDA		
CPF/CNPJ:	20.604.375/0001-78	CMC:	65096
Endereço:	RUA JOAO TORMENA, 376	Bairro:	POCO FUNDO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.357-020
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 668/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:36:36 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239404467 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 669 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133180

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 712/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 669/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	COLIBRI GRAFICA DIGITAL LTDA		
CPF/CNPJ:	20.722.009/0001-13	CMC:	65203
Endereço:	RUA MORITZ GERMANO HOFFMANN, 119 TERREO	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-180
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 669/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:39:50 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230624936 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 670 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133183

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 713/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 670/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	METALIZA LTDA		
CPF/CNPJ:	20.809.220/0001-78	CMC:	65215
Endereço:	RUA FELICIO LANA, 135 GALPAO	Bairro:	VOLTA GRANDE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.355-655
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 670/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:41:21 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230055770 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 671 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133184

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 714/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 671/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	ITALIA - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA		
CPF/CNPJ:	21.521.835/0001-67	CMC:	65739
Endereço:	RUA CARLOS GRAF, 283	Bairro:	JARDIM MALUCHE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-020
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 671/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:44:17 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231522665 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 672 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133187

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 715/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 672/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	IZABEL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA		
CPF/CNPJ:	21.743.432/0001-62	CMC:	72249
Endereço:	AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, 103 galpao fundos	Bairro:	CENTRO II
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.353-045
Telefone:	(000) 33514304	E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 672/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:47:40 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231680678 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 673 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133188

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 716/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 673/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	JANINE KAMERS SERPA		
CPF/CNPJ:	22.271.531/0001-51	CMC:	70671
Endereço:	RUA AZAMBUJA, 458	Bairro:	AZAMBUJA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.353-460
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 673/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:49:35 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239563425 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 674 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133190

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 717/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 674/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	GREEN STATION ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA		
CPF/CNPJ:	22.519.572/0002-03	CMC:	88210
Endereço:	RUA AZAMBUJA, 297 SALA:02	Bairro:	CENTRO II
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-100
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 674/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:52:59 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000022051 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 675 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133192

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 718/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 675/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	CASUH STORE COMERCIO LTDA		
CPF/CNPJ:	22.925.353/0004-88	CMC:	90911
Endereço:	RUA FLORIANOPOLIS, 1360 SALA 03	Bairro:	PRIMEIRO DE MAIO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.353-500
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 675/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:54:43 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000071192 encontra-se pendente de:

- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 676 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133196

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 719/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 676/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	DANIELA TEIXEIRA LTDA		
CPF/CNPJ:	23.309.014/0001-97	CMC:	68203
Endereço:	AVENIDA ARNO CARLOS GRACHER, 389 SALA 04	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-310
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 676/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 13:45:06 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231411359 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.
- Forma de atuação informada "Escritório Administrativo" possui como condicionante, ter como domicilio o endereço residencial de um dos sócios da empresa. Deverá corrigir para "Estabelecimento Fixo" , por se tratar de endereço comercial caso preencha os critérios conforme Anexo III da Tabela de Atividades Municipais: https://brusque.atende.net/atende.php

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 677 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133197

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 720/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 677/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	M&M INDUSTRIA TEXTIL LTDA		
CPF/CNPJ:	23.461.491/0001-73	CMC:	67911
Endereço:	RUA ZULMIRA RAISER, 307 GALPAO A	Bairro:	NOVA BRASILIA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-562
Telefone:	(47) 99995-0619	E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 677/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 13:47:42 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230840914 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 678 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133198

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 721/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 678/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	MINAM SC IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO DE METAIS LTDA		
CPF/CNPJ:	23.541.297/0001-06	CMC:	90688
Endereço:	RODOVIA IVO SILVEIRA - SC 108, 7970 ARMZ 03 BOX 025	Bairro:	VOLTA GRANDE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.355-202
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 678/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 13:49:05 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239693221 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 679 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133199

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 722/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 679/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	JS COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA		
CPF/CNPJ:	23.669.939/0001-49	CMC:	67025
Endereço:	AVENIDA CONSUL CARLOS RENAUX, 181 AO LADO DA GALERIA JAÇANA	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-001
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 679/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 13:52:13 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231295871 encontra-se pendente de:

- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 680 2024 -SEFAZ

Publicação Nº 6133201

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 723/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 680/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	PARADA OBRIGATORIA DISTRIBUIDORA LTDA		
CPF/CNPJ:	23.808.907/0001-87	CMC:	93210
Endereço:	RUA SAO LEOPOLDO, 202 BLOCO 1 SALA 2 3 E 4	Bairro:	SAO PEDRO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.351-700
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 680/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 13:58:25 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239439910 encontra-se pendente de:

- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 681 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133203

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 724/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 681/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	ANALICE BEAUTY SPOT LTDA		
CPF/CNPJ:	24.234.485/0001-46	CMC:	73897
Endereço:	RUA MARECHAL HERMES, 25	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-290
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 681/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 14:00:18 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230360777 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 682 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133206

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 725/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 682/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	BOTANICA COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA		
CPF/CNPJ:	24.327.244/0001-41	CMC:	83156
Endereço:	RUA ADRIANO SCHAEFER, 111 SALA 02	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-330
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 682/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2024, às 14:02:25 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230398561 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 683 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133209

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 726/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 683/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	JLA LASER LTDA		
CPF/CNPJ:	24.416.341/0001-00	CMC:	70078
Endereço:	RUA BOTUVERA (SC 486), 339	Bairro:	DOM JOAQUIM
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.359-002
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 683/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:28:29 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230726143 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 684 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133211

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 727/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 684/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	RICHESSE COMERCIO DE PODUTOS TEXTEIS E REPRESENTAÇOES LTDA		
CPF/CNPJ:	24.445.498/0001-64	CMC:	67276
Endereço:	RUA MARCIO HAAS, 70 JD DAS BROMELIAS	Bairro:	RIO BRANCO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-763
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 684/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:30:29 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231238193 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 686 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133214

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 729/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 686/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	ANDERSON FRANCISCO PINHEIRO		
CPF/CNPJ:	24.732.040/0001-96	CMC:	91351
Endereço:	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 307	Bairro:	JARDIM MALUCHE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-055
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 686/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:34:21 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231710178 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 687 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133217

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 730/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 687/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	PAULO SERGIO MELO GUEDES - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA		
CPF/CNPJ:	25.433.496/0001-18	CMC:	88921
Endereço:	RUA RODRIGUES ALVES, 130	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-160
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 687/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:54:15 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN SCP2380028512 encontra-se pendente de:

- Viabilidade válida e aprovada pelo planejamento;
- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 688 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133219

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 731/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 688/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	ITS COOL SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA		
CPF/CNPJ:	26.222.345/0024-70	CMC:	89291
Endereço:	RODOVIA IVO SILVEIRA - SC 108, 2480 SALA ITS COOL	Bairro:	BATEAS
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.355-201
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 688/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 08:57:50 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000047240 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 689 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133224

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 732/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 689/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	LA FAVORITA MARMITARIA LTDA		
CPF/CNPJ:	26.417.546/0001-36	CMC:	69727
Endereço:	RUA MARCILIO DIAS, 138 FUNDOS	Bairro:	SANTA RITA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-080
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 689/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:00:51 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239476018 encontra-se pendente de:

- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Alterar o bairro no contrato social para Santa Rita, conforme inscrição imobiliária informada e delimitação dos bairros pelo município

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 690 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133230

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 733/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 690/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	KPP AIRSOFT METALÚRGICA LTDA		
CPF/CNPJ:	26.598.132/0001-50	CMC:	68725
Endereço:	RUA ADEMAR BOTAMELLI, 185	Bairro:	PLANALTO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.356-319
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 690/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:02:46 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230102468 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 691 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133233

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 734/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 691/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	RODRIGO ANACLETO DO NASCIMENTO 06505955992		
CPF/CNPJ:	26.598.452/0001-00	CMC:	88552
Endereço:	RUA SANTOS DUMONT, 1185 GALPAO	Bairro:	SANTA TEREZINHA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-202
Telefone:	(47) 98813-0461	E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 691/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:04:53 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230958818 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 692 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133235

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 735/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 692/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	ALE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA		
CPF/CNPJ:	26.660.333/0001-30	CMC:	69694
Endereço:	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 12 SALA: 502;EDIF:BRONZE	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-201
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 692/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:06:29 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230130453 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 693 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133239

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 736/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 693/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	VR TOALHAS DE BANHO E PRODUTOS EM ALGODAO LTDA		
CPF/CNPJ:	27.002.497/0001-33	CMC:	77340
Endereço:	RUA NEREU RAMOS, 34	Bairro:	JARDIM MALUCHE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-200
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 693/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:18:14 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230900488 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 694 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133241

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 737/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 694/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	J.A MALHAS LTDA		
CPF/CNPJ:	27.645.797/0001-30	CMC:	69013
Endereço:	RUA MARIA ANDRÉ DE FREITAS, 381 GALPAOA B	Bairro:	RIO BRANCO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-738
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 694/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:20:10 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230774695 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 695 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133242

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 738/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 695/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	GARAY INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA		
CPF/CNPJ:	29.317.926/0001-97	CMC:	76949
Endereço:	RUA DANIEL IMHOF, 270	Bairro:	CENTRO I
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.351-195
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 695/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:31:37 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230193722 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 696 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133246

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 739/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 696/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	DIAMOND LTDA		
CPF/CNPJ:	29.774.424/0001-95	CMC:	91376
Endereço:	RUA VICTOR MEIRELLES, 56 ANDAR TERREO	Bairro:	SANTA RITA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-155
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 696/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:35:38 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 238709221 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 697 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133247

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 740/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 697/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	F-OZON COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA		
CPF/CNPJ:	29.783.353/0001-97	CMC:	70217
Endereço:	RUA ALBERTO MUELLER, 540	Bairro:	LIMEIRA BAIXA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.356-000
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 697/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:40:46 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231141815 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 698 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133249

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 741/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 698/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	MAG CAMISARIA CONFECCOES E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA		
CPF/CNPJ:	29.953.790/0003-73	CMC:	89778
Endereço:	RUA MARIA ANDRÉ DE FREITAS, 1111 SALA:02	Bairro:	RIO BRANCO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.350-752
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 698/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:43:45 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000053615 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 699 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133252

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 742/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 699/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	GUARA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA		
CPF/CNPJ:	29.970.619/0001-00	CMC:	70315
Endereço:	RUA GUSTAVO KOHLER, 877	Bairro:	SOUZA CRUZ
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.354-460
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 699/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:47:11 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 238882500 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 700 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133256

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 743/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 700/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	SERINAH INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA		
CPF/CNPJ:	30.183.860/0002-50	CMC:	89019
Endereço:	RODOVIA IVO SILVEIRA - SC 108, 8877 SALA: 19 E 20 ALL SHOPPIN	Bairro:	VOLTA GRANDE
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.355-202
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 700/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:49:50 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000040769 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 701 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133258

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 744/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 701/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	DIAMANTE SALINEIRA LTDA		
CPF/CNPJ:	30.278.151/0004-10	CMC:	91378
Endereço:	RUA TERESA PETERS SCHWAMBERGER, 150 GALPÃO 04	Bairro:	DOM JOAQUIM
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.359-550
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 701/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:51:51 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000018054 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.
- VIABILIDADE VÁLIDA E APROVADA

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 702 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133260

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 745/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 702/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	PMK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO LTDA		
CPF/CNPJ:	30.430.129/0001-09	CMC:	79426
Endereço:	RUA OSVALDO NIEBUHR, 44 GALPAO:B	Bairro:	NOVA BRASILIA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-191
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 702/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 09:54:45 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231292210 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 703 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133261

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 746/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 703/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	HB7 ADMINISTRADORA DE BENS E CONSULTORIA LTDA		
CPF/CNPJ:	30.492.980/0001-58	CMC:	70862
Endereço:	RUA JOSE BOITEUX PIAZZA, 166	Bairro:	AZAMBUJA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.353-544
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 703/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 10:06:12 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231379072 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 704 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133263

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 747/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 704/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	JR SCHMOELLER TRANSPORTES LTDA		
CPF/CNPJ:	31.765.182/0002-04	CMC:	91380
Endereço:	RUA FERNANDO DE SOUZA E SILVA, 400 FUNDOS:	Bairro:	PLANALTO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.356-405
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 704/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 14:16:44 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 87300000034220 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 705 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133266

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 748/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 705/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	PONTO DO SABOR LTDA		
CPF/CNPJ:	32.096.632/0001-97	CMC:	73016
Endereço:	RUA BOTUVERA (SC 486), 175	Bairro:	DOM JOAQUIM
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.359-002
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 705/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 14:21:06 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230751172 encontra-se pendente de:

- Alvará Sanitário, concedido pelo deferimento do REGIN pela Vigilância Sanitária;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 706 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133274

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 749/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 706/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	FLC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA		
CPF/CNPJ:	32.878.750/0001-57	CMC:	72562
Endereço:	RUA 07 DE SETEMBRO, 657	Bairro:	SANTA RITA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-001
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 706/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 14:24:58 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 239715683 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;
- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA:	**ASSINATURA:**
NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 707 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133277

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 750/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 707/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	NL MOVELARIA LTDA		
CPF/CNPJ:	32.916.612/0001-15	CMC:	80696
Endereço:	VIA PF 006, 1343 GALPAOINDUSTRIAL	Bairro:	POCO FUNDO
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.357-001
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 707/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 14:27:11 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 231372540 encontra-se pendente de:

- Licenciamento Ambiental, concedido pelo deferimento do REGIN pela FUNDEMA;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

EDITAL DE INTIMAÇÃO 708 2024-SEFAZ

Publicação Nº 6133279

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ: 751/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO 708/2024 – PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Lei Complementar Municipal n. 299/19, Lei Complementar Federal n. 123/06.

Razão Social:	BRUSCOMP INFORMÁTICA LTDA		
CPF/CNPJ:	32.947.743/0001-60	CMC:	71990
Endereço:	RUA 07 DE SETEMBRO, 234	Bairro:	SANTA RITA
Cidade:	Brusque - SC	CEP:	88.352-000
Telefone:		E-mail:	

Notificação anteriormente expedida: 708/2024

Tendo-se mostrado ineficazes os demais meios de notificação utilizados contra o contribuinte e diante da necessidade de regularização, aos 27 dias do mês de junho do ano de 2024, às 14:28:33 hs, foi emitido o presente Edital para **INTIMAR** o contribuinte acima qualificado e seu contador responsável, que se encontra aberto um prazo de **20 (vinte) dias** a contar do efetivo recebimento desta, para que apresente os **Documentos Solicitados** junto ao setor de **Inscrição/Alvará Municipal** da **Secretaria da Fazenda do Município de Brusque**.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

Contribuinte possui atividades sujeitas a Alvará, conforme LCM n. 299/2019, e o REGIN 230543332 encontra-se pendente de:

- Atestado de Vistoria para Funcionamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros;

DOS FATOS QUE MOTIVARAM A INTIMAÇÃO

Em análise preliminar realizada por ação de **monitoramento constante** de contribuintes do município de Brusque, foi constatado **divergências e/ou pendências** cadastrais que portanto necessitam da **apresentação de documentos**.

DAS INFRAÇÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Arts. 10 a 13 e 43 da LCM n. 299/19;
Art. 134-A, 176-A e 176-B da LCM n. 34/94.
Arts. 28 do Decreto Municipal n. 3138/95;
Arts. 29, II da LCF n. 123/06.

DAS PENALIDADES E DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 114, III, a, c/c §2º "a" à "c", ambos da LCM n. 34/94.
Art. 29, II da LCF n. 123/06.

DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo apresentado os documentos solicitados, ou o pedido de defesa, será lavrado auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar Municipal n. 34/94 – Código Tributário Municipal, com fulcro no art. 114, III, a; e c/c § único do art. 134, ambos da LCM n. 34/94, sem prejuízo de possíveis ações **Cíveis e Criminais** pelo descumprimento.
Ainda, poderá ocasionar para os **optantes do Simples Nacional ou SIMEI** a **exclusão** do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional e enquadramento em regime de recolhimento normal.

DA RESPOSTA À INTIMAÇÃO

Essa intimação deverá ser respondida **mediante protocolo on-line** no site **brusque.atende.net** com assunto " Sec. Fazenda – Fiscalização" e Subassunto "**Inscrição/Alvará Municipal - Resposta/Defesa a Intimação/Notificação Fiscal Preliminar**", informando o número da Intimação.

PARA ABERTURA DE PROTOCOLO DIGITAL DE RESPOSTA A INTIMAÇÃO, ACESSE:

ASSINATURA: NOME: Cristiano Spanhol Baumgartner CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 428807-6	**ASSINATURA:** NOME: Widman W. Muller Junior CARGO: **Auditor(a) Fiscal Tributário(a)** MATRÍCULA: 11754

INSTRUÇÃO NORMATIVA 04-2024

Publicação Nº 6134975

SAMAE BRUSQUE (47) 3255-0500 Rua Doutor Penido, 297 - Centro - CEP: 88.350-460 - Brusque/SC

INSTRUÇÃO NORMATIVA SAMAE NÚMERO 04/2024

Dispõe sobre os procedimentos de padronização das caixas de ligações de água do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE, nomeado pela portaria nº 15.148/2023, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a necessidade de proceder-se a padronização das instalações de água no município;

Considerando suas delimitações, dimensões, especificações e as condições em que os mesmos serão exigidos;

Considerando a dificuldade da realização de leitura nos hidrômetros, as dificuldades de acesso aos cavaletes, a redução dos custos e maior durabilidade dos hidrômetros;

Considerando a importância da devida proteção dos equipamentos;

Considerando as nomenclaturas desta instrução normativa, entende-se que:

O termo caixa padrão é considerado a caixa onde será instalado o hidrômetro, com fechamento frontal gradeado e;

O termo abrigo é utilizado para descrever a mureta, muro ou local que será instalado a caixa padrão.

RESOLVE:

Art. 1º. A construção do abrigo padrão de ligação de água é obrigatória nas situações a seguir:

a. Novas ligações de água;

b. Religação de água suprimida;

c. Mudança de ligação, quando solicitada pelo usuário;

d. Mudança de cavalete, quando solicitada pelo usuário.

Art. 2º. Compete exclusivamente ao proprietário ou titular da ligação de água providenciar a construção do abrigo padrão seguindo as orientações técnicas disponibilizadas pelo SAMAE.

Art. 3º O novo abrigo padrão para as situações que constam no art. 1º desta Instrução Normativa, deverão ser instalados na parte frontal ou lateral do imóvel, desde que tenha livre acesso ao mesmo (pátio de estacionamento ou acesso de veículos), devendo a grade de visualização ficar voltada para a rua ou lateral do imóvel, facilitando o acesso de leitura e manutenção.

Parágrafo primeiro: Na impossibilidade de instalação do abrigo padrão na parte frontal ou lateral do imóvel, solicitar vistoria prévia para adequação e autorização da instalação no

PREFEITURA DE BRUSQUE

SAMAE BRUSQUE (47) 3255-0500 Rua Doutor Penido, 297 - Centro - CEP: 88.350-460 - Brusque/SC

local solicitado. Esta vistoria será realizada pela coordenação técnica ou pelo setor de engenharia.

Paragrafo segundo: Os casos omissos nesta Instrução Normativa, serão definidos e autorizados pela coordenação técnica ou pelo setor de engenharia. São exemplos de casos omissos: ligações de água em casas geminadas anteriores a esta normativa, multi ligações em condominios residenciais, etc..

Art. 4º. As dimensões, materiais, especificações e orientações para instalação do abrigo e caixa padrão de ligação de água são as constantes no anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 5º. Cabe ao proprietário ou titular da ligação de água, a aquisição dos materiais e providenciar todos os detalhes referentes a construção civil e hidráulica do novo abrigo padrão.

Art. 6º. Cabe ao SAMAE o fornecimento do hidrômetro e o serviço de ligação de água, bem como, a manutenção interna da caixa padrão, exclusivamente.

Art. 7º. Todas as etapas de instalação do novo abrigo padrão deverão estar concluídas e de acordo com esta Instrução Normativa antes da solicitação de ligação de água, devendo o proprietário, ou titular da ligação, apresentar uma foto do abrigo padrão (visão geral da instalação) no momento da solicitação do serviço na Central de Atendimento.

Art. 8º. Cabe ao SAMAE vistoriar as instalações. Constatando que o abrigo padrão esteja fora das normas estabelecidas, o SAMAE deverá exigir que sejam realizadas as devidas adequações nas instalações, ficando a execução da ordem de serviço condicionada a padronização do abrigo padrão pelo proprietário ou titular da ligação de água.

Paragrafo único: Ao constatar irregularidades no momento da vistoria ou na execução do serviço, o setor técnico deverá encaminhar por escrito estas informações para a Central de Atendimento, que informará o proprietário ou titular da solicitação do serviço para providenciar as devidas adequações.

Art 9º. Em casos de ligação de água para novas obras, o abrigo padrão poderá ser executado de forma provisória, com outro material além da alvenaria, desde que instalado a caixa padrão na parte frontal ou lateral do imóvel, desde que se tenha livre acesso ao hidrômetro. O proprietário deverá regularizar o abrigo padrão ao término da obra e solicitar ao SAMAE, presencialmente na Central de Atendimento, a regularização da instalação do cavalete de água, apresentando uma foto do abrigo padrão (visão geral da instalação).

Parágrado primeiro: Nos casos em que o abrigo padrão de ligação for executado de forma provisória em novas obras, a tarifa cobrada será a de categoria comercial, conforme tabela tarifária vigente, ficando sob responsabilidade do proprietário informar ao SAMAE ao fim da obra para posterior vistória e o devido enquadramento da edificação na tarifa correspondente.

PREFEITURA DE BRUSQUE

SAMAE BRUSQUE (47) 3255-0500 Rua Doutor Penido, 297 - Centro - CEP: 88.350-460 - Brusque/SC

Parágrado segundo: Caso constatado pelo SAMAE a finalização da obra, a Autarquia poderá notificar o proprietário para regularização do abrigo padrão e o recadastramento da edificação na tarifa correspondente.

Art. 10º Nos casos de instalação de água em Condominios Horizontais Fechados com quatro ou mais ligações que não tenha acesso direto a via pública, deverá ser seguido padrão de ligação especifico disponibilizado pelo SAMAE e constantes nos anexos 2 -A e 2 - B desta Instrução Normativa, ou apresente proposta de instalação diferente dos anexos supra citados, a coordenação técnica ou ao setor de engenharia, para definição conjunta do caso.

Paragrafo primeiro: Demais orientações e detalhes deverão ser solicitados a Coordenação técnica ou ao setor de Engenharia do SAMAE, que encaminhará o documento com as informações solicitadas ao proprietário do imóvel e com cópia para a Central de Atendimento.

Art. 11º Os casos que apresentarem situações excepcionais deverão ser remetidos ao setor de engenharia do SAMAE ou a Coordenação Técnica, para análise o qual deverá encaminhar o documento com o deferimento ou o indeferimento do pedido para a Central de Atendimento, que informará a decisão ao solicitante.

Art. 12º Toda e qualquer solicitação que estiver em desconformidade com o especificado nesta Instrução Normativa não deverá ter a ligação de água efetuada até total adequação ao padrão aqui estabelecido.

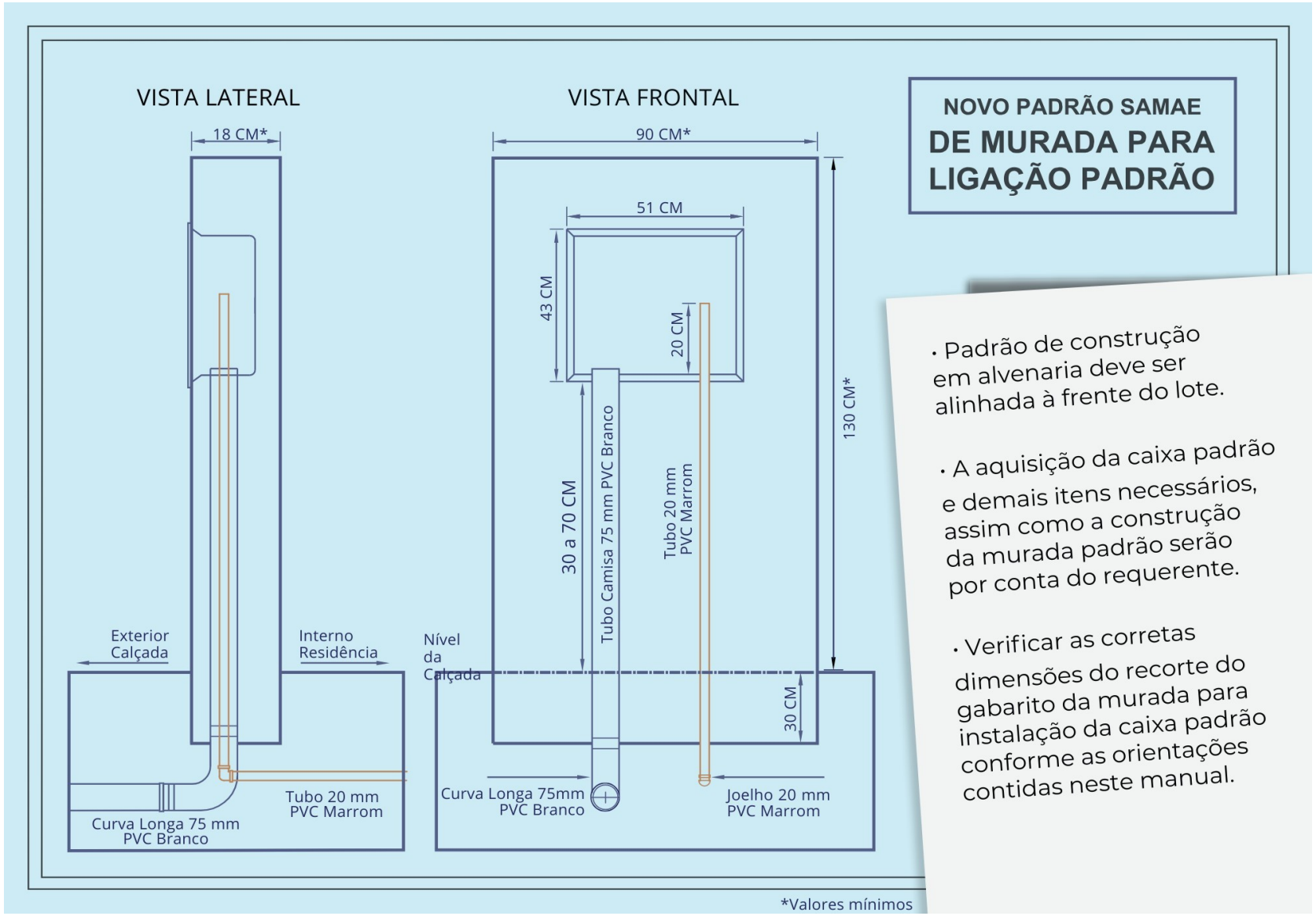
Art. 13º Esta Resolução entra em vigor imediatamente após a data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, em especial as encontradas na Instrução Normativa 004/2023 e subsequentes.

Brusque/SC, 26 de junho de 2024.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente - Samae de Brusque

PREFEITURA DE BRUSQUE

ANEXO I



NOVO PADRÃO SAMAE

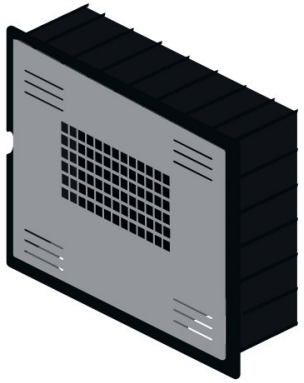
DE MURADA PARA LIGAÇÃO PADRÃO

- Padrão de construção em alvenaria deve ser alinhada à frente do lote.
- A aquisição da caixa padrão e demais itens necessários, assim como a construção da murada padrão serão por conta do requerente.
- Verificar as corretas dimensões do recorte do gabarito da murada para instalação da caixa padrão conforme as orientações contidas neste manual.

NOVO PADRÃO SAMAE
DE MURADA PARA LIGAÇÃO PADRÃO

BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DO NOVO PADRÃO

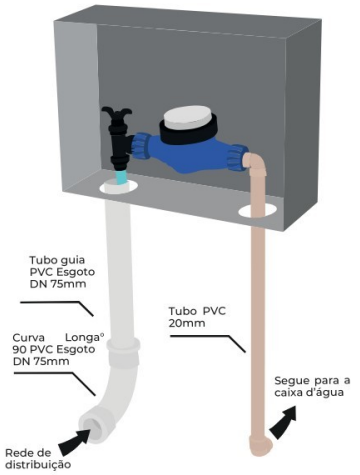
- Melhor proteção contra itempéries e danos ao hidrômetro.
- Execução da leitura sem a necessidade de acesso à propriedade.
- Melhor facilidade de acesso e de operações de manutenção.
- Maior facilidade de detecção de possíveis vazamentos.



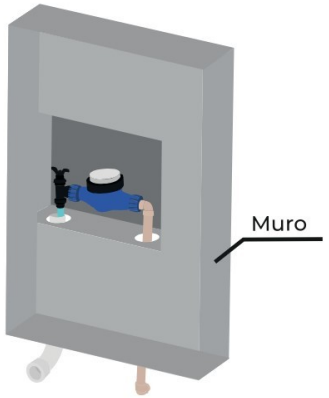
Modelo de Caixa padrão

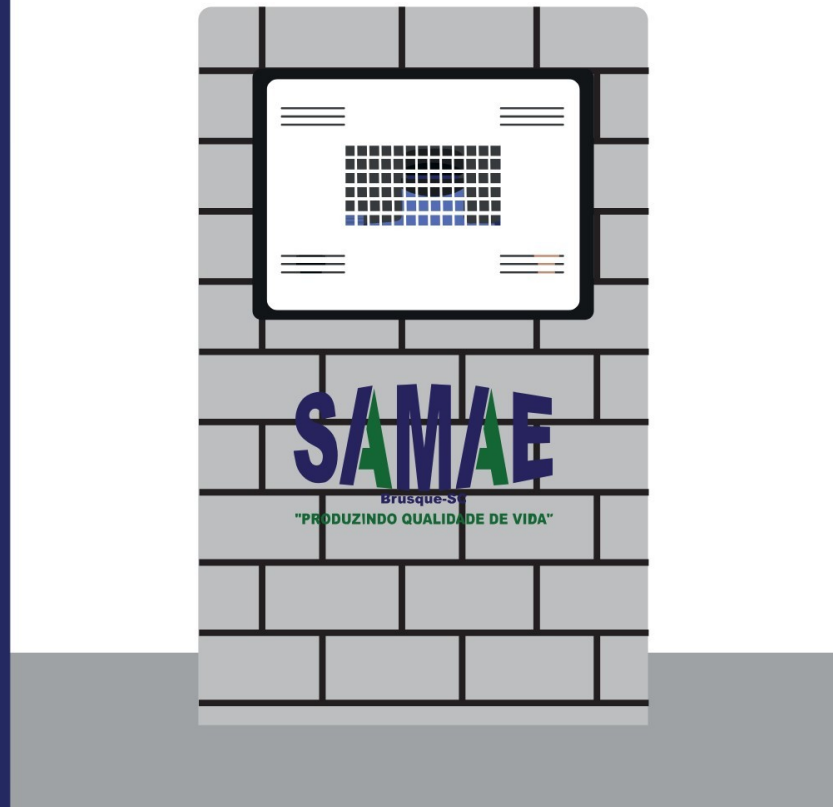
Obs: a tampa frontal da caixa padrão poderá ser aceita sem logomarca, ou com inscrição do Samae, mas não poderá ter gravações de nomes de outras Companhias de saneamento.

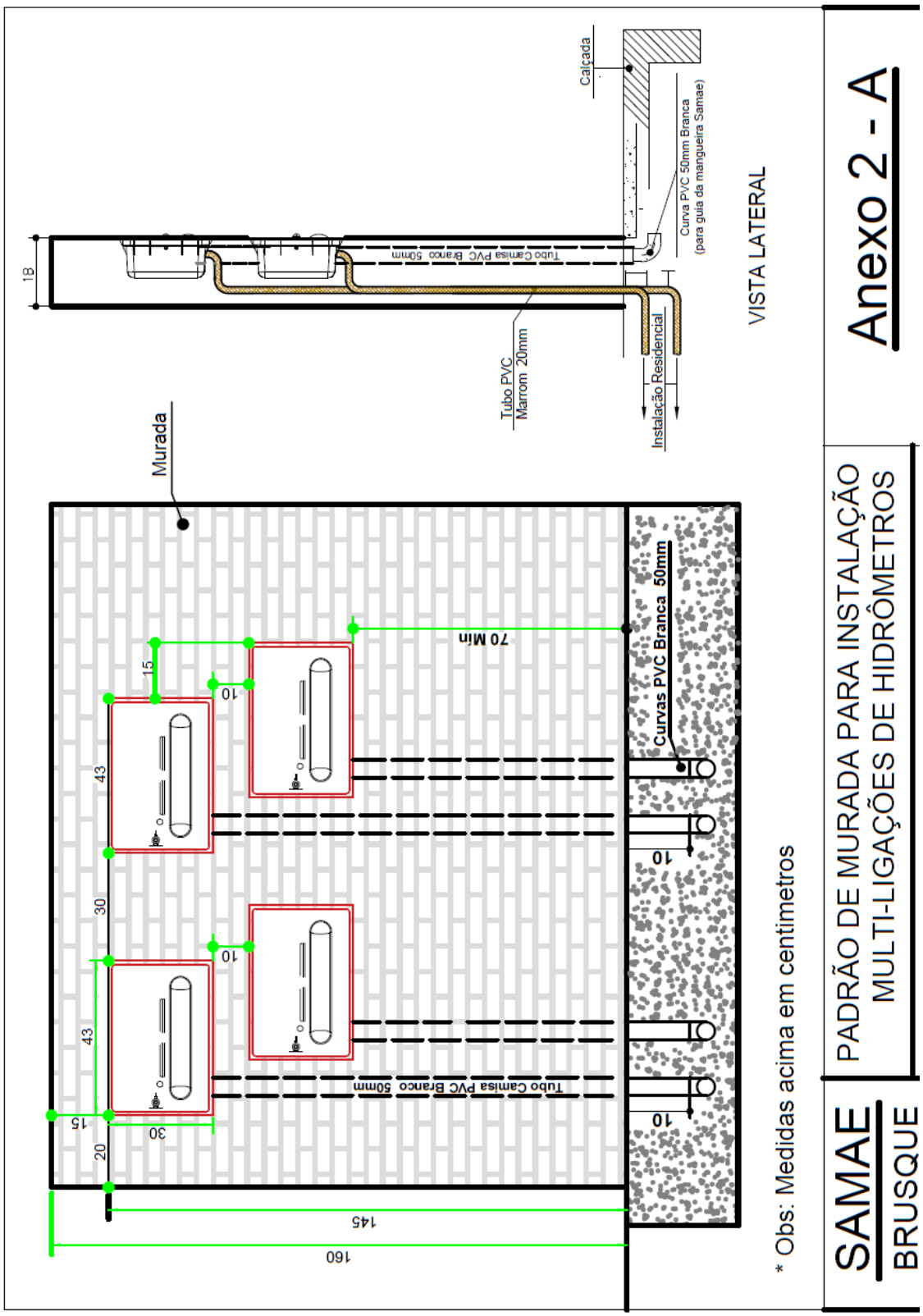
Caixa padrão

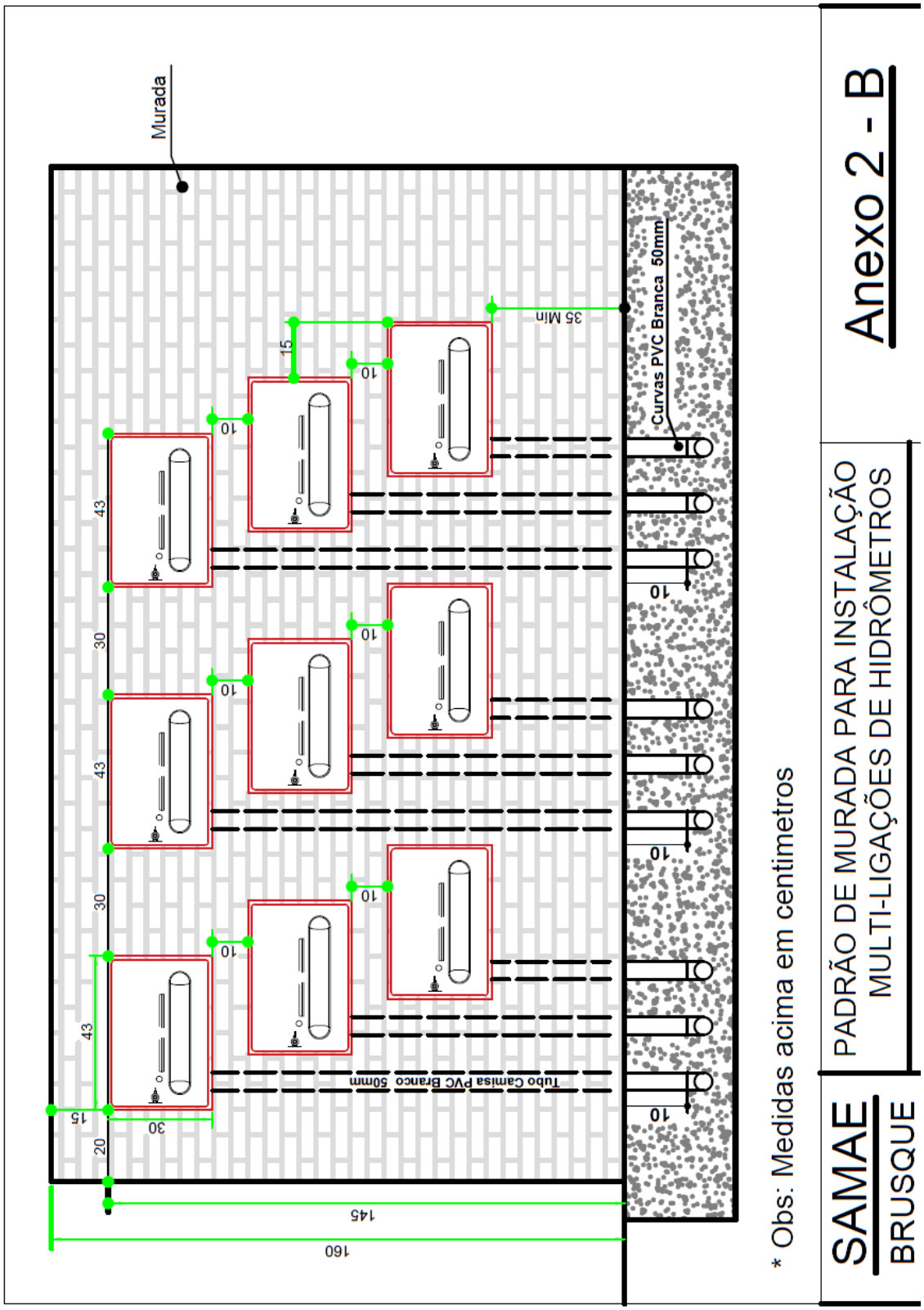


Abrigo Padrão






Anexo 2 - A
PADRÃO DE MURADA PARA INSTALAÇÃO
MULTI-LIGAÇÕES DE HIDRÔMETROS
SAMAE
BRUSQUE
VISTA LATERAL
Calçada
Curva PVC 50mm Branca
(para guia da mangueira Samae)
Tubo Camisa PVC Branco 50mm
18
Tubo PVC
Marrom 20mm
Instalação Residencial
Murada
Curvas PVC Branca 50mm
70 Min
Tubo Camisa PVC Branco 50mm
15
10
43
30
20
145
160
* Obs: Medidas acima em centimetros


Murada
Curvas PVC Branca 50mm
35 Min
Tubo Camisa PVC Branco 50mm
10
15
30
43
20
145
160
* Obs: Medidas acima em centimetros
Anexo 2 - B
PADRÃO DE MURADA PARA INSTALAÇÃO
MULTI-LIGAÇÕES DE HIDRÔMETROS
SAMAE
BRUSQUE

PORTARIA Nº 1180-2024

Publicação Nº 6132656

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1180/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
698792	0	FLAVIO CESAR DE SOUZA	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	01/07/2024	30/07/2024	30
711470	1	GERALDO FARIA	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	01/07/2024	30/07/2024	30
424773	0	OSMAR SOARES	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	01/07/2024	30/07/2024	30
634697	1	PAULO SERGIO SEBOLD	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	01/07/2024	20/07/2024	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

Assinado por 2 pessoas: SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA e ALLAN DOS SANTOS COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brusque.1doc.com.br/verificacao/74C7-A5B4-A16D-3CB3 e informe o código 74C7-A5B4-A16D-3CB3

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 74C7-A5B4-A16D-3CB3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA (CPF 721.XXX.XXX-34) em 24/06/2024 14:00:36 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ALLAN DOS SANTOS COSTA (CPF 111.XXX.XXX-48) em 24/06/2024 17:38:47 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC FCDL SC v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://brusque.1doc.com.br/verificacao/74C7-A5B4-A16D-3CB3

PORTARIA Nº 1184-2024

Publicação Nº 6132657

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1184/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1000071887	2	MATHEUS TEIXEIRA	Fundação Cultural de Brusque	02/07/2024	11/07/2024	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1185-2024

Publicação Nº 6132661

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1185/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
937231	1	ALINE FAGUNDES DA CUNHA	Secretaria de Saúde	01/07/2024	10/07/2024	10
907936	0	ANDREA BEATRIZ SILVA	Secretaria de Saúde	01/07/2024	10/07/2024	10
10000000814	2	BIANCA MACHADO LIMA	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30
761397	1	CARINA RAQUEL PODIATSKY	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30
4288033	1	CLODOALDO SCHWARZER	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30
1000017904	1	DULCE APARECIDA HEINZ DE SOUZA	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30
100003371283	2	EVA STHEFANE BANDEIRA MARINHO KAHWAGE	Secretaria de Saúde	01/07/2024	15/07/2024	15
672360	4	FLAVIA APARECIDA FAGUNDES	Secretaria de Saúde	01/07/2024	20/07/2024	20
724793	0	JOEL TOMELIN MACHADO	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30
374547	2	LUCIANE KELSCH SAADI	Secretaria de Saúde	01/07/2024	17/07/2024	17
864404	1	ROSELI APARECIDA ANTUNES	Secretaria de Saúde	01/07/2024	10/07/2024	10
1000056837	1	ROSINHA VITORINHA LIBARDO MARTINS	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30
1016903	1	SELMA MARIA SOARES MARTINS	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30
1009818	2	SONIA MARIA PEDROSO DE SOUZA	Secretaria de Saúde	01/07/2024	30/07/2024	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1186-2024

Publicação Nº 6132666

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1186/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4303474	1	FABIO CRISTIANO PEREIRA WITCZAK	Secretaria de Saúde	13/05/2024	22/05/2024	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1187-2024

Publicação Nº 6132663

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1187/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
683906	1	JOÃO PEDRO ANTUNES	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	24/06/2024	08/07/2024	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1188-2024

Publicação Nº 6132669

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1188/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
937762	1	ADRIANA VICENTE NOMURA CRESPI	Secretaria de Desenvolvimento Social	01/07/2024	15/07/2024	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1189-2024

Publicação Nº 6132672

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1189/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4124430	1	GILSANDER FERREIRA ROMERO	Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica	01/07/2024	25/07/2024	25
4162552	1	GUSTAVO ECCEL	Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica	01/07/2024	17/07/2024	17

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1191-2024

Publicação Nº 6132678

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1191/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4284445	1	ALINE P. SCHNEIDER HENTGES	Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica	03/07/2024	12/07/2024	10
4316096	1	DENISE DE ASSUMPCAO MORAES	Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica	03/07/2024	12/07/2024	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1192-2024

Publicação Nº 6132680

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1192/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
634697	1	PAULO SERGIO SEBOLD	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	08/04/2024	17/04/2024	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/04/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1193-2024

Publicação Nº 6132689

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1193/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4124626	1	LAUDELINO JOSE DE NOVAES NETO	Secretaria de Desenvolvimento Social	05/07/2024	24/07/2024	20

Obs.: Servidor trabalha em escala 12x36.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1195-2024

Publicação Nº 6132692

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1195/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARIA VALERIA DE REZENDE GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 28/09/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 26/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1196-2024

Publicação Nº 6132694

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1196/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) RAFAELA MONTEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 30/07/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 27/01/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1197-2024

Publicação Nº 6132696

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1197/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ADRIANO ROCHA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Aut. de Trânsito, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura Estratégica, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 30/07/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 04/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1198-2024

Publicação Nº 6132699

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1198/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CATARINO ANTONIO HERNANDEZ MORENO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 30/07/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 16/11/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1199-2024

Publicação Nº 6132701

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1199/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) REGINA LUBKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 30/07/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 26/11/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1200-2024

Publicação Nº 6132703

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1200/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) SONIA APARECIDA DA SILVA BATISTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 28/09/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1201-2024

Publicação Nº 6132705

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1201/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) SILVANA CORTES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 30/07/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 12/08/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1202-2024

Publicação Nº 6132708

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1202/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARIA VOSS GRAF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **01/07/2024 a 30/07/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 18/05/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1203-2024

Publicação Nº 6132712

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1203/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CLARISSA DOS SANTOS PADILHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, lotado(a) na Secretaria Municipal de Comunicação Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **03/07/2024 a 01/08/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/10/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1204-2024

Publicação Nº 6132714

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria nº 1204/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FABIANA BATISTA SANTIAGO CARDOZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre **03/07/2024 a 01/08/2024**, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1205-2024

Publicação Nº 6132715

PREFEITURA DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Portaria 1205/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 15.924/2024, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
726230	0	JULIANO MANNRICH	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	01/07/2024	30/07/2024	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de junho de 2024.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ALLAN DOS SANTOS COSTA
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.461

Publicação Nº 6133326

Memorando 12.623/2024

DECRETO Nº 11.461, de 26 de junho de 2024.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município, exercício de 2024.

O PREFEITO DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica, mais o previsto no art. 18 da Lei nº 3.866, de 21 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil) nas seguintes dotações do Orçamento Geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.452.15.2.73 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS
3.3.90.00.00 – 070 – 1.753.7000 - Aplicações Diretas (73).....R$ 20.000,00
2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.367.12.2.75 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES - EDUCAÇÃO ESPECIAL
3.3.50.00.00 – 101 – 1.500.1001 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (157).....R$ 115.000,00
Total.....R$ 135.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam parcialmente anuladas as dotações a seguir:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.451.15.1.11 - CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL
4.4.90.00.00 – 070 – 1.753.7000 - Aplicações Diretas (68).....R$ 20.000,00
2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.12.2.76 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES - FUNDAMENTAL
3.3.50.00.00 – 101 – 1.500.1001 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (158).....R$ 115.000,00
Total.....R$ 135.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 26 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 11.462

Publicação Nº 6134021

Memorando 11.753/2024

DECRETO Nº 11.462, de 26 de junho de 2024.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, exercício de 2024.

O PREFEITO DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica, mais o previsto no art. 18 da Lei nº 3.866, de 21 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 63.710,63 (sessenta e três mil, setecentos e dez reais e sessenta e três centavos) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.452.15.2.19 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
4.4.90.00.00 – 334 – 2.700.7000 – Aplicações Diretas (406).....R$ 63.710,63

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes superávit do exercício anterior na Fonte de Recurso 134 - Transferências de Convênios União - Outros - Especificação de Fontes de Recursos – 1.700.7000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 26 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 39.784

Publicação Nº 6133868

Memorando nº /2024

PORTARIA Nº 39.784, de 25 de junho de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço), que corresponde a 10 (dez) dias de férias, aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, período aquisitivo e mês de pagamento, conforme segue:

I – GABINETE DO PREFEITO

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
10772	Maxsure França	Auxiliar de Administração	01/03/2022 a 28/02/2023	Outubro/2023
504	Antonio Carlos Castilho	Auxiliar de Contabilidade	01/01/2020 a 31/12/2020	Abril/2024
7987	Alessandro Goncalves	Guarda Municipal	13/01/2024 a 22/04/2024	Maio/2024
15585	Daniel Lemos Barroso	Assistente Administrativo	09/04/2020 a 08/04/2021	Setembro/ 2023

II – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
14063	Eliane Fatima Estanislowski	Assistente Administrativo	25/11/2019 a 24/11/2020	Outubro/ 2023
16105	Juciele Granemann	Assistente Administrativo	17/06/2020 a 16/06/2021	Outubro/ 2023
16285	Kallayana Zanchi Bello	Assistente Administrativo	17/02/2022 a 16/02/2023	Outubro/ 2023
2497	Vilmar Goes	Auxiliar Serviços Agrícolas	01/01/2021 a 31/12/2021	Outubro/ 2023
499	Josete Maria de Lemos Estrowispy	Professor Ensino Fundamental II	01/01/2023 a 31/12/2023	Março/2024
10942	Josiane Burger da Silva Criminacio de Lima	Assistente Administrativo	02/05/2017 a 01/05/2018	Março/2024
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	12/03/2023 a 11/03/2024	Abril/2024
6647	Monica Senn	Recepcionista	08/03/2019 a 07/03/2020	Abril/2024
19300	Nelson Bruno Pasini	Assistente Administrativo	04/04/2023 a 03/04/2024	Abril/2024
2497	Vilmar Goes	Auxiliar Serviços Agrícolas	01/01/2022 a 31/12/2022	Abril/2024
1833	Jair Ramos	Motorista Caminhão	01/01/2021 a 31/12/2021	Maio/2024
16105	Juciele Granemann	Assistente Administrativo	17/06/2021 a 16/06/2022	Maio/2024

Memorando nº /2024

6647	Monica Senn	Recepcionista	08/03/2020 a 07/03/2021	Maio/2024
10895	Sandra Mara Amadori	Assistente Administrativo	13/04/2023 a 12/04/2024	Maio/2024
14060	Ana Paula Cardoso de Lima	Assistente Administrativo	25/11/2022 a 24/11/2023	Junho/2024
3969	Gilvana Rodrigues Ribeiro	Merendeira Escolar	01/01/2022 a 31/12/2022	Junho/2024

III – SECRETARIA DA FAZENDA

Código	**Nome**	**Cargo**	**Período Aquisitivo**	**Mês de Pagamento**
16007	Camila Ribeiro Kaziemarczah	Assistente Administrativo	11/03/2022 a 10/03/2023	Outubro/ 2023
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	17/01/2022 a 16/01/2023	Abril/2024
16007	Camila Ribeiro Kaziemarczah	Assistente Administrativo	11/03/2023 a 10/03/2024	Maio/2024
7671	Francieli Antunes de Macedo	Técnico em Contabilidade	17/07/2021 a 16/07/2022	Junho/2024

IV – PROCURADORIA-GERAL

Código	**Nome**	**Cargo**	**Período Aquisitivo**	**Mês de Pagamento**
15545	Drieli Roier Pereira	Assistente Administrativo	12/03/2023 a 11/03/2024	Abril/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 25 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 39.785

Publicação Nº 6133876

Memorando nº /2024

PORTARIA Nº 39.785, de 25 de junho de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço), que corresponde a 10 (dez) dias de férias, aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, período aquisitivo e mês de pagamento, conforme segue:

I – SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
1311	Joel Monteiro	Agente Serviços Agrícolas	03/12/2022 a 02/12/2023	Abril/2024
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Maquinas	19/06/2019 a 18/06/2020	Abril/2024
1278	Eurico Antonio de Oliveira	Operador Maquinas Pesadas	19/07/2022 a 18/07/2023	Maio/2024
1328	Valmir do Prado Geraldo	Auxiliar Serviços Agrícolas	01/01/2023 a 31/12/2023	Maio/2024

II – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
2512	Altino Inacio Carneiro	Auxiliar Serviços Agrícolas	15/05/2020 a 14/05/2021	Outubro/2023
10777	Marcio Goncalves Cordeiro	Auxiliar Serviços Obras Publicas	14/03/2022 a 13/03/2023	Outubro/2023
14125	Alexandre Zotto	Motorista	10/02/2022 a 09/02/2023	Março/2024
14102	Edson Luiz Silveira	Operador de Maquinas	04/01/2017 a 03/01/2018	Março/2024
3411	Gustavo Alves Weber	Mecânico	02/09/2020 a 01/09/2021	Março/2024
2491	Jandir Antunes de Oliveira	Marroeiro	01/01/2023 a 31/12/2023	Março/2024
10917	Sergio Borges	Auxiliar Serviços Obras Publicas	01/04/2021 a 31/03/2022	Março/2024
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	Servente Educação	01/01/2023 a 31/12/2023	Abril/2024
15731	Leonardo Helmuth Dobler Huculak	Assistente Administrativo	07/01/2023 a 06/01/2024	Abril/2024
15253	Marcelo Silva	Agente Serviços Obras Esp	21/11/2022 a 20/11/2023	Abril/2024
14105	Nilton Goes Junior	Agente Serviços Obras Esp	25/02/2023 a 24/02/2024	Abril/2024
5065	Adao Ortiz de Goes	Carpinteiro	01/12/2022 a 30/11/2023	Maio/2024
14102	Edson Luiz Silveira	Operador de Maquinas	04/01/2018 a 03/01/2019	Maio/2024
10777	Marcio Goncalves Cordeiro	Auxiliar Serviços Obras Publicas	14/03/2023 a 13/03/2024	Maio/2024
2522	Marcos Cordeiro	Auxiliar Serviços Agrícolas	16/10/2020 a 15/10/2021	Maio/2024
10928	Serly de Goes dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	12/04/2023 a 11/04/2024	Maio/2024

Memorando nº /2024

1963	Silvio dos Santos Varela	Operador de Maquinas	21/02/2023 a 20/02/2024	Maio/2024
2504	Ezio Ferreira dos Santos	Auxiliar Serviços Agrícolas	01/03/2021 a 28/02/2022	Junho/2023
2501	Jose Adelir Soares	Auxiliar Serviços Agrícolas	01/03/2023 a 29/02/2024	Junho/2023
14101	Sidnei Dos Santos	Agente Serviços Obras Esp	04/01/2022 a 03/01/2023	Junho/2023

III – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TURISMO

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
7684	Luiz Eduardo Ruppel	Auxiliar de Administração	13/01/2021 a 12/01/2022	Março/2024

IV – SECRETARIA DE SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
1207	Adair Ferreira da Luz	Auxiliar Serviços Gerais	01/01/2023 a 31/12/2023	Maio/2024

V – GUARDA MUNICIPAL

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês De Pagamento
8628	Angela Knebel	Guarda Municipal	01/09/2022 a 31/08/2023	Outubro/2023
7994	Raquel de Fatima Galina	Guarda Municipal	10/01/2020 a 09/01/2021	Março/2024
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	14/01/2022 a 13/01/2023	Abril/2024
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	13/03/2022 a 12/03/2023	Junho/2023
12602	Mauricio Bolduan	Guarda Municipal	01/04/2022 a 31/03/2023	Junho/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 25 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

Daniel Lemos Barroso – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

Daniel Rodrigo de Freitas – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

Edson Luiz Fezer – SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TURISMO.

Gustavo Kucher Furlin – SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

PORTARIA Nº 39.786

Publicação Nº 6133888

Memorando nº /2024

PORTARIA Nº 39.786, de 25 de junho de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço), que corresponde a 10 (dez) dias de férias, aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, período aquisitivo e mês de pagamento, conforme segue:

I – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
9393	Maria Helena Moreira	Auxiliar Serviços Gerais	01/08/2021 a 31/07/2022	Março/2024
9615	Marilene de Lima Fagundes	Auxiliar Serviços Gerais	15/10/2019 a 14/10/2020	Abril/2024

II – SECRETARIA DA SAÚDE

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
14596	Adriana Bento Grobe	Enfermeiro	06/05/2022 a 05/05/2023	Outubro/2023
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	01/08/2021 a 31/07/2022	Março/2024
1315	Andre Luis Paes Juliani	Odontólogo	12/03/2023 a 11/03/2024	Abril/2024
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	01/01/2021 a 31/12/2021	Abril/2024
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico em Enfermagem	06/11/2021 a 05/11/2022	Abril/2024
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	01/09/2019 a 31/08/2020	Abril/2024
9197	Simone Ap Goncalves Correa Machado	Auxiliar Serviços Gerais	02/03/2020 a 01/03/2021	Abril/2024
13373	Carla Siqueira de Santana	Psicólogo	08/05/2021 a 07/05/2022	Maio/2024
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	04/09/2021 a 03/09/2022	Maio/2024
1720	Sandro Jose Neres da Rocha	Motorista Caminhão	21/02/2020 a 20/02/2021	Maio/2024
7673	Valeria da Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	16/07/2020 a 15/07/2021	Maio/2024
16107	Luciana Maria da Costa	Assistente Administrativo	19/06/2021 a 18/06/2022	Junho/2023
19946	Manoel Eugenio Nehme	Motorista	12/04/2023 a	Junho/2023

Memorando nº /2024

	de Azevedo		11/04/2024	
14606	Franciely Martins Fruhauf	Enfermeiro	16/05/2023 a 15/05/2024	Junho/2023
14509	Leticia Reichert	Terapeuta Ocupacional	01/03/2022 a 28/02/2023	Junho/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 25 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Cesar Augusto Morais Junior – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

Isolete Renon Farias – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 39.795

Publicação Nº 6134466

Memorando nº 12561/2024

PORTARIA Nº 39.795, de 27 de junho de 2024.

Dispõe sobre nomeação de aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2024 da Administração Municipal e Decreto nº 11.441, de 10 de junho de 2024, que homologa a listagem final de classificação, as pessoas abaixo descritas para ocuparem seus respectivos cargos, especificando nome, cargo, referência e carga horária semanal:

Nome	Cargo	Referência	C.H.
Felipe Thome de Lima Manfroi Langaro	Advogado do CREAS	28	20
Leonardo Canalli	Agente de Defesa Civil	10	44
Thiago Verona	Agente de Serviços e Obras Especiais	8	44
Claudiane Aparecida Alves Ribeiro	Assistente Administrativo	14	35
Mary Celia da Silveira	Assistente Administrativo	14	35
Gabriel Liszkievich Pedrozo	Assistente Administrativo	14	35
Fernando Nava	Assistente Administrativo	14	35
Esdras Johny Olsen	Assistente Administrativo	14	35
Jonathan de Souza Barbosa	Assistente Administrativo	14	35
Marcelo Luiz do Nascimento	Assistente Administrativo	14	35
Vinicius Eduardo Rech	Assistente Administrativo	14	35
Luciano Eifler Machado	Assistente Administrativo	14	35
Lucas Parizotto Rossi	Assistente Administrativo	14	35
Kesia Daiane Bastian Camargo de Quadros	Assistente Administrativo	14	35
Amanda Granemann Gomes	Assistente Administrativo	14	35
Adriely dos Santos de Albuquerque	Assistente Administrativo	14	35
Gabrielli de Oliveira Prestes	Assistente Administrativo	14	35
Paloma Thais de Moraes	Assistente Social	37	30
Mariane Lilian Ahrenfeld	Assistente Social	37	30
Liane Capelin	Assistente Social	37	30
Elisangela Beatriz dos Santos Teczak	Assistente Social	37	30
Lisandro Cassio Andrioli	Assistente Social	37	30
Vanessa de Fatima Auerbach	Assistente Social	37	30
Karoline Aparecida Lourena de Almeida	Assistente Social	37	30

Memorando nº 12561/2024

Tatiane Lemos de Castilho	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Mayara Neris da Rocha Banderlof	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Thaysa Monique Carneiro	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Giosane Moreira de Almeida	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Caroline Marceli Maurilio	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Anelise Ramos	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Vanderleia de Oliveira da Silva	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Cristiane Aparecida de Almeida Moura	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Marciano Pieri	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Franciele Aparecida dos Santos Melo	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Karolayne Rayane Ferreira	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Ivone Weingantner	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Elisagela Hoffmann dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Franciele das Graças dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Luciane Aparecida dos Santos Correia	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Juceli Donizete da Luz Konflanz	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Andrineia Scapin	Auxiliar de Enfermagem	14	35
Karina Aparecida da Silva	Auxiliar de Farmácia	10	35
Patrik da Silva	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	8	44
Jucelio Fernando Soares	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	8	44
Cleison Ferreira Paiva	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	8	44
Willian Azavedo	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	8	44
Fernando Luiz da Silva Oliveira Junior	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	8	44
Mauro Maciel de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	8	44
Roseli Hinkeldei	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Elizete Ana Coelli Soares	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Luciano Couto	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Antonio Carlito dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Anderson Miranda da Luz	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Dayse Cristina dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Lindacir Aparecida Baltazar de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Andressa Luana Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Alessandra de Fatima Martins dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	1	44
Andressa de Assis Schuler	Auxiliar em Saúde Bucal	9	35
Maria Eunice Pereira Abrantes de Freitas	Auxiliar em Saúde Bucal	9	35
Aline Cristina de Oliveira	Auxiliar em Saúde Bucal	9	35
Jonilson Wittig Langkammer	Contador	38	35
Ivonete Moreira	Educador Social	18	35
Ivanildo Boneti Godinho	Eletricista	15	44
Edina Ferreira Lopes	Enfermeiro	37	35

Memorando nº 12561/2024

Camila Lima Zancheta	Enfermeiro	37	35
Ismael Moron de Souza Reinhardt	Enfermeiro	37	35
Aryanne Pereira Soares Avalhis	Enfermeiro	37	35
Marcos Antonio Padilha	Enfermeiro	37	35
Lincoln Edgar Nunes Bastiani	Enfermeiro	37	35
Natalia dos Santos Saugo	Enfermeiro	37	35
Maiara Cavalheiro	Enfermeiro	37	35
Karla Desyree de Freitas Franca	Enfermeiro	37	35
Elvis Marques Henriquesson	Enfermeiro	37	35
Flavio Tavares Leite	Enfermeiro	37	35
Raiza Oliveira Melo Correa	Enfermeiro	37	35
Clairton Mario Correa	Enfermeiro	37	35
Alex Oliveira Rodrigues	Enfermeiro	37	35
Camila Maboni	Engenheiro Ambiental	38	35
Daniele Espedita Dagort Burnier	Engenheiro Civil	38	35
Vitor Augusto Cavalheri Rocha	Engenheiro Sanitarista	38	35
Francellwika Catharine Gomes de Azevedo	Engenheiro Sanitarista	38	35
Danelise Leal	Farmacêutico	37	35
Luana Pivetta Sonda	Fonoaudiólogo	37	35
Vander Roberto Faria	Fiscal Ambiental	37	35
Luana Maria Gregório Vettori	Fiscal do Procon	22	35
Leonardo Grando Choppa	Fisioterapeuta	21	20
Ana Carolina Durli	Médico	39	20
Ray Costa Brito	Médico	39	20
Isabelle Cristina Sorgatto Capelari	Médico	39	20
Pitter Penna Porto	Médico	39	20
Fabio Casagrande do Nascimento	Médico	39	20
Orlando Carlos Fleith Sobrinho	Médico	39	20
Henri Rico Diniz	Médico	40	40
Lenise Heinzmann	Médico	40	40
Ricardo Roncaglio	Médico	40	40
Jakson Carlos Isoton	Médico	40	40
Bianca Duarte Yoshida	Médico	40	40
Franciele Caroline Ebertz	Médico	40	40
Frederico Pereira de Moura	Médico do Trabalho	39	20
Silvio Jose Batista Soares	Médico Plantonista	41	40
Gustavo Borghetti Ribeiro	Médico Plantonista	41	40
Raimundo Renato Ramos de Araujo	Médico Plantonista	41	40
Erickson Fernando Carvalho de Azevedo	Médico Plantonista	41	40
Juan Alvaro Menezes Oliveira	Monitor Instrumental	22	40
Marcos Adriano Gonçalves de Moraes	Motorista	10	44

Memorando nº 12561/2024

Claudio Gambirage	Motorista	10	44
Isaias Pedroso Marins	Motorista	10	44
Gilson de Morais	Motorista	10	44
Bruno Santos da Silva	Motorista	10	44
Patrick Lissenko	Motorista	10	44
Cleiton Luiz Mffioletti	Motorista	10	44
Maikon Alessandro Kraemer de Bastos	Motorista	10	44
Vardeci da Silva	Motorista	10	44
Lucas Correia de Moraes	Motorista	10	44
Mateus Ramalho Dalla Riva	Motorista	10	44
Amarildo Soares	Motorista	10	44
Marcio de Oliveira	Motorista	10	44
Josimar dos Santos Gabriel Ribeiro	Motorista	10	44
Kamilla Radech de Lima	Nutricionista	38	35
Fabricia Santos Menegazzo	Odontólogo	37	20
Ana Paula Maier de Souza	Odontólogo	37	20
Emanueli Scolari Rossetto Voltolini	Odontólogo	37	20
Nilson Zardo	Odontólogo	37	20
Graziella Debarba Irias	Odontólogo	37	20
Miguelangelo Cury	Odontólogo	37	20
Caroline Aparecida Branco	Odontólogo	37	20
Luisa Rech Gomes Gregol Jaerger	Odontólogo	37	20
Manoel Laurentino Soares da Silva	Operador de Máquinas	15	44
Edson Gustavo Iaroch	Operador de Máquinas	15	44
Jeferson Verona	Operador de Máquinas	15	44
Tiago Junior dos Santos	Operador de Máquinas	15	44
Marcio Roberto dos Santos	Operador de Máquinas	15	44
Leonardo Cardozo de Oliveira	Operador de Máquinas	15	44
Nathalia Haas	Professor de Dança	25	40
Luiz Henrique Budyk Leite dos Santos	Psicólogo	37	35
Roger Baby Braga	Psicólogo	37	35
Marina Panerai	Psicólogo	37	35
Paola Brigida Mocelin	Psicólogo	37	35
Lara Aparecida Cardoso Souza de Oliveira	Psicólogo	37	35
Jessica Amaro Ferreira	Psicólogo	37	35
Vitor Hildebrand Schmitt	Psicólogo	37	35
Renata Berti Gaio	Psicólogo	37	35
Tania Mara de Vargas	Técnico em Enfermagem	30	35
Amanda Karine Monteiro Canalli	Técnico em Enfermagem	30	35
Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	30	35
Gislaine Ribeiro Kaziemarczah	Técnico em Enfermagem	30	35
Willian Piran da Rosa	Técnico em Enfermagem	30	35

Memorando nº 12561/2024

Luzia Portella	Técnico em Enfermagem	30	35
Bruna Leticia Morgntern da Silva	Técnico em Enfermagem	30	35
Miriam Cristiane Citadin Baptistela	Técnico em Enfermagem	30	35
Lania Borges Alves	Técnico em Enfermagem	30	35
Tatiane Reinheimer	Técnico em Enfermagem	30	35
Neiva da Aparecida de Lima	Técnico em Enfermagem	30	35
Luana Barros Ribeiro	Técnico em Vigilância em Saúde	30	35
Douglas Leandro Balduino	Técnico Tributário	30	35
Volmir Antonio Silveira	Tesoureiro	27	35

Art. 2º NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2024 da Administração Municipal e Decreto nº 11.441, de 10 de junho de 2024, que homologa a listagem final de classificação, as pessoas abaixo descritas, nas vagas reservadas conforme a legislação vigente, para ocuparem seus respectivos cargos, especificando nome, cargo, referência e carga horária semanal:

Nome	**Cargo**	**Referência**	**C.H.**
Eliezer de Albuquerque Rodrigues	Assistente Administrativo	14	35
Edmara de Souza Carvalho	Assistente Administrativo	14	35
Cleverson Abdala Guvodiski	Assistente Administrativo	14	35
Marcos Alves de Campos	Motorista	10	44
Antonio Marcos Pessoa Alves	Psicólogo	37	35
Flavio Ferreira de Souza	Técnico em Enfermagem	30	35

Art. 3º Os nomeados terão o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse no cargo, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 39.796

Publicação Nº 6134487

Memorando nº 12562/2024

PORTARIA Nº 39.796, de 27 de junho de 2024.

Dispõe sobre nomeação de aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 379, de 4 de junho de 2020, que dispõe sobre a estrutura do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital de Concurso Público nº 002/2024 do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador (IPPUC) e Decreto nº 11.441, de 10 de junho de 2024, que homologa a listagem final de classificação, as pessoas abaixo descritas para ocuparem seus respectivos cargos, especificando nome, cargo, referência e carga horária semanal:

Nome	Cargo	Referência	C.H.
Paola Gomes	Engenheiro Civil	38	35
Willian Gilberto Seidel	Engenheiro Civil	38	35

Art. 2º Os nomeados terão o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse no cargo, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 39.797

Publicação Nº 6134500

Memorando nº 12565/2024

PORTARIA Nº 39.797, de 27 de junho de 2024.

Dispõe sobre nomeação de aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital de Concurso Público nº 004/2024 da Secretaria da Saúde e Decreto nº 11.441, de 10 de junho de 2024, que homologa a listagem final de classificação, as pessoas abaixo descritas para ocuparem seus respectivos cargos, especificando nome, cargo e carga horária semanal:

Nome	**Cargo**	**C.H.**
Bruna Pires dos Santos	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Tainara Fernanda Fogaça Lopes	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Eduarda Schneider Ramos	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Mariana Danbiela Arruda Amorim	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Luzia Alves da Cruz	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Janaine Ribeiro Coelho	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Lindamir Teresinha Kuracz	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Maria Helena Berto da Luz	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Elice Juliana dos Santos	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Nercy Sutil	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Wagner Signorelli	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Rosane de Fatima Ramos de Bairros	Agente Comunitário de Saúde-EACS	40
Vera de Miranda	Auxiliar em Saúde Bucal	40
Natalia Conceição Santos Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	40
Sara Aparecida Muller Gonçalves Dias	Auxiliar de Enfermagem	40
Cleidiane Micheli de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	40
Adriana Ribeiro dos Santos	Enfermeiro EACS/ESF	40
Veridiana Fagundes Nascimento	Enfermeiro EACS/ESF	40
Keli Aparecida Della Libera	Enfermeiro EACS/ESF	40
Bianca de Lima Piola	Enfermeiro EACS/ESF	40
Cinara Grein Kuhn	Enfermeiro EACS/ESF	40
Ana Rita Grassi	Enfermeiro EACS/ESF	40
Heline Braga Gonzaga	Enfermeiro EACS/ESF	40
Otto Felipe Dias Hanauer	Enfermeiro EACS/ESF	40

Memorando nº 12565/2024

Gabriel Rodoval	Médico ESF	40
Mariana Sandy Mada	Médico ESF	40
Anany Bett Cassol	Odontólogo ESF	40
Fabio Cardoso Pereira	Odontólogo ESF	40
Mariana Vitoria Sakuray Oliveira	Odontólogo ESF	40
Mateus Bridi	Odontólogo ESF	40
Camila da Silva Bueno	Odontólogo ESF	40
Sandro Mota	Odontólogo ESF	40
Angela Maria Fazzioni de Luca	Psicólogo	40
Daniella de Oliveira	Psicólogo	40

Art. 2º Os nomeados terão o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse no cargo, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de junho de 2024.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER

EDITAL Nº 2/2024
PROGRAMA BOLSA ATLETA

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito ALENCAR MENDES, através da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, atendendo o disposto na Lei nº 2.793, de 24 de março de 2011, torna público o edital complementar para seleção de técnicos na modalidade de futsal do Programa Bolsa Atleta.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser realizadas através do link https://cacador.digital.esp.br/bolsas das 8h de 28 de junho até as 18h do dia 2 de julho de 2024.

1.2. O(a) técnico(a) interessado(a) em se inscrever no processo de seleção deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos, definidos no art. 5º da Lei 2.793, de 2011:

a) estar vinculado(a) a alguma entidade de prática desportiva e paradesportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;

b) não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas físicas e jurídicas sem prévia anuência da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Caçador e do Conselho Municipal de Esportes;

c) apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade;

d) ser graduado(a) em licenciatura plena ou bacharel em educação física, com registro válido no Conselho Regional de Educação Física (CREF), ou registro provisionado na modalidade específica;

e) atuar em treinamentos de esporte de rendimento, participação ou iniciação, sendo suas funções e locais definidos pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

1.3. No ato da inscrição, deverão ser anexados na plataforma, de forma legível, os seguintes documentos:

a) preenchimento dos dados no formulário da plataforma https://cacador.digital.esp.br/bolsas;

b) cópia do RG e CPF ou carteira nacional de habilitação, e certidão de nascimento ou RG dos filhos, em sendo o caso;

c) cópia do cartão da caixa econômica federal contendo os dados bancários para depósitos, caso for contemplado;

d) currículo contendo o grau de escolaridade, especializações, curso de aperfeiçoamento na modalidade pleiteada, descrição de títulos conquistados, incluindo resultados em eventos dos últimos 3 (três) anos;

e) documentos comprobatórios dos resultados elencados no currículo ou convocações para seleções emitidos por federação ou confederação da modalidade, e/ou súmulas das competições dos últimos 3 (três) anos e/ou declaração oficial do gestor do órgão municipal esportivo, validada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, declarando que o proponente exerceu atividades de técnico ou auxiliar técnico no ano anterior que estiver sido pleiteado a concessão da bolsa esportiva municipal;

f) cópia da Carteira Profissional do CREF, constando o registro de bacharel, licenciado pleno ou provisionado;

g) cópias dos documentos listados no ANEXO ÚNICO.

1.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato anexar todos os documentos solicitados na plataforma.

2. DAS MODALIDADES

2.1. Serão contemplados 2 (dois) técnicos na modalidade de futsal.

3. DA SELEÇÃO

3.1. O processo de seleção será conduzido pelo Conselho Municipal de Esportes (CME), com classificação baseada no mérito dos técnicos, aos quais serão atribuídas as pontuações estabelecidas no ANEXO ÚNICO.

3.2. Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-ão para o desempate na classificação, sucessivamente, os seguintes critérios:

a) o candidato com certificado de formação acadêmica de maior grau (doutorado, mestrado, pós-graduação e graduação);

b) o candidato com maior idade;

c) o candidato com maior número de filhos.

3.2. O(a) técnico(a) contemplado(a) deverá apresentar um plano de trabalho, conforme as necessidades da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, para aprovação do CME.

4. DOS VALORES DISPONIBILIZADOS

4.1. Os recursos do Programa Bolsa Atleta serão no valor de até R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais) por técnico.

4.2. Os valores serão distribuídos de acordo com a disponibilidade orçamentária, o número de inscritos e classificados, sendo a graduação pelos de maior pontuação, que deverão ter resultados em anos anteriores e experiência comprovada.

4.3 A bolsa será concedida em no máximo 7 (sete) parcelas mensais, compreendendo os três últimos trimestres de 2024, não gerando qualquer espécie de vínculo trabalhista com a Administração Municipal ou com a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO

5.1. A seleção, homologação e publicação da lista classificatória, obedecerá ao cronograma a seguir:

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
Período de inscrição e entrega da documentação	28/06/2024	02/07/2024
Reunião do CME para avaliação e seleção	04/07/2024	04/07/2024
Homologação e divulgação da lista prévia classificatória	05/07/2024	05/07/2024
Período de recurso	08/07/2024	08/07/2024
Encaminhamento e deliberação dos recursos	09/07/2024	09/07/2024
Homologação e divulgação da listagem final classificatória	10/07/2024	11/07/2024
Assinatura dos termos de compromisso pelos técnicos bolsista	12/07/2024	13/07/2024

6. DAS RESPONSABILIDADES DO BOLSISTA

6.1 O(a) técnico(a) bolsista deverá firmar compromisso, que conterá todas as determinações e normas da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, conforme § 1º do art. 5º da Lei nº 2.793, de 2011.

6.2. Fica o(a) técnico(a) bolsista obrigado(a) a cumprir os treinos nos locais e horários estabelecidos no cronograma de atividades, bem como nas competições que vier a participar representando o Município de Caçador, sendo vedada a sua participação por qualquer outro município.

6.3. Quando convocado, o(a) técnico(a) bolsista não poderá se eximir de participar de competições representando o Município, sob pena de ter seu desligamento do programa, conforme inciso II do art. 9º da Lei nº 2.793, de 2011.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Será desligado do Programa Bolsa Atleta o(a) técnico(a) bolsista, que, conforme o art. 9º da Lei 2.793, de 2011:

a) não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no calendário da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Caçador;

b) quando convocado, deixar de participar das competições sem motivo previamente justificado e aceito pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Caçador;

c) deixar de atender ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 5º e art. 11 da Lei 2.793, de 2011;

d) for transferido para representação de outro município, estado ou país sem anuência da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Caçador;

e) sofrer punição disciplinar aplicada por qualquer órgão de Justiça Desportiva da respectiva modalidade, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, a ser avaliado pelo CME e Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Caçador.

7.2. O processo de desligamento do Programa Bolsa Atleta respeitará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. A concessão de Programa Bolsa Atleta não gera vínculo laboral, trabalhista ou de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal, conforme art. 8º da Lei nº 2.793, de 2011.

7.4. O Conselho Municipal de Esportes possui autonomia para determinar o cancelamento do benefício, por qualquer outro motivo justo e relevante.

7.5. Informações complementares ou dúvidas poderão ser sanadas pelos interessados na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, ou pelo telefone (49) 3666-2424.

ALENCAR MENDES:77167384968
Assinado de forma digital por ALENCAR MENDES:77167384968
Dados: 2024.06.27 17:43:57 -03'00'

ALENCAR MENDES
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE CAÇADOR Desenvolvimento é nosso compromisso | SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER

ANEXO ÚNICO

PONTUAÇÃO PARA EFEITO DE CLASSIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS

CERTIFICAÇÕES	PONTOS
DOUTORADO ESPECÍFICO NA MODALIDADE ESPECÍFICA	7
DOUTORADO EM TREINAMENTO DESPORTIVO OU FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	6
MESTRADO ESPECÍFICO NA MODALIDADE ESPECÍFICA	5
MESTRADO EM TREINAMENTO DESPORTIVO OU FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	4
ESPECIALIZAÇÃO NA MODALIDADE ESPECÍFICA	3
ESPECIALIZAÇÃO EM TREINAMENTO DESPORTIVO OU FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	2
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA BACHAREL	1
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO NA MODALIDADE ESPECÍFICA (ANOS DE 2019,2020,2021,2022,2023)	A CADA 10H = 0,25 PONTOS SERÃO CONTABILIZADOS NO MÁXIMO 100H.

CERTIFICAÇÕES CBF/CBFS	PONTOS
LICENÇA “A” CBF / NÍVEL 3 ENTF-CBFS	3
LICENÇA “B” CBF / NÍVEL 2 ENTF-CBFS	2
LICENÇA “C” CBF / NÍVEL 1 ENTF-CBFS	1

ALENCAR MENDES:77167384968
Assinado de forma digital por ALENCAR MENDES:77167384968
Dados: 2024.06.27 17:44:22 -03'00'

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 03/2024 - IPASC

Publicação Nº 6131987

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1E799A7A6A96C325FADC81A9EDA1C1AB6A89D5AB

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 03/2024 - IPASC

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 03/2024

Processo Licitatório nº 07/2023. 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2023.

OBJETO: Contratação de Serviço de Copa e Limpeza e Higienização da sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

CONTRATADA: CALIMPEZA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 47.497.816/0001-36, com sede na Rua Abílio Franco, nº 05, sala, 01 B, Bairro Bom Sucesso, Caçador/SC, CEP 89.501-032.

VALOR: O preço total da aquisição dos serviços é de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

PRAZO DO CONTRATO: 03 meses.

Caçador, 25 de junho de 2024.

Calmon

Câmara Municipal

PORTARIA 250/24

Publicação Nº 6131864

PORTARIA Nº 250/2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CALMON, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público Lei Complementar nº 33/2010.

RESOLVE:

Conceder o pagamento de pecúnia de férias ao servidor Sr. Marcelo dos Santos investido no cargo efetivo de Diretor, proporcional a 10 (dez) dias, sendo considerado o período aquisitivo referente de 2022 à 2023.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Sala das Sessões em 14 de junho de 2024.

Edgar Anschau Santiel
Presidente do Poder Legislativo

PORTARIA 251/24

Publicação Nº 6131869

PORTARIA Nº 251/2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CALMON, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público Lei Complementar nº 33/2010.

RESOLVE:

Conceder o pagamento de pecúnia de férias ao servidor Sra. Neusa dos Santos investida no cargo efetivo de Auxiliar de limpeza, proporcional a 10 (dez) dias, sendo considerado o período aquisitivo referente de 2022 à 2023.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Sala das Sessões em 14 de junho de 2024.

Edgar Anschau Santiel
Presidente do Poder Legislativo

Camboriú

Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2024– PMC

Publicação Nº 6132586

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto da Lei 14.133/2024 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2024– PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 051/2024 a 053/2024 PMC - SELEÇÃO DE ROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS (PLAYGROUND), COM ENTREGA E INSTALAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO PNCP E na integra no camboriu. atende.net - consultar licitação

VIGÊNCIA A PARTIR DE:27/06/2024
1ª Publicação.

CHAMAMENTO PÚBLICO 011/2024 - FMS

Publicação Nº 6133512

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 011/2024 -FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 91/2024 -FMS
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA 16/2024 -FMS
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTA PRÉ E PÓS OPERATÓRIA E CIRURGIA ORTOPÉDICA DE MEMBROS INFERIORES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 14.133/2021 e as respectivas alterações.
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:00 horas do dia 28 de junho de 2024 até às 18:00 horas do dia 28 de junho de 2025, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500 ou no site: camboriu.sc.gov.br.
Camboriú, 27 de junho de 2024 - ELCIO ROGÉRIO KUHNEN - Prefeito Municipal

CREDENCIAMENTO 010/2024 FMS

Publicação Nº 6132583

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 010/2024 -FMSPROCESSO ADMINISTRATIVO 89/2024 -FMSINEXIGÊNCIA LICITATÓRIA 15/2024 -FMSOBJETO: CCREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTAS EM CARDIOLOGIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 14.133/2021 e as respectivas alterações.
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:00 horas do dia 28 de junho de 2024 até às 18:00 horas do dia 28 de junho de 2025, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500 ou no site: camboriu.sc.gov.br.
Camboriú, 27 de junho de 2024 - ELCIO ROGÉRIO KUHNEN - Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 4.451/2024

Publicação Nº 6133328

DECRETO Nº. 4.451/2024
Designa os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico de Camboriú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº. 3.525/2023 que estabelece que a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico de Camboriú será feita por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo;

DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os membros integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, na forma que segue:

I- Representantes de Órgãos Públicos:

a) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:
1. titular: Ângelo César Gervásio;
2. suplente: Karina Bittencourt Morastoni.

b) representantes da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:
1. titular: Tatiana Morgenstern Muniz;
2. suplente: Daniely Gasperi Vargas.

II- Representantes de Organizações não Governamentais:

a) representantes da Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú - ACIBALC:
1. titular: Cassio Fernandes de Paula;
2. suplente: Katia Maria Tonioti

b) representantes Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:
1. titular: Maikon Rafael Matoso;
2. suplente: Aldo Novaes Neto.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela legislação municipal vigente e pela legislação federal.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico são eleitos para exercer mandato de 02 (dois) anos.

Art. 4º As funções exercidas pelos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico não serão remuneradas, sendo as atividades prestadas consideradas serviço público relevante.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 26 de junho de 2024.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

LEI MUNICIPAL N. 3.574/2024

Publicação Nº 6133310

LEI N.º 3.574/2024
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criado CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL , situado na Rua Daniel Silvério, s/nº , Bairro Cedro, neste Município que passa a ser denominado de "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA VALKIRIA BORBA RUEGENBERG".
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de junho de 2024.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

LEI MUNICIPAL N. 3.575/2024

Publicação Nº 6133325

LEI N.º 3.575/2024
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DO CENTRO DE VIVÊNCIAS EDUCACIONAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criado o Centro de Vivencias Educacionais localizado no bairro Cedro, conhecido como Sede dos Servidores Públicos Municipais que passa a ser denominado de "CENTRO DE VIVÊNCIAS EDUCACIONAIS MARIA JURACIR DO NASCIMENTO".
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de junho de 2024.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

PE 013/2024 - FME

Publicação Nº 6132212

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88CBAD3D18452A339B6237417B3AC9D788A48358

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024 – FME - LICITAÇÃO DIFERENCIADA - COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 01 E EXCLUSIVA ME EPP PARA OS DEMAIS ITENS.
OBJETO:SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GPL) ACONDICIONADO EM BOTIJÕES DE 13 E 45 KG E VASILHAMES VAZIOS, DESTINADO AO FUNDO DE EDUCAÇÃO PARA O PREPARO DE MERENDA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME ETP E TERMO DE REFERENCIA.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM.
REGIME LEGAL: Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00h do dia 10/07/2024.
Camboriú, 27/06/2024.ELCIO ROGERIO KUHNEN-Prefeito Municipal

PE 047/2024 - FMS

Publicação Nº 6133318

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 05D20EA73626DC486BBB728E539A4DC2264C343B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024 – FMS - EXCLUSIVO ME E EPP
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PURIFICADORES DE ÁGUA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA OS PURIFICADORES DE ÁGUA DA SECRETARRIA DE SAÚDE. CONFORME ETP E TERMO DE REFERENCIA.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
REGIME LEGAL: Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00h do dia 12/07/2024.
Camboriú, 27/06/2024.ELCIO ROGERIO KUHNEN-Prefeito Municipal

RESULTADO PE 35/2024 - FMS

Publicação Nº 6131459

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU/SC
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2024 - FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"Fracassada"
Camboriú, 26 de junho de 2024.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2023 - PMC

Publicação Nº 6133281

RESUMO DE ADITIVO
PMC
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº036/2023
Processo:Processo Licitatório 126/2023 Pregão Eletrônico Nº 73/2023
Empresa: MAIS SAÚDE ESPECIALIDADES MÉDICAS LTDA
Data:27/06/2024
Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93
Objeto do contrato: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 que permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando de 28 de junho de 2024 até 27 de junho de 2025, as partes resolvem reajustar os valores conforme variação do IPCA , conforme requisição da Secretaria de Administração.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE ADITIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2023 -PMC

Publicação Nº 6132733

RESUMO DE ADITIVO
PMC
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2023
Processo:Processo Licitatório nº 113/2023 – Tomada de Preços nº 012/2023
Empresa: LIDER OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA
Data:27/06/2024
Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93
Objeto do contrato: DO VALOR: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual da obra em R$87.587,33 (oitenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e três centavos) , tendo em vista que no projeto inicial foi previsto 7,50 metros de largura da pista , entretanto foi constatado que o correto é 8,00 metros, conforme informado na requisição acompanhado de memorando apresentado pelo engenheiro responsável pela obra.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 356/2024

Publicação Nº 6132902

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023
CONVOCAÇÃO Nº 356/2024

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SIMONE S. PYKOSZ inscrita no CPF/MF sob o nº 055.173.XXX-XX, aprovada em 14º lugar no Concurso Público nº 01/2023, para o Cargo Público e na Função de AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 13 de junho de 2024, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2024.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSOA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 17.296 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132986

DECRETO Nº 17.296 DE 27 DE JUNHO DE 2024
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 12 da Lei Municipal nº 5.188 de 06 de dezembro de 2023; Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 47.271,40 (quarenta e sete mil, duzentos e setenta e um reais, quarenta centavos), no Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente, Fonte de Recursos: 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários e 1.500.0000.0766 – Receitas Saneamento Ambiental.

07.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE	
07.001 -	SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL	
07.001.17.512.29.2.024 -	Manutenção e Ampliação das Estações e Rede Abastecimento de Água	
4.0.00.00.00.0766 -	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.0766 -	Investimentos	
4.4.90.00.00.0766 -	Aplicações Diretas	
4.4.90.52.00.0766 -	Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.290,40
11.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. TRANSPORTE E OBRAS.	
11.003 -	SERVIÇO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.	
11.003.15.452.52.1020 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas	
4.0.00.00.00.0002 -	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.0002 -	Investimentos	
4.4.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00.0002 -	Obras e Instalações	R$ 43.981,00
	Total	R$ 47.271,40

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, Fonte de Recursos: 1.500.0000.0002 – Recursos Ordinários e 1.500.0000.0766 – Receitas Saneamento Ambiental.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 17.297 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133186

DECRETO Nº 17.297 DE 27 DE JUNHO DE 2024
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 12 da Lei Municipal nº 5.188 de 06 de dezembro de 2023; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente, referente a Fonte de Recurso: 1.752.7005.0114 – Recursos Polícia Civil.

11.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.	
11.004 -	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
11.004.06.181.55.2.044 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil.	
4.0.00.00.00.0114 -	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.0114 -	Investimentos	
4.4.90.00.00.0114 -	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00.0114 -	Obras e Instalações	R$ 16.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, referente a Fonte de Recurso: 1.752.7005.0114 – Recursos Polícia Civil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 117/2024

Publicação Nº 6134051

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 117/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 117/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Execução Ações Vigilância Sanitária, em data de 05 de junho de 2024, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 118/2024

Publicação Nº 6134052

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 118/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 118/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde – Transferência aos entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias, em data de 06 de junho de 2024, no valor de R$ 2.824,00 (dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 119/2024

Publicação Nº 6134692

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 119/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 119/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Execução para Vigilância em Saúde – Despesas Diversas, em data de 05 de junho de 2024, no valor de R$ 2.130,66 (dois mil, cento e trinta reais, sessenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 120/2024

Publicação Nº 6134718

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 120/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 120/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – MAC – Atenção de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar – Atenção á Saúde da População para procedimentos do MAC, em data de 07 de junho de 2024, no valor de R$ 10.206,02 (dez mil, duzentos e seis reais, dois centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 121/2024

Publicação Nº 6134866

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 121/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 121/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde, em data de 10 de junho de 2024, no valor de R$ 5.889,18 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 122/2024

Publicação Nº 6134930

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 122/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 122/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de CONVÊNIO FNS – Atenção Primária – Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde, recebido em data de 12 de junho de 2024, no valor de R$ R$ 39.536,00 (trinta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 123/2024

Publicação Nº 6134940

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 123/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 123/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Piso da Atenção Primária em Saúde – Incentivo Financeiro da APS – Componente Per Capita de Base Populacional, em data de 13 de junho de 2024, no valor de R$ 6.198,41 (seis mil, cento e noventa e oito reais, quarenta e um centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 124/2024

Publicação Nº 6134958

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 124/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 124/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Piso da Atenção Primária em Saúde – Incentivo Financeiro da APS – Equipes de Saúde da Família/ESF e Equipes de Atenção Primária/EAP, em data de 13 de junho de 2024, no valor de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 125/2024

Publicação Nº 6134959

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 125/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 125/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos financeiros referente ao recebimento da Emenda Parlamentar da Senadora Sra. Ivete Marli Appel da Silveira Incremento Temporário para o Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde – PAP, recebido em data de 18 de junho de 2024, no valor de R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 126/2024

Publicação Nº 6134960

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 126/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 126/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos financeiros referente ao recebimento da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Ismael dos Santos Incremento Temporário para o Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde – PAP, recebido em data de 18 de junho de 2024, no valor de R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 127/2024

Publicação Nº 6134961

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 127/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 127/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos financeiros referente ao recebimento da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Carlos Alberto Chiodini Incremento Temporário para o Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde – PAP, recebido em data de 18 de junho de 2024, no valor de R$ R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 128/2024

Publicação Nº 6134962

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 128/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 128/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos financeiros referente ao recebimento da Emenda Parlamentar da Senadora Sra. Ivete Marli Appel da Silveira Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de ASSISTÊNCIA Hospitalar e Ambulatorial – MAC, recebido em data de 19 de junho de 2024, no valor de R$ R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 129/2024

Publicação Nº 6134963

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 129/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 129/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – Creche, em data de 06 de junho de 2024, no valor de R$ 8.685,80 (oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 130/2024

Publicação Nº 6134964

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 130/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 130/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AEE – Assistência Ensino Especial, em data de 06 de junho de 2024, no valor de R$ 353,60 (trezentos e cinquenta e três reais, sessenta centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 131/2024

Publicação Nº 6134965

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 131/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 131/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – Ensino Fundamental, em data de 06 de junho de 2024, no valor de R$ 13.350,00 (treze mil, trezentos e cinquenta reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 132/2024

Publicação Nº 6134966

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 132/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 132/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – Pré Escola, em data de 06 de junho de 2024, no valor de R$ 6.751,60 (seis mil, setecentos e cinquenta e um reais, sessenta centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 133/2024

Publicação Nº 6134967

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 133/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 133/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 20 de junho de 2024, no valor de R$ 77.842,68 (setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais, sessenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 134/2024

Publicação Nº 6134968

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 134/2024

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 134/2024

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos IGDBF – Índice de Gestão Benefício Financeiro do SUAS em data de 17 de junho de 2024, no valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

PORTARIA Nº 23.977 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134012

PORTARIA Nº 23.977 DE 27 DE JUNHO DE 2024
ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 22.953 DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º e Parágrafo 1º do referido Artigo da Portaria nº 22.953 de 25 de outubro de 2023, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 06 de janeiro de 2022 a 05 de janeiro de 2023, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Servidor Público Municipal, a qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 26 de setembro de 2023, sob nº 046305."

Art. 2º A alteração de que trata o caput do artigo anterior desta Portaria, se dá em razão de erro material referente ao período aquisitivo de férias da Servidora Pública Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 22.953 de 25 de outubro de 2023, permanecem vigentes na integra.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de outubro de 2023.
Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de junho de 2024.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/06/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

Campo Erê

Prefeitura

DECRETO 3316/24

Publicação Nº 6135014

DECRETO Nº 3.316 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.467, de 13/12/2023.
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no Valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão
03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão
041220402.2.008000 Manutenção Das Atividades De Planejamento E Gestão 3.3.50.00.00.00.00 Aplicações Diretas (000) ....R$ 150.000,00
Fonte de Recursos 01.71000.3210 Transferência Especial dos Estados

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização do provável excesso de arrecadação do exercício, recurso oriundo da Portaria SGG/SEF nº 0926/2024 – emenda individual do Deputado Padre Pedro Baldissera.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê-SC, aos 27 de junho de 2024.
Registre-se e Publique-se.
ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula n° 00312-3

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.638/24 DE 26/06/2024. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 6132566

DECRETO Nº 9.638/24 DE 26/06/2024.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.748 de 05/11/21 (Plano Plurianual), Lei nº 4.862 de 02/06/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.901 de 27/12/2023 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:
Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R$ 2.312.000,00 (Dois milhões, trezentos e doze mil reais), à seguinte dotação:

ÓRGÃO: 08–SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
08.025.26.782.10.1068-4.4.90.00.00.00.00.00.1.709.0000.0000– Aplicações Diretas ..... R$ 162.000,00
08.025.15.452.10.2078-3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000– Aplicações Diretas ..... R$ 2.150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos excesso de arrecadação no valor de R$ 2.312.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 26 de junho de 2024.
Gilmar Marco Pereira
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.639, DE 27 DE JUNHO DE 2024 NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DO EDITAL MUNICIPAL Nº 01/2024 REFERENTE AOS RECURSOS DA LEI 195/2022 – LEI PAULO GUSTAVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6132982

DECRETO Nº 9.639, DE 27 DE JUNHO DE 2024
NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DO EDITAL MUNICIPAL Nº 01/2024 REFERENTE AOS RECURSOS DA LEI 195/2022 – LEI PAULO GUSTAVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR MARCOS PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e com fundamento no artigo 100, incisos VIII da lei Orgânica do Município.

Considerando o disposto no Art. 6º do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 EDITAL PARA FOMENTO ÀS AÇÕES CULTURAIS, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS –sc com recursos da Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo).

DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os 03 (três) membros para compor a Comissão de Seleção dos projetos objeto do edital municipal 01/2024, sendo:

Presidente: Maria Das Graças B. Zancanaro (Superintendente da Fundação Cultural)
Vice-Presidente: Graziela Daiane Rupp Oneda (Representante da Biblioteca Pública)

Membros:
Jenifer Carolina Farrapo (Representante da Fundação Cultural)
Francieli Binsfeld Recalcatti (Representante da Fundação Cultural)
Ariane Brunetto (Representante da Secretaria Industria, Comercio e Turismo)
Lilian Scarabotto (Representante da Secretaria Municipal de Educação)
Kleber Mércio Nora (Representante da Contabilidade)

Art. 2º A Comissão será responsável por avaliar os projetos culturais conforme disposto no edital N° 01/2023-EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2023 EDITAL PARA FOMENTO AS AÇÕES CULTURAIS MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS SC

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 27 de junho de 2024
Gilmar Marco Pereira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1505/2024

Publicação Nº 6132366

PORTARIA Nº 1505 DE 27/06/2024
CONCEDE RETORNO A PEDIDO DO (A) SERVIDOR (A) PAULO DE SOUZA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder o retorno a pedido, a contar de 03/06/2024, da licença para tratar de interesses particulares sem remuneração, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, do (a) Servidor (a) PAULO DE SOUZA.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 03/06/2024.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 27 de junho de 2024.
GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1489/2024

Publicação Nº 6132314

PORTARIA Nº 1489/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CATIA REGINA ALVES XAVIER FESTUGATTO

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) CATIA REGINA ALVES XAVIER FESTUGATTO referente ao período aquisitivo de 14/08/2022 a 13/08/2024 a serem gozadas no período de 10/06/2024 a 24/06/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 10/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1490/2024

Publicação Nº 6132321

PORTARIA Nº 1490/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DOMILCIO FERNANDES FONSECA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) DOMILCIO FERNANDES FONSECA referente ao período aquisitivo de 24/04/2023 a 23/04/2024 a serem gozadas no período de 10/06/2024 a 09/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 10/06/2024.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1491/2024

Publicação Nº 6132331

PORTARIA Nº 1491/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JEAN CARLO PETRY

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) JEAN CARLO PETRY referente ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022 a serem gozadas no período de 10/06/2024 a 09/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retraogindo seus efeitos em 10/06/2024.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1492/2024

Publicação Nº 6132333

PORTARIA Nº 1492/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DARLAN MIGUEL GONCALVES DA SILVA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares ao (à) servidor (a) DARLAN MIGUEL GONCALVES DA SILVA referente ao período aquisitivo de 02/05/2023 a 01/05/2024 a serem gozadas no período de 10/06/2024 a 29/06/2024 convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 10/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1493/2024

Publicação Nº 6132334

PORTARIA Nº 1493/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JACIELA FERREIRA PETRY

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) JACIELA FERREIRA PETRY referente ao período aquisitivo de 12/05/2022 a 11/05/2023 a serem gozadas no período de 17/06/2024 a 01/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 17/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1494/2024

Publicação Nº 6132338

PORTARIA Nº 1494/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NAQUELLI DE OLIVEIRA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) NAQUELLI DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 12/04/2021 a 11/04/2022 a serem gozadas no período de 17/06/2024 a 01/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 17/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1495/2024

Publicação Nº 6132341

PORTARIA Nº 1495/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRE ROSSA RIBEIRO

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) ALEXANDRE ROSSA RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 19/01/2022 a 19/01/2023 a serem gozadas no período de 17/06/2024 a 01/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 17/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1496/2024

Publicação Nº 6132342

PORTARIA Nº 1496/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIMONE FAVARO ONEDA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) SIMONE FAVARO ONEDA referente ao período aquisitivo de 09/04/2023 a 09/04/2024 a serem gozadas no período de 17/06/2024 a 01/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 17/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1497/2024

Publicação Nº 6132345

PORTARIA Nº 1497/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MIRIAN MACHADO DIAS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MIRIAN MACHADO DIAS referente ao período aquisitivo de 01/04/2023 A 31/03/2024 a serem gozadas no período de 18/06/2024 a 17/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 18/06/2024.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1498/2024

Publicação Nº 6132348

PORTARIA Nº 1498/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MONALISE GRASSI

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) MONALISE GRASSI referente ao período aquisitivo de 09/04/2023 a 08/04/2024 a serem gozadas no período de 25/06/2024 a 09/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 25/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1499/2024

Publicação Nº 6132349

PORTARIA Nº 1499/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUCIANA DIAS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) LUCIANA DIAS referente ao período aquisitivo de 13/04/2023 a 12/04/2024 a serem gozadas no período de 25/06/2024 a 09/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 25/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1500/2024

Publicação Nº 6132353

PORTARIA Nº 1500/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) STEFANI LUANA VENTURA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) STEFANI LUANA VENTURA referente ao período aquisitivo de 24/09/2022 a 23/09/2023 a serem gozadas no período de 25/06/2024 a 09/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 25/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1501/2024

Publicação Nº 6132355

PORTARIA Nº 1501/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LIZIANE DOS SANTOS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1° - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) LIZIANE DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 16/03/2023 a 15/03/2024 a serem gozadas no período de 25/06/2024 a 24/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 25/06/2024.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1502/2024

Publicação Nº 6132356

PORTARIA Nº 1502/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 30/07/2022, a serem gozadas no período de 01/06/2024 a 29/08/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1503/2024

Publicação Nº 6132360

PORTARIA Nº 1503/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A) CLEUSA MARIA MACHADO DE ANDRADE GOMES

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) CLEUSA MARIA MACHADO DE ANDRADE GOMES referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 30/07/2022, a serem gozadas no período de 19/06/2024 a 16/09/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 19/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1504/2024

Publicação Nº 6132363

PORTARIA Nº 1504/2024 DE 26/06/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A) MINEIA CECILIA DIEHL BOFF

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) MINEIA CECILIA DIEHL BOFF referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 30/12/2015, a serem gozadas no período de 03/06/2024 a 31/08/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 03/06/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1506/2024

Publicação Nº 6132370

PORTARIA Nº 1506/2024 DE 27/06/2024

DISPENSA FUNÇÃO GRATIFICADA II DO (A) SERVIDOR (A) JOAO GUILHERME MICHELIN

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1° - Dispensar FUNÇÃO GRATIFICADA II do (a) servidor (a) JOAO GUILHERME MICHELIN

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE–SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 27 de Junho de 2024.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal

Canelinha

Prefeitura

PORTARIA Nº 002/2024 FHMC

Publicação Nº 6131505

PORTARIA N° 002 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

ROSEMEIRE MOYSES BARRETO, Diretora Administrativa da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os Incisos XXVIII, do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no parágrafo 1°, do Art. 12 da Lei Orgânica n° 663 de 12 de junho de 1986, e demais disposições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora efetiva Marilda Alda Trainott– Matrícula 117, admitida na data de 03/05/2002, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem. Direito pelo efetivo exercício de suas funções no período compreendido entre 03/05/2012 a 02/05/2022

Art. 2° - O mesmo fará gozo entre os dias 01 de julho de 2024 a 30 de julho de 2024.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpre-se, registre-se e publique-se.
ROSEMEIRE MOYSES BARRETO
Diretor Geral

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA N° 1670/2024

Publicação Nº 6131493

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PORTARIA Nº. 1670/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora **LAUDICEIA MAIA MOREIRA**, contratada no cargo de Professora de Anos Iniciais, 20 horas semanais, no período vespertino, a qual atuava na Escola Básica Municipal Severo de Andrade, em vaga temporária/transitória, a partir de 25/06/2024, conforme o Processo Digital n° 6490/2024/SME.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2024.

SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
25/06/2024 16:24:48
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:24 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b19891ea00.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 25/06/2024 16:24

PORTARIA Nº 1671/2024

Publicação Nº 6131486

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PORTARIA Nº. 1671/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora **ALINE LEITE KLUCZKOVSKI**, contratada no cargo de Monitora de Educação Infantil, 30 horas semanais, no período vespertino, a qual atuava no Centro de Educação Infantil Carlos Drummond de Andrade, em vaga temporária/transitória, a partir de 21/06/2024, conforme o Processo Digital nº 6492/2024/SME.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2024.

SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
25/06/2024 16:21:41
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:21 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b18ef186b7.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 25/06/2024 16:21

PORTARIA N° 1672/2024

Publicação Nº 6132357

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº 1672/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO REMUNERADA

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio em Dinheiro a servidora **DIONI DE LOURDES KOSCJANSKI ADUR,** efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil, 40 horas semanais, no período matutino e vespertino, a qual atua no Centro de Educação Infantil Vinícius de Moraes, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2018/2023, conforme o Processo Digital n° 5871/SME/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2024.

SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
25/06/2024 16:20:46
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b189811832.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 25/06/2024 16:20

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 1681/2024

Publicação Nº 6131472

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PORTARIA Nº. 1681/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora **BERNADETE BELLOTTO DA SILVA**, contratada no cargo de Monitora de Educação Infantil, 30 horas semanais, no período matutino e vespertino, a qual atuava no Centro de Educação Infantil Rodolfo Linzmeier, junto a Secretaria Municipal de Educação, em vaga temporária/transitória, a partir de 25/06/2024, conforme o Processo Digital nº 6512/2024/SME.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b18560574.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 25/06/2024 16:19

SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
25/06/2024 16:19:39
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR

CANOINHAS É BOM VIVER AQUI

PORTARIA Nº 1682/2024

Publicação Nº 6131481

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1682/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedido a Licença para tratamento de saúde ao servidor **MARCELO DE LIMA CARVALHO FRANCO,** efetivo no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, no período matutino e vespertino, o qual atua na Escola Básica Municipal Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/06/2024 a 17/09/2024, conforme o Processo Digital n° 6495/2024/SME e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:18 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b181ecd352.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 25/06/2024 16:18

SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
25/06/2024 16:18:46
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR

CANOINHAS É BOM VIVER AQUI

PORTARIA Nº 1684/2024

Publicação Nº 6132377

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1684/2024

JULIANA MACIEL HOPPE, Prefeita do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade a servidora **CAMILLA WALTER DA SILVA,** efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto ao Gabinete da Prefeita, a partir de 17/06/2024 a 13/12/2024, totalizando 180 (cento e oitenta) dias, conforme o Memorando n° 9658/2024 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

Assinado digitalmente por:
JULIANA MACIEL HOPPE
Prefeita Municipal
26/06/2024 09:03:36
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

JULIANA MACIEL HOPPE
Prefeita

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 09:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c03a0f1b24.
POR JULIANA MACIEL HOPPE EM 26/06/2024 09:03

PORTARIA Nº 1705/2024

Publicação Nº 6131372

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1705/2024

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ, Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **DANIELA CRISTINA DA SILVA,** efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 22/07/2024 a 31/08/2024, conforme o Memorando nº 8855/2024/SMAFO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 08:38 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6674f4f2b27cd4.
POR JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ EM 27/06/2024 08:38

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
27/06/2024 08:38:12
JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

PORTARIA Nº 1706/2024

Publicação Nº 6131217

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1706/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1° - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **DAIANE RODRIGUES,** efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na UBS Jair Corte, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, a partir de 15/07/2024 a 24/07/2024, conforme o Memorando n° 8665/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 14:06:42
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c4aa3dd9b6.
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM 26/06/2024 14:06

PORTARIA Nº 1723/2024

Publicação Nº 6131173

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1723/2024

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA,** efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 15/07/2024 a 24/07/2024, conforme o Memorando n° 9104/2024/SEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c4903dfa65.
POR ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK EM 26/06/2024 13:59

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
26/06/2024 13:59:46
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

PORTARIA Nº 1724/2024

Publicação Nº 6131222

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1724/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora **MICHELE DE MATTOS DOS SANTOS,** efetiva no cargo de Auxiliar de Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, a partir de 15/07/2024 a 29/07/2024, conforme o Memorando n° 8919/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 14:08:35
Assinatura digital gerada com certificado digital não ICP-Brasil

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 14:08 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c4b1446519.
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM 26/06/2024 14:08

PORTARIA Nº 1725/2024

Publicação Nº 6131214

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1725/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro a servidora **MAHARA LUANA CRUZ DOS SANTOS,** no cargo comissionado de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, conforme o Memorando n° 9265/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 14:05:19
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 14:05 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6677c4a5098f0b.
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM 26/06/2024 14:05

PORTARIA N° 1726/2024

Publicação Nº 6131206

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1726/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora **MARIA SILDETE GLEVINSKI WALDMANN,** efetiva no cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 01/07/2024 a 15/07/2024, conforme o Memorando n° 8683/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 14:03:44
Assinatura digital gerada com certificado digital não ICP-Brasil

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 14:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c49f169711:
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM: 26/06/2024 14:03

PORTARIA Nº 1727/2024

Publicação Nº 6131317

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1727/2024

LEANDRO PIRES, Secretário Municipal de Obras, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022 resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **MÁRCIO GEOVANI DOBRYCHTOP,** efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Obras, sendo referente ao período aquisitivo de 2021/2022, a partir de 01/07/2024 a 30/07/2024, conforme Memorando n° 8425/2024/SMO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

LEANDRO PIRES
26/06/2024 14:50:54
LEANDRO PIRES
Secretário Municipal de Obras

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 14:51 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c55060eeb3.

PORTARIA Nº 1728/2024

Publicação Nº 6131990

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1728/2024

RAFAEL ROTTILI ROEDER, Secretário Municipal de Planejamento, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **MICHELI ADRIANO GROSSKOPF,** efetiva no cargo de Fiscal II, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 17/07/2024 a 26/07/2024, conforme o Memorando nº 9207/2024/SMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

RAFAEL ROTTILI ROEDER
27/06/2024 12:12:14
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

RAFAEL ROTTILI ROEDER
Secretário Municipal de Planejamento

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 12:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6677d8154117ab.
POR RAFAEL ROTTILI ROEDER EM 27/06/2024 12:12

PORTARIA Nº 1729/2024

Publicação Nº 6131358

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1729/2024

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ, Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor **MARCIANO FERNANDES CORREA,** efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, a partir de 22/07/2024 a 31/07/2024, conforme o Memorando nº 8285/2024/SMAFO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 08:33 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p66744df120a23.
POR JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ EM 27/06/2024 08:33

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
27/06/2024 08:32:09
JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

PORTARIA Nº 1732/2024

Publicação Nº 6131343

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1732/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **KARLU APARECIDA ROHRBACHER NUNES,** no cargo de Agente Comunitário – Alto das Palmeiras, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 15/07/2024 a 24/07/2024, conforme o Memorando n° 8326/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 15:19:34
Assinado digitalmente com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c6bb7ea403.
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM 26/06/2024 15:19

PORTARIA Nº 1733/2024

Publicação Nº 6131333

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1733/2024

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **KÊNIA BECKER DE SOUZA,** efetiva no cargo de Nutricionista, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, a partir de 17/07/2024 a 26/07/2024, conforme o Memorando n° 9162/2024/SEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c5ba11e94e.
POR ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK EM 26/06/2024 15:19

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
26/06/2024 15:19:11
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
26/06/2024 15:19:17
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1734/2024

Publicação Nº 6131324

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1734/2024

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **KARINA DE FÁTIMA CRESTANI PIERMANN,** efetiva no cargo de Psicóloga, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, a partir de 17/07/2024 a 26/07/2024, conforme o Memorando n° 8569/2024/SEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:18 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c5b7319579.
POR ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK EM 26/06/2024 15:18

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
26/06/2024 15:18:26
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

PORTARIA Nº 1735/2024

Publicação Nº 6131326

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1735/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora **KARINA DUBENA MELNECENKO,** no cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 16/07/2024 a 30/07/2024, conforme o Memorando n° 9087/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 15:18:31
Assinado digitalmente com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:18 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c5b780ffc8.
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM 26/06/2024 15:18

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-000
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR

PORTARIA N° 1736/2024

Publicação Nº 6131321

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1736/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor **JOSE ARISTIDES DELLER,** efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, a partir de 01/07/2024 a 15/07/2024, conforme o Memorando n° 8856/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 15:17:35
Assinado digitalmente com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:17 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c5b4017fbb.
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM 26/06/2024 15:17

PORTARIA Nº 1737/2024

Publicação Nº 6131366

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1737/2024

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ, Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor **MAURICIO ALFONSO SOBCZAK,** efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 15/07/2024 a 24/07/2024, conforme o Memorando nº 8033/2024/SMAFO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 08:36 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p66714eadf0b59.
POR JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ EM 27/06/2024 08:36

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
27/06/2024 08:36:06
JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR

PORTARIA Nº 1738/2024

Publicação Nº 6131320

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1738/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor **RICARDO JOSÉ LEMOS PEREIRA DE SOUZA,** efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2024/2024, a partir de 11/07/2024 a 30/07/2024, conforme o Memorando n° 8334/2024/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

FRANCIELI DA COSTA COLLA
26/06/2024 15:13:59
Assinado digitalmente com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 15:14 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c5a6912c04.
POR FRANCIELI DA COSTA COLLA EM 26/06/2024 15:14

PORTARIA Nº 1750/2024

Publicação Nº 6132442

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1750/2024

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro a servidora **MARIANA NISHIMORI OLESCOWICZ,** efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, conforme o Memorando nº 9557/2024/SEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 14:32 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667da2381f71a.
POR ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK EM 27/06/2024 14:32

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
27/06/2024 14:32:38
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

PORTARIA Nº 1751/2024

Publicação Nº 6132436

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1751/2024

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro a servidora **PRISCILLA LETICIA CORDEIRO DE LIMA,** efetiva no cargo de Psicóloga, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, conforme o Memorando nº 9497/2024/SEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 14:30 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667da1c76be53.
POR ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK EM 27/06/2024 14:30

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
27/06/2024 14:30:46
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
27/06/2024 14:31:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

PORTARIA Nº 1758/2024

Publicação Nº 6132076

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1758/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida a Licença para tratamento de saúde a servidora **ELISABETH MARIA GOMES,** efetiva no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, no período matutino e vespertino, a qual atua no Centro de Educação Infantil Santa Bárbara, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/06/2024 a 19/07/2024, conforme o Processo Digital n° 6517/2024/SME e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2024.

SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
27/06/2024 11:21:56
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:22 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p66714758d14f74.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 27/06/2024 11:22

PORTARIA Nº 1762/2024

Publicação Nº 6132094

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1762/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 04 (quatro) dias de férias a servidora **OLIVIA TODT,** efetiva no cargo de Administradora Escolar, a qual exerce função gratificada de Diretora na Escola Básica Municipal Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período interrompido de 2023/2024, a partir de 02/07/2024 a 05/07/2024, conforme o Processo Digital n° 6304/2024/SME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2024.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
27/06/2024 11:18:45
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:18 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667d74ce97bfd.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 27/06/2024 11:18

PORTARIA Nº 1763/2024

Publicação Nº 6132120

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1763/2024

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 09 (nove) dias de férias a servidora **CRISTIANE APARECIDA DE PAULA GRAVI,** efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil, a qual exerce função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil Vinícius de Moraes, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período interrompido de 2022/2023, a partir de 18/07/2024 a 26/07/2024, conforme o Processo Digital n° 6222/2024/SME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2024.

SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
27/06/2024 11:17:22
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 11:17 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667d747b332f0.
POR SÔNIA MARIA STELZNER GROSSKOPF EM 27/06/2024 11:17

PORTARIA Nº 1764/2024

Publicação Nº 6132431

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1764/2024

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **JÉSSICA DE JESUS VIEIRA,** efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 15/07/2024 a 24/07/2024, conforme o Memorando n° 9041/2024/SEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 14:28 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667da14924c3d.
POR ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK EM 27/06/2024 14:28

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK
27/06/2024 14:28:39
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

PORTARIA Nº 1765/2024

Publicação Nº 6132304

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1765/2024

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ, Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 05 (cinco) dias de Férias a servidora **EVELIZE ROSCOCHE,** efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período interrompido de 2024/2024, a partir de 22/07/2024 A 26/07/2024, conforme o Memorando nº 8649/2024/SMAFO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2024 14:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6671d9d996dd8d.
POR JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ EM 27/06/2024 14:12

JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
27/06/2024 14:12:48
JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

Capão Alto

Prefeitura

DECRETO Nº 34/2024

Publicação Nº 6132329

DECRETO Nº 034/2024.
De 02 de maio de 2024.
"SUSPENDE ÀS AULAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E O TRANSPORTE ESCOLAR."

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO que a chuva ocorrida no dia 02 de maio do ano corrente, afetou moradores no centro e na zona rural, impedindo a regular circulação do munícipes, bem como a realização do transporte escolar,

DECRETA:
Art. 1º. Ficam SUSPENSAS às aulas e o transporte escolar na rede municipal de ensino.

Art. 2º. A suspensão é válida para o dia 03 de maio de 2024, podendo ser prorrogada, por ato do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para o dia 06 de maio e seguintes, caso permaneçam as condições climáticas que impedem a regular circulação do munícipes e realização do transporte escolar no meio urbano e rural.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Capão Alto, 02 de maio de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 35/2024

Publicação Nº 6132350

DECRETO Nº 035/2024
De 06 de maio de 2024.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão Alto/SC e demais cominações Legais,

CONSIDERANDO o art. 5º da Lei nº 681/2019,

DECRETA:
Art. 1º-Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Capão Alto/SC, da seguinte forma:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
· Titular: Cirlene do Carmo Lima dos Santos;
· Suplente: Maria Luiza Borba Oliveira.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL
· Titular: Rodrigo Ramos;
· Suplente: Isabel Franciele Alves Mota;
· Titular: Mirtes Terezinha Branco Melo;
· Suplente: Marcia Regina Ramos da Silva;

REPRESENTANTES DOS PAIS ou APPs;
· Titular: Laize Borges Righez;
· Suplente: Katiucia de Moraes;
· Titular: Jane Lúcia Madruga da Rosa;
· Suplente: Renata Aparecida Mortari Medeiros da Silva.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
· Titular: Fernanda Soares Reis;
· Suplente: Edevaldo Borges da Silva.

REPRESENTANTES DO GABINETE
· Titular: Samoel Alexandre Goulart;
· Suplente: Cristiane Aparecida de Campos Branco Madeira.

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO
· Titular: Ana Paula Correa da Silva.
· Suplente: Ana Clara Moraes Rodrigues.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 023/2022.

Capão Alto/SC, 06 de maio de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 36/2024

Publicação Nº 6132359

DECRETO Nº 036/2024.
De 13 de maio de 2024.
AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ANULAÇÃO DE DESPESA – PROGRAMA 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito do Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Orgânica Municipal, e na Lei nº 849/2023,

CONSIDERANDO o memorando interno sob nº 983/2024, expedido pelo Secretário de Administração e Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto na alínea b, do artigo 5º da Lei Municipal nº 849/2023, que "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2024",
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício, crédito para a seguinte despesa orçamentária:

Ação: 2.41 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Despesa 219 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.700	R$ 38.467,99
Ação: 2.16 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - Despesa 1 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 5001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO - 1.	R$ 555.860,06
Ação: 2.272 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - Despesa 64 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 105.793,00
Ação: 2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS - Despesa 96 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 157.349,64
Ação: 2.10 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - Despesa 159 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 116.777,03
Ação: 2.49 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE - Despesa 169 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-SAÉDE - 1.500.	R$ 167.443,09

Art. 2º - Para atendimento do remanejamento que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial da seguinte despesa:

Ação: 2.49 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE - Despesa 170 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 1002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-SAÚDE - 1.500.	R$167.443,09
Ação: 2.38 - ATENDIMENTO AO IDOSO - Despesa 211 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 38.467,99
Ação: 2.16 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - Despesa 2 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 5001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO - 1.	R$ 555.860,06
Ação: 2.273 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO - Despesa 88 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 105.793,66
Ação: 2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS - Despesa 97 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 157.349,64
Ação: 2.10 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - Despesa 160 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 116.777,03

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 13 de maio de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 37/2024

Publicação Nº 6132367

DECRETO Nº 037/2024.
De 16 de maio de 2024.
AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ANULAÇÃO DE DESPESA – PROGRAMA 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito do Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Orgânica Municipal, e na Lei nº 849/2023,

CONSIDERANDO o memorando interno sob nº 1.019/2024, expedido pelo Secretário de Administração e Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto na alínea b, do artigo 5º da Lei Municipal nº 849/2023, que "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2024",
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício, crédito para a seguinte despesa orçamentária:

Ação: 2.19 - RECICLAGEM E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - Despesa 19 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 5001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO - 1.	R$ 18.089,90
Ação: 2.39 - ATENDIMENTO A CRIANÇA - Despesa 213 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 101.968,00

Art. 2º - Para atendimento do remanejamento que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial da seguinte despesa:

Ação: 2.12 - INCENTIVO A AGRICULTURA, PECUARIA E RECUPERAÇÃO SOLO - Despesa 135 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 75.000,00
Ação: 2.13 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO - Despesa 136 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 14.044,00
Ação: 2.277 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TURISMO - Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 18.434,00
Ação: 2.265 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL - Despesa 147 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 1.500.7000	R$ 12.579,90

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 16 de maio de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 38/2024

Publicação Nº 6132376

DECRETO Nº 038/2024
De 23 de maio de 2024.
AUTORIZA A CRIAÇÃO DE DESPESA E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUPERHÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR – PROGRAMA 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 853/2023,

DECRETA:
Art. 1º - Fica criado no corrente exercício, crédito para as seguintes despesas orçamentárias:

SUPLEMENTAR AS DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS ABAIXO:

Ação: 2.1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Despesa 285 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.500.7000	R$ 55.000,00
Ação: 2.272 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - Despesa 284 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.500.7000	R$ 350.000,00
Ação: 2.17 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Despesa 283 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2550 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - 2.550.7000	R$ 43.000,00
Ação: 2.20 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - Despesa 282 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2552 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE-PNAE - 2.552.7000	R$ 7.500,00
Ação: 2.18 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Despesa 281 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2553 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE-PNATE - 2.553.7000	R$ 54.000,00

Ação: 2.16 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - Despesa 280 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2569 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - 2.569.7000	R$ 30.000,00
Despesa 279 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2569 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - 2.569.7000	R$ 36.000,00
Ação: 2.18 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Despesa 278 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2576 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCACÃO	R$ 147.000,00
Ação: 2.10 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - Despesa 277 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2708 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 35.000,00
Ação: 2.8 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO - Despesa 276 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 50.000,00
Ação: 2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS - Despesa 275 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 50.000,00
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIARIO MUNICIPAL - Despesa 274 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso:2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 50.000,00
Ação: 2.33 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA-OBRAS - Despesa 273 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 250.000,00
Ação: 2.11 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA - Despesa 272 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 100.000,00
Ação: 2.27 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Despesa 271 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2751 - RECURSOS DA CONTRIBUICAO PARA CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R$ 25.000,00
Ação: 2.49 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE - Despesa 270 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso:2002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-SAÚDE - 2.002.	R$ 194.000,00
Ação: 2.16 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - Despesa 269 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2.500.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO	R$ 400.000,00
Ação: 2.21 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES - Despesa 268 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2.500.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO	R$ 60.000,00
Ação: 2.61 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-CRECHE - Despesa 267 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2.540.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS	R$ 23.000,00
Ação: 2.31 - MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS- Despesa 266 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2710 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS-EMENDAS IMPOSITIVAS - 2.710.3210	R$ 65.000,00
Ação: 1.4 – CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES NA ESCOLA VALMOR ANTUNES DOS SANTOS - Despesa 265 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2710 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS-EMENDAS IMPOSITIVAS - 2.710.3210	R$ 35.000,00
CRIAR DESPESAS COM FONTES DE RECURSOS E VALORES QUE SEGUEM: Ação: 2.273 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO - Despesa 264 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2753 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS-EMENDAS IMPOSITIVAS - 2.753.3210 R$ 50.000,00 Ação: 1.6 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS EM VIAS URBANAS - Despesa 263 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2706-Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais. R$ 300.000,00 Ação: 2.282 - GESTÃO DE CONVÊNIOS COM ORGÃOS DO ESTADO - Despesa 261 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2753 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.753.7000 R$ 20.000,00 Despesa 262 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2753 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.753.7000 R$ 20.000,00	

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 23 de maio de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39/2024

Publicação Nº 6132382

DECRETO Nº 039/2024
De 29 de maio de 2024.
DECRETA PONTO FACULTATIVO RELATIVO AO FERIADO DE CORPUS CHRISTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão Alto/SC e demais cominações Legais, DECRETA:

Art. 1º- Fica Decretado Ponto Facultativo em todos os setores da Prefeitura Municipal, exceto os serviços considerados de natureza essencial, no dia 31 de maio de 2024, data referente ao feriado de Corpus Christi, retornando as atividades normais no dia 03 de junho de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Capão Alto/SC, 29 de maio de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 40/2024

Publicação Nº 6132384

DECRETO Nº 040/2024
De 19 de junho de 2024.
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – COBRADE: CHUVAS INTENSAS – 1.3.2.1.4, CONFORME PORTARIA Nº 260 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2022, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão Alto/SC e demais cominações Legais,

CONSIDERANDO a ocorrência do alto índice pluviométrico causando o fenômeno de Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas, durante o mês de maio de 2024 que perdura por todo o território do Município;

CONSIDERANDO que os eventos climáticos causaram danos, a malha viária municipal que ficou comprometida, tendo vários pontos do Município com interdição de suas vias públicas e particulares, fazendo com que várias pessoas não conseguissem transitar no Município e inúmeros danos à infraestrutura viária Municipal, bueiros e pontes;

CONSIDERANDO que em decorrência das chuvas acometidas no mês de maio, época de colheita, causando perdas consideráveis na produção de diversos tipos de culturas, conforme relatório produzido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, que segue em anexo a este decreto e é parte integrante deste;

CONSIDERANDO o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

DECRETA:
Art. 1º- Fica declarado Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Com base no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Capão Alto/SC, 19 de junho de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 41/2024

Publicação Nº 6132392

DECRETO Nº 041/2024
De 19 de junho de 2024
NOMEIA O COORDENADOR DA COMPEDC, NOS TERMOS DO ART. 7º, DA LEI 499/2013; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão Alto e demais cominações legais DECRETA:

Art. 1º- Nomeia o Senhor JOÃO RAFAEL KANIA, para exercer a função de coordenador da COMPDEC – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Capão Alto/SC.

Art. 2º- Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 020/2023.

Capão Alto/SC, 19 de junho de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 42/2024

Publicação Nº 6132402

DECRETO Nº 042/2024
De 21 de junho de 2024.
AUTORIZA A CRIAÇÃO DE DESPESA E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO/CONVÊNIO – PROGRAMA 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 854/2023,

DECRETA:
Art. 1º - Fica criado no corrente exercício, crédito para a seguinte despesa orçamentária:

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL Despesa 286 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 1.701 – Outras Transferências de Convênios – Estado	R$ 350.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 21 de junho de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 43/2024

Publicação Nº 6132411

DECRETO Nº 043/2024
De 26 de junho de 2024.
DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS AULAS E TRANSPORTE ESCOLAR NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO EM RAZÃO DAS CHUVAS TORRENCIAIS QUE IMPEDEM OU DIFICULTAM O ACESSO DE ALUNOS, PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO ÀS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão,

CONSIDERANDO, as chuvas torrenciais que afetam o Município de Capão Alto, que impedem ou dificultam o acesso de alunos, professores e demais servidores das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino,

DECRETA:
Art. 1º - Ficam suspensas as aulas e o transporte escolar da Rede Municipal de Ensino nos dias 27/06/2024 (quinta-feira) e 28/06/2024 (sexta-feira), em razão das chuvas torrenciais que acabam impedindo ou dificultando o acesso às unidades escolares do Município.

§ Único - Eventual necessidade de compensação na carga horária do ano letivo será definido pelo Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este DECRETO, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 26 de junho de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2024

Publicação Nº 6132294

LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2024
De 10 de maio de 2024.
ALTERA AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS DE DIRETOR GERAL DE OBRAS E DIRETOR DE OBRAS E INTERIOR ESTABELECIDO NO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 202/2022.
TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, APROVA e SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Estabelece novas atribuições aos cargos comissionados de Diretor Geral de Obras e Diretor de Obras do Interior, conforme Anexo I da presente Lei, e acrescenta no Anexo III do quadro geral de pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 202/2022.
Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Capão Alto/SC, 10 de maio de 2024.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

ANEXO I
DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE DIRETOR GERAL DE OBRAS E DIRETOR DE OBRAS INTERIOR

DIRETOR GERAL DE OBRAS: Dirigir e orientar as ações de caráter político, administrativo e operacional de todas as unidades administrativas da Secretaria, de acordo com as diretrizes definidas pelo chefe da pasta, bem como vistoriar a representação político-social do Secretário, incluindo representá-lo em casos de impedimento e ausências, e exercer as funções que lhe forem delegadas; Dirigir, controlar e fiscalizar o sistema de obras pelo regime de mutirão - ou sistema de ajuda mútua, baseado no esforço coletivo e organizado da comunidade para pavimentação de vias urbanas, construção de vias urbanas municipais, de galerias de águas pluviais de drenagem e canalização de córregos, de abertura, pavimentação de ruas e logradouros públicos, execução de obras públicas e medição de obras e serviços executados por terceiros, de terraplanagem necessárias à execução das obras públicas municipais, dirigir e orientar as ações na área urbana voltadas a execução do Programa Porteira Adentro previsto na Lei Complementar nº 173/2019, dentre outras atribuições designadas pelo Secretário da pasta.

DIRETOR DE OBRAS INTERIOR: Dirigir, controlar e fiscalizar o sistema de obras pelo regime de mutirão - ou sistema de ajuda mútua, baseado no esforço coletivo e organizado da comunidade para pavimentação de vias rurais, construção de vias rurais municipais, de galerias de águas pluviais de drenagem e canalização de córregos, de abertura, pavimentação de ruas e logradouros públicos rurais, execução de obras públicas com acompanhamento e coordenação de medição de obras e serviços executados por terceiros nas áreas rurais, de terraplanagem necessárias à execução das obras públicas municipais, dirigir e orientar as ações na área rural voltadas a execução do Programa Porteira Adentro previsto na Lei Complementar nº 173/2019, dentre outras atribuições designadas pelo Secretário da pasta.

LEI COMPLEMENTAR Nº 230/2024

Publicação Nº 6132303

LEI COMPLEMENTAR Nº 230/2024
De 06 de junho de 2024.
AUMENTA CARGA HORÁRIA DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA ESTABELECIDO NO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 202/2022.
TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, APROVA e SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Aumenta a carga horária do cargo efetivo de Fisioterapeuta, conforme Anexo I da presente Lei, e acrescenta no Anexo I do quadro geral de pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 202/2022.
Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2024.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 06 de junho de 2024.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

ANEXO I
VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA E NÚMERO DE VAGAS

Cargo	Carga horária	Vagas	Vencimentos
FISIOTERAPEUTA	30 h/s	01	R$ 4.421,34

LEI COMPLEMENTAR Nº 231/2024

Publicação Nº 6132316

LEI COMPLEMENTAR Nº 231/2024
De 06 de junho de 2024.
ESTABELECE GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VENCIMENTO BASE DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PARA O EXERCÍCIO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM SALA DE AULA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, APROVA e SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1°. Acrescenta o inciso V, ao artigo 24 da LC nº 202/2022, passando a viger com a seguinte redação:

Art. 24, V: Para o Auxiliar de Educação Infantil com dedicação exclusiva em sala de aula será deferida gratificação de 10% (dez por cento) sobre o vencimento base.

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 06 de junho de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

LEI Nº 853/2024

Publicação Nº 6132276

LEI Nº 853/2024
De 23 de maio de 2024.
AUTORIZA A CRIAÇÃO DE DESPESA E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUPERHÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR – PROGRAMA 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, APROVA e SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar e criar no corrente exercício, crédito para as seguintes despesas orçamentárias:

SUPLEMENTAR AS DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS ABAIXO:

Ação: 2.1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Despesa 285 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.500.7000	R$ 55.000,00
Ação: 2.272 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - Despesa 284 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.500.7000	R$ 350.000,00
Ação: 2.17 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Despesa 283 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2550 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - 2.550.7000	R$ 43.000,00

Ação: 2.20 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - Despesa 282 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2552 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE-PNAE - 2.552.7000	R$ 7.500,00
Ação: 2.18 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Despesa 281 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2553 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE-PNATE - 2.553.7000	R$ 54.000,00
Ação: 2.16 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - Despesa 280 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2569 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - 2.569.7000	R$ 30.000,00
Despesa 279 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2569 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - 2.569.7000	R$ 36.000,00
Ação: 2.18 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Despesa 278 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2576 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCACÃO	R$ 147.000,00
Ação: 2.10 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - Despesa 277 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2708 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 35.000,00
Ação: 2.8 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO - Despesa 276 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 50.000,00
Ação: 2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS - Despesa 275 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 50.000,00
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIARIO MUNICIPAL - Despesa 274 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso:2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 50.000,00
Ação: 2.33 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA-OBRAS - Despesa 273 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 250.000,00
Ação: 2.11 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA - Despesa 272 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2709 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RE	R$ 100.000,00
Ação: 2.27 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Despesa 271 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2751 - RECURSOS DA CONTRIBUICAO PARA CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R$ 25.000,00
Ação: 2.49 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE - Despesa 270 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso:2002 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-SAÚDE - 2.002.	R$ 194.000,00
Ação: 2.16 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - Despesa 269 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2.500.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO	R$ 400.000,00
Ação: 2.21 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES - Despesa 268 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2.500.1001 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO	R$ 60.000,00
Ação: 2.61 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-CRECHE - Despesa 267 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2.540.1070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS	R$ 23.000,00
Ação: 2.31 - MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS- Despesa 266 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2710 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS-EMENDAS IMPOSITIVAS - 2.710.3210	R$ 65.000,00
Ação: 1.4 – CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES NA ESCOLA VALMOR ANTUNES DOS SANTOS - Despesa 265 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2710 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS-EMENDAS IMPOSITIVAS - 2.710.3210	R$ 35.000,00

CRIAR DESPESAS COM FONTES DE RECURSOS E VALORES QUE SEGUEM:
Ação: 2.273 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO - Despesa 264 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2753 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS-EMENDAS IMPOSITIVAS - 2.753.3210

R$ 50.000,00
Ação: 1.6 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS EM VIAS URBANAS - Despesa 263 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2706-Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.

R$ 300.000,00
Ação: 2.282 - GESTÃO DE CONVÊNIOS COM ORGÃOS DO ESTADO - Despesa 261 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2753 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.753.7000

R$ 20.000,00

Despesa 262 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 2753 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - 2.753.7000

R$ 20.000,00

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 23 de maio de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

LEI Nº 854/2024

Publicação Nº 6132284

LEI Nº 854/2024
De 21 de junho de 2024.
AUTORIZA A CRIAÇÃO DE DESPESA E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO/CONVÊNIO – PROGRAMA 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, APROVA e SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar e criar no corrente exercício, crédito para a seguinte despesa orçamentária:

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL Despesa 286 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 1.701 – Outras Transferências de Convênios – Estado	R$ 350.000,00

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto/SC, 21 de junho de 2024.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Capinzal

Câmara Municipal

PORTARIA Nº 26, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131721

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CAPINZAL-SC

PORTARIA Nº 26, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Nomeia em cargo de provimento em comissão

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL/SC, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base no artigo 17, inciso III da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 53, inciso III, alínea “b” e artigo 54, inciso II do Regimento Interno, decide e edita a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º Nomeia a Sra. Adriely Aquidauana da Silva, inscrita no CPF/MF sob o nº 106.810.859-24, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora da Mesa Diretora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Capinzal/SC, 26 de junho de 2024.

Jairo Luiz Hofmann
Presidente da Câmara

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jairo Luiz Hofmann
Presidente

Documento assinado digitalmente por Jairo Luiz Hofmann (020.***.***-42)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracapinzal.sc.gov.br/cer e informe o código: 2406270940395DB2

Rua Alexandre Thomazoni, 120 - Fone/fax (49) 3555-2399 - CEP 89665-000 - Capinzal - Santa Catarina
Site: www.camaracapinzal.sc.gov.br - E-mail: camara@camaracapinzal.sc.gov.br

Capivari de Baixo

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO C.E Nº13/2024 (PAV LAJOTA JOÃO M.MARTINS LOT.CAMBOTA

Publicação Nº 6131647

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO
R. Ernani Cotrin, 187 - Centro - Capivari de Baixo
CEP: 88745-000 CNPJ: 95.780.441/0001-60 Telefone: (48) 3621-4400
E-mail: ti@capivaridebaixo.sc.gov.br Site:

CONCORRÊNCIA
Nr.: 13/2024

Processo Adm.: **33/2024**
Data do Processo: **06/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 33/2024
b) Nr. Licitação: 13/2024 - CE
c) Modalidade: Concorrência eletrônica
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEÇAS DE CONCRETO INTERTRAVADOS TIPO III (LAJOTAS) NA RUA MANOEL MARTINS MACHADO, NO BAIRRO SANTA LÚCIA, NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC. EMENDA IMPOSITIVA ESTADUAL Nº 0165/2022 – PORTARIA SEF/SC 508/2022.*

Lote: 1

Participante: BPC CONSTRUCOES LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PAVIMENTAÇÃO EM PEÇAS DE CONCRETO INTERTRAVADOS TIPO III (LAJOTAS) NA RUA MANOEL MARTINS MACHADO, NO BAIRRO SANTA LÚCIA,NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC - PAVIMENTAÇÃO EM PEÇAS DE CONCRETO INTERTRAVADOS TIPO III (LAJOTAS) NA RUA MANOEL MARTINS MACHADO, NO BAIRRO SANTA LÚCIA,NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC Marca: Engenharia	1,000	SV	280.000,00	280.000,00

Total do Participante: **280.000,00**

Total Geral: 280.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Investimentos em Ações de Infraestrutura e Desenvolvimento	15.001.15.451.0004.1007.4.4.90.00.00	R$ 150.000,00
Investimentos em Ações de Infraestrutura e Desenvolvimento	15.001.15.451.0004.1007.4.4.90.00.00	R$ 130.887,81

Capivari de Baixo, 27/06/2024

MARCIA ROBERG CARGNIN:50701711949 Assinado de forma digital por MARCIA ROBERG CARGNIN:50701711949 Dados: 2024.06.27 10:41:08 -03'00'

MÁRCIA ROBERG CARGNIN

Assinatura do Responsável

Protocolo: 75e89369-5712-4eec-ad65-81ad47a59a75 Usuário: Natalyluz Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Câmara Municipal

DECRETO LEGISLATIVO N° 07/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135008

DECRETO LEGISLATIVO N° 07/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
DISPÕE SOBRE A APRECIAÇÃO DO VETO TOTAL DO PODER EXECUTIVO AO AUTÓGRAFO DE LEI N° 025/2024 REFERENTE AO PROJETO DE LEI N° 003/2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Capivari de Baixo faz saber que os Vereadores aprovaram e ele promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1°. Fica Rejeitado o Veto Total do Chefe do Poder Executivo ao Autógrafo de Lei n° 025/2024 que incidiu sobre o Projeto de Lei n° 003/2024, cuja ementa "ESTABELECE PRIORIDADE NA MARCAÇÃO DE CIRURGIAS/PROCEDIMENTO COM SOLICITAÇÃO DE BIÓPSIA EM PACIENTES COM SUSPEITA DE NEOPLASIAS NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO".

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Capivari de Baixo/SC, 27 de junho de 2024.
Herivelton Silva de Souza
Presidente da Câmara de Vereadores de Capivari de Baixo/SC

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 80/2024

Publicação Nº 6132925

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS
Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Centro - Celso Ramos - SC
CEP: 88598-000 CNPJ: 78.493.343/0001-22 Telefone: (49) 3547-1211
E-mail: gabinete@celsoramos.sc.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

Nr° 23/2024

Processo Adm.: **80/2024**
Data do Processo: **12/06/2024**

AVISO DE LICITAÇÃO - NÚMERO 80/2024

A Comissão Permanente de Licitações, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere ao DECRETO - 3236/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar no dia 12/07/2024 as 13:00, no endereço, RUA DOM DANIEL HOSTIN, 930, Celso Ramos - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° 23/2024, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

Informamos que a íntegra do edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto do processo:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Celso Ramos, 26 de Junho de 2024

.....
Presidente da Comissão de Licitação

Protocolo: 4f61f9f3-c08b-44e7-845e-5ba66d915f7d Usuário: LICITACAOLARISSA Versão: 52 de 12/06/2024 09:22:31
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Chapadão do Lageado

Prefeitura

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2024

Publicação Nº 6131121

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 997FCD04E70C9F605D2B7FDE27E1C66D45A2AAB6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 69/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2024

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de julho de 2024, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto é a formação de registro de preços com vistas a eventual contratação de serviços para a concretização da Festa do Colono, a ser realizada do dia 26 a 28 de julho de 2024, no Parque Municipal, localizado na Rodovia Luiz Henrique da Silveira, Rio Lageado, Município de Chapadão do Lageado-SC, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo III - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 28 de junho de 2024.
ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 47.897, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.897, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **SUZANE MARIA NEIS PORTO**

CARGO: ARQUITETO E URBANISTA

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005619 - ARQUITETO E URBANISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 006 - PLANEJAMENTO URBANO E ENGENHARIA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012893** e o código CRC **BD19836E**.

DECRETO Nº 47.898, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.898, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **DANIEL AGUIAR VIEIRA**

CARGO: ARQUITETO E URBANISTA

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005619 - ARQUITETO E URBANISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 006 - PLANEJAMENTO URBANO E ENGENHARIA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012891** e o código CRC **D5247ED3**.

DECRETO Nº 47.899, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.899, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **MARINEZ MARTINS**

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005114 - ASSISTENTE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012892** e o código CRC **96AB0FD3**.

DECRETO Nº 47.900, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.900, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **THAINA DE FATIMA SEVERO PUHL**

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005114 - ASSISTENTE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012890** e o código CRC **B2CB67DC**.

DECRETO Nº 47.901, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133027

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.901, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **DINAMARQUE FIRMINO MASCARENHAS**

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005114 - ASSISTENTE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012889** e o código CRC **4A184E48**.

DECRETO Nº 47.902, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133029

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.902, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **ALESSANDRA DE MOURA TOLEDO**

CARGO: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

ÁREA DE ATUAÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005515 - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012887** e o código CRC **9F3EF377**.

DECRETO Nº 47.903, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133031

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.903, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **ANA PATRICIA CAVALHEIRO DE BRITO**

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

GRUPO: GRUPO I - SERVIÇOS GERAIS / SEG

CÓDIGO FUNCIONAL: 001112 - AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012885** e o código CRC **61B47C6E**.

DECRETO Nº 47.904, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133034

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.904, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **SANDRA MARA PADILHA DOS SANTOS**

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

GRUPO: GRUPO I - SERVIÇOS GERAIS / SEG

CÓDIGO FUNCIONAL: 001112 - AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012894** e o código CRC **FACD055B**.

DECRETO Nº 47.905, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133040

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.905, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **CAMILA ROSALEN KONZEN**

CARGO: ENFERMEIRO

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005220 - ENFERMEIRO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 - SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012895** e o código CRC **85D6EEF0**.

DECRETO Nº 47.906, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133042

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.906, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **JAQUELINE WILKE**

CARGO: NUTRICIONISTA

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005411 - NUTRICIONISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 004 - NUTRIÇÃO

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012896** e o código CRC **03855B4E**.

DECRETO Nº 47.907, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133045

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.907, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **GREIDIELI LILIAN SCHEUERMANN**

CARGO: PSICÓLOGO

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005312 - PSICÓLOGO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 003 - PSICOLOGIA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012897** e o código CRC **A684BE91**.

DECRETO Nº 47.908, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133048

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.908, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **KALLINY CRISTINE VIANA FERREIRA BRITO**

CARGO: PSICÓLOGO

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005312 - PSICÓLOGO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 003 - PSICOLOGIA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012898** e o código CRC **1A0D9864**.

DECRETO Nº 47.909, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133051

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.909, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **ALINE APARECIDA ENGEL**

CARGO: PSICÓLOGO

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005312 - PSICÓLOGO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 003 - PSICOLOGIA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012899** e o código CRC **B268F2CA**.

DECRETO Nº 47.910, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133053

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.910, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **ELIANE RODRIGUES**

CARGO: PSICÓLOGO

GRUPO: GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO / TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005312 - PSICÓLOGO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 003 - PSICOLOGIA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012900** e o código CRC **F05EED1B**.

DECRETO Nº 47.911, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133057

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.911, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **ELIOENA FERREIRA CARDOSO BLOCK**

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL / TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004515 - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO:005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012901** e o código CRC **8CFD188A**.

DECRETO Nº 47.912, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133062

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.912, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 098/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **PAHOLA CRISTINY VIECELLI**

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL / TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004515 - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO:005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012902** e o código CRC **7B2F8D62**.

DECRETO Nº 47.913, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133067

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.913, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre a redução de carga horária de servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº 130/01, e

CONSIDERANDO o Memorando 1DOC n° 51.010/2024.

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica concedido, no período de 01 de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024, a redução de carga horária de 40 horas semanais para 20 horas semanais, com proporcional redução do vencimento, ao(à) servidor(a) público(a) municipal **SIMONE MARIA STREHL VETTORELLO**, matricula nº 45833, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora com Licenciatura Plena, conforme disposto no artigo 1° do Decreto nº 43.294, de 15 de julho de 2022 e § 7º do artigo 17 da Lei Complementar n° 130/2001.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012878** e o código CRC **A825A963**.

DECRETO Nº 47.919, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133094

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.919, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2023 e o Edital de Convocação nº 099/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **NEIVA BARCKI ALVES**

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

GRUPO: GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES / SAU

CÓDIGO FUNCIONAL: 003211 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 - SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012904** e o código CRC **D7659C7C**.

DECRETO Nº 47.920, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133099

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.920, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2023 e o Edital de Convocação nº 099/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **ELAINE VIEIRA MULLER**

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

GRUPO: GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES / SAU

CÓDIGO FUNCIONAL: 003211 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 - SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012905** e o código CRC **C7995DAA**.

DECRETO Nº 47.921, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133103

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.921, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2023 e o Edital de Convocação nº 099/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **HALANNY ALMEIDA BEZERRA DOS SANTOS**

CARGO: CUIDADOR SOCIAL

GRUPO: GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL / TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004114 - CUIDADOR SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012906** e o código CRC **A18BCBA0**.

DECRETO Nº 47.922, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133107

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.922, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 100/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 27 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **MAIARA DOS SANTOS ALMEIDA**

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL / TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004515 - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012910** e o código CRC **2A5455C9**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

DECRETO Nº 47.923, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133111

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.923, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2022 e o Edital de Convocação nº 100/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 27 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **RODRIGO AUGUSTO FERREIRA**

CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL / TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 004515 - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012909** e o código CRC **F0989265**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

DECRETO Nº 47.924, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133114

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.924, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre exoneração(a) de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado(a), a partir de 01 de julho de 2024, a pedido, o(a) servidor(a) público(a) municipal **AMARILDO TEIXEIRA DA ROSA**, matrícula nº 96436, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012911** e o código CRC **74A4A2D7**.

DECRETO Nº 47.925, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133123

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº 47.925, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre nomeação do servidor(a) público(a) municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 130/01, bem como o disposto no art.37, II e art. 41, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998; **CONSIDERANDO** o dispositivo no Edital de Concurso n° 001/2023 e o Edital de Convocação nº 099/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 26 de junho de 2024, como servidor(a) público(a) municipal candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: **ALEXANDRE MARTINS**

CARGO: MOTORISTA

GRUPO: GRUPO II - SERVIÇOS OPERACIONAIS / SOP

CÓDIGO FUNCIONAL: 002112 - MOTORISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 - GERAL

Art. 2º Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 130/01.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012912** e o código CRC **ADBF2502**.

DECRETO Nº. 47.914, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133074

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº. 47.914, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial ao(a) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº 130/01 e,

CONSIDERANDO o Memorando 1DOC nº 51.005/2024,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedida Licença Especial, no período de 26 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2024, ao(a) servidor(a) público(a) municipal **JANAINA DA COSTA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (ACT), lotado/a na Secretaria de Educação, matrícula nº 100029, reduzindo sua carga horária de 40 horas semanais para 20 horas semanais, conforme disposto no Artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, o Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e o Artigo 86 da Lei Complementar nº 130 de 05 de dezembro de 2001.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES

PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012881** e o código CRC **8B1BDD8D**.

DECRETO Nº. 47.915, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133078

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº. 47.915, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial ao(a) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº 130/01 e,

CONSIDERANDO o Memorando 1DOC nº 51.005/2024,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedida Licença Especial, no período de 26 de junho de 2024 a 19 de dezembro de 2024, ao(a) servidor(a) público(a) municipal **SILVANA BEATRIZ DOS SANTOS**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (ACT), lotado/a na Secretaria de Educação, matrícula nº 97173, reduzindo sua carga horária de 40 horas semanais para 20 horas semanais, conforme disposto no Artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, o Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e o Artigo 86 da Lei Complementar nº 130 de 05 de dezembro de 2001.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES

PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012886** e o código CRC **42598FB7**.

DECRETO Nº. 47.916, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133084

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº. 47.916, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Prorroga Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o disposto na Lei Complementar n.º 130/01 e,

CONSIDERANDO o Memorando 1DOC nº 51.005/2024,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado, no período de 05 de julho de 2024 a 04 de julho de 2025, o Decreto n° 43.277, de 12 de julho de 2022, que concedeu Licença Especial à servidora pública municipal **LINA MARA TUMELERO MATIELLO**, matrícula n° 33298, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretária de Administração, sendo que a carga horária reduzirá de 40 horas para 30 horas semanais de acordo com o art. 86 da Lei Complementar n.º 130/2001.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO RODRIGUES

PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012888** e o código CRC **4B682665**.

DECRETO Nº. 47.917, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133087

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº. 47.917, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre revogação de dispositivo do Decreto nº 45.564, de 28 de junho de 2023, que criou o Comitê Gestor de Governo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a competência dos gestores de contratos e ordenadores de despesa para a avaliação de necessidade de realização de aditivos contratuais que tenham por objeto a prorrogação de prazos ou majoração de valores contratados, submetida a análise da Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO que os contratos firmados no âmbito da Administração Pública Municipal de Chapecó possuem designados Fiscais de Contrato, os quais possuem responsabilidade de fiscalização da efetiva realização do objeto pactuado,

D E C R E T A :

Art. 1º**.** Fica revogado o inciso II do art. 4º do Decreto nº 45.564, de 28 de junho de 2023.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES

PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012903** e o código CRC **F877601E**.

DECRETO Nº. 47.918, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133089

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

DECRETO Nº. 47.918, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Altera dispositivos dos Decretos nº. 13.037, de 19 de julho de 2004 e nº 12.322, de 18 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO o Memorando 1DOC nº 51.269/2024,

D E C R E T A:

Art. 1º. O *caput* do art. 1º do Decreto nº. 13.037, de 19 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica desapropriado por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, a parte do Lote Rural nº 12, sito no lugar denominado Lageado Palmital, no 1º Distrito deste Município e Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com área superficial de 10.083,48 m² (dez mil e oitenta e três vírgula quarenta e oito metros quadrados), dentro de uma área maior, descrita na Matrícula Imobiliária nº 66.271, sucessora da Matrícula Imobiliária nº 43.723, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a André Donadello, sucessor de Antonio Donadello casado com Ivalnira Delalibera Donadello, ou adquirentes legais a qualquer título e a parte do Lote Rural nº 12, sito no lugar denominado Lageado Palmital, no 1º Distrito deste Município e Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com área superficial de 7.823,52m² (sete mil e oitocentos e vinte e três vírgula cinquenta e dois metros quadrados), dentro de uma área maior, descrita na Matrícula Imobiliária nº 66.272, sucessora da Matrícula Imobiliária nº 43.723, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Adriana Donadello, sucessor de Antonio Donadello casado com Ivalnira Delalibera Donadello, ou adquirentes legais a qualquer título, avaliadas em R$ 71.628,00 (setenta e um mil e seiscentos e vinte e oito reais)."

Art. 2º. O *caput* do art. 1º do Decreto nº. 12.322, de 18 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica desapropriado por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, a parte do Lote Rural nº 12, sito no lugar denominado Lageado Palmital, no 1º Distrito deste Município e Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com área superficial de 47.757,73 m² (quarenta e sete mil e setecentos e cinquenta e sete virgula setenta e três metros quadrados), dentro de uma área maior, descrita na Matrícula Imobiliária nº 66.272, sucessora da Matrícula Imobiliária nº 43.723, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Adriana Donadello, sucessor de Antonio Donadello casado com Ivalnira Delalibera Donadello, ou adquirentes legais a qualquer título, avaliado em R$ 91.636,59 (noventa e um mil e seiscentos e trinta e seis reais e cinqüenta e nove centavos)."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012908** e o código CRC **AC4D5951**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 101/2024

Publicação Nº 6132602

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 101/2024

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2022		
CARGO: ARQUITETO E URBANISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME**
09º	15591	RAFAELA WERNKE MAZZARDO
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL-30h		
Nº CLASSIFICAÇÃO	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME**
17º	11814	PATRICIA VEDANA
18º	4051	MARIDALVA COLPANI
CARGO: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO- CIENCIAS CONTABEIS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME**
12º	26645	JEANE CARLA MOHR DE OLIVEIRA
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME**
107º	12644	NATALIA VARNIER DOS SANTOS
CARGO: MONITOR SOCIAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME**
18º	13594	TAISA PALMAS ELLI
CARGO: PSICOLOGO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME**
32º	15144	JESSE RIBEIRO BUENO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no **prazo de 30 (trinta)** dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a posse;
III. A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-á nas condições da legislação específica;
IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.
V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), 27 de junho de 2024.

JOAO RODRIGUES:23278951387
Assinado de forma digital por JOAO RODRIGUES:23278951387
Dados: 2024-06-27 15:19:05 -03'00'

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 102/2024

Publicação Nº 6132605

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 102/2024

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO, para contratação temporária, no respectivo cargo, junto à Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 002/2024		
CARGO: FARMACÊUTICO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	85	LUCIANA CARLA PANEGALLI

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10(dez) a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;
IV. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;
V. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;
VI. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC),27 de junho de 2024.

JOAO RODRIGUES:23278951387

Assinado de forma digital por JOAO RODRIGUES:23278951387
Dados: 2024.06.27 15:10:27 -03'00'

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 103/2024

Publicação Nº 6132610

1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 103/2024

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO para tomar posse, através de regime celetista, no respectivo cargo, junto à Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022		
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA DE ATUAÇÃO: CSFSanta Maria		
Nº CLASSIFICAÇÃO	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME**
03º	0010672	DEJANE LURDES ECHER SANTOS

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;
III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;
IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;
V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC),27 de junho de 2024.

JOAO RODRIGUES:23278951387
Assinado de forma digital por JOAO RODRIGUES:23278951387
Dados: 2024.06.27 15:10:50 -03'00'

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 0012875/2024 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 6133126

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

PORTARIA Nº 0012875/2024 - GAP.AGP.OGAB

Dispõe sobre a revogação de Portaria.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto na Lei Complementar nº. 617/2018.

R E S O L V E:

I – Revogar, a partir de 13 de junho de 2024, a Portaria SEI nº 0012378, de 11 de junho de 2024, que nomeou a servidora pública municipal **JORDANA FAREZIN BRAMBATTI**, matrícula nº 70220, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração, lotado na Secretaria de Governo e Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de Defensora Dativa do servidor público municipal, matrícula nº 25681, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, para acompanhar o Processo de Sindicância, instaurado pela Portaria SEI nº 0009194, de 19 de março de 2024.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012875** e o código CRC **C8DFBCDD**.

PORTARIA Nº 0012876/2024 - GAP.AGP.OGAB

Publicação Nº 6133128

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

PORTARIA Nº 0012876/2024 - GAP.AGP.OGAB

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar n°. 617, de 26 de março de 2018,

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de julho de 2024, a Portaria nº 0009194/2024 - GAP.AGP.OGAB, de 19 de março de 2024, que constituiu e nomeou Comissão de Sindicância, em face do servidor matrícula funcional nº 25681, ocupante do cargo de Vigia, lotado na Diretoria de Segurança Pública, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de tratar com urbanidade os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores; de valer-se do cargo para lograr proveito próprio ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; de constranger alguém com o intuito de obter vantagem de qualquer natureza, prevalecendo-se o agente da sua condição de servidor público ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função; conforme Memorando 1DOC nº 11.070/2024, cópia de ata, e demais documentos.

JOÃO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado eletronicamente por **JOAO RODRIGUES**, **Prefeito (a)**, em 27/06/2024, às 16:05, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/ informando o código verificador **0012876** e o código CRC **2A22E246**.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES N. 001/2023

Protocolo de Intenções que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o Município de Chapecó, com vistas à estabelecer procedimentos, fluxos e condições para a transferência da gestão municipal do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner e a cessão de uso do bem imóvel para a Secretaria de Estado da Saúde.

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, CNPJ n. 82.951.229/0001-76, com sede na Rodovia SC 401, Saco Grande II, Florianópolis/SC, CEP 88.032-000, representado pelo Governador do Estado, Sr . **JORGINHO DOS SANTOS MELLO**, residente na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador do RG nº 250.841.199-04 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº. 250.841.199-04, com a participação da Secretária de Estado da Saúde, Sra. **CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO**, portadora do RG nº 128.672-1 SSP/SC e inscrita no CPF nº 514.342.459- 34, e o **MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**, CNPJ n. 83.021.808/0001-82, com sede na Avenida Getúlio Dorneles Vargas, nº. 957 – S, nesta cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito, Sr. **JOÃO RODRIGUES**, portador da Carteira de Identidade n. 4.559.044-3 – SSP/SC e inscrito no CPF n. 232.789.513-87, com fundamento nos arts. 198, *caput*, e 241, da Constituição Federal, arts. 7º, IX, b, X, XI e 17, IX, da Lei Federal 8.080/1990, art. 6º, II e 32, §§ 2º e 3º da Portaria n. 3.390/2013, do Ministério da Saúde e a Lei Municipal n.º 7.936 de 05 de outubro de 2023, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Protocolo de Intenções, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Protocolo de Intenções tem por objeto formalizar a comunhão de interesses de seus signatários para a transferência da gestão municipal do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner e a cessão de uso do bem imóvel para a Secretaria de Estado da Saúde, e os correspondentes procedimentos, condicionantes e fluxos legais e administrativos.

Rua Esteves Júnior, 160 - Centro. - 88.015-130 - Florianópolis/SC – Fone: (48) 3664-8849
site: www.saude.sc.gov.br *e-mail cojur@saude.sc.gov.br*

ESTADO DE SANTA CATARINA

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

2.1 Compete ao Município de Chapecó:

a) realizar, por lei, a cessão de uso do imóvel e edificações do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner para o Estado de Santa Catarina;

b) entregar o imóvel, edificações, equipamentos, instrumentos e demais móveis em condições de uso e em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e de segurança;

c) registrar e averbar todos os atos legalmente obrigatórios no Cartório de Registro de Imóveis;

d) inventariar todos os móveis, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner;

e) elaborar e entregar o projeto executivo para regularização e reforma do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner, e a efetuar a doação, sem ônus, ao Governo do Estado de Santa Catarina;

f) efetuar a doação, sem ônus, ao Governo do Estado de Santa Catarina, do plano diretor do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner, entregue no ano de 2023;

g) finalizar os projetos do Setor de Imagem**,** UTI e Urgência e Emergência, até a conclusão do processo de Transferência da Gestão Municipal e o respectivo Termo de Cessão de Uso para o Estado de Santa Catarina;

h) manter o Contrato de Gestão nº 72/2023 com o Instituto de Saúde Santa Clara - ISSC, inscrito no CNPJ nº. 08.325.231/0003-49 até o fim da vigência, em 30 de novembro de 2023, permanecendo a responsabilidade pela prestação dos serviços públicos de saúde pelo Município, através da excepcional renovação do contrato de gestão atual, até a finalização dos processos e procedimentos de assinatura do Termo de Cessão e a transferência da gestão municipal;

i) responder administrativamente e judicialmente por eventuais processos e ações decorrentes de atos, fatos e situações ocorridas durante a gestão municipal.

2.2 Compete ao Estado de Santa Catarina:

a) formalizar, por ato normativo específico, a assunção da gestão estadual do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner, para dar continuidade à prestação de serviços públicos de saúde;

Rua Esteves Júnior, 160 - Centro. - 88.015-130 - Florianópolis/SC – Fone: (48) 3664-8849
site: www.saude.sc.gov.br *e-mail* cojur@saude.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

b) realizar dotação orçamentária e possibilitar a disponibilidade financeira antes de assumir a gestão do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner;
c) transferir a gestão da unidade hospitalar ao município e devolver ao final do prazo de vigência da cessão de uso do Hospital da Criança Augusta Müller Bohner, a posse do imóvel, edificações, equipamentos, instrumentos e demais móveis em condições de uso e em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e de segurança;
d) assumir o pagamento do valor previsto no Contrato de Gestão n. 72/2023 com o Instituto de Saúde Santa Clara - ISSC, inscrito no CNPJ nº. 08.325.231/0003-49, após o término de vigência, em 30 de novembro de 2023, atrelado à eventual renovação excepcional do contrato pelo Município, à conclusão do processo de Cessão de Uso, à transferência da gestão municipal e à abertura de novo concurso de projetos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 O presente Protocolo de Intenções não implica compromissos financeiros ou transferências diretas de recursos entre os Partícipes;
3.2 O presente Protocolo de Intenções não gera o direito a indenizações, exceto no caso de dano a instalações, equipamentos e outros materiais cedidos ou extraviados;
3.3 As despesas provenientes do cumprimento do objeto deste Protocolo de Intenções e os procedimentos necessários deverão ser consignados em instrumentos específicos, condicionados ao cumprimento da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 Caberá aos Partícipes a execução e fiscalização do presente Protocolo de Intenções, competindo-lhes praticar todos os atos necessários à sua fiel execução, em consonância com as legislações de regência;
4.2 Caberá aos Partícipes e ao Instituto de Saúde Santa Clara - ISSC, indicar servidor e representante do referido instituto, com atribuição em comum, para atuarem na transição e na execução do Plano de Ação, planejamento e execução do objeto deste Protocolo de Intenções;
4.3 As ações para a execução deste Protocolo de Intenções que impliquem formalização jurídica para sua implementação terão as condições específicas, descrição das tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em instrumento legal

Rua Esteves Júnior, 160 - Centro. - 88.015-130 - Florianópolis/SC – Fone: (48) 3664-8849
site: www.saude.sc.gov.br e-mail cojur@saude.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

próprio, editado na esfera de competências, individual ou conjunta, dos Partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS HUMANOS

5.1 Os recursos humanos oferecidos por quaisquer signatários, em decorrência das atividades inerentes à execução deste Protocolo de Intenções, não sofrerão alteração na sua vinculação laboral e previdenciária com as entidades e órgãos de origem, aos quais cabe a responsabilidade por todos os encargos de natureza trabalhista, administrativa, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes, muito menos acarretará qualquer ônus adicional, a título de retribuição pelos trabalhos que venham a desenvolver.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1 Os Partícipes providenciarão a publicação deste instrumento, em extrato, nos respectivos Diários Oficiais, assumindo cada um o ônus de sua publicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E RESCISÃO

7.1 O presente Protocolo de Intenções vigorará até a finalização de todos atos legais e administrativos necessários para o integral cumprimento de seu objeto, podendo, até então, ser alterado pelos Partícipes de comum acordo, mediante Termo Aditivo, ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, podendo ainda ser denunciado unilateralmente, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ou imediatamente por infração à cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.2 No caso de rescisão, havendo pendências ou trabalhos em execução, os Partícipes definirão, através de um Termo de Encerramento, as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e de todas as demais pendências, inclusive as referentes ao destino de bens eventualmente cedidos e dos trabalhos em andamento, bem como as restrições ao uso de bens e à divulgação de informações colocadas à disposição dos partícipes.

Rua Esteves Júnior, 160 - Centro. - 88.015-130 - Florianópolis/SC – Fone: (48) 3664-8849
site: www.saude.sc.gov.br *e-mail cojur@saude.sc.gov.br*

ESTADO DE SANTA CATARINA

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 Os Partícipes elegem o Foro de Florianópolis – SC para dirimir eventuais questões oriundas deste instrumento que não possam ser solucionadas administrativamente, ressalvadas as competências específicas nas Constituições Federal e Estadual e leis processuais.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Os detalhes operacionais necessários ao pleno cumprimento das obrigações ora assumidas serão estabelecidos, de comum acordo, pelos representantes designados pelos Partícipes, por meio de deliberações registradas em expedientes internos ou em atas de reuniões compartilhadas;

9.2 A transferência da gestão municipal objeto deste instrumento deverá ser objeto de apreciação pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nos termos do art. 14 - A, da Lei Federal n. 8.080/1990 e art. 32, do Decreto Federal n. 7.508/2011;

9.3 As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto;

9.4 E, por estarem de acordo, os Partícipes assinam o presente Protocolo de Intenções.

Chapecó, 10 de Novembro de 2023.

Jorginho dos Santos Mello
Governador do Estado

Carmen Emília Bonfá Zanotto
Secretária de Estado da Saúde

João Rodrigues
Prefeito de Chapecó

Jader Danielli
Secretário Municipal de Saúde

Rua Esteves Júnior, 160 - Centro. - 88.015-130 - Florianópolis/SC – Fone: (48) 3664-8849
site: www.saude.sc.gov.br *e-mail cojur@saude.sc.gov.br*

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 448/24

Publicação Nº 6131757

DECRETO SAF/Nº. 448/24, de 27 de junho de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:
SILVANA BORBA OURIQUES, portadora do CPF nº. 912.636.629-00, Técnico em Higiene Bucal, 40 horas semanais, para atuar em ESF, a partir de 26 de junho de 2024.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de junho de 2024.
ERIK PEREIRA ZEFERINO
Prefeito Municipal em exercício

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 449/24

Publicação Nº 6135021

DECRETO SAF/Nº. 449/24, de 27 de junho de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR:
JOSEANE MACHADO BRASIL, portadora do CPF nº. 063.939.909-61 Enfermeira, COREN/SC nº. 347.002, nomeada pelo Decreto SAF/N. 604/22, de 31 de agosto de 2022, RESPONSÁVEL TÉCNICA da área de ENFERMAGEM, das Unidades de Saúde de Cocal do Sul, a partir de 27 de junho de 2024.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de junho de 2024.
ERIK PEREIRA ZEFERINO
Prefeito Municipal em exercício

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento

LEI 1.848

Publicação Nº 6131744

LEI Nº. 1.848, de 27 de junho de 2024.
DENOMINA LOGRADOUROS PÚBLICOS NO LOTEAMENTO JATOBA, BAIRRO VILA NOVA, NESTE MUNICÍPIO.

Eu, ERIK PEREIRA ZEFERINO, Prefeito Municipal em exercício. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Passam a denominar-se:
RUA MARCOS GONÇALVES: (Rua Projetada E) Código do Logradouro nº. 832 – Inicia na Rua Abel Crestane Sartor até o terreno da G.A.TOP Engenharia LTDA – sentido Sul, com uma extensão de 29,80metros e uma largura de 12,00metros.
RUA JOSÉ FRASSETTO: (Rua Projetada C) Código do Logradouro nº. 830 – Inicia na Rua Abel Crestane Sartor até o terreno da G.A.TOP Engenharia LTDA – sentido Sul, com uma extensão de 29,80metros e uma largura de 12,00metros.
RUA BERNARDO DA ROLT: Código do Logradouro nº. 829 – Inicia na Rua Abel Crestane Sartor até o terreno da G.A.TOP Engenharia LTDA – sentido Sul, com uma extensão de 29,80metros e uma largura de 12,00metros.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de junho de 2024.
ERIK PEREIRA ZEFERINO
Prefeito Municipal em exercício

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento

LEI N. 1.847

Publicação Nº 6131676

LEI Nº. 1.847, de 27 de junho de 2024.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O DIREITO REAL DE USO DE ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ERIK PEREIRA ZEFERINO, Prefeito Municipal em exercício. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à concessão de direito real de uso de área de terras a empresa abaixo relacionada:

I – TORNEARIA KRAFT LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.538.630/0001-78, a seguinte área de terras:
a) Um lote de terras, situado na zona urbana da cidade de Cocal do Sul, Comarca de Urussanga/SC, na Rua Ida Smania, nº. 385, distante 24,57m(vinte quatro metros e cinquenta e sete centímetros) da esquina com a Rua João de Brida, bairro Linha Estação Cocal, com a área de 1.220,50m²(mil duzentos e vinte metros e cinquenta decímetros quadrados), locado sob o "lote nº. 05, da quadra L", do parcelamento denominado Loteamento Área Industrial IV, de propriedade do Município de Cocal do Sul, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga, sob a matrícula nº. 39.452;

§ 1° A outorga da concessão de direito real de uso, está de acordo com a Lei Municipal n. 1.441, de 29 de novembro de 2018, precedida do Processo Administrativo n. 54/2024, de 24 de maio de 2024, Dispensa de Licitação n°. 24/2024.

§ 2° A área acima descrita será utilizada para implantação de empresa no ramo de atividade descrita no projeto de habilitação apresentado pela donatária e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico - CMDSE.

Art. 2º Reverterá ao Poder Público Municipal à área concedida a titulo de estímulo econômico, bem como as benfeitorias nela realizadas independentemente de qualquer indenização, e, sempre após parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico - CMDSE, quando:

I – não utilizados em sua finalidade;

II – não cumprido os prazos estipulados no projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico-CMDSE;

III – houver paralisação das atividades por período superior a 04 (quatro) meses;

IV – houver transferência do estabelecimento para outro município;
V – for declarada a falência do beneficiado;

VI – o beneficiado estiver em débito tributário com o Município por qualquer dívida vencida a mais de 90(noventa) dias, ou em caso de sonegação fiscal;

VII – alienar ou locar no todo ou em parte, sem expressa autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico – CMDSE.

Art. 3° Constatado, após o devido processo administrativo, o descumprimento de quaisquer das condições previstas nesta lei, ou, no Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico - CMDSE, ou, caso o beneficiário pratique qualquer espécie de ilícito, o benefício será cancelado e a empresa será responsabilizada pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei.

Parágrafo único. Comprovada a má-fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei, o Poder Público Municipal exigirá a imediata reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos, acrescidos de multa compensatória fixada em 30% (trinta por cento), sem prejuízos de outras penalidades legais cabíveis.

Art. 4º A empresa beneficiada por esta Lei, no caso de sucessão e incorporação não poderá:

I - transferir os privilégios concedidos pelo Poder Público Municipal sem a prévia autorização deste, mesmo que assegurada a continuidade dos propósitos;
II - dar destinação diversa do projeto original, antes de decorridos 03(três) anos do início ou ampliação das atividades e sem a prévia autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico – CMDSE, mesmo que os novos fins atendam à continuidade dos propósitos iniciais.

§ 1º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico – CMDSE, através de parecer, julgar sobre pedidos justificados de alteração de atividades do empreendimento beneficiado, bem como processo de transação de sucessão para terceiros, da empresa beneficiada pela presente lei, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo.

§ 2º A transação converter-se-á desde que o sucessor comprometa-se a cumprir as obrigações assumidas pelo antecessor.

Art. 5º A presente concessão de direito real de uso, de terrenos pertencentes ao poder público municipal, em locais adequados às empresas novas e existentes ou que venham a se instalar no município, é feita pelo prazo de 10(dez) anos, podendo ser renovado a cada 10(dez)

anos com aprovação do conselho, na forma disposta na Lei Municipal n. 1.441, de 29 de novembro de 2018.

Art. 6° Reverterá ao Poder Público Municipal através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, após comprovação e parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico – CMDSE a área concedida a título de estímulos econômicos, bem como as benfeitorias nela realizadas, independente de qualquer indenização, e, sempre após parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico – CMDSE.

§ 1º É facultado ao Poder Público Municipal, o direito de desistir do direito deste Artigo, desde que comprove a inconveniência técnica e julgada onerosa a transação ao erário Municipal.

§ 2º Quando houver interessado em um terreno revertido ao município, com construções e benfeitorias realizadas, poderá ele adquiri-las mediante prévia negociação com o proprietário da empresa, cujo imóvel lhe fora revertido, no entanto, o requerimento deverá ter a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico - CMDSE.

Art. 7º A Empresa beneficiada por esta lei fica obrigada a iniciar a obra num prazo de seis (06) meses e a concluí-la dentro do prazo de dezoito (18) meses, ambos a partir da publicação da lei, podendo ser prorrogável a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico - CMDSE, por até no máximo 06 (seis) meses.

Parágrafo único. Expirado o prazo estipulado no "caput" deste artigo sem que tais providências tenham sido tomadas, o imóvel retornará ao patrimônio municipal, através de Decreto do chefe do Poder Executivo.

Art. 8º Incumbe aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como o Poder Legislativo Municipal, a fiscalização da atividade da exploração sobre o cumprimento desta lei, devendo a empresa informar, no prazo máximo de trinta (30) dias e por escrito, todas as informações solicitadas pelos órgãos interessados.

§ 1º. A empresa beneficiada por esta lei fica obrigada a:
I – manter em boa ordem e guarda o livro de registro de notas fiscais de saídas, bem como escrituras por meio eletrônico, mensalmente as notas fiscais ou faturas e os recibos comprobatórios dos serviços tomados, nos termos do art. 4º da Lei Municipal 1.160, de 14 de agosto de 2013;

II – manter em boa ordem e guarda as 2ªs. vias das notas fiscais de saídas;
III – atualizar o cadastro em relação a possíveis alterações ao seu estabelecimento referente à razão social, endereço e atividades;

IV- estar o imóvel apto ao uso comprovadamente através do Alvará de Construção e Habite-se emitido pelo órgão competente.

§ 2º. Ao não cumprimento das disposições previstas nos itens I e II deste artigo aplicar-se-á a pena de suspensão de alvará de funcionamento, até o dia em que prestar as informações cumuladas com multa de cem (100) Unidades Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

Art. 9º A empresa beneficiada terá até 24(vinte e quatro) meses para organização externa (muro, cerca, calcadas, placas de identificação da empresa), prazo este que se inicia após encerrado o período de construção e inicio de operação.

Art. 10. A empresa beneficiada por esta lei, ficará isenta por 02(dois) anos do IPTU(Imposto Predial e Territorial Urbano) e Taxa de Expediente TCFAM(Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal), conforme art. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº. 1.441, de 29 de novembro de 2018, com início do prazo de isenção a partir do deferimento da lei de incentivos.

Art. 11. Constarão do respectivo documento de concessão, cláusulas que citem expressamente as condições e termos desta lei.

Art. 12. Aos casos omissos aplicam-se as disposições da Lei Municipal n. 1.441, de 29 de novembro de 2018.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de junho de 2024.
ERIK PEREIRA ZEFERINO
Prefeito Municipal em exercício

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento

Coronel Martins

PREFEITURA

6º ADITIVO APOLLO

Publicação Nº 6132980

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS
Estado de Santa Catarina

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010 DE 1º DE JUNHO DE 2021 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E APOLLO ASSESSORIA CONSULTORIA E GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, pessoa jurídica de Direito Público Privado, com sede na Rua Porto Alegre, nº. 047, Centro, na cidade de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 95.993.093/0001-09 representado pelo seu Prefeito Municipal o Senhor **MOACIR BRESOLIN**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro:

APOLLO ASSESSORIA CONSULTORIA E GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito provado, inscrita no CNPJ n. 39.773.761/0001-11, com sede na Rua Sergipe, 345, Chapecó/SC, neste ato representada pelo Sr. **GEOVANI BIANCHET**, brasileiro, empresário, portador do CPF n. 035.335.899-19, residente e domiciliado no mesmo endereço acima citado, doravante denominado simplesmente CONTRATADA.

Considerando que o objeto do Contrato que antecede a este Termo Aditivo se deu em razão da necessidade dos serviços de assessoria na área de Recursos Humanos;
Considerando a previsão legal que possibilita a prorrogação do prazo de vigência dos contratos conforme disposições da Lei Federal n. 14.133/2021;
Considerando o requerimento apresentado pela contratada;

Celebram o **6º TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 010/2021, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO
O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até **30 de dezembro de 2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo.
E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.
Coronel Martins (SC), em 27 de junho de 2024.

MOACIR BRESOLIN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

APOLLO ASSESSORIA CONSULTORIA E GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA.
GEOVANI BIANCHET
CONTRATADA

Testemunhas:
1 - Thaina Santetti
2 – Soeli Moreira

inistracao@coronelmartins.sc.gov.br
Fone: (49) 3459-0011
Rua Porto Alegre, 47 - Centro
CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC
CNPJ 95.993.093/0001-09

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 055/2024

Publicação Nº 6131073

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 055/2024
PROCESSO SELETIVO 014/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2024
PROCESSO SELETIVO 005/2024

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Público dos Editais Nº 014/2023, Nº 001/2024, Nº 005/2024, para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assuntos referente à Contratação Temporária do ano de 2024.

Informamos que o candidato convocado por este Edital que não comparecer será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Conforme os EDITAIS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, ao norte citado, nos itens:
5.4. O candidato convocado para contratação deverá se apresentar na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Rua Francisco Mees, nº 1915, Bairro: XV de Novembro , Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do Edital de Chamamento no sítio do município (http://www.corupa.atende.net), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br), sob pena da perda do direito ao preenchimento da vaga, ou apresentar sua carta de desistência ou reclassificação.

5.5. O candidato que não comparecer na data agendada pela administração pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga, sendo considerado desistente da vaga.

5.6. Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo setor de Recursos Humanos (anexo IV).
A não apresentação dos documentos implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga e considerar-se-á eliminado do certame.

5.7. A contratação do candidato classificado dependerá ainda, da aprovação prévia em exames médico admissionais.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo.
O candidato convocado no presente Edital de Chamamento, deverá trabalhar de forma presencial no local de trabalho para o qual for designado pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Os seguintes classificados continuarão no aguardo de surgimento de nova vaga para a devida contratação.
A apresentação dos candidatos obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo:

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Auxiliar de Serviços Gerais Edital 001/2024	1	27/06/2024	08:00	Classificados: 35 a 40
Auxiliar de Setor Edital 001/2024	1	27/06/2024	08:00	Classificados: 114 a 125
Professor de Educação Especial Edital 014/2023	1	27/06/2024	08:00	Classificado: 54 a 55
Professor de Educação Infantil Edital 014/2023	1	27/06/2024	08:00	Classificados: 70 a 74
Professor de Séries Iniciais Edital 014/2023	1	27/06/2024	08:00	Classificados: 94 a 96
Professor de Matemática Edital 014/2023	1	27/06/2024	08:00	Classificados: 05 a 06
Professor de Inglês Edital 005/2024	1	27/06/2024	08:00	Classificado: 02 a 06
Professor Educação Especial – Libras Edital 005/2024	1	27/06/2024	08:00	Classificado: 01

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, aos 26 dias do mês de de junho de 2024.
CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 056/2024

Publicação Nº 6132702

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 056/2024
PROCESSO SELETIVO 014/2023
PROCESSO SELETIVO 001/2024

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Público dos Editais Nº 014/2023, Nº 001/2024, para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assuntos referente à Contratação Temporária do ano de 2024.

Informamos que o candidato convocado por este Edital que não comparecer será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Conforme os EDITAIS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, ao norte citado, nos itens:

5.4. O candidato convocado para contratação deverá se apresentar na Prefeitura Municipal de Corupá, localizada à Rua Francisco Mees, n° 1915, Bairro: XV de Novembro , Município de Corupá/SC, no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do Edital de Chamamento no sítio do município (http://www.corupa.atende.net), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br), sob pena da perda do direito ao preenchimento da vaga, ou apresentar sua carta de desistência ou reclassificação.

5.5. O candidato que não comparecer na data agendada pela administração pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga, sendo considerado desistente da vaga.

5.6. Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo setor de Recursos Humanos (anexo IV).
A não apresentação dos documentos implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga e considerar-se-á eliminado do certame.

5.7. A contratação do candidato classificado dependerá ainda, da aprovação prévia em exames médico admissionais.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo.
O candidato convocado no presente Edital de Chamamento, deverá trabalhar de forma presencial no local de trabalho para o qual for designado pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Os seguintes classificados continuarão no aguardo de surgimento de nova vaga para a devida contratação.
A apresentação dos candidatos obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo:

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Auxiliar de Setor Edital 001/2024	1	01/07/2024	08:00	Classificados: 126 a 129
Professor de Matemática Edital 014/2023	1	01/07/2024	08:00	Classificados: 07 a 10
Professor de Educação Física Edital 014/2023	1	01/07/2024	08:00	Classificado: 17 a 18

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, aos 28 dias do mês de de junho de 2024.
CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

LEI Nº 2.739, DE 17 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131349

LEI Nº 2.739, de 17 de junho de 2024
AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR PAGAMENTO DE PRÊMIOS NO CAMPEONATO DE BOCHA PARA O ANO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado o Poder Público Municipal a oferecer premiação em dinheiro aos vencedores do "Campeonato Municipal de Bocha 2024 - In Memoriam Ademar Bublitz CANASQUE", na seguinte ordem:
I – Chave Ouro:
a) R$ 3.000,00 (três mil reais) para a equipe classificada em 1º lugar;
b) R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para a equipe classificada em 2º lugar;

c) R$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais) para a equipe classificada em 3º lugar;
d) R$ 1.000,00 (um mil reais) para a equipe classificada em 4º lugar.
II – Chave Prata:
a) R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para a equipe classificada em 1º lugar;
b) R$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais) para a equipe classificada em 2º lugar;
c) R$ 1.000,00 (um mil reais) para a equipe classificada em 3º lugar;
d) R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para a equipe classificada em 4º lugar.
Parágrafo Único: Os valores da premiação em pecúnia entregues aos vencedores são isentos de qualquer ônus tributário.

Art. 2º Os recursos destinados à premiação serão oriundos da receita auferida por meio das inscrições das equipes, patrocínios captados, bem como das dotações específicas do Setor de Esportes, caso não haja saldo suficiente naquela rubrica.

Art. 3º O pagamento dos valores indicados no artigo 1º, desta lei, será realizado diretamente a Equipe Vencedora ou a quem este indicar como dirigente da equipe, a ser apontado na ficha de inscrição do campeonato.

Art. 4º A dotação orçamentária para realização do pagamento das despesas da presente Lei, ocorrerá por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 26 de junho de 2024.
CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Planejamento aos vinte seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

LEI Nº 2.740, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131356

LEI Nº 2.740, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
ALTERA A REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ENUMERA DA LEI Nº 1.978, DE 12 DE JULHO DE 2010, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A ADQUIRIR, POR COMPRA, ÁREA DE TERRA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA POTÁVEL.

CLAUDIO FINTA, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica alterado a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 1.978, de 12 de Julho de 2010, que autoriza o Município de Corupá a adquirir, por compra, área de terra destinada à implantação de reservatório de agua potável.

"Art. 1º .....
§1° - O imóvel a ser adquirido corresponde a um terreno situado no perímetro urbano da cidade de Corupá, comarca de Jaraguá do Sul/SC, no lado par da Rua 04 – Roberto Seidel, distante 809,82m do entroncamento com a Rua 111 – Isabel, bairro Vila Izabel, com uma área de 865,46 m², não edificado, constante da parcela D-22, fazendo frente em 18,00m com a Rua 04 – Roberto Seidel, coincidindo com o alinhamento predial, travessão dos fundos com 18,00m com terras de Charles Kuhl e Leia Mokwa Kuhl (MI 105.853), estrema no lado direito em 40,00m com a parcela D-21 de Charles Kuhl e Eleia M. Kuhl (MI 105.851), e do lado esquerdo em 40,00m com terras de Gilson Pezzatti e Juciméri Bueno de Oliveira (MI 37.015, atual MI 104.285), Cadastro Municipal nº 26.867.
§2° - O imóvel em referência encontra-se identificado junto ao CRI desta Comarca sob o nº 105.852, que anteriormente pertencia a uma parte ideal do imóvel matriculado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul/SC sob o n° 11.330. (NR)"

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 26 de junho de 2024.
CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Planejamento aos vinte seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2024

Publicação Nº 6132693

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2024
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2024.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação PRÉVIA do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 006/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 27 de junho de 2024
CLÁUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

MOTORISTA

Classificação	Nº de inscrição	Nome do candidato	Formação mínima exigida para o cargo	Data de Nascimento	Pontuação Tempo de serviço	Nota prova prática	Total da Pontuação
01	03	José Neumann	Séries Iniciais do ensino fundamental	03/07/1960	60	10,00	70
02	01	Maiko Rodrigo Alexi	Séries Iniciais do ensino fundamental	03/12/1988	60	10,00	70
03	08	Altamiro Demathé	Séries Iniciais do ensino fundamental	18/06/1969	57	8,00	65
04	04	Marcos Vinicius Sousa dos Santos	Séries Iniciais do ensino fundamental	27/11/1988	36	4,5	40,5
05	05	Vilson Carlos Wanderwegen	Séries Iniciais do ensino fundamental	11/11/1975	20	6,50	26,5
06	02	Gilmar Ganske	Séries Iniciais do ensino fundamental	22/11/1974	-------	3,5	3,5
07	06	Carlos Alberto Cardoso Trindade	Séries Iniciais do ensino fundamental	04/04/1980	-------	2,5	2,5
08	07	Adão dos Santos	Séries Iniciais do ensino fundamental	24/01/1983	--------	2,0	2,0

Indeferidos:
1-Ingobert Sell: não anexou documentos e não realizou a prova prática.
2- Carlos Magno Dutra da Silva: não realizou a prova prática.
3-Márcio Paust: não realizou a prova prática.
4-Alexsandro da Silva Barbosa: não realizou prova prática e faltou comprovante da escolaridade
5-Diego da Silva Oliveira: inscrição fora do prazo.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Rua Francisco Mees, 1.915 – XV de Novembro – Corupá – SC – 89.278-000
Fone (47) 3375-6500 – www.corupa.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 128, de 26 de junho de 2024.

ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE ENUMERA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, APROVADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 097, DE 22 DE MARÇO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Organograma Organizacional da Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SEMFIDEC, descrita no anexo II da Lei Complementar nº 097, de 22 de março de 2022, passam a vigorar com a redação dos Anexo I da presente Lei.

Art. 2º As atribuições dos Cargos da Administração Direta descritas no item “5 Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SEMFIDEC”, descritas no anexo III da Lei Complementar nº 097, de 22 de março de 2022, passam a vigorar com a redação dos Anexo II da presente Lei.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Rua Francisco Mees, 1.915 – XV de Novembro – Corupá – SC – 89.278-000
Fone (47) 3375-6500 – www.corupa.sc.gov.br

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 26 de junho de 2024.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no DOM/SC:
Edição de nº: _____
Data: _____/_____/_____

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Planejamento aos vinte seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

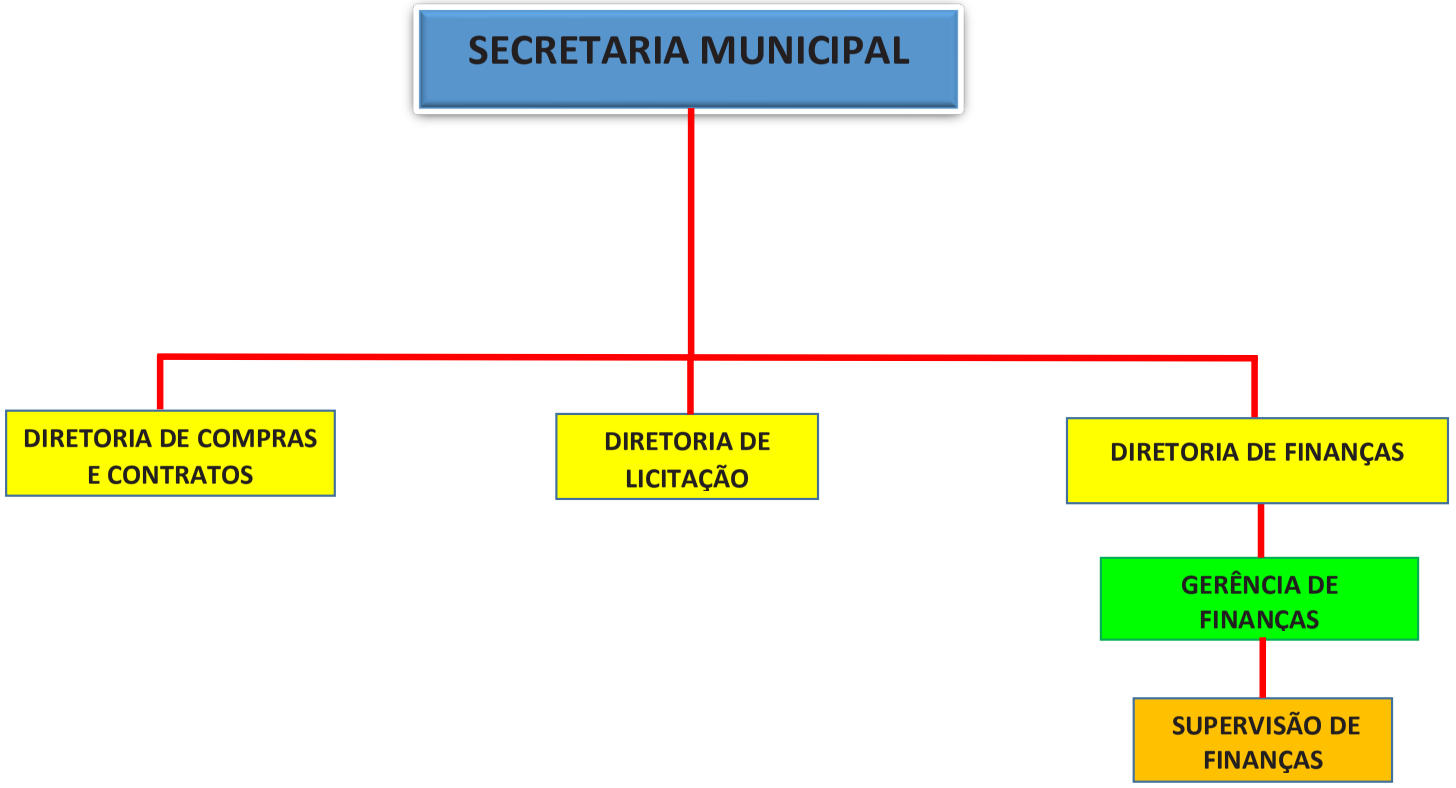
ANEXO I
NOVA REDAÇÃO DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 097, DE 22 DE MARÇO DE 2022

ANEXO II

ORGANOGRAMA ORGANIZACIONAL DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

.....

“SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEMFIDEC



”(NR)

.....

ANEXO II
NOVA REDAÇÃO DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 097, DE 22 DE MARÇO DE 2022

"ANEXO III
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

.....

"5. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEMFIDEC

Nº DE VAGA	FATOR	DISCRIMINAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES
1	CC-7	DIRETORIA DE FINANÇAS	Dirigir, supervisionar e acompanhar as atividades e ações desenvolvidas pelas gerências que lhe são subordinados, visando racionalizar recursos e procedimentos, bem como tornar mais eficiente a gestão e evitar repetições de tarefas; Assessorar Administração Direta, na execução, coordenação, controle e avaliação das atividades financeiras do Município, competindo-lhe especialmente: coordenar, orientar e supervisionar as atividades do setor de Finanças; Auxiliar e exercer a administração financeira do Município; Acompanhar e fiscalizar a arrecadação das transferências intergovernamentais no âmbito do Município; Elaborar, acompanhar, avaliar e rever a situação e programação financeira do Município, prestando informações exigidas pelos órgãos de controle, inclusive com elaboração de relatórios; Fiscalizar a regularidade das despesas; Assegurar o assessoramento nos programas financeiros; Elaborar os relatórios determinados pelo Tribunal de Contas e pelos demais órgãos de fiscalização e controle; Fazer cumprir os prazos fixados pelo Tribunal de Contas para envio de dados e relatórios obrigatórios; Fiscalizar o emprego do dinheiro público e providenciar a tomada de contas dos agentes responsáveis pela guarda e movimentação de dinheiro, de títulos e valores pertencentes ao erário público municipal; Prestar assessoria técnica financeira ao Secretário e Prefeito; Coordenar a execução do processamento e realização da receita e a despesa do Município; Realizar a guarda e

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

			movimentação de valores pecuniários e títulos, valores e obrigações do Município, o controle, registro financeiro da Administração Municipal; Controlar e administrar os investimentos públicos e a dívida pública, dentre outras atribuições designadas pelos superiores.
1	CC-7	DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS	Dirigir as atividades de Compras e Contratos, proporcionando a uniformização das licitações, administrando os procedimentos de avaliação de fornecedores e prestadores de serviço, gerenciando e orientar as relações com o mercado fornecedor de bens, serviços e obras através da elaboração de editais e demais atos necessários relativos às licitações, planejando o cronograma de compras/licitações, procedimentos necessários aos andamentos dos processos licitatórios, documentação de acordo com as solicitações do Tribunal de Contas, elaboração de atas e pareceres, homologando os resultados, dentre outras atribuições designadas pelo Secretário da pasta, padronização e gerencia dos contratos e cadastros de fornecedores e de preços, catálogo de materiais e demais suprimentos, assessorando no cadastramento de fornecedores e das rubricas orçamentárias de despesas, controlando os atos de fornecedores em relação às atas de registro de preços e no controle dos pedidos cadastrados, dentre outras atribuições designadas pelos superiores.
1	CC-7	DIRETORIA DE LICITAÇÃO	Dirigir os processos licitatórios, acompanhando a rotinização das atividades desenvolvidas pela pasta e acompanhado, o andamento os processos licitatórios encaminhados para análise pela Procuradoria Geral do Município – PGM, as atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Licitações e dos (as) Pregoeiros (as) nos processos de compras de aquisições e contratações de serviços, elaborar minutas de Editais e contratos, com base no Termo de Referência, sugerindo modificações, inclusões e exclusão de informações e providenciando a celebração e assinatura dos contratos, dentre outras atribuições designadas pelos superiores.
1	CC-6	GERÊNCIA DE FINANÇAS	Gerenciar o Setor Financeiro, ligado a SEMAFIP, bem como, proporcionando o controle, pagamento financeiros, abertura de contas bancárias de convênios, contabilizando as receitas e despesas mensais do Município, elaborando relatórios

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

			gerencias financeiros das contas públicas, orientando tecnicamente os órgãos e entidades, supervisionando-lhes as atividades e estabelecendo normas para a padronização, racionalização e controle das ações referentes aos serviços financeiros, dentre outras atribuições designadas pelos superiores.
1	CC-5	SUPERVISÃO DE FINANÇAS	Supervisionar o Setor financeiro, ligado a SEMAFIP, elaborando normas gerais e as instruções técnicas de administração a serem aplicadas por todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo com a utilização do Plano de Contas Único, a ser utilizado pelos órgãos e entidades responsáveis pelo fornecimento de dados necessários à elaboração do balanço geral do Município, fornecendo aos órgãos e entidades da Administração Pública orientação e apoio técnico, além de estabelecer mecanismos, sistemas e métodos que possibilitem o controle da execução orçamentária, o conhecimento da posição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços públicos e a análise e interpretação dos resultados econômico-financeiros e zelando pelo fiel cumprimento das normas, dentre outras atribuições designadas pelos superiores.
-	CC-1	COORDENADOR DE SERVIÇOS	Coordenar, executar e controlar programas, projetos e ações da pasta, responsabilizando-se por produtos e/ou serviços e resultados específicos relacionados à pasta, dentre outras atribuições designadas pelos superiores.”(NR)

.....

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Cunha Porã

Prefeitura

DECRETO N° 111, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131811

DECRETO Nº 111, de 27 de junho de 2024.
ALTERA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS SELETIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ PARA O EXERCÍCIO DE 2024, NOMEADOS PELO DECRETO MUNICIPAL N° 027, DE 26 DE JANEIRO DE 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal em Exercício de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96, VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a disposições da Lei Complementar nº 40, Art. 42 § 2º;

CONSIDERANDO o Requerimento da Servidora solicitando o seu desligamento da comissão.

DECRETA:
Art. 1º. Fica alterada a redação do Art. 2° do Decreto Municipal N° 027, de 26 de Janeiro de 2024, que dispõe sobre a composição dos membros da Comissão Municipal de Acompanhamento de Processos Seletivos para o Exercício de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: ANDRÉA MARION FISCHER, SIRLEI SCHNEIDER, ROGEMEI SIEGFRID BRIXNER, MAIARA LURDES LEITE e RAQUEL MARMETT, para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Processos Seletivos."

Art. 2º. As demais disposições contidas no Decreto nº 027, de 26 de janeiro de 2024 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 24 de junho de 2024.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete da Prefeita, 27 de junho de 2024.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

DECRETO N° 112, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131824

DECRETO Nº 112, de 27 de junho de 2024.
DISPÕE SOBRE A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE CONSELHOS E COMISSÕES MUNICIPAIS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Requerimento recebido na data do dia 24 de Junho de 2024, solicitando o imediato desligamento de todos os conselhos e comissões Municipais;

DECRETA:
Art. 1º. Fica concedida o desligamento para fins de desincompatibilização de todos os conselhos e comissões Municipais das quais façam parte a seguinte servidora:

ADIRCE BECKER.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 24 de junho de 2024.

Gabinete da Prefeita, 27 de junho de 2024.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado.

DECRETO N° 113, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133117

DECRETO Nº 113, de 27 de junho de 2024.
INSTAURA PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANO DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) E DE INTERESSE ESPECÍFICO (REURB-E) PARA NÚCLEO INFORMAL CONSOLIDADO DENOMINADO ‘’REURB SABIAZINHO II”, OBJETO DA MATRICULAS 5.802 NESTE MUNICÍPIO, DELEGA COMPETÊNCIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas.
CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.465/2017 que estabelece normas, e procedimentos para implantação de regularização fundiária de núcleos urbanos informais;
CONSIDERANDO os objetivos da REURB previstos no art. 10 da Lei Federal nº 13.465/2017, especialmente a garantia ao direito social à moradia digna e às condições de vida adequada e a efetivação da função social da propriedade com a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes;
CONSIDERANDO a legitimidade do município para requerer a REURB (art. 4º, I Lei Federal nº 13.465/2017);
CONSIDERANDO que o processo visa a regularização do núcleo urbano informal consolidado correspondente a 09 lotes urbanos, denominado ‘’REURB SABIAZINHO II”, que se encontram registradas sob a matrícula nº 5.802, junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Cunha Porã-SC.
CONSIDERANDO que os lotes localizados do ‘’REURB SABIAZINHO II”, a serem regularizados, são ocupadas predominantemente por população de baixa renda, situação que restará comprovado por meio de estudo social a ser realizado por profissional habilitado;
CONSIDERANDO que os lotes a serem regularizados situam-se em núcleo urbano informal consolidado, conforme requisitos previstos no art. 11, inciso III da referida Lei;
DECRETA:
Art. 1º Fica, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, instaurado o processo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) e Interesse Específico (REURB-E) do núcleo urbano informal consolidado (art. 11, III, da Lei Federal nº 13.465/2017) da matricula 5.802 do CRI de Cunha Porã, denominado do ‘’REURB SABIAZINHO II”, com fundamento nos artigos 13, Inciso I, e art. 32 da referida Lei;
Art. 2º Para regularização dos lotes supra descritos, deverá ser adotada as modalidades REURB-s (REURB DE INTERESSE SOCIAL) e REURB-e (REURB DE INTERESSE ESPECÍFICO), e empregado como seu instrumento a legitimação fundiária (art. 11, Inciso VII, art. 15, Inciso I, art. 23 e 24 da Lei Federal nº 13.465/2017.
Art. 3º O processamento da REURB-S e REURB-E mencionada no art. 1º deste Decreto, ficará sob análise e responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação, junto com a comissão estabelecida no Decreto nº 88/2015 alterado pelo Decreto n. 163/2022.
Art. 4º Este decreto altera o decreto n. 056, de 05 de abril de 2023.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 27 de junho de 2024.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N° 114, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133166

DECRETO Nº 114, de 27 de junho de 2024.
REVOGA OS ARTIGOS 10 E 22 DO DECRETO MUNICIPAL 105, DE 31 DE JULHO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e o art. 15 da Resolução CONSEMA 117/2017.
DECRETA:
Art. 1º Ficam revogados os artigos 10 e 22 do Decreto Municipal nº 105, de 31 de julho de 2023.
Art. 2º As demais disposições contidas no decreto municipal N° 105, de 31 de julho de 2023, permanecem inalteradas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 27 de junho de 2024.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

LEI N° 3015, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132275

LEI Nº 3.015, de 27 de junho de 2024.
DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica pela presente Lei fixado o subsídio do Prefeito Municipal em R$ 23.964,54 (vinte e três mil novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).
Art. 2º. Fica fixado o subsídio do Vice-Prefeito Municipal em R$ 10.169,89 (dez mil cento e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos.
Art. 3º. O subsídio do Secretário Municipal fica fixado em R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).
Art. 4º. O subsídio do Vereador fica fixado em R$ 5.354,72 (cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos)
Art. 5º. O Subsídio do Vereador investido no Cargo de Presidente da Câmara Municipal fica fixado em 7.450,02 (sete mil quatrocentos e cinquenta reais e dois centavos).
§ 1º A cada falta não justificada às reuniões, o Vereador sofrerá o desconto de um doze avos (1/12), calculado sobre o subsídio fixo, na forma do Regimento Interno.
§ 2º Considerar-se-á para efeito de desconto relativo à falta do Presidente às reuniões da Câmara o valor equivalente ao descontável de Vereador faltante.
§ 3º Consideram-se, para efeito da presente Lei, justificadas as faltas dos Vereadores quando se ausentarem em razão de comparecimento em Curso de Aprimoramento, quando se ausentarem para representar o Poder Legislativo ou ainda quando para representar o município, além das hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Cunha Porã e Atestado Médico.
Art. 6º. Aos agentes políticos municipais cujos subsídios estão abrangidos pela presente Lei, fica autorizado o pagamento de décimo terceiro salário, na forma da Lei.
Art. 7º. A revisão dos subsídios fixados por esta Lei ocorrerá no mês e no mesmo índice fixado para revisão geral da remuneração dos servidores municipais, por meio da correção do Piso Municipal de Vencimento – PMV, nos termos do art. 37, inciso X e XI da Constituição Federal.
Art. 8º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correm por conta de dotações dos orçamentos vigentes e que vierem a vigorar nos exercícios seguintes.
Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se,

Cunha Porã, SC, 27 de junho de 2024.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 445, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133319

PORTARIANº 445, de 27 de Junho de 2024.
EXONERA A PEDIDO KELIN CORREA KEMPFER DAS FUNÇÕES DO CARGO DE SEGUNDO PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 058/15.

CONSIDERANDO requerimento da servidora.

RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR, a pedido em 26 de Junho de 2024, KELIN CORREA KEMPFER, das funções do cargo de Segundo Professor – Educação Infantil, conforme portaria 224/2024, com carga horária de 20 horas semanais, com Lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 26 de junho de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 27 de Junho de 2024.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Curitibanos

Prefeitura

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 9/2024

Publicação Nº 6134027

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Edital de Notificação de Auto de Infração nº 9/2024
Fica o sujeito passivo abaixo qualificado notificado da existência de auto de infração lavrado, haja vista estar em local incerto e não sabido, a promover o pagamento do crédito tributário ou apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias a partir da expiração do prazo do edital (trinta dias), de acordo com o Art. 198 da Lei Complementar 184/2017 qual refere o Código Tributário deste Município.
O pagamento deverá ser efetuado na rede bancária autorizada, através de documento de arrecadação. De acordo com o artigo 213 da LC 184/2017, o valor da penalidade aplicada será reduzido em 20% (vinte por cento), se recolhido dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data de expiração do prazo do edital. Findo o prazo sem que o presente seja atendido, o débito será inscrito em Dívida Ativa e emitida a Certidão para Cobrança Judicial.

Nº Auto	Identificação do Contribuinte	CPF/CNPJ	Fundamento Legal Infringido
61/2024	OCCA ARQUITETURA E CONSTRUCOES LTDA - ME	**.109.***/****-**	Art. 174, inciso XXI da LC 184/2017
62/2024	JULIANO FOSSATI MOREIRA ME	**.026.***/****-**	Art. 174, inciso XXI da LC 184/2017
82/2024	GIOVANI FERNANDES	**.401.***/****-**	Art. 174, inciso XXI da LC 184/2017
104/2024	LS SERVICOS FLORESTAIS LTDA ME	**.328.***/****-**	Art. 174, inciso XXI da LC 184/2017
109/2024	JJT TRANSPORTES LTDA	**.582.***/****-**	Art. 174, inciso XXI da LC 184/2017

Curitibanos, 27 de junho de 2024.
Francisco B. Pereira Jr
Fiscal de Tributos
Mat. 235506

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 11/2024

Publicação Nº 6133498

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Edital de Notificação de Dívida Ativa nº 11/2024
Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 180 da Lei Complementar 184/2017.

Número	Nome	CPF/CNPJ	Receita	Exercício
7141/2024	JOAO CARLOS LAMPERT DE MEDEIROS	***.498.***-**	300	2020,2021,2022, 2023
7141/2024	JOAO CARLOS LAMPERT DE MEDEIROS	***.498.***-**	400	2020,2021,2022, 2023
7144/2024	COOPERATIVA REGIONAL HABITACIONAL DO VALE DO RIO DO PEIXE	**.245.***/****-**	300	2021,2022,2023
7147/2024	JESSYCA RODRIGUES LOURENÇO ME	**.543.***/****-**	300	2022,2023
7148/2024	GESIELE DE LIZ VARGAS	**.289.***/****-**	300	2023
7150/2024	L&V CENTRO ESPECIALIZADO EM TERAPIAS ESTETICAS LTDA	**.210.***/****-**	300	2021,2022,2023
7152/2024	NM LOCADORA E COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA ME	**.520.***/****-**	300	2023
7170/2024	ELIANE APARECIDA DE ALMEIDA OGAWA - CEREAIS	**.910.***/****-**	300	2022,2023
7205/2024	MARCOS ANTONIO HENNING	***.611.***-**	300	2023
7205/2024	MARCOS ANTONIO HENNING	***.611.***-**	400	2023
7220/2024	AMERICA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA	**.432.***/****-**	700	2022
7220/2024	AMERICA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA	**.432.***/****-**	800	2022
7265/2024	SONHO BOM COMERCIO DE MOVEIS LTDA	**.726.***/****-**	300	2022,2023
7266/2024	MARECHAL TABACARIA E VARIEDADES VAREJISTA EIRELI	**.896.***/****-**	1000	2020
7266/2024	MARECHAL TABACARIA E VARIEDADES VAREJISTA EIRELI	**.896.***/****-**	300	2021,2022,2023
7266/2024	MARECHAL TABACARIA E VARIEDADES VAREJISTA EIRELI	**.896.***/****-**	3600	2021

Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um por cento) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitibanos não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.
Legenda Receitas:
Taxas do Econômico: 300
Imposto Sobre Serviço 400
Auto de Infração 700
Honorários de Sucumbência 800
Receitas Diversas: 1000
Taxas Vigilância Sanitária 3600
Curitibanos (SC), 27 de junho de 2024
Francisco B. Pereira Jr
Fiscal de Tributos
Mat. 235506

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2024

Publicação Nº 6132236

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8ABAF5894C58D0A7C1C5B81BCA0D2A3C129B93B1

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2024

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na Plataforma Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/). REGIDO PELA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/06 E DECRETO MUNICIPAL Nº 6.083/2024, e SUBSIDIARIAMENTE a Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
Constitui objeto da presente licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO GERAL, MAGISTÉRIO E CONCURSO PÚBLICO, CONFORME LEI 14.133/2021 E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.
DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 22 DE JULHO DE 2024
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 13:15 HORAS DE 22/07/2024
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13:16 HORAS

Curitibanos, 21 de junho de 2024.
Diego Sebem Wordell
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 877/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 6132995

PORTARIA Nº 877/2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRAMENTO DE SÁUDE A SERVIDOR MUNICIPAL

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos.

RESOLVE
Art. 1º - Fica concedido ao servidor Elton Vitor Scuzziatto, matrícula nº 12408876, licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico firmado pela junta médica oficial arquivado nesta Prefeitura, 25/06/2024 à 10/07/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 28 de junho de 2024.
Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Diego Sebem Wordell
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 878/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 6132998

PORTARIA Nº 878/2024
Renova prazo de vigência para finalização de Processo Administrativo instaurado pela Portaria n. 327/2024.

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

RESOLVE
Art. 1º. Fica renovado por mais 60 (sessenta) dias o prazo de vigência pra finalização do Processo Administrativo instaurado pela Portaria n. 327/2024 para análise e deliberação dos fatos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 28 de junho de 2024.
Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro na portaria da Prefeitura Municipal.

Diego SebemWordell
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 879/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 6133001

PORTARIA Nº 879/2024
PRORROGA PRAZO DE LICENÇA DE SERVIDOR MUNICIPAL

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos.

RESOLVE
Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de licença para tratamento de saúde concedido, a servidora Luiza Aparecida Alves Pereira, matrícula nº 1238502 no período de 30/06/2024 à 29/07/2024, conforme laudo médico firmado pela junta médica oficial arquivado nesta Prefeitura, na forma disposta pelo artigo 76 da Lei Complementar nº 026/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 28 de junho de 2024.
Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

John Lennon Schwinden de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA 880/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 6133004

PORTARIA Nº 880/2024
PRORROGA PRAZO DE LICENÇA DE SERVIDOR MUNICIPAL

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos.

RESOLVE
Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de licença para tratamento de saúde concedido, a servidora Ademir Maciel de Souza, matrícula nº 1239677 no período de 26/06/2024 à 29/06/2024, conforme laudo médico firmado pela junta médica oficial arquivado nesta Prefeitura, na forma disposta pelo artigo 76 da Lei Complementar nº 026/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 28 de junho de 2024.
Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Andressa Boscari de Farias
Secretária Municipal de Educação e Cultura

CONTRATO Nº 215/2024

Publicação Nº 6133676

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FD712ED40252033669943F885675C363C1E1C96C

CONTRATO Nº -----215/2024

O Município de Curitibanos, SC, com sede à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Sr. Secretário de Administração e Finanças (Portaria Delegatório nº 668/2024) Sr. Diego Sebem Wordell, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa MB CATARINENSE LTDA ME, estabelecida em Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 16.961.181/0001-52, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico n. **68/2024**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, Decreto Municipal nº 6.083/2024, e pelas condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MICROFONE SEM FIO PARA USO DO SETOR DE ASSESSORIA DE IMPRENSA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I.**

1.1.1. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório publicado junto ao Processo Licitatório identificado no preâmbulo e/ou documentos que instruem o processo de Compra Direita ou Ata de Registro de Preços que originou este contrato, e em qualquer dos casos, a proposta da CONTRATADA, demais anexos e pareceres que formam o referido processo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor estimado deste contrato é de R$ 3.623,00 (três mil seiscentos e vinte e três reais), correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados.

2.4. O CONTRATANTE poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.5. Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência até 90 dias, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento definitivo do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.1. A contagem de prazo para o 30º (trigésimo) dia, previsto no item 4.1., só iniciar-se-á após o recebimento e aceitação definitiva do objeto, e o cumprimento pela CONTRATADA de todas as demais condições pactuadas.

4.1.2. Até que seja atestada a conformidade do objeto, o seu recebimento será considerado provisório, não fluindo o prazo estabelecido para o pagamento.

4.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto e liquidação da despesa, que

somente atestará a entrega e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
4.2.1. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao CONTRATANTE.
4.3. A critério do CONTRATANTE, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas ou débitos de responsabilidade da CONTRATADA.
4.4. Fica a CONTRATADA cientificada para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da formulação da proposta ou do orçamento estimado.
5.2. Após os primeiros 12 (doze) meses, a contar da formulação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
5.3. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face de aumento de custo que não possa, por vedação legal, ser refletido através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal n° 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA SEXTA - MATRIZ DE RISCO
6.1. Não foram identificados riscos ou possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
1.500.0000.1000 19-02.002.4.122.2.1003.4.4.90.00 4.4.90.52.33.00.00.00
7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, na hipótese de prorrogação do contrato, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
8.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:
I - Manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, aditivos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos decorrentes deste contrato;
II - Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao setor requisitante;
III - Carregar, descarregar e disponibilizar o(s) produto(s)/material(is) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da CONTRATADA, a serem cumpridas com força de

trabalho própria e as suas expensas;
IV - Garantir os produtos/materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos, incorreções ou danos, resultantes da entrega;
V - Fornecer produtos/materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade;
VI - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo CONTRATANTE, conforme quantitativos do objeto adjudicado, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem;
VII - Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os produtos/materiais que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento;
VIII - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto/material com defeito de fabricação;
IX - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto adjudicado, e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte;
X - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s)/material(is), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento;
XI - Cumprir rigorosamente, conforme o caso, com o disposto no Edital, Aviso de Dispensa ou Inexigibilidade, Requisição de Compra Direta, Ata de Registro de Preço, bem como aos seus anexos;
XII - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Licitação, por oportunidade da publicação do Aviso de Dispensa ou Inexigibilidade, Requisição de Compra Direta, ou da Ata de Registro de Preço;
XIII - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento;
XIV - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo;
XV - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
XVI - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
XVII - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
9.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas, conforme o caso, no Edital da Licitação, do Aviso de Dispensa ou Inexigibilidade, da Requisição de Compra Direta ou da Ata de Registro de Preço, e ainda:
I - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o objeto deste Contrato;
II - Emitir as ordens de serviços/Ordens de Compras à CONTRATADA, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
III - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
IV - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Instrumento Contratual, ou de acordo com os

demais instrumentos que lhe dão origem;
V - Cumprir com as demais obrigações legais, e conforme o caso, do Edital da Licitação, do Aviso de Dispensa ou Inexigibilidade, ou da Requisição de Compra Direta, Ata de Registro de Preço, e outras previstas no Contrato.
9.2. O regime jurídico desta contratação confere ao CONTRATANTE as prerrogativas do Art. 104 da Lei Federal n° 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO
11.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir as obrigações e direitos deste contrato sem a autorização expressa do CONTRATANTE, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
I - der causa à inexecução parcial do contrato;
II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - der causa à inexecução total do contrato;
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
a) Compensatória, para as infrações descritas nos subitens “V” ao “VIII” do item 12.1., de 20% (vinte por cento) à 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem “III” do item 12.1., de 15% (quinze por cento) à 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
c) Para infração descrita no subitem “II” do item 12.1., a multa será de 10% (dez por cento) à 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
d) Para infrações descritas no subitem “IV”, do item 12.1., a multa será de 5% (cinco por cento) à 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
e) Para a infração descrita no subitem “I” do item 12.1., a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) à 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para o Contratante;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.
12.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES
13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO
14.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 à 139 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.
14.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à CONTRATADA, esta entregará a documentação correspondente ao fornecimento já realizado, que, se aceito, será pago pelo CONTRATANTE, deduzidos os eventuais débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, ficando vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
16.1. O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 6.083/2024, bem como pelas cláusulas e condições constantes, respectivamente, e conforme o caso, do Edital da Licitação, do Aviso de Dispensa ou Inexigibilidade, da Requisição de Compra Direta ou da Ata de Registro de Preço, que originou este instrumento.
16.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO
18.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Curitibanos/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo identificadas.
Curitibanos/SC, 27 de junho de 2024.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo

MB CATARINENSE LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Testemunha 1
Nome

Testemunha 2
Nome

TERMO DE CONTRATO Nº 38/2024

Publicação Nº 6133983

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D60B9DA64E804A4DEA24D57241B4FCBA0A5A5706

TERMO DE CONTRATO Nº 38/2024

Contrato de compra e venda e prestação de serviços que entre si celebram a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL** e a empresa **ENIO MOACIR DOS SANTOS**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

A Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Sr. Secretário Sra. Ana Paula Della Giustina (Portaria Delegatório nº 65/2024), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **ENIO MOACIR DOS SANTOS**, estabelecida na Rua Francisca Oliveira Lemos Farias, 119, Conjunto, São Luiz, Curitibanos/SC, CEP 89520-000, inscrita no CNPJ sob o n. 45.957.070/0001-70, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico n. **53/2024**, homologado(a)/ratificado(a) em 05.06.2024, mediante as cláusulas que seguem:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de **O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSUMOS DE ALVENARIA, PINTURA, HIDRÁULICA, JARDINAGEM E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ATRAVÉS DE PLANILHAS REFERENCIAS DE PREÇOS DESCRITOS NA TABELA SINAPI (SC) VIGENTE – NÃO DESONERADA. CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL**, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, translado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 53/2024 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§1º A CONTRATADA deve entrar em contato com o Fiscal de Contrato após a assinatura deste contrato para que, juntos, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados.

§1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail.

§2º São competências do Fiscal Técnico além daquelas estabelecidas no Decreto Municipal, as seguintes:

1. - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao CONTRATANTE;
2. - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
3. - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
4. - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares;

§4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§5º A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

1. –promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
2. –assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
3. –empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
4. –fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
5. –publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município;
6. –controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
7. –designar gestor para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

1. –contatar com a Secretaria de Administração antes de iniciar os serviços, no sentido de

acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;

2. –executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato;
3. –refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
4. –cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
5. –facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
6. –respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
7. –não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;

8 – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;

9 – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;

10 – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e

11 – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00
9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00
16 - 04.001.8.244.5.2078.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00
16 - 04.001.8.244.5.2078.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00
33 - 04.001.8.244.5.2104.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para os exercícios seguintes, em sendo o caso, constarão da proposta de Lei Orçamentária Anual do referido exercício financeiro.

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 3.294,98 (três mil, duzentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos) pelos serviços ora contratados;

§1º As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

1. –A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de comprovantes de execução do serviço (relatórios, ordens de serviços, etc);
2. –Caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;
3. –A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Secretaria de Administração;
4. –A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade:

a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
b) comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
c) comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;

d) comprovante da regularidade para com o FGTS; e
e) comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.
V – Os comprovantes de regularidade:

1. Os documentos que não possuírem prazo de validade ou período de vigência, somente serão aceitos com data de emissão igual ou inferior à 90 (noventa) dias;
1. –No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como do empenho. O CONTRATANTE não estará sujeito à isenção quando:
1. o contribuinte estiver no Simples Nacional;
2. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária;
3. –A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.
4. –Nos termos do Decreto Municipal n. 5.981/2023, quando incidente, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, no documento fiscal.

§2º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

1. –Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente;
2. –Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

§3º Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.
§4º O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.
§5º Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

DO REAJUSTE
Cláusula nona. Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.
§1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:
I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
III - do encerramento do contrato.
§2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DA GARANTIA
Cláusula décima. Caberá à CONTRATADA, se exigido, apresentar garantia contratual.
Cláusula décima primeira. A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
§1º Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.
§2º Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

1. - a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e
2. - a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima segunda. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

1. –1% (um por cento) ao dia, limitada a 30%, sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) com atraso, ou sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução;
2. –1% (um por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;

3 - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos itens deste contrato, pelo atraso na apresentação da garantia contratual;

§3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme IPCA, sem aplicação de juros de mora.

§7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

1. - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
2. - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com CONTRATANTE será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, em prejuízo da multa, nos seguintes casos:

1. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. - dar causa à inexecução total do contrato;
3. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

5- não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;

6- descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

1. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§10º É admitida a reabilitação do contratado perante o CONTRATANTE, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

1. - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
2. - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
3. - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§11º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§12º Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§13º Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§14º Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
4. - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

5. - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

6- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

7- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

8- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima quarta. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quinta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima sexta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal nº 6.083/2024, na Lei Federal nº 14.133/20211 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sétima. Este contrato terá os seguintes prazos, quando aplicável:

1. - de vigência: 12 meses a contar da data de homologação do processo até o adimplemento total das obrigações; e
2. - de execução dos serviços: 2 dias úteis, a contar da assinatura do contrato pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.
3. - de apresentação da garantia de execução do contrato: 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;

4. - de apresentação da garantia complementar: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima oitava. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no PNCP de acordo com o disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, além das disposições constantes do art. 94, da Lei Orgânica Municipal, que tratam das divulgações dos atos municipais.

DO FORO

Cláusula décima nona. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitibanos/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 27 de junho de 2024.

ANA PAULA DELLA GIUSTINA
Representante Legal do Contratante

ENIO MOACIR DOS SANTOS
Representante Legal do Fornecedor

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:

_____
NOME:

TERMO DE CONTRATO Nº 39/2024

Publicação Nº 6133985

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 53BC9623B535C3E16EF2E6AFD3AB18554DC38A4A

TERMO DE CONTRATO Nº 39/2024

Contrato de compra e venda e prestação de serviços que entre si celebram a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL** e a empresa **CLAUDEMIR DOS SANTOS**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

A Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Sr. Secretário Sra. Ana Paula Della Giustina (Portaria Delegatório nº 65/2024), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **CLAUDEMIR DOS SANTOS** estabelecida na Rua Maximino A. de Moraes, 38, Centro, Curitibanos/SC, CEP 89520-000, inscrita no CNPJ sob o n. 11.172.760/0001-00, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico n. **53/2024**, homologado(a)/ratificado(a) em 05.06.2024, mediante as cláusulas que seguem:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de **O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSUMOS DE ALVENARIA, PINTURA, HIDRÁULICA, JARDINAGEM E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ATRAVÉS DE PLANILHAS REFERENCIAS DE PREÇOS DESCRITOS NA TABELA SINAPI (SC) VIGENTE – NÃO DESONERADA. CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL**, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, translado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 53/2024 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§1º A CONTRATADA deve entrar em contato com o Fiscal de Contrato após a assinatura deste contrato para que, juntos, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados.

§1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail.

§2º São competências do Fiscal Técnico além daquelas estabelecidas no Decreto Municipal, as seguintes:

1. - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao CONTRATANTE;
2. - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
3. - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
4. - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares;

§4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§5º A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

1. –promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
2. –assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
3. –empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
4. –fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
5. –publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município;
6. –controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
7. –designar gestor para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

1. –contatar com a Secretaria de Administração antes de iniciar os serviços, no sentido de

acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;

2. –executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato;
3. –refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
4. –cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
5. –facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
6. –respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
7. –não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;

8 – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;

9 – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;

10 – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e

11 – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00

9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para os exercícios seguintes, em sendo o caso, constarão da proposta de Lei Orçamentária Anual do referido exercício financeiro.

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 1.892,00 (um mil oitocentos e noventa e dois reais) pelos serviços ora contratados;

§1º As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

1. –A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de comprovantes de execução do serviço (relatórios, ordens de serviços, etc);
2. –Caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;
3. –A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Secretaria de Administração;
4. –A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade:

a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
b) comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
c) comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
d) comprovante da regularidade para com o FGTS; e
e) comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

V – Os comprovantes de regularidade:

1. Os documentos que não possuírem prazo de validade ou período de vigência, somente

serão aceitos com data de emissão igual ou inferior à 90 (noventa) dias;

1. –No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como do empenho. O CONTRATANTE não estará sujeito à isenção quando:
1. o contribuinte estiver no Simples Nacional;
2. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária;
3. –A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.
4. –Nos termos do Decreto Municipal n. 5.981/2023, quando incidente, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, no documento fiscal.

§2º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

1. –Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente;
2. –Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

§3º Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

§4º O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

§5º Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

DO REAJUSTE

Cláusula nona. Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DA GARANTIA

Cláusula décima. Caberá à CONTRATADA, se exigido, apresentar garantia contratual.

Cláusula décima primeira. A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§1º Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

§2º Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

1. - a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e
2. - a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima segunda. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

1. –1% (um por cento) ao dia, limitada a 30%, sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) com atraso, ou sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução;
2. –1% (um por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;

3 - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos itens deste contrato, pelo atraso na apresentação da garantia contratual;

§3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme IPCA, sem aplicação de juros de mora.

§7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

1. - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
2. - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com CONTRATANTE será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, em prejuízo da multa, nos seguintes casos:

1. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. - dar causa à inexecução total do contrato;
3. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

5- não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;

6- descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

1. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§10º É admitida a reabilitação do contratado perante o CONTRATANTE, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

1. - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
2. - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
3. - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§11º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§12º Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§13º Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§14º Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
4. - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
5. - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

6- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

7- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

8- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima quarta. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quinta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima sexta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal nº 6.083/2024, na Lei Federal nº 14.133/20211 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sétima. Este contrato terá os seguintes prazos, quando aplicável:

1. - de vigência: 12 meses a contar da data de homologação do processo até o adimplemento total das obrigações; e
2. - de execução dos serviços: 2 dias úteis, a contar da assinatura do contrato pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.
3. - de apresentação da garantia de execução do contrato: 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;
4. - de apresentação da garantia complementar: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima oitava. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no PNCP de acordo com o disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, além das disposições constantes do art. 94, da Lei Orgânica Municipal, que tratam das divulgações dos atos municipais.

DO FORO

Cláusula décima nona. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitibanos/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 27 de junho de 2024.

ANA PAULA DELLA GIUSTINA
Representante Legal do Contratante

CLAUDEMIR DOS SANTOS
Representante Legal do Fornecedor

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:

_____
NOME:

TERMO DE CONTRATO Nº 40/2024

Publicação Nº 6134007

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B41119204AF1713B1C129395A9575F5D13054D28

TERMO DE CONTRATO Nº 40/2024

Contrato de compra e venda e prestação de serviços que entre si celebram a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL** e a empresa **FLAVIO PEREIRA DOS SANTOS**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

A Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Sr. Secretário Sra. Ana Paula Della Giustina (Portaria Delegatório nº 65/2024), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **FLAVIO PEREIRA DOS SANTOS** estabelecida na Rua Fredolino Knoll, 221, Universitário, Curitibanos/SC, CEP 89520-000, inscrita no CNPJ sob o n. 55.087.402/0001-67, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico n. **53/2024**, homologado(a)/ratificado(a) em 05.06.2024, mediante as cláusulas que seguem:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de **O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSUMOS DE ALVENARIA, PINTURA, HIDRÁULICA, JARDINAGEM E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ATRAVÉS DE PLANILHAS REFERENCIAS DE PREÇOS DESCRITOS NA TABELA SINAPI (SC) VIGENTE – NÃO DESONERADA. CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL**, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, translado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 53/2024 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§1º A CONTRATADA deve entrar em contato com o Fiscal de Contrato após a assinatura deste contrato para que, juntos, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados.

§1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail.

§2º São competências do Fiscal Técnico além daquelas estabelecidas no Decreto Municipal, as seguintes:

1. - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao CONTRATANTE;
2. - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
3. - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
4. - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares;

§4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§5º A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

1. –promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
2. –assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
3. –empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
4. –fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
5. –publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Município;
6. –controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
7. –designar gestor para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

1. –contatar com a Secretaria de Administração antes de iniciar os serviços, no sentido de

acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;

2. –executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato;
3. –refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
4. –cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
5. –facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
6. –respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
7. –não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;

8 – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;

9 – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;

10 – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e

11 – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00
9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00
16 - 04.001.8.244.5.2078.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00
16 - 04.001.8.244.5.2078.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00
33 - 04.001.8.244.5.2104.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00
33 - 04.001.8.244.5.2104.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00
9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00
9 - 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00
16 - 04.001.8.244.5.2078.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00
16 - 04.001.8.244.5.2078.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00
33 - 04.001.8.244.5.2104.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para os exercícios seguintes, em sendo o caso, constarão da proposta de Lei Orçamentária Anual do referido exercício financeiro.

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 24.464,51 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) pelos serviços ora contratados;

§1º As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

1. –A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de comprovantes de execução do serviço (relatórios, ordens de serviços, etc);
2. –Caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;

3. –A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Secretaria de Administração;
4. –A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade:

a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
b) comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
c) comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
d) comprovante da regularidade para com o FGTS; e
e) comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

V – Os comprovantes de regularidade:

1. Os documentos que não possuírem prazo de validade ou período de vigência, somente serão aceitos com data de emissão igual ou inferior à 90 (noventa) dias;
1. –No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como do empenho. O CONTRATANTE não estará sujeito à isenção quando:
1. o contribuinte estiver no Simples Nacional;
2. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária;
3. –A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.
4. –Nos termos do Decreto Municipal n. 5.981/2023, quando incidente, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, no documento fiscal.

§2º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

1. –Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente;
2. –Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

§3º Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

§4º O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

§5º Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

DO REAJUSTE

Cláusula nona. Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
III - do encerramento do contrato.

§2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DA GARANTIA

Cláusula décima. Caberá à CONTRATADA, se exigido, apresentar garantia contratual.

Cláusula décima primeira. A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§1º Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

§2º Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

1. - a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e
2. - a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima segunda. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

1. –1% (um por cento) ao dia, limitada a 30%, sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) com atraso, ou sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução;
2. –1% (um por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;

3 - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos itens deste contrato, pelo atraso na apresentação da garantia contratual;

§3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme IPCA, sem aplicação de juros de mora.

§7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

1. - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
2. - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com CONTRATANTE será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, em prejuízo da multa, nos seguintes casos:

1. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. - dar causa à inexecução total do contrato;
3. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
5- não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;
6- descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

1. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§10º É admitida a reabilitação do contratado perante o CONTRATANTE, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

1. - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
2. - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
3. - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§11º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§12º Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§13º Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§14º Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas

contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

2. - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
4. - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
5. - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

6- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

7- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

8- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima quarta. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quinta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima sexta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal nº 6.083/2024, na Lei Federal nº 14.133/20211 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sétima. Este contrato terá os seguintes prazos, quando aplicável:

1. - de vigência: 12 meses a contar da data de homologação do processo até o adimplemento total das obrigações; e
2. - de execução dos serviços: 2 dias úteis, a contar da assinatura do contrato pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.
3. - de apresentação da garantia de execução do contrato: 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;
4. - de apresentação da garantia complementar: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima oitava. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no PNCP de acordo com o disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, além das disposições constantes do art. 94, da Lei Orgânica Municipal, que tratam das divulgações dos atos municipais.

DO FORO

Cláusula décima nona. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitibanos/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 27 de junho de 2024.

ANA PAULA DELLA GIUSTINA
Representante Legal do Contratante

FLAVIO PEREIRA DOS SANTOS
Representante Legal do Fornecedor

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:

_____
NOME:

TERMO DE CONTRATO Nº 16/2024

Publicação Nº 6134048

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BCC4CC50046E1C454DD5E018FDC0E9907F28734A

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CONTRATO Nº 16/2024

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram a **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, n. 288, Centro, em Curitibanos (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001- 21, neste ato representada por seu Presidente Vereador **Vinicius Eduardo Andrade**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **A SEMANA EDITORA LTDA**, estabelecida na Rua Daniel Moraes, nº 50, bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Curitibanos / SC, CEP 89.520- 000, fone 49 – 3245-1711, e mail asemanacuritibanos@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 81.632.135/0001-71, neste ato é representada por Helio Westphal,cargo/função Administrador, portador do CPF nº 54x.657.xxx-9x, residente e domiciliado na cidade de Curitibanos/SC, doravante denominada **CONTRATADA.**

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviço, decorrentedo Processo de contratação direta de Dispensa de Licitação n. 29/2024, que se regerá pelos termos presentes no presente instrumento da referida Dispensa de Licitação e em seus anexos;

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PRESTADORA DE SERVIÇOS COMUNS DE PUBLICIDADE PARA DIVULGAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL ASSUNTOS DE INTERESSE PÚBLICO (MATÉRIAS INSTITUCIONAIS, EDUCATIVAS, INFORMATIVAS, ORIENTATIVAS, CONVITES, COMUNICADOS), PUBLICAÇÕES LEGAIS E ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os serviços deverão ser realizados conforme necessidade da contratante mediante emissão da solicitação de fornecimento, com estrita observância ao que dispõe aos termos deste contrato e aos demais elementos constantes do Processo de Dispensa de Licitação n.29/2024, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2024, contados da data de assinatura do presente termo de contrato, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo escrito nostermos legais.

Documento assinado digitalmente por Vinicius Eduardo Andrade (049.*** ***-69)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracuritibanos.sc.gov.br/cer e informe o código: 240617154750 58E254

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediantetambém demonstração em planilhas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R$ 19.940,00 (dezenove mil novecentos e quarenta reais), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para prestação dos serviços.

ITEM	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário R$	Valor total R$
Contratação de espaços para publicação de matérias em jornal de circulação local, com periodicidade mínima semanal, distribuição na região de Curitibanos, tiragem mínima de três mil exemplares, em mídia colorida para divulgação de assuntos de interesse público (matérias institucionais, educativas, informativas, orientativas, convites, comunicados), publicações legais e atividades do Poder Legislativo Municipal de Curitibanos	Centímetro x Coluna	2.000 (dois mil)	9,97	19.940,00

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a realização do serviço e emissão da nota fiscal, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: 001, Agência: 517-7, Conta nº: 1293-9.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente por Vinicius Eduardo Andrade (049.***.***-69)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracuritibanos.sc.gov.br/cer e informe o código: 240617154750S8E254

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes no Processo de Dispensa de Licitação n. 29/2024 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Realizar os serviços descritos no termo do presente contrato do Processo de Dispensa de Licitação n. 29/2024, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordocom a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

Documento assinado digitalmente por Vinicius Eduardo Andrade (049.***.***-69)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracuritibanos.sc.gov.br/cer e informe o código: 240617154750 58E254

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará aaplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

Documento assinado digitalmente por Vinicius Eduardo Andrade (049.*** .***-69)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracuritibanos.sc.gov.br/cer e informe o código: 240617154750 58E254

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

a) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

b) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

c) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

d) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra “d”, a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos eaceitos.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada pelo(a) Gestor de Contratos da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC.

8.2. A fiscalização do contrato será realizada pelo(a) Fiscal de Contrato da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC.

8.3. A gestão e fiscalização contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduza responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos

Orçamentários:Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitibanos

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.88 - serviços de publicidade e propaganda.

Documento assinado digitalmente por Vinicius Eduardo Andrade (049.*** ***-69)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracuritibanos.sc.gov.br/cer e informe o código: 240617154750 58E254

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- Anexos do Processo de Contratação Direta - Dispensa de Licitação n.29/2024
- Demais documentos do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/21, Resolução nº 01/2024 desta Casa Legislativa, bem como nas condições constantes no Processo de compra direta - Dispensa de Licitação nº 29/2024.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/21, recorrendo-se à analogia aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitibanos/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitibanos/SC, 17 de junho de 2024.

HELIO WESTPHAL:54265770991

Assinado de forma digital por HELIO WESTPHAL:54265770991
Dados: 2024.06.17 17:41:30 -03'00'

[Assinado digitalmente]
CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS
CONTRATANTE
Vinicius Eduardo Andrade
Presidente

[Assinado digitalmente]
A SEMANA EDITORA LTDA
CONTRATADA

Documento assinado digitalmente por Vinicius Eduardo Andrade (049.***.***-69)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracuritibanos.sc.gov.br/cer e informe o código: 240617154750 58E254

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

1º T.A. CONTRATO 43-2023 - PREGÃO PRESENCIAL 88-2023 - PMDC

Publicação Nº 6131660

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D8213AF4FF43D13C6DD6862D83860DF8427442C5

Contrato N°: 43/2023 Seq.: 1 Tipo: Aditivo de Valor (Acréscimo)
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada: EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS MARAVILHA LTDA
Valor: R$ 13.798,94
Licitação: 88/2023
Objeto da Contração: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE MOTOBOMBA SUBMERSA EM POÇO TUBULAR PROFUNDO, QUADRO DE COMANDO, ENTRE OUTROS, COM FORNECIMENTO DE MAO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSARIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE CANOS, PADRAO DE ENERGIA, ENTRE OUTROS, COM FORNECIMENTO DE MAO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSARIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME ANEXO "
THYAGO W G GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

2º T.A. CONTRATO 15-2022 - PREGÃO PRESENCIAL 21-2022 - FMS

Publicação Nº 6132283

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4612674E8EDFC1F787EBF3D63E1E6E6179BAFDEC

Contrato N°: 15/2022 Seq.: 2 Tipo: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA
Valor: R$ 10.480,08
Vigência: Início: 22/07/2024 Término: 22/07/2025
Licitação: 21/2022
Objeto da Contração: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANALISES CLINICAS, VISANDO O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SANITARIA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, EM ANEXO.
THYAGO W G GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Ermo

Prefeitura

DECRETO N.º 020, DE 24 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131543

DECRETO N.º 020, de 24 de junho de 2024.
Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 544/2023, de 14/12/2023 (Lei Orçamentária Anual).

DECRETA:
Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil de reais) a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0020.2.003 – Manutenção da Sec. De Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R$ 250.000,00

06.181.0021.2.004 – Manutenção do Convênio Policia Militar
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (11) – Aplicações Diretas R$ 30.000,00

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
26.782.0033.2.021 – Manutenção da Sec. De Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (55) – Aplicações Diretas R$ 300.000,00

07.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0039.2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (65) – Aplicações Diretas R$ 100.000,00

Art. 2º. A suplementação de que tratam o Art.1°, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recurso Próprio) no valor de R$ 680.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de junho de 2024.
PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

Publicação Nº 6132557

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

Código registro TCE: 91F85DCF2BBA4600A4B558884E3AC52F4F6526E8

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA DAS JABOTICABEIRAS, BAIRRO ILDA CASSANIGA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E ANEXOS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08h00min do dia 12/08/2024.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08h10min do dia 12/08/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h10min do dia 12/08/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.
ENDEREÇO: As propostas e documentações de habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro- Erval Velho/SC, inscrito no CNPJ sob o n° 82.939.422/0001-91, por meio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal SEVERINO JAIME SCHMIDT, torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** que será regido pela Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, pela legislação complementar e em conformidade com os termos e condições do presente **EDITAL**, com as seguintes características:

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

a) Modalidade: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº **005/2024**
b) Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
c) Regime De Execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
d) Prazo de Execução: 04 (quatro) meses
e) Modo de Disputa: Aberto
f) Previsão Orçamentária: R$587.047,54 (Quinhentos e oitenta e sete mil quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

1. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

1.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

1.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do portal de compras públicas http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

1.3 Caberá ao Agente de Contratações, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

1.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratações, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de compras públicas no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

1.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

2. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação: **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA JABOTICABEIRAS, BAIRRO ILDA CASSANIGA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E ANEXOS.**

2.1 **Regime de execução.** Fica estabelecida a forma de execução sob o regime de empreitada por preço unitário.

2.2 **Legislação**. A presente Licitação será regida pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.3 Valor referencial. O valor total estimado para a execução do objeto desse certame é de **R$587.047,54 (Quinhentos e oitenta e sete mil quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).**

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma Portal de compras públicas, por meio do sítio

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

3.2 Vedações. Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei n° 14.133/2021.

3.3 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.4 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4. DA VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

4.1 A(s) empresa(s) licitante(s) interessada(s) em participar do presente certame licitatório, poderá(ão) enviar profissional, através de apresentação de carta conforme modelo no XII do Edital, para comparecer ao Departamento de Engenharia, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP: 89.613-000, para proceder Vistoria Técnica Facultativa até 01 (um) dia anterior à data de abertura, de acordo com prévio agendamento junto ao Departamento de Engenharia, pelo endereço eletrônico projetos@ervalvelho.sc.gov.br, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

4.2 A Vistoria Técnica será acompanhada por servidor do Departamento de Engenharia, devidamente designado, o qual expedirá o Atestado de Vistoria Técnica, em 02 (duas) vias.

4.3 Uma via do Atestado de Vistoria Técnica será entregue ao representante da empresa licitante e outra via será juntada aos autos do processo licitatório.

4.4 Em hipótese alguma haverá Vistoria Técnica após a data limite, conforme item.

4.5 A Vistoria Técnica prévia tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da(s)empresa(s) licitante(s), toda(s) a(s) informação(ões) necessária(s) à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local, entre outros. Todos os custos associados à vistoria serão de inteira responsabilidade da empresa licitante.

4.6 Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre o objeto ou condições do local.

4.7 A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) ter pleno conhecimento do Edital, das condições gerais e particulares do objeto da Licitação e do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

4.8 O licitante que optar pela não realização da vistoria técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do ANEXO XIII do Edital.

5. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

5.1 A CONTRATADA deverá executar a obra em conformidade com as especificações contidas no Anexo I deste Edital e seus anexos, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo, abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do Projeto.

5.2 O Departamento de Engenharia recusará a obra se não estiver de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus anexos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.

5.3 A CONTRATADA é responsável pela qualidade final do objeto.

5.4 A CONTRATADA deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a obra ser acompanhada de suas respectivas ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, dos Responsáveis Técnicos.

6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, admitida a prorrogação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

7. DOS ANEXOS DO EDITAL

7.1 Seguem anexos ao presente Edital como parte integrante do mesmo:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar / Memorial Descritivo / Projeto Básico;
ANEXO II – Projetos;
ANEXO III – Planilha Orçamentária / Memória De Cálculo;
ANEXO IV – Cronograma Físico Financeiro;
ANEXO V – Declaração De Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte;
ANEXO VI – Declaração De Pleno Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação;
ANEXO VII – Modelo De Declaração Conjunta;
ANEXO VIII – Modelo De Declaração De Responsável Para Assinatura Do Contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

ANEXO IX – Declaração Subempreitada;

ANEXO X - Declaração De Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme Ao Marco Legal Anticorrupção;

ANEXO XI - Modelo De Proposta;

ANEXO XII - Certificado De Realização De Vistoria Técnica;

ANEXO XIII - Declaração De Opção Por Não Realizar A Vistoria Técnica;

ANEXO XIV – Declaração De Integridade Dos Custos;

ANEXO XV - Minuta Do Contrato.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderá participar desta licitação, toda e qualquer empresa individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, desde que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

8.2 Não poderão disputar a licitação ou participar do contrato, direta ou indiretamente todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

8.3 As empresas interessadas em participar da presente Licitação deverão obter cópia do edital através de download gratuito no site http://www.ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br/. As empresas que efetuarem o download dos editais disponíveis e que estejam interessadas em participar das licitações deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Os interessados em participar desta concorrência deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, por meio do sítio http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

9.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

9.3 Os interessados em se credenciar na plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS poderão obter maiores informações na página http://www.portaldecompraspublicas.com.br/. podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos 3003-5455/ 0800 730 5455 da Plataforma .

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

9.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Erval Velho/SC responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.6 O credenciamento junto à plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

9.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

9.8 A licitação será conduzida pelo Agente de Contratações do Município de Erval Velho/SC, com apoio técnico e operacional da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

9.9 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico http://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

10 DO ENVIO DA PROPOSTA

10.1 Até a data e hora marcada para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2 A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

10.3 O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.4 Valor unitário e total, em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas após a vírgula;

10.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

10.6 No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir a gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos à MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

10.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.8 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico,as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema:

10.8.1 Declaração de que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49,quando for o caso;

10.8.1.1 A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.9 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

10.10 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

10.11 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Agente de Contratações, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

11.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratações e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3 O Agente verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que identifiquem o licitante, contenham vícios insanáveis, ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no ProjetoBásico/Memorial Descritivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

11.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3.2 A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido no item 15 deste edital.

11.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignadono registro.

11.6 **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública,ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

11.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura dasessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7.1 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratações, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS).

11.7.2 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

11.8 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.11 No caso de desconexão com o Agente, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.12 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratações aos participantes do certame publicado no sistema PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS http://www.portaldecompraspublicas.com.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

12. DA DISPUTA

12.1 Nesta Concorrência o modo de disputa adotado é o **ABERTO**, com julgamento sobre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

O MENOR PREÇO GLOBAL.

13. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

13.1 Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

13.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta Concorrência;

13.2 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

13.4 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

14. DO EMPATE

14.1 Se o Agente de Contratações observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

14.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

14.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Nos termos art. 5º, do do Decreto federal nº 11.430, de 8 de março de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2023, são ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

Para fins da presente licitação, a comprovação do desenvolvimento de ações de que trata o item 14.1.3 dar-se-á por meio de declaração expressa do licitante de que desenvolve referidas ações.

14.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.2 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

14.2.2 empresas brasileiras;

14.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

14.3 Permanecendo o empate, proceder-se-á ao sorteio público.

15. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA

15.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Agente de Contratações encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

15.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

16.2 O Agente convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

conformidade com o último lance ofertado **num prazo máximo de 02 (duas) horas**, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação, contendo os seguintes dados:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correioeletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Memorial Descritivo (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Memorial Descritivo, Anexo I deste Edital;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data previstapara abertura da licitação;

e) Planilha Orçamentária;

f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

16.3 **O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Agente de Contratações, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.**

16.4 O não envio da proposta ajustada por meio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 16.2, ou descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de Contratações acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

16.5 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

16.6 Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Projeto Básico

16.7 A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Agente de Contratações, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

16.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

16.8.1 No caso de obras e serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

Administração.

16.8.2 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

16.9 O Agente de Contratações poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Memorial Descritivo, Anexo I do Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item 16.2.

16.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratações examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.11 Havendo necessidade, o Agente suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

17.1 As propostas oferecidas serão tidas como válidas por **90 (noventa) dias**, contados da datade envio para plataforma, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá a mantê-la, em sua integralidade, fato este aceito pela simples participação no certame.

18 DA HABILITAÇÃO

18.1 Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a **PROPONENTE VENCEDORA**, pela Agente de Contratações no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br no campo diligência para que seja anexada a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 01 (UMA) HORA SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**

18.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratações verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

18.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

18.2.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

18.2.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

18.2.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.2.5 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratações inabilitará o licitante, por falta decondição de participação.

18.3 A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ ANEXAR NO SISTEMA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

18.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (artigo 66 da lei federal nº 14.133/2021):

18.3.1.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.3.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

18.3.2.1 **Capacidade técnico-profissional**, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou CAU, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica -ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT; e

18.3.2.1.1 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato; e

18.3.2.1.2 Apresentação de CAT – Certidão de Acervo Técnico fornecido pelo CREA ou CAU, em nome da empresa licitante, relativa à execução dos serviços similares ao objeto licitado, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução.

18.3.2.1.3 **Comprovação de vínculo para efeitos de capacidade técnico-profissional**. A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.

18.3.2.1.4 Declaração de que disporá, na data da contratação, de equipe técnica especializada e disponível, bem como as máquinas e/ou equipamentos necessários à execução do objeto licitado.

18.3.2.1.5 **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (artigo 68 da lei federal nº 14.133/2021).**

18.3.2.1.6 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

18.3.2.1.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílioou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.3.2.1.8 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa aTributos Federais(inclusive as contribuições sociais) e à Divida Ativa da União;

18.3.2.1.9 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

18.3.2.1.10 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente à tributos mobiliários,compatível como objeto contratual;

18.3.2.1.11 Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

18.3.2.1.12 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistascom Efeitos deNegativa;

18.3.2.1.13 Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Município de Erval Velho/SC (essa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

certidão pode ser emitida através da Internet, pelo site do município (www.ervalvelho.sc.gov.br), no link: "Serviços – Cidadão – CND Online" **(Quando não for possível a emissão da presente certidão nos casos em que a licitante não possui cadastro junto à municipalidade, por exemplo, a pregoeira poderá consultar junto ao setor tributário e, não havendo débitos, habilitar a licitante no tocante ao presente item)**

18.3.2.1.14 Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

18.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69, DA LEI Nº 14.133/21)

18.4.1 **Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

b) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

18.4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais – (Anos 2022 e 2023) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c) as sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo coma legislação pertinente.

18.4.3 No caso de escrituração contábil digital do balanço (sistema sped), deverá ser apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado do(s) termo(s) de abertura e encerramento do exercício e respectivos Termo(s)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

de Autenticação do livro digital do exercício.

18.4.4 Apresentação de Índice de Liquidez (Anos 2022 e 2023) que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, demonstrando os seguintes índices:

Índice de Liquidez Geral (LG)

LG = Ativo Circulante + Realizável em Longo Prazo ≥ 1,0Passivo Circulante + Exigível em Longo Prazo

Índice de Liquidez Corrente (LC)LC = Ativo Circulante ≥ 1,0 Passivo Circulante

- Os resultados isolados das duas primeiras operações (Liquidez Geral – LG e Liquidez Corrente – LC) deverão ser maiores ou iguais a 1,0.
- Os índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento.

a) É vedada a substituição por balanços provisórios e os índices deverão estar assinados pelo profissional Contabilista (com identificação do nome e CRC - Conselho Regional de Contabilidade).

18.4.5 Demonstração de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto da licitação, correspondente a **R$72.722,26 (Setenta e dois mil setecentos e vinte dois reais e vinte seis centavos)**, considerando os valores constantes na Planilha Orçamentária contida neste Edital, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei, admitida à atualização para esta data através de índicesoficiais.

18.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

18.5.1 Declaração Conjunta de acordo com o modelo do **ANEXO VII** do edital.

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Luzerna ou quaisquer de seus órgãos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

18.6 Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **ANEXO XIV**

18.7 Nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

19 PRAZO DE EXECUÇÃO

19.1 O prazo de execução da obra deverá ser de **04 (quatro) meses**, a partir da expedição da Ordem para início dos serviços **efetuada** pelo Departamento de Engenharia.

20 PRAZO DE GARANTIA

20.1 A **CONTRATADA** deverá garantir o objeto executado pelo **prazo mínimo de 05 (cinco) anos,** contados a partir de seu recebimento definitivo pelo Departamento Municipal de Engenharia.

21 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

21.1 Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, § 10 e § 11, da Lei nº 14.133/2021.

21.2 Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível;

21.3 Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível;

21.4 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos desde que expedidos no máximo a **180 (cento e oitenta) anteriores** à data designada para sessão pública;

21.5 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

21.6 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

14.133/2021, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem daclassificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

21.7 Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.8 Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação de ambos os estabelecimentos.

22. DOS RECURSOS

22.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, **durante cada fase da sessão pública**, **DE FORMA IMEDIATA**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso **no prazo de 10 (DEZ) MINUTOS PARA A FASE DE PROPOSTAS E DE 30 (TRINTA) MINUTOS PARA A FASE DE HABILITAÇÃO.**

22.2 A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Agente de Contratações autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

22.3 Diante da manifestação da intenção de recurso o Agente não adentrará no mérito recursal,mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

22.4 Recebida a intenção de interpor recurso pelo Agente, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

22.5 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

22.6 Caberá ao Agente de Contratações receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade superior ao Agente, com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.9 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

23 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

23.1 O objeto desta Concorrência será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade superior.

23.2 Após a fase recursal (se houver), constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridadecompetente homologará o procedimento licitatório.

24 DO CONTRATO

24.1 A licitante vencedora deverá assinar com o Município de Erval Velho/SC, o respectivo Contrato, cuja minuta segue inclusa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação a ser efetuada pelo Departamento de Compras, prazo este passível de prorrogação, à critério da Administração, mediante apresentação de motivos que o justifiquem, uma vez por igual período.

24.2 Se a empresa adjudicatária se recusar a assinar o Contrato ou deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, o Município poderá optar pela convocação dos demais concorrentes, obedecendo sucessivamente a ordem de classificação e, ainda, aplicar-lhe as penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive multa de 0,5% até 30% do valor do contrato licitado.

24.3 Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela empresa vencedora que tenham servido de base para o julgamento, aceitos pelo Município, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

24.4 É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

24.5 A CONTRATADA deverá providenciar, antes da assinatura do Contrato, em original ou por processo de cópia autenticada em cartório:

24.5.1 Apresentação - para o caso de profissionais não registrados no Estado de Santa Catarina - da Certidão de Registro da pessoa jurídica e do profissional visadas pelo CREA-SC, autorizando-os ao exercício da atividade nesta Região, nos termos do artigo 58 da Lei nº 5194/66;

24.5.2 A.R.T – Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela obra;

24.6 **Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial:** apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial do Licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;

24.7 **Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial:** apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

24.8 **Também precedendo a assinatura do Contrato**, a **CONTRATADA** deverá oferecer **garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) de seu total**, observado o disposto no artigo 98 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

24.9 A garantia contratual poderá ser oferecida por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública;

b) Fiança bancária;

c) Seguro-garantia.

A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do Contrato;

b) Prejuízos diretos causados ao Município de Erval Velho/SC decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante aexecução do objeto do Contrato;

c) Multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pelo Município de Erval Velho/SC à CONTRATADA; e

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao Contrato não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

24.10Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

a) Caso fortuito ou força maior;

b) Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Município de Erval Velho/SC;

c) Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pelo Município de Erval Velho/SC, após expirada a execução do contrato ou a validade da garantia.

24.11 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Município de Erval Velho/SC, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

24.12 Se a caução for prestada em título da dívida pública, deve este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministérioda Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

24.13 A garantia, quando efetuada através de fiança bancária, deverá ser formalizada mediante aapresentação de Carta de Fiança emitida por banco regularmente constituído.

24.14 A fiança bancária deverá conter:
a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;
b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
c) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
d) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

24.15 A garantia, quando ofertada através de seguro garantia deverá ser formalizada mediante apresentação de apólice de seguro, onde conste o Município de Erval Velho/SC como beneficiário, não podendo constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa.
24.16 Conforme previsão do artigo 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021, quando o contratado optar pela modalidadede seguro-garantia, este terá 1 (um) mês contado da homologação e antes da assinatura do contrato para a prestação da garantia, assim fica mitigado, para essa situação o prazo de 05 (cinco) dias úteis estabelecido para assinatura do contrato.
24.17 Quando a garantia contratual for prestada na modalidade de fiança bancária ou seguro garantia, o seu prazo de validade deverá perdurar até o recebimento definitivo da obra e, aquela prestada por prazo determinado, deverá ser renovada até o recebimento definitivo da obra.
24.18 A garantia ofertada pela CONTRATADA nos termos será devolvida, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento definitivo da obra.
24.19 O Município de Erval Velho/SC designa como ÓRGÃO GESTOR, o Departamento Municipal de Engenharia, que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem comoquaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

24.20 O Município designa, ainda, como fiscal do Contrato, o Sr. Guilherme Clamer Teles – Engenheira Civil – CREA SC 203582, Fiscal do Contrato e da Obra.

24.21 O Gestor do Contrato por parte do Município exercerá as atribuições previstas no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 13.832, de 06/07/2018.

25 DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

25.1 Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de Serviço para início da obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o Departamento de Engenharia para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar —Caderno de Obras, onde será feito o registro do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações pertinentes. O fiscal designado pelo Município assinará esse Caderno juntamente com o responsável técnico da CONTRATADA:

25.2 **A fiscalização da execução da obra será realizada pelo Departamento Municipal de Engenharia** por profissional da área, designado pelo Município, que manterá o acompanhamento de forma permanente ou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.

25.3 O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer diariamente à obra, devendo ainda a CONTRATADA manter um Mestre de Obras (encarregado) permanente, durante a execução da mesma, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo Município sobre o andamento da obra, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Município.

25.4 O(s) profissional(is) deverá(ão) fazer anotações diariamente no “Caderno de Obras” e indicar o(s) substituto(s) responsável(is) por qualquer ocorrência no período de sua(s) ausência(s).

25.5 A CONTRATADA fica obrigada a manter em local de fácil acesso e à disposição da fiscalização, preferencialmente no local dos serviços, Diário de Obra, cujo modelo será submetido à análise e aprovação pelo Município.

25.6 A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.

25.7 O Município se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do Município.

25.8 A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao Município, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o Município, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

25.9 O recebimento pelo Município, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na Lei.

25.10 A fiscalização do Município poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores do Município, da CONTRATADA, a terceiros e ao meio ambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:

25.11Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do Município determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.

25.12 A fiscalização dos serviços pelo Município não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.

25.13 Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 6514/77, relativamente à Segurança e Medicina do Trabalho, regulamentada pela Portaria nº 3214/78 e, emespecial às Normas Regulamentadoras NR-5 – CIPA; NR-6 – EPI; NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR-10 – Instalações e Serviços em Eletricidade e NR-18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, em todos os seus itens, subitens e anexos, sendo os custos decorrentes incluídos no preço proposto.

25.14 A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

25.15 A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança,bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

25.16 Todas as ações trabalhistas, decorrentes da execução do contrato que diretamente ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

indiretamente responsabilizem o Município em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas ou garantidos por meio de carta de fiança bancária, em nome da contratada e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando, judicialmente o Município for excluído da lide pela Justiça desta responsabilidade.

25.17 Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o Município, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo Município, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.

25.18 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo Município e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o Município.

26. DAS MEDIÇÕES, FORMA DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

26.1 Mensalmente, a Fiscalização realizará a conferência da execução dos serviços e a medição dos quantitativos efetivamente executados no período:

26.2 Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar o seu relatório de medição dos serviços executados no período para análise da Fiscalização. O relatório deve ser endereçado ao Departamento de Engenharia, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, projetos@ervalvelho.sc.gov.br

26.3 A 1ª medição deverá ser apresentada após, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da obra e abrangerá a medição física dos serviços executados no período anterior.

26.4 Os serviços previstos no orçamento contratado serão medidos, desde que totalmente executados de acordo com o projeto;

26.5 Antes do fechamento da medição, o Município terá até 5 (cinco) dias úteis para analisar a medição apresentada. Em caso de erro na medição, o Município informará a CONTRATADA, dentro do período de análise, para que a mesma efetue as devidas correções e apresente a nova medição corrigida.

26.6 Havendo parte incontroversa deverá ser autorizado o pagamento deste montante.

26.7 O devido fechamento da medição mensal deverá ser efetivado entre a CONTRATADA e a Fiscalização do Município.

26.8 Após o fechamento e aprovação da medição, o Município autorizará a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos serviços executados no período, endereçando-a ao

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

Departamento de Engenharia, localizado no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail projetos@ervalvelho.sc.gov.br

26.9 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

26.10 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à CONTRATADA o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

26.11 Junto à medição final, a CONTRATADA deverá entregar ao Município o relatório final nos termos das especificações contidas no edital.

26.12 O pagamento da última medição será efetuado somente após o recebimento e aprovação pelo Município do relatório final e da emissão do Termo de Recebimento de obra.

26.13 Caso o objeto esteja em desacordo com o especificado ou apresente vício construtivo, o Termo de Recebimento somente será emitido após a devida correção.

26.14 Para pagamento da Nota Fiscal/Fatura de cada uma das parcelas, é indispensável que a CONTRATADA apresente comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, por meio das **guias GPS - Guia da Previdência Social e GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia doTempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativo aos empregados que executaram oserviço, bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando couber.**

26.15 As comprovações serão feitas através das cópias autenticadas das guias de recolhimento, devidamente quitadas, que deverão ser encaminhadas ao Serviço de Contabilidade do Município;

26.16 Em se tratando de INSS, a CONTRATADA deverá preencher as guias de recolhimento de conformidade com as Ordens de Serviço do Ministério da Previdência e Assistência Social, constando o nome do Município, o número do Contrato ao qual se vinculam e o(s) número(s) da(s) fatura(s) correspondente(s);

26.17 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

período deexecução e à mão-de-obra alocada para esse fim.

26.18 Por ocasião da apresentação ao Município da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISS correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à emissão da nota fiscal/fatura.

26.19 Na eventualidade da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, do FGTS e/ou do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar adocumentação devidamente quitada, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

26.20 Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar, referente a todos os empregados que executaram o serviço no período abrangido pelo relatório apresentado, sob pena de o Município efetuar a retenção do valor devido nos termos da legislação vigente, sobre o valor faturado:

a) Relação nominal de todos os empregados, bem como o comprovante de recolhimento das contribuições sociais incidentes sobre a fatura;

b) Comprovantes de pagamentos dos salários recebidos e recolhimentos do FGTS e INSS, última competência, referentes aos seus empregados.

26.21 Havendo retenção, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento ao Município, para fins de devolução da quantia retida.

26.22 Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos no prazo fixado, o Município poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

a) Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados;

b) Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

26.23 Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

26.24 Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

26.25 Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilidade por parte do Município, o valor da parcela poderá ser atualizado — pro rata die de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE.

26.26 Os preços pactuados poderão ser reajustados pelo IPCA, com data base vinculada à

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

data do orçamento estimado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, nos termos do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

27 DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES

27.1 A CONTRATADA deverá utilizar na obra apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela segurança, manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos.

27.2 O Município se reserva o direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontar a fiscalização do Município:

27.3 O canteiro de obras deverá ser instalado com área suficiente para desenvolver todas as atividadesnecessárias:

27.4 O canteiro de obras deve ser mantido livre de lama e organizado.

27.5 A CONTRATADA é obrigada a manter, por conta própria, as instalações da obra em perfeitas condições de conservação, limpeza, pintura e segurança, pelos prazos fixados no edital de licitação e/ou no Contrato.

27.6 A CONTRATADA Providenciar a confecção e instalação, às suas expensas e em lugar visível do canteiro, de placa da obra, de acordo com o modelo fornecido pelo CONTRATANTE.

28 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

28.1 O objeto estará sujeito à conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da CONTRATADA e o presente Edital podendo, o Município, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de análises aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da CONTRATADA:

28.2 Havendo a necessidade de adequação(ões) será concedido prazo de até 15 (quinze) dias após comunicação escrita de sua conclusão, pela CONTRATADA, mediante Termo circunstanciado assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA e visado pela fiscalização para as correções da obra, sendo que o descumprimento do(s) prazo(s) estabelecido(s), implicará na aplicaçãoda multa especificada no item 28 deste Edital, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pelo Município.

28.3 Caso os serviços constantes do objeto, não sejam aprovados na fiscalização, fica

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanado(s) a(s) irregularidade(s).

28.4 Ao término da obra, a CONTRATADA deverá comunicar ao Município, por escrito e protocoladamente a conclusão da mesma, juntamente com a entrega do Relatório Final.

28.5 Em até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação, o Município emitirá laudo de realização da fiscalização concluída, no qual fará constar as exigências necessárias às eventuais adequações, correções e demais atos para a perfeita conclusão da obra ou atestará a sua qualidade e conformidade.

28.6 Atestando a qualidade e conformidade da execução da obra, o Município receberá provisoriamente.

28.7 A obra somente será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do seu recebimento provisório, prazo no qual a CONTRATADA fica inteira e integralmente responsável por qualquer reparo, correção, adequação ou outros que se mostrarem necessários, às suas expensas, mediante simples notificação do Município, na qual assinalará prazo para realização dos serviços apontados.

28.8 O recebimento definitivo se dará por meio de Termo de Recebimento formal ou pelo simples decurso do prazo previsto neste Edital, com exceção dos eventos abaixo:

28.9 Suspende o curso do prazo para o recebimento definitivo, a notificação do Município, no sentido de que a CONTRATADA deva realizar o serviço de adequação, correção ou outro eventualmente apontado e verificado. O prazo recomeça a correr tão logo o Município ateste a realização do serviço conforme apontado e exigido;

28.10 Caso seja retido na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade somente quando sanada a irregularidade constatada. O prazo recomeça a correr tão logo o Município ateste a realização conforme do objeto contratado.

29 DAS PENALIDADES

29.1 As sanções dispostas no Contrato poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município e das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

29.2 Sem prejuízo da faculdade previstas nos art. 137 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, a não observância do cronograma contratual sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

29.3 O contrato a ser assinado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelaMUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I - falência;

II - concordata;

III - insolvência;

IV - dissolução judicial ou extrajudicial;

V - inobservância de dispositivos legais;

VI - inadimplemento de obrigação contratual.

29.4 A licitante vencedora que, devidamente convocada, deixar de comparecer para a assinatura do contrato ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133, inclusive multa de 0,5%até 30% do valor do contrato licitado.

29.5 As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

29.6 A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

29.7 Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do Município, ser compensadocom valores de pagamento devido ao fornecedor.

30 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

30.1 A extinção contratual, em favor do Município, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

30.2 A rescisão contratual, em favor da CONTRATADA, terá lugar em caso de ocorrência das hipóteses previstas no artigo 137, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

30.3 A rescisão contratual poderá, ainda, ocorrer de pleno acordo entre as partes em razão de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato, hipóteses em que as partes se comporão quanto à eventuais indenizações devidas reciprocamente,a qualquer título que seja, sendo-lhes lícito isentarem-se mutuamente.

31 DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 O Município poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

31.2 É facultada ao Agente de Contratação, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

31.3 O Município se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:

31.4 Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao Agente de Contratação no processo de julgamento;

31.5 Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.

31.6 Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.

31.7 A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.

31.8 Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

procedimento, salvo quanto o conteúdo das propostas até a respectiva abertura.

31.9 Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo a mesma ser encaminhada ao Agente de Contratação;

31.10 As cópias físicas requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumentos em favor do Município, junto a instituição Bancária, para reembolso dos serviços reprográficos.

31.11 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

31.12 Fica eleito o foro da Comarca de Herval D'Oeste/SC, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.

31.13 A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

31.14 Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial do Município – DOM, e no site oficial do Município em http://www.ervalvelho.sc.gov.br

31.15 Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do Agente de Contratação, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Agente de Contratação serão ratificadas pela autoridade superior.

Município de Erval Velho/SC, 27 de junho de 2024.

SEVERINO JAIME SCHMIDT
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / PROJETO BÁSICO / MEMORIAL DESCRITIVO

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / PROJETO BÁSICO / MEMORIAL DESCRITIVO poderão ser obtidos gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO II

PROJETOS

Os projetos poderão ser obtidos gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

A planilha orçamentária poderá ser obtida gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO IV

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O Cronograma Físico Financeiro poderá ser obtido gratuitamente nos endereço eletrônicos https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/ e http://www.portaldecompraspublicas.com.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa ____(denominação da pessoa jurídica). CNPJ nº ____é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° **/2024, realizado pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

Declaro, ainda, não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da LeiComplementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, ** de ****** de 2024.

Assinatura do representante legal
Nome:
RG nº:

Obs: esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome completo: _____

RG nº: CPF nº:

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante_____(*nome empresarial*), interessado em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº__/__, Processo licitatório n°___/__, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório, nos termos doinciso I do artigo 40 da Lei Estadual nº 6.544/1989, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.121, de7 de julho de 2008.

(Local e data).

Representante Legal da Empresa(Assinatura/Nome/RG/CPF)

Obs: esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, **DECLARA EXPRESSAMENTE** a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

j) Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

k) DECLARA, para os devidos fins de direito e nos termos da lei, que serão rigorosamente observadas as normas contidas na Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, utilizando-se dos dados e informações coletadas e liberadas pela entidade para a finalidade prevista no artigo 7º, itens III e V, exclusivamente quando necessários para a fiel execução dos serviços objetos deste procedimento licitatório, realizando seu descarte seguro (eliminação) ou conservação, na forma do artigo 16, item III da referida LGPD.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Eu (nome completo), cargo .....portador(a) da Carteira de Identidade n° ..... e do C.P.F. n° ..... representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), declaro para os devidos fins, que assinarei o Contrato de Fornecimento referente a Modalidade de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° ------/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº ------/2024.

E-MAIL PESSOAL:
E-MAIL PROFISSIONAL:

____,_____de___de 2024.

Representante Legal da Empresa(Assinatura/Nome/RG/CPF)

Obs: esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

www.ervalvelho.sc.gov.br

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE SUBEMPREITADA

A__*(razão social da proponente)*, inscrita no CNPJ n° ____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ____, portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº ____, interessada em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° -----/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº -----/2024, DECLARA sob as penas da Lei que todo e qualquer contrato de subempreitada relacionada com a obra será previamente submetido à municipalidade que, por sua vez estudará o interessee conveniência dessa subempreitada e se concordar dará anuência expressa.

____,_____de____de 2024.

Representante Legal da Empresa(Assinatura/Nome/RG/CPF)

Obs: esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu,_, portador do RG nº_____e inscrito no CPF nº _, representante legal do licitante ____(*nome empresarial*),interessado em participar da Concorrência Eletrônica nº___/_____, Processo Licitatório n°_____/_____,**DECLARO,** sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebidode qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou aterceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dosatos ilícitos previstos em Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatóriopúblico;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização dosistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO XI

MODELO DE PROPOSTA

Ao Agente de Contratação,

O licitante_____(firma/denominação, endereço da sede/filial,CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, **PROPÕE** executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R$_____(valor por extenso), já computado o BDI, nos termos da planilha Orçamentária que constitue parte indissociável desta proposta de preços.

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias.

(Local e data).

Assinatura do representante legal
Nome
CPF
RG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO XII

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
(emitido pela Unidade Contratante)

ATESTO que o representante legal do licitante__, interessado em participarda CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº__/__, Processo licitatório n°___/__, realizou nesta data vistoria técnica nas instalações do_____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)	(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a vistoria)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISTORIA TÉCNICA
(elaborado pelo licitante)

Eu....., portador do RG nº..... e inscrito no CPF nº ..... na condição de representante legal da ..... (nome empresarial), interessado em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº..... /..... , Processo licitatório n° ...../ ....., DECLARO que o licitante não realizou a vistoria técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

_____

(nome completo, assinatura
a e qualificação do representante da licitante)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS CUSTOS

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], DECLARA, para todos os fins legais do EDITAL de LICITAÇÃO da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº -----/2024 que possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

LOCAL,_____de_____de 2024

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

ANEXO XV

MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC, CNPJ n.º 82.939.422/0001-91, doravante denominado simplesmente como **MUNICÍPIO,** neste ato devidamente representado pelo Excelentíssimo Senho Prefeito Municipal **SEVERINO JAIME SCHMIDT**, e de outro lado, a empresa --------, inscrita no CNPJ nº ....., com sede na ....., telefone ..... e e-mail ....., neste ato devidamente representada pelo senhor(a) ....., portador(a) do RG nº ..... e CPF nº ....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ----------/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº -------/2024**, pelo tipo MENOR PREÇO GLOBAL - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, tem entre si justa e contratada, pela Legislação Pertinente, assim como pelas condições do Edital acima referido e de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, DA GARANTIA CONTRATUAL, DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE GARANTIA**

O objeto do presente: **: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA DAS JABOTICABEIRAS, BAIRRO ILDA CASSANIGA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS** que integra o **Edital de Concorrência 005/2024**.

1.1. **Da Garantia Contratual:**

1.1.1. Precedendo a assinatura do Contrato, a CONTRATADA ofertou garantia contratual no valor de R$ xx na modalidade de xx.

1.1.2. A garantia ofertada pela CONTRATADA será devolvida no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da conclusão da prestação dos serviços.

1.2. **Das Exigências Técnicas:**

1.2.1. A CONTRATADA deverá executar a obra em conformidade com as especificações contidas no Anexo I do Edital, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do projeto.

1.2.2. O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC recusará a obra se não estiver de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.

1.2.3. A CONTRATADA é responsável pela qualidade final do objeto contratado.

1.2.4. A CONTRATADA deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a obra ser acompanhada de suas respectivas ARTs - Anotação de Responsabilidade Técnica, junto à entidade profissional competente, dos Responsáveis Técnicos.

1.3. **Da Vigência do Contrato :**

1.3.1. A vigência do termo de contrato terá um prazo de **12 (doze) meses**, para sua completa realização, salvo interrupção autorizada pela contratante, por qualquer motivo de força maior que venha ocorrer, conforme previsão do edital.

1.4. **Do Prazo de Garantia:**

1.4.1. A CONTRATADA obriga-se a dar pela obra prazo de garantia mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo da obra pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, DAS MEDIÇÕES, DA FORMA DEPAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

2.1. Pagará, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, à CONTRATADA, pela execução do objeto relacionado na Cláusula Primeira, o Valor Total de R$ ----------

2.2. No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

2.3. As despesas decorrentes deste Contrato serão suportadas pela Reserva Orçamentária nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

** , Nota de Empenho nº **:

2.4. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos, ficando o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC obrigado a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

2.5. Mensalmente, a Fiscalização realizará a conferência da execução dos serviços e a medição dos quantitativos efetivamente executados no período:

2.6. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar o seu relatório de medição dos serviços executados no período para análise da Fiscalização. O relatório deve ser endereçado ao Departamento de Engenharia do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC e protocolado.

2.7. A 1ª medição deverá ser apresentada após, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da obra e abrangerá a medição física dos serviços executados no período anterior.

2.8. Os serviços previstos no orçamento contratado serão medidos, desde que totalmente executados de acordo com o projeto;

2.9. O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC analisará a medição e a aprovará, parcial ou totalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após o protocolamento da mesma, autorizando a CONTRATADA a emitir Nota Fiscal dos serviços aprovados;

2.10. Após a análise do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, constatadas eventuais divergências,a CONTRATADA deverá providenciar as devidas correções em até 05 (cinco) dias úteis;

2.11. Após o fechamento e aprovação da medição, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC autorizará a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos serviços executados no período, endereçando-a ao Departamento de Engenharia, sendo que posteriormente o Departamento de Engenharia irá remetê-la à Divisão Financeira do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

2.12. O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

2.13. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à CONTRATADA o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

2.14. Caso o objeto esteja em desacordo com o especificado ou apresente vício construtivo, o Termo deRecebimento Provisório somente será emitido após a devida correção.

2.15. Para pagamento da Nota Fiscal de cada uma das parcelas, é indispensável que a CONTRATADA apresente comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, por meio das guias GPS - Guia da Previdência Social e GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo deServiço e Informações à Previdência Social, relativo aos empregados que executaram o serviço, bem como do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando couber:

2.16. Em se tratando de INSS, a CONTRATADA deverá preencher as guias de recolhimentode conformidade com as Ordens de Serviço do Ministério da Previdência e Assistência Social, constando o nome do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, o número do Contrato ao qual se vinculam e o(s) número(s) da(s) fatura(s) correspondente(s);

2.17. As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e à mão-de-obra alocada para esse fim.

2.18. Por ocasião da apresentação ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC da nota fiscal, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISS correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à emissão da nota fiscal.

2.19. Na eventualidade da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, do FGTS e/ou do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devidamente quitada, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

2.20. Junto com a Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar, referente a todos os empregados que executaram o serviço no período abrangido pelo relatório apresentado, sob pena do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC efetuara retenção do valor devido nos termos da legislação vigente, sobre o valor faturado:

2.21. Relação nominal de todos os empregados, bem como o comprovante de recolhimentodas contribuições sociais incidentes sobre a fatura;

2.22. Comprovantes de pagamentos dos salários recebidos e recolhimentos do FGTS e INSS, última competência, referentes aos seus empregados.

2.23. Havendo retenção, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, para fins de devolução da quantia retida.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

2.24. Se a CONTRATADA não apresentar os comprovantes referidos nos itens 2.18 e 2.19 no prazo fixado, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

2.25. Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados;

2.26. Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

2.27. Se durante a execução do Contrato expirar-se o prazo de validade das certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

2.28. Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

2.29. Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilidade por parte do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC,o valor da parcela poderá ser atualizado — pro rata die - de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE.

2.30. O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer (quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC na execução deste Contrato;

2.31. A suspensão do(s) pagamento(s) permanecerá até a devida regularização por parte da CONTRATADA.

2.32. No caso da CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial ou, se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

2.33. No caso da CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com osdemais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

2.34. A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 2.29 e 2.30 assegura ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC o direito de rescindir o contrato.

2.35. As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

Órgão: 05.001 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS/DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

1.009 - PAVIMENTAÇÕES DE ESTRADAS, RUAS E PASSEIOS

52 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 2.501.7000.0000.00 - Outros Recursos Não Vinculados

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

3. CLÁUSULA TERCEIRA: PRAZO DE EXECUÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

3.1. O prazo de execução da obra deverá ser de **04 (quatro) meses**, após a expedição da Ordemde Serviço efetuada pelo Departamento de Obras do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

3.2. O objeto estará sujeito à conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade coma proposta da CONTRATADA e o presente Contrato podendo, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de análises aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da CONTRATADA.

3.3. Havendo a necessidade de adequação(ões) será concedido prazo de até 15 (quinze) dias após comunicação escrita de sua conclusão, pela CONTRATADA, mediante Termo circunstanciado assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA e visado pela fiscalização para as correções da obra, sendo que o descumprimento do(s) prazo(s) estabelecido(s) implicará na aplicação da multa especificada na Cláusula Nonadeste Contrato, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pelo MUNICÍPIODE ERVAL VELHO/SC.

3.4. Caso os serviços constantes do objeto não sejam aprovados na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanada(s) a(s) irregularidade(s).

3.5. Ao término da obra, a CONTRATADA deverá comunicar ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, por escrito e protocoladamente a conclusão da mesma, juntamente com a entrega do Relatório Final.

3.6. Em até 15 (quinze) dias contados da comunicação, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC emitirá laudo de realização da fiscalização concluída, no qual fará constar as exigências necessárias às eventuais adequações, correções e demais atos para a perfeita conclusão da obra.

3.7. Atestando a qualidade e conformidade da execução da obra, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC receberá provisoriamente.

3.8. A obra somente será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do seurecebimento provisório, prazo no qual a CONTRATADA fica inteira e integralmente responsável por qualquer reparo, correção, adequação ou outros que se mostrarem necessários, às suas expensas, mediante simples notificação do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, na qual assinalará prazo para realização dos serviços apontados.

3.9. O recebimento definitivo se dará por meio de Termo de Recebimento formal ou pelo simples decurso do prazo previsto neste Contrato, com exceção dos eventos abaixo:

3.10. S

uspende o curso do prazo para o recebimento definitivo, a notificação do MUNICÍPIODE ERVAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

VELHO/SC, no sentido de que a CONTRATADA deva realizar o serviço de adequação, correção ou outro eventualmente apontado e verificado. O prazo recomeça a correr tão logo o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC ateste a realização do serviço conforme apontado e exigido;

3.11. Caso seja retido na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade somente quando sanada a irregularidade constatada. O prazo recomeça a correr tão logo o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC ateste a realização conforme do objeto contratado.

4. **CLÁUSULA QUARTA: DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES**

4.1. A CONTRATADA deverá utilizar na obra apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela segurança, manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos, de acordo com o Anexo I do Edital.

4.2. O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC se reserva no direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontar a fiscalização do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

4.3. O canteiro de obras deverá ser instalado com área suficiente para desenvolver todas as atividades necessárias:

4.4. O canteiro de obras deve ser mantido organizado.

4.5. A CONTRATADA é obrigada a manter, por conta própria, as instalações da obra em perfeita condições de conservação, limpeza, pintura e segurança, pelos prazos fixados no edital de licitação e/ou no Contrato.

4.6. A CONTRATADA deverá providenciar a execução de um painel, com uma **placa da obra**, conforme modelo apresentado pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

4.7. As placas deverão estar instaladas em até 05 (cinco) dias após ser dada a Ordem de Serviço da respectiva obra;

4.8. No canteiro de obras, só poderão ser colocadas outras placas de eventuais subcontratados e de firmas fornecedoras, após prévio consentimento da Administração Municipal.

4.9. Correrá por conta da CONTRATADA toda e qualquer operação para mobilização e desmobilização do canteiro de obras e, ao final, deverão ser recompostas todas as características originais, às suas expensas, devendo comunicar expressamente o Departamento de Engenharia, antes de qualquer modificação necessária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

5. **CLÁUSULA QUINTA - CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL**

5.1 As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

5.2 A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013, e se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

5.3 A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante à CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

5.4 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar: I - Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrava – PAR, nos termos do Decreto nº 8.420/2015 e Instrução Normativa CGU nº 13/2019, com aplicação das sanções administravas porventura cabíveis; II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013;

5.5 A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

6. CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

6.1. Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a fauna e a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;

6.2. Empregar apenas produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal;

6.3. Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadas que, por

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente;

6.4. Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da **Resolução CONAMA nº 307/2002, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:**

6.5. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

6.6. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

6.7. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

6.8. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

6.9. Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

6.10. Assumir, sem ônus para o CONTRATANTE, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

7.1. Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de **Serviço para início da obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o Departamento de Engenharia** do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar o Diário de Obra, onde será feito o registro do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações.

7.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviço, as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs dos responsáveis técnicos pela obra.

7.3. A fiscalização da execução da obra será realizada pelo Departamento de Engenharia do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC e/ou por profissional da área, designado pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, que manterá o acompanhamento de forma permanente ou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

qualquer responsabilidade pela obra.

7.4. O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer diariamente à obra, devendo ainda a CONTRATADAmanter um Mestre de Obras (encarregado) permanente, durante a execução da mesma, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC sobre o andamento da obra, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

7.5. A CONTRATADA fica obrigada a manter em **local de fácil acesso e à disposição da fiscalização, preferencialmente no local dos serviços o "Diário de Obra".**

7.6. A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.

7.7. O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

7.8. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

7.9. A fiscalização do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, da CONTRATADA, a terceiros e ao meio ambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:

7.10. Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.

7.11. A fiscalização dos serviços pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.

7.12. Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 6514/77, relativamente à Segurança e Medicina do Trabalho, regulamentada pela Portaria nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

3214/78, emespecial as Normas Regulamentadoras NR-5 – CIPA; NR-6 – EPI; NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR-10 – Instalações e Serviços em Eletricidade e NR- 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, em todos os seus itens, subitens e anexos, sendo os custos decorrentes incluídos no preço proposto.

7.13. A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

7.14. A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança desuas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem comotomando, ou fazendo com que sejam tomadas, asmedidas corretivas necessárias.

7.15. Todas as ações judiciais, decorrentes da execução do contrato que diretamente ou indiretamente responsabilizem o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas ou garantidos por meio de carta de fiança bancária, em nome da contratada e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando judicialmente o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC for excluído da lide pela Justiça desta responsabilidade.

7.16. Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.

7.17. A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente,por escrito, o MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.1. A extinção contratual, em favor do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

alterações.

8.2. A rescisão contratual, em favor da CONTRATADA, terá lugar de pleno direito, após regular notificação ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, com prazo de 15 (quinze) dias úteis de antecedência e desde que persistam os fatos geradores de notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

8.3. Supressão, por parte do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, de obras, serviços ou comprasque acarrete modificação do valor inicialdo contrato além do limite pemitido no art. 125, , da Lei nº 14.133/2021;

8.4. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenhacontribuído;

8.5. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.

8.6. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenhacontribuído;

8.7. Não liberação pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

8.8. Os emitentes das garantias previstas neste contrato deverão ser notificados pelo MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.9. A extinção do contrato poderá ocorrer também:

a) Por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

8.11. A extinção determinada por ato unilateral do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC;

b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

8.12. Execução da garantia contratual para:

a) Ressarcimento do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC por prejuízos decorrentes da não execução;

b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) Pagamento das multas devidas ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC;

d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

8.13. A retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC e das multas aplicadas.

9. CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1 As sanções dispostas no Contrato poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município e das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

9.2 Sem prejuízo da faculdade previstas nos art. 137 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, a não observância do cronograma contratual sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a con figurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentaçãoda garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.3 O contrato a ser assinado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pela MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I - falência;

II - concordata;

III - insolvência;

IV - dissolução judicial ou extrajudicial;

V - inobservância de dispositivos legais;

VI - inadimplemento de obrigação contratual.

9.4 A licitante vencedora que, devidamente convocada, deixar de comparecer para a assinatura do contrato ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133, inclusive multa de 0,5% até 30% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.6 A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termosda legislação vigente.

9.7 Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do **Município**, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
www.ervalvelho.sc.gov.br
RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

10. **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. Fazem parte integrante deste **Contrato**, como se transcrito estivessem literalmente, a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº ----------/2024 - MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC** e a Proposta da **CONTRATADA**, com todos os seus anexos.

10.2. Os casos omissos neste **Contrato** serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

10.3. A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do **Contrato**, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4. Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Herval D'Oeste/SC como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste **Contrato,** do Edital ou da Proposta da **CONTRATADA**.

10.5. É vedada a transferência do **Contrato** a terceiros, no todo ou em parte, devendo a **CONTRATADA** cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do **Contrato** não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

10.6. O **MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC** designa como **ÓRGÃO GESTOR**, o **Departamento de Obras**, que terá aincumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto,bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

10.7. O Município designa, ainda, como fiscal do Contrato, o Sr. Guilherme Clamer Teles – Engenheira Civil – CREA SC 203582, Fiscal do Contrato e da Obra

10.8. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões do objeto, nos termos do Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

E, por estarem desta forma de pleno acordo entre si, assinam as partes o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

ERVAL VELHO/SC, ---- de ----- de 2024.

SEVERINO JAIME SCHMIDT
Prefeito

Contratada

Testemunhas

63

Câmara Municipal

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 003/2024 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132824

Justificativa do Projeto de Lei Legislativo
Nº 003/2024, de 27 de junho de 2024.

Excelentíssima Senhora Vereadora,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

É com satisfação que saúdo Vossas Excelências e, ao mesmo tempo, apresento o Projeto de Lei que proíbe a queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de alto impacto sonoro, tecnicamente classificados como "fogos de estampido" e "artigos explosivos".
Os fogos de artifício são os responsáveis pelos mais diversos tipos de acidentes, causando lesões, mutilações, deficiências e muitas vezes levando a morte. As explosões são responsáveis, também, por causarem uma excessiva perturbação aos idosos, crianças, animais, autistas, meio ambiente e tantos outros. Segundo especialistas, o ouvido humano suporta até 80 decibéis e uma queima de fogos pode produzir sons de até 140 decibéis.
O Projeto visa o bem-estar de todos, mas com um olhar especial aos animais, doentes, autistas crianças e meio ambiente.
O objetivo desta proposta é valorizar a saúde e o bem-estar social para humanos e animais, de forma ética, buscando alternativas eficazes para propiciar melhorias em nosso convívio, minimizando problemas de nossa realidade, respeitando o compromisso assumido com a comunidade e cumprindo com o nosso papel de Legislador.
Sendo assim, proponho uma reflexão sobres os reais benefícios de comemorações barulhentas: Será que todos gostam? Será que os idosos e doentes aprovam? Os tutores de animais se sentem felizes com os transtornos trazidos aos seus estimados companheiros?

Deixando claro que não somos contrários ao espetáculo pirotécnico com bonito efeito de luzes e, sim, contra os fogos que só geram estrondos, provocando riscos de mutilação ou morte a seres humanos e tornam-se instrumentos de tortura e morte aos animais.
Por todo o exposto, espera o autor o apoio dos nobres vereadores na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Erval Velho, Estado de Santa Catarina em, 27 de junho de 2024.
Acyr da Silva
Vereador– MDB

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO
Nº 003/2024 DE 27 DE JUNHO DE 2024

"PROÍBE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO - SC, A UTILIZAÇÃO, QUEIMA, SOLTURA E MANUSEIO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTEFATOS PIROTÉCNICOS DE ALTO IMPACTO SONORO, TECNICAMENTE CLASSIFICADOS COMO "FOGOS DE ESTAMPIDO" E "ARTIGOS EXPLOSIVOS" QUE PRODUZAM BARULHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
O Vereador abaixo signatário, com assento nesta Colenda Casa de Leis, valendo-se das prerrogativas regimentais, encaminha para apreciação e deliberação do Plenário o seguinte PROJETO DE LEI DE INICITIVA LEGISLATIVA:

Art. 1º Fica proibido o uso de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que causem poluição sonora, como estouros e estampidos, em todo território do Município de Erval Velho/SC - em ambientes abertos, áreas públicas e locais privados.

§ 1º A proibição prevista no "caput" deste artigo é aplicada também aos eventos e festividades públicas do Município de Erval Velho/SC.

§2º Para efeito dos dispositivos constantes no "caput" deste artigo, são considerados fogos e artefatos pirotécnicos:

I - os fogos de vista com estampido;
II - os foguetes, com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, com ou sem bomba;
III - os chamados "pots-à-feu", "serpentes voadoras" ou similares;
IV - as baterias;
V - os demais fogos de artifício que causem poluição sonora.

Art. 2º. A utilização de fogos de artifício em desconformidade com o disposto no artigo 1º desta Lei sujeitará os responsáveis à punição progressiva com o pagamento de multa e às seguintes sanções:

I - multa no valor de 10 (dez) Unidade Fiscal de Referencia Municipal – UFRM vigente;

§1º Na hipótese de reincidência, o valor das multas será duplicado.

Art. 3º A fiscalização dos dispositivos constantes nesta Lei será de competência dos órgãos competentes da Administração Municipal, das forças policiais e por qualquer cidadão.

Art. 4° A aplicação das multas decorrentes da infração ficará a cargo dos órgãos competentes da Administração Pública Municipal.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber em até 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 6° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Erval Velho, Estado de Santa Catarina em, 27 de junho de 2024.
Acyr da Silva
Vereador – MDB

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 98/2024

Publicação Nº 6132439

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC
Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br
CNPJ: 83 009 910/0001-62

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO nº 98/2024.
Código registro TCE:594A8BBA1BD7B0C1BE4A7F7EFB2C3C85366648CA
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes.
Contratado: **NECO CONSTRUCOES LTDA.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA (SC). Do Preço do objeto contratado é da ordem de R$ 459.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), pagáveis de acordo com o cronograma Físico Financeiro do setor de engenharia, mediante medições a apresentação da respectiva nota fiscal e relatórios de trabalho, devidamente recebida e liquidada pelo fiscal do presente contrato. Prazo de vigência: até 27/06/2024.
Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de Junho de 2024.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2023

Publicação Nº 6131084

FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br

CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 026/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no Edital de Concurso Público n° 001/2023. O qual dispõe sobre o resultado final e homologação do Concurso Público 001/2023.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 7:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00.

Art. 3º Os aprovados no Concurso público ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar as seguintes documentações (cópia) para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência - atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir

FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br

CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B
- Contra Tétano
- Contra Febre Amarela
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados os próximos candidatos da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 25 de junho de 2024.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal.

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

FAXINAL DOS GUEDES - SC

GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br

CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

ANEXO I

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - 40 HRS

CANDIDATO	SITUAÇÃO
CRISTIANE APARECIDA DA LUZ SUTIL	APROVADA
DAYANE SILVA ANDRADE DE OLIVEIRA	APROVADA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 40 HRS

CANDIDATO	SITUAÇÃO
GABRIELE SGARBOSSA DE OLIVEIRA	APROVADA
DAIANE LUCIA GAZZOLA	APROVADA
MARIA ELISA PIERECK MARTINS MADALENA	APROVADA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 114/2024

Publicação Nº 6132221

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC
Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br
CNPJ: 83 009 910/0001-62

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO,
Código registro TCE: FFA25A207C83441D20E8CA801FA68AA709A5904B
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 114/2024.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 115-24.
No dia 27 do mês de junho do ano de 2024 o(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA (SC) - COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA (SC) - COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.** Tendo como vencedora a Empresa: **NECO CONSTRUCOES LTDA.**
GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 120/2024

Publicação Nº 6131834

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - Faxinal dos Guedes
CEP: 89694-000 CNPJ: 83.009.910/0001-62 Telefone: (49) 3436-4300
E-mail: gabinete@faxinal.sc.gov.br Site: http://faxinal.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 121/2024

Processo Adm.: **120/2024**
Data do Processo: **12/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 120/2024
b) Nr. Licitação: 121/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *AQUISIÇÃO MATERIAL, ALIMENTOS DO GÊNERO COFFEE BREAK, DESTINADO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, A QUAL PROMOVE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA AS EQUIPES PEDÁGOGICAS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS QUE COMPÕE O QUADRO DA SECRETARIA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO*

Participante: CLARICE SONIA KOLLER 69404054968

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BOLO DE CHOCOLATE - BOLO DE CHOCOLATE , sem recheio, com cobertura de chocolate com granulado. Bolo feito de forma retangular; embalagem plástica para não alterar a qualidade do produto. Pronto para Consumo.	60,000	KG	25,4667	1.528,00
2	BOLO DE CENOURA - BOLO DE CENOURA, sem recheio, com cobertura de chocolate com chocolate granulado. Bolo feito de forma retangular, embalagem plástica para não alterar a qualidade do produto. Pronto para consumo.	60,000	KG	25,4667	1.528,00
3	BOLO DE COCO - BOLO DE COCO, sem recheio, com cobertura de leite condensado com coco em flocos. Bolo feito em forma retangular, embalagem plástica para não alterar a qualidade do produto. Pronto para consumo.	60,000	KG	25,4667	1.528,00
4	ESFIRA RECHEADA - ESFIRA RECHEADA, peso mínimo 40g, nos sabores frango, carne de gado moída e presunto e queijo.	1.000,0	UND	2,1233	2.123,30
5	MINI COXINHA - MINI COXINHA, com recheio de frango com requeijão, carne moída ou presunto e queijo.	1.000,0	UND	1,35	1.350,00
6	MINI BOLINHAS DE QUEIJO - MINI BOLINHAS DE QUEIJO, com recheio de queijo. Produzidos com matéria-prima de 1º qualidade. Devem estar íntegros (inteiros), cor, aroma e sabor característico. Livre de sujidades e quaisquer outros materiais não pertencentes ao alimento. Peso aproximado de 25 g.	1.000,0	UND	1,35	1.350,00
7	MINI PASTEL FRITO - MINI PASTEL FRITO, com carne de gado moída. Feitos no dia. Produzidos com matéria-prima de 1º qualidade. Devem estar íntegros (inteiros), cor, aroma e sabor característico. Livre de sujidades e quaisquer outros materiais não pertencentes ao alimento. Peso médio de 25g.	1.000,0	UND	1,3833	1.383,30

Total do Participante: **10.790,60**

Protocolo: c8e8c01f-85b3-4a42-9a0c-6da798fdd161 Usuário: Rikelvin.DallAcq Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Total Geral: 10.790,60

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	04.001.12.361.1201.2036.3.3.90.00.00	R$ 10.790,60

Faxinal dos Guedes, 27/06/2024

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

Protocolo: c8e8c01f-85b3-4a42-9a0c-6da798fdd161 Usuário: Rikelvin.DallAcq Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 123/2024

Publicação Nº 6131262

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - Faxinal dos Guedes
CEP: 89694-000 CNPJ: 83.009.910/0001-62 Telefone: (49) 3436-4300
E-mail: gabinete@faxinal.sc.gov.br Site: http://faxinal.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 124/2024

Processo Adm.: **123/2024**
Data do Processo: **13/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 123/2024
b) Nr. Licitação: 124/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *AQUISIÇÃO DE PEDRAS BRANCAS DE JARDIM PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.*

Participante: GILBERTO BORGES DA CRUZ 03579465961

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PEDRA BRANCA PARA JARDIM TAMANHO MÉDIO (2CM A 4CM APROXIMADAMENTE) - PEDRA BRANCA PARA JARDIM TAMANHO MÉDIO (2CM A 4CM APROXIMADAMENTE)	5.000,0	KG	1,15	5.750,00

Total do Participante: **5.750,00**

Total Geral: 5.750,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	05.001.15.451.1501.2050.3.3.90.00.00	R$ 7.003,50

Faxinal dos Guedes, 27/06/2024

.....
GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

.....
Assinatura do Responsável

Protocolo: f44ceefc-787d-4896-8e63-2b3bfd28285b Usuário: Rikelvin.DallAcq Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 125/2024

Publicação Nº 6131565

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - Faxinal dos Guedes
CEP: 89694-000 CNPJ: 83.009.910/0001-62 Telefone: (49) 3436-4300
E-mail: gabinete@faxinal.sc.gov.br Site: http://faxinal.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 126/2024

Processo Adm.: **125/2024**
Data do Processo: **14/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 125/2024
b) Nr. Licitação: 126/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSMISSÕES E BOLETINS DAFASE MICROREGIONAL DOS JASC NA MUNICIPALIDADE, NAS DATAS DE 28/06/2024 ATÉ 30/06/2024 E DE 05/07/2024 ATÉ 07/07/2024. DEPARTAMENTO DE ESPORTES.*

Participante: JUCINEI RODRIGO MACHADO 05750023958

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSMISSÕES E BOLETINS DA FASE MICROREGIONAL DOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA-JASC QUE ACONTECERÃO NA MUNICIPALIDADE NAS DATAS DE 28/06/2024 ATÉ 30/06/2024 E DE 05/07/2024 ATÉ 07/07/2024 -TRANSMISSÃO DA ABERTURA OFICIAL, COM ENTREVISTA, FOTOS E DIVULGAÇÃO DOS JASC -DUAS EQUIPES PARA ACOMPANHAR VÁRIAS MODALIDADES, COM TRANSMISSÕES SIMULTÂNEAS -JOGOS DEFUTSAL COM TRANSMISSÕES NA PRIMEIRA FASE, MATA-MATA, SEMIFINAL E FINAL -JOGOS DE BOCHA COM TRANSMISSÕES NA PRIMEIRA FASE, MATA-MATA, SEMIFINAL E FINAL -DE MAIS MODALIDADES TERÃO BOLETINS GRAVADOS OU TRANSMISSÕES AO VIVO, COM ENTREVISTAS E RESULTADOS -FINAL DE CADA APRESENTAÇÃO DE BOLETIM ATUALIZANDO OS RESULTADOS E PROJETANDO O PRÓXIMO DIA -ATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS, POSTANDO FOTOS E DESTAQUE DO DIA -TRANSMISSÕES AO VIVO PELAS REDES DE MIDIAS SOCIAIS DA LICITANTE E DA PREFEITURA MUNICIPAL - 3 PESSOAS (MÍNIMO) TRABALHNADO POR DIA DE EVENTO, COM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS **MONTAR ESTUDIO (ESPAÇO RESERVADO) PARA ENTREVISTAS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSMISSÕES E BOLETINS DA FASE MICROREGIONAL DOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA-JASC QUE ACONTECERÃO NA MUNICIPALIDADE NAS DATAS DE 28/06/2024 ATÉ 30/06/2024 E DE 05/07/2024 ATÉ 07/07/2024 -TRANSMISSÃO DA ABERTURA OFICIAL, COM ENTREVISTA, FOTOS E DIVULGAÇÃO DOS JASC -DUAS EQUIPES PARA ACOMPANHAR VÁRIAS MODALIDADES, COM TRANSMISSÕES SIMULTÂNEAS -JOGOS DEFUTSAL COM TRANSMISSÕES NA PRIMEIRA FASE, MATA-	1,000	SER	5.000,00	5.000,00

MATA, SEMIFINAL E FINAL
-JOGOS DE BOCHA COM TRANSMISSÕES NA PRIMEIRA FASE, MATA-MATA, SEMIFINAL E FINAL
-DE MAIS MODALIDADES TERÃO BOLETINS GRAVADOS OU TRANSMISSÕES AO VIVO, COM ENTREVISTAS E RESULTADOS
-FINAL DE CADA APRESENTAÇÃO DE BOLETIM ATUALIZANDO OS RESULTADOS E PROJETANDO O PRÓXIMO DIA
-ATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS, POSTANDO FOTOS E DESTAQUE DO DIA
-TRANSMISSÕES AO VIVO PELAS REDES DE MIDIAS SOCIAIS DA LICITANTE E DA PREFEITURA MUNICIPAL
- 3 PESSOAS (MÍNIMO) TRABALHNADO POR DIA DE EVENTO, COM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS

**MONTAR ESTUDIO (ESPAÇO RESERVADO) PARA ENTREVISTAS

Total do Participante: **5.000,00**

Total Geral: 5.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS	04.003.27.812.2701.2045.3.3.90.00.00	R$ 5.000,00

Faxinal dos Guedes, 27/06/2024

.....

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

.....

Assinatura do Responsável

Protocolo: 3ff0b99e-45c7-4b27-abb8-ea33d5bc491f Usuário: Rikelvin.DallAcq Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 129/2024

Publicação Nº 6132589

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - Faxinal dos Guedes
CEP: 89694-000 CNPJ: 83.009.910/0001-62 Telefone: (49) 3436-4300
E-mail: gabinete@faxinal.sc.gov.br Site: http://faxinal.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 130/2024

Processo Adm.: **129/2024**
Data do Processo: **17/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 129/2024
b) Nr. Licitação: 130/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *AQUISIÇÃO DE MADEIRAS TRATADAS PARA EXECUÇÃO DE PERGOLADO SOBRE O CHIMARRÓDROMO. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.*

Participante: MADEIREIRA CASAGRANDE LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BARROTE DE MADEIRA PINUS TRATADO 15 X 15 X 300 (CM) - BARROTE DE MADEIRA PINUS TRATADO 15 X 15 X 300 (CM)	4,000	UND	236,00	944,00
2	BARROTE DE MADEIRA PINUS TRATADO 8 X 15 X 400 (CM) - BARROTE DE MADEIRA PINUS TRATADO 8 X 15 X 400 (CM)	2,000	UND	168,00	336,00
3	BARROTE DE MADEIRA PINUS TRATADO 5 X 15 X 300 (CM) - BARROTE DE MADEIRA PINUS TRATADO 5 X 15 X 300 (CM)	10,000	UND	79,00	790,00

Total do Participante: **2.070,00**

Total Geral: 2.070,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	05.001.15.451.1501.2050.3.3.90.00.00	R$ 2.070,00

Faxinal dos Guedes, 27/06/2024

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

Protocolo: 64f4589c-102b-4e23-a8d5-e1c5d8b26272 Usuário: Rikelvin.DallAcq Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 137/2024

Publicação Nº 6131097

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - Faxinal dos Guedes
CEP: 89694-000 CNPJ: 83.009.910/0001-62 Telefone: (49) 3436-4300
E-mail: gabinete@faxinal.sc.gov.br Site: http://faxinal.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 138/2024

Processo Adm.: **137/2024**
Data do Processo: **20/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 137/2024
b) Nr. Licitação: 138/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *AQUISIÇÃO DE COXA DE GALO (CARNE FIRME) PARA USO NA FESTIVIDADE DO RISOTACHO, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO. DEPARTAMENTO DE CULTURA.*

Participante: ODAIR LUIZ ZAVASCKI LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	COXA E SOBRECOXA DE GALO (CARNE FIRME) EMBALAGEM DE 1KG - COXA E SOBRECOXA DE GALO (CARNE FIRME) EMBALAGEM DE 1KG	510,000	KG	7,50	3.825,00

Total do Participante: **3.825,00**

Total Geral: 3.825,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS	04.002.13.392.1301.2044.3.3.90.00.00	R$ 3.825,00

Faxinal dos Guedes, 27/06/2024

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

Protocolo: 8e553a76-aba2-4957-806b-f07a935a5e5a Usuário: Rikelvin.DallAcq Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 138/2024

Publicação Nº 6131128

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - Faxinal dos Guedes
CEP: 89694-000 CNPJ: 83.009.910/0001-62 Telefone: (49) 3436-4300
E-mail: gabinete@faxinal.sc.gov.br Site: http://faxinal.sc.gov.br

INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 139/2024

Processo Adm.: 138/2024
Data do Processo: 21/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 138/2024
b) Nr. Licitação: 139/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EMISSÃO DE PROJETO, EMISSÃO DE ART/RRT, E REUGALARIZAÇÃO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CREA DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO NATALINA DO ANO DE 2023. DEPARTAMENTO DE CULTURA.*

Participante: ANGULAR PROJETOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EMISSÃO DE PROJETO, EMISSÃO DE ART/RRT, E REUGALARIZAÇÃO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CREA DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO NATALINA DO ANO DE 2023. - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EMISSÃO DE PROJETO, EMISSÃO DE ART/RRT, E REUGALARIZAÇÃO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CREA DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO NATALINA DO ANO DE 2023.	1,000	SER	1.500,00	1.500,00

Total do Participante: **1.500,00**

Total Geral: 1.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	03.001.04.123.0402.2034.3.3.90.00.00	R$ 1.500,00

Faxinal dos Guedes, 27/06/2024

.....
GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

.....
Assinatura do Responsável

Protocolo: 0d30aff8-bf46-4c7b-adeb-bdc243eb1418 Usuário: Rikelvin.DallAcq Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Flor do Sertão

Prefeitura

LEI COMPLEMENTAR N. º 36/2024 SUBSTITUI A LEI COMPLEMENTAR N° 11/2007 E INSTITUI O NOVO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

Publicação Nº 6132506

ÍNDICE
ANEXO 52
LEI COMPLEMENTAR N. º 36/2024
SUBSTITUI A LEI COMPLEMENTAR N° 11/2007 E INSTITUI O NOVO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOEFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

TÍTULO I
CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Flor do Sertão/SC, que obedecerá aos objetivos e às diretrizes básicas desta Lei.
§ 1º O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Flor do Sertão, visa ordenar o espaço urbano ou de fins urbanos e de expansão de sua área urbana consolidada, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado e abrange as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.
§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como, os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.
Art. 2º. Este Plano Diretor abrange todo o território do Município de Flor do Sertão, adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade, definindo:
I. a política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;
II. os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;
III. os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;
IV. as regras orientadas do uso e da ocupação do solo;
V. o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.
§ 1º A interpretação da presente Lei, será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos com as disposições da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei, que se encontram formalizados do Glossário anexo.

Art. 3º. O Plano Diretor de Desenvolvimento consolida as normas gerais, os objetivos e as diretrizes técnicas urbanísticas aplicáveis ao Município de Flor do Sertão, observando-se o disposto na sua Lei Orgânica, na legislação urbanística citada ao longo dessa lei, podendo, ainda, ser integrado por outras normas regulamentares.
Parágrafo único. A presente Lei é denominada: "Lei do Plano Diretor", dispondo sobre os objetivos, as diretrizes e as estratégias de desenvolvimento do Município.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Constituem objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Flor do Sertão:
I. garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos, à segurança, ao trabalho e ao lazer;
II. orientar as ações dos diversos agentes, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;
III. garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;
IV. orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste Plano Diretor, visando aproximar o planejamento realizado da gestão urbana cotidiana;
V. promover a justiça social e reduzir as desigualdades no Município, buscando a reversão do processo de segregação sócio espacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais;
VI. elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;
VII. fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;
VIII. racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;

IX. garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes das obras e dos serviços de infraestrutura urbana;
X. garantir acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS
Seção I - Da Função Social da Cidade e da Propriedade

Art. 5º. A função social da cidade e da propriedade urbana no Município consiste na utilização da propriedade, urbana ou rural, em consonância com os objetivos sociais da cidade impondo limites ao direito de propriedade, para garantir que o exercício deste direito não seja prejudicial ao bem coletivo. Conforme Art. 182 da Constituição Federal § 2º a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor.

Art. 6º O cumprimento da função social da propriedade urbana será garantido através:
I. da promoção da qualidade de vida e do meio ambiente;
II. da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
III. da utilização de instrumentos que permitam a recuperação de parcela de valorização imobiliária gerada por investimentos públicos em infraestrutura social e física realizados com a utilização de impostos;
IV. do controle público sobre o uso e a ocupação do espaço urbano atendidos os parâmetros estabelecidos nesta lei para cada macrozona e zona;
V. da priorização na elaboração e execução de planos, programas e projetos para grupos de pessoas em situação de risco;
VI. da integração das políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural;
VII. do incentivo à cooperação, diversificação e atratividade, visando o enriquecimento socioeconômico-cultural do município e sua integração na região;
VIII. da gestão democrática e participativa;
IX. das ações de parceria público privada.

Art. 7º A função social da propriedade urbana ou rural será cumprida quando o exercício dos direitos a estas inerentes se submeterem aos interesses coletivos, em consonância com as disposições do Plano Diretor e de suas leis suplementares.
§ 1º. Todo proprietário de lote urbano não utilizado ou subutilizado, deverá manter sua propriedade limpa e, com passeio público construído e em boa conservação, para o cumprimento da função social da propriedade. Caso não cumpra será notificado e, posteriormente a Administração Pública fará o trabalho, cobrando os valores devidos ao proprietário.
§ 2º. Todo proprietário de propriedade rural, que tenha frente para estrada municipal, deverá manter a testada frente a estrada limpa, para o cumprimento da função social da propriedade. Caso não cumpra será notificado e, posteriormente a Administração Pública fará o trabalho, cobrando os valores devidos ao proprietário.
Seção II - Da Gestão Democrática

Art. 8º. Entende-se por gestão democrática a atuação de instâncias de participação dos cidadãos no processo de planejamento, tomada de decisão e fiscalização das ações públicas por meio de espaços institucionalizados onde o Poder Público Municipal partilha o seu direito de decisão.

Seção III - Da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Humano

Art. 9º. A sustentabilidade e o desenvolvimento humano constituem os conceitos fundamentais que articulam todas as estratégias de desenvolvimento estabelecidas no presente Plano.
Art. 10. É dever da Administração Pública Municipal, do Poder Legislativo Municipal e da comunidade zelar pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento humano no Município.
Seção IV - Dos Imóveis Subutilizados

Art. 11. Considera-se imóvel urbano subutilizado aquele que se encontre nas seguintes condições:
I. Imóvel urbano com edificação em ruína e/ou abandonado;
II. Imóvel urbano abandonado continuamente por um período de quatro anos;
III. Imóvel urbano cuja área total edificada seja inferior a 25% (vinte e cinco por cento) à resultante da aplicação do coeficiente de aproveitamento básico definido nesta lei, conforme a zona em que se situe.
Art. 12. Embora atendendo às disposições do art. 11 desta Lei, não serão considerados subutilizados os seguintes casos:
I. Imóveis com uso efetivo e regularizado para estacionamento de veículos, mediante constatação de demanda e aprovação pelo Conselho da Cidade de Flor do Sertão.
II. Imóveis com uso efetivo e regularizado para postos de abastecimento e serviços para veículos;
III. Imóveis localizados em ZEIS - Zona de Especial Interesse Social;
IV. Imóveis ocupados por equipamentos urbanos ou comunitários e áreas de Utilidade Pública.
V. Imóveis onde haja incidência de restrições jurídicas que inviabilizem atingir o coeficiente de aproveitamento mínimo;
VI. Lotes de até 200 m² (duzentos metros quadrados) de área, com habitação regular existente à data de publicação desta Lei, cujo proprietário possua um único imóvel;
VII. Lotes que até a data de publicação não tenham sido regularizados.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES

Art. 13. Para que se atinjam os objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Flor do Sertão, ficam estabelecidas as seguintes

diretrizes:
I. dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano para o futuro, e, ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;
II. dotar o Município de instrumentos jurídicos adequados, norteadores da política urbana municipal;
III. implantar as Políticas de Desenvolvimento priorizadas e definidas com a participação popular, quais sejam:
a) Desenvolvimento Ambiental;
b) Desenvolvimento Socioeconômico;
c) Desenvolvimento Habitacional;
d) Desenvolvimento de Infraestrutura;
e) Desenvolvimento da Gestão Urbana

TÍTULO II
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 14. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao saneamento básico, recursos naturais e disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 15. A política tem por objetivo:
I. compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;
II. aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;
III. implantar o programa de coleta seletiva de resíduos sólidos;
IV. articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;
V. dar continuidade aos programas preventivos do uso de agrotóxicos;
VI. reutilizar as águas servidas e captação da água das chuvas;
VII. implementar o Diagnóstico socioambiental.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

Art. 16. A política de desenvolvimento ambiental será implantada através dos projetos:
I. elaboração de campanhas de conscientização da população urbana e rural, utilizando como veículo a mídia, escolas e eventos do calendário, sobre proteção ambiental;
II. reutilização das águas servidas e captação das águas pluviais, através de cisternas;
III. definição de taxa de permeabilidade para armazenamento e infiltração das águas pluviais;
IV. legislação e fiscalização para proteção ambiental nas áreas de preservação permanente;
V. preservação e recuperação da mata ciliar;
VI. criação de programa de incentivo para proteção de fontes e nascentes;
VII. implantação programas para o desenvolvimento do turismo ambiental;
VIII. realização e fiscalização sobre o controle de espécies de peixes que estão sendo colocados no habitat da região;
X. implantação de programa de educação ambiental nas escolas;
XI. mapeamento e avaliação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade do bioma;
XII. reavaliação do plano de arborização viária;
XIII. Elaboração de campanhas sobre a importância da utilização de energias renováveis e seus benefícios;
IXV. fiscalização e proibição de construções em encostas e margens dos cursos d'agua, segundo normas estabelecidas;
XV. implementação do Estudo Técnico Socioambiental.

TÍTULO III
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 17. A política tem por função promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da pequena propriedade rural, fortalecimento da indústria e do comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Art. 18. A política tem por objetivo:
I. qualificar a mão de obra;
II. fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;
III. apoiar o fortalecimento das empresas instaladas;
IV. melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;
V. agregar valor à produção rural;
VI. diversificar as atividades econômicas;
VII. dotar a área rural de oportunidades;
VIII. diversificar a atividade industrial;
IX. dotar as áreas industriais de infraestrutura.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

Art. 19. A política de desenvolvimento socioeconômico será implantada através dos projetos:
I. implantação de programas e ações voltadas à fixação da população na área urbana e rural;
II. diversificação das atividades para geração de emprego e renda;
III. diversificação da atividade industrial e viabilizar a implantação de novas empresas;
IV. Viabilização e a regularização e a expansão da área industrial;
V. Buscar parcerias para implantação de cursos de qualificação profissional para área urbana e área rural;
VI. Criação de programas de incentivo o fortalecimento do comércio local e prestação de serviços;
VII. implantação de programas e ações voltadas à fixação da população na área rural;
VIII. Criação de programas de incentivo à produção agrícola orgânica;
IX. criação de programa de incentivo à agregação de valor a produção da propriedade rural/ agricultura familiar;
X. ampliação dos programas de preservação e incentivo ao fortalecimento do setor agropecuário;
XI. ampliação da assistência técnica ao pequeno agricultor;
XII. criar programas de incentivo ao empreendedorismo;
XII. Implantação de programas para o desenvolvimento do turismo rural, com capacitação;
IXV. elaboração de projeto para alargamento e melhoria das principais estradas municipais para facilitar o escoamento da produção;
XV. elaboração de inventário com as propriedades com potencial turístico;
XVI. captação de recursos para programas que visem contribuir com educação, renda e longevidade;
XVII. melhoria da sinalização turística;
XVIII. viabilização da criação de uma Rota Turística.

TÍTULO IV
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 20. A política tem por função promover o direito à moradia como direito social básico incorporando o direito a infraestrutura e serviços, através de diretrizes locais de política habitacional, destinando áreas com infraestrutura na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 21. A política habitacional tem por objetivos:
I. mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda;
II. facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a aquisição de imóveis à população de baixa renda;
III. revisar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
IV. combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos;
V. dotar as áreas mais frágeis de infraestrutura social e equipamentos urbanos.
CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

Art. 22. A política habitacional será implantada através dos projetos:
I. viabilização da revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
II. viabilização de programa de regularização fundiária no meio rural;
III. Implantação de programa de reformas habitacionais rurais;
IV. busca de recursos para criação de programa de auxílio para reformas habitacionais para área urbana e rural;
III. aquisição de áreas para programas habitacionais;
IV. criação ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social;
V. criação de programa de auxílio para reformas habitacionais;
VI. continuação do programa de regularização fundiária - REURB;
VII. criação de novas áreas de lazer na área urbana e rural, com equipamentos de esporte e recreação.

TÍTULO V
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 23. A Política tem por função promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural visando a melhoria da qualidade de vida da população, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. 24. A Política tem por objetivos:
I. dotar com infraestrutura as estradas municipais;
II. promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
III. garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
IV. melhorar a mobilidade e acessibilidade;
V. melhorar o saneamento básico da cidade.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

Art. 25. A política de Infraestrutura será implantada pelos projetos:
I. continuidade do planejamento de manutenção das estradas municipais com cascalhamento e viabilizar o alargamento das mesmas;
II. ampliação da implantação de equipamentos nas comunidades rurais;
III. criação de lei de reserva de domínio para estradas gerais e secundárias;
IV. ampliação dos serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares na área rural;
V. articulação para a implementação de energia trifásica para todo interior;
VI. articulação para viabilizar a remoção da rede elétrica que ainda estão no meio das lavouras para as margens das rodovias ou estradas;
VII. ampliação, manutenção e modernização do sistema de iluminação pública (lâmpadas de LED);
VIII. articulação para melhoria da telefonia e serviços de internet na área urbana e rural;
IX. criação de legislação que estipule recuos para as estradas municipais;
X. viabilização da fiscalização para utilização de IPI quanto ao uso de agrotóxicos;
XI. articulação com o Governo do Estado para aumento do contingente policial;
XII. captação de recursos para melhoria e pavimentação dos acessos aos pontos turísticos;
XIII. implementação de regramento para os tratamentos de esgoto individual residencial;
XIV. ampliação dos serviços de coleta de resíduos no meio rural;
XV. realização da coleta de lixo recicláveis nos pontos turísticos;
XVI. criação de legislação para descarte de animais;
XVII. construção e recuperação de abrigos escolares;
XVIII. viabilização de cursos de capacitação técnica voltada para produção agrícola;
IXX. criação de novas áreas de lazer na área urbana e rural, com equipamentos de esporte e recreação;
XX. articulação com o Governo do Estado para aumento do contingente policial;
XXI. captação de recursos para melhoria e pavimentação dos acessos aos pontos turísticos;
XXII. implementação de regramento para os tratamentos de esgoto individual residencial;
XXIII. ampliação dos serviços de coleta de resíduos no meio rural;
XXIV. realização da coleta de lixo recicláveis nos pontos turísticos;
XXV. criação de legislação para descarte de animais;
XXVI. construção e recuperação de abrigos escolares;
XXVII. viabilização de cursos de capacitação técnica voltada para produção agrícola;
XXVIII. criação de novas áreas de lazer na área urbana e rural, com equipamentos de esporte e recreação.

TÍTULO VI
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA MOBILIDADE E DA ACESSIBILIDADE
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 26. A Política tem por função promover um conjunto de ações com vistas a melhoria da mobilidade e acessibilidade dos cidadãos, visando o acesso amplo e irrestrito a toda população a qualquer ponto da cidade, garantindo seu direito de ir e vir com segurança.

Art. 27. A Política tem por objetivos:
I. ampliar o acesso da população aos serviços e equipamentos urbanos;
II. tornar a cidade mais acessível e priorizar o pedestre e o ciclista;
III. melhorar a sinalização horizontal e vertical das áreas urbana e rural;
IV. viabilizar melhoria dos acessos à cidade;
V. melhorar o transporte escolar.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

Art. 28. A política de Mobilidade e Acessibilidade será implantada pelos projetos:
I. adequação dos prédios públicos a Lei de Acessibilidade;
II. viabilização da implantação de pistas de caminhadas e ciclovias ou ciclofaixas;
III. criação de programa de manutenção das placas de sinalização;
IV. colocação de sinalização nos entroncamentos de acesso nas estradas que vão para as comunidades;
V. colocação na legislação a obrigatoriedade, por parte dos proprietários, manter limpo as margens das estradas municipais para melhor visibilidade e trafegabilidade;
VI. articulação com os órgãos competentes para melhoria dos acessos às margens da SC 161;
VII. articulação com os órgãos competentes para construção de um trevo no entroncamento da BR 282 com a SC 161;
VIII. melhoria do transporte escolar e revisão de rotas.

TÍTULO VII
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO URBANA
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 28 A Política tem por função promover um conjunto de ações com vistas a melhoria do ordenamento territorial, visando compatibilizar os interesses da população e garantir de forma justa os benefícios da urbanização, o direito à cidadania e à gestão democrática da cidade.

Art. 29. A Política tem por objetivos:
I. aproximar o cidadão da gestão pública;

II. gerenciar os serviços e o patrimônio público;
III. garantir o atendimento ao público funcione de maneira eficiente;
IV. oportunizar a participação popular nas decisões da cidade;
V. gerir de forma racional e eficiente os recursos financeiros.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

Art. 30. A política de Gestão Urbana será implantada pelos projetos:
I. ampliação da gestão democrática com sistema de planejamento integrado e efetivo;
II. ampliação da atuação eficaz das secretarias e conselhos municipais;
III. criação do Conselho Municipal da Cidade;
IV. realização da gestão integrada das informações e dados municipais;
V. contratação de mais servidores e de fiscal;
VI. criação de programa de integração e articulação entre secretarias;
VI. capitalização de recursos financeiros para o Município.

TÍTULO VIII
DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
CAPÍTULO I
DO CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS

Art. 31. Compõem o conjunto de instrumentos disponibilizado ao Município de Flor do Sertão, além de outros indicados pelo Estatuto da Cidade:
I. do parcelamento, edificação e utilização compulsória;
II. do imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo;
III. da desapropriação por títulos da dívida pública;
IV. do direito de preempção;
V. da outorga onerosa do direito de construir-solo criado;
VI. da transferência do potencial construtivo;
VII. do consórcio imobiliário e da operação de interesse social;
VIII. das operações urbanas consorciadas;
IX. das zonas especiais de interesse social;
X. do estudo de impacto de vizinhança;
XI. da contribuição de melhoria;
XII. da gestão orçamentária participativa.
CAPÍTULO II
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Art. 32. O Poder Público Municipal poderá utilizar o instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsória como forma de induzir a ocupação de imóveis urbanos, providos de infraestrutura e equipamentos, que não estão edificados, que estão sendo subutilizados ou não utilizados, para promover o seu adequado aproveitamento nos termos estabelecidos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal, nos arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), excepcionando-se os imóveis:
I- utilizados como suporte para atividades econômicas que não necessitam de edificação para serem exercidas;
II- integrantes do sistema de áreas verdes do município;
III- localizados nas áreas de preservação ambiental;
IV– imóveis, nos quais a não edificação, não utilização ou subutilização decorram de comprovada impossibilidade jurídica, e/ou técnica;
V- único imóvel não edificado pertencente a pessoa física, com área total até 300,00 m² (trezentos metros quadrados);
VI- imóveis vinculados a programas habitacionais de iniciativa pública.
Parágrafo único. Considera-se solo urbano não edificado, lotes ou gleba com área igual ou superior a 300,00 m² (trezentos metros quadrados) de área constante no levantamento cadastral, subutilizado quando o imóvel tem área construída até 20% do IAb – Índice de Aproveitamento Básico estipulado na zona ou IA- Índice de Aproveitamento igual a zero, que mesmo edificado encontra-se em estado de abandono, esteja em ruinas, ou que, de outra forma não cumpra a função social da propriedade.
Art. 33. Nos termos do Art. 32 desta Lei Complementar, o Município de Flor do Sertão poderá exigir que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicar sucessivamente os instrumentos legais previstos, tais como:
I – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
II – imposto predial e territorial progressivo no tempo;
III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.
Art. 34. Para a utilização deste instrumento o Município identificará os imóveis que não estejam cumprindo a função social da propriedade urbana e deverá notificar os seus proprietários para que promovam no prazo de um ano o parcelamento, edificação e utilização adequadas, nas zonas: ZMC – Zona Mista Central, ZMD I – Zona Mista Diversificada 1, ZMD II – Zona Mista Diversificada 2, ZIR I – Zona de Interesse Residencial 1 e ZIR II – Zona de Interesse Residencial 2, estabelecidas para a aplicabilidade destes instrumentos.

Art. 35. O Poder Executivo notificará todos os proprietários de imóveis, localizados nas zonas de uso do solo estabelecidas no Art.34, que tenham as características estabelecidas no Parágrafo Único do Art.32 desta Lei, para que promovam o uso adequado, através de parcelamento ou edificação, de acordo com o estabelecido para sua respectiva zona.
I – A notificação será realizada por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, diretamente ao proprietário do imóvel, e em caso de o imóvel pertencer a pessoa jurídica, ao representante desta;

II – por edital quando frustrada, por 3 (três) vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I deste artigo.
§ 1º. Os proprietários notificados deverão, no prazo de 01 (um) ano, contados a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação, no Cartório de Registro de Imóveis, pela Prefeitura do Município de Flor do Sertão.
§ 2º. Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos a contar da aprovação do projeto, e deverão ser concluídos no prazo máximo de 03 (três) anos a contar da aprovação do projeto, ressalvados os projetos de grande complexidade, tais como:
a) loteamentos acima de 50 lotes;
b) projetos que dependam de licenciamento ambiental;
c) projetos industriais;
d) projetos acima de 1500,00 (um mil e quinhentos) m²;
e) unidades habitacionais multifamiliares;
f) outros projetos que sejam avaliados como tal, pelos técnicos da Secretaria responsável pela aprovação de projetos.
§ 3º. Uma vez promovido, pelo proprietário, o adequado aproveitamento do imóvel na conformidade do que dispõe esta lei, caberá à Prefeitura do Município de Flor do Sertão efetuar o cancelamento da aplicação do instrumento IPTU Progressivo no Tempo.
Art. 36. Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação, comunicar à Prefeitura Municipal uma das seguintes providências:
I– início da utilização do imóvel;
II– protocolamento de um dos seguintes pedidos:
a) alvará de aprovação de projeto de parcelamento do solo;
b) alvará de aprovação e execução de edificação.
Art. 37. As obras de parcelamento ou edificação referidas no art. 36 desta lei deverão iniciar-se no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da expedição do alvará de aprovação do projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e execução de edificação.
Art. 38. O proprietário terá o prazo de até 5 (cinco) anos, a partir do início de obras previsto no art. 37 desta lei, para comunicar a conclusão do parcelamento do solo, ou da edificação do imóvel ou da primeira etapa de conclusão de obras no caso de empreendimentos de grande porte.
Art. 39. A transmissão do imóvel, por ato inter- vivos ou causa- mortis, posterior à data da notificação, prevista no Art. 36 desta Lei Complementar, transfere ao adquirente ou concessionários obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsória previstas e discriminadas na respectiva notificação, sem interrupção de quaisquer prazos.

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 40. O Município procederá à aplicação do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo, mediante majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos, sobre a propriedade que descumprir as obrigações decorrentes da incidência de parcelamento, edificação ou qualquer de suas condições.

§ 1º O IPTU Progressivo no Tempo não incidirá em terreno com até 300m² (trezentos metros quadrados), cujo proprietário não possua outro imóvel urbano no município e/ou áreas de preservação permanente.
§ 2º Estará sujeita a aplicação do IPTU - Progressivo no Tempo na área do perímetro urbano da sede do município nas Zonas: ZMC – Zona Mista Central, ZMD I – Zona Mista Diversificada 1, ZMD II – Zona Mista Diversificada 2, ZIR I – Zona de Interesse Residencial 1 e ZIR II – Zona de Interesse Residencial 2.
Art. 41. Serão passíveis de aplicação deste instituto os imóveis que possuírem área igual ou acima de 300m² (trezentos metros quadrados) não edificados ou subutilizados.

§ 1º - Considera-se subutilizados os imóveis quando o imóvel tem área construída até 20% do IAb – Índice de Aproveitamento Básico estipulado na zona.
§ 2º - Sobre as edificações que estiverem em ruínas, ou tenham sido objeto de demolição, abandono, desabamento ou incêndio também será aplicado o IPTU Progressivo no Tempo.

Art. 42. O Município aplicará alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos consecutivos até o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar.
§ 1º. A alíquota progressiva do IPTU poderá atingir o percentual máximo de 15% (quinze por cento) do valor venal do imóvel, e não poderá ser superior a duas vezes a alíquota cobrada no ano anterior, nos termos do § 1º do artigo 7º da Lei Federal nº 10.257/2001.
§ 2º. Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 05 (cinco) anos o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a aplicação da desapropriação do imóvel, com pagamentos em títulos da dívida pública, medida prevista no artigo 47 desta Lei.
§ 3º. A mesma penalidade será aplicada no caso de descumprimento dos prazos para início e término tratados no Art. 35.
§ 4º. É vedada a concessão de isenções, anistias, incentivos ou benefícios fiscais relativos ao IPTU Progressivo de que trata esta Lei.
§ 5º. Comprovado o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ocorrerá o lançamento do IPTU sem a aplicação das alíquotas previstas nesta Lei no exercício seguinte.
§ 6º. Observadas as alíquotas previstas neste artigo, aplica-se ao IPTU Progressivo a legislação tributária vigente no Município de Flor do Sertão.
§ 7º Para fins do caput e § 1º deste artigo, as alíquotas do IPTU Progressivo no Tempo serão as seguintes:

Uso do Imóvel	Alíquota Original (%)	Alíquota Progressiva (%)				
	Base	1° Ano	2° Ano	3° Ano	4° Ano	5° Ano
Terreno Subutilizado	1	2	4	8	11	15

Terreno Não Utilizado (baldios)	2	4	8	10	13	15

• Uso de alíquotas originais serão de acordo com a Legislação do IPTU vigente para estes casos.
Art. 43. No caso do descumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, no prazo de cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra à referida obrigação, ficando garantida a posterior aplicação do instrumento de desapropriação do imóvel com pagamento em título da dívida pública.
§ 1º Para empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, com parecer dos técnicos do órgão competente do Município e autorizado pelo Conselho da Cidade, poderá ser aumentado o prazo de conclusão pelo no máximo 02 (dois) anos.
§ 2º Considera-se empreendimentos de grande porte os que possuam área superior a 1.500 m² (um mil e quinhentos metros quadrados).

Art. 44. O Proprietário do imóvel sobre o qual incidirá o IPTU progressivo no tempo será notificado pelo Poder Público, da obrigação de construção compulsória para o cumprimento da obrigação:
Parágrafo Único. A notificação far-se-á:
I - Por funcionário do órgão competente do poder público municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, o seu representante legal.
II - Por edital quando frustrada, por três vezes a notificação prevista na alínea I deste parágrafo.

Art. 45. A notificação de que trata o Art. 44 desta lei será exarada pelo Órgão competente do Poder Municipal, com autorização do Conselho da Cidade, onde conterá:
I - O endereço do imóvel;
II - O nome do proprietário e sua qualificação;
III - Prazo para o parcelamento ou edificação compulsória;
IV - Forma de utilização do imóvel.
Parágrafo Único. A notificação deverá ser averbada no Cartório de Registro de imóveis.

Art. 46. A transmissão do imóvel gravada com o ônus do IPTU progressivo no tempo, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação transfere as obrigações de parcelamento, edificação compulsória ou utilização prevista no Art. 44 desta Lei.

CAPÍTULO IV
DA DESAPROPRIAÇÃO POR TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 47. O Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, caso não tenha sido cumprida a função de parcelar, edificar e dar uso ao referido imóvel após o prazo de cinco anos de cobrança do IPTU progressivo.

Art. 48. Cabe ao Município, mediante prévia autorização do Senado Federal, emitir títulos da dívida pública com prazo de resgate de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

Art. 49. Os imóveis desapropriados serão utilizados para construção de habitações populares ou equipamentos urbanos, podendo ser alienados a particulares, mediante prévia licitação.

CAPITULO V
DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 50. O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos art. 25, 26 e 27 da Lei Federal N.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.
Parágrafo Único. O Direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:
I - Regularização Fundiária;
II - Execução de programa e projetos habitacionais de interesse social;
III - Constituição de reserva fundiária;
IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
VIII - Proteção de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 51. Ficam definidas como áreas passíveis de Direito de Preferência:
na área de expansão urbana: MEIM- Macrozona de Expansão Urbana de Interesse Misto, MEIR – Macrozona de Expansão de Interesse Residencial e MEIS – Macrozona de Expansão de Interesse Social no perímetro urbano da sede do município na ZIR II – Zona de Interesse Residencial 2.

Art. 52. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do Direito de Preempção deverão ser necessariamente oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição pelo prazo de cinco anos.

Art. 53. O Executivo deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do Direito de Preempção, dentro do prazo de 120 dias a partir da vigência da lei que a delimitou.
§ 1º No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel nas condições mencionadas no "caput", o proprietário deverá comunicar imediatamente, ao órgão competente, sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

§ 2º A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel, deve ser apresentada com os seguintes documentos:
I - Proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constaram preço, condições de pagamento e prazo de validade;
II - Endereço do proprietário, para recebimento de notificações e de outras comunicações;
III - Certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição imobiliária competente;
IV - Declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. 54. Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, a Administração poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.
§ 1º A Prefeitura fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida, da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.
§ 2º O decurso de prazo de trinta dias após o recebimento da notificação do proprietário sem a manifestação expressa da Prefeitura de que pretende exercer o direito de preferência faculta o proprietário a alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada sem prejuízo do direito à Prefeitura de exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras dentro do prazo legal de vigência do Direito de Preempção.

Art. 55. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente da Prefeitura cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel dentro do prazo de trinta dias após sua assinatura, sob pena de pagamento de multa diária em valor equivalente a 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do valor total da alienação.
§ 1º O executivo promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuadas em condições diversas da proposta apresentada, a adjudicação de imóvel que tenha sido alienado a terceiros apesar da manifestação do Executivo de seu interesse em exercer o direito de preferência e cobrança da multa a que se refere o artigo anterior.
§ 2º Em caso de nulidade da alienação efetuada pelo proprietário, o Executivo poderá adquirir o imóvel pelo valor base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

CAPÍTULO VI
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 55. Considera-se Outorga Onerosa do Direito de Construir a concessão emitida pelo Município para edificar acima do limite estabelecido pelo índice de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.
§ 1º O Direito de construir adicional será exercido até o limite estabelecido pelo índice de aproveitamento máximo.
§ 2º Para os fins desta lei considera-se:
I - Índice de Aproveitamento, o índice obtido através da divisão da área edificável pela área do lote;
II - Índice se Aproveitamento Básico, o limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira;
III - Índice de Aproveitamento Máximo, o limite máximo de aproveitamento do lote.

§ 3º Os índices de aproveitamento básico e máximo estão definidos na Tabela I- Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Anexo V, parte integrante desta Lei Complementar n° 37/2024 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 56. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas neste Plano Diretor, conforme disposição dos Artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste Plano Diretor.
Parágrafo Único. Estará sujeita a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir na área do perímetro urbano da sede do município na ZMC - Zona Mista central.

Art. 57. São Objetivos Básicos da Outorga Onerosa do Direito de Construir:
I - A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
II - Propiciar uma contrapartida à sociedade pelo incremento na utilização da infraestrutura causado pelo adensamento construtivo;
III - A geração de recursos para o atendimento da demanda de equipamentos urbanos e de serviços provocada pelo adensamento construtivo;
IV - A geração de recursos para o incremento de políticas habitacionais.
Parágrafo Único. Nas unidades territoriais citadas nos incisos deste artigo, somente será admitida a construção até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico para a zona em que se situe.

Art. 58. O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado, nos lotes, pelo índice de aproveitamento máximo para as respectivas zonas, definido na Tabela I - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Anexo V, parte integrante desta Lei Complementar n° 37/2024 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 59. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada na regularização de edificações, desde que obedecidas as exigências quanto ao índice de aproveitamento máximo.

Art. 60. Os estoques de potencial construtivo a serem concedidos pela outorga onerosa deverão ser periodicamente reavaliados, em função da capacidade de infraestrutura disponível e das limitações ambientais.

Art. 61. O direito de construir acima do índice de aproveitamento básico legalmente fixado pelo Plano Diretor deverá ser adquirido do Poder Público via contrapartida financeira, que poderá ser paga em parcelas mensais sucessivas a serem definidas pelo município, mas não poderão exceder 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 62. A cobrança/contrapartida financeira oriunda da outorga onerosa de potencial construtivo será calculada da seguinte maneira:

CT = VT:IAB
Onde:

CT: Contrapartida Financeira relativa a cada m² de área construída adicional
VT: Valor do metro quadrado do terreno fixado na Planta Genérica de Valores: PVG
IAB: índice de Aproveitamento Básico.

I - O Valor da Contrapartida Financeira não poderá exceder ao valor total do próprio terreno.
§ 1º Os recursos auferidos pela contrapartida financeira deverão ser aplicados conforme previsto no Estatuto da cidade em seu artigo 31 e com as finalidades nos incisos I a IX do artigo 26 do mesmo Instrumento.
§ 2º As prioridades serão estabelecidas pelo Orçamento Municipal, aprovadas pela Câmara Municipal.

Art. 63. A comercialização dos índices construtivos, além do índice de aproveitamento básico será adquirido através autorização do Poder Público, pela emissão de parecer técnico exarado por órgão competente do município, com aprovação do Conselho da Cidade.
§ 1º A expedição de autorização prévia para uso do acréscimo ao direito de construir além do índice de aproveitamento básico disposto no Art. 56 desta Lei deverá ser previamente à emissão do alvará de construção.
§ 2º Da autorização prévia deverá constar a quantidade de metros quadrados passíveis de aquisição, coeficiente de aproveitamento, a altura e uso da edificação, atendidas as exigências desta Lei e demais diplomas legais.
§ 3º. As vendas de áreas construtivas (solo criado) serão imediatamente suspensas mediante Decreto do Poder Executivo nos seguintes casos:
I. em caso de se constatar impacto negativo não suportável pela infraestrutura decorrente da aplicação do solo criado;
II. quando se verifique o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 64. Da solicitação de autorização prévia deverá constar:
I - Nome do proprietário e sua identificação;
II - Endereço do imóvel a ser utilizado a acréscimo do potencial construtivo.

Art. 65. A aquisição do Potencial Construtivo será averbada no Registro de Imóvel competente.

CAPÍTULO VII
DA TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 66. A transferência do potencial construtivo ou do direito de construir é um instrumento que permite aos proprietários de imóveis urbanos impedidos de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Anexo V, parte integrante desta Lei Complementar n° 37/2024 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, por limitações urbanísticas, alienar mediante escritura pública o potencial construtivo de determinado lote que tenha interesse para:
I. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
II. preservação histórica, artística, arquitetônica, arqueológica, ambiental e paisagística;
III. regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda em habitação de interesse social.

Art. 67. O proprietário de um imóvel de valor cultural ou localizado em área de proteção ambiental, impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo devido às limitações de usos definidos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial construtivo desse imóvel.

Art. 68. A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas:
I - A melhoramentos viários,
II - Programas habitacionais de interesse social
III - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

Art. 69. Ao proprietário que conceder ao Município o seu imóvel ou parte dele para fins descritos acima será concedido o benefício de transferência do potencial construtivo.

Art. 70. As Transferências do Potencial Construtivo serão admitidas para imóveis situados no perímetro urbano, nas zonas delimitadas no Zoneamento, como: ZPP I e II, nas áreas já com lotes consolidados como compensação pela preservação ambiental.

Art. 71. Serão admitidas a venda da Transferências do Potencial Construtivo para imóveis situados nas zonas delimitadas no Zoneamento, sendo as zonas: ZMC – Zona Mista Central, ZMD I – Zona Mista Diversificada 1 e ZIR II – Zona de Interesse Residencial 2.
§ 1º. Somente poderão vender transferência de potencial construtivo, os terrenos destas zonas que possuam parte dele na ZPP I, II, e III como compensação da parte preservada.
§ 2º O cálculo para a transferência do potencial construtivo, usará como base o índice de aproveitamento das zonas citadas no caput deste artigo.
§ 3º Para ZPP III, onde toda área de terra é ZPP III, a compensação financeira se dará por outra maneira através de regulamentação posterior.

Art. 71. Para exercer a Transferência do Direito de Construir o Município expedirá certidão, garantindo a transferência ao proprietário, onde constará:

I - Nome do proprietário e sua qualificação;
I - Indicação fiscal e endereço do imóvel a ser transferido ao município;
III - Valor do metro quadrado do imóvel;
IV - Condições de transferência de titularidade;
V - Parecer do Conselho da Cidade.
Art. 72. O cálculo de transferência do direito de construir será feito aplicando a fórmula:
PT= (PC X Vmc / Vmr X IAb C / IAb R) X 100
PT = Potencial construtivo transferível
PC = Potencial construtivo em m² (metros quadrados)
Vmc = Valor do metro quadrado do terreno do imóvel que cede o potencial
Vmr = Valor do metro quadrado do terreno do imóvel que recebe o potencial
IAbC = Índice de aproveitamento básico da zona do Imóvel que cede o potencial construtivo (conforme uso- residencial, comercial)
IAbR = Índice de aproveitamento básico da zona do Imóvel que recebe o potencial construtivo (conforme uso- residencial, comercial)
Parágrafo Único. O valor da base de cálculo é o estabelecido na Lei Complementar N° 29/2017, Tabela I – Valor Genérico do m² do lote urbano ou rural de que trata os Art. 114 e 115, § 1°, do Projeto de Lei Complementar N° 02/2017.
Art. 73. O proprietário do imóvel passível de Transferência do Direito de construir deverá encaminhar a solicitação ao Conselho da Cidade que terá 30 (trinta) dias para se manifestar, que conterá:
I - Proposta assinada, de transferência do imóvel ao Município, quanto à concessão;
II - Certidão do registro de imóveis atualizado nos últimos 60 (sessenta) dias.
Art. 74. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento devem observar as disposições do art. 27, da lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.
Art. 75. Não serão passíveis de Transferência do Direito de Construir imóveis situados em áreas "non aedificandi".

Art. 76. Os casos omissos serão analisados pelo Conselho da Cidade, ouvidos os demais órgãos competentes.

CAPÍTULO VIII
DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DA OPERAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 77. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 78. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

Art. 79. O valor real desta indenização deverá:
I. refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;
II. excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 80. Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados através de termo de responsabilidade e participação, pactuados entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

Art. 81. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO IX
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 82. A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social, num determinado perímetro contínuo ou descontinuado.
Parágrafo único. Cada operação urbana consorciada será efetivada através de um plano de operação urbana específico, criado por lei, de acordo com o previsto neste Plano Diretor e com as disposições dos art. 32, 33 e 34, da Lei Federal n° 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 83. As Operações Urbanas Consorciadas têm como finalidades:
I. implantação de espaços e equipamentos públicos estratégicos para o desenvolvimento urbano;
II. otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;
III. implantação de programas de habitação de interesse social;
IV. ampliação e melhoria do sistema de transporte público coletivo;
V. proteção e recuperação de patrimônio ambiental e cultural;
VI. melhoria e ampliação da infraestrutura e da rede viária;
VII. reurbanização e tratamento urbanístico de áreas;
VIII. dinamização de áreas visando à geração de empregos.

Art. 84. As operações urbanas consorciadas se fazem necessárias para viabilizar intervenções urbanísticas de grande porte, que exijam a cooperação entre o Poder Público, os interesses privados e da população envolvida, e que possam implicar entre outras medidas:

I. a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente ou o impacto de vizinhança;
II. a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;
III. a ampliação dos espaços públicos e implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
IV. a oferta de habitação de interesse social.

Art. 85. A lei específica, que regerá o Plano de Operação Urbana Consorciada, deverá conter no mínimo:
I. delimitação da área de abrangência;
II. finalidades da operação;
III. programa básico de ocupação e intervenções previstas;
IV. programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
V. estudo prévio de impacto de vizinhança;
VI. contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;
VII. forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhada com representação da sociedade civil;
VIII. garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou por lei;
IX. conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.
Parágrafo único. Os recursos obtidos pelo Poder Público serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação de cada plano de operação urbana consorciada.

CAPÍTULO X
DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

Art. 86. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas ocupadas por habitações subnormais e loteamentos irregulares de baixa renda ou áreas onde haja concentração de imóveis desocupados ou deteriorados, e vazios urbanos dotados de infraestrutura com potencial de implantação de lotes urbanizados e/ou novas moradias populares.

Art. 87. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):
I. estabelecer condições especiais para a regularização fundiária de assentamentos subnormais e ampliar a oferta de moradia;
II. estimular a permanência da população de baixa renda das áreas regularizadas e/ou beneficiadas com investimentos públicos.

CAPÍTULO XI
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 88. Os empreendimentos que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e do respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), a serem submetidos à análise, para aprovação de projeto e obtenção de licenciamento de construção e/ou funcionamento nos órgãos municipais competentes, são os usos estabelecidos Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, parte integrante da Lei Complementar nº 37/2024 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
Parágrafo Único. O Estudo de Impacto de Vizinhança será exigido para aprovação de projeto de modificação ou ampliação quando a área a ser ampliada for maior que 30% (trinta por cento) da área do projeto original que se enquadrem em qualquer dos usos especificados na tabela citada no caput deste artigo.

Art. 89. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente, ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:
a) Adensamento populacional;
b) Uso e ocupação do solo;
c) Valorização imobiliária;
d) Impactos nas áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;
e) Equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;
f) Equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;
g) Sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;
h) Poluição sonora, atmosférica e hídrica;
i) Ventilação e iluminação;
j) Vibração;
k) Periculosidade;
l) Riscos ambientais;
m) Impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 90. O Poder Público Municipal, para eliminar ou minimizar eventuais impactos negativos gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações no mesmo, visando a execução de melhorias na infraestrutura urbana e nos equipamentos urbanos e comunitários, tais como:
I - Ampliação das redes de infraestrutura urbana;
II - Destinação de área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
III - Ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, pontos de ônibus, faixas de pedestres e semaforização;

IV - Proteção acústica uso de filtros e outros procedimentos que minimizem os efeitos de atividades incômodas;
V - Manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, considerando, ainda, a recuperação ambiental da área;
VI - Cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros recursos indutores de geração de emprego e renda;
VII - Percentual de habitação de interesse social dentro do perímetro do empreendimento;
VIII - Possibilidade de construção de equipamentos comunitários em outras áreas da cidade.
§ 1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.
§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso pelo interessado, no qual este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.
§ 3º O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.
§ 4º Deverá ser avaliado por equipe multidisciplinar as proposições de medidas destinadas a compatibilizar o empreendimento com a vizinhança nos aspectos relativos à paisagem urbana, rede de serviços públicos e infraestrutura com:
I - Medidas Compensatórias: destinadas a compensar impactos irreversíveis que não podem ser evitados.
II - Medidas Mitigadoras: destinadas a prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados.
III - Vizinhança: imediações do local onde se propõe o empreendimento ou atividade considerada uma área de até cem metros a partir dos limites do terreno.
§ 5º Sempre que o empreendimento estiver como uso permissível, o mesmo deverá ser analisado e aprovado pelo Conselho Municipal da Cidade.

Art. 91. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 92. Os documentos integrantes do EIV terão publicidade, ficando disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.
§ 1º Serão fornecidas cópias do EIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.
§ 2º O órgão público responsável pelo exame do EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

Art. 93. A solicitação de Estudo de Impacto de Vizinhança deverá apresentar informações que permitam análise técnica relativas a:
a) Localização:
b) Atividades Previstas;
c) Áreas, dimensões, volumetria e acabamento da edificação projetada;
d) Levantamento planialtimétrico do terreno;
e) Mapeamento das redes de água pluvial; água, esgoto, luz e telefone no empreendimento;
f) Perímetro do Empreendimento.

Parágrafo Único. A Equipe Técnica do órgão municipal responsável pela análise e aprovação do EIV/RIV expedirá instrução técnica com definição dos requisitos necessários à elaboração dos mesmos de acordo com a natureza do empreendimento no prazo máximo de 15 (quinze dias).

Art. 94. A análise técnica deverá ser consolidada em parecer técnico conclusivo, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) contendo, no mínimo:
a) Caracterização do empreendimento, atividade e da respectiva área;
b) Legislação Aplicável;
c) Análise dos impactos ambientais previstos;
d) Análise das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;
e) Análise dos programas de monitoramento dos impactos e das medidas mitigadoras;
f) Conclusão sobre a aprovação, proibição ou determinação de exigências, se necessário, para concessão da licença ou autorização do empreendimento ou da atividade em questão.

Art. 95. Caberá ao Conselho Municipal da Cidade a apreciação dos recursos referentes às medidas de compatibilização e compensatórias para a adequação as condições locais.

Art. 96. O empreendedor, público ou privado, arcará com as despesas relativas a:
I - Elaboração do EIV/RIV e fornecimento do número de exemplares solicitados na instrução técnica (IT);
II - Cumprimento das exigências, quando necessário, de esclarecimentos e complementação de informações durante a análise técnica do EIV/RIV;
III - Acesso público aos documentos integrantes do EIV/RIV e dos procedimentos de sua análise;
IV - Realização de audiências públicas, quando for o caso;
V - Implementação das medidas mitigadoras e compensatórias e dos respectivos programas de monitoramento;
VI - Cumprimento das exigências, quando necessário, para concessão da licença ou autorização.

Art. 97. O Poder Público Municipal, para eliminar ou minimizar eventuais impactos negativos gerados pelo empreendimento, conforme Art 98, Inciso V, solicitar, como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações no mesmo, visando a execução de melhorias na infraestrutura urbana e nos equipamentos urbanos e comunitários, tais como:
I - Ampliação das redes de infraestrutura urbana;
II - Destinação de área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III - Ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, pontos de ônibus, faixas de pedestres e semaforização;
IV - Proteção acústica uso de filtros e outros procedimentos que minimizem os efeitos de atividades incômodas;
V - Manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, considerando, ainda, a recuperação ambiental da área;
VI - Cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros recursos indutores de geração de emprego e renda;
VII - Percentual de habitação de interesse social dentro do perímetro do empreendimento;
VIII - Possibilidade de construção de equipamentos comunitários em outras áreas da cidade.
§ 1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.
§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso pelo interessado, no qual este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.
§ 3º O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.
Art. 98. As instruções técnicas e formulários complementares necessários para a elaboração do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, deverão ser regulamentados no prazo de 90 dias contados da aprovação da presente lei, sem prejuízo da aplicação das suas normas aos empreendimentos que nelas se enquadrarem.

Art. 99. Os documentos integrantes do EIV terão publicidade, ficando disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.
§ 1º Serão fornecidas cópias do EIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.
§ 2º O órgão público responsável pelo exame do EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

Art. 100. Os casos não previstos nesta Lei, relacionados ao impacto de vizinhança, serão decididos pelo Conselho Municipal da Cidade, por meio de resolução.

CAPÍTULO XII
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 101. O município poderá instituir contribuição de melhoria sobre os imóveis que forem beneficiados e/ou tiverem o seu valor venal acrescido em decorrência de obra e/ou serviço realizado pelo Poder Público Municipal.

CAPÍTULO XIII
DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 102. Visando promover um processo contínuo de Gestão compartilhada do Plano Diretor, atualizado e democrático, fica instituído o Sistema de Gestão Urbana, composto por:
I. Poder executivo municipal;
II. Participação popular.

Art. 103. O Sistema de Gestão Urbana terá como objetivos:
I. viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;
II. promover o processo educativo e de capacitação da população para que possa participar dos processos decisórios concernentes à política urbana;
III. tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;
IV. identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;
V. implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;
VI. gerenciar e atualizar permanentemente este Plano Diretor;
VII. evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do Município através da gestão democrática.

SEÇÃO I
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 104. São atribuições do Poder Executivo Municipal, no que compete ao Sistema de Gestão Urbana:
I. promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;
II. implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo a todos os interessados, indistintamente;
III. adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;
IV. formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;
V. executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais seja no âmbito estadual e federal;
VI. promover a realização de audiências públicas;
VII. elaborar e submeter à apreciação do Conselho Municipal da Cidade as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

SEÇÃO II
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 105. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:
a) Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão;
b) Conferência municipal de política urbana;
c) Audiência pública;
d) Gestão orçamentária participativa.

Art. 106. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do Município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. 107. O Poder Executivo apresentará bienalmente à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão relatório de Gestão Urbana e Plano de Ação para o próximo período.

SUBSEÇÃO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE FLOR DO SERTÃO

Art. 108. O Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão é órgão integrante do Sistema de Gestão Urbana e tem, como atribuições:
I. emitir parecer sobre todo projeto de Lei de caráter urbanístico do Município e naqueles casos cuja solução esteja omissa na Legislação ou, se prevista nesta, suscite dúvidas;
II. promover estudos e divulgações de conhecimento relativo a áreas urbanas, especialmente no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo;
III. colaborar com a equipe técnica encarregada de aplicar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, encaminhando críticas, sugestões, reinvindicações e problemas urbanos e emitir pareceres sobre os mesmos;
IV. zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
V. realizar sempre que necessário Conferência Municipal de Política Urbana para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da Política Urbana Municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:
a) enfrentar a diminuição de emprego e renda;
b) garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
c) integrar as diferentes políticas sociais.
VI. propor, discutir, promover debates, e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei;
VII. emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;
VIII. aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa do Direito de Construir;
IX. aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da Outorga Onerosa do Direito de Construir;
X. apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor;
XI. definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;
XII. elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;
XIII. assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;
XIV. analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município;
XV. promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável, através da integração das ações do Poder Público e organizações privadas, visando a melhoria da qualidade de vida da população.
§ 1º O Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.
§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.
§ 3º O Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso XII deste artigo.

Art. 109. O Conselho será formado por Membros Representativos da Sociedade e Poder Público, com respectivos Titulares e Suplentes, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação bienal.

SUBSEÇÃO II
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Art. 110. A Conferência Municipal de Política Urbana é instância máxima deliberativa do Sistema de Gestão Urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao Plano Diretor, devendo ser realizada sempre que houver necessidade.

Art. 111. São objetivos da Conferência Municipal de Política Urbana:
I. assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;
II. mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;
III. sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;
IV. integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;
V. avaliar a atividade do Conselho Municipal da Cidade visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI. definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.
Art. 112. A Conferência Municipal de Política Urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão, por este revisado sempre que necessário.
§ 1º. O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pela Lei Federal N. º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.
§ 2º. No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:
I. as competências e matérias de deliberação;
II. os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;
III. a forma de organização e funcionamento da Conferência;
IV. a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

SUBSEÇÃO III
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 113. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas no inciso I do § 4º do artigo 40 da Lei Federal N. º 10.257/2201 - Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:
I. a cooperação entre diversos agentes sociais do Poder Executivo e Poder Legislativo de Flor do Sertão;
II. promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
III. garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;
IV. possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:
a) organizações e movimentos populares;
b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
c) associações de classe;
d) fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 114. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implantação.
Parágrafo único. A falta de realização de Audiência Pública pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 115. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.
Parágrafo único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço do Diário Oficial a nível Estadual e publicações na página principal online da Prefeitura com destaque e principais grupos de redes sociais do Município.

Art. 116. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

SUBSEÇÃO IV
DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 117. No âmbito do Município de Flor do Sertão, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa de que trata o art. 4º, inciso III, alínea f da Lei Federal n.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:
I. propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;
II. possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 118. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.
Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.
TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 119. Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:
I. Atividade Compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;
II. Atividade Incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.
§ 1º Fica permitida, a critério Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão, a ampliação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde está se encontra.
§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 120. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente Lei:
I. de dois anos, para que o Poder Executivo Municipal promova as reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor, bem como dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e de gestão democrática nos termos da Lei n. º 10.250/01 - Estatuto da Cidade;
II. de dois anos, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo, as modificações na Legislação Municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;
III. de um ano para que se propicie as condições para início das atividades do Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão, com as atribuições previstas no Art. 60 da presente Lei.
§ 1º O início das atividades do Conselho Municipal da Cidade de Flor do Sertão, não poderão exceder trinta dias após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias a que se refere o inciso III do presente artigo.
§ 2º As medidas previstas nos incisos I, II e III do presente artigo não prejudicarão os dispositivos autoaplicáveis deste Plano Diretor.

Art. 121. Este Plano Diretor deverá ser revisto pelo menos a cada 10 anos, na forma do § 3º, do artigo 40, do Estatuto da Cidade.

Art. 122. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 123. Faz parte desta Lei o Anexo - Glossário.

Art. 124. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	ROSMARI ZANELLA
Prefeito Municipal	Secretária da Administração

ANEXO

GLOSSÁRIO

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ACESSIBILIDADE - Condição de possibilidade para transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social, por todas pessoas, inclusive e, especialmente as com mobilidade reduzida.
ACESSO PARTICULAR - Acesso destinado ao atendimento de um lote.
ACLIVIDADE - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.
ADENSAMENTO URBANO - Ocupação dos espaços urbanos em conformidade com os parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor.
AFASTAMENTO - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e as divisas do lote, não considerada a projeção dos beirais podendo ser:
- Frontal
- Lateral
- Fundos
AFASTAMENTO DO EIXO DA VIA - É a distância entre a edificação e o eixo da via.
Água Potável - Água própria para consumo humano proveniente de uma origem que permanentemente garante sua qualidade, atendendo a parâmetros físicos e químicos estabelecidos por autoridades sanitárias.
ALIMENTO PERECÍVEL - Aquele que está sujeito a deterioração caso não seja mantido em condições especiais de armazenamento.
ALINHAMENTO - A linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.
ALPENDRE - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares, consolos ou em balanço.
ALTITUDE - Distância vertical de um ponto da superfície da terra em relação ao nível zero ou nível dos oceanos.
ALVARÁ - É o instrumento da licença ou da autorização para construir ou lotear.
ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - Documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização.
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - Documento expedido pelo Município que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.
ALVARÁ DE OBRA - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.
ALVARÁ SANITÁRIO - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém-construído ou reformado e/ou o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de saúde, de educação pré-escolar e outros, após a vistoria prévia das condições físico-sanitárias do mesmo.
AMPLIAÇÃO - Alteração no sentido de tornar maior a construção.
ANDAIME - Obra provisória destinada a sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.
ANTESSALA - Compartimento que antecede a uma sala; sala de espera.
APARTAMENTO - Unidade autônoma de moradia.
APROVAÇÃO DO PROJETO - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.
APROVAÇÃO DE OBRA (habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.
ÁREA EDIFICÁVEL - É a área obtida a partir da área total do imóvel contida na matrícula subtraindo-se área de servidão, faixas de drenagem, recuos mínimos, áreas de preservação permanente, áreas de reservas florestais e áreas de vias.
ÁREA DE RISCO - São áreas sujeitas a diversos tipos de riscos, como: inundação, erosão, contaminação de recursos hídricos, do solo e subsolo, deslizamento, etc.
ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA -- É a área reservada em um parcelamento do solo e integrada ao Patrimônio Público Municipal por ocasião de seu registro, destinada à implantação de equipamentos comunitários.
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares;
ÁREA OCUPADA - Projeção, em plano horizontal, da área construída.

ÁREAS INSTITUCIONAIS - Parcela do terreno destinado às edificações ou usos com fins comunitários ou de utilidade pública.
ÁREA RURAL - Toda a área do município, excluída a zona urbana.
ÁREA SOB PILOTIS - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.
ÁREA URBANIZADA - Compreende as áreas caracterizadas pela contiguidade das edificações e pela existência de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, destinados às funções urbanas de habitação, recreação e circulação.
ÁREA ÚTIL - Área que corresponde a área utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.
ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia – CREA.
ATERRO SANITÁRIO - É uma forma de dispor adequadamente o lixo sobre o solo, compactando-o com um trator, recobrindo-o diariamente com camadas de terra de modo a não causar prejuízos ao meio ambiente.
ÁTICO - Pavimento no topo do edifício, cuja área não poderá exceder a 30% da área do pavimento inferior.
ÁTRIO - Pátio interno, de acesso a uma edificação.
AUTO DE INFRAÇÃO - É o instrumento por meio do qual a autoridade apura a violação das disposições das Leis, Decretos e Regulamentos Municipais.
AUTORIZAÇÃO - É ato administrativo discriminatório e precário.
BALANÇO - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.
BALÃO DE RETORNO - Alargamento dos logradouros sem saída (becos) para manobras de veículos.
BALCÃO - Varanda ou sacada guarnecida de peitoril.
BALDRAME - Viga de concreto, madeira, pedra ou similar que corre amarrando as fundações.
BEIRAL - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.
BENFEITORIA - Obra de infraestrutura ou melhoramento feito em determinado local.
BRISE - Conjunto de placas ou chapas de material variável que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.
CAIXA DE ESCADA - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.
CAIXA DA VIA - É a medida da via, em seção transversal, incluindo as pistas de rolamento, os canteiros centrais e as calçadas.
CALÇADA - Parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada a circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.
CANTEIRO - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.
CASA GEMINADA - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
CAUÇÃO - Depósito de valores ou bens aceitos para tornar efetiva a responsabilidade de um ato.
CENTRO COMERCIAL - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação (Habite-se).
CISTERNA - Reservatório de água inferior.
COMPARTIMENTO - Cada uma das divisões de uma edificação.
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CONDOMÍNIO HORIZONTAL – Construção de várias casas em um mesmo espaço, murado, a qual apenas proprietários e moradores têm acesso, inclusive nas áreas comuns.
CONE DE SOMBREAMENTO - Linha de projeção de um ângulo de 70º (setenta graus) medindo a partir do eixo da via até o ponto mais elevado da fachada.
CONSERVAÇÃO - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.
CONSTRUÇÃO - É de modo geral, a realização de qualquer obra.
CONSTRUÇÃO CLANDESTINA - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.
CONSULTA PRÉVIA DE VIABILIDADE - Documento fornecido pela Municipalidade informando os usos e parâmetros de construção vigentes em determinado imóvel.
COTA EMERGENCIAL - Cota determinada em metro em relação ao nível do mar, que é facilmente alagável.
COTA INUNDÁVEL DE MÁXIMA CHEIA - Área sujeita a inundação, acima da cota emergencial constante do levantamento do órgão local de defesa civil.
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
DECLIVIDADE - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.
DECIBEL(dB) - Unidade de intensidade física relativa ao som.
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes de níveis capazes de direta ou indiretamente:
Prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.
DEJETOS - Resíduos, excrementos, restos.
DEMOLIÇÃO - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.
D.E.R - Departamento de Estradas de Rodagem.
DEINFRA - Departamento Estadual de Infraestrutura.
DNC - Departamento Nacional de Combustíveis.
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.
DEPENDÊNCIA de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por partes dos titulares de direito das unidades de moradia.

DEPENDÊNCIA DE USO PRIVATIVO - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.
DESMEMBRAMENTO - É a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes.
DIVERTIMENTO PÚBLICO - São os realizados em vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.
ECONOMIA - Unidade autônoma de uma edificação, passível de tributação.
EDÍCULA - Denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal.
EDIFICAÇÃO DE OCUPAÇÃO MISTA - Possui caracterizado mais de um tipo de uso.
EDIFÍCIOS GARAGENS – Construção destinada ao estacionamento de veículos.
ELEVADOR - Máquina que executa o transporte em altura de pessoas e mercadorias.
EMBARGO DE OBRA - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.
EQUIPAMENTOS Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.
EQUIPAMENTOS URBANOS - São os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.
ESCALA - Relação das dimensões do desenho e a do que ele representa.
ESPECIFICAÇÃO - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.
ESTABELECIMENTO - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.
ESTACIONAMENTO - Espaço reservado para um ou mais veículos.
EXPLOSIVOS - Consideram-se explosivos:
Cartuchos de guerra, caça e mina;
Fogos de artifício;
Nitroglicerina, seus componentes e derivados;
Pólvora e algodão-pólvora;
Fulminatos, cloros, forminatos e congêneres.
FACHADA - Elevação das paredes externas de uma edificação.
FAIXA DE DOMÍNIO - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e de seus acessórios.
FAIXA "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.
FAIXA DE PROTEÇÃO - Faixa paralela a um curso d'água, medida a partir da sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger as espécies vegetal e animal desse meio, e da erosão.
FAIXA DE ROLAMENTO - É a subdivisão longitudinal de uma pista de rolamento, por onde flui uma única fila de veículos
FAIXA SANITÁRIA - Área do terreno onde não é permitida qualquer construção, e cujo uso está vinculado à servidão de passagem, para efeito de drenagem, captação de águas pluviais, ou colocação de redes de esgotos.
FEIRA LIVRE - Local ao ar livre que funciona com o objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.
FESTEJOS PÚBLICOS - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.
FIANÇA - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor, caso este não cumpra a obrigação.
FILTRO ANAERÓBICO - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbicas, cujo meio filtrante mantém-se afogado.
FOSSA SÉPTICA - Unidade de sedimentação e digestão, de fluxo horizontal e funcionamento contínuo, destinado ao tratamento primário de esgotos sanitários.
FUNDAÇÕES - Parte da construção destinada a distribuir as cargas de edificação sobre um terreno.
GABARITO - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.
GALERIA - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, um comércio.
GALERIA COMERCIAL - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.
GALPÃO - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente, pelo menos em três das suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial;
GARAGEM BLOQUEADA - Garagem ligada a circulação de veículos através de outra garagem.
GARAGEM LIVRE - Garagem ligada diretamente a circulação interna de veículos.
GUARDA CORPO - É a vedação de proteção contra quedas.
HABITAÇÃO - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.
HABITE-SE - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação.
HACHURA - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom.
HALL - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.
IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área escriturada deste mesmo terreno.
INFRAÇÃO - Violação da Lei.
INFRATOR - Todo aquele que cometer mandar ou auxiliar a praticar infração.
JUSANTE - Para o lado que vaza a maré, ou um curso de água.
INTERDIÇÃO - Determinação da proibição de uso de parte ou da totalidade de uma obra ou edificação quando constituir ameaça à segurança de pessoas, bens ou equipamentos, a estabilidade das construções próximas ou quando houver prejuízo a higiene e a saúde pública.
KITCHENETE - Unidade residencial formada de sala e quartos conjugados, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.
LADRÃO - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiro, pias etc., para escoamento automático do excesso de água.
LAVABO - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.
LAVATÓRIO - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

LICENÇA - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.
LICENCIAMENTO DA OBRA - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.
LINDEIRO – Limítrofe.
LOGRADOURO PÚBLICO - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.
LOJA - Espaço reservado a comercialização de produtos.
LOTE - Porção de terreno com testada para logradouro público.
LOTEAMENTO - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.
LOTE MÍNIMO - Porção mínima permitida de um terreno líquido como resultado de processos de parcelamento do solo (loteamento, desmembramento e remembramento), representado em metros quadrados.
MANANCIAL - Qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação.
MARQUISE - Cobertura em balanço sobre o logradouro.
MEIO-FIO - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.
MEMORIAL DESCRITIVO - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.
MEZANINO - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.
MONTANTE - Para o lado da nascente de um rio.
NÍVEL DE SOMdB (A) - Intensidade do som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151-ABNT.
N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental, estabelecido pela FATMA. Classifica-se em:
- Pequeno,
- Médio,
- Alto.
OLHO D'ÁGUA / NASCENTE - Local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento lençol freático.
PARAPEITO - É a vedação de proteção de sacadas.
PARA RAIOS - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.
PAREDE CEGA - Parede sem abertura.
PAVIMENTO - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação; entrepiso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos e sobrelojas.
PAVIMENTO TÉRREO - Piso ao nível da rua.
PASSEIO - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres; parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separado por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.
PATAMAR - Superfície intermediária entre dois lances de escada.
PÉ-DIREITO - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.
PENALIDADE - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.
PERÍMETRO URBANO - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.
PISTA DE ROLAMENTO - Parte da via pública destinada a circulação e estacionamento de veículos.
PLANO DIRETOR - Conjunto de leis urbanísticas, definidas pelas Leis de Zoneamento de Uso e Ocupação de Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.
PLAY-GROUND - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.
POÇO DE ILUMINAÇÃO - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.
POLUIÇÃO AMBIENTAL - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.
POSTO DE ABASTECIMENTO - É o estabelecimento que se destina à venda no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.
POSTO DE SERVIÇO - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece ainda serviços de lavagens, lubrificações de veículos e outros serviços correlatos.
POSTO GARAGEM - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento e Posto de serviço, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.
PRISMA DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir, obrigatoriamente, a iluminação e ventilação dos compartimentos habitáveis que com ele se comuniquem.
Prisma de Ventilação: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir a ventilação dos compartimentos não-habitáveis que com eles se comuniquem.
PRODUTO PERIGOSO - Toda substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.
PROFUNDIDADE DE UM COMPARTIMENTO - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.
RECONSTRUÇÃO - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou em todo.
RECUO - É a incorporação ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.
REFORMA - Fazer obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.
REINCIDENTE - É quem violar os preceitos da Lei, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.
REMEMBRAMENTO - A junção de dois ou mais lotes formando um novo lote.
RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.
RUÍDO - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.
SACADA - Construção que avança da fachada de uma parede.
SAGUÃO - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.
SALA COMERCIAL - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.
SARJETA - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas da chuva.
SOBRELOJA - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

SÓTÃO - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus).
SUBSOLO - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior ao pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.
SUMIDOURO - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar a sua infiltração.
TAPUME - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.
TAXA DE OCUPAÇÃO - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.
TELHEIRO - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.
TERRAÇO - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.
TERRENO BALDIO - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.
TESTADA - É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular.
TOMBAMENTO - É a declaração, pelo Poder Público, do valor histórico, paisagístico, artístico ou científico de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas; o tombamento pode acarretar uma restrição individual, reduzindo os direitos do proprietário, ou uma limitação geral, quando abrange uma coletividade, obrigando-a a respeitar padrões urbanísticos e arquitetônicos, como ocorre com o tombamento de núcleos históricos.
UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal;
UNIDADE DE MORADIA - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com o apartamento.
USO PERMITIDO - forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.
USO PERMISSÍVEL - Usos que se pode permitir, que pode ser tolerável, conforme análise da situação e localização.
Uso Inadequado - Usos que não convém e nem é apropriado.
USO TOLERADO - Permitido somente se ouvido o Órgão de Planejamento Municipal e com exigências extremamente rigorosas.
VAZIO URBANO - Lotes não edificados servidos de infraestrutura urbana; vazios urbanos são áreas não ocupadas por atividades urbanas, encravadas no interior da estrutura da cidade, cujas dimensões permitem o parcelamento na forma de loteamentos médios e pequenos (áreas públicas: terrenos militares, terrenos do INCRA; áreas privadas: antigos sítios; propriedades rurais desativadas).
VISTORIA - Diligência efetuada pela municipalidade tendo por fim verificar as condições de uma construção ou obra.
ZONEAMENTO - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2024 SUBSTITUI A LEI COMPLEMENTAR N° 12/2007 E SUAS ALTERAÇÕES, LEIS COMPLEMENTARES 017/2007 E 019/2009 E INSTITUI A NOVA LEI COMPLEMENTAR DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

Publicação Nº 6132532

ÍNDICE
ANEXOS 42
LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2024

SUBSTITUI A LEI COMPLEMENTAR N° 12/2007 E SUAS ALTERAÇÕES, LEIS COMPLEMENTARES 017/2007 E 019/2009 E INSTITUI A NOVA LEI COMPLEMENTAR DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOEFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

TÍTULO I
DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º. O controle do uso e da ocupação do solo municipal visa promover a redução das desigualdades territoriais garantindo a função social da Cidade e da propriedade entendendo-se como tal, a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e comunitários e sua articulação com a área rural.
§ 1º Zoneamento é a divisão da área do Perímetro Urbano do Município, em zonas, para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo.
I – Uso do Solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, podendo esses usos ser definidos como: permitidos, permissíveis e proibidos;
II – Ocupação do Solo é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são: índice de aproveitamento, número de pavimentos / gabarito, recuo, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade.
§ 2º. Dos índices urbanísticos:
I. Índice de Aproveitamento: é o valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada Zona. No cálculo do índice de aproveitamento, conforme a fórmula abaixo, não serão computados os seguintes elementos:
a) hall de entrada e área de escadaria;
b) área de estacionamento/garagens obrigatórias;
c) área de recreação e lazer comum com no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento tipo coberto;
d) floreiras;
e) caixa d'água;
f) poço de elevador e casa de máquinas.

II. Número de Pavimentos/gabarito: é a altura medida em pavimentos, contados a partir do pavimento térreo. Será considerado como pavimento térreo o pavimento mais próximo do nível da rua.
a) O número de pavimentos em terrenos com duas frentes em áreas de aclive/declive, sempre deverão ser contados a partir do pavimento térreo, o pavimento mais próximo do nível da rua com cota mais elevada.
III. Recuo: é a distância entre o limite extremo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;
IV. Taxa de Ocupação: é a proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área deste mesmo lote, a ser calculada conforme a fórmula abaixo, sendo que não serão computados para efeito de cálculo da taxa de ocupação:
a) hall de entrada, área de escadaria e poço de elevador;
b) beiral com até 1,20m (um metro e vinte centímetros);
c) marquises;
d) pérgulas de até 5,00m (cinco metros) de largura;
e) áreas destinadas obrigatoriamente à circulação e estacionamento de veículos;

V. Taxa de Permeabilidade: é a proporção de área do lote que não recebe pavimentação para absorção de águas pluviais.
§ 7º. Dos usos do solo urbano:
I. Uso Permitido: é o uso adequado às zonas, sem restrições;
II. Uso Permissível: é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável do Município e do Conselho da Cidade de Flor do Sertão.
III. Uso Proibido: uso inadequado às zonas.
§ 8º. Da terminologia:
a) Alvará de Construção: documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;
b) Consulta de Viabilidade Técnica: documento indispensável, prioritário de encaminhamento à municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona;
c) Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade, sujeita à regulação por Lei;
d) Habite-se: autorização concedida pelo Município para utilização de uma edificação;
e) Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a benfeitorias em edificações já existentes, sujeitas também a regulamentação pelo Código de Obras do Município;
f) Equipamentos Comunitários: são os equipamentos de uso público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança, assistência social, treinamento profissional, associativismo e similares, quando pertencentes ao Poder Público;
g) Equipamentos Urbanos: são os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais;
h) Faixa de Proteção e Drenagem: faixa paralela a um curso d'água medida a partir de sua margem, destinada à proteção de erosão e a amenizar o problema das cheias;
i) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;
j) Faixa de Domínio: área contígua à via de tráfego federal e estadual (BR 282 e SC 161), e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 2º. O controle do uso e da ocupação do solo tem por objetivos:
I. estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o ambiente, e das atividades que os permeia;
II. promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético, paisagístico, naturais ou culturais;
III. prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com a necessidade de crescimento ordenado;
IV. compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;
V. controlar a ocupação dos vazios urbanos existentes dentro do perímetro urbano, incentivando primeiro a ocupação onde a infraestrutura está instalada ou próxima a ela.
VI. aplicar os instrumentos jurídicos da Outorga Onerosa, do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir, IPTU Progressivo, Estudo do Impacto de Vizinhança, Direito de Preempção e outros previstos na Lei do Plano.

CAPÍTULO II
DA DIVISÃO TERRITORIAL URBANA

Art. 3º. O território municipal está dividido em macrozonas e zonas, estabelecendo as diretrizes para o uso e ocupação do solo do município, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.
§ 1º. As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definido uma visão de conjunto que integra todo o município. As macrozonas são áreas previstas para futura expansão urbana, conforme o adensamento e infraestrutura permitam.
§ 3º. As zonas são subdivisões da Macrozona - Área Urbana em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para incentivar o adensamento com definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, otimizando a infraestrutura já instalada, definindo as áreas de interesse de uso onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

SEÇÃO I
DAS MACROZONAS

Art. 4º. O território do município de Flor do Sertão fica dividido em sete macrozonas:
I. MU - Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada, inserida no perímetro urbano;

II. MR - Macrozona Rural, que corresponde as áreas localizadas fora do perímetro urbano com características predominantes de agropecuária;
III. MEIM – Macrozona de Expansão de Interesse Misto, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso misto, localizada ao longo da SC161, em duas áreas separadas pelo perímetro urbano, quais sejam: Faixa 1 – pela SC161 do perímetro urbano até a chácara 97B. Faixa 2 – ao sul do perímetro, uma faixa de 250,00m para cada lado do eixo da SC161.
IV. MEII – Macrozona de Expansão de Interesse Industrial, que corresponde a áreas localizada fora do perímetro urbano passíveis de ocupação e equipamentos de interesse industrial, localizada na chácara 131 contornando a SC161 e a estrada municipal que corta a chácara, até o limite do Município.
V. MEIT – Macrozona de Expansão de Interesse Turístico, que corresponde a áreas localizada fora do perímetro urbano, com tendência à ocupação e adensamento com características turísticas, sendo uma faixa da chácara 97B até a chácara 111, contornando o limite do Município com São Miguel do Oeste e Descanso.
VI. MEIR – Macrozona de Expansão de Interesse Residencial, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso residencial, em duas faixas, contornando o perímetro urbano. Faixa 1 – ao norte, chácara 66. Faixa 2 – a leste, chácaras 44 a 66.
VII. MEIS – Macrozona Especial de Interesse Social, que corresponde a áreas localizada fora do perímetro urbano, com tendência à ocupação e adensamento com características de uso de interesse social, localizada em parte da chácara 132, respeitando o limite de 250,00m do eixo da SC161.
§ 1º. Os perímetros estão definidos no Mapa de Macrozoneamento Municipal constante do Anexo III, parte integrante desta lei.
§ 2º. Será obrigatório a construção de cisternas, nas novas edificações, para aproveitamento das águas das chuvas, para usos secundários, na Macrozona Urbana, conforme Lei Regulamentar.
Art. 5º. São objetivos da Macrozona Urbana:
I. controlar a ocupação de áreas dentro do perímetro urbano, sem infraestrutura
II. controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, Área Urbana Consolidada adequando-o à infraestrutura disponível;
III. possibilitar a instalação de uso misto e residencial;
IV. orientar os planos, projetos e ações, relacionados à implantação e manutenção da infraestrutura;
V. implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;
VI. incrementar a capacidade da infraestrutura de saneamento;
VII. incentivar a instalação de equipamentos de recreação, turismo e lazer na Macrozona de Expansão de Interesse Turístico;
VIII. implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;
IX. melhorar a integração as áreas consolidadas e demais;
X. reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;
XI. incentivar a ocupação de vazios urbanos, dentro da Área Urbana Consolidada, dotada de infraestrutura.

Art. 6º. A Macrozona Urbana é delimitada pela área do perímetro urbano da sede do município de Flor do Sertão e fica subdividida nas seguintes Zonas:
ZMC – Zona Mista Central;
ZMD I – Zona Mista Diversificada 1;
ZMD II – Zona Mista Diversificada 2;
ZIR I – Zona de Interesse Residencial 1;
ZIR II – Zona de Interesse Residencial 2;
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social;
ZPP I– Zona de Preservação Permanente 1;
ZPP II– Zona de Preservação Permanente 2;
ZPP III– Zona de Preservação Permanente 3.

§ 1º As zonas são limitadas por limites do perímetro urbano, vias e por divisa de lotes.
§ 2º. Os perímetros estão definidos no Mapa de Zoneamento Municipal constante do Anexo IV, parte integrante desta lei.
§ 3º O Regime Urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da Zona de Parâmetro Urbanístico menos restritivo.
§ 4º Para efeito do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes da zona.
§ 5º Fica estipulado o prazo máximo de 10(dez) anos para a retirada de atividades agropecuárias existentes dentro do perímetro urbano da Sede do Município, sendo proibido ampliação e novos investimentos nesta área.

Art. 7º. A Zona de Interesse Mista Central - Tem por objetivo incentivar a instalação de atividades comerciais e de prestação de serviços, fortalecendo a área comercial existente, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento.
Art. 8º. A Zona Mista Diversificada - Tem por objetivo concentrar atividades de uso misto e diverso de natureza comercial, prestação de serviços e industrias de baixo impacto ambiental e outros compatíveis, toleráveis e admissíveis, dadas as condições de acessibilidade.
Parágrafo Único. A Zona Mista Diversificada, subdivide-se em:
ZMD I – Zona Mista Diversificada 1;
ZMD II – Zona Mista Diversificada 2.
Art. 9º. A Zona de Interesse Residencial - Tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das redes de infraestrutura urbana, do sistema viário e configuração da paisagem.
Parágrafo Único. A Zona de Interesse Residencial, subdivide-se em:
ZIR I - Zona de Interesse Residencial 1
ZIR II - Zona de Interesse Residencial 2
Art. 10. A Zona de Especial de Interesse Social – ZEIS - Tem por objetivo destinar prioritariamente a produção de Habitações de Interesse Social em área destinada, pertencente ao Poder Público.
Parágrafo Único. Poderão ser demarcadas novas áreas de ZEIS, desde que, aprovadas pelo Conselho da Cidade de Flor do Sertão.

Art. 11. A Zona de Preservação Permanente tem por objetivo proteger as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, arroios, lajeados, nascentes e encostas.
Parágrafo Único. A Zona de Preservação Permanente, subdivide-se em:
ZPP I - Zona de Preservação Permanente 1- Dentro da área urbana consolidada, definido pelo Estudo Técnico Socioambiental, uma faixa de 15,00m para cada lado do Rio Traíras e Lageado Sarandi;
ZPP II - Zona de Preservação Permanente 2- Fora da área urbana consolidada, definido pelo Estudo Técnico Socioambiental, uma faixa de 30,00m para cada lado do Rio Traíras e Lageado Sarandi;
ZPP III - Zona de Preservação Permanente 3 - Tem por objetivo proteger as áreas definidas como preservação em áreas com declividade acima de 45°.
§ 1º. Deverão ser respeitadas as áreas estabelecidas de preservação, conforme Estudo Técnico Socioambiental realizado e aprovado em 2023.
§ 2º. Ficam proibido qualquer uso, salvo a execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de Interesse Social, com prévia autorização de órgão ambiental, após realização de estudos ambientais pertinentes nas áreas definidas pelo Estudo Técnico Socioambiental/2023.
§ 3º. Serão permitidas reformas em prédios existentes nestas zonas, sem acréscimo de área.
Art. 12. São objetivos da Macrozona Rural:
I. garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;
II. garantir a proteção dos mananciais;
III. garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;
IV. promover o desenvolvimento econômico sustentável;
V. incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;
VI. promover e incentivar a diversificação da Propriedade Rural;
VII. dotar a Macrozona Rural de infraestrutura básica;
VIII. incentivar o desenvolvimento do turismo rural.
IX. na Macrozona Rural será incentivado a construção de cisternas, para aproveitamento da água da chuva.
Art. 13. A Macrozona Rural é delimitada pela área rural do município, com características de desenvolvimento de atividade agropecuária.

CAPÍTULO III
DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 14. Em todo o edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:
I. quota de 6m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, nunca menor que 40m² (quarenta metros quadrados), podendo ser subdividida em no máximo 02 (duas) áreas;
II. localização em área isolada, desde que protegidas de ruas, locais de acesso a veículos e de estacionamento;
III. superfície permeável com areia ou grama de no mínimo de 12m² (doze metros quadrados), incluída na quota estipulada no inciso I.
Art. 15. As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso da Tabela II - Garagem/Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante a esta Lei.

Art. 16. A fim de garantir o estacionamento dos veículos particulares fora das vias públicas, serão exigidas vagas de estacionamento em garagens, abrigos ou áreas descobertas, de conformidade com a Tabela II - Garagem/Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante desta Lei.
§ 1º. As vagas devem possuir dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) x 5,00m (cinco metros), devidamente demonstrados no projeto, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, ou equivalente a 12,50m2 (doze e cinquenta metros quadrados) por vaga, incluindo área necessária à manobra.
§ 2º. Nas garagens ou estacionamentos de usos coletivos, será admitido que as vagas sejam vinculadas entre si, quando se tratar das vagas da mesma unidade.
§ 3º. O número de vagas para o uso de atividades não especificadas na Tabela II – Garagens/Vagas de Estacionamento, Anexo VII será calculado por analogia.
§ 4º. Deverão ser demarcados os acessos por meio de rebaixo de meio fio, admitindo-se, no máximo 2 (dois) acessos, entrada e saída, com no mínimo 3,00 m (três metros) de largura cada um.
I. Para terrenos com duas frentes, em áreas de aclive/declive, poderá ser exigido 2 acessos em cada rua, por meio de rebaixo de meio fio, conforme necessidade, devido concepção do projeto.
§ 5º. Os espaços destinados aos estacionamentos e pátios de carga e descarga, deverão estar situados totalmente dentro dos limites do lote.

Art. 17. Os espaços destinados à garagem ou estacionamento não poderão sofrer modificações de uso.
Art. 18. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento deverão ser reservadas vagas para portadores de necessidades especiais, localizadas próximo das entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:
I. até 25 vagas: 1 vaga;
II. de 25 a 50 vagas: 2 vagas;
III. de 51 a 75 vagas: 3 vagas;
IV. de 76 a 100 vagas: 4 vagas;
V. mais de 100 vagas: 8 vagas e mais uma para cada 100 (cem) vagas ou fração.
Art. 19. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei, que forem objeto de obras de reforma, ou de regularização, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso não será exigido o provimento de vagas de estacionamento, devendo permanecer as vagas de garagem pré-existentes.
§ 1º. Para fins de aplicação do disposto no artigo anterior, não se aplica para os usos: Uso 5B, Uso 6, Uso 7 e especificamente para bancos.

§ 2º. As edificações de que trata o caput deste artigo, que receberem obras de ampliação da área construída, será exigido o provimento de vagas de estacionamento, calculado sobre a área acrescida, na proporção estabelecida na Tabela II - Garagem/Vagas de Estacionamento, Anexo VII, parte integrante desta Lei.
§ 3º. As vagas de estacionamento de que trata o parágrafo anterior, poderá localizar-se em outro imóvel, a uma distância máxima de 100,00m (cem metros), desde que vinculada à edificação, por intermédio de averbação na escritura pública anterior ao registro da ampliação.

CAPÍTULO IV
DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 20. A classificação e a relação dos usos do solo do município de Flor do Sertão constam no Anexo VIII, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO V
DOS RECUOS E AFASTAMENTOS

Art. 21. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Anexo V desta Lei.
§ 1º. Os recuos definidos no caput deste artigo, serão exigidos para projetos de novas construções que forem aprovadas, após a aprovação desta Lei.
§ 2º. Em terrenos com aclive/declive maior que 30% (trinta por cento), não terão obrigatoriedade de respeitar os recuos frontais, desde que respeitados as declividades máximas permitidas.
Art. 22. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, desta lei, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:
I. muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;
II. garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento), sendo vedada qualquer edificação sobre a mesma;
III. varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais é vedado o seu fechamento, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedada qualquer edificação sobre a mesma;
IV. central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;
V. edícula ocupando os recuos de fundos,
VI. poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;
VII. sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s);
VIII. nas divisas de lotes, não são permitidos o uso de elementos vazados e tijolos de vidro para fins de ventilação e iluminação;
IX. os terrenos de esquinas deverão respeitar 100% do recuo estipulado para sua zona na rua considerada como principal e, 50% do recuo estipulado para sua zona na rua considerada secundária.
X. lojas e sobrelojas/mezaninos contarão como um único pavimento desde que, a área construída da sobreloja/mezanino possua no máximo 50% (cinquenta por cento) da área da loja.

Art. 23. Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados os recuos frontais, de acordo com a Tabela I- De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Anexo V desta Lei, conforme o estabelecido no Inciso IX do artigo 22.

CAPÍTULO VI
DOS ALVARÁS

Art. 24. Nos casos de edificações irregulares, antigas ou não, sua regularização se fará mediante a apresentação de documentos exigidos pelos órgãos federais, estaduais competentes, documento de posse do imóvel, projeto arquitetônico e hidrossanitário da edificação e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de profissional habilitado:
I. o setor competente do Município emitirá parecer favorável ou não à regularização da edificação com base nos projetos e laudos técnicos apresentados;
II. no caso de parecer desfavorável à regularização, o Município exigirá as adequações necessárias, as quais deverão ser executadas e vistoriadas para a emissão do habite-se.

Art. 25. Para as edificações existentes que contrariam as disposições de permeabilidade, taxa de ocupação e índice de aproveitamento, poderão ser aprovados mediante apresentação de laudo técnico que comprove a existência da edificação em data anterior à aprovação desta Lei.
§ 1º. Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.
§ 2º. A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 26. Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de publicação desta Lei.
§ 1º. Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrames estiverem concluídos.
§ 2º. Todos projetos protocolados até publicação desta Lei, para sua aprovação, serão levados em consideração as regras da Lei vigente

na época do protocolo.

Art. 27. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada Macrozona ou zona.

Art. 28. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.
Parágrafo único. Os alvarás a que se refere o presente artigo poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 29. A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.
Parágrafo único. Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificada, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 30. A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso, podendo ser aplicado o instituto legal do Estudo de Impacto de Vizinhança e de alteração de uso, conforme Lei do Plano Diretor N°XX,Capítulo XI, artigos 88 a 100 deste Plano Diretor.
§ 1º. São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:
I. coloquem em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
II. possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;
III. possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;
IV. produzam gases, poeiras e detritos;
V. impliquem na manipulação de matérias primas, processos e ingredientes tóxicos;
VI. produzam ruídos e conturbem o tráfego local.
§ 1º. São obrigatórios a apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança, toda atividade estipulada para tal, na Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo VIII, parte integrante desta Lei.
Art. 31. Toda a atividade considerada de grande porte dependerá de aprovação do Conselho da Cidade de Flor do Sertão para a sua localização.
Parágrafo único. É atribuição do Conselho, estabelecer, por resolução, quanto ao porte pequeno, médio ou grande, as atividades comerciais, prestação de serviços ou industriais.

TÍTULO II
DO PARCELAMENTO DO SOLO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. As normas de parcelamento do solo prevista nesta Lei são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estas pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à Legislação superior vigente que regule a matéria, seja em âmbito federal ou estadual, em especial a Lei Federal N. º 6766/79 com alterações dadas pela Lei 9785/99, e Lei Estadual 6063/82 e suas alterações, bem como, ainda as demais normas que as substituírem ou complementarem.
§ 1º. A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no âmbito do Município, depende de aprovação pelo Poder Público.
§ 2º. As normas de parcelamento do solo estarão submetidas à regulamentação própria nos casos de regularização de parcelamentos clandestinos ou irregulares implantados no Município, bem como nos casos de empreendimentos de habitação de interesse social com intervenção do Poder Público Municipal.
§ 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:
a) Loteamento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou prolongamento, modificação, ou ampliação das vias existentes;
b) Desmembramento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
c) Remembramento é a junção de dois ou mais lotes para formarem apenas um imóvel;
d) Desdobro é a divisão de um lote urbano destinado e já individualizado em dois ou mais lotes, em unidades autônomas, desde que cumpridos os requisitos de metragem total e de testadas previstas no artigo 59 desta Lei.
§ 4º. Serão permitidas servidões somente para atender dois lotes, desde que os mesmos tenham área mínima estabelecida nesta Lei.

Art. 33. Os Parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona e Zonas urbanas, de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V e nos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento, constante nos Anexos III e IV da presente Lei.

Art. 34. Os Loteamentos serão divididos em três categorias:
I. Loteamentos Convencionais;
II. Loteamentos Populares;
III. Loteamentos de Interesse Social.
§1º. Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infraestrutura completa, sendo os mesmos realizados por particulares.
§ 2º. Loteamentos Populares são aqueles em que são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas, devendo ter a participação do Poder Público, através dos Instrumentos de Consórcio Imobiliário e Operação de Interesse Social e Operações Urbanas Consorciadas, conforme estabelecido na Lei do Plano Diretor, Capítulos VIII e IX, artigos

77 a 85, podendo ser vendido somente para pessoas de baixa renda e que não possuam outra propriedade, devendo para tanto ter anuência do Conselho da Cidade de Flor do Sertão.
§ 3º. Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infraestrutura, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de menor renda.
§ 4º. Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Zonas Especiais de Interesse Social, ou outras áreas que serão transformadas em ZEIS – Zona Especial de Interesse Social.
§ 5º. Lei Municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infraestrutura mínima.

Art. 35. Todo empreendimento de parcelamento do solo, loteamentos convencionais, poderão disponibilizar uma porção de até 25% (vinte e cinco por cento), com áreas de lotes menores, com área mínima de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada de 10,00m (dez metros), sendo estes considerados como Porcentagem Social, possibilitando oferta de terra a custo menor.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS

Art. 36. Para efeito de aplicação das normas de parcelamento são adotadas as seguintes definições:
I. área Total do Parcelamento é a área que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;
II. área de Domínio Público é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter seu acesso restrito;
III. área Total de Lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público;
IV. arruamento é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;
V. desmembramento é a subdivisão de áreas em lotes com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;
VI. equipamentos comunitários são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;
VII. equipamentos urbanos são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;
VIII. faixa não edificável, área do terreno onde não será permitida qualquer construção;
IX. loteamento é a subdivisão de áreas em lotes, com abertura e efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes;
X. remembramento é a fusão de lotes com aproveitamento do sistema viário existente;
XI. via de circulação, é a via destinada a circulação de veículos e pedestres.

Art. 37. As normas de Parcelamento do Solo têm como objetivos:
I. orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique parcelamento do solo para fins urbanos;
II. prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;
III. evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para o desempenho de atividades urbanas;
IV. assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

CAPÍTULO III
DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 38. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano e nas macrozonas de expansão urbana.
Parágrafo único. Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento com a prévia anuência do Município e aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou dos órgãos Estadual e Federal de controle do meio ambiente, conforme Legislação Federal.

Art. 39. Não será permitido o parcelamento do solo:
I. em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;
II. nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;
III. em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;
IV. nas partes do terreno com declividade acima de 30% (trinta por cento), salvo nas condições onde o terreno for superior a 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) limitada a declividade de até 40% (quarenta por cento);
V. em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo o Município exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;
VI. em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência do Município;
VII. em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;
VIII. em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;
IX. em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;
X. em terrenos onde for necessária à sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;
XI. em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências especificas dos órgãos competentes;
XII. em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;
XIII. em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais;
XIV. em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto, quando houver.

CAPÍTULO IV
DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 40. Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos:
I. só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério do Município;
II. o proprietário cederá ao Município, sem ônus para este, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área a lotear, que correspondem as áreas destinadas à sistemas de circulação, à implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como à espaços livres de uso público, assim distribuídas:
a) 8% (oito por cento) para as áreas comunitárias destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
b) 7% (sete por cento) para áreas verdes, praças e espaços livres de uso público;
c) 20% (vinte por cento) destinado ao sistema de circulação.
III. em loteamentos industriais quando se tratar de interesse público, a porcentagem cedida ao Município poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) com mínimo de 20% (vinte por cento) após análise e aprovação pelo Conselho da Cidade de Flor do Sertão;
IV. as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;
V. todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que o Município indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade;
VI. as áreas mínimas dos lotes bem como as testadas, válidas para lotes em novos loteamentos e para desmembramentos e remembramentos, são as estipuladas na Tabela I De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano - Anexo V, parte integrante desta lei;
VII. os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados pela Lei Federal de Acessibilidade, Lei N° 10.098/2000.
§ 1º. O Município para aprovação do loteamento exigirá a reserva de faixa não edificável, quando conveniente na lateral ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos.
§ 2º. Os lotes de esquina terão obrigatoriedade de testada mínima de 15m (quinze metros) e profundidade de 25m (vinte e cinco metros).
§ 3º. Nos desmembramentos dos quais resultem até 10 (dez) lotes, o qual possua rua aberta com infraestrutura básica, fica o proprietário isento da obrigação da cessão de áreas públicas ao município.

CAPÍTULO V
DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 41. A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei e dependerá de aprovação prévia do Município.

Art. 42. Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária definida nos Artigos 43 e 45 desta Lei.

Art. 43. As vias que integram o sistema viário do Município de Flor do Sertão ficam assim classificadas funcionalmente de acordo com suas características:
I. Arterial/Avenida com canteiro central;
II. Arterial/Avenida sem canteiro central;
III. Coletora;
IV. Local.

Art. 44. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (lei nº 9503/1997, em seu Anexo I, as definições que devem reger as classificações adotadas pelas cidades brasileiras, sendo, conforme a lei:
I. define-se como Via Principal/ Arterial aquelas caracterizadas por inserções em nível, geralmente controlada por sinalização, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade.
II. define-se como Via Coletora aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou principais/arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade.
§ 3º. Define-se como Via Local aquela caracterizada por inserções em nível não semaforizadas, destinadas apenas ao acesso local ou a áreas restritas.
§ 1º. Os novos loteamentos, com um número maior que 100 (cem) lotes, terão de ter, no mínimo uma via principal/arterial, devendo a mesma dar continuidade ao traçado viário existente na cidade.
§ 2º. Os novos loteamentos, com um número de 50 (cinquenta) a 100 (cem) lotes, terão de ter, no mínimo uma via coletora, devendo a mesma dar continuidade ao traçado viário existente na cidade.

Art. 45. As vias a que se refere o artigo anterior deverão respeitar as seguintes dimensões:
I. ARTERIAL/AVENIDA com canteiro central: não menos que 19,00m (dezenove metros), sendo 15,00m (quinze metros) de caixa com canteiro central de 2,00(dois metros), 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de estacionamento nos dois sentidos da via, 2,00m (dois metros) de ciclofaixa em um dos lados da via e 2,00m (dois metros) de passeio para cada lado;
II. ARTERIAL/AVENIDA sem canteiro central: não menos que 17,00 m (dezessete metros), sendo 13,00m (treze metros) de caixa com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de estacionamento nos dois sentidos da via, 2,00m (dois metros) de ciclofaixa e 2,00m (dois metros) de passeio para cada lado;
III. COLETORA: não menos que 12,00 m (dose metros), sendo 8,00m (oito metros) de caixa com 2,00m (dois metros) de estacionamento em um dos lados da via e 2,00m (dois metros) de passeio para cada lado.
IV. LOCAL: não menos que 10,00 m (dez metros), sendo 6,00m (seis metros) de caixa sem estacionamento e 2,00m (dois metros) de passeio para cada lado da via.

Art. 46. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo ou interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pelo Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 47. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa de rua.

Art. 48. As vias projetadas e previstas serão definidas em Lei Complementar, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

Art. 49. Os loteamentos com testada para a Rodovia Estadual deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.
Parágrafo único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico conforme normas estabelecidas pelo Município.

Art. 50. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:
I. a declividade longitudinal máxima permitida será de 20% (vinte por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);
II. a declividade transversal máxima permitida será de até 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento), dependendo do tipo de pavimentação e poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.
§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias, deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.
§ 2º Nas áreas onde houver necessidade da retirada da cobertura vegetal existente, deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

Art. 51. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pelo Município, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função e características possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 52. Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de raio mínimo.

Art. 53. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de números ou letras.

Art. 54. Os passeios públicos, vias destinadas a circulação exclusiva de pedestres deverão possuir largura mínima de 2,0m (dois metros) de cada lado e declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento), a partir desta inclinação deverão ser utilizadas rampas ou escadas de acordo com projeto e/ou normas estabelecidas pelo Município.

Art. 55. Quando da ocupação de terrenos lindeiros as vias do sistema viário básico, com previsão de alargamento, deverão ser observadas o nível do pavimento futuro das vias para definição dos acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 56. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro do passeio oficial previsto para esta via.
Parágrafo único. Fazem parte deste capítulo, o Mapa da Hierarquia Viária - Anexos II, Gabarito das Estradas Municipais e Vias Urbanas, Anexo VI , partes integrantes desta Lei.

CAPÍTULO VI
DAS QUADRAS E LOTES

Art. 57. Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento superior a 240,00 m (duzentos e quarenta metros), salvo quando para incorporar no traçado do sistema viário existente, desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pelo Município.

Art. 58. Para efeito desta lei, os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei.

Art. 59. O lote mínimo para efeito de novas aprovações de loteamento no Município é de 300,00m² (trezentos metros quadrados) de área com testada mínima de 12,00 m (doze metros).
§ 1º. Os parâmetros de que trata este artigo poderão ser alterados em casos de lotes com figura geométrica de forma irregular, desde que, possuam testada não inferior a 12,00 m (doze metros) e profundidade média de 20,00 m (vinte metros).
§ 2º. Os parâmetros de que trata este artigo são para loteamentos e para desmembramentos, os parâmetros são os dispostos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, estabelecidos para cada zona.
§ 3º. Os lotes de esquina terão obrigatoriedade de testada mínima de 15,0 m (quinze metros) e profundidade de 25,0 m (vinte e cinco metros).
§ 4º. Para a Porcentagem Social, que trata o artigo 35 desta lei, os lotes terão área mínima de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), com testada mínima de 10,00m (dez metros). Para esta situação, os lotes de esquina terão testada mínima de 12,00m (doze metros)
§ 5º. Para loteamentos de interesse social, em ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, os parâmetros são os estabelecidos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V.
§ 6º. Para loteamentos industriais, MEII – Macrozona de Expansão de Interesse Industrial, os parâmetros são os estabelecidos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V.

Art. 60. Serão permitidas construções ou edificações em lotes existentes que não se encontram nos parâmetros estabelecidos nesta Lei,

devendo ser respeitados os índices de aproveitamento e gabarito estabelecidos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei, para os lotes mínimos da respectiva área ou zona.
Parágrafo Único. Construções irregulares, comprovadamente existentes, anterior a esta lei, que não possuem os parâmetros exigidos, poderão fazer processo de regularização, apresentando documentação que deverá ser especificada em lei regulamentar.

Art. 61. Quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, ZEIS, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderá haver redução das exigências das Normas Técnicas desta Lei Complementar, sendo que:
I. o lote terá a área no mínimo de 200,00m² (duzentos metros quadrados) e testada mínima de 10,00m (dez metros), conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V;
II. a localização deste deverá obedecer ao Mapa de Zoneamento, Anexo IV e Mapa de Macrozoneamento, Anexo III desta Lei, bem como ser aprovado pelo Município.

Art. 62. Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei, desde que com aprovação de uso pelo Município.

Art. 63. Nenhum lote terá como testada principal, vias de circulação exclusiva para pedestres.
Parágrafo único. Este artigo não se aplica as ruas existentes por ocasião da aprovação desta Lei, que venham a ser transformadas pelo poder público em vias exclusivas para pedestres.

CAPÍTULO VII
DA INFRAESTRUTURA

Art. 64. Para os efeitos desta lei, a infraestrutura será composta por:
I. vias de circulação, com meio-fio e sarjeta;
II. escoamento das águas pluviais;
III. rede para abastecimento de água potável;
IV. rede de energia elétrica pública de LED e domiciliar;
V. soluções para o esgotamento sanitário;
VI. iluminação pública;
VII. pavimentação asfáltica a quente e/ou em concreto das vias de circulação.
Parágrafo único. A solução a que se refere o inciso V deste artigo deve conectar-se à rede de esgoto sanitário conforme projeto, se existir.
Art. 65. Enquanto o parcelamento do solo estiver em fase de implantação da infraestrutura, será dever e responsabilidade do promotor do parcelamento do solo urbano a conservação das vias de circulação.

CAPÍTULO VIII
DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 66. O interessado em elaborar projeto de loteamento deverá solicitar ao Município, em consulta prévia, de forma online, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para uso do solo urbano e sistema viário, apresentando para este fim os seguintes elementos:
I. requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;
II. planta planialtimétrica da área a ser loteada, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), dependendo do tamanho da área, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou seu representante, indicando:
a) divisas da propriedade perfeitamente definidas;
b) localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundação, bosques, árvores de grande porte e construções existentes;
c) arruamentos contíguos a todo perímetro, a localização de vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências num raio de 500m (quinhentos metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
d) esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras.
III. o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
IV. planta de situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com indicação do norte magnético, da área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.
Parágrafo único. As pranchas de desenho devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 67. Havendo viabilidade de implantação, o Município, de acordo com as diretrizes de planejamento do Municipal e demais legislações superiores, após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:
I. as vias de circulação existentes ou projetadas que compõe o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;
II. a fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo Urbano;
III. localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários, das áreas livres de uso público e das áreas verdes;
IV. as faixas sanitárias do terreno para o escoamento de águas pluviais e outras faixas não edificáveis;
V. relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado.
§ 1º. O prazo máximo para estudos e fornecimento das diretrizes será de 45(quarenta e cinco) dias, neles não sendo computados, o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.
§ 2º. As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de um ano, após o qual deverá ser solicitada nova Consulta Prévia.
§ 3º. A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

CAPÍTULO IX
DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO
Art. 68. Cumpridas as etapas do Capítulo anterior e havendo a viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de forma online, de acordo com as diretrizes definidas pelo Município, composto de:
§ 1º. Planta de situação da área a ser loteada com as seguintes informações:
I. orientação magnética;
II. equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de 500m (quinhentos metros).
§ 2º Os desenhos do anteprojeto de loteamento, na escala de 1:1000 (um por mil), com as seguintes informações:
I. orientação magnética;
II. subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões;
III. dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;
IV. sistema de vias com as respectivas larguras;
V. curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1,00m (um metro);
VI. perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, sendo que os perfis transversais serão apresentados na escala mínima de 1:500 (um por quinhentos) e as longitudinais na escala de 1:2000 (um por dois mil);
VII. indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
VIII. a indicação das áreas que perfazem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do Município, e outras informações, em resumo, sendo:
a) área total do parcelamento;
b) área total dos lotes;
c) área pública, a saber;
d) áreas destinadas à circulação (mínimo de 20%);
e) áreas verdes (mínimo de 7%);
f) áreas destinadas a equipamentos comunitários (mínimo de 8%);
g) área total destinada a porcentagem social do empreendimento.
§ 3º. As pranchas de desenho devem obedecer a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
§ 4º. O prazo máximo para estudos e aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências do Município pelo interessado, será de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO X
DO PROJETO DE LOTEAMENTO
Art. 69. Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo, contendo:
§ 1º. Plantas e desenhos dos projetos de infraestrutura exigidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 67 desta Lei, em 04 (quatro) vias;
§ 2º. Memorial Descritivo, em 04 (quatro) vias contendo obrigatoriamente:
I. denominação de loteamento;
II. a descrição sucinta do loteamento com suas características;
III. as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
IV. indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;
V. a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados;
VI. limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área total do destinado ao domínio público, discriminando as áreas de sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens e área com localização do Percentual social.
§ 3º. Deverão, ainda, fazer parte do projeto de loteamento, as seguintes peças gráficas referentes a obras de infraestrutura exigida, que deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes:
I. anteprojeto da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de sustentação, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias a conservação dos novos logradouros;
II. anteprojeto da rede de abastecimento d'água;
III. anteprojeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
IV. anteprojeto do sistema de esgotamento sanitário;
V. anteprojeto da pavimentação de ruas, com no mínimo calçamento e meio-fio;
VI. anteprojeto de outras infraestruturas que a Município Municipal julgue necessárias.
§ 4º. As pranchas devem obedecer às características indicadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
§ 5º. Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico devendo o último mencionar o número de seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU desta região, e o número de seu registro no Município.
§ 6º. Documentos relativos à área em parcelamento a serem anexados ao projeto definitivo:
I. título de propriedade;
II. certidões negativas de tributos municipais.
§ 7º. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências do Município, será de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO XI
DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO
Art. 70. O pedido de desmembramento, remembramento e/ou desdobro será feito mediante requerimento do interessado ao Município, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da área, certidões negativas de débitos perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e da planta do imóvel a ser desmembrado e/ou remembrado na escala até 1:1000 (um por mil), contendo as seguintes indicações:
I. situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;

II. áreas e testadas mínimas, determinadas por esta Lei, válidas para a(s) zona(s) a qual está afeta o imóvel;
III. divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;
IV. dimensões lineares;
V. perfis do terreno;
VI. indicação das edificações existentes;
VII. RRT e/ou ART emitida pelo técnico responsável.
§ 1º. Os lotes resultantes deverão ter frente para via pública existente.
§ 2º. As denominações dos lotes serão feitas com acréscimo de letras ao número do lote original ou adotando-se o menor dos números dos lotes originais tarando-se de remembramentos.
§ 3º. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) responsável(veis) e deverão estar dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 71. Após examinada e aceita a documentação, será concedida "licença de desmembramento, remembramento e desdobro" para averbação no registro de imóveis.
Parágrafo único. Somente após averbação dos novos lotes no registro de imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.
Art. 72. A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior, só poderá ser permitida quando:
I. os lotes desmembrados, remembrados e/ou desdobrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Anexo V da presente Lei;
II. a parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 73. Será permitido servidão, com largura mínima de 3,0 m (três metros), apenas para o desmembramento de dois lotes, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 74. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo pelo interessado, após cumpridas todas as exigências pelo interessado, será de 30 (trinta) dias.

Art. 75. No caso de desmembramentos, a percentagem de área a ser destinada a área pública, para equipamentos comunitário e áreas verdes, a ser transferidas, sem qualquer ônus ao poder público, deverá ser:
a) Até 0,5 ha - isenta
b) 5,1 - 1,0 ha - 10%
c) 1,1 - 2,0 ha - 15%
d) Acima de 2,0 ha - 20%
Parágrafo Único. Os remembramentos são isentos de doação de áreas públicas

CAPÍTULO XII
DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO

Art. 76. Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, o Município procederá:
I. exame de exatidão da planta definitiva com a aprovada como anteprojeto;
II. exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência.
§ 1º. O Município poderá exigir as modificações que se façam necessárias.
§ 2º. O Município disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se ouvidas as autoridades competentes, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça as exigências e não prejudique o interesse público (Decreto Federal nº 3.079 de 15/09/38) e Lei Federal nº. 6.766/79 com alterações inseridas pelas Leis nº. 9.785/99 e Lei nº.13465/17.

Art. 77. Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, o Município baixará decreto de aprovação de loteamento e expedirá o alvará de loteamento.
Parágrafo único. No decreto de aprovação do projeto deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de execução, bem como a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato de seu registro.

Art. 78. O loteador deverá apresentar ao Município antes da liberação do alvará de loteamento, os seguintes projetos de execução, previamente aprovados pelos órgãos competentes, sob pena de caducar a aprovação do projeto de loteamento.
I. projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios e sarjetas;
II. projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras complementares necessárias;
III. projeto de abastecimento de água potável;
IV. projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
VI. projeto da rede de distribuição de gás, quando este conste do memorial descritivo ou do anteprojeto;
VI. projeto do sistema de esgotamento sanitário;
VII. projeto da pavimentação de ruas, sendo asfalto a quente ou concreto com meio-fio;
VIII. os projetos de execução, citados neste artigo, deverão ser acompanhados de:
a) Orçamentos;
b) Cronograma Físico-financeiro.
Parágrafo único. Deverá ser apresentado em meio magnético todo o projeto do loteamento.

Art. 79. No ato de recebimento do Alvará de Loteamento e da cópia do projeto aprovado pelo Município, o interessado outorgará Escritura

Pública de Caução, Anexo X, no qual se obrigará:
I. executar as obras de infraestrutura referidas nos Art. 64 desta Lei, conforme cronograma, observando o prazo máximo disposto no § 2º deste artigo;
II. executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis à vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;
III. facilitar a fiscalização permanente do Município durante a execução das obras e serviços;
IV. não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos definitivos da infraestrutura e da assinatura da caução, para garantia da execução das obras;
V. não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas nos incisos I e II deste artigo e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no Termo de Compromisso.
§ 1º. As obras que constam no presente artigo deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes.
§ 2º. O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II deste artigo a partir da aprovação do projeto de loteamento, não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

Art. 80. No Termo de Compromisso, Anexo IX, desta Lei deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 81. Para fins de garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o loteamento, antes da sua aprovação, deverá ser firmado o Temo de caucionamento e ser lavrado a Escritura de Caução, Anexo X onde ficará caucionada a quantidade de lotes necessários, cujo valor corresponda ao custo dos serviços e obras.
Parágrafo único. O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.
I. o Município poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem concluídos;
II. concluídos todos os serviços e as obras de infraestrutura exigidas para o loteamento, o Município liberará as garantias de sua execução.

Art. 82. Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro de imóveis, apresentando:
I. título de propriedade do imóvel;
II. histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;
III. certidões negativas:
a) de tributos Federais, Estaduais e Municipais incidentes sobre o imóvel; em nome do proprietário (do casal, se for o caso);
b) de ações reais referentes ao imóvel pelo período de 10 (dez) anos;
c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública;
IV. certidões:
a) dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, (do casal se for o caso) e em nome de todos os que tenham sido proprietários do imóvel nos últimos dez (10) anos;
b) de ações pessoais relativa ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;
c) de ônus reais relativos ao imóvel;
d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.
V. cópia do ato de aprovação do loteamento;
VI. cópia do termo de compromisso e cronograma de execução das obras exigidas;
VII. exemplar do modelo de contrato de compra e venda;
VIII. declaração do cônjuge do requerente de que consente o registro do loteamento.
IX. Planta do Loteamento, assinada por profissional habilitado;
X. Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissionais habilitados.
XI. Licenças ambientais exigidas para loteamentos, expedidas pelo órgão competente.
XII. Cópia do Edital de Publicação (os desmembramentos até dez terrenos são dispensados de publicação de edital), conforme art. 6º do provimento nº 75/98 c/c as disposições da Circular 145/98 de 17/12/98, da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina.
XIII. parecer favorável do Ministério Público;
XIV. demais exigências legais.
§ 1º. No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante escritura pública e sem qualquer ônus ou encargo para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas, conforme inciso II do Artigo 40 desta Lei.
§ 2º. O prazo máximo para que o loteamento seja submetido ao registro de imóveis é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

Art. 83. Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá ao Município, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.
§ 1º. O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta retificada do loteamento, que será considerada oficial para todos os efeitos.
§ 2º. Após a vistoria, o Município expedirá um laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais baixará também decreto de aprovação de implantação do traçado e infraestrutura do loteamento.
§ 3º. O loteamento poderá ser liberado em etapas, desde que na parcela, em questão, esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infraestrutura exigida por Lei.
§ 4º. Não poderá ser efetuada a comercialização de lotes sem a averbação no Registro Imobiliário da Licença Ambiental de Operação – LAO, expedida pelo órgão competente.

Art. 84. Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o Município executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma do artigo 79, que se constituirão em bem público do Município.

Art. 85. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação do Município, e deverão ser averbados no registro de imóveis, em complemento ao projeto original.
§ 1º. Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no Alvará de Loteamento pelo Município.
§ 2º. Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições desta Lei e aquelas constantes do alvará ou do decreto de aprovação expedindo-se então novo alvará e baixando-se novo decreto.

Art. 86. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Município, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem aos arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO XIII
DAS SANÇÕES

Art. 87. Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e a aplicação de multa, todo aquele que, a partir da data de publicação desta Lei:
I. der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do Município ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas federais e estaduais pertinentes;
II. der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;
III. registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.
§ 1º. A multa a que se refere este artigo corresponderá a 10% (dez por cento) do valor total do investimento (loteamento, desmembramento ou remembramento).
§ 2º. O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais obrigações legais, ficando o infrator na obrigação de executar as obras de acordo com as disposições vigentes.
§ 3º. A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão da sua licença para o exercício de suas atividades para construir no Município pelo prazo de dois anos.
Art. 88. Tão logo chegue ao conhecimento do Município após a publicação desta Lei, a existência de arruamento, loteamento ou desmembramento do terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pela pelo Município para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.
Parágrafo único. Não cumpridas as exigências constantes da notificação de embargo, será lavrado o auto de infração, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado.

Art. 89. São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores do Município que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 90. O Poder Executivo poderá baixar normas complementares a execução da presente Lei Complementar, com parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 91. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei integram os seguintes anexos:
I. Anexo I: Mapa dos Eixos de Desenvolvimento Municipal;
II. Anexo II: Mapa da Hierarquia Viária Urbana;
III. Anexo III: Mapa de Macrozoneamento Municipal;
V. Anexo IV: Mapa de Zoneamento;
VI. Anexo V: Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
VII. Anexo VI: Gabarito das Estradas Municipais e Vias Urbanas
VIII. Anexo VII: Tabela II – Garagens/Vagas de Estacionamento;
IX. Anexo VIII: Classificação dos Usos;
X. Anexo IX: Termo de Compromisso – Loteamentos;
XI. Anexo X: Termo de caucionamento - Loteamentos

Art. 92. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Ficam revogadas as demais Leis pertinentes a matéria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	ROSMARI ZANELLA
Prefeito Municipal	Secretária da Administração

LEI N.º 799/2024 DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E O BEM ESTAR PÚBLICO, OBSERVADAS AS NORMAS FEDERAIS E ESTADUAIS RELATIVAS À MATÉRIA

Publicação Nº 6132601

ÍNDICE

TÍTULO I 3

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 3

CAPÍTULO I 4

DA COMPETÊNCIA 4

CAPÍTULO II 4

DOS OBJETIVOS4

TÍTULO II 4

DA HIGIENE PÚBLICA 4

CAPÍTULO I 4

DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS 4

CAPÍTULO II 8

DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO 8

CAPÍTULO III 10

DAS CALÇADAS E PASSEIOS 10

CAPÍTULO IV 12

DO FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO 12

CAPÍTULO V 13

DOS TERRENOS BALDIOS 13

CAPÍTULO VI 14

DAS EDIFICAÇÕES 14

DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE 15

CAPÍTULO VIII 16

DA HIGIENE DOS ALIMENTOS 16

CAPÍTULO IX 18

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS 18

TÍTULO III 20

DO BEM ESTAR PÚBLICO 21

CAPÍTULO I 27

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS 27

CAPÍTULO II 28

DA PROPAGANDA EM GERAL 28

CAPÍTULO III 29

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS 29

TÍTULO IV 30

DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA 30
CAPÍTULO I 30
DO LICENCIAMENTO 30
CAPÍTULO II 32
DO COMÉRCIO AMBULANTE 32
CAPÍTULO III 33
DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS 33
CAPÍTULO IV 34
DAS FEIRAS LIVRES 34
CAPÍTULO V 34
DO FUNCIONAMENTO 34
CAPÍTULO VI 36
DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO 36
CAPÍTULO VII 38
DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS 38
TÍTULO V 39
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS 40
TÍTULO VI 45
DA DISPOSIÇÃO FINAL 45

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI N.º 799/2024

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E O BEM ESTAR PÚBLICO, OBSERVADAS AS NORMAS FEDERAIS E ESTADUAIS RELATIVAS À MATÉRIA.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei complementar, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os munícipes, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 2º. Todas as funções referentes à execução desta lei, bem como a aplicação das penalidades nele previstas, serão exercidas por órgãos municipais, cuja competência, para tanto, estiver definida na legislação municipal.

Art. 3º. Os casos omissos, serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, pelos princípios gerais de direito.

Art. 4º. Fica sujeita a regulamentação pelo presente Código, a forma de utilização de todas as Áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública (quer pertencentes a entidades públicas ou privadas), ou assim caracterizadas.

Parágrafo Único. Disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste artigo.

Art. 5º. Estão sujeitas a regulamentação pelo presente Código, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 6º. Ao Chefe do Poder Executivo e em geral aos servidores municipais, incumbe zelar pela observância dos preceitos desta lei.

Art. 7º. Esta lei não compreende as infrações previstas no Código Penal e outras leis federais e estaduais, bem como a legislação sanitária em vigor no país.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 8º. As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas, contidas neste Código e complementares às Leis do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e Código de Edificações, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município.

Art. 9º. As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo 4º deste Título, e do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais, visam:
I - Garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;
II - Estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;
III - Promover a segurança e harmonia entre os munícipes.

TÍTULO II
DA HIGIENE PÚBLICA
CAPÍTULO I
DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 10. As vias e logradouros públicos urbanos do Município de Flor do Sertão, devem ser utilizados, para o fim básico a que se destinam, respeitadas as limitações e restrições prescritas nesta lei.

Art. 11. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos, na presente lei e desde que antecipadamente autorizado pela Municipalidade ou órgão competente afim:
I - Abrir ruas, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela Municipalidade;
II - Deixar em mau estado de conservação as calçadas e passeios fronteiriços, paredes frontais das edificações e dos muros que fazem frente para as vias públicas;
III - Danificar ou alterar de qualquer modo, calçamento, passeios, calçadas e meio-fio;
IV - Danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, televisão a cabo, fibra ótica, dados, telefone, antenas de televisão nas zonas urbanas e rurais;
V - Deixar de remover os restos de entulhos resultantes de construção e reconstrução, bem como de podas de jardins e cortes de árvores;
VI - Deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;
VII - Estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;
VIII - Colocar quaisquer elementos que impeçam ou dificultem a acessibilidade em ruas, estradas e caminhos públicos;
IX - Danificar por qualquer forma, as ruas, estradas de rodagem e caminhos públicos;
X - Embaraçar ou impedir por qualquer meio, a acessibilidade de pedestres ou veículos nas vias, praças, passeios e logradouros públicos;
XI - Impedir que se façam escoadouros de águas pluviais por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados;
XII – pintar faixas de sinalização de trânsito, ou qualquer símbolo ou identificação, ainda que junto ao rebaixo do meio-fio, sem prévia autorização do Município;
XIII – inserir quebra-molas, redutores de velocidade ou quaisquer objetos afins no leito das vias públicas sem autorização do Município.
XIV – utilizar janelas, escadas, saliências, terraços, balcões etc., com frente para logradouro público, para colocação de objetos que apresentem perigo aos transeuntes.

§ 1º Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º As autorizações previstas no *caput* deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui do ato a ser praticado e de sua finalidade.

§ 3º Excetuam-se do disposto no inciso XIV deste artigo, quando se tratar de caçambas de recolhimento individual de lixo de grande porte, entulhos ou outros inservíveis, desde que comprovadamente seja impossível seu acesso ao interior do lote.

§ 4º Para a utilização das vias públicas por caçambas devem ser atendidos os seguintes requisitos:
I – somente ocuparem área de estacionamento permitido;
II – serem depositadas, rentes ao meio-fio, na sua maior dimensão;
III – quando excederem as dimensões máximas das faixas de estacionamento, estarem devidamente sinalizadas;
IV – estarem pintadas com tinta ou película refletida;
V – observarem a distância mínima de 10m (dez metros) das esquinas;
VI – não permanecerem estacionadas por mais de 72h (setenta e duas horas).

Art. 12. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 13. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.
Art. 14. Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:
I - Consentir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;
II - Consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;
III - Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
IV - Conduzir, em veículos abertos, materiais que possam, sob a incidência do vento ou trepidações, comprometer o passeio das vias públicas;
V - Aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos.

Art. 15. O lixo das habitações deverá ser acondicionado em sacos de plástico ou vasilhas apropriadas servidas de tampa, separadamente quando houver coleta seletiva, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

§ 1° É expressamente proibido a fixação de lixeiras de uso particular, nos passeios públicos.

§ 2° O lixo das habitações acondicionados deverão ser colocados em lixeiras elevadas, tipo gaveta, devendo as mesmas ser fixadas dentro do lote.

Art. 16. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo a população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva à população.

Parágrafo Único. Aplicam-se estas medidas nas áreas situadas à montante e ajusante dos cursos d'água que passam dentro do perímetro urbano.

Art. 17. Não é permitido, dentro do perímetro urbano e na Macrozona de Expansão de Interesse Turístico, a instalação de estrumeiras ou depósito de estrume animal e aviários.

Art. 18. É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências comerciais determinarem.

Art. 19. Nos casos de descarga de materiais que não possam ser feitas diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, em horário estabelecido pela Prefeitura.

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 20. É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 21. A Prefeitura impedirá o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 22. Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados palcos, ou palanques provisórios ou estruturas especificas nos logradouros públicos, desde que solicitada à Prefeitura a autorização de sua localização.

Parágrafo Único. Para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) Aprovado pela prefeitura quanto à sua localização;

b) Não prejudicarem a pavimentação nem o escoamento das águas pluviais, vegetação e outros bens públicos correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos porventura verificados;

c) serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades;

d) Não perturbar o trânsito público.

e) Sejam aprovados previamente pelo órgão sanitário competente da Municipalidade;

f) Responsabilizar-se pela limpeza do local utilizado.

Art. 23. Nas construções e demolições não será permitido, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

CAPÍTULO II
DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO

Art. 24. A instalação de mobiliário ou equipamentos urbanos que comporte os usos: telefone, correio, segurança, comércio de jornais, revistas, cigarros, doces embalados, café e similares, flores, lanchonete, sucos, sorvete e outros do gênero em logradouros públicos, reger-se-á por esta lei, obedecidos aos critérios de localização e usos aplicáveis a cada caso, e só será permitido quando não acarretar:

I - Prejuízo a circulação de veículos e pedestres ou ao acesso de bombeiros e serviços de emergência;

II - Interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;

III - Interferência em toda extensão da testada de escolas, templos de culto, prédios públicos e hospitais;

IV - Interferência nas redes de serviços públicos;

V - Obstrução ou diminuição do panorama significativo ou eliminação de mirante;

VI - Redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;

VII - Prejuízo à escala, ao ambiente e as características naturais do entorno.

Art. 25. A instalação de equipamento, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:

I - Diretrizes de planejamento da área ou projeto existente de ocupação;

II - Características do comércio existente no entorno;

III - Diretrizes de zoneamento e uso do solo;

IV - Riscos para o equipamento.

Parágrafo Único. A instalação de equipamentos, em parques, praças, largos e jardins públicos, depende da anuência prévia da Municipalidade.

Art. 26. Os padrões para o equipamento serão estabelecidos em projetos do órgão de planejamento competente.

Art. 27. A ocupação do logradouro público com mesas e cadeiras poderá ser permitida, em caráter provisório, através de autorização expressa do poder público, desde que, satisfeitas as seguintes condições:
I - Preservem uma faixa mínima para o trânsito público, não inferior a 2,00m (dois metros);
II - Corresponderem, apenas, às testadas dos estabelecimentos comerciais para os quais forem licenciados;
III - Não exceder a linha média dos passeios, de modo a ocuparem no máximo a metade desses, a partir da testada;
IV - Guardem as mesas, entre si, distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
V - Sua instalação estando em concordância com a Legislação Sanitária vigente no Município, Estado ou Federação, seja previamente aprovada pelo órgão sanitário competente no Município.

Parágrafo Único. O pedido de licença será acompanhado de uma planta ou desenho cotado, indicando a testada da casa comercial, a largura do passeio, o número e a disposição das mesas e cadeiras, bem como de uma declaração do proprietário ou responsável legal sobre o fluxo, metodologia empregada e tipo de gênero alimentício envolvido, quando for o caso.

Art. 28. Através de requerimento a Municipalidade, poderão ser permitidos, nos logradouros públicos, a instalação de relógios, estátuas, fontes e qualquer monumento, se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da Municipalidade, da qual dependerá a aprovação do local para instalação dos mesmos.

§ 1° Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto exterior de edifícios, serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária pelo requerente.

§ 2° As fontes ou similares de que trata este artigo serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições materiais e sanitárias pelo requerente, de modo a não causar risco a saúde da população.

Art. 29. As infrações dos dispositivos constantes deste Título serão punidas com multa de 91UFRMs**,** elevadas em 20% (vinte por cento) nas reincidências, sem prejuízos das responsabilidades criminal e civil cabíveis.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

CAPÍTULO III
DAS CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 30. Calçada é à parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação do mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros. Passeio é à parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.

Art. 31. As calçadas públicas são de responsabilidade exclusiva dos proprietários, possuidores do domínio útil ou a qualquer título, de imóveis, no tocante a sua pavimentação, restauração, conservação e limpeza, observando as normas e padrões fixados pela Municipalidade.

Art. 32. Em relação às calçadas públicas, é expressamente proibido:
I - Depositar lixo ou detritos sólidos e líquidos de qualquer natureza;
II - O revestimento das calçadas formando superfície inteiramente lisa, ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda;
III - Qualquer tipo de letreiro ou anúncio de caráter permanente ou não no piso das calçadas dos logradouros públicos;
IV - Escoar rejeitos e dejetos líquidos de qualquer natureza;
V - Transitar com qualquer tipo de meio de transporte, exceto carrinhos de crianças e cadeiras de portadores de necessidades especiais;
VI - Conduzir pelas calçadas volumes de grande porte, que possam embaraçar o trânsito de pedestres;
VII - Estacionar temporária ou permanentemente qualquer tipo de meio de transporte;
VIII - Depositar materiais ou entulhos provenientes de construções, sem o uso de acondicionantes e protetores adequados (tapumes) e autorização prévia e por escrito da Municipalidade;
IX - Executar qualquer benfeitoria ou modificação nas calçadas que impliquem na alteração de sua estrutura normal, sem prévia autorização por escrito, da Municipalidade;
X - Implantar ou instalar equipamentos que possam afetar prejudicialmente a espacialidade horizontal e vertical e a circulação natural de transeuntes, observando-se no caso dos equipamentos de ar condicionado, uma altura não inferior a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e a adoção de dutos para condução de água ao solo;
XI - Instalar nas fachadas dos prédios e edificações, elementos que coloquem em risco a integridade física dos transeuntes;

XII - Preparar materiais para a construção de obra, na calçada pública;
XIII - Lavar veículos ou outros equipamentos nas calçadas públicas;
XIV - Executar qualquer tipo de obra, para a implantação de infraestrutura ou serviço de utilidade pública sem a prévia autorização por escrito da Municipalidade;
XV - Colocar mesas e cadeiras para atendimento ao público, sem autorização prévia da Municipalidade.

Art. 33. As calçadas deverão apresentar uma declividade de 2 % (dois por cento) do alinhamento para o meio fio, de acordo regulamentação do poder executivo.

Art. 34. Nas calçadas públicas podem ser instalados equipamentos temporários ou permanentes, para a coleta de lixo, contanto que obedeçam as normas e padrões da Municipalidade.

Art. 35. Os proprietários são obrigados a manter as calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos.

Parágrafo Único. Caberá à Municipalidade o conserto ou reconstrução das calçadas, quando forem por ela danificados, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 36. As canalizações para escoamento das águas pluviais dos lotes ou edificações, passarão sob as calçadas.

Parágrafo Único. Quando se tornar necessário fazer escavação nas calçadas dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento das calçadas deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações.

Art. 37. Se intimados pela Municipalidade a executar a manutenção e a construção de calçada, outras obras necessárias ou serviços, os proprietários que não atenderem a intimação, no prazo de 30 (trinta) dias, ficarão sujeitos a pagar, o valor do mercado dos serviços efetuados pela municipalidade.

Parágrafo Único. Excetuam-se do pagamento da taxa adicional relativa à administração, os proprietários cuja renda familiar não ultrapassem a 3 (três) salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Art. 38. Quando, em virtude dos serviços de calçamento executados pela Municipalidade em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade, em que forem alterados o nível ou largura das calçadas, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anterior, competirá, aos proprietários a reposição destas calçadas em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo Único. Caso a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá à mesma a reposição destas calçadas em bom estado de acordo com o novo projeto.

Art. 39. Em logradouro dotado de calçada de 3,00m (três metros) ou mais, de largura, será obrigatória a construção de passeio livre para uso exclusivo de pedestres de no mínimo 2,00 m (dois metros), sendo que na faixa de calçadas restante deverá ser decorada e/ou ajardinada, segundo projeto aprovado para cada logradouro.

Art. 40. Não poderão ser feitas rampas de acesso nos passeios dos logradouros destinadas à entrada de veículos.

Parágrafo Único. Tendo em vista a natureza dos veículos que tenham de trafegar sobre a calçada, a Municipalidade indicará, no alvará de licença a ser concedido, a espécie de calçamento que neles deva ser adotado, bem como a faixa das calçadas destinadas a esse tráfego de veículos.

Art. 41. O rampeamento das soleiras e o rebaixamento do meio-fio são obrigatórios sempre que tiver entrada de veículos nos terrenos ou prédios com travessia de calçada de logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre a calçada, junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

Art. 42. As intimações para correção dos rampeamentos objetivando obedecer a este Título, quando necessárias, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV
DO FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO

Art. 43. Os terrenos não construídos, na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, poderão não ter fechamento, desde que seja o mesmo, mantido limpo e com vegetação conservada e

que o limite entre o passeio público e o terreno seja demarcado de forma clara.

Art. 44. Para fechamento de terrenos, não será permitido o emprego de espinheiros, ou de qualquer solução que coloque em risco a saúde e o bem estar.

Art. 45. Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.

Art. 46. Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela Municipalidade.

Art. 47. É proibido colocar cacos de vidro e arames farpados, nos muros frontais, laterais e fundos.
Parágrafo Único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no *caput* deste artigo, antes da vigência desta lei complementar, têm prazo de 90 (noventa) dias para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções cabíveis.

CAPÍTULO V
DOS TERRENOS BALDIOS

Art. 48. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

Art. 49. O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:
I - Intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno;
II - Execução dos serviços de limpeza pela Municipalidade, se o intimado não realizar a limpeza do terreno no prazo determinado na intimação, ficando sujeito os proprietários ou responsáveis do terreno a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados, acrescidos das taxas e despesas administrativas e multas.

Art. 50. Compete a Municipalidade:
I - Fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades;
II - Executar ou contratar a limpeza do terreno no caso previsto no item II do artigo 49 desta lei.

Art. 51. O proprietário ou responsável infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia de conclusão da limpeza do terreno, para recolher o valor devido.

Parágrafo Único. Terminado o prazo previsto neste artigo, o proprietário ou responsável pelo terreno terá seu débito inscrito em dívida ativa.

CAPÍTULO VI
DAS EDIFICAÇÕES

Art. 52. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na Macrozona Urbana.

Art. 53. Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;
b) facilidade de sua inspeção;
c) tampa removível;
d) outras exigências do Código de Obras vigente.

Art. 54. Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibido, a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer sejam coletivos ou individuais.

Art. 54. As chaminés, de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 55. É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados, onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais: elevadores, transportes coletivos municipais, auditórios, museus, cinemas, teatros, estabelecimentos comerciais, estabelecimentos públicos, hospitais e escolas.

§ 1º Nos locais descritos neste artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade ao público.

§ 2º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

§ 3º O Título V deste Código determina as sansões penais previstas para os infratores.

CAPÍTULO VII
DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 56. No interesse do controle da poluição do ar e da água, a Prefeitura exigirá parecer técnico do IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente ou órgão que tenha permissão para tal.

Art. 57. É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar espécies da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

Parágrafo Único. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja menor possível da antiga posição.

Art. 58. Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 59. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

§ 1º O interessado deverá obter das autoridades municipais a autorização antecipadamente;

§ 2º. A autorização não inibe a responsabilidade do requerente quanto ao controle e medidas de precaução para evitar a propagação do fogo.

Art. 60. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhados ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:
I - Preparar aceiros de no mínimo 7 (sete) metros de largura;
II - Mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 61. A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições constantes do Código Florestal Brasileiro.

Art. 62. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 63. O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

CAPÍTULO VIII
DA HIGIENE DOS ALIMENTOS

Art. 64. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, destinadas ao preparo e consumo alimentar, excetuados os medicamentos.

Art. 65. Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados pela fiscalização e removidos para local destinado à inutilização das mesmas.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 66. Nas mercearias e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:
I - O estabelecimento que possuir exposição de frutas, legumes, verduras e/ou hortaliças, serão colocados, sobre mesas e estantes de superfície impermeável, afastadas um metro, no mínimo, das portas externas;

II - Os alimentos que independam de cozimento deverão ser depositados em recipientes fechados que evitem o acesso de impurezas e insetos.

Art. 67. É proibido ter em depósito ou expostos à venda, alimentos em geral, deteriorados.

Art. 68. Toda a água que tenha de servir para a manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não venha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 69 O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 70. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste código, que lhes são aplicáveis, deverão ainda observar o seguinte:
I - Zelarem para que os gêneros alimentícios não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentarem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;
II - Ter carrinhos para perfeito acondicionamento;
III - Ter os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;
IV - Manter-se rigorosamente asseados.

§ 1º Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.

§ 2º Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva aos clientes.

§ 3º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 71. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros recipientes fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e apreensão de mercadorias.

§ 1º É obrigatório que o vendedor ambulante coloque, rigorosamente, e sempre, as tampas das vasilhas destinadas á venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de embalagens próprias fechadas, poderá ser feita em vasilhas abertas.

§ 3º É obrigatório o selo com informações de data de fabricação/validade e ingredientes utilizados.

Art. 72. Na infração de qualquer artigo dessa Capítulo, será imposta multa correspondente 36 a 108 UFRM's.

CAPÍTULO IX
DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 73. Os hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres, deverão observar as seguintes prescrições:

I - A lavagem da louça e talheres deverá ser feita com água corrente não sendo permitida sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - A higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervente em seguida;

III - Os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV - A louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e insetos;

V - Os utensílios de copa e cozinha, os copos, as louças, talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;

VI - As mesas e os balcões deverão possuir tampas impermeáveis;

VII - Nos salões de consumação, não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§ 1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se nesta proibição os descartáveis.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons observando os devidos cuidados de higiene pessoal, e uniformizados.

Art. 74. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas capas individuais.

Parágrafo Único. Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco rigorosamente limpo.

Art. 75. As toalhas ou panos que recobrem o encosto das cadeiras devem ser usados uma só vez para cada atendimento.

Art. 76. Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização deverão ser esterelizados.

Art. 77. Ao açougues e congêneres deverão atender às seguintes condições:
I - Ter balcões com tampa de aço inoxidávelou pedra;
II - Utilizar utensílios de manipulação, ferramentas ou instrumentos de corte feitos de material apropriado e conservado em rigoroso estado de limpeza;
III - Não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial;
IV - Os móveis de madeira devem ter revestimento impermeável;
V - Manter o estabelecimento em perfeito estado de asseio e limpeza;
VI - Os funcionários devem usar aventais, gorros brancos e luvas;
VII - Manter coletores de lixo e resíduos com tampa a prova de moscas e roedores;
VIII - Vender apenas carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados;
IX - Os estabelecimentos devem manter um funcionário exclusivo para o caixa.

Art. 77. Nos estabelecimentos tratados nesta Capítulo é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:
I - Manter o estabelecimento em completo estado de limpeza;
II - O uso de aventais e gorros brancos;
III - Manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de moscas e roedores.

Art. 78. Os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, da modalidade de panificadoras, lancherias e /ou confeitarias e similares, devem observar no mínimo, o seguinte:
I - Piso revestido por material lavável, impermeável, resistente e não corrosível;
II - Paredes de material resistente, lavável, impermeável, não corrosível;
III - As salas de manipulação devem ter aberturas (portas e janelas) teladas;

IV - As chaminés devem ficar no mínimo 5,00 m (cinco metros) acima da cumeeira;
V - Os fornos não devem produzir fumaça aos compartimentos de trabalho;
VI - Não se permite construção alguma sobre fornos, a não ser a cobertura para protegê-los;
VII - Ter depósito ou local diferenciado, adequado para armazenamento de combustível, nos estabelecimentos que lidam com carvão, lenha, gás e similares;
VIII - Ter depósito especial para farinhas, açúcar e outros, com pisos e paredes impermeabilizadas e protegidas de insetos e animais, com telas, estrados e aberturas especiais;
IX - É obrigatório o emprego de amassadeiras mecânicas;
XI - A secagem dos produtos será levada a efeito em ambiente e equipamento adequado e protegido;
XII - O preparo das massas, doces, salgados e demais produtos, será realizado por processo mecânico, evitando o uso das mãos, ou as mesmas, protegidas por luvas;
XIII - Todos os aparelhos e utensílios de trabalho serão de material inoxidável e de fácil limpeza;
XIV - Os equipamentos estarão sempre em boas condições de higiene;
XV - Os produtos prontos para uso devem ficar abrigados de contaminação exterior;
XVI - As embalagens a serem utilizadas devem estar protegidas da poeira, insetos, animais e serem registradas no órgão competente;
XVII - É obrigatório o uso de estilete inoxidável, não se permitindo, em hipótese alguma, o emprego de qualquer outro material, sobremodo os comumente encontrados, rústicos, perigosos e sem higiene;
XVIII - Só é permitido o uso de aditivos intencionais previstos na legislação sanitária federal;
XIX - A manipulação dos produtos prontos para o consumo, na impossibilidade do uso de pegadores de inox, será feita com as mãos protegidas por luvas de material aprovado pelo órgão competente.

Art. 79. Nos hospitais, postos de saúdes, casas de saúde e maternidades, além das disposições em geral desta lei e das legislações federal e estadual específicas, que lhes forem aplicáveis é obrigatório no mínimo:
I - A existência de depósito para roupa servida;
II - A existência de uma lavanderia com água quente com instalação de esterilizador;
III - A esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;
IV - A desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;
V - A instalação de necrotério;
VI - Processo especial para eliminação de lixo hospitalar;
VII - A manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseada e em condições de completa higiene.

Art. 80. Na infração de qualquer dispositivo desta Capítulo, será imposta a multa de 88 UFRM's.

TÍTULO III

DO BEM ESTAR PÚBLICO

Art. 81. É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos.
Parágrafo Único. A Prefeitura estabelecerá, para cada atividade que pela sua característica produza ruídos excessivos, horários e localização permitidos, tendo em conta o disposto neste Código relativo à matéria e demais Leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes.

Art. 82. É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta lei.
§ 1º As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar público.
§ 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:
a) Som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas;
b) Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança, ao sossego e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;
c) Ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;
d) Ruído Impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo;
e) Ruído Contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação;
f) Ruído Intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais;
g) Ruído de Fundo: todo e qualquer som que seja emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;
h) Distúrbio Sonoro e Distúrbio por Vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que:
h.1) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;
h.2) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;
h.3) possa ser considerado incômodo;
h.4) ultrapasse os níveis fixados nesta lei.
i) Nível Equivalente (LEQ): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A;

j) Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;
l) Níveis de Som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação A , definido na norma NBR 10.151 – ABNT;
m) Zona Sensível a Ruído ou Zona de Silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 100,00m (cem metros) de distância de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos;
n) Limite Real da Propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;
o) Serviço de Construção Civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura ou de um terreno;
p) Centrais de Serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;
q) Vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer.
§ 3º Para fins de aplicação desta Capítulo ficam definidos os seguintes horários:
a) Diurno: compreendido entre às 7h e 18h;
b) Vespertino: compreendido entre às 18h e 22h;
c) Noturno: compreendido entre às 22h e 7h.

Art. 83. Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta lei, bem como o nível equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as orientações das Resoluções CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, e as recomendações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 84. A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão as normas expedidas respectivamente pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, pelo Ministério do Trabalho e pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do Contran.
Parágrafo Único. No tocante à emissão de ruídos emitidos por veículos automotores, decorrentes do escapamento, descarga ou buzina, aplica-se, no que, couber as resoluções, normas do CONAMA e do Código Brasileiro de Trânsito.

Art. 85. As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora, classificadas como Incômodas (I), Nocivas (NO) ou Perigosas (PE), dependem de prévia autorização da Municipalidade, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.

Art. 86. Fica proibida a utilização de fogos de artifício, serviços de alto-falantes e outras fontes que possam causar poluição sonora, fixas ou móveis, como meio de propaganda ou publicidade, inclusive, a de cunho político, nos logradouros públicos, devendo os casos especiais serem analisados e autorizados pela Municipalidade.

Parágrafo Único. Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva C do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00m (sete metros) da origem do som, salvo casos especiais devidamente analisados e autorizados pela Municipalidade.

Art. 87 - Os serviços de alto-falantes externos em veículos ficam sujeitos à concessão de alvará pela municipalidade, e ao pagamento do tributo respectivo, desde que atendam aos seguintes princípios:

I - Estejam os equipamentos de reprodução de som calibrados pelo decibelímetro da Municipalidade;

II - Respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;

III - Limitem suas atividades, de 2ª a sábado, das 08:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 18; 00 horas;

IV - Atendam a proibição da veiculação do serviço de som num raio de 200 metros de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 88. Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro de 03 (três) minutos a 05 (cinco) minutos.

Art. 89. Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

I - Por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares, usados nas propagandas eleitoral e política e nas manifestações coletivas, desde que ocorram somente nos períodos diurno e vespertino e sejam autorizados nos termos desta lei;

II - Por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III - Por fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;

IV - Por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora, utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;

V - Por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados Municipalidade, não sendo permitido nos domingos e feriados;

VI - Por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue, respectivamente, por mais de 03 (três) minutos e 01 (um) minuto.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 90. Por ocasião das comemorações de Natal, Ano Novo, aniversário do Município e em eventos considerados especiais, serão toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas por esta lei, devendo ser autorizadas e fiscalizadas pela Municipalidade.

Parágrafo Único. Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água , esgoto e sistema viário.

Art. 91. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer a Municipalidade a certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:
I - Tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;
II - Zona e categoria de uso do local;
III - Horário de funcionamento do estabelecimento;
IV - Capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;
V - Níveis máximos de ruídos permitidos;
VI - Laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea;
VII - Descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;
VIII - Declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.
Parágrafo Único. A certidão a que se refere o caput deste artigo deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 92. O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de 02 (dois) anos, expirando nos seguintes casos:
I - Mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;
II - Mudança da razão social;
III - Alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção acústica instalada;
IV - Qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;
V - Qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§ 1º Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.
§ 2º A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após prévia vistoria no imóvel, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.
§ 3º O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.
§ 4º A renovação da certidão ficará condicionada à liquidação, junto à Municipalidade, de todos os débitos fiscais que incidirem sobre o imóvel.

Art. 93. Os técnicos ou fiscais terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário; devendo se apresentar devidamente credenciados e após a vistoria fornecer cópia ao proprietário do laudo emitido.
§ 1º A Municipalidade deverá celebrar Convênio, ou outra forma de cooperação, com o Estado, a União e seus órgãos, e universidades, visando legitimar as ações objeto desta lei.
§ 2º Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais poderão solicitar auxílio às autoridades competentes para a execução da medida ordenada.

Art. 94 - A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:
I - Notificação por escrito;
II - Multa simples ou diária;
III - Embargo da obra;
IV - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;
V - Cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;
VI - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
VII - Paralisação da atividade poluidora.

Parágrafo Único. As penalidades de que trata este artigo, poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a multa terá uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor original.

Art. 95. Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, assim definidas:
I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
II - Graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;
III - Gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 96. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:
I - Nas infrações leves, de 17 a 180 UFRM's;
II - Nas infrações graves, de 181 a 350 UFRM's;
III - Nas infrações gravíssimas, de 351 a 540 UFRM's.

Art. 97. Para imposição da pena e graduação da multa, a municipalidade deverá observar o princípio do contraditório, concedendo ao infrator a ampla defesa dos seus direitos e interesses, e também:
I - As circunstâncias atenuantes e agravantes;
II - A gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde ambiental e o meio ambiente;
III - A natureza da infração e suas conseqüências;
IV - O porte do empreendimento;
V - Os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais.

Art. 98. São circunstâncias atenuantes:
I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;
III - Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 99. São circunstâncias agravantes:
I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
II - Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.
§ 1º A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.
§ 2º No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 100. Compete a Municipalidade:
I - Estabelecer o controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - Aplicar sanções e interdições, parciais ou totais, previstas na legislação vigente.

Art. 101. A Municipalidade, disponibilizará infraestrutura necessária para o cumprimento desta lei.

Art. 102. As pessoas físicas ou jurídicas que estejam em desacordo com as disposições desta Capítulo, terão prazo para adaptar-se as suas exigências conforme segue:
I - Até 06(seis) meses para iniciar os trabalhos de adaptação, com o projeto devidamente protocolado na Prefeitura Municipal;
II - Até 01(um) ano para estar completamente adaptado a esta lei.

CAPÍTULO I
DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 103. Para realização de divertimentos e festejos públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.
Parágrafo Único. Para o caso do disposto no caput deste artigo será obrigatória a presença de pelo menos um policial da Polícia Militar.

Art. 104. Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 200,00m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 105. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Edificações vigente:
I - Os locais de divertimentos públicos, serão mantidos higienicamente limpos;
II - As portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livre de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
III - Todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição “SAÍDA”, legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;
IV - Os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
V - Deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;
VI - Durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.
Parágrafo Único. Estarão sujeitas ainda às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas à segurança nesses recintos.

Art. 106. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 107. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa marcada.
§ 1º Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.
§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Art. 108. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se após 30 (trinta) minutos da hora marcada, ressalvados os casos motivados por questões de segurança.

Art. 109. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 110. A armação de circos de panos ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.
§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um três meses, podendo ser renovado.
§ 2º Os circos e parques de diversão embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades de Prefeitura.

Art. 111. As infrações deste Título serão punidas com penas de multa de 180 UFRM's e acrescidas em 20% (vinte por cento) quando reincidente, além das responsabilidades civil e criminal que couberem.

CAPÍTULO II
DA PROPAGANDA EM GERAL

Art. 112. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo.
§ 1º Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares sejam visíveis de lugares públicos;
§ 2º Estão isentos de tributos, placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 113. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:
I - Pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;
II - De alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
III - Que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 114. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança. Os requerentes são responsáveis por danos causados a terceiros em caso de qualquer tipo de acidente, ou ação da natureza.

Art. 115. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste Título, poderão ser apreendidos pela Prefeitura até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta Lei.

Art. 116. A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de ampliadores de som, autofalantes e propagandistas, está igualmente sujeita à prévia licença, e ao pagamento de tributo ou preço respectivo.

Art. 117. A retirada de propaganda eleitoral, afixada é de responsabilidade dos Diretórios e Comitês Municipais, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do dia da eleição, ou na forma que a lei eleitoral vier a estabelecer.

Art. 118. As infrações previstas neste Título serão punidas com multa de 180 UFRM's, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

CAPÍTULO III
DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 119. Aos animais em geral, aplicam-se as normas previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, cabendo a Municipalidade o exercício do poder de polícia, visando a proteção das pessoas e dos animais.

Art. 120. É proibida a permanência de animais nas vias e outras áreas de uso público.
§ 1º São exceção animais dóceis e de estimação, quando acompanhados de seus donos ou responsáveis.

§ 2º A Prefeitura poderá recolher os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos. A forma de apreensão será estabelecida em regulamentação própria.

Art. 121. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 122. É expressamente proibido:
I – Criação de quaisquer espécies de animais com fins econômicos em áreas do Perímetro Urbano;
II - Amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores da via pública;
III - Domar ou adestrar animais nas vias públicas;
IV - Comercializar animais que ofereçam periculosidade à integridade física das pessoas, sem a devida providência no tocante as medidas de segurança;
V – Praticar, privada ou publicamente, qualquer tipo de ação que caracterize crueldade ou atrocidade aos animais.

Art. 123. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade, desde que, estejam causando danos a vizinhança.

Art. 124. Na infração de qualquer artigo deste Título, será imposta a multa de 80 UFRM's.

TÍTULO IV
DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA
CAPÍTULO I
DO LICENCIAMENTO

Art. 124. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem a prévia licença da Prefeitura, concedida mediante requerimento dos interessados, e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Art. 125. A Prefeitura Municipal só expedirá o Alvará de localização para estabelecimentos que não contrariem as disposições contidas na Lei do Plano Diretor, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Conforme o especificado no **Anexo V - Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.**

Art. 126. A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 127. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 128. Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão a Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 129. O Alvará de Localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 130. O alvará de localização será cassado:
I - Quando se tratar de negócio diferente do requerido;
II - Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou sossego e segurança pública;
III - Por solicitação da autoridade competente, provados motivos que fundamentarem a solicitação.
§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.
§ 2º Será igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua esta Capítulo.

Art. 131. Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre a calçada.
Parágrafo Único. Não constitui infração o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas, desde que a operação se proceda em horário regulamentado pela Municipalidade de acordo com legislação específica, não embarace o livre trânsito de pedestres e não coloque em risco a saúde e o bem estar dos transeuntes.

Art. 132. A Municipalidade exercerá rigorosa fiscalização sobre a localização e funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina, aplicando aos infratores as sanções e penalidades previstas na legislação.

Art. 133. As infrações dos dispositivos deste Título ficarão sujeitas à multa de 350 UFRM's.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

CAPÍTULO II
DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 134. O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, dependerá sempre de licença especial da Municipalidade, mediante requerimento do interessado. Caracteriza-se como o comércio que não é exercido em local fixo.
§ 1º Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para a exploração das atividades mencionadas no *caput* deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.
§ 2º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições desta lei, da legislação fiscal e sanitária deste Município.
§ 3º A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente à quem exercer a atividade, sendo pessoal e intransferível.

Art. 135. Deferido o requerimento, a Municipalidade passará um alvará de licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, com o prenome e sobrenome, idade, nacionalidade, o número no cadastro de pessoas físicas, residência, fotografia, objeto de comércio e quando for empregado, o nome do empregador ou o seu estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, inscrições federal e estadual, se houver.

Art. 136. Com o alvará, a Municipalidade fornecerá ao licenciado um cartão indicativo do ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º Além do cartão, todo vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.
§ 2º O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.
§ 3º As mercadorias apreendidas, serão recolhidas em local de domínio municipal, e não sendo retiradas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos desta lei.

Art. 137. A Municipalidade só concederá licença para o comércio ambulante, quando, a seu critério o mesmo não venha a prejudicar o comércio estabelecido, a higiene e segurança.

Art. 138. Da licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:
I - Número de Inscrição;
II - Residência do comerciante ou responsável;
III - Nome, razão ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;
IV- Local de funcionamento.

Art. 139. A licença será renovada anualmente por solicitação do interessado.

Art. 140. A Municipalidade determinará para o exercício da atividade eventual ou ambulante, normas, padrões, locais e horários, por ato do Poder Executivo.

Art. 141. As infrações ao disposto neste Título estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 143 UFRM's.

CAPÍTULO III
DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Art. 142. Aplicam-se à indústria, no que couber, as disposições sobre o comércio, além das contidas neste Título.

Art. 143. No interesse do controle da poluição sonora, do ar e da água, a Municipalidade exigirá os relatórios necessários, expedidos pelo órgão ambiental competente, sempre que for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 144. O recolhimento do lixo tóxico proveniente de resíduos industriais, bem como demais resíduos produzidos, será de responsabilidade do estabelecimento.
Parágrafo Único. Cabe ao órgão sanitário municipal em conjunto com os demais órgãos competentes a aprovação e a indicação de local adequado para tal fim.

Art. 145. A localização das indústrias obedecerá ao zoneamento estabelecido na **Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Tabela I, Anexo V**, do Município de Flor do Sertão.

Art. 146. As infrações deste Título estão sujeitas à multa de 1000 UFRM's.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

CAPÍTULO IV
DAS FEIRAS LIVRES

Art. 147. A Municipalidade através de seus órgãos competentes, determinará, data, local e mobiliário para realização de feiras livres.
Parágrafo Único. Cabe ainda a Municipalidade estabelecer regulamentos visando o bom funcionamento das feiras livres.

Art. 148. A nenhum comerciante regularmente estabelecido será permitido vender produtos hortifrutigranjeiros ou outros na feira livre.

Art. 149. A Municipalidade estabelecerá a cobrança de uma taxa pela utilização do local, devendo a limpeza deste, ser efetuada pelos feirantes.

Art. 150. O horário de funcionamento das feiras será estabelecido por decreto do poder executivo.
Parágrafo Único. A alteração do horário poderá ser solicitada pelos feirantes mediante abaixo assinado contendo no mínimo assinatura de 2/3 (dois terços) dos feirantes cadastrados e em dia com suas responsabilidades junto à municipalidade.

Art. 151. Os feirantes obrigam-se a observar as normas do Código de Defesa do Consumidor, a Legislação Sanitária, bem como cumprirem o horário de funcionamento e atendimento ao público.

Art. 152. As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 36 UFRM's.
Parágrafo Único. Em caso de reincidência, será automaticamente cassada a respectiva licença.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 153. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais do Município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.
§ 1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção e distribuição

de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo da autoridade federal competente, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º A Prefeitura poderá, ainda, permitir o funcionamento em horário especial de estabelecimentos que não causem incômodo à vizinhança.

Art. 154. Estão sujeitos a horários especiais:
I - de zero a 24 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:
a) postos de gasolina;
b) hotéis e similares;
c) hospitais e similares;
d) farmácias.
II - de 06 às 22 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:
a) padarias;
b) mercearias;
III - de 08 às 21:00 horas, de segunda a sábado:
a) supermercados e lojas de artesanato;
IV - funcionamento livre:
a) indústrias;
b) restaurantes, sorveterias, confeitarias, bares, cafés e similares;
c) bancas de revistas.
§ 1º As farmácias, quando fechadas, poderão em caso de urgência atender o público a qualquer hora do dia ou da noite.
§ 2º Em horários especiais, determinados neste Título, funcionarão normalmente as farmácias que estiverem de plantão.

Art. 155. Outros ramos do comércio ou prestadores de serviços que exploram atividades não previstas neste título, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-los a Municipalidade.

Art. 156. Em casos excepcionais, obedecido ao interesse público, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder licenças extraordinárias a estabelecimentos e atividades, alterando por decreto o horário normal de funcionamento.

Art. 157. Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste Título, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-lo a Prefeitura para análise.

CAPÍTULO VI
DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 158. A exploração das jazidas enquadradas no artigo 8, classe II do Regulamento do Código de Mineração, só será permitida mediante Alvará de Licença expedido na forma do presente texto legal.
Parágrafo Único. O requerimento para expedição do Alvará de Licença será sempre precedido de Consulta de Viabilidade e Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 159. As jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e relacionadas na Classe II do referido regulamento, que seu aproveitamento depende do Alvará de que trata o artigo anterior, têm a seguinte especificação:
Classe II - Ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros quando utilizados, em estado natural, para o preparo de agregados, pedras de talhos ou argamassas, ou então se destinem, como matérias-primas, à indústria de transformação.

Art. 160. O pedido de Alvará de Licença deverá ser formulado em requerimento à Prefeitura, devendo ser instruído com os seguintes documentos, além do comprovante do deferimento da Consulta de Viabilidade:
I - Quanto à legalização a ser explorada:

a) Escritura do terreno devidamente inscrita no cadastro da Prefeitura em nome do requerente/ou;
b) Compromisso de compra e venda/ou;
c) Autorização expressa do proprietário.

II - Substância mineral a ser licenciada;
III - Prova de inscrição, para fins de Imposto Único Sobre Minerais;
IV - Negativa de débitos de tributos municipais;
V - Planta de detalhe da área licenciada, que terá no máximo 50ha, delimitada por figura geométrica, sendo os lados segmentos de retas ou linhas de acidentes naturais, definidos por seus comprimentos e rumos com um dos vértices amarrados a um ponto fixo e inconfundível do terreno, em escala adequada (1:100) até (1:20000), assinada por profissional habilitado e devidamente registrado na Prefeitura Municipal;

VI - Planta de situação de área licenciada, em escala adequada (1:20000) até (1:250000), firmada por profissional habilitado, contendo os principais elementos de reconhecimento, tais como: rodovias, rios, córregos, vilas, pontes e outros considerados necessários;
VII - Plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento e equipamento, fazendo constar o método de exploração a ser adotado, bem como referência à escala de produção prevista, apresentado por profissional habilitado e matriculado na Prefeitura Municipal;
VIII - Licença Ambiental Prévia - LAP expedida pelo IMA;
IX - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por Responsável Habilitado como Técnico em Lavras e Beneficiamento Mineral.

Art. 161. A fim de ser preservada a estética e a paisagem natural do local da jazida, obriga-se o requerente e interessado, a apresentar plano de recomposição e urbanização da área que será implantada à medida que a exploração for sendo realizada.

Art. 162. A obrigatoriedade de cumprimento do plano de recomposição e urbanização da área de que trata o artigo anterior, será manifestado através de termo de compromisso firmado entre o licenciado e a Prefeitura Municipal.

Art. 163. A fim de garantir à Prefeitura Municipal de qualquer ressarcimento pelo inadimplemento das obrigações assumidas por força desta Lei, obriga-se o licenciado a efetuar depósito de caução, real ou fiduciária, equivalente a 1/40 do valor da unidade de referência da municipalidade, por metro quadrado da área requerida.
Parágrafo Único. O valor caucionado só será liberado após a conclusão do plano de recomposição e urbanização da área utilizada.

Art. 164. O inadimplemento das obrigações impostas pelos artigos 161 e 162 desta Lei, implicará nas seguintes sanções:
I - Embargo da exploração e multa de quatro valores de unidade de referência de municipalidade, cobrada em dobro no caso de reincidência;
II - Cancelamento e revogação da licença.
Parágrafo Único. Extinto o prazo de dois meses durante o qual o licenciado deve concluir as obras de recomposição e urbanização da área, a Prefeitura às realizará, utilizando para este fim os valores caucionados.

Art. 165. O pedido de renovação do Alvará de Licença, além dos requisitos exigidos pelos art. 161 e 162 desta Lei, deverá ainda ser instruído com os seguintes elementos:
I - Prova de licença anterior;
II - Prova do Registro no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – da licença anterior:
III - Prova de recolhimento do Imposto Único Sobre Minerais, referentes ao exercício anterior.

Art. 166. Autuado o processo com as peças e documentos necessários, a Prefeitura Municipal ouvirá preliminarmente e pela ordem, o Departamento Nacional de Produção Mineral e Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para dizerem sobre o requerido.
Parágrafo Único. Todas e quaisquer objeções técnicas arguidas por seus órgãos, se não forem ou não puderem ser supridas pelo requerente, acarretarão automaticamente o arquivamento do processo e, em consequência, o indeferimento do pedido de alvará de licença.

Art. 167. O licenciado terá prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da expedição do Alvará, para colocação de placa padronizada, conforme modelo a ser definido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 168. A Prefeitura Municipal, através de Portaria, baixará as instruções de preenchimento do formulário destinado ao requerimento de licença para exploração da jazida mineral.

Art. 169. Todas as atividades, objeto deste Título, em curso neste Município, deverão em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adequar-se às diretrizes ora estabelecidas, sob pena de interdição.
Parágrafo Único. Durante o decurso do prazo estabelecido no "caput" deste artigo, poderá o órgão responsável através da exposição de motivos endereçada ao Prefeito, solicitar a interdição da atividade que, por seu curso, intensidade e método, esteja a comprometer aspectos fundamentais da paisagem natural do Município.

CAPÍTULO VII
DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 170. O exercício da atividade do Cemitério compete exclusivamente a Municipalidade ou a quem for outorgada a exploração na forma da lei.

Art. 171. Para o exercício da atividade, a Municipalidade através do Chefe do Poder Executivo Municipal, baixará normas regulamentares exercendo rigorosa e permanente fiscalização.

Art. 172. Nos cemitérios municipais não haverá distinção de crença ou seitas religiosas.

Art. 173. As associações religiosas poderão manter nos Cemitérios públicos e mediante ao sepultamento de seus membros, sobre os quais tomarão inteira responsabilidade, muito embora fiscalizada pelo governo municipal.

Art. 174. Nenhum corpo será inumado no Cemitério sem que o interessado apresente ao administrador ou zelador do mesmo, os documentos indispensáveis ao sepultamento que são: guia fornecida pela Prefeitura, certidão do óbito e atestado médico, e na falta deste, guia fornecida pelas autoridades policiais.

Art. 175. A localização de novo cemitério e/ou ampliação deverá estar de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal.

Art. 176. O concessionário ou permissionário é responsável pela construção, administração, conservação e funcionamento do cemitério, nos termos da legislação vigente, sempre sob a supervisão e fiscalização da Municipalidade. O concessionário ou permissionário dentro da sua competência, deve promover e executar:
I - aquisição de área de terra destinada a construção do cemitério, devidamente licenciada nos órgãos ambientais competentes;
II - a construção do cemitério de acordo com o projeto aprovado pela Municipalidade;
III - a administração e conservação do cemitério, de acordo com as normas fixadas pela Municipalidade;
IV - a promoção de vendas de lotes, jazigos, túmulos e similares, devendo a tabela de preços ser submetida à aprovação da Municipalidade, que deve obedecer aos critérios de mercado;
V - manutenção de administração e zeladoria, as quais se encarregarão de manter a ordem e limpeza do cemitério.

Art. 177. O concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério, obriga-se a manter em bom estado de conservação, primando pelo asseio, higiene e apresentação, acatando de pronto as orientações e determinações emanadas da Municipalidade, que visem à melhora da qualidade das instalações e aprimoramento dos serviços.

Art. 178. Na infração de qualquer artigo deste Título, será imposta a multa de 180 UFRM's.

TÍTULO V

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 179. Constitui Infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 180. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, os encarregados de execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Parágrafo Único. Serão punidos de conformidade com a presente lei:

I - Os servidores que se negarem a prestar assistência aos munícipes, quando solicitados para prestar esclarecimentos das normas consubstanciadas nesta lei;

II - Os agentes fiscais que, por culpa ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;

III - Os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicar a penalidade.

Art. 181. A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa de 70 a 550 UFRM's.

Art. 182. A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 183. As multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo.

Parágrafo Único. Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I - A maior ou menor gravidade da infração;

II - As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - Os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 184 - Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo Único. Reincidente é quem violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 185. As penalidades a que se refere este Código, não isentam o infrator das obrigações de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.
Parágrafo Único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado ao cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 186. Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, com base em índice oficial adotado pelo Município e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
Parágrafo Único. Na atualização dos débitos de multa de que trata este artigo, aplicar-se-á índice de inflação adotado oficialmente pelo Município.

Art. 187. Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.
Parágrafo Único. A devolução da coisa apreendida far-se-á somente depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 188. No caso de não ser reclamado e tirado no prazo de sete dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo a importância aplicada na indenização das multas e das despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 189. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:
I - Os incapazes, na forma do Código Civil;
II - Os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 190. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:
I - Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;
II - Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;
III - Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 191. Infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta lei, será punida com a multa de 70 a 550 UFRM's, variável segundo a gravidade da infração.

Art. 192. As advertências para cumprimento de disposições desta e das demais leis e decretos municipais inerentes à matéria, poderão ser objeto de notificação preliminar que será expedida pelo Setor de Planejamento.

Art. 193. A notificação preliminar será feita em forma de ofício, com cópia onde ficará o "ciente" do notificado e conterá os seguintes elementos:
I - Nome do infrator;
II - Endereço;
III - Data;
IV - Indicação dos dispositivos legais infringidos e as penalidades correspondentes;
V - Prazo para regularizar a situação;
VI - Assinatura do notificante.
§ 1º Recusando-se o notificado a dar o "ciente", será tal recusa declarada na notificação preliminar, firmada por duas testemunhas.
§ 2º Ao notificado dar-se-á o original da notificação preliminar, ficando o Setor de Planejamento com a cópia.

Art. 194. Decorrido o prazo fixado pela notificação preliminar, sem que o notificado tenha tomado as providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas, lavrar-se-á o auto de infração.
Parágrafo Único. Mediante requerimento apresentado pelo notificado, o Setor de Planejamento poderá prorrogar o prazo fixado na notificação.

Art. 195. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos municipais.

Art. 196. Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou do Setor de Planejamento, por qualquer servidor municipal ou por qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.
Parágrafo Único. Recebendo tal comunicação a autoridade competente, ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 197. São autorizadas para lavrar o auto de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 198. É o Setor de Planejamento competente para confirmar os autos de infração e arbitrar multas.

Art. 199. Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:
I - O dia, o mês, o ano, hora e lugar em que foi lavrado;
II - O nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza, o fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou agravante à ação;
III - O nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
IV - O dispositivo legal violado, a intimação ao infrator para pagar as multas cominadas ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos neste Código;
V - A assinatura de quem lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.
Parágrafo Único. As eventuais omissões do auto não acarretarão sua nulidade quando do mesmo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 200. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar e este será remetido pelo correio sob registro de aviso de recebimento.

Art. 201. O infrator terá o prazo de dez dias para apresentar defesa, contados da lavratura do auto de infração ou da data do recebimento do mesmo pelo correio.
Parágrafo Único. A defesa far-se-á por petição escrita ao Secretário a que estivar subordinado o autuante, facultada a anexação de documentos.

Art. 202. Julgada improcedente ou não sendo a apresentada defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de cinco dias.
Parágrafo Único. Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Art. 203. Apresentada a defesa dentro do prazo, produzirá efeito suspensivo de cobrança de multas ou da aplicação de penalidades, exceto quanto aos atos que decorram da constatação de perigo iminente à segurança física ou à saúde de terceiros.

Art. 204. O Setor de Planejamento terá o prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 1º Se entender necessário, a autoridade poderá no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao infrator ou impugnante, como também ao autuante, por cinco dias a cada um para alegação final.
§ 2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de dez dias para proferir a decisão.
§ 3º A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção face às provas produzidas e ao direito positivo.

Art. 205. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Setor de Planejamento ratificou os termos do auto de infração, podendo a parte interpor recurso.
Art. 206. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito.
Parágrafo Único. O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de cinco dias, contados da data da ciência da decisão de primeira instância pelo autuado/impugnante ou autuante**.**

Art. 207. Os Infratores serão notificados da decisão da primeira instância:
I - Sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de recibo de cópia da decisão proferida;
II - Por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;
III - Por carta, acompanhada de cópia de decisão, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 208. O recuso far-se-á por petição escrita, facultada a juntada de documentos.
Parágrafo Único. É vedado, numa só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto, o mesmo autuado.

Art. 209. O Prefeito terá o prazo de quinze dias para proferir a decisão final.

Art. 210. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Prefeito ratificou os termos da decisão de primeira instância.

Art. 211. As decisões definitivas serão executadas:
I - Pela notificação ao infrator para, no prazo de cinco dias, satisfazer ao pagamento do valor da multa.
II - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

TÍTULO VI
DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 212. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

ROSMARI ZANELLA
Secretária da Administração

LEI N.º 800/2024 DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS ÀS OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, ESTADO DE SANTA CATARINA - CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6132629

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

ÍNDICE

TITULO I 3

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 3

CAPITULO I 3

DOS OBJETIVOS DO CÓDIGO 3

CAPITULO II 4

DAS DEFINIÇÕES 4

TÍTULO II 12

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS 12

CAPÍTULO I 12

DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS A PROJETAR E A CONSTRUIR 13

CAPÍTULO II 13

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS 13

CAPÍTULO III 19

DAS NORMAS TÉCNICAS19

TÍTULO III 26

DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES 26

CAPÍTULO I 27

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS 27

CAPITULO II 32

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS 32

CAPÍTULO III 53

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS DE USOS ESPECIAIS DIVERSOS 53

CAPÍTULO IV 60

DAS EDIFICAÇÕES MISTAS 60

TÍTULO IV 60

DAS EDIFICAÇÕES 60

CAPÍTULO I 60

DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL 60

CAPÍTULO II 84
DAS INSTALAÇÕES EM GERAL 84
CAPÍTULO III 92
DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO 92
CAPÍTULO IV 97
DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO 97
CAPÍTULO V 99
DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 99
TÍTULO V 100
DAS INFRAÇÕES 100
CAPÍTULO ÚNICO 100
DAS PENALIDADES 100
TÍTULO VI 109
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 109

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI N.º 800/2024

DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS ÀS OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, ESTADO DE SANTA CATARINA - CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. Este Código, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, estabelece normas de projeto e construção em geral no Município de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2°. Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuadas por particulares, entidades ou órgãos públicos no Município de Flor do Sertão, é regulamentada por este Código, obedecida às normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

Parágrafo Único. Para o licenciamento das atividades de que reza este Código, serão observadas as disposições da Lei do Plano Diretor, Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, incidentes sobre o imóvel.

CAPITULO I
DOS OBJETIVOS DO CÓDIGO

Art. 3°. Este Código tem como objetivos:
I - orientar os projetos e execução de edificações no Município;

II - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade, contribuindo para o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

III - promover a melhoria dos padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações em seu território;

IV - estabelecer normas técnicas, visando o progressivo aperfeiçoamento da construção, voltado principalmente para a paisagem urbana e o aprimoramento da arquitetura nas edificações e consequentemente a melhoria da qualidade de vida da população;

V - assegurar possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de usos público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação vigente de acessibilidade.

CAPITULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 4°. Para efeito deste Código, são adotadas as seguintes definições:

I - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

II – acréscimo – ampliação da área da edificação existente;

III - aclividade - diferença altimétrica entre dois pontos, em que o segundo ponto está acima do ponto de referência;

IV - afastamento - distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e a divisa do lote, não considerada a projeção dos beirais, podendo ser: a) frontal; b) lateral; c) fundos;

V - alinhamento do logradouro - linha divisória entre o terreno de propriedade particular ou pública e o logradouro público, existente ou projetado, locada pelas autoridades municipais; alinhamento predial;

VI - alpendre - área coberta saliente da edificação, cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou área em balanço;

VII - alvará de construção - documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;

VIII - alvará de localização e funcionamento - documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço;

IX - alvará de obra - ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra;

X - alvará sanitário - documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém construído ou reformado e/ou funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, com a vistoria prévia das condições físico-sanitárias;

XI - andaime - estrutura necessária à execução de trabalhos em lugares elevados, sendo utilizada em serviços de construção, reforma, montagem, instalação, demolição, pintura, limpeza e manutenção;

XII - apartamento - unidade residencial, de hospedagem ou assemelhada, autônoma ou não, servida por espaços de uso comum em edificações de ocupação residencial, de serviços de hospedagem ou saúde;

XIII - aprovação do projeto - ato administrativo que precede o licenciamento das obras e analisa a concordância do projeto com as normas do referido código e demais normas aplicáveis;

XIV - aprovação da obra (Habite-se) - documento fornecido pelo órgão competente da Prefeitura, no qual se autoriza a ocupação e/ou o uso da edificação recém-construída ou reformada, atestando a sua regularidade quando da conclusão e as condições totais de uso e/ou habitabilidade;

XV - área total construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares;

XVI - área ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída;

XVII - área de uso comum - conjunto de dependências ou instalações de uma edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por partes dos titulares de direito das unidades autônomas;

XVIII - área "*non aedificandi*" - área do terreno onde não será permitida qualquer construção, vinculando-se o seu uso a uma servidão; XIX - área privativa: são as áreas cobertas ou descobertas que definem o conjunto de dependências e instalações de uma unidade autônoma, cuja utilização é privativa dos respectivos titulares de direito, conforme definido na NBR 12.721/06 – ABNT ou norma sucedânea; XX - área útil: área realmente disponível para ocupação do compartimento, excluídas as paredes que o delimitam;

XIX - área rural – toda área do Município, excluída a zona urbana;

XX – área útil - área realmente disponível para ocupação do compartimento, excluídas as paredes que o delimitam;

XXI – área sob pilotis – área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação;

XXII - A.R.T - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia – CREA;

XXIII – ático - pavimento de cobertura de uma edificação, possuindo área coberta menor que a dos pavimentos inferiores, de acordo com limites legalmente fixados;

XXIV - balanço sobre o térreo - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares;

XXV - baldrame - viga que contorna e une as fundações;

XXVI - beiral - prolongamento do telhado, além da prumada das edificações;

XXVII - boca de lobo - caixa sifonada, cuja finalidade é a captação de águas pluviais;

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

XXVIII - brise - conjunto de placas ou chapa de material variável colocado nas fachadas expostas ao sol com o objetivo de controle da insolação;

XXIX - caixa de via - é a medida em seção transversal, incluindo as pistas de rolamento, os canteiros centrais e as calçadas;

XXX - calçada - é a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros;

XXXI - caixa de escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento;

XXXII - caixilho - parte de uma esquadria onde se fixam os vidros;

XXXIII - canteiro - área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos;

XXXIV - caramanchão - construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação;

XXXV - casas Geminadas - edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única;

XXXVI - CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

XXXVII - centro comercial - áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como *shopping center* quando de grande porte;

XXXVIII - certificado de conclusão da obra - documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação (habite-se).

XXXIX – circulação - elemento de composição arquitetônica, horizontal ou vertical, cuja função é possibilitar a interligação entre unidades autônomas, compartimentos ou ambientes de qualquer natureza;

XL - cisterna - reservatório de água inferior;

XLI - construção - é de modo geral, a realização de qualquer obra;

XLII - construção irregular - obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença;

XLIII - consulta de viabilidade - documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona;

XLIV- cota - distância vertical entre um ponto do terreno e um plano horizontal
de referência; número colocado sobre uma linha fixa auxiliar traçada em paralelo com uma dimensão ou ângulo de um desenho técnico, que indica o valor real de distância entre dois pontos ou abertura correspondente, no mesmo representado;

XLV - compartimento - cada uma das divisões de uma edificação;

XLVI - corrimão - peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce;

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

XLVII - corredor - local de circulação interna de uma edificação, confinado, que serve de comunicação horizontal entre dois ou mais compartimentos, ou unidades autônomas;

XLVIII - Cumeeira - a parte mais alta de uma edificação;

XLXL - CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

L - Croqui - esboço preliminar de um projeto;

LI - Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência;

LII - Decibel - (dB): Unidade de intensidade física relativa a som;

LIII - Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de energia ou substância sólida; gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

a) Prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;

b) Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

LIV - dejetos - resíduos, excrementos, restos;

LV - demolição - deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção;

LVI - dependência de uso comum - conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia;

LVII - dependência de uso privativo - conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito;

LVIII - duto de ventilação - área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 0,70 m (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos não habitáveis;

LIX - edícula - denominação genérica para compartimento acessório da habitação, separado da edificação principal;

LX - edifício garagem - construção destinada ao estacionamento de veículos;

LXI - elevador - equipamento que executa transporte em altura, de pessoas e/ou mercadorias;

LXII - embargo - ato administrativo que determina a paralisação de uma obra;

LXIII - EMBRATUR - Empresa Brasileira de Promoção Internacional do Turismo;

LXIV - equipamentos comunitários - são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

LXV - equipamentos urbanos - são os equipamentos públicos, como por exemplo, os de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

LXVI – entrepiso - distância vertical medida entre o piso acabado de um pavimento e o piso acabado do compartimento imediatamente superior;

LXVII - escala - relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa;

LXVIII - especificações - discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção;

LXIX - estabelecimento - local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços;

LXX - estacionamento - espaço reservado para um ou mais veículos;

LXXI - fachada - elevação das paredes externas de uma edificação;

LXXII - faixa de domínio - é a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e seus acessórios;

LXXIII - faixa "non aedificandi" - área do terreno onde não é permitida a construção;

LXXIV - feira livre - local ao ar livre que funciona, mediante prévia autorização da Municipalidade, com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção;

LXXV - festejos públicos - são os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público;

LXXVI - fiança - obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor caso este não cumpra a obrigação;

LXXVII - filtro anaeróbio - unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cujo meio filtrante mantém-se afogado;

LXXVII - fossa séptica - unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos;

LXXIX - fundações - parte da construção destinada a distribuir as cargas da edificação sobre um terreno;

LXXX - gabarito - é o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação;

LXXXI - galeria - corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, comércio;

LXXXII - galeria comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas;

LXXXIII - galpão - construção constituída por uma cobertura fechada, total ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial;

LXXXIV - garagem bloqueada - Garagem ligada à circulação de veículos através de outra garagem;

LXXXV - garagem livre - garagem ligada diretamente à circulação interna de veículos;

LXXXVI – Guarda-Corpo - barreira protetora vertical, maciça ou não, delimitando as faces laterais abertas de escadas, rampas, patamares, terraços, balcões, sacadas, mezaninos, e congêneres, servindo como proteção contra eventuais quedas de um nível para outro;

LXXXVII – habitação multifamiliar - edificação usada para moradia constituída por unidades residenciais autônomas;

LXXXVIII - hall - dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos;

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

LXXXIX – hotel - edificação usada para serviços de hospedagem onde se alojam hóspedes e viajantes; estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;

XC – IMA – Instituto do meio Ambiente de Santa Catarina;

XCI - índice de aproveitamento - é calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno;

XCII - infração da lei - violação da lei;

XCIII - infrator -todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração;

XCIV - jirau - piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 (um quarto) da área do compartimento;

XCV - kitchenete - unidade residencial formada de sala, quarto, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala;

XCVI - ladrão - tubo de descarga colocado nos reservatórios de água, banheiro, pias, para escoamento automático do excesso de água;

XCVI - lavabo - instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário;

XCVII - licença - é ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei;

XCVIII - licenciamento da obra - ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra;

XCIX - logradouro público - toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população;

XCX - loja - tipo de edificação ou compartimento destinado à ocupação comercial varejista e/ou à prestação de serviços;

XCXI - lote - porção de terreno, com testada para logradouro público;

XCXII - loteamento - subdivisão de gleba em lotes destinados às edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouro público;

XCXIII - marquise - cobertura em balanço, localizado na fachada da edificação, sobre o logradouro;

XCXIV - meio-fio - peça de pedra ou de concreto ou similar que separa em desnível o passeio da pista de rolamento;

XCXV - memorial descritivo - texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo;

XCXVI - mezanino - pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido;

XCVXI - movimento de terra: modificação do perfil do terreno que implica em alteração topográfica, com alteração topográfica, com relação ao desnível ou

volume estabelecidos em normas técnicas específicas;

XCVXII - nivelamento ou nível de referência: nível sobre o ponto médio da testada do lote fornecido pelo competente da Prefeitura para fins de nivelamento do terreno;

XCVXIII - nível natural do terreno: nível do terreno na situação em que se apresenta ou apresentava na natureza;

XCIXX - obra: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique em qualquer tipo de alteração de seu estado físico anterior; LXVIII - obra emergencial: obra a ser realizada em caráter de urgência, essencial à garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel;

XCXX - parapeito - é a vedação de proteção de sacadas;

XCXXI - pára-raios - dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios;

XCXXII - parede cega - parede sem abertura;

XCXXIII - passeio - é a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente de ciclistas;

XCXXIV - patamar - superfície intermediária entre dois lances de escada;

XCXXV - pavimento - conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação, entre piso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos ou sobre lojas;

XCXXVI - pavimento térreo - piso ao nível da rua;

XCXXVII - pé direito - distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento;

XCXXVIII - penalidade - conjunto ou sistema de penas impostas pela lei;

XCXXIX - playground - local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica;

XCXXX - perímetro urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural;

XCXXXII - pérgola - estrutura horizontal composta de vigamento distanciado regularmente e sustentado por pilares, que se constrói como um teto vazado, (sem constituir cobertura fechada), em área externa de uma edificação, destinada ou não a suportar vegetação;

XCXXXIII – pilotis - conjunto de colunas de sustentação do prédio, total ou parcialmente aberto em seu perímetro no pavimento térreo;

XCXXXIV - piso - plano ou superfície de acabamento inferior de um pavimento;

XCXXXV – platibanda - mureta ou balaustrada construída no coroamento de uma fachada, para seu arremate, e, ao mesmo tempo, para ocultar a vista do telhado ou constituir guarda de terraço;

XCXXXVI - Pólo Gerador de Tráfego ou PGT. empreendimento(s) que pela sua oferta de bens ou serviços exercem impactos sobre o tráfego das vias que lhes dão acesso, gerando elevado número de

viagens, interferindo no tráfego do entorno e necessitando de grandes espaços para estacionamento, carga e descarga;

XCXXXVII - plano diretor - conjunto de leis, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações;

XCXXXVIII - poluição ambiental - qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população;

XCXXXIX - poço de iluminação - área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos;

XCXL - produto perigoso - toda a substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa;

XCXLI – rampa - elemento de composição arquitetônica cuja função é possibilitar a circulação vertical entre desníveis, através de um plano inclinado;

XCXLII – reconstrução - obra destinada à recuperação e recomposição de uma edificação, mantendo-se as características anteriores;

XCXLIII - recuo - reserva ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

XCXLIV - reforma - obra em que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação;

XCXLV - reparo - obra ou serviço destinados à manutenção de uma edificação, sem implicar em mudança de uso, acréscimo ou supressão de área, alteração da estrutura, da compartimentação, da volumetria, e dos espaços destinados a circulação, iluminação e ventilação;

XCXLVI - reincidente - é quem violar os preceitos das leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido;

XCXLVII - RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

XCXLVIII - ruído - qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;

XCXLIX - sacada - parte em balanço da edificação em relação à sua parede externa, tendo, pelo menos, uma face aberta para o espaço livre exterior;

XCL - saguão - sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal;

XCLI - sala comercial - unidade autônoma para comércio e prestação de serviços;

XCLII - sobreloja - pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente;

XCLIII - sótão - compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus);

XCLIV - subsolo - pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior do pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível;
XCLV - sumidouro - poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração;
XCLVI - Tapume - vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras;
XCLVII - taxa de ocupação - a relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno;
XCLVIII - telheiro - superfície coberta e sem paredes em todas as faces;
XCLIX - terreno baldio - terreno não edificado, sem proveito ou uso definido;
XCLX - terraço - espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento dess;
XCLXI - testada - é a linha divisória que separa o logradouro público do lote;
XCLXII – teto - acabamento inferior dos pisos intermediários ou vedação entre o último pavimento e a cobertura do prédio;
XCLXIII – toldo - elemento de proteção que constitui cobertura de material leve, flexível e facilmente removível;
XCLXII - unidade de moradia - conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento;
XCLXIII - uso permitido - forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza;
XCLXIV - uso proibido - usos incompatíveis com o zoneamento;
XCLXV - uso permissível - permitido somente se atendido as exigências da legislação aplicável ao caso, dependendo da análise do Conselho da Cidade;
XCLXVI - UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal;
XCLXVII - valas de filtração - unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante;
XCLXVIII - valas de infiltração - valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno;
XCLXIX - varanda - espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação;
XCLXX - vistoria - diligência efetuada por profissionais habilitados para verificar determinadas condições das obras;
XCLXXI - zoneamento - divisão da cidade em áreas urbanizáveis segundo a sua característica com regulamentações quanto ao uso e ocupação do solo, visa dar a cada região utilização mais adequada em função do sistema viário; recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente.

TÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS
CAPÍTULO I

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS A PROJETAR E A CONSTRUIR

Art. 5°. São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, orientar, administrar e executar obras no Município de Flor do Sertão, os registrados nos Conselho de Arquitetura e Urbanismo e no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e inscrito no Município de Flor do Sertão.

Parágrafo Único. As atribuições de cada profissional são as constantes da legislação que regula o exercício profissional.

Art. 6°. Somente os profissionais inscritos como determina o artigo anterior, poderão ser responsáveis por projetos, cálculos e memoriais apresentados a Municipalidade ou assumir a responsabilidade pela execução de obras.

Art. 7º A ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e o RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, são os instrumentos que definem, para os efeitos legais perante à Prefeitura, os responsáveis pela execução de obras e prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

Art. 8º A assinatura do profissional nos documentos submetidos à Prefeitura será obrigatoriamente precedida da função que no caso lhe couber, sucedidas de seu respectivo título e número de registro junto aos respectivos Conselhos Profissionais.

Art. 9º No local das obras deve ser afixada placa visando tornar de conhecimento público os profissionais intervenientes.

Parágrafo único. A placa referida no caput deve seguir os padrões técnicos determinados pelos respectivos.

Art. 10. Será admitida a substituição de um profissional ou empresa por outro, mediante requerimento à Prefeitura, com a vinculação do substituto ao projeto de responsabilidade do substituído, observando-se a legislação sobre direitos autorais no que couber.

Art. 11. A responsabilidade por estudos, projetos, cálculos de qualquer natureza, bem como pela execução das obras cabe, unicamente, aos profissionais que executarem e assinarem essas peças, não assumindo a Prefeitura Municipal quaisquer responsabilidades em consequência da aprovação dos trabalhos citados e da fiscalização das obras por seus representantes.

Parágrafo único. Se no decorrer das obras houver mudança de responsável técnico, fica o proprietário obrigado a comunicar à Prefeitura, por escrito, o nome do novo profissional responsável, sendo que tanto o profissional como o proprietário assinam a comunicação.

CAPÍTULO II
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS

Art. 12. A execução de quaisquer das atividades citadas no artigo 2º deste Código, com exceção de demolição será precedida dos seguintes atos administrativos:

I - consulta de viabilidade técnica para construção;

II - análise do Projeto Arquitetônico e Hidrossanitário;

III - aprovação dos Projetos Definitivos;

IV - alvará de Construção (Licenciamento da Obra);

V - alinhamento para construção.

§ 1º A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os itens III e IV poderão ser requeridos simultaneamente, devendo neste caso, os projetos estarem de acordo com todas as exigências deste Código.

§ 2º Incluem-se no disposto neste artigo todas as obras do Poder Público, tendo seu exame preferência sobre quaisquer pedidos.

SEÇÃO I
DA CONSULTA DE VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 13. Antes de solicitar aprovação do projeto o requerente deverá efetivar a Consulta de Viabilidade Técnica através do preenchimento de formulário próprio cedido pela Municipalidade.

§ 1º Ao requerente cabe as indicações:

a) Título de propriedade do imóvel;

b) Nome e endereço do proprietário;

c) Endereço da obra (logradouro, quadra, lote, bairro);

d) Destinação da obra (residencial, comercial, industrial e outros);

e) Materiais construtivos (alvenaria, madeira ou mista);

f) Croqui de situação do lote.

§ 2º À Municipalidade cabe as indicações por escrito: das normas urbanísticas incidentes sobre o lote (zona de uso, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos e afastamentos mínimos).

§ 3º A Consulta de Viabilidade Técnica deverá ser respondida num prazo máximo de 8 (oito) dias úteis.

§ 4º A Consulta de Viabilidade terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada por mais 120 (cento e vinte) dias a pedido, por escrito, da parte interessada observando, sempre a legislação vigente na data da solicitação.

SEÇÃO II
DA ANÁLISE DO PROJETO ARQUITETÔNICO E HIDROSSANITÁRIO

Art. 14. A partir das informações prestadas pela Municipalidade na Consulta de Viabilidade Técnica, o requerente poderá solicitar a análise do Projeto Arquitetônico, mediante requerimento e Plantas exigidas nos itens III, IV, V e VII do Artigo 15 deste Código.

§ 1º As plantas para a apreciação prévia do Projeto Arquitetônico serão entregues em quatro vias, uma das quais ficará com a Municipalidade.

§ 2º A análise do Projeto Arquitetônico deverá ser efetuada num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

SEÇÃO III

DO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA ANÁLISE

Art. 15. Após a Consulta de Viabilidade Técnica e da análise prévia do Projeto Arquitetônico, o requerente apresentará o Projeto Arquitetônico Definitivo composto e acompanhado de:

I - requerimento solicitando a aprovação do Projeto Definitivo, assinado pelo proprietário ou representante legal. O Alvará de Construção (Licenciamento da Obra) poderá ser solicitado simultaneamente;

II - documento de solicitação do Alvará de Construção preenchido;

III - planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:

a) Orientação do Norte (Verdadeiro ou Magnético);

b) Indicação do lote na quadra (amarração com a respectiva distância a uma esquina);

c) Dimensões do lote;

d) Entrada de veículos;

e) Posição do posteamento em relação ao lote;

f) Projeção da edificação ou edificações dentro do lote, localizando rios, mananciais, córregos ou outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades competentes;

g) Posição da edificação ou edificações em relação às linhas divisórias do lote, (afastamentos) e a outras construções nele existente.

IV - planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50 ou 1:100, conforme o tamanho do projeto, contendo:

a) As dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dimensões dos vãos de iluminação, garagens, áreas de estacionamento;

b) Destinação ou finalidade de cada compartimento, bem como outras informações necessárias a perfeita compreensão do projeto;

c) Indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;

d) Indicação dos cortes longitudinais e transversais.

V - cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários para um perfeito entendimento do projeto, tais como: pé direito, cotas de nível, alturas das

janelas, peitoris e perfis do telhado. No mínimo um dos cortes deverão passar pelo banheiro, cozinha e circulação vertical (se houver);

VI - planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessária para compreensão do projeto. A planta de cobertura poderá ser elaborada conjuntamente com a planta de situação/locação;

VII - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VIII - projetos complementares;

IX - matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e se for o caso, também a autorização para construção firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver;

X - cópia do carnê de IPTU regularizado.

§ 1º Em todas as peças gráficas dos itens IV, V, VI e VII deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

§ 2º A escala não dispensará a indicação de cotas que prevalecerão no caso de divergência com as medidas tomadas no desenho e havendo divergência entre a soma das cotas parcial e total, prevalecerá a cota total.

§ 3º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, as mesmas serem legíveis para análise e aprovação

§ 4º Todas as pranchas relacionadas nos itens anteriores deverão ser apresentadas em 4 (quatro) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Municipalidade e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas os carimbos de aprovação e as rubricas dos técnicos encarregados.

§ 5º O Projeto de uma construção será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

§ 6º Todas as pranchas deverão ser numeradas e assinadas pelo proprietário e técnico responsável.

SEÇÃO IV
DOS PROJETOS COMPLEMENTARES

Art. 16. Os Projetos Complementares citados no Item VIII do artigo 15 para atendimento deste Código são os seguintes: Hidrossanitário, Elétrico, Estrutural e Prevenção Contra Incêndio.

I - o projeto Hidrossanitário será exigido para toda a edificação servida de água e deverá:

a) Ser apresentado em conformidade com as Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT;

b) Atender ao que dispõe o Regulamento de Serviços de Água e Esgoto Sanitário da Concessionária Estadual - Casan.

II - o Projeto Elétrico obedecerá as normas estabelecidas pela ABNT e Concessionária local de energia elétrica - CELESC, sendo exigido para todas as edificações industriais e demais edificações com área igual ou superior a 70m² (setenta metros quadrados).

III - o Projeto Estrutural poderá ser solicitado pela Municipalidade para arquivamento, sempre que:

a) Tratar-se de edifício com 2 (dois) ou mais pavimentos;

b) Tratar-se de área construída igual ou superior a 1000m² (um mil metros quadrados);

c) A seu entendimento se julgar necessário;

IV - o projeto de prevenção contra incêndios deverá atender legislação pertinente e ser aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiros.

§ 1º Deverá ser apresentado à Prefeitura cópia do projeto de prevenção contra incêndios, bem como a ART e/ou RRT do profissional responsável, devidamente aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiro.

§ 2º No item III deste artigo, para efeito da definição do número de pavimentos será considerado sempre o térreo e subsolo.

§ 3º O Projeto Estrutural não merecerá análise da Municipalidade, sendo exigida tão somente a entrega da respectiva ART /RRT devidamente registrada junto ao CREA/CAU/SC, conforme o tamanho da obra e atribuições dos conselhos.

SEÇÃO V
DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO (LICENCIAMENTO DA OBRA)

Art. 17. Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com a legislação pertinente, a Municipalidade aprovará o Projeto e fornecerá ao requerente o Alvará de Construção mediante:

I - requerimento solicitando o Alvará de Construção, dirigido à Secretaria competente e mencionando o nome do proprietário e do profissional habilitado responsável pela execução dos serviços;

II - título de propriedade ou se o proprietário da obra não for o proprietário do terreno , uma prova do acordo entre ambos, por escrito.

Parágrafo Único. Deverá constar do Alvará de Construção:

a) Nome do proprietário;

b) Número do requerimento solicitando aprovação do Projeto;

c) Descrição sumária da obra, com indicação da área construída, finalidade e materiais construtivos;

d) Local da obra;

e) Profissional Responsável pelo projeto e pela execução devidamente inscrito nos órgãos competentes;

f) Nome e assinatura da autoridade da Municipalidade, assim como qualquer outra indicação que for julgada necessária.

Art. 18. O alvará de construção será válido pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de sua expedição, devendo ser renovado anualmente. Se a obra não for iniciada dentro do prazo de um ano, o Alvará perderá sua validade.

§ 1º Para efeito deste código, uma obra será considerada iniciada, desde que suas fundações e vigas de baldrame estejam concluídas.

§ 2º Considera-se prescrito o alvará de construção que após ser iniciada a obra, sofrer interrupção superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

§ 3º Após a caducidade do primeiro alvará, se a parte interessada quiser iniciar a obra, deverá requerer e pagar novo licenciamento, desde que ainda válido o Projeto aprovado.

§ 4º Esgotado o prazo de validade do alvará de construção e não estando concluída a obra, só será prorrogada a licença mediante o pagamento dos tributos legais.

Art. 19. Depois de aprovado o Projeto Definitivo e expedido o Alvará de Construção, se houver alteração no Projeto, o interessado deverá requerer nova aprovação, conforme Seção II, do Capítulo III, do Título II, deste Código.

Art. 20. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.

Art. 21. Salvo a necessidade do andaime ou tapume, hipótese em que será obrigatória a licença, ficam dispensados de apresentação de projeto e requerimento para expedição de alvará de construção:

I - pequenos consertos ou reparos, em prédios em que não se alterem os elementos geométricos e sistema estrutural, tais como os serviços de pintura, consertos em assoalhos, esquadrias, paredes;

II - construção de muros de divisa até altura de 1,80m;

III - rebaixamento de meio-fio e conserto de pavimentação;

IV - construção de dependências não destinadas à moradia, uso comercial e industrial, tais como: telheiros, depósitos de uso doméstico, viveiros, caramanchões ou similar, com área máxima de 12m² (doze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro ou em áreas *non aedificandi;*

V - construção de pequenos barracões provisórios destinados a depósito de materiais durante a construção de edificações (somente quando aprovado o projeto e a respectiva licença) que deverão ser demolidos logo após o término das obras.

Parágrafo Único. A Municipalidade reserva-se o direito de exigir o projeto das obras especificadas neste artigo, sempre que julgar necessário.

Art. 22. Nas construções existentes nos logradouros para os quais seja obrigatório o afastamento do alinhamento, não serão permitidas obras de construção, reconstrução parcial ou total, modificações e acréscimos que não respeitem o afastamento do alinhamento.

Art. 23. A Municipalidade terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para aprovação do projeto definitivo e expedição do Alvará de Construção, a contar da data de entrada do requerimento no protocolo da Municipalidade ou da última chamada para esclarecimento, desde que o Projeto apresentado esteja em condições de aprovação.

Art. 24. A construção dentro das especificações deste Código, mas sem alvará de construção, está sujeita a multa conforme Seção I, Capítulo Único, Título V deste Código.

Parágrafo Único. A construção fora das especificações do Plano Diretor está sujeita à demolição por ato do Executivo Municipal, podendo ser concedido um prazo de até 90 (noventa) dias para sua legalização, sem dispensa de multa correspondente.

Art. 25. Ficarão suspensos os alvarás de construção das obras que não tenham sido iniciadas até a data de publicação deste Código e que estejam com seu prazo de validade vencido.
Parágrafo Único. Para reavaliação dos projetos e alvarás de construção acima citados, não serão cobradas as taxas desde que as áreas sejam equivalentes.

CAPÍTULO III
DAS NORMAS TÉCNICAS
SEÇÃO I
DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 26. Os Projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as Normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.
§ 1º As folhas do Projeto deverão as especificações da ABNT quanto à forma, dimensões e dobradura.
§ 2º. O selo das pranchas conterá, no mínimo:
I - a discriminação do(s) uso(s) da(s) edificação(ões) ou instalações;
II - o endereço do imóvel ou das instalações;
III - o tipo de projeto apresentado (arquitetônico, hidrossanitário, etc.);
IV - o(s) nome(s) do(s) proprietário(s);
V - o(s) nome(s) e referências profissionais do(s) autor(es) e do(s) executante(s);

VI - o conteúdo da prancha (plantas, cortes, fachadas, etc.);

VII - a data, as escalas dos desenhos, e o número de ordem da prancha.

§ 3º Nos Projetos de reforma, ampliação ou reconstrução, as peças gráficas serão apresentadas:

I - obrigatório:

a) Em traço cheio, as partes conservadas (existentes);

b) Em hachurado, as partes a construir ou renovar;

c) Em tracejado, as partes a demolir ou retirar.

II - complementar Facultativa:

a) Em traço cheio (azul ou preto), as partes conservadas (existentes);

b) Em hachurado (vermelho), as partes a construir ou renovar;

c) Em tracejado (verde), as partes a demolir ou retirar.

SEÇÃO II
DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

Art. 27. Para modificações em projeto, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessária a aprovação de projeto modificado.

§ 1º O requerimento solicitando a aprovação do projeto modificado deverá ser acompanhado de cópia do projeto anteriormente aprovado e quando já expedido, também do respectivo alvará de construção.

§ 2º A aprovação do projeto modificado será anotada no alvará de construção se anteriormente aprovado, que será devolvido ao requerente juntamente com o Projeto.

SEÇÃO III
DO HABITE-SE E DA ACEITAÇÃO DE OBRAS PARCIAIS

Art. 28. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo habite-se.

§ 1º O habite-se é solicitado à Municipalidade, pelo proprietário através de requerimento assinado por este, acompanhado da respectiva certidão de vistoria sanitária e, cópia do Projeto aprovado.

§ 2º O habite-se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidrossanitárias, elétricas, prevenção de incêndio, demais instalações necessárias e passeios públicos pavimentados, de acordo com a regulamentação de Lei Complementar Municipal.

§ 3º A Municipalidade tem um prazo de 20 (vinte) dias, para vistoriar a obra e para expedir o habite-se, juntamente com a numeração.

Art. 29. Poderá ser concedido o habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

I - que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;

II - quando estiverem concluídas a estrutura, a alvenaria os fechamentos, os revestimentos externos, instalações elétricas e hidráulicas comuns a todas as unidades e que permitam o uso da unidade objeto do habite-se parcial;

III - quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes;

IV - quando um elevador esteja em funcionamento em se tratando de unidade acima da quarta laje contando a do pavimento de acesso;

V - quando se tratar de unidade habitacional parte de um conjunto habitacional, deverá toda a infra estrutura comum estar concluída;

VI - quando se tratar de mais de um prédio licenciados por um só alvará e construídos no interior de um mesmo lote devendo as obras necessárias para o perfeito acesso e infra-estrutura comuns estarem concluídos.

Art. 30. Terminada a obra de construção, modificação ou acréscimo, deverá ser requerida sua aceitação, pelo proprietário ou responsável pela execução, através do requerimento do habite-se.

§ 1º A Municipalidade só fornecerá o habite-se à obras regularizadas através de aprovação de projeto e alvará de construção.

§ 2º Nenhum prédio novo, ou em obra de reforma, será habitado sem que primeiro seja efetuado a vistoria administrativa, estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias, elétricas e prevenção contra incêndios e demais instalações necessárias.

SEÇÃO IV
DAS VISTORIAS

Art. 31. A Municipalidade fiscalizará as diversas obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições deste Código, demais leis pertinentes e de acordo com os projetos aprovados.

§ 1º Os fiscais do Município de Flor do Sertão, terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 2º Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Art. 32. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Municipalidade poderá exigir que lhe sejam exibidos as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 33. Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições deste Código e intimados a legalizar as obras, caso as alterações possam ser executadas ou a fazer a demolição ou modificações necessárias para regularizar a situação da obra, de acordo com o projeto.

Parágrafo Único. A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário junto ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, enquanto os elementos que compõem o quadro sanitário estejam a descoberto e possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.

SEÇÃO V
DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 34. No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro, dotado de portão de entrada.

Parágrafo Único. No caso de continuar paralisada a obra, depois de decorridos mais de 180 (cento e oitenta) dias, será feito pelo órgão competente da Municipalidade o exame do local, a fim de verificar se a construção oferece perigo e promover as providências julgadas convenientes, nos termos do Capítulo único, do Título V deste Código, que trata das penalidades.

Art. 35. As disposições desta Seção serão aplicadas também as obras que já se encontram paralisadas na data de vigência deste Código, contando-se o prazo do artigo anterior a partir da data de vigência do presente Código.

SEÇÃO VI
DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 36. A responsabilidade pelos projetos cabe exclusivamente aos profissionais que os assinarem como autores e a execução das obras os que tiverem assinado como seus responsáveis, não assumindo a Municipalidade, em consequência da aprovação qualquer tipo de responsabilidade.

Art. 37. As penalidades impostas aos profissionais de Engenharia e Arquitetura pelo CREA e/ou CAU serão observadas pela Municipalidade no que lhe couber.

Art. 38. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa de responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito a Municipalidade essa pretensão, a qual só será concedida após vistoria procedida pela Municipalidade e se nenhuma infração for verificada.
§ 1º Realizada a vistoria, será intimado o interessado para que dentro de 3 (três) dias úteis, sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico o qual deverá satisfazer as condições deste Código e assinar também a comunicação a ser dirigida à Municipalidade.
§ 2º A comunicação da baixa de responsabilidade poderá ser feita conjuntamente com a assunção do novo responsável técnico, desde que o interessado e os dois responsáveis técnicos assinem conjuntamente.

Art. 39. Poderá, ainda, ser concedida a exoneração de qualquer responsabilidade do autor do projeto, desde que este o requeira, fundamentado em alteração feita ao projeto à sua revelia ou contra sua vontade, com os serviços suspensos de imediato.

SEÇÃO VII
DA LICENÇA PARA DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

Art. 40. A demolição de qualquer edificação, excetuados apenas os muros de fechamento até 3,00 m (três metros) de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pela Municipalidade.
§ 1º Qualquer edificação que esteja a juízo do departamento competente da Municipalidade, ameaçada de desabamento, deverá ser demolida pelo proprietário, este se recusando a fazê-lo, a Municipalidade executará a demolição, cobrando do mesmo por despesas correspondentes.
§ 2º Tratando-se de edificação com mais de dois pavimentos, ou que tenha 6m (seis metros) ou mais de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, observando-se:
I - o disposto na NR-18 (ou norma sucedânea) – Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que estabelece as condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, quanto ao item “Demolição”;
II - o disposto na normatização ambiental vigente que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos da construção civil, na legislação e nas Normas Técnicas da ABNT aplicáveis;
III - o disposto na legislação vigente que dispõe sobre ruídos urbanos nocivos à saúde e proteção do bem estar e do sossego público, no que for aplicável;

IV - as medidas necessárias e adequadas para evitar tanto quanto possível que a poeira gerada incomode os vizinhos e transeuntes, e as medidas para garantir a limpeza do local e da via pública, quando for o caso;

§ 3º No caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

§ 4º Em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, providenciará a construção de tapumes e demais medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos proprietários e do público, das benfeitorias do logradouro e propriedades vizinhas.

§ 5º A Municipalidade poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.

§ 6º O requerimento em que for solicitada a licença para uma demolição, será assinado pelo profissional responsável juntamente com o proprietário.

§ 7º No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo da Municipalidade, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento.

§ 8º Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas neste Código.

§ 9º Em casos especiais, a Municipalidade poderá exigir obras de proteção para demolição de muro de altura inferior a 3m (três metros).

SEÇÃO VIII
DAS OBRIGAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO DE OBRAS

Art. 41. Para fins de documentação e fiscalização, os alvarás de alinhamento, nivelamento e licença para obras em geral, deverão permanecer no local das mesmas, juntamente com o projeto aprovado.

Parágrafo Único. Esses documentos deverão ser protegidos contra a ação do tempo e facilmente acessíveis à fiscalização da Municipalidade, durante as horas de trabalho.

Art. 38. Salvo o disposto no artigo 21, desta lei, todas as obras deverão ser executadas de acordo com o projeto aprovado nos seus elementos geométricos essenciais, a saber:

I - altura da edificação;

II - os pé-direitos;

III - a espessura das paredes mestras, as seções das vigas, pilares e colunas;

IV - a área dos pavimentos e compartimentos;

V - as dimensões das áreas e passagens;

VI - a posição das paredes externas;

VII - a área e a forma da cobertura;
VIII - aposição e dimensão dos vãos externos;
IX - as dimensões das saliências;
X - planta de localização aprovada.

Art. 43. Durante a execução das obras, o profissional responsável e/ou proprietário deverá por em prática todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas, bem como à legislação estadual e federal aplicáveis ao caso, especialmente a NR – 18 (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho) ou outra que vier substituí-la e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas mesmas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza.

§ 1º Quaisquer detritos caídos das obras assim como resíduos de materiais que ficarem sobre parte do leito do logradouro público, deverão ser imediatamente recolhidos sendo, caso necessário, feita a varredura de todo o trecho do mesmo logradouro cuja limpeza ficar prejudicada, além de irrigação para impedir o levantamento do pó.

§ 2º O responsável por uma obra deverá pôr em prática todas as medidas necessárias no sentido de evitar incômodos para a vizinhança pela queda de detritos nas propriedades vizinhas, pela produção da poeira ou ruído excessivo.

§ 3º Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em norma ou legislação específica, em todo o perímetro da construção de edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé direito acima do nível do terreno, e o fechamento com tela, mantida sempre em bom estado de conservação, e devidamente fixada, a partir da plataforma principal.

§ 4º É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com sons e ruídos excessivos ou incômodos e vibrações de qualquer natureza, produzidos de tal forma que contrariem os níveis máximos dispostos na legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, utilizando-se para medição do nível de ruído os critérios contidos na NBR 10151 e 10152 da ABNT ou normas sucedâneas, e as normas ambientais vigentes.

Art. 44. No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro por meio de muro ou tapume dotado de portão de entrada.

Parágrafo Único. Passados mais de 180 (cento e oitenta) dias e caso continue paralisada a construção, o órgão competente da Prefeitura procederá com o exame do local, a fim de verificar se a construção não oferece perigo, caso em que deverá determinar as eventuais providências.

Art. 45. No preparo do terreno, qualquer movimento de terra deverá ser executado sempre buscando minimizar os impactos ambientais dele decorrentes, observado o devido controle tecnológico, a fim de assegurar sua estabilidade e garantir a segurança dos imóveis e logradouros limítrofe.

Art. 46. Serão obrigatórios muros de arrimo sempre que os cortes ou aterros ocorrerem junto às divisas do terreno ou no alinhamento.

§ 1º Os aterros e muros de arrimo que apresentarem, junto às divisas, altura total superior a 7,20m (sete metros e vinte centímetros) medidos a partir do perfil original do terreno, ficarão condicionados, a partir desta altura, a respeitar afastamento mínimo de 3m (três metros) no trecho em que ocorrer tal situação.

§ 2º A execução de movimento de terra como escavações, cortes ou aterros com mais de 1,00m (um metro) de altura ou profundidade em relação ao perfil natural do terreno, ou alteração topográfica superior a 1.000m³ de volume, será precedida de estudo de viabilidade técnica, com vistas à verificação das condições de segurança e de preservação ambiental e paisagística, observadas as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis ao caso, e as exigências dos órgãos ambientais.

Art. 47. Tapumes deverão ser mantidos em todas as obras, não podendo, em hipótese alguma, serem retirados enquanto perdurarem as mesmas.

Parágrafo Único. A altura do tapume não poderá ser inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros) em relação ao nível do terreno, sendo obrigatória, ainda, a observância de condições de segurança, vedação e acabamento prescritas nas normas técnicas pertinentes.

TÍTULO III
DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 48. Para fins deste Código, uma construção é caracterizada pela existência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas 3 (três) dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso.

Art. 49. Quando num lote houver duas edificações, formar-se-á o "Grupamento de Edificações", que, conforme suas utilizações, poderá ser residencial ou não residencial.

Art. 50. Conforme a utilização a que se destina, as edificações classificam-se em:
I - residenciais;

II - não residenciais;
III - mistas.

CAPÍTULO I
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 51. Segundo o tipo de utilização, as edificações residenciais subdividem-se em :
I - edificações residenciais unifamiliares;
II - edificações residenciais multifamiliares.
Parágrafo Único. Toda unidade residencial será constituída de no mínimo 1(um) compartimento habitável, desde que tenha área não inferior à 20m² (vinte metros quadrados), com instalações sanitárias e uma cozinha.

SEÇÃO I
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art. 52. Uma edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial, podendo ser:
I - isoladas;
II - geminadas.

Subseção I
Das Edificações Residenciais Unifamiliares Isoladas

Art. 53. Uma residência é considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.

Subseção II
Das Edificações Residenciais Unifamiliares Geminadas

Art. 54. Consideram-se residências geminadas, duas unidades de residências contíguas, que possam usar uma parede comum em alvenaria, alcançando até a altura da cobertura, constituindo no seu aspecto externo uma unidade arquitetônica homogênea, não implicando simetria bilateral.
§ 1º Além do disposto no que couber, as residências geminadas obedecerão ao que segue:
a) Cada unidade deverá ter acesso independente;
b) Ter no máximo 2,5 (dois e meio) pavimentos por unidade residencial.

c) Ter instalações elétricas, hidrossanitárias e complementares independentes.

§ 2º O lote das residências geminadas, poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver frente mínima de 6m (seis metros) e metade da área do lote estabelecidas pela Lei do Plano Diretor, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e as residências, isoladamente estejam de acordo com este Código, a Lei do Plano Diretor e as regras estabelecidas na Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

SEÇÃO II
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art. 60. Uma edificação é considerada multifamiliar, quando existem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, no plano horizontal ou vertical, podendo ser:

I - edificação residencial multifamiliar permanente;

II - edificação residencial multifamiliar transitória;

III - edificações residenciais coletivas.

Subseção I
Das Edificações Residenciais Multifamiliares Permanentes

Art. 61. São consideradas neste caso as edificações que comportam mais de duas unidades residenciais autônomas, agrupadas horizontalmente ou verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradrouro público e estas possuirão sempre:

I - portaria (hall de entrada) com caixa de distribuição de correspondência na área de uso comum;

II - instalação de interfone, para edificações com 3 (três) pavimentos ou unidades ou mais;

III - local Centralizado - Equipamento - Para coleta de lixo ou resíduos de sua eliminação;

IV - equipamentos de segurança e prevenção contra incêndio, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina;

V - área de recreação proporcional ao número de compartimentos habitados, de acordo com o abaixo previsto:

a) Proporção mínima de 6m² (seis metros quadrados) por unidade habitacional não podendo ter área inferior à 40m² (quarenta metros quadrados);

b) indispensável continuidade, não podendo o seu dimensionamento ser feito por adição de áreas parciais isoladas, exceto quando a maior parte for contígua e não inferior a 40,00m² (quarenta metros quadrados);

c) estando em piso acima do solo, deverá ser dotada de fechamento de altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), para fins de proteção contra quedas;

d) Facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos equipamentos coletores de lixo e centrais de gás, isoladas das passagens de veículo;

VI - local para estacionamento ou guarda de veículos, conforme Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, **Anexo V- Tabela II – Garagens e Estacionamentos.**

VII - indicação de dispositivo sonoro e luminoso junto aos acessos externos de entrada e saída de veículos à edificação;

VIII - indicação em projeto do quadro de medidores de energia elétrica de acordo
com as normas da concessionária local;

IX - instalação adequada de tubulação para antenas de televisão, rede telefônica, internet, interfone, e demais meios de comunicação, sempre de acordo com as normas das Concessionárias de Serviços e deste Código;

X – todas as edificações em condomínio, com mais de 9 (nove) unidades autônomas, independente de sua espécie de uso, serão providas de compartimentos para uso de seus zeladores, vigias, faxineiros e demais funcionários, respeitadas as normas técnicas de adequação, segurança, higiene e conforto das instalações;

XI- instalação de pára-raios;

XII - central de gás de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Art. 62. As edificações residenciais multifamiliares permanentes podem apresentar-se sob forma de condomínios.

§ 1º Os condomínios podem ser:

a) Verticais - Por conjuntos habitacionais constituídos por dois ou mais blocos de edifícios de habitação, com área de uso comum, implantados no mesmo terreno;

b) Horizontais - Por conjuntos habitacionais de unidades isoladas, com áreas de uso comum, implantados em uma área restrita fechada.

§ 2º Os condomínios horizontais deverão ter Lei Regulamentar posterior.

§ 3º Quando as edificações residenciais multifamiliares constituírem Condomínios Residenciais Multifamiliares, estes obedecerão, além do disposto neste artigo, as disposições específicas contidas na legislação Federal e Estadual competentes, respeitando o número máximo de 200 (duzentas) unidades residenciais por condomínio.

Art. 63. Qualquer conjunto habitacional deverá estar de acordo com o traçado do sistema viário básico, com as diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental, determinadas pelo Município com a Lei do Plano Diretor, Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, disposições relativas ao Parcelamento de Solo e demais parâmetros estabelecidos por regulamento específico, de modo a garantir a adequada integração com a estrutura urbana existente.

Parágrafo Único. Os conjuntos habitacionais de que trata o artigo 62 deverão observar o que dispõe este Código sobre estacionamento de áreas residenciais.

Subseção II
Das Edificações Residenciais Multifamiliares Transitórias

Art. 64. Entende-se por edificações residenciais multifamiliares transitórias, as edificações destinadas a hotéis, hotéis de lazer(resort), hotéis fazenda, pousadas, apart-hotéis, albergues, paradouros, terá de atender às exigências deste Código.

Art. 65. Nas edificações de que trata o art. 64, além das unidades de hospedagem ou alojamento, sem prejuízo do que dispor o Sistema Brasileiro de Classificação dos meios de hospedagem (SBClass), ou o que vier a substituí-lo, existirão as seguintes áreas comuns:
I - hall de recepção com serviço de portaria e comunicação, e no caso dos hotéis, sala de estar ou visitas;
II - entrada de serviço independente da entrada de hóspedes, exceto nos casos de pousadas, paradouros e albergues;
III - compartimento próprio para administração;
IV - compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;
V - acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeiras de rodas;
VI - equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina e disposições deste Código;
VII - instalações sanitárias e vestiários separados por sexo, em cada pavimento, constando no mínimo de 1 (um) conjunto de vaso sanitário, chuveiro e lavatório, para cada 03 (três) dormitórios sem instalações privativas, sendo que cada conjunto deve atender no máximo 06 (seis) pessoas calculadas à razão de uma pessoa para cada 5,00m² (cinco metros quadrados) de área de dormitório;
VIII - ter piso e paredes de copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;
IX - ter vestiários e instalações sanitárias privativos para pessoal de serviço;
X - todas as demais exigências contidas na legislação sanitária estadual;
XI - local fechado e interno à edificação para depósito de lixo;
X - pelo menos 1 (um) elevador, quando com 3 (três) ou mais pavimentos, observado no entanto o disposto no Decreto Federal 5296/2004 ou norma sucedânea.
§ 1º Nos hotéis as instalações sanitárias deverão ser na proporção mínima de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada apartamento.

§ 2º Nos motéis, edificações com características horizontais, cada unidade de hospedagem deve ser constituída de, no mínimo, quarto e instalação sanitária, podendo dispor de uma garagem abrigo ou vaga para estacionamento.

Art. 66. A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel, motel, apart-hotel e congêneres terá que atender integralmente todos os dispositivos do presente Código.

Art. 67. Deverá ser previsto o local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, segundo capítulo específico deste Código que trata dos estacionamentos.

Subseção III
Das Edificações Residenciais Coletivas

Art. 68. Edificações residenciais multifamiliares coletivas são aquelas nas quais as atividades residenciais se desenvolvem em compartimentos de utilização coletiva, como dormitórios, salões de refeições, sanitários comuns, podendo ser: internatos, pensionatos, asilos ou orfanatos, e congêneres.

SEÇÃO III
DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 69. A construção de Habitações de Interesse Social deverá ter seus projetos executados por entes públicos ou privados especialmente autorizados pelo Poder Executivo Municipal, observadas as diretrizes expressas no Plano Diretor, na legislação específica aplicável, e nas normas vigentes de acessibilidade.

Art. 70. Para os efeitos deste Código, as Habitações de Interesse Social serão classificadas em:

I - unifamiliares, compreendendo:

a) Unidades isoladas;

b) Unidades geminadas.

II - multifamiliares.

Art. 71. A área mínima de construção das unidades Habitacionais de Interesse Social unifamiliares, sejam geminadas ou isoladas, poderá ser regulada, em casos especiais por meio de legislação específica, observadas as disposições expressas no Plano Diretor.

Parágrafo único. Toda unidade Habitacional de Interesse Social unifamiliar, seja geminada, seja isolada, possuirá, no mínimo, 2 (dois) compartimentos, a saber: I - dormitório conjugado com sala e cozinha; II - banheiro.

Art. 72. Para as Habitações de Interesse Social em forma de unidades habitacionais multifamiliares, a área mínima privativa poderá ser regulada, em casos especiais, por meio de legislação específica, observadas as disposições expressas no Plano Diretor.

Art. 74. As unidades Habitacionais de Interesse Social multifamiliares têm a obrigatoriedade de constituição de condomínio nos termos da legislação federal atinente à matéria, bem como de atender aos demais limites de ocupação previstos no Plano Diretor e demais normas pertinentes.

CAPITULO II
DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

Art. 75. As edificações não residenciais são aquelas destinadas a:
I - comércio, negócios e atividades profissionais;
II - uso industrial;
III - usos de saúde;
IV - estabelecimentos educacionais;
V - locais de reunião;
VI - usos especiais diversos.

SEÇÃO I
DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, NEGÓCIOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Art. 76. As unidades destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais são as lojas, salas e escritórios sendo que:
I - entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;
II - entende-se por sala ou escritório o espaço destinado à prestação de serviços.

Art. 77. As edificações destinadas ao comércio, negócios ou atividades profissionais além dos demais dispositivos deste Código, terão obrigatoriamente marquise quando no alinhamento, definidas em Seção especial deste Código, devendo também atender as exigências contidas na legislação sanitária estadual e outras legislações específicas.

Art. 78. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão obedecer aos seguintes requisitos quanto ao pé direito:
I - 3m. (três metros) quando a área do compartimento for de até 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);
II - 3,5m. (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento for superior a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 79. O hall das edificações comerciais, observará:
I - quando houver um só elevador, no mínimo 10m² (dez metros quadrados) e dimensão mínima de 2,4m (dois metros e quarenta centímetros);
II - a área do hall aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;
III - quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall, dimensão mínima de 2,4m (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 80. Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitário:
I – acima de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) da área total é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, na proporção de um conjunto de sanitários a cada 200m² (duzentos metros quadrados) de área acrescida;
II - quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento, poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias, observado o item I deste artigo, devendo ser acrescido sanitário para portadores de necessidades especiais, em quantidade proporcional a área construída, conforme legislação vigente.

Art. 81. As galerias comerciais além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:
I - ter pé direito mínimo de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros);
II - ter largura mínima igual 3m (três metros), para extensão de no máximo l5m (quinze metros) e para cada 5m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada em 10 % (dez por cento);
III - o hall de elevadores que se ligar as galerias não deverá interferir na circulação das mesmas.

Art. 82. Nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamentos de receitas, curativos e aplicação de injeção, os pisos e as paredes deverão ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).
Parágrafo único. As farmácias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 83. Os açougues e peixarias deverão ter:
I - pisos e paredes em material resistente, durável e impermeável;
II - balcões com tampos impermeabilizados com material liso e resistente, providos de anteparo para evitar o contato do consumidor com a mercadoria;
III - instalações sanitárias compostas de vaso sanitário e lavatório.
Parágrafo único. As açougues e peixarias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 85. Nos supermercados, mercados e estabelecimentos do gênero, além das normas municipais pertinentes, o acondicionamento, a exposição e a venda dos gêneros alimentícios estarão sujeitas a normas de proteção à higiene e à saúde, dos órgãos estaduais e federais.

Art. 86. As edificações destinadas a comércio, serviços ou atividades profissionais deverão ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e normas específicas do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Subseção I

Dos Restaurantes, Bares, Cafés, Lanchonetes e Similares

Art. 87. As edificações tratadas nesta Subseção deverão observar, no que couber, as disposições da Seção I deste Capítulo, que trata das edificações comerciais.

Art. 88. Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.

Art. 89. As salas de refeições não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários.

Art. 90. Os compartimentos sanitários destinados ao público deverão obedecer às seguintes condições:

I - para o sexo feminino, em áreas até 50,00m² (cinquenta metros quadrados), 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório;
II - para o sexo masculino, em áreas de até 50,00m² (cinquenta metros quadrados) 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório e 1 (um) lavatório.
§ 1º Para cada área adicional de 50,00m² (cinquenta metros quadrados) deverão acrescer-se os implementos dos itens I e II deste artigo.
§ 2º As instalações sanitárias, que devem ser separadas para uso pelos funcionários, e pelo público, não poderão ter comunicação direta com os compartimentos de preparo de alimentos, nem com os depósitos dos produtos e com os salões de refeições.

Art. 91. Os compartimentos ou ambientes para venda ou consumo de alimentos com área superior a 40,00m² (quarenta metros quadrados) deverão satisfazer às seguintes exigências:
I - dispor de aberturas externas em pelo menos duas faces ou ter instalado aparelho de renovação de ar;
II - possuir compartimento para despensas ou depósito de alimentos que satisfaça, para fins de ventilação e iluminação, as mesmas condições estabelecidas para os compartimentos de permanência transitória;
III - o compartimento a que se refere o inciso anterior deverá estar ligado diretamente à cozinha e terá área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados);
IV - as instalações sanitárias serão construídas, destinando, no mínimo:
a) 1 (uma) unidade para uso dos clientes, observada a legislação sobre acessibilidade em vigor;
b) 1 (uma) unidade para uso do pessoal de serviço.

Subseção II

Da Prestação de Serviços Automotivos

Art. 92. Consideram-se serviços de manutenção automotiva as oficinas mecânicas, de funilaria e pintura, borracharias, os ferros-velhos, e afins.

Art. 93. Para os efeitos deste Código, são considerados postos de serviços automotivos, as edificações destinadas as atividades de abastecimento de combustível de veículos automotores, lubrificação, limpeza, lavagem manual e/ou automática, e eventual prestação de serviço de reparos rápidos, que podem ser exercidos em conjunto ou isolados.
Parágrafo único. Nos postos de serviços automotivos, além das normas que lhes forem aplicáveis por este Código, serão observadas, ainda, as normas concernentes à Lei do Plano Diretor, às leis ambientais federais, estaduais e municipais, aos regulamentos de controle de proteção ambiental, as normas de acessibilidade, as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, e as normas do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina.

Art. 94. As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer às seguintes condições:
I - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo;
II - ter pé direito mínimo de 3m (três metros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;
III - ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações do artigo 80 deste Código;
IV - ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;
V - equipamentos prevenção de incêndio;
VI - local para depósito do lixo no interior do lote;
VII - áreas laterais fechadas com muros;
VIII - tratamento especial para resíduos, óleos e graxas, conforme legislação específica.

Art. 95. Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação de ruídos para o exterior, sendo respeitadas as determinações do Código de Posturas, Título III - Do Bem Estar Público.

Art. 96. Quando as oficinas possuírem serviços de pintura, estes deverão ser executados em compartimento próprio, com equipamento adequado para a proteção dos empregados, e, para evitar a dispersão para setores vizinhos de material particulado, emulsões de tintas, solventes e outros produtos.

Art. 97. Quando as oficinas possuírem serviços de pintura, estes deverão ser executados em compartimento próprio, com equipamento adequado para a proteção dos empregados, e, para evitar a dispersão para setores vizinhos de material particulado, emulsões de tintas, solventes e outros produtos.

Art. 98. Quando existirem, nas oficinas, serviços de lavagem, abastecimento e lubrificação, estes deverão obedecer às normas específicas para estas atividades, na forma deste Código e da legislação pertinente.

SEÇÃO II
DAS INDÚSTRIAS

Art. 99. As edificações para usos industriais destinam-se às atividades de produção, montagem, fabricação, manufatura, processamento, conserto, manutenção e beneficiamento de produtos em geral, e demais serviços industriais.
Parágrafo único. As edificações destinadas ao uso industrial, além das exigências deste código que lhe forem aplicáveis, deverão atender às disposições da consolidação das Leis de Trabalho, as normas Federais, Estaduais e Municipais específicas, as normas ambientais aplicáveis, as normas da Vigilância Sanitária, as

normas de acessibilidade e as normas de segurança contra incêndio estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, sem prejuízo de outras exigências legais cabíveis.

Art. 100. A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, somente será permitida em área previamente aprovada pela Municipalidade.

Art. 101. As edificações destinadas a indústrias em geral, fábricas e oficinas, deverão:
I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;
II - ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e do Corpo de Bombeiros;
III - ter 2 (dois) sanitários quando possuírem área superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);
IV - Quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes;
V - Seus compartimentos quando tiverem área superior a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados), deverão ter pé direito mínimo de 3m (três metros e vinte centímetros).

Art. 102. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:
I - uma distância mínima de 1m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) pelo menos, quando houver pavimento superposto;
II - uma distância mínima de 1,00m (um metro) das paredes da própria edificação e 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) das paredes das edificações vizinhas.

Art. 103. As edificações destinadas ao uso industrial, terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físico-químicas, biológicas ou bacteriológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação Municipal, Estadual e Federal vigente.
§ 1º O tratamento de efluentes industriais mencionado neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.
§ 2º O sistema de tratamento proposto, bem como memorial descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competentes para análise e aprovação, e posteriormente à aprovação da Municipalidade.

§ 3º A Municipalidade poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante ou aprovar em caráter temporário.
§ 4º Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria.
§ 5º Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município, as expensas do proprietário da indústria.
§ 6º Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito à montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água.

Art. 104. Toda a indústria já instalada em que for constatado o lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasoso com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pela Municipalidade, sendo no máximo de 180 (cento e oitenta dias) e órgãos competentes, uma solução que satisfaça a condição infringida.

Art. 105. As edificações de que tratam esta seção nunca poderão ser construídas nos limites laterais. Deverão sempre estar recuadas pelo menos 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) das extremidades.
Parágrafo Único. Quando o terreno da indústria fizer divisa com outra zona, terá, obrigatoriamente, construir barreira verde, para amenizar os efeitos ambientais, conforme Lei Regulamentar posterior.

Art. 106. A construção de residência em lotes industriais, não altera o seu uso que é preferencialmente industrial, cabendo ao morador da residência, total adaptação ao uso industrial preferencial.
Parágrafo Único. Só será permitida a construção de uma unidade de moradia para fins residencial.

Art. 107. O pé-direito mínimo das edificações para usos industriais será de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) para áreas maiores que 100,00 m² (cem metros quadrados) e de 3,00 m² (três metros quadrados) quando a área for inferior.

Art. 107. Deverão ser adotadas medidas construtivas e instalação de equipamentos próprios para o devido controle da emissão de gases, vapores, poeiras, fagulhas, choques, vibrações e outros agentes que possam ser incômodos ou por em risco a segurança de pessoas ou propriedades, sendo obrigatória a existência de isolamento e condicionamento acústico que respeite os índices mínimos fixado pelas normas técnicas federais.

SEÇÃO III

DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS DE SAÚDE

Art. 108. Consideram-se edificações para uso de saúde, as destinadas à promoção, prevenção e manutenção da saúde em todos níveis e social, com ou sem internação de paciente, podendo ser:
I - hospitais;
II - maternidades;
III – clínicas, laboratórios de análises e pronto-socorros;
IV - postos de saúde;
V - centros de reabilitação.

Art. 109. As edificações para usos de saúde deverão obedecer, além das normas deste Código que lhes forem aplicáveis, às condições estabelecidas, no que couber, pelas normas federais, estaduais e municipais em vigor, e pelo disposto nas Resoluções da ANVISA referente à avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde.
§ 1º As edificações para hospitais, pronto socorro e congêneres, além dos postos de saúde, as policlínicas e as unidades de pronto atendimento, deverão ser dotadas de instalações de energia elétrica autônoma, do tipo gerador ou equivalente.
§ 2º As edificações para usos de saúde devem observar o disposto na legislação vigente de acessibilidade e na NBR 9050/04 da ABNT, ou outra que vier substituí-la, permitindo condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 110. A edificação para unidades de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população pertencente a um pequeno núcleo - deverá ter no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:
I - espera;
II - guarda de material e medicamentos;
III - atendimento e imunização;
IV - curativos e esterilização;
V - material de limpeza;
VI - sanitário público e de funcionários;
VII - acesso e estacionamento de veículos.

Art. 111. A edificação para centro de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população determinada, tendo como característica o

atendimento permanente por clínicos gerais - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:
I - espera;
II - sanitário público e de funcionários;
III - registro e arquivo médico;
IV - administração e material;
V - consultório médico;
VI - atendimento e imunização;
VII - preparo de pacientes;
VIII - curativos e reidratação;
IX - laboratório;
X - despensa para medicamentos;
XI - esterilização e roupa limpa;
XII - utilidade e despejo;
XIII - serviços;
XIV - acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 112. A edificação para clínica sem internamento - aquela destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com dois ou mais consultórios sem internamento - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:
I - recepção, espera e atendimento;
II - acesso e circulação de pessoas;
III - instalações sanitárias;
IV - serviços;
V - acesso e estacionamento de veículos;
VI - administração;
VII - material.

Art. 113. A edificação para clínica com internamento - destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com internamento e dois ou mais consultórios - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:
I - recepção, espera e atendimento;
II acesso e circulação de pessoas;
III - instalações sanitárias;
IV - serviços;

V - acesso e estacionamento de veículos.
VI - administração;
VII - quartos ou enfermarias para pacientes;
VIII - serviços médico-cirúrgicos;
IX - material.

Art. 114. Os laboratórios de análises clínicas, edificações nas quais se fazem exames de tecidos ou líquidos do organismo humano, deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:
I - recepção, espera e atendimento;
II - acesso e circulação de pessoas;
III -instalações sanitárias;
IV - coleta de material;
V - laboratório propriamente dito;
VI - administração;
VII - serviços;
VIII - acesso e estacionamento de veículos.
IX - administração;
X - quartos ou enfermarias para pacientes;
XI - serviços médico-cirúrgicos;
XII - material.

Art. 115. A edificação destinada à fabricação ou manipulação de produtos farmacêuticos deverá ter, no mínimo, compartimentos para:
I - manipulação e fabricação;
II - acondicionamento;
III - laboratório de controle;
IV - embalagem de produto acabado;
V - armazenamento de produtos acabados e de material de embalagem;
VI - depósito de matéria-prima;
VII - instalações sanitárias;
VIII - serviços;
IX - acesso e estacionamento de veículos;
X - armazenamento de resíduos.

Art. 115. A edificação para hospital - estabelecimento de saúde, de atendimento de nível terciário, de prestação de assistência médica em regime de internação e emergência nas diferentes especialidades médicas - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - recepção, espera e atendimento;

II - acesso e circulação;

III - instalações sanitárias;

IV - serviços;

V - quartos ou enfermarias para pacientes;

VI - administração;

VII - serviços médico-cirúrgicos e serviços de análise ou tratamento;

VIII - ambulatório;

IX - acesso e estacionamento de veículos;

X - disposição adequada de resíduos hospitalares.

SEÇÃO IV

DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS

Art. 116. As edificações para usos educacionais, de qualquer natureza, deverão obedecer além das exigências deste Código que lhe forem aplicáveis, as condições estabelecidas, no que couber, pelas normas federais, estaduais e municipais em vigor, atendendo, ainda, salvo exigência de caráter mais restritivo constante em legislação específica, os seguintes requisitos:

I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou de outro material combustível apenas nas edificações térreas, bem como nas esquadrias, parapeitos, revestimentos de piso e estruturas de forro e da cobertura;

II - possuir salas destinadas às aulas que comportem no máximo 40 (quarenta) alunos, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,50m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados), excluídos corredores, área de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos;

III - possuir em salas destinadas às aulas práticas, especialmente das disciplinas que assim o exijam, equipamentos apropriados para refrigeração, circulação renovação e filtração do ar;

IV - possuir pé direito das salas de aula não inferior a 3,00m (três metros), com o mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) onde houver vigas ou luminárias;

V - iluminação das salas de aula em geral, natural, predominantemente na lateral esquerda se possível, e iluminação artificial com nível de iluminação de acordo com as Normas Técnicas da ABNT;

VI - os vãos de iluminação natural das salas de aula, salas de atividades, laboratórios, bibliotecas, e salas-ambiente deverão observar a medida mínima de 1/5 (um quinto) da área do piso, e as portas largura mínima de 0,90m (noventa centímetros);

VII - os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80m²/pessoa (oitenta centímetros quadrados), observando-se a ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os expectadores, além das normas de acessibilidade aplicáveis;

VIII - locais de recreação capazes de atender a todos os alunos, calculados conforme as normas pertinentes ao assunto, regulamentadas no âmbito Federal, Estadual e/ou Municipal, no que couber:

a) 0,50m2 (zero vírgula cinco metros quadrados) por aluno, em recreação coberta;

b) 2,00m2 (dois metros quadrados) por aluno em recreação descoberta.

IX - um bebedouro com água potável para cada 50 (cinquenta) alunos ou fração de turno, sendo vedado sua localização em instalações sanitárias;

X - ter instalações sanitárias separadas por sexo, de acordo com as disposições deste Código, e de acordo com a legislação vigente de acessibilidade;

XI - no caso de estabelecimentos para a educação infantil como creches, maternais, jardins de infância, e assemelhados, ter instalações sanitárias especiais e quaisquer outros equipamentos necessários adaptados ao seu porte, sempre que possível próximo das salas de atividades;

XII - ter instalações sanitárias e vestiários, separados por sexo para os funcionários;

XIII - ter sala exclusiva e instalações sanitárias de acordo com as normas de acessibilidade para os professores, quando a edificação para usos educacionais tiver mais de cinco salas de aula;

IX - ter área de estacionamento, alinhada ao meio fio, na via pública ou circulação interna, para veículos, visando o embarque e desembarque de escolares, com capacidade de parada simultânea para, no mínimo, 3 (três) veículos de passeio ou 2 (dois)micro-ônibus;

XVI - ter saída para logradouro na proporção de 1,00m (um metro) de largura para cada 100 (cem)alunos.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, deverão proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios, área administrativa, ginásios e instalações desportivas, áreas de lazer e sanitários.

§ 2º As normas de edificações para usos educacionais previstas neste Código não prejudicarão as normas pertinentes regulamentadas no âmbito do Ministério da Educação – MEC, do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Educação, e as normas no âmbito do Município.

§ 3º No cálculo das áreas de recreação, não será admitida a subdivisão da população de alunos em turnos referentes a um mesmo período.

§ 4º No cálculo das áreas de recreação, não serão considerados corredores e passagens como locais de recreação coberta.

§ 5º Quando houver áreas de recreação como quadras de esportes, ou similares, devem as mesmas sempre possuir telas de proteção no entorno, e na parte superior se necessário, de modo que as propriedades limítrofes e/ou a via pública não sejam atingidas por qualquer tipo de material ou equipamento durante as aulas e/ou práticas desportivas.

Art. 117. Os estabelecimentos educacionais, além das disposições da legislação Municipal cabível, obedecerão às condições estabelecidas pela legislação educacional.

Art. 118. Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos interno e externo, instalações e mobiliários de material inócuo, a fim de garantir a segurança de seus usuários.

Subseção I
Das Condições de Circulação

Art. 119. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a área de circulação geral:
I - quanto aos corredores:
a) Largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;
b) Nas áreas de circulação que servem às salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,2m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros);
c) Acréscimo de 0,5m (cinquenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.
II - quanto às portas:
a) As portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,9m (noventa centímetros);
b) As portas de salas - ambientes deverão ser duplas com a largura total não inferior a 1,4m (um metro e quarenta centímetros);
c) As aberturas de entrada e saída do estabelecimento deverão ter largura mínima de 3m (três metros).
III - quanto às escadas:
a) Terão passagem livre com altura não inferior a 2,2m (dois metros e vinte centímetros).
b) Terão largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros);
c) O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula: 2E + P = 0,63, onde “E” é altura ou espelho do degrau e “P” é a profundidade do piso, obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,27m (vinte e sete centímetros);
d) Terão o piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
e) Terão corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);

f) Terão seus lances retos números de degraus não superior a 10 (dez);
g) Terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
h) Terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;
i) Terão iluminação natural, direta ou indireta;
j) Não apresentarão trechos em leques.
IV - quanto às rampas:
a) Serão construídas de material resistente e incombustível;
b) Terão passagens livres com altura não inferior a 2,1m (dois metros e dez centímetros);
c) Terão largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros);
d) Terão declividade não superior a 10% (dez por cento) do seu comprimento;
e) Terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
f) Terão balaustre ou corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros).

Parágrafo Único. O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para portadores de necessidades especiais, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais, conforme o estabelecido pela ABNT.

Subseção II
Das Instalações Sanitárias

Art. 120. Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:
I - serão separadas por sexo, com acessos independentes;
II - ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;
III - os mictórios terão forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados uns dos outros, por uma distância de 0,6m (sessenta centímetros);
IV - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de 2m (dois metros);
V - ter condições de ventilação permanente;
VI - ter pisos impermeáveis e resistentes;

VII - ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5(cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;
VIII – ter banheiros para portadores de necessidades especiais, conforme legislação vigente;
IX - os "box" sanitários deverão ter largura mínima de 0,9m (noventa centímetros) por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,6m (sessenta centímetros) e suspensa dos pisos deixando vãos livres de 0,15m (quinze centímetros) de altura na parte inferior e 0,30m (trinta centímetros), no mínimo, na parte superior.

Subseção III
Das Cozinhas, dos Refeitórios, das Cantinas, das Lanchonetes e Congêneres

Art. 121. Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender às disposições regulamentares dos Decretos que dispõe sobre os Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agropecuários, de Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:
I - apresentar, na cozinha as condições:
a) Paredes revestidas com material liso, lavável resistente e impermeável, até o mínimo de 2m (dois metros) de altura;
b) Forro de material adequado, podendo ser dispensado em caso de cobertura que ofereça proteção suficiente;
c) Piso revestido com material resistente, liso, impermeável e lavável;
d) Ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas no presente regulamento;
e) Água potável;
f) Lavatórios;
g) Não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos.
II - apresentar despensa anexa à cozinha com paredes e pisos revestidos de material impermeável, resistente, lavável e aberturas com telas protetoras.

Subseção IV
Dos Locais de Esporte e Lazer

Art. 122. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I - ter área coberta para educação física e festividades com dimensões mínimas de 10m (dez metros) de largura e 3,5m (três metros e cinquenta centímetros) de altura;

II - ter área descoberta para recreio e esporte com 3m² (três metros quadrados) a 5m² (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20m (vinte metros) por 30m (trinta metros);

III - ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;

IV - ter quadras orientadas para norte/sul.

Parágrafo único. As escolas ao ar livre, parques infantis e congêneres obedecerão às exigências deste código no que lhes forem aplicáveis, obedecendo às especificações contidas no regulamento referente a locais de lazer.

Art. 123. Nos estabelecimentos de ensino escolar é obrigatória a existência de local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 da soma das áreas das salas de aula.

SEÇÃO V

DOS LOCAIS DE REUNIÃO E CASAS DE ESPETÁCULO

Art. 124. São considerados locais de reunião:

I - estádios;

II - auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção e salões de exposição;

III - templos religiosos;

IV - cinemas;

V - teatros;

VI - parques temáticos;

VII - circos;

VIII - feiras livres;

IX - feiras de exposição permanentes;

X - piscinas públicas;

XI - boates e salões de dança,

XII – salões de convenções, de exposições;

XIII – centro de multiuso.

Art. 125. As partes destinadas ao público, em geral, terão que prever:

I - circulação de acesso e de escoamento;

II - condições de perfeita visibilidade;

III - espaçamento entre filas e séries de assentos;

IV - locais de espera;

V - instalações sanitárias para ambos os sexos e portadores de necessidades especiais;
VI - lotação máxima fixada;
VII – rota acessível, conforme NBR 9050 da ABNT;
VIII – segurança contra incêndio conforme a legislação vigente;
IX - atendimento às exigências para acesso e acomodação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, observadas as leis e normas técnicas vigentes sobre acessibilidade.

Art. 126. As áreas destinadas à espera, circulação, acesso, escoamento e acomodação das edificações para locais de reunião de público, em seus diferentes níveis, obedecerão às disposições específicas constantes neste Código, às constantes nas Normas de Segurança Contra Incêndio estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, e as Normas Técnicas da ABNT especialmente a NBR 9077/2001 ou a que a suceder.

Art. 127. Não poderá haver porta, ou qualquer vão de comunicação entre as diversas dependências de uma edificação destinada a locais de reunião e as edificações vizinhas em lotes extremantes.

Art. 128. As boates, danceterias, casas noturnas, casas de show e congêneres, além das demais disposições sobre locais de reuniões, deverão possuir isolamento e condicionamento acústico adequado, observada a legislação aplicável, e as Normas Técnicas da ABNT.

Art. 129. É expressamente proibido, nos locais de reunião de público de que trata esta Seção, a utilização em forrações, tetos ou vedações de ambientes fechados, de plásticos e espumas inflamáveis e não auto-extinguíveis especialmente espuma do tipo flexível de poliuretano poliéster, ou material equivalente que, submetidos a calor intenso e/ou combustão, emitam fumaça tóxica neste locais.

Art. 130. Os cinemas, teatros, auditórios, centros de convenções, boates, danceterias, e assemelhados deverão ser dotados de sistema de circulação e renovação mecânica de ar de acordo com as Normas Técnicas da ABNT e demais normas e portarias da ANVISA, do Ministério da Saúde e Lei Federal 13.589/2018 ou a que a substituir.

Art. 131. Nos teatros e congêneres, os camarins deverão possuir instalações sanitárias privativas, de acordo com as normas de acessibilidade.

Subseção I
Dos Estádios, Auditórios, Ginásios Esportivos, Centros de Convenções, Salões de Exposições,

Templos Religiosos, Cinemas e Teatros

Art. 132. Será assegurada, de cada assento ou lugar, perfeita visibilidade do espetáculo, o que ficará demonstrado através de curva de visibilidade.

Art. 133. O espaço entre duas filas consecutivas de assentos não será inferior a 0,9m (noventa centímetros) de encosto a encosto.

Art. 134. Os espaçamentos entre as séries, bem como, o número máximo de assentos por fila, obedecerá ao seguinte:
I - Número máximo de 15 (quinze) assentos por fila;
II - Espaçamento mínimo de 1,2m (um metro e vinte centímetros) entre as séries.
Parágrafo Único. Não serão permitidas séries de assentos que terminem junto às paredes.

Art. 135. Deverá ser previsto local para parada de cadeira de rodas conforme determinado pela norma para eliminação de barreiras arquitetônicas para portadores de necessidades especiais editada pela ABNT.

Art. 136. Os estádios, além das demais condições estabelecidas por este código, obedecerão, ainda, às seguintes:
I - as entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas. Essas rampas, terão a soma de suas larguras calculadas na base de 1,4m (um metro e quarenta centímetros) para cada 1.000 (um mil espectadores), não podendo ser inferior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros);
II - para o cálculo da capacidade das arquibancadas gerais serão admitidas para cada metro quadrado, 2 (duas) pessoas sentadas ou 3 (três) em pé.

Art. 137. Os auditórios, cinemas, ginásios esportivos, salas de convenções e salões de exposições, obedecerão às seguintes condições:
§ 1º Quanto aos assentos:
a) Atenderão a todas as condições estabelecidas nos artigos 134 a 136;
b) O piso das localidades elevadas se desenvolverá em degraus, com altura máxima de 0,20m (vinte centímetros) e profundidade mínima de 0,50m (cinquenta centímetros).
§ 2º Quanto às circulações e portas de acesso:
a) Haverá sempre mais de uma porta de saída e cada uma delas não poderá ter largura inferior a 2m (dois metros);

b) A soma das larguras de todas as portas de saídas equivalerá uma largura total correspondente 0,01m (um centímetro) por espectador;

c) O dimensionamento das portas de saídas independe daquele considerado para as portas de entrada;

d) As portas de saída terão a inscrição Saída, sempre luminosa, e deverão abrir sempre para o exterior do recinto;

e) Os corredores de acesso aos locais de reunião, deverão obedecer a largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada a assentos seja igual ou inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

f) As circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,1m (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares

§ 3º Quanto às circulações de níveis diferentes:

a) Quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo serão necessárias duas escadas no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:

a.1) As escadas deverão ter largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros), para salas de até 100 (cem) lugares, e ser acrescidas de 0,1m (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares excedentes;

a.2) Sempre que a altura a vencer for superior a 2,8m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,2m (um metro e vinte centímetros);

a,3) As escadas não poderão ser desenvolvidas em caracol ou degraus em leque.

§ 4º Quanto às localidades elevadas:

a) O guarda corpo das localidades elevadas terá altura mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros).

b) As escadas poderão ser substituídas por rampas observadas as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste Código.

§ 5º Quanto aos locais de espera:

a) O locais de espera para o público serão independentes das circulações com área equivalente, no mínimo, a 1m² (um metro quadrado) para cada 10 (dez) espectadores no caso de cinemas e para cada 5(cinco) espectadores, no caso de teatros, auditórios, centros de convenção e salões de exposição, considerando a lotação máxima.

§ 6º Quanto aos sanitários:

a) As instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo, com as seguintes proporções mínimas:

a.1) Para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 50 (cinquenta) lugares;

a.2) Para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) lugares;

a 3) sanitários para portadores de necessidades especiais, conforme legislação vigente;

a.4) Para efeito de cálculo de número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1m² (um metro quadrado) por pessoa, referente a área efetivamente destinada às mesmas.

§ 7º Quanto a renovação e condicionamento do ar:

a) Os auditórios com capacidade superior a 300 (trezentas) pessoas, possuirão obrigatoriamente, equipamentos de condicionamento de ar;

b) Quando a lotação for inferior a 300 (trezentas) pessoas, bastará a existência de sistema de renovação de ar.

Art. 138. Os camarins dos teatros serão providos de instalações sanitárias privativas.

Subseção II

Dos Parques de Diversões

Art. 139. A armação e montagem dos parques de diversões atenderão as seguintes condições:

I - o material dos equipamentos será incombustível;

II - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;

III - a soma total da largura destes vãos de entrada e saída será proporcional a 1m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3m (três metros) cada um;

IV - a capacidade máxima de público permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a uma pessoa para cada metro quadrado de área livre reservada a circulação;

V - os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;

VI - nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá colocar em perigo os funcionários e o público;

VII - ter compartimentos sanitários.

Art. 140. Os interessados deverão apresentar ART- Anotação de Responsabilidade Técnica da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica, de montagem e da prevenção de incêndios para evitar riscos à população.

Parágrafo Único. Os parques de diversões somente serão liberados para funcionamento após vistoria pelo Órgão Sanitário Municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros e se for o caso, da Polícia Civil e Militar.

Subseção III

Dos Circos e das Feiras de Exposições

Art. 141. A armação e montagem de circos e feiras de exposições atenderão as seguintes condições:
I - haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;
II - a largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3m (três metros) cada vão;
III - a largura das passagens de circulação será proporcional a 1m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2m (dois metros);
IV - a capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a 2(duas) pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;
V - a segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os itens V e VI do artigo 125 deste Código;
VI - deverá ser cumprido também o artigo 126 deste Código;
VII - ter compartimentos sanitários;
VIII - os circos somente serão liberados para funcionamento após vistoria.

SEÇÃO VI
DOS CEMITÉRIOS

Art. 142. Os cemitérios, deverão ser construídos em áreas elevadas, na contravertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento.
§ 1º Os projetos para implantação de cemitérios deverão ser dotados de drenagem de águas superficiais, bem como de um sistema independente para a coleta e tratamento do necrochorume.
§ 2º Os projetos para implantação de cemitérios, deverão atender ainda as exigências da legislação federal, estadual e municipal.

SEÇÃO VII
DOS ABATEDOUROS

Art. 143. A área edificada do abatedor deverá corresponder a área livre e ser proporcional a quantidade de animais abatidos.

Art. 144. O piso e as paredes deverão ter revestimento cerâmico.

Art. 145. Toda a carga e descarga de animais, bem como, a manutenção dos mesmos deverá acontecer dentro dos limites do lote.

Art. 146. As edificações destinadas a abatedor deverão enquadrar-se também nas disposições do Código de Posturas, e atender as exigências de legislações específicas.

Art. 147. Os abatedouros deverão ser providos de local específico destinado a pré-lavação dos caminhões utilizados em suas atividades.

Art. 148. Serão exigidos sanitários e vestiários na proporção estabelecida pelo Artigo 80, deste Código.

CAPÍTULO III
DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS DE USOS ESPECIAIS DIVERSOS

Art. 149. Enquadram-se neste Capítulo as edificações destinadas a:
I - depósitos de explosivos, munições e inflamáveis;
II - depósitos de gás (GLP);
III - depósitos de armazenagem;
IV - postos de serviços e de abastecimento de veículos;
V - quartéis e Corpos de Bombeiros;
VI - penitenciária e casa de detenção;
VII - mobiliário urbano.

Art. 150. Todas as edificações citadas no artigo anterior, deverão observar as exigências quanto a estacionamento especificada neste Código e legislação correlata estadual e federal em vigor.

SEÇÃO I
DOS DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, MUNIÇÕES E INFLAMÁVEIS

Art. 151. As edificações para depósito de explosivos e munições obedecerão às normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército, e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais competentes, as Normas Técnicas da ABNT, as normas ambientais aplicáveis e as Normas de Segurança e Prevenção Contra Incêndio estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.
§ 1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com pára-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

§ 2º Os depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ter afastamento mínimo de 200,00m (duzentos metros) de escolas, asilos, creches, e hospitais, o qual será medido entre o ponto de instalação do depósito e o terreno dos citados.

Art. 152. As edificações de que trata esta seção, só poderão ser construídas em zonas para esse fim destinadas, fora das zonas urbanizadas ou de expansão urbana, a não ser, em casos especiais, em instalações militares.

Parágrafo Único. Excetuam-se os postos de combustíveis que poderão se instalar nas macrozonas e zonas definidas na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, com apresentação de EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança e outras exigências cabíveis no âmbito Municipal, Estadual e Federal atinentes a matéria.

Art. 153. O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo do produto, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo aparelho ou maquinário a ser empregado na instalação.

SEÇÃO II

DOS DEPÓSITOS DE GÁS (GLP)

Art. 154. Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de GLP, deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros e condições a seguir:

I - situar-se ao nível do solo, podendo dispor de plataforma para carga e descarga de viaturas e serem cobertas ou não;

II - quando coberta, a cobertura terá, no mínimo 3m (três metros) de altura e deverá ser sustentada por colunas de concreto armado ou metálicas ou paredes de alvenaria, construídas em lados opostos e dispondo de passagem ou portão, sendo que os demais lados poderão ser delimitados por tela de arame ou material similar;

III - toda a fiação elétrica existente a menos de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar embutida em eletrodutos e ter os interruptores do tipo blindado;

IV - todo o espaço existente a uma distância de 3m (três metros) do limite externo da área deverá estar livre de obstáculos naturais ou artificiais;

V - distar, pelo menos, 6m (seis metros) do alinhamento da via pública;

VI - distar, pelo menos, 10m (dez metros) de equipamentos e/ou aparelhos produtores de faísca, de chama ou de calor, assim como materiais diversos;

VII - distar, pelo menos, 12m (doze metros) de edificações circunvizinhas e/ou limite de terrenos contíguos;

VIII - distar, pelo menos, 20m (vinte metros) de locais de grande aglomeração de pessoas;

IX - possuir o piso plano, revestido com material que não apresente frestas, canaletas, rebaixos ou similares que possibilitem o acúmulo de GLP em caso de eventual vazamento;
X - não possuir qualquer pavimento acima ou abaixo do nível da área.

Art. 155. Toda a área do depósito deverá ser delimitada por cerca de arame, muro ou similar.

SEÇÃO III

DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SERVIÇOS CORRELATOS

Subseção I

Das Normas para Construção e Licenciamento

Art. 156 São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços correlatos:
I - postos de Abastecimento;
II - postos de serviços;
III – postos de garagem.
§ 1º Posto de abastecimento é o estabelecimento que se destina à venda, no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.
§ 2º Posto de serviço é o estabelecimento que além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece serviços de lavação, lubrificação de veículos e outros serviços correlatos.
§ 3º Posto garagem é o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para posto de abastecimento, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Art. 157. As instalações de abastecimento deverão distar, no mínimo, de 4m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos dos lotes, observadas as exigências de afastamentos maiores contidas nas Leis do Plano Diretor, Tabela de parcelamento, uso e ocupação do solo.
Parágrafo Único. As bombas de combustíveis não poderão ser instaladas nos passeios e logradouro públicos.

Art. 158. Os postos de serviços e abastecimento de veículos, só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para esse fim.

Art. 159. Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes a legislação sobre inflamáveis e no que couber, os referentes aos regulamentos de despejo industrial.

Art. 160. A autorização com prazo preestabelecido, para construção de postos será concedida pela Municipalidade, estudadas as características peculiares a cada caso.

Art. 161. Aos postos de abastecimento serão permitidas as seguintes atividades:
I - abastecimento de combustíveis;
II - troca de óleos lubrificantes, em área apropriada e com equipamento adequado;
III - comércio de:
a) Acessórios e peças de pequeno porte e fácil reposição;
b) Utilidades relacionadas com higiene e segurança dos veículos;
c) Pneus, câmara de ar e prestação de serviços de borracharia;
d) Jornais, revistas, mapas, roteiros turísticos e souvenirs;
e) Lanchonete, sorveteria e restaurante.

Art. 162. Os postos de serviços, além das atividades previstas no artigo anterior, serão permitidos os seguintes:
I – lavagem e lubrificação de veículos;
II – serviço de troca de óleo;
III – outros serviços correlatos.

Art. 163. Aos postos garagens, além das atividades previstas no artigo 161 desta Seção, serão permitidos:
I - guarda de veículos;
II - lojas para exposição.

Art. 164. Nas edificações, para postos de abastecimento de veículos além das normas que forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis.

Art. 165. Os postos de serviço e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra incêndio, de conformidade com este Código, e demais normas aplicáveis.

Subseção II
Das Instalações

Art. 166. As instalações para depósito de combustível de pessoas jurídicas que o tenham para consumo próprio deverão observar as disposições definidas por esta Seção.

Art. 167. A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para caixas de decantação separadas das galerias, antes de serem lançadas na rede geral, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 168. As instalações para limpeza de carros, lubrificação e serviços correlatos não poderão ficar a menos de 4m (quatro metros) de afastamento dos prédios vizinhos.
Parágrafo Único. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00m (quatro metros) das divisas deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nessas divisas.

Art. 169. Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:
I - as bombas deverão ficar recuadas no mínimo 6m (seis metros) das divisas laterais e 12m (doze metros) da via pública;
II - os reservatórios serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados, devendo ainda distar no mínimo 2m (dois metros) de qualquer parede da edificação e 5m (cinco metros) da via pública e divisas laterais.
§ 1º Se o pátio for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de 4m (quatro metros) de distância do alinhamento da rua.
§ 2º Quando o recinto de serviços não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser avivado por uma mureta com altura de 0,3m (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e a saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres.

Art. 170. Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão possuir instalações sanitárias com chuveiro para uso dos empregados.
§ 1º Deverão possuir instalações sanitárias para os usuários, separadas das instalações destinadas ao uso dos empregados.
§ 2º Os postos situados nas Rodovias Estaduais e Federais deverão ainda ter as instalações sanitárias para os usuários separadas por sexo.

Art. 171. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral, álcool etílico hidratado, combustíveis e serviços correlatos obedecerão as prescrições fixadas pela ABNT.

Art. 172. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral e serviços correlatos obedecerão às prescrições fixadas pela ABNT, e mais as seguintes:

I - os tanques serão de fibra de vidro e instalados subterraneamente com afastamento mínimo de 5m (cinco metros) do alinhamento da via pública e das divisas dos vizinhos;
II - os tanques terão capacidade unitária máxima de 30.000 (trinta mil) litros e mínima de 10.000 (dez mil) litros;
III - a capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 (cento e vinte mil) litros;
IV - o tanque metálico subterrâneo destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10.000 (dez mil) litros respeitadas as demais condições deste artigo;
V - ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizada antes do lançamento no coletor de esgoto, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 173. Os estabelecimentos de comércio varejista de combustível, álcool etílico hidratado e serviços correlatos, são obrigados a manter:
I - suprimento de ar e água;
II - em local visível, o certificado de aferição fornecido pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INMETRO
III - extintores e demais equipamentos de incêndio, observadas as prescrições dos órgãos competentes;
IV - perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente o público usuário consumidor;
V - sistema de iluminação dirigida, foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências;
VI - a área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, não tendo escoamento das águas de áreas de lavagem para os logradouros públicos;
VII - área coberta, com pé direito superior a 5m (cinco metros) na área de abastecimento, cuja cobertura se prolongará até as instalações administrativas;
VIII - área para estacionamento de veículos segundo este Código.

Art. 174. O requerimento para instalação de estabelecimento de comércio de combustível deverá ser acompanhado de planta de localização dos aparelhos, devidamente cotados.

Subseção III
Da Localização

Art. 175. Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimento de comércio varejista de combustíveis e serviços na área urbana se atendidas as seguintes exigências:
I - rua possuir largura mínima de 12m (doze metros), incluindo passeio;
II - área do terreno não inferior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), para os postos localizados as margens das rodovias.
III - área de projeção da edificação não deverá ser inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e nem superior a 50% (cinquenta por cento) da área do terreno;
IV - distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de: escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grande concentração de pessoas.

Subseção IV
Do Meio-Fio e Passeios

Art. 176. Quando não houver muros no alinhamento do lote, este terá uma mureta com 0,30 m (trinta centímetros) de altura para evitar a passagem de veículos sobre o passeio.

Art. 177. O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos será executado mediante alvará a ser expedido pela Municipalidade.

Subseção V
Do Alvará de Funcionamento

Art. 178. Não será concedido alvará de licença para as atividades mencionadas neste Código sem que o requerente tenha o seu projeto de edificação aprovado pela Municipalidade.

Art. 179. As transgressões às exigências prescritas nesta Subseção sujeitarão os infratores à multa por infração, prevista por este Código, acrescida em 20% (vinte por cento) em caso de reincidência.

Art. 180. Não se aplicam as normas estabelecidas no presente Código, exceto o definido na Subseção IV, Seção III, deste Capítulo, aos estabelecimentos em funcionamento, na data de publicação desta.

Art. 181. Se a multa revelar-se inócua para fazer cessar a infração, o órgão competente poderá efetuar cassação de licença para localização do estabelecimento.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

SEÇÃO IV
DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 182. O mobiliário urbano deverá ser construído atendendo normas técnicas da ABNT, que trata da adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoas portadoras de necessidades especiais.

Parágrafo Único. A instalação de equipamentos ou mobiliário de uso comercial ou de serviços, em logradouro público reger-se-á pelo Código de Posturas, obedecidos aos critérios de localização e uso aplicáveis a cada caso.

CAPÍTULO IV
DAS EDIFICAÇÕES MISTAS

Art. 183. As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Art. 184. Nas edificações mistas onde houver uso residencial serão obedecidas as seguintes normas:
I - no pavimento de acesso e ao nível de cada piso, os halls, as circulações, horizontais e verticais, relativas a cada uso, serão obrigatoriamente independentes entre si;
II - os pavimentos destinados ao uso residencial serão agrupados continuamente horizontal ou verticalmente na mesma prumada;
III - as vagas de estacionamento serão separadas, sendo que no caso de uso misto com garagens ou estacionamentos com finalidade comercial, as vagas serão independentes e diferenciadas.
Parágrafo Único. Será permitido o uso de um único acesso e uma única circulação vertical, quando não exceder a 4 (quatro) pavimentos, e as unidades residenciais estiverem localizadas nos últimos pavimentos, os quais deverão ter uso exclusivamente residencial.

TÍTULO IV
DAS EDIFICAÇÕES
CAPÍTULO I
DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL
SEÇÃO I
DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Art. 185. Os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, sistemas

estruturais, pisos internos, vedações verticais internas e externas, e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade adequados à função e porte da construção, e os demais requisitos de desempenho previstos na NBR 15575/2013 da ABNT ou norma sucedânea.

Parágrafo único. Os componentes referidos no caput deverão ser especificados e dimensionados por profissional habilitado e atenderem às Normas Técnicas da ABNT.

SEÇÃO II
DO PREPARO DO TERRENO, ESCAVAÇÕES E SUSTENTAÇÃO DE TERRA

Art. 186. Todo movimento de terra, tais como, cortes, escavações, aterros e terraplanagens, será precedido de projetos específicos, executado por profissional habilitado, mediante autorização da Municipalidade.

Art. 187. Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular, e logradouro públicos.

Art. 189. Deverá ser observado ainda a Lei do Plano Diretor, do Parcelamento do Solo Urbano e Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e nos artigos que dispõe sobre o assunto.

Art. 190. A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplanagem é exclusiva do proprietário do imóvel.

Art. 191. É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor ou não pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pela Municipalidade.

SEÇÃO III
DAS FUNDAÇÕES

Art. 192. O projeto e execução de uma fundação, assim como as respectivas sondagens, o exame de laboratório, provas de carga e outras que se fizerem necessárias, serão feitas de acordo com as normas adotadas ou recomendadas pela ABNT e por profissionais devidamente habilitados.

SEÇÃO IV

DAS ESTRUTURAS

Art. 193. O projeto e a execução de uma estrutura obedecerão às normas da ABNT.

Art. 194. A movimentação dos materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura deverá ser sempre feita dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, ou em lotes de terceiros quando por eles autorizado.

Parágrafo Único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto neste artigo, a Municipalidade definirá a solução mais adequada.

SEÇÃO V
DAS PAREDES

Art. 195. As paredes externas, bem como todas que separem unidades autônomas de uma edificação, ainda que não acompanhem sua estrutura, deverão observar, no mínimo,
as normas técnicas oficiais relativas:

I - à resistência ao fogo;

II - ao isolamento térmico;

III - ao isolamento e condicionamento acústico;

IV - à resistência e impermeabilidade.

§ 1º Qualquer que seja o material a ser utilizado na construção das paredes, este deverá corresponder, em matéria de resistência, isolamento, condicionamento e impermeabilidade referidos nos incisos do presente artigo.

§ 2º Serão convenientemente impermeabilizadas as paredes que:

I - constituírem paredes de poços de iluminação e ventilação;

II - tiverem qualquer de suas faces em contato direto com o solo;

III - contenham partes que ficarem enterradas, considerando que, se o terreno apresentar alto grau de umidade, será obrigatoriamente drenado.

§ 3º As paredes adjacentes às divisas do lote terão sempre fundações próprias e deverão impedir a ligação e continuidade da estrutura da cobertura com a das edificações vizinhas.

§ 4º As paredes das edificações em geral, quando executadas em alvenaria, deverão ter espessura não inferior a 12cm (doze centímetros), devendo, no entanto, não ser inferior a 15cm (quinze centímetros) quando constituam divisórias entre unidades autônomas, entre unidades autônomas e áreas de uso comum, e em paredes com instalações hidráulicas de cozinhas, áreas de serviço e banheiros.

Art. 196. Os andares acima do solo que não forem vedados por paredes externas, incluindo terraços, balcões, compartimentos para garagens, sem prejuízo de outros espaços construídos acima do solo, deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra quedas, de acordo com o disposto na NBR 14.718 da ABNT ou a que a substituir.

Art. 197. As paredes, quando executadas em alvenaria com tijolos furados deverão respeitar as espessuras mínimas da ABNT:
Parágrafo Único. Nas paredes que fazem divisas de lote, não será permitido a utilização de tijolos furados, elementos vazados ou tijolos de vidro para fins de ventilação e iluminação.

Art. 198. Todas as paredes das edificações serão revestidas internamente de emboço e reboco.
Parágrafo Único. O revestimento será dispensado:
a) Quando a alvenaria for convenientemente rejuntada e receber cuidadosamente acabamento;
b) Em se tratando de parede de concreto que haja recebido tratamento de impermeabilidade;
c) Quando convenientemente justificado no projeto;
d) Quando for empregado tijolo a vista tratado;
e) Quando se tratar de outro material adequado para divisórias.

Subseção Única
Das Paredes Cegas

Art. 199. Uma edificação quando construída nas divisas laterais do lote não poderá ocupar com parede cega da edificação mais de 75% (setenta e cinco por cento) do comprimento total da linha divisória.
§ 1º A área restante só poderá ser ocupada com muro.
§ 2º Executam-se do previsto neste artigo os casos permitidos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
§ 3º Uma edificação só poderá ser construída na divisa, com parede cega, até o segundo pavimento, desde que, estes, sejam utilizados para uso comercial e/ou garagens.

Art. 200. As paredes cegas que constituírem divisões entre habitações distintas, ou estejam nas divisas do lote deverão ter no mínimo 0,2m (vinte centímetros) de espessura.

Parágrafo Único. As espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

SEÇÃO VI
DAS COBERTURAS E BEIRAIS

Art. 201. As coberturas das edificações serão construídas com materiais e componentes que garantam impermeabilização, estanqueidade a água, isolamento térmico, e resistência mecânica, observando para tanto as normas técnicas aplicáveis.
Parágrafo único. O sistema de cobertura deve ter capacidade para drenar a máxima precipitação pluvial passível de ocorrer no local, não permitindo empoçamentos ou extravasamentos para o interior da edificação, para os áticos ou quaisquer outros locais não previstos no projeto da cobertura

Art. 202. Nas edificações destinadas a locais de reunião e trabalho, as coberturas serão construídas em material incombustível.

Art. 203. A cobertura, quando comum às edificações geminadas, será dotada de estrutura independente para cada economia, de forma que haja separação total da estrutura de telhados e forros.

Art. 204. Não são considerados como área construída os beirais das edificações que obedeçam a um balanço com projeção máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) em relação ao seu perímetro.

Art. 205. As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.
§ 1º Nas edificações feitas junto às divisas com lotes vizinhos, as águas pluviais provenientes da cobertura serão canalizadas e encaminhadas à sarjeta, sob o passeio.
§ 2º A cobertura ou beiral que distar 50 cm (cinquenta centímetros) ou menos das divisas do lote deverá possuir sistema de coleta de águas pluviais composto por calhas e tubos coletores.

SEÇÃO VII
DAS PORTAS

Art. 206. As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que se dá acesso, exceto para as atividades específicas detalhadas na própria Seção:

I - Quando de uso privativo, a largura mínima será de 0,8m (oitenta centímetros);

II - Quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 0,01m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,2m (um metro e vinte centímetros).

Parágrafo Único. As portas de acessos a sanitários e banheiros, terão largura mínima de 0,60m (sessenta centímetros).

SEÇÃO VIII
DAS CIRCULAÇÕES EM UM MESMO NÍVEL

Art. 207. As circulações em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial, terão largura mínima de 0,9m (noventa centímetros) para uma extensão de até 5m (cinco metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso.

Art. 208. Os corredores de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

I - uso residencial - Largura Mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;

II - uso comercial - Largura Mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,1m (dez centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;

III - o Acesso aos locais de reunião, deverá obedecer a largura mínima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada à assentos seja igual ou inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

IV - nos hotéis e motéis, a largura mínima será de 1,8m (um metro e oitenta centímetros) para uma extensão máxima de 15m (quinze metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,1m (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração;

V - as galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3m (três metros) para cada extensão de no máximo 15m (quinze metros), para cada 5m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada de 10% (dez por cento).

Subseção Única

Dos Halls

Art. 209. O hall é o elemento de circulação que estabelece a conexão das circulações verticais com as de um mesmo nível e apresenta-se como:

I - hall do Pavimento de acesso que faz conexão com o logradouro;

II - hall de cada pavimento.

Art. 210. Nos edifícios de uso comercial o hall do pavimento de acesso e o hall de cada pavimento deverão ter área proporcional ao mínimo de elevadores de passageiros e ao número de pavimentos da edificação. Essa área "S" deverá ter uma dimensão linear mínima "D", perpendicular às portas dos elevadores e que deverá ser mantida até o vão de acesso do hall**.**

Art. 211. As áreas e distâncias mínimas a que se refere o artigo anterior atenderão ao seguinte:

Hall do Pavimento de Acesso	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Até 8 Pavimentos	*S* *D*	*8 m²* *2 m*	*10 m²* *2,5m*	*18 m²* *3m*
Hall de cada Pavimento	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Até 8 Pavimentos	*S* *D*	*4 m²* *1,5 m*	*5 m²* *1,5m*	*9 m²* *1,8m*

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Hall do Pavimento de Acesso	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Acima de 8 Pavimentos	*S* *D*	*15 m²* *3 m*	*18 m²* *3m*	*25 m²* *3,5m*
Hall de cada Pavimento	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Acima de 8 Pavimentos	*S* *D*	*8 m²* *2 m*	*9 m²* *2m*	*12 m²* *2,5m*

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 212. Nos edifícios residenciais dotados de elevadores, o hall do pavimento de acesso poderá ter área igual a do hall de cada pavimento. Essa área "S2" e sua dimensão "D2" linear perpendicular às portas dos elevadores, não poderão ter dimensões inferiores às estabelecidas na seguinte tabela:

Hall Acesso	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Até 8 Pavimentos	*S* *D*	*8 m²* *2 m*	*10 m²* *2,5m*	*18 m²* *3m*
Hall de cada Pavimento	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Até 8 Pavimentos	*S* *D*	*3 m²* *1,5 m*	*6 m²* *1,5m*	*9 m²* *1,5m*

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

.Hall Acesso	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Acima de 8 Pavimentos	*S* *D*	*15 m²* *3 m*	*18 m²* *3m*	*25 m²* *3,5m*
Hall de cada Pavimento	***Número de Pavimentos***		***Número de Elevadores***		
			1	***2***	***3***
	Acima de 8 Pavimentos	*S* *D*	*6 m²* *2 m*	*10 m²* *2m*	*12 m²* *2m*

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 213. No caso das portas dos elevadores serem frontais umas às outras, as distâncias "D" e "D2" estabelecidas nos artigos 211 e 212, serão acrescidas de 50% (cinquenta por cento).

Art. 214. Nos edifícios servidos apenas por escadas e/ou rampas, serão dispensados dos halls em cada pavimento e o hall de acesso não poderá ter largura inferior a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 215. Nos edifícios, seja de uso residencial, seja de uso comercial, haverá, obrigatoriamente, interligação entre o hall de cada pavimento e circulação vertical, seja esta por meio de escada, seja por meio de rampas.

Art. 216. As dimensões mínimas dos halls e circulações estabelecidas nesta Seção e Subseção, determinarão espaços livres e obrigatórios, não sendo permitida a existência de qualquer obstáculo de caráter permanente ou transitório.

SEÇÃO IX

DA CIRCULAÇÃO DE NÍVEIS DIFERENTES

Art. 217. Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são:
I - escadas;
II - rampas;
III - escadas rolantes;
IV - elevadores.

Subseção I
Das Escadas

Art. 218. As escadas podem ser privativas quando adotadas para acesso interno das residências e de uso exclusivo de uma unidade autônoma ou coletiva quando adotadas para acesso às diversas unidades autônomas e acessos internos de uso comum.

Art. 219. As escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas, poderão ter sua largura reduzida para um mínimo de 0,7m (setenta centímetros).

Art. 220. As escadas de uso coletivo nas edificações em geral, terão largura mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas com material incombustível.
§ 1º Nas edificações destinadas a locais de reunião, o dimensionamento das escadas deverá atender ao fluxo de circulação de cada nível contíguo (superior ou inferior) de maneira que no nível de saída do logradouro haja sempre um somatório de fluxos correspondentes à lotação total.
§ 2º As escadas de acesso às localidades elevadas nas edificações que se destinam a locais de reunião deverão atender as seguintes normas:
a) Ter largura mínima de 2m (dois metros);
b) O lance extremo que se comunicar com a saída deverá estar orientado na direção desta.

§ 3º Nos estádios as escadas das circulações dos diferentes níveis deverão ter largura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) para cada mil pessoas e nunca inferior a 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros).
§ 4º Nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos exceder de 16 (dezesseis) será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de 0,8m (oitenta centímetros) e com a mesma largura do degrau.

§ 5º Nas escadas circulares coletivas deverá ficar assegurada uma faixa de 1,2m (um metro e vinte centímetros) de largura, na qual os pisos dos degraus terão as profundidades mínimas de 0,2m (vinte centímetros) e 0,4m (quarenta centímetros) nos bordos internos e externos, respectivamente.
§ 6º Os degraus de escadas de uso coletivo não poderão ser desenvolvidos em leques.

Art. 221. As dimensões dos degraus deverá satisfazer, em conjunto, a relação:
0,63 m < 2E + P < 0,64m onde "E" equivale a altura ou espelho e "P" a profundidade do piso obedecendo os seguintes limites:
I - a altura máxima do degrau será de 0,18m (dezoito centímetros) e a largura mínima será de 0,27m (vinte e sete centímetros) para escadas de uso coletivo;
II - para edificações unifamiliares, nas escadas de uso privativo, a altura máxima será de 0,195m (dezenove centímetros e meio) e largura mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros).

Art. 222. As escadas do tipo "marinheiro", "caracol" ou "leque" só serão acessos a torres, adegas, mezaninos, casa de máquinas, sobrelojas ou antepisos de uma mesma unidade residencial.

Art. 223. As escadas deverão oferecer passagem livre com altura nunca inferior a 2,1m (dois metros e dez centímetros).

Art. 224. As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo aos requisitos seguintes:
I - manter-se-ão a uma altura constante, situada entre 0,80m (oitenta centímetros) e 0,9m (noventa centímetros), acima da borda do piso dos degraus;
II - somente serão fixados pela sua face inferior;
III - terão largura mínima de 0,06m (seis centímetros);
IV - estarão afastados das paredes, no mínimo 0,04m (quatro centímetros).

Art. 225. Os edifícios com 04 (quatro) ou mais pavimentos deverão dispor de:
I - um saguão ou patamar de escada independente do hall de distribuição;
II - iluminação natural ou sistema de emergência para alimentação da iluminação artificial na caixa de escada.

Art. 226. As escadas deverão ainda observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros.

Art. 227. As escadas de uso coletivo deverão observar as exigências das normas da ABNT.
Parágrafo Único. A existência de elevador ou escada rolante em uma edificação não dispensa nem substitui a construção de escada.

Subseção II
Das Rampas para Pedestres

Art. 228. As rampas serão construídas com material incombustível e terão inclinação máxima de acordo com a legislação vigente de acessibilidade, e as Normas de Segurança e Prevenção Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.
Parágrafo único. Sempre que a inclinação exceder a 5% (cinco por cento) o piso deverá ser revestido com material anti-derrapante.

Art. 229. Quando as rampas forem utilizadas em substituição às escadas, deverão assegurar passagens com a largura não inferior a 1,20m (um metro e vinte centímetros), sendo recomendável a largura de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros).

Art. 230. No início e término das rampas, o piso deverá ter tratamento diferenciado para orientação de pessoas portadoras de deficiência visual.

231. Serão obrigatórios patamares intermediários sempre que:
I - a projeção horizontal da rampa for superior a 9,60m (nove metros e sessenta centímetros);
II - houver mudança de direção em rampa de uso coletivo.
Parágrafo único. Os patamares deverão atender às seguintes dimensões mínimas:
I - de 80cm (oitenta centímetros), quando em rampa privativa;
II – de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), quando em rampa coletiva sem mudança de direção;
III - da largura da rampa, quando esta for coletiva e houver mudança de direção, de forma a não reduzir o fluxo de pessoas.

Art. 232. Em rampas com projeção horizontal superior a 2,00m (dois metros), será obrigatória a colocação de corrimãos:
I - que apresentem continuidade entre as rampas e os patamares;
II - cuja altura observe o disposto na NBR 9050/04 - ABNT;
III - afastados 4cm (quatro centímetros) da parede; IV - com extremidades arredondadas.

Art. 233. Visando o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, as rampas deverão observar as normas da ABNT com relação ao assunto.

§ 1º Serão obrigatórias as rampas referidas no caput nos seguintes casos, desde que não haja previsão da opção de instalação de elevadores ou meios mecânicos destinados ao transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida:

I - edifícios de uso público, de uso coletivo ou de uso privado multifamiliar;

II - local de reunião e congêneres para mais de 30 (trinta)pessoas;

III - qualquer outro uso para mais de 50 (cinquenta)pessoas.

§ 2º Em edificações novas, as rampas referidas no caput do presente artigo serão dotadas de largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

§ 3º Em edificações já existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável, poderão, desde que analisado o caso e aprovado pelo órgão competente da Prefeitura, ser executadas rampas com largura mínima de 90cm (noventa centímetros).

Art. 234. No interior das edificações indicadas no artigo anterior, as rampas poderão ser substituídas por elevadores ou meios mecânicos destinados ao transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Subseção III
Das Escadas Rolantes

Art. 235. As escadas rolantes estarão sujeitas às normas técnicas da ABNT e não serão computadas no cálculo do escoamento de pessoas da edificação, nem no cálculo de largura mínima das escadas fixas.

Subseção IV
Dos Elevadores

Art. 236. Qualquer edifício que contenha um número maior que 04 (quatro) pavimentos, contados o pavimento térreo e 03 (três) acima deste, deverá ser provido de elevador.

§ 1º O número de elevadores de cada prédio e sua capacidade deverá estar de acordo com as normas da ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela Municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, instalação ou utilização, cálculo, tráfego e intervalo de tráfego comprovados através de laudo emitido pelo responsável técnico da obra.

§ 2º O térreo contará como 02 (dois) pavimentos quando seu pé direito tiver a 6m (seis metros) ou mais.

§ 3º Sempre que o pé direito por pavimento ultrapassar a 3,0m (três metros) será contado como novo pavimento.

§ 4º As unidades situadas no último pavimento poderão deixar de ser servidas por elevador desde que o pavimento imediatamente inferior seja servido por, pelo menos, 1 (um) ou 2 (dois) elevadores, tendo aquelas unidades acesso direto aos mesmos elevadores.

§ 5º Nas edificações a serem construídas, acrescidas ou reconstruídas com previsão de subsolo, é obrigatório o assentamento de elevadores nos seguintes casos:

a**) Mais de 4 (quatro) pavimentos acima do nível do logradouro;**

b) Mais de 3 (três) pavimentos abaixo do nível do logradouro.

§ 6º Nas edificações para uso de saúde e nos asilos de mais de 1 (um) pavimento, até 2 (dois) pavimentos será obrigatória a instalação de equipamento eletromecânico de deslocamento vertical.

§ 7º Nos edifícios hospitalares, asilos e hotéis com mais de 2 (dois) pavimentos, será obrigatória a instalação de elevadores.

§ 8º Visando adequar os elevadores às características especiais de transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida deverão ser observadas as Normas Técnicas da ABNT sobre o assunto.

Art.237. Excluem-se do cálculo da altura para instalação do elevador:

I - as partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas, caixas de água, casa do zelador e áreas de lazer ou recreação;

II - o último pavimento quando de uso exclusivo do penúltimo ou ático.

Art. 238. Quando a edificação possuir mais de um elevador as áreas de acesso aos mesmos devem estar interligadas em todos os pavimentos.

Parágrafo Único. Excluem-se desta exigência os elevadores digitados através de senha ou com usos diferenciados.

Art. 239. Será exigido elevador em edifício garagem sempre que ele for constituído de térreo com mais 03 (três) lajes.

Art. 240. Os elevadores não poderão ser o único meio de acesso aos pavimentos superiores ou inferiores da edificação.

SEÇÃO X
DOS MEZANINOS

Art. 241. A construção de mezaninos e jiraus só será permitida, quando satisfazer as seguintes condições:

I - não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído;

II - ter sua área adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação à área do pavimento inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável);

III - ocupar área de no máximo 30% (trinta por cento) da área do compartimento a que serve;

IV - ter altura mínima de 2,4m (dois metros e quarenta centímetros) e deixar com essa mesma altura o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído;

V - ter escada fixa de acesso e parapeito.

VI - não é permitido o fechamento de mezaninos com paredes ou divisões de qualquer espécie.

SEÇÃO XI
DAS CHAMINÉS

Art. 242. As chaminés de qualquer espécie serão executadas de maneira que a fumaça, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos ou prejudiquem o meio ambiente, devendo ser equipadas de forma a evitar tais inconvenientes, apresentar as condições necessárias de estabilidade e segurança, observar as Normas Técnicas da ABNT e as normas ambientais aplicáveis.

§ 1º A qualquer momento o Município poderá quando julgar conveniente, determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos fumívoros ou outros dispositivos de controle da poluição atmosférica, qualquer que seja a altura das mesmas, a fim de ser cumprido o que dispõe o presente artigo.

§ 2º As chaminés residenciais, sejam de lareiras, de churrasqueiras, de coifas ou congêneres, deverão ultrapassar o ponto mais alto da cobertura em, no mínimo 50cm (cinquenta centímetros).

§ 3º As lareiras e churrasqueiras, quando posicionadas junto às divisas do lote, ou entre economias distintas, deverão ser dotadas de isolamento térmico e as chaminés não poderão ter aberturas voltadas para a divisa.

§ 4º A altura das chaminés industriais não poderá ser inferior a 5,00m (cinco metros), contados a partir do ponto mais alto das coberturas existentes num raio de 50,00m (cinquenta metros).

§ 5º Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em normatização específica, as chaminés das edificações para uso industrial deverão ser munidas de aparelhos de aspiração e retenção de fuligem de partículas ou resíduos bem como de dispositivos para retenção do odor, resultantes da atividade industrial.

§ 6º As chaminés industriais e torres de qualquer espécie deverão obedecer ao afastamento das divisas em medida não inferior a 1/5 (um quinto) de sua altura.

SEÇÃO XII
DOS TAPUMES, ANDAIMES E TELAS DE PROTEÇÃO

Art. 243. Será obrigatória a colocação de tapume em toda a testada do lote, sempre que se execute obras de construção, reforma, ampliação ou demolição, nos seguintes casos:

I - para obras até 3m (três metros) do alinhamento dos logradouros públicos;

II - para todos os edifícios com mais de 2 (dois) pavimentos, qualquer que seja o afastamento.

III - para qualquer obra que, a critério da Municipalidade, ofereça perigo aos transeuntes.

§ 1º O tapume deverá ser mantido enquanto perdurarem as obras que possam afetar a segurança dos pedestres que utilizarem os passeios dos logradouros.

§ 2º O tapume de que trata este artigo deverá atender às seguintes normas:

a) A faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio (não computada a área do canteiro quando existir), nem exceder a 2m (dois metros);

b) Quando for construído em esquinas de logradouros, as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras de interesse público, serão, mediante prévio entendimento com o órgão competente em matéria de trânsito transferidas para o tapume e fixadas de forma a serem bem visíveis;

c) A sua altura não poderá ser inferior a 3m (três metros) e terá bom acabamento;

d) Quando executado formando galerias para circulação de pedestres, será permitida a existência de compartimentos superpostos, como complemento da instalação do canteiro da obra, respeitada sempre a norma contida na alínea "a" deste parágrafo, desde que os limites destes compartimentos fiquem contidos até 0,5m (cinquenta centímetros) de distância do meio-fio.

Art. 244. Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos e garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes, sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

Art. 245. Para as obras de construção, elevações, reparos e demolições de muros até 3m (três metros) não há obrigatoriedade de colocação de tapume.

Art. 246. Os tapumes deverão ser periodicamente vistoriados pelo construtor, sem prejuízo de fiscalização pela Municipalidade, a fim de ser verificada sua eficiência e segurança.

Art. 247. Durante a execução da obra será obrigatório a colocação de andaime de proteção do tipo "bandeja salva-vidas", para edifícios de três pavimentos ou mais.

§ 1º Os andaimes terão que garantir perfeitas condições de segurança de trabalho para os operários, de acordo com a legislação federal que trata deste assunto.

§ 2º As "bandejas salva-vidas" constarão de um estrado horizontal de 1,2m (um metro e vinte centímetros) de largura mínima com guarda-corpo até a altura de 1m (um metro), este tendo inclinação aproximada de 135º (cento e trinta e cinco graus), em relação ao estrado horizontal.

Art. 248. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos (Balancim), estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,2m (um metro e vinte centímetros), exceto Balancim tipo Cadeirinha que deverá ter corda guia com cinto paraquedista com sistema de trava quedas.

Art. 249. Após o término das obras ou no caso de sua paralisação por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, os tapumes deverão ser recuados até o alinhamento e os andaimes retirados.

Art. 250. Será obrigatório o uso de tela de proteção para construções acima de 2 (dois) pavimentos.

SEÇÃO XIII
DOS COMPARTIMENTOS
Subseção I
Da Classificação

Art. 251. Para efeito do presente Código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no projeto.

Art. 252. Os compartimentos das edificações, conforme sua destinação, classificam-se em compartimentos:
I - de permanência prolongada;
II - de permanência transitória;
III - especiais.

Art. 253. Compartimentos de permanência prolongada são aqueles utilizados para uma ou mais das seguintes funções ou atividades:
I - dormir e repousar;
II - estar e lazer;
III - preparo e consumo de alimentos;
IV - trabalho, ensino e estudo;
V - tratamento e recuperação;
VI - reunião e recreação.

§ 1º Consideram-se compartimentos de permanência prolongada, além de outros definidos em Lei:

I - os dormitórios, quartos e salas em geral;

II - lojas e sobrelojas, escritórios, oficinas e indústrias;

III - salas de aula, e salas de estudo ou aprendizado em laboratórios didáticos;

IV - salas de leitura e biblioteca;

V - enfermarias e ambulatórios;

VI - cozinhas, copas, refeitórios, bares e restaurantes;

VII - locais de reunião e salões de festa;

VIII - locais fechados para a prática de esportes ou ginástica.

§ 2º Sótãos, desde que sejam observados os requisitos mínimos de ventilação, iluminação e de pé-direito relativos a compartimentos de permanência prolongada, poderão ter esta destinação.

Art. 254. Compartimentos de permanência transitória são aqueles utilizados para uma ou mais das seguintes funções ou atividades:

I - circulação e acesso de pessoas

II - higiene pessoal;

III - depósito para guarda de materiais, utensílios ou peças, sem a possibilidade de qualquer atividade no local;

IV - lavagem de roupas e serviços de limpeza.

Parágrafo único. Consideram-se compartimentos de permanência transitória, entre outros:

I - escadas e respectivos patamares, bem como rampas e seus patamares;

II - átrio dos elevadores e casas de máquinas;

III - átrios, vestíbulos e antecâmaras;

IV - corredores e passagens;

V - banheiros, lavabos e instalações sanitárias;

VI - depósitos domiciliares, despejos, rouparias e adegas;

VII - vestiários e camarins;

VIII - lavanderias domiciliares, despejos e áreas de serviço;

IX - quarto de vestir(*closet*).

Art. 255. Compartimentos especiais são aqueles que, apresentam características e condições adequadas a sua destinação especial.

Parágrafo único. Consideram-se compartimentos especiais, entre outros:

I - auditórios e anfiteatros;

II - cinemas, teatros e salas de espetáculos;

III - museus e galerias de arte;
IV - estúdios de gravação, rádio e televisão;
V - laboratórios fotográficos, cinematográficos e de som;
VI - centro cirúrgicos e salas de raio X;
VII - salas de computadores, transformadores e telefonia;
VIII - locais para duchas e saunas;
IX - garagens;
X - galpões para estocagem.

Art. 256. Os compartimentos para outras destinações ou denominações não indicadas nos artigos precedentes desta Seção, ou que apresentam peculiaridades especiais, serão classificados com base nos critérios fixados nos referidos artigos, tendo em vista as exigências de segurança, higiene, salubridade, conforto e estética correspondentes às respectivas funções ou atividades.

Art. 257. Os compartimentos de maneira geral obedecerão a limites mínimos de:
I - dimensões mínimas;
II - área de piso;
III - altura;
IV - vãos de acesso;
V - vãos de iluminação e ventilação.

Art. 258. A dimensão estabelecida como altura de um compartimento deverá ser mantida de forma constante em toda área do mesmo, sendo admitidos rebaixos ou saliências no teto, desde que não alterem essa dimensão para abaixo do limite mínimo.
Parágrafo único. Exclusivamente para as edificações residenciais, no caso de forros inclinados, a altura mínima será considerada como altura média em relação ao forro.

Art. 259. A subdivisão de um compartimento com paredes que cheguem até o teto só será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, às normas deste Código, caso aplicáveis.

Art. 260. As folhas de vedação de qualquer vão, quando girarem, deverão assegurar movimentos livres correspondentes a um arco de, no mínimo, 90º (noventa graus).

Art. 261. Os compartimentos habitáveis obedecerão às condições seguintes, quanto às dimensões mínimas:

TABELA I: DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA PROLONGADA EM EDIFICAÇÕES COMUNS

Compartimentos	**Área (m2)**	**Altura (m)**	**Dimensão mínima (m)**	**Largura dos vãos de acesso (m)**
Dormitórios				
1. o 1º (primeiro ou único)	9,00 7,50	2,60 2,60	2,40*	0,80
2. o 2º (segundo)	7,00	2,60	2,40*	0,80
3. o 3º (terceiro)			2,40*	0,80
Salas	9,00	2,60	2,60*	0,80
Cozinha	4,00	2,40	1,60*	0,80
Cozinha e área de serviço conjugadas	5,80	2,40	1,60*	0,80
Cozinha, área de serviço e sala conjugadas	16,00	2,60	2,60*	0,80
Lojas	16,00	2,60	2,80	1,00
Lojas com sobrelojas	25,00	5,40	3,00	1,00
Lojas acima de:	- - - - -			
16,00 até 50,00 m2		2,60 3,00	3,00	1,00
50,00 até 100,00 m2		3,50 4,00	3,00	1,00
100,00 até 200,00 m2		4,50	3,00	1,00
200,00 até 300,00 m2			3,00	1,00
300,00 m2			3,00	1,00
Salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais	16,00	2,60	2,80	0,80
Locais de Reunião	Áreas, alturas e largura de acesso compatíveis com as normas deste Código.			

* Considerar como a dimensão mínima, à medida que possibilite a inscrição de um círculo com o diâmetro equivalente à dimensão mínima no plano do piso do compartimento.

§ 1º Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

§ 2º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósitos.

§ 3º O pé-direito mínimo das circulações e corredores de galerias e centros comerciais será de no mínimo 3,00m (três metros).

TABELA II: DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA PROLONGADA EM EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Compartimentos	Área (m2)	Altura (m)	**Dimensão mínima (m)**	**Largura dos vãos de acesso (m)**
Dormitórios				

a) o primeiro ou único	7,00	2,50	2,40	0,70
b) o segundo	6,00	2,50	2,10	0,70
c) os demais	5,00	2,50	2,00	0,70
Salas	8,00	2,50	2,40	0,70
Sala-cozinha	10,00	2,50	2,60	0,70
Sala-cozinha-dormitório	15,00	2,50	2,60	0,70
Cozinha ou Copa	4,00	2,50	1,50	0,70

§ 4º Consideram-se edificações de interesse social, aquelas que se destinam à famílias com renda igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, com área útil de no máximo 40m² (quarenta metros quadrados) e 01 (uma) vaga de estacionamento, salvo determinação diversa expressa no Plano Diretor.

TABELA III: DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA TRANSITÓRIA EM EDIFICAÇÕES COMUNS

Compartimentos	Área (m2)	Altura (m)	**Dimensão mínima (m)**	**Largura dos vãos de acesso (m)**
Área de serviço coberta	2,40	2,40	1,20	0,70
Banheiro social	3,00	2,40	1,20	0,70
Lavabo	1,50	2,40	1,00	0,70
Banheiro de serviço	2,50	2,40	1,20	0,70
Circulações	-	2,40	0,90	0,70
Casas de máquinas, subsolos e similares	-	2,20	-	0,80
Despensas e depósitos domiciliares	-	2,40	1,20	0,70
Garagem	15,00	2,40	2,50	-
Lavatório e instalações sanitárias	1,50	2,40	1,00	0,70
Salas de espera para o público	Compatível com lotação	Compatível com lotação	Compatível com lotação	Compatível com lotação
Vestiário de utilização coletiva	Compatível com o n°de usuários	2,60	Compatível com o n°de usuários	0,80
Vestíbulos e halls	-	2,40	1,00	0,80

TABELA IV: DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS DE PERMANÊNCIA TRANSITÓRIA EM EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Compartimentos	**Área (m2)**	**Altura (m)**	**Dimensão mínima (m)**	**Largura dos vãos de acesso (m)**
Banheiro	2,20	2,50	1,20	0,70

§ 5º Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas, cozinhas e despensas destinadas à guarda de gêneros alimentícios.

§ 6º Quanto ao revestimento destes compartimentos, deverá ser observado o que segue:

a) As cozinhas, banheiros, lavatórios, instalações sanitárias e locais para despejo do lixo terão paredes até a altura mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) e o piso, revestido de material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos;

b) Será permitido nas garagens, terraços e casas de máquinas o piso em cimento, devidamente impermeabilizado.

SEÇÃO XIV
DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO
Subseção I
Da Iluminação e Ventilação das Edificações

Art. 262. Os prismas externos de iluminação e ventilação terão suas faces verticais definidas:

I - pelas paredes externas da edificação;

II - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote;

III - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote e linha de afastamento (quando esta existir);

IV - pelas paredes da edificação e linha de afastamento (quando esta existir).

Art. 263. As dimensões da seção horizontal dos prismas a que se referem esta seção terão que ser constantes em toda altura da edificação.

Art. 264. As Seções horizontais mínimas dos prismas a que se refere esta Seção serão proporcionais ao número de pavimentos, conforme tabela

Dimensões Mínimas das Seções Horizontais dos Prismas ao Nível do Último

Número de Pavimentos	*Prisma de Iluminação e Ventilação*		*Prisma de Ventilação (Interno)*	
	Área Mínima (m²)	*Círculo Insc. Mín. (m)*	*Área Mínima (m²)*	*Círculo Insc. Mín. (m)*
Até 02	*4,20*	*1,50*	*1,20*	*0,90*
Até 03	*4,90*	*1,75*	*1,20*	*0,90*
Até 04	*5,60*	*2,00*	*1,30*	*1,00*

Parágrafo Único. As dimensões mínimas da Tabela deste artigo são válidas para as alturas de compartimentos de até 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros). Quando essas forem superiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) para cada metro de acréscimo na altura do compartimento, as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo serão aumentadas de 10% (dez por cento).

Subseção II
Da Iluminação e Ventilação dos Compartimentos

Art. 265. Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior podendo ser:
I - direta - onde a ventilação e a iluminação acontecem diretamente com o exterior, através de prisma de iluminação e ventilação externo ou não;
II - **i**ndireta - onde a ventilação ou a iluminação acontecem através de um outro compartimento, duto mecânico ou prisma de iluminação e ventilação interno.

Art. 266. Os compartimentos habitáveis definidos nesta seção, deverão possuir vãos de iluminação de forma direta.

Art. 267. Os compartimentos não habitáveis poderão receber ventilação e iluminação de forma indireta.
Parágrafo Único. As cozinhas poderão receber iluminação e ventilação de forma indireta através de uma área de serviço.

Art. 268. Somente poderão comunicar-se com o exterior com dutos de ventilação, os seguintes compartimentos:
I - habitáveis:
a) Auditórios e centros de convenção;
b) Cinemas;
c) Teatros;
d) Salas de exposições;
e) Boates e salões de danças;
f) Bancos e lojas comerciais.
II - não habitáveis:
a) Circulações;
b) Banheiros, lavatórios e instalações sanitárias;
c) Salas de espera em geral;
d) Subsolos.

Parágrafo Único. Os locais de reunião mencionados neste artigo deverão prever equipamentos mecânicos de renovação ou condicionamento de ar, quando se comunicarem com o exterior através de dutos horizontais ou verticais.

Art. 269. Os vãos de iluminação e ventilação quando vedados, deverão ser providos de dispositivos que permitam a ventilação permanente dos compartimentos.

Art. 270. Quando a ventilação e/ou iluminação se derem de forma indireta deverá ser observado:
I - quando duto, inscrição de um círculo livre de no mínimo 0,7m (setenta centímetros) em seu interior;
II - quando compartimento não habitável, atendimento de 1/8 (um oitavo) de área a ventilar e iluminar do compartimento a que serve;
III - quando duto mecânico, de eficiência comprovada e controlada.
§ 1º Os dutos verticais para ventilação, deverão ainda, ter revestimento interno liso sem comportar cabos, canalizações, estrangulamento da seção por elementos estruturais e tubos de queda.
§ 2º Os dutos horizontais de ventilação deverão ainda:
a) Ter proteção contra alojamento de animais;
b) Ter abertura mínima para o exterior igual à sua seção;
c) Ter altura mínima de 0,2m (vinte centímetros);
d) Ter comprimento máximo de 6m (seis metros), exceto no caso de abrir para o exterior em extremidades opostas.

Art. 271. O vão que ventila um terraço coberto terá sua largura igual a dimensão desse terraço, adjacente ao prisma de ventilação que com ele se comunica. A largura mínima desse vão será de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) e sua altura não poderá ser inferior a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 272. Nenhum vão de iluminação ou duto de ventilação que se comunique com o exterior, através de terraços cobertos, poderá distar-se mais de 2m (dois metros) dos limites da largura estabelecida pelo artigo anterior.

Art. 273. Nenhum vão será considerado como iluminando e ventilando pontos de compartimentos que dele distem mais de duas vezes e meia o valor da altura desse compartimento, quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação ou só de ventilação.

Art. 274. A soma total das áreas dos vãos de iluminação de um compartimento, assim como a seção dos dutos de ventilação, terá seus valores mínimos expressos em fração desse compartimento, conforme tabela seguinte:

Compartimento	***Vãos que se Comunicam Diretamente com Exterior***	***Comunicação Através dos Dutos - Seção Mínima***
Habitáveis	*1/6*	*+ 25%*
Não Habitáveis	*1/8*	*1/6*

+ Variável, compatível com o volume de ar a renovar ou condicionar.

Parágrafo Único. Nenhum vão destinado a iluminar um compartimento poderá ter área inferior a 0,2m² (vinte centímetros quadrados), quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação, ou só de ventilação.

SEÇÃO XV

DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

Art. 275. Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água própria.

Parágrafo Único. Nas edificações em mais de uma unidade independente que tiverem reservatórios de água comum, o acesso aos mesmos e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Art. 276. Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo mínimo de água por edificação, conforme norma técnica da ABNT.

Art. 277. Os reservatórios deverão possuir:

I - cobertura que não permita a poluição da água;

II - torneira bóia que regule automaticamente a entrada de água no reservatório;

III - extravasor (ladrão) com diâmetro superior ao tubo alimentador, com descarga em um ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira bóia;

IV - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório.

Art. 278. As novas construções, deverão, obrigatoriamente, possuir reservatório inferior (cisternas), para usos secundários e as edificações existentes que instalarem sistema de cisterna, receberão incentivo, conforme regulamentação posterior.

§ 1º. As edificações com até 100m² deverão colocar reservatório com no mínimo 500L (quinhentos litros), edificações de 101m² até 300m² colocar reservatório mínimo de 1000L (cem litros) e acima de 301m², reservatório mínimo de 2000L (dois mil litros).

§ 2º. As cisternas deverão ser construídas com paredes impermeabilizadas e com todas as demais condições para evitar a contaminação da água.

Art. 279. Os motores e/ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno, populações vizinhas.

CAPÍTULO II
DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Art. 280. As instalações e equipamentos abrangem os conjuntos de serviços complementares executados durante a construção de um edifício, os quais deverão ser projetados, calculados e executados visando a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, de acordo com as normas e especificações da ABNT, salvo os casos previstos nas Seções deste Capítulo, onde prevalecerá o determinado por este Código.

Art. 281. Este Capítulo trata das instalações e equipamentos:

I - de águas pluviais;

II - de sistemas hidráulico-sanitários;

III - de gás canalizado;

IV - de energia elétrica;

V - de distribuição interna da rede telefônica;

VI - de antenas de televisão;

VII - de depósito de lixo;

VIII - da extinção de incêndios;

IX - dos pára-raios;

X - de condicionamento ambiental;

XI - de insonorização.

Parágrafo Único. As entradas, tomadas e dimensões das instalações prediais referidas no *caput* deste artigo, deverão obedecer às normas técnicas exigidas pelas concessionárias locais.

SEÇÃO I
DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 282. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio

§ 1º Em qualquer edificação, todo o terreno circundante deverá ser convenientemente preparado para permitir o escoamento das águas pluviais, observando-se as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais (quando existirem) correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º Nos lotes devidamente registrados no Registro de Imóveis e cujas vias de circulação são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial da referida via de circulação correrão por conta da Municipalidade.

Art. 283. Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

Parágrafo Único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até altura mínima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do nível do passeio.

Art. 284. As novas construções, deverão apresentar projeto e execução de captação e armazenamento de águas pluviais por meio de reservatórios (cisternas), conforme Art. 278 desta Lei.

Art. 285. Não será permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos Cloacal.

Art. 286. As águas provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes lindeiros ou no passeio da via de circulação.

SEÇÃO II
DAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Art. 287. Todas as edificações em lotes com testada para logradouro que possuam redes de água potável e de esgoto, deverão, obrigatoriamente servir-se dessas redes.

Art. 288. Quando não existir rede de abastecimento de água na via pública, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas.

Art. 289. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica e filtro, cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro) ou outra forma de

tratamento mais adequado, levando-se em consideração a capacidade de absorção do solo, bem como o nível do lençol freático existente.

Art. 290. Será exigido fossa séptica e para tal, o efluente poderá ser tratado através de:
I - sumidouro;
II - vala de infiltração;
III - vala de filtração;
IV - filtro anaeróbio;
V – tratamento de esgoto coletivo.

Parágrafo Único. Os novos loteamentos deverão apresentar soluções para o esgotamento sanitário e o mesmo ser aprovado pela Municipalidade.

Art. 291. Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório, uma pia de cozinha, que deverão ter tratamento conforme as Normas Técnicas exigem.
Parágrafo Único. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

Art. 292. Todos os aparelhos sanitários deverão ter superfície lisa e serem facilmente laváveis.

Art. 293. Os compartimentos sanitários terão uma caixa auto-sifonada provida de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos e mictórios.
Parágrafo Único. Será obrigatório o uso de tubo de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 40mm (quarenta milímetros).

Art. 294. Deverá ser elaborado teste de percolação do solo visando definir a capacidade de absorção do mesmo nas diferentes regiões da área urbana, para a indicação da medida correta no que se refere a tratamento de dejetos.

Art. 295. Toda tubulação de esgoto em contato com o solo deverá ser feita com PVC, ou material equivalente, conforme normas da ABNT.

Art. 296. Em edificações com mais de um pavimento os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de queda).

Parágrafo Único. Os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e de tubo de queda deverão ser de material impermeável, resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de manilhas cerâmicas.

Art. 297. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 1,5% (um e meio por cento).

Art. 298. É vedada, em qualquer hipótese a utilização das galerias das águas pluviais, bem como o sistema de drenagem pluvial (sarjetas e vias públicas) para o escoamento do esgoto sanitário.

Art. 299. A concessão de Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (Habite-se) deverá ser antecedida de vistoria da execução do sistema de tratamento de esgotamento sanitário, deixado a descoberto afim de comprovação da solução exigida pela Municipalidade.

SEÇÃO III
DA INSTALAÇÃO DE GÁS CANALIZADO

Art. 300. As instalações de distribuição de gás (central de gás) nas edificações deverão ser executadas de acordo com as Normas Técnicas da ABNT e do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Será permitida a instalação de central de gás na área relativa ao afastamento frontal, ficando limitada sua altura máxima em 2,10m (dois metros e dez centímetros) acima do nível da calçada, e devendo observar recuo obrigatório mínimo de 1,00m (um metro) para o alinhamento predial quando as portas de acesso estiverem voltadas para o logradouro.

SEÇÃO IV
DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 301. O sistema de distribuição de energia elétrica nas obras e edificações será projetado e executado de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, os regulamentos da empresa concessionária local, e a Lei Federal nº. 11.337/2006.

Parágrafo único. É concedido à Prefeitura o direito de exigir, sempre que entender necessário para licenciar obras e edificações, documento que comprove que a concessionária local tem condições de atender a demanda a ser gerada e as condições e/ou restrições se houver (consulta prévia para fornecimento de energia).

SEÇÃO V
DAS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMUNICAÇÃO

Art. 302. A instalação de distribuição interna de redes de telecomunicações nas edificações, seja de rede telefônica, de internet ou de televisão aberta e/ou por assinatura, obedecerá às normas e prescrições das respectivas empresas concessionárias locais e as normas técnicas vigentes.

Art. 303. Em todas as edificações, será obrigatória a instalação de tubulações, armários e caixas para serviços de telefonia, de internet, de antenas de televisão aberta e de televisão por assinatura, salvo nas edificações residenciais privativas unifamiliares.

§ 1º Em cada unidade autônoma, haverá, no mínimo, disponibilidade de instalação de tubulação para um terminal.

§ 2º As tubulações para cada serviço previsto nesta Seção terão utilização individual, sendo vedada sua utilização para outro fim.

§ 3º Nas edificações residenciais multifamiliares permanentes é obrigatória a instalação de tubulações dos serviços citados no caput do artigo para cada unidade.

SEÇÃO VI

DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 315. A coleta e destinação de lixo proveniente das edificações deverá observar as normas de Vigilância Sanitária, as normas ambientais, as prescrições do Código de Posturas, as diretrizes e prescrições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº. 12.305/10 e Decreto Federal nº. 7.404/10), bem como a legislação complementar pertinente.

Art. 316. Toda edificação, independentemente de sua destinação deverá ter local apropriado, desimpedido e de fácil acesso com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes componentes do resíduo sólido, obedecendo as normas estabelecidas pela autoridade competente.

§ 1º O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua por passagem (lixeira do tipo gaveta), ou reentrância criada para este fim, devendo o mesmo estar situado pelo lado de dentro do lote e/ou construção, sendo de fácil acesso de recolhimento.

§ 2º É proibido colocar lixeiras particulares nos passeios públicos para depósito do lixo.

Art. 316. Nas edificações multifamiliares e mistas, haverá local para depósito de lixo situado no térreo ou subsolo para acondicionamento geral.

§ 1º O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua por passagem de dimensão mínima de 1,2m (um metro e vinte centímetros) de largura, e 2,4m (dois metros e quarenta centímetros) de altura e atender as normas estabelecidas neste Código.

§ 2º O depósito coletor geral deverá ter área mínima de 3m² (três metros quadrados).

§ 3º É proibida a utilização de tubos de queda para eliminação do lixo.

Art. 317. Os resíduos sólidos depois de recolhidos serão depositados em local ou locais indicados pela Municipalidade.

Art. 318. Conforme a natureza e volume do lixo ou resíduos sólidos, serão adotadas medidas especiais para sua remoção, obedecendo as normas estabelecidas pela Municipalidade, nos termos da regulamentação específica.

§ 1º Serão proibidos incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 2º Os compartimentos destinados a incineração de resíduos hospitalares e congêneres deverão obedecer às normas específicas estabelecidas pelo órgão competente para sua construção e operação.

Art. 319. Toda edificação destinada à instalação de indústria poluente ficará obrigada à implantação de medidas para eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição com o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, obedecida a regulamentação pertinente.

Art. 320. Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Municipalidade cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimentos de água da própria residência, como também de outras unidades, no que se refere ao isolamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

SEÇÃO VII

DAS CAIXAS RECEPTORAS DE CORRESPONDÊNCIA

Art. 319. Todas as edificações deverão possuir caixas receptoras de correspondência de acordo com as normas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, e de acordo com a legislação municipal vigente aplicável.

Art. 318. Nos edifícios residenciais, com mais de um pavimento e que não disponham de portaria, é obrigatória a instalação de caixas individuais para o depósito de objetos de correspondência.

Art. 319. As caixas receptoras de correspondências serão instaladas nos muros, nos portões ou grades dos imóveis ou ainda, suportadas em pedestais, dentro da área do lote, necessariamente em locais facilmente acessíveis da rua, evitando-se sua instalação em lugares onde forem de difícil acesso do carteiro.

SEÇÃO VIII
DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS

Art. 320. Sempre que exigidos equipamentos de prevenção e de extinção de incêndio, a Prefeitura só concederá o licenciamento das obras ou instalações mediante prova de regularidade junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, com a respectiva aprovação dos projetos de segurança e prevenção contra incêndio.
Parágrafo único. A expedição de "habite-se" ou congênere, dependerá da apresentação e prova de regularidade das obras ou instalações referida no *caput* deste artigo.

Art. 321. Caso se verifique a necessidade de ser feita a instalação de equipamentos contra incêndio em edificação já existente, a Prefeitura, mediante solicitação do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, providenciará a expedição das necessárias intimações, fixando prazos para o seu cumprimento.

Art. 322. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais.

Art. 323. Em qualquer caso, deverão ser atendidos os detalhes construtivos e colocação de peças especiais do Sistema Preventivo de Incêndio de acordo com as normas e padrões fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 324 As instalações ou equipamentos contra incêndio deverão situar-se em local de fácil acesso e mantidas em estado de conservação e funcionamento conforme as normas técnicas estabelecidas.

Art. 325. Independente das exigências deste Código, em relação à instalações preventivas de incêndio os edifícios existentes destinados à utilização coletiva, tais como escolas, hospitais, hotéis, motéis, casas de diversão, fábricas, grandes estabelecimentos comerciais e outros, ficam sujeitos a adotar em benefício da segurança do público, as medidas que forem julgadas convenientes pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

SEÇÃO IX

DOS PÁRA-RAIOS

Art. 326. Será obrigatória a instalação de pára-raios, conforme as normas estabelecidas pela ABNT e pelo Corpo de Bombeiros, nas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos ou área construída superior a 750m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), além das seguintes:
I - aquelas que reúnam grande número de pessoas;
II - fábrica ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;
III - torres e chaminés elevados em edificações isoladas e expostas.
Parágrafo Único. O sistema de pára-raios, deve ser parte integrante do projeto das instalações elétricas, contendo sua especificação, localização, área de atuação e aterramento.

Art. 327. A fiscalização da correta execução da instalação de pára-raios será feita pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

SEÇÃO X
DO CONDICIONAMENTO AMBIENTAL

Art. 328. As instalações de exaustão e condicionamento de ar deverão obedecer às Normas Técnicas da ABNT.

Art. 329. É obrigatória a canalização dos fluidos condensados nos aparelhos de ar condicionado e similares, quando voltados para as vias ou logradouros públicos.
Parágrafo Único. A canalização deverá ser compatível com a potência do equipamento, podendo ser aparente, conectada por tubos de queda ou às galerias de águas pluviais ou ainda lançadas nas sarjetas, por sob o passeio.

SEÇÃO XI
DA INSONORIZAÇÃO

Art. 330. As edificações deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza, que ultrapassem os níveis máximos de intensidade permitidos pela legislação específica.
Parágrafo Único. Instalações causadoras de vibrações ou choques deverão ter tratamento acústico para prevenir incômodos a vizinhança.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

SEÇÃO XII
DOS EQUIPAMENTOS ESPECIAIS

Art. 341. Para o caso de instalações de equipamentos especiais não previstos neste Capítulo, como compressores, caldeiras, geradores, transformadores, centrais de equipamentos, e congêneres, as condições para a sua instalação serão avaliadas pela Prefeitura, com a colaboração, caso necessário, de outros órgãos competentes na matéria, e desde que apresentados os respectivos estudos, memoriais, especificações e demais informações técnicas respaldadas por responsáveis técnicos habilitados.

CAPÍTULO III
DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO
SEÇÃO I
DA VEDAÇÃO E LIMPEZA DOS TERRENOS E DO ALINHAMENTO

Art. 342. São considerados vedações no alinhamento predial dos logradouros públicos, os muros, muretas, gradis, floreiras, cercas vivas, ou qualquer outro elemento que defina o alinhamento predial do imóvel.

§ 1º O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, executado com material que vede a visão, terá altura máxima 2m (dois metros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§ 2º É proibido colocação em qualquer fechamento, arame farpado, cacos de vidros ou outros elementos que coloquem em risco a população.

§ 2º Os gradis poderão ter altura superior a 2m (dois metros).

§ 4º A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,2m (um metro e vinte centímetros), quando em material que vede a visão, podendo ter altura superior quando for gradil.

§ 5º A mureta, muro baixo, com altura de 0,4m (quarenta centímetros), construído em geral para anteparo ou proteção.

Art. 343. Em terrenos com edificações de uso residencial é facultativo a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos e nas divisas laterais, na faixa do recuo frontal, devendo o recuo ser ajardinado.

Art. 343. Em terrenos com edificações de uso não residencial é obrigatória a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, exceto no caso em que o recuo obrigatório seja totalmente ajardinado com tratamento paisagístico, e com acessos de veículos e pedestres definidos, de forma a não permitir a utilização desta área para qualquer atividade.

Art. 344. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Art. 345. Todos os proprietários de terrenos baldios são obrigados a mantê-los sempre limpos, devidamente drenados, e com o respectivo fechamento em suas divisas, sendo que a infração deste artigo importará em multa conforme o previsto neste Código.

§ 1º Entende-se por drenado o lote em condições de escoamento de águas pluviais, preservadas as eventuais nascentes, cursos d'agua existentes e suas condições naturais de escoamento, ouvido o órgão ambiental sempre que necessário.

§ 2º Além das exigências estabelecidas neste artigo, será obrigatória a construção de sarjetas ou drenos para o desvio de águas pluviais e de infiltração que possam causar dano ao logradouro público ou aos vizinhos, observadas as normas técnicas pertinentes e o disposto no parágrafo anterior.

Art. 346. Em casos especiais, envolvendo segurança pública, a altura e o tipo de vedação serão definidos pelos órgãos competentes da Municipalidade.

SEÇÃO II
DOS MEIOS-FIOS, CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 347. Na construção e conservação de calçadas e passeios, com relação à promoção da acessibilidade, serão observadas as regras gerais previstas nos termos do Decreto Federal nº. 5296/04 ou norma sucedânea, complementadas, ainda, pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, pela legislação municipal vigente aplicável, e pelas disposições sobre acessibilidade contidas neste Código.

Art. 348. Os serviços de construção, reconstrução e conservação calçadas e passeios são obrigatórios e ficam a cargo dos proprietários dos imóveis.

§ 1º Quanto as calçadas, serão observadas as seguintes especificações:

I - para o caso de novos loteamentos ou arruamentos, largura mínima de 2,00m (dois metros), sendo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) destinados à faixa livre completamente desobstruída e livre de interferências; uma faixa destinada à vegetação, posteamentos e equipamentos urbanos coo sinalizações, com no mínimo 0,50m (cinquenta centímetros) junto ao meio fio; pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado;

II - para o caso de edificações já existentes, largura mínima de 1,50m (um metro e

cinquenta centímetros) e pavimentação contínua e antiderrapante, garantindo a continuidade do traçado, sendo 1,20m (um metro e vinte centímetros) destinados à faixa livre, completamente desobstruída e livre de interferências;

III - declividade longitudinal paralela ao greide do logradouro lindeiro ao lote;

IV - declividade transversal entre 1% (um por cento) a 3% (três por cento), em direção ao meio-fio, para escoamento natural das águas pluviais;

V - os pisos das calçadas, passeios ou vias exclusivas de pedestres devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante;

VI - demais legislações vigentes e aplicáveis referentes às condições de acessibilidade dos mesmos.

§ 3º As especificações apresentadas no § 1ºpoderão sofrer alterações a fim de promover a padronização e qualificação das calçadas e passeios.

§ 4º É vedada a criação de rampas na via pública (pista de rolamento) junto ao meio–fio, impedindo ou dificultando o livre escoamento das águas pluviais para o sistema de drenagem pública, devendo os acessos aos imóveis serem feitos através de rebaixo do meio-fio e da calçada, conforme o previsto neste Código.

§ 5º Nos casos em que houver acesso de veículos ao estacionamento frontal, a calçada deve ser executada de tal forma que suporte o trânsito de entrada e saída de veículos, com piso adequado e resistente ao fim a que se destina, sendo obrigação do proprietário manter a calçada em perfeitas condições.

§ 6º Os passeios internos, destinados ao trânsito de pedestres dentro do lote, quando exigidos, deverão possuir inclinação transversal não superior a 3% (três por cento), e incorporar faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e mínima admissível de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

§ 7º Será obrigatória a construção de passeios internos nas edificações de uso não residencial para acesso a mais de uma unidade autônoma, observando as normas de acessibilidade.

Art. 349. Os proprietários ficam obrigados a construir a calçada em frente aos seus imóveis, onde a Prefeitura Municipal tenha colocado meio-fio ou guia, mantendo-os nivelados e livres para o trânsito de pedestres e em boas condições de segurança.

Parágrafo Único. O habite-se somente será liberado após a construção da calçada.

Art. 350. A reparação das calçadas danificadas com escavações para obras ou serviços realizados por empresas ou órgãos públicos, será feita por estas, às suas expensas,

entregando a calçada, no mínimo no mesmo estado em que a encontraram.

Art. 351. A construção de jardineiras, canteiros e congêneres nas calçadas só poderá ser executada com autorização do órgão competente da Prefeitura.
Parágrafo único. O plantio de árvores nas calçadas também deve ser feito somente com orientação do órgão competente da Prefeitura, que fornecerá orientações sobre cuidados especiais, quanto à espécie a ser plantada, local e espaçamento entre as mudas.

Art. 352. Qualquer equipamento do mobiliário urbano precisa de autorização da Prefeitura para ser colocado sobre as calçadas.

Art. 356. Constatadas irregularidades, o proprietário será notificado para proceder a regularização no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação

SEÇÃO III
DOS AFASTAMENTOS E AVANÇOS

Art. 357. Os afastamentos das edificações deverão estar de acordo com o disposto na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V – Tabela I.

SEÇÃO IV
DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS

Art. 358. A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá às seguintes condições:
I - serem em balanço;
II - a face extrema do balanço deverá ficar afastada da prumada do meio-fio 0,30m (trinta centímetros);
III - ter altura mínima de 3m (três metros) acima do nível do passeio, podendo a Municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face de quadra;
IV - permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores, e encaminhados à sarjeta sob o passeio;
V - não prejudicar a arborização e iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração;
VI - serem construídas em toda a extensão da quadra de modo a evitar qualquer solução de descontinuidade entre as diversas marquises contíguas.

Parágrafo Único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje que cobre parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação.

Art. 359. Será obrigatória a construção de marquises em toda a fachada nos seguintes casos:
I - Em qualquer edificação de mais de 1 (um) pavimento a ser construída nos logradouros de uso predominante comercial, recuado menos de 4m (quatro metros);
II - Nos edifícios de uso misto, cujo pavimento térreo tenha destinação comercial, quando construídos no alinhamento.
III - Nas ruas para pedestres as projeções máximas e mínimas poderão obedecer a outros parâmetros, de acordo com o critério a ser estabelecido pela Municipalidade.

Art. 360. As fachadas dos edifícios, quando construídos no alinhamento predial, não poderão ter sacadas, saliências, floreiras, caixas para ar condicionado e brises, devendo estes, estarem para dentro do alinhamento frontal.
Parágrafo Único. As fachadas dos edifícios, quando não construídos no alinhamento, poderão utilizar 50% (cinquenta por cento) do recuo, a partir do segundo pavimento, em balanço.

Art. 361. Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior deixe espaço livre com altura mínima de 2,2m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 362. Deverão ser obedecidas normas estabelecidas pela concessionária local de energia.

SEÇÃO V
DOS TOLDOS

Art. 363. Toldos, coberturas leves removíveis, sem vedações laterais, ligando blocos ou prédios entre si ou cobrindo acesso entre o alinhamento e as entradas da edificação, em zonas onde é exigido o afastamento obrigatório, deverão satisfazer os seguintes requisitos:
I - A área coberta máxima não poderá exceder 25% (vinte cinco por cento) da área do afastamento frontal;
II - O pé direito mínimo deverá ser de 2,2m (dois metros e vinte centímetros);
III - O afastamento mínimo das divisas laterais será de 0,25m (vinte cinco centímetros).

SEÇÃO VI
DAS PISCINAS

Art. 364. As piscinas deverão ter:

I - estrutura adequada para resistir às pressões da água incidentes sobre as suas paredes e fundo, quando enterradas sobre o terreno circundante;

II - paredes e fundo revestidas, com material impermeável e de superfície lisa;

III - equipamento para tratamento e renovação de água.

Parágrafo Único. Aplicam-se às piscinas no que couber as disposições determinadas pelo Código de Posturas.

SEÇÃO VII
DOS ANÚNCIOS E LETREIROS

Art. 365. A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante prévia licença da Municipalidade, se estiver de acordo com o Código de Posturas do Município, e não interferindo:

I - na sinalização de tráfego;

II - com a visão de monumento histórico;

III - com a visão de locais de interesse paisagístico.

Parágrafo Único. Os anúncios e letreiros sobre as marquises somente serão licenciados mediante prévia autorização do condomínio do respectivo prédio ou do proprietário.

CAPÍTULO IV
DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO
SEÇÃO ÚNICA
DOS ESTACIONAMENTOS

Art. 366. Na zona urbana, serão destinados locais para estacionamento, embarque e desembarque, carga e descarga.

Parágrafo único. Os locais para estacionamento serão:

a) proporcionais as áreas edificadas;

b) cobertos ou descobertos.

Art. 367. Quando no mesmo terreno coexistirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual a soma das vagas necessárias para cada uso e atividade.

Art. 368. Os espaços destinados a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

Art. 369. Os casos não mencionados serão tratados por analogia aos usos previstos.

Art. 370. Nos casos de acréscimos em edificações existentes o cálculo da reserva de estacionamento ou guarda de veículos considerará a área de acréscimo quando este aumento representar unidades residenciais e comerciais.

Art. 371. Não serão computadas para o cálculo do índice de aproveitamento máximo as áreas ocupadas pelas garagens.

Art. 372. Não será permitido que as vagas de estacionamento ocupem a faixa correspondente ao afastamento obrigatório do alinhamento frontal, podendo ocupar as faixas de afastamento das divisas laterais e de fundos.

Art. 373. As dependências destinadas a estacionamento deverão atender as seguintes exigências:
I - ter pé direito mínimo livre de 2,2m (dois metros e vinte centímetros);
II - ter sistema de ventilação permanente representando 1/8 (um oitavo) da área do piso, (neste item poderá ser incluído as portas de acesso);
III - não possuírem abertura para divisas laterais e fundos quando ocuparem as referidas divisas;
IV - ter vão de entrada com largura mínima de 3m (três metros) e o mínimo de 2 (dois) vãos quando comportarem mais de 50 (cinquenta) veículos;
V - ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta e numeradas, com largura mínima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) e comprimento mínimo de 5m (cinco metros);
VI - os pisos serão, antiderrapantes e dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;
VII - as paredes que as delimitarem serão incombustíveis;
VIII - as vagas serão do tipo livre, sendo que só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a mesma unidade residencial;
IX - quando houver mais de um pavimento garagem, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;
X - as escadarias deverão ser construídas dentro dos terrenos, iniciando-se a 1,2m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento e as rampas de acesso poderão ser iniciadas junto ao alinhamento;
XI - quando tratar-se de edificação multifamiliar não será permitido rampa com inclinação superior a 30% (trinta por cento);
XII - quando tratar-se de mão única, 3m (três metros) de corredor, quando tratar-se de mão dupla 5m (cinco metros) de corredor.

§ 1º O portão de acesso às garagens para edifícios multifamiliares ou mistos deverão ter afastamento mínimo de 4m (quatro metros) do meio-fio.

§ 2º Os locais cobertos para estacionamento ou guarda de veículos, para fins privativos, unidade residencial unifamiliar, só poderão ser construídos no alinhamento frontal quando a rampa de acesso for obrigatoriamente superior a 15% (quinze por cento). As disposições deste artigo aplicam-se quando a capacidade máxima for de até 2 (dois) veículos.

Art. 374. Em todo estacionamento devem ser reservadas vagas preferenciais para estacionamento de veículos pertencentes à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, devendo ser observadas o disposto na NBR 9050/04 da ABNT.

Art. 378. Fica assegurada a reserva de 5% (cinco por cento) do total de vagas nos estacionamentos ou garagens, sejam de uso público ou uso coletivo, para pessoas idosas, devidamente sinalizadas e posicionadas de forma a garantir uma melhor comodidade às mesmas, observada a legislação federal, estadual e municipal sobre o assunto.

CAPÍTULO V
DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 379. Em qualquer edificação, a exceção das habitações unifamiliares, deverá ser garantido o acesso aos Portadores de Necessidades Especiais em cadeiras de rodas ou com aparelhos ortopédicos, observadas as disposições da ABNT, que dispõe sobre a adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.
Parágrafo Único. Nas edificações não residenciais já existentes, a que se refere este artigo, o acesso ao deficiente físico deverá ser garantido pelo menos até o pavimento térreo. Se houver necessidade de rampa, essa deverá ser executada conforme o estabelecido pela ABNT.

Art. 378. Quando existir desnível entre o piso e o passeio, ou quando houverem desníveis internos, será obrigatória a utilização de rampas de acesso e locomoção dos Portadores de Necessidades Especiais.

Parágrafo Único. Quando não houverem rampas, o acesso aos Portadores de Necessidades Especiais a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador com largura mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros).

Art. 379. Nas edificações citadas neste Capítulo deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 380. Nos cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores portadores de Necessidades Especiais ao longo dos corredores, na proporção de 1% (um por cento) da lotação do estabelecimento.

TÍTULO V
DAS INFRAÇÕES
CAPÍTULO ÚNICO
DAS PENALIDADES

Art. 381. As infrações às disposições deste Código serão punidas com as seguintes penalidades, impostas de forma cumulativa ou não:
I -multas;
II - embargo da obra ou instalação;
III - interdição do prédio ou dependência;
IV - cassação do alvará de construção;
V - demolição.

Parágrafo Único. A aplicação de uma das penas previstas neste artigo, não prejudica a de outra, se cabível.

Art. 382. A inobservância de qualquer dispositivo legal ensejará a lavratura do competente auto de infração, com notificação do infrator para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento ou da publicação, apresentar defesa à autoridade competente.
§ 1º A notificação far-se-á ao infrator, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento, ou, ainda, por edital, nas hipóteses de recusa do recebimento da notificação ou não localização do notificado.
§ 2º Para os efeitos desta Lei considera-se infrator o proprietário ou possuidor do imóvel, e, ainda, quando for o caso, o autor dos projetos e/ou o executante das obras e serviços.
§ 3º Respondem, também, pelo proprietário, os seus sucessores a qualquer título e o possuidor do imóvel.
§ 4º Na ausência de defesa ou sendo esta julgada improcedente será imposta multa pecuniária pelo Chefe de Departamento da Secretaria notificante.

§ 5º A defesa prevista no caput deste artigo deverá ser protocolada pelo interessado no Protocolo Geral do Município e dirigida ao Chefe do Departamento a que estiver subordinado o servidor que lavrou o auto de infração.

Art. 383. Imposta a multa, o infrator será notificado para que proceda o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias corridos, cabendo recurso a ser interposto no mesmo prazo ao Secretário Municipal do órgão que emitiu a multa.

§ 1º O recurso deverá ser protocolado pelo interessado no Protocolo Geral do Município.

§ 2º Negado provimento ao recurso - quando existir- e na falta de recolhimento no prazo estabelecido, o valor da multa será inscrito em dívida ativa e encaminhado para execução fiscal.

Art. 384. As multas administrativas impostas na conformidade da presente lei, não pagas nas épocas próprias, ficam sujeitas à atualização monetária e acréscimo de juros moratórios contados do mês seguinte ao do vencimento, de acordo com a legislação tributária do Município, sem prejuízo, quando for o caso, dos honorários advocatícios, custas e demais despesas judiciais, nos termos em que dispuser a legislação municipal pertinente.

Art. 385. A aplicação das multas pecuniárias estabelecidas nesta Lei não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a administração pública, previstos na legislação penal.

SEÇÃO I
DAS MULTAS

Art. 386. Para as infrações às disposições deste Código serão aplicadas ao autor do projeto ou ao executante responsável pela execução das obras, bem como ao proprietário ou possuidor, conforme o caso, as seguintes multas, estabelecidas em Unidades Fiscal de Referência Municipal – UFRM:

I - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao autor no falseamento de quaisquer informações, medidas, cotas e indicações do projeto;

II - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário ou possuidor, pelo viciamento de projeto aprovado, introduzindo-lhe alterações de qualquer espécie sem a devida solicitação ao Poder Público, na forma deste Código;

III - 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFRM, ao proprietário ou possuidor, por execução de obras sem licença da municipalidade;

IV - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao executante, por execução de obras sem licença da municipalidade;

V - 10 (dez) a 100 (cem) UFRM, ao proprietário ou possuidor e ao executante, pelo início de obras sem os dados oficiais de alinhamento fornecidos pela municipalidade, ou em desacordo com estes quando fornecidos;

VI - 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFRM, ao proprietário ou possuidor, pela execução de obra em desacordo com o projeto aprovado pela municipalidade;

VII - 20 (vinte) a 200 (duzentos)UFRM, ao executante, pela execução de obra em desacordo com o projeto aprovado pela municipalidade;

VIII - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao tomador e ao executor de obra em via pública e/ou pelo não restabelecimento das condições originais da via;

IX - 40 (quarenta) a 400 (quatrocentas) UFRM, ao órgão ou empresa responsável pela execução de obras em via pública sem a devida autorização da municipalidade;

X - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário e ao executante, pela execução de obras de demolição sem licença; ou pela não adoção das medidas de proteção para a execução das obras e proteção das propriedades vizinhas;

XI - 10 (dez) a 100 (cem) UFRM, ao proprietário, por efetuar a demolição fora do horário pré-estabelecido pela Prefeitura, ou pela não conclusão da demolição dentro do prazo estipulado pela municipalidade após o mesmo ser prorrogado;

XII - 10 (dez) a 100 (cem) UFRM, ao proprietário ou possuidor, pela falta de projeto aprovado, e/ou de alvará de licença para construção, e demais documentos exigidos no local da obra, que comprovem sua regularidade perante à municipalidade, caso não os apresente no prazo de 48 (quarenta e oito horas);

XIII - 10 (dez) a 100 (cem) UFRM, ao executante, pela falta de placa em local visível com a descrição da obra, dados sobre os profissionais e empresa intervenientes, número do alvará de licença para construção, e prazo para o início e término da obra;

XIV - 40 (quarenta) a 400 (quatrocentas) UFRM, ao executante, pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes, e sobre as medidas de proteção para execução de obras, conforme o previsto neste Código;

XV - 40 (quarenta) a 400 (quatrocentas) UFRM, ao proprietário ou possuidor, pela desobediência a embargo municipal, com multa diária de 10% do valor inicial;

XVI - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao executante, pela desobediência a embargo municipal, com multa diária de 10% do valor inicial;

XVII - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário ou possuidor, pela ocupação da edificação sem que a Prefeitura tenha fornecido o “habite-se”; ou por não ter requerido o “habite-se” quando concluída a edificação; ou pelo uso e/ou operação de instalações sem que a municipalidade tenha autorizado;

XVIII - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário ou possuidor e ao executante, quando, vencido o prazo de licenciamento, for dado prosseguimento da obra sem a necessária prorrogação do prazo;

IXX - 80 (oitenta) a 800 (oitocentas) UFRM, ao proprietário ou possuidor e ao executante, pela execução de obras em loteamento sem o alvará de implantação e o projeto aprovado pela municipalidade;

XX - 40 (quarenta) a 400 (quatrocentas) UFRM, ao proprietário ou possuidor e ao executante, pela execução de obras em loteamento em desacordo com o projeto aprovado pela municipalidade;

XXI - 40 (quarenta) a 400 (quatrocentas) UFRM, ao proprietário ou possuidor ou ao executante, pela não adoção das precauções mínimas na execução de preparo do terreno, ou pela execução de obras de terraplanagem, escavações, movimento de terra, taludes, contenções, e outras obras no terreno, sem a devida licença da municipalidade quando esta for necessária;

XXII - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário ou possuidor pela não execução da calçada em frente ao seu imóvel, ou por não manter a mesma nivelada, em boas condições de uso e livre para o trânsito de pedestres;

XXIII - 10 (dez) UFRM /m², ao proprietário, possuidor ou responsável pelo uso, pela não limpeza do terreno;

XXIV - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário ou possuidor pela alteração da destinação da obra prevista no projeto aprovado e no alvará de licença para construção, sem a devida aprovação da municipalidade;

XXV - 10 (dez) a 100 (cem) UFRM, ao proprietário ou possuidor e/ou executante, pela implantação e/ou utilização de "*stand*" ou "*show-room*" para promoção e venda de unidades da edificação a ser construída no próprio imóvel que ainda não tem projeto aprovado e o respectivo alvará de licença para construção;

XXVI - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário ou possuidor, por manter chaminés em desacordo com as prescrições deste Código, e/ou por não atender intimação para adequação da chaminé;

XXVII - 10 (dez) a 100 (cem) UFRM, ao proprietário ou possuidor, pela criação de rampas na via pública (pista de rolamento) junto ao meio-fio, impedindo ou dificultando o livre escoamento das águas pluviais para o sistema de drenagem pública, ou por não executar o rebaixo do meio-fio de acordo com o previsto neste Código;

XXVIII - 20 (vinte) a 200 (duzentos) UFRM, ao proprietário ou responsável, por embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscal, ou por desacato aos agentes de fiscalização no regular exercício de suas atribuições;

XXIX - 10 (dez) a 100 (cem) UFRM, ao proprietário ou possuidor, e/ou ao autor do projeto, e/ou ao executante, pelo não atendimento a atos não previstos nos incisos anteriores e constantes neste Código.

§ 1º Na aplicação da multa ter-se-á em vista a proporcionalidade da culpa, a gravidade do fato face à extensão do dano ou prejuízo causado, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, e os efeitos e consequências que, da infração, possam resultar.

§ 2º O pagamento da multa, além de não excluir a aplicação de outras sanções previstas na legislação em vigor, não sana a infração que lhe deu origem.

§ 3º Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da multa aplicada, e persistindo a infração, a multa será aplicada em dobro tantas vezes quantas necessárias, ao cumprimento das exigências legais, obedecido o critério de fiscalização, com exceção do embargo.

§ 4º O não atendimento ao embargo caracteriza infração continuada, cabendo multas diárias, sem prejuízo das providências administrativas ou judiciais cabíveis.

§ 5º A aplicação de cada uma das penas previstas neste artigo não prejudica a de outra cabível, podendo se dar, inclusive de forma cumulativa.

§ 6º O pagamento da multa prevista neste artigo deverá se dar no prazo de 30 (trinta) dias da data em que o infrator tiver ciência do lançamento feito pelo agente público fiscalizador, sob pena do lançamento em Dívida Ativa.

§ 7º Todo agente público que proceder a aplicação de multa por qualquer das infrações previstas neste artigo, deverá justificar, com clareza, de forma expressa e resumidamente, a infração cometida, bem como o local, dia e hora quando for o caso, e a indicação dos dispositivos violados.

§ 8º Caberá impugnação ao lançamento de toda e qualquer multa prevista neste artigo, aplicando-se neste caso, as disposições do Código Tributário Municipal.

§ 9º No caso de multa sem impugnação, após resolvido o fato gerador de penalidade administrativa, o débito será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento).

§ 10. As multas referentes à edificação de obras particulares especificadas neste artigo serão aplicadas na seguinte proporção em relação à metragem da obra:

I - 40% (quarenta por cento) do valor, para obras de até 70,00m2 (setenta metros quadrados);

II - 50% (cinquenta por cento) do valor, para obras acima de 70,00 (setenta)até 100 m2 (cem metros quadrados);

III - 70% (setenta por cento) do valor, para obras acima de 100,00 (cem) a 200,00m2 (duzentos metros quadrados);

IV - 100% (cem por cento) do valor, para obras acima de 200,00m2 (duzentos metros quadrados).

§ 11. Os procedimentos para julgamento dos processos de impugnação decorrentes da aplicação das multas previstas neste artigo observarão o disposto no Código Tributário Municipal e na regulamentação específica.

Art. 387. A multa será imposta pela autoridade municipal competente, à vista do auto de infração lavrado pelo funcionário habilitado, que apenas registrará a falta ou infração verificada, indicando o dispositivo infringido.

Art. 384. O auto de infração em 4 (quatro) vias, deverá ser assinado pelo funcionário que tiver constatado a existência da irregularidade e também, sempre que possível, pelo próprio autuado; na sua ausência, poderá ser colhida a assinatura de representante, proposto, ou de quem lhe fizer às vezes.
§ 1º A recusa de assinatura no auto de infração será anotada pelo autuante perante duas testemunhas, considerando-se neste caso, normalizada a autuação.
§ 2º A última via do auto de infração, quando o infrator não for encontrado será encaminhada via postal, com aviso de recebimento ao responsável, sendo considerado, para todos os efeitos legais, como estando o infrator cientificado da mesma.

Art. 385. O auto de infração deverá conter:
I - A indicação do dia e local em que ocorreu a infração, ou em que esta foi constatada pelo autuante;
II - O fato ou ato que constitui a infração, indicando o dispositivo legal infringido;
III - O nome e assinatura do infrator, ou na sua falta, denominação que o identifique e endereço;
IV - O nome e assinatura do autuante, bem como sua função ou cargo;
V - O nome, assinatura e endereço das testemunhas, se for o caso.

Art. 386. Na reincidência a multa será aplicada com acréscimo de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Único. Considera-se reincidência para acréscimo da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 387. Terá andamento sustado o processo de aprovação de projeto ou licenciamento de construção cujo responsável técnico, ou empresa construtora, esteja em débito com a Municipalidade.

Art. 388. O pagamento da multa não isenta o requerente da regularização da infração, que deverá ser atendida de acordo com o que dispõe este Código.

SEÇÃO II
DO EMBARGO

Art. 389. As obras em andamento, sejam elas construções ou reformas, serão embargadas, nas situações abaixo descritas, ou em outras ocorrências, em que essa medida se fizer necessária, sem prejuízo das multas, quando:

I - flagrante desrespeito às determinações expressas no Plano Diretor, e neste Código;

II - tiverem sendo executadas sem respectivo alvará de licenciamento, nos casos em que este é necessário;

III - desobediência ao projeto aprovado ou inobservância de qualquer prescrição essencial do alvará de licença;

IV - não for respeitado o alinhamento predial ou afastamento mínimo;

V - estiver sendo executada sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e inscrito na Municipalidade, quando indispensável;

VI - o construtor ou responsável técnico isentar-se de responsabilidade, devidamente justificada e comunicada à Municipalidade;

VII - estiver em risco sua estabilidade, com perigo para o pessoal que a execute, ou para as pessoas de edificações vizinhas;

VIII - for constatada ser fictícia a assunção de responsabilidade profissional do seu projeto ou execução;

IX - o profissional responsável tiver sofrido suspensão ou cassação pelo CREA e/ou CAU;

X - obra já autuada, não tenha sido regularizada no tempo previsto.

Art. 390. Ocorrendo as hipóteses do artigo anterior, a autoridade municipal competente fará notificação por escrito ao infrator, dando ciência da mesma à autoridade superior.

Art. 391. Verificada a procedência na notificação pela autoridade municipal competente, esta determinará o embargo em termo próprio que mandará lavrar, e no qual fará constar as exigências a serem cumpridas para o prosseguimento da obra, sem prejuízo da imposição de multas.

Art. 392. O Termo de Embargo será apresentado ao infrator para que o assine e, no caso deste não ser encontrado, será o termo encaminhado via postal, com aviso de recebimento, ao responsável pela empresa construtora, seguindo-se o processo administrativo para a respectiva paralisação da obra.

Art. 393. O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo e satisfeito o pagamento dos tributos e multas em que haja o responsável incidido.

Art. 384. Se não houver alternativa de regularização da obra, após o embargo seguir-se-á demolição total ou parcial da mesma.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

SEÇÃO III
DA INTERDIÇÃO

Art. 385. Uma edificação ou qualquer uma de suas dependências, poderá ser interditada em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 386. A interdição será imposta, por escrito, após vistoria efetuada pela autoridade competente.

Parágrafo Único. Não atendida a interdição, e não interposto recurso ou indeferido este, a Municipalidade tomará as medidas legais cabíveis.

SEÇÃO IV
DA DEMOLIÇÃO

Art. 387. A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:
I - a obra estiver sendo executada sem projeto aprovado e sem alvará de licenciamento, e não houver condições de regularização nos termos da legislação pertinente;
II - construção feita sem observância do alinhamento ou nivelamento fornecido pela Municipalidade, ou sem as respectivas cotas ou com desrespeito ao projeto aprovado, nos seus elementos essenciais, não havendo possibilidade para ajustá-la à legislação pertinente;
III - obra julgada em risco quando o proprietário se recusar a tomar as providências determinadas pela Municipalidade para sua segurança;
IV - construção que ameace ruir e que o proprietário não queira demolir ou não possa reparar, por falta de recursos, ou disposição regulamentar.

Art. 388. A demolição será precedida de vistoria por uma comissão composta por 03 (três) engenheiros ou arquitetos, designados pelo Chefe do Poder Executivo, pertencentes ou não ao quadro de servidores da Municipalidade.

Parágrafo Único. A comissão designada procederá da seguinte forma:
a) Determinará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo o mesmo encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;
b) Não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará exame da construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;

c) Não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessários, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso julgado conveniente, salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias e nem superior a 90 (noventa) dias;
d) Do laudo se dará cópia para o proprietário e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado aquele da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas;
e) A cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante comprovante de recebimento, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no mural de publicações ou boletim oficial;
f) No caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário se não puder ser encontrado, levando-se ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Art. 389. Dado ciência ao proprietário do resultado da vistoria e feita a devida intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 390. Se não forem cumpridas as decisões do laudo nos termos do artigo anterior serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

SEÇÃO V
DAS SANÇÕES

Art. 391. A Municipalidade poderá cancelar a inscrição de profissionais (Pessoa Física ou Jurídica), e comunicar ao CREA e/ou CAU especialmente os responsáveis técnicos que:
I - prosseguirem a execução de obra embargada pela Municipalidade;
II - não obedecerem aos projetos previamente aprovados, ampliando ou reduzindo as dimensões indicadas nas plantas e cortes;
III - hajam incorrido em 3 (três) multas por infração cometida na mesma obra;
IV - alterem as especificações indicadas no projeto ou as dimensões, ou elementos das peças de resistência previamente aprovados pela Municipalidade;
V - iniciarem qualquer obra sem o necessário Alvará de Construção;
VI - cometerem por imperícia, imprudência ou negligência, faltas, que venham, a comprometer a segurança da obra.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 392. No interesse do bem-estar público, compete a todos os munícipes colaborar na fiscalização do cumprimento deste Código.

Art. 393. As normas específicas tratadas neste Código, prevalecerão sempre sobre normas genéricas reguladoras da mesma matéria.
Parágrafo único. Além das disposições deste Código, deverão ser obedecidas as normas específicas para obras e edificações reguladas pela legislação Federal, Estadual, e Municipal pertinentes.

Art. 394. Visando regularizar as obras que estejam em desconformidade com as normas de obras e edificações, o Poder Executivo Municipal terá um prazo de 2 (dois) anos a partir da data de entrada em vigor deste Código, para instituir, por Lei Complementar, um programa de regularização de obras e edificações.

Parágrafo único. Na elaboração da Lei que instituirá o Programa referido no *caput*, deverão ser seguidos e constar os seguintes princípios:

I - flexibilidade: contribui para avaliar se as normas são flexíveis o suficiente para admitirem a utilização de novos materiais e técnicas construtivas, criando a possibilidade de modernizar e adequar, pelo critério do desempenho, o ambiente construído do Município;
II - tolerância: contribui para avaliar se as normas admitem a possibilidade de serem menos rígidas em situações especiais, notadamente aquelas relacionadas à regularização de edificações, deixando sempre alternativas de natureza técnica, no tocante ao desempenho;
III - clareza e objetividade: contribui para avaliar se as normas são facilmente entendidas sem gerar ambiguidades ou dúvidas na interpretação, ao mesmo tempo em que se concentram nos seus aspectos essenciais.

Art. 395. A fim de que se respeite as áreas de domínio e as áreas não edificáveis previstas na legislação estadual e federal, nenhuma obra ou edificação situada às margens de rodovias Estaduais ou Federais poderá ser licenciada pelo Município sem que haja anuência prévia e consentimento dos órgãos com jurisdição sobre estas rodovias.

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 396. As normas de ordem técnica da ABNT, e as resoluções e demais normas legais dos Conselhos, de Engenharia e Agronomia (CREA), e de Arquitetura e Urbanismo (CAU), poderão se constituir em instrumentos complementares à presente Lei.

Art. 397. Os casos omissos no presente Código, serão analisados pela Municipalidade observando-se os princípios no Plano Diretor e a legislação vigente.

Art. 398. Os valores constantes no presente Código, serão corrigidos anualmente na forma da legislação Municipal.

Art. 394. O Poder Executivo Municipal regulamentará as disposições deste Código em 180 dias.

Art. 399. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 400. Ficam revogadas as disposições em contrário e suas alterações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

ROSMARI ZANELLA
Secretária da Administração

LEI N.º 801/2024 FIXA SUBSÍDIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS VEREADORES DE FLOR DO SERTÃO PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6132841

LEI N.º 801/2024
FIXA SUBSÍDIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS VEREADORES DE FLOR DO SERTÃO PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2025/2028 será de R$ 4.090,24 (Quatro mil e noventa reais e vinte e quatro centavos).

Art. 2º. O Presidente da Câmara Municipal receberá o subsídio mensal, no valor de R$ 6.135,36 (Seis mil cento e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Parágrafo único O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsidio do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º. Às reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. A partir de 01/01/2025, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos Servidores Públicos Municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal. Atendendo aos limites estabelecidos pela legislação.

Art. 5º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 27 de junho de 2024.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER — Prefeito Municipal
ROSMARI ZANELLA — Secretaria de Administração

LEI N.º 802/2024 FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SANTA CATARINA PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6132858

LEI N.º 802/2024
FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SANTA CATARINA PARA A LEGISLATURA 2025/2028 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2025/2028 ficam fixados em:
I – Prefeito: R$ 16.360,96 (Dezesseis mil e trezentos e sessenta reias e noventa e seis centavos).
II – Vice-Prefeito: R$ 8.180,48 (oito mil e cento e oitenta reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º. A partir de 01/01/2025, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos Servidores Públicos Municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal.

Art. 3º. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.
Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.
Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 27 de junho de 2024.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER — Prefeito Municipal
ROSMARI ZANELLA — Secretaria de Administração

ATA SESSÃO N° 12/2024 JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO N° 311/2024

Publicação Nº 6132154

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

ATA SESSÃO PARA ANALISE DE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO

Sessão Credenciamento nº: 12/2024
Processo: nº: 325/2024
Chamamento Público/Credenciamento: nº: 177/2024

Objeto: CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS E DROGARIAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A PACIENTES EM SITUAÇÃO GRAVE OU POR ORDEM JUDICIAL, E MEDICAMENTOS QUE NÃO CONSTAM NO PROCESSO LICITATÓRIO DOS QUAIS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PREÂMBULO

No dia 27 de junho de 2024, às 09:15 horas, reuniram-se na sala de licitações no Centro Administrativo Municipal, o Agente de Contratações, Senhor PAULO ROBERTO BEGNINI, e a Equipe de Apoio, Sr.(a) MOACIR SCHWERTZ, e a Sr.(a) ROSMARI ZANELLA, nomeados pela Portaria n° 125/2023, para a análise dos documentos de credenciamento protocolados tempestivamente pela Sr(a), SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA.

Aberta a sessão, procedeu-se o exame dos documentos apresentados e com base no item 3 do Edital de Chamamento de Credenciamento, foram analisados e constatado que a empresa solicitante apresentou todos os documentos estabelecidos pelos itens 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7 do Edital, portanto com base no subitem 4.4, a mesma foi considerada HABILITADA.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, PAULO ROBERTO BEGNINI, Agente de contratações, lavrei a presente ata, que será aprovada assinada pelos então presentes.

Flor do Sertão, 27 de junho de 2024.

PAULO ROBERTO BEGNINI
Agente de Contratações

ROSMARI ZANELLA
Equipe de Apoio

MOACIR SCHWERTZ
Equipe de Apoio

MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO - CNPJ 01.566.621/0001-08
Departamento de Licitações - Av. Flor do Sertão, 696 - CENTRO - CEP 89878-000 - Fone: (49) 3668-1020
E-mail: licita@flordosertao.sc.gov.br

ATA SESSÃO N° 13/2024 JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO N° 234/2024

Publicação Nº 6133011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

ATA SESSÃO PARA ANALISE DE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO

Sessão Credenciamento nº: 13/2024
Processo: nº: 234/2024
Chamamento Público/Credenciamento: nº: 133/2024

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE OFTALMOLOGIA, PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE.

PREÂMBULO

No dia 27 de junho de 2024, às 16:20 horas, reuniram-se na sala de licitações no Centro Administrativo Municipal, o Agente de Contratações, Senhor PAULO ROBERTO BEGNINI, e a Equipe de Apoio, Sr.(a) MOACIR SCHWERTZ, e a Sr.(a) ROSMARI ZANELLA, nomeados pela Portaria n° 125/2023, para a análise dos documentos de credenciamento protocolados tempestivamente pela Sr(a), INSTITUTO DE OLHOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE LTDA.

Aberta a sessão, procedeu-se o exame dos documentos apresentados e com base no item 3 do Edital de Chamamento de Credenciamento, foram analisados e constatado que a empresa solicitante apresentou todos os documentos estabelecidos pelos itens 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7 do Edital, portanto com base no subitem 4.4, a mesma foi considerada HABILITADA.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, PAULO ROBERTO BEGNINI, Agente de contratações, lavrei a presente ata, que será aprovada assinada pelos então presentes.

Flor do Sertão, 27 de junho de 2024.

PAULO ROBERTO BEGNINI
Agente de Contratações

ROSMARI ZANELLA
Equipe de Apoio

MOACIR SCHWERTZ
Equipe de Apoio

MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO - CNPJ 01.566.621/0001-08
Departamento de Licitações - Av. Flor do Sertão, 696 - CENTRO - CEP 89878-000 - Fone: (49) 3668-1020
E-mail: licita@flordosertao.sc.gov.br

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - PROCESSO N° 937/2024

Publicação Nº 6132791

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO N° 937/2024 - DISPENSA Nº 373/2024 – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL N° 14/2024 ART 5° INCISO III E DECRETO MUNICIPAL N° 009/2023 ART 5°.

O Município de Flor do Sertão em conformidade com Art. 75, inciso VIII – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo partir das 08:30 do dia 28/05/2024, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 04/07/2024 às 08h30min.

Data da sessão: 04/07/2024

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00

A proposta de Preços deverá ser entregue no portal BNC Link: https://bnc.org.br/.

O Aviso/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município no link: https://www.flordosertao.sc.gov.br/licitacoes/?_modalidade=Contrata%C3%A7%C3%A3o%20Direta

Outras informações poderão ser obtidas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, no horário das 08h00min às 17h00min de segunda a sexta feira.

Flor do Sertão 27 de junho de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 72/2024 HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NO PROCESSO Nº. 325/2024, CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO N° 177/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6132148

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO nº 72/2024

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo nº. 325/2024, Chamamento Público/Credenciamento n° 177/2024 e dá outras providências.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 125/2023, sobre o processo nº. 325/2024, Chamamento Público/Credenciamento n° 177/2024 que tem por objeto a CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS E DROGARIAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A PACIENTES EM SITUAÇÃO GRAVE OU POR ORDEM JUDICIAL, E MEDICAMENTOS QUE NÃO CONSTAM NO PROCESSO LICITATÓRIO DOS QUAIS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. Fica credenciada, para o objeto conforme solicitado do referido certame, a seguinte empresa:

SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA **CNPJ: 03.777.341/0102-00**

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes do Chamamento Público supramencionado, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO - CNPJ 01.566.621/0001-08
Gabinete do Prefeito - Av. Flor do Sertão, 696 - CENTRO - CEP 89878-000 - Fone: (49) 3668-1015
E-mail: prefeito@flordosertao.sc.gov.br

DECRETO Nº 74/2024 HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NO PROCESSO Nº. 237/2024, CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO N° 113/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6133015

FLOR DO SERTÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO nº 74/2024

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo nº. 237/2024, Chamamento Público/Credenciamento n° 113/2024 e dá outras providências.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 125/2023, sobre o processo nº. 234/2024, Chamamento Público/Credenciamento n° 177/2024 que tem por objeto a CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE OFTALMOLOGIA, PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE.

Art. 2º. Fica credenciada, para o objeto conforme solicitado do referido certame, a seguinte empresa:

INSTITUTO DE OLHOS DO EXTREMO OESTE CATARINENSE LTDA **CNPJ: 33.678.174/0001-67**

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes do Chamamento Público supramencionado, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO - CNPJ 01.566.621/0001-08
Gabinete do Prefeito - Av. Flor do Sertão, 696 - CENTRO - CEP 89878-000 - Fone: (49) 3668-1015
E-mail: prefeito@flordosertao.sc.gov.br

Formosa do Sul

Prefeitura

DECRETO MUNICIPAL N.º 6307, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131175

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 6307, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71,Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 017 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar N.º 019 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores e posteriores e ainda conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho,
DECRETA:

Art.1º Fica concedido ADICIONAL DE INSALUBRIDADE de Grau Médio a Servidora Pública Municipal VANDRA COZER SETE para o Cargo de Vigilância Sanitária, com lotação na Secretaria Municipal de saúde e assistência social, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no valor de 20% sobre o vencimento base do município.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2024.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 27 de junho de 2024.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 6308, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131176

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 6308, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71,Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 017 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar N.º 019 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores e posteriores e ainda conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho,
DECRETA:

Art.1º Fica concedido ADICIONAL DE INSALUBRIDADE de Grau Médio ao Servidor Público Municipal ODIR TASCA para o Cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Turismo, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no valor de 20% sobre o vencimento base do município.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2024.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 27 de junho de 2024.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 6309, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131178

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 6309, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71,Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 017 – Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais, Lei Complementar N.º 019 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores e posteriores e ainda conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho,
DECRETA:

Art.1º Fica concedido ADICIONAL DE INSALUBRIDADE de Grau Médio ao Servidor Público Municipal CLAUDIOMAR CECCHIN para o Cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Turismo, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no valor de 20% sobre o vencimento base do município.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2024.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 27 de junho de 2024.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 6310, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131180

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 6310, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS. PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL. LTCAT - LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO. LAUDO DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art.1º Ficam aprovados o PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS. PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL. LTCAT - LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO. LAUDO DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE elaborados por Engenheiro de Segurança do Trabalho em maio de 2024, os quais ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2024.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 27 de junho de 2024.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL
REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2024

Publicação Nº 6132520

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8929EEC82CD21DB90C8479782899A03BF627DB65

EXTRATO CONTRATUAL Nº 46/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS EM FORNECER CASCALHO E RACHÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL.
CONTRATADO: RICARDO WERNER
VALOR: R$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)
Vigência: Início: 27/06/2024 Término: 27/06/2025
Licitação: Processo Administrativo Nº.:66/2024
Inexigibilidade de Licitação Nº.: 15/2024

Formosa Do Sul, 27 de Junho de 2024.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Código TCE:

EXTRATO DE INEXIBILIDADE Nº 15/2024

Publicação Nº 6132502

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B7238C64FF1BE8FF5B78E32693A40F7293A6EF3A

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 66/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 15/2024
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS EM FORNECER CASCALHO E RACHÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL.
CONTRATADO: RICARDO WERNER
VALOR: R$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74. É INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO QUANDO INVIÁVEL A COMPETIÇÃO, EM ESPECIAL NOS CASOS DE:
IV - OBJETOS QUE DEVAM OU POSSAM SER CONTRATADOS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO.

FORMOSA DO SUL, 27 DE JUNHO DE 2024
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Código TCE:

TERMO ADITIVO N.º 01/2024 A CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº30/2024, FIRMADO EM 02/05/2024

Publicação Nº 6133250

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 695D4558A287A2116997DA61D62D901893E12A97

TERMO ADITIVO N.º 01/2024 A CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº30/2024, FIRMADO EM 02/05/2024.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, com endereço na Av. Getúlio Vargas nº580, Centro, cidade de Formosa do Sul - SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor JORGE ANTONIO COMUNELLO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa MARILUCI NELI BONAFE DE OLIVEIRA 01441133925, localizada com sede na rua Governador Ivo Silveira, nº 348 Sala, Centro, Município de Formosa do Sul/SC, representada pelo Sra. MARILUCI NELI BONAFE DE OLIVEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Dispensa de Licitação nº 12/2024 – Processo Administrativo nº 26/2024, homologada em 02/05/2025, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 14.133, de 01/04/21 e legislação pertinente, ao Termo de Referência, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de itens do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS
2.1 Fica acrescido ao valor originalmente contratado, conforme tabela abaixo.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	06 UN	CAMISETA MANGA CURTA EM MALHA POLIVISCOSE, ANTI-PILLING, COM 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 160GR, NA COR CINZA COM GOLA REDONDA, RIBANA AZUL MARINHO NA GOLA E NAS MANGAS, SERIGRAFADA COM A LOGOMARCA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO NA PARTE FRONTAL. TAMANHO: 08	R$ 33,00	R$ 198,00
22	06 UN	CAMISETA MANGA LONGA EM MALHA POLIVISCOSE, ANTI-PILLING COM 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 160GR, NA COR CINZA COM GOLA REDONDA, RIBANA AZUL MARINHO NA GOLA E NAS MANGAS, SERIGRAFADA COM A LOGOMARCA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO NA PARTE FRONTAL. TAMANHO: 08	R$ 38,00	R$ 228,00
25	03 UN	BERMUDA MASCULINA EM HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER E 35% DE ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 290GR NA COR AZUL MARINHO. A BERMUDA DEVE TER DETALHE NA COR BRANCA NAS LATERAIS, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS. SERIGRAFADA COM A LOGOMARCA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO NA PARTE FRONTAL. TAMANHO: 08	R$ 40,00	R$ 120,00
26	04 UN	BERMUDA FEMININA EM SUPLEX DE POLIÉSTER, 91% POLIÉSTER 9% ELASTANO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 300GR NA COR AZUL MARINHO, A BERMUDA DEVE TER DETALHE NA COR BRANCA NAS LATERAIS. SERIGRAFADA COM A LOGOMARCA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO NA PARTE FRONTAL. TAMANHO: 08	R$ 40,50	R$ 162,00
28	06 UN	CALÇA EM HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER E 35% DE ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 290GR NA COR AZUL MARINHO, DEVE TER DETALHE NA COR BRANCA NAS LATERAIS, COM BOLSOS FRONTAIS. SERIGRAFADA COM A LOGOMARCA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO. TAMANHO: 08	R$ 43,00	R$ 258,00
30	06 UN	CALÇA FEMININA EM TECIDO HELANCA, NA COR AZUL MARINHO, DEVE TER DETALHE NA COR BRANCA NAS LATERAIS, COM BOLSOS FRONTAIS. SERIGRAFADA COM A LOGOMARCA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO. TAMANHO: 08	R$ 43,00	R$ 258,00

32	06 UN	JAQUETA UNISSEX EM HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 290GR COR AZUL MARINHO, COM DETALHES NA COR BRANCA NAS MANGAS, ALÉM DE ZÍPER E BOLSO. SERIGRAFADA COM A LOGOMARCA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO. TAMANHO 08	R$ 52,00	R$ 312,00
VALOR TOTAL DO ITEM			R$ 1.536,00	

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 As demais cláusulas do contrato administrativo n.º 30/2024, que não se contrapõem, permanecem inalteradas e válidas.
E, assim, por estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Formosa do Sul- SC, em 27 de Junho de 2024.
JORGE ANTÔNIO COMUNELLO — PREFEITO MUNICIPAL
MARILUCI NELI BONAFE DE OLIVEIRA — REPRESENTANTE LEGAL

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2024

Publicação Nº 6132940

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2024

Termo de cancelamento consensual da Ata de Registro de Preços nº 21/2024, firmada entre o Município de Formosa do Sul e a empresa Gio Implementos Agrícolas Ltda, em decorrência do Processo Administrativo nº Processo Administrativo nº 37/2024 / Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 11/2024, homologado em 24/04/2024.

O MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 580 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Jorge Antônio Comunello, doravante denominada simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, a empresa GIO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.765.460/0001-00, com sede na Rua Elfrida Rausch, nº 249, Parque Industrial, Mora da Palha, cidade de Taió/SC, representada por seu representante legal, Senhor Luiz Henrique Rocha, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, RESOLVEM cancelar consensualmente a Ata de Registro de Preços firmada em 24 de abril de 2024, registrada sob o nº 21/2024, advinda do Processo Administrativo nº 37/2024 / Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 11/2024, homologado em 24/04/2024, com fundamento no art. 138, II, da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente termo tem por objeto o cancelamento consensual da ata de registro de preços Nº 21/2024, firmada com a empresa GIO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.765.460/0001-00, com fundamento nos documentos anexos que ficam fazendo parte integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO CONSENSUAL
2.1 A contar da assinatura do presente termo de cancelamento, dá-se por cancelada a Ata de Registro de Preços de que trata a Cláusula Primeira deste instrumento, nada mais tendo a reclamar, a qualquer título e em qualquer época, nenhuma das partes contratantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
3.1 Este Termo de Cancelamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO
4.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Quilombo, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios deste instrumento contratual.

E assim, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Cancelamento Consensual.

Formosa do Sul, 27 de junho de 2024.

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

LUIZ HENRIQUE ROCHA
REPRESENTANTE LEGAL

ANDERSON TISSIANI VEDANA
ADVOGADO - OAB/SC 24031

Forquilhinha

Prefeitura

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº. 14/2024

Publicação Nº 6131221

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 14/2024
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO – MF DE ALMEIDA & CIA LTDA

DO OBJETO – O presente termo tem por objetivo a aquisição de equipamentos para unidades odontológicas do município de Forquilhinha/SC, EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA ESTADUAL nº 736/2023.

VALOR – R$ 5.748,75 (cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse público e conveniência administrativa, mediante instrumentalização de termos aditivos, observado o disposto no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

DOTAÇÃO – Proj/Ativ: 1.060 – Aquisição de área, construção, reforma e reequipamentos para UBS/CAPS/UPA/SECRETARIA/HOSPITAL | (1) – APLICACOES DIRETAS – Fonte: 2.710.3210.0818 – SEPERÁVIT FINANCEIRO – EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS – ESTADOS | Elemento de Despesa: 4.4.90.52.08.00.00.00 – Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 14.133/21, Pregão Eletrônico Nº. 04/FMS/2024.

DATA DA ASSINATURA – 27 de junho de 2024.

JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº. 15/2024

Publicação Nº 6131958

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 14/2024
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO – MF DE ALMEIDA & CIA LTDA

DO OBJETO – O presente termo tem por objetivo a aquisição de equipamentos para unidades odontológicas do município de Forquilhinha/SC, EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA ESTADUAL nº 736/2023.

VALOR – R$ 5.748,75 (cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse público e conveniência administrativa, mediante instrumentalização de termos aditivos, observado o disposto no artigo 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

DOTAÇÃO – Proj/Ativ: 1.060 – Aquisição de área, construção, reforma e reequipamentos para UBS/CAPS/UPA/SECRETARIA/HOSPITAL | (1) – APLICACOES DIRETAS – Fonte: 2.710.3210.0818 – SEPERÁVIT FINANCEIRO – EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS – ESTADOS | Elemento de Despesa: 4.4.90.52.08.00.00.00 – Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológicos, laboratorial e hospitalar.
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 14.133/21, Pregão Eletrônico Nº. 04/FMS/2024.

DATA DA ASSINATURA – 27 de junho de 2024.

JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 01/2024

Publicação Nº 6132168

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 01/2024
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA – CONSTRUTORA NUNES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução da Pavimentação Asfaltica de vias públicas urbanas (Rua Alveri de Oliveira, Bairro Vila Franca, 240m e Rua Valdir Pedro Marcelino, Bairro Ouro Negro, 436,18m), no Município de Forquilhinha/SC, por meio do Convênio: Nº 937508/2022 Operação: 1085403/25 – Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R$ 13.510,03 (treze mil, quinhentos e dez reais e três centavos) ao contrato 01/PMF/2024, a fim de efetivar os pagamentos dos serviços aditados, conforme solicitação do Setor de Engenharia.

DO ORÇAMENTO – As despesas decorrentes deste aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
Proj/Ativ: 1.015 – ABERTURA DE AV., PAVIM., MANUT. DE RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS E CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS | Dotação: (94) 1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários | Elemento de Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00 – Obras em Andamento
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 25 de junho de 2024.
JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO AUXILIAR EDUCACIONAL EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 6131817

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): **GEOVANA APARECIDA FERREIRA**
CPF: **086.898.249-01** Salário: **R$ 1.663,36**
Endereço: RUA GRÉCIA, BAIRRO: DAS NAÇÕES, FRAIBURGO CEP: 89.580-000

Inscrição nº: **43** Telefone: Celular: **(49) 98504-1362**
Cargo: **298 - AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT** Classificação: **15º Lugar**

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 9 de 24 de abril de 2024 e seu resultado homologado pelo Decreto nº null/ convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

a) 1(uma) foto ¾ recente;
b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
d) Cópia do CPF;
e) Cópia da Identidade;
f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
k) Atestado de Saúde Ocupacional;
l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
o) Comprovante de imunização;
p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
q) CPF dos filhos;
r) CPF e RG do cônjuge;
s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 27 de junho de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento _____/_____/_____

_____
GEOVANA APARECIDA FERREIRA

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): **SHEILA ANDERSON DOS SANTOS**
CPF: **835.626.300-00** Salário: **R$ 1.663,36**
Endereço: RUA HONDURAS, BAIRRO: JARDIM AMÉRICA, FRAIBURGO CEP: 89.580-000

Inscrição nº: **86** Telefone: **41992637851** Celular: **(41) 99263-7851**
Cargo: **298 - AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT** Classificação: **17º Lugar**

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 9 de 24 de abril de 2024 e seu resultado homologado pelo Decreto nº null/ convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

a) 1(uma) foto ¾ recente;
b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
d) Cópia do CPF;
e) Cópia da Identidade;
f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
k) Atestado de Saúde Ocupacional;
l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
o) Comprovante de imunização;
p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
q) CPF dos filhos;
r) CPF e RG do cônjuge;
s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 27 de junho de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento _____/_____/_____

_____
SHEILA ANDERSON DOS SANTOS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): **OLEDIR FERREIRA CORREA**
CPF: **018.109.649-89** Salário: **R$ 1.663,36**
Endereço: RUA SANTOS DUMONT, BAIRRO: SÃO JOSÉ, FRAIBURGO CEP: 89.580-000

Inscrição nº: **53** Telefone: **49991752999** Celular: **(49) 99927-8602**
Cargo: **298 - AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT** Classificação: **16º Lugar**

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 9 de 24 de abril de 2024 e seu resultado homologado pelo Decreto nº null/ convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

a) 1(uma) foto ¾ recente;
b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
d) Cópia do CPF;
e) Cópia da Identidade;
f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
k) Atestado de Saúde Ocupacional;
l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
o) Comprovante de imunização;
p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
q) CPF dos filhos;
r) CPF e RG do cônjuge;
s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 27 de junho de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento _____/_____/_____

_____
OLEDIR FERREIRA CORREA

TERMO DE CONVOCAÇÃO CAROLINE GRASSI DREHMER

Publicação Nº 6131914

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO
Edital de Concurso Público n. 1/2023

Senhor(a): **CAROLINE GRASSI DREHMER**
Endereço: RUA RUA EXPEDICIONÁRIO HOLZ, BAIRRO: AMERICA, JOINVILLE CEP: 89.201-740

Inscrição nº: **3678158** Telefone: **48988206088** Celular:
Cargo: **216 - MÉDICO** Classificação: **6º Lugar**

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 1/2023 destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 923/2023, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;
b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto,identificação, último contrato e página seguinte em branco;
c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
d) Cópia do CPF;
e) Cópia da Carteira de Identidade;
f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco CAIXA – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
u) Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
v) Declaração conforme Lei Municipal Nº 2525/2021;

w) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
I – Hemograma Completo;
II – Glicemia;
III Creatinina,
IV – Parcial de Urina;
V – TGO e TGP;
VI – Triglicerídio;
VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
VIII – TSH (acima de 45 anos);
IX – PSA (homens acima de 45 anos);

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

X – Parasitológico de Fezes - 03 amostras (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XI – Secreção Orofarinfe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XII - Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XIII - Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo;
XVII - Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
XVIII - Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
XIX - Audiometria (Grupo Operacional);
XX - Comprovante de Vacinação Atualizado.

x) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
y) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
z) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “z” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 27 de junho de 2024.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior
Prefeito Municipal

Data do Recebimento _____/_____/_____

_____
CAROLINE GRASSI DREHMER

TERMO DE CONVOCAÇÃO JULIANA MARIA BRAZ DAMACENO

Publicação Nº 6131830

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): **JULIANA MARIA BRAZ DAMACENO**
CPF: **100.726.189-73** Salário: **R$ 1.602,16**
Endereço: RUA FRONTANA, BAIRRO: NUCLEO TRITICOLA, FREI ROGÉRIO CEP: 89.530-000

Inscrição nº: **38** Telefone: Celular: **(49) 9912-6329**
Cargo: **298 - AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT** Classificação: **5º Lugar**

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 2 de 18 de janeiro de 2024 e seu resultado homologado pelo Decreto nº null/ convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

a) 1(uma) foto ¾ recente;
b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
d) Cópia do CPF;
e) Cópia da Identidade;
f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
k) Atestado de Saúde Ocupacional;
l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
o) Comprovante de imunização;
p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
q) CPF dos filhos;
r) CPF e RG do cônjuge;
s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 27 de junho de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento _____/_____/_____

_____
JULIANA MARIA BRAZ DAMACENO

TERMO DE CONVOCAÇÃO MARCIA HEINZ

Publicação Nº 6131840

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): **MARCIA HEINZ**
CPF: **104.652.119-50** Salário: **R$ 1.663,36**
Endereço: RUA DOS FAXINAIS, BAIRRO: LOCALIDADE FAXINAL DOS DOMINGUES I, FRAIBURGO CEP: 89.580-000

Inscrição nº: **61** Telefone: Celular: **(48) 99822-1401**
Cargo: **298 - AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT** Classificação: **18º Lugar**

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 9 de 24 de abril de 2024 e seu resultado homologado pelo Decreto nº null/ convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR EDUCACIONAL - ACT ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

a) 1(uma) foto ¾ recente;
b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
d) Cópia do CPF;
e) Cópia da Identidade;
f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
k) Atestado de Saúde Ocupacional;
l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
o) Comprovante de imunização;
p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
q) CPF dos filhos;
r) CPF e RG do cônjuge;
s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 27 de junho de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento _____/_____/_____

_____
MARCIA HEINZ

TERMO DE RENUNCIA TÁCITA PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 6131732

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **ROSMARI DE SOUZA**
Inscrição Nº: **2868266**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **26**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **NEIVA VARELA**
Inscrição Nº: **2860140**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **43**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **DANIELE DE LIMA**
Inscrição Nº: **2877373**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **42**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **DIANA KONFLANZ DA SILVA ANTUNES**
Inscrição Nº: **2864541**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **49**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **ALINE MAYARA DE MORAIS**
Inscrição Nº: **2859473**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **37**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA**
Inscrição Nº: **2868226**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **45**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **ELIANA PARECIDA ESGANZELA RALDI**
Inscrição Nº: **2861814**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **32**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **SINTIA LUCAS**
Inscrição Nº: **2877618**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **14**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **PAMELA CRISTINA DE ALMEIDA BUENO**
Inscrição Nº: **2860650**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **8**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **SANDRA CASTANHA**
Inscrição Nº: **2861824**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **16**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **MARISTELA LEODORO PALHANO**
Inscrição Nº: **2871939**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **25**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **ANA PAULA DA SILVA**
Inscrição Nº: **2863416**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **18**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **EDUARDA POLIANA DEMORI**
Inscrição Nº: **2866310**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **38**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **JHESSICA NAJARA LANGARO**
Inscrição Nº: **2863456**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **24**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **SAMARA DE OLIVEIRA**
Inscrição Nº: **2872072**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **30**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **ANA CLAUDIA FURTADO**
Inscrição Nº: **2861766**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **27**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **ROSANA DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO**
Inscrição Nº: **2865048**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **28**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **GISLAINE CUNEN FRIZON**
Inscrição Nº: **2899763**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **15**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital de Seleção para Admissão em caráter Temporário n. 19/2023 N° 06 de outubro de 2023. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: **GRAZIELE REINEHR**
Inscrição Nº: **2866113**
Cargo: **288 - PROFESSOR**
Classificação: **48**
Data da Convocação:
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia:

Fraiburgo, SC, 26 de junho de 2024

Responsável pela Convocação

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF:

2ª _____
Nome:
CPF:

Galvão

Prefeitura

DECRETOS 2024 - 160

Publicação Nº 6133144

DECRETO Nº 160/2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005;
Considerando o atestado médico apresentado ao departamento de recursos humanos, resolve e,

DECRETA:
Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde, para o servidor Claudir de Lima Siqueira, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no período determinado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, conforme segue:

18/06/2024 até 02/07/2024 - Auxílio Doença Município;
03/07/2024 até (Decisão INSS) - Auxílio Doença Previdência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 21 de junho de 2024.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETOS 2024 - 161

Publicação Nº 6133153

DECRETO Nº 161/2024
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, PROPORCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:
Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Sandra Maria Turmina, ocupante do cargo de agente de gestão pública, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, proporcional ao período de 14 (quatorze) dias, com início no dia 24 de junho de 2024 e término no dia 07 de julho de 2024, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/03/2009 A 28/02/2014.

Art. 2º. Fica ainda, informado que a servidora já usufruiu 30 dias através do Decreto nº 244/2020, 08 dias através do Decreto nº 286/2021 e 18 dias através do Decreto 218/2023, restando 20 dias para serem usufruídas futuramente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2024.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETOS 2024 - 162

Publicação Nº 6133158

DECRETO Nº 162/2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005;
Considerando o atestado médico apresentado ao departamento de recursos humanos, resolve e,

DECRETA:
Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde, para a servidora Queila Elis Mariane, ocupante do Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período determinado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, conforme segue:

19/06/2024 até 03/07/2024 - Auxílio Doença Município;
04/07/2024 até (Decisão INSS) - Auxílio Doença Previdência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2024.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETOS 2024 - 163

Publicação Nº 6133165

DECRETO Nº 163/2024
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2024 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 1023/2023 de 15/12/2023, resolve e;

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2024 do Município de Galvão-SC, crédito suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte programação:

10.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001 – 2057 – 33.90.00.00.00- Aplicações diretas R$ 60.000,00
Fonte de Recursos 1.500.1002.0002.00

10.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001 – 2057 – 33.93.00.00.00- Aplicações diretas dec. Op. Entre órgãos R$ 140.000,00
Fonte de Recursos 1.500.1002.0002.00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001 – 2057 – 31.90.00.00.00- Aplicações diretas R$ 60.000,00
Fonte de Recursos 1.500.1002.0002.00

10.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001 – 2057 – 31.90.00.00.00- Aplicações diretas R$ 140.000,00
Fonte de Recursos 1.500.1002.0002.00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de junho de 2024.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETOS 2024 -159

Publicação Nº 6133138

DECRETO Nº 159/2024
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:
Art. 1º. Fica concedido exoneração a pedido para a servidora Adrielle Jaine Bernardo, ocupante do cargo de Monitora Social, lotada na Secretaria Municipal de Promoção Social, nomeada através do Decreto Municipal nº 043/2016 de 01/03/2016, com efeitos a partir do dia 21 de junho de 2024.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 21 de junho de 2024.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

CONTRATO N. 042/2024

Publicação Nº 6132248

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 351F69634D0301916DC12F0BBA1F7CFF64BDAE9A

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO

Código registro TCE: 351F69634D0301916DC12F0BBA1F7CFF64BDAE9A

CONTRATO N. 042/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 006/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER PARA IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO, NO MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANO DE AÇÃO 090032023-039022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Sete de Setembro n. 548, centro, na cidade de Galvão - SC, inscrito no CNPJ nº 83.009.902/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADMIR EDI DALLA CORT, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Galvão - SC, na Avenida Sete de Setembro, bairro centro, portador do CPF nº 58*.***.9*9-5*, denominado para este instrumento contratual, denominados simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: URBANIZAÇÃO NELSON VIEIRA LTDA, inscrita no CNPJ n. 27.281.305/0001-75, com sede na Rua João XXIII, nº 19, bairro Urbano, na cidade de Novo Horizonte/SC, CEP 89.998-000, neste ato representada pelo Sr. Nelson Vieira, portador do CPF sob o nº 86*. ***.4*9-1* neste instrumento denominada CONTRATADA.

Resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, sujeitando-se às normas da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto da presente licitação prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER PARA IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO, NO MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, COM FONTE DE RECURSOS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL, PLANO DE AÇÃO 090032023-039022, observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, a serem executados em regime de empreitada por preço global. Contrato de prestação de serviços vinculado à Concorrência Eletrônica nº 060/2024 Processo Licitatório nº 006/2024.

2. DO PREÇO:

2.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **R$ 317.950,00 (trezentos e dezessete mil novecentos e cinquenta reais)**, conforme proposta apresentada, estando incluídos nos mesmos todos os insumos, taxas, encargos e demais despesas, sendo deste R$ 202.950,00 (duzentos e dois mil novecentos e cinquenta reais) de material e R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) referente a mão de obra.

3. DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO, DOTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

3.1. O pagamento será efetuado contra empenho, no prazo de até 40 (quarenta) dias, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, **vinculado ao depósito por parte do Ente Federal quando se tratar de emenda parlamentar**.

3.1.1 Fica o pagamento condicionado ao efetivo repasse dos valores do convenio, sendo que em caso de atraso dos respectivos repasses nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída ao Município de Galvão, cláusula esta desse já declarada de comum acordo pela empresa participante /vencedora.

3.2. Os preços são fixos e irreajustáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações previstas no art. 124, inciso I, letra "b" e inciso II, letra "d" da Lei nº 14.133/2021 e desde que atendidas às condições preconizadas no Edital.

3.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

3.4. As despesas decorrentes desta licitação serão custeadas, com fonte de recursos de Transferência Especial através de Emenda Parlamentar, previsto no orçamento do exercício financeiro de 2024:

Dotação: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas

2.706.3110.0000.00 – Superávit Financeiro Emendas Parlamentares Individuais

3.5. Caberá ao Município, fiscalizar os serviços em qualquer momento de sua execução, a fim de verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo observadas as condições do Contrato.

3.6. Serão processadas as retenções previdenciárias e de ISSQN conforme legislação vigente, caso se aplique.

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

4.1. O prazo para execução das Obras é de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da emissão a Ordem de Início dos Serviços.

4.2. O prazo para início dos trabalhos referidos no objeto é de no máximo 15 (quinze) dias úteis para início das atividades, os prazos citados terão início a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços pela administração municipal.

4.3. Dá-se ao presente contrato a vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, quando se verificar a interrupção dos trabalhos pelos motivos de:

a) Alterações do Projeto ou especificações pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem ou interesse da administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, impedimento ou retardamento da execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

5.3 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

5.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.5 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.7 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

5.8 Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

5.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
5.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
5.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
5.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
5.13 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
5.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
5.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
5.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
5.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
5.18 Deverá ser corrigida por conta da Contratada toda e qualquer entrega não aprovada pela fiscalização, caso as mesmas não atendam às especificações constantes deste Termo de Referência ou às normas pertinentes, ficando a Contratante isenta de despesas.
5.19 Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;
5.20 Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
5.21 Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovam cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
5.22 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, tais como: luvas, sapatão, capacete;
5.23 Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do Contrato;
5.24 Recolhimento do INSS da obra, quando for o caso.
5.25 Recolher o ISSQN na base territorial da execução dos serviços.
5.26 Após a Ordem de serviços a contratada deverá abrir a inscrição no CNO-Cadastro Nacional de Obras;
5.27 A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Obrigações da CONTRATANTE:
6.1.1 Fiscalizar e acompanhar a realização/recebimento do objeto desta Concorrência Eletrônica;

6.1.2 Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
6.1.3 Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas nos prazos fixados;
6.1.4 Emitir a Nota de Empenho, com as informações necessárias, em favor da Contatada e responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas informações contidas no Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;
6.1.5 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição do bem;
6.1.6 Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas no edital.
6.1.7 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato.
6.1.8 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
6.1.9 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
6.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL, INEXECUÇÃO, RESCISÃO E SANÇÕES

7.1. O presente contrato poderá ser aditado e prorrogado na forma da Lei.
7.2. A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, assim como as hipóteses de rescisão, na forma estabelecida no artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/2021.
7.3. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, ainda, as seguintes penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial deste contrato.
7.4. Aplicação de advertência no caso de descumprimento de obrigações;
7.5. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no início da obra ou na execução de etapa, limitada a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
7.6. Sem prejuízo das demais sanções dispostas, a recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela CONTRATANTE em a CONTRATADA retirar a Ordem de Serviço, será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a mesma ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
7.7. Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução; Será considerada como desistência contratual o atraso injustificado, assim como a suspensão dos serviços ou de fornecimento do objeto do contrato;
7.8. Multa de 10% (dez por cento) no caso de constatado defeito, resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem prejuízo do dever de reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, tal defeito;
7.9. Multa de 1% (um por cento) ao dia do valor do contrato atualizado pela não substituição dos produtos recusados pela CONTRATANTE dentro do prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);
7.10. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.
7.11. Multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
7.12. Multa de 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
7.13. Identificados documentos ou informações falsas na instrução do procedimento licitatório, será aplicada a pena de declaração de inidoneidade pelo prazo de 5 (cinco) anos.
7.14. As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO

Código registro TCE: 351F69634D0301916DC12F0BBA1F7CFF64BDAE9A

7.15. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
7.16. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento da nota fiscal/fatura respectiva, cobradas administrativa ou judicialmente.

8. DAS GARANTIAS:
8.1. A garantia do presente objeto desta licitação será no mínimo de 05 (cinco) anos. Se nesse período for constatado patologias/vícios provocadas por má aplicação dos materiais e/ou defeito, a proponente deverá reparar essas patologias às suas expensas – sem ônus para o Município. Tais reparos deverão ocorrer em um prazo máximo de 60 dias – a partir da comunicação do fato ocorrido.

9. DA ANTICORRUPÇÃO:
9.1 Para a execução deste contrato e/ou instrumento equivalente a este, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

10. DOS CASOS OMISSOS E DO FORO
10.1 Os fatores não delineados no presente instrumento serão regidos de acordo com as normas constantes na Lei 14.133/2021.
10.2 Fica eleito o **Foro da Comarca de São Domingos - SC**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.
10.3 E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Galvão/SC, em 27 de junho de 2024.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Nelson Vieira
Urbanização Nelson Vieira Ltda
Contratada

Amarildo Padilha
Técnico Agrícola/Gestor do Contrato

Patrícia Malicheski
Engenheira Civil/Fiscal

Assessor Jurídico.
Advº **Evandro Fernandes Andre OAB/SC 29159**_____

Testemunhas:

1. Roberval Dalla Cort. CPF 02*.***.1*9-0* _____

2. Ana Claudia B. F. Da Luz. CPF 85*.***.5*9-4*_____

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO PL 060/2024 CE 006/2024

Publicação Nº 6132265

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7E35DD62234446BFE519B604F71D8080C79B214F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVAO
Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro - Galvão
CEP: 89838-000 CNPJ: 83.009.902/0001-16 Telefone: (49) 3342-1111
E-mail: compras@galvao.sc.gov.br Site:

CONCORRÊNCIA
Nr.: 6/2024

Processo Adm.: **60/2024**
Data do Processo: **07/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 60/2024
b) Nr. Licitação: 6/2024 - CC
c) Modalidade: Concorrência
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER PARA IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO, NO MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, COM FONTE DE RECURSOS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL, PLANO DE AÇÃO 090032023-039022, observando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.*

Participante: URBANIZACAO NELSON VIEIRA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER PARA IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE, incluindo mão de obra e materiais, conforme projetos e memoriais descritivos - EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER PARA IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE, incluindo mão de obra e materiais, conforme projetos e memoriais descritivos	1,000	UND	317.950,00	317.950,00

Total do Participante: **317.950,00**

Total Geral: 317.950,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS, RUAS E PASSEIOS	06.001.15.451.1501.1012.4.4.90.00.00	R$ 320.270,65

Galvão, 27/06/2024

.....
ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

.....
Assinatura do Responsável

Protocolo: b85326b0-0d1a-4369-8615-f697264d99be Usuário: anaclaudiadaluz Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Garuva

Prefeitura

DESISTÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DO PMI- SESA

Publicação Nº 6132259

COMUNICADO DESISTÊNCIA

O MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.848/0001-59, estabelecida na Av. Celso Ramos, 1614, Centro, Garuva/SC, CEP: 89248-000, declara para os devidos fins a DESISTÊNCIA da requerente AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA com fundamento no Art. 7º, II, b, do Decreto nº 8.428/2015, para elaboração dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos relacionados a estruturação da eventual e futura Concessão ou Parceria Público Privada (PPP), tendo por objeto os serviços de manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana, no âmbito do Município, de forma a promover sua universalização em prazo compatível com os investimentos e com a capacidade de pagamento dos usuários (LOTE 2), em atendimento ao Edital de Chamamento Público para procedimento de manifestação de interesse nº 02/2023 conforme publicado na edição nº 4488 do Diário Oficial dos Municípios.

Garuva, 26 de junho de 2024.
– Assinado Eletronicamente –
SILMARA GHIGGI RAMOS
Secretária Municipal de Saneamento Ambiental
Decreto nº 098/2021
Prefeitura Municipal de Garuva

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 035/2024

Publicação Nº 6131123

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6826F56B97CB11DA976828AD3618730854ED5CCA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: PMG nº 046/2024
Contrato nº 035/2024
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Contratado: LAGUNA ESPORTE LTDA
CNPJ nº 52.307.066/0001-22
Contratante: MUNICÍPIO DE GARUVA
Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos, a serem utilizados nos projetos educacionais esportivos nas Unidades Escolares do município. Recurso proveniente de Emenda Parlamentar Estadual Impositiva nº 1443/2023.
Valor Total: R$ 9.263,00 (nove mil, duzentos e sessenta e três reais).
Vigência:01/07/2024 até 30/09/2024.
Data de Assinatura: 19/06/2024

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 036/2024

Publicação Nº 6131131

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AAE690BCC065286B8ED9155B1ED3000BC4394FD6

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PMG nº 046/2024
Contrato nº 036/2024
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Contratado: ISZA COMÉRCIO E ATACADO EIRELI
CNPJ nº. 35.436.095/0001-75
Contratante: MUNICÍPIO DE GARUVA
Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos, a serem utilizados nos projetos educacionais esportivos nas Unidades Escolares do município. Recurso proveniente de Emenda Parlamentar Estadual Impositiva nº 1443/2023.
Valor Total: R$ 4.355,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).
Vigência:01/07/2024 até 30/09/2024.
Data de Assinatura: 19/06/2024

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 037/2024

Publicação Nº 6131137

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A4D5C321E5A3C7D3FD6A088BAEA918FD23F3679

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PMG nº 046/2024
Contrato nº 037/2024
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Contratado: REGIS COMERCIAL LTDA
CNPJ nº. 47.794.555/0001-16
Contratante: MUNICÍPIO DE GARUVA
Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos, a serem utilizados nos projetos educacionais esportivos nas Unidades Escolares do município. Recurso proveniente de Emenda Parlamentar Estadual Impositiva nº 1443/2023.
Valor Total: R$ 45.452,00 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais).
Vigência:01/07/2024 até 30/09/2024.
Data de Assinatura: 19/06/2024

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 038/2024

Publicação Nº 6131145

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BF235A7EF960263FF283C33E2F7542F248FA1135

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PMG nº 046/2024
Contrato nº 038/2024
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Contratado: ZERMIANI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº. 07.931.732/0001-44
Contratante: MUNICÍPIO DE GARUVA
Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos, a serem utilizados nos projetos educacionais esportivos nas Unidades Escolares do município. Recurso proveniente de Emenda Parlamentar Estadual Impositiva nº 1443/2023.
Valor Total: R$ 25.219,22 (vinte e cinco mil, duzentos e dezenove reais e vinte e dois centavos).
Vigência:01/07/2024 até 30/09/2024.
Data de Assinatura: 20/06/2024

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 039/2024

Publicação Nº 6131153

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 90D7792A37F7375D52BE20F35BCF37EC34DD96F2

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PMG nº 046/2024
Contrato nº 039/2024
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Contratado: ICS ESPORTE COMÉRCIO MATERIAL ESPORTIVO LTDA
CNPJ nº. 20.525.422/0001-98
Contratante: MUNICÍPIO DE GARUVA
Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos, a serem utilizados nos projetos educacionais esportivos nas Unidades Escolares do município. Recurso proveniente de Emenda Parlamentar Estadual Impositiva nº 1443/2023.
Valor Total: R$ 18.667,00 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e sete reais).
Vigência:01/07/2024 até 30/09/2024.
Data de Assinatura: 20/06/2024

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2024

Publicação Nº 6131801

PORTARIA Nº 287 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 30/2022 de 02 de fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a vacância do cargo;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

Art. 2º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria deverão encaminhar, no prazo legal, os documentos indicados a seguir, através da página oficial da Prefeitura de Garuva, na aba: emissão de protocolos / assunto (portal) servidor público / subassunto (portal) admissão – Concursado/Temporário/Celetista, disponível no link: https://garuva.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital/detalhar/1, e após, encaminhamento para a avaliação médica, destinados à deflagração do processo de Posse.
1. RG, CPF e CNH (se o cargo exigir)
2. Registro no Conselho/órgão de classe (quando o cargo requerer)
3. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil) e Cartão do PIS/PASEP
4. Título de eleitor
5. Certificado de reservista (p/ homens)
6. Certidão de nascimento (se solteiro)
7. Certidão de casamento (se casado)
8. Qualificação cadastral e-social, retirada no link: (http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml)
9. Comprovante de residência atual (sendo aceitas apenas faturas de fornecimento de água, energia elétrica ou telefone com validade de até 60 dias da data da apresentação documental)
10. RG e/ou certidão de nascimento; e CPF dos dependentes em geral para fins de imposto de renda e salário família.
11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
12. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:
(http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)
13. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:
(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
14. Certidão emitida pela Justiça Federal PARA FINS CRIMINAIS da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões no link: http://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa
15. Certidão negativa de antecedente CRIMINAL e CIVIL – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo: https://certidoes.tjsc.jus.br/
16. Certidão de Antecedentes Criminais – Policia Federal retirada no link: http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais
17. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (conforme modelo no link de envio dos documentos)
18. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (conforme modelo no link de envio dos documentos)
19. Declaração negativa de acumulação de cargo público (conforme modelo no link de envio dos documentos) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
20. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
21. Declaração de encargos de família para fins de imposto de renda (conforme modelo no link de envio dos documentos)
22. Ficha Salário Família (conforme modelo no link de envio dos documentos)
23. Comprovante de abertura de CONTA SALÁRIO junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito salarial (declaração para abertura será fornecida após a entrega do restante dos documentos)
24. Atestado de saúde ocupacional - ASO (a guia será entregue após a entrega correta de toda a documentação)
25. Comprovante de atendimento às determinações constantes no Decreto n. 213/2021 (vacinação contra covid-19)
26. 01 foto 3x4 RECENTE
27. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e histórico escolar)
28. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
29. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)
30. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

Art. 3º - Somente tomará posse aquele que cumprir as exigências do artigo anterior.

Art. 4º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não tomar posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, renunciarão, tacitamente, à vaga para qual foi nomeado. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 5º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não desejar ser empossado no cargo poderá formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 287/2024
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Técnico em Enfermagem

Inscrição	Nome	Colocação
142138	GILKARLIANE CRISTIAN DE SOUSA SILVA	20º

PORTARIA Nº 288/2024

Publicação Nº 6131814

PORTARIA Nº. 288 DE 27 DE JUNHO DE 2024
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, Memorando nº 4.517/2024;

RESOLVE:
Art. 1o Alterar a carga horária mensal da servidora CECILIA PALUDO SALLES, de 110 horas para 220 horas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de julho de 2024.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO Nº 01/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25024.000449/2024-14

Publicação Nº 6131167

Ministério da Saúde Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina

TERMO DE DOAÇÃO Nº 01/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25024.000449/2024-14

TERMO DE DOAÇÃO DE RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS 01/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM SANTA CATARINA E O MUNICIPIO DE GARUVA

A União, por intermédio da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina (órgão donatário), com sede na R. Mal. Guilherme, 35 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-520, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0197-90, neste ato representado pelo Superintendente Sylvio da Costa Junior, nomeado(a) pela Portaria de Pessoal GM/MS nº 748, de 04 de Maio de 2023, publicada no DOU de 08 de maio de 2023, inscrito(a) no CPF nº 071.024.387-10, portador(a) da Carteira de Identidade nº 080692262, doravante denominada DOADOR, e o(a)
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº
11.303.923/0001-39 , sediado(a) na
Rua Eugênio Avanci, 656, Centro, 89248-000 ,
Em Garuva doravante designada DONATÁRIO, neste ato representada pelo(a) Sr. (a) ROGÉRIO MARTINHO THOMAS , portador(a) da Carteira de Identidade nº 3742107-3, expedida pela (o)
SSP/PR, e CPF 025.883.149-96 nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 25024.000449/2024-14 e em observância às disposições do Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.314, de 07 de abril de 2020 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 12 de agosto de 2019, resolvem celebrar o presente Termo de Doação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na doação sem encargos, pelo DOADOR, de Dispositivos Móveis de Coleta (DMC's) referentes ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 112/2019, conforme condições e quantidades especificadas no Anexo I deste Termo de Doação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Doação, tem início na data da retirada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Caberá à DONATÁRIA:
· Fornecer os dados, informações e apoio necessários ao recebimento do bem;
· Exercer o acompanhamento e controle sobre as obrigações;
· Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do DOADOR nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário;
· Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo DOADOR;
· Comunicar ao DOADOR(A) qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto.
3.2. Caberá ao DOADOR(A):
· Executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do DONATÁRIO;
· Cumprir as normas regulamentadoras e demais regras de mercado relativas aos serviços objeto do presente ajuste;
· Obedecer o prazo apresentado, com intuito de não gerar atrasos na entrega da doação;
· Manter as condições de qualificação exigidas anteriormente à doação;
· Acatar as orientações do(a) DONATÁRIO(A), prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
· Observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
· Responsabilizar-se por quaisquer ônus, que envolvam o fornecimento do bem ou serviço ofertado na proposta, tais como: despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação de serviços, por todos os encargos sociais previstos na legislação vigente, e por quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregador;
· Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da DONATÁRIA, ou de terceiros, advindos de negligência, imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

4.1. É vedada a utilização do presente termo de doação para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no sítio eletrônico do doador.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PESSOAL

5.1. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre os envolvidos e o

pessoal utilizado para execução de atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade de origem.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá à DONATÁRIA providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do § 2º do art. 20 do Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1. Os bens e/ou os serviços doados estão sendo ofertados pelo DOADOR, sem coação ou vício de consentimento, estando a DONATÁRIA livre de quaisquer ônus ou encargos.

7.2. A DONATÁRIA declara que aceita a doação dos bens e/ou dos serviços em todos os seus termos.

7.3. Os bens e/ou os serviços doados serão recebidos com o ateste do gestor da DONATÁRIA.

7.4. O DOADOR declara ser proprietário dos bens a serem doados e que inexistem demandas administrativas ou judiciais com relação a eles.

7.5. O presente termo não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos do DOADOR.

7.6. O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

7.7. As partes contratantes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou comprometer-se a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou

não financeiras, ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e agentes ajam da mesma forma ("Obrigações Anticorrupção").

7.8. A inexecução ou a mora no cumprimento do encargo, pelo donatário, implicará a reversão da doação

7.9. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Doação será o da Seção Judiciária de Santa Catarina - Justiça Federal (TRF4).

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que segue assinado pelas PARTES, na presença de duas

testemunhas.

Florianópolis, de de 2024

DONATÁRIO(A)

DOADOR(A)

Testemunhas:

Nome:	Nome:
RG/RF:	RG/RF:
CPF:	CPF:

Referência: Processo nº 25024.000449/2024-14 SEI nº 0041257952

Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina - SEMS/SC Praça Pereira Oliveira, nº 35 - Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88010-540 Site - www.saude.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO FMB 001/2024

Publicação Nº 6132274

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0C70031562EC6D5C0C28F8DD7DCFC43972AB018C

PREFEITURA DE GARUVA

QUALIDADE EM TRANSPARÊNCIA PUBLICA 2022 SOMOS DIAMANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMB nº 001/2024
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: **Aquisição de Rádio Portátil de Comunicação Digital para o Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, da cidade de Garuva, conforme especificações contidas no Termo de Referência.**

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: **17/07/2024 às 09:00 horas**.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.atende.net

Garuva, 27 de junho de 2024.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

Prefeitura

EXTRATO CONTRATO Nº SAF-81/2024

Publicação Nº 6131478

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-81/2024
Início da vigência: 26/06/2024 Vencimento: 25/12/2024. Concorrência Eletrônica nº 09/2024. Objeto: Construção de praça pública no bairro Barracão. Contratada: SLM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS LTDA. (18.806.639/0001-24). Valor: R$ 309.900,00 – Ana Janaina Medeiros de Souza | Secretária de Planejamento Territorial

EXTRATO CONTRATO Nº SAF-82/2024

Publicação Nº 6132531

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-82/2024
Início da vigência: 27/06/2024 Vencimento: 26/06/2029. Concorrência Eletrônica nº 06/2024. Objeto: Execução de bloco de salas de aula na Escola Belchior. Contratada: VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. (08.628.996/0001-96). Valor: R$ 3.714.569,24 – Emerson Antunes | Secretário de Educação

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024

Publicação Nº 6131789

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS E MATERIAIS DE MANUTENÇÃO.
Da especificação do(s) vencedor (es):

Fornecedor/Vencedor (CNPJ do Fornecedor/Vencedor) VALOR GLOBAL ADJUDICADO
AMICUS SUPERABRASIVOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ Nº 09.386.018/0001-48) Valor Adjudicado: R$ 15.489,08. BAUER COMÉRCIO E LICITACOES LTDA (CNPJ Nº 45.740.175/0001-73) Valor Adjudicado: R$ 3.889,81. BRASFERMA LTDA (CNPJ Nº 00.503.644/0001-00) Valor Adjudicado: R$ 8.946,00. D&D COMERCIO LTDA (CNPJ Nº 28.416.620/0001-25) Valor Adjudicado: R$ 29.058,72. ELETRICA ZEUS LTDA (CNPJ Nº 48.914.445/0001-03) Valor Adjudicado: R$ 61,59. EVEREST MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CNPJ Nº 41.256.511/0001-56) Valor Adjudicado: R$ 64.081,90. MAX-FER TOOLS COMERCIAL LTDA (CNPJ Nº 54.793.517/0001-04) Valor Adjudicado: R$ 90.929,83. RBM DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA (CNPJ Nº 33.627.497/0001-21) Valor Adjudicado: R$ 10.578,96. SANIGRAN LTDA (CNPJ Nº 15.153.524/0001-90) Valor Adjudicado: R$ 24.100,51. SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ Nº 46.344.050/0001-97) Valor Adjudicado: R$ 67.818,83. Z BROTHERS COMERCIO ONLINE LTDA (CNPJ Nº 18.355.189/0001-09) Valor Adjudicado: R$ 369.446,25.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ Nº 83.102.244/0001-02).
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ Nº 11.436.906/0001-70).
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FMEL (CNPJ Nº 05.322.930/0001-85).
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE (CNPJ Nº 82.636.028/0001-84).

Gaspar/SC, 27 de junho de 2024.
MARCOS ROBERTO DA CRUZ
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa
EMERSON ANTUNES
Secretário Municipal de Educação
JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
DOUGLAS MULLER
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
ANDRÉA SCHRAMM
Secretária Municipal de Assistência Social
DJONATHAN JOÃO GONÇALVES CUSTODIO
Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura
LUCAS ALFREDO SOARES
Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FMEL
JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

PORTARIA RH 49/2024

Publicação Nº 6131382

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 49/2024

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) LUIZ CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate Endemias , lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período 24/10/2017 a 30/12/2022, devendo folgar a partir de 01/07/2024 a 28/09/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar,24 de Junho de 2024.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 50/2024

Publicação Nº 6131386

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 50/2024

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) CARLA APARECIDA VARELA DOMINGUES, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira , lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período 01/12/2016 a 12/08/2022, devendo folgar a partir de 01/07/2024 a 28/09/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar,24 de Junho de 2024.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 51/2024

Publicação Nº 6131391

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 51/2024

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JOAO OSNI MULLER, ocupante do cargo efetivo de Agente Serviços Gerais , lotado na Secretaria de Obras, referente ao período 14/11/2018 a 22/01/2024, devendo folgar a partir de 01/07/2024 a 28/09/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de Junho de 2024.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2024 CONCORRÊNCIA Nº 08/2024

Publicação Nº 6131741

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo Nº 72/2024
Concorrência nº 08/2024
OBJETO: Construção de Praça Pública no Bairro Gaspar Mirim.
Da especificação do vencedor:

Fornecedor	CNPJ	VALOR GLOBAL
SLM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS LTDA.	18.806.639/0001-24	R$ 496.800,00

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR - Secretária Municipal de Planejamento Territorial (CNPJ n° 83.102.244/0001-02), em 27 de junho de 2024.
ANA JANAINA MEDEIROS DE SOUZA
Secretária Municipal de Planejamento Territorial

RESOLUÇÃO Nº 68/2024

Publicação Nº 6133367

GASPAR
CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 68/2024

Concede licença-prêmio à servidora que especifica e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que a Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) inseriu o direito de três meses de licença-prêmio ao servidor efetivo após cada cinco anos de atividade (artigo 112);

Considerando que a servidora Mara Regina Imroth, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativa, completou no dia 1º de maio de 2024, quinquênio de efetivo exercício nesta Casa Legislativa, fazendo jus à concessão de licença-prêmio;

Considerando que o fracionamento da licença-prêmio observa os princípios da moralidade, da eficiência, da continuidade do serviço público e da indisponibilidade do interesse público;

Considerando a possibilidade de conversão de 1/3 (um terço) da licença-prêmio em pecúnia a teor do disposto no art. 116 da Lei Municipal nº 1.305/1991;

Considerando os termos do Ofício de Licença nº 002/2024 subscrito pela referida servidora; e

Considerando haver dotação orçamentária para a despesa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida à servidora Mara Regina Imroth, Assistente Administrativa desta Casa de Leis, licença-prêmio na forma do art. 112 da Lei Municipal nº 1.305/1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), de forma fracionada, referente ao período aquisitivo de 2 de maio de 2019 a 1º de maio de 2024.

Art. 2º Fica autorizada a servidora identificada no artigo 1º desta Resolução a usufruir da licença-prêmio concedida na forma desta Resolução, passando a exercer o gozo

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse https://www.camaragaspar.sc.gov.br//validador-assinatura e digite o identificador: OV08C-Y7HLZ-PIF2X-9DBPR-ETCH8

GASPAR
CÂMARA MUNICIPAL

efetivo de 1º de julho de 2024 (inclusive) a 12 de julho de 2024 (inclusive), ficando os dias restantes para gozo em tempo futuro.

Art. 3º Fica concedida à servidora identificada no artigo 1º desta Resolução a conversão de 1/3 (um terço) em pecúnia da licença-prêmio referente ao período aquisitivo de 2 de maio de 2019 a 1º de maio de 2024, conforme permite o artigo 116 da Lei Municipal nº 1.305/1991.

Art. 4º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação orçamentária da Câmara Municipal de Gaspar.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 26 de junho de 2024.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse https://www.camaragaspar.sc.gov.br//validador-assinatura e digite o identificador: OV08C-Y7HLZ-PIF2X-9DBPR-ETCH8

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo Nº: 4647
Protocolo Data: 27/06/2024
Documento Nº: 68/2024
Processo Nº: 1550/2024

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 26/06/2024 às 13:41

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

OV08C-Y7HLZ-PIF2X-9DBPR-ETCH8

Para confirmar a autenticidade acesse www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

Nome José Hilário Melato
Data 27/06/2024 17:05
CPF/CNPJ 291.XXX.XXX-44

RESOLUÇÃO Nº 69/2024

Publicação Nº 6133373

GASPAR
CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 69/2024

FORMALIZA O ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE ATIVIDADES DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE** da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Interno nº 135/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Fica encerrado o período de atividades do estagiário Eduardo Rogério Alves Alarcon.

Parágrafo único. O último dia do vínculo de estágio será 30 de junho de 2024.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar, 27 de junho de 2024.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse https://www.camaragaspar.sc.gov.br//validador-assinatura e digite o identificador: 4HHJX-03QIO-KUOSB-DXJM7-89Q2Y

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo Nº: 4648
Protocolo Data: 27/06/2024
Documento Nº: 69/2024
Processo Nº: 1551/2024

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 27/06/2024 às 15:55

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

4HHJX-03QIO-KUOSB-DXJM7-89Q2Y

Para confirmar a autenticidade acesse www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

Nome José Hilário Melato
Data 27/06/2024 17:06
CPF/CNPJ 291.XXX.XXX-44

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO CM Nº 008/2023

Publicação Nº 6133413

Aditivo de Contrato Nº 8/2024

GASPAR
CÂMARA MUNICIPAL

Aditivo de Contrato

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO CM Nº 008/2023

1. Pelo presente termo aditivo, a **CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR** e a empresa **DISK CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A** decidem em comum acordo prorrogar a vigência do Contrato CM 008/2023 pelo prazo de 12 (doze) meses.

2. A prorrogação passa a ter vigência no dia 28 de junho de 2024, ou seja, no dia imediatamente subsequente ao fim da vigência inicial, tendo sido autorizada por Resolução específica da Presidência da Câmara.

3. Todas as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

4. As despesas decorrentes deste Aditivo correrão por conta do orçamento próprio da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Gaspar, 27 de junho de 2024.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

DISK CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A
MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Representante

AVENIDA DAS COMUNIDADES, 133 – 89110-085 – GASPAR – SC – CP: 29 – FONE/FAX: (47)3332-2028 – CNPJ: 83.543.546/0001-16
www.camaragaspar.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. Celso Ramos

PORTARIA SAMAE N°70/2023 CONCEDER LICENÇA PRÊMIO MANUELLA CAROLINA FERREIRA

Publicação Nº 6131449

PORTARIA Nº 070/2024

O DIRETOR GERAL DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1.085/2016 e lei 1242/2018.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora: MANUELLA CAROLINA FERREIRA matricula funcional nº 326, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS do quandro Pessoal do SAMAE 03 (três) meses de Licença Prêmio Convertida em dinheiro, referente ao (quinquênio) de: 12/03/2019 à 11/03/2024.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.
Governador Celso Ramos-SC, 27 de junho de 2024.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA SAMAE N°71/2024 CONCEDER LICENÇA PRÊMIO FRANCISO DE OLIVEIRA LIMA

Publicação Nº 6131452

PORTARIA Nº 071/2024

O DIRETOR GERAL DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1.085/2016 e lei 1242/2018.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor: FRANCISCO DE OLIVEIRA LIMA matricula funcional nº 333, ocupante do cargo efetivo de ENCANADOR do quandro Pessoal do SAMAE 03 (três) meses de Licença Prêmio Convertida em dinheiro, referente ao (quinquênio) de: 10/04/2019 à 09/04/2024.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.
Governador Celso Ramos-SC, 27 de junho de 2024.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA SAMAE N°72/2024 CONCEDER LICENÇA PRÊMIO JOSÉ JOÃO SATURNINO DA SILVA

Publicação Nº 6131455

PORTARIA Nº 072/2024

O DIRETOR GERAL DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1.085/2016 e lei 1242/2018.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor: JOSÉ JOÃO SATURNINO DA SILVA matricula funcional nº 93, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO SANITARIAS do quandro Pessoal do SAMAE 03 (três) meses de Licença Prêmio Convertida em dinheiro, referente ao (quinquênio) de: 30/12/2016 à 29/12/2021.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.
Governador Celso Ramos-SC, 27 de junho de 2024.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA SAMAE N°73/2024 CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ANGILBERTO ROBERTO AMON

Publicação Nº 6131462

PORTARIA Nº 073/2024

O DIRETOR GERAL DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1.085/2016 e lei 1242/2018.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor: ANGILBERTO ROBERTO AMON matricula funcional nº 76, ocupante do cargo efetivo de LEITURISTA do quandro Pessoal do SAMAE 03 (três) meses de Licença Prêmio Convertida em dinheiro, referente ao (quinquênio) de: 30/01/2016 à 29/01/2021.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.
Governador Celso Ramos-SC, 27 de junho de 2024.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N° 47/2024 - LAIR DECORAÇÃO JUNINA

Publicação Nº 6133381

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5DDFCE3588CDE39AA1F2E6DAC2EC5CB4DB454BF1

CONTRATO N° 47/2024
(27 DE JUNHO DE 2024)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO JUNINA NA PRAÇA CENTRAL DE GRÃO-PARÁ, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A CONTRATADA LAIR SCHOTTEN SCHUELTER, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De 27 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024, podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
Valor Total: R$15.000,00 (quinze mil reais).
Origem: Processo de Licitação N° 49/2024 - Edital de Dispensa de Licitação N° 14/2024.

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob N° 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **LAIR SCHOTTEN SCHUELTER**, empresa estabelecida na Rua Augusto Ricken, N° 276, sala, Centro, no município de Rio Fortuna/SC, CEP: 88.760-000, inscrita no CNPJ/MF sob N° 00.109.792/0001-37, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por sua Representante Legal, Senhora **LAIR SCHOTTEN SCHUELTER**, inscrito no CPF sob o N° 445.***.***-15, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO JUNINA NA PRAÇA CENTRAL DE GRÃO-PARÁ,** de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas:

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	Contratação de prestação de serviços para decoração junina na praça central da cidade de Grão-Pará. Itens para montagem do cenário decorativo junino: barraca/tendas forradas para o casamento de jeca com 4	UN	1	R$ 15.000,00	R$15.000,00

	bonecos de tecido medindo 1,60 cm cada, 1 painel para fotos, bandeirolas estendidas pelas árvores, 10 personagens de festa junina em naval pintado distribuídos pela praça, 15 flores de girassóis em naval pintado e 4 pés de milho em naval pintado.				
VALOR TOTAL MÁXIMO GLOBAL					**R$15.000,00**

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento vigorará de 27 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei Federal N° 14.133/21.

2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os preços homologados no Processo de Licitação N° 49/2024 - Edital de Dispensa de Licitação N° 14/2024, no valor total de **R$15.000,00 (quinze mil reais).**

3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

55.1. A execução dos serviços do objeto deverão ser prestados conforme solicitação do setor competente de forma imediata, na praça central do Município de Grão-Pará/SC, CEP 88890-000.

CLÁUSULA VI – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal N° 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

6.2. O pagamento ocorrerá 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA V - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N°.:

18.001.2023.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 53)

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

6.1. Obrigações do Contratante:

6.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

6.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

6.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

6.2. Obrigações do Contratado:

6.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

6.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

6.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

6.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

6.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

6.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

CLÁUSULA VII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal N° 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Com fulcro na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Artigo 156, §2º, da Lei Federal n. 14.133/2021);

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º do Artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§ 5º do Artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021).

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado.

7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do Artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do Artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021).

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal N° 14.133/21.

CLÁUSULA IX – CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.2. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal N° 14.133/21.

9.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

9.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei Federal N° 14.133/21.

9.3. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal N° 14.133/2021.

9.4. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

9.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo **MUNICÍPIO**, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

9.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;

d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;

e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.7. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

9.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal N° 14.133/2021.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

10.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

10.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

c) razões de interesse do serviço público.

10.3.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.3.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;

c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.4. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.4.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal N° 14.133/21;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

10.4.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

10.5. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

10.5.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

10.5.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

10.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.6.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.7.3. Indenizações e multas.

10.7.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do artigo 131 da Lei Federal n. 14.133/2021).

10.7.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.8. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

10.9. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.10. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

10.10.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea "b" do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e

10.10.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

10.11. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

10.12. O contratante poderá ainda:

10.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea "c" do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

10.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

10.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei N° 14.133/2021).

CLÁUSULA XI – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

12.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

12.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

12.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** .

12.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamatórias trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIII - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6°, da Lei N° 13.709/18.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XIV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

14.1. Gestor do Contrato: Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

14.2. Fiscal do Contrato: Neide Leal Weber, Coordenadora Pedagógica e Transporte Escolar.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

15.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ	**LAIR SCHOTTEN SCHUELTER**
HELIO ALBERTON JUNIOR	**LAIR SCHOTTEN SCHUELTER**
Prefeito Municipal	Cargo do Representante
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

Nome: EDMAR KEMPER NANDI	**Nome: JAIME SOETHE**
CPF: 046.***.***-38	**CPF:** 523.***.***-91

OTAVIO JACINTO LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

CONTRATO N° 48/2024 - LUIS FELIPE KULKAMP - CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 6133852

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6F38E43BA62E55681BFA4DD5F5E3394B107A92F4

CONTRATO N° 48/2024
(27 DE JUNHO DE 2024)

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM A FINALIDADE DE FORNECER SERVIÇOS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ/SC, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA LUIS FELIPE KULKAMP DE LIMA 06118641935, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De 27 de junho de 2024 a 26 de junho de 2025 (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
Valor Total: R$5.202.536,00 (cinco milhões, duzentos e dois mil, quinhentas e trinta e seis reais).
Origem: Processo de Licitação N° 54/2024 - Edital de Inexigibilidade N° 23/2024, de 27 de junho de 2024.

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob N° 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e **LUIS FELIPE KULKAMP DE LIMA 06118641935**, empresa estabelecida no Endereço Rua Verino Fortunato Coan, N° 1825, Bairro Santa Paulina, no Município de Braço do Norte/SC, 88.750-000, inscrita no CNPJ/MF sob N° 33.654.339/0001-60, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu Representante Legal, Senhor **LUIS FELIPE KULKAMP DE LIMA**, inscrito no CPF sob o N° 061.***.***-35, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM O OBJETIVO DE FORNECER SERVIÇOS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ/SC,** de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições adiante descritas:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
13	800	Hora	Serviços MECÂNICOS de manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS LEVES	R$113,17	R$90.536,00
14	800	Hora	Serviços MECÂNICOS de manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS MÉDIOS	R$140,00	R$112.000,00

25	1	Unid.	Aquisição de peças para manutenção preventiva e corretiva para todos os tipos de veículo, elétrica, mecânica, torno, solda, chapeação e pintura.	R$5.000.000,00	R$5.000.000,00
TOTAL:					**R$5.202.536,00**

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento vigorará de 27 de junho de 2024 a 26 de junho de 2025, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei N° 14.133/21.

2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os preços homologados no Processo de Licitação N° 54/2024 - Edital de Inexigibilidade N° 23/2024, de 27 de junho de 2024, no valor total de **R$5.202.536,00 (cinco milhões, duzentos e dois mil, quinhentas e trinta e seis reais), DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CONTRATADOS.**

3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.

3.3. Não havendo a utilização da quantidade total de horas/serviços contratados o Município fica desobrigado do pagamento das quantidades não utilizadas

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. A Prestação dos Serviços deverá ser realizada no município de Grão-Pará ou nas dependências da contratada, que deverá estar a uma distância máxima de **200 Km da Sede do Município**, não possuindo o Município responsabilidade pelo transporte de veículos.

4.2. Tanto os serviços prestados quanto as peças e acessórios que serão trocados, deverão possuir garantia de no mínimo 180 dias para defeitos de fabricação. As peças trocadas deverão ser devolvidas à Secretaria solicitante.

4.3. Em caso de haver mais de uma empresa credenciada, o município se reserva a escolha da empresa para prestação dos serviços, de forma igualitária entre todos os credenciados.

4.4. O Município reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, os serviços prestados e o fornecimento dos materiais solicitados, podendo punir a empresa que não atender as demandas necessárias.

4.5. A empresa deverá apresentar ao setor de mecânica da Secretaria de Infraestrutura, relação formal, via e-mail, protocolo eletrônico ou outra forma estabelecida pelo Município, contendo as peças, componentes ou materiais a serem substituídos, assim como relação de serviços a serem executados, com o custo de horas necessárias, bem valor das peças a serem substituídas, para prévia aprovação, podendo a administração recusar justificadamente os serviços e licitar novamente o serviço/peças a serem realizados.

4.6. No caso de necessidade de substituição de peças, materiais ou acessórios, o Município comporá processo simplificado, com no mínimo 03 (três) orçamentos, comprovando o preço de mercado. A escolha se dará pela busca da economicidade e eficiência, levando em conta o preço e prazo de entrega contido nas cotações.

4.7. As peças, materiais e acessórios deverão ser novas e originais do fabricante e/ou genuínas, que atendam a todas as especificações do fabricante do veículo.

4.8. Nos casos de pequenos reparos e revisões, o prazo de entrega dos veículos deverá ser de no máximo **2 dias úteis**, contados a partir do recebimento do pedido de fornecimento. Nos demais casos, verificar a exigência de prazo junto à Secretaria de Infraestrutura, sendo um limite de prazo de 15 dias úteis.

4.9. Para os veículos de urgência e emergência, como ambulâncias, transporte de pacientes e veículos de socorro e salvamento, o atendimento deverá ser priorizado, devendo o veículo ser atendido com o máximo de urgência.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal N° 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

5.2. O pagamento será realizado 30 dias após a prestação do serviço e apresentação da nota fiscal, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N°:

14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0000 (código 6);
14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.600.0001.0000 (código 6);
14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.621.0002.0000 (código 6);
02.001.2001.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 2);
03.001.2002.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 15);
05.001.2008.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 27);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 40);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.660.0000.0001 (código 40);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.661.0000.0001 (código 40);

21.001.2053.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.550.0000.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 62);
22.001.2054.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 87);
23.003.2011.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 98);
23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 104);
23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.00.1.720.0000.0000 (código 104);

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

7.1. Obrigações do Contratante:

7.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.2. Obrigações do Contratado:

7.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

7.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

7.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

7.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

7.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

7.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas

correspondentes;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

a) Impedimento efetuar o Contrato, se concluída a fase licitatória;

b) Cancelamento do Contrato;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

e) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

f) Advertência;

g) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento;

h) Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.

i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos;

j) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal N° 14.133/21, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços **PODERÃO SOFRER REAJUSTE APÓS O INTERREGNO DE UM ANO,** na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

9.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal N° 14.133/21.

CLÁUSULA X – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.2. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal N° 14.133/21.

10.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

10.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei N° 14.133/21.

10.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal N° 14.133/2021.

10.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

10.6. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo **MUNICÍPIO**, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

10.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;

d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;

e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

10.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal N° 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

c) razões de interesse do serviço público.

11.2.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.2.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;

c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.3. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.3.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal N° 14.133/21;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.3.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

11.4.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no Artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.6.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do Artigo 131 da Lei Federal N° 14.133/2021).

11.6.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do Artigo 121 e alínea "b" do inciso III do Artigo 139, ambos da Lei Federal N° 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do Artigo 121 da Lei Federal N° 14.133/2021).

11.11. O contratante poderá ainda:

11.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea "c" do inciso III do Artigo 139 da Lei Federal N° 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do Artigo 139 da Lei Federal N° 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do Artigo 14 da Lei Federal N° 14.133/2021).

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamatórias trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIV - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6°, da Lei N° 13.709/18.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas

em Lei.

CLÁUSULA XV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. Gestor do Contrato: Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

15.2. Fiscal do Contrato: São fiscais do contrato os seguintes representantes de cada secretaria:

- Secretaria da Administração e Fazenda: Emerson Alberton Montanha;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável: Secretário da pasta;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural: Secretário da pasta;
- Secretaria da Educação, Esporte e Cultura: Secretário da pasta;
- Secretaria de Desenvolvimento Social: Secretário da pasta;
- Secretaria de Infraestrutura: Secretário da pasta;
- Secretaria da Saúde: Secretário da pasta.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

16.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ	**LUIS FELIPE KULKAMP DE LIMA**
HELIO ALBERTON JUNIOR	**06118641935**
Prefeito Municipal	**LUIS FELIPE KULKAMP DE LIMA**
CONTRATANTE	Responsável Legal
	CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: EDMAR KEMPER NANDI	**Nome: DJALMA PEREIRA**
CPF: 046.***.***-38	**CPF:** 999.***.***-04

OTAVIO JACINTO LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 01/2024

Publicação Nº 6132226

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A3DC359039298140DB427F7D10D2619CFD036A18

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, por meio do **SETOR DE LICITAÇÕES (Agente de Contratação)**, sediado na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, CEP 88.890-000, realizará licitação para o registro de preços na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal N° 14.133/2021, do Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal Nº 20, de 15 de julho de 2022, do Decreto Municipal Nº 06, de 18 de janeiro de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:00 h do dia 01/07/2024 às 13:00 h do dia 05/08/2024.
LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: Até as 13:00 horas do dia 31/07/2024.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA: às 14:00 horas do dia 05/08/2024.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$2.925.445,20 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não. É permitida a participação do amplo mercado.

1. DO OBJETO E DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. A execução de todos os serviços contratados obedecerá rigorosamente às normas em vigor da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

1.4. A mão-de-obra a ser empregada deverá ser de primeira qualidade e o acabamento esmerado.

1.5. Fica a critério da Fiscalização impugnar qualquer trabalho que não satisfaça às condições contratuais.

1.6. As especificações referentes a este relatório, foram organizadas com base nos projetos técnicos em anexos.

1.7. Compete à empresa vencedora da licitação fazer prévia vistoria ao local da obra para proceder exame das condições locais, averiguar os serviços e materiais a empregar.

1.8. Maiores informações sobre o local da construção poderão ser obtidas através do telefone (48) 3652-1177, com a Diretora de Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Engª Franciele Schmitz de Souza.

1.9. Qualquer divergência encontrada, pelas empresas interessadas, no projeto constante neste Edital, deverá ser comunicada à Diretora de Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Engª Franciele Schmitz de Souza, com antecedência de até três dias úteis antes da data de abertura da licitação por meio do e-mail licitacoes@graopara.sc.gov.br.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.2. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do Art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal N° 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação antecede as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.9.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;

3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 16 da Lei Federal N° 14.133, de 2021.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3° da Lei Complementar Nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei Federal N° 14.133, de 2021.

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 e 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site (www.portaldecompraspublicas.com.br), cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.2. O licitante responsabilizar–se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca, quando couber;

5.1.3. Fabricante, quando couber;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,05 (cinco centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorreu o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei Federal N° 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei Federal N° 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela ControladoriaGeral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis ; e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o Artigo 12 da Lei N° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN Nº 3/2018, Art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN Nº 3/2018, Art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN Nº 3/2018, Art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Artigo 29 a 35 da IN SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita (s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, digitalizados.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal N° 14.133/21, Art. 64, e IN 73/2022, Art. 39, §4º):

8.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.7. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.7.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

8.8. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do Artigo 12 da Lei N° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.9. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.10. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.11. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.17. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada no **ANEXO II**, para fins de habilitação:

8.18.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.18.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.18.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.18.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.18.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas.) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.4. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada na data e horário informado pelo Agente de Contratação;

10.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

11.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

11.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.2.9. Fraudar a licitação

11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.2.11. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.2.12. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.2.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.2.14. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 2013.

11.3. Com fulcro na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa;

11.3.3. Impedimento de licitar e contratar;

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado.

11.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: telefone (48) 3652-1177, e mail: licitacoes@graopara.sc.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, preferencialmente de modo eletrônico via e-mail com assinatura digital.

13.1.1. Nos casos em que for emitida nota de empenho/autorização de fornecimento/ordem de serviço, a contratada reconhece que o referido documento está substituindo o contrato, vinculando da mesma forma sua proposta e sujeitando-se a todas as previsões e exigências contidas neste Edital.

13.1.2. A recusa injustificada do vencedor em assinar o contrato ou documento equivalente dentro do prazo ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

13.2. Na formalização do contrato ou documento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato, além de verificada a idoneidade do licitante através de consulta consolidada junto ao TCU em https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.

13.3. Na hipótese do vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou documento equivalente, assim como constar como inidôneo para contratar, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou documento equivalente.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Quaisquer adicionais esclarecimentos a respeito deste Edital poderão ser obtidos por telefone (48) 3652-1177 ou presencialmente no endereço do órgão constante no preâmbulo deste edital.

14.2. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Agente de Contratação porventura julgar necessário;

14.3. A participação neste processo implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital, em especial seu Termo de Referência - Anexo I, assim como demais anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que o regem;

14.4. É facultado ao Agente de Contratação e equipe de apoio, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

14.5. O Município reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo legal, consoante prevê a Lei Federal N° 14.133/2021, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba ao licitante, direito a indenização, seja a que título for;

14.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

14.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (https://transparencia.betha.cloud/#/AwGIYCdl_mtiKHs69nXAwg==).

14.14. Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Licitação.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Exigências para Habilitação;

ANEXO III - Modelo de Proposta;

ANEXO IV - Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO V - Declaração ME/EPP;

ANEXO VI - Declaração de Enquadramento de Receita Bruta para ME/EPP;

ANEXO VII - Declaração Inidoneidade;

ANEXO VIII - Declaração de Fatos Impeditivos;

ANEXO IX - Declaração Menor de Idade;

ANEXO X - Declaração de Reserva de Cargos;

ANEXO XI - Declaração Responsabilidade;

ANEXO XII - Declaração Vínculo de Funcionário Público;

ANEXO XIII - Declaração de Ausência de Vínculo;

ANEXO XIV - Declaração de Ausência de Condenação;

ANEXO XV - Declaração de Integralidade de Custos;

ANEXO XVI - Minuta do Contrato;

ANEXO XVII - Declaração de Visita Técnica.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2024.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SETOR REQUISITANTE: Setor de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

1 - OBJETO

1.1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

1.2 - NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:

Execução de obras.

1.3 - QUANTITATIVOS:

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro os projetos de engenharia,

LOTE 1 - PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTDE**	**PREÇO TOTAL**
1	ESTRADA GERAL BRAÇO ESQUERDO	m²	15.998,15	R$1.510.638,11
2	ESTRADA GERAL SÃO CAMILO	m²	14.983,35	R$1.414.807,09
VALOR TOTAL GLOBAL				**R$2.925.445,20**

conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo.

1.4 - PRAZO DO CONTRATO:

O Contrato terá o prazo de vigência de 12 meses.

1.5 - POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

O contrato poderá ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei Federal N° 14.133/21, tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

É responsabilidade da gestão municipal garantir que a infraestrutura pública esteja bem conservada, funcional e adequada às necessidades contemporâneas. Para isso, é fundamental implementar ações de modernização e melhoria da rede viária do município, com o objetivo de oferecer uma qualidade de vida cada vez melhor à população.

A pavimentação das vias planejadas busca proporcionar conforto e segurança aos usuários, reduzir o desgaste dos veículos e eliminar a necessidade constante de mobilização de maquinário, equipamentos e pessoal para manutenção, limpeza e recuperação das vias. A pavimentação asfáltica dessas estradas é crucial para a

população, uma vez que são rotas frequentadas diariamente por um grande número de veículos de transporte público e pedestres, além de servirem como vias de ligação entre comunidades.

Um pavimento de boa qualidade reduz significativamente os custos de manutenção dos veículos, diminui a probabilidade de acidentes e acelera o trânsito. Esses fatores geram melhorias indiretas para o meio ambiente e para a qualidade de vida dos munícipes, além de facilitar a acessibilidade e proporcionar mais conforto para todos. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de materiais necessários para a execução apenas do serviço de pavimentação com revestimento em concreto asfáltico usinado quente.

Diante disso, faz-se necessário a contratação de empresa especializada para a realização das obras de engenharia propostas. Sendo uma medida estratégica que trará benefícios significativos para a população, melhorando a qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento econômico e proporcionando uma infraestrutura viária mais eficiente e segura.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A pavimentação é um processo complexo que envolve várias etapas, desde a concepção inicial até a conclusão e manutenção contínua. Aqui está uma visão geral do processo como um todo:

I. **Planejamento e Avaliação:** Após uma análise detalhada do tráfego e das necessidades de transporte na estrada, a solução de pavimentação vem para atender às demandas específicas identificadas e diminuir a possibilidade de ocorrência de acidentes, agilizar o trânsito, trazendo melhorias indiretas e qualidade de vida da população, além de facilitar a acessibilidade e conforto a todos os munícipes.

II. **Projeto e Engenharia:** Com base na avaliação inicial, um plano detalhado é desenvolvido para determinar o tipo de pavimento mais adequado, dimensionamento da estrada, drenagem, sinalização e outros aspectos importantes do projeto. Engenheiros civis e especialistas em pavimentação trabalham para garantir que o projeto atenda aos padrões de qualidade e segurança.

III. **Aprovação e Licenciamento:** Antes que o trabalho possa começar, todas as aprovações necessárias das autoridades locais e regulatórias devem ser obtidas. Isso pode incluir licenças ambientais, permissões de construção e conformidade com os códigos de zoneamento.

IV. **Preparação do Local:** O local de pavimentação é preparado, o que pode incluir a remoção de vegetação, nivelamento do terreno, escavação para instalação de drenagem e preparação de sub-bases e bases adequadas.

V. **Execução da Pavimentação:** Com o local preparado, o processo de pavimentação propriamente dito começa. Isso pode envolver o uso de equipamentos pesados para aplicar camadas de base, sub-base e revestimento asfáltico ou de concreto, seguido pela compactação e nivelamento adequados.

VI. **Marcação e Sinalização:** Uma vez concluída a pavimentação, a marcação e sinalização viária são aplicadas conforme o projeto. Isso inclui linhas de demarcação, sinais de trânsito e outras indicações para orientar o tráfego de forma segura.

VII. **Inspeção e Testes:** Após a conclusão do trabalho, são realizadas inspeções detalhadas para garantir que a pavimentação atende aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos. Isso pode incluir testes de densidade, resistência e aderência.

VIII. **Manutenção e Gerenciamento de Ativos:** Uma vez que a pavimentação esteja em vigor, é essencial implementar um programa de manutenção preventiva para garantir sua durabilidade ao longo do tempo. Isso pode incluir recapeamento periódico, remendos de superfície e reparos de emergência conforme necessário.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Foi escolhida a modalidade de licitação por concorrência com o objetivo de garantir que a contratação dos serviços de pavimentação seja conduzida de forma eficiente, justa e transparente, proporcionando o melhor resultado possível para o município de Grão-Pará/SC e sua população. Dessa maneira, o processo estará aberto à participação de interessados que atendam a todas as exigências exigidas e que sejam do ramo de atividade relacionado ao objeto licitado.

REQUISITOS PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO:

I. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do Art. 15 da Lei Federal N° 14.133/2021, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório, em especial neste Termo de Referência e no Edital e nos seus anexos, e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de prestação de fornecimento.

II. A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados.

III. É necessário manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto à municipalidade.

IV. Além dos requisitos acima, a empresa contratada deverá apresentar:

a) Atestado, emitido por entidades de direito público distintas, comprovando que a empresa contratada executou serviços compatíveis com o objeto;

b) Certidão de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina.

c) Certidão de registro do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina.

d) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente ou societário, na data prevista para a contratação, um profissional de engenharia devidamente registrado e regularizado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-SC.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços sinalizados e isolados do público, com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa. Fornecer todos os materiais de consumo, bem como todos aqueles necessários à completa e efetiva execução total da obra proposta. Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.

A CONTRATADA deverá manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados. Todo o entulho retirado do local da obra deverá ser removido imediatamente, devendo o local ser mantido rigorosamente limpo. O local onde serão realizados os serviços deverá ser entregue limpo sem material excedente, pronto para o uso público.

As obras contratadas deverão ser iniciadas, no máximo, dentro de 05 (cinco) dias úteis após data de expedição da Ordem de Serviço. O prazo máximo para a conclusão das obras será de 01 (um) mês, contado a partir da data de expedição da Ordem de Serviço. Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério do Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

6 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela **CONTRATADA**, mediante carta dirigida à Engenheira Fiscal do **CONTRATANTE**, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.

Findo este prazo e não havendo manifestação da Engenheira Fiscal, a **CONTRATADA** estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura. Caso a Engenheira Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à **CONTRATADA**, a qual deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

A aprovação do boletim de medição se dará com o **Certificado** da Engenheira Fiscal das obras na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados. A **CONTRATADA** deverá destacar, na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste Contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição dentre outros elementos de suma relevância.

6.2 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, em parcelas mensais de acordo com a respectiva nota fiscal e após as medições realizadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, por meio de transferência bancária. O prazo de

pagamento previsto no item acima só vencerá em dia de expediente normal na Cidade de **GRÃO-PARÁ/SC**, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos recolhimentos relativos à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena de o órgão competente do **CONTRATANTE** sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, obrigando-se, ainda, a **CONTRATADA** a apresentar:

a) guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP;

b) relação de Empregados – RE;

c) cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida a respectiva folha de pagamento;

d) a empresa contratada deverá observar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a retenção para a seguridade social, (11%), destacando no corpo da nota fiscal a base de cálculo e o respectivo valor a ser retido;

e) junto com a primeira fatura, apresentar cópia da matrícula, CEI – Cadastro Específico Individual das obras/serviços perante o INSS;

f) junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débito do INSS referente à matrícula acima mencionada.

O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, não cabendo ao **CONTRATANTE** quaisquer ônus. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.** No caso de pagamento antecipado, haverá desconto financeiro compensatório com base no **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**. O **CONTRATANTE** não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por perdas e danos em decorrência de tais transações. O **CONTRATANTE** não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

Mediante o pagamento do valor total das obras, a **CONTRATADA** dará total, geral e irrevogável quitação à **CONTRATANTE**, nada devendo a qualquer título.

7 - FORMAS E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, através da modalidade de CONCORRÊNCIA.

8 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, tabelas referenciais, memórias de cálculo e demais documentos que lhe dão suporte, constam em anexo ao projeto. A estimativa de

preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados pela equipe de engenharia, com base nos projetos, local da obra e demais requisitos técnicos. As composições constam nas planilhas orçamentárias e terão como base os documentos técnicos.

Deste modo, estima-se para a contratação o valor total de R$ 2.925.445,20 (dois milhões novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos), sendo R$1.510.638,11 (um milhão quinhentos e dez mil, seiscentos e trinta e oito reais e onze centavos) para a Estrada Geral Braço Esquerdo e R$1.414.807,09 (um milhão quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e sete reais e nove centavos) para a Estrada Geral São Camilo. Os valores estimados são compatíveis com os quantitativos levantados dos projetos de arquitetura e engenharia e os custos do **Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro)**, para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi)**, para as demais obras e serviços de engenharia.

LOTE 1 - PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTDE**	**PREÇO TOTAL**
1	ESTRADA GERAL BRAÇO ESQUERDO	m²	15.998,15	R$1.510.638,11
2	ESTRADA GERAL SÃO CAMILO	m²	14.983,35	R$1.414.807,09
VALOR TOTAL GLOBAL				**R$2.925.445,20**

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. Contactar com o Setor de Engenharia do **CONTRATANTE**, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, nos locais das obras, os detalhes da execução, como também, providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.
2. Executar os serviços conforme projeto, observando rigorosamente aos princípios básicos de engenharia, às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outras aplicáveis, independentemente de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste Contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
3. Elaboração e aprovação dos projetos complementares nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes.
4. Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos.
5. Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos.

6. Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação do Setor de Engenharia responsável pela Fiscalização, ao qual se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.
7. Substituir/Corrigir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada nos materiais empregados na execução da obra.
8. Refazer, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.
9. Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste Contrato, decorrentes de culpa ou dolo da **CONTRATADA** ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e, ainda, de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos.
10. Utilizar um engenheiro responsável técnico, uma equipe de operários, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para ao **CONTRATANTE**.
11. Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente uniformizados, identificados individualmente (crachá), se necessário, munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços.
12. Não substituir o engenheiro responsável técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância do Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, apresentando, para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao anterior.
13. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.
14. Arcar com as despesas de estada, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução deste Contrato.
15. Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais etc decorrentes da relação contratual.
16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do **CONTRATANTE**, a cujas reclamações fica obrigado atender no prazo máximo que for concedido por escrito.
17. Manter permanentemente nos locais das obras o Diário de Obra, onde, tanto a **CONTRATADA** quanto a fiscalização do **CONTRATANTE** deverão realizar anotações diárias, visando à comprovação real do andamento da obra, bem como, todo e qualquer fato que mereça registro, o qual será entregue à Secretaria de Administração do **CONTRATANTE** após medição final das obras.

18. O Diário de Obra deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa contratada iniciar as obras.
19. Apresentar à Tesouraria do Município, juntamente com os documentos de cobrança, a folha de pagamento e as guias de recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas, devidamente quitadas, de seus empregados e subcontratados, pertinente ao objeto deste Contrato e ao mês de referência.
20. Diligenciar para que as medições sejam, de pronto, processadas e, logo após, emitir corretamente a documentação fiscal e faturas, encaminhando-as à fiscalização do **CONTRATANTE**, juntamente com o Diário de Obra.
21. Responsabilizar-se por eventual acréscimo dos custos deste Contrato, quando, por determinação da autoridade competente, os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa, por ela motivada.
22. Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto deste Contrato, inclusive as exigidas pelo órgão conveniado, conforme modelos fornecidos pelo Setor de Engenharia do **CONTRATANTE**, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global deste por dia de atraso na colocação, permanecendo no local das obras por prazo indeterminado.
23. Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos do Setor de Engenharia do **CONTRATANTE**.
24. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.
25. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus.
26. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados, cabe à **CONTRATADA** resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do Trabalho.
27. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o **CONTRATANTE** relativas à execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes.
28. Providenciar, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.
29. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização do **CONTRATANTE** e pelos atrasos acarretados por essa rejeição.
30. Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

31. Restringir ao interior do Canteiro de Obras a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim como todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante a execução dos serviços contratados.
32. Responsabilizar-se pela instalação de tapumes nos limites do canteiro de obras, se necessário.
33. Colocar, em lugar visível, a placa de obra da empresa com o nome do técnico responsável.
34. Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS, se for o caso.
35. Apresentar, junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
36. Apresentar, junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula acima mencionada.
37. Entregar ao Setor de Engenharia do **CONTRATANTE**, em até 05 (cinco) dias corridos após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo engenheiro responsável e registrada junto ao CREA, abrangendo toda a execução contratual.
38. Responsabilizar-se pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução deste Contrato.
39. Atender ao que dispõe o Artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos".
40. Proceder, ao final dos serviços, a limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste Contrato.
41. Manter as obras em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.
42. Será de total responsabilidade da CONTRATADA, qualquer indenização de morte, danos pessoais ou acidente de trabalho.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações decorrentes da execução do presente Contrato, de acordo com as normas nele estabelecidas.
2. Relacionar-se com a **CONTRATADA** exclusivamente por meio de funcionários credenciados.
3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, por técnicos especialmente designados, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.
4. Prestar, aos empregados da **CONTRATADA**, informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha que executar a **CONTRATADA**.

5. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos Documentos Técnicos e colaborar com a **CONTRATADA**, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.
6. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato.
7. Solicitar, nos prazos previstos, toda a documentação legal referente à prestação de serviços e de funcionários da **CONTRATADA**, inclusive solicitando a substituição de qualquer funcionário que não atenda aos interesses dos serviços ou do **CONTRATANTE**.
8. Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento das obras.
9. Notificar a **CONTRATADA** da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra.
10. Atestar e efetuar à **CONTRATADA** os devidos pagamentos e respectivos reajustes, quando for o caso, nas condições estabelecidas neste Contrato.
11. Efetuar a devolução da garantia à **CONTRATADA** após o recebimento definitivo da obra.

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes do presente certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

23.001.1003.4.4.90.00.00.00.00.00.1.710.3210.0001 (código 92)

23.001.1003.4.4.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 92)

Grão-Pará, 27 de junho de 2024.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

ANEXO II

HABILITAÇÃO

1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual;

b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Empresárias, e no caso de Sociedade de Ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus Administradores;

c) ATO CONSTITUTIVO devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedade não Empresária (Simples), acompanhado de prova da diretoria em exercício;

d) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País.

e) AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO porte beneficiárias da Lei Complementar Nº 123/06 deverão comprovar esse enquadramento tributário, através de Declaração expressa assinada de se enquadra como ME/EPP, e apresentação da Certidão Simplificada na Junta Comercial emitida há menos de 90 (noventa) dias.

2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda **Nacional**;

c) Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** da sede da licitante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública **Municipal** da sede da licitante;

d.1) Prova de regularidade com a Fazenda do **Município de Grão-Pará**;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos **Trabalhista**).

g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

h) Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

Observações: 1) Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa. 2) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de **falência ou recuperação judicia**l expedida pelo distribuidor da sede do licitante (emitida pelo sistema e-proc);

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58, da Lei Nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE) correspondente aos últimos 2 (dois) exercícios sociais do licitante, na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, bem como cópia dos termos de abertura e encerramento, com a numeração do registro na Junta Comercial.

b.1) O formato do Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE) poderá ser substituído por meio de escrituração contábil digital, documento emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED FISCAL.

b.2) Das empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a apresentação do Balanço de Abertura, e as empresas com menos de 2 anos de constituição será exigido apenas o balanço do último exercício, para ambos os casos, devem estar certificados por profissional registrado no Conselho de Contabilidade.

b.3) O Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE), quando a data marcada para apresentação das propostas for posterior à 30/04, deverá ser do último “Ano Fiscal Brasileiro”.

b.4) O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED FISCAL, quando a data marcada para apresentação das propostas for posterior à 30/05, deverá ser do último “Ano Fiscal Brasileiro”.

c) Apresentar comprovação da boa situação financeira da empresa licitante que será baseada na obtenção de Índices financeiros, calculados e demonstrados pelo licitante, por meio das fórmulas seguintes, sendo considerada habilitada a empresa que obtiver para todos os índices, valor maior ou igual a 01 (um):

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1$$

c.1) A fórmula deverá estar demonstrada em memorial de cálculo juntado ao balanço, sendo realizado um cálculo separado para cada exercício apresentado.

c.2) Comprovação de capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, o qual será exigida SOMENTE no caso do licitante apresentar resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima.

c.3) Esta comprovação deverá ser feita através de contrato social ou de sua última alteração (atualização do capital social), devidamente registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, da sede da empresa, admitido a atualização deste, através de "Certidão Simplificada" emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO da sede da empresa.

4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e propostas de preço, com habilitação para execução de obras de edificações, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da empresa licitante.

b) Capacitação técnico-operacional: comprovação de que a licitante já executou obra com características semelhantes e complexidade operacional equivalente ou superior às indicadas nos projetos e especificações, objeto deste Edital, devendo, assim, ser aceitos Atestados relativamente à execução de obras de reformas de edificações em geral, ampliação ou construção e edificações em geral, conjuntamente ou separadamente, ou outros Atestados que contemplem a capacidade técnico-profissional da licitante com o objeto desta Licitação.

c) Capacitação técnico-profissional: comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data fixada para a entrega da proposta, profissional de nível superior legalmente habilitado, o qual deverá constar da Certidão de Pessoa Jurídica, que, obrigatoriamente, será o profissional preposto (residente na obra), detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA da região competente, comprovando a sua responsabilidade técnica na execução de obra de edificações com características semelhantes e complexidade operacional equivalente ou superior às indicadas nos projetos e especificações, objeto deste Edital, devendo, assim, ser aceitos Atestados relativamente à execução de obras de reformas de edificações em geral, ampliação ou construção e edificações em geral, conjuntamente ou separadamente, ou outros Atestados que contemplem a capacidade técnico-profissional da licitante com o objeto desta Licitação.

d) Comprovação de integrante do quadro permanente, onde fique demonstrado que o profissional que apresentou atestado para comprovação da capacidade técnico-profissional integra o quadro permanente da empresa licitante.

d.1) Será considerado integrante do quadro permanente da empresa licitante o profissional que for sócio, diretor, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA.

d.2) A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

1. sócio: contrato social e sua última alteração;

2. diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

3. empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;

4. responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.

e) Declaração subscrita por seu responsável legal, sob as penas cabíveis, de que dispõem de do pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto, bem como dispõe de equipe técnica qualificada responsável pelos trabalhos.

f) Atestado de Visita Técnica:

f.1) Declaração de Visita Técnica de que, por intermédio de, pelo menos, um responsável técnico, a licitante tenha efetuado a visita ao local da obra. **(Modelo ANEXO XVII deste Edital).**

5. DECLARAÇÕES, assinadas por representante legal da proponente, de que:

a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do A**nexo VII;**

b) Não há **superveniência** de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo VIII;**

c) A empresa atende ao disposto no Art. 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei N° 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do **Anexo IX;**

d) A empresa cumpre com as exigências de reserva de **cargos para pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do Anexo X;

e) A empresa tomou conhecimento do Edital e de todas as **condições** de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, conforme modelo do **Anexo XI;**

f) Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Lei N° 14.133/2021 e Art. 8º, do Decreto Municipal Nº 6615, conforme modelo do **Anexo XII;**

g) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme modelo do **Anexo XIII;**

h) Não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme modelo do **Anexo XIV;**

i) A proposta econômica compreende a **integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, conforme modelo do **Anexo XV;**

6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

a) Serão feitas consultas ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando as proponentes dispensadas de autenticá-las.

b) A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da solicitação da proponente prestadora.

c) Uma vez homologada a inscrição, a prestadora de serviços selecionada será convocada para firmar o Termo de Credenciamento (Contrato).

d) A negativa ou não comparecimento quanto ao item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

e) Todos os documentos solicitados na habilitação deverão ser apresentados preferencialmente conforme sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original ou deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar Nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo assinalar sua situação no campo correspondente no Anexo V, ficando esclarecido que deverão regularizar a situação como condição para a subscrição da Autorização para a Prestação de Serviços – APS.

g) Em até **03 (três) dias úteis** após serem protocolados os pedidos de credenciamento, o Agente de Contratação fará a análise da documentação exigida.

h) A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de credenciamento será comunicada mediante ata de sessão à empresa interessada via e-mail informado no Pedido de Credenciamento;

i) Em caso de deferimento o extrato do credenciamento será publicado no DOM-Diário Oficial dos Municípios, e poderá ser homologado decorridos 5 (cinco) dias úteis desde que não haja recurso.

j) As decisões do Agente de Contratação que negar o credenciamento serão sempre fundamentadas, e delas caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis a partir da comunicação da decisão.

k) Em hipótese nenhuma os envelopes de Documentação serão devolvidos à interessada.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2024.

HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

(Apresentar em Papel Timbrado da Empresa)

PROPOSTA RELATIVA AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024
DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

Ilma Sra.
LAILA HONORATO MARTINS
Agente de Contratação
Grão-Pará - SC

A nossa empresa ....., situada na Rua ....., N° ....., Bairro ....., Município de ...../ SC, inscrita no CNPJ sob o N° ....., pela **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC**, de que trata o Edital de Concorrência Eletrônica N° 01/2024.

Apresenta sua proposta no valor de **R$.....(.....)**, sendo **R$.....(.....)** correspondente ao material e **R$.....(.....) correspondente a mão-de-obra.**

DECLARAÇÕES:

1. Declaramos que o preço global da nossa proposta compreende todas as despesas relativas à completa execução dos serviços projetados, inclusive o fornecimento de todo o material, equipamentos e mãos-de-obra necessários, de acordo com todas as exigências do Projeto Básico em Anexo a este Processo Licitatório.

2. Declaramos que realizaremos os serviços dentro do prazo estipulado de execução de 120 (cento e vinte) dias, a contar da autorização para início dos serviços.

3. Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de 90 (noventa) dias a contar da data de apresentação dos documentos de Habilitação e Proposta.

Prazo para Execução dos Serviços: 30(trinta) dias.

Forma de Pagamento: Em parcelas mensais de acordo com a respectiva nota fiscal e após as medições realizadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, por meio de transferência bancária.

...../ ....., de ..... de 2024.

_____

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa .....

Número do CNPJ .....

Nome do Responsável Legal .....

Número do CPF .....

ANEXO IV

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DADOS BANCÁRIOS E DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO BANCO:
CIDADE:
N° DA AGÊNCIA:
N° DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:
NOME DA CONTA CORRENTE:

1. DADOS BANCÁRIOS:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE RG:
CPF:
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

REGISTRO DE PREÇO E/OU CONTRATO:

ANEXO V

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 01/2024

DECLARAÇÃO ME/EPP

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP).

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade sob o Nº _____, do CPF sob o Nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal N° 14.133, de 2021, que em conformidade com o previsto no Art. 3° da Lei Complementar N° 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4°, Art. 3° da LC N° 123/06.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO VI

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE RECEITA BRUTA PARA FINS DE BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 123/2006

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador _____, portador(a) da Carteira de Identidade sob o Nº _____, do CPF sob o Nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal N° 14.133, de 2021, que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do Art. 3° da Lei Complementar N° 123, de 15 de dezembro de 2006 e § 2º, do Art. 4º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO VII

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024 instaurada pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO VIII

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO IX

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO MENOR DE IDADE

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do Artigo 68, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos (Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO X

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

(Razão Social) _____
(CNPJ/MF Nº) _____
(Sediada) _____
(Endereço Completo) _____
Declara, sob as penas da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Observação: Os licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensados do cumprimento da reserva de cargos descrito nesta declaração, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)
Nome:
CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO XI

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do Edital de Concorrência N° 01/2024 da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO XII

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Eletrônico Nº 03/2024, instaurada pelo Município de **Grão-Pará** não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, inclusive autarquias.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO XIII

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da Lei Federal Nº 14.133, 2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO XIV

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da Lei Federal Nº 14.133, 2021, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO XV

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2024

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

(Razão Social) _____

(CNPJ/MF Nº) _____

(Sediada) _____

(Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

Local e data: _____

_____

(Assinatura do Declarante)

Nome:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.

ANEXO XVI

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° __/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De ___ de _____ de 2024 a ___ de _____ de 202 __ (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
Valor Total: R$_____ (valor por extenso).
Origem: Processo de Licitação N° 53/2024 - Edital de Concorrência Eletrônica N° 01/2024, de 27 de junho de 2024.

Contrato, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 02.073.207/0001-11, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e a Empresa ....., com sede em ....., inscrita no CNPJ/MF sob o N° ....., neste ato, representada por seu representante legal, Senhor (a) ....., portador(a) do CPF sob o N° ....., doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do **Processo de Licitação N° 53/2024, Edital de Concorrência Eletrônica N° 01/2024,** homologado em ....., mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N° 14.133, de 01 de abril de 2021, e no Decreto Municipal N° 06/2024, de 18 de janeiro de 2014, e em conformidade com o Edital Licitatório e demais legislação pertinente:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC**, em regime de empreitada global, em conformidade com as especificações técnicas do Projeto Básico, parte integrante do **Processo Licitatório N° 53/2024.**

1.2. A execução de todos os serviços contratados obedecerá rigorosamente às normas em vigor da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

1.3. A mão-de-obra a ser empregada deverá ser de primeira qualidade e o acabamento esmerado.

1.4. Fica a critério da Fiscalização impugnar qualquer trabalho que não satisfaça às condições contratuais.

1.5. A contratada deverá manter no canteiro de obras um Diário de Obras para o registro de todas as ocorrências de serviços e troca de comunicação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos integrantes do Processo de Licitação que originou este Contrato, cujo teor é de conhecimento de ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço proposto que é de **R$..... (.....)** efetuado, em parcelas mensais de acordo com a respectiva nota fiscal e após as medições realizadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, por meio de transferência bancária.

3.1.1. O prazo de pagamento previsto no item acima só vencerá em dia de expediente normal na Cidade de GRÃO-PARÁ/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

3.1.2. A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação.

3.2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos recolhimentos relativos à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena de o órgão competente do **CONTRATANTE** sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, obrigando-se, ainda, a **CONTRATADA** a apresentar:

a) guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP;

b) relação de Empregados – RE;

c) cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida a respectiva folha de pagamento;

d) a empresa contratada deverá observar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a retenção para a seguridade social, (11%), destacando no corpo da nota fiscal a base de cálculo e o respectivo valor a ser retido;

e) junto com a primeira fatura, apresentar cópia da matrícula, CEI – Cadastro Específico Individual das obras/serviços perante o INSS;

f) junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débito do INSS referente à matrícula acima mencionada.

3.3. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, não cabendo ao **CONTRATANTE** quaisquer ônus.

3.4. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

3.5. No caso de pagamento antecipado, haverá desconto financeiro compensatório com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

3.6. O **CONTRATANTE** não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por perdas e danos em decorrência de tais transações.

3.7. O **CONTRATANTE** não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

3.8. Mediante o pagamento do valor total das obras, a **CONTRATADA** dará total, geral e irrevogável quitação à **CONTRATANTE**, nada devendo a qualquer título.

3.9. O Contratado deverá informar no documento fiscal correspondente o valor do IR e contribuições a serem retidas na operação, e caso for amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero, deverá informar essa condição no documento fiscal. Caso haja alteração de seu enquadramento tributário legal, deverá comunicar imediatamente o Município.

3.10. Os documentos hábeis contendo os valores mensais serão emitidos pela **CONTRATADA** até o dia 30 de cada mês, ficando a **CONTRATANTE** desde já obrigada a efetuar o pagamento até o dia 10 do mês subsequente.

3.11. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.12. O preço contratado não poderá ser reajustado antes de decorridos 12 (doze) meses a partir da data-base do orçamento estimado.

3.13. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, prevista no Art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal N° 14.133/2021, somente será concedida se devidamente comprovada a variação de preços e após análise da administração, num prazo de até 15 dias.

3.13.1. Apenas notas fiscais de fornecedores da contratada não garantem o direito à solicitação requerida, todavia contribuem para demonstrar o impacto. Assim sendo, o fornecedor deverá trazer justificativas suficientes para demonstrar o fator de desequilíbrio. A caracterização do desequilíbrio "deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato." Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara.

3.13.2. Em outros termos, para demonstrar uma situação de desequilíbrio é necessário recorrer às notícias na mídia, aos pareceres de especialistas no setor impactado e qualquer outro documento ou fonte que permita comparar a situação habitual com a excepcional.

CLÁUSULA QUARTA - DO BOLETIM DE MEDIÇÃO

4.1. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela **CONTRATADA**, mediante carta dirigida à Engenheira Fiscal do **CONTRATANTE**, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.

4.1.1. Findo este prazo e não havendo manifestação da Engenheira Fiscal, a **CONTRATADA** estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.

4.1.2. Caso a Engenheira Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à **CONTRATADA**, a qual deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

4.1.3. A aprovação do boletim de medição se dará com o Certificado da Engenheira Fiscal das obras na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.

4.2. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

4.3. A **CONTRATADA** deverá destacar, na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste Contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição dentre outros elementos de suma relevância.

4.4. Os quantitativos dos serviços relacionados na planilha orçamentária, para efeito de pagamento, deverão ser considerados como certos, observando-se sempre as quantidades previstas nos Projetos de Engenharia e respeitados sempre o regime de execução e os limites de acréscimo e/ou supressão previstos na Lei Federal N° 14.133/2021 e demais alterações subsequentes.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1. O contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses da data de sua assinatura até XX/XX/20XX.

5.2. Caso por alguma razão devidamente justificada, a vigência poderá ser prorrogada nos termos da Lei Federal N° 14.133/2021 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais, sendo que nas renovações anuais, o índice para reajuste de preços será o **INCC-DI** acumulado no período, ou na hipótese de extinção desse índice, por outro que venha a substituí-lo.

5.3. O prazo de vigência é quase sempre maior que o da execução da obra por questões de pagamento das últimas medições, podendo ultrapassar o prazo de execução, sobretudo quando utilizados convênios federais/estaduais e estes podem demorar a serem liberados por parte dos órgãos, ou ainda por conta da emissão da ordem de serviço ocorrer dias após a assinatura do contrato, dentre outros.

5.4. O objeto do presente contrato será realizado sob o Regime: **Empreitada por preço Global.**

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

6.1. A **CONTRATADA** será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, com base no previsto no Artigo 125 da Lei Federal N° 14.133/2021

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL, PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1. Os serviços deste edital, serão executados no Município de Grão-Pará/SC.

7.1.1. Ao assinar este Contrato, a **CONTRATADA** declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo **CONTRATANTE** qualquer reclamação ou reivindicação, por parte da **CONTRATADA**, fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

7.1.2. Dessa forma, a assinatura deste Contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a **CONTRATADA** realizou investigações, no local dos serviços, suficientes para o reconhecimento das condições que encontrará durante a execução dos serviços.

7.2. O prazo de execução é de 30 (trinta) dias, contado da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado até o limite máximo na forma da Lei Federal N° 14.133/21, havendo interesse entre as partes, sendo que a empresa deverá iniciar os serviços em até 03 (três) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.

7.2.1. O recebimento da obra não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem incorreções.

7.3. Os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no Diário de Obras.

7.3.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao Setor de Engenharia do **CONTRATANTE**, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 20 (vinte) dias antes de expirar o prazo contratual e, em ambos os casos, com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

7.3.2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do **CONTRATANTE**.

7.4. O contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo na forma da Lei Federal N° 14.133/21, havendo interesse entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os Projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Setor de Engenharia do **CONTRATANTE**.

8.4. Poderá a **CONTRATADA** subcontratar com outra(s) empresa(s) a pavimentação das Ruas objeto deste Edital a serem pavimentadas com lajotas sextavadas.

8.5. Poderá o **CONTRATANTE** por meio do Setor de Engenharia, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com as normas, projetos, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos da Lei Federal 14.133/2024 e alterações subsequentes.

8.6. Todos os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA**, bem como todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

CLÁUSULA NONA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

9.1. As despesas decorrentes do presente certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

9.2. Entidade: Prefeitura de Grão-Pará/SC.

Rubrica:

23.001.1003.4.4.90.00.00.00.00.00.1.710.3210.0001 (código 92)

23.001.1003.4.4.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 92)

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal Nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal Nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO

11.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da **CONTRATANTE**, especialmente designado.

11.3. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, no local do serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

11.4. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

11.5. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA

12.1. A **CONTRATADA** responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o **CONTRATANTE**, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariem a boa técnica ou desobedeçam aos projetos e/ ou especificações.

12.1.1. O prazo de garantia da obra iniciar-se-á a partir da data da sua entrega definitiva, nos termos do disposto no Código Civil, sem prejuízo das garantias especiais estabelecidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA

13.1. A **CONTRATADA** se obriga a contratar, com seguradora idônea, a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, Seguro Contra Riscos de Engenharia, cobrindo incêndio e responsabilidade civil contra terceiros e danos físicos, referentes às obras objeto deste Contrato, com vigência até a data de recebimento provisório das mesmas, em que deverá a **CONTRATADA** figurar como Proponente ou Estipulante, e o **CONTRATANTE**, como segurado.

13.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, a apólice do referido seguro.

13.3. Na impossibilidade de obter a referida apólice no prazo estipulado no item anterior, será aceito o protocolo de contratação do seguro, ficando obrigada a apresentação da mesma quando do pagamento da segunda parcela do Cronograma Físico-financeiro da obra.

13.4. Caso o seguro contratado seja pago em parcelas, a **CONTRATADA** deverá apresentar, ao **CONTRATANTE**, a cada vencimento e todas as vezes em que for solicitado, o comprovante de pagamento de cada parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SEGUROS E ACIDENTES

14.1. Correrá por conta exclusiva da **CONTRATADA** a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda, que resultante de caso fortuito e por qualquer causa a destruição ou danificação da obra em execução até a definitiva aceitação da mesma pelo **CONTRATANTE**, bem como as identificações que possam a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

14.2. A Contratada deverá comprovar, através de apólice, a contratação de seguro para indenização em caso de morte, danos pessoais ou de acidente de trabalho em até 05 (cinco) dias após a assinatura da Ordem de Serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Como Garantia da fiel execução deste Contrato, a **CONTRATADA**, de acordo com a legislação em vigor, prestou **GARANTIA** correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do presente Contrato, a importância de **R$146.272,26 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos)**, conforme Artigo 98, da Lei Federal N° 14.133/2021 e alterações subsequentes.

15.1.1. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada pela Tesouraria do Município, em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do termo de Recebimento Definitivo da obra, acompanhado da Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e o habite-se da obra concluída, se for o caso.

15.2. Em caso de rescisão deste Contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável do **CONTRATANTE**.

15.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzidos em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo órgão responsável do **CONTRATANTE**.

15.4. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

16.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal N° 14.133/21.

16.1.2. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

16.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei Federal N° 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal Nº 12.846/2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei Federal Nº 14.133/2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei Federal Nº 14.133/2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei Federal Nº 14.133/2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (Art. 156, §9º, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei Federal Nº 14.133/2021).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei Federal Nº 14.133/2021).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Federal Nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º, da Lei Federal Nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal Nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal Nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159).

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos

aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal Nº 14.133/2021)

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

17.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

18.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

18.1.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

c) razões de interesse do serviço público.

18.1.3. A **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

18.1.4. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;

c) em qualquer caso, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

18.2. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

18.2.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal N° 14.133/21;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

18.2.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

18.3. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

18.3.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no Artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

18.3.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

18.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

18.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

18.5.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do Artigo 131 da Lei Federal N° 14.133/2021).

18.5.4. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

18.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

18.7. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

18.8. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reter:

18.8.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do Artigo 121 e alínea “b” do inciso III do Artigo 139, ambos da Lei Federal N° 14.133/2021); e

os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

18.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que

tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do Artigo 121 da Lei Federal N° 14.133/2021).

18.10. O contratante poderá ainda:

18.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea "c" do inciso III do Artigo 139 da Lei Federal N° 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

18.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do Artigo 139 da Lei Federal N° 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

18.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do Artigo 14 da Lei Federal N° 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

19.1. Concluídas as obras objeto deste Contrato ou resilido este, será efetuado pela fiscalização do **CONTRATANTE** o seu recebimento provisório, após e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

19.1.1. O recebimento provisório, não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, sem ônus para o **CONTRATANTE**, observado o disposto no Artigo 140, § 2º, da Lei Federal N° 14.133/2021 e alterações subsequentes.

19.1.2. Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificadas, forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento da contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução das obras, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que consignará quitações gerais, plenas e recíprocas entre as partes.

19.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança da obra nem a Ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados, na forma da Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - NOVAÇÃO

20.1. A não utilização por parte da **CONTRATANTE** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE**, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DA CONTRATADA:

21.1. Contatar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar no local da obra, os detalhes da execução, como também providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes;

21.2. Executar os serviços conforme projeto, pelo preço proposto, observando rigorosamente os princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e outras aplicáveis, independentes de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto do contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

21.3. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente o objeto, sem a devida anuência do Município de Grão-Pará/SC;

21.4. Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos;

21.5. Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos;

21.6. Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação da fiscalização da Secretaria Responsável e o fiscal do contrato, as quais se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;

21.7. Substituir no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada nos materiais ou serviços utilizados na execução da obra;

21.8. Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto do contrato, decorrentes de culpa ou dolo da contratada ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e ainda de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos;

21.9. A utilização do responsável técnico, uma equipe de operários, além de no mínimo um mestre de obras de comprovada experiência e, quando necessário, Engenheiro Eletricista, para execução do objeto do Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, ficais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

21.10. Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente uniformizados, identificados individualmente (crachá), munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços;

21.11. Não substituir o responsável técnico, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do fiscal da contratação, apresentando para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao do profissional anterior;

21.12. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's), a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra;

21.13. Arcar as despesas de estada, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução do contrato;

21.14. Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc., decorrentes da relação contratual;

21.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Município, cujas reclamações se obriga a atender no prazo máximo que for concedido por escrito;

21.16. Adquirir, e manter permanentemente no local da obra, um "Livro Diário de Obras", onde a **CONTRATADA** deverá proceder anotações diárias sobre o andamento da obra DESDE O PRIMEIRO DIA DE INÍCIO, bem como, todo e qualquer fato, que mereça registro, podendo a **CONTRATANTE** também realizar anotações ou registrar qualquer fato que julgar relevante, a qualquer hora. O Livro Diário de Obras deverá ser entregue à Fiscalização do município SEMANALMENTE;

21.17. Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto do Contrato, conforme modelos fornecidos pelo fiscal da contratação através da secretaria responsável pela presente obra, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato por dia de atraso na colocação, e as placas permaneceram no local das obras por prazo indeterminado;

21.18. Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização;

21.18.1. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais;

21.19. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus;

21.20. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados da contratada ou de seus subcontratados, cabe a ela resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho;

21.21. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o Município, relativas a execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes;

21.22. Providenciar às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregue em perfeitas condições;

21.23. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização da Secretaria de Obra do Município e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

21.23.1. Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização do Município;

21.24. Restringir ao interior do "Canteiro de Obras" a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim com todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante execução dos serviços contratados, a não ser em caso fortuito com a anuência da Fiscalização do Município;

21.25. Deverá instalar tapume nos limites do canteiro de obras, quando for o caso;

21.26. Colocar em lugar visível, a placa da empresa com o nome do técnico responsável;

21.27. Entregar ao Departamento do Município, em até 5 (cinco) dias após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART,etc) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo responsável técnico e registrada junto ao respectivo conselho (CREA, etc), abrangendo toda a execução contratual;

21.28. Arcar pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, seu órgão fiscal competente (CREA, etc) ou qualquer outra entidade em decorrência da execução do contrato;

21.29. Proceder no final dos serviços, à limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste contrato;

21.30. Manter, ao longo de todo o período de execução do objeto, atualizações referente aos projetos nos casos de modificações sob anuência da equipe técnica do município, entregando à **CONTRATANTE** um projeto AS BUILT, ao final do processo, sob pena de não receber o último pagamento.

DA CONTRATANTE:

21.31. Convocar a **CONTRATADA** para assinar termo de contrato ou documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;

21.32. Fornecer à **CONTRATADA**, bem como aos responsáveis pela entrega do objeto, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto da contratação;

21.33. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** nas condições de preço e prazo estabelecidos;

21.34. Notificar por escrito, à **CONTRATADA**, toda e qualquer irregularidade constatada no recebimento do objeto;

21.35. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

21.36. Providenciar as publicações legais exigidas em lei para todos os atos referentes ao processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

22.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que afetem, diretamente, os serviços contratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

23.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

23.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATADA** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

23.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

23.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamatórias trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

23.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

23.5. Na hipótese de qualquer ação trabalhista proposta contra o **CONTRATANTE** pelos empregados da **CONTRATADA**, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir o **CONTRATANTE** no processo até a sentença final, respondendo pelo ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão deste Contrato.

23.6. A **CONTRATADA** se obriga a registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de todos os seus empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

24.1.1. não entregar qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame; ou entregar em desacordo qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame;

24.1.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

24.2. fizer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:

24.2.1. prestar informações falsas; ou apresentar documentação com informações inverídicas;

24.2.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

24.3. ensejar o retardamento da execução do certame:

24.3.1. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não comprovar os requisitos de habilitação; ou praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame;

24.3.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

24.4. não mantiver a proposta:

24.4.1. não enviar a proposta; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; e comportar-se de maneira inidônea ou praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal N° 12.846/2013:

24.4.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

24.5 comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

24.5.1. frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; ou realizar atos como os descritos no Art. 156, IV, § 5º da Lei Federal N° 14.133/2021.

24.5.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

24.6. cometer fraude de qualquer natureza:

24.6.1. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

24.7. não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não der recebimento ao respectivo instrumento contratual:

24.7.1. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de até 3 (três) anos e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do item de contratação.

24.8. dar causa à inexecução parcial e/ou total do contrato:

24.8.1. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato por dia que exceder o prazo para início das obras.

24.8.2. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato por dia que exceder o prazo para conclusão das obras.

24.8.3. As penalidades estabelecidas acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021 e alterações subsequentes.

24.8.4. multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo contratual, em caso de rescisão motivada pela **CONTRATADA** ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo).

24.9. Pela inexecução **parcial ou total** deste contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

24.9.1. advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato e/ou nas faltas leves não acarretem prejuízos de monta a execução deste contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

24.9.2. impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará/SC pelo prazo de **até 3 (três) anos**.

24.9.3. multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor não executado deste contrato pela inexecução parcial e na ordem de **10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato** pela inexecução total;

24.9.4. multa na ordem de 2% (dois por cento) do valor deste contrato, a critério do órgão competente do **CONTRATANTE** quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a **CONTRATANTE** através do seu órgão fiscalizador for erroneamente informada;

24.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É vedado à **CONTRATADA** subcontratar o total dos serviços contratados. Entretanto, é permitido fazê-la parcialmente e no caso de prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do **CONTRATANTE**, principalmente, no caso da execução das obras de pavimentação com lajotas sextavadas.

25.1.1. Em caso de subcontratação, a **CONTRATADA** permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao **CONTRATANTE**, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato.

25.2. A **CONTRATADA** deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização do Município, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los.

25.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do **CONTRATANTE** será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

25.4. A **CONTRATADA** deverá exigir de seus subcontratados cópias da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-as ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, quando solicitado, sob pena de incorrer nas cominações estabelecidas em contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO SEGURO

26.1. A **CONTRATADA** é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANTICORRUPÇÃO

27.1. É vedado às Partes receberem uma da outra quaisquer recursos, gratificações ou recompensas vinculadas ao exercício de alguma atividade fraudulenta durante a execução do presente Contrato ou de qualquer relação negocial que tenham ou venham a ter, obrigando-se às Partes a tomar todas as medidas necessárias para impedir tais fatos e a levar ao conhecimento da Parte contrária, mediante notificação por escrito, eventuais ações de seus representantes, funcionários ou prepostos que infrinjam tal disposição. A notificação a que se refere a presente redação deverá ser enviada à Parte interessada tão logo a notificante tome conhecimento dos fatos.

27.2. Incluem-se nas ações vedadas por este dispositivo, sem prejuízo de outras:

a) Oferecer, dar ou concordar em dar a qualquer empregado, agente, funcionário ou representante da Parte contrária gratificação, comissão ou outra espécie de pagamento ou compensação, por praticar, deixar de praticar, ter praticado ou deixar de ter praticado qualquer ato relacionado à obtenção ou execução de qualquer Contrato com a Parte;

b) Oferecer, dar ou concordar em dar a qualquer empregado, agente, funcionário ou representante da Parte contrária gratificação, comissão ou outra espécie de pagamento ou compensação para que estes se posicionem ou deixem de se posicionar favorável ou desfavorável a qualquer pessoa com relação ao presente Contrato ou a qualquer relação negocial que tenham ou venham a ter.

27.3. As partes declaram que não praticaram qualquer das ações descritas no primeiro item desta cláusula, seja perante empregado, agente, funcionário ou representante da Parte contrária, ou do funcionalismo público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei Federal Nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 8º, §2º, da Lei Federal Nº 12.527/2011, c/c Art. 7º, §3º, V, do Decreto Nº 7.724/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

29.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

29.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6°, da Lei N° 13.709/18.

29.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

30.1. Fica designado o servidor Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, pela gestão do contrato e a servidora Franciele Schmitz de Souza, Engenheira e Diretora de Departamento de Desenvolvimento Sustentável, pela fiscalização do fornecimento do objeto e observância das cláusulas contratuais e exigências do edital e seus anexos.

30.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal N° 14.133/2021, assim como todo o constante no instrumento convocatório (edital) e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

30.3. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

30.4. Ao fiscal cabe verificar se, no desenvolvimento das obras, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alterações de projetos e solucionar eventuais problemas de ordem técnica e, ainda, o que segue:

30.4.1. determinar à **CONTRATADA** um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o(s) mesmo(s) é(são) insuficiente(s) para dar aos serviços o andamento normal previsto;

30.4.2. exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas;

30.4.3. exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da **CONTRATADA** que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização e, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;

30.4.4. agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

30.4.5. transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à **CONTRATADA** o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas.

30.5. A fiscalização se efetuará no local das obras.

30.6. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

30.7. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o DIÁRIO DE OBRA, onde tanto a **CONTRATADA** quanto à fiscalização do **CONTRATANTE** deverão proceder às anotações visando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos de Contrato, sendo verificado, diariamente, por profissionais credenciados por ambas as partes.

30.8. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a **CONTRATADA** de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

31.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

E, por assim estarem de acordo, as partes assinam o presente termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Grão-Pará/SC, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ	**EMPRESA**
HELIO ALBERTON JUNIOR	**REPRESENTANTE DA EMPRESA**
Prefeito Municipal	Responsável Legal
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

_____	_____
Nome:	**Nome:**
CPF:	**CPF:**

_____

OTAVIO JACINTO LUNARDI

Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA N° 01/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 53/2024

Obras: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO QUENTE EM 2 (DUAS) ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC**, devendo obedecer, integralmente, às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) e nos termos da Minuta Contratual que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

DECLARAMOS, para os devidos fins e legais efeitos, que o responsável técnico e integrante do quadro permanente da empresa _____, em atendimento ao Edital acima epigrafado, visitou in loco e tomou pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução das obras, objeto do **EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 01/2024**, do Município de Grão-Pará/SC.

Grão-Pará/SC, _____ de _____ de 2024.

_____

NOME E CNPJ DO PROPONENTE

Nome e CPF do Responsável pela empresa

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N° 23/2024 - LUIS FELIPE KULKAMP - CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 6132640

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E87F674EC53994D6F4FB08A99D372CA5A9030D03

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2024
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N° 23/2024

Com base no **Artigo 74, inciso IV**, e no **Artigo 79,** da Lei Federal N° 14.133/2021, e no Decreto Municipal Nº 06, de 18 de janeiro de 2024.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC** com sede , com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 82.558.149/0001-55, por meio do Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, faz publicar que estará contratando, por meio de **INEXIGIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO** e fundamentação legal abaixo descrita a prestação de serviço especializado, conforme segue:

1. OBJETO:

1.1. CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM O OBJETIVO DE FORNECER SERVIÇOS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ/SC.

1.2. O objeto em questão possui os quantitativos demonstrados nas tabelas a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
13	800	Hora	Serviços MECÂNICOS de manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS LEVES	R$113,17	R$90.536,00
14	800	Hora	Serviços MECÂNICOS de manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS MÉDIOS	R$140,00	R$112.000,00
25	1	Unid.	Aquisição de peças para manutenção preventiva e corretiva para todos os tipos de veículo, elétrica, mecânica, torno, solda, chapeação e pintura.	R$5.000.000,00	R$5.000.000,00
TOTAL:					**R$5.202.536,00**

2. CONTRATADO:

2.1. LUIS FELIPE KULKAMP DE LIMA 06118641935, CNPJ sob o N° 33.654.339/0001-60, no Endereço Rua Verino Fortunato Coan, N° 1825, Bairro Santa Paulina, no Município de Braço do Norte/SC, 88.750-000.

3. VALOR TOTAL:

3.1. O valor é de **R$5.202.536,00 (cinco milhões, duzentos e dois mil, quinhentas e trinta e seis reais)**, dividido entre todos os fornecedores credenciados nos itens.

3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da Lei Federal N° 14.133/21 e do Decreto Municipal N° 06/2024, de 18 de janeiro de 2024. No mesmo sentido, poderá ser reajustado através do índice IPCA.

4. DO PAGAMENTO:

4.1.O pagamento será realizado 30 dias após a prestação do serviço e apresentação da nota fiscal.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Grão-Pará/SC, para o exercício de 2024.

5.2. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0000 (código 6);
14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.600.0001.0000 (código 6);
14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.621.0002.0000 (código 6);
02.001.2001.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 2);
03.001.2002.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 15);
05.001.2008.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 27);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 40);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.660.0000.0001 (código 40);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.661.0000.0001 (código 40);
21.001.2053.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.550.0000.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 62);
22.001.2054.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 87);
23.003.2011.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 98);
23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 104);
23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.00.1.720.0000.0000 (código 104);

6. DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência terá início em 27/06/2024 e término em 26/06/2025, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal N° 14.133/21. No mesmo sentido, poderá ser reajustado através do IPCA.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Inexigibilidade de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

7.2. O Município deverá anular o presente Edital de Inexigibilidade de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

7.3. A anulação do procedimento de Inexigibilidade, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/21.

7.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Fica designado o servidor Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal da Administração como gestor do contrato e fiscais do contrato os seguintes representantes de cada secretaria:

- **Secretaria da Administração e Fazenda:** Emerson Alberton Montanha;
- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável:** Secretário da pasta;
- **Secretaria de Desenvolvimento Rural:** Secretário da pasta;
- **Secretaria da Educação, Esporte e Cultura:** Secretário da pasta;
- **Secretaria de Desenvolvimento Social:** Secretário da pasta;
- **Secretaria de Infraestrutura**: Secretário da pasta;
- **Secretaria da Saúde:** Secretário da pasta.

9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

9.1. De acordo com a Lei Federal Nº 14.133/2021 dispõe que é **INEXIGÍVEL** a licitação quando houver inviabilidade de competição. Baseado no Artigo 74, inciso IV, observe:

Art. 74. *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

10. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

10.1 O Município de Grão-Pará mantém uma frota de mais de 60 veículos e máquinas, abrangendo desde veículos leves e médios até máquinas pesadas, ônibus e micro-ônibus. Esses ativos desempenham um papel fundamental na execução das políticas públicas, fornecendo serviços essenciais à população. Para garantir seu desempenho eficiente, é necessário realizar manutenções periódicas, tanto preventivas quanto corretivas.

Uma ampla gama de serviços é necessária para manter essa frota operacional, incluindo mecânica, elétrica, lavagem, chapeação, pintura, torno, soldagem, balanceamento, geometria e borracharia. Além disso, a reposição de peças é uma parte essencial do processo, seja devido ao desgaste natural ou danos acidentais. Atualmente, a manutenção da frota representa uma das principais despesas do município, exigindo abordagens contratuais dinâmicas e econômicas.

O uso intensivo dos veículos da frota municipal em atividades como transporte de pessoal, materiais e manutenção de vias resulta em desgaste natural de peças e componentes ao longo do tempo ou pela quilometragem percorrida. A manutenção preventiva e corretiva desempenha um papel crucial na prolongação da vida útil dos veículos e máquinas, bem como na redução dos custos de reparo a longo prazo.

A Prefeitura de Grão-Pará não dispõe dos recursos humanos, instalações, equipamentos e ferramentas necessários para executar esses serviços de manutenção e revisões preventivas e corretivas.

Portanto, é evidente o interesse público na contratação proposta, uma vez que os serviços visam garantir a eficiência do atendimento aos usuários do setor público. Essas medidas são cruciais para suprir as demandas operacionais da frota municipal, garantindo assim a eficácia e qualidade na prestação dos serviços públicos à comunidade. É fundamental manter os padrões adequados para o funcionamento adequado de cada Secretaria municipal.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

b) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste termo;

c) Zelar pela boa qualidade do serviço recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;

d) Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito de supressão ou acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Executar os serviços de acordo com as especificações, prazos e recursos humanos determinados neste termo;

b) Atender prontamente às recomendações da Prefeitura Municipal de Grão-Pará/SC, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações necessárias;

c) Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

d) Comunicar imediatamente e por escrito qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DESTA INEXIGIBILIDADE:

13.1. Por todo o exposto a contratação da solução desenvolvida pelo credenciamento, se enquadra na contratação direta por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, prevista no **Artigo 74, inciso IV, e no Artigo 79,** da Lei Federal N° 14.133/2021.

Assim sendo, apresentamos esta justificativa para a presente Inexigibilidade de Licitação.

Grão-Pará, 27 de junho de 2024.

HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO
(DATA)

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM A FINALIDADE DE FORNECER SERVIÇOS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ/SC, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Vigência: De ___ de _____ de 2024 a ___ de _____ de 202 __ (12 meses), podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
Valor Total: R$_____ (valor por extenso).
Origem: Processo de Licitação N° 54/2024 - Edital de Inexigibilidade N° 23/2024, de 27 de junho de 2024.

Contrato, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob N° 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e _____, empresa estabelecida em _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob N° _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu(a) Representante Legal, Senhor(a) _____, _____, inscrito no CPF sob o N° _____, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM O OBJETIVO DE FORNECER SERVIÇOS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ/SC,** de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições adiante descritas:

********** TABELA**********

CLÁUSULA II – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento vigorará de ___ de _____ de 2024 a ___ de _____ de 202 __, ou seja, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme os Arts. 105 e 107, da Lei N° 14.133/21.

2.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA III – DO VALOR

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços homologados no Processo de Licitação N° 54/2024 - Edital de Inexigibilidade N° 23/2024, de 27 de junho de 2024, no valor total de **R$ _____ (_____), DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CONTRATADOS.**

3.2. Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser reajustado através do IPCA.

3.3. Não havendo a utilização da quantidade total de horas/serviços contratados o Município fica desobrigado do pagamento das quantidades não utilizadas

CLÁUSULA IV – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. A Prestação dos Serviços deverá ser realizada no município de Grão-Pará ou nas dependências da contratada, que deverá estar a uma distância máxima de **200 Km da Sede do Município**, não possuindo o Município responsabilidade pelo transporte de veículos.

4.2. Tanto os serviços prestados quanto as peças e acessórios que serão trocados, deverão possuir garantia de no mínimo 180 dias para defeitos de fabricação. As peças trocadas deverão ser devolvidas à Secretaria solicitante.

4.3. Em caso de haver mais de uma empresa credenciada, o município se reserva a escolha da empresa para prestação dos serviços, de forma igualitária entre todos os credenciados.

4.4. O Município reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, os serviços prestados e o fornecimento dos materiais solicitados, podendo punir a empresa que não atender as demandas necessárias.

4.5. A empresa deverá apresentar ao setor de mecânica da Secretaria de Infraestrutura, relação formal, via e-mail, protocolo eletrônico ou outra forma estabelecida pelo Município, contendo as peças, componentes ou materiais a serem substituídos, assim como relação de serviços a serem executados, com o custo de horas necessárias, bem valor das peças a serem substituídas, para prévia aprovação, podendo a administração recusar justificadamente os serviços e licitar novamente o serviço/peças a serem realizados.

4.6. No caso de necessidade de substituição de peças, materiais ou acessórios, o Município comporá processo simplificado, com no mínimo 03 (três) orçamentos, comprovando o preço de mercado. A escolha se dará pela busca da economicidade e eficiência, levando em conta o preço e prazo de entrega contido nas cotações.

4.7. As peças, materiais e acessórios deverão ser novas e originais do fabricante e/ou genuínas, que atendam a todas as especificações do fabricante do veículo.

4.8. Nos casos de pequenos reparos e revisões, o prazo de entrega dos veículos deverá ser de no máximo **2 dias úteis**, contados a partir do recebimento do pedido de fornecimento. Nos demais casos, verificar a exigência de prazo junto à Secretaria de Infraestrutura, sendo um limite de prazo de 15 dias úteis.

4.9. Para os veículos de urgência e emergência, como ambulâncias, transporte de pacientes e veículos de socorro e salvamento, o atendimento deverá ser priorizado, devendo o veículo ser atendido com o máximo de urgência.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pela administração, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei Federal N° 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

5.2. O pagamento será realizado 30 dias após a prestação do serviço e apresentação da nota fiscal, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o N°:

14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0000 (código 6);
14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.600.0001.0000 (código 6);
14.005.2030.3.3.90.00.00.00.00.00.1.621.0002.0000 (código 6);
02.001.2001.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 2);
03.001.2002.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 15);
05.001.2008.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 27);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 40);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.660.0000.0001 (código 40);
15.001.2047.3.3.90.00.00.00.00.00.1.661.0000.0001 (código 40);
21.001.2053.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.550.0000.0000 (código 62);
22.001.2022.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 62);
22.001.2054.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1001.0000 (código 87);
23.003.2011.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 98);

23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 104);

23.004.2010.3.3.90.00.00.00.00.00.1.720.0000.0000 (código 104);

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

7.1. Obrigações do Contratante:

7.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.2. Obrigações do Contratado:

7.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

7.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

7.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

7.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

7.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

7.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

a) Impedimento efetuar o Contrato, se concluída a fase licitatória;

b) Cancelamento do Contrato;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

e) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

f) Advertência;

g) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento;

h) Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.

i) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos;

j) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal N° 14.133/21, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Tendo em vista a necessidade do Município, os preços deste Contrato, são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

9.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços **PODERÃO SOFRER REAJUSTE APÓS O INTERREGNO DE UM ANO,** na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

9.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei Federal N° 14.133/21.

CLÁUSULA X – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.2. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Federal N° 14.133/21.

10.2.1. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

10.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei N° 14.133/21.

10.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal N° 14.133/2021.

10.5. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

10.6. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;

b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;

c) Unilateral: quando imposta pelo **MUNICÍPIO**, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

10.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;

c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;

d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;

e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites, como sendo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.8. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

10.9. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal N° 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.2. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

c) razões de interesse do serviço público.

11.2.1. A **CONTRATADA** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.2.2. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONTRATADA**;

c) em qualquer caso, a **CONTRATADA** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATANTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.3. A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.3.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Federal N° 14.133/21;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.3.2. Nesses casos, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4. A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:

11.4.1. Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no Artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.4.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal N° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.6.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do Artigo 131 da Lei Federal N° 14.133/2021).

11.6.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do Artigo 121 e alínea "b" do inciso III do Artigo 139, ambos da Lei Federal N° 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzido o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do § 3º do Artigo 121 da Lei Federal N° 14.133/2021).

11.11. O contratante poderá ainda:

11.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea "c" do inciso III do Artigo 139 da Lei Federal N° 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do Artigo 139 da Lei Federal N° 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do Artigo 14 da Lei Federal N° 14.133/2021).

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.3. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamatórias trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.4.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA XIV - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6°, da Lei N° 13.709/18.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

15.1. Gestor do Contrato: Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

15.2. Fiscal do Contrato: São fiscais do contrato os seguintes representantes de cada secretaria:

- Secretaria da Administração e Fazenda: Emerson Alberton Montanha;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável: Secretário da pasta;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural: Secretário da pasta;

- Secretaria da Educação, Esporte e Cultura: Secretário da pasta;
- Secretaria de Desenvolvimento Social: Secretário da pasta;
- Secretaria de Infraestrutura: Secretário da pasta;
- Secretaria da Saúde: Secretário da pasta.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **CONTRATANTE**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

16.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ	**EMPRESA**
HELIO ALBERTON JUNIOR	**REPRESENTANTE DA EMPRESA**
Prefeito Municipal	Responsável Legal
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

Nome:	**Nome:**
CPF:	**CPF:**

OTAVIO JACINTO LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 24-2024 - DIÁRIO DO SUL

Publicação Nº 6132853

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9D3AE2C9B8BF73F4F5CE471E66AA57E6692E7EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 55/2024
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N° 24/2024

Com base no **Art. Nº 74, inciso I,** da Lei Federal N° 14.133/2021, e no Decreto Municipal Nº 06, de 18 de janeiro de 2024.

O **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC** com sede , com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 82.558.149/0001-55, por meio do Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, faz publicar que estará contratando, por meio de **INEXIGIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO** e fundamentação legal abaixo descrita a prestação de serviço especializado, conforme segue:

1. OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS MUNICIPAIS, COMO EDITAIS, CONTRATOS, ADITIVOS E OUTROS ATOS OFICIAIS RELACIONADOS ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

1.2. O objeto em questão possui os quantitativos demonstrados nas tabelas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL IMPRESSO, DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO, COM ABRANGÊNCIA NO MÍNIMO REGIONAL.	CM/COLUNA	3.500	R$ 36,50	R$ 127.750,00

2. CONTRATADO:

2.1. JORNAL DIÁRIO DO SUL LTDA, CNPJ sob o N° 82.989.476/0001-61, no Endereço Av. Marcolino Martins Cabral, Nº 1315, Bairro Centro, no Município de Tubarão/SC, CEP 88.701-105.

3. VALOR TOTAL:

3.1. A estimativa preliminar do valor da contratação é de R$127.750,00 (cento e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais), com um custo de R$36,50 (trinta e seis reais e cinquenta centavos) por centímetro/coluna.

3.3. Os preços homologados, adjudicados e contratados poderão ser reajustados através do IPCA.

4. DO PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será realizado 30 dias após a entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor;

4.2. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária;

4.3. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Grão-Pará/SC, para o exercício de 2024.

5.2. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.001.2002.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 15)

03.001.2052.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 23)

6. DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência será contada a partir da assinatura do contrato e terá a duração de 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal N° 14.133/21. No mesmo sentido, poderá ser reajustado através do IPCA.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Inexigibilidade de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

7.2. O Município deverá anular o presente Edital de Inexigibilidade de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

7.3. A anulação do procedimento de Inexigibilidade, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/21.

7.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

8. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Gestor de Contratos: Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal da Administração e Fazenda.

8.2. Fiscal de Contrato: Jaqueline Berto Bagio, Diretora de Departamento de Compras e Licitações.

9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

9.1. De acordo com a Lei Federal Nº 14.133/2021 dispõe que é **INEXIGÍVEL** a licitação quando houver inviabilidade de competição. Baseado no Artigo 74, inciso I e § 1º Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, observe:

> ***Art. 74.*** *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> *I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*

10. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

10.1 Considerando a necessidade de garantir que os atos administrativos relacionados às contratações públicas sejam transparentes e eficazes, torna-se imprescindível que a Prefeitura de Grão-Pará/SC tenha meios adequados para a publicação desses atos. Portanto, a contratação de uma empresa especializada em publicações em jornais de grande circulação é de extrema importância para o desenvolvimento das atividades do município, especialmente no que se refere às contratações públicas. De acordo com o Artigo 54, § 1º da Lei nº 14.133/21, é exigida a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. Assim, é fundamental que a Prefeitura de Grão-Pará/SC disponha de meios apropriados para divulgar esses atos administrativos. A contratação será realizada por inexigibilidade, visando uma empresa especializada em publicações de notícias para aquisição de centímetro/coluna em jornal de circulação diária, de grande circulação regional . A empresa contratada possui certificado de exclusividade, atestando ser o único jornal impresso diário com circulação no município de Tubarão e região da Amurel. Portanto, contratar uma empresa especializada para a realização de publicações oficiais municipais é essencial para garantir a transparência, a legalidade e a eficiência na comunicação dos

atos administrativos. Isso contribui para uma gestão pública mais transparente e acessível à população.

11. FORMAS E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. A empresa escolhida para realizar as publicações possui um certificado de exclusividade, que comprova ser o único jornal impresso diário com circulação no município de Tubarão e na região da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel). Este certificado é um documento oficial que atesta a ausência de concorrentes diretos na área de cobertura especificada, tornando a empresa a única opção viável para atender às exigências legais de publicidade dos atos administrativos. A empresa demonstra capacidade técnica e operacional para realizar as publicações necessárias com eficiência. Com uma trajetória reconhecida em publicações oficiais e comerciais, a empresa assegura a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados. Além disso, a empresa cumpriu todas as previsões legais, apresentando a documentação de habilitação necessária para a contratação e garantindo a conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Adicionalmente, o valor proposto pela empresa está compatível com o praticado no mercado, assegurando uma contratação justa e adequada do ponto de vista financeiro. A escolha da empresa contratada baseia-se em critérios objetivos de exclusividade, capacidade de atendimento, experiência e qualidade dos serviços prestados, conforme exigido pelo Artigo 54, § 1º da Lei nº 14.133/21. Portanto, a contratação da empresa especializada em publicações em jornais de grande circulação é justificada pela necessidade de garantir a transparência e a eficácia na comunicação dos atos administrativos, assegurando uma gestão pública mais acessível e participativa. Desta forma, permitindo a Contratação Direta por meio de Edital de INEXIGIBILIDADE.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

b) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste termo;

c) Zelar pela boa qualidade do serviço recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;

d) Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito de supressão ou acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Executar os serviços de acordo com as especificações, prazos e recursos humanos determinados neste termo;

b) Atender prontamente às recomendações da Prefeitura Municipal de Grão-Pará/SC, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações necessárias;

c) Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

d) Comunicar imediatamente e por escrito qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DESTA INEXIGIBILIDADE:

14.1. Por todo o exposto a contratação da solução desenvolvida pela empresa **JORNAL DIÁRIO DO SUL LTDA** pela sua exclusividade, se enquadra na contratação direta por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, prevista no **Artigo 74, inciso I,** da Lei Federal N° 14.133/2021.

Assim sendo, apresentamos esta justificativa para a presente Inexigibilidade de Licitação.

Grão-Pará, 27 de junho de 2024.

HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO N° ___/2024

Contrato, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob o N° 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e a empresa _____, estabelecida na _____, N° _____, Bairro _____, Município de _____/UF, inscrita no CNPJ sob o N° _____, neste ato, representado por sua Sócio(a) Administrador(a), Senhor(a) _____, portador(a) do CPF sob N° _____, doravante denominada de **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS MUNICIPAIS, COMO EDITAIS, CONTRATOS, ADITIVOS E OUTROS ATOS OFICIAIS RELACIONADOS ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.**

CLÁUSULA II - DO VALOR

2.1. A contratante pagará à contratada os preços homologados no **Processo de Licitação N° 55/2024 - Edital de Inexigibilidade de Licitação N° 24/2024**, de 27 de junho de 2024. O valor total do investimento é de R$127.750,00 (cento e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais), com um custo de R$36,50 (trinta e seis reais e cinquenta centavos) por centímetro/coluna. Os preços homologados, adjudicados e contratados poderão ser reajustados através do IPCA.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

3.1. As matérias deverão ser publicadas na página do caderno de classificados ou em espaço específico de publicação de editais e anúncios oficiais. A publicação do material remetido deverá ser efetuada no dia subsequente à data da solicitação, que ocorrerá por envio de e-mail até as 17:00

(dezessete) horas, respeitado o horário de fechamento da edição do jornal que deverá ser informada pela contratada. As publicações deverão apresentar boa qualidade de impressão, ser legíveis e os textos não poderão conter erros em relação ao original encaminhado. No mesmo dia em que a matéria for publicada no jornal, a empresa contratada deverá enviar por e-mail ou disponibilizar de forma online através de link, a comprovação da cópia digitalizada ou versão digital da página inteira em que consta a publicação.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado 30 dias após a entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX), em conta corrente de titularidade do fornecedor;

4.2. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária;

4.3. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência da contratação decorrente da presente licitação será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura (dia XX de junho de 2024 até XX de junho de 2025), podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal N° 14.133/2021. No mesmo sentido, poderá ser reajustado através do IPCA.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste termo;
- Zelar pela boa qualidade do serviço recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;
- Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito de supressão ou acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Executar os serviços de acordo com as especificações, prazos e recursos humanos determinados neste termo;

- Atender prontamente às recomendações da Prefeitura Municipal de Grão-Pará/SC, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações necessárias;
- Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- Comunicar imediatamente e por escrito qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- **A**s matérias deverão ser publicadas na página do caderno de classificados ou em espaço específico de publicação de editais e anúncios oficiais. A publicação do material remetido deverá ser efetuada no dia subsequente à data da solicitação, que ocorrerá por envio de e-mail até as 17:00 (dezessete) horas, respeitado o horário de fechamento da edição do jornal que deverá ser informada pela contratada. As publicações deverão apresentar boa qualidade de impressão, ser legíveis e os textos não poderão conter erros em relação ao original encaminhado. No mesmo dia em que a matéria for publicada no jornal, a empresa contratada deverá enviar por e-mail ou disponibilizar de forma online através de link, a comprovação da cópia digitalizada ou versão digital da página inteira em que consta a publicação.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

8.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento municipal, classificada e codificada sob o nº :

03.001.2002.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 15)

03.001.2052.3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 (código 23)

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1. Faz parte deste contrato o **Processo de Licitação N° 55/2024 - Edital de Inexigibilidade de Licitação N° 24/2024**, de 27 de junho de 2024, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

11.1. Ficará a **CONTRATADA** impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

11.2. Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei Federal N° 14.133/2021.

11.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à **CONTRATADA**.

11.5. A recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

11.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no Art. 87, da Lei Federal N° 14.133/2021.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei N° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6°, da Lei N° 13.709/18.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA XIII - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

13.1. Gestor do Contrato: Edmar Kemper Nandi, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

13.2. Fiscal do Contrato: Valdemir Ghizoni Wessler, Instrutor de Esportes.

CLÁUSULA XIV - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

14.1. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, _____ de _____ de _____

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ	**EMPRESA**
HELIO ALBERTON JUNIOR	**REPRESENTANTE DA EMPRESA**
Prefeito Municipal	Responsável Legal
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

Nome:	**Nome:**
CPF:	**CPF:**

OTAVIO JACINTO LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO N° 54/2024 - LUIS FELIPE KULKAMP

Publicação Nº 6132646

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E87F674EC53994D6F4FB08A99D372CA5A9030D03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

CNPJ: 82.558.149/0001-55 **Telefone:** (48) 3652-1177
Endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 - CENTRO
CEP: 88890-000 - Grão Pará

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 54/2024

Processo Adm.: **54/2024**
Data do Processo: **27/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/74 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 54/2024
b) Nr. Licitação: 54/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM O OBJETIVO DE FORNECER SERVIÇOS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ/SC.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	Vl. Unitário	Total dos Itens
LUIS FELIPE KULKAMP DE LIMA 061186419				
1 - Serviços MECÂNICOS de manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS LEVES - Marca: PRÓPRIA	HS	800,000	113,1700	R$ 90.536,00
2 - Serviços MECÂNICOS de manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS MÉDIOS - Marca: PRÓPRIA	HS	800,000	140,0000	R$ 112.000,00
3 - Aquisição de peças para manutenção preventiva e corretiva para todos os tipos de veículo, elétrica, mecânica, torno, solda, chapeação e pintura. - Marca: PRÓPRIA	UN	1,000	5.000.000,0000	R$ 5.000.000,00
			Total Fornecedor:	**R$5.202.536,**
			Total geral:	R$ 5.202.536,00

Grão Pará, 27/06/2024

HELIO ALBERTON JUNIOR

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO N° 55/2024 - JORNAL

Publicação Nº 6133315

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9D3AE2C9B8BF73F4F5CE471E66AA57E6692E7EC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

CNPJ: 82.558.149/0001-55 **Telefone:** (48) 3652-1177
Endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 - CENTRO
CEP: 88890-000 - Grão Pará

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 55/2024

Processo Adm.: **55/2024**
Data do Processo: **27/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 55/2024
b) Nr. Licitação: 55/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS MUNICIPAIS, COMO EDITAIS, CONTRATOS, ADITIVOS E OUTROS ATOS OFICIAIS RELACIONADOS ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	Vl. Unitário	Total dos Itens
JORNAL DIARIO DO SUL LTDA EPP				
1 - SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL IMPRESSO, DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO, COM ABRANGÊNCIA NO MÍNIMO REGIONAL. - Marca: DIÁRIO DO SUL	CM/COL UNA	3.500,000	36,5000	R$ 127.750,00
			Total Fornecedor:	**R$127.750,0**
			Total geral:	R$ 127.750,00

Grão Pará, 27/06/2024

HELIO ALBERTON JUNIOR

Fundo Municipal de Saúde de Grão Pará

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO N° 21/2023 - CIS AMUREL

Publicação Nº 6133086

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 14734DFDCA6C055118852C9AEB7F762EB4DE7E31

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO DE RATEIO N° 21/2023 – EXERCÍCIO 2024
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 21/2023 QUE ENTRE SI CELEBRARAM O MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ/SC E O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA AMUREL OBJETIVANDO O ADITAMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE SAÚDE.

AS PARTES:
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº. 82.558.149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. HELIO ALBERTON JUNIOR, CPF Nº. 056.***.***-78, através do FMS-PM de Grão Pará, aqui representado pela sua gestora, a Sra. DAIANE SCHLICKMANN KULKAMP, neste ato denominado de MUNICÍPIO e, de outro lado, o
CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº. 02.715.882/0001-05, com sede na Rua Rio Branco, Nº 67, Bairro Vila Moema, Tubarão/SC, representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Imbituba, o Sr. ROSENVALDO DA SILVA JUNIOR, neste ato denominado de CONSÓRCIO, que CONSIDERANDO o disposto no Protocolo de Intenções ratificado neste Município e conforme os dispositivos da Lei Federal Nº 11.107/05, Decreto N° 6.017/07 e alterações posteriores em especial o acréscimo do inciso XVIII, do Art 10, do referido Protocolo de Intenções;
Considerando a alta demanda dos procedimentos de saúde em favor dos munícipes de Grão Pará e que o Município como ente público é responsável pelas ações em saúde pública no âmbito municipal, por isso, além de todas as outras ações que são proporcionadas pela Administração Municipal no atendimento à saúde dos munícipes, não pode negar apoio às pessoas que necessitam de procedimentos;
Considerando que os valores pactuados e contratados são insuficientes para atender o acréscimo de demanda gerada pelos atendimentos nas Unidades de Saúde do Município;
Considerando a existência de recursos financeiros transferidos pela União por meio de emenda parlamentar, a qual poderá ser destinada para despesas via consórcio público conforme consta na Portaria GM/MS/684, de 30/03/2022 e;
Considerando a necessidade em adequar os valores iniciais pactuados a fim de atender a alta demanda minimizando os riscos para saúde dos usuários do SUS do município de Grão Pará, resolvem de comum acordo, alterar a cláusula terceira, incluindo os valores descritos no presente termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO PRESENTE CONTRATO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula terceira, a fim de acrescentar os valores originários no Contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
Ficam acrescidos aos valores iniciais constantes no item 3.1.1, item IV, do Contrato de Rateio N° 21/2023 o valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais), para atender a demanda atualizada do Município, na seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO : 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unid. Orçam. : 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.031 Manutenção da Atenção Média e Alta Complexidade
Elem. Desp. : 3.3.71.00 Transferência à Consórcios Públicos ..... R$ 200.000,00
RECURSO ESPECÍFICO – 1.710.3210.0001 - Transferência Especial dos Estados - decorrentes de emendas parlamentares individuais.
Total do acréscimo: 200.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas do contrato de rateio permanecem inalteradas.

Grão-Pará/SC, 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO CONTRATANTE	
HELIO ALBERTON JUNIOR Prefeito de Grão Pará	DAIANE SCHLICKMANN KULKAMP Secretária Municipal da Saúde

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL
ROSENVALDO DA SILVA JUNIOR
Presidente do Consórcio
Prefeito de Imbituba

TESTEMUNHAS:

Nome: RAMON CORREA MENDES
CPF: 252.***.***-15

Nome: EDMAR KEMPER NANDI
CPF: 046.***.***-38

OTAVIO JACINTO LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 52.759
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

Guaramirim

Prefeitura

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 18/2024/SPDU

Publicação Nº 6131274

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 018/2024

O FISCAL DE CONSTRUÇÕES E POSTURAS Matheus Montanha matrícula 30484537, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do município de Guaramirim, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 9º da Lei nº 4411/2017, depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica o(s) contribuinte(s) abaixo citado(s), da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a limpeza de terreno(s) em mau estado de conservação, conforme previsto no artigo 1º e artigo 3º da Lei nº 4411/2017:
Art. 1º Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou outros meios adequados.
Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:
I - A capinagem mecânica e/ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, eventualmente crescido no terreno;
II - Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.
Parágrafo único. Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vegetação, lixo ou de quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificados e não edificados.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá entrar em contato com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano no telefone (47) 33373-0247.
Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 10 (dez) dias corridos da data da publicação do edital, conforme o disposto artigo 7º da Lei nº 4411/2017.
Constatado o não cumprimento das medidas determinadas, no prazo estipulado, será lavrado contra o notificado o auto de infração, sujeitando-o à aplicação de multas e outras penalidades cabíveis, em conformidade com o Artigo 11 da Lei nº4411/2017, sem prejuízo das demais obrigações e da ação das demais autoridades competentes. Valor da Multa: 10 UFM (Unidade Fiscal Municipal). Valor da UFM em 2024: R$ 128,82 (cento e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos). Valor total em reais: R$ 1288,20.

Guaramirim (SC), 27/06/2024.
MATHEUS MONTANHA
Fiscal de Construções e Posturas
Matrícula 30484537

Nº Notificação	Inscrição Imobiliária	Contribuinte	CPF/CNPJ
144/2024	01.03.034.0050 01.03.034.0063	ANDRE GETNERSKI	058.309.799-50
161/2024	01.01.012.0046	ADALBERTO ANTONIUS	019.597.609-63
165/2024	01.01.118.0041	IRENE HANNEMANN	381.584.779-68

PORTARIA Nº. 474/2024

Publicação Nº 6132183

PORTARIA N°. 474/2024
Contrata Daniela Branco, através do Concurso Público nº. 001/2023.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Contratar Daniela Branco, através do Concurso Público nº. 001/2023, para exercer o cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitado(a) em concurso público de provas, entrando em exercício a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 475/2024

Publicação Nº 6132188

PORTARIA N°. 475/2024
Contrata Lisandra Vieira, através do Concurso Público nº. 001/2023.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Contratar Lisandra Vieira, através do Concurso Público nº. 001/2023, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, habilitado(a) em concurso público de provas, entrando em exercício a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 476/2024

Publicação Nº 6132190

PORTARIA N°. 476/2024
Contrata Thayná Carolina Tonon, através do Concurso Público nº. 001/2023.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Contratar Thayná Carolina Tonon, através do Concurso Público nº. 001/2023, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, habilitado(a) em concurso público de provas, entrando em exercício a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 477/2024

Publicação Nº 6132193

PORTARIA N°. 477/2024
Contrata Klaudinei Luis Engelmann, através do Concurso Público nº. 001/2023.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Contratar Klaudinei Luis Engelmann, através do Concurso Público nº. 001/2023, para exercer o cargo de Professor de História, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, habilitado(a) em concurso público de provas, entrando em exercício a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 478/2024

Publicação Nº 6132194

PORTARIA N°. 478/2024
Contrata Klaudinei Luis Engelmann, através do Concurso Público nº. 002/2023.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Contratar Victor Alexandre Raimundo da Silva, através do Concurso Público nº. 002/2023, para exercer o cargo de Cirurgião Dentista - PSF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, habilitado(a) em concurso público de provas, entrando em exercício a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 479/2024

Publicação Nº 6132198

PORTARIA N°. 479/2024
Altera a Portaria nº. 446/2024, que nomeia as Comissões vinculadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° A Portaria nº. 446/2024 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º .....
.....
III - Membro Governamental: Anastácio Sadzinski Júnior;
IV - Membro Governamental: Ana Carolina de Azevedo;"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 480/2024

Publicação Nº 6131899

PORTARIA N°. 480/2024
Concede licença sem vencimentos para Luiz Claudio Dalpra.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença sem vencimentos para Luiz Claudio Dalpra, Professor de Educação Física, 20 (vinte) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a partir de 18 de junho de 2024, pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 481/2024

Publicação Nº 6131901

PORTARIA N°. 481/2024
Exonera Cristiane Graciele Marcelino.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar Cristiane Graciele Marcelino, do cargo de Diretora de Comunicação, vinculada ao Gabinete do Prefeito, a partir de 17 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 482/2024

Publicação Nº 6131903

PORTARIA N°. 482/2024
Exonera Antônio Alexandre Azevedo.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar Antônio Alexandre Azevedo, do cargo de Secretário Municipal da Transparência e Controle, a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 483/2024

Publicação Nº 6131905

PORTARIA N°. 483/2024
Exonera Dionara Ramos.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar Dionara Ramos, do cargo de Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 484/2024

Publicação Nº 6131907

PORTARIA N°. 484/2024
Convalida a exoneração de Vitoria Diele Matias dos Santos.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Convalidar a exoneração de Vitoria Diele Matias dos Santos, do cargo de Atendente de Farmácia, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 05 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 485/2024

Publicação Nº 6131910

PORTARIA N°. 485/2024
Convalida a exoneração de Rafaela Mohr Voltolin.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Convalidar a exoneração de Rafaela Mohr Voltolin, do cargo de Fiscal Sanitário Nutricionista, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 02 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 486/2024

Publicação Nº 6131912

PORTARIA N°. 486/2024
Exonera Rosemery Antunes de Lima.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar Rosemery Antunes de Lima, do cargo de Atendente de Farmácia, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 14 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 487/2024

Publicação Nº 6131913

PORTARIA N°. 487/2024
Exonera Carmem Luiza Lucht Gascho.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar Carmem Luiza Lucht Gascho, do cargo de Médico PSF, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 22 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 488/2024

Publicação Nº 6131916

PORTARIA N°. 488/2024
Exonera Juliane Linzmeyer.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar Juliane Linzmeyer, do cargo de Fonoaudiólogo, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 18 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 489/2024

Publicação Nº 6131917

PORTARIA N°. 489/2024
Convalidar a exoneração de Adriana Aparecida da Silva Rudiger.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Convalidar a exoneração de Adriana Aparecida da Silva Rudiger, do cargo de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 19 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 490/2024

Publicação Nº 6131919

PORTARIA N°. 490/2024
Convalida a exoneração Thaiana Costa e Souza Prochnow.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Convalidar a exoneração de Thaiana Costa e Souza Prochnow, do cargo de Fiscal Sanitário Nutricionista, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 19 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 491/2024

Publicação Nº 6131921

PORTARIA N°. 491/2024
Convalida a exoneração de Jacson Andreolli.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Convalidar a exoneração de Jacson Andreolli, do cargo de Médico PSF, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 06 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 492/2024

Publicação Nº 6131923

PORTARIA N°. 492/2024
Exonera Luiz Carlos Zapella.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar Luiz Carlos Zapella, do cargo de Calceteiro, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 06 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 493/2024

Publicação Nº 6131927

PORTARIA N°. 493/2024
Aplica penalidade à servidora N. R. da S.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista a Lei Complementar nº. 190/2022, bem como o julgamento constante do Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2024, instaurado pela Portaria nº. 039/2024;

RESOLVE:
Art. 1° Aplicar a penalidade de advertência à servidora N. R. da S., matrícula nº. 30653371, por ter infringido ao disposto no art. 73, I, com fulcro no art. 84, todos da Lei Complementar Municipal nº. 190/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 494/2024

Publicação Nº 6131929

PORTARIA N°. 494/2024
Promove a remoção de Cristian Ademar Jahn.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de um agente administrativo para exercer suas funções na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

Considerando que o Município se reveste de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público e o bem estar aos munícipes;

Considerando, ademais, que o (a) servidor (a) público não goza de inamovibilidade e que a remoção dos servidores ocorre, tão e somente para melhor atender o interesse público, sendo ato discricionário da gestão municipal;

Considerando que é lícito à Administração Pública Municipal proceder ao remanejamento do local de trabalho de seus servidores por decisão unilateral, quando este não acarretar necessariamente na mudança de residência do servidor;

Considerando, ao final, que é dever do Administrador Público primar pelos princípios da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência administrativa, disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:
Art. 1° Remover Cristian Ademar Jahn, Agente Administrativo, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, para desempenhar as funções na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 26 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 495/2024

Publicação Nº 6131931

PORTARIA N°. 495/2024
Designa atribuição ao servidor Altair Buzzi.

Osvaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o período de férias do servidor Jean Carlo Spezia, a partir de 18/06/2024 até 07/07/2024;

RESOLVE:
Art. 1° Na ausência do servidor Jean Carlo Spezia, fica designado o servidor Altair Buzzi, Fiscal Tributarista, como Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária, nomeada pela Portaria nº. 267/2023, no período de 27 de junho até 07 de julho de 2024.

Parágrafo único. A atribuição ora especificada não gerará despesa ao Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2024.
Osvaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

Ibiam

Prefeitura

PORTARIA Nº 197/2024

Publicação Nº 6131781

PORTARIA Nº 197, DE 24 DE JUNHO DE 2024
"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto no Decreto nº 1636, de 31.07.2007, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores Edsson Gomes de Oliveira, Antonio Enori Gonçalves da Silva e Claudinei Peretti, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

Art. 2º - A Comissão terá a incumbência de efetuar aferição do Estágio Probatório dos servidores que ingressaram através de concurso público e estão exercendo suas atividades junto a Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transportes.

Art. 3º - Para desempenhar suas funções, a Comissão poderá requisitar o apoio dos vários setores da Administração.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 340, de 29 de novembro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia _____/_____/_____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 198/2024

Publicação Nº 6131783

PORTARIA Nº 198, DE 24 DE JUNHO DE 2024
"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A EMPREGADO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao empregado público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:
a) Jose Jadiel Matias Silva – Carteira Nacional de Habilitação nº 266XXXXXXX, nº registro 057XXXXXXXX, categoria "AB", com validade até 09.08.2033.

Art. 2º. O empregado público autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:
a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O empregado público autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:
a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal
Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia _____/_____/_____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 199/2024

Publicação Nº 6131785

PORTARIA Nº 199, DE 24 DE JUNHO DE 2024
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores;

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a MARIA IZABEL BARTH DA COSTA ESTREME, servidor contratada temporariamente para exercer as funções do cargo de Auxiliar Educacional – Nível 1 – Referência A, com vencimentos conforme Anexo IX.I, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 09 de janeiro de 2002 e alterações posteriores.

Art. 2º. O primeiro afastamento deu-se de conformidade com o Atestado Médico da Dra. Raphaela Teixeira Pereira Amaranto – CRM 30.962, datado de 13 de junho de 2024, no período vespertino.

Art. 3º. O segundo afastamento deu-se de conformidade com o Atestado Médico da Dra. Raphaela Teixeira Pereira Amaranto – CRM 30.962, datado de 14.06.2024, por um período de 04 dias.

Art. 4º. O terceiro afastamento deu-se de conformidade com o Atestado Médico da Dra. Raphaela Teixeira Pereira Amaranto – CRM 30.962, datado de 18.06.2024, para um dia.

Art. 5º. O quarto afastamento deu-se de conformidade com o Atestado Médico da Dra. Raphaela Teixeira Pereira Amaranto – CRM 30.962, datado de 21 de junho de 2024, para o período de 19 de junho de 2024 a 18 de julho de 2024.

1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da servidora, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, a servidora estará em auxílio doença (INSS), a partir de 28 de junho de 2024 e enquanto ela permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de junho de 2024.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia _____/_____/_____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 200/2024

Publicação Nº 6131786

PORTARIA Nº 200, DE 25 DE JUNHO DE 2024
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS, servidor efetivo no cargo de Agente de Combate às Endemias - Nível 7 ACS – Referência A.

Art. 2º. O primeiro afastamento deu-se de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Luiz Cesar Didoné – CRM 4297, para o período de 09 de maio de 2024 a 22 de maio de 2024 (14 dias).

Art. 3º. O segundo afastamento deu-se de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Regis Ariel Ribeiro Jordão – CRM 12.297, para o período de 18 de junho de 2024 a 21 de junho de 2024 (04 dias).

Art. 4º. O terceiro afastamento deu-se de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Luiz Cesar Didoné – CRM 4297, para o período de 24 de junho de 2024 a 21 de setembro de 2024.

1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da servidora, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, a servidora estará em auxílio doença (INSS), a partir de 20 de junho de 2024 e enquanto ele permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de maio de 2024.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia _____/_____/_____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 201/2024

Publicação Nº 6131791

PORTARIA Nº 201, DE 25 DE JUNHO DE 2024
"EXONERA EMPREGADA PÚBLICA QUE MENCIONA DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO (CRAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, mais o que consta na CLT;

Considerando, o resultado classificatório no concurso público, realizado em conformidade com o Edital nº 001/2023;

Considerando, os termos do Decreto Homologatório nº 4218/2023, de 26 de outubro de 2023;

RESOLVE:
Art. 1º. Fica exonerada do cargo de Auxiliar Administrativo (CRAS), JULIANA VEDOVATTO PELENTIER, cuja admissão deu-se através da Portaria nº 024, de 17 de janeiro de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia _____/_____/_____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 202/2024

Publicação Nº 6131793

PORTARIA Nº 202, DE 26 DE JUNHO DE 2024
"CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 7º, inc. XIX, da Constituição Federal, c/c artigo 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Paternidade ao servidor FERNANDO CAON, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 4 – Referência A – conforme Anexo IX, da Lei Complementar Municipal nº 023, de 03 de março de 2011.

Art. 2º. A licença paternidade de 05 (cinco) dias será usufruída no período de 21 a 25 de junho de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de junho de 2024.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE JUNHO DE 2024.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia _____/_____/_____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 204/2024

Publicação Nº 6131794

PORTARIA N.º 204, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica do Município c/c o disposto no art. 4º da Lei n.º 709, de 20 de maio de 2024 RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Cultura:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
a) CAIO MURILO RINALDI TRAGANCIM– Secretaria Municipal de Educação;
b) ILISANGELA ZITTERELL DO ROSARIO DA SILVA – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
c) JEFERSON LUIZ MORAES DE SOUZA – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes;
d) ISABELA DE AVILLA OLIVEIRA SAMPAIO– Secretaria Municipal de Assistência Social

II – REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:
a) ERICA LAIDNES PEROSA – Clube de Mães;
b) EDIANA SCHNEIDER- Centro de Tradições Gaúcha- CTG;
c) CÁSSIA COSTA PIVETTA – Associação de Pais e Professores;
d) ALINE PAIVA DE SÁ - Associação Comercial de Ibiam- AMPE

Art. 2º. O mandato dos membros será de 2 (dois) anos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM – SC, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
JOARES TREVISOL
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia _____/_____/_____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário de Administração e Fazenda

Ibicaré

Câmara Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CLIC 2024-2025

Publicação Nº 6133102

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE IBICARÉ
Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 001/2023
Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93
DOS OBJETOS DE ALTERAÇÃO:
CLÁUSULA SEGUNDA: "Da Vigência e do Pagamento" do instrumento originário passará a ter a seguinte disposição legal:
2.1.O prazo de vigência passará a ser de 01/07/2024 a 01/07/2025, conforme solicitação da parte Contratada.
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Ibicaré
CONTRATADA: LUCIANO JUSTI – ME.

Ibicaré-SC, 27 de junho de 2024.
Sigmar Krumenauer
PRESIDENTE

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023

Publicação Nº 6133043

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE IBICARÉ
Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 001/2023
Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93
DOS OBJETOS DE ALTERAÇÃO:
CLÁUSULA SEGUNDA: "Da Vigência e do Pagamento" do instrumento originário passará a ter a seguinte disposição legal:
2.1.O prazo de vigência passará a ser de 01/07/2024 a 01/07/2025, conforme solicitação da parte Contratada.
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Ibicaré
CONTRATADA: LUCIANO JUSTI – ME.

Ibicaré-SC, 27 de junho de 2024.
Sigmar Krumenauer
PRESIDENTE

Ibirama

Prefeitura

EDITAL Nº 48/2024 - CHAMADA E QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACTS ANO LETIVO DE 2024

Publicação Nº 6133039

EDITAL Nº 048/2024 - CHAMADA E QUADRO DE VAGAS – PROFESSOR ACTs ano letivo de 2024

Jucélio José de Andrade, Prefeito em exercício do município de Ibirama/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar nº 2.126/2001, que regulamenta as contratações de pessoal no âmbito da administração pública para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, bem como os dispostos nas Leis Complementares nº 212/2023, 057/2006 e 064/2007, bem como as alterações complementares, torna público pelo presente EDITAL Nº 048/2024 - CHAMADA E QUADRO DE VAGAS – PROFESSOR ACT 2024, referente ao Edital Nº 48/2023 DE PROCESSO SELETIVO, para contratação de professores para Professores da Rede Municipal de Ensino, em Admissão de Caráter Temporário – ACT, ano letivo de 2024.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 A Chamada através do EDITAL Nº 048/2024 CHAMADA E QUADRO DE VAGAS – ano letivo de 2024 - Edital Nº 48/2023 DE PROCESSO SELETIVO, para o ano letivo de 2024, ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação, localizado à rua Dr. Getúlio Vargas, 70, Centro, Ibirama/SC, dia 26 de junho de 2024, às 16h00min;

1.2 As vagas abertas que se referem ao item 1.1. deste edital, estão dispostas no Anexo único deste edital;

1.3 No caso de esgotadas as listagens de classificação final pelo Edital nº 48/2023 DE PROCESSO SELETIVO e havendo vagas remanescentes, para o ano letivo de 2024, estas serão oferecidas na Chamada Pública, conforme previsto no Edital de Chamada Pública nº 67/2023, para este fim.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1 Na forma da legislação vigente, o presente edital poderá ser alterado a qualquer momento sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento pelo site;

2.2 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ibirama, 25 de junho de 2024
Jucélio José de Andrade
Prefeito em Exercício de Ibirama

ANEXO ÚNICO

Disciplina	Local	Quantidade	Carga Horária	Motivo para contratação
Educação Infantil/Anos Iniciais	EM Tancredo Neves	01	30h matutino/vespertino 2ª a 6ª feira	Projeto: Educação ambiental e atitudes educativas Observações: Projetos de higiene corporal, bucal, bem como atividades que envolvam reciclagem, desperdício e consumismo, ações conscientes e participativas onde envolvem projetos que qualificam o processo de aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento dos estudantes através das práticas.

Vagas abertas para a Chamada pelo Edital nº 048/2024 - Chamada e Quadro de Vagas Processo Seletivo nº 48/2023
Data da chamada: 26/06/2024 - Horário: 16h00min.

EDITAL Nº 49/2024 - CHAMADA E QUADRO DE VAGAS - PROFESSOR ACTS ANO LETIVO DE 2024

Publicação Nº 6133049

EDITAL Nº 049/2024 - CHAMADA E QUADRO DE VAGAS – PROFESSOR ACTs ano letivo de 2024

Jucélio José de Andrade, Prefeito em exercício do município de Ibirama/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar nº 2.126/2001, que regulamenta as contratações de pessoal no âmbito da administração pública para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, bem como os dispostos nas Leis Complementares nº 212/2023, 057/2006 e 064/2007, bem como as alterações complementares, torna público pelo presente EDITAL Nº 049/2024 - CHAMADA E QUADRO DE VAGAS – PROFESSOR ACT 2024, referente ao Edital Nº 48/2023 DE PROCESSO SELETIVO, para contratação de professores para Professores da Rede Municipal de Ensino, em Admissão de Caráter Temporário – ACT, ano letivo de 2024.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada através do EDITAL Nº 049/2024 CHAMADA E QUADRO DE VAGAS – ano letivo de 2024 - Edital Nº 48/2023 DE PROCESSO

SELETIVO, para o ano letivo de 2024, ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação, localizado à rua Dr. Getúlio Vargas, 70, Centro, Ibirama/SC, dia 28 de junho de 2024, às 13h00min;

1.2 As vagas abertas que se referem ao item 1.1. deste edital, estão dispostas no Anexo único deste edital;

1.3 No caso de esgotadas as listagens de classificação final pelo Edital nº 48/2023 DE PROCESSO SELETIVO e havendo vagas remanescentes, para o ano letivo de 2024, estas serão oferecidas na Chamada Pública, conforme previsto no Edital de Chamada Pública nº 67/2023, para este fim.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Na forma da legislação vigente, o presente edital poderá ser alterado a qualquer momento sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento pelo site;

2.2 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ibirama, 27 de junho de 2024
Jucélio José de Andrade
Prefeito em Exercício de Ibirama

ANEXO ÚNICO

Disciplina	Local	Quantidade	Carga Horária	Motivo para contratação
Educação Física	CEI Abelhinha Feliz	01	40h matutino/vespertino	Professor efetivo em licença para concorrer a cargo eletivo.

Vagas abertas para a Chamada pelo Edital nº 049/2024 - Chamada e Quadro de Vagas Processo Seletivo nº 48/2023
Data da chamada: 28/06/2024 - Horário: 13h00min.

EDITAL Nº 47/2024 - CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVENTES/MERENDEIRA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 6133065

EDITAL Nº 47/2024 – CHAMADA PÚBLICA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVENTES/MERENDEIRA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso IX do art. 37 da CF/88, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar 67, de 18 de dezembro de 2007 e alterações e Lei Complementar 205 de 13 de dezembro de 2022.

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede básica de educação no município de Ibirama, para atender a demanda de mais de 2.000 estudantes;

Considerando que existe um grande fluxo de Serventes/Merendeiras que são exonerados, remanejados, afastados ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços nas unidades educacionais do município;

Considerando o afastamento temporário de algumas Serventes/Merendeiras;

Considerando a necessidade de manutenção de equipe mínima de Serventes/Merendeiros nas unidades educacionais;

Considerando o esgotamento de candidatos do Processo Seletivo Nº 0048/2023;

Considerando o esgotamento de candidatos da Chamada Pública Nº 006/2024;

Considerando o esgotamento de candidatos da Chamada Pública Nº 012/2024;

Considerando o esgotamento de candidatos da Chamada Pública Nº 017/2024;

Considerando o esgotamento de candidatos da Chamada Pública Nº 022/2024;

Considerando o esgotamento de candidatos da Chamada Pública Nº 027/2024;

Considerando o esgotamento de candidatos da Chamada Pública Nº 030/2024;

Considerando o esgotamento de candidatos da Chamada Pública Nº 038/2024;

Considerando a inexistência de processo seletivo para a contratação temporária de Serventes/Merendeiros;

Considerando a inexistência de concurso público para a contratação temporária de Serventes/Merendeiros;

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Os procedimentos do presente Edital de Chamamento Público serão coordenados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conjuntamente com o Departamento de Recursos Humanos.

1.2 As publicações relativas ao presente procedimento estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ibirama.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e nos murais públicos municipais.

1.3 O presente Processo terá validade até a realização de Processo Seletivo ou até o retorno dos servidores que estão em licença, ou ainda até atender o excepcional interesse público para a manutenção da rede municipal de educação de Ibirama.

1.4 O presente Processo seguirá os ritos do cronograma, apresentado no anexo II deste edital.

2. DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VAGAS.

Cargo	Habilitação/Escolaridade	Remuneração Mensal	Carga Horária Semanal	Vagas
Servente/ Merendeira	Alfabetizado	1.068,78 + 60% Gratificação Lei 3.058/2014	44H	1 + CR

2.1 As vagas disponíveis terão sua lotação divulgada quando o candidato de fato tomar posse do cargo em caráter temporário.

3. DA DATA E HORÁRIO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1 A chamada Pública **irá acontecer presencialmente na Escola Municipal Christa Sedlacek, sito, Rua Elisabeth Weschenfelder, n 111 - Ponto Chic - Ibirama/SC no dia 03/07/2024, às 18:00 (dezoito horas) da tarde**, horário oficial de Brasília.

3.2 Recomenda-se que o candidato(a) esteja presente no momento da Chamada Pública com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.

3.3 O não comparecimento do candidato em data e horário indicado implicam em desclassificação automática deste processo, não cabendo nenhum tipo de recurso posterior.

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

4.1 Os (as) candidatos (as) interessados (as) deverão comparecer em data e horário específicos, indicados no item 3.1 deste edital munidos dos seguintes documentos:

4.1.1 Documentos pessoais (Cédula de Identidade)

4.1.2 Preenchimento e assinatura da Ficha de Inscrição da Chamada Pública nº 47/2024 – Anexo I deste edital.

Parágrafo único: Caso o candidato não compareça munido de algum documento obrigatório, cito os itens 4.1.1 e 4.1.2, será desclassificado deste chamamento público, não podendo participar do processo.

5. DA AVALIAÇÃO

5.1 A presente chamada pública será composta por uma prova de conhecimentos gerais, composta por 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha, com pontuação total de 10,00.

5.2 A prova será composta por dois blocos:

a. **Conhecimentos Gerais:** 20 questões objetivas, com valor de 0,25 pontos cada questão;

b. **Conhecimentos Específicos:** 10 questões objetivas, com valor de 1,0 pontos cada questão;

5.3 O candidato deverá comparecer ao local portando caneta esferográfica azul ou preta, **obrigatoriamente.**

5.4 O conteúdo programático da prova escrita de conhecimentos gerais está no anexo III deste edital.

5.5 A prova terá duração total de **02 (duas) horas,** a serem contados a partir do aviso de início, dado pelo aplicador da prova.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação será gerada a partir da nota obtida na prova objetiva com base nas pontuações citadas no item 5.2 deste edital, sempre da maior nota, à menor.

6.2 Em casos de empate, os seguintes critérios de desempate serão seguidos:

a) Maior número de acertos no bloco de conhecimentos específicos;

b) Maior idade;

7. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

7.1 Ao contratado, através do presente Processo, aplicar-se-á o Regime Jurídico previsto na Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e suas alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais e Lei Complementar 205, de 13 de dezembro 2022 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e serão segurados do Regime Geral da Previdência Social – INSS.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 O Resultado final será divulgado no sítio www.ibirama.sc.gov.br e nos murais públicos do Município.

8.2 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conjuntamente com Departamento de Recursos Humanos que, julgando necessário, poderá submetê-los ao Prefeito Municipal.

8.3 Demais informações ou dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento Pessoal do município de Ibirama, ou pelo fone (47) 3357-8500, em horário comercial.

Ibirama, 26 de junho de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
JUCELIO JOSE DE ANDRADE
CPF 83446079904
DATA 26/06/2024
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE
Prefeito Municipal de Ibirama em exercício

Anexo I – Ficha de Inscrição da Chamada Pública nº 47/2024

Nome completo:
Número para contato:
Email:
CPF:
RG:
Endereço Completo:
Idade:
Data de Nascimento
Escolaridade:

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 47/2024 da Prefeitura Municipal de Ibirama, bem como toda a legislação pertinente sobre a contratação. Declaro também que me encontro ciente que o descumprimento de qualquer norma vigente deste processo me desclassifica imediatamente desta Chamada Pública, não cabendo nenhum tipo de recurso.

Ibirama, _____ de _____ de 2024.

_____

Candidato (a)

Anexo II – Cronograma da Chamada Pública 47/2022

Evento	Data
Divulgação da Chamada Pública 47/2024	De 26/06/2024 a 03/07/2024.
Seleção Presencial - Aplicação de Prova Objetiva	03/07/2024 a partir das 18h na EM Christa Sedlacek.
Resultado da Chamada Pública 47/2024	04/07/2024 até às 17h

Anexo III - Conteúdo Programático

Conhecimentos Gerais: Língua portuguesa: Compreensão e interpretação de textos. Palavras sinônimas e antônimas. Divisão silábica. Classificação de palavras quanto ao número de sílabas. Classes gramaticais: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome (pessoal, demonstrativo e possessivo). Pontuação: vírgula, ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação. Tipos de frases: declarativa, interrogativa e exclamativa. Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples sistema de numeração decimal e romana; medidas de comprimento, números primos, medidas de tempo, frações, triângulos e quadriláteros,medidas de capacidade, porcentagem, gráficos e tabelas. Álgebra, noções de estatística,Equações e Raciocínio Lógico, análise de assuntos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, ciência e tecnologia, energia, esporte, turismo, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente e dados do município de Ibirama, Estatuto dos Servidores de Ibirama. Lei Orgânica do Município de Ibirama.

Conhecimentos Específicos: Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Noções de limpeza e higiene; Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc; Noções de microbiologia: contaminação, desinfecção, micróbios. Higiene ambiental (instalações/equipamentos e utensílios). Saúde do trabalhador (higiene e saúde de manipuladores). Combate às pragas e vetores urbanos. Higienização de legumes, verduras, frutas, carnes, peixes, aves e ovos. Doenças transmitidas por alimentos. Boas práticas de manipulação e controle na produção de alimentos. Etapas da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Noções básicas de conservação, manutenção, cozimento, armazenamento e reposição dos alimentos. Adequação da alimentação do escolar e do adolescente. Pirâmide de alimentos. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros

alimentícios. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios. Higiene dos alimentos, ambiental, dos utensílios e equipamentos. Prevenção de acidentes. Noções básicas de relações humanas no trabalho. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho e uso de Equipamentos de Proteção - EPI inerentes às atividades a serem desenvolvidas. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia a dia.

PORTARIA Nº 612

Publicação Nº 6131318

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº 612, de 25 de junho de 2024.

"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) **ARLINI DIANA RODRIGUES SEOLA**, sob a matrícula nº 62446673-0 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSOR, atualmente exercendo o cargo COMISSIONADO de DIRETOR DE DEPARTAMENTO vinculado(a) a Secretária de Educação Cultura e Esportes, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 16/10/2032, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de junho de 2024.

Jucélio José de Andrade
Prefeito Municipal de Ibirama em exercício

Valdur Ricardo Rosenbrock
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 613

Publicação Nº 6131319

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº 613, de 25 de junho de 2024.

"Exonera do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

E X O N E R A R,

Art. 1º - DANDARA RAMOS GONZAGA sob a matrícula nº 34118-8, do cargo de provimento ACT-TEMPORARIO de PROFESSOR vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 523 de 15 de maio de 2024.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20/06/2024.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de junho de 2024.

Jucelio Jose de Andrade
Prefeito Municipal de Ibirama em Exercício

Valdur Ricardo Rosembrock
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Içara

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/FMS/2024

Publicação Nº 6131208

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5D378D21782D4560B3DAE962E2E4ED6F0388217E

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IÇARA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 008/FMS/2024
TIPO: Menor preço Por Lote
INÍCIO DA SESSÃO: 12/07/2024 às 09:00 horas.
OBJETO: REGISTRAR PREÇO para prestação serviço de manutenção preventiva e corretiva com a aquisição de peças para os equipamentos da área de Odontologia e Enfermagem pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Içara - SC. Retirada do Edital e Anexos através do site https://www.icara.sc.gov.br/ no link Editais/ Licitações.

Içara – SC, 27 de junho de 2024.
Dalvania Cardoso
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/PMI/2024

Publicação Nº 6132165

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 17FDF27438A270E12696BFB63308DEBE2781F77F

Contrato N° 85/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA

Contratada: MUNIZ SOLUÇÕES CONSTRUTORA LTDA

Valor: 65.900,55

Vigência: Início: 27/06/2024 Término: 27/06/2025

Licitação: 62/2024

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA, PARA O CENTENÁRIO DA ESPERANÇA. ETAPA 02 - IÇARA - SC.

Içara, 27 de Junho de 2024

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA PUBLICA Nº 062/PMI/2024

Publicação Nº 6132231

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 39668F4D38B05102792F2CA5A0B3EDC5B866CE17

CONCORRÊNCIA Nº 62/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N° 62/2024

HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2024 09:45

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA, PARA O CENTENÁRIO DA ESPERANÇA. ETAPA 02 - IÇARA - SC.

CONTRATADO: MUNIZ SOLUÇÕES CONSTRUTORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R$ 65.900,55

27/06/2024 DALVANIA CARDOSO - Prefeita Municipal

Imbituba

Prefeitura

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 12/2022 A03 PROCESSO 02/2022

Publicação Nº 6132954

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5C0C61C00EA43C7CE999147E3351D2F626E05BFF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

Aditivo ..... : 03
Contrato ..... : 12/2022
Processo ..... : 02/2022
Modalidade ..... : Credenciamento/Inexigibilidade 01/2022
Contratante ..... : Fundo Municipal de Saúde
Contratada ..... : CENTRO DE FISIOTERAPIA SAÚDE E BELEZA EIRELI
Vigência ..... :12 meses
Objeto ..... : "É objeto deste Termo Aditivo, a alteração do FISCAL indicado no contrato 12/2022 A00, onde constava como fiscal a Sra. Cleide Machado e passa ser a servidora Jane Ramos de Souza Matrícula 206.
O Termo Aditivo refere-se ao contrato 12/2022 A00 cujo objeto é a "CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA, GRUPO 03 E SUB-GRUPO 02, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS."

Imbituba, 18 de junho de 2024.
VERONICE MILHORETO NIEHUES
Secretária Municipal da Saúde

PORTARIA PMI/SEAD Nº 776/2024

Publicação Nº 6132438

PORTARIA PMI/SEAD Nº 776, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88, ainda, considerando o Memorando nº 908/2024;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear, em 28 de junho de 2024, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público Edital nº 01/2024, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com a remuneração consignada na legislação pertinente, de acordo com o quadro a seguir:

NOME	CARGO	CPF	CERTAME	COLOCAÇÃO
Denilson Avila Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	808.xxxxxxX-72	CP 01/2024	01º lugar
Simone da Silveira Machado	Auxiliar de Serviços Gerais	024.xxx.xxx-96	CP 01/2024	02º lugar
Gislene Felipe Marcelino	Auxiliar de Serviços Gerais	064.xxx.xxx-03	CP 01/2024	03º lugar
Tatiane Henrique Cardoso	Auxiliar de Serviços Gerais	010.xxx.xxx.98	CP 01/2024	04º lugar
Éder Freitas dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	050.xxx.xxx-60	CP 01/2024	05º lugar

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 009/2024, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.
Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.
Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entrou em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Sinara Ramos
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 777/2024

Publicação Nº 6132455

PORTARIA PMI/SEAD Nº 777, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a Nomeação de Técnico de Enfermagem - ESF, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar n.° 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88, ainda, considerando o Memorando nº 908/2024;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear, em 28 de junho de 2024, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Público Edital nº 01/2024, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - ESF, com a remuneração consignada na legislação pertinente, de acordo com o quadro a seguir:

NOME	CARGO	CPF	CERTAME	COLOCAÇÃO
Rayssa Oliveira Carvalho	Técnico de Enfermagem - ESF	104.xxx.xxx-29	PSP 01/2024	01º lugar
Isadora Paulo Apolinario	Técnico de Enfermagem - ESF	140.xxx.xxx-30	PSP 01/2024	02º lugar
Silvana Judes de Souza	Técnico de Enfermagem - ESF	915.xxx.xxx-34	PSP 01/2024	03º lugar
Niceia Fatima Cantarelli	Técnico de Enfermagem - ESF	790.xxx.xxx-15	PSP 01/2024	04º lugar

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 009/2024, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.
Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.
Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entrou em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Sinara Ramos
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 778/2024

Publicação Nº 6132617

PORTARIA PMI/SEAD Nº 778, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 03, de 03 de janeiro de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 12.149/2024 e na legislação em vigor;

RESOLVE:
Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 03, de 03 de janeiro de 2024, do(a) servidor(a), Sr(a). MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA ALBINO DOMINGOS, Auxiliar de Serviços, inscrito(a) na matrícula n.º 1735, admitido(a) em 01/08/2002, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2017 a 2022	02/01/2024 a 31/01/2024 01/07/2025 a 30/07/2025 (nova fruição) 02/01/2026 a 31/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 779/2024

Publicação Nº 6132907

PORTARIA PMI/SEAD Nº 779, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a concessão de desincompatibilização de servidor municipal de carreira através de Licença Eleitoral, para concorrer a cargo político nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; considerando o pedido formulado através de protocolos/memorandos por servidores municipais de carreira; ainda, considerando o prazo previsto na Legislação Eleitoral, para os pedidos de desincompatibilização de servidores públicos, e de acordo com todo o exposto no Protocolo nº 17.823/2024;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 05 de julho de 2024, a desincompatibilização, através de Licença Eleitoral, ao servidor municipal de carreira relacionado abaixo, para concorrer ao cargo político, nas eleições municipais de 2024, no prazo estabelecido na legislação vigente.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	MOTIVO	PROTOCOLO
13401	Júlia Cavalcante de Freitas	SEMUSA	Desincompatibilização – Eleições	17.823/2024

Art. 2º - O servidor deverá afastar-se das suas atividades funcionais, retornando automaticamente, após o fim do período eleitoral.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 780/2024

Publicação Nº 6132934

PORTARIA PMI/SEAD Nº 780, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a concessão de desincompatibilização de servidor municipal de carreira através de Licença Eleitoral, para concorrer a cargo político nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; considerando o pedido formulado através de protocolos/memorandos por servidores municipais de carreira; ainda, considerando o prazo previsto na Legislação Eleitoral, para os pedidos de desincompatibilização de servidores públicos, e de acordo com todo o exposto no Protocolo nº 12.667/2024;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 05 de julho de 2024, a desincompatibilização, através de Licença Eleitoral, ao servidor municipal de carreira relacionado abaixo, para concorrer ao cargo político, nas eleições municipais de 2024, no prazo estabelecido na legislação vigente.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	MOTIVO	PROTOCOLO
4296	Rosimere Higino Adriano	SEMUSA	Desincompatibilização – Eleições	12.667/2024

Art. 2º - O servidor deverá afastar-se das suas atividades funcionais, retornando automaticamente, após o fim do período eleitoral.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 781/2024

Publicação Nº 6133054

PORTARIA PMI/SEAD Nº 781, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a concessão de desincompatibilização de servidor municipal de carreira através de Licença Eleitoral, para concorrer a cargo político nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; considerando o pedido formulado através de protocolos/memorandos por servidores municipais de carreira; ainda, considerando o prazo previsto na Legislação Eleitoral, para os pedidos de desincompatibilização de servidores públicos, e de acordo com todo o exposto no Protocolo nº 12.665/2024;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 01 de julho de 2024, a desincompatibilização, através de Licença Eleitoral, ao servidor municipal de carreira relacionado abaixo, para concorrer ao cargo político, nas eleições municipais de 2024, no prazo estabelecido na legislação vigente.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	MOTIVO	PROTOCOLO
5496	Ireni José Ouriques	SEMUSA	Desincompatibilização – Eleições	12.665/2024

Art. 2º - O servidor deverá afastar-se das suas atividades funcionais, retornando automaticamente, após o fim do período eleitoral.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 782/2024

Publicação Nº 6133115

PORTARIA PMI/SEAD Nº 782, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a Exoneração de servidor(a) de carreira, da respectiva função gratificada do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 5.395, de 30 de março de 2023; considerando o Memorando nº 17.823/2024 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, em 05 de julho de 2024, o(a) servidor(a) de carreira abaixo descrito(a), da respectiva função gratificada do órgão superior correspondente, conforme quadro abaixo:

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
13401	Júlia Cavalcante de Freitas	SEMUSA	Gerência de Contratos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração
Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 784/2024

Publicação Nº 6133503

PORTARIA PMI/SEAD Nº 784, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a concessão de desincompatibilização de servidor municipal de carreira através de Licença Eleitoral, para concorrer a cargo político nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; considerando o pedido formulado através de protocolos/memorandos por servidores municipais de carreira; ainda, considerando o prazo previsto na Legislação Eleitoral, para os pedidos de desincompatibilização de servidores públicos, e de acordo com todo o exposto no Memorando 18.066/2024;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 05 de julho de 2024, a desincompatibilização, através de Licença Eleitoral, ao servidor municipal de carreira relacionado abaixo, para concorrer ao cargo político, nas eleições municipais de 2024, no prazo estabelecido na legislação vigente.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	MOTIVO	PROTOCOLO
1731	Joana Dias Melo	SEMUSA	Desincompatibilização – Eleições	18.066/2024

Art. 2º - O servidor deverá afastar-se das suas atividades funcionais, retornando automaticamente, após o fim do período eleitoral.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 785/2024

Publicação Nº 6133631

PORTARIA PMI/SEAD Nº 785, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a Exoneração de servidora de carreira, da respectiva função gratificada do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 5.395, de 30 de março de 2023; considerando o Memorando nº 18.066/2024 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, em 05 de julho de 2024, a servidora de carreira abaixo descrita, da respectiva função gratificada do órgão superior correspondente, conforme quadro abaixo:

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
1731	Joana Dias Melo	SEMUSA	Gerente de Imunização

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 786/2024

Publicação Nº 6134020

PORTARIA PMI/SEAD Nº 786, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a Nomeação de Assistente Social, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e no artigo 37, II, da CF/88, considerando ainda o Memorando 33.388/2023;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear, em 28 de junho de 2024, o(a) Sr(a). MARTINA SANTOS FORMAGIO, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF n.º 043.xxx.xxx-89, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 04/2024 na 2ª colocação, para exercer o cargo/função temporária de Assistente Social, em razão do afastamento da servidora Sra. Rosinete Delfino Laurindo, que encontra-se no exercício de cargo de agente político.

Art. 2º O nomeado para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 009/2024, o nomeado terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado, de ofício, do cargo ao qual fora nomeado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 27 de junho de 2024.
Sinara Ramos
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 787/2024

Publicação Nº 6134050

PORTARIA PMI/SEAD Nº 787, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a concessão de desincompatibilização de servidor municipal de carreira através de Licença Eleitoral, para concorrer a cargo político nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; considerando o pedido formulado através de protocolos/memorandos por servidores municipais de carreira; ainda, considerando o prazo previsto na Legislação Eleitoral, para os pedidos de desincompatibilização de servidores públicos, e de acordo com todo o exposto no Memorando 18.109/2024;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 05 de julho de 2024, a desincompatibilização, através de Licença Eleitoral, ao servidor municipal de carreira relacionado abaixo, para concorrer ao cargo político, nas eleições municipais de 2024, no prazo estabelecido na legislação vigente.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	MOTIVO	PROTOCOLO
1967	Michela da Silva Freitas	SEDUCE	Desincompatibilização – Eleições	18.109/2024

Art. 2º - O servidor deverá afastar-se das suas atividades funcionais, retornando automaticamente, após o fim do período eleitoral.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 788/2024

Publicação Nº 6134053

PORTARIA PMI/SEAD Nº 788, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a Exoneração de servidora de carreira, da respectiva função gratificada do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 5.395, de 30 de março de 2023; considerando o Memorando nº 18.109/2024 e ainda

o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, em 05 de julho de 2024, a servidora de carreira abaixo descrita, da respectiva função gratificada do órgão superior correspondente, conforme quadro abaixo:

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
1967	Michela da Silva Freitas	SEDUCE	Gestor (a) Organizacional de Competições Esportivas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 789/2024

Publicação Nº 6134054

PORTARIA PMI/SEAD Nº 789, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a concessão de desincompatibilização de servidor municipal de carreira através de Licença Eleitoral, para concorrer a cargo político nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; considerando o pedido formulado através de protocolos/memorandos por servidores municipais de carreira; ainda, considerando o prazo previsto na Legislação Eleitoral, para os pedidos de desincompatibilização de servidores públicos, e de acordo com todo o exposto no Memorando 18.162/2024;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 05 de julho de 2024, a desincompatibilização, através de Licença Eleitoral, ao servidor municipal de carreira relacionado abaixo, para concorrer ao cargo político, nas eleições municipais de 2024, no prazo estabelecido na legislação vigente.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	MOTIVO	PROTOCOLO
5929	Rosiane da Silva Costa	SEASH	Desincompatibilização – Eleições	18.162/2024

Art. 2º - O servidor deverá afastar-se das suas atividades funcionais, retornando automaticamente, após o fim do período eleitoral.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 790/2024

Publicação Nº 6134117

PORTARIA PMI/SEAD Nº 790, de 27 de junho de 2024.
Dispõe sobre a concessão de desincompatibilização de servidor municipal de carreira através de Licença Eleitoral, para concorrer a cargo político nas eleições municipais de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; considerando o pedido formulado através de protocolos/memorandos por servidores municipais de carreira; ainda, considerando o prazo previsto na Legislação Eleitoral, para os pedidos de desincompatibilização de servidores públicos, e de acordo com todo o exposto no Memorando 12.766/2024;

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 05 de julho de 2024, a desincompatibilização, através de Licença Eleitoral, ao servidor municipal de

carreira relacionado abaixo, para concorrer ao cargo político, nas eleições municipais de 2024, no prazo estabelecido na legislação vigente.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	MOTIVO	PROTOCOLO
5229	Zenair da Silva	SEDUCE	Desincompatibilização – Eleições	12.766/2024

Art. 2º - O servidor deverá afastar-se das suas atividades funcionais, retornando automaticamente, após o fim do período eleitoral.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Sinara Ramos — Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA SAMAE Nº 04/2024

Publicação Nº 6131689

SAMAE IMBITUBA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Município de Imbituba – Estado de Santa Catarina

PORTARIA SAMAE Nº 04, de 27 de Junho de 2024
Dispõe sobre a nomeação de Engenheiro Civil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA e o DIRETOR-PRESIDENTE DO SAMAE no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 5041 de 19 de julho de 2019 e suas alterações; considerando o Memorando nº 16574/2024 e ainda o disposto na legislação em vigor:

RESOLVEM:
Art. 1º Nomear, em 28 de Junho de 2024, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público Edital nº 002/2024 – SAMAE, para exercer o cargo de Engenheiro(a) Civil, com a remuneração consignada na legislação pertinente, de acordo com o quadro a seguir:

NOME	CARGO	CPF	CERTAME	COLOCAÇÃO
ALAN BARBOSA COSTA	Engenheiro(a) Civil	865.xxx.xxx-87	CP nº 002/2024	1º lugar

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 009/2024, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de Junho 2024
Rosenvaldo da Silva Júnior — Prefeito Municipal
Marcelo Pinho Maciel — Diretor-presidente do SAMAE
Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA SAMAE Nº 05/2024

Publicação Nº 6131706

SAMAE IMBITUBA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Município de Imbituba – Estado de Santa Catarina

PORTARIA SAMAE Nº 05, de 27 de Junho de 2024
Dispõe sobre a nomeação de ADVOGADO (PROCURADOR), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA e o DIRETOR-PRESIDENTE DO SAMAE no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 5041 de 19 de julho de 2019 e suas alterações; considerando o Memorando nº 16574/2024 e ainda o disposto na legislação em vigor:

RESOLVEM:
Art. 1º Nomear, em 28 de Junho de 2024, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público Edital nº 002/2024 – SAMAE, para exercer o cargo de Advogado (Procurador), com a remuneração consignada na legislação pertinente, de acordo com o quadro a seguir:

NOME	CARGO	CPF	CERTAME	COLOCAÇÃO
DOUGLAS CORRÊA	Advogado (Procurador)	080.xxx.xxx-30	CP nº 002/2024	1º lugar

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 009/2024, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de Junho 2024
Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Marcelo Pinho Maciel
Diretor-presidente do SAMAE

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoa

PORTARIA SAMAE Nº 06/2024

Publicação Nº 6131716

SAMAE IMBITUBA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Município de Imbituba – Estado de Santa Catarina

PORTARIA SAMAE Nº 06, de 27 de Junho de 2024
Dispõe sobre a nomeação de CONTADOR, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA e o DIRETOR-PRESIDENTE DO SAMAE no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 5041 de 19 de julho de 2019 e suas alterações; considerando o Memorando nº 16574/2024 e ainda o disposto na legislação em vigor:

RESOLVEM:
Art. 1º Nomear, em 28 de Junho de 2024, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público Edital nº 002/2024 – SAMAE, para exercer o cargo de Contador, com a remuneração consignada na legislação pertinente, de acordo com o quadro a seguir:

NOME	CARGO	CPF	CERTAME	COLOCAÇÃO
KARLA TAÍS LUTKEMEYER BUENO	CONTADOR	009.xxx.xxx-46	CP nº 002/2024	1º lugar

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 009/2024, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de Junho 2024
Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Marcelo Pinho Maciel
Diretor-presidente do SAMAE

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoa

PPE - PMI/SEAD Nº 427 /2024

Publicação Nº 6133490

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 427 /2024

A Secretária Municipal de Administração, Sr. SINARA RAMOS, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, EMPOSSA nesta data, o(a) servidor(a) nomeado(a) pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 783, de 27 de junho de 2024, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 16/2023.
Art. 1º O(a) servidor(a) abaixo descrito(a), apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

NOME	CARGO	CPF	CERTAME	MOTIVO	ADMISSÃO
Cristiana da Silva Monteiro	Prof Ed Especial I – 20h	013.XXXXXX-81	PSS 16/2023	Demanda Temporária	01/07/2024

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, o(a) servidor(a) entra em exercício na(s) data(s) descritas acima.
Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de junho de 2024.
Sinara Ramos
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Câmara Municipal

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 026/2024

Publicação Nº 6134018

Ato da Presidência nº 026/2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a Ordem do Dia da 21ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, a realizar-se no dia 1º de julho de 2024, segunda-feira, às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
023/2024	Projeto de Lei Complementar nº 586/2024 Projeto e Emenda CCJ: Favorável CFO: Favorável Discussão e Votação da Emendas 1 e da Redação Final do PLC nº 586/2024	25/03/2024	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Júnior	Acrescenta §3º e altera a redação do caput do Art. 4º da Lei Complementar nº 5.380, de 05 de janeiro de 2023, que Dispõe sobre a nova Tabela Salarial dos Servidores Efetivos Municipais integrantes da Lei Municipal n.º 1.144/91, e dá outras providências.	Ordinária
046/2024	Projeto de Lei Complementar nº 589/2024 Projeto e Emenda CCJ: Favorável CFO: Favorável Discussão e Votação da Emenda 1 e da Redação Final do PLC nº 589/2024	27/05/2024	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Júnior	Altera dispositivos da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, que instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.	Ordinária
-	Moção nº 028/2024 Discussão e Votação da Moção nº 028/2024	18/06/2024	Poder Legislativo	Bruno Pacheco da Costa	Moção de Apoio ao Projeto de Lei n° 5.620 de 2023, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Naturólogo e institui o Dia Nacional do Naturólogo, em tramitação na Câmara dos Deputados.	Ordinária
-	Moção nº 029/2024 Discussão e Votação da Moção nº 029/2024	19/06/2024	Poder Legislativo	Renato Carlos de Figueiredo	Moção de Congratulação à Centhauro Segurança Eletrônica pelos seus 23 anos de atuação em Imbituba, a serem completados no próximo dia 13 de julho, ajudando no desenvolvimento do município, garantindo a segurança patrimonial de nossos munícipes e empresas.	Ordinária
A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. n° 001/2005).						

Gabinete da Presidência, 27 de junho de 2024.

Deivid Rafael Aquino	Rafael Mello da Silva
Presidente	Vice-Presidente

Leonir de Sousa	Thiago Rosa
1º Secretário	2º Secretário

Ipira

Prefeitura

40 - CONVOCAÇÃO BRUNO BREITENBACH GONÇALVES DE AZEVEDO - AGENTE DE SERV. GERAIS

Publicação Nº 6131283

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2024

Prezado Senhor:
BRUNO BREITENBACH GONÇALVES DE AZEVEDO
Edital de Processo Seletivo nº 03/2024
Inscrição nº 003

Nos termos do art. 5º e seguintes do Estatuto do Servidor Público do Município de Ipira, Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Parecer nº 002/2012 do Sistema de Controle Interno – SCI, de acordo com sua respectiva classificação obtida Edital de Processo Seletivo nº 03/2024, para que possa ser providenciado o ato de nomeação e consequente posse no Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais - 40h, viemos à presença de Vossa Senhoria, a fim de CONVOCÁ-LO, para que no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento desta, nos termos do inciso XI e seus respectivos itens 11 a 12.4 do Edital nº 03/2024, apresente os documentos a seguir relacionados trazendo consigo cópias juntamente com as originais da seguinte documentação:

1. laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. comprovação de nacionalidade brasileira;
3. certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. quitação com as obrigações eleitorais;
6. idade mínima de 18 anos;
7. declaração de BENS E FONTES DE RENDAS;
8. declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
9. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. dados pessoais:

a) cópia Carteira de Identidade;
b) cópia do CPF;
c) cópia da certidão de casamento/nascimento;
d) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
e) cópia da Carteira Profissional e PIS/PASEP;
f) cópia do Título de Eleitor;
g) cópia da tipagem sanguínea;
h) cópia do comprovante de escolaridade;
i) cópia de comprovante endereço completo;
j) nº do fone ou e-mail;
k) número da conta corrente no Banco Sicredi de Ipira;
l) Carteira de Identidade Profissional do respectivo órgão da categoria e comprovante de quitação da anuidade, junto a este Conselho; e
m) 01 foto 3X4.

Advertimos que a nomeação e posse do candidato convocado, fica sujeito a apresentação da documentação supracitada, dentro do prazo estabelecido, sob a pena da exclusão do candidato convocado.

Atenciosamente,

CLITO JOÃO KNEBEL
Prefeito Municipal Interino
Ipira (SC), 26 de junho de 2024.
Ciente em, _____/_____/_____.

41 - CONVOCAÇÃO HILIMAR SOHNE - MOTORISTA

Publicação Nº 6131288

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2024
Prezado Senhor:
HILIMAR SOHNE
Edital de Processo Seletivo nº 03/2024
Inscrição nº 001

Nos termos do art. 5º e seguintes do Estatuto do Servidor Público do Município de Ipira, Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Parecer nº 002/2012 do Sistema de Controle Interno – SCI, de acordo com sua respectiva classificação obtida

Edital de Processo Seletivo nº 03/2024, para que possa ser providenciado o ato de nomeação e consequente posse no Cargo Temporário de Motorista - 40h, viemos à presença de Vossa Senhoria, a fim de CONVOCÁ-LO, para que no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento desta, nos termos do inciso XI e seus respectivos itens 11 a 12.4 do Edital nº 03/2024, apresente os documentos a seguir relacionados trazendo consigo cópias juntamente com as originais da seguinte documentação:

1. laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. comprovação de nacionalidade brasileira;
3. certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. quitação com as obrigações eleitorais;
6. idade mínima de 18 anos;
7. declaração de BENS E FONTES DE RENDAS;
8. declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
9. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. dados pessoais:
a) cópia Carteira de Identidade;
b) cópia do CPF;
c) cópia da certidão de casamento/nascimento;
d) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
e) cópia da Carteira Profissional e PIS/PASEP;
f) cópia do Título de Eleitor;
g) cópia da tipagem sanguínea;
h) cópia do comprovante de escolaridade;
i) cópia de comprovante endereço completo;
j) nº do fone ou e-mail;
k) número da conta corrente no Banco Sicredi de Ipira;
l) Carteira de Identidade Profissional do respectivo órgão da categoria e comprovante de quitação da anuidade, junto a este Conselho; e
m) 01 foto 3X4.

Advertimos que a nomeação e posse do candidato convocado, fica sujeito a apresentação da documentação supracitada, dentro do prazo estabelecido, sob a pena da exclusão do candidato convocado.

Atenciosamente,

CLITO JOÃO KNEBEL
Prefeito Municipal Interino
Ipira (SC), 26 de junho de 2024.
Ciente em, _____/_____/_____.

42 - CONVOCAÇÃO DOUGLAS WILLIAN BREMSTROPP - MOTORISTA

Publicação Nº 6131294

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2024

Prezado Senhor:
DOUGLAS WILLIAN BREMSTROPP
Edital de Processo Seletivo nº 03/2024
Inscrição nº 009

Nos termos do art. 5º e seguintes do Estatuto do Servidor Público do Município de Ipira, Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Parecer nº 002/2012 do Sistema de Controle Interno – SCI, de acordo com sua respectiva classificação obtida Edital de Processo Seletivo nº 03/2024, para que possa ser providenciado o ato de nomeação e consequente posse no Cargo Temporário de Motorista - 40h, viemos à presença de Vossa Senhoria, a fim de CONVOCÁ-LO, para que no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento desta, nos termos do inciso XI e seus respectivos itens 11 a 12.4 do Edital nº 03/2024, apresente os documentos a seguir relacionados trazendo consigo cópias juntamente com as originais da seguinte documentação:

1. laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. comprovação de nacionalidade brasileira;
3. certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. quitação com as obrigações eleitorais;
6. idade mínima de 18 anos;
7. declaração de BENS E FONTES DE RENDAS;
8. declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
9. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. dados pessoais:
a) cópia Carteira de Identidade;
b) cópia do CPF;

c) cópia da certidão de casamento/nascimento;
d) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
e) cópia da Carteira Profissional e PIS/PASEP;
f) cópia do Título de Eleitor;
g) cópia da tipagem sanguínea;
h) cópia do comprovante de escolaridade;
i) cópia de comprovante endereço completo;
j) nº do fone ou e-mail;
k) número da conta corrente no Banco Sicredi de Ipira;
l) Carteira de Identidade Profissional do respectivo órgão da categoria e comprovante de quitação da anuidade, junto a este Conselho; e
m) 01 foto 3X4.

Advertimos que a nomeação e posse do candidato convocado, fica sujeito a apresentação da documentação supracitada, dentro do prazo estabelecido, sob a pena da exclusão do candidato convocado.

Atenciosamente,

CLITO JOÃO KNEBEL
Prefeito Municipal Interino
Ipira (SC), 26 de junho de 2024.
Ciente em, _____/_____/_____.

43 - CONVOCAÇÃO LIRIO LINO SCHNEIDER - MOTORISTA

Publicação Nº 6131296

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2024

Prezado Senhor:
Lirio Lino Schneider
Edital de Processo Seletivo nº 03/2024
Inscrição nº 013

Nos termos do art. 5º e seguintes do Estatuto do Servidor Público do Município de Ipira, Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Parecer nº 002/2012 do Sistema de Controle Interno – SCI, de acordo com sua respectiva classificação obtida Edital de Processo Seletivo nº 03/2024, para que possa ser providenciado o ato de nomeação e consequente posse no Cargo Temporário de Motorista - 40h, viemos à presença de Vossa Senhoria, a fim de CONVOCÁ-LO, para que no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento desta, nos termos do inciso XI e seus respectivos itens 11 a 12.4 do Edital nº 03/2024, apresente os documentos a seguir relacionados trazendo consigo cópias juntamente com as originais da seguinte documentação:

1. laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. comprovação de nacionalidade brasileira;
3. certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. quitação com as obrigações eleitorais;
6. idade mínima de 18 anos;
7. declaração de BENS E FONTES DE RENDAS;
8. declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
9. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. dados pessoais:
a) cópia Carteira de Identidade;
b) cópia do CPF;
c) cópia da certidão de casamento/nascimento;
d) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
e) cópia da Carteira Profissional e PIS/PASEP;
f) cópia do Título de Eleitor;
g) cópia da tipagem sanguínea;
h) cópia do comprovante de escolaridade;
i) cópia de comprovante endereço completo;
j) nº do fone ou e-mail;
k) número da conta corrente no Banco Sicredi de Ipira;
l) Carteira de Identidade Profissional do respectivo órgão da categoria e comprovante de quitação da anuidade, junto a este Conselho; e
m) 01 foto 3X4.

Advertimos que a nomeação e posse do candidato convocado, fica sujeito a apresentação da documentação supracitada, dentro do prazo estabelecido, sob a pena da exclusão do candidato convocado.

Atenciosamente,

CLITO JOÃO KNEBEL
Prefeito Municipal Interino
Ipira (SC), 26 de junho de 2024.
Ciente em, _____/_____/_____.

44 - CONVOCAÇÃO ADRIANO DE MELLO - OPERADOR

Publicação Nº 6131300

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 044/2024

Prezado Senhor:
ADRIANO DE MELLO
Edital de Processo Seletivo nº 03/2024
Inscrição nº 007

Nos termos do art. 5º e seguintes do Estatuto do Servidor Público do Município de Ipira, Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Parecer nº 002/2012 do Sistema de Controle Interno – SCI, de acordo com sua respectiva classificação obtida Edital de Processo Seletivo nº 03/2024, para que possa ser providenciado o ato de nomeação e consequente posse no Cargo Temporário de Operador de Maquina Rodoviária - 40h, viemos à presença de Vossa Senhoria, a fim de CONVOCÁ-LO, para que no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento desta, nos termos do inciso XI e seus respectivos itens 11 a 12.4 do Edital nº 03/2024, apresente os documentos a seguir relacionados trazendo consigo cópias juntamente com as originais da seguinte documentação:

1. laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. comprovação de nacionalidade brasileira;
3. certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. quitação com as obrigações eleitorais;
6. idade mínima de 18 anos;
7. declaração de BENS E FONTES DE RENDAS;
8. declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
9. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. dados pessoais:
a) cópia Carteira de Identidade;
b) cópia do CPF;
c) cópia da certidão de casamento/nascimento;
d) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
e) cópia da Carteira Profissional e PIS/PASEP;
f) cópia do Título de Eleitor;
g) cópia da tipagem sanguínea;
h) cópia do comprovante de escolaridade;
i) cópia de comprovante endereço completo;
j) nº do fone ou e-mail;
k) número da conta corrente no Banco Sicredi de Ipira;
l) Carteira de Identidade Profissional do respectivo órgão da categoria e comprovante de quitação da anuidade, junto a este Conselho; e
m) 01 foto 3X4.

Advertimos que a nomeação e posse do candidato convocado, fica sujeito a apresentação da documentação supracitada, dentro do prazo estabelecido, sob a pena da exclusão do candidato convocado.

Atenciosamente,

CLITO JOÃO KNEBEL
Prefeito Municipal Interino
Ipira (SC), 26 de junho de 2024.
Ciente em, _____/_____/_____.

45 -CONVOCAÇÃO - MAÍRA CARLA GIAROLO - AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Publicação Nº 6131302

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2024

Prezado(a):
MAÍRA CARLA GIAROLO
Edital nº 01/2024
Concurso Público nº 001/2024
Inscrição nº 073

Nos termos do art. 5º e seguintes do Estatuto do Servidor Público do Município de Ipira, Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal

de Contas de Santa Catarina, Parecer nº 002/2012 do Sistema de Controle Interno – SCI, de acordo com sua respectiva classificação obtida Edital de Concurso Publico nº 01/2024, de 18 de abril de 2024, para que possa ser providenciado o ato de nomeação e conseq-ente posse no Cargo Efetivo de Agente de Controle Interno - 40h, viemos à presença de Vossa Senhoria, a fim de CONVOCÁ-LO, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, nos termos do inciso XIII e seus respectivos itens 13.1 e suas alíneas do Edital 001/2024, apresente os documentos a seguir relacionados trazendo consigo cópias juntamente com as originais da seguinte documentação:

1. laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. comprovação de nacionalidade brasileira;
3. Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. quitação com as obrigações eleitorais;
6. idade mínima de 18 anos;
7. declaração de BENS E FONTES DE RENDAS;
8. declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
9. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. dados pessoais:
a) cópia Carteira de Identidade;
b) cópia do CPF;
c) cópia da certidão de casamento/nascimento;
d) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
e) cópia da Carteira Profissional e PIS/PASEP;
f) cópia do Título de Eleitor;
g) cópia da tipagem sang-ínea;
h) cópia do comprovante de escolaridade;
i) cópia de comprovante endereço completo;
j) nº do fone ou e-mail;
k) número da conta corrente no Sicredi de Ipira;
l) Carteira Nacional de Habilitação quando o cargo exigir;
m) Para os demais profissionais: Carteira de Identidade Profissional do respectivo órgão da categoria e comprovante de quitação da anuidade, junto a este Conselho; e
n) 01 foto 3X4.

Advertimos que a nomeação e posse do candidato aprovado e convocado, fica sujeito a apresentação da documentação supra citada, dentro do prazo estabelecido, sob a pena de ficar re-classificado para o último lugar da lista de classificação e permanecendo a inadimplência a conseq-ente desclassificação.

Ipira (SC), 26 de junho de 2024.

CLITOR JOÃO KNEBEL
Prefeito Municipal Interino

Visto em, _____/_____/_____

46 - CONVOCAÇÃO ADRIANO ROBERTO BREMSTROPP - MOTORISTA

Publicação Nº 6131305

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2024

Prezado Senhor:
ADRIANO ROBERTO BREMSTROPP
Edital de Processo Seletivo nº 03/2024
Inscrição nº 010

Nos termos do art. 5º e seguintes do Estatuto do Servidor Público do Município de Ipira, Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Parecer nº 002/2012 do Sistema de Controle Interno – SCI, de acordo com sua respectiva classificação obtida Edital de Processo Seletivo nº 03/2024, para que possa ser providenciado o ato de nomeação e consequente posse no Cargo Temporário de Motorista - 40h, viemos à presença de Vossa Senhoria, a fim de CONVOCÁ-LO, para que no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento desta, nos termos do inciso XI e seus respectivos itens 11 a 12.4 do Edital nº 03/2024, apresente os documentos a seguir relacionados trazendo consigo cópias juntamente com as originais da seguinte documentação:

1. laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. comprovação de nacionalidade brasileira;
3. certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. quitação com as obrigações eleitorais;
6. idade mínima de 18 anos;
7. declaração de BENS E FONTES DE RENDAS;
8. declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;

9. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. dados pessoais:
a) cópia Carteira de Identidade;
b) cópia do CPF;
c) cópia da certidão de casamento/nascimento;
d) cópia da certidão de nascimento dos filhos;
e) cópia da Carteira Profissional e PIS/PASEP;
f) cópia do Título de Eleitor;
g) cópia da tipagem sanguínea;
h) cópia do comprovante de escolaridade;
i) cópia de comprovante endereço completo;
j) nº do fone ou e-mail;
k) número da conta corrente no Banco Sicredi de Ipira;
l) Carteira de Identidade Profissional do respectivo órgão da categoria e comprovante de quitação da anuidade, junto a este Conselho; e
m) 01 foto 3X4.

Advertimos que a nomeação e posse do candidato convocado, fica sujeito a apresentação da documentação supracitada, dentro do prazo estabelecido, sob a pena da exclusão do candidato convocado.

Atenciosamente,

CLITO JOÃO KNEBEL
Prefeito Municipal Interino
Ipira (SC), 27 de junho de 2024.
Ciente em, _____/_____/_____.

6TAC074.2023 - DIMO CONSTRUÇÕES - SUPRESSÃO

Publicação Nº 6131829

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023 - PMI
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 - PMI
SEXTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2023 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO, EM ATENÇÃO A EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 76 E EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 310, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE IPIRA** E A EMPRESA **DIMO CONSTRUÇÕES LTDA** NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE IPIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o n° 83.814.260/0001-65, com sede administrativa na Rua 15 de agosto, nº 342, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Desporto, Ivan Kohler Schulte, inscrito(a) no CPF sob o nº 799.***.***-**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **DIMO CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 04.354.170/0001-25, com sede na Rua Alfredo Schuck, nº 417, Alto Bela Vista/SC, CEP 89730-000, neste ato representada pela sua sócia, Sra. Eleni Schneider Lerner, inscrita no CPF-MF sob o nº 579.***.***-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Tomada de Preços nº 002/2023 – PMI, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

Considerando a necessidade de supressão do valor contratado, devidamente comprovada e justificada pela engenheira conforme parecer técnico em anexo, no valor de R$ 1.705,66 (um mil, setecentos e cinco reais e sessenta e seis centavos);

Considerando O parecer jurídico favorável a supressão do valor;

Considerando as disposições legais previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8666/93;

RESOLVE-SE: Aditar o contrato administrativo 074/2023, para alterar o item 4.1 da cláusula primeira, que trata do valor contratual, suprimindo o valor de R$ 1.705,66 (um mil, setecentos e cinco reais e sessenta e seis centavos);

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1. 1. A clausula quarta que dispõe do valor contratual do contrato nº 074/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

GOVERNO MUNICIPAL IPIRA
49 3558.0423
ipira@ipira.sc.gov.br
Rua 15 de Agosto, 342 – Centro - CEP 89669-000 - Ipira/SC

4.1. Pela execução da(s) obra(s) prevista(s) na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 721.589,35** (setecentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos), sendo R$ 432.953,61 (quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos) o valor total correspondente aos **materiais** e R$ 288.635,74 (duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos) o valor total correspondente à **mão-de-obra**, empregados na sua execução.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1. As demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente, permanecem em pleno vigor.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ipira, SC, 27 de junho de 2024.

Juliana Maria Baldasso
CONTRATANTE
Secretária de Educação e Desporto

Eleni Schneider Lerner
CONTRATADO
Dimo Construções Ltda

Fiscal de Contrato:

_____
Liana Bazei Schneider
CPF: 102.***.***-**

Testemunhas:

Cristiane Ferri
CPF nº 098.***.***-**

Claudinei Fernando Lugarini
CPF nº 065.***.***-**

49 3558.0423
ipira@ipira.sc.gov.br
Rua 15 de Agosto, 342 – Centro - CEP 89669-000 - Ipira/SC

7TAC074.2023 - DIMO CONSTRUÇÕES - ADITIVO

Publicação Nº 6131831

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023 - PMI
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 - PMI
SÉTIMO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2023 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO, EM ATENÇÃO A EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 76 E EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 310, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE IPIRA** E A EMPRESA **DIMO CONSTRUÇÕES LTDA** NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE IPIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o n° 83.814.260/0001-65, com sede administrativa na Rua 15 de agosto, nº 342, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Desporto, Ivan Kohler Schulte, inscrito(a) no CPF sob o nº 799.***.***-**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **DIMO CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 04.354.170/0001-25, com sede na Rua Alfredo Schuck, nº 417, Alto Bela Vista/SC, CEP 89730-000, neste ato representada pela sua sócia, Sra. Eleni Schneider Lerner, inscrita no CPF-MF sob o nº 579.***.***-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Tomada de Preços nº 002/2023 – PMI, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

Considerando a necessidade de aditivo do valor contratado, devidamente comprovada e justificada pela engenheira conforme parecer técnico em anexo, no valor de R$ 9.589,98 (nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos);

Considerando O parecer jurídico favorável a supressão do valor;

Considerando as disposições legais previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8666/93;

RESOLVE-SE: Aditar o contrato administrativo 074/2023, para alterar o item 4.1 da cláusula primeira, que trata do valor contratual, suprimindo o valor de R$ 9.589,98 (nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos);

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1. 1. A clausula quarta que dispõe do valor contratual do contrato nº 074/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

GOVERNO MUNICIPAL IPIRA
49 3558.0423
ipira@ipira.sc.gov.br
Rua 15 de Agosto, 342 – Centro - CEP 89669-000 - Ipira/SC

4.1. Pela execução da(s) obra(s) prevista(s) na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 731.179,33** (setecentos e trinta e um mil, cento e setenta e nove reais e trinta e três centavos), sendo R$ 438.707,60 (quatrocentos e trinta e oito mil, setecentos e sete reais e sessenta centavos) o valor total correspondente aos **materiais** e R$ 292.471,73 (duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e três centavos) o valor total correspondente à **mão-de-obra**, empregados na sua execução.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1. As demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente, permanecem em pleno vigor.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ipira, SC, 27 de junho de 2024.

Juliana Maria Baldasso
CONTRATANTE
Secretária de Educação e Desporto

Eleni Schneider Lerner
CONTRATADO
Dimo Construções Ltda

Fiscal de Contrato:

_____
Liana Bazei Schneider
CPF: 102.***.***-**

Testemunhas:

Cristiane Ferri
CPF nº 098.***.***-**

Claudinei Fernando Lugarini
CPF nº 065.***.***-**

49 3558.0423
ipira@ipira.sc.gov.br
Rua 15 de Agosto, 342 – Centro - CEP 89669-000 - Ipira/SC

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2024

Publicação Nº 6132829

MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 035/2024

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, com sede a Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, através do Sr. Valmor Reis, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 776.347.309-63, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Processo Administrativo nº 071/2024 na modalidade de Pregão Eletrônico nº 015/2024, homologadas no dia 28 de junho de 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 046/2023 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, FORNECEDOR E DO PREÇO
1.1. A presenta ata tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO DOS PROFISSIONAIS DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC",** nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos e propostas de preços, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Unitário R$	Total R$
1	ELETRODOS PARA BIOIMPEDÂNCIA	NEURO 957	PACOTE	BIOPULSE BRASIL EIRELI – ME	4	141,49	565,96
2	ESPECULO VAGINAL, LUBRIFICADO, ESTERELIZADO, TAMANHO P	VAGISPEC	Unidade	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	250	1,42	355,00
3	ESPECULO VAGINAL, LUBRIFICADO, ESTERELIZADO, TAMANHO M	VAGISPEC	Unidade	PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	300	1,44	432,00
4	ESPECULO VAGINAL, LUBRIFICADO, ESTERELIZADO, TAMANHO G	CRALPLAST	Unidade	TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	200	20,00	400,00
5	WRAPS PARA ESTERILIZAÇÃO 40 GR - 60 X 60 CM. - PACOTE COM 50 UND.	POLARFIX F07561	PACOTE	NETMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1.000	35,99	35.990,00
6	COMPRESSA CIRURGICA CAMPO OPERATORIO 50X50CM ESTERIL, COM FENESTRA. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DAS NBR VIGENTES	POLARFIX	Unidade	NETMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1.000	2,01	2.010,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
654 - NETMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5, 6	38.000,00
827 - BIOPULSE BRASIL EIRELI - ME	1	565,96
137421 - TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	4	400,00
117676 - PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	2, 3	787,00

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VALIDADE
2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o artigo 84 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
2.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

(49)3634-1210
www.ipora.sc.gov.br - administraçao@ipora.sc.gov.br
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC
CNPJ: 78.485.554/0001-13

MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

2.3. É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que previsto no edital e na ata de registro de preços, e com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas em edital ou no ato que autorizar a contratação direta serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.
2.4 Havendo a prorrogação o valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente, aplicando-se como índice de majoração o INPC acumulado, regulamentado por Decreto Municipal, atualizando a Unidade Municipal de Referência Fiscal - UMRF, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com periodicidade anual, nos termos da legislação vigente
2.5. A partir do início de vigência da ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a cumprir integralmente com todas as condições estabelecidas, sujeitando-se as penalidades em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de elevação do custo do objeto ora registrado nas situações previstas na alínea "d", Inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que, devidamente comprovados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
I. Nos casos de elevação ou redução dos preços inicialmente pactuados, a solicitação deverá ser encaminhada via endereço eletrônico (*E-mail*) para administracao01@ipora.sc.gov.br, com anexo dos documentos comprobatórios tais como: planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas ficais ou outros documentos idôneos, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito.

§ 1º A partir da solicitação encaminhada pela fornecedora, o órgão gerenciador convocará os demais classificados para assegurar igual oportunidade de negociação.

§ 2º Quando constatado pelo Órgão Gerenciador que, o preço registrado encontra-se superior ao preço praticado no mercado, e que o fornecedor não aceite reduzi-lo, será liberado do compromisso assumido e convocado os demais fornecedores classificados para negociar a redução dos preços, conforme ordem classificatória do certame.
3.1.1. Realizada as negociações, o Órgão Gerenciador poderá:

a) Deferir a solicitação, fixando novo preço pactuado através de Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente; ou

b) Indeferir a solicitação, mantendo-se assim os preços inicialmente pactuados, contendo o devido embasamento para tal ato.

3.2. O cancelamento de eventual item da ata de registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas seguintes hipóteses:

a) por razão de interesse público, devidamente justificado; ou

b) a pedido do fornecedor, devidamente comprovados e justificados.

I. Para analisar o pedido de cancelamento de item do registro nos termos do caput deste item, devidamente comprovado e justificado, o Órgão Gerenciador convocará via endereço eletrônico (*E-mail*) os demais fornecedores classificados no certame para a verificação da disponibilidade do objeto no mercado e preços praticados.

II. Nos casos em que, os fornecedores convocados informarem a indisponibilidade do objeto, será temporariamente suspenso o seu fornecimento, por período definido em Decisão da Autoridade Competente, de acordo com o mérito de cada situação.

III. Nos casos em que, os fornecedores convocados informem a disponibilidade do fornecimento do objeto, será realizada pesquisa de preços praticados, conforme ordem classificatória do certame, transferindo-se o objeto ao fornecedor que ofertar a proposta mais vantajosa.

IV. Decaíra do direito de classificação da nova pesquisa de preços, prevista no inciso III deste item, o fornecedor que não responder a diligência no prazo de até 03 (três) dias úteis.

3.3. A ata de registro de preços do fornecedor poderá ser rescindida pelo Órgão Gerenciador quando:

a) descumprir as condições estabelecidas no edital de licitação e suas respectivas ata de registro de preços;

b) não dar cumprimento a execução do objeto, constantes na nota de empenho, ordem de compra, autorização de fornecimento, ata de registro de preços ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste edital, sem justificativa aceitável por parte da fornecedora;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção impeditiva prevista em lei;

(49)3634-1210
www.ipora.sc.gov.br - administraçao@ipora.sc.gov.br
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC
CNPJ: 78.485.554/0001-13

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

CLAUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO
4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
4.1.1. A empresa deverá ter capacidade técnica e logística para entregar os materiais dentro do prazo necessário.
4.1.2. Os materiais deverão ser de boa qualidade.
4.1.3. A entrega do produto ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
4.1.4. O serviço do objeto da contratação deverá ser entregue, nos locais, horários e endereços informados por cada secretaria solicitante.
4.1.5. Para os itens previstos com instalação, está deverá ocorrer no local indicado pela secretaria solicitante.
4.1.6. A empresa deverá cumprir o prazo de entrega especialmente em caso de haver algum evento ou campanha.
4.1.7. Os serviços deverão ser executados sob demanda, em razão de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelos diversos setores deste Município.
4.1.8. A Contratada, quando solicitado pela Contratante, deverá apresentar uma amostra do material para ser analisado antes da aquisição, para aprovação da contratante;
Somente após a aprovação, deverá a contratada produzir e entregar a quantidade solicitada, afim de evitar a reprodução em massa de possíveis erros;
4.1.9. O prazo de entrega do material será de até 10 (dez) dias, contados do(a) data de recebimento da Ordem de Compra, salvo situações mais complexas, que notadamente exigem mais tempo para entrega dos produtos autorizados, sendo previamente acordado entre as partes. A entrega será realizada de forma parcelada conforme necessidade.

4.2. São obrigação da contratada:
4.2.1. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
4.2.2. Não retirar qualquer material fornecido pelo município, dos ambientes, usados ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;

4.2.3. Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos em legislação em vigor;
4.2.4. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho;
4.2.5. Responder por qualquer acidente de trabalho ocorrido na execução do objeto contratual, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do município, de seus funcionários ou terceiros.
4.2.6. O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades apontada.
4.2.7. Se a contratada de cada item não atender à solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste edital e em Lei.
4.2.8. Os serviços resultantes dessa licitação deverão, obrigatoriamente, serem feitos nas quantidades e dias requisitados por servidor formalmente indicado, sob pena do vencedor incorrer nas infrações previstas neste edital.
4.2.9. Cronograma de realização dos serviços: os serviços deverão ser realizados, conforme solicitação de cada secretaria após a emissão da ordem de compra, em dia e horário a serem marcados por cada responsável pela emissão da ordem.
4.2.10. Para os serviços prestados por hora trabalhada deverá ser registrada adequadamente para fins de controle e verificação da prestação de serviço, deverá a ficha de controle estar assinada por funcionário indicado pela secretaria que solicitar os serviços
Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)
4.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO
5.1. O pagamento será efetuado pelo Município de Iporã do Oeste/SC após o recebimento definitivo do objeto, envio da nota fiscal eletrônica/fatura e documentos complementares (*se solicitado*) no prazo máximo de até 15 (Quinze) dias, em moeda corrente nacional, conforme ordem cronológica de pagamento de cada órgão.
5.2. O pagamento estará condicionado à entrega do objeto e de todas as condições de habilitação exigidas no edital.
5.3. O Município de Iporã do Oeste/SC não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega do objeto ora registrado, bem como se a contratada agir com imperícia no fornecimento deste.
5.4. A nota fiscal deverá ser emitida, contendo o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços, descrição completa do objeto, unidade de medida, valores unitários e totais conforme a ordem de compra/autorização de fornecimento/nota de empenho emitida, dados da Agência e Conta Bancária (*em nome da fornecedora*) e demais informações solicitadas pelos órgãos participantes ou ainda nas legislações vigentes.

(49)3634-1210
www.ipora.sc.gov.br - administraçao@ipora.sc.gov.br
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC
CNPJ: 78.485.554/0001-13

MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

5.5. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta, sendo responsabilidade da Fornecedora manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.
5.6. Nenhum pagamento será efetuado a fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
5.7. Os pagamentos deverão cumprir integralmente o disposto no edital de licitação e anexos, bem como os termos da Lei Federal n° 14.133, de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
6.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes do Município de Iporã do Oeste/SC e constarão no Empenho/Autorização de Fornecimento emitida pela Administrações Municipais.
6.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e, de transferências constitucionais e legais dos órgãos participantes do certame.

CLÁUSULA SETIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES
7.1. Compete ao Município de Iporã do Oeste/SC:
7.1. A Administração e o gerenciamento da Ata de Registro de Preços;
7.1.2. Decidir sobre as alterações da Ata de Registro de Preços, nos termos da cláusula quarta desta ata;
7.1.3 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações editalícias.
7.1.4. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, desde que atendidas às obrigações editalícias.
7.1.5. Rejeitar, em todo ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela fornecedora.
7.1.6. Fiscalizar o fornecimento do objeto ora contratado.
7.1.7. Indicar prepostos para contato com os responsáveis da fornecedora.
7.2. Compete a Fornecedora:
7.2.1. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
7.2.2. Atender a toda a legislação federal, estadual e municipal, afeta à área.
7.2.3. Entregar o objeto em prazo não superior ao máximo estipulado no edital e seus anexos.
7.2.4. Substituir, conforme termos do edital e seus anexos, às suas expensas, o objeto que não se adequar às especificações exigidas.
7.2.5. Assumir a responsabilidade e despesas relativas a todos os encargos previdenciários, trabalhistas, de seguros, acidentes, impostos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Iporã do Oeste/SC.
7.2.6. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Iporã do Oeste/SC ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
7.2.7. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados ao Município de Iporã do Oeste/SC ou a terceiros, durante o fornecimento e execução do objeto.
7.2.8. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do Município de Iporã do Oeste/SC. Em eventuais pedidos de subcontratação, o detentor da ata de registro de preços, através de documento oficial, devidamente justificado, deverá apresentar ao Município de Iporã do Oeste/SC, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para apreciação.
7.2.9. Responder, sempre que solicitado pela Contratante, os questionamentos referentes ao objeto.
7.2.10. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou à terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta ata de registro de preços.
7.2.11. Comunicar por escrito à Contratante qualquer problema ocorrido na execução do objeto da ata de registro de preços.
7.2.12. Acatar a fiscalização do objeto contratado que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente.
7.2.13. Atender todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Município de Iporã do Oeste/SC.
7.2.14. A fornecedora deverá acusar o recebimento da ordem de compra, autorização de fornecimento, empenho, bem como, de quaisquer outras notificações enviadas por endereço eletrônico ou sistema de gestão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.
7.2.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor.

(49)3634-1210
www.ipora.sc.gov.br - administraçao@ipora.sc.gov.br
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC
CNPJ: 78.485.554/0001-13

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

7.2.16. Fornecer o objeto constante na ordem de compra ou autorização de fornecimento ou nota de empenho ou ata de registro de preços ou documento equivalente emitida dentro do prazo de validade da ata de registro de preços, mesmo se a entrega do ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Conforme dispõe o art. 155 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;
b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. De acordo com o disposto no art. 156 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.2.1. Pela não apresentação da documentação de habilitação, proposta de preços e amostras (quando solicitadas), ou pela apresentação de documentação falsa ou pela não manutenção da proposta:
I. Advertência;
II. Multa na razão de 10% (*dez por cento*) sobre o valor total da proposta;
III. Impedimento de licitar e contratar com o órgão gerenciador e órgãos participantes do certame, pelo prazo de até 03 (*três*) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

8.2.2. Pela oferta/envio de proposta de objeto em desacordo com as especificações constantes no Edital:
I. Advertência;
II. Multa na razão de 10% (*dez por cento*) sobre o valor total do objeto ofertado em desacordo.

8.2.3. Pela recusa no fornecimento do objeto nos prazos previstos em Edital:
I. Advertência;
II. Multa na razão de 10% (*dez por cento*) sobre o valor total do objeto recusado;
III. Impedimento de licitar e contratar com o órgão gerenciador e órgãos participantes do certame, pelo prazo de até 03 (*três*) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

8.2.4. Pelo atraso no fornecimento do objeto, considerando os prazos exigidos no Edital:
I. Advertência;
II. Multa diária na razão de 1% (*um por cento*) sobre o valor total do objeto não fornecido, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o término do prazo previsto para entrega do objeto;
III. Impedimento de licitar e contratar com o órgão gerenciador e órgãos participantes do certame, pelo prazo de até 03 (*três*) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

8.2.5. Pela entrega do objeto em desacordo com os termos do Edital:
I. Advertência;
II. Multa na razão de 10% (*dez por cento*) sobre o valor total do objeto fornecido em desacordo;
III. Impedimento de licitar e contratar com o órgão gerenciador e órgãos participantes do certame, pelo prazo de até 03 (*três*) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.

8.2.6. Por causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual:
I. Advertência;
II. Ressarcimento ao erário;

(49)3634-1210
www.ipora.sc.gov.br - administraçao@ipora.sc.gov.br
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC
CNPJ: 78.485.554/0001-13

MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

III. Multa na razão de 10% (*dez por cento*) sobre o valor do objeto;
IV. Impedimento de licitar e contratar com o órgão gerenciador e órgãos participantes do certame, pelo prazo de até 03 (*três*) anos, de acordo com a gravidade dos fatos, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou contratada.
8.2.7. A sanção prevista alínea "d" do item 10.2 (*declaração de inidoneidade para licitar ou contratar*) poderá ser aplicada em qualquer das infrações administrativas, dependendo da gravidade dos fatos, conforme dispõe o Art. 156, § 5º da Lei Federal n° 14.133, de 2021, a qual impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (*três*) anos e máximo de 06 (*seis*) anos.
8.2.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
8.3. No prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o órgão gerenciador informará os dados relativos à sanção por ele aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS
9.1. As partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei nº 13.709/2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD*) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida lei e demais legislações aplicáveis.
9.2. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.
9.3. As partes, por si, seus empregados, prepostos, representantes, afiliadas e terceiros envolvidos na execução desta Ata de Registro de Preços, comprometem-se a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos dados pessoais durante a vigência deste instrumento e mesmo após o seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Mondaí/SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata.

Iporã do Oeste/SC, 28 de junho de 2024.

VALMOR REIS
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESAS FORNECEDORAS:

NETMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

BIOPULSE BRASIL EIRELI – ME

PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME

(49)3634-1210
www.ipora.sc.gov.br - administraçao@ipora.sc.gov.br
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Iporã do Oeste - SC
CNPJ: 78.485.554/0001-13

Ipuaçu

Prefeitura

PORTARIA Nº 150 DE 27 DE JUNHO DE 2024. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 6132613

PORTARIA Nº 150
DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005 – Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde para a Servidora MARIANA PIRES, ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR II, pelo período confirmado em perícia a ser realizada pelo INSS, de acordo com atestado médico apresentado junto ao setor de Recursos Humanos desta Prefeitura.

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 24 de junho de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipuaçu/SC, em 27 de junho de 2024.
NELSON BRISOLA
Prefeito em exercício.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

CERTIFICO que a Presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PL 18 DISPENSA DELICITAÇÃO 15 - 2024 – PERSIANAS UBS - FMS

Publicação Nº 6132649

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85046B346EB247A54ACC7243022A43273438E9BC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 11.329.956/0001-58 **Telefone:** (49) 3438-3435
Endereço: Rua Bento gonçalves, 475 - Centro
CEP: 89790-000 - Ipumirim

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 15/2024

Processo Adm.: 18/2024
Data do Processo: 20/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 18/2024
b) Nr. Licitação: 15/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *O objeto desta Dispensa de Licitação é a aquisição de persianas, para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.*

Lote: 1

Participante: CASA NOVA COMERCIO E DECORACOES LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	- Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor bronze, 1,99x1, 07, 2,40m², (produto+instalação). - - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor bronze, 1,99x1, 07, 2,40m², (produto+instalação).	1,000	UN	432,51	432,51
2	- Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor bronze, 1,45x1, 08, 1,60m², (produto+instalação). - - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor bronze, 1,45x1, 08, 1,60m², (produto+instalação).	1,000	UN	282,20	282,20
3	Persiana vertical em tecido duplo de blecaute bk sampa com trilho em alumínio na cor azul (gamela 6,5),1,85x2, 50 (produto+instalação) - Persiana vertical em tecido duplo de blecaute bk sampa com trilho em alumínio na cor azul (gamela 6,5),1,85x2, 50 (produto+instalação)	3,000	UN	638,43	1.915,29
4	Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza 1,30x1, 07 (produto+instalação) - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza 1,30x1, 07 (produto+instalação)	1,000	UN	266,00	266,00
5	- Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza ,1,97x1, 07(produto+instalação) - - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza ,1,97x1, 07(produto+instalação)	1,000	UN	387,60	387,60
6	Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza,1,99x1, 07 (produto+instalação) - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza,1,99x1, 07 (produto+instalação)	1,000	UN	387,60	387,60
7	Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza 0,80x0, 70 (produto+instalação) - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza 0,80x0, 70 (produto+instalação)	1,000	UN	228,00	228,00
8	Blecaute em tecido na cor cinza e tecido telinha n cor branca (para efeito de claridade) no trilho suíço em alumínio 1,75x2, 70(instalação + confecção) - Blecaute em tecido na cor cinza e tecido telinha n cor branca (para efeito de claridade) no trilho suíço em alumínio 1,75x2, 70(instalação + confecção)	1,000	UN	969,00	969,00
9	Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza, (um item mede: 0,59x0, 50; outro 0,60x0, 49) (produto+instalação). - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor cinza, (um item mede: 0,59x0, 50; outro 0,60x0, 49) (produto+instalação).	2,000	UN	193,80	387,60

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
10	Blecaute em tecido na cor cinza e tecido telinha n cor branca (para efeito de claridade) no trilho suíço em alumínio, 1,75x2, 60 (instalação + confecção) - Blecaute em tecido na cor cinza e tecido telinha n cor branca (para efeito de claridade) no trilho suíço em alumínio, 1,75x2, 60 (instalação + confecção)	1,000	UN	969,00	969,00
11	Persiana vertical em tecido duplo de blecaute bk sampa com trilho em alumínio na cor azul (gamela 6,5) 2,50x2, 58(produto+instalação) - Persiana vertical em tecido duplo de blecaute bk sampa com trilho em alumínio na cor azul (gamela 6,5) 2,50x2, 58(produto+instalação)	1,000	UN	1.090,00	1.090,00
12	Persiana vertical em tecido duplo de blecaute bk sampa com trilho em alumínio na cor azul (gamela 6,5) 2,37x2, 66 (produto+instalação) - Persiana vertical em tecido duplo de blecaute bk sampa com trilho em alumínio na cor azul (gamela 6,5) 2,37x2, 66 (produto+instalação)	1,000	UN	1.085,00	1.085,00
13	Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor bronze, 1,525x1, 05 (produto+instalação) - Persiana horizontal de alumínio 25 mm 0,21 na cor bronze, 1,525x1, 05 (produto+instalação)	1,000	UN	298,00	298,00
				Total do Participante:	**8.697,80**
				Total Geral:	**8.697,80**

Ipumirim, 27/06/2024

.....

JOAO VALDOMIRO NICODEN
SECRETÁRIO DE SAÚDE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PL 20 DL 17 - 2024 - INTERNAÇÃO GS

Publicação Nº 6131667

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 495F99A3F7D112063B93FBA6C55012983CEAB9EC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 11.329.956/0001-58 **Telefone:** (49) 3438-3435
Endereço: Rua Bento gonçalves, 475 - Centro
CEP: 89790-000 - Ipumirim

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2024

Processo Adm.: **20/2024**
Data do Processo: **26/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 20/2024
b) Nr. Licitação: 17/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
26/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Internação de paciente em instituição de longa permanência para o Srº. G. S., conforme decisão judicial proferida nos autos nº 5000184-38.2024.8.0242/SC, exarado pelo Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina Vara Única da Comarca de Ipumirim, conforme comunicação interna encaminhada pela secretaria*

Participante: ASSOCIACAO DE SAUDE LINDOIA DO SUL

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Internação de paciente em instituição de longa permanência para o Srº. G.S., conforme decisão judicial. proferida nos autos nº 5000184-38.2024.8.0242/SC, conforme comunicação interna encaminhada pela secretaria - Internação de paciente em instituição de longa permanência para a Srª. G.S., conforme decisão judicial. proferida nos autos nº 5000184-38.2024.8.0242/SC, conforme comunicação interna encaminhada pela secretaria	12,000	MÊS	6.500,00	78.000,00

Total do Participante: **78.000,00**

Total Geral: **78.000,00**

26/06/2024

Ipumirim,

.....

JOAO VALDOMIRO NICODEN

Irani

Prefeitura

PORTARIA Nº 501/2024 17 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132466

PORTARIA Nº 501/2024 de 17 de junho de 2024.
"REDUZ JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:
Art. 1º- Reduzir a pedido jornada de trabalho da servidora Sheila Daiana Dutra de Mattos da Silva, matrícula nº 5506, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, carga horária de 40 horas semanais "REDUZINDO" para 30 horas semanais, período da redução da carga horária de 17 de junho de 2024 a 14 de julho de 2024, com vencimentos proporcionais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 17 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 502/2024 18 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132483

PORTARIA Nº. 502/2024 de 18 de junho de 2024.
"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154/2022, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR a pedido o Sr. Dirceu Luiz Lorenzatto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, matricula nº 238, nomeado através da Portaria nº139/2000, de 03 de abril 2000.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 18 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 503/2024 18 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132469

PORTARIA Nº. 503/2024 de 18 de junho de 2024.
"CONTRATA PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 29, de 27 de abril de 2007 e suas alterações e com as disposições do Edital Processo Seletivo nº 001/2023;

RESOLVE:
Art. 1º- CONTRATAR Sandra Camila Blotz, em caráter temporário, no cargo de Professor –Educação Infantil, para atuar no CMEI Raio de Luz, carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos de 80% (oitenta por cento) do valor do Professor Nível "BASE" previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Nível 1, Referência "A" da Lei Complementar nº 135/2021, de 16 de dezembro de 2021, período da contratação de 18 a 21 de junho de 2024, em virtude do atestado médico da titular Bianca Thalia Rosália Braatz, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o

Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Irani, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 18 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 504/2024 21 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132487

TERMO DE EXERCÍCIO Nº 504/2024, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

EDSON LUIZ RIGO, empossado no dia 13 de junho de 2024, entrou em exercício na presente data, no devido prazo estabelecido em lei, iniciando-se o efetivo exercício na atividade pública.

Irani/SC, 21 de junho de 2024.
DILSON LUIZ FARINELLA
Secretário Municipal de Transportes

PORTARIA Nº 505/2024 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132489

PORTARIA Nº. 505/2024 de 25 de junho de 2024.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº 154, 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder férias regulamentares ao servidor Jurandir José da Luz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula nº 1939, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, período aquisitivo de 16 de novembro de 2022 a 15 de novembro de 2023, para serem gozadas no período de 25 de junho de 2024 a 09 de julho de 2024 (15 dias de férias – 2ª etapa).
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 25 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 506/2024 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132492

PORTARIA Nº. 506/2024 de 25 de junho de 2024.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Bruna Boeno Tibes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 32301, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2023 a 17 de fevereiro de 2024, para serem gozadas no período de 25 de junho de 2024 a 09 de julho de 2024 (15 dias de férias – 1ª etapa).

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 25 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 507/2024 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132494

PORTARIA Nº 507/2024 de 25 de junho de 2024.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder férias regulamentares ao servidor Ruan Deivid Cumerlatto, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Compras (IV), matrícula nº 5639, atuando na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 03 de abril de 2023 a 02 de abril de 2024, para serem gozadas no período de 25 de junho de 2024 a 08 julho de 2024 (14 dias conforme LC 154/2022).

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 25 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 508/2024 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132498

PORTARIA Nº. 508/2024 de 25 de junho de 2024.
"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 154/2022;

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder licença maternidade à servidora Silvana Ferreira da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 32309, pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir de 25 de junho de 2024 até 22 de outubro de 2024.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Município de Irani, SC, 25 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 509/2024 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132501

PORTARIA Nº. 509/2024 de 26 de junho de 2024.
"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 043, de 20 de maio de 2009;

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder prorrogação da licença maternidade à servidora Miriam Gasperini, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Vigilância Sanitária (III), atuando na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 5671, pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos, a partir de 26 de junho de 2024.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Município de Irani, SC, 26 de junho de 2024.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

Irineópolis

Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2024 - PM

Publicação Nº 6131404

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2023
VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 06/2024, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa JR & Filhos Comércio de Alimentos Ltda EPP.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Senhor Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado na rua Goiás n° 757, Centro interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 513.***.***-04 e portador da cédula de identidade n.º 1.***.461-SSP/SC, e a empresa JR & Filhos Comércio de Alimentos Ltda EPP, estabelecida na Avenida Getulio Vargas, nº 865, Bairro Cidade Nova, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, CNPJ nº 40.485.357/0001-21, pelo seu representante, Sr. Clemente Jackiw, sob n° de CPF 551.***.***-72 e RG 3*****, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 3.555/00 e Decreto Municipal n° 3.796/2020 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 22/2023, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 66/2023, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal n°. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 06/2024, de acordo com o parecer contábil do Senhor Julio Cesar Quadros – CRC/SC 038851/O-8, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Lademir Fernando Arcari em 26 de junho de 2024, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 06/2024.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R$ 4.644,12 (quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais e doze centavos), conforme abaixo discriminado:

Item 92: LEITE INTEGRAL UHT, HOMOGENEIZADO – TIROL – 2.028 unidades – valor anterior R$ 4,10 Total R$ 8.314,80 – valor reajustado R$ 6,39 – valor total: R$ 12.958,92, sendo o valor aditivado de R$ 4.644,12.

CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais clausulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis, 27 de junho de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal

CLEMENTE JACKIW
JR & FILHOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
Testemunhas:

Nome: Letícia Elaine Chaves CPF: 117.***.***-90	Nome: Zeomar Olescovicz CPF: 113.***.***-40

CONTRATO Nº 83/2024 - PM

Publicação Nº 6132592

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DFF74FB51D9E6C0AE1D51F56B4DC16CEF7E80A13

CONTRATO Nº 83/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2023

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 95/2023, para PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS PARANÁ, VIVALDO CRESTANI, CILA TEREZINHA BOESING E ZENO JAIR CAESAR TOTALIZANDO 11.024,22 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO", que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa JAB Engenharia Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC, neste ato representado pelo Senhor Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado na rua Goiás n° 757, Centro interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 513.***.***-04 e portador da cédula de identidade n.º 1.***.461-SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa JAB Engenharia Ltda ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.860.380/0001-93, com sede a rua Evaristo Berleze, nº 108, Bairro Bacacheri, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.600-630, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Augusto Benato, sob CPF nº 051.***.***-90 e CNH 041*****, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 55/2023, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 16/2023, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, c/c § 1º da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Sétima do Contrato n.º 95/2023, e de acordo com o Memorando 1.609/2024 do Senhor Marcelo Girotto de Carvalho – Engenheiro Civil do Município enviado via 1Doc, e sendo deferido a realização do mesmo em 28 de maio de 2024, pelo Senhor Lademir Fernando Arcari – Prefeito Municipal, via 1Doc, fica de comum acordo a partir desta, contemplar o acréscimo conforme abaixo discriminado:

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO(S/ BDI) R$	CUSTO UNITÁRIO(C/ BDI) R$	CUSTO TOTAL DO SERVIÇO R$
3.0		DRENAGEM PLUVIAL					
3.1	90100	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM RETROESCAVADEIRA (0,26 M3/88 HP), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	m³	21,60	11,29	13,98	301,97
3.2	93379	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 0,88 HP), LARGURA ATÉ 0,80 M PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	19,25	16,62	20,58	396,17
3.3	100324	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_07/2019	m³	2,70	145,47	180,18	486,49
3.4	95571	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	15,00	100,74	124,77	1.871,55
3.6	2003646 (SICRO)	CAIXA DE LIGAÇÃO / PASSAGEM - CP L01 - AREIA E BRITA COMERCIAIS	und	1,00	1.884,84	1.272,40	1.272,40
Custo Total da Drenagem Pluvial							4.328,58
4.0		PAVIMENTAÇÃO - TRAVESSIA ELEVADA RUA PARANA					
4.2	100323	FORNECIMENTO, TRANSPORTE, EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE LASTREO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADOS EM PISO SOBRE SOLO - ESPESSURA 10 cm	m³	10,50	167,94	208,02	2.184,21
Custo Total da Pavimentação =>							2.184,21
6.0		OBRAS COMPLEMENTARES - RUA VIVALDO CRESTANI					

6.6	104488	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL, FCK = 25 MPA. AF_01/2017	m³	5,10	2.450,70	3.035,44	15.480,74
Custo Total das Obras Complementares							15.480,74
TOTAL DA OBRA							21.993,53

Pelos serviços aditados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 21.993,53 (vinte e um mil novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos)

CLAUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS	JAB ENGENHARIA LTDA ME
LADEMIR FERNANDO ARCARI	EDUARDO AUGUSTO BENATO
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Andressa Teska CPF: 080.***.***-57	Nome: Zeomar Olescovicz CPF: 113.***.***-40

CONTRATO Nº 84/2024 - PM

Publicação Nº 6132607

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B381186028359F2F95D0AB654340F860DC674F30

CONTRATO Nº 84/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2023

2º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 94/2023, para "PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS ALFREDO MAIA JATAY, RUA VEREADOR ERMELINO WAGNER, RUA SEM DENOMINAÇÃO, RUA FRANCISCO SENN E RUA PARÁ TRECHO 5, TOTALIZANDO 5.743,01 M² DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO", que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa JAB Engenharia Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC, neste ato representado pelo Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado na rua Goiás n° 757, Centro interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 513.***.***-04 e portador da cédula de identidade n.º 1.***.461-SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa JAB Engenharia Ltda ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.860.380/0001-93, com sede a rua Evaristo Berleze, nº 108, Bairro Bacacheri, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.600-630, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Augusto Benato, sob CPF nº 051.***.***-90 e CNH 041*****, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 54/2023, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 15/2023, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, c/c § 1º da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Sétima do Contrato n.º 94/2023, e de acordo com o Protocolo nº 050/2024 do Senhor Marcelo Girotto de Carvalho – Engenheiro Civil do Município enviado via 1Doc, e sendo deferido a realização do mesmo em 06 de março de 2024, pelo Senhor Lademir Fernando Arcari – Prefeito Municipal, via 1Doc, fica de comum acordo a partir desta, contemplar o acréscimo conforme abaixo discriminado:

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO(S/ BDI) R$	CUSTO UNITÁRIO(C/ BDI) R$	CUSTO TOTAL DO SERVIÇO R$
1.0		SERVIÇOS INICIAIS					
1.1	COMPOSIÇÃO 1.0	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA	m²		321,17	397,80	-
1.2	COMPOSIÇÃO 1.2	SERVIÇOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLISIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m²	90,00	0,32	0,40	36,00
Custo Total dos Serviços Iniciais							36,00

2.0		TERRAPLENAGEM					
2.1	101124	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020	m³	18,00	13,49	16,71	300,78
2.2	93588	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³xkm	18,00	2,61	3,23	58,14
2.3	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRA	m³	18,00	1,32	1,63	29,34
Custo Total da Terraplenagem							388,26
3.0		DRENAGEM PLUVIAL					
3.8	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	m	40,00	48,71	60,33	2.413,20
Custo Total da Drenagem Pluvial							2.413,20
4.0		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	m²	90,00	2,17	2,69	242,10
4.2	100323	FORNECIMENTO, TRANSPORTE, EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADOS EM PISO SOBRE SOLO - ESPESSURA 10 cm	m³	9,00	167,94	208,01	1.872,09
4.3	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	90,00	65,79	81,49	7.334,10
Custo Total da Pavimentação =>							9.448,29
5.0		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
5.1	102512	PINTURA DE EIXO VIARIO SOBRE PAVIMENTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTRPROPELIDA AF_05/2021	m	15,00	4,73	5,86	87,90
Custo Total da Sinalização Viária							87,90
6.0		OBRAS COMPLEMENTARES					
6.2	100324	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_07/2019	m³	4,50	145,47	180,18	810,81
6.4	92397	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	m²	45,00	55,98	69,34	3.120,30
6.5	93679	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 30 x 30 CM - PODO TÁTIL ALERTA E DIERECIONAL - ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	m²	12,00	71,99	89,17	1.070,04
Custo Total das Obras Complementares							5.001,15
TOTAL DA OBRA							17.374,80

Pelos serviços aditados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 17.374,80 (dezessete mil trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)

CLAUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS	JAB ENGENHARIA LTDA ME
LADEMIR FERNANDO ARCARI	EDUARDO AUGUSTO BENATO
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Zeomar Olescovicz CPF: 113.***.***-40	Nome: Andressa Teska CPF: 080.***.***-57

DECRETO Nº 4.679/2024, DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132262

D E C R E T O N° 4.679/24.
"Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA
Art. 1° - Fica aprovado o desmembramento de um imóvel urbano, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 18.256, com a área de 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados), localizado na Rodovia Prefeito João de Paula Cubas, Bairro Jardim Brand, município de Irineópolis - SC, de propriedade de ANTONIO ELIZEU HALABURA ficando com as seguintes características: LOTE 1, da quadra 4210, com área de 5.956,50 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0356.000000: Frente: 60,00 metros com a Rodovia Prefeito João de Paula Cubas; Lado Direito: em três linhas, uma medindo 15,80 metros com Ary Senn e Outros, outra medindo 55,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 03) interligadas por uma linha de 120,00 metros e outra medindo 30,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 02) interligadas por uma linha de 12,00 metros; Lado Esquerdo: 157,00 metros com Alvino Carvalho da Rocha ; Fundos: 94,00 metros em quatro linhas, uma medindo 40,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 06), outra medindo 15,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 07), outra medindo 15,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 08) e outra medindo 24,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 09); LOTE - 02 da quadra 4210, com área de 360,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0368.000000: Frente: 12,00 metros com a Rodovia Prefeito João de Paula Cubas; Lado Direito:30,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 03) Lado Esquerdo: 30,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); Fundos: 12,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); LOTE - 03 da quadra 4210, com área de 360,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0380.000000: Frente: 12,00 metros com a Rodovia Prefeito João de Paula Cubas; Lado Direito: 96,00 metros em duas linhas, uma medindo 31,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 04) e outra com 65,00 metros com Ary Senn e outros interligadas por uma linha com 62,00 metros; Lado Esquerdo: 85,00 metros em duas linhas, uma medindo 30,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 02) e outra com 55,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); Fundos: 120,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); LOTE - 04 da quadra 4210, com área de 848,50m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0400.000000: Frente: 20,00 metros com a Rodovia Prefeito João de Paula Cubas; Lado Direito:34,50 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 05) Lado Esquerdo: 31,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 03); Fundos: 35,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 03); LOTE - 05 da quadra 4210, com área de 790,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0420.000000: Frente: 20,00 metros com a Rodovia Prefeito João de Paula Cubas; Lado Direito:40,00 metros com Ary Senn e Outros; Lado Esquerdo: 34,50 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 04); Fundos: 27,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 03); LOTE - 06 da quadra 4210, com área de 7.600,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0846.000000: Frente: 40,00 metros com a Rua Alvino Brand; Lado Direito:190,00 metros com Alvino Carvalho da Rocha; Esquerdo: 190,00 metros em duas linhas, uma medindo 165,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 07) e outra com 25,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); Fundos: 40,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); LOTE - 07 da quadra 4210, com área de 2.475,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0806.000000: Frente: 15,00 metros com a Rua Alvino Brand; Lado Direito:165,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 06); Esquerdo: 165,00 metros com Antonio Elizeu Halabura(Lote 08); Fundos: 15,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); LOTE - 08 da quadra 4210, com área de 2.475,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0791.000000: Frente: 15,00 metros com a Rua Alvino Brand; Lado Direito:165,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 07); Esquerdo: 165,00 metros com Antonio Elizeu Halabura(Lote 09); Fundos: 15,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01); LOTE - 09 da quadra 4210, com área de 3.960,00 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.4210.00.0776.000000: Frente: 24,00 metros com a Rua Alvino Brand; Lado Direito:165,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 08); Esquerdo: 165,00 metros com Ary Senn e Outros; Fundos: 24,00 metros com Antonio Elizeu Halabura (Lote 01)

Art. 2° - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei n° 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3° - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 360 (trezentos e sessenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 06 de junho de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.680/2024, DE 06 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132267

D E C R E T O N° 4.680/24
"Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA
Art. 1° - Fica aprovado o desmembramento de um imóvel urbano, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 26.128, com a área de 2.203,80 m² (dois mil, duzentos e três metros, oitenta decímetros quadrados), localizado na Esquina das Ruas Rio Grande do Norte e Rua Vereador João Tokarski, Centro, município de Irineópolis - SC, de propriedade de MICHELE PATRÍCIA PREISLER ficando com as seguintes características: LOTE 1, da quadra 062A, com área de 297,05 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.062A.00.0380.000000: Frente: 15,06 metros com a Rua Vereador João Tokarski; Lado Direito: 19,84 metros coma Rua Rio Grande do Norte; Lado Esquerdo: 19,61 metros com o Lote 02 ; Fundos: 15,06 metros com Alvir Vieira; LOTE - 02 da quadra 062A, com área de 293,35 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.062A.00.0345.000000: Frente: 15,06 metros com a Rua Vereador João Tokarski; Lado Direito:19,61 metros com o Lote 01; Lado Esquerdo: 19,38 metros com o Lote 03; Fundos: 15,06 metros com Alvir Vieira; LOTE - 03 da quadra 062A, com área de 323,08 m², com inscrição imobiliária nº 001.1.062A.00.0330.000000: Frente: 10,24 metros com a Rua Vereador João Tokarski; Lado Direito: em duas linhas, uma medindo 19,38 metros com o Lote 02, outra medindo 12,21 metros com Alvir Vieira; Lado Esquerdo: 31,52 metros com o Lote 04; Fundos: em duas linhas, uma medindo 6.31 metros com Clederson Hoiça, outra medindo 3,93 metros com Lauro Tarczewski; LOTE - 04 da quadra 062A, com área de 322,34m², com inscrição imobiliária nº 001.1.062A.00.0319.000000: Frente: 10,24 metros com a Rua Vereador João Tokarski; Lado Direito:31,52 metros com o Lote 03; Lado Esquerdo: 31,45 metros com o Lote 05; Fundos: 10,24 metros com Lauro Tarczewski; LOTE - 05 da quadra 062A, com área de 321,61m², com inscrição imobiliária nº 001.1.062A.00.0309.000000: Frente: 10,24 metros com a Rua Vereador João Tokarski; Lado Direito:31,45 metros com o Lote 04; Lado Esquerdo: 31,37 metros com o Lote 06; Fundos: 10,24 metros com Lauro Tarczewski; LOTE - 06 da quadra 062A, com área de 320,90m², com inscrição imobiliária nº 001.1.062A.00.0299.000000: Frente: 10,24 metros com a Rua Vereador João Tokarski; Lado Direito:31,37 metros com o Lote 05; Lado Esquerdo: 31,30 metros com o Lote 07; Fundos: 10,24 metros com Lauro Tarczewski; LOTE - 07 da quadra 062A, com área de 325,47m², com inscrição imobiliária nº 001.1.062A.00.0289.000000: Frente: 10,24 metros com a Rua Vereador João Tokarski; Lado Direito:31,30 metros com o Lote 06; Lado Esquerdo: 31,23 metros com o Lote 03 do Município de Irineópolis; Fundos: 10,24 metros com Lauro Tarczewski.
Art. 2° - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei n° 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3° - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 360 (trezentos e sessenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 06 de junho de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.692/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132202

DECRETO Nº 4.692/2024.
SUPRIME A PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO INTEGRANTE DE ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n.° 007/2001, de 15/10/2001.

DECRETA :
Art. 1º Fica suprimida a pedido, a participação de CELSO REINALDO CAMARGO WILLE no seguinte órgão de deliberação coletiva:

• Membro do Conselho de Governo do Município de Irineópolis;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 27 de Junho de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

Itá

Prefeitura

DECRETO Nº 084/2024

Publicação Nº 6133036

DECRETO 084/2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024
"FIXA ESCALA DE SOBREAVISO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E MOTORISTA DE AMBULÂNCIA PARA O MÊS DE JULHO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:
Art. 1º- Fica fixada para o mês de JULHO de 2024, a escala de sobreaviso dos profissionais de Enfermagem e Motoristas de Ambulância da Secretaria Municipal de Saúde, na forma dos anexos a este decreto.
Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.07.2024.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), 26 de junho de 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JULIANA APARECIDA BATISTA
Secretária Municipal de Saúde

Escala de Sobreaviso de Enfermagem – JULHO 2024

SOBREAVISO DIURNO
De segunda a sexta-feira

DATA	DIA/SEMANA	Manhã 07:00 às 12:59	Tarde 13:00 às 18:59	Evento
1	Segunda-feira	Cristian	Cristian	
2	Terça-feira	Cristian	Cristian	
3	Quarta-feira	Cristian	Cristian	
4	Quinta-feira	Cristian	Cristian	
5	Sexta-feira	Cristian	Cristian	
6	Sábado			
7	Domingo			
8	Segunda-feira	Cristian	Cristian	
9	Terça-feira	Cristian	Cristian	
10	Quarta-feira	Cristian	Cristian	
11	Quinta-feira	Cristian	Cristian	
12	Sexta-feira	Cristian	Cristian	
13	Sábado			
14	Domingo			
15	Segunda-feira	Cristian	Cristian	
16	Terça-feira	Cristian	Cristian	
17	Quarta-feira	Cristian	Cristian	
18	Quinta-feira	Cristian	Cristian	
19	Sexta-feira	Cristian	Cristian	
20	Sábado			
21	Domingo			
22	Segunda-feira	Cristian	Cristian	
23	Terça-feira	Cristian	Cristian	
24	Quarta-feira	Cristian	Cristian	
25	Quinta-feira			
26	Sexta-feira			
27	Sábado			
28	Domingo			

29	Segunda-feira	Cristian	Cristian	
30	Terça feira	Cristian	Cristian	
31	Quarta Feira	Cristian	Cristian	

Contato – Enfermeiro Sobreaviso:
Enf. Cristian. (49) 9 902-6900

Juliana Batista
Secretária de Saúde

1. Escala de Sobreaviso de Enfermagem – JULHO 2024

SOBREAVISO NOTURNO

De segunda a sexta-feira (19:00 às 06:59)
Fim de semana e feriados: 24 horas das 07:00 às 06:59

DATA	DIA/SEMANA	Noturno	Fim de semana/feriados	Evento
1	Segunda-feira	Cristian		
2	Terça-feira	Cristian		
3	Quarta-feira	Cristian		
4	Quinta-feira	Cristian		
5	Sexta-feira	Cristian		
6	Sábado		Cristian	
7	Domingo		Cristian	
8	Segunda-feira	Cristian		
9	Terça-feira	Cristian		
10	Quarta-feira	Cristian		
11	Quinta-feira	Cristian		
12	Sexta-feira	Cristian		
13	Sábado		Cristian	
14	Domingo		Cristian	
15	Segunda-feira	Cristian		
16	Terça-feira	Cristian		
17	Quarta-feira	Cristian		
18	Quinta-feira	Cristian		
19	Sexta-feira	Cristian		
20	Sábado		Cristian	
21	Domingo		Cristian	
22	Segunda-feira	Cristian		
23	Terça-feira	Cristian		
24	Quarta-feira	Cristian		
25	Quinta-feira		Cristian	
26	Sexta-feira		Cristian	
27	Sábado		Cristian	
28	Domingo		Cristian	
29	Segunda-feira	Cristian		
30	Terça-feira	Cristian		
31	Quarta-feira	Cristian		

Enfermeiro Sobreaviso: Enf. Cristian (49) 9 8902-6900

Juliana Batista
Secretária de Saúde

Escala de Sobreaviso Motoristas – Ambulância
JULHO 2024

DATA	DIA/SEMANA	SOBREAVISO	SUPORTE
1	Segunda-feira	Rafael Taffarel	Vilmar Moreno
2	Terça-feira	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
3	Quarta-feira	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
4	Quinta-feira	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
5	Sexta-feira	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
6	Sábado	Eliézer Corbari	Clóvis Hochwart

7	Domingo	Eliézer Corbari	Clóvis Hochwart
8	Segunda-feira	Eliézer Corbari	Clóvis Hochwart
9	Terça-feira	Clóvis Hochwart	Eliézer Corbari
10	Quarta-feira	Clóvis Hochwart	Eliézer Corbari
11	Quinta-feira	Clóvis Hochwart	Eliézer Corbari
12	Sexta-feira	Clóvis Hochwart	Eliézer Corbari
13	Sábado	José A. Gonçalves Jr	Jaime Petry
14	Domingo	José A. Gonçalves Jr	Jaime Petry
15	Segunda-feira	José A. Gonçalves Jr	Jaime Petry
16	Terça-feira	Jaime Petry	José A. Gonçalves Jr
17	Quarta-feira	Jaime Petry	José A. Gonçalves Jr
18	Quinta-feira	Jaime Petry	José A. Gonçalves Jr
19	Sexta-feira	Jaime Petry	José A. Gonçalves Jr
20	Sábado	Cleber Granna	Rafael Taffarel
21	Domingo	Cleber Granna	Rafael Taffarel
22	Segunda-feira	Cleber Granna	Rafael Taffarel
23	Terça-feira	Rafael Taffarel	Cleber Granna
24	Quarta-feira	Rafael Taffarel	Cleber Granna
25	Quinta-feira	Rafael Taffarel	Cleber Granna
26	Sexta-feira	Rafael Taffarel	Cleber Granna
27	Sábado	Vilmar Moreno	Eliézer Corbari
28	Domingo	Vilmar Moreno	Eliézer Corbari
29	Segunda-feira	Vilmar Moreno	Eliézer Corbari
30	Terça-feira	Eliézer Corbari	Vilmar Moreno
31	Quarta-feira	Eliézer Corbari	Vilmar Moreno

Juliana Batista
Secretária de Saúde

DECRETO Nº 085/2024

Publicação Nº 6133079

DECRETO Nº 085, DE 27 DE JUNHO DE 2024
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DE INTERESSE SOCIAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEMOR BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 18 da Lei Municipal nº 2756 de 17 de outubro de 2023 que instituiu a Política Municipal de Habitação de Interesse Social de Itá.
Considerando a solicitação de alteração de membros.

DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Habitação do Município de Itá, nos termos da legislação vigente, cuja composição será a seguinte:

I- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

a) Secretária de Administração e Fazenda
Titular: Claudinéia Alves Cardoso
Suplente Ezequiel Marcos Farina Andreola;

b) Secretária de Assistência Social:
Titular: Deise Calvi
Suplente: Jorge Ricardo da Silva Rocha;

c) Secretária de Agricultura e Meio Ambiente
Titular: Glaciano V. Basse
Suplente: Jonas Tadeu Hugue;

d) Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Titular: Samuel Biondo
Suplente: Letícia Betlinski de Souza;

II- REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Marines Strapasson
Suplente: Altir Salvi;

b) Associação de Bombeiros Voluntários
Titular: Evandro Ludvig
Suplente: Ruan Carlos Murari;

c) Associação de Pais e Professores- APPs
Titular: Ivan Kotvitz
Suplente: Tiago Canepelle

d) Clubes de Serviço
Titular: Arlete Barrionuevo
Suplente: James Gurkewicz

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especialmente o Decreto nº 056 de 30 de abril de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá-SC, 27 de junho de 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Responsável Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 404/2024

Publicação Nº 6134983

PORTARIA Nº 404/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Itá,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar a servidora CLAUDINEIA ALVES CARDOSO, matrícula 936734-5, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, a partir de 30 de junho de 2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 406/2024

Publicação Nº 6134990

PORTARIA Nº 406/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Itá,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar a servidora BEATRIZ SOARES, matrícula 64397-4, do cargo comissionado de Diretor Geral de Cultura, a partir de 30 de junho de 2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 403/2024

Publicação Nº 6134981

PORTARIA Nº 403/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município de Ita, Lei Complementar nº 34/2006, de 11 de Dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 66/2010, de 08 de Junho de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º Alterar o art. 2° da Portaria n° Nº 189/2024 de 20 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...
"Art. 2º Conceder a servidora LUCIANA CLÁUDIA HENTZ KOCHEM, função gratificada FG – Diretor de Escola, da EMEB João Henrique Pille, a partir 01 de junho de 2024.
...
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

DEBORAH MARIA TOMBINI SARTORETTO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 405/2024

Publicação Nº 6134986

PORTARIA Nº 405/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Itá,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar a servidora SONIA REGINA CECHET MARCOLIN, matrícula 936733-1, do cargo comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 30 de junho de 2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 407/2024

Publicação Nº 6134995

PORTARIA Nº 407/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Itá,

RESOLVE:
Art. 1º Revogar a Portaria nº 571/2023, que concedia, ao servidor LEOCIR HAACH, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Agropecuária, a função gratificada de Coordenador da Vigilância Sanitária, a partir de 30 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JONAS JOACIR VORTMANN
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 408/2024

Publicação Nº 6134996

PORTARIA Nº 408/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Itá,

RESOLVE:
Art. 1º Revogar o Art. 2º da Portaria nº 521/2022, que concedia, ao servidor JOCIAS ANDRÉ KURMANN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a Função Gratificada de Coordenador do Setor de Tesouraria, a partir de 30 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 409/2024

Publicação Nº 6134997

PORTARIA Nº 409/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Itá,

RESOLVE:
Art. 1º Revogar o Art. 2º da Portaria nº 072/2023, que concedia, a servidora DEISE FÁTIMA CALVI, ocupante do cargo efetivo de Professor Áreas Específicas, a Função Gratificada de Gestor de Fundos e Programas, a partir de 30 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 410/2024

Publicação Nº 6134999

PORTARIA Nº 410/2024

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença para Acompanhamento Familiar a servidora EDELVI PAULA STENZLER RECKERS, matrícula 936704-4, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 14 (catorze) dias, a partir de 19 de junho de 2024, conforme prevê Estatuto do Servidor LC 035/2006, Capítulo IV, Artigo 71.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JULIANA APARECIDA BATISTA
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 411/2024

Publicação Nº 6135001

PORTARIA Nº 411/2024

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Itá,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora SUZANA PARISE, matrícula 936845-3, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Creche, para substituir à servidora DANIELA NADIA FERREIRA, legalmente afastada, no período de 25 a 28 de junho de 2024, recebendo os vencimentos do cargo temporário, acrescido do valor correspondente à substituição.

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de junho de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

DEBORAH MARIA TOMBINI SARTORETTO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 412/2024

Publicação Nº 6135002

PORTARIA Nº 412/2024

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art 1º Conceder licença para Tratamento de Saúde a servidora ELIZABETE JOSEFINA SCALABRIN SGARBOSSA, matrícula 77478-2, ocupante do cargo efetivo de Orientador Educacional, conforme atestado médico, pelo período de 19 de junho a 03 de julho de 2024 mediante remuneração pelo município e a partir de 04 de julho de 2024, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.
Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

DEBORAH MARIA TOMBINI SARTORETTO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 413/2024

Publicação Nº 6135005

PORTARIA Nº 413/2024

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art 1º Conceder licença para Tratamento de Saúde a servidora MARIA CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CHAVES, matrícula 936853-3, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Creche, conforme atestado médico, pelo período de 20 de junho a 04 de julho de 2024 mediante remuneração pelo município e a partir de 05 de julho de 2024, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.
Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de junho de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 27 DE JUNHO DE 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

DEBORAH MARIA TOMBINI SARTORETTO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

HOMOLOGAÇÃO PL 066/2024

Publicação Nº 6131227

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C82392A74A5796BD00A078EE81144F996B6728BE

MUNICIPIO DE ITÁ
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação
Ano - Minuta - Licitação: 2024 Número - Minuta - Licitação: 67 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 codigoCliente: 2190 anoMinuta: 2024 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Concorrência Eletrônica
Para Obras e Serviços de Engenharia
6/2024
Processo Administrativo: 66/2024

Ao Sr(a). CLEMOR ANTONIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 78/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência Eletrônica nº. 6/2024, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

898791 - BASE-V ENGENHARIA LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil, com fornecimento de material e mão de obra, para execução do Parque das Torres, contemplando banheiros e restaurante, nas imediações das torres da antiga Igreja Matriz São Pedro de Itá, Bairro Velha Itá, em Itá/Santa Catarina.	OBRA DE ENGENHARIA		1	R$640.154,00	R$640.154,00
					Total do Fornecedor:	R$640.154,00

Itá, 27 de junho de 2024.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 093/2024

Publicação Nº 6135017

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 73AE998D89EAB71FD6231D6002C02B420379B681

MUNICIPIO DE ITÁ
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação
Ano - Minuta - Licitação: 2024 Número - Minuta - Licitação: 94 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 codigoCliente: 2190 anoMinuta: 2024 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Concorrência Eletrônica
Para Obras e Serviços de Engenharia
13/2024
Processo Administrativo: 93/2024

Ao Sr(a). CLEMOR ANTONIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 78/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência Eletrônica nº. 13/2024, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

26158 - TERRAMAX - CONSTRUCOES E OBRAS LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIO-FIO, CANTEIROS E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA ITA-031, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.	OBRA DE ENGENHARIA		1	R$3.350.261,49	R$3.350.261,49
					Total do Fornecedor:	R$3.350.261,49

Itá, 27 de junho de 2024.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2024

Publicação Nº 6132197

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
CNPJ: 00.802.002/0001-02
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 2.200,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2024

Publicação Nº 6132214

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Centermedi- Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.
CNPJ: 03.652.030/0003-32
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 148.194,64
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2024

Publicação Nº 6132237

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Ciamed - Distribuidora de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 05.782.733/0003-00
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 66.224,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2024

Publicação Nº 6132243

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Cirurgica Santa Cruz Com. de Produtos Hospitalares Ltda.
CNPJ: 94.516.671/0002-34
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 337.860,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2024

Publicação Nº 6132253

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: CMH - Central de Medicamentos Hospitalares - Eireli
CNPJ: 23.228.076/0001-74
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 8.541,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2024

Publicação Nº 6132261

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda.
CNPJ: 67.729.178/0005-72
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 20.823,95
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2024

Publicação Nº 6132273

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Conquista Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Eireli.
CNPJ: 12.418.191/0001-95
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 38.188,50
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2024

Publicação Nº 6132282

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Dimaster-Comércio de Produtos Hospitalares Ltda SC.
CNPJ: 02.520.829/0003-02
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 56.045,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2024

Publicação Nº 6132289

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda.
CNPJ: 76.386.283/0001-13
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.

VALOR: R$ 17.120,75
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2024

Publicação Nº 6132299

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Distribuidora de Medicamentos Backes EireIi.
CNPJ: 25.279.552/0001-01
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 10.048,50
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2024

Publicação Nº 6132309

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: GMC Distribuidora de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 51.205.028/0001-04
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 56.490,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2024

Publicação Nº 6132318

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Goldenplus - Comercio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.
CNPJ: 17.472.278/0001-64
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 4.308,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2024

Publicação Nº 6132328

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Inovamed Hospitalar Ltda
CNPJ: 12.889.035/0001-02
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 45.463,50
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 14/2024

Publicação Nº 6132332

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: JT Medicamentos Ltda.
CNPJ: 51.892.897/0001-46
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 19.023,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2024

Publicação Nº 6132339

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Licimed Distribuidora de Medicamentos.
CNPJ: 04.071.245/0001-60
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 51.500,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2024

Publicação Nº 6132346

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A.
CNPJ: 07.752.236/0001-23
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 31.100,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17/2024

Publicação Nº 6132352

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Metta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 42.496.258/0001-70
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 1.860,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2024

Publicação Nº 6132358

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Multihosp Comercial de Produtos Hospitalares Ltda.
CNPJ: 32.421.421/0001-82
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.

VALOR: R$ 12.678,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2024

Publicação Nº 6132371

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Nova Medicamentos Ltda.
CNPJ: 41.365.113/0001-78
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 51.975,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2024

Publicação Nº 6132380

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Nutri-ele Distribuidora de Nutrição Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.
CNPJ: 46.381.269/0001-66
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 18.290,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2024

Publicação Nº 6132390

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.
CNPJ: 81.706.251/0001-98
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 146.730,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2024

Publicação Nº 6132400

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: S & R Distribuidora Ltda.
CNPJ: 04.889.315/0001-92
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 12.690,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2024

Publicação Nº 6132407

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 09.944.371/0001-04
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 167.869,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2024

Publicação Nº 6132416

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda.
CNPJ: 05.531.725/0001-20
OBJETO: Registro de Preços de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.
VALOR: R$ 110.330,00
PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MARLETE ARBIGAUS
Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2024

Publicação Nº 6131052

Pregão Eletrônico nº 22/2024
Objeto: Aquisição futura e parcelada de coffee break, no atendimento em eventos realizados pelas Secretarias Municipais de: Administração e Finanças, Educação e Esporte, Saúde, Desenvolvimento Social e Habitação.
Fornecedor: TH7 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA.
Valor Total: R$ 410.132,38
Vigência: 12 (doze) meses
Itaiópolis, 26 de junho de 2024.
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2024

Publicação Nº 6132229

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2024
Pregão Eletrônico nº 26/2024
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para locação e instalação de banheiros químicos, para a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.
Proponente: MULLER PILLATI & PILLATI LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS
Valor: R$ 59.799,96
Prazo: 01/08/2024 a 01/08/2025.
Itaiópolis, 27 de junho de 2024.
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 899/2024

Publicação Nº 6132547

PORTARIA Nº 899, DE 27 DE JUNHO DE 2024

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023; e

Considerando o Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024, homologado em 14 de junho de 2024:
RESOLVE
Admitir MARÍLIA GONÇALVES BACH, Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 horas semanais para, no período compreendido entre os dias 1º de julho a 31 de dezembro 2024, atuar nas Unidades Básicas de Saúde - ESF CENTRAL e ESF CONTAGEM WORELL, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 900/2024

Publicação Nº 6132550

PORTARIA Nº 900, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, conforme disposto na seção VI artigo 115 e 119 da Lei Complementar n.º 001/92, de 1º de março de 1992, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 059, de 19 de setembro de 2017;
Considerando requerimento protocolado pela servidora pública municipal Joceles Aparecida Arten junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 27 de junho de 2024; e
Considerando o Despacho nº 255/2023, exarado pelo Procurador Jurídico do Município, em 18 de setembro de 2023:
RESOLVE

Alterar para os dias 03 de fevereiro a 05 de maio de 2025, o período de usufruto da licença-prêmio, concedida por meio da Portaria nº 231, de 30 de janeiro de 2024, para a servidora pública municipal JOCELES APARECIDA NEUBURGER ARTE, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, lotada no Centro de Educação Infantil, porém, fora designada por meio da Portaria nº 290, de 06 de fevereiro de 2024 para atuar côo Secretária da Escola Municipal Rio da Estiva.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 901/2024

Publicação Nº 6132554

PORTARIA Nº 901, DE 27 DE JUNHO DE 2024

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023; e

Considerando o requerimento protocolado pela agente pública municipal Fernanda Karasinski, junto ao Departamento de Pessoal do Município de Itaiópolis sob nº 1009, em 27 de junho de 2024, solicitando o desligamento do vínculo trabalhista com o Município de Itaiópolis:

RESOLVE

Dispensar a pedido, a contar de 29 de junho de 2024, a agente pública municipal FERNANDA KARASINSKI, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, a qual fora admitida por meio da Portaria nº 214, de 29 de janeiro de 2024 para, em caráter temporário, atuar no Centro de Educação Infantil Tia Erci.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 902/2024

Publicação Nº 6132977

PORTARIA Nº 902, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 54, inciso I, da Lei

Complementar nº 001, de 1º de março de 1992 e amparado pela Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012 e suas alterações:
RESOLVE

Exonerar, a contar de 27 de junho de 2024, a agente pública municipal SANDRA PACHECO, do cargo em comissão de COORDENADOR DE ASSUNTOS CULTURAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para o qual fora nomeado por meio da Portaria nº 302, de 07 de fevereiro de 2024.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 903/2024

Publicação Nº 6133000

PORTARIA Nº 903, DE 27 DE JUNHO DE 2024

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023; e

Considerando o requerimento protocolado pela agente pública municipal Maristela Schiller Gomes, junto ao Departamento de Pessoal do Município de Itaiópolis sob nº 1010, em 27 de junho de 2024, solicitando o desligamento do vínculo trabalhista com o Município de Itaiópolis:

RESOLVE

Dispensar a pedido, a contar de 27 de junho de 2024, a agente pública municipal MARISTELA SCHILLER GOMES, Professor Anos Iniciais, com carga horária de 30 horas semanais, a qual fora admitida por meio da Portaria nº 890, de 25 de junho de 2024 para, em caráter temporário, atuar em vaga excedente, lecionando todas as disciplinas com atendimento domiciliar aos alunos Gabriel Vergino Lanzer e Gael Lanzer.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 904/2024

Publicação Nº 6133003

PORTARIA Nº 904, DE 27 DE JUNHO DE 2024

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023; e

Considerando o requerimento protocolado pela agente pública municipal Josiele da Silva Dalcanal, junto ao Departamento de Pessoal do Município de Itaiópolis sob nº 1011, em 27 de junho de 2024, solicitando o desligamento do vínculo trabalhista com o Município de Itaiópolis:

RESOLVE

Dispensar a pedido, a contar de 27 de junho de 2024, a agente pública municipal JOSIELE DA SILVA DALCANAL, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, a qual fora admitida por meio da Portaria nº 889, de 25 de junho de 2024 para, em caráter temporário, atuar no Centro de Educação Infantil Semeando o Saber.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 905/2024

Publicação Nº 6133005

PORTARIA Nº 905, DE 27 DE JUNHO DE 2024

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas

pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, e com base no artigo 73, § 1º, da Lei Complementar nº 16, de 13 de dezembro de 2011;

Considerando o Edital Interno de alteração provisória de carga horária, sob nº 06/2023 publicado em 12 de dezembro de 2023:
RESOLVE
Alterar provisoriamente, conforme quadro demonstrativo abaixo, a carga horária, da servidora do Magistério Público Municipal:

NOME DO SERVIDOR	Cargo/Disciplina	Carga Horária de efetivo	Local Efetivo	Carga Horária Provisória	Carga horária total	Localde Alteração	Período
Janalice de Fátima Popovicz	Professora de Educação Infantil	20h	E.M. Rio da Estiva	20h	40h	CEI Tia Erci	1º/07/2024 a 20/12/2024

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 906/2024

Publicação Nº 6133008

PORTARIA Nº 906, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, e com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023; e

Considerando a apresentação de Atestado Médico junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 27 de junho de 2024, bem como a agente pública Silmara Aparecida Gonçalves, deverá se submeter à perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS:

RESOLVE

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde no período compreendido entre os dias 27 de junho a 11 de julho de 2024, para a agente pública municipal SILMARA APARECIDA GONÇALVES, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Bom Jesus.

Art. 2º Conceder auxílio-doença no período compreendido entre os dias 12 a 26 de julho de 2024 ou até a data contida no laudo da perícia médica do INSS, para a agente pública municipal SILMARA APARECIDA GONÇALVES, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Bom Jesus.

Itaiópolis, 27 de junho de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

1 HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES - IPMI

Publicação Nº 6131668

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2024 – IPMI - EDITAL Nº 05/2024

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS

O Presidente do **Instituto de Previdência do Município de Itaiópolis/SC (IPMI)**, no exercício de suas atribuições, torna público o presente edital para divulgar o que segue:

1. Homologação definitiva das inscrições: Tendo em vista que não foram interpostos recursos, ratifica-se a homologação preliminar de inscrições divulgada pelo Edital nº 04/2024, a qual passa a constar como **homologação definitiva das inscrições**.

2. Convocação para as provas objetiva e de produção escrita: As respectivas provas serão aplicadas conforme as disposições da **tabela abaixo**:

DATA: 14/07/2024 (DOMINGO) - TURNO: TARDE	
HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES: **às 12h**	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES: **às 13h**
Escola Municipal Centro Educativo Itaiópolis, Av. Tancredo Neves, nº 88, Bairro Centro - Município de Itaiópolis/SC	**ADVOGADO PREVIDENCIÁRIO;** **ANALISTA PREVIDENCIÁRIO EM CONTABILIDADE;** **ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO.**

2.1. Para fins de identificação, **todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data em seu local de prova indicado,** com antecedência de **1 hora** do horário estabelecido para o fechamento dos portões (vide tabela do item 2 deste edital), uma vez que, no respectivo horário e fechados os portões, não será mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.

2.1.1. **ATENÇÃO**: A fim de evitar aglomeração e transtornos próximo ao horário de fechamento dos portões, recomendamos aos candidatos que cheguem ao local de prova com a antecedência acima indicada e contribuam com as regras estabelecidas nos avisos dos locais de prova e medidas de segurança para proteção de todos.

2.2. O candidato DEVERÁ apresentar-se portando **documento de identificação oficial** (via física e com foto), em bom estado de conservação e que possibilite o seu reconhecimento e identificação, conforme lista especificada no Edital de Abertura das Inscrições. Deverá portar, ainda:

a) **caneta esferográfica (ponta grossa; tinta azul ou preta; e material transparente**); e

b) **comprovante de inscrição e pagamento** (somente em caso de não constar na lista de inscrições homologadas).

2.2.1. NÃO **serão aceitos como documento de identificação oficial:** documentos apresentados sob a forma eletrônica ou digital; cópias de documentos, mesmo que autenticadas; protocolo de documentos; certidão de nascimento; certidão de casamento; título eleitoral; certificado de reservista; carteira de estudante; crachás e identidade funcional de natureza privada; CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.

2.2.2. A ausência ou a inadequação do documento de identificação oficial impossibilitam o procedimento de identificação do candidato e o seu ingresso à etapa**.**

2.3. Para a segurança de todos e a garantia da lisura do certame, além das disposições estabelecidas pelo Edital de Abertura das Inscrições, em conformidade com os protocolos vigentes, no dia de realização da prova:

a) será permitida a utilização de **máscara de proteção individual**, contudo, faz-se necessária sua breve remoção para fins de identificação e reconhecimento junto ao(s) fiscal(ais) de prova. Este procedimento também será realizado quando, na inspeção por detector, houver sinalização de inconformidade, situação em que, além de remover brevemente a máscara, o candidato deverá exibir seu interior ao(s) fiscal(ais) de prova;

b) exceto previsão especial, após o ingresso na sala de prova e durante toda a sua realização, somente será permitida a ingestão de água **(garrafa de embalagem transparente e sem rótulo)**, de forma que se recomenda aos candidatos para que compareçam bem alimentados;

c) os candidatos não poderão fazer uso de telefone celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos, devendo depositá-los no envelope porta-objetos com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes;

d) todos os participantes deverão respeitar as determinações dos fiscais e as regras estabelecidas nos avisos dos locais de prova.

2.4. O não comparecimento no dia, horário e local, marcados nesta convocação e/ou desrespeito às regras do Edital de Abertura das Inscrições e/ou desta convocação acarretam eliminação do candidato.

3. O **gabarito preliminar da prova objetiva** será divulgado no dia **15/07/2024,** a partir das **14h**, no **Painel de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal** e nos *sites* www.itaiopolis.sc.gov.br e www.objetivas.com.br, revogadas as disposições em contrário.

4. Interposição de recursos: O candidato interessado em interpor recurso relativo ao gabarito preliminar deverá fazê-lo no período de **16 a 18/07/2024**, diretamente no *site* **www.objetivas.com.br**, no campo "**recursos**", localizado na área do candidato.

4.1. Para interpor seus recursos, no período acima estabelecido, os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão utilizar o computador disponibilizado para tal finalidade na **Prefeitura Municipal de Itaiópolis/SC** (Avenida Getúlio Vargas, nº 308, Bairro Centro) no horário das **8h às 11h30min.**

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2024 – IPMI
EDITAL Nº 01/2024 – EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS

5. Vista de prova padrão: Para subsidiar a interposição de recursos, durante a fase recursal acima estipulada, haverá vista de prova padrão no *site* www.objetivas.com.br, na página referente ao certame, sendo este o único momento para vista.

6. A **correção eletrônica dos cartões de resposta** será realizada no dia **23/07/2024,** às **10h**, na **Objetiva Concursos,** Rua Casemiro de Abreu, nº 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS. A **desidentificação da prova de produção escrita** será realizada no dia **31/07/2024,** às **10h**, também na **Objetiva Concursos**. A **identificação da prova de produção escrita, após a sua correção desidentificada pela Banca,** será realizada no dia **09/08/2024,** às **10h**, também na **Objetiva Concursos**. A presença do candidato aos atos públicos não é obrigatória.

7. Acompanhar o andamento deste certame, nos termos do Edital de Abertura das Inscrições, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Registre-se e publique-se.

Itaiópolis/SC, 28 de junho de 2024.

Marsoel Screpec,
Presidente do IPMI.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

1 HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES - PODER EXECUTIVO

Publicação Nº 6131672

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2024 – PODER EXECUTIVO – EDITAL Nº 05/2024

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS

O representante legal do **Poder Executivo de Itaiópolis/SC,** no exercício de suas atribuições, torna público o presente edital para divulgar o que segue:

1. Homologação definitiva das inscrições: Tendo em vista que não foram interpostos recursos, ratifica-se a homologação preliminar de inscrições divulgada pelo Edital nº 04/2024, a qual passa a constar como **homologação definitiva das inscrições**.

2. Convocação para as provas objetiva e de produção escrita: As respectivas provas serão aplicadas conforme as disposições da **tabela abaixo**:

DATA: 14/07/2024 (DOMINGO) - TURNO: TARDE	
HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES: **às 12h**	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES: **às 13h**
Escola Municipal Renascer, Rua Alois Tyszka, nº 1.789, Bairro Centro - Município de Itaiópolis/SC	**ORIENTADOR DE DESPORTO.**
Escola de Educação Básica Virgilio Varzea, Rua Professor Iteir Vitório Carvalho, nº 88, Bairro Centro - Município de Itaiópolis/SC	**ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÕES;** **ANALISTA DE PATRIMÔNIO;** **ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS;** **SANITARISTA;** **TÉCNICO EM CONTABILIDADE.**
Escola de Educação Básica Odir Zanelatto, Rua Serafim Furtado de Mello, nº 40, Bairro Lucena - Município de Itaiópolis/SC	**ALMOXARIFE;** **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - Candidatos cujo nome inicia com as letras A, B, C, D, E e inscrições nº 10548 e nº 10456.**
Escola Municipal Bom Jesus, Rua Henrique Plautz, nº 214, Bairro Bom Jesus - Município de Itaiópolis/SC	**ANALISTA FINANCEIRO;** **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - Candidatos cujo nome inicia com as letras F, G, I, J, K, L, M, N, O, P, R, S, T, V, W e Z, EXCETO inscrições nº 10548 e nº 10456.**
Escola Municipal Centro Educativo Itaiópolis, Av. Tancredo Neves, nº 88, Bairro Centro - Município de Itaiópolis/SC	**AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA;** **ANALISTA TRIBUTÁRIO.**
OBS: Não há convocação para **Terapeuta Ocupacional** em virtude do divulgado pelo Edital nº 04/2024.	

2.1. Para fins de identificação, **todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data em seu local de prova indicado,** com antecedência de **1 hora** do horário estabelecido para o fechamento dos portões (vide tabela do item 2 deste edital), uma vez que, no respectivo horário e fechados os portões, não será mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.

2.1.1. **ATENÇÃO**: A fim de evitar aglomeração e transtornos próximo ao horário de fechamento dos portões, recomendamos aos candidatos que cheguem ao local de prova com a antecedência acima indicada e contribuam com as regras estabelecidas nos avisos dos locais de prova e medidas de segurança para proteção de todos.

2.2. O candidato DEVERÁ apresentar-se portando **documento de identificação oficial** (via física e com foto), em bom estado de conservação e que possibilite o seu reconhecimento e identificação, conforme lista especificada no Edital de Abertura das Inscrições. Deverá portar, ainda:

a) **caneta esferográfica (ponta grossa; tinta azul ou preta; e material transparente**); e

b) **comprovante de inscrição e pagamento** (somente em caso de não constar na lista de inscrições homologadas).

2.2.1. NÃO **serão aceitos como documento de identificação oficial:** documentos apresentados sob a forma eletrônica ou digital; cópias de documentos, mesmo que autenticadas; protocolo de documentos; certidão de nascimento; certidão de casamento; título eleitoral; certificado de reservista; carteira de estudante; crachás e identidade funcional de natureza privada; CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.

2.2.2. A ausência ou a inadequação do documento de identificação oficial impossibilitam o procedimento de identificação do candidato e o seu ingresso à etapa**.**

2.3. Para a segurança de todos e a garantia da lisura do certame, além das disposições estabelecidas pelo Edital de Abertura das Inscrições, em conformidade com os protocolos vigentes, no dia de realização da prova:

a) será permitida a utilização de **máscara de proteção individual**, contudo, faz-se necessária sua breve remoção para fins de identificação e reconhecimento junto ao(s) fiscal(ais) de prova. Este procedimento também será realizado quando, na inspeção por detector, houver sinalização de inconformidade, situação em que, além de remover brevemente a máscara, o candidato deverá exibir seu interior ao(s) fiscal(ais) de prova;

b) exceto previsão especial, após o ingresso na sala de prova e durante toda a sua realização, somente será permitida a ingestão de água **(garrafa de embalagem transparente e sem rótulo)**, de forma que se recomenda aos candidatos para que compareçam bem alimentados;

c) os candidatos não poderão fazer uso de telefone celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos, devendo depositá-los no envelope porta-objetos com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes;

d) todos os participantes deverão respeitar as determinações dos fiscais e as regras estabelecidas nos avisos dos locais de prova.

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2024 – PODER EXECUTIVO – EDITAL Nº 05/2024

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS

2.4. O não comparecimento no dia, horário e local, marcados nesta convocação e/ou desrespeito às regras do Edital de Abertura das Inscrições e/ou desta convocação acarretam eliminação do candidato.

3. O **gabarito preliminar da prova objetiva** será divulgado no dia **15/07/2024,** a partir das **14h**, no **Painel de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal** e nos *sites* www.itaiopolis.sc.gov.br e www.objetivas.com.br, revogadas as disposições em contrário.

4. Interposição de recursos: O candidato interessado em interpor recurso relativo ao gabarito preliminar deverá fazê-lo no período de **16 a 18/07/2024**, diretamente no *site* **www.objetivas.com.br**, no campo "**recursos**", localizado na área do candidato.

4.1. Para interpor seus recursos, no período acima estabelecido, os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão utilizar o computador disponibilizado para tal finalidade na **Prefeitura Municipal de Itaiópolis/SC** (Avenida Getúlio Vargas, nº 308, Bairro Centro) no horário das **8h às 11h30min.**

5. Vista de prova padrão: Para subsidiar a interposição de recursos, durante a fase recursal acima estipulada, haverá vista de prova padrão no *site* www.objetivas.com.br, na página referente ao certame, sendo este o único momento para vista.

6. A **correção eletrônica dos cartões de resposta** será realizada no dia **23/07/2024,** às **10h**, na **Objetiva Concursos,** Rua Casemiro de Abreu, nº 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS. A **desidentificação da prova de produção escrita** será realizada no dia **31/07/2024,** às **10h**, também na **Objetiva Concursos**. A **identificação da prova de produção escrita, após a sua correção desidentificada pela Banca,** será realizada no dia **09/08/2024,** às **10h**, também na **Objetiva Concursos**. A presença do candidato aos atos públicos não é obrigatória.

7. Acompanhar o andamento deste certame, nos termos do Edital de Abertura das Inscrições, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Registre-se e publique-se.

Itaiópolis/SC, 28 de junho de 2024.

Mozart José Myczkowski,
Prefeito Municipal.

1 HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES - PODER LEGISLATIVO

Publicação Nº 6131664

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2024 – PODER LEGISLATIVO - EDITAL Nº 05/2024

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS

O representante legal do **Poder Legistivo de Itaiópolis/SC,** no exercício de suas atribuições, torna público o presente edital para divulgar o que segue:

1. Homologação definitiva das inscrições: Tendo em vista que não foram interpostos recursos, ratifica-se a homologação preliminar de inscrições divulgada pelo Edital nº 04/2024, a qual passa a constar como **homologação definitiva das inscrições**.

2. Convocação para as provas objetiva e de produção escrita: As respectivas provas serão aplicadas conforme as disposições da **tabela abaixo**:

DATA: 14/07/2024 (DOMINGO) - TURNO: TARDE	
HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES: **às 12h**	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES: **às 13h**
Escola Municipal Renascer, Rua Alois Tyszka, nº 1.789 - Bairro Centro - Município de Itaiópolis/SC	**AGENTE LEGISLATIVO;** **CONTROLADOR INTERNO;** **OFICIAL ADMINISTRATIVO.**
Escola Municipal Bom Jesus, Rua Henrique Plautz, nº 214, Bairro Bom Jesus - Município de Itaiópolis/SC	**CONTADOR.**
Escola Municipal Centro Educativo Itaiópolis, Av. Tancredo Neves, nº 88, Bairro Centro - Município de Itaiópolis/SC	**SERVENTE DE LIMPEZA.**

2.1. Para fins de identificação, **todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data em seu local de prova indicado,** com antecedência de **1 hora** do horário estabelecido para o fechamento dos portões (vide tabela do item 2 deste edital), uma vez que, no respectivo horário e fechados os portões, não será mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.

2.1.1. **ATENÇÃO**: A fim de evitar aglomeração e transtornos próximo ao horário de fechamento dos portões, recomendamos aos candidatos que cheguem ao local de prova com a antecedência acima indicada e contribuam com as regras estabelecidas nos avisos dos locais de prova e medidas de segurança para proteção de todos.

2.2. O candidato DEVERÁ apresentar-se portando **documento de identificação oficial** (via física e com foto), em bom estado de conservação e que possibilite o seu reconhecimento e identificação, conforme lista especificada no Edital de Abertura das Inscrições. Deverá portar, ainda:

a) **caneta esferográfica (ponta grossa; tinta azul ou preta; e material transparente**); e

b) **comprovante de inscrição e pagamento** (somente em caso de não constar na lista de inscrições homologadas).

2.2.1. NÃO **serão aceitos como documento de identificação oficial:** documentos apresentados sob a forma eletrônica ou digital; cópias de documentos, mesmo que autenticadas; protocolo de documentos; certidão de nascimento; certidão de casamento; título eleitoral; certificado de reservista; carteira de estudante; crachás e identidade funcional de natureza privada; CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.

2.2.2. A ausência ou a inadequação do documento de identificação oficial impossibilitam o procedimento de identificação do candidato e o seu ingresso à etapa**.**

2.3. Para a segurança de todos e a garantia da lisura do certame, além das disposições estabelecidas pelo Edital de Abertura das Inscrições, em conformidade com os protocolos vigentes, no dia de realização da prova:

a) será permitida a utilização de **máscara de proteção individual**, contudo, faz-se necessária sua breve remoção para fins de identificação e reconhecimento junto ao(s) fiscal(ais) de prova. Este procedimento também será realizado quando, na inspeção por detector, houver sinalização de inconformidade, situação em que, além de remover brevemente a máscara, o candidato deverá exibir seu interior ao(s) fiscal(ais) de prova;

b) exceto previsão especial, após o ingresso na sala de prova e durante toda a sua realização, somente será permitida a ingestão de água **(garrafa de embalagem transparente e sem rótulo)**, de forma que se recomenda aos candidatos para que compareçam bem alimentados;

c) os candidatos não poderão fazer uso de telefone celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos, devendo depositá-los no envelope porta-objetos com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes;

d) todos os participantes deverão respeitar as determinações dos fiscais e as regras estabelecidas nos avisos dos locais de prova.

2.4. O não comparecimento no dia, horário e local, marcados nesta convocação e/ou desrespeito às regras do Edital de Abertura das Inscrições e/ou desta convocação acarretam eliminação do candidato.

3. O **gabarito preliminar da prova objetiva** será divulgado no dia **15/07/2024,** a partir das **14h**, no **Painel de Publicações Oficiais da Câmara Municipal** e nos *sites* www.camaraitaiopolis.sc.gov.br e www.objetivas.com.br, revogadas as disposições em contrário.

4. Interposição de recursos: O candidato interessado em interpor recurso relativo ao gabarito preliminar deverá fazê-lo no período de **16 a 18/07/2024**, diretamente no *site* **www.objetivas.com.br**, no campo "**recursos**", localizado na área do candidato.

4.1. Para interpor seus recursos, no período acima estabelecido, os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão utilizar o computador disponibilizado para tal finalidade na **Prefeitura Municipal de Itaiópolis/SC** (Avenida Getúlio Vargas, nº 308, Bairro Centro) no horário das **8h às 11h30min.**

5. Vista de prova padrão: Para subsidiar a interposição de recursos, durante a fase recursal acima estipulada, haverá vista de prova padrão no *site* www.objetivas.com.br, na página referente ao certame, sendo este o único momento para vista.

6. A **correção eletrônica dos cartões de resposta** será realizada no dia **23/07/2024,** às **10h**, na **Objetiva Concursos,** Rua Casemiro de Abreu, nº 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS. A **desidentificação da prova de produção escrita** será realizada no dia **31/07/2024,** às **10h**, também na **Objetiva Concursos**. A **identificação da prova de produção escrita, após a sua correção desidentificada pela Banca,** será realizada no dia **09/08/2024,** às **10h**, também na **Objetiva Concursos**. A presença do candidato aos atos públicos não é obrigatória.

7. Acompanhar o andamento deste certame, nos termos do Edital de Abertura das Inscrições, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Registre-se e publique-se.

Itaiópolis/SC, 28 de junho de 2024.

Everson Anuar Portela,
Presidente da Câmara Municipal.

Itapema

PREFEITURA

QUARTO_TERMO_ADITIVO_CT_0557_638_99_ITAPEMASC_PDFA_1_

Publicação Nº 6132297

CAIXA Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento – FINISA

Grau de sigilo
#PÚBLICO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0557.638-99/2021, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC, NA FORMA ABAIXO.

I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, representada pelo Gerente Executivo de Governo de Florianópolis/SC, Sr. RENATO FRANCISCO SAVARIS, brasileiro, casado, bancário, RG nº. 6052271-SSP/SC, CPF nº. 451.430.560-04, com endereço profissional na Rua Trajano nº 187, na Cidade de Florianópolis/SC – CEP 88.010-010, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

II - TOMADOR – **MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.82.572.207/0001-03, representado pela Prefeita NILZA NILDA SIMAS, CPF nº. 745.120.219-49, RG nº. 1.805.291-SSP/SC, brasileira, divorciada, enfermeira, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante **TOMADOR**.

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar o Anexo I do Contrato de Financiamento nº.0557.638-99, de 25/08/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I – DETALHAMENTO PROJETOS/AÇÕES

CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PROJETOS/AÇÕES
07.002.15.452.0010.1013	4.4.90	Revitalização e Requalificação de Avenidas, Vias Públicas, Praças e Jardins
09.005.10.302.0023.1022	4.4.90	Conclusão Edificação do Hospital Municipal de Itapema

CAIXA Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento – FINISA

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - Obriga-se o TOMADOR a comprovar à CAIXA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do presente instrumento de alteração contratual, a averbação deste ADITIVO à margem dos registros do contrato especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de se tornar sem efeito o presente ADITIVO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Florianópolis , 24 de Maio de 2024
Local/Data

ASSINADO DIGITALMENTE
RENATO FRANCISCO SAVARIS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

NILZA NILDA SIMAS:74512021949
Assinado de forma digital por NILZA NILDA SIMAS:74512021949
Dados: 2024.05.27 17:10:43 -03'00'

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
AGENTE FINANCEIRO
Nome: Renato Francisco Savaris
CPF: 451.430.560-04

MUNICÍPIO DE ITAPEMA
TOMADOR
Nome: Nilza Nilda Simas
CPF: 745.120.219-49

Alô CAIXA :4004 0104 (Capitais e Regiões Metropolitanas) 0800 104 0104 (Demais Regiões)
SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Itapiranga

Prefeitura

EXTRATO DO CONTRATO N° 008/2024 - FMS

Publicação Nº 6132310

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E3102053156C9045A865F832DD23796D71A14889

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 008/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada: GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 83/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE MÃO DE OBRA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA MARCA FIAT PERTENCENTES A ESTA MUNICIPALIDADE DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE COMPRA.
Vigência: Início: 27/06/2024 Término: 31/12/2024
Assinatura: 27/06/2024
Valor R$: 1.470,00 (Um Mil e Quatrocentos e Setenta Reais)
Dotação: 637 - 90.001.2122.3339036200000000000.270631101076 - Manutenção e conservação de veículos
Itapiranga - SC, 27 de junho de 2024

EXTRATO DO CONTRATO N° 084/2024

Publicação Nº 6132191

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A7A521B3B7EC33E745A26630341265161CA78535

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 084/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 83/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE MÃO DE OBRA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA MARCA FIAT PERTENCENTES A ESTA MUNICIPALIDADE DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE COMPRA.
Vigência: Início: 27/06/2024 Término: 31/12/2024
Assinatura: 27/06/2024
Valor R$: 3.780,00 (Três Mil e Setecentos e Oitenta Reais)
Dotação: 224 - 03.001.2007.3339036200000000000.150070000000 - Manutenção e conservação de veículos
Itapiranga - SC, 27 de junho de 2024

Ituporanga

Prefeitura

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 199/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2024/FMS

Publicação Nº 6133085

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 199/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2024/FMS
O Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga, através da secretária Luís Carlos Suzzena, torna público que foi homologado a Dispensa de Licitação nº 150/2024/FMS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em transporte rodoviário com veículo tipo van, capacidade mínima de 15 passageiros e com veículo tipo micro-ônibus, capacidade mínima de 28 passageiros para atender a demanda da secretaria de saúde referente ao transporte de pacientes, inicialmente assistidos pelas unidades de saúde, para continuação de tratamento fora do domicílio. PD 12930/2024.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18
CONTRATADA: VIAÇÃO ITUPORANGA LTDA, CNPJ 14.132.865/0001-16.

Valor Total de R$ 10.765,25 (dez mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)
Data da homologação: 21 de junho de 2024 – Luís Carlos Suzzena - Secretário da Saúde.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 200/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 151/2024/FMS

Publicação Nº 6133110

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 200/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 151/2024/FMS
O Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga, através do secretário Luís Carlos Suzzena, torna público que foi homologado a Dispensa de Licitação nº 151/2024/FMS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de uniforme de servidores do SAMU, contratados pela chamada pública 007/2024 no município de Ituporanga. PD 13043/2024.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18
CONTRATADA: LEONARDO AUGUSTO BACKES CONFECCOES DO VESTUARIO, CNPJ 34.517.727/0001-62.

Valor Total de R$ 2.843,20 (dois mil oitocentos e quarenta e três reais e vinte centavos)
Data da homologação: 24 de junho de 2024 – Luís Carlos Suzzena - Secretário da Saúde.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 201/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº152/2024/FMS

Publicação Nº 6133063

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 201/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº152/2024/FMS
O Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga, através do Secretário de Luis Carlos Suzzena, torna público que foi homologado a Dispensa de Licitação 152/2024/FMS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSERTO DO TELEVISOR UTILIZADO NA RECEPÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. PD 13049/2024.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18.
CONTRATADA: ELETRÔNICA KAMMER LTDA-ME CNPJ 11941917/0001-07.
Valor Total R$ 370,00 (Trezentos e setenta reais). Data da homologação: 24 de junho de 2024 – Luis Carlos Suzzena – Secretário de Saúde.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 202/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº153/2024/FMS

Publicação Nº 6133132

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 202/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº153/2024/FMS
O Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga, através do Secretário de Luis Carlos Suzzena, torna público que foi homologado a Dispensa de Licitação 153/2024/FMS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DERMATOSCÓPIO PARA SER UTILIZADO NO DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS DE PELE PELA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL. PD 13162/2024

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18
CONTRATADA: MV EQUIPAMENTOS OPTICOS E ESTETICOS LTDA CNPJ 16.523.770/0001-59
Valor Total R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais). Data da homologação: 25 de junho de 2024 – Luis Carlos Suzzena – Secretário de Saúde.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 203/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2024/FMS

Publicação Nº 6133163

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 203/2024/FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2024/FMS
O Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga, através do secretário Luís Carlos Suzzena, torna público que foi homologado a Dispensa de Licitação nº 154/2024/FMS.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de coturnos para servidores do
SAMU contratados pela chamada publica 007/2024. PD 13157/2024.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18
CONTRATADA: AGRO-COMERCIAL AFUBRA LTDA, CNPJ
74.072.513/0016-20.

Valor Total de R$ 365,60 (trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)
Data da homologação: 25 de junho de 2024 – Luís Carlos Suzzena - Secretário da Saúde.

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_114_2024 _RP_23_2024 _TAPA BURACO

Publicação Nº 6132849

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DF5276CA37C98CE6DE96120149921CEB1E008B5E

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JABORÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024

O Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de pavimentação para tapa buracos e lombadas no município de Jaborá, com fornecimento de material e mão de obra.**
O certame realizar-se-á no dia **12 de julho, às 09h10min** (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site https://www.portaldecompraspublicas.com.br. sendo presidido pela Pregoeira desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras Públicas, endereço https://www.portaldecompraspublicas.com.br. e na página eletrônica do Município de Jaborá, endereço: https://jabora.sc.gov.br/. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3526-2000 ou pelo e-mail: compras@jabora.sc.gov.br em horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h às 17h.

Jaborá/SC, 27 de junho de 2024.

Clevson Rodrigo Freitas
Prefeito Municipal

Jaguaruna

PREFEITURA

PORTARIAS Nº 721 A 756 DE 2024

Publicação Nº 6131191

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
Gerenciamento do Sistema
Consulta de Texto Jurídico
Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA / Assinatura: Todos / Autor Igual Selecione... / Anexos: Não / Disponível Portal: Não / Ativo: Sim / Categoria: Portaria, Edital / Número Entre 721 e 756 / Ano Igual 2024

Número	Ano	Categoria	Data	Ementa	Assunto	Ativo	Disponív Portal	Anexos	Assinaturas
756	2024	Portaria	25/06/202	Art.1º. EXONERAR, a servidora ROSELI PEREIRA, ocupante do cargo de PROFESSORA, do Quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em razão da sua aposentadoria. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 25/06/2024.	Aposentadoria	Sim	Sim		Sem Solicitação
755	2024	Portaria	25/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário doa servidora RITA DE CASSIA MARTINS MARRONI, 40h semanais, admitida através do Processo Seletivo Edital nº 01/2023, para o cargo de PROFESSOR – FUNDAMENTAL I, nos termos da lei 2.015/2021. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 25/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
754	2024	Portaria	24/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário doa servidora ELIS REGINA SANTOS, para o cargo de PROFESSOR FUNDAMENTAL II, 20hrs semanais, admitido através de Processo Seletivo Edital nº 001/2023. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 24/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
753	2024	Portaria	24/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário do servidor LAERCIO DE FREITAS VARGAS, para o cargo de PROFESSOR FUNDAMENTAL I, 20hrs semanais, admitido através de Processo Seletivo Edital nº 001/2023. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 24/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
752	2024	Portaria	24/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário da servidora JUCELIA ANTUNES DO LIVRAMENTO, para o cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM ESF, 40hrs semanais, admitido através de Processo Seletivo Edital nº 001/2022. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 23/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
751	2024	Portaria	24/06/202	Art.1º. NOMEAR, MARIA EDUARDA PEREIRA DONIDA, para o Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV - PROCON, do Quadro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com vencimentos em conformidade com a Lei 1.557 de 01 de agosto de 2014. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 24/06/2024.	Nomeação	Sim	Sim		Sem Solicitação
750	2024	Portaria	24/06/202	Art.1º. EXONERAR, a pedido MICAEL RAMOS MAXIMIANO, do Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV - PROCON, do Quadro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com vencimentos em conformidade com a Lei 1.557 de 01 de agosto de 2014. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 24/06/2024.	Exoneração	Sim	Sim		Sem Solicitação
749	2024	Portaria	21/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário do servidor MARCOS FERREIRA MARURI, 40h semanais, admitido através da Chamada Pública nº 03/2024 para o cargo de ELETRICISTA. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 21/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
748	2024	Portaria	21/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário da servidora KARINE FERREIRA DA SILVA, para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 40hrs semanais, admitido através da Processo Seletivo nº 01/2022. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 21/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Gerenciamento do Sistema
Consulta de Texto Jurídico

Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA / Assinatura: Todos / Autor Igual Selecione... / Anexos: Não / Disponível Portal: Não / Ativo: Sim / Categoria: Portaria, Edital / Número Entre 721 e 756 / Ano Igual 2024

Número	Ano	Categoria	Data	Ementa	Assunto	Ativo	Disponív Portal	Anexos	Assinaturas
747	2024	Portaria	21/06/202	Art.1º. CONCEDER licença maternidade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a servidora SILVIA ZAGO BITENCOURT, categoria funcional de COORDENADOR DE ARRECADAÇÃO do quadro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 20/06/2024.	Licença Maternidade	Sim	Sim		Sem Solicitação
746	2024	Portaria	21/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença a servidora CLAUDEMIR VALMIR CABRAL, ocupante do cargo de MOTORISTA, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 15 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 15/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação
745	2024	Portaria	21/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença a servidora MAGDA SOUZA MARTINS, ocupante do cargo de PROFESSOR FUNDAMENTAL II, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 25 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 25/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação
744	2024	Portaria	21/06/202	Art.1º. CONTRATAR, em caráter temporário a servidora SCHIRLEIA AS SILVA VISCARDI, 40h semanais, admitida através da Chamada Pública nº 08/2024, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Art. 2º. A presente contratação tem prazo de até 02 (dois) anos conforme Lei nº 1.643/2015. Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 21/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
743	2024	Portaria	20/06/202	Art.1º. RESCINDIR a pedido, a contratação em caráter temporário do servidor VAGNER FRECCIA SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, em regime de 40 horas semanais, admitido através da Chamada Pública nº 001/2024/SAMAE, em conformidade com a Lei nº 1.363/2010, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaguaruna. Art.2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 19/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
742	2024	Portaria	20/06/202	Art.1º. CONTRATAR em caráter temporário a servidora DANIELA ALVES DA VEIGA PONCIANO, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF, 40 Horas semanais, admitida através do Processo Seletivo nº 002/2023. Art.2º. A presente contratação tem prazo de até 02 (dois) anos, conforme art.4º da lei 1.643/2015. Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 20/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
741	2024	Portaria	19/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença a servidora MAYSA AGUIAR DE ABREU, ocupante do cargo de AUXILAR DE SERVIÇOS GERAIS, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 18 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 18/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Gerenciamento do Sistema

Consulta de Texto Jurídico

Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA / Assinatura: Todos / Autor Igual Selecione... / Anexos: Não / Disponível Portal: Não / Ativo: Sim / Categoria: Portaria, Edital / Número Entre 721 e 756 / Ano Igual 2024

Número	Ano	Categoria	Data	Ementa	Assunto	Ativo	Disponív Portal	Anexos	Assinaturas
740	2024	Portaria	19/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença a servidora RUBIA MARTINS MARÇAL, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 27 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 27/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação
739	2024	Portaria	18/06/202	Art.1º. CONTRATAR em caráter temporário a servidora MAIARA CRISTINA MONTEIRO 20h semanais, admitida através do Processo Seletivo Edital nº 01/2023, para o cargo de PROFESSOR FUNDAMENTAL III, nos termos da lei 2.015/2021. Art. 2º. A contratação se faz necessária na EBM Cecilia Ávila Schmitz, para atender à demanda de matricula imprevista na rede pública municipal - vaga vinculada a professora Carina Apolinário Da Silva Chaves que está afastada de licença saúde – INSS. Art. 3º. A presente contratação tem prazo de até 13/12/2024 de acordo com a lei 1.643/2015. Art. 4º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 18/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
738	2024	Portaria	17/06/202	Art.1º. CONTRATAR, em caráter temporário o servidor RAFAEL DOMINGOS, 40h semanais, admitido através de Processo Seletivo Edital nº 002/2023, para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Art. 2º. A presente contratação se faz necessária para o Departamento de Saúde, no ESF 006. Art. 3º. A presente contratação tem prazo de até 02 (dois) anos conforme Lei nº 1.643/2015. Art. 4º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 07/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
737	2024	Portaria	17/06/202	Art.1º. CONTRATAR em caráter temporário o servidor GUILHERME VANDERLEI DORNELES, para o cargo de MOTORISTA, 40hrs semanais, admitido através do Processo Seletivo nº 002/2023. Art.2º. A presente contratação tem prazo de até 02 (dois) anos, conforme art.4º da lei 1.643/2015. Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 17/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
736	2024	Portaria	17/06/202	Art.1º. CONTRATAR, em caráter temporário o servidor JONAS VILASBOA ARTISMO, 40h semanais, admitido através de Processo Seletivo Edital nº 002/2023, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM - ESF. Art. 2º. A presente contratação se faz necessária para dar continuidade aos serviços da Estratégia Saúde da Família – ESF. Art. 3º. A presente contratação tem prazo de até 02 (dois) anos conforme Lei nº 1.643/2015. Art. 4º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 17/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Gerenciamento do Sistema
Consulta de Texto Jurídico

Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA / Assinatura: Todos / Autor Igual Selecione... / Anexos: Não / Disponível Portal: Não / Ativo: Sim / Categoria: Portaria, Edital / Número Entre 721 e 756 / Ano Igual 2024

Número	Ano	Categoria	Data	Ementa	Assunto	Ativo	Disponív Portal	Anexos	Assinaturas
735	2024	Portaria	17/06/202	Art.1º. CONTRATAR em caráter temporário PAMELA DA SILVA JARDIM, 40h semanais, admitida através do Processo Seletivo Nº 001/2023, para o cargo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR. Art. 2º. A contratação se faz necessária, haja vista a necessidade de se ter servidores para acompanhar os estudantes no trajeto escolar através de transporte público (ônibus). Art. 3º. A presente contratação tem prazo de até 02 (dois) anos, conforme art.4º da lei 1.643/2015. Art. 4°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 17/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
734	2024	Portaria	13/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença ao servidor CARINA APOLINÁRIO DA SILVA CHAVES, ocupante do cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 27 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 27/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação
733	2024	Portaria	12/06/202	Art.1º. AUTORIZAR, VARINEA MARCELINO PATRICIO DE PIERI, matrícula 5723, cargo de ASSISTENTE SOCIAL servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir o veículo disponível na pasta, com o intuito de efetuar os seus serviços. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 15/05/2023.	Outros	Sim	Sim		Sem Solicitação
732	2024	Portaria	12/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário da servidora ROSANGELA MARIA DE LIMA AMANCIO, para o cargo de ENFERMEIRA, 20hrs semanais, admitido através de Processo Seletivo Edital nº 001/2022. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 05/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
731	2024	Portaria	12/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário da servidora EVILYN ANDREAZZI SILVA, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF, 40 Horas semanais, admitida através do Processo Seletivo nº 001/2022. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 12/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
730	2024	Portaria	12/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a pedido a contratação em caráter temporário da servidora TAIS SENA SILVA, admitida para o cargo de ODONTÓLOGO – ESF, 40hrs semanais, através do processo seletivo nº 001/2022. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 12/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
729	2024	Portaria	12/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença ao servidor ADEMIR RUSTCK, ocupante do cargo de MOTORISTA, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 05 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 05/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Gerenciamento do Sistema

Consulta de Texto Jurídico

Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA / Assinatura: Todos / Autor Igual Selecione... / Anexos: Não / Disponível Portal: Não / Ativo: Sim / Categoria: Portaria, Edital / Número Entre 721 e 756 / Ano Igual 2024

Número	Ano	Categoria	Data	Ementa	Assunto	Ativo	Disponív Portal	Anexos	Assinaturas
728	2024	Portaria	12/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença a servidora TEREZINHA ALVES KANAREK, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 10 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 10/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação
727	2024	Portaria	12/06/202	Art.1º. CONCEDER afastamento por auxilio doença ao servidor EDNALDO BITENCOURT CORREA, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO II, que requereu benefício pela Previdência Social a partir de 18 de junho de 2024. Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 18/06/2024.	Licença de Tratamento de Saúde	Sim	Sim		Sem Solicitação
726	2024	Portaria	11/06/202	Art.1º. CONTRATAR em caráter temporário a servidora MARIA APARECIDA TEIXEIRA, 20h semanais, admitida através do Processo Seletivo Edital nº 001/2023, para o cargo de SEGUNDO PROFESSOR, nos termos da lei 2.015/2021. Art. 2º. A contratação se faz necessária no EBM Antônio João Mendes, no período matutino, para assumir vaga excedente para atendimento de alunos com necessidades especiais, nos termos do artigo 10º, inciso III da Lei 1.223/2007 e artigo 2º, inciso XI, alínea “e” da Lei 1.643/2015. Art. 3º. A presente contratação tem prazo de até 13/12/2024 de acordo com a lei 1.643/2015. Art. 4º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 11/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
725	2024	Portaria	11/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a contratação em caráter temporário da servidora DANIELA FONTANA DA SILVA, para o cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM - ESF, admitida através do processo seletivo nº 01/2022. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 07/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
724	2024	Portaria	10/06/202	Art.1º. CONTRATAR, em caráter temporário a servidora FABIANA BITTENCOURT RABELLO, 40h semanais, admitida através de Processo Seletivo Edital nº 002/2023, para o cargo de ENFERMEIRO - ESF. Art. 2º. A presente contratação se faz necessária para dar continuidade aos serviços da Estratégia Saúde da Família – ESF. Art. 3º. A presente contratação tem prazo de até 02 (dois) anos conforme Lei nº 1.643/2015. Art. 4º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 10/06/2024.	Contratação	Sim	Sim		Sem Solicitação
723	2024	Portaria	06/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a pedido a contratação em caráter temporário da servidora LAYS ANSELMO GRACIANO, admitida através do processo seletivo nº 001/2023, para o cargo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 03/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Gerenciamento do Sistema

Consulta de Texto Jurídico

Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA / Assinatura: Todos / Autor Igual Selecione... / Anexos: Não / Disponível Portal: Não / Ativo: Sim / Categoria: Portaria, Edital / Número Entre 721 e 756 / Ano Igual 2024

Número	Ano	Categoria	Data	Ementa	Assunto	Ativo	Disponív Portal	Anexos	Assinaturas
722	2024	Portaria	06/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a pedido a contratação em caráter temporário do servidor LAERCIO DE FREITAS VARGAS, 20h semanais, admitida através do Processo Seletivo Edital nº 001/2023, para o cargo de SEGUNDO PROFESSOR, nos termos da lei 2.015/2021. Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 04/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação
721	2024	Portaria	06/06/202	Art.1º. RESCINDIR, a pedido a contratação em caráter temporário da servidora RUBIA CARLA BORGES DA COSTA, 40h semanais, admitido através de Processo Seletivo Edital 01/2022, para o cargo de ENFERMEIRA - ESF Art. 2°. Esta Portaria tem seus efeitos retroagidos a 04/06/2024.	Rescisão de Contrato	Sim	Sim		Sem Solicitação

Total de Registros: 36

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 779/2024

Publicação Nº 6131946

PREFEITURA
JARAGUÁ DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 779/2024

AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 718/2024

O **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede governamental na Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **JOSÉ JAIR FRANZNER,** inscrito no CPF sob o Nº 352.xxx.xxx-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 908.xxx, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONCEDENTE**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)**, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor **ROGÉRIO LUIZ DA SILVA**, de ora em diante denominado simplesmente de **FUNDO**, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL**, organização da sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 12.846.027/0001-89, com sede à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Geral, Senhor **MAURÍCIO JOSÉ SOUTO-MAIOR**, inscrito no CPF Nº 520.xxx.xxx-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 19674xxx SSP/RS, domiciliado à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de **CONVENENTE**, e como interveniente o **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MÉDICA - IDOMED,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 34.075.739/0154-59, com sede/localizado na Rua Germano Stricker, Nº 555, bairro Tifa Monos, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado pela Diretora da Faculdade Estácio de Sá de Jaraguá do Sul, Senhora **CLÁUDIA SIMONE MATURANA**, inscrita no CPF sob o Nº 904.xxx.xxx-78 e portadora da Carteira de Identidade Nº 49803xxx, residente e domiciliada nesta cidade, de ora em diante denominada simplesmente de **INSTITUIÇÃO INTERVENIENTE**, pactuam o presente Termo Aditivo ao Termo de Convênio de Cooperação Nº 718/2024, autorizado pela Lei Municipal Nº 9.659/2024, de 21 de maio de 2024, fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

1.1. Considerando documento da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 28/05/2024, o artigo 2º, da Lei Municipal Nº 9.659/2024, de 21 de maio de 2024, **as partes**, de comum acordo, **resolvem alterar a alínea "c", do item 6.1., da Cláusula Sexta - Das Obrigações do Concedente, do Termo de Convênio de Cooperação Nº 718/2024**, passando a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

*6.1. Para a execução do presente Termo, compete ao **CONCEDENTE**, por intermédio do **FUNDO**:*
…

c) Alterar unilateralmente o prazo de execução do Contrato de Locação;

..."

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convênio de Cooperação Nº 718/2024, não expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

3.1. Os partícipes declaram que têm ciência da existência da Lei Nº 13.709/2018, de 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhes forem repassados, cumprindo, a todo o momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, uma ou outra instituição em situação de violação de tais regras.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONCEDENTE

ROGÉRIO LUIZ DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)
Gestor
CONCEDENTE

MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR
Diretor Geral
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL
CONVENENTE

CLÁUDIA SIMONE MATURANA
Diretora da Faculdade Estácio de Sá de Jaraguá do Sul
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MÉDICA - IDOMED
INSTITUIÇÃO INTERVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME: Robson Guilherme de Andrade Minel
CPF: 063.xxx.xxx-23
C.I.: 51513xxx

2. _____
NOME:
CPF:
C.I.:

CIENTIFICAÇÃO 004/2024 – COMISSÃO ESPECIAL (DECRETO MUNICIPAL Nº 16.501/2022

Publicação Nº 6133248

CIENTIFICAÇÃO 004/2024 – COMISSÃO ESPECIAL (Decreto Municipal nº 16.501/2022)

A Presidente da Comissão Especial do Município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos dos artigos 40 e 41 da Lei Municipal 1184/88 – CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca de Laudo emitido:

Autuados	CPF	Nº do Processo (SEI)	Legislação infrigida
(Espólio) Irma Gobbi Gadotti	850.***.259-15	0603010100.000009/2023-61	Lei Municipal 1184/88, Art3 inciso II e III e Art.37 inciso III e VI.

Consideram-se notificado(s) contribuinte(s) acima listado, sem o prejuízo de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

LAUDO PROCESSO SEI N° 0603010100.000009/2023-61

Processo SEI nº	SEI 0603010100.000009/2023-61	
Notificado:	(Espólio) Irma Gobbi Gadotti	
Cadastro PMJS: 47.271	Matrícula Imobiliária: 60.015	Proprietário(s): (Espólio) Irma Gobbi Gadotti
Ementa:	Relatório de vistoria referente ao processo administrativo, processo SEI n° 0603010100.000009/2023-61, em função de apuração de edificações irregulares sobre o imóvel.	

I DO OBJETO

CONSIDERANDO o artigo 40 e 41 da Lei Municipal nº 1.184/1988 – Código de Obras do Município de Jaraguá do Sul.
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 16.501/2022, de 21 de setembro de 2022, que designa Comissão Especial.
CONSIDERANDO a documentação constante no processo SEI n° 0603010100.000009/2023-61.

Têm-se o encaminhamento à Comissão Especial, designada pelo Decreto Municipal nº 16.501/2022, para procedência de vistoria e emissão de laudo conforme indicado nos artigos 40 e 41 da Lei Municipal nº 1.184/1988 – Código de Obras do Município de Jaraguá do Sul, referente ao processo SEI nº 0603010100.000009/2023-61, sobre apuração de edificações irregulares no imóvel da matrícula imobiliária nº 60.015 e cadastro municipal nº 47.271, localizado na Rua 472 – Expedicionário Ewaldo Schwarz e JGS 437 – Sem Nome, n° 1397, bairro Três Rios do Norte, de propriedade de (Espólio) Irma Gobbi Gadotti, e os procedimentos a serem adotados.
É o relato do necessário. Passa-se à análise.

II DA FUNDAMENTAÇÃO

O imóvel de cadastro municipal nº 47.271 e matrícula imobiliária nº 60.015, está localizado na Rua 472 – Expedicionário Ewaldo Schwarz e JGS 437 – Sem Nome, n° 1397, bairro Três Rios do Norte, neste município.
Na data de 08/12/2022 houve denúncia via ouvidoria acerca do imóvel supracitado.
Conforme Notificação Preliminar n° 34.562 emitida em 09/12/2022 pelo setor de Fiscalização de Atividades Urbanas e Edificações, o proprietário deveria regularizar a obra junto ao profissional da área da construção civil e a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, visto que há obra de alvenaria em sua propriedade sem licença, sem projeto aprovado e sem os dados oficiais de alinhamento.
Após o prazo estipulado na Notificação Preliminar (60 dias), o setor de Fiscalização de Atividades Urbanas e Edificações constatou que não foi cumprido o solicitado, dessa forma emitindo o Auto de Infração de n° 4.233 na data de 31/03/2023.
Na data de 03/04/2023 o setor de Fiscalização de Atividades Urbanas e Edificações emitiu o Auto de Constatação.
Houve nova denúncia via Ouvidoria no dia 29/02/2024 informando que "encontra-se duas casas de madeira em barranco em condições deploráveis".
Junto ao processo está incluso ficha de ocorrência de n° 48.921 da Defesa Civil de Jaraguá do Sul, emitido em 03/05/2024, relatando as condições no imóvel supracitado, onde lê-se "os imóveis estão inseridos em setores de risco segundo os mapeamentos do PMRR 2011, da Geoenvi e do PMRR 2019. segundo os Mapeamentos, os imóveis estão classificados nas classes de Risco: R3 Alto e R4 Muito Alto e parte em R4EX Risco Muito Alto e Exclusão."
A referida ficha de ocorrência também cita que o imóvel mencionado possui diversos outros documentos emitidos junto a Defesa Civil.
A Comissão Especial instituída pelo Decreto n° 16.501/2022, realizou vistoria no imóvel no dia 31 de maio de 2024, período da manhã, acompanhada pelo Sr. Sergio, no imóvel objeto do processo, com o intuito de levantar as informações necessárias.
Ressalta-se que o senhor Sérgio, morador da casa de alvenaria à direita do imóvel, alegou não possuir a chave do portão. Na casa (mista) localizada no meio do imóvel, a locatária não identificada, não permitiu a entrada da comissão, alegando que o imóvel não é dela. Sendo assim, não foi possível entrar no imóvel e a comissão analisou as edificações e o imóvel a partir da rua.
Constatou-se que de fato há in loco edificações precárias conforme anteriormente já citado.

Salienta-se que até o presente momento não foi localizado entrada de nenhum processo de regularização perante esta municipalidade, e que nos registros municipais também não há nenhuma edificação com projeto aprovado, alvará de construção ou habite-se emitido para esta matrícula/cadastro.
Assim sendo, de acordo com o Código de Obras Municipal, Lei Municipal nº 1.184/1988:
Art. 3º Todas as obras de construção, acréscimo, modificação ou reforma a serem executadas no Município de Jaraguá do Sul serão precedidas dos seguintes atos administrativos:

II – aprovação do projeto;
III – licenciamento da obra.

§ 2º – A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os Incisos II e III poderão ser requeridos simultaneamente.
(...)

Sobre o laudo de vistoria, no inciso III do artigo 40 da Lei Municipal nº 1.184/1988, têm-se:
(...) devendo constar do mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo que for julgado conveniente para isso; salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias nem superior a 90 (noventa).

III DA CONCLUSÃO

Em vista do exposto, esta comissão entende que os registros frente a ouvidoria tratam de edificações diversas constantes no mesmo imóvel. Estas edificações, por estarem em desacordo com a legislação municipal que exige que as construções no município sejam licenciadas, deverá no prazo de 60 dias, o proprietário efetuar a regularização das áreas edificadas não licenciadas através dos procedimentos necessários (alvará de construção e alvará de habite-se, ou certidão de regularização de edificação, e/ou alvará de demolição e certidão de demolição), de acordo com o Código de Obras Municipal e demais legislações pertinentes, principalmente com emissão de parecer técnico da Defesa Civil sobre as condições estruturais das edificações, respeitando as prerrogativas do Decreto n° 8.497/2012.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2024.

Relato realizado por Bruna Franciele Ristau Kromp, com concordância na íntegra pelos demais membros da Comissão Especial.

Bruna Aparecida Forlin Presidente – Matrícula nº 82.234	Bruna Franciele Ristau Kromp Membro – Matrícula nº 11.286 (relatora)
Gustavo Forster Rocha Membro – Matrícula nº 11.259	Naiara Rech Membro – Matrícula nº 115.728 (Ausente)

ANEXOS

Imagem 01 – Fachada frontal (residência mista)

Fonte: Comissão Especial

Imagem 02 – Fachada frontal (residência mista)

Fonte: Comissão Especial

Imagem 03 – Fachada frontal (residência em alvenaria)
Fonte: Comissão Especial

CIENTIFICAÇÃO 005/2024 – COMISSÃO ESPECIAL (DECRETO MUNICIPAL Nº 16.501/2022

Publicação Nº 6133244

CIENTIFICAÇÃO 005/2024 – COMISSÃO ESPECIAL (Decreto Municipal nº 16.501/2022)

A Presidente da Comissão Especial do Município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos dos artigos 40 e 41 da Lei Municipal 1184/88 – CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca de Laudo emitido:

Autuados	CPF	Nº do Processo (SEI)	Legislação infrigida
(Espólio) José Francisco Rosa	622.***.209-30	0603010100.000011/2023-30	Lei Municipal 1184/88, Art3 inciso II e III e Art.37 inciso III, IV e VI.

Consideram-se notificado(s) contribuinte(s) acima listado, sem o prejuízo de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

LAUDO PROCESSO SEI N° 0603010100.000011/2023-30
LAUDO

Processo SEI nº	SEI 0603010100.000011/2023-30	
Notificado:	(Espólio) José Francisco Rosa	
Cadastro PMJS: 41.052	Matrícula Imobiliária: 49.917	Proprietário(s): (Espólio) José Francisco Rosa
Ementa:	Relatório de vistoria referente ao processo administrativo, processo SEI n° 0603010100.000011/2023-30, em função de apuração de ampliação irregular sobre o imóvel.	

I DO OBJETO

CONSIDERANDO o artigo 40 e 41 da Lei Municipal nº 1.184/1988 – Código de Obras do Município de Jaraguá do Sul.
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 16.501/2022, de 21 de setembro de 2022, que designa Comissão Especial.
CONSIDERANDO a documentação constante no processo SEI n° 0603010100.000011/2023-30.

Têm-se o encaminhamento à Comissão Especial, designada pelo Decreto Municipal nº 16.501/2022, para procedência de vistoria e emissão de laudo conforme indicado nos artigos 40 e 41 da Lei Municipal nº 1.184/1988 – Código de Obras do Município de Jaraguá do Sul, referente ao processo SEI nº 0603010100.000011/2023-30, sobre apuração de ampliação irregular no imóvel da matrícula imobiliária nº 49.917 e cadastro municipal nº 41.052, localizado na Rua 1093 – Quadrangular, nº 124, bairro Jaraguá 84, de propriedade de (Espólio) José Francisco Rosa, e os procedimentos a serem adotados.
É o relato do necessário. Passa-se à análise.

II DA FUNDAMENTAÇÃO

O imóvel de cadastro municipal nº 41.052 e matrícula imobiliária nº 49.917, está localizado na Rua 1093 – Quadrangular, nº 124, bairro Jaraguá 84, neste município.
Na data de 07/03/2023 houve denúncia via ouvidoria acerca do imóvel supracitado.
Conforme Notificação Preliminar n° 35.077 emitida em 08/03/2023 pelo setor de Fiscalização de Atividades Urbanas e Edificações, o proprietário deveria regularizar a ampliação em sua propriedade junto ao profissional da área da construção civil e a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, visto que há obra de ampliação em sua propriedade sem licença, sem projeto aprovado e sem os dados oficiais de alinhamento.
Após o prazo estipulado na Notificação Preliminar (60 dias), o setor de Fiscalização de Atividades Urbanas e Edificações constatou que não foi cumprido o solicitado, dessa forma emitindo o Auto de Infração de n° 4.303 na data de 29/06/2023.
Na data de 29/06/2023 o setor de Fiscalização de Atividades Urbanas e Edificações emitiu também o Auto de Constatação, em que se tem breve relato do histórico do processo, onde consta a informação de que "o imóvel em questão possui um Alvará de construção n° 10809/04 referente a área de 38,66 m², porém o levantamento feito através do GeoJaraguá aponta uma ampliação nos fundos".
No memorando remetido a esta Comissão Especial, têm-se a seguinte informação: "Através de vistoria in loco foi constatada obra em andamento sem as devidas licenças municipais e com características de crime ambiental."
Salienta-se que não foi localizada entrada de nenhum processo de regularização perante esta municipalidade até a presente data.
A Comissão Especial instituída pelo Decreto n° 16.501/2022, realizou vistoria no imóvel no dia 31 de maio de 2024, período da manhã, não havendo ninguém no imóvel para acompanhar a vistoria, sendo que os registros fotográficos foram realizados através do imóvel vizinho (n° 118), acompanhada pelo Sr. Guido Draeger e da rua do imóvel, com o intuito de levantar as informações necessárias.
Constatou-se que de fato em imagens aéreas (Geojaraguá) e in loco há ampliações no imóvel, sendo ampliação em alvenaria e também construção consolidada em madeira.
Assim sendo, de acordo com o Código de Obras Municipal, Lei Municipal nº 1.184/1988:
Art. 3º Todas as obras de construção, acréscimo, modificação ou reforma a serem executadas no Município de Jaraguá do Sul serão precedidas dos seguintes atos administrativos:

II – aprovação do projeto;
III – licenciamento da obra.

§ 2º – A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os Incisos II e III poderão ser requeridos simultaneamente.
(...)

Sobre o laudo de vistoria, no inciso III do artigo 40 da Lei Municipal nº 1.184/1988, têm-se:
(...) devendo constar do mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo que for julgado conveniente para isso; salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias nem superior a 90 (noventa).

III DA CONCLUSÃO

Em vista do exposto, e o desacordo com a legislação municipal que exige que as construções no município sejam licenciadas, deverá no prazo de 90 dias, o proprietário efetuar a regularização das áreas edificadas não licenciadas através dos procedimentos necessários (alvará de construção e alvará de habite-se, ou certidão de regularização de edificação, e/ou alvará de demolição e certidão de demolição), de acordo com o Código de Obras Municipal e demais legislações pertinentes.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2024.

Relato realizado por Bruna Franciele Ristau Kromp, com concordância na íntegra pelos demais membros da Comissão Especial.

Bruna Aparecida Forlin Presidente – Matrícula nº 82.234	Bruna Franciele Ristau Kromp Membro – Matrícula nº 11.286 (relatora)
Gustavo Forster Rocha Membro – Matrícula nº 11.259	Naiara Rech Membro – Matrícula nº 115.728 (Ausente)

ANEXOS

Imagem 01 – Fachada frontal do imóvel

Fonte: Comissão Especial

Imagem 02 – Vista dos fundos da residência (ampliação em alvenaria)

Fonte: Comissão Especial

Imagem 03 – Vista dos fundos da residência em madeira (nova edificação)
Fonte: Comissão Especial

DECRETO Nº 18.448/2024

Publicação Nº 6132751

D E C R E T O Nº 18.448/2024
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.505/2023, de 27/11/2023, e Alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.505/2023, de 27 de novembro de 2023,

DECRETA :
Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R$ 514.783,20 (Quinhentos e quatorze mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.004 - EDUCAÇÃO ESPECIAL
08.004.12.367.352.2.122 - Manutenção das Atividades e Serviços da
Educação Especial
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
08.004.175 3.3.90 - Aplicações Diretas
1.500.1001.0001 - Receitas Impostos e Transferências de Impostos -
Educação R$ 514.783,20

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados às Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Educação, no valor de R$ 514.783,20 (Quinhentos e quatorze mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 18.449/2024

Publicação Nº 6132758

D E C R E T O Nº 18.449/2024
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.505/2023, de 27/11/2023, e Alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.505/2023, de 27 de novembro de 2023,

DECRETA :
Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R$ 148.365,13 (Cento e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco reais e treze centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:
15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.004 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
15.004.10.122.302.2.688 - Pagamento de despesas fixas - Saúde
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.004.55 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de
Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
2.659.0000.0366 - SF - Próprios / Taxa de Fiscalização
Vigilância Sanitária R$ 5.000,00
15.006 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOSDE SAÚDE
15.006.10.305.755.2.656 - Aquisição de Bens na Vigilância em Saúde
4.4.00 - INVESTIMENTOS
15.006.76 4.4.90 - Aplicações Diretas
2.659.0000.0366 - SF - Próprios / Taxa de Fiscalização
Vigilância Sanitária R$ 143.365,13
TOTAL R$ 148.365,13

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2023, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados aos Próprios / Taxa de Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R$ 148.365,13 (Cento e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco reais e treze centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 18.450/2024

Publicação Nº 6132762

D E C R E T O Nº 18.450/2024
Oficializa o Prolongamento da Rua 260 - 13 de Maio.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei Municipal Nº 1.765/1993, de 09/12/1993, e do inciso XXIV, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e
CONSIDERANDO as desapropriações realizadas pela municipalidade para implantação do prolongamento da Rua 260 - 13 de Maio, no bairro Amizade;
CONSIDERANDO as obras de implantação da infraestrutura urbana ocorridas no prolongamento da via;

CONSIDERANDO a necessidade de oficialização do prolongamento da via;

DECRETA :

Art.1º Fica oficialmente reconhecido o prolongamento da via de circulação denominada Rua 260 - 13 de Maio, situado no bairro Amizade, perímetro urbano.

Parágrafo único. O prolongamento da via estabelece a ligação viária no trecho compreendido entre a Rua 682 - Roza Balsanelli e a Rua 814 - Afonso Piazera, na extensão aproximada de 1.530,00m.

Art.2º As áreas de arruamento que integram a via oficializada neste Decreto foram desapropriadas pela municipalidade, integrando o

Patrimônio Público Municipal na categoria de bens de uso comum do povo.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA N° 579/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131881

PORTARIAN° 579/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 11791/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal SILMARA VIEIRA ALVES DOS SANTOS, matrícula n° 10799, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 580/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131882

PORTARIAN° 580/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 8008/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal ADILSON BERNARDES MAIA, matrícula n° 10800, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 581/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131883

PORTARIAN° 581/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;

e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 11973/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARIA REGINA KOHLER PACKER, matrícula n° 9168, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 582/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131884

PORTARIAN° 582/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 13445/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal JOSIANE FABRICIO DE MELLO STRELOW, matrícula n° 8436, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 583/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131885

PORTARIAN° 583/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12908/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal CRISTIANE RIBEIRO COELHO DA SILVA, matrícula n° 9301, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 584/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131886

PORTARIAN° 584/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12907/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal ANDREIA APARECIDA DAS CHAGAS DOS SANTOS, matrícula n° 9251, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 585/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131887

PORTARIAN° 585/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12521/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal LEILA DENISE SUCKOW, matrícula n° 9159, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 586/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131888

PORTARIAN° 586/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n°

11040/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal VALDECIR DE JESUS VAZ, matrícula n° 8818, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 587/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131889

PORTARIAN° 587/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 7904/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal LUCI ROSANE PEREIRA VOIGT, matrícula n° 8791, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 588/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131891

PORTARIAN° 588/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 13447/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal INGO RISTOW, matrícula n° 7928, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 590/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131892

PORTARIAN° 590/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12716/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARIA GORETI BLUNK, matrícula n° 8369, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 591/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131893

PORTARIAN° 591/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12505/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal LUCIR SCHLICKMANN RODRIGUES, matrícula n° 8823, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 592/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131895

PORTARIAN° 592/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12295/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal ANATALIA PEREIRA SCHUG, matrícula n° 8821, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 593/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131896

PORTARIAN° 593/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12300/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal LUCIANA MATOS XAVIER, matrícula n° 8770, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 594/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131897

PORTARIAN° 594/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 13446/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal JOSIANE FABRICIO DE MELLO STRELOW, matrícula n° 8436, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 595/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131900

PORTARIAN° 595/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12292/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal SIBELI CRISTINA WEBER REICHOW, matrícula n° 8054, referente ao 4° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 596/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131902

PORTARIAN° 596/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 13456/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARLENE BECKER RIEDTMANN, matrícula n° 7297, referente ao 4° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 597/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131904

PORTARIAN° 597/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12304/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal EDUARDO MARQUARDT, matrícula n° 8048, referente ao 4° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 598/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131906

PORTARIAN° 598/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12773/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal ANA PAULA DAVID DE OLIVEIRA TECILA, matrícula n° 7755, referente ao 4° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 599/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131908

PORTARIAN° 599/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12774/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal ELISABETE ROSA NOGUEIRA, matrícula n° 3769, referente ao 5° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 603/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131911

PORTARIAN° 603/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;

e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 13444/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal JOSIANE FABRICIO DE MELLO STRELOW, matrícula n° 8436, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 604/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131915

PORTARIAN° 604/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12526/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal JAISON SILVEIRA, matrícula n° 10879, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 605/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131918

PORTARIAN° 605/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12306/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal DIRCEU HILLER, matrícula n° 10911, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 606/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131920

PORTARIAN° 606/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12287/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal OLIVIA DIAS LIMA, matrícula n° 10838, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 607/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131922

PORTARIAN° 607/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12275/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal NILSE LOURENCO, matrícula n° 9801, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 608/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131924

PORTARIAN° 608/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n°

12620/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal DEBORA CRISTINA DE SIMAS PISETTA, matrícula n° 10621, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 609/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131926

PORTARIAN° 609/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12628/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARCELO MARTINS, matrícula n° 10034, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 610/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131930

PORTARIAN° 610/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12656/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal JOICE KARINE DUMKE, matrícula n° 10881, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 611/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131932

PORTARIAN° 611/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12522/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal SANDRA REGINA PLANINSCHECK, matrícula n° 10622, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 612/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131933

PORTARIAN° 612/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12506/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal JANETE APARECIDA VRES WEIGSDING, matrícula n° 10323, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 613/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131934

PORTARIAN° 613/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12503/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal VANESSA DANIELA ERDMANN SELL, matrícula n° 10553, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.
ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 614/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131936

PORTARIAN° 614/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 13604/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal RICARDO FERRARI, matrícula n° 9081, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 615/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131937

PORTARIAN° 615/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12542/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal IVANIR TEREZINHA VAZ COSTA, matrícula n° 9300, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 616/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131939

PORTARIAN° 616/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 12504/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal NELCI REJANE NUNES BERGMANN, matrícula n° 9304, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 617/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131940

PORTARIAN° 617/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 13605/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARIZE INEZ GULANOWSKI HOLOVATY, matrícula n° 8303, referente ao 3° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 622/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131942

PORTARIAN° 622/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021;
e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 11987/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal ROBERTO LEDESMA JUNIOR, matrícula n° 10908, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 623/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131943

PORTARIAN° 623/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 3461/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARINA KLEMTZ GENOVESE, matrícula n° 10608, referente ao 1° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 624/2024/SEMAD/DGP

Publicação Nº 6131945

PORTARIAN° 624/2024/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n° 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n° 154/2014, de 03/11/2014;
e
CONSIDERANDO a análise do período de licença-prêmio, solicitado pelo(a) servidor(a) mediante requerimento protocolado (processo n° 11018/2024);

RESOLVE :

Art.1° CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO a serem gozados oportunamente, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARIA TEREZA CORREA, matrícula n° 9306, referente ao 2° período.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2024.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 141/2024/SEMTIP

Publicação Nº 6132743

PORTARIANº 141/2024/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 037/2024/2ª CPPAD, de 24/06/2024, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº

169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 25/06/2024, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 035/2020, instaurado pela Portaria Nº 818/2020 de 02/12/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/06/2024.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

LEONEL PRADI FLORIANI
Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública
Portaria 115/2023

PORTARIA Nº 610/2024

Publicação Nº 6132777

PORTARIANº 610/2024

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº TC-28/2021, que institui a versão on-line do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-SFINGE on-line), e dispõe sobre a remessa de dados e informações por meio informatizado, pelas unidades gestoras do Estado e dos Municípios de Santa Catarina, pertinentes ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);

CONSIDERANDO que o responsável pelos dados e informações a que se refere esta Portaria responde pela sua exatidão e veracidade, bem como pela omissão na prestação de informações exigidas pelo e-Sfinge;

CONSIDERANDO que os arquivos devem ser enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) sem restrições e sem inconsistências;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 021/2024/Semfaz, de 25/06/2024, da Secretaria Municipal da Fazenda;
RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR MARIAN UBER ALEXANDRE, matrícula 8215, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Contabilidade, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para gerar, enviar e ratificar os dados e informações pertinentes ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente (Fujama), a Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a Fundação Cultural de Jaraguá do Sul e a Prefeitura de Jaraguá do Sul ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), através do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão - e-Sfinge, os seguintes módulos:

I - Execução Orçamentária;

II - Registros Contábeis;

III - Atos Jurídicos - Convênios.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria Nº 1774/2023, de 25/09/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 611/2024

Publicação Nº 6132780

PORTARIANº 611/2024

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 022/2024/Semfaz, de 25/06/2024, da Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR a Portaria Nº 577/2022, de 09/08/2022, que designou a servidora pública municipal LUCIANE DO CARMO SILVA VIEIRA, matrícula 10145, para gerar e enviar os dados e informações ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), através do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão - e-Sfinge.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 612/2024

Publicação Nº 6132785

PORTARIANº 612/2024

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº TC-28/2021, que institui a versão on-line do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-SFINGE on-line), e dispõe sobre a remessa de dados e informações por meio informatizado, pelas unidades gestoras do Estado e dos Municípios de Santa Catarina, pertinentes ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);

CONSIDERANDO que o responsável pelos dados e informações a que se refere esta Portaria responde pela sua exatidão e veracidade, bem como pela omissão na prestação de informações exigidas pelo e-Sfinge;

CONSIDERANDO que os arquivos devem ser enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) sem restrições e sem inconsistências;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 022/2024/Semfaz, de 25/06/2024, da Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ELCIO RICARDO ALBERTON, matrícula 7308, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para gerar, enviar e ratificar os dados e informações pertinentes ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), a Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente (Fujama) e a Prefeitura de Jaraguá do Sul ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), através do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão - e-Sfinge, o seguinte módulo:

I - Tributário.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 613/2024

Publicação Nº 6132788

PORTARIANº 613/2024

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 350/2024/Semsa, de 20/06/2024, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR DEISE CRISTIANE RUSSI BECKER, como membro titular, em substituição à Jackciane Eyng Candido; e GRAZIELA STOFFEL BROCA, como membro suplente, em substituição à Deise Cristiane Russi Becker, para representarem a Gerência de Vigilância Epidemiológica, no COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DE TRANSMISSÃO VERTICAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, constituído pela Portaria Nº 2086/2023, de 07/12/2023.

Art.2º DESIGNAR ALINE BEERBAUM SKLAR GEORG, como membro titular, em substituição à Graziela Stoffel Broca; e IDIAMARA FIORESE WILLE, como membro suplente, em substituição à Aline Beerbaum Sklar Georg, para representarem a Atenção Primária à Saúde, no COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DE TRANSMISSÃO VERTICAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, constituído pela Portaria Nº

2086/2023, de 07/12/2023.

Art.3º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 2086/2023, de 07/12/2023, no que se refere a designação de Jackciane Eyng Candido, Deise Cristiane Russi Becker, Graziela Stoffel Broca e Aline Beerbaum Sklar Georg.
Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 614/2024

Publicação Nº 6132792

PORTARIANº 614/2024

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 351/2024/Semsa, de 20/06/2024, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR DEISE CRISTIANE RUSSI BECKER, como membro, em substituição à Jackciane Eyng Candido, para representar a Gerência de Vigilância Epidemiológica, no COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, constituído pela Portaria Nº 109/2024, de 23/02/2024.

Art.2º DESIGNAR ALINE BEERBAUM SKLAR GEORG, como membro, em substituição à Andresa Stoffel Broca, para representar a Atenção Primária à Saúde - Enfermeira, no COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, constituído pela Portaria Nº 109/2024, de 23/02/2024.

Art.3º DESIGNAR GEOVANI CARVALHO LOMBARDI, como membro, para representar a Gerência de Vigilância Epidemiológica - Supervisão, no COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, constituído pela Portaria Nº 109/2024, de 23/02/2024.
Art.4º DESIGNAR MARIANA PEREIRA GODOI, como membro, para representar o Centro de Atenção à Mulher - Médico Ginecologista, no COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, constituído pela Portaria Nº 109/2024, de 23/02/2024.
Art.5º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 109/2024, de 23/02/2024, no que se refere a designação de Jackciane Eyng Candido e Andresa Stoffel Broca.
Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 615/2024

Publicação Nº 6132796

PORTARIANº 615/2024
Substitui Secretária do Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 04/2024/Comtur/JS, de 24/06/2024, do Conselho Municipal de Turismo (Comtur);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 19/06/2024, TAYNÁ CRISTINE FAUSTINO, como Secretária do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), em substituição a Bianca Schwartz Uber.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 1947/2023, de 30/10/2023, no que se refere a designação de Bianca Schwartz Uber.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/06/2024.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2024.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

CONTRATO EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 6134989

CONTRATO Nº 126775

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED

CADASTRO Nº: 126775

CONTRATADO (A): ADELAINE CRISTINA PEDRO

FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/08/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 3189.49

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 31 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____

CONTRATADO
ADELAINE CRISTINA PEDRO

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30034050","descricao":"126775 / ADELAINE CRISTINA PEDRO / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126778

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 029/2023 - SEMED
CADASTRO Nº: 126778

CONTRATADO (A): ADEMILSON VEGILATO

FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 4580.57

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
ADEMILSON VEGILATO

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30039854","descricao":"126778 / ADEMILSON VEGILATO / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126769

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126769

CONTRATADO (A): BEATRIZ MARILIA ALVES MEDINA

FUNÇÃO: COORDENADOR PEDAGOGICO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 4580.57

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE COORDENADOR PEDAGOGICO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
BEATRIZ MARILIA ALVES MEDINA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30024468","descricao":"126769 / BEATRIZ MARILIA ALVES MEDINA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126773

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126773

CONTRATADO (A): DEBORA DOS SANTOS

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2813.9

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
DEBORA DOS SANTOS

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30024874","descricao":"126773 / DEBORA DOS SANTOS / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126779

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126779

CONTRATADO (A): EULA PAULA MENDONCA RAUSCHKOLB

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2813.9

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
EULA PAULA MENDONCA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30045247","descricao":"126779 / EULA PAULA MENDONCA RAUSCHKOLB / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126772

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126772

CONTRATADO (A): LUCIANA SILVA DA ROSA

FUNÇÃO: AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2171.08

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
LUCIANA SILVA DA ROSA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30024780","descricao":"126772 / LUCIANA SILVA DA ROSA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126777

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126777

CONTRATADO (A): LUCIMAR BARBOSA

FUNÇÃO: AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2171.08

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
LUCIMAR BARBOSA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30039777","descricao":"126777 / LUCIMAR BARBOSA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126776

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126776

CONTRATADO (A): MARIA LUIZA MACHADO DA SILVA

FUNÇÃO: AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2171.08

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
MARIA LUIZA MACHADO DA SILVA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30039713","descricao":"126776 / MARIA LUIZA MACHADO DA SILVA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126782

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126782

CONTRATADO (A): MARIA RAMOS DA SILVA SOUZA

FUNÇÃO: AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2171.08

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
MARIA RAMOS DA SILVA SOUZA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30050856","descricao":"126782 / MARIA RAMOS DA SILVA SOUZA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126767

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126767

CONTRATADO (A): MARILETE EVANGELISTA SILVEIRA

FUNÇÃO: AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/09/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2171.08

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 62 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
MARILETE EVANGELISTA SILVEIRA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30024409","descricao":"126767 / MARILETE EVANGELISTA SILVEIRA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126770

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 029/2023 - SEMED
CADASTRO Nº: 126770

CONTRATADO (A): PATRICIA GRUETZMACHER SANSON

FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 1594.74

CARGA HORÁRIA: (100) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
PATRICIA GRUETZMACHER

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30024576","descricao":"126770 / PATRICIA GRUETZMACHER SANSON / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126781

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 022/2023 - SEMED
CADASTRO Nº: 126781

CONTRATADO (A): ROBERTO SANTOS ALVES

FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 4580.57

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
ROBERTO SANTOS ALVES

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30050778","descricao":"126781 / ROBERTO SANTOS ALVES / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126774

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 001/2024 - SEMSA
CADASTRO Nº: 126774

CONTRATADO (A): SULAMITA CARMEZINA LEANDRO

FUNÇÃO: AUXILIAR EM SAUDE BUCAL - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 30/08/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2605.28

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR EM SAUDE BUCAL - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 60 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
SULAMITA CARMEZINA LEANDRO

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30024914","descricao":"126774 / SULAMITA CARMEZINA LEANDRO / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126771

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 002/2022-SEMASH
CADASTRO Nº: 126771
CONTRATADO (A): MARIA APARECIDA CORAZZA
FUNÇÃO: PEDAGOGO - REDA
PERÍODO: DE 01/07/2024 A 28/12/2024
VENCIMENTO MENSAL: R$ 4502.3
CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABIT

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PEDAGOGO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 180 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
MARIA APARECIDA CORAZZA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30024718","descricao":"126771 / MARIA APARECIDA CORAZZA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126785

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 029/2023 - SEMED
CADASTRO Nº: 126785

CONTRATADO (A): ARLENE IVETE GRUHN

FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 4122.51

CARGA HORÁRIA: (180) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 28 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
ARLENE IVETE GRUHN

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30051253","descricao":"126785 / ARLENE IVETE GRUHN / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126784

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126784
CONTRATADO (A): CRISLAINE APARECIDA RECH
FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA
PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024
VENCIMENTO MENSAL: R$ 1594.74
CARGA HORÁRIA: (100) HORAS MENSAIS
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 28 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
CRISLAINE APARECIDA RECH

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30050988","descricao":"126784 / CRISLAINE APARECIDA RECH / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126787

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126787

CONTRATADO (A): FATIMA APARECIDA FRASSON MOURA

FUNÇÃO: AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2171.08

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 28 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
FATIMA APARECIDA FRASSON

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30138847","descricao":"126787 / FATIMA APARECIDA FRASSON MOURA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126788

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 030/2023 - SEMED
CADASTRO Nº: 126788

CONTRATADO (A): MARINA HESSE LEMOS

FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL - ENS. SUPERIOR - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 4580.57

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL - ENS. SUPERIOR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 28 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
MARINA HESSE LEMOS

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30138852","descricao":"126788 / MARINA HESSE LEMOS / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126783

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126783

CONTRATADO (A): NOEMI FURTADO MOREIRA MIRANDA

FUNÇÃO: AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 2171.08

CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 28 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
NOEMI FURTADO MOREIRA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30050954","descricao":"126783 / NOEMI FURTADO MOREIRA MIRANDA / TRABALHANDO"}]

CONTRATO Nº 126786

EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2024 - SEMED
CADASTRO Nº: 126786

CONTRATADO (A): MARIA RODRIGUES DA SILVA SILVEIRA

FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA

PERÍODO: DE 01/07/2024 A 01/10/2024

VENCIMENTO MENSAL: R$ 3189.49

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 28 de Junho de 2024

_____
CONTRATANTE
MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

_____
CONTRATADO
MARIA RODRIGUES DA SILVA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha
Parâmetros: Data Admissão: 01/07/2024; Matrícula(s):: [{"valor":"30051309","descricao":"126786 / MARIA RODRIGUES DA SILVA SILVEIRA / TRABALHANDO"}]

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005/2024 – JARE JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS INFRAÇÕES A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Publicação Nº 6131506

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005/2024 – JARE JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS INFRAÇÕES A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

O Presidente da JARE do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, Lei Municipal 2942/2001 com fundamento nos termos do Artigo 36, III da Lei Municipal 1.182/88, **CIENTIFICA** que o RECORRENTE da primeira instância abaixo, não foi localizado nos endereços informados junto ao município, acerca da decisão emitida:

RECORRENTE	CPF/CNPJ	PROCESSO	Medidas Determinadas
DALVO TIETZ	...553.909..	31868/2023	Decisão da junta administrativa disponível na plataforma Digital do Fly Protocolo.

Consideram-se notificado da Decisão o recorrente acima listado a partir da data desta publicação. Restando o requerente: retirar a Decisão do processo no site do Fly protocolo ou com o presidente da JUNTA.

PORTARIA Nº 67/2024

Publicação Nº 6132121

Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Assinado em 27/06/2024 - 13:40 e lido em 27/06/2024.
Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#5#2#5#67#2024#1#0#0#1

PORTARIA Nº 67/2024
Concede férias.

OSMAIR LUIZ GADOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições e, em conformidade com o disposto no art. 114 da Lei Complementar 154/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gozo de férias aos servidores da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul a seguir, na seguinte forma:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS	PERÍODO DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Joel Luis Correa	02/01/2023 a 01/01/2024	03/07/2024 a 12/07/2024	10	-

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 27 de junho de 2024.

OSMAIR LUIZ GADOTTI
Presidente

Joaçaba

Prefeitura

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES PAUTA DA SESSÃO N. 127/2024

Publicação Nº 6134055

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO N. 127/2024

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto n. 6.066, de 13 de outubro de 2020, alterado pelos Decretos n. 6.138, de 15 de janeiro de 2021, n. 6.473, de 29 de março de 2022, n. 6.555, de 30 de junho de 2022, n. 7.133, de 07 de maio de 2024 e n. 7.159, de 06 de junho de 2024, torna público que, de acordo com o artigo 12 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 09 de julho de 2024, terça-feira, com início às 19h, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar os seguintes assuntos:

1. Aprovação da Ata n. 144, de 25 de junho de 2024;
2. Leitura do Relatório pelo Conselheiro João Pedro Perondi D'Agostini, discussão e votação dos Processos n. 1816/2024, n. 8128/2024 e n. 12521/2024, em nome de ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA FREI BRUNO, e leitura do Acórdão n. 133/2024;
3. Leitura do Acórdão n. 132/2024, relativo ao Processo n. 10108/2024 (pedido de reconsideração), em nome de ROMOALDO BARCELLA, pelo Conselheiro Gustavo Locatelli;
4. Assuntos gerais;
5. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

Joaçaba, 27 de junho de 2024.

Caren Scalabrin
Secretária do Conselho Municipal de Contribuintes

PL 106/2024/PMJ - PE 22/2024/PMJ - EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 6133221

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2024/PMJ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lixeiras de passagem em madeira plástica, para instalação e promoção de asseio e limpeza de ruas, praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.

DETENTORA:

Ata de Registro de Preços nº 123/2024/PMJ
Empresa: CM BIOS COMERCIO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS LTDA
Valor total da Ata: R$ 86.000,00

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FISCAIS: LUCIANO OSMAR DA SILVA
GESTOR: CHAIANA BERTUSSO FERREIRA

Joaçaba (SC), 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

CONTRATO Nº 46-2018 - PMJ - TA 13

Publicação Nº 6133120

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 533E56F87DD0FCB56EBEEA319579E6E1CAF2F442

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATO Nº 46/2018/PMJ – TA 13

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI e a Empresa **AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.094.629/0001-36 estabelecida na Rua Lages, bairro Centro, no Município de Joinville, SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. HOLDEMAR ALVES, portador da Carteira de Identidade nº 2.xxx.092- SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 723.xxx.xxx-00, residente e domiciliado na cidade de Joinville, SC, e Sr. UGINO NOLLI JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 3.xxx.277 - SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 017.xxx.xxx-48, residente e domiciliado na cidade de Joinville, SC ,celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 46/2018/PMJ, firmado em 09/03/2018, proveniente do Processo de Licitação nº 06/2018/PMJ, instaurado através do Edital de Concorrência nº 01/2018/PMJ, cujo objeto é *a prestação pela CONTRATADA de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Joaçaba*, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Conforme pedido realizado no processo nº 13940/2024 – Número Único 8S7.049.B61-5T, necessário realizar a troca de fiscal do presente contrato.

Assim, o item 1.2, da Cláusula Segunda do Contrato passa a ter a seguinte redação:

1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Servidor, Sr. JONATHA SYCHOSKI, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

JOAÇABA(SC), 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

DISPENSA PL 111 DL 67 SC 84 2024 PMJ

Publicação Nº 6132844

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ECC396219C6878ED111E97FA750BFF9ABD9005D1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
Av. XV de Novembro, 378 - Centro - Joaçaba
CEP: 89600-000 CNPJ: 82.939.380/0001-99 Telefone: (49) 3527-8800
E-mail: informatica@joacaba.sc.gov.br Site: http://www.joacaba.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 67/2024

Processo Adm.: **111/2024**
Data do Processo: **07/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 111/2024
b) Nr. Licitação: 67/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 21/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Dispensa de licitação para a contração de empresa para prestação do serviço de instalação de carpe na cancha de bocha do Centro de Referência do Idoso – CRI.*

Participante: ILDO CEMBRANEL

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	INSTALAÇÃO DE CARPETE	1,000	SERVIÇ	47.000,00	47.000,00

Total do Participante: **47.000,00**

Total Geral: 47.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO P/ACAO DA ASSISTENCIA VOLTADA AO IDOSO	21.001.08.241.0004.1112.4.4.90.00.00	R$ 19.000,00
CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO P/ACAO DA ASSISTENCIA VOLTADA AO IDOSO	21.001.08.241.0004.1112.4.4.90.00.00	R$ 28.000,00

Joaçaba, 21/06/2024

SANDRA REGINA PACHECO:88870758915

Assinado de forma digital por SANDRA REGINA PACHECO:88870758915
Dados: 2024.06.21 16:00:54 -03'00'

SANDRA REGINA PACHECO

Assinatura do Responsável

Secretaria de Assistência Social | PREFEITURA DE Joaçaba

PROCESSO LICITATÓRIO 111/2024/PMJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO 67/2024/PMJ

1. DO OBJETO

Dispensa de licitação para a contração de empresa para prestação do serviço de instalação de carpe na cancha de bocha do Centro de Referência do Idoso – CRI.

2. DA JUSTIFICATIVA

O Centro de Referência do Idoso (CRI) tem realizado atividades de lazer, cultura e esporte, de convivência familiar e comunitária para as pessoas idosas do município de Joaçaba - SC desde 1996.

O CRI atende em média 30 idosos por dia, com turmas no período matutino e vespertino.

O jogo de bocha é um esporte que trabalha não apenas o físico, mas o mental e a concentração, sendo uma das principais modalidades esportivas praticadas por idosos.

É um esporte diferenciado, pois não é uma modalidade muito desgastante ou que exige um preparo físico específico. Não provoca impactos na coluna, joelhos, não requer corridas e ainda traz vários benefícios para a saúde, estimulando o bem-estar e a qualidade de vida.

A Bocha faz a pessoa sair do sedentarismo e incentiva a amizade e o convívio social. Exige capacidade motora e trabalha vários tipos de músculos diferentes. O esporte demanda planejamento, foco e estimula o trabalho do cérebro, além de melhorar a habilidade de raciocínio.

Desta forma, a Bocha auxilia no desenvolvimento e crescimento pessoal e também pode ajudar as pessoas a saírem da depressão, pois pode atuar como terapia, pois o esporte cria um ambiente descontraído, que propícia muitos benefícios.

Dessa maneira se tem a necessidade da adequação do local de jogo. O espaço será adaptado para pessoas com deficiência.

A secretaria opta pela não realização da dispensa eletrônica prevista no artigo 5º do decreto municipal 6778/2023 pois o custo da cotação eletrônica em relação ao custo da prestação do serviço ora contratada tornaria a aquisição muito mais onerosa e morosa.

3. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Os valores foram obtidos através de um processo de orçamentação, onde foram solicitados diversos orçamentos de diferentes fornecedores para o mesmo produto ou serviço. Após a análise dos orçamentos recebidos, o fornecedor foi escolhido com base no critério de menor preço.

Dessa forma, foram comparadas as propostas recebidas, levando em consideração não apenas o valor cotado, mas também a qualidade do produto ou serviço oferecido, prazos de entrega, condições de pagamento, reputação do perstador de serviço, entre outros fatores relevantes para a decisão de compra.

Após uma análise criteriosa dos requisitos estabelecidos, a escolha pelo prestador de serviços ILDO CEMBRANEL foi considerada a mais adequada.

Após a análise detalhada de todos os aspectos envolvidos, o fornecedor que apresentou a melhor relação custo-benefício foi escolhido para fornecer o produto ou serviço necessário. Este processo de orçamentação e escolha do fornecedor é fundamental para garantir a eficiência e a qualidade das compras realizadas pela empresa.

ITEM	DESCRIÇÃO	LINDNER	ILDO CEMBRANEL	SAMIRA
1	Carpe para cancha de bocha	R$ 58.500,00	R$ 47.000,00	R$ 76.600,00

4.DA EMPRESA VENCEDORA

ILDO CEMBRANEL – Avenida doutor Osvaldo Teixeira 1252, Centro, Tucunduva – RS. CNPJ: 91.507.723/0001-37.

5 DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total da presente contratação é de R$ R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) correspondente ao item.

O pagamento será realizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeiturade Joaçaba em até 30 dias contados da execução do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal.

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação é fundamentada na Lei Federal 14.133/2021:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
21.001 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
1.112 – Construção Reforma Ampliação para Ação da Assistência ao Idoso
281– 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 2.500.0000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos
281 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

8. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência da contratação terá validade pelo período de 60 dias a partir da data de homologação. Durante esse período, ambas as partes devem cumprir com as condições e obrigações estipuladas no contrato. O contrato será acompanhado pelos servidores Fiscal: Edoardo T dos Santos, Gestor: Leticia Branger Ferri.

9. FORMA DE EXECUÇÃO:

O serviço dessa dispensa deve ser efetuado conforme o requerimento da secretaria solicitante e realizado conforme a especificação do objeto.

10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

10.1 Cabe à Proponente Vencedora:

- Fornecer o objeto de acordo com o disposto na forma de execução.

- Manter, durante o fornecimento do objeto todas as condições de habilitação previstas no termo de referência e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

- Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto.

- Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou produtos, causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos produtos.

- Deverá fornecer o objeto buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo órgão solicitante.

- Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

- Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva liberação do serviço solicitado.

10.2 Cabe ao Município:

- Tomar todas as providências necessárias à execução do processo de dispensa de licitação.

- Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto, sob os aspectos
qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

- Observar para que durante o fornecimento do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- Efetuar o pagamento a empresa vencedora de acordo com o estipulado neste termo de referência.

• Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa à proponente vencedora, para que a mesma proceda a efetiva entrega do objeto.

Joaçaba 21 de junho de 2024.

SANDRA REGINA PACHECO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DISPENSA PL 51 DL 42 SC 56 2024 FMS

Publicação Nº 6132848

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F793D1C031C011D37B0AEDD0E4485F923B5639FA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro - Joaçaba
CEP: 89600-000 CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555
E-mail: Site:

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 42/2024

Processo Adm.: **51/2024**
Data do Processo: **24/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 51/2024
b) Nr. Licitação: 42/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 24/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Dispensa para contratação de uma palestra sobre dependência química para o CAPS pela Secretaria de Saúde*

Participante: CENTRO EDUCACIONAL NOVAS ABORDAGENS TERAPEUTICAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PALESTRA	1,000	VB	11.800,00	11.800,00
				Total do Participante:	**11.800,00**

Total Geral: 11.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	18.001.10.302.0005.2124.3.3.90.00.00	R$ 11.800,00

Joaçaba, 24/06/2024

VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920

Assinado de forma digital por VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920
Dados: 2024.06.24 17:39:47 -03'00'

VALMOR JOÃO REISDORFER

Assinatura do Responsável

Protocolo: c9db0cf2-77d9-47de-b5b6-31e71473970b Usuário: maria.belotto Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Estado de Santa Catarina | PREFEITURA DE Joaçaba

PROCESSO LICITATÓRIO 51/2024/FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2024/FMS

1. DO OBJETO

Dispensa para contratação de uma palestra sobre dependência química para o CAPS pela Secretaria de Saúde.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação de uma palestra sobre dependência química para o CAPS I - Evoluir em Joaçaba é uma iniciativa relevante para aprimorar o atendimento e a compreensão desse tema.

Palestras oferecem oportunidades para educar profissionais, pacientes e familiares sobre a dependência química. Abordar tópicos como prevenção, tratamento e redução do estigma é fundamental.

Palestrantes especializados podem discutir os principais transtornos psiquiátricos e comportamentais associados à dependência química. Isso ajuda a equipe a identificar sinais precoces e a oferecer suporte adequado.

A palestra pode apresentar estratégias terapêuticas eficazes, incluindo tratamentos farmacológicos e psicológicos. Isso capacita os profissionais a lidar com os desafios enfrentados pelos pacientes.

Discutir estratégias para prevenir recaídas e promover a abstinência é fundamental para o sucesso do tratamento.

Além disso, considerar experiências de outros CAPS e compartilhar casos de sucesso pode inspirar a equipe e fortalecer a abordagem multidisciplinar

3. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Diante do artigo 72, VII, da Lei 14.133/2021 informo que o valor contratado se encontra dentro do preço praticado no mercado, conforme orçamentos apresentados.

ITEM	QNT	DESCRIÇÃO	CENAT	MENTALCLEAN	MOTIVEAÇÃO
1	1	Palestra sobre dependência química	R$ 11.800,00	R$ 12.000,00	R$ 22.111,11
TOTAL:			**R$ 11.800,00**	R$ 12.000,00	R$ 22.111,11

As empresas Mentalclean e a motiveação não atendem a necessidade solicitada de um dia todo de palestras. Assim, diante do exposto e nas cotações apresentadas, restou comprovado ser o melhor valor praticado no mercado com a Administração que é igual a **R$ 11.800,00**.

4. DA EMPRESA VENCEDORA

Empresa CENAT CENTRO EDUCACIONAL NOVAS ABORDAGENS TERAPEUTICAS, CNPJ: 21.462.928/0001-68, RUA SÃO LUIZ Nº 144/BARBOA/MARILIA/SP/17500-005.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina | PREFEITURA DE Joaçaba

5. DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total da presente contratação é de R$:11.800,00 O pagamento será realizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeitura de Joaçaba em até 30 dias contados da execução do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal.

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

Art. 75. É dispensável a licitação

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
28 - 3.3.90.00.00.00.00.00
2.500.0000.0000

R$ 11.800,00

8. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato é de 30 (trinta) dias contatos a partir de sua assinatura. A fiscalização e gestão do processo será feita pela servidora Luiza Carneiro Cavalcanti Monteiro.

9. FORMA DE EXECUÇÃO:

A empresa contratada deverá realizar a palestra no dia 26/06 no Auditório Afonso Dresch, abordando em suas falas os temas mencionados.

Joaçaba, 24 de junho de 2024.

VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920
Assinado de forma digital por VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920
Dados: 2024.06.24 17:15:19 -03'00'

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER – Secretário

INEXIGIBILIDADE PL 42 IN 05 SC 44 2024 FMS

Publicação Nº 6132773

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2ACF115C65429341C664B76D520DBC5F9DDD1D51

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro - Joaçaba
CEP: 89600-000 CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555
E-mail: Site:

INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 5/2024

Processo Adm.: **42/2024**
Data do Processo: **04/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 42/2024
b) Nr. Licitação: 5/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 21/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Inexigibilidade para contração do serviço de manutenção do aparelho de Ultrassonografia destinado a realização de exames para os pacientes encaminhados pelas unidades de saúde e serviços especializados do município de Joaçaba.*

Participante: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO	12,000	SVÇ	1.440,00	17.280,00
				Total do Participante:	**17.280,00**

Total Geral: 17.280,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
BLATB: BLOCO ATENÇAO BÁSICA	18.001.10.301.0005.2122.3.3.90.00.00	R$ 17.280,00

Joaçaba, 21/06/2024

VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920
Assinado de forma digital por VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920
Dados: 2024.06.21 15:34:11 -03'00'

VALMOR JOÃO REISDORFER

Assinatura do Responsável

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2024/FMS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024/FMS

1. DO OBJETO

Inexigibilidade para contração do serviço de manutenção do aparelho de Ultrassonografia destinado a realização de exames para os pacientes encaminhados pelas unidades de saúde e serviços especializados do municipio de Joaçaba.

2. DA JUSTIFICATIVA

É crucial que o serviço de manutenção do equipamento de Ultrassonografia Versana Premier VS seja contratado de forma permanente, dado o término da garantia de manutenção fornecida pela fabricante. A ausência de um contrato de manutenção expõe o equipamento a potenciais problemas, tais como falhas na impressão, dificuldades na reprodução dos exames realizados e possíveis defeitos no próprio equipamento.

Nesse contexto, a inexigibilidade da licitação se justifica pela exclusividade da empresa na prestação de serviços de manutenção para equipamentos fabricados pela GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA.

Essa exclusividade torna impraticável a competição entre fornecedores, sendo a contratação direta com a empresa a opção mais adequada para garantir a continuidade e eficiência dos serviços de manutenção do equipamento de ultrassonografia.

Dessa forma, é imperativo garantir a disponibilidade contínua de serviços de manutenção para o equipamento, assegurando seu funcionamento adequado e a qualidade dos serviços prestados à população.

2.1. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

ITEM	QNT. ANUAL	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	12	Contração do serviço de manutenção do aparelho de Ultrassonografia	R$ 1.440,00	R$ 17.280,00

Informamos que não foi encontrado uma outra empresa que fornecesse o item solicitado, a GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA. apresentou carta de exclusividade na manutenção do aparelho de Ultrassonografia modelo: Versana Premier VS conforme documento anexo.

3. DA EMPRESA VENCEDORA

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA, CNPJ 00.029.372/0003-02 AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES, n° 690, complemento GALPAO5 E 8, TAMBORE, BARUERI /SP.

4. DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O Valor da Contratação anual será de R$ 17.280,00 (Dezessete mil duzentos e oitenta reais), sendo o valor mensal de R$ 1.440,00 (Mil quatrocentos e quarenta reais).

O pagamento será efetuado no valor de R$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais) mensais,

com vencimento até o décimo dia útil do mês subsequente, mediante emissão da nota fiscal correspondente.

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

Justificativa de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no dispositivo da legislação brasileira que permite tal contratação por meio da inexigibilidade, conforme artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, considerando que o palestrante a ser contratada possuí todos os requisitos desejados e pela experiência reconhecida.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

A notoriedade se faz pelo conhecimento da alta capacidade do profissional ou da empresa que possuam currículo satisfatório diante da necessidade da Administração. Para tal realização, a Administração não aceitará nada menos que profissionais de elevada qualificação.

A Administração possui margem de discricionariedade para escolher a empresa que mais lhe parecer adequada. Frisa-se que esta discricionariedade tem que possuir sintonia com a necessidade administrativa e com a qualidade almejada.

Diante do exposto, justifica-se a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a CONTRATAÇÃO de acordo com o que prescreve o art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.123 - BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
15 - 3.3.90.00.00.00.00.00
2.501.0000.0206

O Valor da Contratação anual será de R$ 17.280,00 (Dezessete mil duzentos e oitenta reais), sendo o valor mensal de R$ 1.440,00 (Mil quatrocentos e quarenta reais).

7. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

O contrato terá vigência de 12 meses, contados da data de sua assinatura podendo ser prorrogado por igual e sucessivos periodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

A responsabilidade de realizar a gestão e a fiscalização do contrato advindo do Processo de Inexigibilidade ficará a cargo da servidora Mariana Zopeletto.

8. FORMA DE EXECUÇÃO:

COBERTURA FIT PERFORMANCE
• Serviços de Manutenção Preventiva

• Serviços de Manutenção Corretiva, sem limitações de chamados dentro do horário contratado
• Fornecimento de peças, sem limitações (não aplicável à transdutores, acessórios e consumíveis)
• Cobertura adicional e opcional Transdutores, com limitações – (Transdutor) - 1 Troca por ano.
• Pacotes Digitais:
− Aplicativo MyGEHC1: Aplicativo para dispositivos móveis para abertura de chamados, acompanhamento da situação de serviço e notificações em tempo real.
− MyGEHealthcare Manutenção1: Plataforma de gerenciamento da base instalada.

9. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

DA CONTRATADA:

- A empresa deverá efetuar a manutenção prevista no contrato conforme necessidade da contratante, contadas da solicitação, da forma indicada, sem custos adicionais.
- A empresa deverá disponibilizar canal de comunicação rápido e eficaz ou aplicativo para abertura de chamado.
- A empresa deverá orientar a forma correta de uso do equipamento para minimizar o risco de problemas decorrente do uso incorreto.
- No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
- Nesta contratação está incluso o serviço de peças conforme orçamento;

RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- Tomar todas as providências necessárias à fiscalização da execução do contrato.
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento.
- Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.
- Providenciar a publicação resumida do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920
Assinado de forma digital por VALMOR JOAO REISDORFER:24983152920
Dados: 2024.06.18 15:49:28 -03'00'

Joaçaba, 18 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Valmor João Reisdorfer - Secretário

PL 106/2024/PMJ - PE 22/2024/PMJ - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 6133215

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A0D8F45F4CE2E51E3A759E1B1D05178D29A34175

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 22/2024

Processo Adm.: 106/2024
Data do Processo: 28/05/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 106/2024
b) Nr. Licitação: 22/2024 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Adjudicação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lixeiras de passagem em madeira plástica, para instalação e promoção de asseio e limpeza de ruas, praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	Vl. Unitário	Total dos Itens
CM BIOS COMERCIO DE PRODUTOS SUSTENTAVEIS LTDA				
1 - Lixeiras em Madeira Plástica - Marca: Propria	UN	200,000	430,0000	R$ 86.000,00
			Total do Fornecedor :	86.000,00
			Total geral :	R$ 86.000,00

Joaçaba, 27/06/2024

Assinatura do Responsável

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 0012/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6123027

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 99DC1D788C11458E38EDDDC4BC716D857B60F490

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0053/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0012/2024
PROTOCOLO JHL 0499/2024
Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Eletrônico 0012/2024 – Licitação 0053/2024, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, MONTAGEM/DESMONTAGEM, CONSERTOS E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO SIMAE
DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTA: O Pregão Eletrônico será processado através do sistema do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)
Recebimento das Propostas: até às 08h15min do dia 15/07/2024.
Abertura da sessão: dia 15/07/2024 a partir das 08h30min.
Referência de horário: Horário de Brasília
LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Edital está disponível na íntegra nos sítios do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), do Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br) e do Simae (https://www.simae.sc.gov.br/licitacao).
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Exclusivamente pelo site Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)
Joaçaba – SC 25 de junho de 2024.
Patricia Callegari Warken – Diretora Presidente

CÓDIGO REGISTRO TCE: 99DC1D788C11458E38EDDDC4BC716D857B60F490

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 18/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6131618

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0018/2024
PROCESSO 0056/2024
PROTOCOLO Nº 0517/2024
Objeto: Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.
Razão da escolha do contratado e justificativa do preço:
A presente contratação dar-se-á por Inexigibilidade de Licitação, com base inciso IV do art. 74 da Lei 14.133/2021, em virtude do Credenciamento nº 0002/2024.
A contratada encontra-se apta para a prestação dos serviços, comprovando habilitação fiscal, social, trabalhista e demais documentos, conforme documentos e Ata do Credenciamento (fls. 4-78; 82-83).
Os preços dos serviços de arrecadação são os definidos no Edital de Credenciamento nº 0002/2024.
Contratada: Itaú Unibanco S.A
Valor: R$ 7.410,00 (sete mil, quatrocentos e dez reais).
Joaçaba/SC, 26 de junho de 2024.
Patricia Callegari Warken – Diretora-Presidente.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 23/2024

Publicação Nº 6132408

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0023/2024
PROCESSO 0065/2024
PROTOCOLO Nº 0548/2024
Objeto: Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.
Razão da escolha do contratado e justificativa do preço:
A presente contratação dar-se-á por Inexigibilidade de Licitação, com base inciso IV do art. 74 da Lei 14.133/2021, em virtude do Credenciamento nº 0002/2024.
A contratada encontra-se apta para a prestação dos serviços, comprovando habilitação fiscal, social, trabalhista e demais documentos, conforme documentos e Ata do Credenciamento (fls. 4-75;90).
Os preços dos serviços de arrecadação são os definidos no Edital de Credenciamento nº 0002/2024.

Contratada: Banco Cooperativo Sicoob S.A.
Valor: R$ 29.412,00 (vinte e nove mil quatrocentos e doze reais)
Joaçaba/SC, 27 de junho de 2024.
Patricia Callegari Warken – Diretora-Presidente.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0019/2024 SIMAE

Publicação Nº 6131207

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0019/2024
PROCESSO 0057/2024
PROTOCOLO Nº 0516/2024
Objeto: Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.
Razão da escolha do contratado e justificativa do preço:
A presente contratação dar-se-á por Inexigibilidade de Licitação, com base inciso IV do art. 74 da Lei 14.133/2021, em virtude do Credenciamento nº 0002/2024.
A contratada encontra-se apta para a prestação dos serviços, comprovando habilitação fiscal, social, trabalhista e demais documentos, conforme documentos e Ata do Credenciamento (fls. 4-157; 161-162).
Os preços dos serviços de arrecadação são os definidos no Edital de Credenciamento nº 0002/2024.
Contratada: Banco Bradesco S.A
Valor: R$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais).
Joaçaba/SC, 26 de junho de 2024.
Patricia Callegari Warken – Diretora-Presidente.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0020/2024 SIMAE

Publicação Nº 6132401

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0020/2024
PROCESSO 0058/2024
PROTOCOLO Nº 0518/2024
Objeto: Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.
Razão da escolha do contratado e justificativa do preço:
A presente contratação dar-se-á por Inexigibilidade de Licitação, com base inciso IV do art. 74 da Lei 14.133/2021, em virtude do Credenciamento nº 0002/2024.
A contratada encontra-se apta para a prestação dos serviços, comprovando habilitação fiscal, social, trabalhista e demais documentos, conforme documentos e Ata do Credenciamento (fls. 4-157; 161-162).
Os preços dos serviços de arrecadação são os definidos no Edital de Credenciamento nº 0002/2024.
Contratada: Banco Cooperativo Sicoob S.A.
Valor: R$ 84.180,00 (oitenta e quatro mil, cento e oitenta reais).
Joaçaba/SC, 26 de junho de 2024.
Patricia Callegari Warken – Diretora-Presidente.

PORTARIA JHL 120/2024

Publicação Nº 6132110

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 120/2024 DE 27.06.2024

Patricia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º PRORROGAR a vigência da Portaria Simae JHL 342/2023 de 24 de novembro de 2023, por mais 60 (sessenta) dias a partir de 27 de junho de 2024, ficando a mesma vigente até 26 de agosto de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 27 de junho de 2024.

Patricia Callegari Warken
Diretora-Presidente

PORTARIA JHL 121/2024

Publicação Nº 6132479

PORTARIA SIMAE JHL Nº 121/2024 DE 27/6/2024

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Patricia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art.1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, para apurar os fatos constantes no documento protocolado sob. nº 501/2024, despacho e demais documentos constantes no processo.
Art.2º DESIGNAR os servidores André Luiz Sauer e Nathalia Dziedzic Schlichiting Oliari para promover as diligências necessárias e apresentar relatório circunstanciado do que for apurado.
Art.3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 27 de junho de 2024.

Patricia Callegari Warken
Diretora-Presidente

RESUMO CONTRATO 83/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6132421

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0083/2024
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0065/2024
INEXIGIBILIDADE N° 0023/2024
PROTOCOLO Nº 548/2024
Data: 27/06/2024
Objeto: Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024
Contratado: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
Valor: R$ 29.412,00 (vinte e nove mil quatrocentos e doze reais)
Órgão/Unidade: 14.01
Função/Programa: 17.122.0028
Projeto/Atividade: 2.207
Prazo de vigência: 01/07/2024 a 30/06/2025
Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0080/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6131295

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0080/2024
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0055/2024
INEXIGIBILIDADE N° 0017/2024
PROTOCOLO Nº 513/2024
Data: 27/06/2024
Objeto: Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024
Contratado: Banco Santander (Brasil) S.A.
Valor: R$ 16.860,00 (dezesseis mil, oitocentos e sessenta reais).
Órgão/Unidade: 14.01
Função/Programa: 17.122.0028
Projeto/Atividade: 2.207
Prazo de vigência: 01/07/2024 a 30/06/2025
Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0082/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6132496

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0082/2024
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0056/2024
INEXIGIBILIDADE N° 0018/2024
PROTOCOLO Nº 517/2024
Data: 27/06/2024
Objeto: Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024
Contratado: Itaú Unibanco S.A
Valor: R$ 7.410,00 (sete mil, quatrocentos e dez reais).
Órgão/Unidade: 14.01
Função/Programa: 17.122.0028
Projeto/Atividade: 2.207
Prazo de vigência: 01/07/2024 a 30/06/2025
Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 0019/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6131290

ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA **CNPJ:** 84.591.890/0001-43 **Telefone:** (49) 3551-8200 **Endereço:** Rua Tiradentes, 123 - Centro **CEP:** 89600-000 - Joaçaba	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nr.: 19/2024** **Processo Adm.:** 57/2024 **Data do Processo:** 18/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 57/2024
b) Nr. Licitação: 19/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 26/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.*

Participante: BANCO BRADESCO S.A.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE DÉBITO EM CONTA, INTERNET/MOBILE, AUTOATENDIMENTO E AUTENTICAÇÃO EM CAIXA.	12.000,	UN	1,75	21.000,00
2	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE PAGAMENTOS REALIZADOS JUNTO À LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS.	6.000,0	UN	1,85	11.100,00

Total do Participante: **32.100,00**

Total Geral: **32.100,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO SETOR COMERCIAL - SC	14.001.17.122.0028.2207.3.3.90.00.00	R$ 32.100,00

Joaçaba, 26/06/2024

.....

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

DIRETORA PRESIDENTE

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 0020/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6132413

ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA **CNPJ:** 84.591.890/0001-43 **Telefone:** (49) 3551-8200 **Endereço:** Rua Tiradentes, 123 - Centro **CEP:** 89600-000 - Joaçaba	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nr.: 20/2024** **Processo Adm.:** 58/2024 **Data do Processo:** 18/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 58/2024
b) Nr. Licitação: 20/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.*

Participante: BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE DÉBITO EM CONTA, INTERNET/MOBILE, AUTOATENDIMENTO E AUTENTICAÇÃO EM CAIXA.	46.200,	UN	1,75	80.850,00
2	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE PAGAMENTOS REALIZADOS JUNTO À LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS.	1.800,0	UN	1,85	3.330,00

Total do Participante: **84.180,00**

Total Geral: **84.180,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO SETOR COMERCIAL - SC	14.001.17.122.0028.2207.3.3.90.00.00	R$ 84.180,00

Joaçaba, 27/06/2024

.....

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

DIRETORA PRESIDENTE

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 0023/2024 SIMAE

Publicação Nº 6132414

ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA **CNPJ:** 84.591.890/0001-43 **Telefone:** (49) 3551-8200 **Endereço:** Rua Tiradentes, 123 - Centro **CEP:** 89600-000 - Joaçaba	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nr.: 23/2024** **Processo Adm.:** 65/2024 **Data do Processo:** 25/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 65/2024
b) Nr. Licitação: 23/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.*

Participante: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO UNIAO DE ESTADOS RIO GRANDE DO

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE DÉBITO EM CONTA, INTERNET/MOBILE, AUTOATENDIMENTO E AUTENTICAÇÃO EM CAIXA.	16.680,	UN	1,75	29.190,00
2	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE PAGAMENTOS REALIZADOS JUNTO À LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS.	120,000	UN	1,85	222,00

Total do Participante: **29.412,00**

Total Geral: **29.412,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO SETOR COMERCIAL - SC	14.001.17.122.0028.2207.3.3.90.00.00	R$ 29.412,00

Joaçaba, 27/06/2024

.....

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

DIRETORA PRESIDENTE

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 18/2024 - SIMAE

Publicação Nº 6131606

ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA **CNPJ:** 84.591.890/0001-43 **Telefone:** (49) 3551-8200 **Endereço:** Rua Tiradentes, 123 - Centro **CEP:** 89600-000 - Joaçaba	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nr.: 18/2024** **Processo Adm.:** 56/2024 **Data do Processo:** 18/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 56/2024
b) Nr. Licitação: 18/2024 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Contratação de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de valores proveniente de faturas dos usuários, vinculado ao edital de credenciamento nº 002/2024.*

Participante: BANCO ITAÚ S.A. - SP

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE DÉBITO EM CONTA, INTERNET/MOBILE, AUTOATENDIMENTO E AUTENTICAÇÃO EM CAIXA.	3.600,0	UN	1,75	6.300,00
2	ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMAE, NO PADRÃO FEBRABAN - ATRAVÉS DE PAGAMENTOS REALIZADOS JUNTO À LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS.	600,000	UN	1,85	1.110,00

Total do Participante: **7.410,00**

Total Geral: **7.410,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO SETOR COMERCIAL - SC	14.001.17.122.0028.2207.3.3.90.00.00	R$ 7.410,00

Joaçaba, 27/06/2024

.....

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

DIRETORA PRESIDENTE

Jupiá

PREFEITURA

CONTRATO Nº 018/24 DE 24/06/2024

Publicação Nº 6131046

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 018/24 de 24/06/2024.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

MUNICÍPIO DE JUPIÁ, pessoa jurídica de direto público, estabelecida à Rua Rio Branco, 320, inscrito no CNPJ sob o n.° 01.593.132/0001-37, representado neste ato pelo Prefeito Municipal VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, titular do CPF nº 986.xxx.xxx-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e,

A EMPRESA REJANE PERCIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 55.497.217/0001-40, com endereço Na rua Henriqueta Tereza Bristoto Pagani, 1927, casa, no Municipio de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada por seu administrador, REJANE PERCIO, residente e domiciliado no mesmo endereço, titular do CPF n° 031.xxx.xxx-02, doravante denominada simplesmente CONTRATADA

Que de comum acordo, e com amparo legal na Legislação vigente, em especial o Art. 75, II, da lei federal 14.133/2021, bem como solicitação de compra] 367/2024, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para realização do campeonato sul brasileiro de rolimã e traik 2024, a ser realizado na data de 20 e 21 de julho de 2024, incluindo:
Equipe organizadora, regulamentos e liberação junto as equipes do sul brasileiro seguindo os critérios técnicos, divulgação em mídia digital, organização de inscrições, tabelas, sorteio de baterias, pistas, ordens de largada, fiscais de prova, narrador, montagem da pista para segurança dos pilotos, coletes identificadores, equipes de filmagem, equipe de largada e chegada, troféus para os vencedores, alimentação e agua para a equipe organizadora e banheiros químicos.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES ECONOMICO-FINANCEIRAS

O preço certo e ajustado estimado é de R$ 9.800,00(nove mil e oitocentos rais), que serão pagos de acordo com a realização dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal/fatura emitido pela contratada.
As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta de dotações especificadas e consignadas no orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REAJUSTES

Os preços mencionados na cláusula segunda não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:
I – Executar os serviços de acordo com as especificações contidas na cláusula primeira;
II – Assumir a responsabilidade pelos danos causados diretamente ao Município ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do presente contrato;
II – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e fiscais resultantes da execução deste contrato, respondendo o Município apenas e tão somente pelo pagamento do valor acordado na cláusula segunda;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Fiscalizar e controlar a prestação dos serviços descritos na cláusula primeira deste contrato;
II - Cumprir com as condições de pagamento, estipuladas na cláusula segunda deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação será introduzida no presente contrato, sem o consentimento prévio do Município.
Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente em especial a Lei Federal n°. 14.133/2021 e suas atualizações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

Este Contrato vigorará a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2024, ou na entrega total do objeto, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor, a título de indenização ou a qualquer alegação ou fundamento.
Em caso de inexecução contratual prevista na lei federal 14.133/2021, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Município de Jupiá - SC, 24 de junho de 2024.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Contratante

REJANE PERCIO
Contratada

Fiscal designado para este contrato:

Giamili Rossoni Turmina - _____
Assinatura

Testemunhas:

NOME: CPF: ASSINATURA	NOME: CPF: ASSINATURA

Após análise do conteúdo, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações posteriores, opinando assim pela assinatura do presente contrato.

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico
OAB/SC 17879-B

DECRETO EXECUTIVO Nº 4462/24 DE 27/06/2024

Publicação Nº 6132285

DECRETO N.º 4.462/24 de 27/06/2024.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupiá – SC, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal, arts. 7º e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17/03/1964 e em especial o Art. 6º. Inciso I da Lei Municipal nº. 0866/23 de 12/12/2023,

DECRETA:
Art. 1º. - Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 40.000,00(quarenta mil reais), em favor da Secretaria que menciona, assim consignados:

ÓRGÃO 04.000 Secretaria de Educação e Cultura
UNIDADE 04.002 Departamento de Cultura
PROJETO ATIVIDADE Comemoração de Aniversário do Município
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 13.392.0007.2.024
ELEMENTO 3390(63)
FONTE 1.500.0000.0000 VALOR R$ 40.000,00(quarenta mil reais);

Art. 2º. – Para a abertura do crédito suplementar de que trata o Art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá – SC, 27 de junho de 2024.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO EXECUTIVO Nº 4463/24 27/06/2024

Publicação Nº 6132522

DECRETO N° 4.463/24 de 27/06/2024.

EFETUA MOVIMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupiá – SC, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o Art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal, e em especial o Art. 5º. da Lei Municipal nº. 0866/23 de 12/12/2023,

DECRETA:
Art. 1.° - Ficam transferidos os seguintes valores das dotações orçamentárias, contidas nos projetos atividades a seguir identificados:

ÓRGÃO 07.000 Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
UNIDADE 07.001 Departamento de Agricultura
PROJETO ATIVIDADE Manutenção da Produção Animal
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 20.608.0005.2.037
ELEMENTO 4490(97)
FONTE 1.500.0000.0000 VALOR R$ 5.500,00(cinco mil e quinhentos reais);

Para o mesmo projeto:

ELEMENTO: 3390(96)
FONTE 1.500.0000.0000 VALOR R$ 5.500,00(cinco mil e quinhentos reais);

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá – SC, 27 de junho de 2024.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/24 DE 18/06/2024

Publicação Nº 6131407

Extrato contratual

Contrato n.º:	012/24
Data:	18/06/2024
Contratante:	Município de jupiá - sc
Contratado:	A EMPRESA ADRIANA CURIONI – MEI ,com endereço na rua João Goulart, 735-E, bairro Presidente Médice, na cidade de Chapecó – SC, inscrito no cnpj: º 31.629.619/0001-93,representada por GILMAR BANDEIRA, portador do cpf: 025.xxx.xxx-31.
Objeto:	A contratação da empresa para a realização de eventos nas festividades da Semana do Aniversário do Município,
Vigência:	18/06/2024 a 31/07/2024
Valor:	R$ 50.000,00(cinquenta mil reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito município e pelo GILMAR BANDEIRA, pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/24 DE 18/06/2024

Publicação Nº 6131422

Extrato contratual

Contrato n.º:	013/24
Data:	18/06/2024
Contratante:	Município de jupiá - sc
Contratado:	A EMPRESA BANDA LEGAL LTDA, com endereço na rua Antonio Ogliari, 59, sala 01, bairro Veneza, na cidade de Xanxere - SC, inscrito no cnpj: º 50.258.024/0001-13,representada por ALCEDIR RAMA, portador do cpf: 893.xxx.xxx-20.

Objeto:	A contratação da empresa para a realização de eventos nas festividades da Semana do Aniversário do Município.
Vigência:	18/06/2024 a 31/07/2024
Valor:	R$ 15.000,00(quinze mil reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito município e pelo ALCEDIR RAMA, pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/24 DE 18/06/2024

Publicação Nº 6131427

Extrato contratual

Contrato n.º:	014/24
Data:	18/06/2024
Contratante:	Município de jupiá - sc
Contratado:	A EMPRESA RAFAELA CAMPANA SEGALIN, com endereço na Cidade de Quilombo – SC, inscrito no cnpj: º 45.243.076/0001-86,representada por RAFAELA CAMPANA SEGALIN, portador do cpf: 087.xxx.xxx-31.
Objeto:	objeto deste, a contratação da empresa para a realização de eventos nas festividades da Semana do Aniversário do Município.
Vigência:	18/06/2024 a 31/07/2024
Valor:	R$ 5.000,00(cinco mil reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito município e pelo RAFAELA CAMPANA SEGALIN, pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/24 DE 18/06/2024

Publicação Nº 6131435

Extrato contratual

Contrato n.º:	015/24
Data:	18/06/2024
Contratante:	Município de jupiá - sc
Contratado:	A EMPRESA GRUPO MUSICAL TCHE CHALEIRA, com endereço na Cidade de São Sepá – RS, inscrito no cnpj: º 05.727.153/0001-59,representada por ANDERSON SANTOS WEGNER, portador do cpf: 940.xxx.xxx-15,.
Objeto:	objeto deste, a contratação da empresa para a realização de eventos nas festividades da Semana do Aniversário do Município.
Vigência:	18/06/2024 a 31/07/2024
Valor:	R$ 40.000,00(quarenta mil reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito município e pelo ANDERSON SANTOS WEGNER, pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/24 DE 18/06/2024

Publicação Nº 6131440

Extrato contratual

Contrato n.º:	016/24
Data:	18/06/2024
Contratante:	Município de jupiá - sc
Contratado:	TV SUL COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA, com endereço na rua Prefeito Zeno Germano Etges, 468, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste – SC inscrito no CNPJ Nº. 54.209.098/0001-10,representada por CLAUDIO ROBERTO DA ROSA LUDWIG, portador do cpf: 016.xxx.xxx-21.
Objeto:	Contratação de empresa jornalística para divulgação atos administrativos deste Município, no exercício financeiro de 2024.
Vigência:	18/06/2024 a 31/12/2024
Valor:	R$ 6.650,00(seis mil seiscentos e cinquenta reais).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito município e pelo CLAUDIO ROBERTO DA ROSA LUDWIG, pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/24 DE 21/06/2024

Publicação Nº 6131446

Extrato contratual

Contrato n.º:	017/24
Data:	21/06/2024
Contratante:	Município de jupiá - sc
Contratado:	A EMPRESA MECANICA ROMANOS LTDA, com endereço no Contorno Viario Armindo Echer, no Municipio de São Lourenço do Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n.º 00.412.710/0001-29, representada por VALDECIR DULCIMAR ROMANOSKI, portador do cpf: 725.xxx.xxx-00.
Objeto:	Objeto a contratação de empresa para aquisição de peças e mão de obra para reparo no diferencial de caminhão basculante, conforme itens especificados no processo licitatório supra citado.
Vigência:	21/06/2024 a 31/12/2024
Valor:	R$ 28.031,04(vinte e oito mil, trinta e um reais c/ quatro centavos)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito município e pelo VALDECIR DULCIMAR ROMANOSKI, pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/24 DE 24/06/2024

Publicação Nº 6131453

Extrato contratual

Contrato n.º:	018/24
Data:	24/06/2024
Contratante:	Município de jupiá - sc
Contratado:	A EMPRESA REJANE PERCIO, , com endereço Na rua Henriqueta Tereza Bristoto Pagani, 1927, casa, no Municipio de São Lourenço do Oeste – SC, inscrito no CNPJ sob n.º 55.497.217/0001-40, representada por REJANE PERCIO, portador do cpf: 031.xxx.xxx-02.
Objeto:	Contratação de empresa para realização do campeonato sul brasileiro de rolimã e traik 2024, a ser realizado na data de 20 e 21 de julho de 2024, incluindo: Equipe organizadora, regulamentos e liberação junto as equipes do sul brasileiro seguindo os critérios técnicos, divulgação em mídia digital, organização de inscrições, tabelas, sorteio de baterias, pistas, ordens de largada, fiscais de prova, narrador, montagem da pista para segurança dos pilotos, coletes identificadores, equipes de filmagem, equipe de largada e chegada, troféus para os vencedores, alimentação e agua para a equipe organizadora e banheiros químicos.
Vigência:	24/06/2024 a 31/12/2024
Valor:	R$ 9.800,00(nove mil e oitocentos rais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito município e pelo REJANE PERCIO, pelo contratado.

Lages

Prefeitura

20º ADT. CONTRATO Nº 61 2016 TRANSUL

Publicação Nº 6131703

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 20° TERMO ADT AO CONTRATO N.º 61/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 13, Bairro Centro, cidade de Lages, estado de Santa Catarina, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representado pelo Secretário de Planejamento e Mobilidade Urbana, o Sr. Gabriel Prestes dos Santos e a TRANSUL – Transportes Urbanos Nossa Senhora dos Prazeres Ltda, CNPJ nº 84.950.724/0001-96, estabelecida na Rua Dr. Jorge Blayer, 667, Bairro Conta Dinheiro, cidade de Lages/SC, CEP 88508-618, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, neste ato representado pelos Srs. Rogério Machado Arantes, portador do CPF nº ***.750.416-** e José Lemes Soares Filho, portador do CPF nº 780.866.808-78, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos do parecer jurídico referencial nº 002/2023, em decorrência de processo licitatório nº 141/2012, correlato à Concorrência Pública nº 17/2012, conforme previsto no item 18.5 da Cláusula 18ª do Contrato de Concessão nº 61/2016 sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade conceder subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo de Passageiros sob o regime de concessão do serviço público, assegurando a modicidade das tarifas e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA

A pandemia do coronavírus impactou diretamente o setor do transporte público urbano pela severa redução do número de passageiros, tornando flagrante que a contraprestação tarifária sofreu notória redução, não mais cobrindo os custos da operação.

A concessão de subsídio visa assegurar a modicidade da tarifa e incentivar a utilização do transporte público e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, assim como a continuidade e qualidade do serviço público essencial em atendimento à população.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SUBSÍDIO

A concessão do subsídio será variável até o limite de 800 UFML (oitocentos unidades fiscais do Município de Lages) mensais e segue os princípios da Lei Federal nº 12.578 de 03 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, definindo ser a tarifa pública o preço público fixado pelo Poder Concedente a ser pago pelo usuário, a tarifa de remuneração o valor recebido pelo operador, suficiente para cobrir o custo real do serviço e remunerar o investimento, e subsídio o valor a ser pago pelo Poder Concedente para complementar o valor da tarifa de remuneração, caso a tarifa pública não seja em valor suficiente, assegurando a modicidade das tarifas, priorizando o transporte público coletivo e promovendo a melhoria da mobilidade das pessoas dentro do território municipal.

O valor do subsídio referente ao mês de maio/2024, corresponde a 800 UFML (UFML R$ 527,00 (quinhentos e vinte e sete reais) – Decreto Municipal 19.416/2021), totalizando a quantia de R$ 421.600,00 (quatrocentos e vinte e um mil e seiscentos reais), a serem pagos pela seguinte dotação:

• MUNICIPAL – conta 06.001 – 2.232 – Manutenção das Atividades da Secretaria Administração e Fazenda, DOTAÇÃO 40.

A prestação de contas referente ao custo do serviço, bem como do número de passageiros pagantes equivalentes e a quilometragem realizada, terá frequência mensal sendo realizada nos primeiros 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente devendo ser ratificada pelo Município através da Diretoria de Contabilidade para viabilizar a concessão do subsídio.

A composição do custo quilométrico segue a metodologia estabelecida no edital e respectivo contrato de concessão, sendo que o número de passageiros transportados será obtido junto ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

O subsídio se dará mediante compensação financeira dos impactos decorrentes do custo real da tarifa, suficiente para cobrir o custo real do serviço e remunerar o investimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os serviços essenciais prestados no Município de Lages, são embasados no Art. 175 da Constituição Federal e art. 10 da Lei nº 7.783/89.

O presente Termo Aditivo fundamenta-se em conformidade com a lei municipal nº 4623 de 01 de dezembro de 2022 e pelas clausulas constantes do Contrato de Concessão nº 61/2016.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Contrato originário que não tenham sido modificados pelo presente Termo Aditivo e seus Aditivos anteriores ao Contrato de Concessão nº 61/2016.

E, por assim estarem em mútuo acordo, os representantes do CONCEDENTE e do CONCESSIONÁRIO firmam este Termo Aditivo, lavrado em 03 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo nominados e assinadas.

Lages, 20 de junho de 2024.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 21.401, de 25 de junho de 2024.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES,** no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 4726 de 18 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.418.287,02 (três milhões, quatrocentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e sete reais e dois centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade:	**Fundo Municipal de Saúde de Lages**
Ação	2.424 – BLAT FNS Bloco Atenção Básica (Demais Ações)
Modalidade/Valor	(15) 3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Fonte: 1.600.0000.2000.0000 – APS Atenção Primária em Saúde **R$ 45.000,00**
Entidade:	**Fundo Municipal de Saúde de Lages**
Ação	2.404 – BLAT FNS Atenção Primária em Saúde
Modalidade/Valor	(14) 4.4.90.00 – Investimentos – Aplicações Diretas Fonte: 1.600.0000.2000.0000 – APS Atenção Primária em Saúde **R$ 15.000,00**
Entidade:	**Fundo Municipal de Saúde de Lages**
Ação	2.440 – Município – Ações de Atenção Básica a Saúde
Modalidade/Valor	(6) 3.1.91.00 – Despesas de Pessoal e Encargos Fonte: 1.621.0000.0509.3200 - PAB SES/SC - BB 45.620-9 (R-45620) **R$ 510.000,00**
Entidade:	**Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação	2.603 – FNAS – Proteção Social Média Complexidade
Modalidade/Valor	(20) 4.4.90.00 – Investimento – Aplicações Diretas Fonte: 1.660.2024.0010.0000 - SIGTV GND4 - VEICULO CONF. VICENTINA (82.919-6) **R$ 195.975,00**
Entidade:	**Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação	2.603 – FNAS – Proteção Social Média Complexidade
Modalidade/Valor	(20) 4.4.90.00 – Investimento – Aplicações Diretas Fonte: 1.660.2024.0012.0000 - SIGTV GND4 - EQUIP. ACOLHIMENTO POP (82.921-8) **R$ 130.000,00**

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.603 – FNAS – Proteção Social Média Complexidade
Modalidade/Valor (18) 4.4.90.00 – Investimento – Aplicações Diretas
Fonte: 1.660.2024.0009 - SIGTV GND4 - VEICULO CDI (82.922-6)
R$ 195.975,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.603 – FNAS – Proteção Social Média Complexidade
Modalidade/Valor (20) 4.4.90.00 – Investimento – Aplicações Diretas
Fonte: 1.660.2024.0008.0000 – SIGTV GND4 - VEICULO CASA DA MULHER (82.918-8)
R$ 195.975,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.603 – FNAS – Proteção Social Média Complexidade
Modalidade/Valor (18) 4.4.90.00 – Investimento – Aplicações Diretas
Fonte: 1.660.2024.0011.0000 – SIGTV GND4 - EQUIP. CENTRO POP (82.920-x)
R$ 69.572,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.602 – FNAS – Proteção Social Básica
Modalidade/Valor (15) 4.4.90.00 – Investimento – Aplicações Diretas
Fonte: 1.660.2024.0007.0000 - SIGTV GND4 - VEICULO IRMANDADE NS GRACAS (82.812-2)
R$ 195.975,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.608 – Município – Serviços de Proteção Social
Modalidade/Valor (3) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos
Fonte: 1.660.2024.0013.0000 - SIGTV GND3 SASEADLA CUSTEIO (82.675-8)
R$ 100.000,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.608 – Município – Serviços de Proteção Social
Modalidade/Valor (3) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos
Fonte: 1.660.2024.0006.0000 - SIGTV GND3 CONF. VICENTINA CUSTEIO (82.675-8)
R$ 200.000,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.608 – Município – Serviços de Proteção Social
Modalidade/Valor (3) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos
Fonte: 1.660.2024.0005.0000 - SIGTV GND3 ASDEF CUSTEIO (82.674-X)
R$ 55.792,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.608 – Município – Serviços de Proteção Social
Modalidade/Valor (3) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos

Fonte: 1.660.2024.0004.0000 - SIGTV GND3 IRMANDADE NS GRACAS CUSTEIO (82.673-1)
R$ 100.000,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.608 – Município – Serviços de Proteção Social
Modalidade/Valor (3) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos
Fonte: 1.660.2024.0003.0000 - SIGTV GND3 LAR MENINO DEUS CUSTEIO (82.672-3)
R$ 150.000,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.608 – Município – Serviços de Proteção Social
Modalidade/Valor (3) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos
Fonte: 1.660.2024.0002.0000 - SIGTV GND3 APAS CUSTEIO (82.671-5)
R$ 130.000,00

Entidade: **Fundo Municipal de Assistência Social de Lages**
Ação 2.608 – Município – Serviços de Proteção Social
Modalidade/Valor (3) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos
Fonte: 1.660.2024.0001.0000 - SIGTV GND3 ADEVIPS CUSTEIO (82.567-0)
R$ 50.000,00

Entidade: **Fundo Municipal de Saúde de Lages**
Ação 2.406 – BLMAC FNS- MAC Teto Contratualização Média e Alta
Modalidade/Valor (17) 3.3.50.00 – Transferência Instituição Privada S/Fins Lucrativos
Fonte: 1.605.2023.0000.0000 - Piso Enfermagem (624.045-6)
R$ 498.942,80

Entidade: **Prefeitura do Município de Lages**
Ação 1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana
Modalidade/Valor (67) 4.4.90.00 – Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte: 1.754.0000.0006.0040 - Op. Créd. Infra/ Pav - Rua Flamengo (FINISA 3)
R$ 146.170,12

Entidade: **Prefeitura do Município de Lages**
Ação 1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana
Modalidade/Valor (67) 4.4.90.00 – Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte: 1.754.0000.0006.0050 - Op. Créd. Infra/ Revitalização - Rua Gonçalves Antunes (FINISA 3)
R$ 37.267,18

Entidade: **Prefeitura do Município de Lages**
Ação 1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana
Modalidade/Valor (67) 4.4.90.00 – Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte: 1.754.0000.0006.0013 - Op. Créd. Infra/ Pav – Rua Ylton Machado (FINISA 3)
R$ 165.091,83

Entidade:	**Prefeitura do Município de Lages**
Ação	2.253 – Salário Educação – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Modalidade/Valor	(67) 4.4.90.00 – Investimentos - Aplicações Diretas Fonte: 2.550.0000.0058.0000 -Superávit Financeiro - Salario Educação **R$ 50.000,00**
	Prefeitura do Município de Lages

Entidade:	
Ação	1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana
Modalidade/Valor	(67) 4.4.90.00 – Investimentos - Aplicações Diretas Fonte: 1.754.0000.0006.0030 - Op. Créd. Infra/ Pav- Rua Maria Arlene da Luz trecho II (FINISA 3) **R$ 162.296,60**

Entidade:	**Prefeitura do Município de Lages**
Ação	1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana
Modalidade/Valor	(67) 4.4.90.00 – Investimentos - Aplicações Diretas Fonte: 1.754.0000.0006.0038 - Op. Créd. Infra/ Pav - Rua Porto Alegre trecho II (FINISA 3) **R$ 19.254,49**

Art. 2º. As fontes de recursos para abertura do crédito de que trata o artigo 1º são provenientes de:

I – Excesso de Arrecadação

Fonte: 1.600.0000.2000.0000 – APS Atenção Primária em Saúde
R$ 15.000,00

Fonte: 1.600.0000.2000.0000 – APS Atenção Primária em Saúde
R$ 45.000,00

Fonte: 1.621.0000.0509.3200 - PAB SES/SC - BB 45.620-9 (R-45620)
R$ 510.000,00

Fonte: 1.754.0000.0006.0038 - Op. Créd. Infra/ Pav - Rua Porto Alegre trecho II (FINISA 3)
R$ 19.254,49

Fonte: 1.754.0000.0006.0030 - Op. Créd. Infra/ Pav- Rua Maria Arlene da Luz trecho II (FINISA 3)
R$ 162.296,60

Fonte: 1.660.2024.0006.0000 - SIGTV GND3 CONF. VICENTINA CUSTEIO (82.675-8)
R$ 200.000,00

Fonte: 1.660.2024.0005.0000 - SIGTV GND3 ASDEF CUSTEIO (82.674-X)
R$ 55.792,00

Fonte: 1.660.2024.0004.0000 - SIGTV GND3 IRMANDADE NS GRACAS C USTEIO (82.673-1)
R$ 100.000,00

Fonte: 1.660.2024.0003.0000 - SIGTV GND3 LAR MENINO DEUS CUSTEIO (82.672-3)
R$ 150.000,00

Fonte: 1.660.2024.0002.0000 - SIGTV GND3 APAS CUSTEIO (82.671-5)
R$ 130.000,00

Fonte: 1.660.2024.0001.0000 -SIGTV GND3 ADEVIPS CUSTEIO (82.567-0)
R$ 50.000,00

Fonte: 1.660.2024.0007.0000 - SIGTV GND4 - VEICULO IRMANDADE NS GRACAS (82.812-2)
R$ 195.975.00

Fonte: 1.660.2024.0013.0000 - SIGTV GND3 SASEADLA CUSTEIO (82.675-8)
R$ 100.000,00

Fonte: 1.660.2024.0011.0000 – SIGTV GND4 - EQUIP. CENTRO POP (82.920-x)
R$ 69.572,00

Fonte: 1.660.2024.0008.0000 – SIGTV GND4 - VEICULO CASA DA MULHER (82.918-8)
R$ 195.975.00

Fonte: 1.660.2024.0009 - SIGTV GND4 - VEICULO CDI (82.922-6)
R$ 195.975,00

Fonte: 1.660.2024.0012.0000 - SIGTV GND4 - EQUIP. ACOLHIMENTO P OP (82.921-8)
R$ 130.000,00

Fonte: 1.660.2024.0010.0000 - SIGTV GND4 - VEICULO CONF. VICENTINA (82.919-6)
R$ 195.975,00

Fonte: 1.605.2023.0000.0000 - Piso Enfermagem (624.045-6)
R$ 498.942,80

Fonte: 1.754.0000.0006.0013 - Op. Créd. Infra/ Pav – Rua Ylton Machado (FINISA 3)
R$ 165.091,83

Fonte: 1.754.0000.0006.0050 - Op. Créd. Infra/ Revitalização - Rua Gonçalves Antunes (FINISA 3)
R$ 37.267,18

Fonte: 1.754.0000.0006.0040 - Op. Créd. Infra/ Pav Rua Flamengo (FINISA 3)
R$ 146.170,12

II – Superávit Financeiro

Fonte: 2.550.0000.0058.0000 -Superávit Financeiro - Salario Educação
R$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 25 de junho de 2024; *258º ano da Fundação e 164º da Emancipação.*

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO Nº 21378/2024

Publicação Nº 6132451

Republicação do Decreto 21.378/2024, desconsiderando a publicação ocorrida na edição nº 4565, de 21 de junho de 2024, conforme segue:

DECRETO Nº 21.378, de 14 de junho de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 481 de 24.02.2017, com as alterações da Lei Complementar nº 639 de 22.12.2023, publicada em 29.12.2023,

RESOLVE:
Art. 1º. DESIGNAR Larissa Arruda Broering (CPF nº ***.875.089-**), para ocupar a Função de confiança, de Assessor de Corregedoria (DGA-2), da Auditoria-Geral do Município e Controladoria Interna, a partir de 17 de junho de 2024.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 14 de junho de 2024; 258o ano da Fundação e 164o da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO Nº 21402/2024

Publicação Nº 6132449

DECRETO Nº 21.402, de 25 de junho de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. DESLIGAR A PEDIDO Roselainy Lima Lopes (CPF nº ***.148.169-**), do cargo de Diretor de Benefícios (DGA-1), do Instituto de Previdência do Município de Lages - LagesPrevi, a partir de 24 de junho de 2024.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 25 de junho de 2024; 258o ano da Fundação e 164o da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

EXTRATO 4º ADT.CONTRATO 85/2020 PML KARIN DEKKER DL 13 2020 LOCAÇÃO AUDITORIA - PRAZO

Publicação Nº 6132577

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 4° TERMO ADT AO CONTRATO N.º 85/2020 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pela Auditora Geral do Município a Sra. Michele Carolina Bassin, doravante denominado LOCATÁRIO, de outro lado a Sr.ª. KARIN DEKKER CAON LOEFF, que assina ao final, de ora em diante denominado LOCADOR, resolvem celebrar este 4º Aditivo ao Contrato, correlato ao processo administrativo n° 71/2020, decorrente da Dispensa de Licitação nº 13/2020, conforme parecer jurídico n° 516/2024, homologação em 16/06/2020, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Locação de 5 (cinco) salas comerciais com as seguintes medidas: sala 70 com 45,50m²; sala 71 com 29,25m²; sala 72 com 32,50m²; sala 73 com 29,25m² e sala 74 com 32,50m², situadas à Rua Benjamin Constant, 28 - 7° andar - Centro Executivo Cepar, Bairro Centro, Lages/SC CEP 88.354-470 – para o uso da Auditoria Geral do Município e Controle Interno.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)
[...];
2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses;
2.4 Do Contrato: fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, a contar, de 17/06/2024 até 17/06/2025, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 17 de junho de 2024.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 5°.ADT.CONTRATO 541/2021_PML. BALMAR - TP 14 2021 - PML - CANCHA BOCHA UNIVERSITARIO - SPO - PRAZO

Publicação Nº 6131229

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 069C086B61C0F4B535B55E1BDD7992FF3186211A
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 5° TERMO ADT AO CONTRATO N.º 541/2022 - PML

O Município de Lages/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Secretário Sr. João Alberto Duarte, portador do CPF nº ***.815.909-**, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, neste ato representada pelo Sr. Adalberto José Marin, de agora em diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 175/2021, Tomada de Preços nº 14/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Parecer Referencial 003/2022 da Procuradoria Geral do Município, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 541/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1. O objeto do presente instrumento é:
1.1.1. PRORROGAR o prazo da vigência do Contrato nº 541/2021, por mais 08 (oito) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 09/06/2024 a 09/02/2025, nos termos do art. 57, §1º, da Lei n.º 8.666, de 1993.
1.1.2. PRORROGAR o prazo de execução do objeto contratual, com fundamento no artigo 57, §1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, por mais 10 (dez) meses, com início em 11/04/2024, encerrando-se em 11/11/2024 e seguindo o cronograma, anexo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
100% Próprios, provisionados na conta: 09.001.1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana, Código de Despesa nº 67 e Elemento de Despesa nº 44900000.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTAÇÃO ANEXA
3.1. Integram este Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos técnicos: cronograma físico-financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente assinados pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem.

Lages, 7 de junho de 2024.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 6º ADT CONTRATO 199 2022_PML. BRANGER - TP 06 - 2022 - PML - RUA EDMUNDO DE CASTRO ARRUDA - SO - ACRESC. E SUPRES

Publicação Nº 6131196

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 377A49FFF3A8B241C4E3D952EFD0DC2C69F64AFC

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 6° TERMO ADT AO CONTRATO N.º 199/2022 - PML

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE OBRAS, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, neste ato representada pelo Sr. Dieferson Branger, portador do CPF nº ***.974.499-**, de agora em diante denominada CONTRATADA, em observância às disposições da Lei nº 8.666/93, celebram o presente ADITIVO ao CONTRATO nº 199/2022 decorrente do Edital de Tomada de Preços nº 06/2022, Processo Licitatório nº 39/2022, conforme cláusulas e condições expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do Contrato nº 199/2022, correspondente ao percentual de 3,04% (três inteiros e quatro centésimos por cento) para o acréscimo e ao percentual de -0,55% (menos cinquenta e cinco centésimos por cento) para a supressão, conforme dispõe o art. 65, I, "b", §1º, da Lei nº 8.666/93, totalizando um acréscimo de R$ 94.028,37 (Noventa e quatro mil e vinte e oito reais e trinta e sete centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO
Em decorrência da alteração mencionada na Cláusula Primeira deste Termo, fica estabelecido o novo valor do Contrato em R$ 3.331.508,08 (três milhões, trezentos e trinta e um mil, quinhentos e oito reais e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão atendidas por conta da seguinte dotação orçamentária:
Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA - provisionados na conta: 09.001.1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana, Código de Despesa nº 67.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO
O presente Termo Aditivo será publicado por extrato em Diário Oficial, na forma da Lei, às expensas do Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do Contrato original, desde que não conflitem com o disposto neste instrumento. E, por estarem justas e contratadas, assinam digitalmente o presente Instrumento, para que surta os seus efeitos legais.

Lages, 10 de junho de 2024.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 07/2024 - SCHAPPO CLIMATIZAÇÃO - PE 24.2024 - SERVIÇOS PARA AR CONDICIONADO - SMS

Publicação Nº 6131253

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1029552FFC61ED150226EFE01908B8A8E5817EF9

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 7/2024 - SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) SCHAPPO CLIMATIZAÇÃO LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 36.938.034/0001-79, sediado(a) na Rua Leopoldina Brasil, n° 890, Ribanceira Sul, São João Batista/SC. Telefone: (49)99159-5830, E-mail: schappoclimatizacao@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Lucas Cerino Schappo, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2024, processo administrativo n.º 13/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de preços para contratação de serviços continuados de, Instalação, Desinstalação, Manutenção preventiva e corretiva de Condicionadores de Ar, bem como elaboração de PMOC – Plano de Manutenção e Controle dos condicionadores de ar existentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Lages conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 23/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 614.747,07 (Seiscentos e catorze mil e setecentos e quarenta e sete reais e sete centavos).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 08/2024 - ATLANTICO BC - PE 37.2024 - AQUISICAO MATERIAIS LABORATORIAIS - SMS

Publicação Nº 6131293

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9943251E5A1D1C2B50E2E2F1444D92DC434CB5D

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 8/2024 – SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 35.626.812/0001-21, sediado(a) na Av. Central, n° 784, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-670. Telefone: (47)3056-5712, E-mail: atlântico.bc@hotmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Gislaine Medianeira Rizzi Dalla Portas, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 37/2024, processo administrativo n.º 16/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais e Equipamento para atender a demanda do Laboratório Municipal de Lages conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 37/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 3.073,00 (Três mil e setenta e três reais).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 09/2024 - TDA MATERIAIS - PE 37.2024 - AQUISICAO MATERIAIS LABORATORIAIS - SMS

Publicação Nº 6131304

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9943251E5A1D1C2B50E2E2F1444D92DC434CB5D

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 9/2024 – SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) TDA MATERIAIS E INSUMOS PARA LABORATORIO LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.492.680/0001-76, sediado(a) na Rua Masaji Takegawa, n° 79, Jardim das Flores, Suzano/SP, CEP 08.664-760. Telefone: (11)97297-0996, E-mail: tda-glass@outlook.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Tatiane Barbosa Alves, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 37/2024, processo administrativo n.º 16/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais e Equipamento para atender a demanda do Laboratório Municipal de Lages conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 37/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 16.006,70 (Dezesseis mil e seis reais e setenta centavos).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 10/2024 - GERAES DIAGNOSTICA - PE 37.2024 - AQUISICAO MATERIAIS LABORATORIAIS - SMS

Publicação Nº 6131309

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9943251E5A1D1C2B50E2E2F1444D92DC434CB5D
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 10/2024 – SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) GERAES DIAGNOSTICA LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.430.441/0001-75, sediado(a) na Rua Alexandre Siqueira, n° 89, Caiçaras, Belo Horizonte/MG, CEP 88501-900. Telefone: (31)3273-1972, E-mail: licitacao@geraesdiagnostica.com.br, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Rebeca Braga Batista, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 37/2024, processo administrativo n.º 16/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais e Equipamento para atender a demanda do Laboratório Municipal de Lages conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 37/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 16.250,00 (Dezesseis mil e duzentos e cinquenta reais).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 11/2024 - DIAG SOLUTION - PE 37.2024 - AQUISICAO MATERIAIS LABORATORIAIS - SMS

Publicação Nº 6131322

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9943251E5A1D1C2B50E2E2F1444D92DC434CB5D
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 11/2024 – SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) DIAG SOLUTION ARTIGOS MEDICOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.021.151/0001-05, sediado(a) na Rua Mauricio de Nassau, n° 252, Jardim Europa, Londrina/PR, CEP 86015-720. Telefone: (43)3024-5280/(43)99657-3314, E-mail: diagsolution@hotmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Leandro Francisco Trevizan, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 37/2024, processo administrativo n.º 16/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais e Equipamento para atender a demanda do Laboratório Municipal de Lages

conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 37/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 6.978,40 (Seis mil e novecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12/2024 - JET COMERCIO - PE 33.2024 - MATERIAIS DE PAPELARIA - SMS

Publicação Nº 6131782

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ABE57D95E92F8A0E0D6126008DDD5B9BCFED20CB

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 12/2024 – SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) JET COMERCIO SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.560.136/0001-82, sediado(a) na Rua Papa João Paulo I, n° 428, Fundos, Biguaçu/SC. Telefone: (48)99678-3552, E-mail: jetsolucoesintegradas@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Edilson Edilton da Silva, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2024, processo administrativo n.º 14/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Oficinas Terapêuticas à atender as necessidades do Centro de Atenção Psicossociais da Secretaria Municipal da Saúde conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 33/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 496,26 (Quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 12 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13 2024 - EDUARDO GUERRA - PE 34.2024 - MATERIAIS PARA OFICINAS TERAPEUTICAS - SMS

Publicação Nº 6132443

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EE9FE3FC4CA388FE1FB84AA97A6714DF6088FB8A

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 13/2024 – SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) EDUARDO GUERRA DO CARMO EPP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 23.647.237/0001-64, sediado(a) na Rua Salgueiro, n° 192, Parque Verde, CEP 85.807-750 Cascavel/PR. Telefone: (18)99781-7614, E-mail: eduguerracarmo@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Eduardo Guerra do Carmo, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 34/2024, processo administrativo n.º 15/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para Aquisição de materiais de Armarinho para Oficinas Terapêuticas à atender as necessidades dos Centros de Atenção Psicossociais da Secretaria Municipal da Saúde conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 34/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 49.618,05 (Quarenta e nove mil e seiscentos e dezoito reais e cinco centavos).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 14 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 14/2024 - ML COMERCIO - PE 34.2024 - MATERIAIS PARA OFICINAS TERAPEUTICAS - SMS

Publicação Nº 6132491

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EE9FE3FC4CA388FE1FB84AA97A6714DF6088FB8A

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 14/2024 – SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°144 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-77, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) M.L. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 44.651.148/0001-61, sediado(a) na Rua Quinze de Novembro, n° 50, Centro, CEP 98.640-000 Crissiumal/RS. Telefone: (55)99919-1005, E-mail: empenhosml@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Carlos Ailton Krutzmann, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 34/2024, processo administrativo n.º 15/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para Aquisição de materiais de Armarinho para Oficinas Terapêuticas à atender as necessidades dos Centros de Atenção Psicossociais da Secretaria Municipal da Saúde conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 34/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 18.195,87 (Dezoito mil e cento e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 14 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 59/2024 - ALFABRINK COMERCIAL - PE 40.2024 - CAMAS EMPILHAVEIS - SMEL

Publicação Nº 6131177

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 74A32A578162153154C1168879ADD9A9D0CBC9BF

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 59/2024 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, n°13 - Centro, Lages - SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 82.777.301/0001-90, neste ato representado(a) pelo(a) Ivana Elena Michaltchuck, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ALFABRINK COMERCIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 45.622.530/0001-00, sediado(a) na Prolongamento da Av. Rui Barbosa, nº 567, São Carlos, Dracena/SP CEP 17.900-600. Telefone: (18)99620-8285, E-mail: alfabrinkcomercial@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por , conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 40/2024, processo administrativo n.º 72/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de

2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de preços para aquisição de camas empilháveis para a Secretaria Municipal da Educação de Lages conforme Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 284.000,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil reais).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 10 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 60/2024 - JULIO CESAR - PE 22.2024 - GENEROS ALIMENTICIOS - POL MULHER

Publicação Nº 6131275

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 226BA400D3430F1D562730FC24F8C2780DCE12C1

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 60/2024 – POL MULHER

O MUNICÍPIO DE LAGES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS PARA A MULHER, com sede no(a) Rua Santa Cruz, nº155 - Centro, Lages - SC, 88.501-030, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 82.777.301/0001-90, neste ato representado(a) pelo(a) Marli Barrentin Nacif, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) JULIO CESAR RODRIGUES DELFES, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 82.894.718/0001-33, sediado(a) na Rua Mario Ribeiro Ramos, nº 242, São Cristóvão, Lages/SC CEP 88.509-340. Telefone: (49)3225-2205, E-mail: juliodelfes@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por , conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 22/2024, processo administrativo n.º 70/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 20.682, de 01 de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços destinado à aquisição de Gêneros Alimentícios Não Perecíveis para consumo na Casa de Apoio a Mulher Vítima de Violência, vinculada à Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher conforme Termo de Referência, anexo IV do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são de 18.134,60 (Dezoito mil e cento e trinta e quatro reais e sessenta cenatvos).

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 61/2024 - DISTRIBUIR ALIMENTOS - PE 69 2023 - CARNES E HORTIFRUTI - SMEL

Publicação Nº 6132529

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 235ABF1D814F39635B556EAFD1CC309F3DBF7C9C

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ARP N.º 61/2024 – PML

Aos 17 dias do mês de junho do ano de 2024, O MUNICÍPIO DE LAGES – PREFEITURA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão Eletrônico 69/2023, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7.014/03, pelo Decreto 10.024/19, pela Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores e por este Edital e seu(s) anexo(s), com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)
2.1 De Início da Ata: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;
2.2 De Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 De Entrega/Local: conforme cronograma; Nas Unidades Escolares e Armazém da Alimentação Escolar da Secretaria de Educação – Av. Belisário Ramos, CEP 88509-100, Bairro São Cristóvão, Lages/SC;
2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será a contar da data da sua assinatura até 15/09/2024;
2.5 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)
3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 69/2023. O valor a ser registrado é de R$ 717.080,00 (setecentos e dezessete mil e oitenta reais).

Lages, 17 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 286/2024_PML. SANINFRA ENGENHARIA - CE 16.2024 - REVITALIZACAO MAL OLIMPIO DA CUNHA - SO

Publicação Nº 6131671

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CANCELAMENTO A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N.º 286/2024

O Município de Lages, por intermédio do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, com sede no(a) Rua Roraima, n° 74, – São Cristóvão, Lages/SC, 88.509-175, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 82.777.301/0001-90, neste ato representado(a) pelo(a) João Alberto Duarte, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) SANINFRA ENGENHARIA LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 44.833.146/0001-93, sediado(a) na Av. João Francisco Pio, n° 13, Centro, Itapema/SC. Telefone: (51)98522-5792/(51)99831-0680, E-mail: contato@mlbidding.com.br, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Alexandre Batista Ferreira, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 38/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 20.682/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concorrência Eletrônica nº 16/2024., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1. Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de terraplanagem, drenagem e obras correntes, pavimentação em asfalto, urbanísticos e sinalização para a revitalização da Mal. Olímpio da Cunha – Bairro Várzea, no Município de Lages-SC, conforme Planilha Orçamentária, Planilha Quantitativa, Memorial Descritivo e Projetos anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. Nos termos do item 5 do Termo de Referência.
2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO
3.1. O valor total da contratação é de R$ 555.000,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil reais).

Lages, 27 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 04/2024.SEMASA.C.T.A.DL 03 2024 -EMERGENCIAL RESIDUOS SOLIDOS

Publicação Nº 6131373

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3519EFE1014EB67F16D91BB6E06E6BF2A18CEB20
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 4/2024 - SEMASA

O Município de Lages, por intermédio do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC, neste ato representado(a) pela Diretora Presidente a Sra. Taíse Petkowicz Paeze, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) C.T.A. EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob n. 08.366.615/0001-48, sediada a Rua da Alfazema, n. 761, Iguatemi Business e Flat, salas 801/810. Caminho das Árvores – Salvador – Bahia - CEP 41.820-710. Fone: (71) 3015-2275. E-mail: licitacao@ctaempreendimentos.com.br, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Helder de Oliveira Alves, portador do CPF n. 045.XXX.837-24, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 13/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 20.682/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em conformidade com parecer da Procuradoria do Município de Lages/SC n.º 485/2024 e Parecer da Auditoria- Geral do Município e Controladoria Interna nº 0270/2024, decorrente da Dispensa de Licitação nº 03/2024, fundamentada no art. 75, VIII, da Lei n.º 14.133/21, homologada em 12/06/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1. Contratação de empresa especializada na coleta manual e mecanizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares até o aterro do município de Lages.

1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2. O prazo de vigência da contratação será de até 1 (um) ano, a contar da assinatura do Contrato, poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, com advento do termino da emergencialidade, ou com a homologação e efetiva contratação de empresa, decorrente de processo licitatório, sem que caiba à CONTRATANTE indenização de qualquer espécie.

1. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO
3. O valor total da Dispensa é de R$ 10.274.040,00 (dez milhões, duzentos e setenta e quatro mil e quarenta reais);

Lages, 12 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 199/2024_PML. SCHAPPO CLIMATIZACAO - PE 24.2024 - SERVIÇOS PARA AR CONDICIONADO - SMS

Publicação Nº 6131239

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1029552FFC61ED150226EFE01908B8A8E5817EF9
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 199/2024 - SMS

O Município de Lages, por intermédio do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, nº 144, – Centro, Lages/SC, 88.505-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.840.546/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Odila Waldrich, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) SCHAPPO CLIMATIZAÇÃO LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 36.938.034/0001-79, sediado(a) na Rua Leopoldina Brasil, nº 890, Ribanceira Sul, São João Batista/SC. Telefone: (49)99159-5830, E-mail: schappoclimatizacao@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Lucas Cerino Schappo, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 13/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 20.682/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 24/2024., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1. Contratação de serviços continuados de, Instalação, Desinstalação, Manutenção preventiva e corretiva de Condicionadores de Ar, bem como elaboração de PMOC – Plano de Manutenção e Controle dos condicionadores de ar existentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO
3.1. O valor total da contratação é de R$ 614.747,07 (Seiscentos e catorze mil e setecentos e quarenta e sete reais e sete centavos).

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 308/2024_PML. AAPSEE - PE 58.2024 - PML - ARBITRAGEM JOCOL - FME

Publicação Nº 6131822

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 74FD7BFC949022B943B7F1B9805A14AC1138BEBA
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 308/2024 - FME

O Município de Lages, por intermédio do(a) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, nº 13, – Centro, Lages/SC, 88.501-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 82.777.301/0001-90, neste ato representado(a) pelo(a) Superintendente Sr. Jehan Carlos de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DO PLANALTO SERRANO E EVENTOS ESPORTIVOS - AAPSEE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.415.464/0001-85, sediado(a) na Rua Humberto de Campos, nº 1135, Sagrado Coração de Jesus, Lages/SC, CEP 88.508-190. Telefone: (49) 98403-0499, E-mail: lalisavedra@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Luiz Ozamir Coelho, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 98/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 20.682/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 58/2024., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
0.1. Contratação de empresa especializada para serviços de arbitragem no JOCOL - Jogos Comunitários de Lages 2024.

1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.1. O prazo de vigência da contratação é de sua vigência será de até 12 meses a contar da assinatura do contrato.

2. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO
2.1. O valor total da contratação é de R$ 447.775,00 (Quatrocentos e quarenta e sete mil e setecentos e setenta e cinco reais).

Lages, 17 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 310/2024_PML. AMANÁ - REGINA EMIKO - IL 16.2024 - PML - PALESTRANTE CONGRESSO- SMEL

Publicação Nº 6133407

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 83C66C87E768738E423163AE81E3E21802FDA137

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 310/2024 - PML

O Município de Lages, por intermédio do(a) O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Sra. Ivana Elena Michaltchuck, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) AMANÁ EDUCACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.333.310/0001-60, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº 1155, Centro, Curitiba/PR, Fone: (41) 99910-6507, e-mail amandaeducacional@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Regina Emiko Shudo, portadora do CPF nº 959.XXX.949-68, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 135/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 20.682/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em conformidade com parecer jurídico n.º 494/2024, decorrente do Inexigibilidade de Licitação nº 16/2024, fundamentada no art. 74, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, homologada em 18/06/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1. Contratação de palestrante para o XVIII Congresso da Educação de Lages/SC, sendo transmitida on-line, no dia 25/07/2024, pelo canal do Youtube da Secretaria da Educação, com duração aproximada de 120 (cento e vinte) minutos.

1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
1.1. O prazo de vigência da contratação será de até 30 (trinta) dias, a contar do dia 25/07/2024, até 25/08/2024.

1. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO
2. O valor total da Dispensa de Licitação é de R$ 2.000,00 (dois mil reais);

Lages, 18 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 313/2024_PML. MARISTELA - IL 17.2024 - PML - PALESTRANTE CONGRESSO- SMEL

Publicação Nº 6133435

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F700443F7846B6709ED0453B8CCA2DCD17E61087

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 313/2024 - PML

O Município de Lages, por intermédio do(a) O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Sra. Ivana Elena Michaltchuck, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) MARISTELA CAMPOS, inscrita2 no CPF sob nº 736.XXX.619-34, estabelecida na Rua Nova Veneza, nº 588, Jardim Aquarius, Palhoça/SC, CEP 88133-050, Fone: (48) 99813-8262, e-mail afuameodara@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 137/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 20.682/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em conformidade com parecer jurídico n.º 499/2024, decorrente do Inexigibilidade de Licitação nº 17/2024, fundamentada no art. 74, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, homologada em 18/06/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1. Contratação de Palestrante para o XVIII Congresso da Educação de Lages/SC, que será realizada no dia 26/07/2024, com duração aproximada de 60 (sessenta) minutos, transmitida on-line pelo canal do Youtube da Secretaria Municipal da Educação.

1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
1.1. O prazo de vigência da contratação será de até 30 (trinta) dias, a contar do dia 26/07/2024, até 26/08/2024.

1. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO
2. O valor total da Dispensa de Licitação é de R$ 2.000,00 (dois mil reais);

Lages, 18 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 322/2024_PML. JANE HADDAD - IL 18.2024 - PML - PALESTRANTE CONGRESSO- SMEL

Publicação Nº 6133441

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D2333CB36E525B7C47C0BD139D103D97E2C3E6C2

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 322/2024 - PML

O Município de Lages, por intermédio do(a) O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Sra. Ivana Elena Michaltchuck, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) JANE PATRICIA HADDAD, inscrita no CNPJ sob nº 32.061.252/0001.17, estabelecida na Professor Estevão Pinto, nº 680 apto 702A , Serra, Belo Horizonte/MG, Fone: (31) 98417-6095, e-mail janepatinha@gmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Jane Patricia Haddad, portadora do CPF nº 022.XXX.598-97, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 129/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n° 20.682/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em conformidade com parecer jurídico n.º 460/2024, decorrente do Inexigibilidade de Licitação nº 18/2024, fundamentada no art. 74, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, homologada em 19/06/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1. Contratação de palestrante para o XVIII Congresso da Educação de Lages/SC, sendo transmitida on-line, no dia 26/07/2024, pelo canal do Youtube da Secretaria da Educação, com duração aproximada de 60 (sessenta) minutos;

1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
1.1. O prazo de vigência da contratação será de até 30 (trinta) dias, a contar do dia 26/07/2024, até 26/08/2024.
1.2.
1. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO
2. O valor total da Dispensa de Licitação é de R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

Lages, 19 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO 1/2024 - 2 VEICULOS GOL - BOMBEIROS SC - 5BBM

Publicação Nº 6131360

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 1/2024 - CBMSC

O MUNICÍPIO DE LAGES situado na Rua Benjamin Constant, nº 13, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Exmo Sr. Antonio Ceron e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC, situado na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 1521 - Ático - Torre A, Capoeiras – Florianópolis, inscrito no CNPJ sob nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu COMANDANTE-GERAL CORONEL BM FABIANO BASTOS DAS NEVES, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, correlato ao processo administrativo 134/2024, com parecer jurídico 400/2024 e, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
0.1. O CEDENTE fornecerá ao CESSIONÁRIO, a título gratuito, para utilização exclusivamente pelo Corpo de Bombeiros Militar, os seguintes bens móveis:
0.1.1. veículo marca Wolkswagen, modelo Novo Gol 1.0, City, tipo automóvel , cor predominante vermelho, combustível Flex, ano de fabricação 2013, ano de modelo 2014, chassi nº 9BWAA45U7ET135384, RENAVAM nº 588547166, placas MLS 4286;
0.1.2. veículo marca Wolkswagen, modelo Novo Gol 1.0, City, tipo automóvel , cor predominante vermelho, combustível Flex, ano de fabricação 2013, ano de modelo 2014, chassi nº 9BWAA45U9ET130102, RENAVAM nº 588545465, placas MLS 4246;
0.2. O(s) veículo(s) objeto do presente termo está(ão) equipados com todos os equipamentos obrigatórios;
0.3. O(s) veículo(s) objeto deste termo de cessão de uso foram adquiridos com recursos do Convênio nº 009/2016.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As eventuais despesas decorrentes da utilização do bem e das obrigações pactuadas, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da CONTA CONVÊNIO-PREFEITURA/CBMSC, em cumprimento ao Convênio nº 009/2016 entre o município e o CBMSC, ou outro convênio com o mesmo objeto que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA
10.1. O termo de cessão de uso terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da última publicação a que se referem os subitens 4.1.5 e 4.2.8 da Cláusula Quarta;
10.2. A cessão de uso poderá ser prorrogada mediante a lavratura de termos aditivos;
10.3. A prorrogação deverá ser precedida de solicitação do CESSIONÁRIO ao CEDENTE, na qual conste a justificativa para sua manutenção,

acompanhada do Plano de Trabalho para o novo período e da prévia concordância do CEDENTE para com a prorrogação.

Lages, 11 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO 2/2024 - FORD CARGO - BOMBEIROS SC - 5BBM

Publicação Nº 6131798

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 2/2024 - CBMSC

O MUNICÍPIO DE LAGES, situado na Rua Benjamin Constant, nº 13, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Exmo Sr. Antonio Ceron, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC, situado na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 1521 - Ático - Torre A, Capoeiras – Florianópolis, inscrito no CNPJ sob nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu COMANDANTE-GERAL CORONEL BM FABIANO BASTOS DAS NEVES, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, correlato ao processo administrativo 138/2024, com parecer jurídico 403/2024 e, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
0.1. O CEDENTE fornecerá ao CESSIONÁRIO, a título gratuito, para utilização exclusivamente pelo Corpo de Bombeiros Militar, os seguintes bens móveis:
0.1.1. (um) veículo marca Ford, modelo Cargo 2428 CN, cor predominante vermelho, combustível diesel, ano de fabricação 2011, ano de modelo 2012, chassi nº 9BFYEAYX4CBS90608, RENAVAM nº 550489614, placa MLE9A54;
0.2. O(s) veículo(s) objeto do presente termo está(ão) equipados com todos os equipamentos obrigatórios;
0.3. O(s) veículo(s) objeto deste termo de cessão de uso foram adquiridos com recursos do Convênio nº 009/2016.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As eventuais despesas decorrentes da utilização do bem e das obrigações pactuadas, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da CONTA CONVÊNIO-PREFEITURA/CBMSC, em cumprimento ao Convênio nº 009/2016. entre o município e o CBMSC, ou outro convênio com o mesmo objeto que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA
10.1. O termo de cessão de uso terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da última publicação a que se referem os subitens 4.1.5 e 4.2.8 da Cláusula Quarta;
10.2. A cessão de uso poderá ser prorrogada mediante a lavratura de termos aditivos;
10.3. A prorrogação deverá ser precedida de solicitação do CESSIONÁRIO ao CEDENTE, na qual conste a justificativa para sua manutenção, acompanhada do Plano de Trabalho para o novo período e da prévia concordância do CEDENTE para com a prorrogação.

Lages, 12 de junho de 2024.
Antônio Ceron
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1502/2024

Publicação Nº 6132441

PORTARIA Nº 1502/2024, de 24 de junho de 2024.

Declara Vacância do Cargo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e conforme requerimento nº 7723/2024,

RESOLVE:
Art. 1º. Declarar a vacância do cargo de Agente Administrativo, ocupado pela servidora Roselainy Lima Lopes, matrícula nº 18186/2, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 35, VI da Lei Complementar nº 293/2007.
Art. 2º. A servidora poderá retornar ao cargo previsto no artigo 1º dentro do prazo máximo de 03 (três) anos, a partir desta data.
Parágrafo único. Findo o prazo contido no caput, a servidora será exonerada de ofício, nos termos do artigo 36, III da Lei Complementar nº 293/2007.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 24 de junho de 2024.

Antonio Ceron
Prefeito

PORTARIA Nº 1506/2024

Publicação Nº 6131193

PORTARIA Nº 1506/2024, de 25 de junho de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, a servidora Clarice Cristina Dumke, CPF nº ***.182.709-**, ocupante do cargo de Ouvidor, a partir desta data.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 25 de junho de 2024.

Antonio Ceron
Prefeito

PORTARIA Nº 1511/2024

Publicação Nº 6132447

PORTARIA Nº 1511/2024, de 26 de junho de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, o servidor Marcus Vinicius Stradiotto Simas, CPF nº ***.494.314-**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir desta data.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 116 da Lei Orgânica do Município.

Lages, 26 de junho de 2024.

Antonio Ceron
Prefeito

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 02 2024 - RESULTADO PARCIAL - DEFERIDOS

Publicação Nº 6134529

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR FUNÇÃO: COD. 01 - BIOMÉDICO

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	JENIFFER ALVES	1/19/2001	2.0
2	LETICIA FRANCISCO	8/22/1993	1.0
3	FABIELI BOF	4/15/1998	1.0
4	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA VARONI	6/17/1998	1.0
5	KETLIN ARRUDA LOREGIAN	11/22/1999	1.0
6	ANA BEATRIZ PESSOA	9/12/2000	1.0
7	EDUARDA GARCIA MOTA	11/5/2001	1.0
8	NATHÁLIA CAMILO CORRÊA	3/3/2002	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
FUNÇÃO: COD. 03- DENTISTA PERIODONTISTA

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	FERNANDO SABATINI CAVAZZOLA	11/22/1978	5.0
2	VALERIA VALENTE RAMOS BRANDÃO	2/23/1993	5.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
FUNÇÃO: COD. 04- FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	MARIANA POROSKI BORGES	1/25/1989	3.0
2	RAFAELLA EDUARDA TOMAZ	9/1/1988	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
FUNÇÃO: COD. 06- MÉDICO ACUPUNTURISTA

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	ALESSANDRO RIBEIRO DO AMARANTE	11/25/1971	6.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
FUNÇÃO: COD. 17- MÉDICO PEDIATRA HEBIATRA

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	TÂNIA MARIA SBEGHEN DE OLIVEIRA	12/17/1959	6.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
FUNÇÃO: COD. 21- MÉDICO REUMATOLOGISTA

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	ANA CAROLINA VILHENA DE MELO	3/7/1986	3.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
FUNÇÃO: COD. 23- TERAPEUTA OCUPACIONAL EM PROGRAMAS DA SAÚDE

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	VALERIA DAS GRAÇAS MELO CARDOSO	7/13/1988	4.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 24- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 22 - US TRIBUTO

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	GRAZIELE DE JESUS MENDES	8/5/1994	9.0
2	SANDRA LOURDES DA SILVA	8/21/1973	2.0
3	GABRIELA CRISTINA MACHADO	9/21/2002	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 25- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 29 - US SÃO FRANCISCO

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	MARTA ATAIDE RIBEIRO	6/25/1979	4.0
2	GISELE SANTOS DE LIMA	4/2/1990	3.5
3	ANDREIA WALTRICK MUNIZ	10/28/1974	1.0
4	ANDRESSA FERREIRA WOSNIAKI	3/11/1997	1.0
5	LEONARDO RAMOS MOISES	4/28/2002	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 26 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 33 - US PETRÓPOLIS

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	JESSICA CRISTINA SCHMIDT COSTA	2/15/1991	2.0
2	SABRINA CARSTEN MEDEIROS	10/19/1994	1.5
3	CINTIA SPENGLER DE OLIVEIRA	8/23/1976	1.0
4	LILIANE DA SILVA MACEDO	10/22/1996	1.0
5	NATHALIA SCOS GOULART	7/10/1998	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 27 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 42 - US INTERIOR

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	TASSIA NAYARA STEFEN DA SILVA	12/9/1988	1.0
2	ANDRESSA MELO DE MORAES	9/19/2001	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 31- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 42 - US INTERIOR

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	FRANCIÉLE DO AMARAL MELO LISBOA	2/22/1983	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 35- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 43 - US INTERIOR

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	ELISEU JUNIOR MELO DE JESUS	4/26/2005	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 36 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 43 - US INTERIOR

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	EUNICE APARECIDA MELO NETO DOS SANTOS	1/3/1970	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO FUNÇÃO: COD. 37 - CUIDADOR - MASCULINO

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	JAIME ANDRADE LIMA	3/25/1969	6.0
2	JOSIEL FRANCELISIO DE LINS	2/13/1987	5.0
3	RICARDO ALEXANDER LIMA	5/20/1976	1.0

4	JOSÉ ERICK RAMOS	11/14/1987	1.0
5	PATRICK DOS SANTOS NASCIMENTO DE MORAES	7/11/2001	1.0

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 02 2024 - RESULTADO PARCIAL - FUNÇÃO SEM CLASSIFICADOS

Publicação Nº 6134531

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024
RESULTADO PARCIAL

RELAÇÃO DE FUNÇÕES SEM CANDIDATOS CLASSIFICADOS
NÍVEL SUPERIOR
Cargo: COD. 02 - DENTISTA ODONTOPEDIATRA
Cargo: COD. 20 - MÉDICO PSIQUIATRA
NÍVEL MÉDIO
Cargo: COD. 32 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 43 - US INTERIOR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 02 2024 - RESULTADO PARCIAL - FUNÇÃO SEM INSCRIÇÃO

Publicação Nº 6134532

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
RELAÇÃO DE FUNÇÕES SEM INSCRIÇÃO
NÍVEL SUPERIOR
FUNÇÃO: COD. 05- FONOAUDIÓLOGO
FUNÇÃO: COD. 07- MÉDICO ALERGISTA/IMUNOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 08- MÉDICO ANGIOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 09- MÉDICO CARDIOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 10- MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 11- MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 12- MÉDICO GINECOLOGISTA E/OU OBSTETRA
FUNÇÃO: COD. 13- MÉDICO MASTOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 14- MÉDICO NEUROLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 15- MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 16- MÉDICO PEDIATRA
FUNÇÃO: COD. 18- MÉDICO PNEUMOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 19- MÉDICO PROCTOLOGISTA
FUNÇÃO: COD. 22- MÉDICO UROLOGISTA
NÍVEL MÉDIO
FUNÇÃO: COD. 28- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 42 - US INTERIOR
FUNÇÃO: COD. 29- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 42 - US INTERIOR
FUNÇÃO: COD. 30- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 42 - US INTERIOR
FUNÇÃO: COD. 33- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 43 - US INTERIOR
FUNÇÃO: COD. 34- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 43 - US INTERIOR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 02 2024 - RESULTADO PARCIAL - INDEFERIDOS

Publicação Nº 6134530

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR Função: COD. 01- BIOMÉDICO

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
EDUARDA MACEDO ROTERS SOUZA	14.01.2002	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA i - Registro no Conselho da categoria profissional
ISADORA RIBEIRO MENDES OURIQUES	22.05.1997	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA i - Registro no Conselho da categoria profissional

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
Função: COD. 02 - DENTISTA ODONTOPEDIATRA

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
LETICIA APARECIDA SANTOS DA SILVA	03.08.1997	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA i e j - Registro no Conselho da categoria profissional da Especialidade e Certificado da Especialização em Odontopediatria

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
Função: COD. 03- DENTISTA PERIODONTISTA

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
MARIA LUÍZA DO VALE FERREIRA	24.09.1999	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA i , j e k - Registro no Conselho da categoria profissional da Especialidade, Certificado da Especialização em Periodontia e Carteira de Trabalho
SUELLEN RODRIGUES CASSÃO	30.07.1999	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA i e j - Registro no Conselho da categoria profissional da Especialidade e Certificado da Especialização em Periodontia

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL SUPERIOR
Função: COD. 20 - MÉDICO PSIQUIATRA

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
IVÂNIA ZULIAN FONTANA SUPPTITZ	24.09.1999	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA i - Registro no Conselho da categoria profissional da Especialidade

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
Função: COD. 25- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 29 - US SÃO FRANCISCO

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
AMANDA SOUSA DOS SANTOS	30.07.2002	INDEFERIDO - ANEXO II - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, bairros São Francisco e São Paulo
ISABEL ANTUNES RIBEIRO	16.04.1987	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA d - Currículo atualizado

JÉSSICA SANTOS ANTUNES	21.05.1995	INDEFERIDO - ANEXO II - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, bairros São Francisco e São Paulo
KEMILY CARDOSO MACEDO	07.10.2004	INDEFERIDO - ANEXO II - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, bairros São Francisco e São Paulo

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
Função: COD. 26- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 33 - US PETRÓPOLIS

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
ADRIANO DE SOUZA SILVA	02.07.1983	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA b, d e k - Carteira de Identidade, Currículo e Carteira de Trabalho
GABRIELE LUCHTENBERG MUNIZ	19.06.1998	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA a - Ficha de Inscrição
MICAELA SANTIAGO DA ROSA	11.05.2004	INDEFERIDO - ANEXO II - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, bairros Petrópolis, Ipiranga e Beatriz
MURILLO SILVEIRA DE PAULA	16.05.2001	INDEFERIDO - ANEXO II - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, bairros Petrópolis, Ipiranga e Beatriz
ROGER DE SOUZA BRAGA	18.03.1991	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA a - Ficha de Inscrição
VANESSA CARVALHO MACHADO AUBIN	10.01.1986	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA k - Carteira de Trabalho

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
Função: COD. 31- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 42 - US INTERIOR

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
GABRIELA SÁ MUNIZ	09.09.1988	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA b e k - Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho, ainda, ANEXO II - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, Interior - Santa Terezinha do Boqueirão e Salto Caveiras

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
Função: COD. 32- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 43 - US INTERIOR

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
AMABELLE BEIRÃO DO AMARAL	15.03.2001	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA k - Carteira de Trabalho, ainda, ANEXO II - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, Interior - Entrada do Campo, Lambedor e Macacos

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL MÉDIO
Função: COD. 35 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 43 - US INTERIOR

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
MARTA DOS SANTOS GONÇALVES	07.12.1984	INDEFERIDO - ANEXO ll - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, Interior - Pedras Brancas, Santa Catarina, Caetano Verza, Lageado e Campinas
NICOLE VARELA DOS SANTOS	17.08.2005	INDEFERIDO - ANEXO ll - Conforme requisitos da função, não reside na área de abrangência, Interior - Pedras Brancas, Santa Catarina, Caetano Verza, Lageado e Campinas

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº02/2024 RESULTADO PARCIAL
NÍVEL FUNDAMENTAL
Função: COD. 37 - CUIDADOR - MASCULINO

NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
JOSUÉ HEBEL PIRES	07.12.1984	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA d - Currículo Atualizado
LORI OLIVEIRA DA SILVA	04.12.1985	INDEFERIDO - ÍTEM 6, ALÍNEA b e k - Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho

ANULAÇÃO PE 192/2023 PML

Publicação Nº 6132258

MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Lages, 26 de junho de 2024

ANULAÇÃO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 192/2023 – PML

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE

O Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna público aos interessados a ANULAÇÃO do processo licitatório em comento, em razão de não ter sido disponibilizado na plataforma de pregão eletrônico em tempo hábil.

Publique-se,

Alexandre dos Santos Martins
Secretário de Administração e Fazenda

Laguna
PREFEITURA
REPUBLICAÇÃO REEO 6 BIM - 2023
Publicação Nº 6132465

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	164.167.926,89	164.167.926,89	44.896.483,69	27,35	193.891.901,43	118,11	-29.723.974,54
RECEITAS CORRENTES	162.047.926,89	162.047.926,89	43.896.295,06	27,09	191.139.712,70	117,95	-29.091.785,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	52.929.246,19	52.929.246,19	8.696.022,57	16,43	62.566.889,37	118,21	-9.637.643,18
Impostos	36.625.310,49	36.625.310,49	7.152.219,13	19,53	46.213.456,38	126,18	-9.588.145,89
Taxas	15.891.940,56	15.891.940,56	1.543.393,79	9,71	16.348.121,36	102,87	-456.180,80
Contribuição de Melhoria	411.995,14	411.995,14	409,65	0,10	5.311,63	1,29	406.683,51
CONTRIBUIÇÕES	2.552.500,00	2.552.500,00	566.965,85	22,21	4.418.787,25	173,12	-1.866.287,25
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	2.552.500,00	2.552.500,00	566.965,85	22,21	4.418.787,25	173,12	-1.866.287,25
RECEITA PATRIMONIAL	1.561.426,80	1.561.426,80	663.149,14	42,47	3.075.940,66	197,00	-1.514.513,86
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	430.000,00	430.000,00	47.831,76	11,12	307.639,31	71,54	122.360,69
Valores Mobiliários	1.131.426,80	1.131.426,80	615.317,38	54,38	2.768.301,35	244,67	-1.636.874,55
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE



MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	93.107.029,31	93.107.029,31	33.026.126,11	35,47	117.374.190,99	126,06	-24.267.161,68
Transferências da União e de suas Entidades	56.466.082,75	56.466.082,75	16.660.359,25	29,51	64.677.808,83	114,54	-8.211.726,08
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.899.589,84	20.899.589,84	13.406.997,28	64,15	36.271.986,90	173,55	-15.372.397,06
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	17.000,00	0,00	56.400,00	0,00	-56.400,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	123.155,66	0,00	-123.155,66
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.563.696,89	13.563.696,89	2.941.769,58	21,69	16.244.839,60	119,77	-2.681.142,71
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	2.177.659,83	2.177.659,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.177.659,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.887.724,59	11.887.724,59	944.031,39	7,94	3.703.904,43	31,16	8.183.820,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	720.000,00	720.000,00	70.378,52	9,77	405.880,45	56,37	314.119,55
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	8.377.662,43	8.377.662,43	194.078,03	2,32	327.585,03	3,91	8.050.077,40
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	2.790.062,16	2.790.062,16	679.574,84	24,36	2.970.438,95	106,46	-180.376,79
RECEITAS DE CAPITAL	2.120.000,00	2.120.000,00	1.000.188,63	47,18	2.752.188,73	129,82	-632.188,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.120.000,00	1.120.000,00	-59,32	-0,01	1.034.671,30	92,38	85.328,70
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.120.000,00	1.120.000,00	-59,32	-0,01	1.034.671,30	92,38	85.328,70
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	217.000,00	0,00	-217.000,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	217.000,00	0,00	-217.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.247,95	100,02	1.500.517,43	150,05	-500.517,43
Transferências da União e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.247,95	100,02	1.500.517,43	150,05	-500.517,43
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	164.167.926,89	164.167.926,89	44.896.483,69	27,35	193.891.901,43	118,11	-29.723.974,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	164.167.926,89	164.167.926,89	44.896.483,69	27,35	193.891.901,43	118,11	-29.723.974,54
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	6.743.759,85	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	164.167.926,89	164.167.926,89	44.896.483,69	27,35	200.635.661,28	122,21	-29.723.974,54
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.733.076,99	----	----	7.733.076,99	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	7.733.076,99	----	----	7.733.076,99	----	----

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	(i) = (e-h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	164.167.926,89	223.430.941,30	56.135.099,05	200.635.661,28	22.795.280,02	58.213.659,85	188.438.322,92	34.992.618,38	175.929.707,92	12.197.338,36
DESPESAS CORRENTES	152.550.926,09	197.216.761,50	48.362.301,18	181.318.895,30	15.897.866,20	53.392.174,52	175.221.229,29	21.995.532,21	162.981.501,65	6.097.666,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.890.196,89	111.485.946,29	38.778.434,58	107.930.510,36	3.555.435,93	39.092.170,96	106.548.212,29	4.937.734,00	100.613.808,21	1.382.298,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.500.000,00	4.155.000,00	1.478.357,44	3.978.340,21	176.659,79	1.599.880,78	3.978.340,21	176.659,79	3.978.340,21	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.160.729,20	81.575.815,21	8.105.509,16	69.410.044,73	12.165.770,48	12.700.122,78	64.694.676,79	16.881.138,42	58.389.353,23	4.715.367,94
DESPESAS DE CAPITAL	11.517.000,80	26.114.179,80	7.772.797,87	19.316.765,98	6.797.413,82	4.821.485,33	13.217.093,63	12.897.086,17	12.948.206,27	6.099.672,35
INVESTIMENTOS	9.017.000,80	23.202.179,80	7.483.788,70	16.528.025,81	6.674.153,99	3.918.126,63	10.428.353,46	12.773.826,34	10.159.466,10	6.099.672,35
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500.000,00	2.912.000,00	289.009,17	2.788.740,17	123.259,83	903.358,70	2.788.740,17	123.259,83	2.788.740,17	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	----	----	100.000,00	----	----	100.000,00	----	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	164.167.926,89	223.430.941,30	56.135.099,05	200.635.661,28	22.795.280,02	58.213.659,85	188.438.322,92	34.992.618,38	175.929.707,92	12.197.338,36
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	164.167.926,89	223.430.941,30	56.135.099,05	200.635.661,28	22.795.280,02	58.213.659,85	188.438.322,92	34.992.618,38	175.929.707,92	12.197.338,36
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	5.453.578,51	----	17.962.193,51	----
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	164.167.926,89	223.430.941,30	56.135.099,05	200.635.661,28	----	58.213.659,85	193.891.901,43	----	193.891.901,43	12.197.338,36
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----	----

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 14:54:39.
Nota(s) Explicativa(s):

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c") R$ 1,00

FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	164.167.926,89	223.430.941,30	56.135.099,05	200.635.661,28	100,00	22.795.280,02	58.213.659,85	188.438.322,92	100,00	34.992.618,38	12.197.338,36
LEGISLATIVA	7.460.000,00	7.740.370,14	362.126,03	7.704.700,69	3,84	35.669,45	1.585.567,53	7.608.051,63	4,04	132.318,51	96.649,06
Ação Legislativa	7.460.000,00	7.740.370,14	362.126,03	7.704.700,69	3,84	35.669,45	1.585.567,53	7.608.051,63	4,04	132.318,51	96.649,06
JUDICIÁRIA	2.100.000,00	2.910.000,00	475.598,46	2.669.515,50	1,33	240.484,50	510.014,24	2.463.179,26	1,31	446.820,74	206.336,24
Demais Subfunções	2.100.000,00	2.910.000,00	475.598,46	2.669.515,50	1,33	240.484,50	510.014,24	2.463.179,26	1,31	446.820,74	206.336,24
ADMINISTRAÇÃO	18.421.735,60	21.407.281,64	3.909.238,82	19.517.266,87	9,73	1.890.014,77	4.497.576,82	19.128.693,13	10,15	2.278.588,51	388.573,74
Administração Financeira	250.000,00	84.000,00	-28.155,33	55.746,97	0,03	28.253,03	0,00	55.746,97	0,03	28.253,03	0,00
Administração Geral	12.831.735,60	15.367.089,84	2.964.693,40	13.983.765,57	6,97	1.383.324,27	3.383.394,08	13.787.366,87	7,32	1.579.722,97	196.398,70
Comunicação Social	900.000,00	550.000,00	78.010,44	521.246,35	0,26	28.753,65	87.870,61	480.971,17	0,26	69.028,83	40.275,18
Controle Interno	210.000,00	157.800,00	31.118,80	155.721,11	0,08	2.078,89	29.144,97	149.684,61	0,08	8.115,39	6.036,50
Demais Subfunções	1.080.000,00	1.548.391,80	90.681,90	1.284.523,63	0,64	263.868,17	196.909,46	1.196.711,20	0,64	351.680,60	87.812,43
Planejamento e Orçamento	3.150.000,00	3.700.000,00	772.889,61	3.516.263,24	1,75	183.736,76	800.257,70	3.458.212,31	1,84	241.787,69	58.050,93
SEGURANÇA PÚBLICA	4.220.000,00	4.656.898,10	464.253,79	3.501.605,49	1,75	1.155.292,61	495.304,93	2.999.950,94	1,59	1.656.947,16	501.654,55
Defesa Civil	430.000,00	531.398,10	4.546,00	213.700,63	0,11	317.697,47	3.124,00	209.946,73	0,11	321.451,37	3.753,90
Policiamento	3.790.000,00	4.125.500,00	459.707,79	3.287.904,86	1,64	837.595,14	492.180,93	2.790.004,21	1,48	1.335.495,79	497.900,65
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.445.080,00	10.423.008,08	2.497.374,41	8.103.059,45	4,04	2.319.948,63	2.654.031,13	7.924.031,77	4,21	2.498.976,31	179.027,68
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.882.000,00	4.309.228,83	244.559,71	2.407.347,67	1,20	1.901.881,16	343.355,42	2.311.635,42	1,23	1.997.593,41	95.712,25
Assistência ao Idoso	70.000,00	70.000,00	-385,00	3.142,85	0,00	66.857,15	2.977,85	3.142,85	0,00	66.857,15	0,00
Assistência Comunitária	3.493.080,00	6.043.779,25	2.253.199,70	5.692.568,93	2,84	351.210,32	2.307.697,86	5.609.253,50	2,98	434.525,75	83.315,43
SAÚDE	43.447.500,00	56.274.350,19	20.734.916,74	53.764.483,14	26,80	2.509.867,05	19.737.534,28	51.529.101,96	27,35	4.745.248,23	2.235.381,18
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	3.780,00	14.460,45	0,01	5.539,55	7.580,00	14.460,45	0,01	5.539,55	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	16.470.000,00	19.136.523,08	6.659.548,10	18.720.733,69	9,33	415.789,39	6.223.016,75	18.064.761,55	9,59	1.071.761,53	655.972,14
Atenção Básica	24.950.000,00	34.925.327,11	13.552.603,15	33.019.502,60	16,46	1.905.824,51	13.091.254,08	31.760.509,93	16,85	3.164.817,18	1.258.992,67
Suporte Profilático e Terapêutico	830.000,00	1.015.000,00	194.993,89	1.003.834,08	0,50	11.165,92	84.829,41	683.417,71	0,36	331.582,29	320.416,37
Vigilância Epidemiológica	155.000,00	155.000,00	51.447,65	61.470,89	0,03	93.529,11	58.310,09	61.470,89	0,03	93.529,11	0,00
Vigilância Sanitária	1.022.500,00	1.022.500,00	272.543,95	944.481,43	0,47	78.018,57	272.543,95	944.481,43	0,50	78.018,57	0,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c") R$ 1,00

FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)	
EDUCAÇÃO	30.667.846,89	47.701.546,89	15.038.896,92	46.422.544,65	23,14	1.279.002,24	15.480.727,07	45.526.518,09	24,16	2.175.028,80	896.026,56
Educação de Jovens e Adultos	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	280.000,00	221.000,00	0,00	221.000,00	0,11	0,00	34.000,00	204.000,00	0,11	17.000,00	17.000,00
Educação Infantil	17.314.696,89	26.764.696,89	7.365.774,86	26.331.250,55	13,12	433.446,34	7.723.206,83	25.755.344,05	13,67	1.009.352,84	575.906,50
Ensino Fundamental	12.893.150,00	20.705.550,00	7.673.765,87	19.860.816,61	9,90	844.733,39	7.723.434,62	19.557.696,55	10,38	1.147.853,45	303.120,06
Ensino Superior	90.000,00	10.300,00	-643,81	9.477,49	0,00	822,51	85,62	9.477,49	0,01	822,51	0,00
CULTURA	2.290.000,00	3.317.327,03	902.657,84	3.118.739,19	1,55	198.587,84	521.095,10	2.589.334,95	1,37	727.992,08	529.404,24
Difusão Cultural	40.000,00	1.600,00	376,73	1.576,49	0,00	23,51	376,73	1.576,49	0,00	23,51	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.250.000,00	3.315.727,03	902.281,11	3.117.162,70	1,55	198.564,33	520.718,37	2.587.758,46	1,37	727.968,57	529.404,24
DIREITOS DA CIDADANIA	3.490.000,00	3.740.000,00	520.332,41	3.524.675,33	1,76	215.324,67	530.596,94	3.519.814,45	1,87	220.185,55	4.860,88
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	3.490.000,00	3.740.000,00	520.332,41	3.524.675,33	1,76	215.324,67	530.596,94	3.519.814,45	1,87	220.185,55	4.860,88
URBANISMO	11.180.764,40	27.605.527,03	6.659.224,22	21.397.039,47	10,66	6.208.487,56	5.107.191,31	15.511.559,87	8,23	12.093.967,16	5.885.479,60
Infra-Estrutura Urbana	3.070.000,00	19.494.762,63	7.142.839,04	14.760.342,76	7,36	4.734.419,87	4.003.132,44	9.296.646,80	4,93	10.198.115,83	5.463.695,96
Serviços Urbanos	8.110.764,40	8.110.764,40	-483.614,82	6.636.696,71	3,31	1.474.067,69	1.104.058,87	6.214.913,07	3,30	1.895.851,33	421.783,64
HABITAÇÃO	70.000,00	20.000,00	1.347,33	16.944,01	0,01	3.055,99	2.948,14	16.944,01	0,01	3.055,99	0,00
Habitação Urbana	70.000,00	20.000,00	1.347,33	16.944,01	0,01	3.055,99	2.948,14	16.944,01	0,01	3.055,99	0,00
SANEAMENTO	600.000,00	600.000,00	-75,81	303.541,12	0,15	296.458,88	13.123,57	303.541,12	0,16	296.458,88	0,00
Saneamento Básico Urbano	600.000,00	600.000,00	-75,81	303.541,12	0,15	296.458,88	13.123,57	303.541,12	0,16	296.458,88	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.025.000,00	1.955.000,00	361.229,91	1.742.813,75	0,87	212.186,25	372.038,58	1.739.053,40	0,92	215.946,60	3.760,35
Preservação e Conservação Ambiental	2.025.000,00	1.955.000,00	361.229,91	1.742.813,75	0,87	212.186,25	372.038,58	1.739.053,40	0,92	215.946,60	3.760,35
AGRICULTURA	2.840.000,00	3.070.000,00	331.656,38	2.686.191,08	1,34	383.808,92	510.839,02	2.407.525,53	1,28	662.474,47	278.665,55
Demais Subfunções	2.770.000,00	3.050.000,00	330.505,78	2.668.747,19	1,33	381.252,81	507.841,74	2.390.081,64	1,27	659.918,36	278.665,55
Extensão Rural	70.000,00	20.000,00	1.150,60	17.443,89	0,01	2.556,11	2.997,28	17.443,89	0,01	2.556,11	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.910.000,00	3.495.000,00	347.980,16	3.018.174,28	1,50	476.825,72	188.043,50	2.497.025,84	1,33	997.974,16	521.148,44
Promoção Comercial	600.000,00	600.000,00	64.481,29	526.569,11	0,26	73.430,89	67.745,30	512.142,90	0,27	87.857,10	14.426,21
Turismo	2.310.000,00	2.895.000,00	283.498,87	2.491.605,17	1,24	403.394,83	120.298,20	1.984.882,94	1,05	910.117,06	506.722,23
TRANSPORTE	9.910.000,00	9.457.632,20	572.066,34	8.895.306,54	4,43	562.325,66	1.478.750,25	8.539.343,55	4,53	918.288,65	355.962,99
Transporte Rodoviário	9.910.000,00	9.457.632,20	572.066,34	8.895.306,54	4,43	562.325,66	1.478.750,25	8.539.343,55	4,53	918.288,65	355.962,99

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE



MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Data de emissão: 25/06/2024
Exercício de 2023

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c") R$ 1,00

FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)	
DESPORTO E LAZER	540.000,00	440.000,00	103.497,10	286.913,21	0,14	153.086,79	22.551,04	188.611,80	0,10	251.388,20	98.301,41
Desporto Comunitário	540.000,00	440.000,00	103.497,10	286.913,21	0,14	153.086,79	22.551,04	188.611,80	0,10	251.388,20	98.301,41
ENCARGOS ESPECIAIS	16.450.000,00	18.517.000,00	2.852.778,00	13.962.147,51	6,96	4.554.852,49	4.505.726,40	13.946.041,62	7,40	4.570.958,38	16.105,89
Demais Subfunções	2.200.000,00	2.200.000,00	-723.381,72	1.476.618,28	0,74	723.381,72	209.713,75	1.476.618,28	0,78	723.381,72	0,00
Outros Encargos Especiais	3.250.000,00	3.250.000,00	726.852,59	3.157.358,25	1,57	92.641,75	710.746,70	3.141.252,36	1,67	108.747,64	16.105,89
Serviço da Dívida Interna	11.000.000,00	13.067.000,00	2.849.307,13	9.328.170,98	4,65	3.738.829,02	3.585.265,95	9.328.170,98	4,95	3.738.829,02	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Reserva de Contingência	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------
TOTAL (III) = (I + II)	**164.167.926,89**	**223.430.941,30**	**56.135.099,05**	**200.635.661,28**	**100,00**	**22.795.280,02**	**58.213.659,85**	**188.438.322,92**	**100,00**	**34.992.618,38**	**12.197.338,36**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:01:42.
Nota(s) Explicativa(s):

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2023
	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Set/2023	Out/2023	Nov/2023	Dez/2023	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**16.338.983,50**	**26.426.570,74**	**17.519.603,20**	**12.857.609,24**	**14.393.230,87**	**15.246.597,89**	**14.543.731,88**	**13.044.914,77**	**14.854.825,28**	**12.618.296,63**	**15.740.832,43**	**30.463.901,85**	**204.049.098,28**	**172.085.952,06**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.804.652,40	15.354.686,99	8.161.719,67	3.545.990,37	3.804.260,52	3.627.961,45	2.707.268,18	3.475.044,68	3.100.970,62	3.288.311,92	2.844.569,09	5.851.453,48	62.566.889,37	54.011.954,07
I.P.T.U.	3.517.926,49	8.684.318,93	4.129.406,56	1.005.863,94	1.336.430,93	936.045,58	689.717,26	984.431,57	696.601,42	912.530,95	733.286,51	1.185.999,55	24.812.559,69	13.635.792,28
I.S.S.	687.568,55	718.456,26	753.507,88	713.235,25	767.646,73	801.531,60	800.258,57	790.431,94	954.343,17	818.422,08	915.175,88	1.031.789,00	9.752.366,91	8.948.853,56
I.T.B.I.	424.431,85	460.953,17	455.928,20	352.943,62	576.967,89	460.019,16	401.753,75	674.698,34	274.411,45	328.951,71	429.030,89	527.935,20	5.368.025,23	6.572.207,46
I.R.R.F.	297.876,76	187.573,85	230.810,61	208.382,52	249.949,10	613.248,61	156.538,57	44.619,95	512.003,38	349.340,47	78.913,01	2.179.703,26	5.108.960,09	3.137.625,65
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.876.848,75	5.303.384,78	2.592.066,42	1.265.565,04	873.265,87	817.116,50	659.000,03	980.862,88	663.611,20	879.066,71	688.162,80	926.026,47	17.524.977,45	21.717.475,12
Contribuições	283.243,27	819.648,32	529.956,71	356.710,62	402.479,36	332.865,71	283.475,76	304.793,03	275.033,42	263.615,20	279.517,49	287.448,36	4.418.787,25	2.552.500,00
Receita Patrimonial	232.174,06	191.262,06	313.304,30	225.384,81	338.175,92	215.436,90	222.400,30	208.208,00	257.175,70	209.269,47	183.699,28	479.449,86	3.075.940,66	1.561.426,80
Rendimentos de Aplicação Financeira	205.174,66	184.219,59	310.169,58	221.259,94	231.918,47	196.706,02	202.136,72	190.801,74	234.807,51	175.789,74	164.054,74	451.262,64	2.768.301,35	1.131.426,80
Outras Receitas Patrimoniais	26.999,40	7.042,47	3.134,72	4.124,87	106.257,45	18.730,88	20.263,58	17.406,26	22.368,19	33.479,73	19.644,54	28.187,22	307.639,31	430.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências Correntes	8.612.776,83	9.670.608,35	8.113.253,63	8.513.293,40	9.624.488,00	10.840.008,15	11.071.378,62	8.878.001,82	10.941.582,03	8.683.620,41	12.163.007,53	23.171.557,80	130.283.576,57	102.062.346,60
Cota-Parte do F.P.M.	3.366.143,62	4.773.890,69	2.920.407,91	3.338.937,62	3.711.765,19	3.466.760,86	4.459.333,92	2.907.117,90	2.963.512,14	2.752.399,11	3.571.140,00	5.671.220,94	43.902.629,90	32.464.824,26
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.285.294,97	1.223.921,44	1.250.768,06	1.363.750,34	1.291.548,19	1.368.116,18	1.323.557,43	1.373.517,95	1.429.710,71	1.427.739,16	1.403.284,23	1.748.510,54	16.489.719,20	14.659.427,56
Cota-Parte do I.P.V.A.	506.179,85	602.722,57	779.132,11	699.473,53	869.073,38	751.652,91	802.110,00	751.812,83	640.175,17	642.315,40	506.347,14	347.104,00	7.898.098,89	5.900.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	2.905,94	289,63	53,59	14,56	25,65	112,21	170,39	3.744,81	3.023,02	10.540,96	5.219,50	4.625,75	30.726,01	22.949,25
Transferências da LC 61/1989	12.648,35	9.019,80	11.178,34	11.916,92	10.716,39	13.363,06	12.140,76	8.923,41	14.005,23	15.645,70	12.819,70	13.956,69	146.334,35	187.710,62
Transferências do FUNDEB	1.265.734,43	1.351.937,38	1.271.180,22	1.362.847,43	1.356.373,85	1.350.314,97	1.298.252,41	1.335.037,87	1.343.074,83	1.368.316,63	1.353.677,06	1.588.092,52	16.244.839,60	13.563.696,89
Outras Transferências Correntes	2.173.869,67	1.708.826,84	1.880.533,40	1.736.353,00	2.384.985,35	3.889.687,96	3.175.813,71	2.497.847,05	4.548.080,93	2.466.663,45	5.310.519,90	13.798.047,36	45.571.228,62	35.263.738,02
Outras Receitas Correntes	406.136,94	390.365,02	401.368,89	216.230,04	223.827,07	230.325,68	259.209,02	178.867,24	280.063,51	173.479,63	270.039,04	673.992,35	3.703.904,43	11.887.724,59
DEDUÇÕES (II)	**1.034.634,39**	**1.321.968,80**	**992.307,88**	**1.082.818,40**	**1.176.625,54**	**1.120.000,83**	**970.034,54**	**1.009.023,17**	**923.594,89**	**969.937,92**	**1.099.761,86**	**1.208.677,36**	**12.909.385,58**	**10.038.025,17**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	1.034.634,39	1.321.968,80	992.307,88	1.082.818,40	1.176.625,54	1.120.000,83	970.034,54	1.009.023,17	923.594,89	969.937,92	1.099.761,86	1.208.677,36	12.909.385,58	10.038.025,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**15.304.349,11**	**25.104.601,94**	**16.527.295,32**	**11.774.790,84**	**13.216.605,33**	**14.126.597,06**	**13.573.697,34**	**12.035.891,60**	**13.931.230,39**	**11.648.358,71**	**14.641.070,57**	**29.255.224,49**	**191.139.712,70**	**162.047.926,89**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	15.304.349,11	25.104.601,94	16.527.295,32	11.774.790,84	13.216.605,33	14.126.597,06	13.573.697,34	12.035.891,60	13.931.230,39	11.648.358,71	14.641.070,57	29.255.224,49	191.139.712,70	162.047.926,89
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	369.768,00	184.884,00	184.884,00	187.440,00	261.360,00	264.000,00	264.000,00	264.000,00	264.000,00	2.115,90	0,00	2.246.451,90	2.640.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	15.304.349,11	24.734.833,94	16.342.411,32	11.589.906,84	13.029.165,33	13.865.237,06	13.309.697,34	11.771.891,60	13.667.230,39	11.384.358,71	14.638.954,67	29.255.224,49	188.893.260,80	159.407.926,89

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:00:19.
Nota(s) Explicativa(s):

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II) R$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:03:06.
Nota(s) Explicativa(s):

Laguna, 25/06/2024

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2023
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	162.047.926,89	191.139.712,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	52.929.246,19	62.566.889,37
IPTU	13.635.792,28	24.812.559,69
ISS	8.948.853,56	9.752.366,91
ITBI	6.572.207,46	5.368.025,23
IRRF	3.137.625,65	5.108.960,09
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.634.767,24	17.524.977,45
Contribuições	2.552.500,00	4.418.787,25
Receita Patrimonial	1.561.426,80	3.075.940,66
Aplicações Financeiras (II)	1.131.426,80	2.768.301,35
Outras Receitas Patrimoniais	430.000,00	307.639,31
Transferências Correntes	93.107.029,31	117.374.190,99
Cota-Parte FPM	26.483.524,45	35.906.427,81
Cota-Parte ICMS	11.727.542,05	13.191.776,52
Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	6.318.480,09
Cota-Parte ITR	18.359,40	24.580,89
Transferências da LC 61/1989	150.168,50	117.067,55
Transferências do FUNDEB	13.563.696,89	16.244.839,60
Outras Transferências Correntes	35.263.738,02	45.571.018,53
Demais Receitas Correntes	11.897.724,59	3.703.904,43
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	11.897.724,59	3.703.904,43
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	160.916.500,09	188.371.411,35
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.120.000,00	2.752.188,73
Operações de Crédito (VIII)	1.120.000,00	1.034.671,30
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	217.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	217.000,00
Transferências de Capital	1.000.000,00	1.500.517,43
Convênios	1.000.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	1.500.517,43
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.000.000,00	1.717.517,43
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	161.916.500,09	190.088.928,78
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	161.916.500,09	190.088.928,78

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	197.216.761,50	181.318.895,30	175.221.229,29	162.981.501,65	4.129.541,50	1.726.404,81	1.706.870,76
Pessoal e Encargos Sociais	111.485.946,29	107.930.510,36	106.548.212,29	100.613.808,21	1.306.194,72	70.488,65	68.596,49
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	4.155.000,00	3.978.340,21	3.978.340,21	3.978.340,21	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	81.575.815,21	69.410.044,73	64.694.676,79	58.389.353,23	2.823.346,78	1.655.916,16	1.638.274,27
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	81.575.815,21	69.410.044,73	64.694.676,79	58.389.353,23	2.823.346,78	1.655.916,16	1.638.274,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	193.061.761,50	177.340.555,09	171.242.889,08	159.003.161,44	4.129.541,50	1.726.404,81	1.706.870,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	26.114.179,80	19.316.765,98	13.217.093,63	12.948.206,27	978.493,59	12.776.059,66	12.775.528,11
Investimentos	23.202.179,80	16.528.025,81	10.428.353,46	10.159.466,10	978.493,59	12.776.059,66	12.775.528,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.912.000,00	2.788.740,17	2.788.740,17	2.788.740,17	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	23.202.179,80	16.528.025,81	10.428.353,46	10.159.466,10	978.493,59	12.776.059,66	12.775.528,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	216.363.941,30	193.868.580,90	181.671.242,54	169.162.627,54	5.108.035,09	14.502.464,47	14.482.398,87
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	216.363.941,30	193.868.580,90	181.671.242,54	169.162.627,54	5.108.035,09	14.502.464,47	14.482.398,87

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	1.335.867,28
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	1.335.867,28

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	4.862.707,88

JUROS NOMINAIS	Janeiro - Dezembro 2023
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.768.301,35
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	6.243.296,56

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-2.139.127,93

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022(a)	Janeiro - Dezembro 2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	26.997.135,84	33.682.676,56
DEDUÇÕES (XL)	23.857.287,13	14.943.252,03
Disponibilidade de Caixa	23.857.287,13	14.943.252,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	34.680.255,91	36.098.668,87
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	6.528.023,98	13.786.173,88
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.294.944,80	7.369.242,96
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	3.139.848,71	18.739.424,53
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**-15.599.575,82**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Dezembro 2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	7.258.149,90
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	6.202.297,99
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-2.139.127,93
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.335.867,28

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.733.076,99
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.733.076,99
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:10:59.
Nota(s) Explicativa(s):

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / MÊS DEZEMBRO 2023

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	594.664,60	5.933.359,38	5.108.035,09	162.495,61	1.257.493,28	1.510.948,37	17.875.022,54	14.502.464,47	14.482.398,87	1.497.089,55	3.406.482,49	4.663.975,77
PODER EXECUTIVO	594.664,60	5.933.359,38	5.108.035,09	162.495,61	1.257.493,28	1.510.948,37	17.875.022,54	14.502.464,47	14.482.398,87	1.497.089,55	3.406.482,49	4.663.975,77
FUMPOM	0,00	2.844,59	2.844,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUMREBOM	0,00	6.604,70	6.604,70	0,00	0,00	0,00	28.102,98	10.090,22	10.090,22	16.662,76	1.350,00	1.350,00
FUNDAÇÃO IRMÃ VERA	1,92	11.192,16	1.043,66	10.150,42	0,00	0,00	4.476,84	0,00	0,00	4.476,84	0,00	0,00
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	0,00	55.191,22	47.339,50	7.688,80	162,92	0,00	184.778,30	163.737,05	163.737,05	21.041,25	0,00	162,92
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE	0,00	40.324,54	33.105,35	7.219,19	0,00	0,00	11.201,75	10.256,42	10.256,42	945,33	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	0,00	2.762,78	2.762,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	3.643,39	3.643,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.142,41	37.267,60	30.706,68	16.644,68	58,65	57.902,98	137.776,95	122.419,55	122.419,55	39.979,23	33.281,15	33.339,80
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	3.713,72	3.713,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saneamento Básico	0,00	47.949,00	47.949,00	0,00	0,00	0,00	73.245,54	4.075,00	4.075,00	69.170,54	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	163.327,68	67.852,11	55.222,27	0,00	175.957,52	333.773,82	837.169,20	300.793,44	286.796,91	328.049,04	556.097,07	732.054,59
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	3.760,72	3.760,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	415.156,78	5.512.247,61	4.731.333,49	120.792,52	1.075.278,38	1.119.271,57	16.588.327,30	13.881.149,11	13.875.729,94	1.016.764,56	2.815.104,37	3.890.382,75
PODER LEGISLATIVO	0,00	138.005,24	138.005,24	0,00	0,00	0,00	9.943,68	9.943,68	9.293,78	0,00	649,90	649,90
Total (III) = (I + II):	**594.664,60**	**5.933.359,38**	**5.108.035,09**	**162.495,61**	**1.257.493,28**	**1.510.948,37**	**17.875.022,54**	**14.502.464,47**	**14.482.398,87**	**1.497.089,55**	**3.406.482,49**	**4.663.975,77**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:06:01.
Nota(s) Explicativa(s):

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	32.294.478,95	45.041.911,92
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	13.635.792,28	24.812.559,69
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	6.572.207,46	5.368.025,23
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	8.948.853,56	9.752.366,91
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.137.625,65	5.108.960,09
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	53.234.911,69	68.468.768,90
2.1 - Cota-Parte FPM	32.464.824,26	43.902.629,90
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	31.193.756,67	40.413.462,32
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.271.067,59	3.489.167,58
2.2 - Cota-Parte ICMS	14.659.427,56	16.489.719,20
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	187.710,62	146.334,35
2.4 - Cota-Parte ITR	22.949,25	30.726,01
2.5 - Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	7.898.098,89
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	1.260,55
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**85.529.390,64**	**113.510.680,82**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**10.392.768,82**	**12.995.920,26**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**10.989.578,84**	**15.381.749,94**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	13.563.696,89	16.360.342,54
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	13.563.696,89	16.360.342,54
6.1.1 - Principal	13.563.696,89	16.244.839,60
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	115.502,94
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	3.170.928,07	3.248.919,34

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**16.360.342,54**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) [6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	16.063.696,89	16.021.309,75	16.007.245,66	15.984.304,76	14.064,09
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	16.063.696,89	16.021.309,75	16.007.245,66	15.984.304,76	14.064,09
10.1.1 - Educação Infantil	12.163.696,89	12.155.560,91	12.141.496,82	12.141.496,82	14.064,09
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.900.000,00	3.865.748,84	3.865.748,84	3.842.807,94	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	16.021.309,75	16.007.245,66	15.984.304,76	0,00	14.064,09	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	16.021.309,75	16.007.245,66	15.984.304,76	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	16.021.309,75	16.007.245,66	15.984.304,76	14.064,09	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.452.239,78	16.021.309,75	16.021.309,75	97,93
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.636.034,25	339.032,79	353.096,88	0,00	2,07

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.486.596,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.486.596,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	28.510.000,00	27.885.729,88	27.039.927,40	25.289.542,56	845.802,48
20.1 - Educação Infantil	13.630.000,00	13.237.003,95	12.676.424,96	11.742.012,13	560.578,99
20.2 - Ensino Fundamental	14.880.000,00	14.648.725,93	14.363.502,44	13.547.530,43	285.223,49
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) [6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	44.573.696,89	43.907.039,63	43.047.173,06	41.273.847,32	859.866,57
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	25.793.696,89	25.392.564,86	24.817.921,78	23.883.508,95	574.643,08
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	18.780.000,00	18.514.474,77	18.229.251,28	17.390.338,37	285.223,49

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	27.885.729,88
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	12.995.920,26
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	845.802,48
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af)) [4 e 7]	85.913,33
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	39.949.934,33

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	28.377.670,21	39.949.934,33	35,19

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE [8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	427.174,13	427.174,13	341.260,80	85.913,33	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	423.977,42	423.977,42	341.260,80	82.716,62	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	3.196,71	3.196,71	0,00	3.196,71	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.934.150,00	2.038.712,84
31.1.1 - Salário-Educação	1.540.000,00	1.541.923,34
31.1.2 - PDDE	5.000,00	4.667,02
31.1.3 - PNAE	280.000,00	359.471,64
31.1.4 - PNATE	103.150,00	131.452,21
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	6.000,00	1.198,63
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.090.000,00	83.815,24
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) [6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	3.127.850,00	2.515.505,02	2.479.345,03	2.436.358,89	36.159,99
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	971.000,00	938.685,69	937.422,27	937.067,38	1.263,42
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.925.550,00	1.346.341,84	1.328.445,27	1.288.409,02	17.896,57
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	10.300,00	9.477,49	9.477,49	6.882,49	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	221.000,00	221.000,00	204.000,00	204.000,00	17.000,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**47.701.546,89**	**46.422.544,65**	**45.526.518,09**	**43.710.206,21**	**896.026,56**
33.1 - Despesas Correntes	45.909.346,89	45.168.784,86	44.488.049,83	42.676.777,95	680.735,03
33.1.1 - Pessoal Ativo	39.901.696,89	39.809.613,13	39.324.182,17	38.305.014,23	485.430,96
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	221.000,00	221.000,00	204.000,00	204.000,00	17.000,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	5.786.650,00	5.138.171,73	4.959.867,66	4.167.763,72	178.304,07
33.2 - Despesas de Capital	1.792.200,00	1.253.759,79	1.038.468,26	1.033.428,26	215.291,53
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.792.200,00	1.253.759,79	1.038.468,26	1.033.428,26	215.291,53

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	605.743,23	364.505,77
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	16.360.342,54	1.541.923,34
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	16.021.021,83	1.740.698,34
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	945.063,94	165.730,77
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	945.063,94	165.730,77

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:07:52.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

[5] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[6] As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

[7] Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.120.000,00	1.034.671,30	85.328,70

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	26.114.179,80	19.316.765,98	6.797.413,82
Investimentos	23.202.179,80	16.528.025,81	6.674.153,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.912.000,00	2.788.740,17	123.259,83
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	26.114.179,80	19.316.765,98	6.797.413,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	24.994.179,80	18.282.094,68	6.712.085,12

Laguna, 25/06/2024

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:05:57.
Nota(s) Explicativa(s):

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Data de emissão: 25/06/2024
Exercício de 2023

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2022 A 2098

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO

Exercício de 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	217.000,00	-217.000,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	217.000,00	-217.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2022 (i)	2023 (j) = (Ib - (IIf+IIg))	SALDO ATUAL
VALOR (III)	0,00	217.000,00	217.000,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:14:15.
Nota(s) Explicativa(s):

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**32.294.478,95**	**32.294.478,95**	**45.041.911,92**	**139,47**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	13.635.792,28	13.635.792,28	24.812.559,69	181,97
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.572.207,46	6.572.207,46	5.368.025,23	81,68
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.948.853,56	8.948.853,56	9.752.366,91	108,98
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.137.625,65	3.137.625,65	5.108.960,09	162,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**51.963.844,10**	**51.963.844,10**	**64.978.340,77**	**125,05**
Cota-Parte FPM	31.193.756,67	31.193.756,67	40.413.462,32	129,56
Cota-Parte ITR	22.949,25	22.949,25	30.726,01	133,89
Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	5.900.000,00	7.898.098,89	133,87
Cota-Parte ICMS	14.659.427,56	14.659.427,56	16.489.719,20	112,49
Cota-Parte IPI-Exportação	187.710,62	187.710,62	146.334,35	77,96
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**84.258.323,05**	**84.258.323,05**	**110.020.252,69**	**130,57**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	10.150.000,00	17.334.132,20	16.684.329,58	96,25	15.893.065,36	91,69	12.755.168,25	73,58	791.264,22
Despesas Correntes	9.810.000,00	16.994.132,20	16.384.878,86	96,41	15.605.599,64	91,83	12.467.702,53	73,36	779.279,22
Despesas de Capital	340.000,00	340.000,00	299.450,72	88,07	287.465,72	84,55	287.465,72	84,55	11.985,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	5.370.000,00	5.652.929,86	5.560.560,70	98,37	5.279.925,97	93,40	5.152.344,62	91,14	280.634,73
Despesas Correntes	5.299.132,20	5.582.062,06	5.560.560,70	99,61	5.279.925,97	94,59	5.152.344,62	92,30	280.634,73
Despesas de Capital	70.867,80	70.867,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	300.000,00	485.000,00	482.682,11	99,52	301.070,81	62,08	274.976,46	56,70	181.611,30
Despesas Correntes	300.000,00	485.000,00	482.682,11	99,52	301.070,81	62,08	274.976,46	56,70	181.611,30
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	622.500,00	522.500,00	520.961,37	99,71	520.961,37	99,71	420.048,06	80,39	0,00
Despesas Correntes	612.500,00	512.500,00	511.961,37	99,89	511.961,37	99,89	411.048,06	80,20	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	9.000,00	90,00	9.000,00	90,00	9.000,00	90,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	55.000,00	55.000,00	51.447,65	93,54	51.447,65	93,54	51.447,65	93,54	0,00
Despesas Correntes	55.000,00	55.000,00	51.447,65	93,54	51.447,65	93,54	51.447,65	93,54	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	20.000,00	20.000,00	14.460,45	72,30	14.460,45	72,30	14.460,45	72,30	0,00
Despesas Correntes	15.000,00	15.000,00	14.460,45	96,40	14.460,45	96,40	14.460,45	96,40	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**16.517.500,00**	**24.069.562,06**	**23.314.441,86**	**96,86**	**22.060.931,61**	**91,65**	**18.668.445,49**	**77,56**	**1.253.510,25**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	23.314.441,86	22.060.931,61	18.668.445,49
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**23.314.441,86**	**22.060.931,61**	**18.668.445,49**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			16.503.037,90
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]			6.811.403,96
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**21,19**	**20,05**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023	16.503.037,90	22.060.931,61	0,00	4.645.996,37	0,00	4.645.996,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	14.996.791,82	16.595.842,69	1.599.050,87	410.168,50	397.614,42	0,00	0,00	410.168,50	0,00	1.996.665,29
Empenhos de 2021	12.006.714,57	13.805.784,19	1.799.069,62	0,00	59.382,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.858.451,97
Empenhos de 2020	9.396.100,56	12.372.840,09	2.976.739,53	0,00	594.605,26	0,00	0,00	0,00	0,00	3.571.344,79
Empenhos de 2019 e anteriores	9.238.499,86	11.295.765,75	2.057.265,89	0,00	55.397,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.112.663,83
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	25.461.000,00	25.461.000,00	23.482.810,42	92,23
Proveniente da União	25.460.000,00	25.460.000,00	22.822.146,62	89,64
Proveniente dos Estados	1.000,00	1.000,00	660.663,80	66.066,38
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**25.461.000,00**	**25.461.000,00**	**23.482.810,42**	**92,23**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	14.800.000,00	17.591.194,91	15.946.236,31	90,65	15.478.507,86	87,99	15.226.466,60	86,56	467.728,45
Despesas Correntes	14.030.000,00	17.221.194,91	15.582.985,18	90,49	15.126.151,73	87,83	14.874.110,47	86,37	456.833,45
Despesas de Capital	770.000,00	370.000,00	363.251,13	98,18	352.356,13	95,23	352.356,13	95,23	10.895,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	11.100.000,00	13.483.593,22	13.160.172,99	97,60	12.784.835,58	94,82	12.724.064,81	94,37	375.337,41
Despesas Correntes	11.060.000,00	13.443.593,22	13.151.978,99	97,83	12.780.636,58	95,07	12.719.865,81	94,62	371.342,41
Despesas de Capital	40.000,00	40.000,00	8.194,00	20,49	4.199,00	10,50	4.199,00	10,50	3.995,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	530.000,00	530.000,00	521.151,97	98,33	382.346,90	72,14	357.886,90	67,53	138.805,07
Despesas Correntes	530.000,00	530.000,00	521.151,97	98,33	382.346,90	72,14	357.886,90	67,53	138.805,07
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	400.000,00	500.000,00	423.520,06	84,70	423.520,06	84,70	404.325,22	80,87	0,00
Despesas Correntes	340.000,00	440.000,00	423.520,06	96,25	423.520,06	96,25	404.325,22	91,89	0,00
Despesas de Capital	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	100.000,00	100.000,00	10.023,24	10,02	10.023,24	10,02	3.160,80	3,16	0,00
Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	10.023,24	16,71	10.023,24	16,71	3.160,80	5,27	0,00
Despesas de Capital	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**26.930.000,00**	**32.204.788,13**	**30.061.104,57**	**93,34**	**29.079.233,64**	**90,29**	**28.715.904,33**	**89,17**	**981.870,93**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	24.950.000,00	34.925.327,11	32.630.565,89	93,43	31.371.573,22	89,82	27.981.634,85	80,12	1.258.992,67
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	16.470.000,00	19.136.523,08	18.720.733,69	97,83	18.064.761,55	94,40	17.876.409,43	93,42	655.972,14
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	830.000,00	1.015.000,00	1.003.834,08	98,90	683.417,71	67,33	632.863,36	62,35	320.416,37
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.022.500,00	1.022.500,00	944.481,43	92,37	944.481,43	92,37	824.373,28	80,62	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	155.000,00	155.000,00	61.470,89	39,66	61.470,89	39,66	54.608,45	35,23	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	20.000,00	20.000,00	14.460,45	72,30	14.460,45	72,30	14.460,45	72,30	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**43.447.500,00**	**56.274.350,19**	**53.375.546,43**	**94,85**	**51.140.165,25**	**90,88**	**47.384.349,82**	**84,20**	**2.235.381,18**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CIS - AMUREL CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (e)
		Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o Bimestre (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	388.936,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	388.936,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	388.936,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	0,00	0,00	0,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:13:32.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Nota(s) Explicativa(s):

LAGUNA, 25/06/2024

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE LAGUNA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS Ativos Constituidos pela SPE TOTAL DE PASSIVOS Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE Provisões de PPP Outros Passivos ATOS POTENCIAIS PASSIVOS Obrigações Contratuais Riscos não Provisionados Garantias Concedidas Outros Passivos Contingentes	NADA A DECLARAR	

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2) Contratadas (I.1) ... ... A contratar (I.2) ... ... DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) Contratadas (I.1) ... ... A contratar (I.2) ... ... **TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)** **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)** **TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)** **TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)**	NADA A DECLARAR										

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:12:43.
Nota(s) Explicativa(s):

REPUBLICAÇÃO RGF 3 QUAD - 2023 Publicação Nº 6132462

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2023 - DEZEMBRO/2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
	LIQUIDADAS - Até Periodo		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	106.548.212,29	1.382.298,07	107.930.510,36
Pessoal Ativo	103.881.916,75	1.366.192,18	105.248.108,93
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	85.704.129,41	26.335,38	85.730.464,79
Obrigações Patronais	18.177.787,34	1.339.856,80	19.517.644,14
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.666.295,54	16.105,89	2.682.401,43
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.713.334,42	16.105,89	1.729.440,31
Pensões	952.961,12	0,00	952.961,12
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	10.874.833,78	13.447,86	10.888.281,64
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	4.399.979,07	11.887,35	4.411.866,42
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	942.641,49	0,00	942.641,49
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.532.213,22	1.560,51	5.533.773,73
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**95.673.378,51**	**1.368.850,21**	**97.042.228,72**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**191.139.712,70**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**0,00**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	**2.246.451,90**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**188.893.260,80**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**97.042.228,72**	**51.37%**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**102.002.360,83**	**54%**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**96.902.242,79**	**51,3%**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**91.802.124,75**	**48,6%**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:42:06.
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota:

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	30.070.850,44	27.744.169,32	26.852.075,49	33.682.676,56
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	30.070.850,44	27.744.169,32	26.852.075,49	33.682.676,56
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	16.016.205,78	15.621.502,07	15.421.388,01	19.406.912,27
Internos	16.016.205,78	15.621.502,07	15.421.388,01	19.406.912,27
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	14.054.644,66	12.122.667,25	11.430.687,48	14.275.764,29
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	23.857.287,13	25.161.024,10	34.056.123,76	14.943.252,03
Disponibilidade de Caixa[1]	23.857.287,13	25.161.024,10	34.056.123,76	14.943.252,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	34.680.255,91	33.691.318,56	42.815.375,79	36.098.668,87
(-) Restos a Pagar Processados	6.528.023,98	2.059.989,27	1.756.551,91	13.786.173,88
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.294.944,80	6.470.305,19	7.002.700,12	7.369.242,96
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I - II)	6.213.563,31	2.583.145,22	-7.204.048,27	18.739.424,53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	152.123.715,25	164.909.612,39	170.038.915,68	191.139.712,70
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.192.037,25	1.008.492,11	784.626,73	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	150.931.678,00	163.901.120,28	169.254.288,95	191.139.712,70
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	19.92%	16.93%	15.86%	17.62%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	4.12%	1.58%	-4.26%	9.8%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	181.118.013,60	196.681.344,34	203.105.146,74	229.367.655,24
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	163.006.212,24	177.013.209,90	182.794.632,07	206.430.889,72

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)[2]	12.318.189,75	11.717.153,32	12.159.772,12	11.576.582,76
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	19.385.970,91	12.147.312,21	7.649.887,34	15.583.755,25
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:42:11.

1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Nota(s) Explicativa(s):

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Página: 1/ 1
Exercício de 2023

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2023

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III+ IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	152.123.715,25	164.909.612,39	170.038.915,68	191.139.712,70
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	1.192.037,25	1.008.492,11	784.626,73	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	150.931.678,00	163.901.120,28	169.254.288,95	191.139.712,70
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	33.204.969,16	36.058.246,46	37.235.943,57	42.050.736,79
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1ª do art. 59 da LRF) - 19,8%	29.884.472,24	32.452.421,81	33.512.349,21	37.845.663,11

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 15:39:00.

Nota(s) Explicativa(s):

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2023/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Exercício de 2023

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	8.820.043,20	8.820.043,20
Interna	8.820.043,20	8.820.043,20
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.150.129,57	2.150.129,57
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	6.669.913,63	6.669.913,63
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	8.820.043,20	8.820.043,20

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	191.139.712,70	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	191.139.712,70	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	8.820.043,20	4,61 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	30.582.354,03	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	27.524.118,63	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.379.779,89	7 %

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 16:17:30.
Nota(s) Explicativa(s):

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Exercício de 2023

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/ATÉ 3º QUADRIMESTRE DE 2023

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a–(b+c+d+e)-f)	(h)		(i) = (g-h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**14.162.039,07**	**786.272,42**	**8.391.205,09**	**549.915,52**	**2.780.939,52**	**0,00**	**1.653.706,52**	**4.163.119,21**	**0,00**	**-2.509.412,69**
Recursos Não Vinculados de Impostos	14.162.039,07	786.272,42	8.391.205,09	549.915,52	2.780.939,52	0,00	1.653.706,52	4.163.119,21	0,00	-2.509.412,69
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**24.955.971,39**	**318.605,48**	**724.923,79**	**2.467.845,93**	**3.346.201,79**	**0,00**	**18.098.394,40**	**6.780.708,90**	**0,00**	**11.317.685,50**
Recursos Vinculados à Educação	1.360.844,40	278.244,91	63.332,04	0,00	299.888,82	0,00	719.378,63	34.998,60	0,00	684.380,03
Transferências do FUNDEB	945.063,94	0,00	22.940,90	0,00	293.864,89	0,00	628.258,15	14.064,09	0,00	614.194,06
Outros Recursos Vinculados à Educação	415.780,46	278.244,91	40.391,14	0,00	6.023,93	0,00	91.120,48	20.934,51	0,00	70.185,97
Recursos Vinculados à Saúde	857.771,41	17.273,07	363.329,31	173.445,10	2.938.860,93	0,00	-2.635.137,00	981.870,93	0,00	-3.617.007,93
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	1.144.771,41	17.273,07	363.329,31	173.445,10	2.938.860,93	0,00	-2.348.137,00	981.870,93	0,00	-3.330.007,93
Outros Recursos Vinculados à Saúde	-287.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-287.000,00	0,00	0,00	-287.000,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	1.046.386,82	58,65	99.283,77	0,00	16.271,48	0,00	930.772,92	67.158,27	0,00	863.614,65
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	15.625.003,92	531,55	102.762,31	1.636.695,09	84.529,17	0,00	13.800.485,80	5.493.585,46	0,00	8.306.900,34
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	3.294.411,64	531,55	1.280,73	1.158.155,44	2.856,37	0,00	2.131.587,55	105.359,35	0,00	2.026.228,20
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	12.330.592,28	0,00	101.481,58	478.539,65	81.672,80	0,00	11.668.898,25	5.388.226,11	0,00	6.280.672,14
Demais Vinculações Legais	6.065.964,84	22.497,30	96.216,36	657.705,74	6.651,39	0,00	5.282.894,05	203.095,64	0,00	5.079.798,41
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	29,49	22.497,30	0,00	345.040,20	3.387,22	0,00	-370.895,23	0,00	0,00	-370.895,23
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	217.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.000,00	0,00	0,00	217.000,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	122.734,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.734,16	0,00	0,00	122.734,16
Outras Vinculações Legais	5.726.201,19	0,00	96.216,36	312.665,54	3.264,17	0,00	5.314.055,12	203.095,64	0,00	5.110.959,48
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**39.118.010,46**	**1.104.877,90**	**9.116.128,88**	**3.017.761,45**	**6.127.141,31**	**0,00**	**19.752.100,92**	**10.943.828,11**	**0,00**	**8.808.272,81**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 16:11:14.

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

Nota(s) Explicativa(s):

MUNICIPIO DE LAGUNA - SC - PODER EXECUTIVO

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até 3º Quadrimestre de 2023

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	191.139.712,70
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	191.139.712,70
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	188.893.260,80

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	97.042.228,72	51,37
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	102.002.360,83	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	96.902.242,79	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	91.802.124,75	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	14.404.409,89	7,54
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	229.367.655,24	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.050.736,79	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	8.820.043,20	4,61
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	30.582.354,03	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	13.379.779,89	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	10.943.828,11	8.808.272,81

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Emissão: 25/06/2024, às 16:43:22.
Nota(s) Explicativa(s):

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lauro Muller

Prefeitura

PORTARIA N° 462/2024

Publicação Nº 6132082

PORTARIA Nº 462/2024

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 142, inciso I e III e Art. 144, inciso XVI da Lei Complementar n° 17/2023;

Considerando, as informações contidas no Ofício subscrita pela Secretária da Educação e dos Esportes da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller;

Considerando que o ato supostamente praticado pelo servidor constitui, em tese, falta grave passível de punição;

Considerando finalmente, que cabe ao administrador que tiver ciência da irregularidade no serviço público a OBRIGATORIEDADE de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo;

RESOLVE:
Art. 1°. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, de nº 003/2024, em face ao servidor LUCAS LUCIANO MEDEIROS - Matrícula nº 1661, ocupante do cargo de Professor II junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2°. A Comissão Processante nomeada pelo Decreto n° 142/2023, terá a incumbência de apurar todos os fatos de maneira minuciosa promovendo uso de todas as medidas necessárias a tal fim, garantindo ao servidor indiciado o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de até 120 (cento e vinte) dias, admitida prorrogação por mais 60 (sessenta) dias quando as circunstâncias o exigirem, a partir da data da publicação desta.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE JUNHO DE 2024.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal
Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RAFAEL BIANCHINI GLAVAM
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2024 CONCORRÊNCIA N° CC12/2024

Publicação Nº 6132256

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 82ACBAE6C4F60C04E4196E78B9CC98F522F0F5B8

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2024 Concorrência N° CC12/2024
O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do Agente de Contratação conforme decreto nº031/2023, torna pública a RETIFICAÇÃO de procedimento licitatório em epígrafe. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA, incluindo materiais e mão de obra, conforme as especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo e projeto básico, que integra este Edital observada as normas técnicas da ABNT. Em atendimento a Transferência Especial Voluntária – TEV conforme Processo nº SCC 2701/2024 – FESPORTE. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Fica alterada a data de RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08h50min do dia 15/07/2024. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DISPUTA: às 09 horas do dia 15/07/2024. ENDEREÇO: As propostas e documentações de habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: https://bnc.org.br/ Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 27/06/2024.
José Vanderlei de Campos–Agente de Contratação.

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 47/2024. COMPRA DIRETA 60/2024

Publicação Nº 6134568

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 47/2024. COMPRA DIRETA 60/2024.
Objeto: REFERENTE EMPENHAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT), PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PGR/GRO) E PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), PARA ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.
Contratante: Município de Lebon Régis
Contratado: SEGMETRE AMBIENTAL ASSESSORIA LTDA - 06.080.215/0001-46.
Valor: R$ 10.351,00 (dez mil e trezentos e cinquenta e um reais).
Vigência: 25/06/2024. Término: 31/12/2024
Lebon Régis, 27/06/2024.
DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2024 PREGÃOELETRÔNICO NºPE13/2024_RP08 PROCESSO LICITATÓRIO Nº89/2024

Publicação Nº 6131996

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2024
PREGÃOELETRÔNICO NºPE13/2024_RP08 PROCESSO LICITATÓRIO Nº89/2024
OBJETO: Firmar ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e eventual de gêneros alimentícios para manutenção das atividades dos diversos departamentos do Município de Lebon Régis, bem como suas Secretarias, Fundos e Autarquia, conforme descrição detalhada do Anexo I – Termo de Referência. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta registrar os preços do seguinte fornecedor: 2794 - MM ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA (19.564.211/0001-85) 2965 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (03.612.312/0004-97) 4649 - SONIA MOREIRA ALVES (23.770.731/0001-11) 5719 - PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA (19.633.424/0001-11) 5736 - NC COMERCIAL LTDA (38.240.441/0001-33) 6154 - OUROLIMPE ATACADISTA LTDA (35.193.845/0001-25) 6483 - Z & G ALIMENTOS LTDA (46.504.681/0001-26) 6485 - NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (33.842.718/0001-84) 6877 - KING SOLUCOES COMERCIAIS (37.334.256/0001-45) 6879 - NAKA EXPRESS LTDA (51.412.036/0001-13) 6880. Valor total de RR 3.921.335,00. Vigência a partir de 25/06/2024 até 25/06/2025.
Lebon Regis, 25/06/2024.
DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PE13/2024_RP08. PROCESSO Nº 89/2024

Publicação Nº 6131994

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº PE13/2024_RP08. PROCESSO Nº 89/2024.
OBJETO: Firmar ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e eventual de gêneros alimentícios para manutenção das atividades dos diversos departamentos do Município de Lebon Régis, bem como suas Secretarias, Fundos e Autarquia, conforme descrição detalhada do Anexo I – Termo de Referência.. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2024. LICITANTES HOMOLOGADOS: SONIA MOREIRA ALVES - CNPJ: 23.770.731/0001-11, com o valor total de R$ 479.306,00

PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 19.633.424/0001-11, com o valor total de R$ 253.459,00
MM ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 19.564.211/0001-85, com o valor total de R$ 1.429.860,00
NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 33.842.718/0001-84, com o valor total de R$ 964.943,00
KING SOLUCOES COMERCIAIS - CNPJ: 37.334.256/0001-45, com o valor total de R$ 9.435,00
Z & G ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 46.504.681/0001-26, com o valor total de R$ 447.774,00
NAKA EXPRESS LTDA - CNPJ: 51.412.036/0001-13, com o valor total de R$ 24.498,00
OUROLIMPE ATACADISTA LTDA - CNPJ: 35.193.845/0001-25, com o valor total de R$ 253.825,00
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. - CNPJ: 03.612.312/0004-97, com o valor total de R$ 32.000,00
Lebon Régis, 25 de junho de 2024.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº IV CONTRATO Nº 12/2023. LICITAÇÃO: TP02/2023

Publicação Nº 6134569

TERMO ADITIVO Nº IV
CONTRATO Nº 12/2023. LICITAÇÃO: TP02/2023.
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA 1.1 Fica alterada a cláusula QUARTA do Contrato em epígrafe, devido a Supressão, no valor total de R$ 4.883,56 (quatro mil e oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos) conforme Art. 65, inciso II alínea "B" e pelo § 1º, da Lei 8.666/93, justificado pelo parecer técnico, conforme protocolo Nº 526/2024. 1.2 Os itens e quantidades incluídos estão detalhados conforme segue: CLÁUSULA SEGUNDA Vigência de 27/06/2024 até 25/08/2024. CLÁUSULA TERCEIRA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA CNPJ 07.455.659/0001-81. Início de vigência: 27/06/2024. Término: 25/08/2024. Lebon Régis, 27 de junho de 2024.
DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2024 - IPRELL

Publicação Nº 6133398

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL – IPRELL
Divisão de Licitações e Contratos
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2024
OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestação de serviços de consultoria em relação ao mercado financeiro, com sistema eletrônico de gerenciamento da carteira de investimentos, em ambiente totalmente via WEB, com acesso através de login e senha, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos, visando atender as necessidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal – IPRELL. CONTRATADA: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.882.190/0001-34, situada à Rua Fulvio Aducci, nº 627, Bairro Estreito, CEP 88.075-001, Florianópolis – SC. VALOR: O valor total da contratação é de R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais), sendo pago em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), até o dia 10 (dez) do mês subsequente após a prestação dos serviços. ENQUADRAMENTO: alínea "c", inciso III, do artigo 74, da Lei Federal n° 14.133/21. Em 27/06/2024. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal. ALINE KRAUS – Diretora Executiva.

Lindóia do Sul

Prefeitura

108-2024 EXTRATO 2° TACONTRATO 51-2023 TRANSPORTE ESCOLAR VIAGENS ZONTA

Publicação Nº 6132755

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2CB0AB18F2D15D9F3DD333FCEEB0A0CED5225956

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 108/2024
3° TA CONTRATO Nº 51/2023
Código registro TCE: 2CB0AB18F2D15D9F3DD333FCEEB0A0CED5225956
O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:
Processo Licitatório: 12/2023 Pregão Presencial: 04/2023
Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais trinta dias, nos termos anteriormente dispostos.
Vigência: 28 de junho de 2024 a 28 de julho 2024.
Assinatura: 27 de junho de 2024
Neudi Angelo Bertol
Prefeito Municipal

11-2024 EXTRATO CONTRATO TRANSPORTE DE EXAMES

Publicação Nº 6131645

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 24CDBEF1E170DA5EBAA6449F5723B68922F1F5A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2024
Código registro TCE: 24CDBEF1E170DA5EBAA6449F5723B68922F1F5A0
PROCESSO LICITATÓRIO: 13/2024-FMS DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2024
Secretária Municipal de Saúde de Lindóia do Sul torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado: REUNIDAS TRANSPORTES S/A
Objeto: O objeto do presente contrato compreende a contratação de empresa para transporte de exames ao Laboratório LACEN, para as cidades de Joaçaba/SC e Florianópolis/SC, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
Valor: R$ 16.712,80
Vigência: 27 DE JUNHO DE 2024 A 27 DE JUNHO DE 2025.
Assinatura: 27 DE JUNHO DE 2024
Ivonilso Venancio
Secretária de Saúde

Lontras

Prefeitura

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE 05/2024

Publicação Nº 6131894

Ata da Reunião do Conselho de Meio Ambiente

Aos vinte dias do mês de junho de 2024, nesta cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada na Praça Henrique Schroeder sob nº 01, às nove horas da manhã, onde se reuniram o presidente do conselho e demais membros integrantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA. O Presidente do conselho, Sr. Marcos A. Hang fez o uso da palavra para agradecer a presença de todos e também para repassar a pauta da reunião. A primeira pauta foi apresentada pelo Geólogo Sr. Rogério Pereira da Rocha Soares, referente a descaracterização de um curso d'água situado no imóvel do Sr. Jason Kiefer na rua Paulo Alves do Nascimento, bairro Pioneiros, Lontras/SC (Art 25 2023 9056237-4). O geólogo apresentou que o referido curso d'água foi retificado. Sendo assim, o conselho solicitou ao proprietário que apresente a devida licença ambiental expedida pelo órgão ambiental, documento este para garantir o cumprimento ao que determina a Legislação Ambiental vigente e que, não haja uma possível prática de crime ambiental. A segunda pauta seria uma descaracterização de curso d'água do imóvel de Monica Maria Gaio, porém o geólogo responsável pela apresentação não compareceu na data e horário da reunião. Ficando assim, para apreciação dos conselheiros na próxima reunião dia 15 de agosto de 2024. Para finalizar, o presidente do COMDEMA, Sr. Marcos A. Hang abriu para dúvidas e assim encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03/2024

Publicação Nº 6131231

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTES

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S E ESPECÍFICO – REURB-E.
NÚCLEO INFORMAL: JACOBSEN 01 (NUI04_03)
MATRÍCULA Nº40.685 DO OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RIO DO SUL.

O MUNICÍPIO DE LONTRAS, na pessoa do Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim, prefeito em exercício, FAZ SABER a todos os interessados, em especial aos confrontantes e titulares de domínio do imóvel da matrícula abaixo relacionada, que tramita perante o Município procedimento de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S, e Específico – REURB-E, do núcleo informal denominado Jacobsen 01 (NUI04_03), NOTIFICA, com base na Lei Federal nº 13.465, de 17 de julho de 2017, e seu decreto regulamentador nº 9.310, de 15 de março de 2018, as pessoas constantes da listagem abaixo para que apresentem impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do presente Edital.

CONFRONTANTES: Orlei Fronza, Jaime de Oliveira, Amandio Leite, Antonio Bisnack.

TITULARES DE DOMÍNIO: Evaldino Bento de Souza, Irma Bento de Souza, Lailce Bessa de Souza, Leandro de Souza, Ivo Bento de Souza, Marcelo de Souza, Nadia Machado, Orlei Fronza, Rosa Bento de Souza, Valdir Bento de Souza, Valdemiro Bento de Souza.

Estando em termos, expediu-se o presente Edital para notificação dos supramencionados e todos os demais eventualmente interessados para que, querendo, apresentem impugnação perante o Município, no horário das 8h às 17h, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta publicação. Ficam desde já cientificados, de que a ausência de impugnação será interpretada como concordância da Regularização Fundiária de Interesse Social - Reurb-S e Específico Reurb-E, na forma apresentada, do núcleo informal denominado Jacobsen 01 (NUI04_03), que afeta o imóvel matriculado sob nº 40.685, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul, conforme § 6º, do art. 31, da Lei n. 13.465/2017. O presente edital não será renovado caso a titulação final seja por usucapião judicial ou extrajudicial, servindo o presente para atendimento ao disposto no § 4º do art. 216 – A da lei 6.015/73. Será o presente edital, por extrato, afixado no átrio site da Prefeitura Municipal de Lontras, e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios, na forma de Comunicado.

O presente edital encontra-se disponibilizado na sua íntegra no site da Prefeitura Municipal de Lontras: https://lontras.atende.net/cidadao, e no Diário Oficial dos Municípios: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/

Lontras, 27 de junho de 2024.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 606/2024

Publicação Nº 6132580

PORTARIA N° 606/2024

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 41, anexo III, da Lei Complementar n° 99/2022 e,

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) ficará responsável técnica da equipe de enfermagem do município;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Função Gratificada II (FGII) para o (a) servidor (a) JOSEM CRIS SEMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 189/2024 e as disposições em contrário.

Lontras, 27 de junho de 2024.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

DECRETO 137/2024

Publicação Nº 6131549

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DECRETO Nº 137/2024

HOMOLOGA DISPENSA PRESENCIAL

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Munícipio de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão da Dispensa Presencial nº 1021/2024 em 27 de junho de 2024, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RETIFICAÇÃO, DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO DE ÁREA DOS IMÓVEIS MATRICULADOS SOB Nº 48.387, 48.388 E 48.389 E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO PARA FINS DE PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DO IMÓVEL MATRICULADO SOB O NÚMERO 22.768. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 27 de junho de 2024.

MARCIONEI HILLESHEIM:03799851950

Assinado de forma digital por MARCIONEI HILLESHEIM:03799851950
Dados: 2024.06.27 10:19:41 -03'00'

MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 1021/2024

Publicação Nº 6131510

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1021/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RETIFICAÇÃO, DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO DE ÁREA DOS IMÓVEIS MATRICULADOS SOB Nº 48.387, 48.388 E 48.389 E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO PARA FINS DE PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DO IMÓVEL MATRICULADO SOB O NÚMERO 22.768. **Contratado**: BAIA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, inscrito no CNPJ nº 22.656.274/0001-76. **Valor Total**: R$ 11.950,00 (onze mil, novecentos e cinquenta reais). Lontras, 27 de junho de 2024.

MARCIONEI HILLESHEIM:03799851950

Assinado de forma digital por MARCIONEI HILLESHEIM:03799851950
Dados: 2024.06.27 10:04:08 -03'00'

MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves

PREFEITURA

EXTRATO DE ERRATA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024 - PREFEITURA

Publicação Nº 6131438

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C444FC19FC7DE90BEB6E25C551FCBBF24491B518

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE OBRA DE EXECUÇÃO DA RUA COBERTA, CONTEMPLANDO PAVIMENTAÇÃO DA RUA EM CONCRETO, COBERTURA METÁLICA, ILUMINAÇÃO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NO BAIRRO VILA DO SALTO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA E ANEXOS.
Conforme evidenciado, pela Assessoria de Planejamento (SEMOP), insere-se no item 13.18.4 do edital (Qualificação Técnica) todo o descritivo relacionado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, quanto à exigência de comprovação de vínculo dos profissionais em engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia de segurança do trabalho e engenharia mecânica. Desta forma, por não incidir na apresentação das propostas, restam mantidos os prazos e horários estabelecidos no edital.

Luiz Alves, 27 de junho de 2024.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 11/2023

Publicação Nº 6131802

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7C441FDECC6C366811C0EE84C75F6AA4B11941FF

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023
EXTRATO DO 5º ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 11/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob o n.º 83.102.319/0001-55, representando o FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.
Contratado: VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ sob n.º 08.628.996/0001-96
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA/DUAS PONTE(S) NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, CONFORME PROCESSO SEI MDR N.° 59053.008951/2022-78, SENDO: META 1 – "EXECUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO, COM CABECEIRAS, COM DIMENSÃO GERAL DE 10M X 15M (LXC) NA RUA NAIR MELCHIORETTO REUTER"; META 2 – "EXECUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO, COM CABECEIRAS, COM DIMENSÃO GERAL DE 6,50M X 20M (LXC) NA RUA ADOLPHO FRANCISCO ZIMMERMANN".
Do Valor: Em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, bem como da cláusula décima terceira do contrato principal, ficará acrescido o valor de **R$60.868,30 (sessenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos)** em relação ao Contrato n.º 11/2023, conforme requisitado pela Secretaria Competente, consubstanciado pelo Parecer Jurídico nº 110/2024.

Luiz Alves, 27 de junho de 2024.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO N. 13/2024

Publicação Nº 6132004

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO N. 13/2024.

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo a Prefeitura Municipal de Macieira, com sede á Rua Augusto Royer n. 133, Centro, nesta cidade de Macieira – SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDGARD FARINON**, denominada CONTRATANTE e de outro lado a **C3 SUL LTDA,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 43.206.620/0001-94, com sede na Rua XV de Novembro, nº 739, Centro, na cidade de Campos Novos/SC, de acordo com o processo licitatório 20/2024, pregão presencial 20/2024, mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – Pelo presente Termo Aditivo, fica aditivado o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) notadamente 3,35% do valor global do Contrato Original, a serem pagos de forma incorporada ao valor total do contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – Justificam este aditivo os expedientes afins contidos no processo licitatório n. 013/2024, especialmente as justificativas da Empresa Contratada, o Despacho do Senhor Prefeito Municipal, que integram o presente para todos os fins.

CLAUSULA TERCEIRA – As despesas oriundas deste Aditamento contratual serão empenhadas na dotação orçamentária própria do exercício de 2.024.

CLAUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais clausulas do contrato ora aditado e de seus aditivos.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Macieira, 27 de junho de 2.024.

EDGARD FARINON **C3 SUL LTDA**

p. Município Contratante p. Empresa Contratada

Testemunhas:

---------- ----------

CPF N. CPF N.

SEGUNDO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 027/2023

Publicação Nº 6131967

SEGUNDO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 027/2023.

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo a Prefeitura Municipal de Macieira, com sede á Rua Augusto Royer n. 133, Centro, nesta cidade de Macieira – SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. EDGARD FARINON,** denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI,** de ora em diante, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o ADITIVO na forma de prorrogação de prazo ao Contrato Administrativo n. 0027/2023 e do Primeiro Termo Aditivo firmado em 30 de novembro de 2.023, originário do Processo Licitatório n. 028/2023, na modalidade dispensa de licitação, na forma do artigo 75, VX da lei de licitações, mediante as clausulas e condições a seguir ajustadas:

CLAUSULA PRIMEIRA – Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços profissionais, até **30 de junho de 2.025.**

CLAUSULA SEGUNDA – O preço da contratação terá atualização de 3,43%, variação do INPC, , ou seja, R$ 3.146,34 mensal, em 12 parcelas iguais e consecutivas, o que totaliza o valor de R$ 37.756,08.

CLAUSULA TERCEIRA – As despesas oriundas deste Aditamento contratual serão empenhadas na dotação orçamentária dos exercícios de 2024 e 2025.

CLAUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais clausulas do contrato ora aditado e do Primeiro Termo Aditivo de para Prorrogação de vigência do Prazo e Reajuste Inflacionário.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Macieira, 20 de junho de 2.024.

EDGARD FARINON
p. Município Contratante

THIAGO OUVERNEY LEITE
p. Empresa Contratada

Testemunhas:

---------- **----------**

CPF N. **CPF N.**

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO N. 003/2021

Publicação Nº 6132831

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO N. 003/2021.

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo a Prefeitura Municipal de Macieira, com sede á Rua Augusto Royer n. 133, Centro, nesta cidade de Macieira – SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDGARD FARINON**, denominada CONTRATANTE e de outro lado a **CS BET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ número 10.482.451/0001-66, com sede na Rua XV de Novembro, número 105, Centro, na cidade de Arroio Trinta/SC, Cep número 89590-000, representada por seu gerente administrativo o/a Sr (a) Jandir Antônio Crepaldi, doravante demoninado simplesmente **CONTRATADO**, de acordo com o processo licitatório na modalidade de **Pregão eletrônico** número 0019/2020e mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – Pelo presente Termo Aditivo, fica aditivado o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) notadamente 4,32% do valor global do Contrato Original, a serem pagos em uma única parcela, até 30 dias após a emissão de nota fiscal.

CLAUSULA SEGUNDA – Justificam este aditivo os expedientes afins contidos no processo licitatório n. 003/2021, especialmente as justificativas da Empresa Contratada, o Despacho do Senhor Prefeito Municipal, que integram o presente para todos os fins.

CLAUSULA TERCEIRA – As despesas oriundas deste Aditamento contratual serão empenhadas na dotação orçamentária própria do exercício de 2.024.

CLAUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais clausulas do contrato ora aditado e de seus aditivos.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Macieira, 27 de junho de 2.024.

EDGARD FARINON **CS NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA**

p. Município Contratante p. Empresa Contratada

Testemunhas:

---------- ----------

CPF N. CPF N.

Mafra

Prefeitura

PORTARIA Nº 730/24 EM 26.06.2024

Publicação Nº 6132322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 730/24 em 26.06.2024.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Memorando nº 11474/2024 de 25 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os Membros para compor a Comissão Permanente de Credenciamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, como segue:

PRESIDENTE: LUAN CAROLINE FERNANDES DIAS;
SECRETÁRIA: THAINÁ ERIDIANE GROSSKLAUS;
MEMBROS: DANIELA TANANUSKA;
MARILENE NEUDORF FRANÇA;
VIVIAN TIBES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1260/21 de 25.10.2021.

Prefeitura do Município de Mafra, em 26 de Junho de 2024.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 731/24 EM 27.06.2024

Publicação Nº 6132364

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 731/24 em 27.06.2024.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 3409/2024 de 24 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para verificar a possibilidade de pagamento do aditivo solicitado pela empresa União Prestadora De Serviços Ltda - EPP, referente a conclusão da obra, oriunda do processo licitatório nº 731/2019.

Art. 2º - A comissão de Processo Administrativo será composta pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE: JEAN VICHINHESKI;
MEMBROS: JULIANA CAIKOSKI;
ANA CÁSSIA GATELLI PSCHEIDT.

Art. 3º - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a Conclusão dos Trabalhos de instrução processual, devendo encaminhar os autos do Processo com Relatório Final para o Secretário Municipal de Administração emitir decisão final.
- Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa da Comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 27 de Junho de 2024.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 732/24 EM 27.06.2024

Publicação Nº 6132399

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 732/24 em 27.06.2024.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 3410/2024 de 24 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para verificar a possibilidade de pagamento referente a prestação de serviços de transporte de atletas, efetuado pela empresa Expresso Mafrense Ltda.

Art. 2º - A comissão de Processo Administrativo será composta pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE: JEAN FELIPE SCHAFASCHEK;
MEMBROS: NATANIEL FELIPE MARIA;
ALEXANDRE HENRIQUE BERGER.

Art. 3º - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a Conclusão dos Trabalhos de instrução processual, devendo encaminhar os autos do Processo com Relatório Final para o Secretário Municipal de Administração emitir decisão final.
- Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa da Comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 27 de Junho de 2024.
EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 733/24 EM 27.06.2024

Publicação Nº 6132403

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 733/24 em 27.06.2024.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com art. 101 da Lei Complementar nº 16 de 28.12.2005, Protocolo nº 7.221/2024 de 17 de Junho de 2024 e Memorando nº 11.625/2024 de 26 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art.1º - Conceder ao Servidor Público Municipal DIMAS HUMENHUK, matrícula nº 158901, exercendo o cargo de ASSISTENTE DE SAÚDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir 90 (noventa) dias de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 22.11.2011 a 21.07.2016, a partir de 1º(primeiro) de Julho de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 27 de Junho de 2024.
EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 734/24 EM 27.06.2024

Publicação Nº 6132412

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 734/24 em 27.06.2024.

RETIFICA A PORTARIA Nº 296/23 de 30 DE MARÇO DE 2023 - QUE CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO DE 30(TRINTA) DIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Memorando nº 11644/2024 de 26 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 296/23 de 30.03.2023, a qual Concede Licença - Prêmio de 30(trinta) dias, conforme segue:

Onde lê-se:

Art.1º - Conceder ao Servidor Público Municipal CHEISON DE LIMA, matrícula nº 2242001, exercendo o cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 1º.04.2013 a 31.03.2018, a partir de 28 de Fevereiro de 2023.

Leia-se:

Art.1º - Conceder ao Servidor Público Municipal CHEISON DE LIMA, matrícula nº 2242001, exercendo o cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 06.01.2008 a 05.01.2013, a partir de 28 de Fevereiro de 2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Abril de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 27 de Junho de 2024.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 735/24 EM 27.06.2024

Publicação Nº 6132420

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 735/24 em 27.06.2024.

RETIFICA A PORTARIA Nº 766/23 de 27 DE JUNHO DE 2023 - QUE CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO DE 30(TRINTA) DIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Memorando nº 11644/2024 de 26 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 766/23 de 27.06.2023, a qual Concede Licença - Prêmio de 30(trinta) dias, conforme segue:

Onde lê-se:

Art.1º - Conceder ao Servidor Público Municipal CHEISON DE LIMA, matrícula nº 2242001, exercendo o cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 1º.04.2013 a 31.03.2018, a partir de 06 de Julho de 2023.

Leia-se:

Art.1º - Conceder ao Servidor Público Municipal CHEISON DE LIMA, matrícula nº 2242001, exercendo o cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 06.01.2008 a 05.01.2013, a partir de 06 de Julho de 2023.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 03 de Julho de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 27 de Junho de 2024.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 736/24 EM 27.06.2024

Publicação Nº 6132426

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 736/24 em 27.06.2024.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com art. 101 da Lei Complementar nº 16 de 28.12.2005, Protocolo nº 6.876/2024 de 11 de Junho de 2024 e Memorando nº 11.646/2024 de 26 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art.1º - Conceder ao Servidor Público Municipal CHEISON DE LIMA, matrícula nº 2242001, exercendo o cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 06.01.2008 a 05.01.2013, a partir de 1º(primeiro) de Julho de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 27 de Junho de 2024.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 737/24 EM 27.06.2024

Publicação Nº 6132429

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 737/24 em 27.06.2024.

TRANSFERE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Memorando nº 11596/2024 de 26 de Junho de 2024;

RESOLVE

Art. 1º - Transferir o Servidor Público Municipal FERNANDO PACHECO DOS SANTOS, matrícula nº 1905401, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 04 de Junho de 2024.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Junho de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 27 de Junho de 2024.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 22, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131750

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 22, de 26 de junho de 2024

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador **SÉRGIO LUIZ SEVERINO**, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora MARIA NELI WORELL SCHAFACHECK, ocupante de cargo de Auxiliar Legislativo, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único - As férias referem-se ao período aquisitivo de 2023, que serão usufruídas de 08 a 17 de julho de 2024.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16, de 28 de dezembro de 2005 que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Legislativa nº 19/2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[assinado digitalmente]
VER. SÉRGIO LUIZ SEVERINO
Presidente

Documento assinado digitalmente por Sérgio Luiz Severino (575.***.***-53)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaramafra.sc.gov.br/cer e informe o código: 240626164853 6BC2

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 23, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131752

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 23, de 26 de junho de 2024.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador **SÉRGIO LUIZ SEVERINO**, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor **LAURANT PATRIK BRYKCZYNSKI,** ocupante de cargo de Assessor de Imprensa, do quadro de provimento comissionado da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias referem-se ao período aquisitivo de 2023/2024, que serão usufruídas de 24 de julho a 02 de agosto de 2024.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16, de 28 de dezembro de 2005 que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[assinado digitalmente]
VER. SÉRGIO LUIZ SEVERINO
Presidente

Documento assinado digitalmente por Sérgio Luiz Severino (575.***.***-53)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaramafra.sc.gov.br/cer e informe o código: 240626164910004B2

Major Gercino

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DL 10/2024

Publicação Nº 6131100

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 154A08CF1260445396E013207FC3DA8D4E256BF9

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAJOR GERCINO

CNPJ: 08.902.303/0001-01
PRAÇA GERONIMO SILVEIRA ALBANAS 78
C.E.P.: 88260-000 - **Major Gercino - SC**

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 10/2024 - DL

Processo Administrativo: 13/2024
Processo de Licitação: 13/2024
Data do Processo: 24/06/2024

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALMOR PEDRO KAMMERS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 13/2024
b) Licitação Nr.: 10/2024-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 26/06/2024
e) Objeto da Licitação REVISÃO 20.000 KM VEÍCULO SPIN 18L PREMIER RYV1F38

(em Reais R$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 009051 - UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	5	0,0000	749,36
	5		749,36

Major Gercino, 26 de Junho de 2024.

Gabriela Abramovicz-Secretária Da Saúde

Major Vieira

Prefeitura

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 022/2024

Publicação Nº 6131819

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94690D37ED6E53DC67C97A84C80A1856334B3D7A

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.º 022/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL COM NO MÍNIMO 4 (QUATRO) PUBLICAÇÕES NA SEMANA, DESTINADO A PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS COMO EDITAIS, ATAS, EXTRATOS DE CONTRATO, ADITIVO DE CONTRATO E ABERTURA DE LICITAÇÕES PARA O MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA SC. Tipo: menor preço | POR ITEM; Disputa/ Data/hora: 12/07/2024 às 08h30. Recebimento de propostas até às 08h00mim, no endereço eletrônico www.bll.org.br do dia 12/07/2024. Informações: licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Cópia do edital no Site www.majorvieira.sc.gov.br/. Edson Sidnei Schroeder. Prefeito Municipal. 27/06/2024.

Câmara Municipal

DECRETO LEGISLATIVO N.º 40, DE 17 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133131

DECRETO LEGISLATIVO Nº 040/2024 de 17 de junho de 2024.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022"

VICENTE PAULITZKI NETO, Presidente da Câmara de Vereadores de Major Vieira (SC), no uso de suas atribuições regimentais,
Faço saber que a Câmara Municipal de Major Vieira aprovou, e a Mesa Diretora promulga nesta data o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Major Vieira, relativas ao exercício de 2022, considerando o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, no processo PCP 23/00351913.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Major Vieira, 17 de junho de 2024.

Vicente Paulitzki Neto - Presidente da Câmara

Alcir de Deus Bueno - Vice-Presidente

Laércio Sobczack - 1.º Secretário

Sílvio Kizema - 2.º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo na Secretaria Adm da Câmara, nesta data.
Em: 17 de junho de 2024.
Maryell Rêgo Toth - funcionário

Maravilha

Prefeitura

DECRETO Nº 568/2024

Publicação Nº 6133058

DECRETO Nº 568, DE 17 DE JUNHO DE 2024
Dispõe sobre complementação de aposentadoria e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 186/2024,

Considerando a decisão judicial dos autos n. 50019557420218240042,

DECRETA:
Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedida complementação de aposentaria ao servidor municipal aposentado LAERCIO JOSE FORNASARI, ocupante do cargo efetivo de Médico, conforme artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 003/2002.

Art. 2º Fica o Departamento de Recursos Humanos do Município autorizado a incluir os direitos do servidor de que trata o presente Decreto em folha de pagamento complementar, até a integridade dos vencimentos.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/06/2024.

Maravilha – SC, 17 de junho de 2024.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 573/2024

Publicação Nº 6133150

DECRETO Nº 573, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Aprova unificação de lotes urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: LOTE URBANO Nº (11), da quadra nº (11), situado no Loteamento "ESPLENDOR III", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Herberto Getulio Schmidt, distando 29,00 metros da esquina formada pela Rua Rio de Janeiro, com a área de "TREZENTOS E NOVENTA E SEIS METROS E VINTE CENTÍMETROS QUADRADOS" (396,20 m²), sem edificações, objeto da matrícula nº 25.439, de propriedade de Everton de Oliveira Meyer e Mikelly Guzatti Meyer e LOTE URBANO Nº (12), da quadra nº (11), situado no Loteamento "ESPLENDOR III", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Herberto Getulio Schmidt, distando 15,00 metros da esquina formada pela Rua Rio de Janeiro, com a área de "TREZENTOS E NOVENTA E SEIS METROS E VINTE CENTÍMETROS QUADRADOS" (396,20 m²), sem edificações, objeto da matrícula nº 25.440, de propriedade de Everton de Oliveira Meyer e Mikelly Guzatti Meyer. Conforme mapa, memorial descritivo e CRT assinados pelo Técnico em Agrimensura Everton de Oliveira Meyer, CRT 0406853290-7, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

LOTES URBANOS Nºs: (11 e 12), da quadra nº (11), situados no Loteamento "ESPLENDOR III", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizados no lado ímpar da Rua Herberto Getulio Schmidt, distando 15,00 metros da esquina formada pela Rua Rio de Janeiro, com as áreas respectivas de: (396,20 m² e 396,20 m²), perfazendo a área total de "SETECENTOS E NOVENTA E DOIS METROS E QUARENTA CENTÍMETROS QUADRADOS" (792,40 m²), sem edificações; CONFRONTANDO: AO NOROESTE, com a Rua Herberto Getulio Schmidt, na extensão de 28,00 m; AO SUDESTE, com os lotes urbanos nºs: (15 e 16), na extensão de 28,00 m, de Aldecir Antonio Rigon – M. 25.443 e, Valderez José Poleto e, Ricieli Daliana Mayer - M. 25.444, respectivamente; AO NORDESTE, com o lote urbano nº (13), na extensão de

28,30 m, de Bruna Valdemeri – M. 25.441; AO SUDOESTE, com o lote urbano nº (10), na extensão de 28,30 m, de Oliveira Imóveis S.A. – M. 25.438;

Art. 2º As despesas do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 25 de junho de 2024.

SANDRO DONATI
Prefeito do Município de Maravilha

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO
Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda

EXTRATO 1ª RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.087/2024

Publicação Nº 6132685

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8FDA80B5F4A9D3E123BB74CFDFBCB2C72854617F

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 087/2024 – Modalidade de Pregão Eletrônico n. 087/2024 – Sistema de Registro de Preços – SRP.
1ª Retificação do Edital
A Secretária de Educação e Cultura de Maravilha - SC, CLEUSAMAR TOSETTO PREUSS, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados a 1ª Retificação do edital de Pregão Eletrônico n.087/2024, para incluir o item 81 no anexo I do Termo de Referência, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão eletrônico, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, a aquisição de material gráfico para manutenção das atividades das secretarias municipais, conforme a necessidade do Município de Maravilha/SC, tipo Menor Preço por Item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 14.133/21 e Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital e que estará recebendo as propostas eletronicamente até às 08h do dia 12 de julho de 2024, procedendo a partir das 08 horas e 15 min com o início do certame. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h 30min as 11h 30min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 24 de junho de 2024. Secretaria de Educação e Cultura de Maravilha.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 077/2024

Publicação Nº 6132740

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 59C718B99BC81498901CC753CA5EFFBEDA9DF1E5

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.
Extrato de Contrato
Espécie: Contrato Administrativo n. 077/2024. Partes: Município de Maravilha – SC e Santos e Bassoli Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de material e equipamento necessário para a realização do evento da modalidade de Ginástica Ritmica na OLESC 2024 – Fase estadual, que acontecerá durante os dias 12 a 21 de setembro de 2024 no Município de Maravilha – SC. Vigência: 31 de dezembro de 2024. Valor Global R$ 42.000,00. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 26/06/2024. Signatários: Sandro Donati pela Contratante e Rita Maria de Camargo Bassoli Antunes dos Santos pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 078/2024

Publicação Nº 6132852

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FFAEEBD55DADB364B4D5E7F37ABE88EA1AE68C5B

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.
Extrato de Contrato
Espécie: Contrato Administrativo n. 078/2024. Partes: Município de Maravilha – SC e Aluvidros Indústria e Comércio de Vidros Eireli. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e prestação de serviço para instalação de painel fixo com 10 módulos, em perfil de alumínio, vidro laminado 6+6 incolor, no Ginásio Municipal de Esportes Gelso Tadeu Lara no Município de Maravilha – SC. Vigência: 60 dias. Valor Global R$ 26.287,32. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 27/06/2024. Signatários: Sandro Donati pela Contratante e Itacir Gregorio pela Contratada.

Massaranduba

Câmara Municipal

ATA Nº 29/2024 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24/06/2024

Publicação Nº 6134508

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 29, DO DIA 24 DE JUNHO DE 2024.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2024, às 19 (dezenove) horas no recinto da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, compareceram em sessão ordinária os vereadores: Maicon Kuhnen, Everton Mateus Pasold, Vanderlei Sasse (Leca), Ilmar Saplinski, Arno Roberto Rohweder (Betinho), Fabiano Kempski, Joanir José Lewandowski, Selésio Zapelini, estando ausente o vereador José Diomar Stringari (atestado médico). Iniciando os trabalhos o presidente vereador Maicon Kuhnen convida o vereador Vanderlei Sasse (Leca) 1º secretário da Mesa Diretora que faça a leitura de um Versículo Bíblico e após lido convida o vereador Vanderlei Sasse que faça a leitura da ata nº 028/2024, onde que após lida o presidente pergunta aos nobres vereadores se tem pedidos de retificação ou impugnação da ata e o vereador Vanderlei Sasse informa que não ouve a manifestação dele e do vereador José Diomar Stringari como líderes de bancada e o presidente solicita a sua alteração e posteriormente e aprovada por unanimidade pelos nobres vereadores. O presidente convida o vereador Vanderlei Sasse (Leca) que faça a leitura das correspondências oficias recebidas: Leitura do oficio do Coronel Armando que solicita o uso da Tribuna Livre da primeira sessão de julho, da mensagem nº 014/2024 do Prefeito que solicita a retificação do Projeto de Lei nº 006/2024, leitura do convite da Secretária de Educação para participar da Feira de Matemática e do atestado médico apresentado pelo vereador José Diomar Stringari justificando a falta na sessão. O Presidente acusa o recebimento das demais correspondência acima especificadas e dá seus devidos encaminhamentos. O presidente convida o Assistente Legislativo Jair Micheluzzi que faça a leitura das correspondências oficiais expedidas e após lidas o presidente dá sequencia aos trabalhos e passa para as Comunicações e indagações. Nenhum vereador Manifestou-se. Ordem do Dia: Nada a deliberar. Palavra Livre: Manifestou-se o vereador Maicon Kuhnen. Palavra dos líderes de bancada e líder do Governo: Nenhum vereador manifestou-se. E nada mais tendo a deliberar o presidente encerra a presente sessão ordinária e marca a próxima para o dia 27 de junho de 2024, às 19 horas, e eu Jair Micheluzzi, Assistente Legislativo, digitei a presente ata a qual foi lavrada pelo vereador Vanderlei Sasse 1º Secretário e vai assinada pelos demais integrantes da Mesa Diretora. Massaranduba (SC) em 24 de junho de 2024.

Maicon Kuhnen Everton Mateus Pasold Presidente Vice Presidente

Vanderlei Sasse
1º Secretario

Ilmar Saplinski
2º Secretario

PORTARIA Nº195/2024 - DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NO REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 6132374

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone (47) 3379-1571
e-mail: camara@cvmassaranduba.sc.gov.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br.
89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

P O R T A R I A Nº 195/2024
DE 27/06/2024

MAICON KUHNEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

R E S O L V E:

DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NO REGISTRO DE PREÇOS

Artigo 1º Ficam designados a servidora Marilú M. Ziehlsdorff para cumprimento dos incisos I (quando for o caso), II e III do artigo 76, ao servidor Almir Trevisani o cumprimento dos incisos IV, VI, VII e VIII do artigo 76 e ao servidor Dionísio Kemczynski para o cumprimento do inciso V do artigo 76, todos da Resolução nº 153/2023 da Câmara de Vereadores de Massaranduba.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 27 DE JUNHO DE 2024.

MAICON KUHNEN
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado no Expediente da data supra

Dionisio Kemczynski
Contador

Matos Costa

Prefeitura

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2024 PROCESSO SIMPLIFICADO 03/2024

Publicação Nº 6133278

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

EDITAL DE CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 003/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2024

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Edital de Cadastro Simplificado n.º 003/2024, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para apresentar-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de até 02 (dois) dias, munidos da documentação exigida, para fins de contratação/admissão no cargo para o qual foi classificado.

Em razão da solicitação da Secretaria Municipal de Educação:

Cargo: AUXILIAR EDUCACIONAL

Nº Inscrição	Nome	Pontuação	Classificação
01	LAURA RIVA	7,00	01
02	ADRIANA BARTH	5,61	02

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, e será convocado o candidato imediatamente classificado na seq-ência do certame.

Matos Costa, 28 de Junho de 2024.

PAULO BUENO DE CAMARGO
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.448/2024 RATIFICA AS ALTERAÇÕES CONTRATO CISAMARP

Publicação Nº 6132232

Lei Municipal Nº 2.448/2024 – de 27 de Junho de 2024.
Súmula: RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito Municipal de Matos Costa, Estado de Santa Catarina faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Lei

Art. 1.º.Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP, firmado entre este Município e o CISAMARP, mediante autorização da Lei Municipal n.º 2.368/2022.
Art. 2.º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CISAMARP está publicado na página 1707da Edição 4507 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, bem como anexo a esta Lei.
Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 27 de junho de 2024.

Paulo Bueno de Camargo
Prefeito Municipal
A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Assistente Administrativo I

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2024

Publicação Nº 6132624

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 036/2024

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 002/2024
Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Detentor da Ata: APICEBR COMERCIAL EIRELI
Objeto: A presente Ata tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA/COZINHA E DESCARTÁVEIS COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2024.
Valor: R$ 748,50 (setecentos e quarenta e oito reais e cinquentas centavos).
Vigência: Início: 27/06/2024 Término: 19/02/2025.
Data da assinatura: 27 de junho de 2024.

PORTARIA Nº 311-2024

Publicação Nº 6132279

PORTARIA n. º 311/2024

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TURISMO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações e Lei nº 1349/2009 de 30 de março de 2009 e suas alterações, determina:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MARTA NAZARIO FABRIS, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Turismo, nível de referência DAS 4, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de junho de 2024.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Mirim Doce

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL: 6/2024

Publicação Nº 6133047

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9F8B7B13554741373BC1959C090E0379AFBCC83E

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL: 6/2024

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto n.º 2963/2023, Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor(es) da licitação,
Relação de Participantes

Código	Fornecedor
9181520	ADRIANO CONSTRUTORA LTDA

ADRIANO CONSTRUTORA LTDA	1.920.598,42

Mirim Doce, dia vinte e sete do mês de junho de dois mil e vinte e quatro.

BERNARDO PERON
Prefeito Municipal

CONTRATO 50/2024

Publicação Nº 6132471

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5253994D05915BA2F717670619F774014A0EF34B

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE
Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N. º 95.952.248/0001-69

CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA (EMPREITADA GLOBAL) N.50/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024, que celebram entre si o MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE (SC), e a Empresa HETRIOS TERRAPLENAGEM LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 22/2024
CONCORRENCIA PRESENCIAL N.º 05/2024

CONTRATO N°50/2024 PMMD/OBRAS

O MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE/SC, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, 220, Centro, Mirim Doce (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 95.952.248/0001-69, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor BERNARDO PERON,doravante denominado **CONTRATANTE**, doravante denominado CONTRATANTE e de outrolado a empresa **HETRIOS TERRAPLENAGEM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Tiradentes, na cidade de Rio do Campo/SC, inscritano CNPJ sob o n. 13.284.355/0001-00, neste ato representada pelo Sr. PABLO LEONARDO HEUSSER, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21,decorrente do *PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 22/2024*, modalidade *CONCORRENCIA PRESENCIAL N.º 05/2024* e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

A presente Licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (EMPREITADA GLOBAL), PARA REFORMA DO IMOVEL UTILIZADO COMO GARAGEM E SEDE DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE MIRIM DOCE/SC, (ESTRUTURAL E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE
Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N. º 95.952.248/0001-69

PROJETOS, QUE FAZEM PARTE DO ANEXO VI DO PRESENTE EDITAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do *PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 22/2024*, *CONCORRENCIA PRESENCIAL N.º 05/2024*, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor deste contrato é de **R$314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais)**, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.2 - O CONTRATANTE poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham sernecessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência de **27 de junho de 2024 até 31 de dezembro de 2024**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

4.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalizaçãoque somente atestará a realização dos serviços, realizará as medições e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA,todas as condições pactuadas.

4.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Mirim Doce e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Mirim Doce, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á

apósa regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Mirim Doce.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3 – O Município de Mirim Doce poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Mirim Doce.
b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atendaà cláusula infringida.
c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venhaa prejudicaras atividades do Município de Mirim Doce.
d) Débito da CONTRATADA para com o Município de Mirim Doce quer proveniente da execuçãodeste instrumento,quer de obrigações de outros contratos.
e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidasneste instrumento.

4.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Municípiode Mirim Doce, os valores devidos serão acrescidos de encargosfinanceiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

4.5 Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, tendo o Município um **prazo de até 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.** Além dos seguintes documentos:

a. Cópia das folhas de pagamento do período que os funcionários trabalharam e a quitaçãonos recibos de pagamento.
b. Cópia da GPS sobre a folha de pagamento do período em que os funcionários trabalharam na obra.
c. Cópia da guia de recolhimento do FGTS sobre a folha de pagamento do período em queos funcionários trabalharam na obra.
d. Cópia da GEFIP juntamente com a RE (relação dos empregados) do período que os funcionários trabalharam na obra.
e. Cópia da Guia de recolhimento da Previdência Social da retenção efetuada na nota de prestação de serviços.
f. Cópia da Guia de Recolhimento do ISS da retenção efetuada na nota de prestação de serviços.
g. Cópia das Certidões Negativas da Empresa: FGTS, INSS, TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO ou substituir pelo CRC fornecido pela Prefeitura, desde que esteja atualizado.
h. Se houver a necessidade o Município poderá solicitar outros documentos.

Obs: Os documentos pertinentes aos tributos e demais documentos pertinentes aos funcionários da empresa deveram ser entregues da última competência paga pela empresa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE
Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N. º 95.952.248/0001-69

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis.

5.1.1 - Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional dePreços ao Consumidor (INPC).

5.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que nãopossam, porvedação legal, serem refletidos através de reajuste ourevisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, "d", da Lei Federal n° 14.133/21, buscarão uma solução para a questão, desde que se verifique fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, e que nãotenha havido prorrogação do instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotaçõesorçamentárias:

Órgão: 6 - Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Urbanos
Unidade: 1 - Manutencao dos Servicos Urbanos
Ação: 1074 - Construção/reforma e Ampliação da Garagem
Vínculo: 250170000400 - Outros Recursos não Vinculados - Indenização de seguro
Subelemento: 3449051070000000000 – Reformas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumentoe seus anexos, obriga-se, ainda,a empresa vencedora a:

7.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado,vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Mirim Doce, pararealização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atosadministrativos.

7.2 - Iniciar os serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de serviço, mediante agendamento prévio junto ao Fiscal de Contrato senhor ***Ederley Bruno Muller Silva*** e Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Mirim Doce.

7.3.1 - Efetuar o serviço(S) no(s) local(is) indicado(s), também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, aserem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

§ 1º - O recebimento da obra será provisório para posterior verificação de sua conformidade

com as especificações da ocorrência e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega da obra somente será conhecido pelo Município de Mirim Doce, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município Mirim Doce, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4 - Garantir a solidez e qualidade dos materiais empregados à obra e, caso haja solicitaçãodo Fiscal de Contrato senhor ***Ederley Bruno Muller Silva***, reparar quaisquer danos decorrentes da execução da mesma no período de garantia pós-contratual, de 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

7.5 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município Mirim Doce, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoriacontra choques e intempéries durante o transporte.

7.7 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desteinstrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas nesteinstrumento.

7.8 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.9 - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.10 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadasao cumprimento do presente Instrumento.

7.11 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município deMirim Doce ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.12 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei n° 14.133/21.

8.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º

14.133/21, as especificadas noEdital.

8.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste contrato, através do fiscal o Sr. ***Ederley Bruno Muller Silva***, bem como do gestor de contratos o Sr. ***Arnildo Maiotti.***

8.4 - Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento contratual;

8.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no contrato.

9 CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suassucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos osdébitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Mirim Doce, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou desubstituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ouem situações que acarretem prejuízo a Administração,decorrente da execução da obra.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de executar a obra, no prazo determinado.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei14.133/21;

10.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a

Leinº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

10.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladasou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 22/2024 CONCORRENCIA PRESENCIAL N.º 05/2024.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mirim Doce, com exclusãode qualquer outro por mais privilegiado queseja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtamum só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Mirim Doce-SC, 27 de junho de 2024.

Bernardo Peron
Município de Mirim Doce/SC
Contratante

Pablo Leonardo Heusser
Hetrios Terraplenagem LTDA
Contratada

Testemunhas:

Micheli Dos Santos
CPF: 109.364.959-36

Laureni Lamin
CPF:019.813.679-00

CONTRATO 51/2024

Publicação Nº 6133350

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 54A20532D45A5DCED75EAA3A1638C23460B56A87

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE
Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N. º 95.952.248/0001-69

CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA (EMPREITADA GLOBAL) N. 51/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024, que celebram entre si o MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE (SC), e a Empresa ADRIANO CONSTRUTORA LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 27/2024
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 06/2024

CONTRATO N°51/2024 PMMD/OBRAS

O MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE/SC, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, 220, Centro, Mirim Doce (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 95.952.248/0001-69, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor BERNARDO PERON, doravante denominado **CONTRATANTE**, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa **ADRIANO CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Barra Grande, na cidade de Mirim Doce/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 49.350.260/0001-86, neste ato representada pelo Sr. ADEMIR ADRIANO, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21,decorrente do *PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 27/2024*, modalidade *CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 06/2024* e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

A presente Licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (EMPREITADA GLOBAL), PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DA RUA DANIEL CORRENTE E RODOVIA MUNICIPAL MARGEM ESQUERDA COM EXTENSÃO DE 793,64 METROS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, QUE FAZEM PARTE DO PRESENTE**

CONTRATO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do *PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 27/2024*, modalidade *CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 06/2024*, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor deste contrato é de **R$1.920.598,42 (um milhão novecentos e vinte mil quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos)**, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.2 - O CONTRATANTE poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limiteslegais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham sernecessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência de **27 de junho de 2024 até 31 de dezembro de 2024**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo,observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

4.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamenteao responsável pela fiscalizaçãoque somente atestará a realização dos serviços, realizará as

medições e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA,todas as condições pactuadas.

4.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pelafiscalização do Município de

Mirim Doce e cumprimento pelaempresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Mirim Doce, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á apósa regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Mirim Doce.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3 – O Município de Mirim Doce poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou maisdas hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamentocomplementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Mirim Doce.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido atéque a CONTRATADA atendaà cláusula infringida.

c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venhaa prejudicaras atividades do Município de Mirim Doce.

d) Débito da CONTRATADA para com o Município de Mirim Doce quer proveniente da execução deste instrumento,quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidasneste instrumento.

4.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Municípiode Mirim Doce, os valores devidos serão acrescidos de encargosfinanceiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

4.5 Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, tendo o Município um **prazo de até 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.** Além dos seguintes documentos:

a. Cópia das folhas de pagamento do período que os funcionários trabalharam e a quitaçãonos recibos de pagamento.

b. Cópia da GPS sobre a folha de pagamento do período em que os funcionários trabalharam na obra.

c. Cópia da guia de recolhimento do FGTS sobre a folha de pagamento do período em queos funcionários trabalharam na obra.

d. Cópia da GEFIP juntamente com a RE (relação dos empregados) do período que osfuncionários trabalharam na obra.

e. Cópia da Guia de recolhimento da Previdência Social da retenção efetuada na nota deprestação de serviços.

f. Cópia da Guia de Recolhimento do ISS da retenção efetuada na nota de prestação deserviços.

g. Cópia das Certidões Negativas da Empresa: FGTS, INSS, TRIBUTOS FEDERAIS,ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO ou substituir pelo CRC fornecido pela Prefeitura, desde que esteja atualizado.

h. Se houver a necessidade o Município poderá solicitar outros documentos.

Obs: Os documentos pertinentes aos tributos e demais documentos pertinentes aosfuncionários da empresa deveram ser entregues da última competência paga pela empresa.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DOEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis.

5.1.1 - Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional dePreços ao Consumidor (INPC).

5.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que nãopossam, porvedação legal, serem refletidos através de reajuste ourevisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal n° 14.133/21, buscarão uma solução para a questão, desde que se verifique fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, e que nãotenha havido prorrogação do instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes

dotaçõesorçamentárias:

Órgão: 06 - Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Urbanos
Unidade: 001 - Manutenção dos Serviços Urbanos
Ação: 1034 - Calçamento/Pavimentação/Acessibilidade de Ruas e Drenagem
Vínculo: 250070000000 -Recursos não vinculados de Impostos

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumentoe seus anexos, obriga-se, ainda,a empresa vencedora a:

7.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado,vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Mirim Doce, pararealização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atosadministrativos.

7.2 - Iniciar os serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de serviço, mediante agendamento prévio junto ao Fiscal de Contrato e Secretário deAdministração e Finanças do Município de Mirim Doce.

7.3.1 - Efetuar o serviço(S) no(s) local(is) indicado(s), também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, aserem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

§ 1º - O recebimento da obra será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações da ocorrência e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega da obra somente será conhecido pelo Município de Mirim Doce, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município Mirim Doce, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4 - Garantir a solidez e qualidade dos materiais empregados à obra e, caso haja solicitaçãodo Fiscal de Contrato, reparar quaisquer danos decorrentes da execução da mesma no período de garantia pós-contratual, de 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

7.5 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município Mirim Doce, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e

efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bemcomo pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoriacontra choques e intempéries durante o transporte.

7.7 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desteinstrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas nesteinstrumento.

7.8 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.9 - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificaçãoexigidas na licitação.

7.10 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadasao cumprimento do presente Instrumento.

7.11 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município deMirim Doce ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.12 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

7.13 A Contratada fica obrigada a cumprir o disposto nos artigos 97 e 98 da Lei 14.133/2021, com o seguro garantia no valor de 5%, do valor inicial do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104da Lei n° 14.133/21.

8.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º14.133/21, as especificadas noEdital.

8.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste contrato, **através do fiscal oSr. Marcus Keske**, bem como do **gestor de contratos o Sr. Arnildo Maiotti**.

8.4 - Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitantevencedor;

8.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento contratual;

8.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas nocontrato.

9 CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suassucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos osdébitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Mirim Doce, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou desubstituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso

superior a 10 (dez) dias corridos ouem situações que acarretem prejuízo a Administração,decorrente da execução da obra.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execuçãoimperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar deexecutar a obra, no prazo determinado.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei14.133/21;

10.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Leinº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

10.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladasou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do *PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 27/2024*, modalidade *CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 06/2024*.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se àanalogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mirim Doce, com exclusãode qualquer outro por mais privilegiado queseja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtamum só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Mirim Doce/SC, 27 de junho de 2024.

CONTRATANTE
BERNARDO PERON
MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE/SC

CONTRATADA
ADRIANO CONSTRUTORA LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE
Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N. º 95.952.248/0001-69

ADEMIR ADRIANO

Testemunhas:

Everton Borghesan
CPF:066.669.859-74

Micheli Dos Santos
CPF: 109.364.959-36

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 250/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024. DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024, DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024, ADJUDICA O OBJETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6132337

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO CNPJ:83.021.832/0001-11

DECRETO Nº 250/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024, DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024, ADJUDICA O OBJETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 14.133/2021.

DECRETA:

Art. 1º.- Fica homologado o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024, DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024.**

Art. 2º.- Fica adjudicado o objeto para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO/REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.,** adjudicado a favor de:

Proponente vencedor	Item	Descrição	Vlr total
E.U CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO OU REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL ABRANGENDO AS LEIS COMPLEMENTARES INCLUINDO: CÓDIGO DE OBRAS, CÓDIGO DE POSTURA, PARCELAMENTO DO SOLO, ZONEAMENTO, PERÍMETRO URBANO, SISTEMA VIÁRIO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM CONFORMIDADE E ATENDIMENTO AO ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001).	R$ 39.000,00

Art. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, 27 de junho de 2024.

DIRCEU SILVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ELISANGELA BEATRIZ LINKE
Depto. de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO - 054/2024

Publicação Nº 6131644

Estado de Santa Catarina Município de Modelo	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	054/2024
Contratado	CENTA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
CNPJ	48.151.663/0001-33
Endereço	Rua do Comércio, 1850, bairro Laranjeiras, na cidade de Modelo (SC)
Objeto	EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA QUADRA COBERTA – CENTRO COMUNITÁ-RIO BAIRRO FLORESTA – 2ª ETAPA
Fundamento Legal	Lei Nº 14.133/2021
Vigência do Contrato	27/06/2024 A 31/12/2024
Valor aditivo	R$ 253.700,00 (duzentos e cinquenta e três mil e setecentos reais)
Assinatura: Dirceu Silveira, Pelo Município e CENTA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA pela contratada	
Modelo, 27 de abril de 2024. Dirceu Silveira Prefeito Municipal	

TERMO ADITIVO Nº 002/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024

Publicação Nº 6132729

TERMO ADITIVO Nº 002/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2024
Processo Administrativo nº 07/2024
Pregão Presencial Nº 01/2024

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU, NOS TERMOS DA LEI Nº. 14.133/21, OBJETIVANDO O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio n° 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, n° 2649, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.220.723/0042-00, doravante denominada simplesmente de DETENTORA, em decorrência do Processo Licitatório n° 007/2024 – Pregão Presencial n° 001/2024, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 14.133/21 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:
Preâmbulo: O presente aditivo tem como fato relevante a redução do preço dos combustíveis, conforme solicitação realizada pela Administração e documentos apresentados pela DETENTORA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REDUÇÃO DO PREÇO
Em vistas a manter o equilíbrio contratual, fica aditada a Ata de Registro de Preços nº 015/2024, com REAJUSTE do valor unitário (litro) do Item DIESEL S10, nos seguintes termos:

Preço Atualizado (a partir de 28.06.2024):

Descrição	Valor Unitário
Diesel S10	6,12

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO
Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE MODELO Dirceu Silveira		COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU Contratada

Testemunhas:

Nome:		Nome:

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 56//2024 PREGÃO Nº 23//2024

Publicação Nº 6132036

Estado de Santa Catarina
Município de Modelo

PROCESSO Nº 56/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024

EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO

A Comissão de Licitação do Município de Modelo-SC através do Secretário de Administração, em cumprimento aos dispositivos legais da lei 14.133/2021 torna público a todos os interessados que se encontra aberto processo licitatório da modalidade Pregão Eletrônico para que os interessados acessem a plataforma BNC: https://bnc.org.br/ para iniciar as propostas partir da data 28 de junho de 2024.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA IDENTIFICAÇÃO VISUAL DE VIGILANTES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.**

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos dos artigos 28, inciso I e artigo 6 inciso XLI, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Modelo - SC, 27 de junho de 2024.

Dirceu Silveira
Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 08/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 04/2024

Publicação Nº 6131590

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO CNPJ: 83.021.832/0001-11

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 04/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 08/2024

TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 08, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA LCP LABORATÓRIO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA.

O Município de Modelo (SC), através do Fundo Municipal de Saúde representado neste ato por sua Gestora. Gisele Elisa da Silva, com sede à Rua do Comércio, n.º 1304, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.511.812/0001-18, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa LCP Laboratório de Citologia e Patologia pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 13.365.548/0001-87, com sede à Rua Duque de Caxias, n.º 585, Galeria Angelus, loja 06, centro, município de Maravilha/SC, neste ato representado pelo Sr. Sandra da Silva, inscrito no CPF sob o n. 053.933.489-83, doravante denominada **CREDENCIADA**, tudo de conformidade com o processo de inexigibilidade/credenciamento, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste Contrato é a Prestação de Serviços **DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS E REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DIVERSAS ÁREAS QUE NÃO CONSTAM NO CREDENCIAMENTO VIA CONSORCIO, PEQUENAS CIRURGIAS EM DERMATOLOGIA PARA DAR CONTINUIDADE AOS ATENDIMENTOS VIA SUS ENCAMINHADOS POR PACIENTES DA UNIDADE DE SAÚDE DE MODELO, ATENDIDOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM PAGAMENTO CONDICIONADO A EXECUÇÃO, POR MEIO DE PESQUISA DE MERCADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme autorização da Secretaria Municipal e o edital de credenciamento n.º 01/2024.

2.	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
42	EXAME ANATOMO PATOLOGICO PARA CONGELAMENTO/ PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIOPSIA (EXETO COLO UTERINO E MAMA)	UNIDADE	200,00	40,7800	8.156,00
					Soma: R$ 8.156,00

1.1.1 As especificações da prestação de serviços para execução do objeto do presente contrato, encontram-se definidas no Anexo II – Termo de Referência, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, integram o presente Termo de Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. A **CREDENCIADA** prestará os serviços a **CONTRATANTE** conforme as especificações detalhadas no Anexo II (Termo de Referência), comprometendo-se a **CREDENCIADA** a executá-los durante o prazo de vigência do contrato, de acordo com a conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**.

2.2. Qualquer serviço prestado apresente qualidade insatisfatória, não serão aceitos, comprometendo-se a **CREDENCIADA**, por sua conta, a refazê-lo, de acordo com as especificações deste contrato e seu Anexo II, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

2.3. A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora Mayara Decker Kegler e Giseli Elisa da Silva designado pela Secretaria solicitante o qual será, também, responsável pela sua avaliação em relação a qualidade dos serviços prestados.

2.4. A **CREDENCIADA** deverá indicar um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do Contrato.

2.5. A **CREDENCIADA** deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**, relativas à execução do objeto deste Contrato.

2.6. A **CREDENCIADA** se obriga a executar o objeto do presente Contrato na condição, qualidade, quantidade e especificações constantes do Anexo II (Termo de Referência), e do presente Contrato, no prazo e local determinados pelo **CONTRATANTE**, sejam estas:

2.6.1. Prestar o serviço de Máquinas pesas e/ ou outros procedimentos que contemplam este edital de credenciamento de acordo com o previsto neste instrumento, com atendimento de qualidade a todas as pessoas que precisarem dos serviços;

2.6.2. Atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, em horário de expediente normal pré-definido;

2.6.3. Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição ou ordem de serviço devidamente assinada pelo representante do Município;

2.6.4. Preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;

2.6.5 Registrar todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas às consultas formuladas pelo contratado;

2.6.5. Apresentar o documento hábil para cobrança, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e origem da execução do objeto para o qual foi contratado;

2.6.7. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, devendo as consultas e os laudos serem realizados e assinados pela própria Credenciada;

2.6.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CREDENCIADA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;

2.6.9. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria solicitante, cujas reclamações deve se obrigar a atender;

2.6.10. Manter durante toda a vigência deste credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, bem como atualizar junto ao setor de licitações, quando houver modificação, os dados cadastrais, endereço, telefones, e-mails;

2.6.11. Comunicar a mudança de endereço do estabelecimento comercial, indicando novo endereço e apresentando cópia do alvará de funcionamento;

2.6.12. Comunicar, por mensagem eletrônica ou outro meio de comunicação, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, à Secretaria de Saúde (saude@modelo.sc.gov.br e compras.saude@modelo.sc.gov.br), a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do serviço, sugerindo as medidas para corrigir a situação;

2.6.13. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do serviço.

2.7. A prestação de serviços executada pela **CREDENCIADA** estará sujeita à aceitação do **CONTRATANTE**, ao qual caberá o direito de recusa caso o mesmo não esteja de acordo com as especificações constantes deste contrato e seu Anexo II, ou caso se constate a qualidade insatisfatória dos mesmos.

2.8. O aceite do serviço será formalizado pelo **CONTRATANTE**, através da aposição de Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal.

2.9. A **CREDENCIADA** ficará obrigada, às refazer os serviços, na parte que vier a ser recusada, de modo a adequá-lo às especificações deste contrato e seu Anexo II (Termo de Referência), bem como às exigências de qualidade impostas em geral, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Atesto de Aceite emitido pelo **CONTRATANTE**.

2.10. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **CONTRATANTE** para com a **CREDENCIADA**, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas no Credenciamento e seus Anexos, bem como no presente Termo Contratual.

2.11. A forma e o prazo de entrega dos serviços estabelecidos neste Contrato, poderão ser alterados, de modo a melhor adequá-los às necessidades do **CONTRATANTE**, mediante autorização do **CONTRATANTE**.

2.12. A execução do objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante entendimento prévio do **CONTRATANTE** salvo se de outra forma for determinado pelo **CONTRATANTE**, em atendimento à sua conveniência e necessidade, hipótese que, ocorrendo, será comunicada à **CREDENCIADA**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. Importa o presente Contrato no valor estimado de R$ 8.156,00 (oito mil, cento e cinquenta e seis reais), para a execução do seu objeto, conforme previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda e Decreto Municipal.

3.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CREDENCIADA**, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

3.2.1. O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado e aceito pelo **CONTRATANTE**.

3.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pela **CREDENCIADA,** instruída com o necessário Atesto de Aceite da prestação dos serviços objeto deste contrato, firmado pelo **CONTRATANTE** na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste Contrato.

3.3.1 A **CREDENCIADA** poderá encaminhar a fatura por e-mail ao **CONTRATANTE**, que deverá confirmar seu recebimento, para efeito do item 3.3 desta cláusula.

3.3.2 A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas no item 3.3 acarretará a interrupção do pagamento à **CREDENCIADA** até que seja suprida a exigência.

3.4. A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à **CREDENCIADA** (artigo 92, inciso V, da Lei n.º 14.133/21).

3.5. Será descontado de pagamento devido pelo **CONTRATANTE** o valor de eventual multa imposta à **CREDENCIADA** em razão de infração ocorrida durante o contrato.

3.6. O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de atualização por meio de Decreto Municipal.

3.7. Poderá ser revisado, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei n.º 14.133/2021 para reduzi-los ou aumentá-los; a alteração ocorrerá após a publicação de Decreto ou outro documento equivalente;

3.8. Também poderá ser atualizado através de índice oficial, podendo ser aplicado o INPC – Indice Nacional de Preços ao Consumidor ou pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

3.9. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às CREDENCIADAS, em caso de redução.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA ENTREGA

4.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 14.133/21, através de termo aditivo.

4.2. As condições de fornecimento do objeto são aquelas previstas no edital e Anexo II (Termo de Referência).

4.2.1. O ônus de prestar os serviços é exclusivo da **CREDENCIADA**. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não execução dos serviços ou para a execução além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao **CONTRATANTE**, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.

5.2. O **CONTRATANTE** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da **CREDENCIADA** que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento e aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapas de registro e controle de serviços, etc.

5.2.1. A **CREDENCIADA** deverá acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

5.3. O acompanhamento efetuado pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz as responsabilidades da **CREDENCIADA** perante o **CONTRATANTE** e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CREDENCIADA** no que concerne à execução do objeto deste Contrato e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

5.4. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CREDENCIADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do seu recebimento, submetendo-se, a **CREDENCIADA**, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O presente Contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE** e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 14.133/21.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CREDENCIADA** encontram-se as estabelecidas neste contrato, no edital de credenciamento e no Anexo II (Termo de Referência).

7.2. O custo decorrente do fornecimento dos serviços, inclusive o seu deslocamento e demais despesas, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Contrato, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CREDENCIADA**.

7.3. Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo estipulado na notificação administrativa à **CREDENCIADA**, sob pena de multa.

7.4. Não obstante a emissão do Atesto de Aceite, ficará a **CREDENCIADA** obrigada a garantir a perfeita execução do objeto do Contrato, nos termos da legislação civil, penal e profissional, e das disposições constantes do Anexo II (Termo de Referência).

7.5. A **CREDENCIADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/21).

7.5.1. O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** ou os órgãos do **CONTRATANTE** responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da **CREDENCIADA.**

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto, a **CREDENCIADA** ficará sujeita às sanções administrativas descritas abaixo, além daquelas estabelecidas no Anexo II (Termo de Referência), naquilo que couber, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n.º 14.133/21 e o Decreto Municipal n.º 8.206/23:

I **-** Advertência;

II - Multa que não poderá ser inferior a 0,5 %, por dia, limitada a 30 %, sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, na entrega do laudo ou no descumprimento de quaisquer condições estabelecidas no edital e seus anexos, por motivo de força maior.

III **-** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

IV **-** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. As multas previstas no item 8.1 têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado dano ou de imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO

9.1. O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

9.1.1. Constituem motivos para a extinção deste Contrato, além daqueles especificados no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, o fato de a **CREDENCIADA**:

a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;

b) quebrar o sigilo profissional;

c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;

d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

9.2. Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2°, sem que haja culpa da **CREDENCIADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

9.3. A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei n.º 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1. O **CONTRATANTE** e a **CREDENCIADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de PROCESSO ADMINISTRATIVO ou ser contratado pela Administração.

10.1.1. As informações constarão no processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública Municipal, fazendo parte do referido processo de contratação mediante ao fornecimento de consentimento pelo titular (artigo 7º da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público,

com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (artigo 23 da Lei n.º 13.709/2018).

10.2. O eventual acesso, pela **CREDENCIADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a **CREDENCIADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.

10.2.1. Qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CREDENCIADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados, acarretará a imposição de pena de multa de até 2 % (dois por cento) do faturamento da empresa, a ser aplicada pela autoridade nacional de proteção de dados, na forma do artigo 52, inc. II, da Lei n.º 13.709/18.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS, DAS DESPESAS E DO DOCUMENTO FISCAL

11.1. Constituirá encargo exclusivo da **CREDENCIADA** o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste Contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.

11.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Modelo, CNPJ sob o n.º 82.021.832/0001-11 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo de credenciamento.

11.3. Quando for emitido o documento fiscal, a CREDENCIADA deverá enviar e-mail (adm@modelo.sc.gov.br; do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo.

11.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CREDENCIADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do orçamento do exercício de 2024, conforme a seguinte dotação:

ORGÃO	DESPESA	CAT. ECON	DESCRIÇÃO
Fundo Municipal da Saude e Diretoria Ger	176	3.339.039.500.000.000.000	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais
Fundo Municipal da Saude e Diretoria Ger	302	3.339.039.500.000.000.000	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

13.1. O presente Contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, no todo ou em parte.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.
14.2. Após a publicação do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do município de Modelo/SC.
14.2.1. Se houver, a via física original da **CREDENCIADA** ficará disponível para retirada no Departamento de Licitações e Contratos, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

15.1. O presente termo de contrato é ajustado na forma de contratação direta, com fundamento no art. 79 da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo.
15.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro do presente Contrato será o da Comarca de Modelo/SC, excluído qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Modelo/SC, 26 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE MODELO
DIRCEU SILVEIRA
Prefeito Municipal

LCP LABORATÓRIO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA
SANDRA DA SILVA
Credenciada

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

VISTO:

JEISSON IGOMAR KOLLN
Assessor Jurídico

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2024 PROCESSO ADMINITRATIVO Nº 38/2024

Publicação Nº 6131541

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO CNPJ: 83.021.832/0001-11

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2024.

TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO E A EMPRESA ROGERIO RUCKS.

O **MUNICÍPIO O MUNICIPIO DE MODELO – ESTADO DE SANTA CATARINA,** pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.832/0001-11, com sede administrativa na Rua do Comércio, nº 1304 MODELO/SC, CEP 89872-000, por seu Prefeito Dirceu Silveira, inscrito no CPF nº 538.309.899-20, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e, de outro lado, a empresa ROGERIO RUCKS , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.291.674/0001-46, com sede à Rua do Comércio, Centro, Modelo/SC doravante denominado de **CREDENCIADO**, neste ato representada por Rogerio Rucks, inscrito no CPF sob o nº 035.982.659-80, acordam proceder ao presente contrato, nos termos da Inexigibilidade de Licitação nº 38/2024, Edital de Credenciamento nº 11/2024, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste Contrato é a Prestação de Serviços **PARA MANUTENÇÃO E/OU CONSERTO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS DOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC**, conforme autorização da Secretaria Municipal e o edital de credenciamento n.º 11/2024.
1.1.1 As especificações da prestação de serviços para execução do objeto do presente contrato, encontram-se definidas no Anexo II – Termo de Referência, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, integram o presente Termo de Contrato.

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Máx. Unit.	Máx. Total
4	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DE LAVA JATO E VENTILADORES DE TETO, PAREDE E COLUNA.	HORA	364	R$50,00	R$18.200,00
8	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DE TODOS OS MODELOS DE CAIXA DE SOM E RÁDIO	HORA	438	R$60,00	R$26.280,00
					Soma: R$ 44.480,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. A **CREDENCIADA** prestará os serviços a **CONTRATANTE** conforme as especificações detalhadas no Anexo II (Termo de Referência), comprometendo-se a **CREDENCIADA** a executá-los durante o prazo de vigência do contrato, de acordo com a conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**.
2.2. Qualquer serviço prestado apresente qualidade insatisfatória, não serão aceitos, comprometendo-se a **CREDENCIADA**, por sua conta, a refazê-lo, de acordo com as especificações deste contrato e seu Anexo II, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.
2.3. A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor fiscal designado pela Secretaria solicitante o qual será, também, responsável pela sua avaliação em relação a qualidade dos serviços prestados.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

2.4. A **CREDENCIADA** deverá indicar um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do Contrato.
2.5. A **CREDENCIADA** deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**, relativas à execução do objeto deste Contrato.
2.6. A **CREDENCIADA** se obriga a executar o objeto do presente Contrato na condição, qualidade, quantidade e especificações constantes do Anexo II (Termo de Referência), e do presente Contrato, no prazo e local determinados pelo **CONTRATANTE**, sejam estas:
2.6.1. Prestar o serviço de Máquinas pesas e/ ou outros procedimentos que contemplam este edital de credenciamento de acordo com o previsto neste instrumento, com atendimento de qualidade a todas as pessoas que precisarem dos serviços;
2.6.2. Atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, em horário de expediente normal pré-definido;
2.6.3. Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição ou ordem de serviço devidamente assinada pelo representante do Município;
2.6.4. Preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;
2.6.5 Registrar todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas às consultas formuladas pelo contratado;
2.6.5. Apresentar o documento hábil para cobrança, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e origem da execução do objeto para o qual foi contratado;
2.6.7. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, devendo as consultas e os laudos serem realizados e assinados pela própria Credenciada;
2.6.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CREDENCIADA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;
2.6.9. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria solicitante, cujas reclamações deve se obrigar a atender;
2.6.10. Manter durante toda a vigência deste credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, bem como atualizar junto ao setor de licitações, quando houver modificação, os dados cadastrais, endereço, telefones, e-mails;
2.6.11. Comunicar a mudança de endereço do estabelecimento comercial, indicando novo endereço e apresentando cópia do alvará de funcionamento;
2.6.12. Comunicar, por mensagem eletrônica ou outro meio de comunicação, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, à Secretaria de (contratos@modelo.sc.gov.br)/(licitacao@modelo.sc.gov.b) a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do serviço, sugerindo as medidas para corrigir a situação;
2.6.13. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do serviço.
2.7. A prestação de serviços executada pela **CREDENCIADA** estará sujeita à aceitação do **CONTRATANTE**, ao qual caberá o direito de recusa caso o mesmo não esteja de acordo com as especificações constantes deste contrato e seu Anexo II, ou caso se constate a qualidade insatisfatória dos mesmos.
2.8. O aceite do serviço será formalizado pelo **CONTRATANTE**, através da aposição de Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal.
2.9. A **CREDENCIADA** ficará obrigada, às refazer os serviços, na parte que vier a ser recusada, de modo a adequá-lo às especificações deste contrato e seu Anexo II (Termo de Referência), bem como às exigências de qualidade impostas em geral, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Atesto de Aceite emitido pelo **CONTRATANTE**.

2.10. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **CONTRATANTE** para com a **CREDENCIADA**, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas no Credenciamento e seus Anexos, bem como no presente Termo Contratual.
2.11. A forma e o prazo de entrega dos serviços estabelecidos neste Contrato, poderão ser alterados, de modo a melhor adequá-los às necessidades do **CONTRATANTE**, mediante autorização do **CONTRATANTE**.
2.12. A execução do objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante entendimento prévio do **CONTRATANTE** salvo se de outra forma for determinado pelo **CONTRATANTE**, em atendimento à sua conveniência e necessidade, hipótese que, ocorrendo, será comunicada à **CREDENCIADA**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. Importa o presente Contrato no valor estimado de **R$ 44.480,00** (quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais), para a execução do seu objeto, conforme previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda e Decreto Municipal.
3.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CREDENCIADA**, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.
3.2.1. O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado e aceito pelo **CONTRATANTE**.
3.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pela **CREDENCIADA,** instruída com o necessário Atesto de Aceite da prestação dos serviços objeto deste contrato, firmado pelo **CONTRATANTE** na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste Contrato.
3.3.1 A **CREDENCIADA** poderá encaminhar a fatura por e-mail ao **CONTRATANTE**, que deverá confirmar seu recebimento, para efeito do item 3.3 desta cláusula.
3.3.2 A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas no item 3.3 acarretará a interrupção do pagamento à **CREDENCIADA** até que seja suprida a exigência.
3.4. A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à **CREDENCIADA** (artigo 92, inciso V, da Lei n.º 14.133/21).
3.5. Será descontado de pagamento devido pelo **CONTRATANTE** o valor de eventual multa imposta à **CREDENCIADA** em razão de infração ocorrida durante o contrato.
3.6. O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de atualização por meio de Decreto Municipal.
3.7. Poderá ser revisado, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei n.º 14.133/2021 para reduzi-los ou aumentá-los; a alteração ocorrerá após a publicação de Decreto ou outro documento equivalente;
3.8. Também poderá ser atualizado através de índice oficial, podendo ser aplicado o INPC – Indice Nacional de Preços ao Consumidor ou pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
3.9. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às CREDENCIADAS, em caso de redução.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA ENTREGA

4.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 14.133/21, através de termo aditivo.

4.2. As condições de fornecimento do objeto são aquelas previstas no edital e Anexo II (Termo de Referência).
4.2.1. O ônus de prestar os serviços é exclusivo da **CREDENCIADA**. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não execução dos serviços ou para a execução além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao **CONTRATANTE**, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.
5.2. O **CONTRATANTE** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da **CREDENCIADA** que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento e aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapas de registro e controle de serviços, etc.
5.2.1. A **CREDENCIADA** deverá acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.
5.3. O acompanhamento efetuado pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz as responsabilidades da **CREDENCIADA** perante o **CONTRATANTE** e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CREDENCIADA** no que concerne à execução do objeto deste Contrato e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.
5.4. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CREDENCIADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do seu recebimento, submetendo-se, a **CREDENCIADA**, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O presente Contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE** e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 14.133/21.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CREDENCIADA** encontram-se as estabelecidas neste contrato, no edital de credenciamento e no Anexo II (Termo de Referência).
7.2. O custo decorrente do fornecimento dos serviços, inclusive o seu deslocamento e demais despesas, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Contrato, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CREDENCIADA**.
7.3. Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo estipulado na notificação administrativa à **CREDENCIADA**, sob pena de multa.
7.4. Não obstante a emissão do Atesto de Aceite, ficará a **CREDENCIADA** obrigada a garantir a perfeita execução do objeto do Contrato, nos termos da legislação civil, penal e profissional, e das disposições constantes do Anexo II (Termo de Referência).
7.5. A **CREDENCIADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/21).

7.5.1. O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** ou os órgãos do **CONTRATANTE** responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da **CREDENCIADA.**

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto, a **CREDENCIADA** ficará sujeita às sanções administrativas descritas abaixo, além daquelas estabelecidas no Anexo II (Termo de Referência), naquilo que couber, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n.º 14.133/21 e o Decreto Municipal n.º 8.206/23:

I **-** Advertência;

II - Multa que não poderá ser inferior a 0,5 %, por dia, limitada a 30 %, sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, na entrega do laudo ou no descumprimento de quaisquer condições estabelecidas no edital e seus anexos, por motivo de força maior.

III **-** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

IV **-** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. As multas previstas no item 8.1 têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado dano ou de imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO

9.1. O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

9.1.1. Constituem motivos para a extinção deste Contrato, além daqueles especificados no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, o fato de a **CREDENCIADA**:

a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;

b) quebrar o sigilo profissional;

c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;

d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, estadual ou Municipal.

9.2. Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2°, sem que haja culpa da **CREDENCIADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

9.3. A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei n.º 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1. O **CONTRATANTE** e a **CREDENCIADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de PROCESSO ADMINISTRATIVO ou ser contratado pela Administração.

10.1.1. As informações constarão no processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública Municipal, fazendo parte do referido processo de contratação mediante ao

fornecimento de consentimento pelo titular (artigo 7º da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (artigo 23 da Lei n.º 13.709/2018).
10.2. O eventual acesso, pela **CREDENCIADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a **CREDENCIADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.
10.2.1. Qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CREDENCIADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados, acarretará a imposição de pena de multa de até 2 % (dois por cento) do faturamento da empresa, a ser aplicada pela autoridade nacional de proteção de dados, na forma do artigo 52, inc. II, da Lei n.º 13.709/18.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS, DAS DESPESAS E DO DOCUMENTO FISCAL

11.1. Constituirá encargo exclusivo da **CREDENCIADA** o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste Contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.
11.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Modelo, CNPJ sob o n.º 82.021.832/0001-11 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo de credenciamento.
11.3. Quando for emitido o documento fiscal, a CREDENCIADA deverá enviar e-mail (adm@modelo.sc.gov.br); do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo.
11.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CREDENCIADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

12.1. As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício anual vigente pertinente a cada secretaria que os serviços serão adquiridos, de acordo com as informações estabelecidas no sistema.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

13.1. O presente Contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, no todo ou em parte.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.
14.2. Após a publicação do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do município de Modelo/SC.
14.2.1. Se houver, a via física original da **CREDENCIADA** ficará disponível para retirada no Departamento de Licitações e Contratos, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

15.1. O presente termo de contrato é ajustado na forma de contratação direta, com fundamento no art. 79 da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro do presente Contrato será o da Comarca de Modelo/SC, excluído qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Modelo - SC, 26 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE MODELO
DIRCEU SILVEIRA
Prefeito Municipal

ROGERIO RUCKS
CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

VISTO:

JEISSON IGOMAR KOLLN
Assessor Jurídico

Navegantes

PREFEITURA

DISTRATO Nº 1449 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131517

DISTRATO Nº 1449-2024

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pela Diretora do Departamento de Recursos Humanos Srta. Nathalia Zabel, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado NESTOR FILIPE DA LUZ – 641700/1, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010 e DECRETO nº 42 de 06 de Março de 2023, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-_DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato 1401-2024 de prestação de serviços na função de Odontólogo ESF, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir de 01/07/2024.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes/SC, 27 de junho de 2024

NATHALIA ZABEL
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

NESTOR FILIPE DA LUZ
Contratado

PORTARIA 2554 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134040

PORTARIA N º 2554 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;
RESOLVE:
Art. 1º. EXONERA A PEDIDO, por este ato, do cargo de provimento em comissão de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL I, GERSON PEREIRA DA SILVA LOURENÇO.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

NATHÁLIA ZABEL
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2555 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134019

PORTARIA N º 2555 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SUELI MAFRA, matrícula 62101/1, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TECNICO SERV. COMPLEMENTAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de julho de 2024 a 28 de setembro de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2016/2022.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2556 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134023

PORTARIA N º 2556 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ROSANGELA BUERGER, matrícula 61889/2, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de julho de 2024 a 30 de julho de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2016/2021.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2557 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134025

PORTARIA N º 2557 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ADALBERTO DA SILVA, matrícula 3269/1, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de julho de 2024 a 31 de agosto de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2019/2024.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2558 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134028

PORTARIA N º 2558 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06

de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARTA MARIA COSTA SANDOVAL, matrícula 1818/1, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de julho de 2024 a 01 de outubro de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2559 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134030

PORTARIA N º 2559 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a GRAZIELA FEIJÓ VIEIRA REISER, matrícula 633889/1, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AUDITOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 15 de julho de 2024 a 13 de agosto de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2017/2022.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2560 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134031

PORTARIA N º 2560 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a FABIANO TEODORO, matrícula 1537/2, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TEC. EM COMPUTAÇÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 08 de julho de 2024 a 05 de outubro de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2000/2005.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2561 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134033

PORTARIA N º 2561 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a EDSON JOSÉ DOS SANTOS, matrícula 49398/4, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de julho de 2024 a 28 de setembro de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2011/2016.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2562 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134034

PORTARIA N º 2562 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SILVIANE CRISTINA DA COSTA, matrícula 16454/3, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de julho de 2024 a 30 de julho de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2018/2023.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2563 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134035

PORTARIA N º 2563 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a LUCIANA FERREIRA DE SOUZA, matrícula 633150/1, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de julho de 2024 a 30 de julho de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2564 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134037

PORTARIA N º 2564 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ZILMA CORDOVA, matrícula 62270/3, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de julho de 2024 a 30 de julho de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2019/2024.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2565 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134042

PORTARIA N º 2565 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a CHANA MARQUES DE OLIVEIRA SOUZA, matrícula 63196/1, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de julho de 2024 a 01 de agosto de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2019/2024.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2566 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134038

PORTARIA N º 2566 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a FERNANDA LÉIA GASDA TAMBOSI, matrícula 633887/1, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para usufruir de 30

(trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 22 de julho de 2024 a 20 de agosto de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2017/2022.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

ANALUIZA MANFRON VALLE
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2568 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134043

PORTARIA N º 2568 DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei a Orgânica.

RESOLVE:
Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a NAHELEM NAYARA SILVA BERNARDO, matrícula 63694701 ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO com carga horária de 30 horas semanais. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 26.06.2024 e término em 22.12.2024, conforme art.82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluídos no período de gozo de que trata o art.1ºdesta portaria estão amparados pela lei municipal 2088/2007

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26.06.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2569 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134044

PORTARIA Nº 2569 DE 27 DE JUNHO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:
Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, MARIA FERNANDA BATISTA matrícula 333506 ocupante do cargo de ODONTOLOGO ESF, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 01 (um) dias consecutivos, com início em 25.06.2024 e termino em 25.06.2024, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 25.06.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2570 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134046

PORTARIA Nº 2570 DE 27 DE JUNHO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:
I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) SANDRA REGINA FURTADO, matricula 4496405, ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com inicio do afastamento em 29.06.2024.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.06.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 2571 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134016

PORTARIA N º 2571 DE 27 DE JUNHO DE 2024
EXONERA SERVIDOR POR FALECIMENTO

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023,
RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR POR FALECIMENTO, do cargo PROFESSORA III, com 20 horas semanais, conforme certidão de óbito nº 108514 01 55 2024 4 00022 166 0007735 52, CARIN DAIANA SALOMÃO, matrícula 3876/16.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22 de julho de 2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024

NATHÁLIA ZABEL
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 2572 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6134039

PORTARIA N º 2572 DE 27 DE JUNHO DE 2024
EXONERA SERVIDOR POR FALECIMENTO

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023,
RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR POR FALECIMENTO, do cargo PROFESSORA III, com 20 horas semanais, conforme certidão de óbito nº 108514 01 55 2024 4 00022 166 0007735 52, CARIN DAIANA SALOMÃO, matrícula 3876/24.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22 de julho de 2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2024

NATHÁLIA ZABEL
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 2567 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132391

PORTARIA Nº 2567 DE 27 DE JUNHO DE 2024
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023,

RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, do cargo de ODONTÓLOGO ESF, 40HS semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, JULIA DE CAMPOS KETZER, matrícula 63067/1.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC, 27 DE JUNHO DE 2024

NATHALIA ZABEL
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Nova Itaberaba

Câmara Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 197/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2024 - AVISO DE INTERRESE DE CONTRATACAO

Publicação Nº 6133309

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA
Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000
Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83
e-mail: comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 197/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2024

A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itabera – SC, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, (Art. 75, § 3° e, Art. 95, II), leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar Dispensa de Licitação, para contratação do objeto abaixo especificado e que possui interesse em receber propostas adicionais de eventuais interessados. As propostas adicionais poderão ser enviadas no e-mail: comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação deste aviso, ou seja, até o dia 02/07/2024. Será selecionada a proposta mais vantajosa e que atenda ao exigido. O Edital e informações poderão ser obtidas no site (https://www.camaranovaitaberaba.sc.gov.br/ Link: Transparência – Dispensa) ou através do e-mail: comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br.

OBJETO: Contratação de oficina mecanica para conserto de rodas e freios do veiculo oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba – SC Prisma placa QJP-6436.

Nova Itaberaba – SC, 27 de junho de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
ISELTO CIVA
Data: 27/06/2024 17:07:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Iselto Civa
Presidente da Câmara de Vereadores

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 197/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2024 - EDITAL

Publicação Nº 6133301

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA
Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000
Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83
e-mail: comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 197/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2024

1) PRÊAMBULO

1) A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba - SC, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ n° 04.562.315/0001-83, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO:

I - Base legal:

a) Lei n° 14.133/2021, art. 75: inciso II

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> (...)
> I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;.

b) Resolução n° 004/2023, art. Art. 6°

II - Processo Administrativo n° 197/2024, Dispensa de Licitação n° 12/2024

2) OBJETO

Objeto: Contratação de oficina mecanica para conserto de rodas e freios do veiculo oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba – SC Prisma placa QJP-6436.

3) JUSTIFICATIVA

A manutenção preventiva e corretiva do veículo é essencial para garantir a segurança dos seus ocupantes e a eficiência nas atividades desempenhadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba – SC. Especificamente, o veículo oficial Chevrolet Prisma, placa QJP-6436, apresenta a necessidade de reparos nas rodas e no sistema de freios.

O sistema de freios é um dos componentes mais críticos para a segurança veicular. Freios em condições inadequadas podem comprometer a capacidade de parada do veículo, aumentando o risco de acidentes.

Rodas danificadas podem causar perda de controle do veículo, além de desgaste irregular dos pneus, o que também representa um risco

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA
Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000
Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83
e-mail: comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br

significativo para a segurança dos usuários.

A manutenção regular e a reparação de veículos oficiais são exigências legais e administrativas. Assegurar que o veículo está em perfeitas condições de uso é uma responsabilidade da administração pública para evitar penalidades e garantir a conformidade com as normas de trânsito.

A Câmara Municipal depende da disponibilidade do veículo oficial para a execução de diversas atividades administrativas e legislativas. Um veículo em mau estado pode causar interrupções nos serviços, atrasos e redução da eficiência operacional.

Consertar rodas e freios em tempo hábil evita paradas prolongadas do veículo, permitindo que as atividades legislativas e administrativas ocorram sem interrupções.

A realização de consertos preventivos e corretivos no sistema de freios e rodas pode evitar reparos mais caros no futuro, como substituições completas de componentes ou correções de danos resultantes de falhas mecânicas.

A manutenção adequada aumenta a vida útil do veículo, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Em vista do exposto, a contratação de uma oficina mecânica especializada para a realização dos consertos necessários nas rodas e no sistema de freios do veículo oficial Chevrolet Prisma, placa QJP-6436, é uma medida imprescindível para assegurar a segurança, a conformidade legal, a continuidade dos serviços e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

4) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por global.

5) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2024, na seguinte rubrica:

3.3.90.30.39.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS

3.3.90.39.09.09.00.00 – DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante.

6) HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

A licitante vencedora, após a homologação e adjudicação, deverá

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA
Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000
Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83
e-mail: comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br

apresentar os seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA:

a) Regularidade com a Fazenda Federal;
b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
d) Regularidade com o FGTS;
e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;
f) Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
g) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;

Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7) ESPECIFICAÇÃO DOS BENS

Item	Qtd.	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Preço Unitário	Preço Total
1	2	DISCO DE FREIO	R$ 163,33	R$ 326,66,00
2	1	PASTILHA DE FREIOS	R$ 170,00	R$ 170,00
3	1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA	R$ 120,00	R$ 120,00
4	2	SERVIÇO CONSERTO DE RODAS	R$ 110,00	R$ 220,00

8) ENTREGA DOS MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

O prestador de serviço deverá executar o serviço em até 5 (cinco) dias utéis após a emissão da ordem de serviço.

A contratante irá providenciar o deslocamento do veiculo da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba – SC até a oficiona mecanica.

9) RECEBIMENTO

O objeto somente será aceito pela Câmara, unidade receptora se estiverem de acordo com o solicitado neste Edital.

10) PAGAMENTO

O pagamento será feito através de transferência ou boleto bancário, após o fornecimento do material e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deve ser enviada para o e-mail comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA
Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000
Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83
e-mail: comprascmv@novaitaberaba.sc.gov.br

11) CONTRATO ADMINISTRATIVO

Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12) DISPOSIÇÕES FINAIS

1) Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a dispensa de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

I - Página da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba – SC
II - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

3) As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Chapecó - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nova Itaberaba - SC, 27 de junho de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
ISELTO CIVA
Data: 27/06/2024 17:07:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Iselto Civa
Presidente da Câmara de Vereadores

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 218-2024 - CONVOCA OS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001-2023 HOMOLOGADO EM 02-10-2023

Publicação Nº 6131675

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

DECRETO Nº 218/2024
CONVOCA OS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 HOMOLOGADO EM 02/10/2023, QUE NOMINA PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, TIAGO DALSASSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I e art 37 da CF, e art. 94, VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:
Art. 1º- Ficam convocados os(as) candidatos(as) aprovados no Concurso Público 001/2023 nominados no Anexo I deste DECRETO, para exercer os cargos de provimento efetivo na Administração Pública do Município de Nova Trento/SC, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, cito à rua Santo Inácio, nº 126 - Praça Del Comune, Centro, Nova Trento/SC, no prazo de 30(trinta) dias corridos a partir da data de sua publicação no período compreendido entre as 07 horas até 17:00 horas, munidos da documentação relacionada no Anexo II deste DECRETO (trazer original e cópia para autenticação).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º-Registre-se e publique-se na forma da Lei.
Nova Trento/SC, 26 de junho de 2024.

TIAGO DALSASSO BRUNA MINATTI BOSO
Prefeito Municipal Secretária de Administração e
Planejamento

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO	INSC	CARGO/CANDIDATO
		SECRETÁRIO ESCOLAR
8º	1142518	ISLEI BORGES CUNHA BRITO

1- REQUISITOS PARA INGRESSO NO CONCURSO PÚBLICO

I- nacionalidade brasileira ou equiparada;
II- gozo dos direitos políticos;
III- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV- nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
V- idade mínima de dezoito anos;
VI- aptidão física e mental, em acordo com as legislações vigentes;
VII- habilitação prévia em concurso público;
VIII- não registrar sentença penal condenatória transitada em julgado;
IX- ter conduta social ilibada;

2- RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

a- 1 (uma) foto 3x4 colorida e recente;
b- Cópia e Original do documento de identidade – RG;
c- Cópia e Original documento de inscrição no CPF;
d- Cópia e Original do Título Eleitoral;(frente e verso)
e- Cópia e Original Carteira de Motorista- CNH, quando for o caso;
f- Cópia e Original da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP ou NIT (foto e dados pessoais);
g- certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino com idade até 45 anos;
h- certidão de nascimento ou casamento atualizada, quando for o caso; certidão de casamento com as devidas averbações, quando for o caso;
i- Comprovante de Nível de Escolaridade exigido para o cargo (Histórico Escolar, Diplomas, etc.) original e cópia, frente e verso;
j- registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão, quando for o caso;
k- quitação anual do registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão, quando for o caso;

l- Comprovante de experiência profissional, se for o caso.
m- comprovante de residência (somente de pessoa física) com expedição de até 90 (noventa) dias, que deverá estar no nome do candidato ou, em caso de moradia de aluguel, o candidato deverá trazer cópia do contrato de locação vigente; se morar de Aluguel e não tiver contrato de locação, deverá apresentar declaração (de próprio punho sem necessidade de autenticação do cartório) da pessoa convivente que tenha comprovante de residência, acompanhada de fotocópia do RG do declarante mais o comprovante;
n- certidão de quitação eleitoral, informando a regularidade (fornecida pela Justiça Eleitoral)-Retirada na internet, através do site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral
o- certidão de antecedentes criminais Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato referente aos últimos 5 (cinco) anos e do Estado de Santa Catarina, indicando nada consta (fornecida pelo Tribunal de Justiça/SC)- Certidões Criminais retiradas através dos seguintes sites: https://certidoes.tjsc.jus.br/ (Comarca de Turmas Recursais-Primeiro Grau) https://certidoes.tjsc.jus.br/ (Tribunal de Justiça-Segundo Grau);
p- comprovante de situação cadastral regular do CPF (fornecido pela Receita Federal);
q- certidão de nascimento ou identidade dos filhos dependentes, de até 21 anos;
r- CPF dos dependentes (filhos de até 21 anos ou 24 anos quando cursando nível superior e cônjuge);
s- carteira de vacinação dos filhos de até 06 anos (identificação e vacinas);
t- declaração de não possuir acúmulo de cargos/remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei; se possuir vínculo, trazer ficha funcional ou declaração com horário de trabalho do outro vínculo, especificando dias da semana e turnos de trabalho;
u- declaração de bens e/ou direito acrescidas da Declaração de Imposto de Renda do último exercício;
v- declaração de isenção de imposto de renda pessoa física (IRPF), quando for o caso;
w- na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração de não ter penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública e que não foi demitido por justa causa;
x- Qualificação cadastral no portal do e-social (retirado na internet, através do site https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml)
2.1- Em caso de alteração de nome, por casamento, divórcio ou qualquer outro fato, em todos os documentos deverá constar o nome atualizado, sob pena de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal.

2.2- O candidato deverá comprovar, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato.

2.3-O exame admissional será realizado por Médico do Trabalho a ser indicado pela Administração, sendo o valor da consulta custeado pelo município. Poderão ser exigidos dos candidatos, exames complementares de acordo com a avaliação médica no momento do exame admissional e estes deverão ser providenciados e custeados pelo candidato aprovado.

2.4- A perícia médica será eliminatória, sendo excluídos os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público para o qual se inscreveram.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Caso o convocado não possa comparecer pessoalmente no prazo estabelecido nesta convocação, poderá ser representado no ato por Procuração pública ou particular, neste último caso com firma reconhecida por autenticidade, com poderes específicos para: protocolar e receber documentos, firmar declarações, exarar ciência de atos e comunicados, bem como para realizar o agendamento da data do exame médico admissional.

4. DOS MODELOS DE DECLARAÇÕES:

DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, brasileiro(a), (estado civil) _____, Servidor(a) Público(a), portador(a) do CPF nº _____, RG n° _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____ _____, n°_____, Bairro _____, Município de _____, Estado _____, Telefone fixo ou Celular _____ DECLARO, para atender as disposições constantes da Resolução TC 16/94, possuir o(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(is) e/ou imóvel(is):

BENS	VALORES (R$)

E por ser verdade, firmo a presente declaração.
Nova Trento, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador(a) do CPF n°_____ e RG n° _____,

Declaro não possuir outro vínculo de qualquer espécie com o Governo Federal, Estadual e ou Municipal até a presente data.

Declaro não estar enquadrado em nenhuma das hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, ciente de que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções que abrange Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas Subsidiárias e Sociedades Controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

Por ser verdade, firmo a presente sujeitando-me as penas da Lei.

Nova Trento, _____de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO
PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, portador(a) do CPF n° _____, RG n° _____, DECLARO para todos os efeitos legais, Não Haver Sofrido ou Estar Cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidades disciplinares, devido a dispensa em processo seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos, por abandono ao serviço sem justificativa, aplicada por qualquer Órgão Público ou Entidade da esfera Federal, Estadual ou Municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nova Trento, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA (IRPF)

Eu, _____, brasileiro(a), (estado civil) _____, portador(a) do CPF n°_____, RG n° _____, DECLARO para todos os efeitos legais: Ser Isento da Apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) nos exercícios dos anos anteriores por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta Declaração está de conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração

Nova Trento, _____de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Nova Veneza

PREFEITURA

CONCORRENCIA ELETRONICA N° 135/SMP/2024 - PMNV

Publicação Nº 6131616

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 111D375C0D35522153C3F6711F1415B8AAC2D6AA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 135/SMP/2024

OBJETO: Contratação de empresa para construção de abrigo para passageiros no Município de Nova Veneza/SC.

Disputa: às 13:30 horas do dia 19/07/2024

Site: www.bnc.org.br

EDITAL COMPLETO: O Edital encontra-se disponível aos interessados, nos endereços eletrônicos: "www.bnc.org.br" e "www.novaveneza.sc.gov.br" onde poderá ser obtida cópia. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio "www.bnc.org.br". A sessão pública será realizada neste mesmo endereço eletrônico.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 27 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

CONCORRENCIA ELETRONICA N° 136/SMP/2024 - PMNV

Publicação Nº 6131613

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0972444AE6FAAAB0ECFC1E8BC18417CED1258134

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 136/SMP/2024

OBJETO: Contratação de empresa para construção de banheiros públicos (masculino e feminino), no município de Nova Veneza/SC.

Disputa: às 08:30 horas do dia 19/07/2024

Site: www.bnc.org.br

EDITAL COMPLETO: O Edital encontra-se disponível aos interessados, nos endereços eletrônicos: "www.bnc.org.br" e "www.novaveneza.sc.gov.br" onde poderá ser obtida cópia. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio "www.bnc.org.br". A sessão pública será realizada neste mesmo endereço eletrônico.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 27 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

DECRETO GP N.º 045, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132952

DECRETO GP N.º 045, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.030, de 10 de setembro de 1991,

DECRETA:
Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 020/CMS/2024, datada de 24 de junho de 2024, do Conselho Municipal de Saúde – CMS, anexa a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 27 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 27 de junho de 2024.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO SAF N.º 048, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131109

DECRETO SAF N.º 048, DE 26 DE JUNHO DE 2024.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 74.521,12, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.☐

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso III, da Lei Municipal n.º 3.060, de 30 de novembro de 2023.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 3.060, de 30 de novembro de 2023), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R$ 74.521,12 (setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e um reais e doze centavos), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender as programações abaixo discriminadas:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
10.001 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB. / DEPART. DE EST. DE ROD.
Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Aplicação: (75) 3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicações direta decorrente de op. entre – 2.704.0000.0044 – Fundo Especial do petróleo - Superávit financeiro exercício anterior ..... R$ 74.521,12

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do artigo 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 26 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 26 de junho de 2024.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO SAF N.º 049, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132971

DECRETO SAF N.º 049, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 200.000,00, POR CONTA DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.☐

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, a Lei Municipal n.º 3.060, de 30 de novembro de 2023.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 3.060, de 30 de novembro de 2023 em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta da anulação de saldos de dotações orçamentárias, para atender a programação abaixo discriminada:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
10.001 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB. / DEP. DE EST. DE RODAGEM
Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Aplicação: (74) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – 1.500.0000.0000 – Recursos ordinários .... R$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
10.001 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB. / DEP. DE EST. DE RODAGEM
Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Aplicação: (77) 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – 1.500.0000.0000 – Recursos ordinários .... R$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 27 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 27 de junho de 2024.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ERRATA AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 06/2024

Publicação Nº 6132888

ERRATA

O Município de Nova Veneza/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, vem a público fazer a seguinte retificação do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 06/2024, referente a contratação em caráter temporário para vaga de Professor de Artes, no ato publicado no dia 26 de junho de 2024, junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, conforme segue:

1. DA RETIFICAÇÃO:

1.1 - Na página 933 da edição n.º 4569 (publicação n.º 6124675):

Onde se lê:
A classificação dos candidatos inscritos obedecerá aos seguintes critérios:
1º) Habilitação
2º) ao de maior tempo de serviço exercendo a função de Professor de Geografia (mediante apresentação do respectivo tempo de serviço, expedido pelo órgão competente, em dias, meses e anos), dar preferência aos candidatos que morem próximo a Unidade Escolar ou que tenham condições de deslocamento, e, levando em consideração as atribuições do cargo prevista na Lei Nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999.

Leia-se:
A classificação dos candidatos inscritos obedecerá aos seguintes critérios:
1º) Habilitação
2º) ao de maior tempo de serviço exercendo a função de Professor de Artes (mediante apresentação do respectivo tempo de serviço, expedido pelo órgão competente, em dias, meses e anos), dar preferência aos candidatos que morem próximo a Unidade Escolar ou que tenham

condições de deslocamento, e, levando em consideração as atribuições do cargo prevista na Lei Nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999.

Nova Veneza, SC, 27 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

SILVANA GHELLERE MILANEZ
Secretária Municipal de Educação

LEI N.º 3.097, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131093

LEI N.º 3.097, DE 26 DE JUNHO DE 2024.

"DENOMINA RUA 14 JULHO, NO DISTRITO DE SÃO BENTO BAIXO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua 14 de Julho, localizada no Distrito de São Bento Baixo, com início na Rodovia Monsenhor Quinto Davide Baldessar e término no entroncamento da Rodovia Municipal NVA 456 e Rua Albino Mondardo, conforme mapa em anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 26 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 26 de junho de 2024.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREGAO ELETRONICO N° 139/SMC/2024 - PMNV

Publicação Nº 6131623

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5D9BFDA1FF1DE3B5DD577FB0ECFDB1B07F9A6459

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 139/SMC/2024

OBJETO: Aquisição de material esportivo para manutenção e realização do esporte de Nova Veneza/SC.

Disputa: às 08:30 horas do dia 10/07/2024

Site: www.bnc.org.br

EDITAL COMPLETO: O Edital encontra-se disponível aos interessados, nos endereços eletrônicos: "www.bnc.org.br" e "www.novaveneza.sc.gov.br" onde poderá ser obtida cópia. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio "www.bnc.org.br". A sessão pública será realizada neste mesmo endereço eletrônico.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 27 de junho de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.103 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135000

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 4.103 de 28 de junho de 2024.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela **Lei Municipal Nº 699 de 06 de dezembro de 2023**.

CONSIDERANDO: Remanejamento de dotação orçamentaria.

DECRETA:

Art. 1º – Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)** relativos a recursos ordinários assim consignados:

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT.TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE
50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade – 2.028 Manutenção do departamento de agricultura e meio ambiente
Elemento de Despesa – 3.1.90-00.01.00.00.00(78) aplicações diretas.....**R$** 100.000,00

TOTAL .....R$ 100.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo **1º** serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais).**

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT.TRANSP. OBRAS E MEIO AMBIENTE
50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade – 2.028 Manutenção do departamento de agricultura e meio ambiente
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.01.00.00.00(81) aplicações diretas.....**R$** 100.000,00

TOTAL .....R$ 100.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 28 de junho de 2024.

VANDERLEI SANAGIOTTO:76761347904

Assinado de forma digital por VANDERLEI SANAGIOTTO:76761347904
Dados: 2024.06.28 07:36:04 -03'00'

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

AIMAR FRANCISCO PAVELECINI
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 4.104 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135011

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 4.104 de 28 de junho de 2024.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela **Lei Municipal Nº 699 de 06 de dezembro de 2023**.

CONSIDERANDO: Remanejamento de dotação orçamentaria.

DECRETA:

Art. 1º – Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)** relativos a recursos ordinários assim consignados:

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade – 2.011 Manutenção Central da Secretaria Educação
Elemento da Despesa – 3.1.90.00.01.00.00.00(25) aplicações diretas .... R$ 200.000,00

TOTAL .....R$ 200.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo **1º** serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de **R$ 200.000,00 (cento e cinco mil reais).**

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade – 2.011 Manutenção Central da Secretaria Educação
Elemento da Despesa – 3.3.90.00.01.00.00.00(27) aplicações diretas .... R$ 200.000,00

TOTAL .....R$ 200.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail –
pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 28 de junho de 2024.

VANDERLEI SANAGIOTTO:76761347904
Assinado de forma digital por VANDERLEI SANAGIOTTO:76761347904
Dados: 2024.06.28 07:43:25 -03'00'

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

AIMAR FRANCISCO PAVELECINI
Secretário de Administração e Fazenda

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 05/2024 - ADITIVO 1 - SAMAE

Publicação Nº 6131544

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 60BFB9AC204D11E8BBCAB18B0937AD4C6626BC0D

Tipo de Instrumento: Aditivo de Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato
N° Contrato: 5/2024
Aditivo: 1
Contratado: MONTEIRO TERRAPLENAGEM LTDA - ME
CNPJ: 07.535.657/0001-00
N° Licitação: 8/2023
N° Processo: 6/2023
Modalidade: Pregão presencial
Fundamento Legal: 8666
Objeto: Contratação de serviço de máquina Retroescavadeira, Escavadeira, Miniescavadeira e Caminhão para execução de redes de Esgoto para o Ano de 2024
Data do Aditivo: 12/06/2024
Entidade: SAMAE DE ORLEANS
Valor: 27.500,00
Vigência: 02/01/2024 a 31/12/2024

Fábio Echeli Bett

ERRATA PE05/2024

Publicação Nº 6133324

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6486943D41674E75298F1F6686432249529FA04F

1ª ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 03/2024

O SAMAE de Orleans anuncia a 1ª ERRATA do Pregão Eletrônico 03/2024, alterando a classificação do Tipo da Natureza da Licitação para "Registro de Preços" e corrigindo o valor total previsto para R$2.153.188,90 (dois milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e oitenta e oito Reais e noventa centavos).

Corrigindo assim os códigos de registro do PE03/2024 no TCE para:
Pré-Publicação: 8DD87A9ACE6583706ACE10A54EC95082C7C99739
Publicação: 6486943D41674E75298F1F6686432249529FA04F

O Edital 03/2024 fica alterado e assim, sua abertura passa a ser dia 27/08/2020.
Orleans-SC., 28 de Junho de 2024
Comissão de Licitação
SAMAE Orleans-SC

Otacílio Costa

Instituto de Previdência do Município de Otacílio Costa

AUDIÊNCIA PÚBLICA IPAM 02/07/2024

Publicação Nº 6131872

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA - IPAM
O Presidente do IPAM, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos termos da Portaria MTP nº 1.467/2022, Portaria MPS 185/2015 (Manual do Pró-Gestão), especialmente para divulgação do Relatório de Governança, dos resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial, de interesse dos Segurados e a Sociedade.
Data e horário: 02 de julho de 2024 a partir das 17h.
Local: Plenário Gentil Coelho de Souza da Câmara de Vereadores de Otacílio Costa/SC.
Transmissão online: https://youtube.com/@ipam0846?si=vOZFLWAHWoNSKTEO
Endereço: Av. Vidal Ramos Junior, 228 – 3º andar – Otacílio Costa/SC.
Sergio Fernando Kuster – Presidente do IPAM

Paial

Prefeitura

PROCESSO 073-2024 PE 009-2024 FERTILIZANTES

Publicação Nº 6133216

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B5FF2C55300B402893F327D1C933DC2FC0675AE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Paial - SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletronico, sistema de REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 15 de julho de 2024, REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC, conforme especificações constantes do anexo "A" deste edital. As propostas serão recebidas até às 08h15min do dia 15 de julho de 2024. O edital, encontra-se disponível no site https://paial.atende.net/, demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitaçoes do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: A licitação ocorrerá de forma eletrônica e poderá ser acompanhada pelo ambiente virtual no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.
NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal
Paial - SC, 27 de junho de 2024.

Palhoça

Prefeitura

EXTRATO DE CONTRATO N° 220/2024 CC 108/2024

Publicação Nº 6132728

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 09C861DE0C596E6073F036629FCC6CF5CF84DE2F

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 220/2024. Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO e a empresa MSM EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação em concreto rígido e sinalização viária da Rua José Francisco de Souza (trecho 02), Bairro São Sebastião, Palhoça/SC, incluindo fornecimento de material e mão de obra.
Valor total: R$ 411.975,73 (quatrocentos e onze novecentos e setenta e cinco reais e setenta e três).
Data: 21/06/2024.

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 03 - AURELIO SANTELINO MENDES

Publicação Nº 6132124

Palhoça, 22 de abril de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: AURÉLIO SANTELINO MENDES - CPF. 822.953.109-97 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH0016.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH0016.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2020, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 04 - CRISTIAN BERTO DA SILVEIRA

Publicação Nº 6132126

Palhoça, 22 de abril de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: CRISTIAN BERTO DA SILVEIRA - CPF. 952.282.849-15 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH0042.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH0042.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2020, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 05 - VALERIO SANTELINO MENDES

Publicação Nº 6132130

Palhoça, 22 de abril de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: VALÉRIO SANTELINO MENDES - CPF. 811.944.639-91 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH0047.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH0047.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2020, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 06 - CLAUDIONOR DOS SANTOS

Publicação Nº 6132151

Palhoça, 22 de abril de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: CLAUDIONOR DOS SANTOS - CPF. 015.759.099-28 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH0061.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH0061.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2020, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 07- ALBERTO ROBERTO MARTINS

Publicação Nº 6132158

Palhoça, 22 de abril de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: ALBERTO ROBERTO MARTINS - CPF. 785.210.419-34 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH2581.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH2581.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2020, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 08 - JADERSON DALLBELLO

Publicação Nº 6132167

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: JADERSON DALLBELO, CPF. 051.672.099-60 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH2216.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH2216.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2021, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 09 - EMILIA SOUZA VIEIRA

Publicação Nº 6132170

Palhoça, 22 de abril de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: EMILIA SOUZA VIEIRA - CPF. 415.332.169-91 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH0052.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH0052.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2023, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 10 - MARLON BORNELLI

Publicação Nº 6132173

Palhoça, 21 de maio de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTIFICAÇAO ADMINISTRATIVA

NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, unidade do Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na avenida Hilda Terezinha Pagani, nº 280, bairro Pagani – Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-256.

NOTIFICADO: MARLON BORNELLI - CPF. 769.907.109-34 Permissionário do Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi sob o Código YH0057.

Vimos por meio desta, notificar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja regularizada a documentação da Permissão de Serviço de Transporte Individual de Passageiro – Táxi, cadastrada nesta prefeitura sob código YH0057.

Informamos que tal procedimento é necessário, já que desde o ano de 2020, o Permissionário, além de não estar regularizado junto ao Município, é de nosso conhecimento que esta prestando o serviço de forma irregular.

Portanto, fica ciente o Notificado que, caso não regularize esta situação junto a este Órgão, no prazo estabelecido nesta, por se tratar de Permissão Precária, a mesma será CASSADA após o prazo ora estabelecido.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário Municipal de Segurança Pública

PORTARIA Nº. 4781/2024

Publicação Nº 6132867

PORTARIA Nº. 4781/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para PEDRO HENRIQUE LOHN, matrícula 3764215-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2024.

Palhoça, SC, em 27 de junho de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário Municipal de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4782/2024

Publicação Nº 6132873

PORTARIA Nº. 4782/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para ROSAURIA VITALINA DE OLIVEIRA ARAUJO BALBINO, matrícula 210466-10, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de junho de 2024.

Palhoça, SC, em 27 de junho de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário Municipal de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4783/2024

Publicação Nº 6132875

PORTARIA Nº. 4783/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora PATRICIA ADELAIDE DA SILVA REGO, matricula nº. 120222-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25/06/2024, de acordo com às folhas 11.

Palhoça, SC, em 27 de junho de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário Municipal de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4784/2024

Publicação Nº 6132877

PORTARIA Nº. 4784/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora CRISTIANA FRANCIELE DOS SANTOS, matrícula nº. 3767650-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 31313/2024, com efeitos a contar de 25/06/2024.

Palhoça, SC, em 27 de junho de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4785/2024

Publicação Nº 6132881

PORTARIA Nº. 4785/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2296 de 11 de março de 2024, que concedeu Licença para Atender o Excepcional o servidor PAULO CESAR KOVACS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 26/06/2024.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário Municipal de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

EDITAL DE ELEIÇÃO N° 002/CMHRF/2024-2026

Publicação Nº 6133306

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CMHRF - PALHOÇA/SC

EDITAL DE ELEIÇÃO N° 002/CMHRF/2024-2026

Convocação para a Assembleia de Eleição dos representantes, titulares e suplentes, da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Palhoça – CMHRF.

O Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PALHOÇA - CMHRF, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo por base a Lei nº 4.997 de 19 de Julho de 2021, CONVOCA os representantes da sociedade civil municipal para a Assembleia de Eleição dos representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil do Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Palhoça, para a **Gestão 2024/2026**, que ocorrerá no dia **13 de Agosto, das 14h às 17h**, na Secretaria Municipal de Habitação, situada na Av. Hilza Terezinha Pagani, 289 – Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

Da Composição do Conselho:

Art. 1° Estão abertas às inscrições para a eleição dos membros da gestão do respectivo Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Palhoça para o biênio 2024/2026, conforme prevê o artigo 4º da lei nº 4.997 de 19 de julho de 2021 do CMHRF – Palhoça.

O Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária é composto por 12 membros e respectivos suplentes, respeitados os critérios conforme artigo citado nesse edital, sendo:

I - Seis representantes governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

a- 02 (dois) representantes da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária;
b- 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;
c- 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;
d- 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
e- 01 (um) representante da Secretaria da Administração do Município.

II – Seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

a) 01 (um) representante da iniciativa privada, ligadas à produção habitacional;
b) 01(um) representante dos profissionais liberais ligados à construção civil;

Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Passa Vinte - Palhoça/SC CEP 88132-900
E-mail: pmp@palhoca.sc.gov.br Tel/Fax: 48 3220-0300

c) 01 (um) representante de organizações não governamentais;
d) 03 (três) representantes de entidades comunitárias ou associações de moradores do Município.

Processo de Habilitação

Art. 2° Poderão habilitar-se ao processo eleitoral, representantes de entidades privadas e/ou organizações, representantes de movimentos populares da Sociedade Civil e/ou organização de usuários, conforme descrição abaixo:

§1º São considerados como representantes da sociedade civil:

a) Associações comunitárias ou de moradores;
b) Movimentos e ações sociais e comunitárias;
c) Movimentos de luta por terra;

§2º São considerados como entidades privadas e ou/ organizações:

a) Associações/Entidades representantes de usuários da política de Habitação;
b) Sindicatos, federações, confederações ou centrais sindicais de trabalhadores;
c) Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa tais como, entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino;

§3º O Edital será publicado e encaminhado a todos os equipamentos da Prefeitura e interessados, bem como o cronograma das datas da eleição, oportunizando a todos a participação.

Art. 3º Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos entre seus pares, em foro próprio denominado de Assembleia de Eleição;

§ 1º È vedada à representação, na Assembleia de Eleição, de mais de um representante por Entidade ou Associação.

Da Comissão Eleitoral

Art. 4º A organização do processo eleitoral caberá à Comissão Eleitoral, esta que foi instituída pela Resolução 001/ CMHRF/2024 e composta pelos seguintes conselheiros (as): Eriane Martins, Francisco Antônio de Souza Martins, Ieda Marques Menezes de Morais e Marcilene da Silva.

Art. 5º Compete à Comissão Eleitoral:

I- Verificar toda a documentação apresentada pelos candidatos postulantes à habilitação conforme os anexos do Edital de Eleição 2024/2026;

II- Divulgar a relação dos habilitados e não habilitados ao processo de eleição, no site oficial da Prefeitura Municipal de Palhoça, na página da Secretaria Municipal de Habitação;

III- Tornar público o processo eleitoral junto aos equipamentos da Prefeitura Municipal de Palhoça e às Entidades/Associações para a participação e inscrição no processo eleitoral;

IV- Organizar o processo eleitoral no dia da Assembleia de Eleição.

Art.6º Os representantes governamentais devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo até a data de 30 de julho de 2024, através de Oficio ao Presidente do CMHRF.

Art.7º Os representantes da sociedade Civil serão eleitos em foro próprio, entre os seus pares.

Art. 8º Em caso de empate entre representantes dos movimentos populares o critério de desempate será a idade dos candidatos, sendo que assumirá o candidato com maior idade;

Art.9º Em caso de empate entre representantes de entidades privadas/organizações será utilizado como critério de desempate a entidade que comprovar o maior tempo de atividade**;**

Art.10 Os representantes titulares e suplentes candidatos deverão comparecer na assembleia de eleição e permanecer até a apuração dos votos.

Art. 11 – O credenciamento das entidades será realizado na Secretaria Municipal de Habitação, situada na Rua Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani – Palhoça, das 13h30 às 18h, conforme o período estabelecido no cronograma deste Edital, mediante a apresentação dos documentos mencionados no art. 12.

Art. 12 As entidades não governamentais deverão apresentar os seguintes documentos para realizar seu credenciamento:

I – CNPJ;

II- Estatuto;

III – Ofício assinado pelo responsável legal e endereçado à Comissão Eleitoral indicando o nome, telefone e e-mail de uma pessoa que representará a entidade no processo de eleição do CMHRF. O representante da entidade que votar, poderá ser o mesmo indicado (titular ou suplente) que irá representá-la no conselho;

IV - Ofício assinado pelo responsável legal e endereçado à Comissão Eleitoral indicando conselheiro titular e conselheiro suplente, que tomará posse caso a entidade seja eleita;

V - Requerimento conforme anexo I.

Art. 13 Os representantes e/ou organizações de movimentos populares:

I- Ofício/Declaração informando o vínculo do candidato com a entidade;

II- Requerimento conforme anexo II.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CMHRF - PALHOÇA/SC

Art. 14 Os casos omissos ou que surgirem durante o processo de eleição ou apuração será dirimido pela Comissão de Eleição do CMHRF.

Art.15 – Os conselheiros serão nomeados por Decreto Municipal e empossados na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280, Centro, Palhoça/SC, conforme cronograma estabelecido neste Edital.

Art. 16 Fica estabelecido o seguinte cronograma:

DATA	ATIVIDADE
28/06/2024	Publicação edital de eleição
01/07/2024 a 31/07/2024 (dias úteis)	Período de Inscrição das entidades
Até 02/08/2024	Avaliação das inscrições pela comissão eleitoral
05/08/2024	Publicação do Edital de Homologação das entidades deferidas e indeferidas
Até 07/08/2024	Período para as entidades entrarem com recursos
08/08/2024	Divulgação das entidades aptas a concorrer o Pleito
13/08/2024	Assembleia de Eleição e Apuração dos votos Das 15h às 17h Local: Prefeitura Municipal de Palhoça
15/08/2024	Publicação do Resultado Final do processo eleitoral, no site oficial da Prefeitura Municipal de Palhoça, na página da Secretaria Municipal de Habitação

Palhoça, 28 de junho de 2024.

SÉRGIO FILOMENO
Presidente do CMHRF

Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Passa Vinte - Palhoça/SC CEP 88132-900
E-mail: pmp@palhoca.sc.gov.br Tel/Fax: 48 3220-0300

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CMHRF - PALHOÇA/SC

ANEXO I

REQUERIMENTO INSCRIÇÃO ELEIÇÃO CMHRF- 2024

ENTIDADES E/ OU ORGANIZAÇÕES

NOME DA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO:

_____

CNPJ:_____

ENDEREÇO:_____Nº_____

BAIRRO:_____MUNICÍPIO_____

TELEFONE:_____EMAIL:_____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

DADOS DO REPRESENTANTE CANDIDATO TITULAR:

NOME:_____

EMAIL:_____

TELEFONE:_____

DADOS DO REPRESENTANTE CANDIDATO SUPLENTE:

NOME:_____

EMAIL:_____

TELEFONE:_____

DADOS DO REPRESENTANTE VOTANTE:

NOME:_____

EMAIL:_____

TELEFONE:_____

_____

Entidade / Organização Entidade

Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Passa Vinte - Palhoça/SC CEP 88132-900
E-mail: pmp@palhoca.sc.gov.br Tel/Fax: 48 3220-0300

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CMHRF - PALHOÇA/SC

ANEXO II

REQUERIMENTO INSCRIÇÃO ELEIÇÃO CMHRF- 2024

MOVIMENTOS POPULARES

NOME DO CANDIDATO:_____

ÓRGÃO_____

VINCULADO:_____

ENDEREÇO:_____**Nº**_____

BAIRRO:_____ **MUNICÍPIO**_____

TELEFONE:_____ **EMAIL:**_____

DADOS DO REPRESENTANTE CANDIDATO TITULAR:

NOME:_____

EMAIL:_____

TELEFONE:_____

DADOS DO REPRESENTANTE CANDIDATO SUPLENTE:

NOME:_____

EMAIL:_____

TELEFONE:_____

DADOS DO REPRESENTANTE VOTANTE:

NOME:_____

EMAIL:_____

TELEFONE:_____

_____

Usuário /Organização Usuário

Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Passa Vinte - Palhoça/SC CEP 88132-900
E-mail: pmp@palhoca.sc.gov.br Tel/Fax: 48 3220-0300

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SETOR DE TRÂNSITO
AVENIDA HILZA TEREZINHA PAGANI, 280 – PALHOÇA/SC – CEP: 88132-900 - Fone - (48) 3320-0598

NOTIFICAÇÃO DE VEÍCULO EM ESTADO DE ABANDONO - LEI MUNICIPAL 4630/2018

Notificação nº 40540/2024

Placa do veículo:	QHT2120
Data da fiscalização:	24/06/2024
Hora da fiscalização:	03:21:00
Endereço de localização do veículo:	RUA MONTE VERDE, N 181
Nome do(a) proprietário(a):	RICARDO DANIEL LUZ GUEDERT
CPF/CNPJ do(a) proprietário(a):	033.627.949-39
Matrícula do Fiscal:	20031011

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa QHT2120 aretirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias da publicação desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Palhoça, 27 de junho de 2024.

A validação deste documento pode ser efetuada através do site **palhoca.atende.net** por meio do serviço "Consulta de Protocolo". Após inserir o Número e Ano desta Notificação e confirmar, acessar "Etapa do Processo" e clicar em "Consultar Anexos" e depois "Consultar Arquivos".

Publicação Nº 6132217

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SETOR DE TRÂNSITO
AVENIDA HILZA TEREZINHA PAGANI, 280 – PALHOÇA/SC – CEP: 88132-900 - Fone - (48) 3320-0598

NOTIFICAÇÃO DE VEÍCULO EM ESTADO DE ABANDONO - LEI MUNICIPAL 4630/2018

Notificação nº 40545/2024

Placa do veículo:	LZS8412
Data da fiscalização:	21/06/2024
Hora da fiscalização:	15:48:00
Endereço de localização do veículo:	RUA LUIZ ALESSIO LENHANI, N OP 31
Nome do(a) proprietário(a):	DIONATAN SILVEIRA LUMERTZ
CPF/CNPJ do(a) proprietário(a):	053.126.259-65
Matrícula do Fiscal:	37611551

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa LZS8412 aretirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias da publicação desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Palhoça, 27 de junho de 2024.

A validação deste documento pode ser efetuada através do site **palhoca.atende.net** por meio do serviço "Consulta de Protocolo". Após inserir o Número e Ano desta Notificação e confirmar, acessar "Etapa do Processo" e clicar em "Consultar Anexos" e depois "Consultar Arquivos".

Publicação Nº 6132224

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fundo Municipal de Saúde de Palhoça

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 04/2024

Publicação Nº 6132885

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 04/2024

A Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça informa a todos os interessados que a licitação Chamada Publica/Credenciamento Nº 04/2024, cujo objeto é a Seleção e possível contratação de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde da Grande Florianópolis referente a procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade ambulatorial, para Procedimentos clínicos (consulta especializada), procedimentos com finalidade diagnóstica e procedimentos cirúrgicos em Oftalmologia adulto e pediátrica, discriminados no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM (Órteses e Próteses e Materiais Especiais) do SUS (Sistema Único de Saúde), está CANCELADA devido a erros encontrados no edital.
Os erros identificados comprometem a lisura e a legalidade do processo, sendo necessário o cancelamento para correção dos mesmos.
Conforme previsto no Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode revogar ou anular o processo licitatório em caso de ilegalidade, sendo necessário garantir a transparência e a correção dos atos administrativos. Além disso, o Art. 53 da mesma lei assegura a possibilidade de retificação dos atos administrativos para garantir a legalidade e a eficiência do processo licitatório.
Em breve, um novo edital será publicado com as devidas correções. Pedimos a todos os interessados que acompanhem as publicações oficiais para novas informações.
Agradecemos pela compreensão e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Palhoça, 27 de junho de 2024.

Sandra Ribeiro de Abreu
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE N° 70/2024

Publicação Nº 6132639

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A35B77309A457671E4FD5C4D400F1B02E589384

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 70/2024 – PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a pessoa jurídica INSTITUTO DE SAÚDE SOCIAL – ISS, CNPJ: 07.964.305/0001-90. OBJETO: Prestação de serviços de saúde para realização de procedimentos com finalidade diagnóstica por exames cardiológicos aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos. VALOR: De acordo com os valores máximos estipulados no Edital de credenciamento n° 214/2020. Valor total máximo: R$ 640.332,40 (seiscentos e quarenta mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).
DATA: 27/06/2024.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE N° 71/2024

Publicação Nº 6132643

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 30A30939E6AD647666CBA72F32DC174507BDF283

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 71/2024 – PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a pessoa jurídica INSTITUTO DE SAÚDE SOCIAL – ISS, CNPJ: 07.964.305/0001-90. OBJETO: Prestação de serviços de saúde para realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica de Ultrassonografias aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos. VALOR: De acordo com os valores máximos estipulados no Edital de credenciamento n° 200/2019. Valor total máximo: R$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais).
DATA: 27/06/2024.

Palmitos

Prefeitura

HOMOLOGAÇÃO PL 04/2024 - SAÚDE

Publicação Nº 6131088

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CCF2E37E03AFFA593E28BFD3E0049AEC1F40208A

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 03/2024
PROCESSO N. º 04/2024
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO/HOSPITALAR, DE 24 HORAS, DE SEGUNDA A SEGUNDA-FEIRA, PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA AOS MUNÍCIPES PALMITENSES. ALÉM DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS, POSSUIR SERVIÇO DE RADIOLOGIA 24 HORAS. SERVIÇO DE SOBREAVISO MÉDICO. ATENDIMENTO HOSPITALAR PARA PEQUENOS PROCEDIMENTOS, TAIS COMO SUTURA SIMPLES, DRENAGEM DE ABSCESSO, RETIRADA DE CORPO ESTRANHO, PICADAS DE INSETOS E ANIMAIS PEÇONHENTOS ENTRE OUTROS. RAIO X. TELA DE SLING (PARA CIRURGIAS ELETIVAS SUS).
CONTRATADO: HOSPITAL REGIONAL DE PALMITOS; CNPJ Nº 85.361.053/0001-90.
VALOR TOTAL: R$ 1.717.968,12.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2024.
Palmitos, 24 de junho de 2024. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PL 46/2024

Publicação Nº 6131172

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 547C3E0CF4027BB8F6FC12394976136E97E8FE54

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 12/2024
PROCESSO N. º 46/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE "CURSO DE FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA EM OBRAS PÚBLICAS NA LEI Nº 14.133/2021: PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO", PARA A ENGENHEIRA CIVIL ALESSANDRA MARIA TIBURSKI, E ASSISTENTE ADMINISTRATIVO GRAZIELI ADRI GRAMMS, SERVIDORAS MUNICIPAIS.
CONTRATADO: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 28.474.582/0001-67.
VALOR TOTAL: R$ 6.980,00.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2024.
Palmitos, 27 de junho de 2024. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PL 47/2024

Publicação Nº 6132013

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 07D3D766B753C158E8938E51285AB74C4BE5478F

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 13/2024
PROCESSO N. º 47/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE "Curso de Capacitação em Acessibilidade para Engenheiros e Arquitetos! Com o renomado professor Eduardo Rocnhetti de Castro, venha se capacitar conforme a NBR 9050/2020, Lei Brasileira de Inclusão e demais leis de acessibilidade.", PARA OS ENGENHEIROS CIVIS ALESSANDRA MARIA TIBURSKI E JULIANO PEDRO SCANDOLARA, SERVIDORA MUNICIPAL.
CONTRATADO: Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Extremo Oeste de Santa Catarina – ASSENAR, CNPJ nº 78.472.313/0001-30.
VALOR TOTAL: R$ 740,00.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2024.
Palmitos, 27 de junho de 2024. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

ADITIVO CONTRATO Nº 011/2023

Publicação Nº 6133363

CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS
Poder Legislativo Municipal de Palmitos | Estado de Santa Catarina

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0009/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS/SC E AGN ASSESSORIA OCUPACIONAL LTDA, PARA AUMENTO DE QUANTITATIVO NO LIMITE LEGAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO).

CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 425, Centro, Palmitos/SC, inscrita no CNPJ n° 04.834.120/0001-45, neste ato representado por seu Presidente, **CLAUDIOMAR DA SILVA**, residente e domiciliado nesta cidade, doravente denominado de **CONTRATANTE**, e **AGN ASSESSORIA OCUPACIONAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob nº. 29.614.934/0001-03, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 784, sala 04, centro, Frederico Westphalen/RS, neste ato representado pelo sócio administrador **NAYAN LUIZ MARTINS**, doravante denominado de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº. 0009/2023, e Lei 8.666/1993 e Lei 14.133/2021, além das demais legislação aplicáveis, resolvem, celebrar o presente **TERMO ADITIVO** pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar unilateralmente o quantitativo de serviços previstos na CLÁUSULA SEGUNDA do contrato preliminar, acrescendo ao limite de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 26/06/2024, com fundamento no artigo 65, b, §1 da Lei 8666/1993.

Rua Lauro Muller, 425 - Centro - Palmitos - Santa Catarina | CEP: 89887-000 | 04.834.120/0001-45
Telefone; (49) 3647-1732 | E-mail: camarapalmitos@acamosc.com.br | www.camarapalmitos.sc.gov.br

CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS
Poder Legislativo Municipal de Palmitos | Estado de Santa Catarina

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Com o presente acréscimo, o contrato originário passará a vigorar com o valor global anual de R$ 5.350,00 (cinco mil trezentos e cinquenta reais);

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade de modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo no quantitativo do objeto, tendo em vista a situação excepcional vivenciada pela Câmara Municipal no ano corrente da vigência contratual, proveniente do aumento significativo das licenças dos vereadores titulares e consequentemente a necessidade de convocação de seus suplentes, bem como a alteração no quadro pessoal, demandando o aumento do objeto fornecido pela **CONTRATADA**, em observância ao limite legal.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

3.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato originário.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinar o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Palmitos/SC, 26 de junho de 2024.

CLAUDIOMAR DA SILVA:00483096997
Assinado de forma digital por CLAUDIOMAR DA SILVA:00483096997
Dados: 2024.06.27 17:21:00 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CLAUDIOMAR DA SILVA
Presidente

NAYAN LUIZ MARTINS:00974913065
Assinado de forma digital por NAYAN LUIZ MARTINS:00974913065
Dados: 2024.06.27 17:11:03 -03'00'

AGN ASSESSORIA OCUPACIONAL LTDA.
NAYAN LUIZ MARTINS

gov.br
Documento assinado digitalmente
PIETRO RIGONI
Data: 27/06/2024 17:17:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PIETRO RIGONI
Assessor Jurídico
OAB/SC 56.631

Rua Lauro Muller, 425 - Centro - Palmitos - Santa Catarina | CEP: 89887-000 | 04.834.120/0001-45
Telefone; (49) 3647-1732 | E-mail: camarapalmitos@acamosc.com.br | www.camarapalmitos.sc.gov.br

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 215 - CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍCITA A GILVANO FERNANDES DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 6132508

PORTARIA Nº 215, de 26 de junho de 2024.

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 1º, II, "I", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a Resolução nº 23.736 do TSE e o art. 87, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 004 de 31 de agosto de 1999,

Considerando o requerimento protocolado pelo Servidor sob nº 5166/2024, em 25 de junho de 2024 junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, solicitando afastamento de seu cargo, a título de desincompatibilização, para concorrer às Eleições Municipais de 2024, em 06 de outubro de 2024;
Considerando a necessidade de desincompatibilização do servidor público para os fins previstos na legislação eleitoral (art. 1º, II, "I", da Lei Complementar nº 64/90 c/c a Resolução nº 23.736 do TSE);

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER Licença para Atividade Política, de acordo com o Art. 87, da Lei Complementar nº 004/99, de 31 de agosto de 1999, ao servidor GILVANO FERNANDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, matrícula nº 11312, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotação junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 04 de julho de 2024 a 07 de outubro de 2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 26 de junho de 2024.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

KAMILE EDUARDA CANCELLI WABER
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 216 - CONVERTE FÉRIAS EM PECULIO A ALVARO ROBERTO RIO BRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 6132526

PORTARIA Nº 216, de 26 de junho de 2024.

"CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei Complementar nº 004 de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor a conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;

Considerando o requerimento protocolado sob nº 5169/2024 pelo servidor junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

RESOLVE:
Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art. 72, § 3°, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ALVARO ROBERTO RIO BRANCO, servidor público municipal, matrícula nº 25, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista/Diretor de Desenvolvimento Urbano, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 17/02/2023 a 16/02/2024, para serem convertidas na competência de junho de 2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia SC, em 26 de junho de 2024.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

KAMILE EDUARDA CANCELLI WABER
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 217 - CONCEDE FÉRIAS A SIMONE JOHANN E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 6132541

PORTARIA Nº 217, de 26 de junho de 2024.

"CONCEDE FÉRIAS A PEDIDO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora protocolado sob nº 5171/2024;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SIMONE JOHANN ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, Símbolo ACS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/04/2023 a 04/04/2024, para serem gozadas do dia 15/07/2024 a 13/08/2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 26 de junho de 2024.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

KAMILE EDUARDA CANCELLI WABER
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 218 - EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR CLEVI COMUNELLO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 6132544

PORTARIA Nº 218, de 26 de junho de 2024.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia SC, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento entregue pelo servidor junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, protocolo nº 5172/2024.
RESOLVE:
Art. 1
º EXONERAR a pedido o servidor CLEVI COMUNELLO, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Infraestrutura, Grupo Ocupacional Direção Superior, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 28 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 26 de junho de 2024.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

KAMILE EDUARDA CANCELLI WABER
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 219 - EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 6132548

PORTARIA Nº 219, de 26 de junho de 2024.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia SC, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento entregue pelo servidor junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, protocolo nº 5173/2024.
RESOLVE:
Art. 1
º EXONERAR a pedido o servidor LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Imprensa e Comunicação, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal, a partir do dia 28 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 26 de junho de 2024.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

KAMILE EDUARDA CANCELLI WABER
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 220 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA VIVIANE DAL BIANCO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 6132551

PORTARIA Nº 220, de 26 de junho de 2024.

"CONCEDE FÉRIAS A PEDIDO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido protocolado sob nº 5174/2024 junto a Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, a servidora VIVIANE DAL BIANCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, matrícula nº 9570, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/12/2020 a 30/11/2022 para serem gozadas do dia 15/07/2024 a 24/07/2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 26 de junho de 2024.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

KAMILE EDUARDA CANCELLI WABER
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

TERMO ADITIVO AO CON 31-2024

Publicação Nº 6131252

TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2024
CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 95.993.085/0001-62, com sede administrativa à Av. Padre João Botero, 485, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Osmar Tozzo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 559.969.069-53, residente e domiciliado no município de PASSOS MAIA – Estado de Santa Catarina, doravante PORTAL OESTE MAIS, inscrita no CNPJ nº 15.264.097/0001-17, com sede na Cidade de Ponte Serrada – SC, telefone (49)984065653 e e-mail comercial@oestemais.com.br, neste ato devidamente representada pelo senhor(a) Jhonatan Vinicius Coppini, portador(a) do RG nº 4.758.125 e CPF nº 046.347.959-90, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista na Lei Federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações posteriores, e na Resolução do TSE n.ºs 23.738/24 e 23.610, de 18 de dezembro de 2019 alterada pela Resolução TSE nº 23732/24, que dispõe sobre a propaganda eleitoral;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA
Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem o termo aditivo de supressão, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;
Considerando que são vedadas condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre os candidatos ao pleito eleitoral;
Conclui-se que a supressão do valor do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR
No quadro a seguir são especificados o serviço, o período da contratação e o valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, durante a vigência contratual:

Item	Unid.	Especificação
1	MÊS	CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DA DIVULGAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DE CARACTER INFROMATIVO, EDUCATIVO OU ORIENTAÇÃO SOCIAL

O valor total do presente Contrato é de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) mensais. Fica SUSPENSO. Devendo retornar ao valor original 15 (quinze) dias após a realização do pleito eleitoral.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.
E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Omar Tozzo Contratante	PORTAL OESTE MAIS Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO AO CON 5-2022

Publicação Nº 6131270

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2022
PROCESSO LICITATORIO N. 001/2022
PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2022

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 95.993.085/0001-62, com sede administrativa à Av. Padre João Botero, 485, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Osmar Tozzo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 559.969.069-53, residente e domiciliado no município de PASSOS MAIA – Estado de Santa Catarina, doravante RADIO BEBEDOURO

FM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Padre João Botero, n.383, na cidade de Passos Maia. - SC, com CNPJ sob o n.º 01.756.106/0001-82, representada por seu sócio, Sr. Jarbas Eloan Ritter de Ramos, Brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado na cidade de Passos Maia, com CPF n.º 059.851.129-69, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista na Lei Federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações posteriores, e na Resolução do TSE n.ºs 23.738/24 e 23.610, de 18 de dezembro de 2019 alterada pela Resolução TSE nº 23732/24, que dispõe sobre a propaganda eleitoral;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA
Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem o termo aditivo de supressão, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;
Considerando que são vedadas condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre os candidatos ao pleito eleitoral;
Conclui-se que a supressão do valor do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR
No quadro a seguir são especificados o serviço, o período da contratação e o valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, durante a vigência contratual:

Item	Unid.	Especificação
1	MÊS	Contratação de emissora de Rádio FM Comercial, com reconhecida audiência em todo o território do Município, para a prestação de serviços de publicação dos atos oficiais institucionais, através da divulgação das ações desenvolvidas pela administração municipal; de campanhas institucionais de caráter informativo, educativo e orientação social; avisos de utilidade pública; cobertura de eventos públicos, destinados a informar aos munícipes sobre promoção de ações, eventos e serviços prestados pela administração pública do município de Passos Maia – SC

O valor total do presente Contrato é de R$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais. Fica suprimido o valor em 30% do valor contratado perfazendo um total de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais). Devendo retornar ao valor original 15 (quinze) dias após a realização do pleito eleitoral.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.
E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Omar Tozzo Contratante	RADIO BEBEDOURO FM LTDA Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO AO CON 6/2022

Publicação Nº 6131260

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2022
PROCESSO LICITATORIO N. 001/2022
PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2022

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 95.993.085/0001-62, com sede administrativa à Av. Padre João Botero, 485, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Osmar Tozzo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 559.969.069-53, residente e domiciliado no município de PASSOS MAIA – Estado de Santa Catarina, doravante RADIO NAMBÁ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto n. 505, na cidade de Ponte Serrada - SC, com CNPJ sob o n.º 83.014.803/0001-22, representada pelo seu Diretor, Sr. Antoninho Rossi, Brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado

na cidade de Ponte Serrada, com CPF n.º 176.328.209-06, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista na Lei Federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações posteriores, e na Resolução do TSE n.ºs 23.738/24 e 23.610, de 18 de dezembro de 2019 alterada pela Resolução TSE nº 23732/24, que dispõe sobre a propaganda eleitoral;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA
Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem o termo aditivo de supressão, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;
Considerando que são vedadas condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre os candidatos ao pleito eleitoral;
Conclui-se que a supressão do valor do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR
No quadro a seguir são especificados o serviço, o período da contratação e o valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, durante a vigência contratual:

Item	Unid.	Especificação
1	MÊS	Contratação de emissora de Rádio FM Comercial, com reconhecida audiência em todo o território do Município, para a prestação de serviços de publicação dos atos oficiais institucionais, através da divulgação das ações desenvolvidas pela administração municipal; de campanhas institucionais de caráter informativo, educativo e orientação social; avisos de utilidade pública; cobertura de eventos públicos, destinados a informar aos munícipes sobre promoção de ações, eventos e serviços prestados pela administração pública do município de Passos Maia – SC

O valor total do presente Contrato é de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) mensais. Fica suprimido o valor em 30% do valor contratado perfazendo um total de 1.890,00 (mil oitocentos e noventa reais). Devendo retornar ao valor original 15 (quinze) dias após a realização do pleito eleitoral.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.
E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 27 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Omar Tozzo Contratante	RADIO NAMBÁ LTDA Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO AO CON 32-2021

Publicação Nº 6131159

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0032/2021
EDITAL DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 0038/2021
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2021

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 95.993.085/0001-62, com sede administrativa à Av. Padre João Botero, 485, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Osmar Tozzo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 559.969.069-53, residente e domiciliado no município de PASSOS MAIA – Estado de Santa Catarina, doravante denominado **CONTRATANTE**, de um lado, e, de outro lado, **THIAGO ZANCHET,** pessoa física, brasileiro, CPF nº 065.480.399-47, Registro Geral de Identidade n.º 5143794, SSP/SC, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos bem como a tabela IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo);

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que reajuste nos valores do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

No quadro a seguir são especificados o serviço, o período da contratação e o valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, durante a vigência contratual:

Item	Unid.	Especificação
1	Unid	A CONTRATAÇÂO de uma sala comercial, de 103,72m2 (cento e três metros quadrados), localizada na Av. Angelo Tirelli, 159, Centro, no Município do Passos Maia/SC, descrito na Matrícula nº 10.094, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Ponte Serrada-SC, destinado exclusivamente para uso não residencial, de propriedade do CONTRATADO, e este aceita integralmente,

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento

		mediante as condições ajustadas neste instrumento, para uso da Prefeitura municipal de Passos Maia –SC .

Pelos serviços a serem prestados, considerando o aumento de 3,93% referente ao IPCA acumulado, o contratante pagará à contratada a importância mensal de R$ 1.073,14 (mil e setenta e três reais com quatorze centavos). Totalizando assim a R$ 12.877,68 (doze mil oitocentos e setenta e sete reais com oitenta e oito centavos) pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 01 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
Osmar Tozzo
Contratante

THIAGO ZANCHET
Contratado

Testemunhas:

Penha

Prefeitura

2ª ERRATA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2024 - FMS

Publicação Nº 6131225

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2024 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 - FMS
Sistema De Registro De Preços

1ª ERRATA

1. DO OBJETO.
Registro de preço para futura contratação de Empresa para locação de aparelho de Raio-x, bem como efetuar sua instalação, manutenção e calibrações conforme necessidade, e também ministrar treinamento aos usuários do equipamento, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Penha, conforme requisição ao compras nº 204/2024, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

ONDE SE LÊ:

2.2 É de responsabilidade da proponente contratada a entrega dos materiais/produtos no local indicado pelo departamento de Compras da Secretaria, no prazo de até 05 dias, obedecendo o horário de expediente;

LEIA-SE:

2.2 É de responsabilidade da proponente contratada a entrega dos materiais/produtos no local indicado pelo departamento de Compras da Secretaria, no prazo de até 20 dias úteis, obedecendo o horário de expediente;

Publique-se.

Penha/SC, 27 de junho de 2024.

Sidnei Mauricio de Souza Júnior
Secretário de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2024

Publicação Nº 6131688

PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 014/2024 - FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 – FMS
Sistema de Registro de Preços

Minuta da Ata de Registro de Preços nº 015/2024
VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Penha, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, doravante denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pela Sra. Bárbara Juma Lugogo, Secretária de Saúde, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 007/2024** resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializados, para atendimento na Policlínica do Município de Penha, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas e previstas neste edital e seus Anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Empresa **JDN CLÍNICA MÉDICA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Visconde Rio Branco, n° 1630, Sala 1801, Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.262.241/0001-62, CEP: 80.420-210, representada neste ato pelo Sr. **RODRIGO DE OLIVEIRA DIAS**, brasileiro, administrador, portador da cédula de identidade nº 7.634.874-0, inscrito no CPF sob o nº 029.671.309-07, e-mail rodrigo@jdnclinicamedica.com jdn.adm2@gmail.com jdn.financeiro1@gmail.com jdn.matheus@gmail.com , sócio administrador.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

1799061 - JDN MEDICAL GROUP LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
7	MÉDICO ALERGISTA	HORAS	PrÃ³pria	480	R$297,35	R$142.728,00
10	MÉDICO GERIATRA	HORAS	PrÃ³pria	480	R$245,00	R$117.600,00
					Total do Fornecedor:	R$260.328,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **o Município de Penha não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se** a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data PROPOSTA VENCEDORA, qual seja, 27/06/2024.

2.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO DE RESERVA

3.1 - Segue anexa a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

4.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

4.2 – Os serviços deverão ser prestados por meio próprio, em até 2 (dois) dias úteis após a emissão da Ordem de Compra.

4.3 Os serviços deverão ser prestados por pessoas jurídicas, profissionais médicos Clínicos Gerais, devendo cumprir 30 horas semanais, divididos em 6 (seis) horas diárias;

4.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura da ata.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

5.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica da ata, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação.**

5.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

5.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

5.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a ata, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

5.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar a ata no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

5.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

5.5 - Para assinatura eletrônica da Ata o vencedor deverá:

5.5.1 Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual**, **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.5.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

6.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto.

6.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

8.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) **Advertência**;

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;

b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;

c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total da Ata de Registro de Preços;

d) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da Ata de Registro de Preços.

III) **Impedimento de licitar e contratar** com o Município, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3 - O FORNECEDOR será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;

b) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;

d) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

g) praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

j) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

8.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na regulamentação vigente.

8.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

8.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.7 As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

8.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

8.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

8.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

10.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

11.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Penha-SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

Penha/SC, 26 de Junho de 2024.

BARBARA JUMA LUGOGO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

JDN CLINICA MEDICA LTDA
RODRIGO DE OLIVEIRA DIAS
CONTRATADO

FISCAL DE CONTRATO E TESTEMUNHA: VALDILENE APARECIDA STOLFA
PORTARIA N.º 1.874/2024

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Município.

SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLE INTERNO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2024

Publicação Nº 6131692

PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 014/2024 - FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 – FMS
Sistema de Registro de Preços

Minuta da Ata de Registro de Preços nº 016/2024
VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Penha, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, doravante denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pela Sra. Bárbara Juma Lugogo, Secretária de Saúde, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 007/2024** resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializados, para atendimento na Policlínica do Município de Penha, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas e previstas neste edital e seus Anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Empresa **GSS- GESTÃO SERVIÇOS A SAUDE LTDA**, estabelecida à Rua Justiniano Neves n° 226, Apt: 1001, bairro Pioneiros na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88331-020 inscrita no CNPJ/MF sob o n° 18.670.594/0001-03, representada, neste ato pelo Sr. **MAIKON LUCIAN MADEIRA QUARTI**, CPF sob o n° 053.212.79-61, Cargo/Função Médico Representante, E-mail: contato@btlicitacoes.com.br, telefone: 47 9 9997-4567

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

1855883 - GSS - GESTAO SERVICOS A SAUDE LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MÉDICO NEUROLOGISTA	HORAS	SERVIÃ O	480	R$225,00	R$108.000,00
2	MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	HORAS	SERVIÃ O	480	R$247,00	R$118.560,00
3	MÉDICO PROCTOLOGISTA	HORAS	SERVIÃ O	480	R$247,00	R$118.560,00
4	MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR	HORAS	SERVIÃ O	480	R$226,50	R$108.720,00
5	MÉDICO GASTROENTEROGISTA	HORAS	SERVIÃ O	480	R$247,00	R$118.560,00
6	MÉDICO NEFROLOGISTA	HORAS	SERVIÃ O	480	R$246,00	R$118.080,00
8	MÉDICO REUMATOLOGISTA	HORAS	SERVIÃ O	480	R$247,00	R$118.560,00
9	MÉDICO PNEUMOLOGISTA	HORAS	SERVIÃ O	480	R$247,00	R$118.560,00
					Total do Fornecedor:	R$927.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **o Município de Penha não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se** a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data PROPOSTA VENCEDORA, qual seja, 27/06/2024.

2.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO DE RESERVA

3.1 - Segue anexa a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

4.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

4.2 – Os serviços deverão ser prestados por meio próprio, em até 2 (dois) dias úteis após a emissão da Ordem de Compra.

4.3 Os serviços deverão ser prestados por pessoas jurídicas, profissionais médicos Clínicos Gerais, devendo cumprir 30 horas semanais, divididos em 6 (seis) horas diárias;

4.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura da ata.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

5.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica da ata, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação.**

5.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

5.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

5.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a ata, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

5.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar a ata no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

5.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

5.5 - Para assinatura eletrônica da Ata o vencedor deverá:

5.5.1 Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual**, **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.5.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal

(conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

6.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto.

6.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

8.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) **Advertência**;

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;

b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;

c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total da Ata de Registro de Preços;

d) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da Ata de Registro de Preços.

III) **Impedimento de licitar e contratar** com o Município, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3 - **O FORNECEDOR** será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;

b) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;

d) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

g) praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

j) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

8.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na regulamentação vigente.

8.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

8.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.7 As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

8.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

8.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

8.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

10.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

11.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Penha-SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

Penha/SC, 26 de Junho de 2024.

BARBARA JUMA LUGOGO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

GSS- GESTÃO SERVIÇOS A SAUDE LTDA
MAIKON LUCIAN MADEIRA QUARTI
CONTRATADO

FISCAL DE CONTRATO E TESTEMUNHA: VALDILENE APARECIDA STOLFA
PORTARIA N.º 1.874/2024

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Município.

SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLE INTERNO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 058/2024-PMP DE 26/06/2024

Publicação Nº 6131759

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F572C2ED384FB9AF47DDE233C6D222E65B7E30C9

PENHA GOVERNO MUNICIPAL

SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

Contratação de EMISSORAS DE RÁDIO DE COBERTURA REGIONAL, JORNAIS IMPRESSOS DE COBERTURA LOCAL, PORTAIS DE NOTÍCIA DE COBERTURA REGIONAL E CANAIS DE TELEVISÃO DE COBERTURA REGIONAL, PARA ATENDER AS AÇÕES DO SETOR DE COMUNICAÇÃO, COM O OBJETIVO DE DAR PUBLICIDADE AOS ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

CONTRATO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 058/2024-PMP de 26/06/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2024-PMP
CREDENCIAMENTO Nº 006/2024
HOMOLOGADO 07/05/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **TV VALE DO ITAJAÍ LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 76.368.240/0001-05, com sede à Rua Antonio Menezes Vasconcelos Drummond, nº 29, CEP 88302-270, bairro Fazenda, na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, email: eventositajai@ndtv.com.br ,tel 47 3247-4712 representada pelo Sr Marcello Correa Petelli, CPF: 510.811.489-34 , doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar entre si o presente Contrato de prestação de serviços, que será regido pela Lei 14.133/2021 e suas respectivas alterações e pelos dispostos nas cláusulas seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE
1.1 - A CONTRATADA compromete-se a prestar à CONTRATANTE, os serviços de publicidade governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de atos do Município de Penha, bem como, programas e campanhas das Secretarias Municipais e outros serviços, como festividades municipais e eventos de interesse público.
1.2 – A finalidade da presente contratação é a divulgação das atividades realizadas pelo município de Penha, mediante veiculação de publicidade institucional.

CANAIS DE TELEVISÃO DE COBERTURA REGIONAL					
Item	Qnt.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	50	Inserções	Inserções de 30" (trinta segundos) em programa jornalístico entre às 11h e 13h	R$ 484,00	R$ 24.200,00

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO
2.1. A veiculação do objeto solicitado acontecerá perante envio de ordem de compra e elaboração do Pedido de Inserção (PI) ou Autorização de Publicidade (AP);
2.2. A execução se dará de forma semanal, com as campanhas definidas pelo Departamento de Comunicação, conforme necessidade do serviço público;
2.3 – A data da publicação deverá ocorrer conforme programação da Prefeitura;
2.4. Para fazer jus ao pagamento, o CREDENCIADO deverá emitir a nota fiscal obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado e conforme os dados constantes na Ordem de Compra enviada pela Secretaria Municipal contendo detalhamento dos itens, quantidades, valores unitários e totais, não se admitindo notas fiscais/faturas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz;
2.5. Deverá ainda, apresentar juntamente, prova de regularidade perante o FGTS – CRF (Consulta Regularidade do Empreendedor), CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), CNDF (Certidão Negativa de Débitos Federais), CNDE (Certidão Negativa de Débitos Estaduais) e CNDM (Certidão Negativa de Débitos Municipais).
2.6. é de responsabilidade da contratada o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;
2.7 – Os serviços serão prestados com materiais, equipamentos e funcionários próprios da CONTRATADA;
2.8 - Cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade aos serviços contratados;
2.9 - Prestar o serviço em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;
2.10 – Cumprir os prazos e demais condições deste contrato;
2.11 - Qualquer entendimento entre a fiscalização dos serviços e a contratada deverá ser feito por escrito e entregue mediante protocolo.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

2.12 - A fiscalização do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado perante a execução dos serviços.
2.13 é expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
3.1 - A vigência do contrato oriundo deste credenciamento passará a contar de 26/06/2024 até 07/05/2025.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
4.1 - Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados no Termo de Referência, integrante do Edital de chamamento n° 00/2024-PMP, em seu Anexo I.
4.2 – O pagamento será efetuado de acordo com as medições a serem realizadas mensalmente e encaminhadas a CONTRATANTE mediante relatório, devendo o pagamento ser efetuado até o trigésimo 30 dias da emissão da Nota Fiscal com seu devido aceite.
4.3 – O pagamento será efetuado através de depósito direto em conta corrente ou segundo o interesse da CONTRATANTE.
4.4 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, visando o equilíbrio da contraprestação.
4.5 – O valor deste contato poderá ser reajustado para o período seguinte pela tabela SIGTAP/ SUS ou com base no IGPM acumulado do período, caso venha o mesmo a ser prorrogado.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
5.1 – Deu origem a esse Contrato o processo de credenciamento/ inexigibilidade nº. 006/2024, que inviabilizou a competição pela contratação de todos os interessados aptos, tendo seu sustentáculo no caput do artigo da Lei 14.133/2021.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS
6.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes do presente contrato.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESCREDENCIAMENTO E DA RESCISÃO DO CONTRATO
7.1 Dos motivos para o descredenciamento:
Da Prefeitura Municipal, sem prévio aviso, quando:

a) A empresa deixar de cumprir qualquer cláusula e condições do contrato;
b) A empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
c) Ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
d) Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;
e) Em razão de caos fortuito ou força maior;
f) No caso de decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os sócios;
g) E naquilo que couber nas outras hipóteses da Lei 14.133/2021.

Pela instituição credenciada:

a) Mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 60 (trinta) dias.

7.2 A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) No caso de dolo, simulação ou fraude na execução do contratado;
b) A CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de (02) dois dias contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇO" ou interrompê-los por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

c) Nos casos de atraso superior a 15(quinze) dias na entrega dos serviços, ressalvados os motivos de justa causa e força maior invocados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE, ou previstos em lei;

d) A CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente contrato, no todo ou em parte.

e) A CONTRATADA não atender às exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições das obras, dos serviços ou das instalações, ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

f) A CONTRATADA deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;

g) Ocorrer qualquer um dos motivos referidos da Lei 14.133/2021.

7.3 A rescisão do contrato poderá ocorrer administrativamente por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos anteriormente, judicialmente nos termos da legislação processual, hipótese em que a parte culpada responderá pelo pagamento das perdas e danos, ou amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação.

7.4 A rescisão administrativa acarretará as seguintes consequências:

a) Assunção imediata pela CONTRATANTE do objeto do contrato, ou somente de parte dele, no estado e locais em que se encontrem;

b) Responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos causados à CONTRATANTE;

7.5 Pela inexecução total ou parcial do contrato, independentemente de rescisão, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA a penalidade de declará-la inidônea para futuros contratos.

7.6 Em todos e quaisquer casos de rescisão é assegurado à CONTRATADA o recebimento de seus créditos, pelos modos e formas estabelecidas neste contrato, descontando as multas a ela atribuída, bem como o direito de ampla defesa.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – São obrigações:

8.1.1 – **Da Contratante**:

a) Comunicar à contratada toda e quaisquer ocorrência relacionada ao objeto entregue;

b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) observar, para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) Prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

8.1.2 – **Da contratada**:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

b) fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;

d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;

e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;

f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie ou origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação, comunicando imediatamente o contratante em caso de alteração.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura apresentada pelo credenciado, ou se por este motivo impossível, será descontada na caução ou cobrança judicial.
9.2 – A aplicação da multa, segundo o caso, não eximirá a empresa credenciada de sofrer outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.
9.3 – As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a credenciada da prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
10.1 - Os recursos para o pagamento deste Contrato serão empenhados na dotação orçamentária:

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
11.1 O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS
11.1 Aplica-se a Lei nº. 14.133/2021 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
12.1 A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
13.1 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato é competente o Juízo da Comarca do Município de Penha-SC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 – Fazem parte integrante deste Contrato independente de transcrição: o edital credenciamento e a proposta da CONTRATADA.
14.2 – Este contrato se sujeita ainda às Leis municipais inerentes ao assunto.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunha.

Penha/SC, 26 de Junho de 2024.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

TV VALE DO ITAJAÍ LTDA
Marcello Correa Petelli
Contratado

FISCAL DE CONTRATO E TESTEMUNHA: DANUBIA COLSANI
PORTARIA N.º 199/2024

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLADORA INTERNA

CONTRATO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 059/2024-PMP DE 26/06/2024

Publicação Nº 6131767

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC4EF6727B4C3999C994ECF0F3518C463E13B745

PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

Contratação de EMISSORAS DE RÁDIO DE COBERTURA REGIONAL, JORNAIS IMPRESSOS DE COBERTURA LOCAL, PORTAIS DE NOTÍCIA DE COBERTURA REGIONAL E CANAIS DE TELEVISÃO DE COBERTURA REGIONAL, PARA ATENDER AS AÇÕES DO SETOR DE COMUNICAÇÃO, COM O OBJETIVO DE DAR PUBLICIDADE AOS ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

CONTRATO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 059/2024-PMP de 26/06/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2024-PMP
CREDENCIAMENTO Nº 006/2024
HOMOLOGADO 07/05/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **EDITORA NOTÍCIAS DO DIA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.481.841/0001-68, com sede à Avenida do Antão, nº 1762, CEP 88025-150 Morro da Cruz, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, endereço eletronico dpo@ndtv.com.br representada pelo Sr. Marcello Correa Petrelli, CPF: 510.811.489-34, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar entre si o presente Contrato de prestação de serviços, que será regido pela Lei 14.133/2021 e suas respectivas alterações e pelos dispostos nas cláusulas seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE
1.1 - A CONTRATADA compromete-se a prestar à CONTRATANTE, os serviços de publicidade governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de atos do Município de Penha, bem como, programas e campanhas das Secretarias Municipais e outros serviços, como festividades municipais e eventos de interesse público.
1.2 – A finalidade da presente contratação é a divulgação das atividades realizadas pelo município de Penha, mediante veiculação de publicidade institucional.

PORTAIS DE NOTÍCIA DE COBERTURA REGIONAL					
Item	Qnt.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	39	Periodicidade	Banner Lateral com veiculação de 30 dias	R$ 1.923,00	R$ 74.997,00

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO
2.1. A veiculação do objeto solicitado acontecerá perante envio de ordem de compra e elaboração do Pedido de Inserção (PI) ou Autorização de Publicidade (AP);
2.2. A execução se dará de forma semanal, com as campanhas definidas pelo Departamento de Comunicação, conforme necessidade do serviço público;
2.3 – A data da publicação deverá ocorrer conforme programação da Prefeitura;
2.4. Para fazer jus ao pagamento, o CREDENCIADO deverá emitir a nota fiscal obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado e conforme os dados constantes na Ordem de Compra enviada pela Secretaria Municipal contendo detalhamento dos itens, quantidades, valores unitários e totais, não se admitindo notas fiscais/faturas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz;
2.5. Deverá ainda, apresentar juntamente, prova de regularidade perante o FGTS – CRF (Consulta Regularidade do Empreendedor), CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), CNDF (Certidão Negativa de Débitos Federais), CNDE (Certidão Negativa de Débitos Estaduais) e CNDM (Certidão Negativa de Débitos Municipais).
2.6. é de responsabilidade da contratada o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;
2.7 – Os serviços serão prestados com materiais, equipamentos e funcionários próprios da CONTRATADA;
2.8 - Cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade aos serviços contratados;
2.9 - Prestar o serviço em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;
2.10 – Cumprir os prazos e demais condições deste contrato;
2.11 - Qualquer entendimento entre a fiscalização dos serviços e a contratada deverá ser feito por escrito e entregue mediante protocolo.
2.12 - A fiscalização do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado perante a execução dos serviços.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

2.13 é expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
3.1 - A vigência do contrato oriundo deste credenciamento passará a contar de 26/06/2024 até 07/05/2025.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
4.1 - Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, de acordo com os valores relacionados no Termo de Referência, integrante do Edital de chamamento n° 00/2024-PMP, em seu Anexo I.
4.2 – O pagamento será efetuado de acordo com as medições a serem realizadas mensalmente e encaminhadas a CONTRATANTE mediante relatório, devendo o pagamento ser efetuado até o trigésimo 30 dias da emissão da Nota Fiscal com seu devido aceite.
4.3 – O pagamento será efetuado através de depósito direto em conta corrente ou segundo o interesse da CONTRATANTE.
4.4 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, visando o equilíbrio da contraprestação.
4.5 – O valor deste contato poderá ser reajustado para o período seguinte pela tabela SIGTAP/ SUS ou com base no IGPM acumulado do período, caso venha o mesmo a ser prorrogado.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA INEXIGIBILIDADADE DE LICITAÇÃO
5.1 – Deu origem a esse Contrato o processo de credenciamento/ inexigibilidade nº. 006/2024, que inviabilizou a competição pela contratação de todos os interessados aptos, tendo seu sustentáculo no caput do artigo da Lei 14.133/2021.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS
6.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes do presente contrato.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESCREDENCIAMENTO E DA RESCISÃO DO CONTRATO
7.1 Dos motivos para o descredenciamento:
Da Prefeitura Municipal, sem prévio aviso, quando:

a) A empresa deixar de cumprir qualquer cláusula e condições do contrato;
b) A empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
c) Ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
d) Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;
e) Em razão de caos fortuito ou força maior;
f) No caso de decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os sócios;
g) E naquilo que couber nas outras hipóteses da Lei 14.133/2021.

Pela instituição credenciada:

a) Mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 60 (trinta) dias.

7.2 A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) No caso de dolo, simulação ou fraude na execução do contratado;
b) A CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de (02) dois dias contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇO" ou interrompê-los por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.
c) Nos casos de atraso superior a 15(quinze) dias na entrega dos serviços, ressalvados os motivos de justa causa e força maior invocados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE, ou previstos em lei;

d) A CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente contrato, no todo ou em parte.

e) A CONTRATADA não atender às exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições das obras, dos serviços ou das instalações, ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

f) A CONTRATADA deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;

g) Ocorrer qualquer um dos motivos referidos da Lei 14.133/2021.

7.3 A rescisão do contrato poderá ocorrer administrativamente por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos anteriormente, judicialmente nos termos da legislação processual, hipótese em que a parte culpada responderá pelo pagamento das perdas e danos, ou amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação.

7.4 A rescisão administrativa acarretará as seguintes consequências:

a) Assunção imediata pela CONTRATANTE do objeto do contrato, ou somente de parte dele, no estado e locais em que se encontrem;

b) Responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos causados à CONTRATANTE;

7.5 Pela inexecução total ou parcial do contrato, independentemente de rescisão, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA a penalidade de declará-la inidônea para futuros contratos.

7.6 Em todos e quaisquer casos de rescisão é assegurado à CONTRATADA o recebimento de seus créditos, pelos modos e formas estabelecidas neste contrato, descontando as multas a ela atribuída, bem como o direito de ampla defesa.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – São obrigações:

8.1.1 – **Da Contratante**:

a) Comunicar à contratada toda e quaisquer ocorrência relacionada ao objeto entregue;

b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) observar, para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) Prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

8.1.2 – **Da contratada**:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

b) fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;

d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;

e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;

f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie ou origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação, comunicando imediatamente o contratante em caso de alteração.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura apresentada pelo credenciado, ou se por este motivo impossível, será descontada na caução ou cobrança judicial.

9.2 – A aplicação da multa, segundo o caso, não eximirá a empresa credenciada de sofrer outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.
9.3 – As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a credenciada da prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
10.1 - Os recursos para o pagamento deste Contrato serão empenhados na dotação orçamentária:

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
11.1 O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS
11.1 Aplica-se a Lei nº. 14.133/2021 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
12.1 A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
13.1 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato é competente o Juízo da Comarca do Município de Penha-SC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 – Fazem parte integrante deste Contrato independente de transcrição: o edital credenciamento e a proposta da CONTRATADA.
14.2 – Este contrato se sujeita ainda às Leis municipais inerentes ao assunto.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunha.

Penha/SC, 26 de Junho de 2024.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

EDITORA NOTÍCIAS DO DIA
Marcello Correa Petelli
Contratado

FISCAL DE CONTRATO E TESTEMUNHA: DANUBIA COLSANI
PORTARIA N.º 199/2024

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLADORA INTERNA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 7/2024 - FMS

Publicação Nº 6131147

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 007/2024 - FMS

Objeto: Contratação de laboratórios de análises clínicas, que deverão prestar serviços na realização de exames laboratoriais de diagnose em patologia clínica através de requisições/guias de autorizações emitidas pela Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, e em conformidade com as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

O presente edital ficará aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 12 do mês de julho de 2024 às 09 horas, podendo os interessados solicitarem o credenciamento a qualquer tempo, desde que respeitadas as condições do Edital.

Coordenação do Processo: ROVENA ROSA PRESTINI – AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Local: Secretaria da Administração, situada na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº. 194, Centro, Penha/SC.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº. 194, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 07h às 13h.

Penha/SC, 27 de junho de 2024.

SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 02/2024 - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Publicação Nº 6134985

Resolução Nº 002/2024 de 09 de Abril de 2024.
Dispõe sobre a aprovação da aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso - Penha (SC) - Lei 2986/2018.

A Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMI de Penha (SC), no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8942 de 04/01/1994, e pela Lei Municipal, nº 2.378 de 30 de junho de 2010, considerando a deliberação datada de 09 de Abril de 2024, pela Ata 002/2024.
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar a aplicação de até R$ 9.000,00 (nove mil reais), nas despesas com alimentação, música e espaço em eventos voltados à terceira idade, intitulado como "Tarde da Alegria para idosos", com recursos advindos do Fundo Municipal do Idoso de Penha (SC) - FMI

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 09 de Abril de 2024.

Olinda Rodrigues da Silva Santos
Presidente do CMI – Penha (SC)

TERMO DE DOAÇÃO DE MATERIAL SERVIÇOS SEM ENCARGOS Nº 01/2024

Publicação Nº 6131278

Termo de Doação de Material Serviços Sem Encargos nº 01/2024

TERMO DE DOAÇÃO SEM ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PENHA, E FÁBIO RICARDO DE ÁVILA e MARIO CESAR HACK.

O Sr. FÁBIO RICARDO DE ÁVILA, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 053.168.669-83, residente e domiciliado na Rua Manoel Lidio Camilo,118, Bairro Gravatá – Penha - SC, n° 1761, Centro, no município de Penha/SC, e MARIO CESAR HACK, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 394.387.329-34, portador do RG sob nº 539114, residente e domiciliado na Rua Joleto Vajgas, nº 346, Centro, Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 e O MUNICÍPIO DE PENHA, sediado na Avenida Nereu Ramos, nº. 194 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, CNPJ nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, doravante denominado DONATÁRIO,.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE DOAÇÃO SEM ENGARGOS, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo, a DOAÇÃO, sem encargos, pelos DOADORES, de material e serviços de colocação 732 m² de calçada na Rua Manoel Lídio Camilo, Praia de São Miguel, Penha - SC, conforme memorial descritivo que faz parte do presente acordo, independentemente de transcrição para o ente público DONATÁRIO, com as especificações e quantidades descritas no memorial.

A relação dos materiais e serviços doados correspondem a:
· Fornecimento de Lajota 25x25x08 cm;
· Fornecimento de meio fio – 65x30x12 cm;
· Fornecimento de mão de obra para a colocação de lajota e meio fio;
· Compactação do pavimento (com placa vibratória);
· Areia e hora máquina.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE DA DOAÇÃO

A presente DOAÇÃO visa a utilização, pelo DONATÁRIO, do serviços e materiais descritos para execução de 732 m² de calçadas visando restauração da rua Manoel Lídio Camilo na Praia de São Miguel para a melhor qualidade de vida do cidadão. O material será depositado no pátio da Prefeitura Municipal de Penha, atendendo sempre o interesse público, conforme justificativa prévia.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DOADORA

Constituem obrigações da DOADORA:

a) Realizar os serviços nos termos da proposta de doação;

b) Entregar todo o material necessário para a execução da obra, em conformidade com o memorial descritivo;

c) Responsabilizar-se pela segurança de seus funcionários e terceiros, adotando cuidados para prevenção de acidentes com observação das normas e regulamentos e determinações de segurança, bem como eventuais danos à patrimônios de terceiros;

c) Responder por todos os encargos sociais e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal decorrente dos serviços e materiais doados.

d) Assumir todos os tributos que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços doados.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

Constituem obrigações do DONATÁRIO:

a) Auxiliar a DOADORA em qualquer definição necessária para a realização dos serviços;

b) Responsabilizar-se pelas autorizações eventualmente necessárias para a realização do serviço;

c) Vistoriar e receber os serviços realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao DOADOR providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA ESPONTÂNIEDADE

Os serviços objeto do presente contrato estão sendo doados, espontaneamente e gratuitamente, sem coação ou vício de consentimento, estando a DONATÁRIA livre de qualquer encargo ou condição, exceto os previstos na cláusula terceira.

CLÁUSULA SETIMA - DA ESPONTÂNIEDADE

O presente termo é irrenunciável e irretratável, somente podendo ser rescindido em caso fortuito ou força maior ou se restar demonstrada a impossibilidade, técnica ou jurídica, de se realizar o serviço doado.

CLÁUSULA OITAVA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

a) declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, 2909/2017 seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

b) comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I deste artigo e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

C) declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas nesta Instrução Normativa, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das

multas pactuadas.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

a) Os serviços doados estão sendo ofertados pelo DOADOR, sem coação ou vício de consentimento.

b) O DONATÁRIO declara que aceita a doação dos serviços em todos os seus termos.

c) Os serviços doados serão recebidos com o ateste do gestor do DONATÁRIO.

d) O presente termo não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos do DOADOR.

e) O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Penha, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza seus regulares e legais efeitos jurídicos.

Penha, 04 de junho de 2024.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA Prefeito Municipal de Penha SC (assinado digitalmente)	FÁBIO RICARDO DE ÁVILA
ALESSANDRO RUBENS DA SILVA Secretário de Serviços Urbanos	MARIO CESAR HACK

Testemunhas:

	Sidnei Maurício de Souza Júnior Secretária da Administração e Finanças

Peritiba

Prefeitura

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PL N.172/2024, PREGÃO ELETRONICO N. 45/2024

Publicação Nº 6133055

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 09D01071B068546C134F213F07A88BF2EFEDC80C

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Para Registro de Preços, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações e nas condições do edital.
Processo de Licitação n. 172/2024 – Pregão Eletrônico n. 45/2024.
Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de itens que irão compor a campanha de vacinação antirrábica e de itens veterinários para atender a demanda do setor.
DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 11/07/2024.
HORÁRIO LIMITE: até às 08h – horário de Brasília – DF.
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: dia 11/07/2024.
HORÁRIO: às 08h01 - horário de Brasília – DF.
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br
O edital na integra está disponível no site http://www.peritiba.sc.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
09D01071B068546C134F213F07A88BF2EFEDC80C

Peritiba – SC., 27 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PL Nº 171/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 68/2024

Publicação Nº 6132246

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A6A2567DF3E42443364F8A122AEE0BA38EA497B4

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Aviso de Licitação
Processo de Licitação n. 171/2024 – Inexigibilidade de Licitação n. 68/2024.
Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de duas páginas de capas, com impressões coloridas em edições do veículo de comunicação "O Jornal" de Concórdia, no dia 10 de agosto de 2024 em virtude das comemorações alusivas aos 61 anos de Emancipação Político Administrativa de Peritiba e no dia 14 de dezembro de 2024, em razão das comemorações de final de ano (natal e réveillon).
Dados do Contratado: EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA, CNPJ n. 04.433.899/0001-97 - Data da Contratação: 27/06/2024 – Valor: R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais). Inexigibilidade de Licitação, Lei n. 14.133/2021 o inciso I do artigo 74.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
A6A2567DF3E42443364F8A122AEE0BA38EA497B4

Peritiba – SC., 27 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO PL N. 171/2024, IL N. 68/2024

Publicação Nº 6132249

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de duas páginas de capas, com impressões coloridas em edições do veículo de comunicação "O Jornal" de Concórdia, no dia 10 de agosto de 2024 em virtude das comemorações alusivas aos 61 anos de Emancipação Político Administrativa de Peritiba e no dia 14 de dezembro de 2024, em razão das comemorações de final de ano (natal e réveillon).

EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA inscrita no CNPJ n. 04.433.899/0001-97, R$ 3.600,00 (Tres mil e seisentos reais).

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve ADJUDICAR o objeto Processo de Licitação n. 171/2024 Inexigibilidade de Licitação n. 68/2024.

Peritiba – SC., 27 de junho de 2024.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PL N. 171/2024, IL N. 68/2024

Publicação Nº 6132255

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A6A2567DF3E42443364F8A122AEE0BA38EA497B4

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, comunica a homologação do Processo de Licitação n. 171/2024 Inexigibilidade de Licitação n. 68/2024.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de duas páginas de capas, com impressões coloridas em edições do veículo de comunicação "O Jornal" de Concórdia, no dia 10 de agosto de 2024 em virtude das comemorações alusivas aos 61 anos de Emancipação Político Administrativa de Peritiba e no dia 14 de dezembro de 2024, em razão das comemorações de final de ano (natal e réveillon).

EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA inscrita no CNPJ n. 04.433.899/0001-97, R$ 3.600,00 (Tres mil e seisentos reais).

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
A6A2567DF3E42443364F8A122AEE0BA38EA497B4

Peritiba – SC., 27 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 83/2024

Publicação Nº 6132257

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3A630AA9646E72BB14CB3E3412D0400F9AE5D631

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo Licitatório n. 171/2024, Pregão Eletrônico n. 68/2024

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de duas páginas de capas, com impressões coloridas em edições do veículo de comunicação "O Jornal" de Concórdia, no dia 10 de agosto de 2024 em virtude das comemorações alusivas aos 61 anos de Emancipação Político Administrativa de Peritiba e no dia 14 de dezembro de 2024, em razão das comemorações de final de ano (natal e réveillon), conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 83/2024
Contratada: EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA
CNPJ: 04.433.899/0001-97
Valor: 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)
Data de Vigência: 27/06/2024 até 31/12/2024.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
3A630AA9646E72BB14CB3E3412D0400F9AE5D631

Município de Peritiba – SC., em 27 de junho de 2024.

PAULO JOSE DEITOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 435/2024

Publicação Nº 6131564

PORTARIA N° 436/2024
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora EDINEIA CARLA ENGEL WEBER, exercendo as funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, ACT, Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 24 e 25 de junho de 2024, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 436/2024

Publicação Nº 6131566

PORTARIA N° 436/2024
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora EDINEIA CARLA ENGEL WEBER, exercendo as funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, ACT, Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 24 e 25 de junho de 2024, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 437/2024

Publicação Nº 6131568

PORTARIA N° 437/2024
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora CLECI REITEL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "G", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 24 de junho de 2024 até as 14h53, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA), Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 438/2024

Publicação Nº 6131569

PORTARIA N° 438/2024
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor MARCOS SCHWINGEL, ocupante do cargo efetivo de PEDREIRO/CONSTRUTOR, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 24 de junho de 2024 no período vespertino, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 439/2024

Publicação Nº 6131571

PORTARIA N° 439/2024
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora TANIA FÁTIMA LERNER, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA, Grupo 1, Nível 4, Classe "H", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 25 de junho de 2024 a partir das 8h01, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art.

101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 440/2024

Publicação Nº 6131572

PORTARIA N° 440/2024
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora KARIN ESTELA MULLER GNOATTO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE, Grupo 2, Nível 2, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 25 de junho de 2024, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 441/2024

Publicação Nº 6131573

PORTARIA N° 441/2024
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora EDINEIA CARLA ENGEL WEBER, exercendo as funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, ACT, Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 25 e 26 de junho de 2024, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 442/2024

Publicação Nº 6131576

PORTARIA N° 442/2024
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1.º Conceder ao Servidor DANIEL JOCELIO FANTIN, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, Grupo 3, Nível 5, Classe "C", 15 (quinze) dias de férias, no período de 08/07 a 22/07/2024, relativas ao período aquisitivo de 17/02/2023 a 16/02/2024, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 26 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 443/2024

Publicação Nº 6131578

PORTARIA Nº 443/2024
CONCEDE AO SERVIDOR
ADRIANO JOSÉ KRINDGES AUSENTAR-SE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao servidor ADRIANO JOSÉ KRINDGES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA, Grupo 2, Nível 6, Classe "F", em conformidade com o disposto no art. 113, inciso I, da Lei Municipal nº 1223, de 02 de dezembro de 1999, ausentar-se no dia 26 de junho de 2024 conforme declaração em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/junho/2024	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 444/2024

Publicação Nº 6131581

PORTARIA N° 444/2024
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora FABRICIA SCHOENELL, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 26 de junho de 2024 no período matutino, conforme atestados médicos em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 445/2024

Publicação Nº 6131584

PORTARIA N° 445/2024
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor PAULO CESAR DE SOUZA SOARES JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, Grupo 2, Nível 3, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 26 de junho de 2024 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 446/2024

Publicação Nº 6131586

PORTARIA N° 446/2024
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 121/2022 de 06 de abril de 2022;

RESOLVE:
Art. 1.º PROMOVER, no dia 01 de julho de 2024, ao Servidor ADILSON ANTONIO GALLI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, da Classe "A" para a Classe "B" do Grupo 4, Nível 15, referente ao período de 01/07/2021 a 30/06/2024, em conformidade com a Lei Complementar n.º 121/2022, Art. 68, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/junho/2024	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 447/2024

Publicação Nº 6131587

PORTARIA N° 447/2024
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor MARCEL RODRIGO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 26 de junho no período vespertino e nos dias 27 e 28 de junho de 2024, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 448/2024

Publicação Nº 6131588

PORTARIA N° 448/2024
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora NADIA MARIA SCHNEIDER KLEBER, ocupante do cargo de SUPERINTENDENTE DE CULTURA E TURISMO, Nível CC-5, Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 26 de junho de 2024 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 27 de junho de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 27/junho/2024.	

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Secretária de Administração e Finanças

Pescaria Brava

Prefeitura

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2024 PMPB CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 14/2024 - RUA PEDRO HYPOLITO DE BEM

Publicação Nº 6131950

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2024 PMPB
CONCORRENCIA ELETRONICA Nº. 14/2024 PMPB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que realizará licitação na modalidade CONCORRENCIA ELETRONICA, tipo "Menor preço global" visando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DRENAGEM PLUVIAL, DA RUA PEDRO HYPOLITO DE BEM, BAIRRO SANTIAGO, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA. " Data e Horário de abertura: 12/07/2024 às 09h00min.O Edital encontra-se publicado no site: www.pescariabrava.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas através do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, do e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br ou diretamente na sede da Secretaria de Administração e Finanças situada à Rodovia sc 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava/SC, 27 de junho de 2024.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO - PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2024 PMPB CONCORRENCIA ELETRONICA Nº15 /2024 - RUA FRANCISCO MEDEIROS DOS SANTOS

Publicação Nº 6131948

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2024 PMPB
CONCORRENCIA ELETRONICA Nº. 15/2024 PMPB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que realizará licitação na modalidade CONCORRENCIA ELETRONICA, tipo "Menor preço global" visando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS (LAJOTAS) DA FRANCISCO MEDEIROS DOS SANTOS, BAIRRO KM 37, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA. " Data e Horário de abertura: 15/07/2024 às 09h00min.O Edital encontra-se publicado no site: www.pescariabrava.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas através do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, do e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br ou diretamente na sede da Secretaria de Administração e Finanças situada à Rodovia sc 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava/SC, 27 de junho de 2024.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO - PREFEITO MUNICIPAL

Petrolândia

Prefeitura

PREGÃO ELETRÔNICO 24 2024 - CONSERTO DE PNEUS

Publicação Nº 6131518

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A1DA27353AA898FDF9DC1C87343C6CFC60EBAEB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024 – REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 95/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZO DE PNEUS, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Os documentos de habilitação, bem como a proposta de fornecimento, deverão ser inseridos na página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br até às 08:59h no dia 12/07/2024, ocasião em que será iniciada a sessão. A cópia do edital, poderá ser obtida na página eletrônica acima citada. Petrolândia, 27 de junho de 2024. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO 26 2024 - MANUTENÇÃO INFORMÁTICA

Publicação Nº 6132386

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE12A669EAA9C5127EFA118049C8D3EE09E74C79

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024 – REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 100/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA PREFEITURA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS. Os documentos de habilitação, bem como a proposta de fornecimento, deverão ser inseridos na página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br até as 08:59h no dia 16/07/2024, ocasião em que será iniciada a sessão. A cópia do edital, poderá ser obtida na página eletrônica acima citada. Petrolândia, 28 de junho de 2024. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

Prefeitura

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 105/2024

Publicação Nº 6131074

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 105/2024
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2024

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo Simplificado nº 003/2024, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
XXX.458.569-14	DARIANE PERAZZOLI TORCATTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20HRS

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:
a. Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
b. Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
c. Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
d. Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
e. Carteira de Identidade;
f. Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
g. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso) e registro no Órgão da Categoria Profissional;
h. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
i. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
j. Carteira nacional do S.U.S;
k. Certidão civil: Nascimento ou Casamento;
l. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
m. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
n. Carteira de Trabalho (CTPS);
o. Comprovante de conta corrente bancária Banco do Brasil;
p. Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
q.01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
r. Carteira de Habilitação.

A entrega da documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 27 de junho de 2024.

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 424, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133208

PORTARIA Nº 424, DE 27 de junho DE 2024.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA CAMILA PASOLD.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 1.213/2024;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER a servidora CAMILA PASOLD, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, 5 (cinco) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 13/02/2023 a 12/02/2024, cujo gozo se dará de 01/07/2024 a 05/07/2024, devendo retornar as suas atividades em 08/07/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2024.

Centro Administrativo Municipal, 28 de junho de 2024.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 425, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133229

PORTARIA Nº 425, DE 27 de junho de 2024.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR NELSON ANTONIO DOS SANTOS.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 1.209/2024;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER ao servidor NELSON ANTONIO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 07/03/2023 a 06/03/2024, cujo gozo se dará de 01/07/2024 a 30/07/2024, devendo retornar as suas atividades em 31/07/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2024.

Centro Administrativo Municipal, 28 de junho de 2024.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 426, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133234

PORTARIA Nº 426, DE 27 de junho de 2024.
NOMEIA daniella grutzmann, PARA OCUPAR O cargo de provimento efetivo DE professor de educação infantil e séries iniciais – educação física, CONFORME ESPECIFICA.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o laudo médico que declara daniella grutzmann, apta para exercer as atividades de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – Educação Física;
Considerando o Memorando 1.481/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2024, daniella grutzmann, brasileira, portadora do CPF nº XXX.935.999-43, para ocupar o cargo de provimento efetivo de professor de educação infantil e séries iniciais – educação física, carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, e filiada ao Regime Próprio de Previdência Social – IPREPI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2024.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 27 de junho de 2024.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 427, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133240

PORTARIA Nº 427, DE 27 de junho de 2024.
NOMEIA daniella grutzmann, PARA OCUPAR O cargo de provimento efetivo DE educador físico, CONFORME ESPECIFICA.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o laudo médico que declara daniella grutzmann, apta para exercer as atividades de Educador Físico;
Considerando o Memorando 1.594/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2024, daniella grutzmann, brasileira, portadora do CPF nº XXX.935.999-43, para ocupar o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR FÍSICO, carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, e filiada ao Regime Próprio de Previdência Social – IPREPI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2024.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 27 de junho de 2024.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

Piratuba

Prefeitura

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2024 - FMS

Publicação Nº 6132293

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B71FAFB963660BCBA850E31282FC1A88FCC5ECF0

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2024 - FMS
Objeto: Registro de Preços para possível fornecimento de serviços especializada(s) na realização de exames de Ultrassonografia para os munícipes.
Tipo: Menor Preço Por Item.
Recebimento das propostas: até às 08h20min do dia 12/07/2024.
Início da Sessão: dia 12/07/2024, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.piratuba.sc.gov.br link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.
Piratuba, SC, 27 de junho de 2024.

CARLOS ALBERTO MALTAURO
SUPERVISOR DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2024

Publicação Nº 6132300

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F17F1419AE308CEFDAC0C9212AED8D6D5D3DA982

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 25/2024
Objeto: Registro de Preços para possível prestação de serviço no fornecimento de gás de cozinha, conforme edital.
Tipo: Menor Preço Por Item.
Recebimento das propostas: até às 08h20min do dia 15/07/2024.
Início da Sessão: dia 15/07/2024, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.piratuba.sc.gov.br ,ink "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.
Piratuba, SC, 27 de junho de 2024.

CARLOS ALBERTO MALTAURO
Supervisor de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2024

Publicação Nº 6132311

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B3D4FB1C2D472A7C190EE67D5D87728766B7EF60

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2024
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de novas lixeiras e de suportes para lixeiras, que serão instaladas no perímetro urbano e rural do Município de Piratuba, conforme edital.
Tipo: Menor Preço Por Item.
Recebimento das propostas: até às 08h20min do dia 16/07/2024.
Início da Sessão: dia 16/07/2024, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.piratuba.sc.gov.br ,ink "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 27 de junho de 2024.

CARLOS ALBERTO MALTAURO
Supervisor de Compras

Pomerode

Prefeitura

PORTARIA 069/2024- PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA MAIQUIELI PAULA PINHEIRO MATUCHESKI

Publicação Nº 6135012

PORTARIA Nº 069/2024 DE 27 DE JUNHO DE 2024.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA MAIQUIELI PAULA PINHEIRO MATUCHESKI.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:
PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos da Lei Complementar nº 269/2014, à servidora MAIQUIELI PAULA PINHEIRO MATUCHESKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações II, com carga horária mensal de 200 (duzentas) horas, no período de 25 de junho de 2024 até 23 de agosto de 2024, conforme avaliação médica datada de 27 de junho de 2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de junho de 2024.

RICARDO CAMPESTRINI
Presidente do SAMAE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017 / 2024 – REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 6132754

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7938F4D62A34D01040A67701CC1782558AF8DDBF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017 / 2024 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 049 / 2024. Código TCE/SC n.º 7938F4D62A34D01040A67701CC1782558AF8DDBF. Objeto: AQUISIÇÃO DE GUARDA-CORPOS METÁLICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 17h00min do dia 28/06/2024. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 11/07/2024. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h30min do dia 11/07/2024. O processo será pela internet, através do Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br. O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Superintendência de Licitações e Contratos do Município de Pomerode, Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro, Pomerode/SC, CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão ou ainda no endereço: http://comprasbr.com.br.

Pomerode / SC, 27 de Junho de 2024.

GABRIEL JOSÉ BREMGARTNER DA FROTA
Agente de Contratação
Portaria n.º 1.675 / 2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032 / 2024 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 6131747

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A3EA4C772873DFDD718B9CE46EBB5F378C0E8C24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032 / 2024
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.° 008 / 2024. Concorrência Eletrônica n.° 001 / 2023. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ENGEPLAN – TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORÇO, FRESAGEM, REPERFILAGEM, RECAPEAMENTO, CAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALBERTO SPREDEMAN, LUIZ ABRY, CASTELO BRANCO, GUSTAV WEBER, DOS ATIRADORES, JERUSALÉM, HERMANN WEEGE, PRESIDENTE COSTA E SILVA E TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS BÁSICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E MINUTA CONTRATUAL QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Prazo adicional concedido: 60 dias – prazo final: 05/09/2024. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 032 / 2024 e de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 07/07/2024 e cessando em 05/09/2024, em virtude da necessidade de uma readequação no pavimento atual da via pública, mediante a intervenção por parte da municipalidade na base da pavimentação, com o fim de garantir uma maior vida útil da obra, pois os ensaios realizados não apresentaram um valor satisfatório, razão pela qual, a obra não foi finalizada no prazo inicialmente contratado. Ass.: Hosrt Lemke, Secretário de Obras - SEOB, Contratante / Jair Osvaldo Galvão Filho, sócio administrador, ENGEPLAN – Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 26 de Junho de 2024.

HORST LEMKE
Secretário de Obras - SEOB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2024 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 6131779

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 13BBFEC40B7081D83A2E68ECA9534AA915E4D640

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2024
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.° 008 / 2024. Concorrência Eletrônica n.° 001 / 2023. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORÇO, FRESAGEM, REPERFILAGEM, RECAPEAMENTO, CAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALBERTO SPREDEMAN, LUIZ ABRY, CASTELO BRANCO, GUSTAV WEBER, DOS ATIRADORES, JERUSALÉM, HERMANN WEEGE, PRESIDENTE COSTA E SILVA E TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS BÁSICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E MINUTA CONTRATUAL QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Prazo adicional concedido: 60 dias – prazo final: 05/09/2024. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 033 / 2024 e de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 07/07/2024 e cessando em 05/09/2024, cujo aditamento de prazo se faz necessário em virtude do aguardo na finalização dos serviços preliminares que estão sendo executados pela Secretaria Municipal de Obras – SEOB, correspondente ao Lote 02 – Execução de reforço, fresagem, recapeamento e capeamento asfáltico da Rua dos Atiradores e da Rua Jerusalém, Pomerode/SC. Ass.: Hosrt Lemke, Secretário de Obras - SEOB, Contratante / Mauricio Vogelsanger, sócio administrador, Paviplan Pavimentação Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 26 de Junho de 2024.

HORST LEMKE
Secretário de Obras - SEOB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034 / 2024 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 6131818

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 373211BF738B4003AC961D6D3E965AFDFA194E53

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034 / 2024
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.° 008 / 2024. Concorrência Eletrônica n.° 001 / 2023. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORÇO, FRESAGEM, REPERFILAGEM, RECAPEAMENTO, CAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALBERTO SPREDEMAN, LUIZ ABRY, CASTELO BRANCO, GUSTAV WEBER, DOS ATIRADORES, JERUSALÉM, HERMANN WEEGE, PRESIDENTE COSTA E SILVA E TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS BÁSICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E MINUTA CONTRATUAL QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Prazo adicional concedido: 60 dias – prazo final: 05/09/2024. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 034 / 2024 e de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 07/07/2024 e cessando em 05/09/2024, cujo aditamento de prazo se faz necessário em virtude do ensaio realizado com a Viga Benkelman não ter apresentado um valor satisfatório, resultando numa análise pontual para a correção do pavimento. Do mesmo modo, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente solicitou o não início dessa obra, uma vez que também estão sendo executados serviços de pavimentação na Rua Luiz Abry, via pública municipal que seria utilizada como desvio do tráfego durante as obras na Rua Hermann Weege e na Rua Presidente Costa e Silva, Pomerode/SC. Ass.: Hosrt Lemke, Secretário de Obras - SEOB, Contratante / Mauricio Vogelsanger, sócio administrador, Paviplan Pavimentação Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 26 de Junho de 2024.

HORST LEMKE
Secretário de Obras - SEOB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 035 / 2024 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 6131857

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC74A6AC32D061E3EE72B09FFBC450DB70CFC68F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 035 / 2024
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.° 008 / 2024. Concorrência Eletrônica n.° 001 / 2023. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORÇO, FRESAGEM, REPERFILAGEM, RECAPEAMENTO, CAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALBERTO SPREDEMAN, LUIZ ABRY, CASTELO BRANCO, GUSTAV WEBER, DOS ATIRADORES, JERUSALÉM, HERMANN WEEGE, PRESIDENTE COSTA E SILVA E TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS BÁSICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS E MINUTA CONTRATUAL QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Prazo adicional concedido: 60 dias – prazo final: 05/09/2024. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 035 / 2024 e de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 07/07/2024 e cessando em 05/09/2024, cujo aditamento de prazo se faz necessário em virtude do ensaio realizado com a Viga Benkelman não ter apresentado um valor satisfatório, resultando numa análise pontual para a correção do pavimento por parte da municipalidade, correspondente a execução de reforço, fresagem e recapeamento asfáltico da Rua Testo Alto, Pomerode/SC. Ass.: Hosrt Lemke, Secretário de Obras - SEOB, Contratante / Mauricio Vogelsanger, sócio administrador, Paviplan Pavimentação Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 26 de Junho de 2024.

HORST LEMKE
Secretário de Obras - SEOB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2023 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 6134010

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1338BD1E7BCBE4E07601009FC94BAD82B6DBF577

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2023
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.º 039 / 2022. Pregão Presencial n.º 020 / 2022 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: E. L. WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL, DESTINADOS À SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prorrogação de vigência

contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/07/2024 e cessando em 30/06/2025. Valor Total Contratado / Estimado – reajuste INPC: R$1.690.640,00 (um milhão, seiscentos e noventa mil e seiscentos e quarenta reais), nos valores unitários para cada item contratado. Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando em 01/07/2024 e cessando em 30/06/2025, tendo em vista tratar-se da prestação de serviços contínuos de sinalização viária vertical e horizontal no trânsito do Município de Pomerode, em conformidade com o Artigo 57, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/1993, Artigo 190 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 061 / 2023. Reajuste concedido em conformidade com a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n.º 061 / 2023, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, tendo em vista a variação do índice nos últimos 12 (doze) meses de 3,335650%. Ass.: Dieter Klaus Weege, Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, Contratante / Edson Luiz Westphal, proprietário, E. L. Westphal Sinalizações Viárias Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 20 de Junho de 2024.

DIETER KLAUS WEEGE
Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066 / 2021 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 6133501

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 69B049FDD0639A6F1D253FE6F156C074C59C296B

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066 / 2021
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.º 050 / 2021. Pregão Presencial n.º 024 / 2021. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: PONTOGOV SISTEMAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prorrogação de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/07/2024 e cessando em 30/06/2025. Valor Total Contratado – reajuste INPC: R$74.677,20 (setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte centavos), nos valores unitários para cada item contratado. Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando em 01/07/2024 e cessando em 30/06/2025, tendo em vista tratar-se da locação de softwares de controle e gestão pública, em conformidade com o Artigo 57, Inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/1993, Artigo 190 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 066 / 2021. Reajuste concedido em conformidade com a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n.º 066 / 2021, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, tendo em vista a variação do índice nos últimos 12 (doze) meses de 3,335650%. Ass.: Genrado Riemer, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, Contratante / Nilcélio Marcelino, sócio administrador, PONTOGOV Sistemas Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 20 de Junho de 2024.

GENRADO RIEMER
Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária

1071/2024

Publicação Nº 6134973

Pomerode
PREFEITURA

PORTARIA N° 1.071/2024

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA ANTONIA DE ALMEIDA BUBLITZ.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, **JORGE LUIZ BUERGER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1°, inciso II;

RESOLVE:

ART. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos da Lei Complementar nº 269/2014, à servidora **ANTONIA DE ALMEIDA BUBLITZ**, ocupante do cargo Auxiliar de Educação Infantil-Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Almirante Barroso da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 27 de junho a 11 de julho de 2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de junho de 2024.

Assinado digitalmente por:
JORGE LUIZ BUERGER:52914860900
28/06/2024 06:58:23

JORGE LUIZ BUERGER
Secretário de Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 28/06/2024 06:58 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667e8948a1948.

PORTARIA Nº 0011/2024

Publicação Nº 6132387

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

PORTARIA Nº 0011/2024

DEFINE CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA GABRIELLA SANDY DE JESUS GOMES

CLEYTON FELIPE UTECH, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os Artigos 48, VIII e 112 do Regimento Interno da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO a edição da Resolução n° 73/2022 que institui e regulamenta o trabalho semipresencial no âmbito da Câmara Municipal de Pomerode;
CONSIDERANDO a edição do Ato da Mesa n° 01/2022, de 26 de outubro de 2022, que autorizou o cumprimento da jornada de trabalho em regime semipresencial à servidora Gabriella Sandy de Jesus Gomes;
CONSIDERANDO a previsão dos Arts. 5°, 15 e 16 da Resolução n° 73/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Fica definido que a jornada de trabalho da servidora Gabriella Sandy de Jesus Gomes será exercida conforme a seguinte tabela:

Trabalho remoto: Segundas, quintas e sextas-feiras, das 08h às 12h e das 13h às 17h;
Frequência de entrega do relatório: Quinzenal;
Trabalho presencial: Terças e quartas-feiras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação e revoga integralamente a Portaria de nº 0021/2022 de 26 de outubro de 2022.

Pomerode, 24 de junho de 2024.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cleyton Felipe Utech
Presidente da Câmara

Documento assinado digitalmente por Cleyton Felipe Utech (076.***.***-00)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.cmpomerode.sc.gov.br/cer e informe o código: 2406250810129F22

Ponte Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 16/2024 P.M.P.A

Publicação Nº 6131224

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4C0DBBEA0893E81E2ECEAC585B6A1D63BD8F5124

Contrato N° 16/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA
Contratada: MARCOS ROBERTO GARCIA 00870418980
Valor: 10.200,00
Vigência: Início: 13/06/2024 Término: 31/12/2024
Licitação: 22/2024
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE MUAY THAI PARA DAR AULA DE PRÁTICAS DE ARTES MARCIAIS.

Ponte Alta, 27 de Junho de 2024

EUVANDRO

Diretor de Compras

Porto Belo

Prefeitura

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 056/2024 - PMPB

Publicação Nº 6131813

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1B308045DB69EB9223A32C461A9CB4C3CBA718AF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico Nº 056/2024 - PMPB
Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de grupo gerador de energia para o Corpo de Bombeiros Militar do Município de Porto Belo
Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 10/07/2024, no site www.portaldecompraspublicas.com.br
O edital na integra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.
Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 2026.

Porto Belo, 27 de junho de 2024
Joel Orlando Lucinda
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 252/2024

Publicação Nº 6131310

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ALINE MARTINHAGO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DE Nº: 252/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 003/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **ALINE MARTINHAGO**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 44151616 e inscrita no CPF sob o nº: 074.917.149-94, domiciliado e residente no Município de união estavel, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Agente Comunitário de Saúde à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pela CONTRATADA, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 2.824,00 (dois mil oitocentos e vinte e quatro), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho à CONTRATADA, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
A CONTRATADA estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ALINE MARTINHAGO
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 253/2024

Publicação Nº 6131364

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. LAYANA GARCEZ ALEXANDRE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIÃO DENTISTA DE Nº: 253/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **LAYANA GARCEZ ALEXANDRE**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 10848950992 e inscrita no CPF sob o nº: 108.489.509-92, domiciliado e residente no Município de Florianopolis-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Cirurgião Dentista à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 7.742,40 (sete mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Cirurgião Dentista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LAYANA GARCEZ ALEXANDRE
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 254/2024

Publicação Nº 6131428

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. RAFAELA DA SILVA ROSA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLOGICO Nº: 254/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **RAFAELA DA SILVA ROSA**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 08301030909 e inscrita no CPF sob o nº: 083.010.309-09, domiciliado e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 2.384,49 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RAFAELA DA SILVA ROSA
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 255/2024

Publicação Nº 6131475

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. NATASHA SIMONE DINO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIÃO DENTISTA DE Nº: 255/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **NATASHA SIMONE DINO**, brasileira, união estável, portadora de Cédula de Identidade nº: 6063765058 e inscrita no CPF sob o nº: 029.086.120-97, domiciliado e residente no Município de Florianopolis-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Cirurgião Dentista à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 7.742,40 (sete mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Cirurgião Dentista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

NATASHA SIMONE DINO
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 256/2024

Publicação Nº 6131507

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ANANY BETT CASSOL À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIÃO DENTISTA DE Nº: 256/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **ANANY BETT CASSOL**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 08319237920 e inscrita no CPF sob o nº: 083.192.379-20, domiciliado e residente no Município de Itapema-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Cirurgião Dentista à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 7.742,40 (sete mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Cirurgião Dentista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANANY BETT CASSOL
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 257/2024

Publicação Nº 6131540

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E O SR. RODRIGO PEDROSO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIÃO DENTISTA DE Nº: 257/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. **RODRIDO PEDROSO**, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 5891255 e inscrito no CPF sob o nº: 076.749.909-31, domiciliado e residente no Município de São Jose-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Cirurgião Dentista à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 7.742,40 (sete mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Cirurgião Dentista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RODRIGO PEDROSO
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 258/2024

Publicação Nº 6131579

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E O SR. RAFAEL RODRIGUES DE LIMA DA LUZ À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DE Nº: 258/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. **RAFAEL RODRIGUES DE LIMA DA LUZ**, brasileiro, união estável, portador de Cédula de Identidade nº: 4096074812 e inscrito no CPF sob o nº: 086.966.629-03, domiciliado e residente no Município de Balneario Camboriu-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Técnico de Enfermagem à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 3.485,27 (três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RAFAEL RODRIGUES DE LIMA DA LUZ
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 259/2024

Publicação Nº 6131626

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. DAPHNE DALPIAN BONFIGLIO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLINICO GERAL ESF DE Nº: 259/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 001/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **DAPHNE DALPIAN BONFIGLIO**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 9077553809 e inscrita no CPF sob o nº: 005.774.000-37, domiciliado e residente no Município de Lageado-RS, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Médico Clinico Geral ESF à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 15.313,25 (quinze mil trezentos e treze reais e vinte e cinco centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Médico Clinico Geral ESF, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda- Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DAPHNE DALPIAN BONFIGLIO
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 260/2024

Publicação Nº 6131674

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ROBERTA LUANA DA SILVA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL INCLUSÃO DE Nº: 260/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 006/2023- FMEDUCA, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado o Sra. **ROBERTA LUANA DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 5683276 e inscrita no CPF sob o nº: 116.993.899-00, domiciliado e residente no Município de Tijucas-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Professor de Ensino Fundamental Inclusão à CONTRATANTE, para atuar na E.B.M. Professora Nair Rebelo dos Santos, Turno: Vespertino, Vinculo: Aluno com laudo.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pela CONTRATADA, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 171 (cento e setenta e um) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 18/12/2024

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 2.290,75 (dois mil duzentos e noventa reais e setenta e cinco centavos) de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Professor de Ensino Fundamental Inclusão, junto à Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ROBERTA LUANA DA SILVA
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

ADRIANA A. SCHIMIGUEL
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 261/2024

Publicação Nº 6131968

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. DEMETRIO VARGAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DE Nº: 261/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 003/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. **DEMETRIO VARGAS**, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 5533950 e inscrito no CPF sob o nº: 092.147.459-86, domiciliado e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Agente Comunitário de Saúde à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pela CONTRATADA, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 2.824,00 (dois mil oitocentos e vinte e quatro), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DEMETRIO VARGAS
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 262/2024

Publicação Nº 6131980

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E O SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS VIANA FILHO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA DE Nº: 262/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. **CARLOS HENRIQUE MARTINS VIANA FILHO**, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 6987207 e inscrito no CPF sob o nº: 130.133.459-69, domiciliado e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Técnico de Informática à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025
Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 2.103,87 (dois mil cento e três reais e oitenta e sete centavos) , de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Técnico de Informática, junto à Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CARLOS HENRIQUE MARTINS VIANA FILHO
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

PRISCILA AMANCIO BRITO LUIZ
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 263/2024

Publicação Nº 6131986

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. PRISCILA DE FATIMA BROCHIER À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DE Nº: 263/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **PRISCILA DE FATIMA BROCHIER**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 1083138253 e inscrita no CPF sob o nº: 019.109.550-86, domiciliado e residente no Município de São Jose-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Técnico de Enfermagem à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 3.485,27 (três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PRISCILA DE FATIMA BROCHIER
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 264/2024

Publicação Nº 6132009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. MARIA HELOISA BINDER À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLOGICO Nº: 264/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **MARIA HELOISA BINDER**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 7359320 e inscrita no CPF sob o nº: 116.845.739-47, domiciliado e residente no Município de Tijucas-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 2.384,49 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARIA HELOISA BINDER
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 265/2024

Publicação Nº 6132060

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. SHEILA FERNANDES AIROZO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLOGICO Nº: 265/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **SHEILA FERNANDES AIROZO**, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 4953722 e inscrita no CPF sob o nº: 047.919.389-41, domiciliado e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 2.384,49 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SHEILA FERNANDES AIROZO
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R. DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATO Nº: 266/2024

Publicação Nº 6132098

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. LAUREN BORTOLI À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIÃO DENTISTA DE Nº: 256/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2024-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o **MUNICÍPIO DE PORTO BELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **LAUREN BORTOLI**, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 7090514089 e inscrita no CPF sob o nº: 024.007.860-89, domiciliado e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Cirurgião Dentista à CONTRATANTE.
As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo
O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.
Início: 01/07/2024
Término: 30/06/2025

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato
A remuneração mensal paga ao contratado será de R$ 7.742,40 (sete mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Quarta - Do Pagamento
O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação
O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Cirurgião Dentista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.
O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante
O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos
As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades
O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
b) rescisão contratual;
c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação
O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão
O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.
Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões
Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro Eleito
Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 01 de julho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LAUREN BORTOLI
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

EXTRATO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 021/2020 - PMPB

Publicação Nº 6131458

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Concorrência nº 001/2020 – PMPB

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 021/2020 - PMPB
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo juntamente com reajuste de valor do Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, ciclofaixa, calçadas e sinalização viária da Avenida Governador Celso Ramos (trecho 2), localizada no Bairro Perequê, Município de Porto Belo/SC.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 00.145.589/0001-16
SÓCIOS: JEAN PIERRE LANA
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 29/06/2024 á 29/06/2025
DATA DE ASSINATURA: 27/06/2024

Porto Belo, 27 de junho de 2024
Joel Orlando Lucinda
Prefeito Municipal

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 007/2023 - FMEDUCA

Publicação Nº 6131687

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Dispensa de Licitação nº 008/2023 – FMEDUCA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 007/2023 - FMEDUCA
OBJETO: Dispensa de Licitação para locação de imóvel no bairro Araçá, para acomodação do NDI Antônio Manoel dos Santos, que requer reforma em caráter emergencial.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO / FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: MARIA IZABEL MARQUES DOS SANTOS
CPF: 833.387.139-91
VALOR: R$ 10.560,00 (dez mil, quinhentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 29/06/2024 até 29/08/2024
DATA DA ASSINATURA: 27/06/2024

Porto Belo, 27 de junho de 2024
Joel Orlando Lucinda
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº: 459/2024

Publicação Nº 6131712

PORTARIA Nº: 459/2024

"Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências".

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Greice Valcineia da Silva, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n°: 6619430 e inscrita no CPF sob o n°: 107.765.339-59, para ocupar o cargo público efetivo de Auxiliar de Sala do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2024.

Art. 2° A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital n°: 002/2019.

Art. 3° As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho de 2024.

Porto Belo – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº: 460/2024

Publicação Nº 6131761

PORTARIA Nº: 460/2024

"Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências".

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Valter Tomasi Junior, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n°: 5030896 e inscrito no CPF sob o n°: 079.192.859-41, para ocupar o cargo público efetivo de Fiscal de Obras- Nível II, do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2024.

Art. 2° A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital n°: 002/2019.

Art. 3° As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho de 2024.

Porto Belo – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº: 461/2024

Publicação Nº 6131820

PORTARIA Nº: 461/2024

"Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências".

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Leandro Cota Guerreiro, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade n°: 35489062 e inscrito no CPF sob o n°: 036.219.159-07, para ocupar o cargo público efetivo de Guarda Patrimonial do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2024.

Art. 2° A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital n°: 002/2019.

Art. 3° As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho de 2024.

Porto Belo – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº: 462/2024

Publicação Nº 6131854

Portaria Nº: 462/2024

"Nomeia o Servidor Público Municipal Senhor Leandro Cota Guerreiro para o cargo de Diretor das Unidades de Saúde e dá outras providências".

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica, e em conformidade com a Lei nº 2.722 de 15 de janeiro de 2019;

Resolve:

Art. 1º Nomear o Servidor Público Municipal Senhor Leandro Cota Guerreiro, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade n°: 7353174 e inscrito no CPF sob o n°: 036.219.159-07, para o cargo público em comissão de Diretor das Unidades de Saúde, Nível – N2- CC2/FG2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, com efeitos a partir do dia 02 de julho de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de julho de 2024.

Porto Belo – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº: 463/2024

Publicação Nº 6131961

PORTARIA Nº: 463/2024

"Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências".

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Nauro da Silva, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n°: 55062962900 e inscrito no CPF sob o n°: 550.629.629-00, para ocupar o cargo público efetivo de Técnico Contábil do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, com efeitos a partir do dia de 01 de julho de 2024.

Art. 2° A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital n°: 002/2019.

Art. 3° As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho de 2024.

Porto Belo – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº: 464/2024

Publicação Nº 6132172

PORTARIA Nº: 464/2024

"Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências".

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Lorena Serpa, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade n°: 53607864 e inscrita no CPF sob o n°: 067.429.109-33 , para ocupar o cargo público efetivo de Fiscal de Obras- Nível II, do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2024.

Art. 2° A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital n°: 002/2019.

Art. 3° As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho de 2024.

Porto Belo – SC, aos 27 dias do mês de junho de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

Porto União

Prefeitura

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2024

Publicação Nº 6133050

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 005/2024

ESPÉCIE: Dispensa de Chamamento Público. PARTÍCIPES: O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA – APADAF. OBJETO: "Auxílio para manutenção da folha de pagamento de colaboradores", auxílio a entidade em parte da folha de pagamento de funcionários, no intuito de promover a manutenção dos atendimentos de usuários surdos e com dificuldades de comunicação do município de Porto União – SC. JUSTIFICATIVA: Justifica-se a Dispensa do Chamamento Público visto que a APADAF de Porto União tem como atividade precípua a prestação de serviços de educação, saúde e assistência social, conforme preceitua o Art. 30, Inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, bem como da Resolução nº 21/2016 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar da data da assinatura do Termo de Fomento. VALOR: R$ 39.366,55 (trinta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) DATA: Porto União – SC, 27 de junho de 2024.

ARLENE ALVES DAUBERMANN PADILHA
Presidente da Comissão de Seleção

PORTARIA N° 502/2024 - RH

Publicação Nº 6132010

PORTARIA Nº 502, de 19 de junho de 2024.
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 023/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com redação nova dada pela Lei Municipal 4.894/2023:

CONSIDERANDO o Memorando nº 495/2024 - SME;

RESOLVE:
Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 023/2024, de RAQUEL CAROLINE DE LIMA VIEIRA, no período de 06 de junho a 30 de agosto de 2024, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição a servidora contratada Jane Aparecida do Prado que se encontra afastada para tratamento de saúde, que está em vaga vinculada à servidora efetiva Vanderléia Melnik Borges, que se encontra em readaptação funcional nos termos do Decreto nº 670/2019.
Art. 2º À servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste Município.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de junho de 2024.

Porto União (SC), 19 de junho de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

THIAGO BORINI
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N° 503/2024 - RH

Publicação Nº 6132014

PORTARIA Nº 503, 20 de junho de 2024.
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.894/2023:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de
JOAO MARIA NHAIA NETO, matrícula 7865808/1, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de junho de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

THIAGO BORINI
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N° 504/2024 - RH

Publicação Nº 6132017

PORTARIA Nº 504, de 21 de junho de 2024.

Desclassificar candidato aprovado no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 042/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 21 de maio de 2024, sob extrato nº 5993400;

RESOLVE:
Art. 1º DESCLASSIFICAR o candidato LUIZ HENRIQUE FURMAN, aprovado em 37º lugar no Concurso Público 001/2018, para o cargo de Assistente de Alunos, em razão de haver expirado o prazo para o candidato assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de junho de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

THIAGO BORINI
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N° 505/2024 - RH

Publicação Nº 6132020

PORTARIA Nº 505, de 21 de junho de 2024.
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho PSF nº 009/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 204/2024;
CONSIDERANDO em se tratar de serviço público essencial e indispensável;

RESOLVE:
Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 009/2023, no período de 21 de junho a 02 de agosto de 2024, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, de TATIANE MARANGONI, para o emprego público de Agente de Combate a Endemias, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, em substituição a servidora efetiva Ana Paula Harbatink que se encontra em gozo de férias.
Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Vigilância Ambiental, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de junho de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

THIAGO BORINI
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N° 506/2024 - RH

Publicação Nº 6132022

PORTARIA Nº 506, de 24 de junho de 2024.
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.894/2023:

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 203/2024 - SMS;
CONSIDERANDO a Portaria 602/2023, que concede Readaptação Funcional a servidora efetiva Terezinha de Fátima Domingues Paulow, nos termos do Decreto n.º 670/2019;

RESOLVE:
Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de junho a 05 de julho de 2024, ou até a realização de concurso público municipal para o cargo, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, CASSIA LIMA DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", Referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada a servidora efetiva Terezinha de Fátima Domingues Paulow, que se encontra em readaptação funcional, nos termos da Portaria n.º 902/2023 e Decreto nº 670/2019.
Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Centro de Atenção Psicossocial de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de junho de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

THIAGO BORINI
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N° 507/2024 - RH

Publicação Nº 6132023

PORTARIA Nº 507, de 24 de junho de 2024.
Dispõe sobre alterar carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.894/2023:

CONSIDERANDO os Memorandos nºs 506 e 512/2024 – SME;

RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada DANIELLY EMILIA STACHERA, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 24 de junho a 17 de dezembro de 2024, com vencimentos no Nível "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atender a demanda das aulas em que os professores estão desenvolvendo suas atividades de hora atividade, ocasionada pelo aumento das matrículas imprevistas que ocorrem após o início do ano letivo de 2024.
Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto aos Núcleos de Educação Infantil Albertina Brauchner, Balão Mágico e Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de junho de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

THIAGO BORINI
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO DE 01 A 30 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131620

EXTRATO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO DE 1° A 30 DE JUNHO/2024

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911386826
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: ALESSANDRA VITORIA GAJDECZKA
VIGÊNCIA: 10/06/2024 à 21/09/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911388691
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: ALINE APARECIDA LOPES DE MIRANDA
VIGÊNCIA: 17/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 516,76
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390993
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: ARNO HENRIQUE SCHUKS
VIGÊNCIA: 24/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390272
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: BIANOR CORRAIOLA NETO
VIGÊNCIA: 13/06/2024 à 25/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 516,76
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390177
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: BRUNA APARECIDA CHRUN
VIGÊNCIA: 17/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911388944
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: BRUNA VANESSA BISCHOFF
VIGÊNCIA: 20/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 516,76
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911386832
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: CAROLINE MARTHA TONKI
VIGÊNCIA: 03/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911386994
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: EDUARDO DA ROSA FERREIRA
VIGÊNCIA: 06/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390849
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: FERNANDA MARIA BUYAR
VIGÊNCIA: 19/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911387354
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: GABRIELLI MARIA STRAUBE
VIGÊNCIA: 03/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390071
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: IDALISE APARECIDA HUERGO SENFF
VIGÊNCIA: 21/06/2024 à 20/06/2025
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911391663
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: IZABELLA CRISTHINA KARPAVICIUS LUZ
VIGÊNCIA: 24/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911388321
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: JOSÉ GABRIEL HUK DO NASCIMENTO
VIGÊNCIA: 06/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911388835
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: JULIANA PORTELA TABAKA
VIGÊNCIA: 10/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390004
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: KAMILA JAGNETZ
VIGÊNCIA: 17/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911386929
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: LIVIA ZENARO DOS SANTOS
VIGÊNCIA: 06/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911388440
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: LUISE ZETTEL CHIQUITTI
VIGÊNCIA: 10/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911389519
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: MARILEI ALEXANDRINO PEREIRA MAGDAL
VIGÊNCIA: 21/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911387457
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: MESSIAS LODI GONÇALVES
VIGÊNCIA: 03/06/2024 à 02/06/2025
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911391205
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: NILZA PREVEDA
VIGÊNCIA: 24/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390278
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: REBECA COLPAERT
VIGÊNCIA: 17/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911389026
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: SABRINA DOS ANJOS DA SILVA
VIGÊNCIA: 10/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 9911390676
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: TERESINHA APARECIDA DE OLIVEIRA
VIGÊNCIA: 19/06/2024 à 17/12/2024
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 508820
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: BRUNA MANOELI RUDA
VIGÊNCIA: 24/01/2024 à 31/12/2024
ALTERAÇÃO DE SUPERVISOR
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 509387
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: KAMILA JAGNETZ
VIGÊNCIA: 24/06/2024 à 17/12/2024
ALTERAÇÃO DE LOCAL DE ESTÁGIO E SUPERVISOR
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 509444
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: KETLIN ADRIANE PODGURSKI
VIGÊNCIA: 26/06/2024 à 17/08/2024
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 506812
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: LEONARDO IWANCZUK
VIGÊNCIA: 20/05/2024 à 17/12/2024
ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 508706
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: MARINA MOLLER SOARES
VIGÊNCIA: 11/06/2024 à 17/12/2024
ALTERAÇÃO DE SUPERVISOR
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 508518
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: REBECA MELLO RZEWUSKI
VIGÊNCIA: 17/06/2024 à 17/12/2024
ALTERAÇÃO DE LOCAL DE ESTÁGIO E SUPERVISOR
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 509446
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: TAILINE KIT
VIGÊNCIA: 26/06/2024 à 17/08/2024
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

PLANO DE ESTÁGIO ADITIVO Nº 508706
PARTE CONCEDENTE DE ESTÁGIO: Prefeitura Municipal de Porto União - SC
ESTUDANTE: VANESSA GONÇALVES
VIGÊNCIA: 17/06/2024 à 17/12/2024
ALTERAÇÃO DE SUPERVISOR
VALOR DA BOLSA AUXÍLIO: R$ 805,39
VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE: R$ 60,51
Eliseu Mibach
Prefeito de Porto União – SC

Presidente Getúlio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2024

Publicação Nº 6131521

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2024
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO TUTELAR
EMPRESA: STIL FORMOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
VALOR TOTAL: R$6.550,00
VIGÊNCIA: 27/06/2025
Presidente Getúlio, 27 de junho de 2024.
Nelson Virtuoso - Prefeito

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 201/2024

Publicação Nº 6131755

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D2E52250008D7F5A611B3D3B8BC0EDA70DA06015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DA PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 201/2024
DA CONCORRÊNCIA Nº 07/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, COM A EXTENSÃO DE 743,00 E ÁREA DE 7.496,86 M² RUA RUDOLFO HAERTEL E PARTE DA RUA TRAUGOTT MULLER BAIRRO PINHEIRO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC
CONTRATADA: ROHRIG CONSTRUÇÕES
CNPJ nº 35.227.215/0001-24
Valor: R$ 939.500,00
Vigência: 31/12/2024
Presidente Getúlio, 27 de junho de 2024.
Nelson Virtuoso - Prefeito

LEI Nº 3.572, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132570

LEI Nº 3.572, DE 25 DE JUNHO DE 2024
Dispõe sobre a instituição do dia e da semana municipal de prevenção e combate à violência nas escolas no Município de Presidente Getúlio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Presidente Getúlio, o Dia e a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Violência nas Escolas, a ser celebrado na segunda semana de abril, e o Dia de Combate, dia 04 de abril, passando a integrar o calendário Oficial de Eventos do Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º A violência escolar pode ser definida como toda ação ou omissão que cause ou vise causar dano à escola, a comunidade escolar ou a algum de seus membros. Para os efeitos desta Lei, considera-se Violência qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Parágrafo Único. Constituem Violência nas escolas:

I - ameaças e agressões físicas, como bater, socar, chutar, agarrar e empurrar;

II - submissão do outro, pela força, à condição humilhante;

III - furto, roubo, vandalismo e destruição proposital de bens alheios;

IV - extorsão e obtenção forçada de favores sexuais;

V - insultos ou atribuição de apelidos vergonhosos ou humilhantes;

VI - comentários racistas, homofóbicos ou intolerantes quanto às diferenças econômico-sociais, físicas, culturais, políticas, morais, religiosas, entre outras;

VII - exclusão ou isolamento proposital do outro, pela fofoca e disseminação de boatos ou de informações que deponham contra a honra e a boa imagem das pessoas;

VIII - envio de mensagens, fotos ou vídeos, por meio de computador, celular ou assemelhado, bem como sua postagem em "blogs" ou "sites", cujo conteúdo resulte em sofrimento psicológico a outrem.

Art. 3º No âmbito de cada instituição a que se refere esta Lei, a política de prevenção e combate à violência terá como objetivos:

I - reduzir a prática de violência dentro e fora das instituições de que trata esta Lei e melhorar o desempenho escolar;

II - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito aos demais;

III - disseminar conhecimento sobre violência nos meios de comunicação e nas instituições de que trata esta Lei, entre os responsáveis legais pelas crianças e adolescentes nelas matriculados;

IV - identificar concretamente, em cada instituição de que trata esta Lei, a incidência e a natureza das práticas de violência;

V - desenvolver planos locais para a prevenção e o combate às práticas de violência nas instituições de que trata essa Lei;

VI - capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para abordagens específicas de caráter preventivo;

VII - orientar as vítimas e seus familiares, oferecendo-lhes os necessários apoios técnicos e psicológicos, de modo a garantir a recuperação da autoestima das vítimas e a minimização dos eventuais prejuízos em seu desenvolvimento escolar;

VIII - orientar os agressores e seus familiares, a partir de levantamentos específicos, caso a caso, sobre os valores, as condições e as experiências prévias - dentro e fora das instituições de que trata esta Lei;

IX - evitar tanto quanto possível a punição dos agressores, privilegiando mecanismos alternativos como, por exemplo, os "círculos restaurativos", a fim de promover sua efetiva responsabilização e mudança de comportamento;

X - envolver as famílias no processo de percepção, acompanhamento e formulação de soluções corretas.

Art. 4º Para fins de incentivo à política contra a Violência nas escolas, o Município poderá contar com o apoio da sociedade civil e de especialistas no tema ou entidades, a fim de promover as seguintes ações:

I - seminários, palestras e debates;

II - realização de orientação aos pais, alunos e professores através de cartilhas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio de cooperação mútua com Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC, Conselho Tutelar - CT, Conselho da Criança e do Adolescente - CMDCA, Câmara Municipal de Vereadores - CMV, Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC e demais órgãos municipais responsáveis pela gestão educacional no Município.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei para sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), em 25 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA 932/2024

Publicação Nº 6131412

PORTARIA Nº 932/2024
EXONERA SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso IX e artigo 98, inciso II, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 56, inciso I, da Lei Complementar nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

EXONERAR A PEDIDO:

SIMONE MACHADO BRANDT, Técnico de Enfermagem, Nível 26, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Saúde - SESA, com efeitos retroativos a partir do dia 04 de junho de 2024.

Presidente Getúlio – SC, 27 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO, 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 933/2024

Publicação Nº 6131629

PORTARIA Nº 933/2024
ALTERAR LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 10, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, combinado com a Lei Complementar nº 2424 de 10 de março de 2020, resolve,

DESIGNAR:
A partir de 19 de junho de 2024, FABÍOLA CRISTINA ZINK, Professora do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto à CME – Comissão Municipal de Esportes, com carga horária de 20 horas semanais. Subordinada à Secretaria de Educação , Cultura e Desporto.

Presidente Getúlio/SC, 27 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 934/2024

Publicação Nº 6131954

PORTARIA Nº 934/2024
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal do Brasil; de acordo com o artigo o 1º, o artigo 2º, inciso VII, e o artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 2.338/2013; de acordo com o inciso IX, do Artigo 98, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o resultado do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024, resolve:

ADMITIR:
A partir do dia 27 de junho de 2024, GREISON HAWERROTT, como Operador de Veículos, para o Quadro de Pessoal de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, com carga horária de 44 horas semanais, pelo período de até 12 meses, conforme item 1.10 do respectivo Edital.

Presidente Getúlio – SC, 27 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA,
PRES. GETÚLIO/SC., 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 935/2024

Publicação Nº 6132218

PORTARIA Nº 935/2024
ALTERAR LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 10, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, combinado com a Lei Complementar nº 2424 de 10 de março de 2020, resolve,

DESIGNAR:
Com efeitos, a partir do dia 20 de junho de 2024, CLEIDIANE MENEGHELLI, Professora do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto a EMEB Tancredo Neves, com carga horária de 40 horas semanais. Subordinada à Secretaria de Educação , Cultura e Desporto.

Presidente Getúlio/SC, 27 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 936/2024

Publicação Nº 6132260

PORTARIA Nº 936/2024
ALTERA NOME DE SERVIDORA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Certidão de Casamento de nº 107557 01 55 2024 2 00016 219 0001714 73 do dia 08 de março de 2024, do Oficio Reg. Civil Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas.

ALTERAR:

O nome da servidora VANIELE DEL SENT, Diretora do Departamento da Indústria, Comércio e Planejamento, nível 47, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o nome, VANIELE DEL SENT VANDERLINDE, conforme cópia da Certidão em anexo.

Presidente Getúlio – SC, 27 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA.
PRES. GETÚLIO, 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 937/2024

Publicação Nº 6132433

PORTARIA Nº 937/2024
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 93 e 95, da Lei Complementar 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 2.328/2012 de 07 de fevereiro de 2012, resolve,

CONCEDER:

A servidora JESSICA DIRKSEN BELTRAME, Professora de Educação Especial do Quadro de Pessoal de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, conforme atestado médico em anexo, com efeitos retroativos de 22 de maio de 2024.

Presidente Getúlio – SC, 27 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/ DATA
PRES. GETÚLIO, 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 938/2024

Publicação Nº 6132820

PORTARIA Nº 938/2024

REDUZIR CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve:

REDUZIR CARGA HORÁRIA:

Com efeitos retroativos, a partir do dia 06 de junho de 2024, da servidora BIANCA SCHMITZ, Professora, do Quadro de Provimento Contratual do Município de Presidente Getúlio/SC, de 40 horas para 20 horas semanais de trabalho, subordinada à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto – SECULDE.

Presidente Getúlio - SC, 27 de junho de 2024.

nelson virtuoso
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 939/2024

Publicação Nº 6133020

PORTARIA Nº 939/2024
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor MARCELO TRAVAGLIA, Operador de Máquinas, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de férias regulares sendo, 03 dias referente ao período aquisitivo de 03 de dezembro de 2019 a 02 de dezembro de 2020, e 12 dias referente ao período aquisitivo de 03 de dezembro de 2020 a 02 de dezembro de 2021, com efeitos retroativos a partir do dia 17/06/2024 a 01/07/2024.

Presidente Getúlio/SC, 27 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 27 DE JUNHO DE 2024.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2024

Publicação Nº 6131484

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

Estado de Santa Catarina

Edital

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024

AQUISIÇÃO DE UM DRONE AGRAS T40 PARA A ASSOCIAÇÃO DA PAPANDUVA - SECRETARIA DA AGRICULTURA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

VENCEDOR DO CERTAME: SP DRONES E COMERCIO SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.660.577/0001-03, situada à Rua dos Rodrigues, nº 173, bairro Vila Carbone, no Município de São Paulo/SP, CEP nº 02.750-000.

O Município de Presidente Getúlio/SC ressalta que a referida empresa é vencedora do certame para entrega de 01 Drone Agras T40, do Pregão Eletrônico nº 10/2024.

Como informa a Secretaria de Agricultura no anexo relatório, houve atraso da entrega do referido produto, em desrespeito ao Item 5.1 da Ata de Registro de Preços nº 22/2024, que dispõe: *"Prazo de entrega do objeto licitado, contados a partir primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da Ordem Compra: 15 dias*".

Quanto à referida conduta, informa-se que o inciso III do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a responsabilização do fornecedor por *"dar causa a inexecução total do contrato"*; sendo-lhe aplicável a pena de impedimento de licitar e contratar, como determina o §4º do Art. 156 da Lei de Licitações; devendo a empresa de se abster à inobservância do prazo de entrega.

Como se verifica, portanto, deverá ser encaminhado o produto imediatamente pelo licitante no prazo de **5 (cinco) dias**.

Pelo exposto, requer o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO que a CONTRATADA:

1) Observe o prazo limite de 5 (cinco) dias para imediata entrega do produto, sob pena de responsabilização;

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

Estado de Santa Catarina

Edital

Presidente Getúlio, 26 de junho de 2024.

NELSON VIRTUOSO:31032028904

Assinado de forma digital por NELSON VIRTUOSO:31032028904
Dados: 2024.06.27 10:00:01 -03'00'

NELSON VIRTUOSO
Prefeito

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 359/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132074

DECRETO Nº 359/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GUSTAVO ANTONIO TEDESCO MINOSO LANZARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 34 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado do Serviço Público Municipal, a partir do dia 27 de junho de 2024, o Servidor Público Municipal **Gustavo Antonio Tedesco Minoso Lanzarin** (matrícula 20677), ocupante do cargo de provimento em Comissão de Diretor de Departamento, nomeado pelo Decreto nº 089/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ___ /06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 360/2024 - DE 28 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135010

DECRETO Nº 360/2024 - DE 28 DE JUNHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GUSTAVO ANTONIO TEDESCO MINOSO LANZARIN PARA O CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 28 de junho de 2024, **Gustavo Antonio Tedesco Minoso Lanzarin**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente Executivo – NÍVEL CC-6, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ___ /06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 361/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANE COFCEWICZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 34 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o pedido de exoneração da servidora pública municipal **Cristiane Cofcewicz**, protocolado sob Nº 19643/2024, solicitando a exoneração a partir do dia 27 de junho de 2024.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerada do Serviço Público Municipal, a pedido, a partir do dia 27 de junho de 2024, a Servidora Pública Municipal **Cristiane Cofcewicz** (matrícula 19888), ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica nomeada pelo Decreto nº 207/2011 de 04 de julho de 2011.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ___ /06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 362/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULCIMAR ANTONIO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 34 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o pedido de exoneração do servidor público municipal **Julcimar Antonio de Souza**, protocolado sob Nº 19650/2024, solicitando a exoneração a partir do dia 28 de junho de 2024.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerada do Serviço Público Municipal, a pedido, a partir do dia 28 de junho de 2024, o Servidor Público Municipal **Julcimar Antonio de Souza** (matrícula 20697), ocupante do cargo de Assessor de Imprensa e Comunicação Social nomeado pelo Decreto nº 117/2024 de 30 de janeiro de 2024.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ___ /06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 363/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADEMIR JOSÉ PICCOLLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 34 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o pedido de exoneração do servidor público municipal **Ademir José Piccolli**, protocolado sob Nº 19653/2024, solicitando a exoneração a partir do dia 28 de junho de 2024.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado do Serviço Público Municipal, a pedido, a partir do dia 28 de junho de 2024, o Servidor Público Municipal **Ademir José Piccolli** (matrícula 20689), ocupante do cargo de Gerente Executivo nomeado pelo Decreto nº 103/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ___ /06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0742/2024 - DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131114

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA N° 0742/2024 - DE 26 DE JUNHO DE 2024.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DEISI CALDERAN FORNAZIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal Interino de Assistência Social do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal n° 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1° do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto N°. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

R E S O L V E:

Art. 1° CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, **Deisi Calderan Fornazier** (20679), ocupante do cargo de Diretor de Departamento, no dia 17 de junho de 2024, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo N°19555/2024, de 17 de junho de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 26 de junho de 2024.

JOÃO CLAUDIOMIRO NUNES
Secretário Municipal Interino de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0743/2024 - DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131122

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 0743/2024 - DE 26 DE JUNHO DE 2024.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAIME LORENZATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal Interino de Assistência Social do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas conforme Decreto Municipal nº 283/2024, de 09 de maio de 2024, e;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando o inciso I e IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a competência dos Secretários Municipais para expedir Decretos e Portarias dentro de sua respectiva secretaria, quando houver delegação pelo Prefeito Municipal;

Considerando o Decreto Nº. 283/2024, de 09 de maio de 2024;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Jaime Lorenzatto** (20690), ocupante do cargo de Chefe de Programas, no dia 19 de junho de 2024, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº19559/2024, de 17 de maio de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Quilombo/SC, 26 de junho de 2024.

JOÃO CLAUDIOMIRO NUNES
Secretário Municipal Interino de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0739/2024 - DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131104

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0739/2024 - DE 26 DE JUNHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA SERVIDORA CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS.

João Claudiomiro Nunes, Secretário Municipal Interino de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando que o Art. 4º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023, estabelece que a responsabilidade pelo controle e gerência dos Veículos oficiais será exercida por cada Secretário Municipal que tenha a posse do veículo em sua Secretaria;

Considerando o estabelecido pelo Inciso I do Art.5º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar à servidora abaixo relacionada, a conduzir veículo oficial de transporte individual/coletivo de passageiros a serviço, que menciona, conforme segue:

I -- **JESSICA BOTTEGA –** CNH: 068********

Veículo autorizado:
a) FORD KA, placa QJB6875
b) GRAND SIENA, placa REP6A18
c) PALIO FIRE, placa QHD0870

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quilombo/SC, 26 de junho de 2024.

JOÃO CLAUDIOMIRO NUNES
Secretário Municipal Interino de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0749/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135013

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA N°. 0749/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LEOMARA CAMILA MORO ORSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 13 da Lei Complementar n°.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Público Municipais de Quilombo.

Considerando o Requerimento da servidora protocolado sob n° 19648/2024, de 27 de junho de 2024;

Considerando o Parecer Jurídico N° 28/2022, datado de 17 de maio de 2022;

Considerando o Oficio n°.034/2024 do Setor de Recursos Humanos;

Considerando o Parecer 015/2024 do Controle Interno;

Considerando o Despacho n° 344/2024.

R E S O L V E:

Art.1° Fica concedido Adicional de Titulação: Especialização, equivalente a 05% (cinco por cento) calculado sobre o vencimento base, à Servidora Pública Municipal **Leomara Camila Moro Orso** (20618), ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, nomeada através do Decreto n°.189/2023 de 10 de maio de 2023, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da apresentação do Certificado de conclusão de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Pessoas: Negócios, administração e direito.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0751/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135018

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO

PORTARIA N°. 0751/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DOS DESPACHOS QUE MENCIONA.

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1° Ficam Homologados os Despachos N°. 181/2024 - N°. 182/2024 - N°. 183/2024 - N°. 184/2024 - N°. 185/2024 - N°. 187/2024 - N°. 190/2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário, em especial os despachos N°. 37/2022 – N°. 52/2022 – N°. 60/2022, homologados pela portaria N°. 0293/2022 e, portaria N°. 0760/2023 - portaria N°. 1072/2023 - portaria N°. 1316/2022.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0752/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135020

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO

PORTARIA Nº. 0752/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO DESPACHO QUE MENCIONA.

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica Homologado o Despacho Nº.188/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o despacho Nº. 178/2022 homologado pela Portaria Nº. 0723/2022.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0753/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135022

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO

PORTARIA N°. 0753/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO DESPACHO QUE MENCIONA.

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1° Fica Homologado o Despacho N°.186/2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário, em especial o despacho N°. 106/2022 homologado pela Portaria N°. 0385/2022.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0754/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6135024

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO

PORTARIA N°. 0754/2024 - DE 27 DE JUNHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DOS DESPACHOS QUE MENCIONA.

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1° Ficam Homologados os Despachos N°. 191/2024 - N°. 192/2024 - N°. 193/2024 - N°. 194/2024 - N°. 195/2024 - N°. 196/2024.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de junho de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/06/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

Rio das Antas

PREFEITURA

DISPENSA SIMPLIFICADA DE LICITAÇÃO 0047/2024 PMRA

Publicação Nº 6132497

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
AVISO DE DISPENSA SIMPLIFICADA DE LICITAÇÃO Nº 0085/2024 – PMRA
LEI 14.133/21

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos da Lei 14.133/21, Dispensa de Licitação, Art. 75, IV alínea e da NLLC, Dispensa de Licitação na forma simplificada, Art. 65, III c/c Art. 67, §1º do Decreto Municipal 045/2023 e alterações subsequentes, torna público o Processo Licitatório Nº 0085/2024 PMRA na Modalidade de DISPENSA SIMPLIFICADA LICITAÇÃO Nº 0047/2024 PMRA de 27 de Junho de 2024.
OBJETO: Dispensa de Licitação, para a aquisição parcelada de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Rio das Antas SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na requisição e termo de referência e proponentes vencedores da Chamada Pública 0002/2024.
Proponentes vencedores DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA 0002/2024 PMRA:
NELSON BANDIERA, MARILZA PIRAN NAFFIN, LUIZ ANTÔNIO JAKOBCZYNSKI, MARINÊS APARECIDA BERTOTTI KLABUNDE, EDELTRAUT LOSS. (AGRICULTURA FAMILIAR).
COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ - COPAVIDI - CNPJ - 08.971.433/0001-04.
VALOR TOTAL QUE PODERÁ SER CONTRATADO: R$ 734.373,00 (Setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais).
Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações do Município, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 202, no horário de expediente.
Rio das Antas (SC), 27 de Junho de 2024.
João Carlos Munaretto-Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 0002/2024 AERA

Publicação Nº 6131746

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2024 - PMRA - AERA

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL RIO DAS ANTAS - AERA.

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, com endereço na Rua Do Comércio - 780 - Rio das Antas SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.074.294/0001-23 neste ato representada pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOAO CARLOS MUNARETTO, e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL RIO DAS ANTAS - AERA, inscrita no CNPJ sob o n. 11.070.020/0001-55, com sede Rua do Comercio, nº 1091, representada por Dirceu Szymkow, CPF 035.xxx.769-xx, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
0.1 – Este Termo de Fomento tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto "AERA", conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.
0.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1.1 – São obrigações da administração pública:
1.2 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
1.3 – Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;
1.4 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
1.5 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
1.5.1 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
1.5.1.1 – Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
1.5.1.2 – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
1.5.1.3 – Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
1.5.1.4 – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;
1.5.1.5 – Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de

suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.
1.6 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
2.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:
2.1.1 – Informar ao Município de Rio das Antas todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

2.0.3 – Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
2.0.4 – Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
2.0.5 – A prestar contas da regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias .

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO
3.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.
3.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.
3.3 – São obrigações do Gestor:
3.3.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
3.3.2 – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
3.3.3 – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
3.3.4 – Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação
3.3.5 – Comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
3.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:
3.4.1 – Retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;
3.4.2 – Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
4.1 – Este Termo de Fomento terá vigência até dia 31 de dezembro de 2024, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.
4.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município de Rio das Antas para o exercício de 2024:

REFERÊNCIA: 189
ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO - UG-PREFEITURA
UNIDADE: 005 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SMECE
AÇÃO: 2101 - MANUT.DO DESPORTO AMADOR NAS DIV. MODALIDADES
FUNÇÃO: 0027.0812.0420
ELEMENTO/SUBELEMENTO: 333504399000(...) - TRANSF. A INSTITUIÇÃO PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
VINCULO: 150070000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
SALDO: R$ 15.000,00
CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
6.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em até R$15.000,00 (quinze mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.
6.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em parcela única no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) conforme descrito no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS
7.1 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta vincucorrente específica.
7.2 – Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, será admitido a realização de pagamentos em espécie.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.
8.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
9.3 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
8.2.1 – Extrato da conta bancária específica;
8.2.2 – Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;
8.2.3 – Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
8.2.4 – Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;
8.2.5 – Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.
8.3 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
8.3.1 – O prazo referido no item 3.1.5 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.
8.3.2 – O disposto no item 9.3.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.
9.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:
8.4.1 – Aprovação da prestação de contas;
8.4.2 – Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas
e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.
8.5 – As prestações de contas serão avaliadas:
8.5.1 – Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
8.5.2 – Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
8.5.3 – Irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:
8.5.3.1 – Omissão no dever de prestar contas;
8.5.3.2 – Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
8.5.3.3 – Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
8.5.3.4 – Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.
8.6.1 – O prazo referido no item 9.5 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.
8.6.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
9.8 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS
10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES
10.1 – Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
10.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO
11.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.
11.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.
11.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte

prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.
11.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES
12.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
12.1.1 – Advertência;
12.1.2 – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
12.1.3 – Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Rio das Antas, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO FORO
14.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Caçador - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.
14.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

Rio das Antas (SC), 21 de junho de 2024.

João Carlos Munaretto
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC

Dirceu Szymkow
Presidente
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL RIO DAS ANTAS

Testemunhas:

Visto Assessoria Jurídica: _____

Rio do Oeste

Prefeitura

DISTRATO AO CONTRATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 010/2024

Publicação Nº 6131928

DISTRATO AO CONTRATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 010/2024

O Município de Rio do Oeste (SC), pessoa jurídica de direito Público Interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.715/0001-82, representado neste ato pelo Prefeito de Rio do Oeste, Diogo Ferrari, adiante denominado apenas contratante e, de outro lado, Elaine Cristina da Rocha, brasileiro(a), portador(a) do CPF N.º 064.984.949-30, adiante denominado(a) apenas contratado(a), resolvem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Distratar o referido contrato, conforme deferimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a pedido do(a) contratado(a), a partir da data de 30.06.2024 por motivos pessoais.

CLÁUSULA SEGUNDA – Remete-se a servidora às sanções do art.15 da Lei 1.371/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Oeste (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste aditivo de contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Oeste (SC), 28 de junho de 2024.

DIOGO FERRARI		ELAINE CRISTINA DA ROCHA
Prefeito de Rio do Oeste		Servidora

PORTARIA 9708/2024

Publicação Nº 6134979

PORTARIA N.º 9.708 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Altera lotação de servidor.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

CONSIDERANDO o deferimento no Protocolo N° 2536/2024,

RESOLVE:
Art. 1º Alterar a lotação do servidor Fernando Manieski, matricula 40169-02, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Veículos, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos para a Secretaria Municipal de Transportes e Obras, a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data supracitada.

Rio do Oeste, 28 de junho de 2024.

DIOGO FERRARI
Prefeito de Rio do Oeste

PEDRO GAMBETA
Secretário Municipal de Transportes e Obras

ROBSON PIRES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

Rio do Sul

Prefeitura

PORTARIA N. 0712/DGP

Publicação Nº 6131737

PORTARIA N.0712/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos II e X, do art. 37, da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar n. 522, de 29 de junho de 2023 e alterações, Lei Complementar n. 75 de 20 de novembro de 2001 e alterações e demais disposições legais aplicáveis,

RESOLVE:
Art. 1°. Designar o servidor AFONSO CARLO NEVES, matrícula 94110-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para atuar como Diretor da Escola Cívico Militar Roberto Machado, pelo período de três anos, contados a partir de 07/06/2024.

§ 1º O servidor em questão foi eleito para exercício das funções de que trata o caput deste artigo, por meio de processo instituído pelo Edital Seduc n. 001/2023, homologado pelo Decreto n. 13.110 de 28 de maio de 2024 e publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28 de maio de 2024.

§ 2º Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 75% do seu vencimento base, em cumprimento do artigo 10, da Lei Complementar n. 075/2001 20 de novembro de 2001 e alterações.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria n. 0623/DGP de 18 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24 de junho de 2024.

Rio do Sul, 26 de junho de 2024.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N. 0713/DGP

Publicação Nº 6131751

PORTARIA N.0713/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos II e X, do art. 37, da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar n. 522, de 29 de junho de 2023 e alterações, Lei Complementar n. 75 de 20 de novembro de 2001 e alterações e demais disposições legais aplicáveis,

RESOLVE:
Art. 1°. Designar a servidora SIDIANE LAURETE, matrícula 99198-17, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para atuar como Diretora do Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, pelo período de três anos, contados a partir de 07/06/2024.

§ 1º A servidora em questão foi eleita para exercício das funções de que trata o caput deste artigo, por meio de processo instituído pelo Edital Seduc n. 001/2023, homologado pelo Decreto n. 13.110 de 28 de maio de 2024 e publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28 de maio de 2024.

§ 2º Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 75% do seu vencimento base, em cumprimento do artigo 10, da Lei Complementar n. 075/2001 20 de novembro de 2001 e alterações.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria n. 0650/DGP de 18 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 25 de junho de 2024.

Rio do Sul, 26 de junho de 2024.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N. 0714/DGP

Publicação Nº 6131787

PORTARIA N.0714/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos II, do artigo 37,

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar, a partir de 11 de junho de 2024, a servidora ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, matrícula 108065-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, da função gratificada de Diretor da Escola Modelo Ella Kurt.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de junho de 2024.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
rdf

PORTARIA N.0723/SEA

Publicação Nº 6132160

PORTARIA N.0723/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023;

RESOLVE:
Art.1º Com fundamento aos artigos 40 a 47, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao (a) servidor (a)JAISON JORGE MORAES, matrícula n.107204-2, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n.234256/2024, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 09/05/2024, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,26 de junho de 2024.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.0725/SEA

Publicação Nº 6132209

PORTARIA N.0725/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023;

RESOLVE:
Art.1º Com fundamento aos artigos 40 a 47, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao (a) servidor (a)THAYSE HELENA MROWSKOWSKI, matrícula n.173428-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, o quarto Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n.234478/2024, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 13/05/2024, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de junho de 2024.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.0740/SEA

Publicação Nº 6132069

PORTARIA N.0740/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Art.1º Com fundamento nos artigos 49 a 54, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao(a) servidor(a)SARA PRISCILA RAMOS, matrícula n.171573-1, ocupante do cargo de provimento efetivo GUARDA MUNICIPAL, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública, no processo n.234300/2024, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 09/05/2024, de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de junho de 2024.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.0749/DGP

Publicação Nº 6132523

PORTARIA N.0749/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados o benefício da Progressão por Desempenho Profissional, com fundamento ao artigo 26, da Lei Complementar n. 524, de 29 de junho de 2023.

a) AMARILDO DE JESUS, matrícula n.743143-1, ocupante do cargo de provimento efetivo TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2021 a 2024, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 21 de maio de 2024;
b) DEISI CRISTINA BECKER HEINZ, matrícula n.882992-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2021 a 2024, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 13 de maio de 2024;
c) DENISE PERES FARIAS STASSUN, matrícula n.218871-2, ocupante do cargo de provimento efetivo ARQUITETO, a segunda progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2021 a 2024, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 03 de junho de 2024;
d) DIANA BARCELOS, matrícula n.219967-3, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS I, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2019 a 2022, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 03 de junho de 2024;
e) LAISE VERSINO CITADINI, matrícula n.265691-4, ocupante do cargo de provimento efetivo PSICÓLOGO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2020 a 2024, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 20 de maio de 2024;
f) LUCIANA NUNES, matrícula n.168084-4, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS I, a segunda progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2020 a 2023, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 03 de junho de 2024;

g) MARILESIA NATALI DE SOUZA MOREIRA, matrícula n.111384-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2020 a 2023, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 20 de maio de 2024;
h) ROBERTO FERREIRA JUNIOR, matrícula n.1427768-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, a segunda progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2020 a 2023, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 21 de maio de 2024;
i) RODRIGO SIMON RUTZEN, matrícula n.236373-2, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, a segunda progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2021 a 2024, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 20 de maio de 2024;
j) SARAH MELLO DE AZEVEDO, matrícula n.236802-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, a segunda progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2021 a 2024, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 21 de maio de 2024;
k) THAYSE HELENA MROWSKOWSKI, matrícula n.173428-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, a quarta progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2021 a 2024, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 20 de maio de 2024;

Art. 2º O efeito financeiro da progressão será devido a partir de 01 de junho de 2024, de acordo com as disposições contidas no artigo 38 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de junho de 2024.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64 DE 2024

Publicação Nº 6131374

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2024
REGIDA PELAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006
LICITAÇÃO Nº 044/2023 – PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E/OU MÃO DE OBRA CONFORME O CASO NA PERFURAÇÃO, DETONAÇÃO DE ROCHAS, BRITAGEM, LOCAÇÃO DE BRITADOR, SERVIÇO DE CAMINHÃO HIDROJATO, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA E TRAVESSIAS ELEVADAS (OPERAÇÃO TAPA BURACOS), COLOCAÇÃO DE PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, PISO PODO TATIL, MEIO FIO, LAJOTA E PARALELEPIPEDO E FORNECIMENTO DE FINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO VERTICAL, HORIZONTAL, DEFENSA METÁLICA E OUTROS PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS/CONVENIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Sr. Jorge Luiz Stolf, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa POLARIS SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.547.887/0001-11, com sede a Rua Botumirim, 171, bairro da Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por Roberto Carlos Imme, inscrito no CPF sob o nº 652.500.449-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente ata de registro de preços tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA COLOCAÇÃO E/OU RECOLOCAÇÃO DE PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, PISO PODOTÁTIL, MEIO FIO, LAJOTA SEXTAVADA E PARALELEPÍPEDO PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS decorrente da Licitação – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços nº 044/2023 – Licitação Compartilhada realizada pelo CIMVI, para atendimento das necessidades do CONTRATANTE, conforme segue:

156493 - POLARIS SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI						
Lote: 6 - MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE PISO, MEIO FIO, LAJOTA, PARALELEPÍPEDO E BOCA DE LOBO - BLOCO APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
16	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO, PISO PODOTÁTIL, ANTIDERRAPANTE E VIBROPRENSADO - 20 X 10 X 6 CM E 20 X 10 X 8 CM, INCLUINDO RETIRADA, RECOLOCAÇÃO, TRANSPORTE DOS MATERIAIS (QUANDONECESSÁRIO), RECORTES E REJUNTE, COM FORNECIMENTODE AREIA E BRITA GRADUADA, COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA, LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA.	METRO QUADRADO		6.000	R$44,5706	R$267.423,60

17	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE PISO PODOTÁTIL 20 X 20 X 6CM, - INCLUINDO RETIRADA, RECOLOCAÇÃO, TRANSPORTE DOS MATERIAIS (QUANDO NECESSÁRIO), RECORTES E REJUNTE, COM FORNECIMENTO DE AREIA E BRITA GRADUADA, COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA, LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA.	METRO QUADRADO		1.000	R$44,5706	R$44.570,60
18	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE MEIO FIO, - INCLUINDO RETIRADA, RECOLOCAÇÃO, TRANSPORTE DOS MATERIAIS (QUANDO NECESSÁRIO), RECORTES E REJUNTE, COM FORNECIMENTO DE AREIA, LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA.	METRO		6.000	R$24,2528	R$145.516,80
19	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO, 35MPA, ANTIDERRAPANTE E VIBROPRENSADA,15 X 25 X 8CM, 25 X 25 X 8CM, 30 X 30 X 10CM, - INCLUINDO RETIRADA, RECOLOCAÇÃO, TRANSPORTE DOS MATERIAIS (QUANDO NECESSÁRIO), RECORTES E REJUNTE, COM FORNECIMENTO DE AREIA E BRITA GRADUADA, COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA, LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA.	METRO QUADRADO		12.000	R$41,0212	R$492.254,40
20	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE PARALELEPÍPEDO DE PEDRA, - INCLUINDO RETIRADA, RECOLOCAÇÃO, TRANSPORTE DOS MATERIAIS (QUANDO NECESSÁRIO), RECORTES E REJUNTE, COM FORNECIMENTO DE AREIA E BRITA GRADUADA, COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA, LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA.	METRO QUADRADO		600	R$44,5706	R$26.742,36
21	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE BOCA DE LOBO, INCLUINDO RETIRADA, RECOLOCAÇÃO, TRANSPORTE DOS MATERIAIS (QUANDO NECESSÁRIO), RECORTES E REJUNTE, COM FORNECIMENTO DE AREIA E BRITA GRADUADA, COMPACTAÇÃO COM PLACA VIBRATÓRIA, LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA.	UNIDADE		600	R$435,9798	R$261.587,88

1.2. As quantidades acima descritas são máximas e não obrigam a CONTRATANTE a firmar aquisição do montante integral podendo, durante a vigência da ata de registro de preços, haver aquisições parciais, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie à CONTRATADA.

1.3. Toda a prestação do serviço e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da presente ata de registro de preços, será total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela CONTRATADA.

1.4. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

1.5. Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, as importâncias previstas na Cláusula 1.1 desta ata de registro de preços, a título de pagamento pelo fornecimento dos produtos, constantes no presente instrumento, conforme proposta(s) vencedora(s) da Licitação nº 044/2023.

2.2. No referido preço deverão estar inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados à responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, produtos, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, deslocamentos, alimentação, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários à plena e total execução do objeto.

2.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do(s) produto(s), condicionado à apresentação dos documentos fiscais para liquidação, devendo-se cumprir, ainda, todas as demais disposições e obrigações constantes da Licitação nº 044/2023.

2.3.1. Dados Bancários: Banco 085, Agência: 0106, Conta Corrente: 8937-0.

2.4. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela CONTRATADA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, conforme o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O fornecimento do(s) produto(s) deverá ter início na data de assinatura da presente ata de registro de preços estendendo-se até o termo da vigência deste instrumento, em conformidade com as regras previstas no Edital e seus anexos.

3.1.1. Para a aquisição/contratação dos materiais e/ou serviços descritos na cláusula primeira será emitida Ordem de Compra em favor da empresa FORNECEDORA, a qual terá o prazo previsto no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 044/2023, a contar da emissão da ordem de compra de serviço/compras.

3.2. O presente instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 22/03/2025.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes no Pregão Presencial nº 044/2023, anexos e na presente ata de registro de preços, fica a CONTRATADA desde já responsável:

a) Prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;

b) Disponibilizar todo e qualquer recurso seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

c) Enviar ao CONTRATANTE, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Segunda, para recebimento dos valores;

d) Responsabilizar-se civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissional ou preposto, ficando assegurado o direito de regresso;

e) Responsabilizar-se única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;

f) Assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, tributos, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução desta ata de registro de preços.

g) Providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, taxas, anotações, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;

h) Por todos os serviços, materiais e equipamentos necessários a execução do objeto desta ata de registro de preços;

i) Por fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto, ARTs e demais atribuições constantes deste instrumento;

j) Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços (por escrito);

k) responsabilizar-se por todos os encargos e honorários advocatícios de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução desta ata de registro de preços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

l) Facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

4.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Segunda;

b) Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;

c) Fazer a publicação resumida deste instrumento, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

5.1. O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou outras relacionadas à execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e do Pregão Presencial nº 044/2023.

5.2. As orientações da fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE serão por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

5.3. A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

5.4. A Fiscalização da execução dos serviços e fornecimento de bens a partir das ordens de compra será exercida pelos servidor Rudieris Morgan Dalcanale, nomeado na Portaria n° 311/2024 e alterações, podendo ser substituído pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. As penalidades e demais condições que lhes são afetas encontram previsão no item 14 – Penalidades do Edital, abaixo transcrito:

14.1 – A supervisão/fiscalização do objeto executado ficará a cargo dos agentes do Município no setor de Engenharia, que fiscalizarão, em conjunto ou isoladamente, o fornecimento dos bens, e a quem caberá, em conjunto ou isoladamente, conferi-los e lavrar Termo de Recebimento.

14.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações poderá ensejar a desclassificação e/ou rescisão do da ata de registro de preços e/ou seu respectivo cancelamento, conforme decisão da Administração, com as consequências contratuais e as previstas em lei, no Edital e seus anexos, e/ou regulamento administrativo.

14.2.1 - Constituem motivos para rescisão da ata de registro de preços, no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93.

14.3 - A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14.4 - O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, bem como a desídia, retardamento, má-fé ou violação aos deveres de probidade/moralidade, legalidade e eficiência por parte do (a) licitante (a) ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da ata de registro de preços, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

14.5 - A aplicação da multa prevista acima poderá ocorrer somente 3 (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais.

14.6 - A multa prevista acima será recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente. Os valores das multas serão fixados em real e convertidos para UMA (Unidade Monetária Ambiental).

14.7 - As penalidades previstas poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do representante do CIMVI/Município, se entender as justificativas apresentadas pelo(a) licitante (a) como relevantes.

14.8 - No caso do CIMVI/Município vir a ser condenado (a) a pagar algum direito referente aos funcionários e/ou tributos, penalidades e/ou indenizações à terceiros devidos pelo(a) licitante (a) , ou qualquer outro valor referente à execução da prestação dos serviços pelo licitante, terá o primeiro o direito a ação de regresso contra o segundo, obrigando-se este a devolver todos os valores desembolsados pelo CIMVI/Município além de multa de 10% do valor atualizado da ata de registro de preços (valor total), devidamente corrigidos e acrescidos de juros no importe de 1% (um por cento ao mês) a contar do desembolso.

14.9 - Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado, o CIMVI/Município poderá, garantida a prévia defesa do(a) licitante(a), aplicar multa prevista neste juntamente com as seguintes sanções:
a) Advertência (situação na qual poderá ser eximida a multa);
b) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Poder Público pelo prazo de até 02 (dois) anos;
b.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.
c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que

a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o CIMVI/Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc.

14.10 - A recusa injustificada da licitante em assinar a ata de registro de preços, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

14.11 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa, ressalvadas as situações expressamente previstas.

14.12 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.13 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.14 - As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CIMVI/Município serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do CIMVI/Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

14.15 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do CIMVI/Município.

14.16 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.17 - Será aplicada também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:
a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

14.18 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais atinentes à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO SERVIÇO PRESTADO

7.1. A CONTRATADA executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, por seus próprios empregados e meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

- amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE ou aos Municípios consorciados.

8.2. A inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências previstas na Cláusula Sexta.

8.3. Constituem também motivos para rescisão da ata de registro de preços, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

8.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.6. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o CONTRATANTE, quaisquer dos municípios que o compõem, seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

- declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestidas de má fé (a juízo do CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A CONTRATADA não poderá transferir delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes

deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata de registro de preços, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente ata de registro de preços, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio dos Cedros, 14 de junho de 2024.
CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDORA
POLARIS SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA
Representante legal: Roberto Carlos Imme

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65 DE 2024

Publicação Nº 6131377

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 65/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado por Seu Prefeito Municipal Sr. Jorge Luiz Stolf.

CONTRATADA: A empresa **AUTO ELÉTRICA TIMBÓ LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 25.965.984/0001-76, com sede na Rua Blumenau, n° 2015, Bairro dos Estados, Timbó - SC, CEP 89120-000, neste ato representado pela Sra. Tatiana Graciela Marcilio, inscrita no CPF sob nº 005.399.469-82.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação dos bens/serviços enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2024, modo de disputa: **ABERTO,** participação: **TODAS AS EMPRESAS,** Critério de julgamento: **MENOR PREÇO,** com autorização constante do Processo Administrativo N.57/2024, homologado em 19 de junho de 2024, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 57/2024, seus anexos, a proposta da **CONTRATADA** datada em 03 de maio de 2024, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Constitui o objeto do presente instrumento o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES"**, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 57/2024.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

2.2 - A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Rio dos Cedros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 - Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

Fornecedor: AUTO ELÉTRICA TIMBÓ LTDA (25.965.984/0001-76)

Sem lote

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
6	MÃO DE OBRA ELÉTRICA/ELETRÔNICA PARA VEÍCULOS DE PORTE MÉDIO (VANS E CAMINHONETAS)	PRÓPRIA	HORAS	800	R$ 45,00	R$ 36.000,00
7	MÃO DE OBRA ELÉTRICA/ELETRÔNICA PARA (CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINÁRIO EM GERAL)	PRÓPRIA	HORAS	1.000	R$ 45,00	R$ 45.000,00
					Total Geral dos Itens:	R$ 81.000,00

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre eles, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

5.1 - A licitante vencedora, após ser convocada pela Secretaria solicitante, deverá enviar profissional (mecânico) para verificar *"in loco", no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas*, a possibilidade de conserto do objeto no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros). **Para fins de pagamento, serão contabilizadas apenas as horas trabalhadas na manutenção do veículo.**

a) Em caso de serviços não programados (urgência/emergência), a CONTRATADA deverá retirar o veículo em até quatro horas no local indicado pelo Secretário ou Diretor Geral do órgão.
b) No orçamento prévio deverá conter, além do constante no item anterior, a marca, modelo/ano, nº da placa e km atual do veículo.
c) A licitante vencedora deverá executar prioritariamente os serviços solicitados pelo Município, após aprovação do orçamento e emissão da respectiva ordem de execução expedida pela Secretaria solicitante.
d) Os serviços somente serão aceitos se estiverem de acordo com as especificações do fabricante do veículo e/ou as disposições deste Edital.
e) Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção do objeto será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.
f) A licitante vencedora deverá manter ferramental e documentação técnica de apoio necessários aos serviços de manutenção, bem como pessoal de oficina capacitado profissionalmente à prestação dos mesmos.
g) As peças fornecidas pelo Município serão de primeira linha, ficando a contratada obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
h) As peças e componentes de reposição, quando fornecidos e instalados pela contratada, serão obrigatoriamente originais, adequados e novos, ficando por ela garantidos como isentos de qualquer vício ou defeito, por prazo não inferior ao concedido pelo fabricante, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da competente nota fiscal.
i) A licitante vencedora deverá, após a execução dos serviços, devolver todas as peças que forem substituídas, para conferência por servidor responsável indicado pela Secretaria solicitante. O Município não procederá ao pagamento sem a respectiva devolução.
j) A licitante vencedora deverá refazer os serviços que forem recusados por meio de parecer técnico da Secretaria solicitante, sem outras despesas que não as das peças ou materiais não restituídos ou não recuperados anteriormente.
k) Fornecer, quando o serviço tiver que ser executado na sede do prestador, área coberta, protegida e segura, em estrutura metálica, piso em cimento acabado ou de qualidade superior destinada exclusivamente aos serviços de oficina;
l) A licitante vencedora deverá credenciar prepostos para representá-la junto ao município, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto licitado.
m) A licitante vencedora deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos do Município, sempre que este julgar necessário, porém, a fiscalização do Município não isenta a licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.
n) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela integridade dos veículos de propriedade do município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do município.
o) Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

p) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados e/ou equipamentos, causados a terceiros e ao Município, em caso de acidentes de trânsito e de trabalho.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

q) O município poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamento dos encargos previdenciários para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/95.
r) Os serviços executados pela contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota fiscal de serviços, e de materiais quando ele for o fornecedor.
s) Faculta-se ao município checar, junto aos fabricantes, os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
t) A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para o município e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
u) A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao município, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
v) A licitante vencedora deverá sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município.
w) Entregar os veículos limpos, interna e externamente, e aspirados, quando for o caso, após a execução dos serviços.
x) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
a) Comunicar imediatamente a Administração qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS

6.1 - O Município reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na oficina da Secretaria de Infraestrutura, remetendo à manutenção ora licitada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo Município.

6.2 - A licitante vencedora deverá executar, no mínimo, **75%** (setenta e cinco por cento) dos serviços em **sede própria**, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a licitante apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do município.

6.2.1 – Exceto para o item 10 do presente edital onde toda a prestação do serviço deverá ser em Loco na Oficina da Contratante.

6.3 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.

6.4 - O fornecimento de peças de que trata este termo fica condicionado à análise e aprovação do orçamento ao Setor Requisitante, podendo este, proceder à aquisição por outro fornecedor, desde que com valor inferior ao apresentado pela licitante.

6.4.1 – A CONTRATADA deverá Fornecer no mínimo 02 orçamentos prévios das peças solicitadas, obedecendo ao desconto concedido sobre a tabela de peças ao consumidor da concessionária autorizada, em papel timbrado, datado, carimbado e assinado por representante legal, efetuados no mercado com a real comprovação de melhor preço de mercado, para confrontar com o orçamento feito pela Secretaria requisitante da prefeitura de Rio dos Cedros, sendo obrigado a fazer a compra onde for detectado o menor valor das peças.

6.4.2 - Excepcionalmente, quando o serviço for de caráter emergencial e vir a ser realizado após o horário de expediente, e não houver servidor do Setor de Compras disponível para análise e aprovação do orçamento, poderá ser realizada manutenção com substituição/fornecimento de peça, desde que comprovada a situação emergencial, considerados preços de mercado para fins de pagamento.

6.4.3- A empresa executora deverá apresentar relatório de todos os serviços executados, tempo, peças utilizadas e mão de obra aplicada no conserto.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

6.4.4- A empresa executora deverá prestar no orçamento prévio todas as informações das peças e materiais danificados, a fim de possibilitar a realização de orçamento com terceiro.

6.4.5- No ato do recebimento do automóvel, a oficina deverá emitir, imediatamente, o termo de recebimento, o qual constará informações sobre as condições gerais do veículo, quanto à chaparia e pintura, estofamentos, quilometragem, acessórios, condições dos pneus, quantidade de combustível e os itens de segurança (extintor, triângulo, macaco hidráulico, chave de roda e estepe).

CLÁUSULA SÉTIMA- GARANTIA DOS SERVIÇOS

7.1 - O período de garantia dos serviços ofertados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

7.1.1 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.

7.1.2 - Faculta-se à Secretaria requisitante averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

7.1.3 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.

7.1.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue à Secretaria requisitante, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

7.1.5 - Quando as peças forem fornecidas pela Secretaria requisitante, a contratada ficara obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.

7.2 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:

a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.

b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.

c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.

7.2.1 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.

7.3- Para serviços de pintura e chapearia, a garantia mínima será de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo do veículo.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

8.1- A licitante vencedora dos itens 3, 4, 11 e 12 realizará/custeará o transporte em veículo específico (plataforma), e se responsabilizará a entregá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou outra Unidade.

8.1.1- O transporte poderá ser feito em plataforma de propriedade do CONTRATADO ou este poderá utilizar-se de serviço terceirizado para realização do transporte, ficando sob sua responsabilidade qualquer fato ou prejuízo que dele resultar, ou seja, o contratado é responsável pelos danos causados durante o transporte dos objetos descritos nos itens 3, 4, 11 e 12, bem como por eventuais danos causados a terceiros, desde a retirada do equipamento no local indicado pela CONTRATANTE até sua respectiva entrega.

8.1.2 - No que diz respeito ao deslocamento dos OBJETOS para conserto o CONTRATADO deverá retirar no local indicado pela CONTRATANTE

8.1.3- A Secretaria requisitante poderá indicar funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados.

8.2 - Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não lhe será entregue o veículo.

8.3 Nos demais itens a Secretaria requisitante fará o transporte dos veículos até a sede da licitante vencedora para execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

9.1 - O órgão requisitante efetuará a solicitação de cada serviço, por escrito, à licitante vencedora, sendo que esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico (mecânico) para análise e possibilidade de manutenção no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).
9.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, após o recebimento de qualquer dos veículos mencionados neste Edital, a licitante vencedora, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, desenvolverá e submeterá, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do equipamento, à aprovação da Administração Municipal, diagnóstico dos serviços a ser realizados e indicará, inclusive, o número de horas- profissional a ser utilizadas, relacionando, ainda, todas as peças e componentes que devem ser substituídos, especificando preços líquidos unitários (já deduzido o desconto oferecido).
9.3 - Qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, somente poderá ser executado após aprovado por parte da Secretaria requisitante através da Ordem de Serviço.
9.4 - A manutenção preventiva, que tem por objetivo garantir a utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente, deverá ser realizada quando o Município julgar conveniente, especialmente antes de saídas para viagens, e executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da entrada do objeto na oficina.
9.5 - O prazo mencionado é fixado para execução de qualquer serviço, com possibilidade de dilatação, comprovada falta de peças de reposição no mercado ou quando aceito pela Administração.
9.6 - Quando comprovada a necessidade de dilatação do prazo, o novo prazo será acertado, por escrito, entre a licitante vencedora e a secretaria solicitante, em cada caso concreto, levando-se em consideração a complexidade dos serviços.
9.7 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do edital/ata/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório, ata e/ou contrato.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ENTREGA

10.1 - Em caso de necessidade de deslocamento, o transporte do objeto será de responsabilidade do CONTRATADO nos itens 3, 4, 11 e 12 conforme subitem 9.1.

10.2 - Quando o Município realizar o transporte dos objetos danificados à sede/oficina da vencedora, responsabilizar-se-á em retirá-lo quando efetivada a manutenção.

10.2.1 - Os serviços deverão ser prestados em local adequado na sede da vencedora, salvo quando a manutenção for realizada *"in loco".*

10.2.2 - O Município, quando julgar conveniente, e através de servidor indicado, fará o acompanhamento da manutenção, bem como a avaliação dos materiais utilizados.

10.2.3 - Fica aqui estabelecido que o serviço será recebido:

A) *Provisoriamente*, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com a especificação;

B) *Definitivamente*, após a verificação da qualidade e conformidade do mesmo e a consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante, a cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, em até 15 (Quinze) dias após a entrega da nota fiscal, condicionados à apresentação de relatório quantitativo e qualitativo inerente a cada objeto, para verificação de conformidade à fiscalização do município. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.
11.2 – Dados Bancários: Banco Sicoob, Agência: 3087, Conta Corrente: 17947-7.
11.3 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.
11.3.1 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.
11.3.2 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

Obs.: Todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Rio dos Cedros deverão atender as exigências do Decreto Municipal n° 3.480/2023. A partir de uma determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012 e suas alterações, o município deve passar a reter o IR – Imposto de Renda, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. Maiores informações, poderão ser obtidas no link: https://riodoscedros.sc.gov.br/ir-imposto-de-renda/

11.3.3 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

12.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, ou seja, **de 21/06/2024 até 20/06/2025**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

12.2 - Caso o prazo do contrato ultrapasse um ano, a contar da assinatura, o reajuste se dará pelo índice do INPC, referente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

13.1.1. É dever da contratada manter durante a vigência do presente instrumento, e-mail valido, para viabilizar a comunicação entre o CONTRATADO e o Município de Rio dos cedros, para realização de contratos, adendos, notificações, ofícios e demais atos administrativos.

13.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

13.3. Efetuar a entrega do objeto/Prestação dos serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Rio dos Cedros.

13.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

13.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

13.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Rio dos Cedros, conforme quantitativos dos produtos/serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

13.6. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

13.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

13.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor.

13.9. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

13.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

13.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

13.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Rio dos Cedros ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

13.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei Federal n° 14.133/21.

14.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

14.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;

14.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

14.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

14.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A prestação dos serviços, a entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Rio dos Cedros, por intermédio dos Fiscais nomeados pela Portaria Municipal n° 311/2024, que acompanharão a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à **empresa vencedora** a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Rio dos Cedros e terá as seguintes atribuições:

a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.

b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.

c) Assegurar à **CONTRATADA acesso** as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.

d) Agir e decidir em nome do Município de Rio dos Cedros, inclusive, para rejeitar a mercadoria fornecida em desacordo com as especificações exigidas.

e) Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quanto à rejeição do produto.

f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.

g) Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela **CONTRATADA**, de condições previstas neste instrumento.

i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à **CONTRATADA**, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à **CONTRATADA**.

k) Instruir o(s) recurso(s) da **CONTRATADA** no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Rio dos Cedros.

l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO

16.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.2 - Os acréscimos e supressões do objeto, quando for formalizado o contrato, observarão o disposto no art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Rio dos Cedros, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:

1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

17.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

18.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

18.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

18.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

18.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

§1º - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

§2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

19.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.460, de 05, de maio de 2023 e, com aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da cidade de Timbó- SC para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

20.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 21 de junho de 2024.

CONTRATANTE
PREFEITO MUNICIPAL
Jorge Luiz Stolf

CONTRATADA
AUTO ELÉTRICA TIMBÓ LTDA
Tatiana Graciela Marcilio

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66 DE 2024

Publicação Nº 6131383

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 66/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado por Seu Prefeito Municipal Sr. Jorge Luiz Stolf.
CONTRATADA: A empresa COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP-FILIAL, inscrita no CNPJ sob nº 79.290.862/0002-37, com sede na Rua Blumenau, n° 2130 Bloco A, Bairro Araponguinhas, Timbó - SC, CEP 89120-000, neste ato representado pelo Sr. Osnir José Menestrina, inscrito no CPF sob nº 311.483.959-20.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação dos bens/serviços enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2024, modo de disputa: ABERTO, participação: TODAS AS EMPRESAS, Critério de julgamento: MENOR PREÇO, com autorização constante do Processo Administrativo N.57/2024, homologado em 19 de junho de 2024, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
0.1 – Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 57/2024, seus anexos, a proposta da CONTRATADA datada em 03 de maio de 2024, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1 – Constitui o objeto do presente instrumento o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES", conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 57/2024.
2.2 – A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Rio dos Cedros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 – Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

Fornecedor: COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP(79.290.862/0002-37)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
11	MÃO DE OBRA CONSERTO, MANUTENÇÃO DE FEIXE DE MOLAS, EMBUCHAMENTO E AMORTECEDORES PARA CAMINHÕES E ÔNIBUS	Não Informado	HORAS	1.000	R$ 45,00	R$ 45.000,00
Total Geral dos Itens:						R$ 45.000,00

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre eles, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS

5.1 - A licitante vencedora, após ser convocada pela Secretaria solicitante, deverá enviar profissional (mecânico) para verificar "in loco", no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a possibilidade de conserto do objeto no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros). Para fins de pagamento, serão contabilizadas apenas as horas trabalhadas na manutenção do veículo.

a) Em caso de serviços não programados (urgência/emergência), a CONTRATADA deverá retirar o veículo em até quatro horas no local indicado pelo Secretário ou Diretor Geral do órgão.

b) No orçamento prévio deverá conter, além do constante no item anterior, a marca, modelo/ano, nº da placa e km atual do veículo.

c) A licitante vencedora deverá executar prioritariamente os serviços solicitados pelo Município, após aprovação do orçamento e emissão da respectiva ordem de execução expedida pela Secretaria solicitante.

d) Os serviços somente serão aceitos se estiverem de acordo com as especificações do fabricante do veículo e/ou as disposições deste Edital.

e) Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção do objeto será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.

f) A licitante vencedora deverá manter ferramental e documentação técnica de apoio necessários aos serviços de manutenção, bem como pessoal de oficina capacitado profissionalmente à prestação dos mesmos.

g) As peças fornecidas pelo Município serão de primeira linha, ficando a contratada obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.

h) As peças e componentes de reposição, quando fornecidos e instalados pela contratada, serão obrigatoriamente originais, adequados e novos, ficando por ela garantidos como isentos de qualquer vício ou defeito, por prazo não inferior ao concedido pelo fabricante, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da competente nota fiscal.

i) A licitante vencedora deverá, após a execução dos serviços, devolver todas as peças que forem substituídas, para conferência por servidor responsável indicado pela Secretaria solicitante. O Município não procederá ao pagamento sem a respectiva devolução.

j) A licitante vencedora deverá refazer os serviços que forem recusados por meio de parecer técnico da Secretaria solicitante, sem outras despesas que não as das peças ou materiais não restituídos ou não recuperados anteriormente.

k) Fornecer, quando o serviço tiver que ser executado na sede do prestador, área coberta, protegida e segura, em estrutura metálica, piso em cimento acabado ou de qualidade superior destinada exclusivamente aos serviços de oficina;

l) A licitante vencedora deverá credenciar prepostos para representá-la junto ao município, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto licitado.

m) A licitante vencedora deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos do Município, sempre que este julgar necessário, porém, a fiscalização do Município não isenta a licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.

n) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela integridade dos veículos de propriedade do município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do município.

o) Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

p) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados e/ou equipamentos, causados a terceiros e ao Município, em caso de acidentes de trânsito e de trabalho.

q) O município poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamento dos encargos previdenciários para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/95.

r) Os serviços executados pela contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota fiscal de serviços, e de materiais quando ele for o fornecedor.

s) Faculta-se ao município checar, junto aos fabricantes, os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual

o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
t) A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para o município e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
u) A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao município, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
v) A licitante vencedora deverá sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município.
w) Entregar os veículos limpos, interna e externamente, e aspirados, quando for o caso, após a execução dos serviços.
x) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
a) Comunicar imediatamente a Administração qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS
6.1 - O Município reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na oficina da Secretaria de Infraestrutura, remetendo à manutenção ora licitada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo Município.
6.2 - A licitante vencedora deverá executar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços em sede própria, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a licitante apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do município.
6.2.1 – Exceto para o item 10 do presente edital onde toda a prestação do serviço deverá ser em Loco na Oficina da Contratante.
6.3 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.
6.4 - O fornecimento de peças de que trata este termo fica condicionado à análise e aprovação do orçamento ao Setor Requisitante, podendo este, proceder à aquisição por outro fornecedor, desde que com valor inferior ao apresentado pela licitante.
6.4.1 – A CONTRATADA deverá Fornecer no mínimo 02 orçamentos prévios das peças solicitadas, obedecendo ao desconto concedido sobre a tabela de peças ao consumidor da concessionária autorizada, em papel timbrado, datado, carimbado e assinado por representante legal, efetuados no mercado com a real comprovação de melhor preço de mercado, para confrontar com o orçamento feito pela Secretaria requisitante da prefeitura de Rio dos Cedros, sendo obrigado a fazer a compra onde for detectado o menor valor das peças.
6.4.2 - Excepcionalmente, quando o serviço for de caráter emergencial e vir a ser realizado após o horário de expediente, e não houver servidor do Setor de Compras disponível para análise e aprovação do orçamento, poderá ser realizada manutenção com substituição/fornecimento de peça, desde que comprovada a situação emergencial, considerados preços de mercado para fins de pagamento.
5.3.3 - A empresa executora deverá apresentar relatório de todos os serviços executados, tempo, peças utilizadas e mão de obra aplicada no conserto.
5.3.4 - A empresa executora deverá prestar no orçamento prévio todas as informações das peças e materiais danificados, a fim de possibilitar a realização de orçamento com terceiro.
5.3.5 - No ato do recebimento do automóvel, a oficina deverá emitir, imediatamente, o termo de recebimento, o qual constará informações sobre as condições gerais do veículo, quanto à chaparia e pintura, estofamentos, quilometragem, acessórios, condições dos pneus, quantidade de combustível e os itens de segurança (extintor, triângulo, macaco hidráulico, chave de roda e estepe).

CLÁUSULA SÉTIMA- GARANTIA DOS SERVIÇOS
7.1 - O período de garantia dos serviços ofertados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
7.1.1 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.
7.1.2 - Faculta-se à Secretaria requisitante averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
7.1.3 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
7.1.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue à Secretaria requisitante, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
7.1.5 - Quando as peças forem fornecidas pela Secretaria requisitante, a contratada ficara obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
7.2 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:
a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.
b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.
c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.
7.2.1 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.

7.3- Para serviços de pintura e chapearia, a garantia mínima será de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo do veículo.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS
8.1- A licitante vencedora dos itens 3, 4, 11 e 12 realizará/custeará o transporte em veículo específico (plataforma), e se responsabilizará a entregá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria de

Obras e Serviços Urbanos e/ou outra Unidade.
8.1.1- O transporte poderá ser feito em plataforma de propriedade do CONTRATADO ou este poderá utilizar-se de serviço terceirizado para realização do transporte, ficando sob sua responsabilidade qualquer fato ou prejuízo que dele resultar, ou seja, o contratado é responsável pelos danos causados durante o transporte dos objetos descritos nos itens 3, 4, 11 e 12, bem como por eventuais danos causados a terceiros, desde a retirada do equipamento no local indicado pela CONTRATANTE até sua respectiva entrega.
8.1.2 - No que diz respeito ao deslocamento dos OBJETOS para conserto o CONTRATADO deverá retirar no local indicado pela CONTRATANTE

8.1.3- A Secretaria requisitante poderá indicar funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados.

8.2 - Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não lhe será entregue o veículo.
8.3 Nos demais itens a Secretaria requisitante fará o transporte dos veículos até a sede da licitante vencedora para execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS
9.1 - O órgão requisitante efetuará a solicitação de cada serviço, por escrito, à licitante vencedora, sendo que esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico (mecânico) para análise e possibilidade de manutenção no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).
9.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, após o recebimento de qualquer dos veículos mencionados neste Edital, a licitante vencedora, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, desenvolverá e submeterá, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do equipamento, à aprovação da Administração Municipal, diagnóstico dos serviços a ser realizados e indicará, inclusive, o número de horas- profissional a ser utilizadas, relacionando, ainda, todas as peças e componentes que devem ser substituídos, especificando preços líquidos unitários (já deduzido o desconto oferecido).
9.3 - Qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, somente poderá ser executado após aprovado por parte da Secretaria requisitante através da Ordem de Serviço.
9.4 - A manutenção preventiva, que tem por objetivo garantir a utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente, deverá ser realizada quando o Município julgar conveniente, especialmente antes de saídas para viagens, e executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da entrada do objeto na oficina.

9.5 - O prazo mencionado é fixado para execução de qualquer serviço, com possibilidade de dilatação, comprovada falta de peças de reposição no mercado ou quando aceito pela Administração.
9.6 - Quando comprovada a necessidade de dilatação do prazo, o novo prazo será acertado, por escrito, entre a licitante vencedora e a secretaria solicitante, em cada caso concreto, levando-se em consideração a complexidade dos serviços.
9.7 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do edital/ata/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório, ata e/ou contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ENTREGA
10.1 - Em caso de necessidade de deslocamento, o transporte do objeto será de responsabilidade do CONTRATADO nos itens 3, 4, 11 e 12 conforme subitem 9.1.

10.2 - Quando o Município realizar o transporte dos objetos danificados à sede/oficina da vencedora, responsabilizar-se-á em retirá-lo quando efetivada a manutenção.

10.2.1 - Os serviços deverão ser prestados em local adequado na sede da vencedora, salvo quando a manutenção for realizada "in loco".

10.2.2 - O Município, quando julgar conveniente, e através de servidor indicado, fará o acompanhamento da manutenção, bem como a avaliação dos materiais utilizados.

10.2.3 - Fica aqui estabelecido que o serviço será recebido:

A) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com a especificação;

B) Definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do mesmo e a consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante, a cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, em até 15 (Quinze) dias após a entrega da nota fiscal, condicionados à apresentação de relatório quantitativo e qualitativo inerente a cada objeto, para verificação de conformidade à fiscalização do município. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.
11.2 – Dados Bancários: Banco do Brasil, Agência: 0928-8, Conta Corrente: 56174-6.
11.3 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.
11.3.1 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.
11.3.2 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.
Obs.: Todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Rio dos Cedros deverão atender as exigências do Decreto Municipal n° 3.480/2023. A partir de uma determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012 e suas alterações, o município deve passar a reter o IR – Imposto de Renda, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. Maiores

informações, poderão ser obtidas no link: https://riodoscedros.sc.gov.br/ir-imposto-de-renda/

10.2.3 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO
12.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, ou seja, de 21/06/2024 até 20/06/2025, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
12.2 - Caso o prazo do contrato ultrapasse um ano, a contar da assinatura, o reajuste se dará pelo índice do INPC, referente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
13.1.1. É dever da contratada manter durante a vigência do presente instrumento, e-mail valido, para viabilizar a comunicação entre o CONTRATADO e o Município de Rio dos cedros, para realização de contratos, adendos, notificações, ofícios e demais atos administrativos.
13.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
13.3. Efetuar a entrega do objeto/Prestação dos serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Rio dos Cedros.
13.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
13.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
13.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Rio dos Cedros, conforme quantitativos dos produtos/serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
13.6. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

13.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
13.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor.
13.9. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
13.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
13.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
13.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Rio dos Cedros ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
13.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
14.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei Federal n° 14.133/21.
14.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital.
14.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
14.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
14.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
14.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1 - A prestação dos serviços, a entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Rio dos Cedros, por intermédio dos Fiscais nomeados pela Portaria Municipal n° 311/2024, que acompanharão a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Rio dos Cedros e terá as seguintes atribuições:
a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
c) Assegurar à CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
d) Agir e decidir em nome do Município de Rio dos Cedros, inclusive, para rejeitar a mercadoria fornecida em desacordo com as especificações exigidas.
e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do produto.
f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que

foi solicitado.
g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA.
k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Rio dos Cedros.
l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO
16.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.
16.2 - Os acréscimos e supressões do objeto, quando for formalizado o contrato, observarão o disposto no art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Rio dos Cedros, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
18.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
18.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
18.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
18.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
§1º - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
§2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
19.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.460, de 05, de maio de 2023 e, com aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
19.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 - Fica eleito o foro da cidade de Timbó- SC para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia

expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
20.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 21 de junho de 2024.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL	COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP-FILIAL
Jorge Luiz Stolf	Osnir José Menestrina

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67 DE 2024

Publicação Nº 6131405

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 67/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado por Seu Prefeito Municipal Sr. Jorge Luiz Stolf.
CONTRATADA: A empresa EDENILSO DEJALMA SILVA, inscrita no CNPJ sob nº 31.331.896/0001-15, com sede na Rua Ruy Barbosa, nº 1235, Bairro Dona Clara, Timbó - SC, CEP 89120-000, neste ato representado pelo Sr. Edenilso Dejalma Silva, inscrito no CPF sob nº 994.844.399-34.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação dos bens/serviços enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2024, modo de disputa: ABERTO, participação: TODAS AS EMPRESAS, Critério de julgamento: MENOR PREÇO, com autorização constante do Processo Administrativo N.57/2024, homologado em 19 de junho de 2024, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
0.1 – Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 57/2024, seus anexos, a proposta da CONTRATADA datada em 03 de maio de 2024, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1 – Constitui o objeto do presente instrumento o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES", conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 57/2024.
2.2 – A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Rio dos Cedros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
3.1 – Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

Fornecedor: EDENILSO DEJALMA SILVA (31.331.896/0001-15)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
1	MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE	Não Informado	HORAS	1.500	R$ 60,00	R$ 90.000,00
Total Geral dos Itens:						R$ 90.000,00

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre eles, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS

5.1 - A licitante vencedora, após ser convocada pela Secretaria solicitante, deverá enviar profissional (mecânico) para verificar "in loco", no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a possibilidade de conserto do objeto no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros). Para fins de pagamento, serão contabilizadas apenas as horas trabalhadas na manutenção do veículo.
a) Em caso de serviços não programados (urgência/emergência), a CONTRATADA deverá retirar o veículo em até quatro horas no local indicado pelo Secretário ou Diretor Geral do órgão.
b) No orçamento prévio deverá conter, além do constante no item anterior, a marca, modelo/ano, nº da placa e km atual do veículo.
c) A licitante vencedora deverá executar prioritariamente os serviços solicitados pelo Município, após aprovação do orçamento e emissão da respectiva ordem de execução expedida pela Secretaria solicitante.
d) Os serviços somente serão aceitos se estiverem de acordo com as especificações do fabricante do veículo e/ou as disposições deste Edital.
e) Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção do objeto será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.
f) A licitante vencedora deverá manter ferramental e documentação técnica de apoio necessários aos serviços de manutenção, bem como pessoal de oficina capacitado profissionalmente à prestação dos mesmos.
g) As peças fornecidas pelo Município serão de primeira linha, ficando a contratada obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
h) As peças e componentes de reposição, quando fornecidos e instalados pela contratada, serão obrigatoriamente originais, adequados e novos, ficando por ela garantidos como isentos de qualquer vício ou defeito, por prazo não inferior ao concedido pelo fabricante, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da competente nota fiscal.
i) A licitante vencedora deverá, após a execução dos serviços, devolver todas as peças que forem substituídas, para conferência por servidor responsável indicado pela Secretaria solicitante. O Município não procederá ao pagamento sem a respectiva devolução.
j) A licitante vencedora deverá refazer os serviços que forem recusados por meio de parecer técnico da Secretaria solicitante, sem outras despesas que não as das peças ou materiais não restituídos ou não recuperados anteriormente.
k) Fornecer, quando o serviço tiver que ser executado na sede do prestador, área coberta, protegida e segura, em estrutura metálica, piso em cimento acabado ou de qualidade superior destinada exclusivamente aos serviços de oficina;
l) A licitante vencedora deverá credenciar prepostos para representá-la junto ao município, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto licitado.
m) A licitante vencedora deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos do Município, sempre que este julgar necessário, porém, a fiscalização do Município não isenta a licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.
n) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela integridade dos veículos de propriedade do município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do município.
o) Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.
p) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados e/ou equipamentos, causados a terceiros e ao Município, em caso de acidentes de trânsito e de trabalho.
q) O município poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamento dos encargos previdenciários para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/95.
r) Os serviços executados pela contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota fiscal de serviços, e de materiais quando ele for o fornecedor.
s) Faculta-se ao município checar, junto aos fabricantes, os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
t) A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para o município e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
u) A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao município, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
v) A licitante vencedora deverá sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município.
w) Entregar os veículos limpos, interna e externamente, e aspirados, quando for o caso, após a execução dos serviços.
x) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
a) Comunicar imediatamente a Administração qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS
6.1 - O Município reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na oficina da Secretaria de Infraestrutura, remetendo à manutenção ora licitada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo Município.
6.2 - A licitante vencedora deverá executar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços em sede própria, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a licitante apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do município.
6.2.1 – Exceto para o item 10 do presente edital onde toda a prestação do serviço deverá ser em Loco na Oficina da Contratante.
6.3 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.
6.4 - O fornecimento de peças de que trata este termo fica condicionado à análise e aprovação do orçamento ao Setor Requisitante, podendo este, proceder à aquisição por outro fornecedor, desde que com valor inferior ao apresentado pela licitante.
6.4.1 – A CONTRATADA deverá Fornecer no mínimo 02 orçamentos prévios das peças solicitadas, obedecendo ao desconto concedido sobre

a tabela de peças ao consumidor da concessionária autorizada, em papel timbrado, datado, carimbado e assinado por representante legal, efetuados no mercado com a real comprovação de melhor preço de mercado, para confrontar com o orçamento feito pela Secretaria requisitante da prefeitura de Rio dos Cedros, sendo obrigado a fazer a compra onde for detectado o menor valor das peças.
6.4.2 - Excepcionalmente, quando o serviço for de caráter emergencial e vir a ser realizado após o horário de expediente, e não houver servidor do Setor de Compras disponível para análise e aprovação do orçamento, poderá ser realizada manutenção com substituição/fornecimento de peça, desde que comprovada a situação emergencial, considerados preços de mercado para fins de pagamento.
5.3.3 - A empresa executora deverá apresentar relatório de todos os serviços executados, tempo, peças utilizadas e mão de obra aplicada no conserto.
5.3.4 - A empresa executora deverá prestar no orçamento prévio todas as informações das peças e materiais danificados, a fim de possibilitar a realização de orçamento com terceiro.
5.3.5 - No ato do recebimento do automóvel, a oficina deverá emitir, imediatamente, o termo de recebimento, o qual constará informações sobre as condições gerais do veículo, quanto à chaparia e pintura, estofamentos, quilometragem, acessórios, condições dos pneus, quantidade de combustível e os itens de segurança (extintor, triângulo, macaco hidráulico, chave de roda e estepe).

CLÁUSULA SÉTIMA- GARANTIA DOS SERVIÇOS
7.1 - O período de garantia dos serviços ofertados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
7.1.1 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.
7.1.2 - Faculta-se à Secretaria requisitante averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
7.1.3 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
7.1.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue à Secretaria requisitante, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
7.1.5 - Quando as peças forem fornecidas pela Secretaria requisitante, a contratada ficara obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
7.2 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:
a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.
b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.
c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.
7.2.1 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.
7.3- Para serviços de pintura e chapearia, a garantia mínima será de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo do veículo.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS
8.1- A licitante vencedora dos itens 3, 4, 11 e 12 realizará/custeará o transporte em veículo específico (plataforma), e se responsabilizará a entregá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou outra Unidade.
8.1.1- O transporte poderá ser feito em plataforma de propriedade do CONTRATADO ou este poderá utilizar-se de serviço terceirizado para realização do transporte, ficando sob sua responsabilidade qualquer fato ou prejuízo que dele resultar, ou seja, o contratado é responsável pelos danos causados durante o transporte dos objetos descritos nos itens 3, 4, 11 e 12, bem como por eventuais danos causados a terceiros, desde a retirada do equipamento no local indicado pela CONTRATANTE até sua respectiva entrega.
8.1.2 - No que diz respeito ao deslocamento dos OBJETOS para conserto o CONTRATADO deverá retirar no local indicado pela CONTRATANTE

8.1.3- A Secretaria requisitante poderá indicar funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados.

8.2 - Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não lhe será entregue o veículo.
8.3 Nos demais itens a Secretaria requisitante fará o transporte dos veículos até a sede da licitante vencedora para execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS
9.1 - O órgão requisitante efetuará a solicitação de cada serviço, por escrito, à licitante vencedora, sendo que esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico (mecânico) para análise e possibilidade de manutenção no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).
9.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, após o recebimento de qualquer dos veículos mencionados neste Edital, a licitante vencedora, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, desenvolverá e submeterá, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do equipamento, à aprovação da Administração Municipal, diagnóstico dos serviços a ser realizados e indicará, inclusive, o número de horas- profissional a ser utilizadas, relacionando, ainda, todas as peças e componentes que devem ser substituídos, especificando preços líquidos unitários (já deduzido o desconto oferecido).

9.3 - Qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, somente poderá ser executado após aprovado por parte da Secretaria requisitante através da Ordem de Serviço.
9.4 - A manutenção preventiva, que tem por objetivo garantir a utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente, deverá ser realizada quando o Município julgar conveniente, especialmente antes de saídas para viagens, e executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da entrada do objeto na oficina.
9.5 - O prazo mencionado é fixado para execução de qualquer serviço, com possibilidade de dilatação, comprovada falta de peças de reposição no mercado ou quando aceito pela Administração.
9.6 - Quando comprovada a necessidade de dilatação do prazo, o novo prazo será acertado, por escrito, entre a licitante vencedora e a secretaria solicitante, em cada caso concreto, levando-se em consideração a complexidade dos serviços.
9.7 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do edital/ata/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório, ata e/ou contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ENTREGA
10.1 - Em caso de necessidade de deslocamento, o transporte do objeto será de responsabilidade do CONTRATADO nos itens 3, 4, 11 e 12 conforme subitem 9.1.

10.2 - Quando o Município realizar o transporte dos objetos danificados à sede/oficina da vencedora, responsabilizar-se-á em retirá-lo quando efetivada a manutenção.

10.2.1 - Os serviços deverão ser prestados em local adequado na sede da vencedora, salvo quando a manutenção for realizada "in loco".

10.2.2 - O Município, quando julgar conveniente, e através de servidor indicado, fará o acompanhamento da manutenção, bem como a avaliação dos materiais utilizados.

10.2.3 - Fica aqui estabelecido que o serviço será recebido:

A) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com a especificação;

B) Definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do mesmo e a consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante, a cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, em até 15 (Quinze) dias após a entrega da nota fiscal, condicionados à apresentação de relatório quantitativo e qualitativo inerente a cada objeto, para verificação de conformidade à fiscalização do município. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.
11.2 – Dados Bancários: Banco Viacredi, Agência: 0101-5, Conta Corrente: 1132510-0.
11.3 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.
11.3.1 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.
11.3.2 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.
Obs.: Todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Rio dos Cedros deverão atender as exigências do Decreto Municipal nº 3.480/2023. A partir de uma determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012 e suas alterações, o município deve passar a reter o IR – Imposto de Renda, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. Maiores informações, poderão ser obtidas no link: https://riodoscedros.sc.gov.br/ir-imposto-de-renda/
10.2.3 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO
12.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, ou seja, de 21/06/2024 até 20/06/2025, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
12.2 - Caso o prazo do contrato ultrapasse um ano, a contar da assinatura, o reajuste se dará pelo índice do INPC, referente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
13.1.1. É dever da contratada manter durante a vigência do presente instrumento, e-mail valido, para viabilizar a comunicação entre o CONTRATADO e o Município de Rio dos cedros, para realização de contratos, adendos, notificações, ofícios e demais atos administrativos.
13.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
13.3. Efetuar a entrega do objeto/Prestação dos serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Rio dos Cedros.
13.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
13.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
13.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Rio dos Cedros, conforme quantitativos dos produtos/serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

13.6. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
13.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
13.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor.
13.9. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
13.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
13.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
13.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Rio dos Cedros ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
13.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
14.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei Federal n° 14.133/21.
14.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital.
14.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
14.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
14.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
14.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1 - A prestação dos serviços, a entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Rio dos Cedros, por intermédio dos Fiscais nomeados pela Portaria Municipal n° 311/2024, que acompanharão a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Rio dos Cedros e terá as seguintes atribuições:
a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
c) Assegurar à CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
d) Agir e decidir em nome do Município de Rio dos Cedros, inclusive, para rejeitar a mercadoria fornecida em desacordo com as especificações exigidas.
e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do produto.
f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA.
k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Rio dos Cedros.
l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO
16.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.
16.2 - Os acréscimos e supressões do objeto, quando for formalizado o contrato, observarão o disposto no art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Rio dos Cedros, na entrega da mercadoria/ prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao

interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
18.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
18.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
18.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
18.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
§1º - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
§2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
19.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.460, de 05, de maio de 2023 e, com aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
19.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 - Fica eleito o foro da cidade de Timbó- SC para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
20.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 21 de junho de 2024.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL	EDENILSO DEJALMA SILVA
Jorge Luiz Stolf	Edenilso Dejalma Silva

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69 DE 2024

Publicação Nº 6131410

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 69/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado por Seu Prefeito Municipal Sr. Jorge Luiz Stolf.
CONTRATADA: A empresa MECANICA NRV LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 29.963.745/0001-38, com sede na Rua Oscar Piske, n° 1166, Bairro Nações, Timbó - SC, CEP 89120-000, neste ato representado pelo Sr. Rauli Venceslau, inscrito no CPF sob nº 066.329.109-71.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação dos bens/serviços enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2024, modo de disputa: ABERTO, participação: TODAS AS EMPRESAS, Critério de julgamento: MENOR PREÇO, com autorização constante do Processo Administrativo N.57/2024, homologado em 19 de junho de 2024, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
0.1 – Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 57/2024, seus anexos, a proposta da CONTRATADA datada em 03 de maio de 2024, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1 – Constitui o objeto do presente instrumento o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES", conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 57/2024.
2.2 – A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Rio dos Cedros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
3.1 – Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

Fornecedor: MECANICA NRV LTDA (29.963.745/0001-38)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
5	MÃO DE OBRA ELÉTRICA/ELETRÔNICA PARA VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE.	Não Informado	HORAS	800	R$ 55,00	R$ 44.000,00
13	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO DOS VEÍCULOS E MAQUINAS EM GERAL (LEVES, MÉDIOS E PESADOS)	Não Informado	HORAS	1.000	R$ 111,58	R$ 111.580,00
Total Geral dos Itens:						R$ 155.580,00

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre eles, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS
5.1 - A licitante vencedora, após ser convocada pela Secretaria solicitante, deverá enviar profissional (mecânico) para verificar "in loco", no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a possibilidade de conserto do objeto no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros). Para fins de pagamento, serão contabilizadas apenas as horas trabalhadas na manutenção do veículo.
a) Em caso de serviços não programados (urgência/emergência), a CONTRATADA deverá retirar o veículo em até quatro horas no local indicado pelo Secretário ou Diretor Geral do órgão.
b) No orçamento prévio deverá conter, além do constante no item anterior, a marca, modelo/ano, nº da placa e km atual do veículo.
c) A licitante vencedora deverá executar prioritariamente os serviços solicitados pelo Município, após aprovação do orçamento e emissão da respectiva ordem de execução expedida pela Secretaria solicitante.
d) Os serviços somente serão aceitos se estiverem de acordo com as especificações do fabricante do veículo e/ou as disposições deste Edital.
e) Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção do objeto será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.
f) A licitante vencedora deverá manter ferramental e documentação técnica de apoio necessários aos serviços de manutenção, bem como pessoal de oficina capacitado profissionalmente à prestação dos mesmos.
g) As peças fornecidas pelo Município serão de primeira linha, ficando a contratada obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
h) As peças e componentes de reposição, quando fornecidos e instalados pela contratada, serão obrigatoriamente originais, adequados e novos, ficando por ela garantidos como isentos de qualquer vício ou defeito, por prazo não inferior ao concedido pelo fabricante, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da competente nota fiscal.
i) A licitante vencedora deverá, após a execução dos serviços, devolver todas as peças que forem substituídas, para conferência por servidor responsável indicado pela Secretaria solicitante. O Município não procederá ao pagamento sem a respectiva devolução.
j) A licitante vencedora deverá refazer os serviços que forem recusados por meio de parecer técnico da Secretaria solicitante, sem outras despesas que não as das peças ou materiais não restituídos ou não recuperados anteriormente.
k) Fornecer, quando o serviço tiver que ser executado na sede do prestador, área coberta, protegida e segura, em estrutura metálica, piso em cimento acabado ou de qualidade superior destinada exclusivamente aos serviços de oficina;
l) A licitante vencedora deverá credenciar prepostos para representá-la junto ao município, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto licitado.

m) A licitante vencedora deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos do Município, sempre que este julgar necessário, porém, a fiscalização do Município não isenta a licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.
n) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela integridade dos veículos de propriedade do município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do município.
o) Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

p) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados e/ou equipamentos, causados a terceiros e ao Município, em caso de acidentes de trânsito e de trabalho.
q) O município poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamento dos encargos previdenciários para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/95.
r) Os serviços executados pela contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota fiscal de serviços, e de materiais quando ele for o fornecedor.
s) Faculta-se ao município checar, junto aos fabricantes, os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
t) A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para o município e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
u) A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao município, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
v) A licitante vencedora deverá sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município.
w) Entregar os veículos limpos, interna e externamente, e aspirados, quando for o caso, após a execução dos serviços.
x) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
a) Comunicar imediatamente a Administração qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS
6.1 - O Município reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na oficina da Secretaria de Infraestrutura, remetendo à manutenção ora licitada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo Município.
6.2 - A licitante vencedora deverá executar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços em sede própria, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a licitante apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do município.
6.2.1 – Exceto para o item 10 do presente edital onde toda a prestação do serviço deverá ser em Loco na Oficina da Contratante.
6.3 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.
6.4 - O fornecimento de peças de que trata este termo fica condicionado à análise e aprovação do orçamento ao Setor Requisitante, podendo este, proceder à aquisição por outro fornecedor, desde que com valor inferior ao apresentado pela licitante.
6.4.1 – A CONTRATADA deverá Fornecer no mínimo 02 orçamentos prévios das peças solicitadas, obedecendo ao desconto concedido sobre a tabela de peças ao consumidor da concessionária autorizada, em papel timbrado, datado, carimbado e assinado por representante legal, efetuados no mercado com a real comprovação de melhor preço de mercado, para confrontar com o orçamento feito pela Secretaria requisitante da prefeitura de Rio dos Cedros, sendo obrigado a fazer a compra onde for detectado o menor valor das peças.
6.4.2 - Excepcionalmente, quando o serviço for de caráter emergencial e vir a ser realizado após o horário de expediente, e não houver servidor do Setor de Compras disponível para análise e aprovação do orçamento, poderá ser realizada manutenção com substituição/fornecimento de peça, desde que comprovada a situação emergencial, considerados preços de mercado para fins de pagamento.
5.3.3 - A empresa executora deverá apresentar relatório de todos os serviços executados, tempo, peças utilizadas e mão de obra aplicada no conserto.
5.3.4 - A empresa executora deverá prestar no orçamento prévio todas as informações das peças e materiais danificados, a fim de possibilitar a realização de orçamento com terceiro.
5.3.5 - No ato do recebimento do automóvel, a oficina deverá emitir, imediatamente, o termo de recebimento, o qual constará informações sobre as condições gerais do veículo, quanto à chaparia e pintura, estofamentos, quilometragem, acessórios, condições dos pneus, quantidade de combustível e os itens de segurança (extintor, triângulo, macaco hidráulico, chave de roda e estepe).

CLÁUSULA SÉTIMA- GARANTIA DOS SERVIÇOS
7.1 - O período de garantia dos serviços ofertados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
7.1.1 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.
7.1.2 - Faculta-se à Secretaria requisitante averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
7.1.3 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
7.1.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue à Secretaria requisitante, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
7.1.5 - Quando as peças forem fornecidas pela Secretaria requisitante, a contratada ficara obrigada a prestar garantia sobre os serviços

executados.
7.2 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:
a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.
b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.
c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.
7.2.1 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.

7.3- Para serviços de pintura e chapearia, a garantia mínima será de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo do veículo.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS
8.1- A licitante vencedora dos itens 3, 4, 11 e 12 realizará/custeará o transporte em veículo específico (plataforma), e se responsabilizará a entregá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou outra Unidade.
8.1.1- O transporte poderá ser feito em plataforma de propriedade do CONTRATADO ou este poderá utilizar-se de serviço terceirizado para realização do transporte, ficando sob sua responsabilidade qualquer fato ou prejuízo que dele resultar, ou seja, o contratado é responsável pelos danos causados durante o transporte dos objetos descritos nos itens 3, 4, 11 e 12, bem como por eventuais danos causados a terceiros, desde a retirada do equipamento no local indicado pela CONTRATANTE até sua respectiva entrega.
8.1.2 - No que diz respeito ao deslocamento dos OBJETOS para conserto o CONTRATADO deverá retirar no local indicado pela CONTRATANTE

8.1.3- A Secretaria requisitante poderá indicar funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados.

8.2 - Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não lhe será entregue o veículo.
8.3 Nos demais itens a Secretaria requisitante fará o transporte dos veículos até a sede da licitante vencedora para execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS
9.1 - O órgão requisitante efetuará a solicitação de cada serviço, por escrito, à licitante vencedora, sendo que esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico (mecânico) para análise e possibilidade de manutenção no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).
9.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, após o recebimento de qualquer dos veículos mencionados neste Edital, a licitante vencedora, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, desenvolverá e submeterá, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do equipamento, à aprovação da Administração Municipal, diagnóstico dos serviços a ser realizados e indicará, inclusive, o número de horas- profissional a ser utilizadas, relacionando, ainda, todas as peças e componentes que devem ser substituídos, especificando preços líquidos unitários (já deduzido o desconto oferecido).
9.3 - Qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, somente poderá ser executado após aprovado por parte da Secretaria requisitante através da Ordem de Serviço.
9.4 - A manutenção preventiva, que tem por objetivo garantir a utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente, deverá ser realizada quando o Município julgar conveniente, especialmente antes de saídas para viagens, e executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da entrada do objeto na oficina.

9.5 - O prazo mencionado é fixado para execução de qualquer serviço, com possibilidade de dilatação, comprovada falta de peças de reposição no mercado ou quando aceito pela Administração.
9.6 - Quando comprovada a necessidade de dilatação do prazo, o novo prazo será acertado, por escrito, entre a licitante vencedora e a secretaria solicitante, em cada caso concreto, levando-se em consideração a complexidade dos serviços.
9.7 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do edital/ata/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório, ata e/ou contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ENTREGA
10.1 - Em caso de necessidade de deslocamento, o transporte do objeto será de responsabilidade do CONTRATADO nos itens 3, 4, 11 e 12 conforme subitem 9.1.

10.2 - Quando o Município realizar o transporte dos objetos danificados à sede/oficina da vencedora, responsabilizar-se-á em retirá-lo quando efetivada a manutenção.

10.2.1 - Os serviços deverão ser prestados em local adequado na sede da vencedora, salvo quando a manutenção for realizada "in loco".

10.2.2 - O Município, quando julgar conveniente, e através de servidor indicado, fará o acompanhamento da manutenção, bem como a avaliação dos materiais utilizados.

10.2.3 - Fica aqui estabelecido que o serviço será recebido:

A) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com a especificação;

B) Definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do mesmo e a consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante, a cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, em até 15 (Quinze) dias após a entrega da nota fiscal, condicionados à apresentação de relatório quantitativo e qualitativo inerente a cada objeto, para verificação de conformidade à fiscalização do município. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.
11.2 – Dados Bancários: Banco Vicaredi, Agência: 0101, Conta Corrente: 1123716-3.
11.3 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.
11.3.1 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.
11.3.2 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.
Obs.: Todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Rio dos Cedros deverão atender as exigências do Decreto Municipal n° 3.480/2023. A partir de uma determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012 e suas alterações, o município deve passar a reter o IR – Imposto de Renda, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. Maiores informações, poderão ser obtidas no link: https://riodoscedros.sc.gov.br/ir-imposto-de-renda/

10.2.3 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO
12.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, ou seja, de 21/06/2024 até 20/06/2025, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
12.2 - Caso o prazo do contrato ultrapasse um ano, a contar da assinatura, o reajuste se dará pelo índice do INPC, referente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
13.1.1. É dever da contratada manter durante a vigência do presente instrumento, e-mail valido, para viabilizar a comunicação entre o CONTRATADO e o Município de Rio dos cedros, para realização de contratos, adendos, notificações, ofícios e demais atos administrativos.
13.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
13.3. Efetuar a entrega do objeto/Prestação dos serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Rio dos Cedros.
13.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
13.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
13.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Rio dos Cedros, conforme quantitativos dos produtos/serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
13.6. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

13.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
13.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor.
13.9. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
13.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
13.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
13.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Rio dos Cedros ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
13.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
14.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei Federal n° 14.133/21.
14.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital.
14.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
14.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
14.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

14.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1 - A prestação dos serviços, a entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Rio dos Cedros, por intermédio dos Fiscais nomeados pela Portaria Municipal n° 311/2024, que acompanharão a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Rio dos Cedros e terá as seguintes atribuições:
a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
c) Assegurar à CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
d) Agir e decidir em nome do Município de Rio dos Cedros, inclusive, para rejeitar a mercadoria fornecida em desacordo com as especificações exigidas.
e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do produto.
f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA.
k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Rio dos Cedros.
l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO
16.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.
16.2 - Os acréscimos e supressões do objeto, quando for formalizado o contrato, observarão o disposto no art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Rio dos Cedros, na entrega da mercadoria/ prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
18.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
18.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
18.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa

aceitável;
18.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
§1º - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
§2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
19.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.460, de 05, de maio de 2023 e, com aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
19.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 - Fica eleito o foro da cidade de Timbó- SC para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
20.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 21 de junho de 2024.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL	MECANICA NRV LTDA
Jorge Luiz Stolf	Rauli Venceslau

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70 DE 2024

Publicação Nº 6131416

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 70/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado por Seu Prefeito Municipal Sr. Jorge Luiz Stolf.
CONTRATADA: A empresa PACHER REPAROS AUTOMOTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.248.764/0001-12, com sede na Rua Papanduva, n° 80, Bairro Quintino, Timbó - SC, CEP 89120-000, neste ato representado pelo Sr. Marcelo Pacher, inscrito no CPF sob nº 038.734.979-05.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação dos bens/serviços enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2024, modo de disputa: ABERTO, participação: TODAS AS EMPRESAS, Critério de julgamento: MENOR PREÇO, com autorização constante do Processo Administrativo N.57/2024, homologado em 19 de junho de 2024, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
0.1 – Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 57/2024, seus anexos, a proposta da CONTRATADA datada em 03 de maio de 2024, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1 – Constitui o objeto do presente instrumento o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES", conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 57/2024.
2.2 – A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Rio dos Cedros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
3.1 – Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

Fornecedor: PACHER REPAROS AUTOMOTIVOS LTDA (34.248.764/0001-12)

Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
8	MÃO DE OBRA FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE.	Não Informado	HORAS	1.200	R$ 90,00	R$ 108.000,00
Total Geral dos Itens:						R$ 108.000,00

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre eles, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS
5.1 - A licitante vencedora, após ser convocada pela Secretaria solicitante, deverá enviar profissional (mecânico) para verificar "in loco", no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a possibilidade de conserto do objeto no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros). Para fins de pagamento, serão contabilizadas apenas as horas trabalhadas na manutenção do veículo.
a) Em caso de serviços não programados (urgência/emergência), a CONTRATADA deverá retirar o veículo em até quatro horas no local indicado pelo Secretário ou Diretor Geral do órgão.
b) No orçamento prévio deverá conter, além do constante no item anterior, a marca, modelo/ano, nº da placa e km atual do veículo.
c) A licitante vencedora deverá executar prioritariamente os serviços solicitados pelo Município, após aprovação do orçamento e emissão da respectiva ordem de execução expedida pela Secretaria solicitante.
d) Os serviços somente serão aceitos se estiverem de acordo com as especificações do fabricante do veículo e/ou as disposições deste Edital.
e) Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção do objeto será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.
f) A licitante vencedora deverá manter ferramental e documentação técnica de apoio necessários aos serviços de manutenção, bem como pessoal de oficina capacitado profissionalmente à prestação dos mesmos.
g) As peças fornecidas pelo Município serão de primeira linha, ficando a contratada obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
h) As peças e componentes de reposição, quando fornecidos e instalados pela contratada, serão obrigatoriamente originais, adequados e novos, ficando por ela garantidos como isentos de qualquer vício ou defeito, por prazo não inferior ao concedido pelo fabricante, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da competente nota fiscal.
i) A licitante vencedora deverá, após a execução dos serviços, devolver todas as peças que forem substituídas, para conferência por servidor responsável indicado pela Secretaria solicitante. O Município não procederá ao pagamento sem a respectiva devolução.
j) A licitante vencedora deverá refazer os serviços que forem recusados por meio de parecer técnico da Secretaria solicitante, sem outras despesas que não as das peças ou materiais não restituídos ou não recuperados anteriormente.
k) Fornecer, quando o serviço tiver que ser executado na sede do prestador, área coberta, protegida e segura, em estrutura metálica, piso em cimento acabado ou de qualidade superior destinada exclusivamente aos serviços de oficina;
l) A licitante vencedora deverá credenciar prepostos para representá-la junto ao município, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto licitado.
m) A licitante vencedora deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos do Município, sempre que este julgar necessário, porém, a fiscalização do Município não isenta a licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.
n) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela integridade dos veículos de propriedade do município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do município.
o) Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.
p) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados e/ou equipamentos, causados a terceiros e ao Município, em caso de acidentes de trânsito e de trabalho.
q) O município poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamento dos encargos previdenciários para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/95.

r) Os serviços executados pela contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota fiscal de serviços, e de materiais quando ele for o fornecedor.
s) Faculta-se ao município checar, junto aos fabricantes, os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
t) A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para o município e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.

u) A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao município, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
v) A licitante vencedora deverá sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município.
w) Entregar os veículos limpos, interna e externamente, e aspirados, quando for o caso, após a execução dos serviços.
x) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
a) Comunicar imediatamente a Administração qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS
6.1 - O Município reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na oficina da Secretaria de Infraestrutura, remetendo à manutenção ora licitada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo Município.
6.2 - A licitante vencedora deverá executar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços em sede própria, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a licitante apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do município.
6.2.1 – Exceto para o item 10 do presente edital onde toda a prestação do serviço deverá ser em Loco na Oficina da Contratante.
6.3 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.
6.4 - O fornecimento de peças de que trata este termo fica condicionado à análise e aprovação do orçamento ao Setor Requisitante, podendo este, proceder à aquisição por outro fornecedor, desde que com valor inferior ao apresentado pela licitante.
6.4.1 – A CONTRATADA deverá Fornecer no mínimo 02 orçamentos prévios das peças solicitadas, obedecendo ao desconto concedido sobre a tabela de peças ao consumidor da concessionária autorizada, em papel timbrado, datado, carimbado e assinado por representante legal, efetuados no mercado com a real comprovação de melhor preço de mercado, para confrontar com o orçamento feito pela Secretaria requisitante da prefeitura de Rio dos Cedros, sendo obrigado a fazer a compra onde for detectado o menor valor das peças.
6.4.2 - Excepcionalmente, quando o serviço for de caráter emergencial e vir a ser realizado após o horário de expediente, e não houver servidor do Setor de Compras disponível para análise e aprovação do orçamento, poderá ser realizada manutenção com substituição/fornecimento de peça, desde que comprovada a situação emergencial, considerados preços de mercado para fins de pagamento.
5.3.3 - A empresa executora deverá apresentar relatório de todos os serviços executados, tempo, peças utilizadas e mão de obra aplicada no conserto.

5.3.4 - A empresa executora deverá prestar no orçamento prévio todas as informações das peças e materiais danificados, a fim de possibilitar a realização de orçamento com terceiro.

5.3.5 - No ato do recebimento do automóvel, a oficina deverá emitir, imediatamente, o termo de recebimento, o qual constará informações sobre as condições gerais do veículo, quanto à chaparia e pintura, estofamentos, quilometragem, acessórios, condições dos pneus, quantidade de combustível e os itens de segurança (extintor, triângulo, macaco hidráulico, chave de roda e estepe).

CLÁUSULA SÉTIMA- GARANTIA DOS SERVIÇOS
7.1 - O período de garantia dos serviços ofertados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
7.1.1 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.
7.1.2 - Faculta-se à Secretaria requisitante averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
7.1.3 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
7.1.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue à Secretaria requisitante, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
7.1.5 - Quando as peças forem fornecidas pela Secretaria requisitante, a contratada ficara obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
7.2 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:
a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.
b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.
c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.
7.2.1 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.
7.3- Para serviços de pintura e chapearia, a garantia mínima será de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo do veículo.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS
8.1- A licitante vencedora dos itens 3, 4, 11 e 12 realizará/custeará o transporte em veículo específico (plataforma), e se responsabilizará a entregá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou outra Unidade.
8.1.1- O transporte poderá ser feito em plataforma de propriedade do CONTRATADO ou este poderá utilizar-se de serviço terceirizado para

realização do transporte, ficando sob sua responsabilidade qualquer fato ou prejuízo que dele resultar, ou seja, o contratado é responsável pelos danos causados durante o transporte dos objetos descritos nos itens 3, 4, 11 e 12, bem como por eventuais danos causados a terceiros, desde a retirada do equipamento no local indicado pela CONTRATANTE até sua respectiva entrega.
8.1.2 - No que diz respeito ao deslocamento dos OBJETOS para conserto o CONTRATADO deverá retirar no local indicado pela CONTRATANTE

8.1.3- A Secretaria requisitante poderá indicar funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados.

8.2 - Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não lhe será entregue o veículo.
8.3 Nos demais itens a Secretaria requisitante fará o transporte dos veículos até a sede da licitante vencedora para execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS
9.1 - O órgão requisitante efetuará a solicitação de cada serviço, por escrito, à licitante vencedora, sendo que esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico (mecânico) para análise e possibilidade de manutenção no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).
9.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, após o recebimento de qualquer dos veículos mencionados neste Edital, a licitante vencedora, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, desenvolverá e submeterá, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do equipamento, à aprovação da Administração Municipal, diagnóstico dos serviços a ser realizados e indicará, inclusive, o número de horas- profissional a ser utilizadas, relacionando, ainda, todas as peças e componentes que devem ser substituídos, especificando preços líquidos unitários (já deduzido o desconto oferecido).
9.3 - Qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, somente poderá ser executado após aprovado por parte da Secretaria requisitante através da Ordem de Serviço.
9.4 - A manutenção preventiva, que tem por objetivo garantir a utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente, deverá ser realizada quando o Município julgar conveniente, especialmente antes de saídas para viagens, e executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da entrada do objeto na oficina.
9.5 - O prazo mencionado é fixado para execução de qualquer serviço, com possibilidade de dilatação, comprovada falta de peças de reposição no mercado ou quando aceito pela Administração.
9.6 - Quando comprovada a necessidade de dilatação do prazo, o novo prazo será acertado, por escrito, entre a licitante vencedora e a secretaria solicitante, em cada caso concreto, levando-se em consideração a complexidade dos serviços.
9.7 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do edital/ata/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório, ata e/ou contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ENTREGA
10.1 - Em caso de necessidade de deslocamento, o transporte do objeto será de responsabilidade do CONTRATADO nos itens 3, 4, 11 e 12 conforme subitem 9.1.

10.2 - Quando o Município realizar o transporte dos objetos danificados à sede/oficina da vencedora, responsabilizar-se-á em retirá-lo quando efetivada a manutenção.

10.2.1 - Os serviços deverão ser prestados em local adequado na sede da vencedora, salvo quando a manutenção for realizada "in loco".

10.2.2 - O Município, quando julgar conveniente, e através de servidor indicado, fará o acompanhamento da manutenção, bem como a avaliação dos materiais utilizados.

10.2.3 - Fica aqui estabelecido que o serviço será recebido:

A) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com a especificação;

B) Definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do mesmo e a consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante, a cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, em até 15 (Quinze) dias após a entrega da nota fiscal, condicionados à apresentação de relatório quantitativo e qualitativo inerente a cada objeto, para verificação de conformidade à fiscalização do município. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.
11.2 – Dados Bancários: Banco Viacredi, Agência: 0101-5, Conta Corrente: 1081973-8.
11.3 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.
11.3.1 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.
11.3.2 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.
Obs.: Todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Rio dos Cedros deverão atender as exigências do Decreto Municipal n° 3.480/2023. A partir de uma determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012 e suas alterações, o município deve passar a reter o IR – Imposto de Renda, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. Maiores informações, poderão ser obtidas no link: https://riodoscedros.sc.gov.br/ir-imposto-de-renda/
10.2.3 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura e Fundo

Municipal de Saúde de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO
12.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, ou seja, de 21/06/2024 até 20/06/2025, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
12.2 - Caso o prazo do contrato ultrapasse um ano, a contar da assinatura, o reajuste se dará pelo índice do INPC, referente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
13.1.1. É dever da contratada manter durante a vigência do presente instrumento, e-mail valido, para viabilizar a comunicação entre o CONTRATADO e o Município de Rio dos cedros, para realização de contratos, adendos, notificações, ofícios e demais atos administrativos.
13.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
13.3. Efetuar a entrega do objeto/Prestação dos serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Rio dos Cedros.
13.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
13.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
13.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Rio dos Cedros, conforme quantitativos dos produtos/serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
13.6. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
13.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
13.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor.

13.9. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
13.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
13.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
13.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Rio dos Cedros ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
13.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
14.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei Federal n° 14.133/21.
14.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital.
14.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
14.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
14.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
14.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1 - A prestação dos serviços, a entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Rio dos Cedros, por intermédio dos Fiscais nomeados pela Portaria Municipal n° 311/2024, que acompanharão a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Rio dos Cedros e terá as seguintes atribuições:
a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
c) Assegurar à CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
d) Agir e decidir em nome do Município de Rio dos Cedros, inclusive, para rejeitar a mercadoria fornecida em desacordo com as especificações exigidas.
e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do produto.
f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA.
k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Rio dos Cedros.
l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO
16.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.2 - Os acréscimos e supressões do objeto, quando for formalizado o contrato, observarão o disposto no art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Rio dos Cedros, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
18.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
18.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
18.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
18.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
§1º - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
§2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
19.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.460, de 05, de maio de 2023 e, com aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
19.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 - Fica eleito o foro da cidade de Timbó- SC para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
20.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 21 de junho de 2024.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL PACHER REPAROS AUTOMOTIVOS LTDA
Jorge Luiz Stolf Marcelo Pacher

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71 DE 2024

Publicação Nº 6131421

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 71/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado por Seu Prefeito Municipal Sr. Jorge Luiz Stolf.
CONTRATADA: A empresa PR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E IMPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.174.440/0001-84, com sede na Rodovia BR 470, n° 7887, Galpão 02 E, Bairro Tribess, Blumenau - SC, CEP 89.056-600, neste ato representado pelo Sr. Anderson Tome da Silva, inscrito no CPF sob nº 050.859.319-04.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação dos bens/serviços enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2024, modo de disputa: ABERTO, participação: TODAS AS EMPRESAS, Critério de julgamento: MENOR PREÇO, com autorização constante do Processo Administrativo N.57/2024, homologado em 19 de junho de 2024, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO
0.1 – Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 57/2024, seus anexos, a proposta da CONTRATADA datada em 03 de maio de 2024, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1 – Constitui o objeto do presente instrumento o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES", conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 57/2024.
2.2 – A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.
PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Rio dos Cedros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
3.1 – Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

Fornecedor: PR COMERCIO DE AUTO PECAS E IMPORTADORA LTDA (28.174.440/0001-84)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
9	MÃO DE OBRA FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA CAMINHOES E ONIBUS	própria	HORAS	800	R$ 107,36	R$ 85.888,00
10	MÃO DE OBRA FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA MAQUINÁRIO EM GERAL	própria	HORAS	800	R$ 114,69	R$ 91.752,00
Total Geral dos Itens:						R$ 177.640,00

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre eles, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS
5.1 - A licitante vencedora, após ser convocada pela Secretaria solicitante, deverá enviar profissional (mecânico) para verificar "in loco", no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a possibilidade de conserto do objeto no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá

apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros). Para fins de pagamento, serão contabilizadas apenas as horas trabalhadas na manutenção do veículo.
a) Em caso de serviços não programados (urgência/emergência), a CONTRATADA deverá retirar o veículo em até quatro horas no local indicado pelo Secretário ou Diretor Geral do órgão.
b) No orçamento prévio deverá conter, além do constante no item anterior, a marca, modelo/ano, nº da placa e km atual do veículo.
c) A licitante vencedora deverá executar prioritariamente os serviços solicitados pelo Município, após aprovação do orçamento e emissão da respectiva ordem de execução expedida pela Secretaria solicitante.
d) Os serviços somente serão aceitos se estiverem de acordo com as especificações do fabricante do veículo e/ou as disposições deste Edital.
e) Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção do objeto será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.
f) A licitante vencedora deverá manter ferramental e documentação técnica de apoio necessários aos serviços de manutenção, bem como pessoal de oficina capacitado profissionalmente à prestação dos mesmos.
g) As peças fornecidas pelo Município serão de primeira linha, ficando a contratada obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
h) As peças e componentes de reposição, quando fornecidos e instalados pela contratada, serão obrigatoriamente originais, adequados e novos, ficando por ela garantidos como isentos de qualquer vício ou defeito, por prazo não inferior ao concedido pelo fabricante, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da competente nota fiscal.
i) A licitante vencedora deverá, após a execução dos serviços, devolver todas as peças que forem substituídas, para conferência por servidor responsável indicado pela Secretaria solicitante. O Município não procederá ao pagamento sem a respectiva devolução.
j) A licitante vencedora deverá refazer os serviços que forem recusados por meio de parecer técnico da Secretaria solicitante, sem outras despesas que não as das peças ou materiais não restituídos ou não recuperados anteriormente.
k) Fornecer, quando o serviço tiver que ser executado na sede do prestador, área coberta, protegida e segura, em estrutura metálica, piso em cimento acabado ou de qualidade superior destinada exclusivamente aos serviços de oficina;
l) A licitante vencedora deverá credenciar prepostos para representá-la junto ao município, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto licitado.
m) A licitante vencedora deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos do Município, sempre que este julgar necessário, porém, a fiscalização do Município não isenta a licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.
n) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela integridade dos veículos de propriedade do município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do município.
o) Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

p) A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados e/ou equipamentos, causados a terceiros e ao Município, em caso de acidentes de trânsito e de trabalho.
q) O município poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamento dos encargos previdenciários para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/95.
r) Os serviços executados pela contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota fiscal de serviços, e de materiais quando ele for o fornecedor.
s) Faculta-se ao município checar, junto aos fabricantes, os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
t) A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para o município e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
u) A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao município, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
v) A licitante vencedora deverá sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município.
w) Entregar os veículos limpos, interna e externamente, e aspirados, quando for o caso, após a execução dos serviços.
x) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
a) Comunicar imediatamente a Administração qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS
6.1 - O Município reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na oficina da Secretaria de Infraestrutura, remetendo à manutenção ora licitada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo Município.
6.2 - A licitante vencedora deverá executar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços em sede própria, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a licitante apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do município.
6.2.1 – Exceto para o item 10 do presente edital onde toda a prestação do serviço deverá ser em Loco na Oficina da Contratante.
6.3 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.
6.4 - O fornecimento de peças de que trata este termo fica condicionado à análise e aprovação do orçamento ao Setor Requisitante, podendo este, proceder à aquisição por outro fornecedor, desde que com valor inferior ao apresentado pela licitante.
6.4.1 – A CONTRATADA deverá Fornecer no mínimo 02 orçamentos prévios das peças solicitadas, obedecendo ao desconto concedido sobre a tabela de peças ao consumidor da concessionária autorizada, em papel timbrado, datado, carimbado e assinado por representante legal,

efetuados no mercado com a real comprovação de melhor preço de mercado, para confrontar com o orçamento feito pela Secretaria requisitante da prefeitura de Rio dos Cedros, sendo obrigado a fazer a compra onde for detectado o menor valor das peças.
6.4.2 - Excepcionalmente, quando o serviço for de caráter emergencial e vir a ser realizado após o horário de expediente, e não houver servidor do Setor de Compras disponível para análise e aprovação do orçamento, poderá ser realizada manutenção com substituição/fornecimento de peça, desde que comprovada a situação emergencial, considerados preços de mercado para fins de pagamento.
5.3.3 - A empresa executora deverá apresentar relatório de todos os serviços executados, tempo, peças utilizadas e mão de obra aplicada no conserto.
5.3.4 - A empresa executora deverá prestar no orçamento prévio todas as informações das peças e materiais danificados, a fim de possibilitar a realização de orçamento com terceiro.
5.3.5 - No ato do recebimento do automóvel, a oficina deverá emitir, imediatamente, o termo de recebimento, o qual constará informações sobre as condições gerais do veículo, quanto à chaparia e pintura, estofamentos, quilometragem, acessórios, condições dos pneus, quantidade de combustível e os itens de segurança (extintor, triângulo, macaco hidráulico, chave de roda e estepe).

CLÁUSULA SÉTIMA- GARANTIA DOS SERVIÇOS
7.1 - O período de garantia dos serviços ofertados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
7.1.1 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.
7.1.2 - Faculta-se à Secretaria requisitante averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
7.1.3 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
7.1.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue à Secretaria requisitante, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
7.1.5 - Quando as peças forem fornecidas pela Secretaria requisitante, a contratada ficara obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
7.2 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:
a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.
b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.
c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.
7.2.1 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.

7.3- Para serviços de pintura e chapearia, a garantia mínima será de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo do veículo.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS
8.1- A licitante vencedora dos itens 3, 4, 11 e 12 realizará/custeará o transporte em veículo específico (plataforma), e se responsabilizará a entregá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou outra Unidade.
8.1.1- O transporte poderá ser feito em plataforma de propriedade do CONTRATADO ou este poderá utilizar-se de serviço terceirizado para realização do transporte, ficando sob sua responsabilidade qualquer fato ou prejuízo que dele resultar, ou seja, o contratado é responsável pelos danos causados durante o transporte dos objetos descritos nos itens 3, 4, 11 e 12, bem como por eventuais danos causados a terceiros, desde a retirada do equipamento no local indicado pela CONTRATANTE até sua respectiva entrega.
8.1.2 - No que diz respeito ao deslocamento dos OBJETOS para conserto o CONTRATADO deverá retirar no local indicado pela CONTRATANTE

8.1.3- A Secretaria requisitante poderá indicar funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados.

8.2 - Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não lhe será entregue o veículo.
8.3 Nos demais itens a Secretaria requisitante fará o transporte dos veículos até a sede da licitante vencedora para execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS
9.1 - O órgão requisitante efetuará a solicitação de cada serviço, por escrito, à licitante vencedora, sendo que esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico (mecânico) para análise e possibilidade de manutenção no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).
9.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, após o recebimento de qualquer dos veículos mencionados neste Edital, a licitante vencedora, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, desenvolverá e submeterá, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do equipamento, à aprovação da Administração Municipal, diagnóstico dos serviços a ser realizados e indicará, inclusive, o número de horas- profissional a ser utilizadas, relacionando, ainda, todas as peças e componentes que devem ser substituídos, especificando preços líquidos unitários (já deduzido o desconto oferecido).

9.3 - Qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, somente poderá ser executado após aprovado por parte da Secretaria requisitante através da Ordem de Serviço.
9.4 - A manutenção preventiva, que tem por objetivo garantir a utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente, deverá ser realizada quando o Município julgar conveniente, especialmente antes de saídas para viagens, e executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da entrada do objeto na oficina.

9.5 - O prazo mencionado é fixado para execução de qualquer serviço, com possibilidade de dilatação, comprovada falta de peças de reposição no mercado ou quando aceito pela Administração.
9.6 - Quando comprovada a necessidade de dilatação do prazo, o novo prazo será acertado, por escrito, entre a licitante vencedora e a secretaria solicitante, em cada caso concreto, levando-se em consideração a complexidade dos serviços.
9.7 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do edital/ata/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório, ata e/ou contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA ENTREGA
10.1 - Em caso de necessidade de deslocamento, o transporte do objeto será de responsabilidade do CONTRATADO nos itens 3, 4, 11 e 12 conforme subitem 9.1.

10.2 - Quando o Município realizar o transporte dos objetos danificados à sede/oficina da vencedora, responsabilizar-se-á em retirá-lo quando efetivada a manutenção.

10.2.1 - Os serviços deverão ser prestados em local adequado na sede da vencedora, salvo quando a manutenção for realizada "in loco".

10.2.2 - O Município, quando julgar conveniente, e através de servidor indicado, fará o acompanhamento da manutenção, bem como a avaliação dos materiais utilizados.

10.2.3 - Fica aqui estabelecido que o serviço será recebido:

A) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com a especificação;

B) Definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do mesmo e a consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante, a cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, em até 15 (Quinze) dias após a entrega da nota fiscal, condicionados à apresentação de relatório quantitativo e qualitativo inerente a cada objeto, para verificação de conformidade à fiscalização do município. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.
11.2 – Dados Bancários: Banco Bradesco, Agência: 1150, Conta Corrente: 12342-0.
11.3 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.
11.3.1 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.
11.3.2 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.
Obs.: Todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Rio dos Cedros deverão atender as exigências do Decreto Municipal nº 3.480/2023. A partir de uma determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012 e suas alterações, o município deve passar a reter o IR – Imposto de Renda, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. Maiores informações, poderão ser obtidas no link: https://riodoscedros.sc.gov.br/ir-imposto-de-renda/

10.2.3 - Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o Município correrão a conta do orçamento 2024/2025 da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO
12.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, ou seja, de 21/06/2024 até 20/06/2025, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
12.2 - Caso o prazo do contrato ultrapasse um ano, a contar da assinatura, o reajuste se dará pelo índice do INPC, referente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
13.1.1. É dever da contratada manter durante a vigência do presente instrumento, e-mail valido, para viabilizar a comunicação entre o CONTRATADO e o Município de Rio dos cedros, para realização de contratos, adendos, notificações, ofícios e demais atos administrativos.
13.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
13.3. Efetuar a entrega do objeto/Prestação dos serviços licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Rio dos Cedros.
13.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
13.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
13.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo

Município de Rio dos Cedros, conforme quantitativos dos produtos/serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
13.6. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

13.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
13.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor.
13.9. Durante o prazo de garantia, o fornecedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
13.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.
13.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
13.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Rio dos Cedros ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
13.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
14.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei Federal n° 14.133/21.
14.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital.
14.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
14.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
14.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
14.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1 - A prestação dos serviços, a entrega dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Rio dos Cedros, por intermédio dos Fiscais nomeados pela Portaria Municipal n° 311/2024, que acompanharão a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Rio dos Cedros e terá as seguintes atribuições:
a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
c) Assegurar à CONTRATADA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
d) Agir e decidir em nome do Município de Rio dos Cedros, inclusive, para rejeitar a mercadoria fornecida em desacordo com as especificações exigidas.
e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do produto.
f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA.
k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Rio dos Cedros.
l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO
16.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.
16.2 - Os acréscimos e supressões do objeto, quando for formalizado o contrato, observarão o disposto no art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Rio dos Cedros, na entrega da mercadoria/ prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar

a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
18.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
18.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;
18.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
18.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
§1º - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
§2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
19.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.460, de 05, de maio de 2023 e, com aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
19.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 - Fica eleito o foro da cidade de Timbó- SC para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
20.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 21 de junho de 2024.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL	PR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E IMPORTADORA LTDA
Jorge Luiz Stolf	Anderson Tome da Silva

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042, DE 30 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 6132786

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42, DE 27 DE JUNHO DE 2023.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2023.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL

Primeiro Termo aditivo ao contrato Administrativo acima mencionado que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, n.205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado pela Secretaria de Educação, Senhora JOANITA ODORIZZI GRANDE, doravante denominado apenas de CONTRATANTE, e, de outro, VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Estrada Geral Rio Rosina (RCD 418), s/n, Localidade de Rio Rosina, em Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 11.664.269/0001-99, neste ato

representada por VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 674.089.829-49, portador da cédula de identidade nº 4031845, expedida pela SSP/SC, com endereço profissional junto à pessoa jurídica representada, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar Contrato, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, aditar o CONTRATO ADMINISTATIVO 42/2023, tudo de conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2023, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS JUSTIFICATIVAS E FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Considerando que o instrumento original tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL, à Administração Pública Municipal, conforme descrição, condições e preços constantes dos itens descritos na proposta comercial apresentada, em conformidade com o disposto na Lei 10.520/2002 e a Lei de licitações 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista as necessidades do município na continuidade da prestação dos serviços, atrelado ao que dispõe o disposto na Cláusula Nona do contrato, quanto à possibilidade de prorrogação através de termo aditivo e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como a previsão de reajuste inserto na Clausula Oitava do referido Contrato, firmam o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE

2.1 Em decorrência da justificativa e fundamento legal mencionados na cláusula anterior, ficam prorrogados os prazos de vigência do contrato originário até 30/06/2025.

2.2 Tendo em vista o contrato de prestação de serviço ter atingido lapso temporal de 12 meses quando de sua renovação, fica o mesmo reajustado de acordo com o INPC acumulado nos últimos 12 meses, disponível quando da renovação, sendo devido à Contratada o reajuste de 3,34%.

LOTE 02 - REGIÃO SERRANA - RIO BONITO						
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor (Unitário) em R$	Valor (Unitário) Atualizado em R$	Cotação Máxima em
1	32.750	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR COM VEICULO MICRO-ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 PASSAGEIROS, PERCURSO: RIO BONITO/ RCD 405/RCD 415/RCD 416/RCD 417/RCD 466, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO	R$ 6,25	R$ 6,46	R$ 211.565,00
Valor Total Do Lote 02					R$ 211.565,00	

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS
A prestação dos serviços constantes deste instrumento observará obrigatoriamente todos os detalhamentos, valores/preços de referência, condições, descrições e demais disposições estabelecidas no pregão eletrônico nº 34/2023, Termo de Referência, Anexos do presente instrumento e aquelas estabelecidas pelo MUNICÍPIO.
Esta prestação de serviços abrange a execução, pela CONTRATADA, de todos os serviços/atos/procedimentos que se fizerem necessários ao pleno, total e integral cumprimento do objeto constante deste instrumento e do PREGÃO ELETRÔNICO 34/2023, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento e dar-se-á nas formas e condições estabelecidas.
O contrato administrativo, Pregão Eletrônico, Termo de Referência, Anexos e do presente instrumento. São complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.
A partir da assinatura da Ordem de Serviços fica a CONTRATADA totalmente responsável em cumprir o objeto, sob pena de aplicação das penalidades constantes deste instrumento e do respectivo edital.

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem em vigor as demais disposições.
O presente Termo Aditivo entra em vigência na data acima indicada.
O presente Termo Aditivo será publicado na forma regulamentar.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Rio dos Cedros/SC, 26 de junho de 2024.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA JOANITA ODORIZZI GRANDE VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME

SECRETARIO DA FAZENDA
PAULO BINDELLI

ASSESSOR JURÍDICO
MARCOS ROBERTO GRETTER
OAB/SC 33.595

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 6132771

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 48/2023
Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia – 48/2023
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA LOCALIDADE DE RIO HERTA- RCD 070 - TRECHO 02, EXTENSÃO DE 250,00 METROS, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.102.806/0001-18, com endereço na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros/SC, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura Sr. Fernando Salvio Dallabona doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.535.370/0001-02, com endereço à Rua Ruy Barbosa, nº 783, Bairro Capitais, cidade de Timbó, neste ato representada por Jardel Floriani, inscrito no CPF sob o n° 003.688.079-59 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 48/2023, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis, e nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

1.1 - Considerando que o objeto do Contrato Originário é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA LOCALIDADE DE RIO HERTA- RCD 070 - TRECHO 02, EXTENSÃO DE 250,00 METROS, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL e diante do deferimento do pedido, cujo laudo técnico e de justificação e respectiva decisão homologatória seguem fazendo parte do presente, tudo atrelado ao que disciplina a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, em especial seu art.65, §1º e clausula 6ª Alínea "a", é firmado o presente termo aditivo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – Dos acréscimos:

2.1 – Diante da justificativa e fundamento legal acima mencionados, fica acrescido o fornecimento dos seguintes bens e serviços ao contrato originário:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor com BDI	Total
Execução e compactação de base ou sub-base para pavimentação de pedra Rachão.	m³	270,00	R$ 118,18	R$ 31.908,60
Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada(BASE E SUB-BASE)	txkm	20790,00	0,79	R$ 16.424,10
ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGOR IA COM TRATOR DE ESTEIRAS (150HP/LÂMINA: 3,18M3). AF_07/2020	m³	270,00	R$ 17,07	R$ 4.608,90
CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	270,00	R$ 7,92	R$ 2.138,40
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³xkm	4050,00	R$ 2,81	R$ 11.380,50

Valor final do aditivo com BDI = R$ 66.460,50 (sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

Quadro explicativo:
R$ 279.268,37 Valor Original
R$ 66.460,50 Valor Aditivado

R$ 345.728,87 - Valor total com Aditivo
3. Do equilíbrio Econômico-Financeiro:

3.1 – A CONTRATADA declara para todos os fins e efeitos que as alterações oriundas do presente termo aditivo não afetam a equação econômico financeira do contrato assumindo o dever de bem e fielmente executá-lo, renunciando a todo o direito material e/ou de ação que porventura tenha em razão do acordado no presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – Disposições finais:

4.1 – Permanecem em vigor as demais disposições.
4.2 – O presente instrumento será publicado na forma regulamentar.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente termo em 3(três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Município de Rio dos Cedros, 26 de junho de 2024.

CONTRATANTE SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA Fernando Salvio Dallabona	CONTRATADA TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA: Jardel Floriani

MARCOS ROBERTO GRETTER ADVOGADO OAB/SC 33.595 ASSESSOR JURÍDICO	PAULO BINDELLI FISCAL DO CONTRATO RUDIÉRIS MORGAN DALCANALE Engenheiro Civil CREA/SC nº 163387-7

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 6132819

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 108/2021
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA N º 108/2021
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Termo aditivo ao contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.102.806/0001-18, com endereço na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros/SC, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura Sr. Fernando Salvio Dallabona, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Ruy Barbosa, nº 783, bairro das capitais, em Timbó, Santa Catarina, CEP 899120-000, inscrita no CNPJ sob nº12.535.370/0001-02, neste ato representada pelo Sr. Jardel Floriani, brasileiro, inscrito no CPF sob nº003.688.079-59, portador da cédula de identidade nº37424920, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Bulgária, nº 214, Bairro das Nações, Timbó, Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação de CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N º 108/2021, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis, e nas cláusulas seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

1.1 – Tendo em vista que o contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(AS) ESPECIALIZADA(AS) EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DA OBRA DE INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO EM TRECHO DE VIA PÚBLICA DENOMINADA "ROTA DOS LAGOS", NA RODOVIA RCD 070, RODOVIA RCD 418 E RODOVIA RCD 405, CONTEMPLANDO: TERRAPLENAGEM, CONTENÇÕES, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E BARREIRAS LONGITUDINAIS (GUARD-RAIL), EM PLENA E TOTAL CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVOS, PROJETOS, QUANTITATIVOS, ORÇAMENTOS ESTIMATIVOS, CRONOGRAMAS FÍSICO - FINANCEIROS E DEMAIS DOCUMENTOS RELACIONADOS. TUDO EM CONFORMIDADE COM A LIBERAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS, PROPOSTA CADASTRADA NO SIGEF/SC SOB Nº26155, REFERENTE AO PROGRAMA TRANSFERÊNCIA Nº2021010799, CONVÊNIO 2021TR002321 e diante do deferimento do pedido, cujo laudo técnico e de justificação e respectiva decisão homologatória seguem fazendo parte do presente, tudo atrelado ao que disciplina a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, em especial seu art.65, §1º, é firmado o presente termo aditivo.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – Dos acréscimos:

2.1 – Diante da justificativa e fundamento legal acima mencionados, fica acrescido o fornecimento dos seguintes bens e serviços ao contrato originário:

Código SINAPI	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor com BDI	Total
SICRO 1505879	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria	m³	1061,00	R$ 42,39	R$ 44.975,79

- Valor total do segundo termo aditivo: R$89.998,50 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).
- Valor total do terceiro termo aditivo: R$ 422.684,31 (quatrocentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos).
- Valor total do quarto termo aditivo: R$ 908.725,96 (novecentos e oito mil setecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos).
- Valor total do Sexto termo aditivo: R$ 44.975,79 (quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos).
- Valor Total do contrato originário: R$20.454.210,55 (vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos).
- Valor Total da contratação após os aditivos: R$ 21.920.595,11 (vinte e um milhões, novecentos e vinte mil quinhentos e noventa e cinco reais e onze centavos).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – Da Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro:

3.1 – A CONTRATADA declara para todos os fins e efeitos que as alterações oriundas do presente termo aditivo não afetam a equação econômico financeira do contrato assumindo o dever de bem e fielmente executá-lo, renunciando a todo o direito material e/ou de ação que porventura tenha em razão do acordado no presente instrumento.

4 - CLÁUSULA QUARTA – Disposições finais:

4.1 – Permanecem em vigor as demais disposições.

4.2 – O presente instrumento será publicado na forma regulamentar.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente termo em 3(três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Município de Rio dos Cedros (SC), 27 de junho de 2024.

CONTRATANTE SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA Fernando Salvio Dallabona	CONTRATADA TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA: Jardel Floriani

MARCOS ROBERTO GRETTER ADVOGADO OAB/SC 33.595 ASSESSOR JURÍDICO	PAULO BINDELLI FISCAL DO CONTRATO RUDIÉRIS MORGAN DALCANALE Engenheiro Civil CREA/SC nº 163387-7

Rio Negrinho

Prefeitura

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 049/2024

Publicação Nº 6132064

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 049/2024

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, acha-se aberto até as 9h do dia 16 de julho de 2024, Concorrência Eletrônica, cujo objeto consiste na EXECUÇÃO DE OBRAS, PELO SISTEMA DE EMPREITADA GLOBAL, DE PAVIMENTO RÍGIDO (CONCRETO) EM 12 (DOZE) RUAS DO BAIRRO QUITANDINHA, NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, PERFAZENDO UMA ÁREA TOTAL DE 11.738,20M², COMPREENDENDO: MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, SERVIÇOS PRELIMINARES, DEMOLIÇÕES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, TRANSIÇÃO ENTRE CONCRETO E ASFALTO, REBAIXO PARA PEDESTRES, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL E LIMPEZA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E BDI. As propostas deverão ser encaminhadas via INTERNET pelo Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/, encerrando-se no prazo acima. O início da disputa das propostas classificadas se dará às 9h05min do mesmo dia. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: https://comprasbr.com.br/ e http://rionegrinho.atende.net. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636 /3646-3648.
Rio Negrinho, 24 de junho de 2024.
CAIO CESAR TREML
Prefeito Municipal

EDITAL 2º CONCURSO MUNICIPAL DE CULTURA DIGITAL

Publicação Nº 6134993

EDITAL 2º CONCURSO MUNICIPAL DE CULTURA DIGITAL
A Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, e o Decreto Municipal nº 14987, de 29 de setembro de 2022, por meio deste edital, tornam público o 2º Concurso Municipal de Cultura Digital – 2024
As fichas de inscrições serão disponibilizadas a partir do dia 01 de julho de 2024, nas Secretarias das Escolas Públicas Municipais de Rio Negrinho e as fichas de inscrições deverão ser devolvidas e protocoladas até as 17h00min o dia 12 de julho de 2024. O edital Completo e demais atos referentes ao Edital encontram-se no site https://rionegrinho.atende.net/cidadao/pagina/editais-educacao - clicar em Arquivos e no ano 2024. Em caso de dúvida ou problema com a inscrição via sistema, a questão deverá ser dirimida através do e-mail ti.educa@rionegrinho.sc.gov.br.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 007/2024 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 6135004

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 007/2024
DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com as atas das Comissões de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, TORNA PÚBLICO o presente Edital, para divulgar o que segue:

1. ANÁLISE DE RECURSOS EM FACE A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA
1.1. Foi interposto 01 (um) recurso contra o resultado da classificação provisória, o qual foi indeferido. Assim, ratifica-se o relatório de classificação provisória anteriormente publicado para o cargo de Psicólogo.

2. CLASSIFICAÇÃO FINAL
2.1. O relatório de classificação final consta no anexo único.

3. HOMOLOGAÇÃO o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 007/2024, com objetivo de formação de Cadastro de Reserva para eventual contratação em caráter temporário no quadro de pessoal da Prefeitura, conforme anexo único.
3.1 Os candidatos aprovados neste edital serão admitidos em caráter temporário obedecendo a ordem de classificação por função e de acordo com a necessidade do serviço, na forma e nas disposições do Edital no 007/2024.
3.2 O Processo Seletivo - Edital nº 007/2024 terá validade de 06 meses, a contar da data de publicação do resultado final.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 28 de junho de 2024.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

FUNÇÃO: PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	9016/2024	ADRIANA MAREGA FERNANDES	12
2º	9015/2024	MARIA HELENA MACEDO BOESSIO	12
3º	9061/2024	DANIELLE FRANCINY DA CUNHA	11
4º	8903/2024	VIDALVINA NANTES DE SOUZA OLIVEIRA	10
5º	9001/2024	THIAGO LIMA DA SILVA	8
6º	9003/2024	FERNANDA MARIA RODRIGUES DE SOUZA	5
7º	8804/2024	GISLAINE APARECIDA ROMANIUK	4
8º	8964/2024	FERNANDA APARECIDA LIMA DOS SANTOS	4
9º	8691/2024	SHIRLEI VITORIA SCHREINER	4
10º	9066/2024	BRUNA HAINOSZ RUCHINSKI	4
11º	9022/2024	TAINA HACK MEDEIROS ALVES	3
12º	9021/2024	ANA CARLA FONSECA FRANCO	3
13º	9044/2024	CLARA DOS ANJOS MOREIRA	3
14º	9025/2024	MARTIANE DE FREITAS	2
15º	8791/2024	RAQUEL ODIM DE LARA RODRIGUES	2
16º	8761/2024	FERNANDA PADILHA	2
17º	8904/2024	MARIA ROSINETE PLACHEK	1
18º	8794/2024	MAYARA MARTINS	1
19º	9019/2024	VANIA CECILIA GROSSL	0
20º	9078/2024	MARLENE MILCZEVSKI	0
21º	8750/2024	DAIANA APARECIDA ALVES	0
22º	8925/2024	ALESSANDRA CORRÊA	0
23º	9080/2024	LUANA MARIA GRAF	0

FUNÇÃO: MÉDICO (ATENDIMENTO NO ÔNIBUS DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR)

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	8755/2024	SONIÉLY DA SILVA CABREIRA	11
2º	9057/2024	NATHAN RODRIGUES DE JESUS	11
3º	9023/2024	ISABELA MARA CAMPOS	9
4º	8764/2024	MINEIA IDIONE ALVES PRIEB	8
5º	9024/2024	MARIO HENRIQUE QUIM FERREIRA	6
6º	9079/2024	ANELISE ANDRADE DA ROSA	4
7º	8987/2024	GABRIELA RUZANOWSKY ALVES	1
8º	9069/2024	CESAR ARGOLO FERREIRA	0
9º	9018/2024	ANGELICA ZANELLA BARROSO	0
10º	9017/2024	KAIO BATISTA COELHO	0
11º	8705/2024	ALANA KRUGER	0
12º	9026/2024	VINICIUS HORNBURG SANTESTEVAN	0

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I (SERVIÇO BRAÇAL EM VOLTA GRANDE)

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL
1°	8773/2024	JULIO DOS SANTOS	0
2°	8746/2024	CARLOS JULIANO PSCHEIDT	0
3°	8905/2024	FRANCISCO GONÇALVES NETO	0

FUNÇÃO: PEDREIRO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL
1°	8963/2024	CLEBERSON BUENO MAIA	1
2°	8986/2024	JOSE MARCOS SANTOS	0
3°	8902/2024	MARCELO BUENO MAIA	0

FUNÇÃO: MONITOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL

1º	8760/2024	JEFFERSON RODRIGUES DO NASCIMENTO	7
2º	8935/2024	VANUZA BUCHINGER	3
3º	8854/2024	FABIANO ANTONIO PANCHENIAK FILHO	0
4º	8802/2024	MARINA MICHELSEN DO NASCIMENTO	0
5º	8818/2024	LEANDRO VANDER BARBOSA	0
6º	8770/2024	GABRIEL DEMETERKO	0

FUNÇÃO: PROFESSOR II - NÍVEL 2 - TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO T+E - SUPERIOR COMPLETO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	9058/2024	THIAGO DAVID PRUSS	6
2º	8779/2024	GUILHERME KLEMANN	1

FUNÇÃO: PROFESSOR II - NÍVEL 1 - TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO T+E - SUPERIOR INCOMPLETO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	8929/2024	ANDERSON FAGUNDES GIMENES	8

PORTARIA N° 29074 DE 19 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132185

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A TÍTULO DE INTERIORIZAÇÃO
AOS SERVIDORES QUE MENCIONA

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007 e consoante com o art. 78 da Lei Complementar nº 059/2010 e o art. 77 da Lei Complementar nº 16/2000, considerando os ofícios do nº 229/2024 e n° 258/2024 da Secretaria Municipal de Educação, o Ofício n° 31/2024 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a solicitação do Administrador Distrital da Subprefeitura de Volta Grande através de ofício datado em 12 de junho de 2024 e considerando que os servidores exercem funções no interior do município;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER gratificação nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 059/2010 a título de interiorização sobre o respectivo vencimento, no ano letivo de 2024, às servidoras a seguir mencionadas:

Servidor	Mat.	Percentual	Cargo	A contar de
Djeniffer Nicolly Miranda Vicente Nilsen	10386-2	15%	Professor II	09/05/2024
Isabela Valim	45601-2	7,5%	Professor I	20/03/2024
Lilian Aparecida Paz	10319-18	15%	Especialista em Educação	15/04/2024

Art. 2º CONCEDER gratificação nos termos do art. 77 da Lei Complementar nº 16/2000 a título de interiorização sobre o respectivo vencimento, aos servidores a seguir mencionados:

Servidor	Mat.	Percentual	Cargo	A contar de
Ana Alice Aparecida Pires Alves	46611-2	15%	Monitor de Serviços Educacionais	12/06/2024
Aline Tobias de Lima	47002-1	15%	Atendente Educativo	05/06/2024
Danieli Fronchack dos Santos	47011-1	15%	Atendente Educativo	17/06/2024
Fabricio Schweicerski	47007-1	15%	Vigia	12/06/2024
Jose Eduardo Rocha Maia	46773-2	15%	Operador de Máquinas Pesadas	21/05/2024
Karin Gessica Ramos	45458-4	15%	Monitor de Tecnologia da Informação	13/05/2024
Katia Picazewicz	9290-3	15%	Auxiliar de Serviços Gerais II	13/05/2024
Marcelo Koroski	46965-1	15%	Motorista	11/05/2024
Shaiane dos Santos	9845-2	15%	Atendente Educativo	08/05/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 19 DE JUNHO DE 2024.

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação
FELIPE RUECKL BAIL – Secretário de Infraestrutura

PORTARIA N° 29096 DE 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132187

RETIFICA EM PARTE A PORTARIA N° 29065/2024 QUE READAPTOU EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDORA QUE MENCIONA

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto n° 9326 de 02 de abril de 2007, de acordo conforme o § 2º do art. 68 da Lei Complementar n° 59 de 14/12/2010 e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação através do Ofício n° 278/2024;

RESOLVE

RETIFICAR a Portaria n° 29065 de 17 de junho de 2024 que readaptou em caráter temporário, nos termos da Lei Complementar n° 59/2010, a servidora REGIANE PENKAL, matrícula n° 2630-1, ocupante do cargo de Professor II - Geografia, do quadro de cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, lotada na EMEB Prefeito Henrique Liebl e na EMEB Professor Quiliano Martins, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, com a seguinte alteração:

- Onde se lê:
"para exercer 20 (vinte) horas de atividades administrativas na secretaria da EMEB Prefeito Henrique Liebl e 20 (vinte) horas de atividades administrativas no laboratório de informática da EMEB Professora Aurora Siqueira Jablonski"

- Leia-se:
"para exercer 20 (vinte) horas de atividades administrativas na secretaria da EMEB Professor Ricardo Hoffmann no período matutino e 20 (vinte) horas de atividades administrativas na secretaria e no laboratório de informática da EMEB Professora Aurora Siqueira Jablonski, no período vespertino"

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 25 DE JUNHO DE 2024.

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

RETIFICAÇÃO 001 AO EDITAL Nº 007/2024 - DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 6135009

RETIFICAÇÃO 001 AO EDITAL Nº 007/2024 - DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Prefeitura Municipal de Rio Negrinho/SC torna público aos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado n° 007/2024, que se destina ao cadastro reserva para o preenchimento de futuras vagas por prazo determinado para atuar em substituição aos servidores ou empregados públicos em casos de licenças, afastamentos do cargo, ou na falta de aprovados em Concurso Público, que nesta data, fica retificado o Edital de Processo Seletivo nº 007/2024 e acrescido ao Anexo I dos Cargos e atribuições, as atribuições do cargo de Psicólogo conforme o que estabelece a seguir:

Função	Nº vagas	Atribuições
Psicólogo	Cadastro Reserva	. dar assistência psicológica; orientar a solução de desajustes sociais ou profissionais; Desenvolver atividades de orientação, treinamento e acompanhamento profissional e atividades de avaliação de desempenho; selecionar baterias, elaborar normas e coordenar aplicação de testes para avaliação psicopedagógica e seleção de pessoal; promover a integração e o crescimento humano do pessoal; realizar orientação psicopedagógica para professores, alunos e pais; participar da elaboração de planos e políticas educacionais; diagnosticar problemas de aprendizagem; pesquisar a saúde mental da população; fazer acompanhamento psicológico em órgãos de atendimento (idosos, menores e pessoas que apresentem problemas psicológicos); executar tarefas correlatas.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, sendo o Edital nº 007/2024, consolidado com as alterações decorrentes desta Retificação.

Rio Negrinho/SC, 24 de junho de 2024.

CAIO CESAR TREML
Prefeito Municipal

IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Maio / 2024

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		**3.429.821,48**
Ordinária		**0,00**
Vinculada		**3.429.821,48**
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**(39.733,01)**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(30.995,84)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		(348.039,10)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		339.301,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		**205.551.881,48**
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.699.099,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		197.852.782,12
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**208.941.969,95**

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		**1.674.635,38**
Ordinária		**0,00**
Vinculada		**1.674.635,38**
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**339.209,19**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		339.209,19
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		**206.928.125,38**

IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Maio / 2024

DISPÊNDIOS		
	Nota	**Exercício Atual**
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.739.546,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		199.188.578,52
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**208.941.969,95**

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO, **Data Emissão** 27/06/2024, **Hora emissão** 15:40:48

Notas:

LUCIENE MARIA KWITSCHAL
Dirigente Entidade/Previdência
CERTIFICACAO 952766815982612

PATRICK BEHR
Contador - CRC nº 44032/O-4

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB 01/2024

Publicação Nº 6131502

Rio Negrinho
Aconchego da Serra

Edital de Notificação REURB 01/2024

A Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - SC, vem por meio deste edital notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que o núcleo urbano denominado COLÔNIA MIRANDA – parte 2, em formato de REURB – MISTA (Social e Específica), através de LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes no Referido núcleo bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da Matricula nº 1.810, registrada no 2° oficio de registro de imóveis da comarca de Rio Negrinho - SC.

Artigo 01. Descrição sucinta da área: núcleo urbano informal com a área total de 35.547,64m², ocupando a Matrícula nº 1.810, registrada no 2° oficio de registro de imóveis da comarca de Rio Negrinho - SC, ocupada a mais de 30 anos e com concentração de 45 lotes urbanos, conforme levantamento planialtimétrico e estudo preliminar das desconformidades, sendo passível de regularização fundiária com as seguintes configurações:

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA	
NÚCLEO URBANO INFORMAL	Colônia Miranda – parte 2
PROPRIETÁRIO	Prefeitura Municipal de Rio Negrinho
MUNICIPIO E COMARCA	Rio Negrinho - SC
MATRICULA Nº	1.810
LOCALIZAÇÃO IMOVEL	Bairro São Pedro
NÚMERO DE LOTES	45
ÁREA DO NÚCLEO URBANO	34.547,64m²
Área dos Lotes	30.400,92 m²
Arruamento	4.146,72 m²

Artigo 02. Da infraestrutura essencial presente no Núcleo Urbano Informal: abastecimento de água potável; sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário individual; rede de energia elétrica domiciliar.

Artigo 03: Os confinantes internos serão alvos deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 20 § 1º da Lei 13.465/2017.

Artigo 04: Os confinantes externos conforme matrículas, CPF abaixo, terão 30 dias para a manifestação conforme Artigo 20 § 1º da Lei 13.465/2017.

Matrícula	Proprietários	CPF
17.011	Luiz Gilberto Hantschel	501.210.069-72

Secretaria de Habitação e Promoção Social
Rua Pedro Simões de Oliveira, 315 - Centro, RioNegrinho-SC - (47)3644-8885
habitacao@rionegrinho.gov.br

Rio Negrinho
Aconchego da Serra

17.011	Gilcimar Hantschel	050.343.169-94
17.011	Gilson Hantschel	059.031.109-32
17.011	Gilmara Hantschel Ottomaier	076.781.579-32
17.011	Gildo Hantschel	088.572.859-95
17.011	Gilcimara Hantschel	103.042.779-83
17.011	Gilberto Gil Hantschel	103.043.189-22
17.011	João Luiz Ulchak Hantschel	075.302.949-97
1.350	Aloísio Hubner - Espólio	121.275.909-53
1.350	Luiza Hubner	659.665.389-72
7.302	Aloísio Hubner - Espólio	121.275.909-53
7.302	Luiza Hubner	659.665.389-72
12.916	Sefredo Bosse	067.013.109-15
11.791	Zélia Lopes de Assis Ottomayer	928.852.259-04
11.799	Luzia Alves Martins	982.552.589-49
11.800	Bruno Francisco Neidert	733.552.169-34
11.806	João Maria Gonçalves dos Santos	031.457.799-82
11.806	Albertina Domingues Bento	042.989.599-29
11.807	João Maria Pereira da Silva	775.760.399-49
17.014	Gilcimar Hantschel	050.343.169-94

Artigo 05: As impugnações cabíveis ou contrárias ou adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas na Secretaria de Habitação e Promoção Social da Prefeitura de Rio Negrinho - SC, localizada na Rua Pedro Simões de Oliveira, 315 - Centro.

Artigo 06: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao núcleo conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigos 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Prefeitura Municipal de Rio Negrinho/SC

Rio Negrinho
Aconchego da Serra

ANEXO I - MAPA DO NÚCLEO URBANO **COLÔNIA MIRANDA – parte 2**



QUADRA A	
Lote 01	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
Lote 02	ARMINDO ALVES TEIXEIRA
Lote 03	JOÃO MARIA DE ANDRADE, SUELI CORRÊA DA SILVA ANDRADE
Lote 04	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
Lote 05	HELENA RIDELIS MARIANO, CLAUDIO MARIANO
Lote 06	JOÃO PAULO THOMENIN FERNANDES
Lote 07	CELSO DE ALMEIDA
Lote 08	IVONE ZIEBARTH CHEQUE
Lote 09	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
Lote 10	MONICA GROSSKOPF, GIOVAN ALVES DE LIMA
Lote 11	ROSENILDA PEREIRA RIBEIRO
Lote 12	OSNI PEREIRA, LOURDES ESTEVÃO
Lote 13	RENATO ALVES DE OLIVEIRA
Lote 14	JOÃO MARIA MENDES, MARIA ELEOIANE ALVES DE LIMA MENDES
Lote 15	JOAQUIM BINO
Lote 16	VALDECIR FERNANDES
Lote 17	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
Lote 18	MARIA ELEOIANE ALVES DE LIMA MENDES, JOÃO MARIA MENDES
Lote 19	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
Lote 20	GERALDO AUGUSTINHO CHAVES
Lote 21	JACINTO MACIEVSKI, IRACI BARROS DE ANDRADE

QUADRA B	
Lote 01	ILZA DOROTHY DOS SANTOS, LAURO PORFIRIO DOS SANTOS
Lote 02	VANESSA APARECIDA LORES, CELSO PORFIRIO DOS SANTOS
Lote 03	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
Lote 04	VANIR BONFIM DE LIMA, CIRLEI DA FONSECA
Lote 05	LUIZ CARLOS CALIXTO DA LUZ
Lote 06	RACEMA DIAS DE SOUZA, FRANCISCO DE ASSIS GOIS DE SOUZA
Lote 07	JOÃO SILVESTRE MARTINS, MARA DE FÁTIMA LORANDI
Lote 08	ILSO SILVEIRA DE LIMA, FELICE PANCIERESE DE LIMA
Lote 09	ALESSANDRA CONCEIÇÃO LUCHIAR
Lote 10	CLAUDEMARA DA SILVA, PAULA CRISTIANE DUTRA
Lote 11	ANDERSON DOS PASSOS, CRISTIANE SIQUEIRA DOS PASSOS, CLAUDIANE DOS PASSOS, JULIANE DOS PASSOS, GISLEI SEGURO, ADRIEL DOS PASSOS, ANA PAULA BONFIM DOS PASSOS, JOSILAINE DOS PASSOS

QUADRA C	
Lote 01	VENERANDA SCHOFFEL MIRANDA DE LIMA, EDIVALDO MARIANO DE LIMA
Lote 02	SILVIA RODRIGUES DE LIMA
Lote 03	ROSELI PRESTES MIRANDA PAZ, ALTAIR MOREIRA PAZ
Lote 04	ADRIANA DE OLIVEIRA
Lote 05	ANTONIO DE OLIVEIRA, CREMALDE APARECIDA DE OLIVEIRA
Lote 06	FABIANA DE OLIVEIRA LIMA
Lote 07	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
Lote 08	JESSICA FERNANDA SANTOS DE MOURA, TIAGO FERREIRA DE MOURA
Lote 09	ISMAEL PRESTES MIRANDA
Lote 10	ISMAEL PRESTES MIRANDA
Lote 11	ROSANIELA PRESTES MIRANDA
Lote 12	ISRAEL PRESTES MIRANDA, ODILA BELLO PRESTES MIRANDA
Lote 13	ROSA MARIA PRESTES MIRANDA

SAMAE - Rio Negrinho

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES SAMAE 2024

Publicação Nº 6135006

BOLETIM DOS EXAMES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS DA REDE MÊS DE MAIO/2024
RESULTADOS FÍSICO-QUÍMICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

LOCALIDADE	pH		COR (PtCo)		CLORO (mg/l)		TURBIDEZ(NTU)		FLUORETO (mg/l)	
	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.
RIO NEGRINHO	38	6,99	38	7,26	38	0,68	38	1,06	38	0,86
VOLTA GRANDE	8	6,99	8	5,98	8	0,77	8	0,58	8	0,92
CORREDEIRAS	8	7,58	8	13,18	8	0,45	8	0,75	8	0,82
POCINHO	8	8.00	8	4.75	8	0.99	8	0.30	8	0.99

PARÂMETROS da Portaria de Consolidação nº 5 Anexo XX	6.0 à 9.0	MÁX. 15.00 PtCo	0.20 à 2.00 mg/L	MÁX. 5,00 NTU	*0.70 à 1.00 mg/L

NTU - Unidade Nefelométrica de Turbidez mg/L - Miligramas por Litro PtCo - Unidade de Medição Platina/Cobalto
Freq. = Nº de análises no mês Res.Méd. = Média do mês
* Parâmetro estabelecido pela Portaria nº421 SES - 13/05/2016
RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

LOCALIDADE	COLIFORMES TOTAIS UFC/100ML		ESCHERICHIA COLI UFC/100ML	
	POSITIVOS	NEGATIVOS	POSITIVOS	NEGATIVOS
RIO NEGRINHO	0	38	0	38
VOLTA GRANDE	0	8	0	8
CORREDEIRAS	0	8	0	8
POCINHO	0	8	0	8

PARÂMETROS DA Portaria de Consolidação nº 5 Anexo XX	AUSÊNCIA EM 100 ML EM 95% DAS AMOSTRAS	AUSÊNCIA EM 100 ML 100% DAS AMOSTRAS

UFC - Unidade Formadora de Colônia
Publicação conforme Decreto nº 5.440 de 04/05/2005.

Nilceu Nunes de Lima Técnico em Saneamento - CRQ/SC n° 13401044	Valdir Firmo Caetano Júnior Diretor Geral

PORTARIA Nº 2.478 DE 19 DE JUNHO DE 2024 - HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024 DO SAMAE.
PORTARIA Nº 2.479 DE 21 DE JUNHO DE 2024 - PROMOVE DISPENSA DE SERVIDORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA QUE MENCIONA.
PORTARIA Nº 2.480 DE 21 DE JUNHO DE 2024 - HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2024 DO SAMAE.
PORTARIA Nº 2.481 DE 24 DE JUNHO DE 2024 - CONCEDE SALDO REMANESCENTE DE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA.
PORTARIA Nº 2.482 DE 27 DE JUNHO DE 2024 - HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2024 DO SAMAE.
PORTARIA Nº 2483 DE 28 DE JUNHO DE 2024- DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA QUE MENCIONA.
As publicações em inteiro teor estão publicadas o site www.samaerne.sc.org.br.
Rio Negrinho, 27 de junho de 2024.
Valdir Firmo Caetano Júnior
Diretor Geral

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

SAMAE - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO

Prestação de Contas

AN TC-05 Balanço Financeiro

Período de Referência: Maio / 2024

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)		**7.976.967,68**	**18.103.314,67**
Ordinária		**7.976.967,68**	**18.023.023,57**
Vinculada		**0,00**	**80.291,10**
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**6.481.517,60**	**6.881.089,44**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		3.876.108,41	2.165.350,99
Inscrição de Restos a Pagar Processados		529.615,67	375.914,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.075.793,52	4.339.823,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		**6.793.017,15**	**7.082.561,36**
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.792.961,33	7.082.561,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		55,82	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**21.251.502,43**	**32.066.965,47**

DISPÊNDIOS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Despesa Orçamentária (VI)		**8.519.815,07**	**18.158.820,64**
Ordinária		**8.087.136,47**	**13.119.805,37**
Vinculada		**432.678,60**	**5.039.015,27**
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**458.006,61**	**2.333.204,38**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		458.006,61	2.333.204,38
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**3.737.385,53**	**4.781.923,30**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.282.284,38	328.367,88
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		375.914,83	201.929,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.079.186,32	4.251.626,21
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

SAMAE - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO

Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2024

DISPÊNDIOS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		**8.536.295,22**	**6.793.017,15**
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.536.239,40	6.792.961,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		55,82	55,82
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**21.251.502,43**	**32.066.965,47**

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** SAMAE - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO, **Data Emissão** 20/06/2024, **Hora emissão** 14:06:01
Notas:

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br
28/06/2024 (Sexta-feira)
DOM/SC - Edição Nº 4571
Página 1801

Rio Rufino

Prefeitura

DECRETO N° 762 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133080

DECRETO N° 762
de 27 de junho de 2024

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, POR PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, IV da Lei Orgânica Municipal e autorização Legislativa conforme Lei municipal nº 884 de 21 de dezembro de 2023, sanciona a seguinte

DECRETO

Artigo 1º. Fica aberto crédito suplementar no orçamento do município de Rio Rufino nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade: 05.001 – Departamento de Esporte		
Atividade: 2.037 – MANUTENÇÃO CONSERV. AMPLIAÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS		
Dotação/Fonte	Descrição do Elemento	Valor R$
Dotação (25) 4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000.000,00
Fonte: 1.701.0000.0064	TRANSF. VOLUNTÁRIAS ESTADO/OUTROS	

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES	1.000.000,00

Artigo 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos do provável excesso (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) da seguinte Fonte de Recurso:

Dotação/Fonte	Descrição do Elemento	Valor R$
Fonte: 1.701.0000.0064	TRANSF. VOLUNTÁRIAS ESTADO/OUTROS	1.000.000,00
Total de Fonte de Recurso		1.000.000,00

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Encaminhado para publicação no DOM em
27/06/2024

Kamila Belarminda
Chefe de Gabinete ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

PORTARIA Nº 361 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133010

PORTARIA N°361,
de 27 de junho de 2024.

"ALTERA A PORTARIA N° 266, DE 26 DE ABRIL DE 2024, CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE

Artigo 1º. O Caput Artigo 1° da Portaria 266, de 26 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º. "Conceder adicional de insalubridade, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), enquanto exercerem suas atribuições em condições insalubres ou essas venham a ser eliminadas, aos servidores identificados pelas matrículas nº 42, 55, 67, 86, 211, 219, 227, 301, 318, 463, 464, 484, 499, 550, 919, 927, 967, 1333, 1609, 1622, 1625, 1686, 1710, 1715, 1718, 1736, 1738, 1746, 1759, 1831, 1894, 2685, 2701, 2714, 2716, 2748, 2801, 2804, 2810, 2815, 2843, 2844 , 2881, 2883, 2906, 2912, 2913, 2918, 2928, 2929, 2930, 2931, 2933, 2942, 2943, 2947, 2951, 2969, 2999, 3000, 3001, 3002, 3011, 3017, 3027, 3028, 3032.

Parágrafo único. Conceder adicional de insalubridade, no percentual de 35% (trinta e cinco por cento), enquanto exercerem suas atribuições em condições insalubres aos servidores identificados pelas matrículas nº 2191" e "2980".

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino /SC, 27 de junho de 2024.

Encaminhado para publicação no DOM em
27/6/2024

Poliana Aparecida Andrade
Coordenadora de Convênios ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino/SC

PORTARIA Nº 362 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133018

PORTARIA Nº 362,
de 27 de junho de 2024.

"EXONERA, A PEDIDO DA SERVIDORA DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o pedido de exoneração formulado pela servidora e encaminhado à Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças na data de 27 de junho de 2024,

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar a servidora, JULIA CABRAL COELHO, matrícula n° 2936, inscrita no CPF nº 093.***.***-50, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o qual estava lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no quadro de pessoal da Prefeitura de Rio Rufino.
Artigo 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 27 de junho de 2024.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino
Encaminhado para publicação no DOM em
27/6/2024

Poliana Aparecida Andrade
Coordenadora de convênios

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

Publicação Nº 6133287

Estado de Santa Catarina
Município de Riqueza
Departamento de Licitações, Compras e Contratos

MUNICÍPIO DE RIQUEZA
EXTRATO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

Contrato nº: 63/2024
Contratada: **41.706.587 ADRIA GEOVANIA FERNANDES VIEIRA** – CNPJ: 41.706.587/0001-36.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para operacionalização da Lei 14.399/2022 (Lei Aldir Blanc), para a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as especificações constantes na tabela abaixo, edital e seus anexos.
Validade: 21 de junho de 2025.
Emissão: 21 de junho de 2024.

Contrato nº: 64/2024
Contratada: **CONTARE – ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA**– CNPJ: 06.300.204/0001-24.
Objeto: serviços de assessoria e consultoria aplicadas ao setor público, com capacitação continua no que concerne ao SIOPS e ao SIOPE, e o envio de dados ao sistema E-sfinge, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.
Validade: 31 de dezembro de 2024.
Emissão: 26 de junho de 2024.

Contratada: **INSTITUTO DE GESTÃO TERRITORIAL E GEOTECNOLOGIAS – IGTECH** – CNPJ: 38.110.662/0001-97.
Objeto: **QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 156/2022,** referente a prorrogação da vigência do contrato primitivo.
Emissão: 26 de junho de 2024.

Contratada: **CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA** – CNPJ: 01.496.099/0001-27.
Objeto: **QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2023,** referente a adição de aproximadamente 3,84% (Três vírgula oitenta e quatro por cento) totalizando o valor adicionado de R$ 1.842,34 (um mil oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos).
Emissão: 26 de junho de 2024.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC - CNPJ: 95.988.309/0001-48
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br

Romelândia

Prefeitura

PORTARIA N° 11544/2024

Publicação Nº 6132996

PORTARIA Nº 11544/2024
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. MARILENE LUCIA MARTELLO BAGNARA, cargo de PSICOLOGA, 20 horas semanais, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, SC, 27 de junho de 2024.

Juarez Furtado
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Gabrieli Zanfonato
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA N° 11545/2024

Publicação Nº 6132999

PORTARIA Nº 11545/2024
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica constituída a COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2024, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do certame seletivo, sob a presidência do primeiro, composta pelos seguintes servidores:
I – ANDRIELI ROTAVA – Procurador do Município;
II – ALCIONE JOSÉ SCARIOT – Motorista;
III – JEFERSON DOUGLAS BREITENBACH – Engenheiro Civil;
IV – SILVANE NUNES DA SILVA – Telefonista;
V – JURANDIR DE SOUZA MACHADO – Zelador.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.
Art. 3º - Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia, SC, 27 de junho de 2024.

Juarez Furtado
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Gabrieli Zanfonato
Agente de Recursos Humanos

Salete

Prefeitura

AVISO HOM E ADJ 37 2024

Publicação Nº 6132210

MUNICIPIO DE SALETE
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO Nº 037/2024 Modalidade: CONCORRÊNCIA

O Município de Salete, torna público a HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 037/2024, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada do ramo pertinente para execução dos serviços necessários à realização do reperfilamento da Rua do Santuário – trecho 01, no Município de Salete, conforme projeto completo em anexo, em favor da pessoa jurídica: LZK CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.455.659/0001-81, pelo valor total de: R$588.292,29 (Quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos)
Salete, 27 de junho de 2024.

Solange Aparecida Bitencourt Schlichting
Prefeita de Salete

DISPENSA 41 2024

Publicação Nº 6132594

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SALETE
PODER EXECUTIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

O município de Salete torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa, Processada e Julgada em conformidade com o Artigo 75 inciso II da Lei 14.133/21.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO BASEADA NA LEI FEDERAL 14.133/21 CC DECRETO MUNICIPAL 41/2022 PARA AQUISIÇÃO DE MOTO-BOMBA TRIFÁSICA PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS EM SUA OFICINA E LAVAÇÃO

Contratados:

ITEM	FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
01	LG MOTORES ELETRICOS LTDA	10.875.622/0001-17	R$ 7.000,00

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.salete.sc.gov.br

Salete, 27 de junho de 2024.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita Municipal.

EXTRATO CONTRATO 63 2024

Publicação Nº 6132215

MUNICIPIO DE SALETE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 037/2024 Modalidade: CONCORRÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO Nr. 63/2024. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALETE. CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada do ramo pertinente para execução dos serviços necessários à realização do reperfilamento da Rua do Santuário – trecho 01, no Município de Salete, conforme projeto completo em anexo. VALOR: R$588.292,29 (Quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos)
Salete, 27 de junho de 2024.

Solange Aparecida Bitencourt Schlichting
Prefeita de Salete

PORTARIA Nº 140/2024

Publicação Nº 6132415

PORTARIA Nº 140/2024

Desliga servidora de conselhos e comissões.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o inciso VIII, do artigo n.º 78, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º - DESLIGAR de quaisquer conselhos e comissões a servidora SOLENIR TERESINHA DE AMORIM VENTURI, matrícula nº 361-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE TÉCNICO, com carga horária de 40 horas semanais, a qual a mesma foi nomeada ou designada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos 05 de junho de 2024.

Prefeitura do Município de Salete, 18 de junho de 2024.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING
Prefeita do Município de Salete

RESULTADO CONCO 37 2024

Publicação Nº 6132205

MUNICIPIO DE SALETE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 037/2024 Modalidade: CONCORRÊNCIA

O Município de Salete, torna público aos interessados o Resultado da licitação modalidade Tomada de preços nº 037/2024; Tipo de Licitação: Menor preço, regime de execução empreitada por preço global; Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo pertinente para execução dos serviços necessários à realização do reperfilamento da Rua do Santuário – trecho 01, no Município de Salete, conforme projeto completo em anexo, Empresa Vencedora: LZK Construtora Ltda. R$588.292,29 (Quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos)
Salete, 27 de junho de 2024.

Solange Aparecida Bitencourt Schlichting
Prefeita de Salete

Saltinho

Prefeitura

DECRETO EXECUTIVO Nº 5191/2024

Publicação Nº 6131625

DECRETO Nº. 5191/2024, de 27 de Junho de 2024.
Dispõe sobre a Ampliação do Limite Máximo de Horas Extras, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o artigo 59, VII da Lei Orgânica Municipal e o artigo 58, § 1° da Lei Complementar n.º 120/2024;

DECRETA:
Art. 1º. Fica ampliado o limite máximo de horas extras de 20 (vinte) horas por mês para até 60 (sessenta) horas por mês para o Motorista: VANDERLEI VIEIRA ALVES DE FREITAS, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, por prazo determinado, até 31 de Dezembro de 2024.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/06/2024.

Saltinho - SC, 27 de Junho de 2024.
EDIMAR NORONHA DE FREITRAS
Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO PACASSA
Secretário de Administração e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisângela Sganzerla
Agente de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2024 PMS

Publicação Nº 6134969

Q
Estado de Santa Catarina
Município de Saltinho
Rua Alvaro Costa, 545 – Centro – CEP 89.981-000

PROCESSO Nº 050/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2024

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Agente de Contratação do Município de Saltinho, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. Edimar Noronha de Freitas Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORNECIMENTO DE ITENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAR A REVISÃO DE GARANTIA DO CAMINHÃO COM PLACAS RYL-2C84 COM KM :7.700 , conforme relação de itens anexo.

Contratado: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, Cnpj: 02.952.689/0003-41 situado na Acesso Plinio Arlindo De Nes Data De Abertura: Cristo Rei - Chapeco SC.
VALOR TOTAL DS ITENS E SERVIÇOS PRESTADO: R$ 4.361,70 (QUATRO MIL E TREZENTOS E SESSENTA E UM REAIS COM SETENTA CENTAVOS);

Fundamento Legal...: art. 75, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe: "É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. Edimar Noronha de Freitas, Prefeito Municipal.

Saltinho- SC, 27 de junho de 2024.
Elaine Trevisan
Agente de Contratação

INEXIGIBILIDADE Nº 010/2024 - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 6134972

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICIPIO DE SALTINHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2024
CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
INEXIGIBILIDADE Nº 010/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO, Estado de Santa Catarina, no interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, torna público para conhecimento dos interessados, a Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, Oriundos da Agricultura Familiar, de acordo com as especificações contidas no Edital, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução n.º 06 do FNDE, de 08/05/2020 do Ministério da Educação. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no dia 22 DE JULHO DE 2024, ÀS 08:00 HORAS, na sede da Prefeitura Municipal. em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa n° 545, Saltinho - SC, 28 de junho de 2024. Edimar Noronha de Freitas - Prefeito Municipal

Sangão

Prefeitura

DECRETO Nº 59 DE 10 JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132783

DECRETO Nº 59 DE 10 JUNHO DE 2024.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CASTILHO SILVANO VIEIRA, Prefeito Municipal de Sangão/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal nº 001105/23 de 31 de outubro de 2023.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do exercício de 2024, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) nas atividades relacionadas abaixo:

14 – SAMAE - SANGÃO
01 – SAMAE - SANGÃO
2.110 – Manutenção das atividades do SAMAE
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0501.000000 – Equipamentos e Material Permanente R$20.000,00

14 – SAMAE - SANGÃO
01 – SAMAE - SANGÃO
2.111 – Manutenção das atividades do SAMAE - Administrativo
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0501.000000 – Equipamentos e Material Permanente R$90.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 – SAMAE - SANGÃO
01 – SAMAE - SANGÃO
2.110 – Manutenção das atividades do SAMAE
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0501.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$20.000,00

14 – SAMAE - SANGÃO
01 – SAMAE - SANGÃO
2.111 – Manutenção das atividades do SAMAE - Administrativo
3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0501.000000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil R$50.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0501.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$30.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0501.000000 – Obrigações Patronais R$10.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sangão/SC, 10 de junho de 2024.

Castilho Silvano Vieira
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 60 DE 18 JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132800

DECRETO Nº 60 DE 18 JUNHO DE 2024.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CASTILHO SILVANO VIEIRA, Prefeito Municipal de Sangão/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal nº 001105/23 de 31 de outubro de 2023.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do exercício de 2024, no valor de R$40.000,00(quarenta mil reais) nas atividades relacionadas abaixo:

18 – FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA DE SANGÃO
01 – FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA DE SANGÃO
2.100 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0719.000000 – Material de Consumo R$32.843,54

3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0719.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$7.156,46

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da Lei nº 14.399/2022 – Aldir Blanc.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sangão/SC, 18 de junho de 2024.

Castilho Silvano Vieira
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 62 DE 26 JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132804

DECRETO Nº 62 DE 26 JUNHO DE 2024
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CASTILHO SILVANO VIEIRA, Prefeito Municipal de Sangão/SC, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Sangão aprovou e eu sanciono o seguinte decreto:

Art. 1º. Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC no exercício de 2024 na importância de R$ 25.850,00 (vinte cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ. 2018– MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
(126)3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0500.000000– Subvenções Sociais R$13.750,00

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Proj/Ativ. 2046– MANUTENÇÃO DE CONVENIOS COM OS HOSPITAIS E CLINICAS
(58)3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0002.001002– Subvenções Sociais R$12.100,00

Art. 2º. Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrá por conta de anulação total ou parcial, da dotação orçamentária do elemento de despesa abaixo discriminado:
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ. 2019 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(132)3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0001.001001– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$13.750,00

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Proj/Ativ. 2040– MANUTENÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE
(21)3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0002.001002– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica R$12.100,00

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se às disposições em contrário.

Sangão, 26 de junho de 2024.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Publicações Oficiais na Data Supra.

DECRETO Nº 63 DE 26 JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132808

DECRETO Nº 63 DE 26 JUNHO DE 2024.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA DE SANGÃO DO EXERCÍCIO DE 2024, POR CONTA DA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA CULTURA ATRAVÉS DA LEI ALDIR BLANC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor CASTILHO SILVANO VIEIRA, Prefeito Municipal de Sangão faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono o seguinte decreto:

Artigo 1º - Ficam autorizados à abertura dos Créditos Adicionais Especiais ao Orçamento do Fundo Municipal da Cultura de Sangão do exercício de 2024 na importância de R$ 64.056,11 (sessenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e onze centavos), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

1800- FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
1801- Fundo Municipal da Cultura		
2.100 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura		
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0719 – Pessoa física	R$	64.056,11
TOTAL	R$	64.056,11

Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior correrão por conta de Recursos Repassados na Rubrica de Receita 4.1.7.1.9.60.01.00.00.00 – Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura, conforme Lei nº 14.399 de 08 de julho de 2022 creditado na Conta Vinculada nº 29.476-4, Banco do Brasil S/A - Agência 2202 – Jaguaruna - SC.

Artigo 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2022/2025 - Lei Municipal nº 995/2021 de 23 de Junho de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2024 - Lei Municipal nº. 1098/2023 de 23 de Agosto de 2023 e Lei Orçamentárias/2024 - Lei Municipal nº. 1105/2023 de 31 de Outubro de 2023, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes para abertura de créditos adicionais especiais da presente Lei.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.
Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Sangão, 26 de junho de 2024.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1136 DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132817

LEI ORDINÁRIA Nº 1136 DE 26 DE JUNHO DE 2024
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA DE SANGÃO DO EXERCÍCIO DE 2024, POR CONTA DA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA CULTURA ATRAVÉS DA LEI ALDIR BLANC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor CASTILHO SILVANO VIEIRA, Prefeito Municipal de Sangão faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam autorizados à abertura dos Créditos Adicionais Especiais ao Orçamento do Fundo Municipal da Cultura de Sangão do exercício de 2024 na importância de R$ 64.056,11 (sessenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e onze centavos), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

1800- FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
1801- Fundo Municipal da Cultura		
2.100 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura		
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0719 – Pessoa física	R$	64.056,11
TOTAL	R$	64.056,11

Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior correrão por conta de Recursos Repassados na Rubrica de Receita

4.1.7.1.9.60.01.00.00.00 – Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura, conforme Lei nº 14.399 de 08 de julho de 2022 creditado na Conta Vinculada nº 29.476-4, Banco do Brasil S/A - Agência 2202 – Jaguaruna - SC.

Artigo 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2022/2025 - Lei Municipal nº 995/2021 de 23 de Junho de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2024 - Lei Municipal nº. 1098/2023 de 23 de Agosto de 2023 e Lei Orçamentárias/2024 - Lei Municipal nº. 1105/2023 de 31 de Outubro de 2023, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes para abertura de créditos adicionais especiais da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Sangão, 26 de junho de 2024.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1137 DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132823

LEI ORDINÁRIA Nº 1137 DE 25 DE JUNHO DE 2024
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CASTILHO SILVANO VIEIRA, Prefeito Municipal de Sangão/SC, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Sangão aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC no exercício de 2024 na importância de R$ 25.850,00 (vinte cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ. 2018– MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
(126)3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0500.000000– Subvenções Sociais R$13.750,00

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Proj/Ativ. 2040– MANUTENÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE
(21)3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0002.001002– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica R$12.100,00

Art. 2º. Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrá por conta de anulação total ou parcial, da dotação orçamentária do elemento de despesa abaixo discriminado:
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj/Ativ. 2019 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(132)3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0001.001001– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$13.750,00

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Proj/Ativ. 2046– MANUTENÇÃO DE CONVENIOS COM OS HOSPITAIS E CLINICAS
(58)3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0002.001002– Subvenções Sociais R$12.100,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se às disposições em contrário.

Sangão, 25 de junho de 2024.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Publicações Oficiais na Data Supra.

TERMO DE FOMENTO N° 001/2024

Publicação Nº 6131199

TERMO DE FOMENTO N° 001/2024

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGÃO-SC E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JAGUARUNA, SANGÃO E TREZE DE MAIO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SANGÃO , pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rodovia SC 443, Km 02, Centro, Sangão/SC, CEP 88.717-000, inscrito no CNPJ sob o nº 95.780.458/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Castilho Silvano Vieira, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 750.404.259-53, portador da Carteira de Identidade nº 1.733.224, residente e domiciliado no Município de Sangão – SC, pela doravante denominada simplesmente CONCEDENTE e do outro a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JAGUARUNA, SANGÃO E TREZE DE MAIO, inscrita no CNPJ nº 09.373.045/0001-86, com sede na Rodovia SC 442 – Arno Arnaldo Napoli, KM 02, e representada neste ato por seu Presidente ALICIO DA CRUZ BITENCORT, brasileiro, casado, com CPF nº 837.733.809-25, residente e domiciliado na Rua Joe Alicio Bitencourt, SN, Cristo Rei – Jaguaruna/SC, CEP 88.715-000, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE FOMENTO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Termo tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JAGUARUNA, SANGÃO E TREZE DE MAIO, com a finalidade de efetuar transferências financeiras de subvenções sociais, nos termos da lei federal nº 13.019/2014 e Lei Ordinária municipal nº 1134 de 04 de junho de 2024, destinado à compra de uniformes, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Fomento encontra fundamento jurídico no art. 42 da lei nº. 13.019/2014 na Lei Ordinária municipal nº 1134 de 04 de junho de 2024, bem como fundamentado no inciso na Lei 13.019/14.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integra este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Avaliação e Julgamento, propostos pela OSC, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1 – São Obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL:

a) Transferir à OSC os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Fomento, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do art. 35, inciso V, alínea h, da Lei Federal nº 13.019/2014;

d) Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014;

e) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública Municipal assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei Federal nº 13.019/2014;

f) Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014;

g) Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014;

h) Publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento; e

i) Analisar as prestações de contas parciais e final relativas a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta nos arts. 66 e 67 da Lei Federal nº 13.019/2014;

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014.

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Fomento;

e) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;

f) Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014;

g) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;

h) Submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

i) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como

contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
j) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
k) Realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
l) Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
m) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
n) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei Federal nº 13.019/2014;
o) Facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
p) Permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
q) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 13.019/2014;
r) Prestar contas à Administração Pública Municipal, mensalmente até o dia 15º dia do mês subsequente do repasse e anualmente ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, em relação aos recursos recebidos e aplicados; sob pena de bloqueio, suspensão ou cancelamento do pagamento das transferências financeiras à OSC, quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
r.1) Para fins de interpretação entende-se por:
r.1.1) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
r.1.2) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a OSC o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
r.1.3) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.
s) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
t) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Fomento e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento,
u) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades às quais se destina;
v) Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
w) Permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;
x) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
y) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
z) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

1. Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente específica na instituição financeira determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014.
2. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Pública Municipal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014.
3. Para execução do presente Termo de Fomento a Administração Pública Municipal repassará por transferência bancária (Banco 001-BB - Agência 2202-0, Conta Corrente n° 30095-0), à OSC supracitada, de acordo com as suas necessidades, respeitando-se a disponibilidade de numerário do MUNICÍPIO, perfazendo o valor máximo global de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), as despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, de número (14), prevista no orçamento para o exercício de 2024.
Os recursos transferidos em uma única vez e serão utilizados exclusivamente para o aquisição de uniformes, conforme previsto no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.
4. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomen e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
5. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

I - É vedado à OSC:
a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas.
c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Fomento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Pública Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;
II - Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie.
III – Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Termo de Fomento deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES
1. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública Municipal.
2. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.
3. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.
CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.
2. A Administração Pública Municipal designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução com visitas in loco.
4. A Administração Pública Municipal realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC.
5. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Municipal, pelos órgãos de controle interno e externo.
CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA
1. O prazo de vigência deste Termo de Fomento será a partir de 01 de junho de 2024, com término em 31/12/2024, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014:
I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.
II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.
III – A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:
a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;
b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e
c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.
CLÁUSULA DÉCIMA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
1. A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal, de forma parcial, com base no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.
2. A prestação de contas parciais deverá ser entregue no décimo quinto dia útil de cada mês subsequente ao pagamento da parcela do recurso.
3. A última prestação de constas deverá ser entregue impreterivelmente até o dia 15 de Novembro de 2024. A OSC deverá entregar juntamente com a prestação de contas RELATÓRIO FINAL DA PARCERIA.
4. As prestações de contas observarão as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho.
5. As prestações de contas apresentadas pela OSC deverão conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
6. Para fins de prestação de contas a OSC deverá apresentar relatório (parcial e final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:
I - Relatório de Execução do Objeto:
a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros;
d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
e) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
f) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
g) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
h) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.

II - Relatório de Execução Financeira:
a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
c) extrato da conta bancária específica;
d) memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
e) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
f) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
g) comprovante bancário dos pagamentos realizados.
5. A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:
I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.
7. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:
I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;
II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;
III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;
IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.
8. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.
9. A OSC deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para entregar o relatório de execução do objeto e de execução financeira para a Administração Pública Municipal.
10. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:
I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.
11. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:
I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou
II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.
12. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:
I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e
II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.
13. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.
14. No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:
I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e
II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.
15. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.
16. O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA
1. O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos participes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
2. O Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:
a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.
b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS
1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.
2. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:
I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas

obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;
II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;
III – o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.
3. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014.
4. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
1. Nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
2. A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:
I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e
II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES
1. Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Fomento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da OSC, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.
2. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:
I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.
3. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
1. A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.
CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
1. Os participes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste, não logrando êxito na solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Jaguaruna e, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 02 (vias) vias de igual teor e forma para que produza seus legais.

Sangão/SC, 25 de junho de 2024.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ALICIO DA CRUZ BITENCORT
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

Testemunhas:

1ª _____
Rosiane P.Mroczkoski
CPF: 041.581.369-70

2ª _____
Suzana Luiz Tiburcio
CPF: 065.404.439-27

Santa Cecilia

PREFEITURA

CONTRATO 054/2024

Publicação Nº 6132528

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BA497DFCEB38EBC6CCA85E0FB62F276D49D27518

Contrato N° 54/2024
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada: ARPANA E-COMMERCE LTDA
Valor: 32.732,52
Vigência: Início: 19/06/2024 Término: 19/06/2025
Licitação: 17/2024
Objeto da Contratação: Aquisição de tintas e correlatos em atendimento as necessidades das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 27 de Junho de 2024

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeito(a) Municipal

CONTRATO 055/2024

Publicação Nº 6132535

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 59D50C6634E25BB3D8608D68570D34ECC54D615B

Contrato N° 55/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada: ELETRO CENTER MATERIAIS ELETRICOS, HIDRAULICOS E FERRAMENTAS LTDA
Valor: 768,00
Vigência: Início: 19/06/2024 Término: 19/06/2025
Licitação: 17/2024
Objeto da Contratação: Aquisição de tintas e correlatos em atendimento as necessidades das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 27 de Junho de 2024

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeito(a) Municipal

CONTRATO 056/2024

Publicação Nº 6132543

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D8A8D72F58D6E863B9E8EF991F6C1ED5604F59F6

Contrato N° 56/2024
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada: Industria de Tintas Ouro LTDA.
Valor: 7.520,00
Vigência: Início: 19/06/2024 Término: 19/06/2025
Licitação: 17/2024
Objeto da Contratação: Aquisição de tintas e correlatos em atendimento as necessidades das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 27 de Junho de 2024

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeito(a) Municipal

CONTRATO 057/2024

Publicação Nº 6132564

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7382F9D292E871417E5E21C9519EDF42B1BDE707

Contrato N° 57/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada: SUL FORTE LTDA
Valor: 748,38
Vigência: Início: 19/06/2024 Término: 19/06/2025
Licitação: 17/2024
Objeto da Contratação: Aquisição de tintas e correlatos em atendimento as necessidades das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 27 de Junho de 2024

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeito(a) Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

PORTARIA EXECUTIVA Nº 183/2024

Publicação Nº 6118650

PORTARIA Nº 183/2024
De 28 de junho de 2024
EXONERA FUNCIONÁRIO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SALÉSIO WIEMES, Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor,

RESOLVE:
01 – EXONERAR, a pedido, a senhora KARLA LUANA FOLSTER ROESNER WESTPHAL, do Cargo de Secretária Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, matricula 1270, 40 horas semanais.

02 – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 30 de junho de 2024.

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima/SC em 28 de junho de 2024.

SALÉSIO WIEMES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente portaria no mural da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima/SC em 28 de junho de 2024.

SEBASTIÃO VANDERLINDE
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

Santa Rosa do Sul

Prefeitura

ADENDO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 067/2024-PE

Publicação Nº 6132472

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 067/2024
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

ADENDO

O Edital de Pregão Eletrônico n° 067/2024 que tem por objeto registrar preços com a finalidade de seleção de empresa e/ou pessoa física para futura e eventual contratação para o fornecimento de material esportivo para uso das secretarias municipais de Santa Rosa do Sul, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul/SC, suprimi do edital o item 11.8.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município de Santa Rosa do Sul.
As demais cláusulas e condições do Edital supra citado, para participação e credenciamento, se mantém as mesmas, inclusive seus prazos de entrega de envelopes, abertura e julgamentos dos mesmos.
Esse adendo está publicado no Diário Oficial dos Município/DOM-SC.

Santa Rosa do Sul/SC, 27 de Junho de 2024.
Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

DESPACHO

Publicação Nº 6132822

DESPACHO

Núcleo Urbano Informal: ”MOINHOS DE VENTO 111/SETOR-2”
P.A.R.: 002/2021 (complementar)

O P.A.R. referenciado foi instaurado em face do requerimento subscrito pela empresa Alex Sander Bristot de oliveira, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPJ nº 17.361.235/0001-01, com sede na Avenida Damásio Peres, nº 463, centro , na cidade de Santa Rosa do Sul/SC, neste ato representado pelo Sr. Alex Sander Bristot de Oliveira, solteiro, empresário, nascido em 07 de junho de 1980, portador do CPF nº 005.104.239-81, inscrito no RG nº 3-735-303 SSP/SC. O Referido requerimento veio acompanhado de dezenas de documentos demonstrando a época em que a área foi ocupada (contratos de compra e venda e outros documentos comprobatórios), que todos os lotes têm acesso a um sistema viário bem delimitado e com largura suficiente para a circulação de veículos.
Em face do quanto até agora produzido, verifica-se que o núcleo denominado “MOINHOS DE VENTO-111/SETOR-2” se subsome no conceito de ‘núcleo urbano informal consolidado’ previsto nos incisos I, II e III da Lei nacional 13.465 de 2017, podendo, então, ser objeto de reurb e ter sua regularização fundiária promovida levando-se em consideração suas características para estabelecimento de parâmetros urbanísticos e ambientais específicos conforme autoriza o parágrafo único do artigo 35 da mesma lei.
Para que se dê ampla transparência ao teor deste despacho, publique-se e autue-se.

Em Santa Rosa do Sul/SC, 27 de junho de 2024.
Paulo Roberto de Souza Martins
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2024

Publicação Nº 6132630

Contrato Nº : 180/2014/2014
Aditivo Nº : 112/2024
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL
Contratada : BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 84/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA 1 ETAPA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, COMPOSTO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, LIGAÇÕES DOMICILIARES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, CAIXAS DE DISTRIBUIÇÕES, WETLAND(FILTRO PLANTADO), BAFFLED, EMISSÁRIOS, E URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO. TUDO SERÁ EXECUTADO DE CONFORMIDADE COM OS PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES EM ANEXO.(MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO).
Vigência : Início: 27/06/2024 Término: 31/12/2024

Assinatura : 27/06/2024
Valor R$: 0,00 (Zero)

GESTOR: ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA

NOTIFICAÇÃO EDITAL

Publicação Nº 6131788

NOTIFICAÇÃO EDITALÍCIA - REURB

Núcleo Urbano Informal: SOUZA / SETOR-01
Procedimento Administrativo: 03/2022 (complementar)

Saibam quantos virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que o Município de Santa Rosa do Sul-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 80.989.965/0001-98, com sede a Rua Fermínio Pedro Raupp, n° 400, Centro, representado neste ato pelo Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Paulo Roberto de Souza Martins, inscrito no CPF sob o n° 689.055.649-68, instaurou o procedimento administrativo de regularização fundiária complementar do núcleo urbano informal "SOUZA / SETOR-01" (Núcleo aprovado através do Decreto nº 021 de 02/05/2022), cujo registro originou a matrícula do núcleo de nº. 19.097, aberta em 29/07/2022. e que a referida regularização envolverá a seguinte área:

Trata-se de identificação por visualização aérea de núcleo urbano consolidado com infraestrutura essencial existente, localizado no bairro Engenho Velho, centro, neste município de Santa Rosa do Sul/SC.:

Quadra 97 – Lote 01: REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 360,73m², com perímetro de 79,12m, localizado na esquina entre as Ruas Jose Porfirio de Melo Parte 02 e Rua Manoel Norberto Fraga, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Jose Porfirio de Melo Parte 02, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Antonio Luiz Possamai Parte 02 e terras de terceiros, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 360,73m² (trezentos e sessenta metros quadrados com setenta e três decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 6.776.003,94m / E 624.372,30m; deste segue confrontando com Rua Jose Porfirio De Melo Parte 02, com azimute de 219°06'13,34" por uma distância de 25,40m, até o vértice 04, de coordenadas N 6.775.984,23m / E 624.356,28m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 129°08'56,23" por uma distância de 14,17m, até o vértice 03, de coordenadas N 6.775.975,28m / E 624.367,27m; deste segue confrontando com LT02, Matricula 19.117 RI Santa Rosa Do Sul - SC, com azimute de 39°27'50,80" por uma distância de 25,22m, até o vértice 02, de coordenadas N 6.775.994,75m / E 624.383,30m; deste segue confrontando com Osmar Cardoso de Aguiar, CPF: 495.340.689-34, Área de Posse, com azimute de 309°52'38,00" por uma distância de 14,33m, até o vértice 01, onde teve início essa descrição.
Área total de 360,73m² dentro de uma área maior de 22.757,54 m², equivalente a 1,58% da área total do núcleo urbano informal "SOUZA / SETOR 01".
Quadra 133 – Lote 11: REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 324,40m², com perímetro de 74,18m, localizado na esquina entre as Ruas Manoel Norberto Fraga e Rua Antonio Luiz Possamai, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Jose Porfirio de Melo, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Antonio Luiz Possamai e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 324,40 m² (trezentos e vinte e quatro metros quadrados com quarenta decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 07, de coordenadas N 6.775.935,40m / E 624.397,16m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 129°40'09,76" por uma distância de 14,00m, até o vértice 08, de coordenadas N 6.775.926,46m / E 624.407,94m; deste segue confrontando com Rua Antonio Luiz Possamai, com azimute de 220°14'55,03" por uma distância de 22,98m, até o vértice 09, de coordenadas N 6.775.908,92m / E 624.393,09m; deste segue confrontando com LT01, Matricula 20.297 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 309°54'30,40" por uma distância de 14,26m, até o vértice 10, de coordenadas N 6.775.918,07m / E 624.382,15m; deste segue confrontando com LT10, Matricula 19.127 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°53'48,32" por uma distância de 22,93m, até o vértice 07, onde teve início essa descrição.
Área total de 324,40m² dentro de uma área maior de 22.757,54 m², equivalente a 1,42% da área total do núcleo urbano informal "SOUZA / SETOR 01".

Quadra 134 – Lote 01: REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 364,15m², com perímetro de 78,41m, localizado na esquina entre as Ruas Antonio Luiz Possamai e Rua Manoel Norberto Fraga, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Antonio Luiz Possamai, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Olavo Mamede Bittencourt e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 364,15m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados com quinze decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 11, de coordenadas N 6.775.918,76m / E 624.417,12m; deste segue confrontando com Rua Antonio Luiz Possamai, com azimute de 220°13'26,32" por uma distância de 23,98m, até o vértice 15, de coordenadas N 6.775.900,45m / E 624.401,63m; deste segue confrontando com L11, com azimute de 130°09'26,78" por uma distância de 15,24m, até o vértice 14, de coordenadas N 6.775.890,62m / E 624.413,28m; deste segue confrontando com L02, com azimute de 39°38'54,94" por uma distância de 24,19m, até o vértice 24, de coordenadas N 6.775.909,25m / E 624.428,72m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 309°20'53,62" por uma distância de 15,00m, até o vértice 11, onde teve início essa descrição.
Área total de 364,15m² dentro de uma área maior de 22.757,54 m², equivalente a 1,60% da área total do núcleo urbano informal "SOUZA / SETOR 01".
Quadra 134 – Lote 02: REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 336,55m², com perímetro de 76,23m, localizado no meio da quadra, com distância de 15,00m da esquina

mais próxima com a Rua Antonio, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Antonio Luiz Possamai, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Olavo Mamede Bittencourt e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 336,55m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados com cinquenta e cinco decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 24, de coordenadas N 6.775.909,25m / E 624.428,72m; deste segue confrontando com L01, com azimute de 219°38'54,94" por uma distância de 24,19m, até o vértice 14, de coordenadas N 6.775.890,62m / E 624.413,28m; deste segue confrontando com L11, com azimute de 130°08'33,48" por uma distância de 13,82m, até o vértice 21, de coordenadas N 6.775.881,71m / E 624.423,85m; deste segue confrontando com Área Remanescente da Matricula 19.097 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°00'41,76" por uma distância de 4,98m, até o vértice 22, de coordenadas N 6.775.885,53m / E 624.427,05m; deste segue confrontando com LT03, Matricula 19.128 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°01'35,81" por uma distância de 19,25m, até o vértice 23, de coordenadas N 6.775.900,27m / E 624.439,43m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 309°58'34,04" por uma distância de 13,98m, até o vértice 24, onde teve início essa descrição.
Área total de 336,55m² dentro de uma área maior de 22.757,54m², equivalente a 1,48% da área total do núcleo urbano informal "SOUZA / SETOR 01".

Quadra 134 – Lote 11: REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 404,97m², com perímetro de 86,01m, localizado na esquina entre as Ruas Antonio Luiz Possamai e Rua Amandio Pedro Tristão, lado par, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Antonio Luiz Possamai, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Olavo Mamede Bittencourt e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 404,97m² (quatrocentos e quatro metros quadrados com noventa e sete decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 15, de coordenadas N 6.775.900,45m / E 624.401,63m; deste segue confrontando com Rua Antonio Luiz Possamai, com azimute de 220°13'26,32" por uma distância de 14,07m, até o vértice 17, de coordenadas N 6.775.889,71m / E 624.392,55m; deste segue confrontando com Rua Amandio Pedro Tristão, com azimute de 129°36'34,65" por uma distância de 29,10m, até o vértice 20, de coordenadas N 6.775.871,16m / E 624.414,97m; deste segue confrontando com Área Remanescente da Matricula 19.097, RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°04'34,29" por uma distância de 13,79m, até o vértice 21, de coordenadas N 6.775.881,71m / E 624.423,85m; deste segue confrontando com L02, com azimute de 310°08'33,48" por uma distância de 13,82m, até o vértice 14, de coordenadas N 6.775.890,62m / E 624.413,28m; deste segue confrontando com L01, com azimute de 310°09'26,78" por uma distância de 15,24m, até o vértice 15, onde teve início essa descrição.

PROPRIETÁRIO (s): Jorge Alziro Francisco e Valdirene Martins de Matos Francisco MUNICÍPIO: Santa Rosa do Sul. LOTE: 02 ESTADO: Santa Catarina. QUADRA: 134 ÁREA (m²): 336,55 SETOR: 01 ÁREA EDIFICADA (m²): 94,15 ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO: Alvenaria MATRÍCULA: 19.097 DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO O Lote de terreno sob nº 02 da Quadra 134 do REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 336,55m², com perímetro de 76,23m, localizado no meio da quadra, com distância de 15,00m da esquina mais próxima com a Rua Antonio, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Antonio Luiz Possamai, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Olavo Mamede Bittencourt e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 336,55m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados com cinquenta e cinco decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 24, de coordenadas N 6.775.909,25m / E 624.428,72m; deste segue confrontando com L01, com azimute de 219°38'54,94" por uma distância de 24,19m, até o vértice 14, de coordenadas N 6.775.890,62m / E 624.413,28m; deste segue confrontando com L11, com azimute de 130°08'33,48" por uma distância de 13,82m, até o vértice 21, de coordenadas N 6.775.881,71m / E 624.423,85m; deste segue confrontando com Área Remanescente da Matricula 19.097 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°00'41,76" por uma distância de 4,98m, até o vértice 22, de coordenadas N 6.775.885,53m / E 624.427,05m; deste segue confrontando com LT03, Matricula 19.128 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°01'35,81" por uma distância de 19,25m, até o vértice 23, de coordenadas N 6.775.900,27m / E 624.439,43m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 309°58'34,04" por uma distância de 13,98m, até o vértice 24, onde teve início essa descrição.

PROPRIETÁRIO (s): Alfredo Lopes e Maria Neli de Oliveira Lopes LOTE: 01 MUNICÍPIO: Santa Rosa do Sul. QUADRA: 134 ESTADO: Santa Catarina. SETOR: 01 ÁREA (m²): 364,15 ÁREA EDIFICADA A (m²): 83,21 ÁREA EDIFICADA B (m²): 86,35 ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO: Mista MATRÍCULA: 19.097 DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO O Lote de terreno sob nº 01 da Quadra 134 do REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 364,15m², com perímetro de 78,41m, localizado na esquina entre as Ruas Antonio Luiz Possamai e Rua Manoel Norberto Fraga, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Antonio Luiz Possamai, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Olavo Mamede Bittencourt e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 364,15m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados com quinze decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 11, de coordenadas N 6.775.918,76m / E 624.417,12m; deste segue confrontando com Rua Antonio Luiz Possamai, com azimute de 220°13'26,32" por uma distância de 23,98m, até o vértice 15, de coordenadas N 6.775.900,45m / E 624.401,63m; deste segue confrontando com L11, com azimute de 130°09'26,78" por uma distância de 15,24m, até o vértice 14, de coordenadas N 6.775.890,62m / E 624.413,28m; deste segue confrontando com L02, com azimute de 39°38'54,94" por uma distância de 24,19m, até o vértice 24, de coordenadas N 6.775.909,25m / E 624.428,72m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 309°20'53,62" por uma distância de 15,00m, até o vértice 11, onde teve início essa descrição.

PROPRIETÁRIO (s): Élida Tramontin LOTE: 01 MUNICÍPIO: Santa Rosa do Sul. QUADRA: 97 ESTADO: Santa Catarina. SETOR: 01 ÁREA (m²): 360,73 ÁREA EDIFICADA (m²): Não possui MATRÍCULA: 19.097 DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO O Lote de terreno sob nº 01 da Quadra 97 do REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 360,73m², com perímetro de 79,12m, localizado na esquina entre as Ruas Jose Porfirio de Melo Parte 02 e Rua Manoel Norberto Fraga, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Jose Porfirio de Melo Parte 02, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Antonio Luiz Possamai Parte 02 e terras de terceiros, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 360,73m² (trezentos e sessenta metros quadrados com setenta e três decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 6.776.003,94m / E 624.372,30m; deste segue confrontando com Rua Jose Porfirio De Melo Parte 02, com azimute de 219°06'13,34" por uma distância de 25,40m, até o vértice 04, de coordenadas N 6.775.984,23m / E 624.356,28m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 129°08'56,23" por uma distância de 14,17m, até o vértice 03, de coordenadas

N 6.775.975,28m / E 624.367,27m; deste segue confrontando com LT02, Matricula 19.117 RI Santa Rosa Do Sul - SC, com azimute de 39°27'50,80" por uma distância de 25,22m, até o vértice 02, de coordenadas N 6.775.994,75m / E 624.383,30m; deste segue confrontando com Osmar Cardoso de Aguiar, CPF: 495.340.689-34, Área de Posse, com azimute de 309°52'38,00" por uma distância de 14,33m, até o vértice 01, onde teve início essa descrição.

PROPRIETÁRIO (s): Tiago Cardoso de Oliveira e Aline Selau de Oliveira LOTE: 11 MUNICÍPIO: Santa Rosa do Sul. QUADRA: 133 ESTADO: Santa Catarina. SETOR: 01 ÁREA (m²): 324,40 ÁREA EDIFICADA A (m²): 115,45 ÁREA EDIFICADA B (m²): 83,93 ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO: Mista MATRÍCULA: 19.097 DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO O Lote de terreno sob nº 11 da Quadra 133 do REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 324,40m², com perímetro de 74,18m, localizado na esquina entre as Ruas Manoel Norberto Fraga e Rua Antonio Luiz Possamai, lado ímpar, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Jose Porfirio de Melo, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Antonio Luiz Possamai e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 324,40 m² (trezentos e vinte e quatro metros quadrados com quarenta decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 07, de coordenadas N 6.775.935,40m / E 624.397,16m; deste segue confrontando com Rua Manoel Norberto Fraga, com azimute de 129°40'09,76" por uma distância de 14,00m, até o vértice 08, de coordenadas N 6.775.926,46m / E 624.407,94m; deste segue confrontando com Rua Antonio Luiz Possamai, com azimute de 220°14'55,03" por uma distância de 22,98m, até o vértice 09, de coordenadas N 6.775.908,92m / E 624.393,09m; deste segue confrontando com LT01, Matricula 20.297 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 309°54'30,40" por uma distância de 14,26m, até o vértice 10, de coordenadas N 6.775.918,07m / E 624.382,15m; deste segue confrontando com LT10, Matricula 19.127 RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°53'48,32" por uma distância de 22,93m, até o vértice 07, onde teve início essa descrição.

PROPRIETÁRIO (s): Alfredo Lopes e Maria Neli de Oliveira Lopes LOTE: 11 MUNICÍPIO: Santa Rosa do Sul. QUADRA: 134 ESTADO: Santa Catarina. SETOR: 01 ÁREA (m²): 404,97 ÁREA EDIFICADA A (m²): 64,81 ÁREA EDIFICADA B (m²): 94,15 ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO: Mista MATRÍCULA: 19.097 DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO O Lote de terreno sob nº 11 da Quadra 134 do REURB denominado "SOUZA / SETOR 01", no município de SANTA ROSA DO SUL - SC, ENGENHO VELHO, comarca de SANTA ROSA DO SUL - SC, com 404,97m², com perímetro de 86,01m, localizado na esquina entre as Ruas Antonio Luiz Possamai e Rua Amandio Pedro Tristão, lado par, no quarteirão formado pelas citadas vias mais Rua Antonio Luiz Possamai, Rua Manoel Norberto Fraga, Rua Olavo Mamede Bittencourt e Rua Amandio Pedro Tristão, de formato regular. O terreno a ser regularizado, abrange uma área de 404,97m² (quatrocentos e quatro metros quadrados com noventa e sete decímetros quadrado), tem início a descrição deste perímetro no vértice 15, de coordenadas N 6.775.900,45m / E 624.401,63m; deste segue confrontando com Rua Antonio Luiz Possamai, com azimute de 220°13'26,32" por uma distância de 14,07m, até o vértice 17, de coordenadas N 6.775.889,71m / E 624.392,55m; deste segue confrontando com Rua Amandio Pedro Tristão, com azimute de 129°36'34,65" por uma distância de 29,10m, até o vértice 20, de coordenadas N 6.775.871,16m / E 624.414,97m; deste segue confrontando com Área Remanescente da Matricula 19.097, RI Santa Rosa do Sul - SC, com azimute de 40°04'34,29" por uma distância de 13,79m, até o vértice 21, de coordenadas N 6.775.881,71m / E 624.423,85m; deste segue confrontando com L02, com azimute de 310°08'33,48" por uma distância de 13,82m, até o vértice 14, de coordenadas N 6.775.890,62m / E 624.413,28m; deste segue confrontando com L01, com azimute de 310°09'26,78" por uma distância de 15,24m, até o vértice 15, onde teve início essa descrição.

Assim, tem a presente publicação a finalidade de NOTIFICAR os possíveis interessados e eventuais proprietários, titulares de domínio e confrontantes não identificados, ou não encontrados ou que recusaram o recebimento da notificação por via postal.
Inclusive, NOTIFICAR por meio do presente instrumento, os seguintes proprietários e confrontantes não localizados:
• ALDO JOÃO PERETTO, brasileiro, inscrito no CPF nº 269.368.100-53, casado com Maria Vanilda de Souza Peretto, residentes e domiciliados na Rua José Miguel Filho, nº 185 Vila São João, município de Torres/RS
• NORBERTO MANOEL FRAGA, brasileiro, lavrador, residente e domiciliado neste município de Santa rosa do Sul/SC.
• VANIR DE SOUZA, inscrita no CPF nº 941.900.039-72, residente e domiciliada na Travessa Eugênio Vicente Claudino, nº 84, município de Sombrio/SC.
• NOIR SILVEIRA, brasileiro, agricultor, inscrito no CPF nº 454.099.860-91, casado com Salete Maria Trajano Silveira, residentes e domiciliados no município de Sombrio/SC.

Àqueles que se sentirem prejudicados deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, mediante prévio agendamento pelo telefone (48) 3534-1113, para tomarem conhecimento do procedimento administrativo, plantas, projetos e demais documentos, ou, se preferirem, impugnar o procedimento municipal, em até 30 (trinta) dias a contar da presente data.
Por fim, em obediência ao previsto na Lei Nacional n. 13.465, de 11 de julho de 2017, para que não se alegue ignorância ou desconhecimento, o Município de Santa Rosa do Sul adverte que o silêncio dos aqui notificados será considerado como concordância à regularização fundiária promovida, e a ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb.

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, em 27 dias do mês de junho de 2024.

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária
Paulo Roberto de Souza Martins

PORTARIA 254/2024

Publicação Nº 6132795

PORTARIA N. º 254, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
PROMOVE SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 17, da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores, e Art. 17 da Lei nº 45, de 20/08/90, e alterações posteriores.

RESOLVE:
Art. 1° - Promover o Servidor Franc Sinatra Barboza, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo III, do Grupo Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nomeado pela Portaria n. º335, de 01/11/2005, pelo critério de merecimento, da Referência A003, para Referência A004.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de junho de 2024.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoal

PORTARIA 255/2024

Publicação Nº 6132797

PORTARIA N. º 255, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
PROMOVE SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 17, da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores, e Art. 17 da Lei nº 45, de 20/08/90, e alterações posteriores.

RESOLVE:
Art. 1° - Promover o Servidor Vinicius Lima Dias, ocupante do Cargo Permanente de Farmacêutico, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nomeado pela Portaria n. º102, de 26/05/2020, pelo critério de merecimento, da Referência A001, para Referência A002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de junho de 2024.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoal

São Bento do Sul

Prefeitura

DECISÃO ANULA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO 11/2023 - CARGO PROFESSOR DE TAEKWONDO

Publicação Nº 6132926

DECISÃO

OBJETO – ANULA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO 11/2023 – CARGO PROFESSOR DE TAEKWONDO

Trata-se de Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público de Santa Catarina, a fim de apurar a legalidade na contratação de profissional para ministrar aulas de taekwondo na Rede de Ensino.

Tendo em vista a controvérsia apontada e a recomendação expedida, entendo que, neste momento, não há prejuízos na anulação do processo em relação ao cargo a que se pretendia, mesmo que tenha sido planejada e incluída na grade a disciplina para as crianças, pois se trata de modalidade eletiva e adicional.

Pelo exposto, DECIDO acatar a Recomendação nº 0001/2024/03PJ/SBS, pelo que ANULO do Processo Seletivo nº 11/2023 a contratação do cargo de Professor de Taekwondo, anulando, consequentemente, todos os efeitos decorrentes da sua publicação, como classificação e cadastro de reserva.

Publique-se, Cumpra-se.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

DECRETO N° 2803/2024

Publicação Nº 6132234

DECRETO Nº 2803, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
AUTORIZA A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB A ALIENAR AS UNIDADES HABITACIONAIS
Considerando que a Empresa Municipal de Habitação tem por objetivo a implementação de programas de habitação e loteamentos populares de interesse social, conforme artigo 2º da Lei 56, de 18 de maio de 2001;
Considerando que a Autarquia faz parte dos órgãos do Poder Executivo, sendo este um termo amplo e que abrange todos os seus componentes;
Considerando a Lei 5008 de 24 de maio de 2024;
Considerando as exigências do Tabelionato de Notas e Protestos de São Bento do Sul;
O Prefeito do Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado que as alienações das unidades habitacionais localizadas no Loteamento Residencial Delina, no Bairro Brasília e no Loteamento Residencial Prímio, no Bairro Serra Alta, provenientes do Programa Pró Moradia, se deem através da Empresa Municipal de Habitação – EHMAB, podendo o seu Diretor-Presidente assinar as respectivas escrituras se assim for necessário.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 177/2024

Publicação Nº 6132958

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 177/2024

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de nº 307/2023, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa STILO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, em 05 de dezembro de 2023, conforme Edital de Concorrência Eletrônica nº 253/2023.

Considerando que o objeto do Contrato de nº 307/2023 consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para reforma parcial do CEIM Trenzinho Maluco, situado na Rua Governador Pedro Ivo, nº 200, no bairro 25 de Julho em São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 253/2023, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando o vencimento do prazo de execução da obra em 17 de junho de 2024 e do prazo de vigência do referido contrato em 07 de julho de 2024.

Considerando Memorando nº 518/2024/SEMED em anexo a este Termo Aditivo, onde o fiscal da obra e engenheiro civil da SEMED solicita prorrogação dos prazos de execução e de vigência do contrato visto atraso no cronograma de obra em função da necessidade da execução de itens e serviços não previstos em projeto inicial que exigiram novas demandas, tais como: demolição de alvenaria e remoção de revestimento cerâmico no banheiro no maternal para ampliação de sala, instalação de forro banheiro maternal, substituição de parte do forro beiral danificado da edificação, execução de rampa de acesso ao refeitório, guarda corpo conforme relacionados em planilha, e demais itens a serem finalizados.

Diante do exposto, se faz necessário prorrogar o prazo de execução e vigência para que a obra possa ser finalizada e aditivar o referido contrato conforme itens e valores aprovados pela fiscalização, com base na Cláusula Sexta – da Vigência e Prorrogação, Parágrafo Único, e Art. 124 e art. 125 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 18 de junho de 2024 com término em 18 de agosto de 2024.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 08 de julho de 2024 com término em 08 de setembro de 2024.

Fica aditivado no contrato o valor total de **R$ 22.802,20** (vinte e dois mil oitocentos e dois reais e vinte centavos) de acordo com os itens abaixo e pagamentos conforme contrato original:

Aditivo 2 - Reforma Parcial da CEIM Trenzinho Maluco					
Projeto:	Reforma Parcial da CEIM Trenzinho Maluco		BDI	Data Base:	
Local:	Rua Governador Pedro Ivo, 200 Bairro: 25 de Julho , São Bento do Sul - SC		25,92%	Ago/2023 - Desonerado	
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtde**	**$ Unit**	**$ TOTAL**
				TOTAL GERAL	**R$ 22.802,20**
1.	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				**R$ 916,10**
1. 3.	**REMOÇÕES E DEMOLIÇÕES**				R$ 916,10
1. 3. 2	Demolição De Revestimento Cerâmico, De Forma Manual, Sem Reaproveitamento. (Piso banheiro maternal)	M2	7,15	R$ 25,60	R$ 183,01
1. 3. 3	Demolição De Revestimento Cerâmico, De Forma Manual, Sem Reaproveitamento. (Parede banheiro maternal)	M2	15,69	R$ 25,60	R$ 401,60
1. 3. 8	Remoção De Forros, De Forma Manual, Sem Reaproveitamento. (Cozinha nova e maternal)	M2	84,31	R$ 1,89	R$ 159,62
1. 3. 11	Transporte Horizontal De Entulho Com Carrinho De Mão	KGXKM	52,50	R$ 1,23	R$ 64,60
1. 3. 12	Remoção De Entulhos Com Caçamba Tira Entulhos Para Construção Civil	M3	1,00	R$ 107,29	R$ 107,29
3.	**SUPRAESTRUTURA**				**R$ 2.954,14**
3. 1.	**Concretagem**				R$ 2.954,14
3. 1. 1	Concretagem FCK 25 Mpa - incluso lançamento, adensamento e acabamento - (Viga solário)	M3	0,36	R$ 2.801,13	R$ 1.008,41

3. 1. 2	Execução De Passeio (Calçada) Ou Piso De Concreto Com Concreto Moldado In Loco, Feito Em Obra, Acabamento Convencional. 5Cm - Patamar/passarela acesso refeitório	M3	1,00	R$ 943,25	R$ 943,25
3. 1. 3	Enchimento poliestireno expandido/EPS (Isopor) - Patamar/passarela acesso refeitório	M3	3,00	R$ 279,49	R$ 838,48
3. 1. 4	Tela De Aco Soldada Nervurada, Ca-60, Q-92, (1,48 Kg/M2), Diametro Do Fio = 4,2 Mm, Largura = 2,45 X 60 M De Comprimento, Espacamento Da Malha = 15 X 15 Cm Solários E Estacionamento Cadeirantes	M2	11,00	R$ 14,91	R$ 164,00
4.	**FECHAMENTOS E REVESTIMENTOS**				**R$ 5.197,63**
4. 2.	**REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS**				R$ 5.197,62
4. 2. 1	Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Argamassa Traço 1:3 (Base mármore da cozinha)	M2	76,37	R$ 5,28	R$ 403,38
4. 2. 2	Massa Única, Em Argamassa Traço 1:2:8, Aplicada Manualmente Em Paredes, Espessura De 20Mm (Base mármore da cozinha, parede maternal, cozinha antiga e requadro piso solário)	M2	81,37	R$ 45,90	R$ 3.734,81
4. 2. 3	Revestimento Cerâmico Para Paredes Internas Com Placas Tipo Esmaltada Extra De Dimensões 25X35 Cm Aplicadas Na Altura Inteira Das Paredes. Cor: Branco (Base mármore da cozinha)	M2	12,80	R$ 74,99	R$ 959,85
4. 2. 10	Grade de ventilação permanente 200 mm - Fornecimento e instalação	UNID	2,00	R$ 49,79	R$ 99,58
5.	**COBERTURA**				**R$ 3.333,25**
5. 1.	**COBERTURA**				R$ 655,79
5. 1. 3	Viga não aparelhada 5 x 10 cm, em macaranduba/massaranduba, angelim ou equivalente da região	M	12,00	R$ 54,65	R$ 655,79
5. 2.	**FORRO**				R$ 2.677,46
5. 2. 2	Forro de Madeira para Beiral - incluso Meia-Cana, Testeira, Imunização e Pintura na cor Branca - reparos eventuais devido ao estado atual.	M2	3,00	R$ 233,81	R$ 701,42
5. 2. 3	Forro em madeira, para ambientes residenciais, inclusive estrutura unidirecional de fixação (Maternal)	M2	8,00	R$ 247,00	R$ 1.976,04
6.	**ACABAMENTOS**				**R$ 661,06**
6. 1.	**PINTURA INTERNA - AMPLIAÇÕES E REFORMAS**				R$ 290,94
6. 1. 1	Aplicação De Fundo Selador, Uma Demão (Parede maternal)	M2	15,69	R$ 4,32	R$ 67,72
6. 1. 3	Aplicação Manual De Pintura Em Paredes Internas Com Tinta Acrílica Acetinada Lavável, Duas Demãos - Cor: Padronizada Das Escolas (Parede maternal)	M2	15,69	R$ 14,23	R$ 223,22
6. 2.	**PINTURA EXTERNA**				R$ 370,13
6. 2. 1	Aplicação de Fundo Selador, uma demão (Solário)	M2	19,96	R$ 4,32	R$ 86,16
6. 2. 2	Aplicação Manual de Pintura com Tinta Acrílica Lavável, duas demãos - Cor: Padronizada das escolas (Solário)	M2	19,96	R$ 14,23	R$ 283,97
8.	**INSTALAÇÕES DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÃO**				**R$ 667,50**
8. 6.	**LUMINÁRIAS**				R$ 667,51
8. 6. 1	Fornecimento e Instalação de Painel LED Plafon de embutir quadrado - 30 W	UNID	7,00	R$ 95,36	R$ 667,51
9.	**INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**				**R$ 215,94**
9. 3.	**Pluvial**				R$ 215,93
9. 3. 3	Canaleta meia cana pré-moldada de concreto (d = 20 cm) - Fornecimento e instalação	M	6,00	R$ 35,99	R$ 215,93
10.	**INSTALAÇÕES PREVENTIVAS DE INCÊNDIO**				**R$ 894,37**
10. 2.	**Preventivo de Incêndio**				R$ 894,37
10. 2. 1	Iluminação emergência 30 LED's 100 lúmens	UNID	6,00	R$ 33,73	R$ 202,40

10. 2. 3	Extintor PQS 4kg ABC	UNID	2,00	R$ 178,20	R$ 356,40
10. 2. 5	Placa extintor com seta de PVC 13 x 20 cm	UNID	2,00	R$ 15,20	R$ 30,40
10. 2. 6	Placa ponto de encontro de PVC 20 x 20 cm	UNID	1,00	R$ 65,16	R$ 65,16
10. 2. 7	Placa proibido colocar materiais de PVC 20 x 20 cm	UNID	2,00	R$ 14,93	R$ 29,87
10. 2. 8	Placa saída de PVC 25 x 16 cm	UNID	2,00	R$ 23,36	R$ 46,72
10. 2. 9	Sinalização acrílica luminosa autônoma saída com adesivo 30 x 15 cm - duas faces	UNID	2,00	R$ 81,71	R$ 163,42
12.	**SERVIÇOS FINAIS**				**R$ 7.962,21**
12. 1.	**COMPLEMENTARES**				R$ 7.962,21
12. 1. 5	Portão grade de ferro c/ gradil em barra chata 3/4" x 1/8", inclusive ferrolho e dobradiças 0,90 x 2,03 m - Fornecimento e instalação	M2	1,83	R$ 455,44	R$ 833,46
12. 1. 6	Reparo/recolocação de portão externo	UNID	1,00	R$ 120,00	R$ 120,00
12. 1. 7	Complemento Remoção/ Reinstalação/ Adaptação De Coifa Para Fogão Existente Na Cozinha Nova	UNID	1,00	R$ 102,09	R$ 102,09
12. 1. 8	Guarda-corpo de aço galvanizado de 1,10m de altura, montantes tubulares de 1.1/2 espaçados de 1,20m, travessa superior de 2, gradil formado por barras chatas em ferro de 32x4,8mm, fixado com chumbador mecânico (Patamar/passarela acesso refeitório)	M	10,00	R$ 612,73	R$ 6.127,27
12. 1. 9	Complemento cubas aço inox de embutir	UNID	1,00	R$ 779,40	R$ 779,40

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 05 de dezembro de 2023, Termo Aditivo nº 094/2024 de 12 de abril de 2024, Termo Aditivo nº 130/2024 de 14 de maio de 2024 e Termo Aditivo nº 138/2024 de 20 de maio de 2024 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de junho de 2024.

Ass: TATIANE SCHROEDER ALVES, pela Secretaria de Educação do Município.

STILO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, como Contratada.

PORTARIAS N° 12.380/2024 A 12.394/2024

Publicação Nº 6132242

PORTARIA Nº 12.380, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei n° 3853, de 7 de dezembro de 20178 e considerando o que consta no Processo nº 18551/2024,

R E S O L V E:

Art. 1º A partir de 2 de julho de 2024, conceder ao servidor JOSÉ EDSON RODRIGUES, ocupante do cargo de Médico Veterinário, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Médica Veterinária - Zoonoses, com gratificação pecuniária de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 12.381, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 3533/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3533/2022 de 3 de março de 2022, que concedeu o benefício previdenciário à Maria de Lourdes Neves, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 22/00320927, através da Decisão Singular GAC/AF – 906/2024, do relator Aderson Flores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PORTARIA Nº 12.382, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 3445/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3445 de 23 de fevereiro de 2022, que concedeu o benefício previdenciário à Ruth Kleinschmidt, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 22/00298140, através da Decisão Singular GAC/AF – 623/2024, do relator Aderson Flores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PORTARIA Nº 12.383, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 7430/2019

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 7430 de 13 de maio de 2019, que concedeu o benefício previdenciário à Maria Bernadete Alves da Costa Franca, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 19/00631307, através da Decisão Singular GAC/AMF – 429/2024, da relatora Sabrina Nunes Iocken.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PORTARIA Nº 12.384, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4676/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4676 de 1º de junho de 2022, que concedeu o benefício previdenciário à ELISANGELA RANDIG ENDLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 22/00478393, através da Decisão Singular GAC/AF – 854/2024, do relator Aderson Flores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PORTARIA Nº 12.385, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5381/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5381 de 1º de setembro de 2022, que concedeu o benefício previdenciário à BERNADETE MARIA HUBNER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 22/00648817, através da Decisão Singular GAC/AF – 872/2024, do relator Aderson Flores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PORTARIA Nº 12.386, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4674/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4674 de 1º de junho de 2022, que concedeu o benefício previdenciário à NEUSA MARIA FERRACIOLLI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 22/00478202, através da Decisão Singular GAC/AF – 904/2024, do relator Aderson Flores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PORTARIA Nº 12.387, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 3581/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3581 de 7 de março de 2022, que concedeu o benefício previdenciário à EVALDO ZIGOWSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 22/00335878, através da Decisão Singular GAC/AF – 902/2024, do relator Aderson Flores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PORTARIA Nº 12.388, DE 27 DE JUNHO DE 2023.

ALTERA PORTARIA N° 6213/2023

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 15694/2024,

Considerando o que consta no Memorando n° 459/2024 – SEMED que aponta que houve alteração de porte da unidade escolar,

R E S O L V E:

Art. 1° Alterar, a partir de 1° de julho de 2024, a Portaria n° 6213, de 1° de fevereiro de 2023, que nomeou VERIDIANA BAYER GAUDET, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, para exercer a função de Diretora Escolar da EBM Dalmir Pedro Cubas, no tocante ao porte e a gratificação, passando de "*Porte (IV) com gratificação de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira*" para "*Porte (V) com gratificação de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira*".

Art. 2º Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 12.389, DE 27 DE JUNHO DE 2023.

ALTERA PORTARIA N° 10.107/2023

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 15694/2024,

Considerando o que consta no Memorando n° 459/2024 – SEMED que aponta que houve alteração de porte da unidade escolar,

R E S O L V E:

Art. 1° Alterar, a partir de 1° de julho de 2024, a Portaria n° 10.107, de 20 de dezembro de 2023, que nomeou FRANCIANE LINZMEYER, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, para exercer a função de Diretora Escolar do CEIM Pingo de Gente, no tocante ao porte e a gratificação, passando de "*Porte (IV) com gratificação de 60% (sessenta por cento) sobre seu vencimento de carreira*" para "*Porte (V) com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seu vencimento de carreira*".

Art. 2º Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 12.390, DE 27 DE JUNHO DE 2023.

ALTERA PORTARIA N° 7617/2023

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 15694/2024,

Considerando o que consta no Memorando n° 459/2024 – SEMED que aponta que houve alteração de porte da unidade escolar,

R E S O L V E:

Art. 1° Alterar, a partir de 1° de julho de 2024, a Portaria n° 7617, de 9 de maio de 2023, que nomeou JOSIMARA SENN GOESTEMEIER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, para exercer a função de Diretora Escolar da PEM Criança Feliz, no tocante ao porte e a gratificação, passando de "*Porte (III) com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento de carreira*" para "*Porte (II) com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira*".

Art. 2º Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 12.391, DE 27 DE JUNHO DE 2023.

ALTERA PORTARIA N° 1926/2021

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 15694/2024,

Considerando o que consta no Memorando n° 459/2024 – SEMED que aponta que houve alteração de porte da unidade escolar,

R E S O L V E:

Art. 1° Alterar, a partir de 1° de julho de 2024, a Portaria n° 1926, de 4 de agosto de 2021, que nomeou JOSLEINE TRAVINSKI, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, para exercer a função de Diretora Escolar do CEIM Tempo Mágico, no tocante ao porte e a gratificação, passando de "*Porte (II) com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira*" para "*Porte (I) com gratificação de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento de carreira*".

Art. 2º Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 12.392, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo n° 18759/2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a servidora VANESSA PSCHEIDT NERY, ocupante do cargo de Atendente Educativo na Secretaria Municipal de Educação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- Fiat/Cronos, placas RXQ4G86;
- Fiat/Cronos, placas RXQ4H36;
- Fiat/Cronos, placas RXQ4G16;
- Fiat/Doblo, placas OKH 6618;
- Renault/Clio, placas QHC 1467;
- Peugeot/408, placas MJX 5239.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 12.393, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

REVOGA PORTARIA Nº 12.069/2024

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 18818/2024,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 27 de junho de 2024, a Portaria nº 12.069, de 11 de junho de 2024, que nomeou MICHELLE CRISTINA FERNANDES DOS SANTOS, no cargo efetivo de Médico Radiologista, na Secretaria Municipal de Saúde, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 12.394, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

REVOGA PORTARIA Nº 12.072/2024

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 18818/2024,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 27 de junho de 2024, a Portaria nº 12.072, de 11 de junho de 2024, que nomeou ADRIANO MUELLER, no cargo efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2024.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Publicação Nº 6131845

Prefeitura de São Bento do Sul
Estado de Santa Catarina

DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas, ADOTO como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização Nº 12772/2024 e as recomendações da Consultoria Jurídica contidas nos Pareceres Nº 308/2024, para aplicar à pessoa jurídica PLANALSEG EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ Nº 21.255.911/0001-30, nos termos do art. 156º da Lei Nº 14.133/2021, a pena de: 1) Impedimento de licitar e contratar com a administração pelo período de 01 (um) ano. 2) Extinção do contrato nº 24/2023 oriundo da Fundação Cultural. É a decisão.

Assinado digitalmente por:
MAYKEL ROBERTO LAUBE
05/06/2024 08:02:40

Maykel Roberto Laube
Secretário Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/06/2024 08:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p66604504d62383b.
POR MAYKEL ROBERTO LAUBE:00337621985 - (003.376.219-85) EM 05/06/2024 08:02

SAMAE - São Bento do Sul

ERRATA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 56/2024

Publicação Nº 6131850

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
SÃO BENTO DO SUL ♦ SANTA CATARINA

SAMAE

EDITAL DE ERRATA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 56/2024

OBJETO: Construção do Ecoparque 2.

ONDE SE LÊ:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h30min do dia 01/08/2024.

INÍCIO DA SESSÃO: dia 01/08/2024, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

PASSA-SE A LER:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h30min do dia 02/08/2024.

INÍCIO DA SESSÃO: dia 02/08/2024, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

E

ONDE SE LÊ:



PROJETOS, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMAS (ANEXOS INSERIR internet).zip

PASSA-SE A LER:



PROJETOS, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMAS (ANEXOS INSERIR novos 27-06-2024).zip

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.samaesbs.sc.gov.br . Quaisquer informações poderão ser obtidas na Divisão de Estratégias para Inovação de Materiais – do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul, situado à Rua João Wenceslau Pscheidt, 811, Bairro Brasília, das 07h30 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-3900.

São Bento do Sul, 27/06/2024.

Osvalcir Peters
Diretor Presidente do Samae

Rua João Wenceslau Pscheidt, 811 – Cx Postal 422 – São Bento do Sul /SC - CEP 89.282-012 - Fone (47) 3631-3900 - CNPJ 86.050.978/0001-83
www.samaesbs.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 52/2024

Publicação Nº 6132327

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE
Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE
Pregão Eletrônico - 52/2024

Resultado da Homologação

0001 - SERVIÇO CONTÍNUO DE PORTARIA, 24 HORAS, TURNO DE 12 HORAS, DESTINADO À SEGUINTE UNIDADE: SEDE DO SAMAE: LOCALIZADA NA RUA JOÃO WENCESLAU PSCHEIDT, 811 - BAIRRO BRASÍLIA SÃO BENTO DO SUL - SC - N/C - Valor Referência: 22.723,79

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
JOVISERV SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI	N/C	12,00 Mês	19.580,00	234.960,00	Homologado em 21/06/2024 16:10:41 Por: Osvalcir Peters

Osvalcir Peters

Autoridade Competente

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 27/06/2024 às 14:15:00.
Código verificador: 9451BA

São Bernardino

Prefeitura

CONTRATO Nº 158/2024

Publicação Nº 6132965

CONTRATO Nº 158/2024

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 82/2024, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Contrato de fornecimento de materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid n° 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME inscrito inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12144365000179, sediado(a) na RUA DOM PEDRO II, 450 em São Miguel do Oeste - SC doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pelo Sr. ADILSON RONEI BAO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 892.305.319-87, residente e domiciliado na RUA DOM PEDRO II, 450 na Cidade de São Miguel do Oeste –SC, tendo em vista o que consta no Processo nº 35/2024, na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 82/2024 QUE TEM PO OBJETO A AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS (SCFV), GRUPO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF) E DO GRUPO DE IDOSOS JO-ANA. ESTA AQUISIÇÃO É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A NUTRIÇÃO ADEQUADA DAS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM AS OFICINAS PROMOVIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA O LANCHE E ALMOÇO MENSAL DO GRUPO DE IDOSOS.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 35/2024, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 82/2024.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 27/06/2024 até o dia 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 35/2024, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 82/2024, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	R$ Unit.	R$ Total
19	75,00	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM DORSO CORTADA	SUBLIME	7,60	570,00
Total						570,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 82/2024.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 35/2024, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO e Contrato nº 82/2024.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o gestor e o fiscal de contrato abaixo nominados.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 82/2024.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 27 de Junho de 2024.

DALVIR LUIZ LUDWIG ADILSON RONEI BAO
Prefeito Municipal diretor/administrador
CONTRATANTE CONTRATADA

Visto e aprovado pelo Procurador Municipal
GILVANI MELO
OAB-SC 70740

DECLARO que sou Fiscal/Gestor do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

PELA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

GESTOR DE CONTRATO	FISCAL DE CONTRATO
CPF:	ELAINE DE CÉZARO CPF: 074.741.319-35

TESTEMUNHAS:

1 -_____ 2 - _____
CPF: CPF:

PORTARIA 210/2024

Publicação Nº 6132244

PORTARIA Nº 210/2024 DE 27/06/2024

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Sra. ALESSANDRA KAEFER DA SILVA, ocupante do cargo de Professor com Licenciatura, matrícula nº 449/04- 20hs semanais, licença para tratamento de saúde de 19/07/2024 até 15/12/2024, para solicitação de benefício por incapacidade junto ao INSS, conforme atestado em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 19/07/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 27 de junho de 2024.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

ANGELICA ADRIANA DA CRUZ AVILA
Resp. Sec. Mun. de Administração e Fazenda

PORTARIA 211/2024

Publicação Nº 6132247

PORTARIA Nº 211/2024 DE 27/06/2024

CANCELA OS EFEITOS DA PORTARIA 169/2024 DE 03/05/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:
Art. 1º - Cancela os efeitos da Portaria 169/2024 de 03/05/2024, a qual concedia licença para tratamento de saúde, por tempo indeterminado, ao Servidor Público Municipal, Sr. CASILDO ALBERTO GUTJAHR, na data de 26/06/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/06/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino/SC,
em 27 de junho de 2024.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

ANGELICA ADRIANA DA CRUZ AVILA
Resp. Sec. de Administração e Fazenda.

PORTARIA Nº 212/2024

Publicação Nº 6133238

PORTAIA N.º 212/2024 DE 27/06/2024
DESIGNA LEILOEIRO ADMINISTRATIVO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS NA MODALIDADE DE LEILÃO DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito de São Bernardino - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Vargem Bonita e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 271/2024 de 26/06/2024;
DECRETA:
Art. 1º Nomeia-se o servidor LUCAS JUNIOR CENI, CPF nº 094.159.249-93, matricula nº 572/01 para exercer a função de LEILOEIRO ADMINISTRATIVO do Município de São Bernardino - SC, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais na Modalidade de Leilão derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Nomeia-se o servidor abaixo para exercer a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais na Modalidade de Leilão derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

Membro: LUIZ CARLOS NEGRI
CPF: 028.319.209-73

Parágrafo único. O servidor mencionado no caput deste artigo auxiliará o Leiloeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Leiloeiro Administrativo, o disposto no Decreto Municipal nº 271/2024 de 27/06/2024, para a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até ao final da sessão, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões, restando a autoridade superior a adjudicação e homologação e das contratações.

§ 1º O Leiloeiro Administrativo convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações municipais.

§ 2º O Leiloeiro Administrativo convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames, se for o caso.
Art. 4º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 27 de Junho de 2024.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

ANGELICA ADRIANA DA CRUZ AVILA
Resp. Sec. de Administração e Fazenda.

São Cristóvão do Sul

Prefeitura

470/2024

Publicação Nº 6132418

PORTARIA 470/2024
NOMEIA CAROLINA BENTA ALBINO, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 001/2023, PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores,

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada CAROLINA BENTA ALBINO, para o Cargo de Agente Administrativo – 40 Horas semanais junto a Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, integrando o quadro de Servidores desta Municipalidade em conformidade com o artigo 13 c/c artigo 14 e 15 da Lei Complementar 13/2004.
Parágrafo único – A presente nomeação se dá obedecida à ordem de classificação conforme resultado final Homologado do Concurso Público 001/2023.

Art. 2º - A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.
Parágrafo único – A não apresentação dos documentos e a conseq-ente ausência de posse do ora nomeado no prazo, tornará sem efeito a presente nomeação conforme disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar 13/2004.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 26 de junho de 2024.
ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, na portaria a Prefeitura Municipal.

Valmir da Leve Rodrigues
Secretário de Planejamento, Administração e Finanças

AVISO DL Nº 003/2024-FMS

Publicação Nº 6132427

A V I S O
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2024-FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, através da sua Comissão de Licitação e em obediência ao art. 75 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2.143/23, torna público o Processo de Dispensa de Licitação para contratação dos serviços abaixo especificados.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO E AUTORIZADO DE REVISÃO OBRIGATORIA 20 MIL KMS DO VEICULO SPIN PLACA RYZ-9B63
VALOR ESTIMADO - 1.704,07 (dois mil e oitocentos e oitenta e um reais e dezessete centavos)

EMPRESA CONTRATADA: AUTO MECANICA GERAL LTDA, Situado Rua Lages,155, Bairro Centro, Curitibanos - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.548.054/0003-73, representado por seu representante legal.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/21 e art. 69 do Decreto Municipal nº 2.143/23.

São Cristóvão do Sul, 27 de junho 2024
ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

EXTRATO PE Nº 079/2024 - PMSCS

Publicação Nº 6132997

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F0B316BE3C816ED44C981148112EAB437E3F02F5

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2024
PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.991.261/0001-27, com sede administrativa na Rua Juventino França de Moraes n°19, Centro, representado neste ato por sua Prefeita Municipal, Sra. Ilse Amélia Leobet, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações e o Decreto Municipal nº 2143/2023, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, através da Plataforma Digital do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, com a finalidade de selecionar propostas para o objeto acima mencionado, conforme especificações do ANEXO I deste Edital, Termo de Referência.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM ACESSO SIMULTÂNEO E ILIMITADO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

As propostas e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme abaixo especificado:

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		ABERTURA DA SESSÃO	
DATA	ATÉ DIA 10/07/2024	DATA	10/07/2024
HORÁRIO	09h25m	HORÁRIO	09h30m
MODO DE DISPUTA: ABERTO			

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus Anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49) 3253-1200, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente.
O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no www.portaldecompraspublicas.com.br e no site do município, https://www.pmsc.sc.gov.br

São Cristóvão do Sul - SC, 27/06/2024.

ILSE AMÉLIA LEOBET
PREFEITA MUNICIPAL

Código TCE/SC: F0B316BE3C816ED44C981148112EAB437E3F02F5

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL
Rua Maximino Antônio de Moraes,159 – Centro – São Cristóvão do Sul – SC
CEP:89533-000 CNPJ:09.087.219/0001-44 Telefone: (49) 3253-1201

Data: 27/06/2024

Mês /Ano de Assinatura
6/2024

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2024- LEI 14.133/2021

Nº Termo: 20/2024
Contrato: COUSSEAU PROJETOS E EXECUCOES
CNPJ/CPF: 55.XXX.XXX/0001-22
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021
Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para a manutenção do telhado da Câmara de Vereadores de São Cristóvão do Sul. A presente dispensa engloba, projeto arquitetônico e memorial, peças, acessórios, ferramentas, materiais em geral e mão de obra. Conforme as condições, quantidades e exigências constantes do Projeto Arquitetônico e memorial. Deve-se salientar que a empresa a ser escolhida deve estar em conformidade com às normas de segurança do trabalho as quais engloba o uso obrigatório de EPI's.

Data da Assinatura: 27/06/2024
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO DO SUL
Valor: R$ 45.800,00
Vigência: 27/06/2024 a 29/11/2024

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL
Rua Maximino Antônio de Moraes,159 – Centro – São Cristóvão do Sul – SC
CEP:89533-000 CNPJ:09.087.219/0001-44 Telefone: (49) 3253-1201

Data: 27/06/2024

Mês /Ano de Assinatura
6/2024

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2024- LEI 14.133/2021

Nº Termo: 21/2024
Contrato: FILIPE FAGUNDES ZAMPIERI SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
CNPJ/CPF: 26.XXX.XXX/0001-51
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021
Objeto: A compra em questão justifica-se em razão da implantação de sistemas mais modernos e tecnológicos nas Sessões Legislativas desta Casa, visto que pretendemos abolir a impressão em papel de dezenas de documentos diariamente.Os tablets vão nos proporcionar economia e proporcionar mais agilidade nos trabalhos, já que o sistema é interligado e de fácil acesso. Esses tablets serão usados pelos vereadores durante as sessões ordinárias, para que os mesmos visualizem pautas, projetos, pedidos de informação, moções e todas as demandas referentes ao dia da sessão.

Data da Assinatura: 27/06/2024
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO DO SUL
Valor: R$ 24.545,00
Vigência: 27/06/2024 a 27/07/2024

São Domingos

Prefeitura

DECRETO Nº 1829 DE 04 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131447

DECRETO Nº 1829, DE 04 DE JUNHO DE 2024.
Dispõe sobre exoneração a pedido de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar nº 088, de 16/11/2023; e:

• Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6865/2024;

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Juliana Christina Santos Lisboa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Educativo, deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 05 de junho de 2024.
Art. 2º Ficam revogadas todas as portarias e decretos no que diz respeito a servidora.
Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de junho de 2024.
Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1831 DE 06 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131419

DECRETO Nº 1831 DE 06 DE JUNHO DE 2024.

Torna sem efeito o Decreto nº 1753, de 30 de abril de 2024, o qual nomeou o servidor aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar nº 088, de 16/11/2023.

• Considerando o Decreto nº 1620 de 18 de março de 2024, que homologou resultado da classificação final do Concurso Público edital nº 001/2023;
• Considerando que o servidor nomeado pelo Decreto nº 1753, de 30 de abril de 2024, não tomou posse no prazo estabelecido em Lei;
• Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:
Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº 1753, de 30 de abril de 2024, que nomeou Matheus Silva de Farias para exercer o cargo de Odontólogo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília para São Domingos (SC), 06 de Junho de 2024.
Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1833 DE 10 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131390

DECRETO Nº 1833 DE 10 DE JUNHO DE 2024.

Torna sem efeito o Decreto nº 1823, de 28 de maio de 2024, o qual nomeou a servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar nº 088, de 16/11/2023.

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2023, de 15 de dezembro de 2023;

· Considerando o Decreto nº 1620 de 18 de março de 2024, que homologou resultado da classificação final do Concurso Público edital nº 001/2023;

· Considerando o disposto nos parágrafos 1º e 6º do art. 13.A da Lei Complementar nº 0084 de 24/05/23, onde estabelece que a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da data da publicação e caso a posse não ocorra no prazo previsto será tornado sem efeito o ato do provimento;

· Considerando que a servidora nomeada pelo Decreto nº 1823, de 28 de maio de 2024, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 6859 de 03 de junho de 2024 apresentou;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:
Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1823, de 28 de maio de 2024, que nomeou Tatiane Alixandre de Souza, para exercer o cargo de Cozinheiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de junho de 2024.
Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1836 DE 11 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131371

DECRETO Nº 1836, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
Dispõe sobre exoneração a pedido de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar nº 088, de 16/11/2023; e:

• Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6947/2024;

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Janaina Randara Handke, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Programas, deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 12 de junho de 2024.
Art. 2º Ficam revogadas todas as portarias e decretos no que diz respeito a servidora.
Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2024.
Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Maria Clara Barrionuevo Prado
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1846 DE 14 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131328

DECRETO Nº 1846, DE 14 DE JUNHO DE 2024.
Dispõe sobre exoneração a pedido de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 081 de 13/02/2023; Lei Complementar nº 084, de 24/05/2023; Lei Complementar nº 087, de 09/11/2023 e Lei Complementar nº 088, de 16/11/2023; e:

• Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6957/2024;

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Ana Carolina Gonçalves, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 17 de junho de 2024.
Art. 2º Ficam revogadas todas as portarias e decretos no que diz respeito a servidora.
Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de junho de 2024.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Maria Clara Barrionuevo Prado
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1870 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131730

DECRETO Nº 1870 DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; Lei 2.010 de 05 de dezembro de 2023 – Lei Orçamentária para o exercício de 2024.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:
06.001 – Secretarias de Transportes, Obras e Serv. Públicos
Projeto/Atividade n. 15.451.1501.1.009 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 449300000
Fonte de Recurso: 1.500 – Ordinários
Despesa: 55 – R$ 35.223,93

06.001 – Secretarias de Transportes, Obras e Serv. Públicos
Projeto/Atividade n. 15.451.1501.1.009 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 449300000
Fonte de Recurso: 2.500 – Ordinários – Superavit
Despesa: 55 – R$ 61.106,04

06.001 – Secretarias de Transportes, Obras e Serv. Públicos
Projeto/Atividade n. 15.451.1501.1.009 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 449300000
Fonte de Recurso: 2.799 – Outras transferências legais e constitucionais - Superavit
Despesa: 55 – R$ 97.670,85

Para a Programação de despesa:
06.001 – Secretarias de Transportes, Obras e Serv. Públicos
Projeto/Atividade n. 15.451.1501.1.009 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 449000000
Fonte de Recurso: 1.500 – Ordinários
Despesa: 54 – R$ 35.223,93

06.001 – Secretarias de Transportes, Obras e Serv. Públicos
Projeto/Atividade n. 15.451.1501.1.009 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 449000000
Fonte de Recurso: 2.500 – Ordinários – Superavit
Despesa: 54 – R$ 61.106,04

06.001 – Secretarias de Transportes, Obras e Serv. Públicos
Projeto/Atividade n. 15.451.1501.1.009 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 449000000
Fonte de Recurso: 2.799 – Outras transferências legais e constitucionais - Superavit
Despesa: 54 – R$ 97.670,85

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de junho de 2024.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Maria Clara Barrionuevo Prado
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1871 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131734

DECRETO Nº 1871 DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; Lei 2.010 de 05 de dezembro de 2023 – Lei Orçamentária para o exercício de 2024.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento do exercício de 2024 para a seguinte programação de despesa:

17.001 – Fundo Municipal da Saúde
Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.064 – Manut. Progr Atenção Primária
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recurso: 1.710.3210.0079 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado
Despesa: 11 – R$ 200.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, será utilizado o excesso de arrecadação do recurso: 1.710.3210.0079 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de junho de 2024.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Maria Clara Barrionuevo Prado
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1872 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132347

DECRETO Nº 1.872 DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; Lei 2.010 de 05 de dezembro de 2023 – Lei Orçamentária para o exercício de 2024.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 41.712,29 (quarenta e um mil, setecentos e doze reais com vinte e nove centavos) no orçamento do exercício de 2024 para a seguinte programação de despesa:

12.001 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Projeto/Atividade n. 08.243.0801.2.059 – Manutenção das atividades do FIA
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recurso: 2.501 – Outros Recursos não vinculados - Superavit
Despesa: 99 – R$ 41.712,29

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, será utilizado o recurso 2.500 – Ordinários - Superavit.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de junho de 2024.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Maria Clara Barrionuevo Prado
Responsável pelas Publicações

LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2024

Publicação Nº 6132947

LEI COMPLEMENTAR Nº 092, DE 27 DE junho DE 2024.
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e este sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 1º. O Sistema de Controle Interno do Município de São Domingos/SC, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa a avaliação das ações governamentais e gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização orçamentária, contábil, financeira, administrativa, operacional e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade, legitimidade, economicidade, transparência e supremacia do interesse público, por meio de verificações básicas de aplicações dos recursos públicos.
Parágrafo único. O Sistema de Controle Interno, compreende as atividades de Controladoria Interna, Ouvidoria e Transparência.

Art. 2º. O Sistema de Controle Interno tem como objetivos específicos:
I - Contribuir para o aprimoramento da gestão pública, orientando os agentes públicos quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;
II - Acompanhar, supervisionar e avaliar:
a) o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual;
b) os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, e da aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado;
c) o cumprimento dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
d) a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliárias aos limites de que trata a Lei Complementar n° 101/2000;
e) o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23, da Lei Complementar n° 101/2000;

f) o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar n° 101/2000;
g) a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do Município, em consonância com o artigo 11, da Lei Complementar n° 101/2000;
III - Supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Município;
IV - Avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelece o artigo 54, da Lei Complementar n° 101/2000;
V - Emitir relatório sobre a execução dos orçamentos que deve ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo;
VI - Promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade;
VII - Verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar n° 101/2000, para a concessão de renúncia de receitas;
VIII - Organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;
IX - Dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade causadora de danos ao erário;
X - Realizar exame e avaliação da prestação de contas anual do órgão ou entidade e dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório e parecer;
XI - Emitir parecer sobre a legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;
XII - Manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidades ou ilegitimidades constatadas, concordando ou não com a conclusão da análise feita pela unidade competente, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;
XIII - Prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;
XIV - Coordenar e promover a remessa de dados e informações das unidades sob seu controle exigidos pelo Tribunal em meio informatizado;
XV - Receber notificação de alerta emitida por meio dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;
XVI - Acompanhar a atualização do rol de responsáveis do órgão ou entidade sob seu controle;
XVII - Verificar a correta composição da prestação de contas anual;
XVIII - Supervisionar a divulgação da prestação de contas de gestão na internet, na forma e prazos estabelecidos pela Legislação;
XIX - Normatizar as rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno;
XX - Apreciar os esclarecimentos em relatórios de auditoria, mantendo ou afastando os apontamentos, e emitir o Parecer Conclusivo;
XXI - Emitir Instruções Normativas de Controle Interno;
XXII - Indicar a forma correta dos atos nos casos de eventuais irregularidades/ilegalidades;
XXIII - Realizar o gerenciamento técnico das atividades da Ouvidoria Municipal;
XXIV - Gerenciar e controlar a equipe de trabalho referente às manifestações recebidas inerentes ao seu controle de ouvidoria;
XXV - Coordenar as equipes de trabalho de ouvidoria, dando o devido suporte para que tenham condições de realizar a contento o seu trabalho;
XXVI - Coordenar os trabalhos de atendimento ao público por intermédio dos meios institucionais da Ouvidoria;
XXVII - Atuar como elo principal de comunicação e ligação entre a comunidade e a municipalidade e seus órgãos, sendo de sua competência relacionar, catalogar e organizar dados relativos à comunidade, seus anseios, suas sugestões e perspectivas e reclamações;
XXVIII - Assessorar os Secretários Municipais e o Prefeito, assegurando o pronto atendimento de demandas e reclamações colhidas, encaminhando-as ao setor competente e assegurando sua resolução;
XXIX - Atender as reclamações formuladas pelos cidadãos, de forma individual ou coletiva, ou por entidades, relativas à prestação de serviços públicos;
XXX - Desenvolver diretrizes, levantar dados e dar instruções à equipe para o atendimento de novos processos e/ou procedimentos de ouvidoria;
XXXI - Sugerir ao Prefeito Municipal medidas de aprimoramento da organização da Ouvidoria e das atividades da Administração Pública Municipal, em proveito dos serviços administrativos;
XXXII - Acompanhar e cobrar o cumprimento de prazos e os andamentos das manifestações encaminhadas aos setores competentes da Administração Pública Municipal;
XXXIII - Identificar e sugerir ao Prefeito Municipal padrões e metas de excelência das atividades de ouvidoria;
XXXIV - Sugerir ao Prefeito Municipal a propositura de medidas legislativas ou administrativas, visando à prestação adequada de serviços públicos;
XXXV - Produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria, para subsidiar recomendações e propostas de medidas de aprimoramento da prestação dos serviços e correção de falhas;
XXXVI - Informar ao servidor os resultados colhidos em pesquisa de satisfação;
XXXVII - Produzir relatório gerencial dos atendimentos efetivados e das manifestações recebidas na ouvidoria, contendo subsídios que contribuam para os gestores solucionarem, minimizarem e equacionarem as deficiências do sistema identificadas e apontadas pelos usuários, bem como das providências tomadas pelos setores competentes;
XXXVIII - Contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos;
XXXIX - Facilitar o acesso e a visualização dos dados disponibilizados na Carta de Serviços ao Usuário e no Portal Transparência;
XL - Promover a divulgação ativa de informações de interesse social da Administração Pública Municipal nos meios disponíveis;
XLI - Apoiar a publicação de dados pelos órgãos, entidades e organizações parceiras da Administração Pública Municipal;
XLII - Promover a articulação com a sociedade civil, no que tange à transparência e controle social, que atua no território do Município, constituindo canal permanente de diálogo e interação;

XLIII - Identificar demandas com atores que promovem controle social no Município pela abertura de dados e por acesso à informação pública;
XLIV - Elaborar diretrizes para o aprimoramento da transparência em processos e espaços de participação social da Administração Pública Municipal;
XLV - Realizar projetos e ações de capacitação e formação de agentes públicos e da sociedade civil em assuntos relacionados à boa governança dos recursos públicos e ao controle social;
XLVI - Estimular a criação de ferramentas e de novas possibilidades para o exercício da cidadania e do controle social da Administração Pública Municipal;
XLVII - Propor a criação de mecanismos, diretrizes e rotinas voltadas a regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência, os quais serão de observação obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Municipal e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades incumbidas da Administração ou gestão de receitas públicas, em razão de instrumentos de parcerias;
XLVIII - Receber, avaliar e propor sugestões para efetiva divulgação de informações no Portal Transparência e na Carta de Serviços ao Usuário;
XLIX - Zelar pela atualização periódica da Carta de Serviços ao Usuário e de sua permanente divulgação no site da Prefeitura Municipal de São Domingos/SC;
L - Produzir materiais de orientação e promoção da ética no serviço público municipal;
LI - Fomentar a política de gestão da informação, no âmbito do Município;
LII - Promover a participação social como método de governo;
LIII - Difundir a importância da Ouvidoria como instrumentos de participação e controle social da Administração Pública Municipal;
LIV - Desempenhar outras atribuições designadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. Ao Sistema de Controle Interno, no desempenho de sua missão institucional de promover e preservar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, caberá realizar, no mínimo, as seguintes ações:
I - Controle Contábil, com a finalidade de examinar a correção técnica da escrituração, a legitimidade dos atos e fatos que deram origem aos lançamentos, a formalização dos documentos comprobatórios, medir e avaliar a segurança e eficiência das funções de controle interno, próprias do sistema contábil;
II - Controle da Situação Financeira, com a finalidade de verificar a regularidade e correção dos recebimentos e pagamento efetuados, conferir os saldos de caixa e de bancos declarados com os existentes, observar o cumprimento das normas internas;
III - Controle da Receita, com a finalidade de verificar a situação existente sobre o lançamento, cobrança e arrecadação das receitas municipais, a compatibilização dos valores da arrecadação com os registrados na Contabilidade e a observância da legislação pertinente;
IV - Controle dos Créditos Orçamentários e Adicionais, com a finalidade de verificar a existência de créditos para a realização da despesa, a regularidade e correção da abertura e utilização dos créditos adicionais e a observância das normas, procedimentos e preceitos legais que regem a execução do orçamento do Município, incluindo os seus fundos especiais;
V - Controle da Despesa, com a finalidade de verificar a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e moralidade na realização da despesa pública, bem como se está sendo cumprida a legislação federal e municipal pertinente;
VI - Controle da Administração de Pessoal, com a finalidade de verificar a compatibilização da estrutura do quadro de pessoa à situação existente, as formas de admissão, a regularidade na concessão de direitos e vantagens e da remuneração dos servidores públicos, recrutamentos e seleção, estágio probatório, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, avaliações, promoções, transferências, licenças e a aplicação da legislação própria;
VII - Controle da Administração de Material, cuja finalidade relaciona-se com os almoxarifados e depósitos, objetivando a verificação de condições adequadas de recebimento, armazenamento, distribuição, controle e segurança dos estoques;
VIII - Controle de Bens Permanentes, com a finalidade de relacionar-se almoxarifados e depósitos, objetivando a verificação da guarda, responsabilidade, movimentação, conservação, segurança e uso dos bens públicos municipais permanentes;
IX - Controle sobre Veículos e Máquinas, com a finalidade de verificar a situação das condições gerais de uso dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal, a contabilização das despesas com combustível, lubrificantes, peças e serviços, bem como a regularidade da documentação;
X - Controle de Obras e Serviços, com a finalidade de verificar a compatibilização entre a existência física, o cronograma físico-financeiros e os pagamentos das etapas executadas, o cumprimento das cláusulas contratuais e a observância das plantas e do memorial descritivo;
XI - Elaboração, com a Administração Municipal, da Lei do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual e demais atos envolvendo a Programação Financeira, Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, Metas Bimestrais de Arrecadação, bem como outras peças de planejamento a serem exigidas pela legislação vigente e pelos órgãos de controle externo;
XII - Controle da Ouvidoria, com a finalidade de aprimorar a relação entre o usuário e a Administração Pública Municipal, por meio de interlocução, visando à melhoria contínua na prestação dos serviços públicos;
XIII - Controle da Transparência, com finalidade de promover a transparência ativa de informações relacionadas à atuação do Município de São Domingos/SC, bem como zelar pela qualidade do acesso e da informação do Portal Transparência.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 4º. O Sistema de Controle Interno composto pelo Órgão Central de Controle Interno do Município, é vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, com a seguinte estrutura funcional:
I – Coordenador de Controle Interno;
II – Auditor de Controle Interno.

Seção I
Do Coordenador de Controle Interno

Art. 5º. O cargo de Coordenador de Controle Interno será ocupado por servidor efetivo, nomeado para o desempenho de função de confiança.

§1º. A gratificação por função de confiança de Coordenador de Controle Interno, é aquela prevista no anexo II, FCN-05, da Lei Complementar n° 87/2023.
§2º. O ocupante do cargo de Coordenador de Controle Interno, deve dispor de capacitação técnica e profissional para o exercício, levando-se em consideração a formação de nível superior nas áreas de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.
§3º. Não poderão ser nomeados servidores para o cargo de Coordenador de Controle Interno:
I - Que sofreram penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;
II - Que exerçam, concomitantemente com a atividade no Órgão de Controle Interno, qualquer outra atividade, seja no município ou em outro ente público, ou qualquer outra função profissional na atividade privada, salvo atividade de docência;
III - Que possuírem parentesco com o Chefe do Poder Executivo ou do Chefe de qualquer Órgão ou Entidade do Município, até o terceiro grau;
IV - Que possuam qualquer outra circunstância que possa afetar a autonomia profissional, a segurança dos controles ou segregação de funções.

Art. 6º. Compete ao Coordenador de Controle Interno:
I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e do orçamento do Município;
II - Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados;
III - Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
IV - Coordenar as atividades com o Sistema de Controle Interno do Município, promovendo a integração operacional, expedindo os atos contendo instruções sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais no âmbito do Município de São Domingos/SC, limitados, hierarquicamente, às Leis Municipais, ao seu regimento Interno, e aos atos baixados pelo Prefeito;
V - Orientar os gestores da administração no desempenho de suas funções e responsabilidades;
VI - Zelar pela qualidade e pela autonomia do sistema de controle interno;
VII - Manter estudos para permanente atualização e adequação das normas de Controle Interno;
VIII - Elaborar e submeter previamente ao Prefeito Municipal a programação de auditorias internas;
IX - Emitir, periodicamente, relatório, com redação clara e simples, precisa, oportuna, imparcial, completa, conclusiva e construtiva, baseado nas informações prestadas pelo Auditor de Controle Interno;
X - Propor a execução de atividades que auxiliem o Município a alcançar seus objetivos;
XI - Supervisionar o controle de frequência e a escala de férias dos servidores do Município;
XII - Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais do Município;
XIII - Sugerir ao Prefeito Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte danos ao erário;
XIV - Cientificar o Prefeito Municipal sobre ilegalidade ou irregularidade constatada, propondo medidas corretivas;
XV - Sugerir ao Prefeito Municipal a instauração de Processo Administrativo nos casos de descumprimento de norma de controle interno caracterizado como grave infração a norma constitucional ou legal;
XVI - Prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da Unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de Tomada de Contas Especial e respectivos resultados;
XVII - Assinar em conjunto com autoridades da administração financeira do Município o Relatório de Gestão Fiscal;
XVIII - Acompanhar, supervisionar e avaliar o cumprimento dos limites e das condições para inscrição em restos a pagar;
XIX - Acompanhar, supervisionar, e avaliar o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23, da Lei Complementar n° 101/2000;
XX - Acompanhar, supervisionar, e avaliar o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar n° 101/2000;
XXI - Apoiar o Controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as Unidades no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;
XXII - Propor a implantação ou melhoria de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades do Município, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;
XXIII - Programar e sugerir ao Prefeito Municipal a participação dos servidores que estejam exercendo suas funções no Controle Interno em cursos de capacitação, voltados para a melhoria na referida área de no mínimo 60 horas anuais, preferencialmente em cursos de capacitação gratuitos e online;
XXIV - Expedir normativas e orientações aos órgãos da administração pública direta e indireta, devendo as mesmas serem publicadas no portal da transparência no site do Município e DOM/SC;
XXV - Programar, coordenar e orientar a fiscalização a ser realizada pelo Auditor de Controle Interno, sobre:
a) controle de carga horária e frequência de servidores;
b) controle de horário de atendimento de órgãos públicos;
c) condução e procedimento de sindicâncias e processos disciplinares;
d) inventário e registro de bens públicos móveis;
e) inventário de bens públicos imóveis;
f) utilização de máquinas e veículos do Município;
g) quilometragem da frota e despesas com combustível;
h) utilização de imóveis e repartições municipais por particulares;
i) ordem cronológica dos pagamentos realizados pelo Município;
j) recebimento de materiais e serviços;
k) dispensação de medicamentos;
l) distribuição gratuita de bens e benesses sociais na execução de programas sociais;
m) autuações e diligências realizadas por fiscais de tributos;
n) lançamento e cobrança da dívida ativa municipal;
o) autuações e diligências realizadas por fiscais sanitários;

p) processos e autuações realizados por fiscais de obras e posturas;
q) outras atividades relacionadas ao exercício do poder de polícia administrativa;
r) procedimento de concessão de subvenções sociais e prestação de contas;
s) diárias e adiantamentos;
t) validade de produtos adquiridos e controle de estoque;
u) vistoria dos veículos utilizados no transporte escolar;
v) viagens oficiais - comprovação de destino e finalidade;
x) recebimento de obras.
XXVI - Promover e ordenar ajustes e baixar atos necessários ao cumprimento fiel de suas incumbências;
XXVII - Coordenar a avaliação da eficiência e economicidade do Sistema de Controle Interno do Município, atendendo todas as demandas fixadas na legislação que tange ao controle interno;
XXVIII - Avaliar as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomadas de contas especiais, instaurados no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal de Contas;
XXIX - Encaminhar para a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência a abertura de sindicância e procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XXX - Estipulará critérios e prazos para formulação do planejamento periódico das atividades a serem realizadas pela unidade central do sistema de controle interno, bem como as formalidades para apresentação posterior de resultados;
XXXI - Executar as atribuições constantes nos incisos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XXI, do artigo 2º desta Lei Complementar;
XXXII - Exercer outras atividades inerentes à sua função;
XXXIII - Supervisionar as atividades e os servidores lotados junto ao Sistema de Controle Interno.

Art. 7º. O Coordenador de Controle Interno ao programar auditoria interna poderá definir áreas de abrangência para verificação do cumprimento das normas estabelecidas, priorizando aquelas com evidência da ocorrência de falhas, erros ou outras deficiências.

Art. 8º. O Coordenador de Controle Interno cientificará o Chefe do Poder Executivo, de forma periódica, sobre o resultado de suas atividades, devendo conter:
I - As informações consideradas anormais sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos do Município;
II - Apuração dos atos ou fatos inquinados por ilegalidades ou irregularidades praticadas por agentes públicos ou privados que utilizem recursos públicos;
III - Avaliação do desempenho das entidades da Administração Indireta do Município.
§1º. Constatada ilegalidade ou irregularidade pelo Coordenador de Controle Interno, este cientificará o Prefeito Municipal e a autoridade responsável, com indicação das providências a serem adotadas para a sua correção ou sugestão de instauração de tomada de contas especial, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.
§2º. Não havendo regularização relativa às ilegalidades ou irregularidades ou não sendo os esclarecimentos apresentados como suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado a conhecimento do Prefeito Municipal.
§3º. Em caso de não ser tomadas providências pelo Prefeito Municipal para a regularização da situação apontada, o Coordenador de Controle Interno, comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

Art. 9º. O Sistema de Controle Interno emitirá, por meio de seu Coordenador, relatório de controle interno e da certificação da avaliação das contas e da gestão no exercício sobre a prestação anual de contas de governo.
Parágrafo único. Constará da Prestação de Contas, de que trata este artigo, relatório resumido do Diretor de Controle Interno.

Seção II
Do Auditor de Controle Interno

Art. 10. O cargo de Auditor de Controle Interno será ocupado por servidor efetivo de nível superior, com formação nas áreas de Direito, Contabilidade ou Administração, que terá atuação exclusiva no Órgão Central de Controle Interno, subordinado ao Coordenador de Controle Interno.
Parágrafo único. Os vencimentos e progressão do Auditor de Controle Interno se dá na forma do Anexo I, da Lei Complementar n° 87/2023.
Art. 11. São atribuições atinentes ao Auditor de Controle Interno, sem prejuízo daquelas estipuladas na Lei Complementar n° 87/2023:
I - Promover auditorias internas e externas nas Secretarias, Setores e demais unidades da administração direta do Município, em todos seus níveis;
II - Fazer cumprir a legislação constitucional e legal, concedendo prazo não inferior a 15 (quinze) para correção dos atos discrepantes às normas reguladoras;
III - Desenvolver outras atividades previstas em atos do Chefe do Poder Executivo Municipal;
IV - Desincumbir-se de outras atividades delegadas;
V - Avaliar o cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
VI - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
VII - Orientar, sugerir e solicitar providências administrativas;
VIII - Prestar informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e atividades constantes dos orçamentos do Município;
IX - Avaliar os custos das obras e serviços;
X - Verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;
XI - Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal, nos limites de sua competência;
XII - Acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em educação e saúde;
XIII - Acompanhar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos;
XIV - Estimular as entidades locais da sociedade civil a participar do acompanhamento e fiscalização de programas executados com recursos

do orçamento do Município;
XV - Assessorar a Administração;
XVI - Avaliar o cumprimento e a execução das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;
XVII - Acompanhar os limites constitucionais e legais;
XVIII - Avaliar a observância, pelas unidades componentes do Sistema, dos procedimentos, normas e regras estabelecidas pela legislação pertinente;
XIX - Revisar e emitir parecer acerca de processos de Tomadas de Contas Especiais;
XX - Acompanhar e expedir parecer sobre a regularidade dos procedimentos de sindicância e processo disciplinar;
XXI - Dar ciência imediata e formal ao Prefeito Municipal e ao Coordenador de Controle Interno quando verificar a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção ou sugerindo instauração de tomada de contas especial sempre que houver irregularidade causadora de danos ao erário;
XXII - Realizar inspeções e auditorias nas Unidades Administrativas do Município para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e avaliar os resultados;
XXIII - Apreciar a regularidade e composição dos processos de admissão e emitir parecer;
XXIV - Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos;
XXV - Executar outras atividades correlatas e/ou determinadas pelo Coordenador.

Seção III
Da Ouvidoria

Art. 12. A Ouvidoria, a cargo do Auditor de Controle Interno, compete o desempenho das seguintes atribuições:
I - Realizar o gerenciamento técnico das atividades da Ouvidoria Municipal;
II - Gerenciar e controlar os trabalhos referente às manifestações recebidas inerentes ao seu controle de ouvidoria;
III - Receber e apurar denúncias e reclamações sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos ou agentes políticos do município;
IV - Receber sugestões e solicitações e encaminhá-las aos órgãos competentes;
V - Diligenciar junto às unidades da Administração competentes para a prestação de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade, objeto de denúncia ou reclamações;
VI - Adotar medidas informais destinadas a conferir a verossimilhança dos fatos denunciados;
VII - Manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;
VIII - informar ao interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;
IX - Recomendar aos órgãos da Administração a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;
X - Realizar cursos, seminários, encontros, debates e pesquisas versando sobre assuntos de interesse da Administração Municipal no que tange ao controle da coisa pública;
XI - Coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de Forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;
XII - Comunicar ao órgão da administração competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas;
XIII - Coordenar as equipes de trabalho de ouvidoria, dando o devido suporte para que tenham condições de realizar a contento o seu trabalho;
XIV - Coordenar os trabalhos de atendimento ao público por intermédio dos meios institucionais da Ouvidoria;
XV - Atuar como elo principal de comunicação e ligação entre a comunidade e a municipalidade e seus órgãos, sendo de sua competência relacionar, catalogar e organizar dados relativos à comunidade, seus anseios, suas sugestões e perspectivas e reclamações;
XVI - Assessorar os Secretários Municipais e o Prefeito, assegurando o pronto atendimento de demandas e reclamações colhidas, encaminhando-as ao setor competente e assegurando sua resolução;
XVII - Atender as reclamações formuladas pelos cidadãos, de forma individual ou coletiva, ou por entidades, relativas à prestação de serviços públicos;
XVIII - Desenvolver diretrizes, levantar dados e dar instruções à equipe para o atendimento de novos processos e/ou procedimentos de ouvidoria;
XIX - Sugerir ao Coordenador de Controle Interno e ao Prefeito Municipal medidas de aprimoramento da organização da Ouvidoria e das atividades da Administração Pública Municipal, em proveito dos serviços administrativos;
XX - Acompanhar e cobrar o cumprimento de prazos e os andamentos das manifestações encaminhadas aos setores competentes da Administração Pública Municipal;
XXI - Identificar e sugerir ao Prefeito Municipal e ao Coordenador de Controle Interno padrões e metas de excelência das atividades de ouvidoria;
XXII - Sugerir ao Prefeito Municipal a propositura de medidas legislativas ou administrativas, visando à prestação adequada de serviços públicos;
XXIII - Produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria, para subsidiar recomendações e propostas de medidas de aprimoramento da prestação dos serviços e correção de falhas;
XXIV - Informar ao servidor os resultados colhidos em pesquisa de satisfação;
XXV - Produzir relatório gerencial dos atendimentos efetivados e das manifestações recebidas na ouvidoria, contendo subsídios que contribuam para os gestores solucionarem, minimizarem e equacionarem as deficiências do sistema identificadas e apontadas pelos usuários, bem como das providências tomadas pelos setores competentes;
XXVI - Desempenhar outras atribuições designadas pelo superior hierárquico.

Seção IV
Do Funcionamento Da Ouvidoria

Art. 13. A Ouvidoria exerce papel mediador entre as manifestações do usuário para com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, não possuindo caráter executivo, judicativo ou deliberativo.
Parágrafo único. As manifestações que não sejam de competência da Administração Pública Municipal não serão cadastradas, bem como os atendimentos que visem unicamente verificar o andamento de protocolos em aberto.

Art. 14. O atendimento do usuário será realizado de forma adequada, observados os princípios da qualidade, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência, urbanidade e cortesia, observando-se ainda os princípios constitucionais.

Art.15. A Ouvidoria atenderá os usuários no horário estabelecido pela Administração para funcionamento, em espaço físico adequado, no âmbito da Prefeitura Municipal compatível com as necessidades.
§1º. O acesso à Ouvidoria poderá ser realizado pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal, ou por meio de:
I - Correspondência convencional endereçada à Ouvidoria do Município;
II - Contato telefônico;
III - Correspondência eletrônica;
VI - Aplicativos de celular;
V - Redes sociais oficiais;
VI - Outras mídias.
§2º. O Auditor de Controle Interno poderá providenciar junto ao usuário, quando possível, as informações complementares necessárias à compreensão do objeto e alcance de sua manifestação, antes dos encaminhamentos internos do expediente.
§3º. Os trotes e as comunicações falsas serão encaminhados à autoridade policial.

Art.16. O usuário poderá se identificar com as informações necessárias para o atendimento e registro do processo.
§1º. As manifestações deverão, preferencialmente, conter os seguintes dados:
I - Identificação do usuário (nome completo ou razão social, RG, CPF ou CNPJ);
II - Endereço completo;
III - Meios disponíveis para contato (telefone, e-mail);
IV - Tipo da manifestação (reclamação, denúncia, elogio, informação ou sugestão);
V - Mensagem clara, descritiva e objetiva com os dados e informações sobre a manifestação;
VI - Identificação das provas;
VII - Data e, se for o caso, assinatura do usuário.
§2º. O usuário poderá exigir da Ouvidoria que sua identidade seja mantida em sigilo.
§3º. Nas hipóteses em que a identidade do usuário for essencial à tomada de providências, tal situação deverá ser expressamente autorizada pelo usuário, sendo que havendo recusa, caberá o arquivamento do atendimento.
§4º. Será aceita manifestação anônima, sendo que sua resposta ficará disponível para consulta junto ao Sistema de Controle Interno pelo prazo de 30 (trinta) dias, se for o caso.

Art.17. O elogio recebido será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou o responsável pela prestação do serviço público, e à sua chefia imediata.

Art.18. A reclamação recebida será encaminhada ao setor responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público.
Parágrafo único. A resposta conclusiva da reclamação conterá informação objetiva acerca do fato apontado.

Art.19. A sugestão recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público, que se manifestará acerca da possibilidade da medida sugerida.

Art. 20. A denúncia recebida será imediatamente encaminhada ao setor responsável e, se for o caso, aos órgãos apuratórios competentes.
Parágrafo único. A resposta conclusiva da denúncia conterá informações sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento, na hipótese de a denúncia não ser conhecida por ausência de elementos mínimos descritivos de relevância, autoria e materialidade quanto às irregularidades ou indícios que permitam os órgãos apuratórios a chegarem a tais elementos.

Art. 21. Os setores competentes pelas demandas encaminhadas deverão elaborar, tratar e apresentar resposta em linguagem cidadã, de forma simples, clara, concisa, descritiva, objetiva, compreensível e conclusiva às manifestações recebidas, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.
§1º. As respostas deverão retornar à Ouvidoria, no prazo de trinta dias, contado da data de seu recebimento, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa, para a devolutiva ao usuário interessado, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento.
§2º. O prazo referido no §1º desde artigo será suspenso nos casos de férias coletivas dos servidores públicos municipais e de calamidade pública.

Art. 22. A manifestação poderá ser encerrada, sem produção de resposta conclusiva, quando o usuário descumprir deveres de:
I - Expor os fatos conforme a verdade;
II - Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
III - Não agir de modo temerário;
IV - Prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos;
V - Fornecer a devida e correta identificação.

CAPÍTULO Iii
DA AUDITORIA

Art. 23. O trabalho de Auditoria Interna deverá ser desenvolvido com obediência às seguintes normas básicas:
I - As auditorias serão realizadas mediante programação e organização pelo Coordenador de Controle Interno, aprovadas pelo Prefeito Municipal;
II - Verificação do cumprimento das normas de Controle Interno pelos servidores municipais no exercício de suas funções nas diversas Unidades Administrativas;
III - Registro do trabalho de auditoria em relatório, com indicação clara de eventuais falhas, erros, deficiências, ilegalidades ou irregularidades constatadas;
IV - O relatório de auditoria será encaminhado para conhecimento ao Prefeito Municipal para tomada de providências e, por conseguinte, ao Tribunal de Contas com indicação das medidas adotadas ou a adotar para correção das falhas apontadas.

Art. 24. As auditorias internas, em geral, se apoiarão em um cronograma elaborado pelo Coordenador de Controle Interno para a verificação do cumprimento das normas de controle interno, relatando complementarmente os fatos de forma a caracterizar as ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros apurados.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 25. Os Processos Administrativos no âmbito do Sistema de Controle Interno serão propostos pelo Coordenador de Controle Interno ao Prefeito Municipal, quando comprovada a prática de grave infração às normas de Controle Interno, com o objetivo de apurar os fatos, identificar os responsáveis e, se for o caso, imputar multa e/ou as punições, atendendo no que couber o disposto no Estatuto dos Servidores Municipais.
Parágrafo único. Para os efeitos do caput deste artigo, constitui grave infração às normas de Controle Interno aquelas relacionadas a mandamento constitucional.

Art. 26. Determinada a instauração de Processo Administrativo, sua conclusão deverá se dar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua instauração.

Art. 27. Os Processos Administrativos serão desenvolvidos por comissão designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 28. Os relatórios dos Processos Administrativos serão encaminhados ao Coordenador de Controle Interno para emissão de parecer e, após, para conhecimento ao Prefeito Municipal, com indicação das medidas adotadas ou a adotar para prevenir novas falhas, ou se for o caso, medidas punitivas aos responsáveis, na forma do Estatuto dos Servidores Municipais ou em regulamento próprio.

CAPÍTULO V
DAS GARANTIAS DOS SERVIDORES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 29. São garantias dos servidores que atuam no Sistema de Controle Interno:
I - Autonomia profissional para o desempenho de suas atividades;
II - Acesso a documentos, informações e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Todos os atos expedidos por meio do Sistema de Controle Interno deverão ser por escrito, com indicação clara dos fatos, em papel timbrado, constando a sua identificação, a data, o nome, qualificação técnica e a assinatura do responsável, sendo permitida a sua assinatura e tramitação na forma eletrônica.

Art. 31. O Coordenador de Controle Interno, quando necessário para o desempenho de suas funções, poderá solicitar a quem de direito esclarecimentos ou providências e, quando não atendido, de forma insuficiente ou não sanada a restrição, dará ciência ao Prefeito Municipal para as providências necessárias.

Art. 32. O servidor público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito às responsabilizações administrativa, civil e penal.

Art. 33. É vedado aos servidores do Sistema de Controle Interno divulgar fatos e informações de que tenha tomado conhecimento, em razão do exercício de sua atribuição.

Art. 34. A Tomada de Constas Especiais no âmbito Municipal reger-se-á pelas normas e instruções instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
Art. 35. Aplica-se ao pessoal admitido nos termos desta Lei Complementar o Estatuto dos Servidores do Município.

Art. 36. Fica extinto o cargo de provimento em Comissão de Coordenador de Controle Interno, de que trata a Lei Complementar nº 81/2023.

Art. 37. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 38. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 39. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 27 de junho de 2024.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2023 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132866

LEI Nº 2023, DE 27 DE JUNHO DE 2024
AUTORIZA A REALIZAR A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PARA FINS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEDIANTE ENCARGOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São Domingos, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a Concessão de Direito Real de Uso, como incentivo para fins de desenvolvimento econômico, através de licitação na modalidade de Concorrência, mediante o estabelecimento de encargos para serem cumpridos pela concessionária, do seguinte bem público municipal:
I –Lote Urbano 01 da Quadra 01, com área superficial de 1.292,77m²,esquina da Getúlio Vargas com a SC-480, do Loteamento Guilherme Scheffer, integrante da matrícula imobiliária 9.732 do Cartório de Registro de Imóveis de São Domingos.

Art. 2º. As condições e os encargos para serem cumpridos pelas concessionárias serão estabelecidos no edital de licitação e no respectivo contrato.

Art. 3º. A Concessão de Direito Real de Uso dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, após o prazo de concessão de 10 (dez) anos e cumprido os encargos, alienar os bens descritos no artigo 1º da presente lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações especificas.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.
São Domingos/SC, 27 de junho de 2024.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2024 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132914

LEI Nº 2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA), DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), DO LOTEAMENTO SÃO JOSÉ, NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO DOMINGOS; SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A TITULAÇÃO IMOBILIÁRIA DEFINITIVA EM FAVOR DOS OCUPANTES DOS RESPECTIVOS LOTES CONFORME CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA; E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui objeto das disposições da presente Lei a regularização fundiária urbana de interesse social (REURB-S), na forma de legitimação fundiária, aos detentores da posse, da área de propriedade de Município de São Domingos, que constitui o Loteamento São José, localizado no perímetro urbano da cidade de São Domingos, relativamente a lotes habitacionais pertencentes à quadra 78 com 4 (quatro) lotes do referido Loteamento, conforme identificação, áreas e matrículas constantes do anexo único da presente Lei.

Art. 2º Após o regular processo de regularização fundiária jurídica prevista no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a transferência definitiva dos respectivos lotes às famílias detentoras da posse, conforme estudo socioeconômico realizado, ficando isentas de quaisquer encargos as famílias com renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos nacionais, a quais serão enquadradas na categoria REURB-S.

Art. 3º A titulação dos imóveis pelo Município em favor de todos os beneficiários que detém a posse dos imóveis do Loteamento São José, será feita por ato próprio de registro da regularização fundiária pelo Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, SC.

Art. 4º Os beneficiários de lotes regularizados com base na presente Lei que vierem a promover a venda do imóvel num prazo inferior a 15

(quinze) anos, não poderão ser incluídos em novo programa habitacional popular do Município de São Domingos.

Art. 5º A regularização das edificações existentes sobre os lotes a serem titulados de conformidade com o artigo 3º desta Lei poderá ser realizada em momento posterior, conforme autoriza o artigo 31, § 3ºdo Decreto Federal 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 6º A presente Lei, caso seja necessário, poderá ser regulamentada pela Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos/SC, 27 de junho de 2024.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO

IDENTIFICAÇÃO DAS QUADRAS, LOTES, ÁREAS E MATRÍCULAS
LOTEAMENTO SÃO JOSÉ

QUADRA 78		
NOME	LOTE	MATRÍCULA
Ivone Sehn Rubnich	15	7.718
Zuleide Cecilia Trombetta	16	7.719
Anália Bueno Gonçalves	17	7.720
José Bandeira	18	7.721

LEI Nº 2025 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132922

LEI Nº 2025, DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA), DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), DO LOTEAMENTO REVIVER, NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO DOMINGOS; SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A TITULAÇÃO IMOBILIÁRIA DEFINITIVA EM FAVOR DOS OCUPANTES DOS RESPECTIVOS LOTES CONFORME CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA; E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui objeto das disposições da presente Lei a regularização fundiária urbana de interesse social (REURB-S), na forma de legitimação fundiária, aos detentores da posse, da área de propriedade de Município de São Domingos, que constitui o Loteamento Reviver, localizado no perímetro urbano da cidade de São Domingos, relativamente a lotes habitacionais pertencentes às quadras 55-A com 17 (dezessete) lotes e 55-B com 11 (onze) lotes do referido Loteamento, conforme identificação, áreas e matrículas constantes do anexo único da presente Lei.

Art. 2º Após o regular processo de regularização fundiária jurídica prevista no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a transferência definitiva dos respectivos lotes às famílias detentoras da posse, conforme estudo socioeconômico realizado, ficando isentas de quaisquer encargos as famílias com renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos nacionais, a quais serão enquadradas na categoria REURB-S.

Art. 3º A titulação dos imóveis pelo Município em favor de todos os beneficiários que detém a posse dos imóveis do Loteamento Reviver, será feita por ato próprio de registro da regularização fundiária pelo Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, SC.

Art. 4º Os beneficiários de lotes regularizados com base na presente Lei que vierem a promover a venda do imóvel num prazo inferior a 15 (quinze) anos, não poderão ser incluídos em novo programa habitacional popular do Município de São Domingos.

Art. 5º A regularização das edificações existentes sobre os lotes a serem titulados de conformidade com o artigo 3º desta Lei poderá ser realizada em momento posterior, conforme autoriza o artigo 31, § 3ºdo Decreto Federal 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 6º A presente Lei, caso seja necessário, poderá ser regulamentada pela Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos/SC, 27 de junho de 2024.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO

IDENTIFICAÇÃO DAS QUADRAS, LOTES, ÁREAS E MATRÍCULAS
LOTEAMENTO REVIVER

QUADRA 55-A		
NOME	LOTE	MATRÍCULA
Lucas de Lima Barilli	01	9.908
Cleber Vieira Busatto	04	9.911
Vinicius Alexandro Detofol	05	9.912
Adelia Veruck dos Santos	06	9.913
Andreia Frith Gulin	07	9.914
Kauê Junior Pereira de Oliveira	08	9.915
Noeli Ferreira de Souza	09	9.916
Lori Ernesto Passaglia	10	9.917
Tereza Gulart	11	9.918
Vera Lucia Mendes	12	9.919
Sara dos Santos	13	9.920
Emilia Terezinha Garcia	14	9.921
Ana Paula Vieira da Silva	16	9.923
João dos Santos	17	9.924
Valcir Trindade	18	9.925
Izabel dos Santos de Oliveira	19	9.926
Ana Pereira da Silva Ferreira	20	9.927
QUADRA 55-B		
NOME	LOTE	MATRÍCULA
Sabrina Trindade Batista	01	9.928
Roseni de Lurdes de Oliveira Ferreira	02	9.929
Tereza Pereira de Oliveira	03	9.930
Alexandre Fagundes	04	9.931
Maria Ivone Pazini	05	9.932
Maria do Carmo dos Santos	06	9.933
Julceli dos Santos	07	9.934
Walter de Souza	08	9.935
Marelândi Meirelles	09	9.936
Cilene Carvalho Marques	10	9.937
Claudia Busatto	11	9.938

LEI Nº 2026 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132931

LEI Nº 2026, DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA), DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), DO LOTEAMENTO MUTIRÃO, NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO DOMINGOS; SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A TITULAÇÃO IMOBILIÁRIA DEFINITIVA EM FAVOR DO OCUPANTE DO RESPECTIVO LOTE CONFORME CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA; E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui objeto das disposições da presente Lei a regularização fundiária urbana de interesse social (REURB-S), na forma de legitimação fundiária, aos detentores da posse, da área de propriedade de Município de São Domingos, que constitui o Loteamento Mutirão, localizado no perímetro urbano da cidade de São Domingos, relativamente ao lote habitacional pertencente à quadra 100-A com 1 (hum) lote do referido Loteamento, conforme identificação, área e matrícula constantes do anexo único da presente Lei.

Art. 2º Após o regular processo de regularização fundiária jurídica prevista no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a transferência definitiva do respectivo lote à família detentora da posse, conforme estudo socioeconômico realizado, ficando isenta de quaisquer encargos a família com renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos nacionais, a qual será enquadrada na categoria REURB-S.

Art. 3º A titulação do imóvel pelo Município em favor do beneficiário que detém a posse do imóvel do Loteamento Mutirão, será feita por ato próprio de registro da regularização fundiária pelo Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, SC.

Art. 4º O beneficiário de lote regularizado com base na presente Lei que vier a promover a venda do imóvel num prazo inferior a 15 (quinze) anos, não poderá ser incluído em novo programa habitacional popular do Município de São Domingos.

Art. 5º A regularização da edificação existente sobre o lote a ser titulado de conformidade com o artigo 3º desta Lei poderá ser realizada em momento posterior, conforme autoriza o artigo 31, § 3ºdo Decreto Federal 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 6º A presente Lei, caso seja necessário, poderá ser regulamentada pela Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos, SC, 27 de junho de 2024.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO

IDENTIFICAÇÃO DA QUADRA, LOTE, ÁREA E MATRÍCULA
LOTEAMENTO MUTIRÃO

QUADRA 100-A		
NOME	LOTE	MATRÍCULA
Cleito Paulo Cenci	13	2.726

LEI Nº 2027 DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132938

LEI Nº 2027, DE 27 DE JUNHO DE 2024
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA), DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S), DO LOTEAMENTO SÃO CRISTÓVÃO, NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO DOMINGOS; SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A TITULAÇÃO IMOBILIÁRIA DEFINITIVA EM FAVOR DOS OCUPANTES DOS RESPECTIVOS LOTES CONFORME CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA; E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui objeto das disposições da presente Lei a regularização fundiária urbana de interesse social (REURB-S), na forma de legitimação fundiária, aos detentores da posse, da área de propriedade de Município de São Domingos, que constitui o Loteamento São Cristóvão, localizado no perímetro urbano da cidade de São Domingos, relativamente a lotes habitacionais pertencentes à quadra 36 com 4 (quatro) lotes do referido Loteamento, conforme identificação, áreas e matrículas constantes do anexo único da presente Lei.

Art. 2º Após o regular processo de regularização fundiária jurídica prevista no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a transferência definitiva dos respectivos lotes às famílias detentoras da posse, conforme estudo socioeconômico realizado, ficando isentas de quaisquer encargos as famílias com renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos nacionais, a quais serão enquadradas na categoria REURB-S.

Art. 3º A titulação dos imóveis pelo Município em favor de todos os beneficiários que detém a posse dos imóveis do Loteamento São Cristóvão, será feita por ato próprio de registro da regularização fundiária pelo Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, SC.

Art. 4º Os beneficiários de lotes regularizados com base na presente Lei que vierem a promover a venda do imóvel num prazo inferior a 15 (quinze) anos, não poderão ser incluídos em novo programa habitacional popular do Município de São Domingos.

Art. 5º A regularização das edificações existentes sobre os lotes a serem titulados de conformidade com o artigo 3º desta Lei poderá ser realizada em momento posterior, conforme autoriza o artigo 31, § 3ºdo Decreto Federal 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 6º A presente Lei, caso seja necessário, poderá ser regulamentada pela Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos, SC, 27 de junho de 2024.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO

IDENTIFICAÇÃO DAS QUADRAS, LOTES, ÁREAS E MATRÍCULAS

LOTEAMENTO SÃO CRISTÓVÃO

QUADRA 36		
NOME	LOTE	MATRÍCULA
Dorildes Linhares	17	7.723
Marcia Lemes do Amaral	19	7.725
Clevair Alves de Santana	20	7.726
Vilma dos Santos Guerreiro	21	7.727

Câmara Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2022

Publicação Nº 6133478

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 04/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVO – REAJUSTE DE VALOR, PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE SERVIÇO

Considerando-se:

- o teor do Processo Licitatório nº 04/2022, e disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação pertinente e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 04/2022 (objeto: 1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria contábil, financeira, orçamentária, administração e patrimonial, visando manter a eficiência nos registros dos atos e fatos do Legislativo Municipal, através de orientações aos servidores municipais que atuam nestas áreas, com vistas a implementação e atendimento das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP), compreendendo:
1.2. Receita Pública
Como estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), qualquer perda de receita deve ensejar a adoção de medidas compensatórias, tanto na receita (quando possível) ou redução, na mesma proporção, das despesas correspondentes levando a uma inevitável redução da oferta de bens e serviços à população.
Além dos procedimentos contábeis, os serviços de consultoria nas receitas deverão levar em conta estudos prospectivos da sua efetiva realização como condição necessária para dar suporte às despesas, principalmente, as despesas de natureza permanente e de caráter continuado, detectar as perdas e a possibilidade de déficits futuros, e qual o impacto das perdas em termos de fornecimento de bens e serviços.
1.3. Despesa Pública
Os serviços deverão compreender as orientações necessárias ao cumprimento dos preceitos e requisitos legais da despesa pública: utilidade; possibilidade contributiva; discussão pública; oportunidade; legitimidade e legalidade, objetivando evitar possíveis sanções administrativas e penais à Câmara Municipal de São Domingos;
1.4. Créditos Orçamentários
A proponente vencedora deverá promover as orientações necessárias para o correto controle dos créditos orçamentários previstos na Lei Orçamentária para a realização de despesas, o cumprimento à Lei nº 4.320/64 e demais determinações do Tribunal de Contas do Estado.
1.5. Lançamentos contábeis
A proponente vencedora deverá promover as orientações necessárias para o registro dos lançamentos contábeis de acordo com o Plano de Contas vigente para o Estado de Santa Catarina, promovendo ainda as orientações necessárias para o correto registro dos fatos contábeis, através de lançamentos contábeis estejam suportados em documentação hábil e idôneo, bem como, orientação e avaliação de informações junto ao portal da transparência além de auxiliar em informações técnica-financeira sobre projetos de lei além de promover auxiliar os servidores de como acessar informações junto aos bancos de dados contábeis da casa legislativa, bem como sugerir ações que venham a otimizar a gestão contábil.
Todas as orientações de lançamentos contábeis deverão estar em conformidade com as Normas da Contabilidade Pública, devendo a empresa contratada responsabilizar-se por eventual ajuste ou correção em casos de alterações.
1.6. Início e Encerramento de Exercícios
A proponente vencedora deverá orientar aos técnicos da Câmara de Vereadores de maneira a atender à legislação nacional no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal no 4.320/64 e Lei Complementar Federal no 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, como também primar pela execução financeira, orçamentária, administrativa e patrimonial de forma eficiente e responsável, possibilitando maior transparência nas informações e procedimentos contábeis adotados.
Os serviços de consultoria objetivam a transferência de conhecimentos não somente sobre os aspectos inerentes ao encerramento do exercício, como também outros importantes tópicos de execução orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial, incluindo disposições que se relacionem ao do exercício, consolidação e análise das contas públicas e elaboração de relatórios legais.
1.7. Apoio na elaboração dos balancetes mensais
A proponente vencedora deverá promover o acompanhamento e orientação na elaboração dos balancetes mensais, bem como documentos e informações necessárias ao Tribunal de Contas e demais organismos da esfera Municipal, Estadual e Federal quando solicitados.
Além do acompanhamento formal (documental) dos balancetes acima mencionados, a vencedora deverá dar suporte na remessa de informações contábeis do município ao Tribunal de Contas do Estado, via sistema e-Sfinge e ao SICONF;
1.8. Elaboração do Balanço Geral
A consultoria deverá orientar quanto à preparação das peças que compõem o balanço geral dos exercícios, segundo a Lei 4.320/64 e demais instruções emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
1.9. Relatórios da execução orçamentária e gestão fiscal

A proponente vencedora deverá promover orientações aos técnicos municipais, quando pertinente, sobre os aspectos que podem influenciar a elaboração, correção e prazos para publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal no âmbito municipal.
1.10. Planejamento orçamentário
Para esta atividade, a consultoria deverá discutir em conjunto com a equipe técnica as Finanças Públicas à luz das necessidades do legislativo, destacando a importância do planejamento com enfoque na avaliação do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como na transparência pública.
1.11. Atos administrativos
O serviço de consultoria deverá auxiliar e orientar a Administração visando promover a correta execução dos atos administrativos que tratam de matéria orçamentária e contábil, frente à Legislação vigente.
Alimentação e manutenção dos dados atinentes às Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP:
A consultoria deverá contemplar SEMPRE orientações inerentes à contabilidade aplicada ao setor público, além de orientações específicas para manutenção, de forma orientativa, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, contribuindo para o atendimento de todas as normas legais.
Os serviços deverão ser prestados por empresa com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e que possua profissional de nível superior graduado em Ciências Contábeis, com inscrição no respectivo conselho (CRC).
1.12. A empresa contratada prestará suporte técnico nas seguintes modalidades:
a) PRESENCIAL (in loco):
Nas dependências da Câmara de Municipal de São Domingos, através de um dos responsáveis técnicos indicados na equipe técnica da licitante, de até 20 (vinte) horas mensais, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.
Em caso excepcional, o suporte técnico presencial poderá ser solicitado a qualquer tempo pela Câmara Municipal de São Domingos, que deverá comunicar a empresa contratada com um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para comparecimento junto a Câmara.
b) A DISTÂNCIA:
A empresa contratada deverá efetuar suporte técnico através de telefone, fax, e-mail, sem limite de consultas, de segunda a sexta feira, emitindo parecer técnico quando solicitado, em no máximo, 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação.
Deverá ainda efetuar suporte técnico por meio de acesso remoto aos sistemas informatizados do Município, durante o horário de funcionamento da Prefeitura, sempre que solicitado, imediatamente, visando assim maior eficiência na prestação dos serviços públicos municipais.
Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços licitados, devendo a contratada manter-se atualizada perante os órgãos superiores de controle e fiscalização.)

- a necessidade de manutenção do serviços prestados;

- que o valor mensal original do Contrato Administrativo nº 04/2022, de 27/06/2022, até então não foi reajustado, existindo defasagem em face do INPC/IBGE acumulado no período;

- a solicitação de reajuste de preços apresentada pela CONTRATADA, e a previsão legal de reequilíbrio econômico-financeiro e/ou reajuste do valor dos serviços, conforme inciso XXI do art. 37 da CF e artigos 40, inciso XI, 55, inciso III, e art. 6º, inciso LVIII, da Lei nº 14.133/2021;

As partes, de um lado a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Cristóvão, 380, nesta Cidade de São Domingos–SC, inscrita no CNPJ nº 00.442.100/0001-78, e de outro a Empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Consolação, 317, sala 03, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ nº 17.301.930/0001-88, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada por LOACIR MILTO FIN, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO:

Fica prorrogada a vigência do presente contrato de 27/06/2024 a 27/06/2025, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE DO VALOR:

O valor original mensal do serviço contratado, previsto na cláusula segunda do Contrato Administrativo nº 04/2022, fica reajustado de R$3.060,33 (três mil e sessenta reais e trinta e três centavos), para R$3.162,54 (três mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), conforme índice INPC/IBGE, acumulado nos últimos doze meses (junho/2023 a maio/2024), no percentual de 3,34%, a contar do mês de julho de 2024.

No mesmo sentido, em razão dos novos serviços que serão prestados pela empresa a partir da assinatura deste termo aditivo (Cláusula Terceira), haverá um acréscimo de 25% sobre o valor total da contratação, passando a totalizar o valor mensal de R$3.953,17 (três mil e novecentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos).

Assim, o valor total do presente contrato passará a ser R$ 47.438,04 (quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quatro centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, conforme previsto no Contrato Administrativo nº 04/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO DE SERVIÇO

Fica acrescido ao objeto do presente contrato, além dos serviços já previstos, a prestação de serviços referente aos atos voltados aos procedimentos licitatórios e contratuais, regulados pela Nova Lei de Licitações n.º 14.133/2021, assessorando de forma consultiva os servidores do ente para a realização do cadastramento adequado dos atos no sistema de gestão da entidade e sua devida prestação de contas com a transmissão dos atos jurídicos ao e-Sfinge.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 04/2022 ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, para os fins de direito.

São Domingos, SC, 26 de junho de 2024.

NIOMAR LUIZ CANTELLI
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
CONTRATADA

São Francisco do Sul

Prefeitura

EDITAL 002_2024 AUXÍLIO DE PARTE DO VALOR TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO 2024

Publicação Nº 6132228

EDITAL Nº 002/2024 DE CADASTRAMENTO DE INTERESSADOS PARA AUXÍLIO
DE PARTE DO VALOR DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento de interessados abertura das inscrições para o cadastro ao auxílio de parte do transporte universitário intermunicipal para os meses de julho à dezembro de 2024.
Serão oferecidas 30 vagas para os universitários.
A concessão do auxílio-transporte intermunicipal aos estudantes universitários de cursos superiores presenciais e semipresenciais não oferecidos neste Município está condicionada à Lei Municipal 1.992 de 18 de Abril de 2018, Decreto Municipal no 2.871 de 23 de Maio de 2018.
O processo de credenciamento será regido pelas instruções abaixo transcritas.

1.1. A INSCRIÇÃO

As inscrições serão ONLINE e estarão liberadas a partir das 08:30 do dia 08 de julho de 2024 até 12 de julho de 2024 às 14:00.

1.1.1. O candidato deverá ter cadastro no portal desta Prefeitura para conseguir se logar e inscrever-se.
Acesse: https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/ SERVIÇOS / CIDADÃO / ATENDIMENTO
ONLINE / CADASTRE-SE para conseguir seu login e senha do sistema.
OBS: Na solicitação de acesso / cadastro selecionar Serviços do Portal do Cidadão, o campo CRC não é obrigatório, preencher os outros dados e Confirmar. Aguardar a liberação de acesso.
Depois de se cadastrar e ter acesso liberado:
Acesse: https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/ SERVIÇOS / CIDADÃO / ATENDIMENTO
ONLINE clique em LOGIN, digite seu CPF, SENHA e clique em Entrar para logar-se.

1.1.2. (SE JÁ TEM LOGIN E SENHA) Para acessar o formulário/processo digital de inscrição clique em Comissão de Avaliação – INSCRIÇÃO – interessados para auxílio de parte do valor do transporte Univ. Entre com seu LOGIN e senha que foram solicitados anteriormente. (Não entrar com LOGIN e senha do GOV ou senha Google, Hotmail...)

1.1.3 Cabe tão somente ao candidato conferir a documentação que será enviada através de upload para análise da Comissão.

1.1.4. No caso do candidato inscrever-se mais de uma vez será considerada somente a primeira inscrição como válida.

1.1.5. Não serão aceitas inscrições fora do prazo estipulado neste Edital.

1.2 O universitário que se inscrever e atender as condições do presente Edital receberá o auxílio correspondente aos meses subsequentes ao credenciamento desde que comprove o percentual mínimo de 75% de frequência no semestre letivo.

1.2.1. O pagamento do auxílio correspondente a Julho 2024 será creditado aos estudantes na segunda quinzena do mês de Agosto de 2024.

1.2.2. A partir do auxílio de Agosto 2024, o pagamento do subsídio será realizado até o décimo quinto dia de cada mês após o envio do ANEXO I no período especificado neste Edital.

1.2.3. O universitário que não cumprir o mínimo de frequência exigida no mês, perderá o direito ao recebimento do auxílio-transporte no referido mês, estará sujeito ao cancelamento do subsídio e poderá devolver o mesmo valor recebido nos meses nos quais não houver comprovação mínima de frequência (75% presença), conforme análise da comissão especial do transporte universitário. Documentos que podem ser usados para essa comprovação: Plano curricular aparecendo a frequência do período, boletim constando carga horária, frequência, histórico escolar constando frequência, atestado de frequência emitido pela Instituição/Entidade constando o período/semestre e porcentagem de frequência do período. Qualquer um dos documentos mencionados anteriormente assinado e carimbado pela Instituição de Ensino ou com código de autenticidade.

1.2.4. Para fins de entendimento da frequência exigida, não serão consideradas faltas devidamente justificadas pela instituição de ensino como redutores de percentual de frequência, portanto, apenas as faltas não justificadas serão contabilizadas como ausência.

1.2.5. Em casos de afastamento médico ou projetos de intercâmbio, a Secretaria de Educação deverá ser comunicada através de documento oficial emitido pelo universitário para posterior avaliação e resolução do caso.

1.2.6. Em caso de alteração de moradia do universitário, à medida que seja fora do município de São Francisco do Sul, implicará na perda do direito ao recebimento do auxílio e a devida alteração de endereço deverá ser informada a Secretaria de Educação pelo universitário, utilizando-se de documento oficial, como garantia do devido encerramento do auxílio-transporte, sem penas de aplicação de sanções nos casos cabíveis.

1.2.7. O universitário deverá enviar mensalmente à Secretaria de Educação declaração de frequência conforme modelo do ANEXO I, e ao término de cada semestre, o relatório de frequência semestral emitido pela instituição de ensino. Este procedimento se inicia em 25 de julho de 2024. Não serão recebidos documentos fora do prazo acima especificados. O período de envio do ANEXO I será entre os dias 25 e 30. No mês onde o universitário não entregar o anexo I no prazo estipulado, entre os dias 25 e 30 de cada mês, não receberá mais o auxílio referente ao mês em que o anexo I não foi entregue. No mês de DEZEMBRO, o ANEXO I e o atestado de frequência serão encaminhados pelos universitários em período definido pela Comissão de Avaliação.
E-mail para enviar o ANEXO I e atestado semestral de frequência:
transporte.educacao@saofranciscodosul.sc.gov.br

1.2.8. O universitário que for deferido e estiver acima da 120ª vaga ficará em lista de espera, e no caso de desistência ou perda do direito ao auxílio-transporte de um universitário, ele assumirá sua vaga, respeitando a ordem de deferimento. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para confirmação da vaga em caso de convocação do universitário que estiver em lista de espera para o preenchimento de vaga.

1.3 Serão beneficiados com o auxílio-transporte aqueles que além de apresentarem a documentação exigida no presente Edital também comprovarem a menor renda familiar per capita. O cálculo da renda familiar mensal será feito pela soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes.

2. CRITÉRIOS E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

2.1. Para que os estudantes universitários sejam cadastrados é necessário o envio dos documentos através de upload nos casos necessários, descritos no ITEM 2.2.

2.1.1 Condições de participação:

a) Brasileiro nato ou naturalizado;

b) Estudante de 1º graduação;

c) Estudante de curso de graduação presencial ou semipresencial não oferecido no município de São Francisco do Sul/SC;

d) Residente no município de São Francisco do Sul/SC;

e) Menor renda per capita familiar

2.2 Documentos necessários para a inscrição ONLINE:

2.2.1 Fazer upload da documentação nos casos necessários:
(Digitalização / Foto de boa resolução)
OBS: A soma total do tamanho de todos arquivos juntos para upload não poderá superar 14MB. Cada arquivo de upload deve ter menos de 2MB ou 2048 KB.

a) A Ficha de Inscrição Preenchida; (ANEXO II)

b) Documento de identificação oficial com foto e CPF (exemplo: RG, CNH); (De todo grupo familiar). Para os menores de 16 anos será aceito a certidão de nascimento.

c) Comprovante de matrícula na instituição de ensino superior; OBS: Caso não possua o documento de matrícula no período de inscrição poderá inscrever-se e enviar a matrícula juntamente com o ANEXO I de julho 2024 entre 25/07/2024 e 30/07/2024 para recebimento do auxílio.

c.1. Documentos que comprovam matrícula: Declaração de matrícula assinada pela Instituição de Ensino ou com código de autenticidade. Outro documento é contrato entre a Instituição de Ensino e o universitário devidamente assinado pelas partes.

d) Comprovação de residência no Município de São Francisco do Sul obedecendo o período máximo de 01 mês considerando os seguintes comprovantes:
d.1. Fatura de fornecimento de água, energia, telefone, gás em nome do titular;

d.2. Contrato vigente de locação do imóvel ou Declaração de moradia reconhecida em cartório de títulos junto a documento descrito na alínea "d.1)";

d.3. Será aceito como comprovante de residência, documento descrito na alínea "d.1." em caso de parentesco de 1º grau (pais e filhos);

d.4. Em caso de titularidade de comprovante de residência em nome de cônjuge, deverá ser apresentada a certidão de casamento ou contrato de união estável reconhecida em cartório;

e) Comprovante de Renda dos últimos 3 meses anteriores a data de lançamento deste Edital devendo ser apresentado obrigatoriamente:

e.1. Folha de pagamento de todos os membros da família ou Declaração de rendimentos com reconhecimento em cartório.

e.2. Os rendimentos que entram no cálculo da renda familiar mensal são aqueles provenientes de: salários; proventos; pensões; pensões alimentícias; benefícios de previdência pública ou privada; seguro-desemprego; comissões; pró-labore; outros rendimentos do trabalho não assalariado; rendimentos do mercado informal ou autônomo e rendimentos auferidos do patrimônio. Caso não possua rendimentos, deverá ser apresentado comprovante de renda de seus representantes legais.

f) Carteira de Trabalho de todos os membros do grupo familiar a partir de 16 anos de idade. (Digitalização / Foto de boa resolução da parte de identificação, último contrato de trabalho, página em branco conseguinte e o mesmo serve para as anotações gerais da ctps) ou relatório da CTPS DIGITAL pelo APP. Se não tiver a CTPS digitalizar / fotografar a declaração registrada em cartório informando que não possui Carteira de trabalho.

g) Enviar o ANEXO I (Declaração de Frequência) no período especificado no item 1.2.7. deste Edital. Não enviar no período de inscrição.

2.3. Não serão recebidas inscrições por via postal, fax, nem fora do local ou período relacionado para o recebimento das inscrições.

2.4. Não será concedido benefício ao universitário que perder o prazo de envio dos documentos.

2.5. Serão utilizados os seguintes critérios de desempate: a) Maior Idade b) Maior número de dependentes

2.6. OS UNIVERSITÁRIOS QUE TIVERAM OS AUXÍLIOS DEFERIDOS NO ANO DE 2023 TERÃO QUE SE INSCREVER EM 2024 E PASSARÃO POR NOVA ANÁLISE. A CONCESSÃO DO AUXÍLIO PASSADO NÃO GARANTE O RECEBIMENTO NO ANO DE 2024. OS UNIVERSITÁRIOS DEFERIDOS NO 1º CADASTRAMENTO, EDITAL 001/2024, NÃO PRECISAM SE INSCREVER NOVAMENTE, POIS, O DEFERIMENTO É VÁLIDO ATÉ DEZEMBRO 2024.

3. DO VALOR DO SUBSÍDIO

3.1. O valor do auxílio será de R$430,00 (Quatrocentos e Trinta Reais).

3.1.1 O pagamento do subsídio fica suspenso enquanto mantidas a suspensão das aulas presenciais, conforme regulamentação dos Orgãos Públicos. Fica ressaltado o requisito obrigatório já previsto neste Edital que o pagamento é apenas para cursos presenciais e semi-presenciais.

4. RESULTADO DOS UNIVERSITÁRIOS CONTEMPLADOS

4.1. A relação de universitários contemplados será publicada no dia 19/07/2024, no Site da Prefeitura (www.saofranciscodosul.sc.gov.br) e serão classificados, observados os termos do presente edital, em ordem de inscrição.

5. DO RECURSO (PRESENCIAL)

5.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar do presente cadastramento à Secretaria Municipal de Educação, por meio de protocolo presencial de recurso, nos dias 22 e 23 de julho de 2024 que será julgado pela Comissão de Análise do Processo para Auxílio do Transporte Universitário Intermunicipal.

5.2. Local e horário para fazer o protocolo de recurso: Secretaria Municipal de Educação (Prédio Multiuso) localizada na Rua Barão do Rio Branco, 217, Centro das 08:00 às 14:00.

5.3. Não será aceito recurso via postal, via fax ou via e-mail. Também não será aceito recurso fora do prazo citado. Todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para esse ato.

5.4. Serão desconsiderados questionamentos não protocolados, protocolados fora do prazo e aqueles que não estiverem devidamente justificados e fundamentados.

5.5. Não será permitida a entrega de novos documentos a fim de embasar os recursos.

5.6 O recurso poderá ser feito pessoalmente ou por procurador do candidato com procuração específica.

5.7. Uma vez julgados os recursos apresentados, será emitido o resultado final oficial no dia 24/07/2024 no Site da Prefeitura (www.saofranciscodosul.sc.gov.br) e não caberão recursos administrativos adicionais.

6. DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

6.1 Os universitários cadastrados no 1º chamamento público de 2024, terão suas ordens de classificações mantidas.

6.2 Os universitários cadastrados no 2º chamamento público de 2024, continuarão em lista de espera a partir dos classificados no 1º chamamento público.

7. DO FORO

7.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Edital é o da cidade de São Francisco do Sul.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

8.2. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento deste Edital e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente Processo.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de análise do Processo para Auxílio do Transporte Universitário.

São Francisco do Sul, 27 de junho de 2024.
Ivana Ramos Pacífico
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

Eu, _____ sob o CPF nº _____, RG _____, residente à _____ _____, nº _____ - bairro _____, CEP _____, município de _____, DECLARO para os devidos fins, ter frequentado as aulas na Faculdade _____, Curso _____, período (Semestre/Fase/Ano)_____, no mês _____ do ano de _____. DECLARO ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

São Francisco do Sul/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO
CADASTRAMENTO DE INTERESSADOS PARA AUXÍLIO DE PARTE DO VALOR
DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
IDENTIFICAÇÃO DO(A) UNIVERSITÁRIO(A) Data: _____/_____/_____

Telefone / Whatsapp: ( )		E-mail:		
Nome Completo do(a) Universitário(a) - sem abreviações				C. P. F. :
R. G. / Outro	Data de Nascimento:	Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.		
Nome Completo da Mãe - sem abreviações:				
Nome Completo do Pai - sem abreviações:				
Endereço Residencial do(a) Universitário(a): RUA:			Número:	Bairro:
Cidade: São Francisco do Sul - SC			CEP: 89240-000	
Renda do(a) Universitário(a) se tiver:		Renda Total Familiar: R$		
Número de Pessoas do Grupo Familiar + Universitário(a):				
Grupo Familiar:				
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Nome:	Grau de Parentesco:			Renda: R$
Universidade / Entidade:		Curso:	Mensalidade: R$	
Período / Semestre / Ano:	1ª Graduação: SIM	Turno:	Bolsita: Sim ( ) Não ( )	
DADOS BANCÁRIOS DO UNIVERSITÁRIO				
Número Banco:	Agência:	Conta e DV:	( ) C/C ( ) Poupança	
Assinatura do(a Universitário(a)				

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INATIVOS 2024

Publicação Nº 6131700

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2024
INATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, por intermédio de seu Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas CONVOCA , através do presente Edital todos os servidores Públicos Municipais Inativos e Pensionistas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, comparecerem no mês de Julho 2024 no prédio sede, na Praça Getúlio Vargas , 01 - Centro, no horário das 8 horas às 14 horas, para realizarem PROVA DE VIDA.
Comunicamos que a PROVA DE VIDA é uma exigência e deve ser feita todo o ano, Caso não seja efetuada a PROVA DE VIDA, poderá acarretar a retenção do pagamento, até que haja a devida regularização.
Dúvidas, favor entrar em contato com o Setor de Recursos Humanos nos telefones:
(47) 3471- 2245 (47) 3471-2245

Heloiza Fernanda da Costa Corrêa
Diretora de Gestão de Pessoas.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

EXTRATO CONT. 020-2024-FUCISF

Publicação Nº 6131301

FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 020/2024
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL
CONTRATADA: GABRIELA SCHUH
INEXIGIBILIDADE: Nº 024/2024
CNPJ Nº 33.001.129/0001-73
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 33.001.129 GABRIELA SCHUH, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 33.001.129/0001-73, CREDENCIADA NO EDITAL 010/2024/FUCISF, PARA EXECUÇÃO DE 01 APRESENTAÇÃO CULTURAL, COM O TEMA 520 ANOS DE HISTÓRIAS E DESCOBERTAS, COM AÇÃO INDIVIDUAL, COM NO MÍNIMO 20 MINUTOS DE DURAÇÃO, PARA EXECUÇÃO NA 10ª FEIRA DO LIVRO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, NA DATA DE 29 DE JUNHO DE 2024.
VIGÊNCIA: 27/06/2024 A 26/08/2024.
Valor: R$ 500,00 (quinhentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
22002 – 2116 – 333903999 – 25007
São Francisco do Sul, 27 de Junho de 2024.

Marianna Corrêa
Diretora Presidente Da Fundação Cultural

EXTRATO CONT. 021-2024-FUCISF

Publicação Nº 6131605

FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 021-2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL
CONTRATADA: GABRIELA SCHUH – CNPJ Nº 33.001.129/0001-73
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 33.001.129 GABRIELA SCHUH, inscrita no CNPJ sob nº 33.001.129/0001-73, credenciada no Edital 005/2024/FUCISF, para execução de 01 oficina cultural, com o tema Rolês Culturais no Centro Histórico de São Francisco do Sul, com duração total de 20 horas, para aplicação de forma itinerante no período de junho a dezembro de 2024, na forma descrita nos termos do Edital de Chamamento Público 005/2024 (CADASTRAMENTO DE OFICINEIROS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS).
BASE LEGAL: Enquadramento Legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, inciso IV, suas alterações
VIGÊNCIA: 27/06/2024 À 31/12/2024
PREÇO: R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
22002-2116-333903999-250070
São Francisco do Sul, 27 de Junho de 2024

MARIANNA CORRÊA
Diretora Presidente da Fundação Cultural

NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE EMBARGO AMBIENTAL

Publicação Nº 6131561

O Secretário Municipal Interino de Meio Ambiente, Alan Gabriel Vizoto, no uso de suas atribuições, NOTIFICA o Sr. Leandro Machado (CPF: 479.622.599-49), autuado pela Fiscalização Ambiental por meio do Auto de Embargo Ambiental n° 032/2023, para apresentar Defesa Prévia no Processo Administrativo nº 089/2023, caso assim o queira. O prazo para apresentação é de 20 (dez) dias úteis, a conta da publicação desta publicação no Diário Oficial dos Municípios. O referido processo se encontra à disposição na Secretaria Municipal de Meio Ambiente situada na Rua Felipe Schmidt, 87 – Centro, São Francisco do Sul/SC, para consulta, durante o horário de expediente da Administração Municipal, em dias úteis.

PORTARIA Nº 19.688/2024

Publicação Nº 6132587

PORTARIA nº 19.688, de 27 de junho de 2024.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e conforme o Processo Administrativo nº 22442/2024;

RESOLVE:
Art. 1º Averbar, para fins de pensão, o tempo de contribuição do servidor público municipal, já falecido, MARIO YOSIO ENDO, cuja inscrição no CPF era sob o nº 553.114.589-68 e ocupava do cargo público de Bioquímico na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A averbação, que se refere o artigo anterior, bem como o tempo de contribuição e o tempo de aproveitamento, ocorrem em conformidade com a Certidão de Tempo de Contribuição (doc. Anexo) expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, protocolo nº 19001010.1.00938/24-0, no dia 25 de junho de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 27 de junho de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

	Publicada em _____/_____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 19.689/2024

Publicação Nº 6132593

PORTARIA nº 19.689, de 27 de junho de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear ELAINE CRISTINE DA SILVA PINTO, inscrita no CPF sob o nº 041.878.669-06, aprovada no Concurso Público nº 001/2023, para o cargo de Técnica Pedagógica – Supervisão Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul-SC, com vencimento fixado em Lei, a partir desta data.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
São Francisco do Sul - SC, 27 de junho de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

	Publicada em _____/_____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 19.690/2024

Publicação Nº 6132595

PORTARIA nº 19.690, de 27 de junho de 2024.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e conforme o Processo Administrativo nº 22610/2024;

RESOLVE:
Art. 1º Averbar, para todos os fins, o tempo de contribuição da servidora pública municipal LICIA CARVALHO DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 018.358.809-67, ocupante do cargo público de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A averbação, que se refere o artigo anterior, bem como o tempo de contribuição e o tempo de aproveitamento, ocorrem em conformidade com a Certidão de Tempo de Contribuição (doc. Anexo) expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, protocolo nº 19027060.1.00522/24-1, no dia 11 de junho de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 27 de junho de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

	Publicada em _____/_____/_____. Edição DOM nº _____.

EDITAL REEDIÇÃO PE. 122-2024

Publicação Nº 6131947

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

EDITAL - REEDIÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20278/2024

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC**,** TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE MEDIANTE O PREGOEIRO (A) DESIGNADO (A) PELA PORTARIA Nº 19.427 DE 18 DE ABRIL DE 2024, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, PARA **REGISTRO DE PREÇO**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021 E ALTERAÇÕES, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DECRETO MUNICIPAL N. 4.108/2022 E ALTERAÇÕES, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 15 de julho de 2024.
Horário: 08h30 (oito horas e trinta minutos)
Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br
Critério de Julgamento: Menor preço
Modo de disputa: Aberto
Impugnações e Esclarecimentos: até às 14h horas do dia 10 de julho de 2024.
Número Pré Publicação: 2A255B99B5005C3ED428921398DEDD1DC8A12A72

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS,** a ser utilizada pela Secretaria Municipal de Esportes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **ITEM,** conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando se a participar em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço total** do **ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares;

2.2. Na licitação para Registro de Preço, não será admitida a cotação de quantitativos inferiores aos máximos previstos em edital;

2.3. O quantitativo mínimo previsto para contratação está no estudo técnico preliminar;

2.3.1. O quantitativo mínimo indicado no item anterior não assegura ao fornecedor o direito subjetivo à contratação.

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1. Os recursos para os contratos originados da Ata de Registro de Preço têm suas despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Orgão	**15 – Secretaria Municipal de Esportes**
Unidade Orçamentária	**002 – Diretoria de Esporte e Lazer**
Ação	**2075 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer**
Elemento de Despesa	**3390-3927 – Locação de Veículos Para Locomoção**
Vínculo do Recurso	**150070000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos**

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO.

4.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

4.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.portaldecompraspublicas.com.br;***

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.**

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor

individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

5.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

5.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

5.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

7.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

7.1.2. Marca de cada item ofertado;

7.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS,** a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão de Contratação e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento indicada no preâmbulo deste Edital.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento).**

8.9. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto**,** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Comissão de Contratação, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação/Comissão de Contratação aos participantes do certame, publicada no **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, se for o caso.

8.27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.27.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.27.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.27.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.27.3.1. Nos moldes do Art. 29 do Decreto Municipal n. 4108/2022;

8.28. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle e constantes no artigo 22 de Decreto Municipal nº 4.108, de 05 de dezembro de 2022, bem como no capítulo V do Decreto Federal nº 11.129, de 11 de julho de 2022, no que couber;

8.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.29.2. Empresas brasileiras;

8.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.30.2. O Agente de Contratação/Comissão de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02h (duas horas),** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

9.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02h (duas horas),** sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação.

9.7.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.7.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.7.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

9.7.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.7.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.7.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até **03 (três) dias úteis**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.7.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.8. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO.

10.1. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente, nos termos do §5º, do artigo 17, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.1. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

10.2. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

10.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

10.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.2.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS,** em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

10.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS,** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

10.4. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

10.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02h (duas horas),** sob pena de inabilitação.

10.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.10.3. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

10.10.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.10.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.10.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.10.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.11. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.11.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.11.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.11.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.11.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.11.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.11.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.11.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.12.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10.12.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.12.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.12.3.1. **No caso de fornecimento de bens para pronta entrega**, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

10.12.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.12.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.12.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.12.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{}$$

Passivo Circulante

10.12.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.13.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu ou assinatura digital.

10.13.2 Declaração de que dispõe dos equipamentos e de pessoal técnico para o (s) qual (ais) apresentou proposta.

10.13.1.3. Comprovação de que o (s) responsável (eis) Técnico (s) indicado (s) pela licitante pertence (m) ao seu quadro permanente, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02h (duas horas)** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS.

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS,** sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

14.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado a Ata de Registro de Preço e posteriormente, conforme a execução dos serviços será formalizado o Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Compra/Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

16.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de Autarquia ou Fundação.

21.2. Os critérios das sanções administrativas estão previstos no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso

tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. O município, através da solicitação da autoridade competente, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, Praça Getúlio Vargas, n. 01, Centro – Setor de Licitações e Contratos -, nos dias úteis, no horário das 08 às 14, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados, assim como, disponíveis através do link https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/licitacoes

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**;**

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

São Francisco do Sul, 27 de junho de 2024.

_____
Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(Disponível download no endereço eletrônico: https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/licitacoes > SERVIÇOS > FORNECEDORES > PREGÕES E LICITAÇÕES, assim como, no Portal Nacional de Contratações Públicas.

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Pregão ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20**, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: *** **ÓRGÃO LICITANTE**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

_____
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Pregão ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

À
*** **ÓRGÃO LICITANTE**
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ___ DE _____ DE 20***.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Pregão ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ( )[1].

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

[1] Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO V – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Disponível download no endereço eletrônico: https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/licitacoes > SERVIÇOS > FORNECEDORES > PREGÕES E LICITAÇÕES, assim como, no Portal Nacional de Contratações Públicas.

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.
DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

( ) MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;

- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC: _____

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

À
***** ÓRGÃO LICITANTE**
AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº ....., DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ___ DE _____ DE 20***.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICA Nº ***
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À ....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO *** **ÓRGÃO LICITANTE** – **PREGÃO ELETRÔNICA Nº *****

....., ... DE ..... DE 20***.

_____
REPRESENTANTE LEGAL

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/20__

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI * ENTE PÚBLICO LICITANTE E A EMPRESA *****

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL** com sede no(a) Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, na cidade de São Francisco do Sul /Estado SC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Godofredo Gomes Moreira Filho, portador(a) da Carteira de Identidade nº 573.409, expedida pela (o) SSP/SC, e CPF nº 159.124.779-91, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal N. 4.108/2022 e alterações resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**, a ser utilizada pela Secretaria Municipal de Esportes**,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora e eventuais anexos dos referidos documentos, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Serviço	Unid. Medida	Quant. licitada	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo VAN	Diária	10		
02	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Micro-ônibus	Diária	10		
03	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Ônibus Convencional	Diária	05		
04	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo VAN	Km	5.000		
05	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Micro-ônibus	Km	7.000		
06	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Ônibus Convencional	Km	5.000		

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, com início após a data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do CONTRATADO, bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo Termo Aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Orgão	**15 – Secretaria Municipal de Esportes**
Unidade Orçamentária	**002 – Diretoria de Esporte e Lazer**
Ação	**2075 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer**
Elemento de Despesa	**3390-3927 – Locação de Veículos Para Locomoção**
Vínculo do Recurso	**150070000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos**

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 20 (vinte) dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 20 (vinte) dias úteis.

7.3. As repactuações e reequilíbrios serão realizadas por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP -, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul – SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., ... DE ..... DE 2024.

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

.....	.....
PELO CONTRATANTE	PELO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - ..... NOME: CPF:	2 - ..... NOME: CPF:

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO (MODELO)

ATA DE REGISTRO DE PRÇEO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC E A EMPRESA ***

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL** com sede no(a) Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, na cidade de São Francisco do Sul /Estado SC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Godofredo Gomes Moreira Filho, portador(a) da Carteira de Identidade nº 573.409, expedida pela (o) SSP/SC, e CPF nº 159.124.779-91, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação n. xxx/2024, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 4.108, de 05 de dezembro de 2022, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**, especificado (s) no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº ...../2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item	Serviço	Unid. Medida	Quant. licitada	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo VAN	Diária	10		
02	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Micro-ônibus	Diária	10		
03	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Ônibus Convencional	Diária	05		
04	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo VAN	Km	5.000		
05	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Micro-ônibus	Km	7.000		
06	Serviço de transporte de passageiros com veículo tipo Ônibus Convencional	Km	5.000		

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S).

3.1. O órgão gerenciador será o Município de São Francisco do Sul – SC.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços, se houver, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e;

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será terá seu registro cancelado. (Inciso III, art. 40, Decreto n. 4108/2022);

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado - (inciso III, art. 40, Decreto n. 4108/2022);

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho fundamentado do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS.

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades, de pagamento e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Francisco do Sul, xx de xxxxxxx de 2024.

.....	.....
PELO CONTRATANTE	PELO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - ..... NOME: CPF:	2 - ..... NOME: CPF:

PORTARIA Nº 19.688/2024 - ANEXO I

Publicação Nº 6132591

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor			Data de emissão
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			25/06/2024
Nome do Requerente	**Protocolo:**	19001010.1.00938/24-0	
MARIO YOSIO ENDO	**NIT:**	1171852401-8	**CPF:** 55311458968
Nome da mãe			
TERUE ENDO			
Data de Nascimento	**Doc. Identidade**	**Emissor**	**UF**
12/06/1965	33316860	SSP	PR
Órgão Instituidor		**Matrícula**	
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL		7991444	

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador:	FARMAENDO FARMACIA E PERFUMARIA LTDA	
Número:	850759760001-86	
Documento:	- CTPS Série:	
Função:	FARMACEUTICO	
Período Contribuição:	01/12/2004 a 18/04/2006	Tempo de Contribuição: 1 ano(s), 4 mes(es), 18 dia(s) Tempo Aproveitado: 1 ano(s), 4 mes(es), 18 dia(s)

Empregador:	ENZOFARMA FARMACIA E PERFUMARIA LTDA	
Número:	020616510001-17	
Documento:	- CTPS Série:	
Função:	FARMACEUTICO	
Período Contribuição:	01/12/2004 a 08/01/2006	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 0 mes(es), 0 dia(s)

Empregador:	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL	
Número:	831022690001-06	
Documento:	- CTPS Série:	
Função:	BIOQUIMICO	
Período Contribuição:	12/02/2010 a 08/08/2011	Tempo de Contribuição: 1 ano(s), 5 mes(es), 27 dia(s) Tempo Aproveitado: 1 ano(s), 5 mes(es), 27 dia(s)

Empregador:	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL	
Número:	831022690001-06	
Documento:	- CTPS Série:	
Função:	BIOQUIMICO	
Período Contribuição:	09/08/2011 a 09/08/2013	Tempo de Contribuição: 2 ano(s), 0 mes(es), 1 dia(s) Tempo Aproveitado: 2 ano(s), 0 mes(es), 1 dia(s)

Empregador:	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL	
Número:	831022690001-06	
Documento:	- CTPS Série:	
Função:	BIOQUIMICO	
Período Contribuição:	23/08/2013 a 09/07/2015	Tempo de Contribuição: 1 ano(s), 10 mes(es), 17 dia(s) Tempo Aproveitado: 1 ano(s), 10 mes(es), 17 dia(s)

Empregador:	FARMACIA RAMBOR LTDA	
Número:	092137310001-90	
Documento:	- CTPS Série:	
Função:	FARMACEUTICO	
Período Contribuição:	07/07/2016 a 30/10/2016	Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 3 mes(es), 24 dia(s) Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 3 mes(es), 24 dia(s)

Empregador:	FARMAGILSON COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA	
Número:	118265920001-50	
Documento:	- CTPS Série:	
Função:	FARMACEUTICO	
Período Contribuição:	10/11/2017 a 30/04/2019	Tempo de Contribuição: 1 ano(s), 5 mes(es), 21 dia(s) Tempo Aproveitado: 1 ano(s), 5 mes(es), 21 dia(s)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
25/06/2024

Nome do Requerente **Protocolo:** 19001010.1.00938/24-0
MARIO YOSIO ENDO **NIT:** 1171852401-8 **CPF:** 55311458968

Nome da mãe
TERUE ENDO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/06/1965	3331686O	SSP	PR

Órgão Instituidor **Matrícula**
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL 7991444

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: PER. CONTR. CNIS 1
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/11/1991 a 30/09/1993
Tempo de Contribuição: 1 ano(s), 11 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 1 ano(s), 11 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 2
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/10/1993 a 31/10/1995
Tempo de Contribuição: 2 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 2 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 3
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/12/1995 a 31/12/1995
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 4
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/02/1996 a 31/05/1996
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 4 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 4 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 5
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/08/1996 a 31/08/1996
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 6
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/10/1996 a 30/11/1996
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 2 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 2 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 7
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/02/1997 a 28/02/1997
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 1 mes(es), 0 dia(s)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
25/06/2024

Nome do Requerente
MARIO YOSIO ENDO

Protocolo: 19001010.1.00936/24-0

NIT: 1171852401-8 **CPF:** 55311458968

Nome da mãe
TERUE ENDO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/06/1965	33316860	SSP	PR

Órgão Instituidor
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula
7991444

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: PER. CONTR. CNIS 8
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/04/1997 a 30/06/1997
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 3 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 3 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 9
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/09/1997 a 30/11/1997
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 3 mes(es), 0 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 3 mes(es), 0 dia(s)

Empregador: PER. CONTR. CNIS 12
Número: 000117185240-18
Documento: 11718524018 - Série:
Função:
Período Contribuição: 01/04/2009 a 31/05/2012
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 10 mes(es), 11 dia(s)
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 10 mes(es), 11 dia(s)

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: FARMAENDO FARMACIA E PERFUMARIA LTDA
Número: 850759760001-86

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
12/2004	796,50	01/2005	796,50	02/2005	796,50
03/2005	796,50	04/2005	796,50	05/2005	796,50
06/2005	985,50	07/2005	843,75	08/2005	843,75
09/2005	843,75	10/2005	843,75	11/2005	843,75
12/2005	843,75	01/2006	843,75	02/2006	843,75
03/2006	1.115,94	04/2006	506,25		

Empregador: ENZOFARMA FARMACIA E PERFUMARIA LTDA
Número: 20516510001-17

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
12/2004	1.300,00	01/2005	1.300,00	02/2005	1.300,00
03/2005	1.300,00	04/2005	1.300,00	05/2005	1.300,00
06/2005	1.604,00	07/2005	1.376,00	08/2005	1.376,00
09/2005	1.376,00	10/2005	1.376,00	11/2005	1.376,00
12/2005	1.376,00	01/2006	366,93		

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
02/2010	1.071,54	03/2010	1.691,90	04/2010	1.791,90
05/2010	2.130,26	06/2010	2.430,18	07/2010	2.430,18
08/2010	2.430,18	09/2010	2.430,18	10/2010	2.499,40

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
25/06/2024

Nome do Requerente **Protocolo:** 19001010.1.00938/24-0
MARIO YOSIO ENDO **NIT:** 1171852401-8 **CPF:** 55311458968

Nome da mãe
TERUE ENDO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/06/1965	33316860	SSP	PR

Órgão Instituidor **Matrícula**
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL 7991444

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
11/2010	2.568,61	12/2010	3.145,40	01/2011	2.557,08
02/2011	1.691,90	03/2011	3.114,64	04/2011	2.567,35
05/2011	3.691,74	06/2011	2.788,79	07/2011	3.191,30
08/2011	500,81	08/2011	2.901,09	09/2011	3.522,83
10/2011	3.454,57	11/2011	3.582,64	12/2011	3.691,74
01/2012	3.660,88	02/2012	3.305,15	03/2012	3.433,63
04/2012	3.663,63	05/2012	3.764,97	06/2012	3.738,69
07/2012	3.744,28	08/2012	3.260,00	09/2012	3.243,10
10/2012	3.378,23	11/2012	3.428,90	12/2012	3.916,20
01/2013	4.159,00	02/2013	4.089,33	03/2013	3.362,96
04/2013	3.805,26	05/2013	3.909,93	06/2013	3.949,29
07/2013	4.003,59	08/2013	2.241,99	08/2013	391,00
09/2013	3.640,80	10/2013	3.482,23	11/2013	3.706,00
12/2013	3.745,10	01/2014	4.314,25	02/2014	3.725,55
03/2014	3.827,65	04/2014	3.762,48	05/2014	4.390,24
06/2014	4.175,50	07/2014	3.928,28	08/2014	3.946,59
09/2014	3.397,17	10/2014	3.236,94	11/2014	3.427,73
12/2014	3.217,22	01/2015	3.229,30	02/2015	3.084,30
03/2015	3.084,30	04/2015	4.336,04	05/2015	3.277,45
06/2015	2.622,20	07/2015	299,34		

Empregador: FARMACIA RAMBOR LTDA
Número: 92137310001-90

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
07/2016	2.266,03	08/2016	2.832,54	09/2016	2.832,54
10/2016	2.741,17				

Empregador: FARMAGILSON COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Número: 118285920001-50

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
11/2017	2.210,18	12/2017	3.157,40	01/2018	3.160,80
02/2018	3.160,80	03/2018	3.160,80	04/2018	3.160,80
05/2018	3.160,80	06/2018	3.160,80	07/2018	3.160,80
08/2018	3.160,80	09/2018	3.160,80	10/2018	3.160,80
11/2018	4.509,57	12/2018	3.948,96	01/2019	3.299,60
02/2019	3.299,60	03/2019	3.299,60	04/2019	3.299,60

Empregador: PER. CONTR. CNIS 2
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
07/1994	64,80	08/1994	64,80	09/1994	70,00
10/1994	70,00	11/1994	70,00	12/1994	70,00

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
25/06/2024

Nome do Requerente
MARIO YOSIO ENDO

Protocolo: 19001010.1.00938/24-0

NIT: 1171852401-8 **CPF:** 55311458968

Nome da mãe
TERUE ENDO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/06/1965	33316860	SSP	PR

Órgão Instituidor
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula
7991444

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: PER. CONTR. CNIS 2
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
01/1995	70,00	02/1995	70,00	03/1995	140,00
04/1995	70,00	05/1995	100,00	06/1995	100,00
07/1995	100,00	08/1995	100,00	09/1995	100,00
10/1995	100,00				

Empregador: PER. CONTR. CNIS 3
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
12/1995	100,00				

Empregador: PER. CONTR. CNIS 4
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
02/1996	100,00	03/1996	100,00	04/1996	100,00
05/1996	112,00				

Empregador: PER. CONTR. CNIS 5
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
08/1996	112,00				

Empregador: PER. CONTR. CNIS 6
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
10/1996	112,00	11/1996	112,00		

Empregador: PER. CONTR. CNIS 7
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
02/1997	112,00				

Empregador: PER. CONTR. CNIS 8
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
04/1997	112,00	05/1997	120,00	06/1997	120,00

Empregador: PER. CONTR. CNIS 9
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
09/1997	120,00	10/1997	120,00	11/1997	120,00

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
25/06/2024

Nome do Requerente
MARIO YOSIO ENDO

Protocolo: 19001010.1.00938/24-0

NIT: 1171852401-8 **CPF:** 55311458968

Nome da mãe
TERUE ENDO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/06/1965	33316860	SSP	PR

Órgão Instituidor
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula
7991444

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: PER. CONTR. CNIS 12
Número: 117185240-18

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
04/2009	1.500,00	05/2009	1.500,00	06/2009	1.500,00
07/2009	1.500,00	08/2009	1.500,00	09/2009	1.500,00
10/2009	1.500,00	11/2009	1.500,00	12/2009	1.500,00
01/2010	1.500,00	02/2010	1.500,00	03/2010	1.500,00
04/2010	1.500,00	05/2010	1.500,00	06/2010	1.500,00
07/2010	1.500,00	08/2010	1.500,00	09/2010	510,00
10/2010	510,00	11/2010	510,00	12/2010	510,00
01/2011	540,00	02/2011	540,00	03/2011	545,00
04/2011	545,00	05/2011	545,00	06/2011	545,00
07/2011	545,00	08/2011	545,00	09/2011	545,00
10/2011	545,00	11/2011	545,00	12/2011	545,00
01/2012	622,00	02/2012	622,00	03/2012	622,00
04/2012	622,00	05/2012	622,00		

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 5349 dia(s), correspondendo a 14 Ano(s), 7 Mês(es) e 29 Dia(s)

A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 5349 dia(s), correspondendo a 14 Ano(s), 7 Mês(es) e 29 Dia(s), conforme informado acima.

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 6

Lavrei a Certidão

Visto do Dirigente do Órgão

PORTO ALEGRE, 26/06/2024

1374712
Matrícula do Servidor

Alessandro Antônio Stefanutto
Presidente do INSS

Órgão Local: PORTO ALEGRE - AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL DIGITAL PORTO ALEGRE
Endereço: R JERONIMO COELHO, 127 2. ANDAR CEP: 90010-241
CENTRO HISTORICO, PORTO ALEGRE - RS

8080394644 (para uso do INSS)

26/06/2024 09:35

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor			Data de emissão
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			25/06/2024
Nome do Requerente	**Protocolo:**	19001010.1.00938/24-0	
MARIO YOSIO ENDO	**NIT:**	1171852401-6	**CPF:** 55311458968
Nome da mãe			
TERUE ENDO			

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/06/1965	33316860	SSP	PR

Órgão Instituidor	Matrícula
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL	7991444

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade
com o código 240626ZW000A80

26/06/2024 09:35 Página 7 de 7

PORTARIA Nº 19.690/2024 - ANEXO I

Publicação Nº 6132597

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor			Data de emissão
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			11/06/2024
Nome do Requerente	**Protocolo:**	19027060.1.00522/24-1	
LICIA CARVALHO DOS SANTOS	**NIT:**	2683982273-5	**CPF:** 01835880967
Nome da mãe			
MERCEDES HELENA DE CARVALHO			

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/11/1964	1860424	SSP	SC

Órgão Instituidor	Matrícula
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL	22130900

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 831022690001-06
Documento: - CTPS Série:
Função: PROFESSORA
Período Contribuição: 24/06/1996 a 09/07/2015 Tempo de Contribuição: 18 ano(s), 10 mes(es), 3 dia(s)
*Período Aproveitado: 24/06/1996 a 09/07/2015 Tempo Aproveitado: 18 ano(s), 10 mes(es), 3 dia(s)

B - TEMPO DE BENEFíCIO

Período: 18/12/2010 a 28/02/2011 Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 02 mes(es), 13 dia(s)

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
06/1996	91,18	07/1996	358,23	08/1996	358,23
09/1996	358,23	10/1996	358,23	11/1996	358,23
12/1996	331,68	01/1997	364,84	02/1997	372,40
03/1997	372,40	04/1997	372,40	05/1997	395,85
06/1997	395,85	07/1997	395,85	08/1997	395,85
09/1997	395,85	10/1997	395,85	11/1997	395,85
12/1997	395,85	01/1998	527,81	02/1998	395,85
03/1998	395,85	04/1998	395,85	05/1998	395,86
06/1998	395,86	07/1998	427,55	08/1998	427,55
09/1998	427,55	10/1998	427,55	11/1998	427,55
12/1998	427,55	01/1999	570,07	02/1999	427,55
03/1999	427,55	04/1999	427,55	05/1999	427,56
06/1999	427,55	07/1999	427,56	08/1999	427,56
09/1999	427,56	10/1999	427,56	11/1999	427,56
12/1999	427,56	01/2000	570,08	02/2000	427,56
03/2000	427,56	04/2000	474,60	05/2000	474,60
06/2000	474,60	07/2000	512,48	08/2000	512,48
09/2000	512,48	10/2000	512,48	11/2000	512,48
12/2000	512,48	01/2001	512,48	02/2001	762,48
03/2001	762,48	04/2001	762,48	05/2001	762,48
06/2001	1.029,45	07/2001	775,29	08/2001	775,29
09/2001	775,29	10/2001	775,29	11/2001	775,29
12/2001	775,29	01/2002	525,29	02/2002	1.033,72
03/2002	525,29	04/2002	525,29	05/2002	525,29
06/2002	525,29	07/2002	525,29	08/2002	525,29
09/2002	567,38	10/2002	756,51	11/2002	567,38
12/2002	567,38	01/2003	581,22	02/2003	581,22
03/2003	1.202,29	04/2003	926,93	05/2003	1.371,86
06/2003	1.210,93	07/2003	1.210,93	08/2003	1.469,99

13/06/2024 19:19 Página 1 de 4

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
11/06/2024

Nome do Requerente **Protocolo:** 19027060.1.00522/24-1
LICIA CARVALHO DOS SANTOS **NIT:** 2683982273-5 **CPF:** 01835880967

Nome da mãe
MERCEDES HELENA DE CARVALHO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/11/1964	1860424	SSP	SC

Órgão Instituidor
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula
22130900

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
09/2003	1.210,93	10/2003	1.210,93	11/2003	1.210,93
12/2003	1.336,19	01/2004	1.245,50	02/2004	1.185,91
03/2004	1.346,05	04/2004	1.346,05	05/2004	1.346,05
06/2004	1.346,05	07/2004	1.346,05	08/2004	1.872,33
09/2004	1.609,19	10/2004	1.609,19	11/2004	1.609,19
12/2004	1.346,05	01/2005	1.016,47	02/2005	1.390,68
03/2005	1.613,44	04/2005	1.210,08	05/2005	1.210,08
06/2005	1.210,08	07/2005	1.210,08	08/2005	1.210,08
09/2005	1.210,08	10/2005	1.210,08	11/2005	1.613,44
12/2005	1.210,08	01/2006	1.210,08	02/2006	1.268,16
03/2006	1.268,16	04/2006	1.268,16	05/2006	1.268,16
06/2006	2.352,48	07/2006	1.686,02	08/2006	1.529,32
09/2006	1.529,32	10/2006	1.529,32	11/2006	1.529,32
12/2006	1.529,32	01/2007	1.529,32	02/2007	1.529,32
03/2007	1.529,32	04/2007	2.039,09	05/2007	1.529,32
06/2007	1.529,32	07/2007	1.529,32	08/2007	1.529,32
09/2007	1.529,32	10/2007	2.894,28	11/2007	1.828,72
12/2007	1.828,72	01/2008	2.438,29	02/2008	1.828,72
03/2008	1.828,72	04/2008	1.965,18	05/2008	1.965,18
06/2008	1.965,18	07/2008	1.965,18	08/2008	1.965,18
09/2008	1.965,18	10/2008	1.965,18	11/2008	2.040,64
12/2008	3.038,99	01/2009	694,81	02/2009	2.417,97
03/2009	2.417,97	04/2009	2.617,97	05/2009	2.417,97
06/2009	2.417,97	07/2009	2.417,97	08/2009	1.789,08
09/2009	1.789,08	10/2009	2.543,76	11/2009	2.040,64
12/2009	1.904,66	01/2010	3.467,40	02/2010	2.717,39
03/2010	2.717,39	04/2010	2.817,39	05/2010	2.717,39
06/2010	2.630,68	07/2010	2.818,49	08/2010	2.818,49
09/2010	2.630,68	10/2010	2.818,49	11/2010	2.818,49
12/2010	2.818,49	03/2011	2.818,49	04/2011	2.818,49
05/2011	3.261,45	06/2011	3.691,74	07/2011	3.261,52
08/2011	3.261,52	09/2011	3.261,52	10/2011	3.261,52
11/2011	3.261,52	12/2011	3.261,52	01/2012	3.261,52
02/2012	3.261,52	03/2012	3.098,79	04/2012	3.098,79
05/2012	3.154,96	06/2012	3.916,20	07/2012	3.520,15
08/2012	3.520,15	09/2012	3.520,15	10/2012	3.520,15
11/2012	3.520,15	12/2012	3.520,15	01/2013	3.815,84
02/2013	3.815,84	03/2013	3.815,84	04/2013	4.159,00
05/2013	4.074,19	06/2013	4.159,00	07/2013	4.159,00
08/2013	4.159,00	09/2013	4.159,00	10/2013	4.159,00
11/2013	4.159,00	12/2013	4.159,00	01/2014	4.220,49

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
11/06/2024

Nome do Requerente **Protocolo:** 19027060.1.00522/24-1
LICIA CARVALHO DOS SANTOS **NIT:** 2683982273-5 **CPF:** 01835880967

Nome da mãe
MERCEDES HELENA DE CARVALHO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/11/1964	1860424	SSP	SC

Órgão Instituidor
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL

Matrícula
22130900

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL
Número: 831022690001-06

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
02/2014	4.220,49	03/2014	4.220,49	04/2014	4.220,49
05/2014	4.390,24	06/2014	4.390,24	07/2014	4.390,24
08/2014	4.390,24	09/2014	4.390,24	10/2014	4.390,24
11/2014	4.390,24	12/2014	4.390,24	01/2015	4.447,53
02/2015	4.447,53	03/2015	4.447,53	04/2015	4.663,75
05/2015	4.663,75	06/2015	4.663,75	07/2015	424,30

Empregador: TEMPO EM BENEFICIO
Número: 54415372-10

Competência	Valor	Competência	Valor	Competência	Valor
12/2010	740,00	01/2011	1.717,00	02/2011	2.000,87

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 6951 dia(s), correspondendo a 19 Ano(s), 0 Mês(es) e 16 Dia(s)

A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 6951 dia(s), correspondendo a 19 Ano(s), 0 Mês(es) e 16 Dia(s), conforme informado acima.

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 3

Lavrei a Certidão

Visto do Dirigente do Órgão

SANTA MARIA, 13/06/2024

1947685
Matrícula do Servidor

Alessandro Antônio Stefanutto
Presidente do INSS

Órgão Local: SANTA MARIA - AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL SANTA MARIA/RS
Endereço: RUA VENANCIO AIRES, 2114 CEP: 97010-004
CENTRO, SANTA MARIA - RS

5191228932 (para uso do INSS)

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de emissão
11/06/2024

Nome do Requerente **Protocolo:** 19027060.1.00522/24-1
LICIA CARVALHO DOS SANTOS **NIT:** 2683982273-5 **CPF:** 01835880967

Nome da mãe
MERCEDES HELENA DE CARVALHO

Data de Nascimento	Doc. Identidade	Emissor	UF
12/11/1964	1860424	SSP	SC

Órgão Instituidor **Matrícula**
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL 22130900

Você pode conferir a autenticidade do documento em https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade com o código 240613O95R3083

13/06/2024 19:19 Página 4 de 4

RESOLUÇÃO Nº 007 DE 2024 - CONCURSO DE HORTAS

Publicação Nº 6131558

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA
COMSEA
São Francisco do Sul – SC
Lei nº 1.756/15 - Decreto de Regulamentação nº 2.443/16 de 16.06.2016
Fone: (47) 3444-5577 / 3444-5690

RESOLUÇÃO Nº 007, 26 de junho de 2024.

Dispõe sobre o Regulamento do VI Concurso de Hortas Comunitárias, Domiciliares e Escolares "O VERDE QUE INSPIRA" do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e nutricional - COMSEA e dá outras providências:

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 3.684/2021.

CONSIDERANDO, o decreto nº3.684/2021, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal e Nutricional de São Francisco do Sul. No âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN.

CONSIDERANDO, a reunião ordinária, realizada no dia 25 de junho do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, o Regulamento do VI Concurso de Hortas Comunitárias, Domiciliares e Escolares – "O verde que inspira", ficando assim constituído:

VI Concurso de Hortas Comunitárias e Domiciliares – SFS

VI Concurso de Hortas Comunitárias, Domiciliares e Escolares, organizado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Tema: **"O VERDE QUE INSPIRA"**

Objetivo Geral: Valorizar e incentivar as iniciativas de comunidades, das entidades, unidades de saúde, unidades escolares, equipamentos socioassistenciais e dos domicílios que cultivam hortas.

Objetivos Específicos:

- Valorizar a importância do trabalho e cultura do homem do campo;
- Promover a educação alimentar e nutricional, auxiliando na mudança de hábitos alimentares;

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA
COMSEA
São Francisco do Sul – SC
Lei nº 1.756/15 - Decreto de Regulamentação nº 2.443/16 de 16.06.2016
Fone: (47) 3444-5577 / 3444-5690

- Proporcionar aos participantes experiências de práticas para a produção de alimentos, de forma que também possam ser multiplicadas e estimuladas na família e aplicadas em hortas caseiras, comunitárias e escolares;
- Resgatar a agricultura no espaço urbano e despertar o interesse para a preservação do meio ambiente;
- Identificar técnicas de manuseio do solo e manuseio sadio dos vegetais e hortaliças;
- Conhecer técnicas de cultivo;
- Estabelecer relações entre o valor nutritivo dos alimentos;
- Compreender relação entre solo, água e nutrientes;
- Identificar processo de semeadura, adubação e colheita;
- Conhecer pela degustação os diferentes alimentos cultivados nas hortas, bem como nomeá-los corretamente;
- Cooperar em projetos coletivos;
- Refletir sobre os desperdícios alimentares;
- Compreender a importância para a saúde, de uma alimentação equilibrada e incentivar o consumo de verduras e legumes;
- Resgatar a cultura de alimentação natural, saudável e adequada.

Do Objeto do Concurso:

- Estarão aptas a participar do concurso todas as unidades de saúde; as unidades escolares, entidades e equipamentos socioassistenciais (CRAS, CREAS e CIS); munícipes residentes em áreas rural e urbana do município.
- Os participantes deverão acessar este regulamento do concurso, disponível no site http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br; preencher e enviar formulário de inscrição **(anexo I)** para participar do VI Concurso de Hortas pelo e-mail conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br, e imprimir confirmação de recebimento ao final do processo, ou retirar formulário na sede da Secretaria-Executiva dos conselhos, situada a Rua Coronel Oliveira, 274 - Centro.
- Aos participantes da categoria horta domiciliar deverá ser entregue junto à ficha de inscrição, a declaração de responsabilidade **(anexo II);**
- Aos participantes da categoria - horta comunitária – deverá ser entregue junto à ficha de inscrição, a declaração de responsabilidade **(anexo II)** e o projeto **(anexo III);**

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA
COMSEA
São Francisco do Sul – SC
Lei nº 1.756/15 - Decreto de Regulamentação nº 2.443/16 de 16.06.2016
Fone: (47) 3444-5577 / 3444-5690

- Aos participantes da categoria - hortas escolares – deverá ser entregue junto à ficha de inscrição, a declaração de responsabilidade (anexo II) e o projeto (anexo III);
- A premiação será concedida aos vencedores (1ª a 3ª colocados) de cada categoria, sendo que o prêmio será para a unidade/família inscrita;
- As unidades vencedoras (1º a 3º) será concedido (1) um certificado de equipe vencedora do VI Concurso de Hortas Comunitárias de SFS;
- A todos os inscritos e que desenvolverem o Projeto de Horta Comunitária, mesmo não classificados, receberão um certificado de participação;
- Só será aceita uma inscrição por unidade;
- Para a classificação será considerada a análise presencial da Comissão Julgadora em visita com data pré-estipulada neste regulamento e a descrição do projeto entregue na inscrição conforme anexo I.

Das Categorias:

- Categoria 1 – Hortas Comunitárias: Entidades, unidades de saúde e equipamentos socioassistenciais (CRAS, CREAS e CIS).
- Categoria 2 – Hortas Domiciliares: Munícipes residentes em áreas rurais e urbana do município.
- Categoria 3 – Hortas Escolares: Instituições de ensino – CMEI, ensino fundamental, e médio.

Da Avaliação:

- Caberá a Comissão julgadora analisar a documentação relativa a cada participante de acordo com a categoria inscrita, realizar a avaliação presencial das hortas e emitir a pontuação para cada quesito.
- Será avaliado e atribuído uma pontuação de 05 (cinco) a 10 (dez) nos seguintes quesitos: estrutura, criatividade, organização, diversidade, manutenção e conservação, aplicabilidade e envolvimento dos participantes.
- O COMSEA anunciará as três primeiras hortas classificadas (por categoria) pela Comissão Julgadora e realizará a premiação em data e local a ser comunicado.
- É facultativo que a unidade participante registre em vídeo e/ou fotos do seu projeto e envie a Comissão. O registro de imagens não acrescerá na pontuação da avaliação, mas terá a finalidade de ilustrar e divulgar o trabalho desenvolvido;

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – São Francisco do Sul, SC - CEP: 89.240-000
E-mail: conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA
COMSEA
São Francisco do Sul – SC
Lei nº 1.756/15 - Decreto de Regulamentação nº 2.443/16 de 16.06.2016
Fone: (47) 3444-5577 / 3444-5690

- Será desclassificada a unidade participante que: fizer uso de produtos químicos (agrotóxicos ou fertilizantes), podendo utilizar fórmulas caseiras, adubo orgânico.

Da Comissão:

A Comissão será composta por técnicos ligados à área de agricultura, alimentação e conselheiros convidados do COMSEA.

Cronograma:

Data: 26/06/2024 - Lançamento do Concurso, com publicação e divulgação do regulamento no site oficial da prefeitura - http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br;

Data: 27/06/2023 à 29/07/2024 – Período de inscrição (encaminhar a ficha de inscrição, declaração, tabela de descrição da horta e projeto de execução);

Data: 01/08/2023 a 18/10/2024 - Execução do projeto por meio da implantação, implementação, manutenção da horta, organização dos documentos comprobatórios exigidos por este regulamento;

Data: 29/07/2023 a 18/10/2024 – Visita as unidades participantes conforme cronograma e avaliação da Comissão Julgadora.

Data: 21/10/2024 a 23/10/2024 – Análise da Comissão Julgadora com a pontuação e classificação das três melhores hortas de cada categoria (dentre todas efetivamente inscritas);

Data: 29/10/2024 – Solenidade de Premiação das hortas vencedoras com a presença de representantes de todas as unidades inscritas.

Obs.: Este cronograma poderá sofrer alterações que serão comunicadas previamente.

***Os casos omissos não previstos neste regulamento serão resolvidos pelo COMSEA.**

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Katia dos Santos Berno
Presidente do COMSEA

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº_____

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – São Francisco do Sul, SC - CEP: 89.240-000
E-mail: conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA
COMSEA
São Francisco do Sul – SC
Lei nº 1.756/15 - Decreto de Regulamentação nº 2.443/16 de 16.06.2016
Fone: (47) 3444-5577 / 3444-5690

ANEXO I

VI Concurso de Hortas Comunitárias, Escolares e Domiciliares – SFS.

"O verde que inspira".

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO:

Representante legal.....

Endereço:.....

Fone.....

E-mail.....

Equipe Envolvida.....

.....

.....

Tabela de descrição da Horta

Unidade Participante:
Data do início de execução da horta:

RESPONSÁVEIS	QUANTIDADE DE PESSOAS ENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO DAS HORTALIÇAS	TAMANHO DA HORTA (m²)
Observações			

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA
COMSEA
São Francisco do Sul – SC
Lei nº 1.756/15 - Decreto de Regulamentação nº 2.443/16 de 16.06.2016
Fone: (47) 3444-5577 / 3444-5690

ANEXO II

Declaração

Eu,_____ responsável legal da unidade participante _____, declaro que encaminho a ficha de inscrição do VI Concurso de Hortas Comunitárias, Escolares e Domiciliares **"O verde que inspira"** e atendo a todas as exigências deste regulamento.

_____
(Assinatura do Responsável)

Local e data.

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA
COMSEA
São Francisco do Sul – SC
Lei nº 1.756/15 - Decreto de Regulamentação nº 2.443/16 de 16.06.2016
Fone: (47) 3444-5577 / 3444-5690

ANEXO III

Projeto de Horta (título)

Descrição do Projeto: (detalhar)

1. JUSTIFICATIVA – Destacar a relevância e o porquê o projeto deve ser realizado; Quais motivos justificam a execução do projeto? Quem são as pessoas envolvidas, indicando quem são os responsáveis e quem participará da execução.

2. PÚBLICO ALVO – quem são as pessoas beneficiadas com o projeto.

3. OBJETIVO GERAL – Expressar o que se pretende alcançar.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS – Detalhar o objetivo geral: as etapas ou fases que possibilitarão o alcance do objetivo geral.

5. METODOLOGIA – Explicar como o trabalho será desenvolvido.
Quais as etapas, quais os instrumentos e materiais serão utilizados, qual o tempo, quem são os participantes e como será a divisão das atividades, quais as formas de avaliação dos envolvidos. Enfim, de tudo aquilo que irá se utilizar para execução do projeto.

6. RESULTADOS ALCANÇADOS -

São João do Itaperiú

PREFEITURA

PORTARIA 3401 CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (1

Publicação Nº 6132979

PORTARIA Nº 3401 /2024

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC

EDSON GOLDACKER JUNKES, Prefeito do Município de São João do Itaperiú, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial na Lei Municipal nº 954 de 13/12/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR os membros do Poder Público e da Sociedade Civil para o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de São João do Itaperiú, composto pelas pessoas abaixo nominadas:

I. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

a) Titular: Maria Tereza Rodrigues Raimondi

b) Titular: Elizete Moraes Hess

c) Suplente: Alessandra Pires da Silva

d) Suplente: Maria Eliane de Oliveira Correa

II. **Secretaria Municipal de Administração**

a) Titular: Tatiane Regina Arriola

b) Suplente: Rosana Aparecida Rodrigues

III. **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**

a) Titular: Daniela Lentz Gomes

b) Suplente: Bianca Kluck

IV. **Secretaria Municipal de Finanças**

a) Titular: Erivan dos Santos Lima

b) Suplente: Ana Flávia Hoennicke

V. **Secretaria Municipal de Saúde**

a) Titular: José Jocelino Honorio dos Santos

b) Suplente: Matheus Fellipe Christofolli

VI. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Rua Prefeito José Acácio Delmonego, nº316, Centro
São João do Itaperiú - CEP 88395000
(47) 3458-0010
educacao@pmsji.sc.gov.br
www.pmsji.sc.gov.br

a) Titular: Maria Nerina Bernardes

b) Suplente: Arlete Catarina Corrêa

VII. **Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer**

a) Titular: Bruno Aguiar Lourenço

b) Suplente: Kamila Francine Porto

VIII. **Câmara de Vereadores**

a) Titular: Jaqueline Pedro Espindula

b) Suplente: Lilian Carla dos Santos Branco

IX. **Representante de Artesanato**

a) Titular: Osanir Maria de Souza Flores

X. **Representante de Leitura e Literatura**

a) Titular: Silvana Beeck Stival

XI. **Representante de Musica**

a) Titular: Avelino Gonçalves

b) Suplente: Claudomir João Borba

Art. 2º O mandato dos Membros nomeados no artigo anterior será de 2 (dois) anos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São João do Itaperiú/SC, 26 de junho de 2024.

EDSON GOLDACKER JUNKES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Rua Prefeito José Acácio Delmonego, nº316, Centro
São João do Itaperiú - CEP 88395000
(47) 3458-0010
educacao@pmsji.sc.gov.br
www.pmsji.sc.gov.br

PORTARIA_3385_DOM - COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO_ALTERAÇÃO DE MEMBROS 2024

Publicação Nº 6131258

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 3385, DE 17 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO ENCARREGADA DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE REAVALIAÇÕES DE ITBI, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 2802/2022, ALTERADA PELA PORTARIA Nº 3154/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON GOLDACKER JUNKES, Prefeito Interino de São João do Itaperiú, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a exoneração do servidor Dilvo Tadeu Pereira e o afastamento do servidor Erivan Santos Lima devido a atividade política.

RESOLVE:

Art 1º ALTERAR o Art. 1º da Portaria nº 3154/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A Comissão de que trata o caput deste artigo fica assim composta com os seguintes membros:

I) PRESIDENTE: **RODRIGO DEMARCHI,** matrícula nº 2190, servidor efetivo, ocupante do cargo de Engenheiro Civil;

II) MEMBRO: **FRANCIELI CORRÊA SANTOS MACENHAN**, matrícula nº 2034, Secretária de Infraestrutura e Planejamento Urbano;

III) MEMBRO: **ANDERSON DUARTE ALVES**, matrícula nº 2373, ocupante do cargo de Fiscal Ambiental.

Art 2º As demais disposições da Portaria nº 2802/2022 e Portaria nº 3154/2023 permanecem inalteradas.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São João do Itaperiú/SC, 17 de junho de 2024.

EDSON GOLDACKER JUNKES
Prefeito Interino

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ - SC
Rua Prefeito José Acácio Delmonego, nº 316, Centro - 88395-000

(47) 3458-0010
www.pmsji.sc.gov.br

São Joaquim

Prefeitura

DECRETO Nº 265/2024

Publicação Nº 6132026

DECRETO Nº 265/2024

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:
Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - ANDRIGO DE SOUZA GOULART, ocupante do cargo efetivo de Motorista, para o qual havia sido nomeado através do Decreto Nº 138/2014, de 10/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 266/2024

Publicação Nº 6132032

DECRETO Nº 266/2024

"QUE CONCEDE PROGRESSÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS POR
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:
Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 59 a 68, ficam concedidas PROGRESSÕES POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO aos seguintes servidores:

• Tania Maria Seifert Cardoso, mat. 8857: De Professor II Pós 30h nível H1 com vencimentos de R$ 3.425,21; para Professor II Pós 30h nível J1 com vencimentos de R$ 3.528,77.
• Fabiano Padilha, mat. 9025: De Assistente Técnico Pedagógico Pós II 40h nível D1 com vencimentos de R$ 4.689,53; para Assistente Técnico Pedagógico Pós II 40h nível J1 com vencimentos de R$ 5.127,21.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 25 de junho de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 267/2024

Publicação Nº 6132034

DECRETO Nº 267/2024

"CONCEDE PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:
Art. 1º - De acordo com os artigos 54 a 58 da Lei Complementar Nº 4.183/2013, fica concedida PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

decorrente de averbação a senhora:

• Marly de Fátima Pereira Martins, mat. 8353: De Professor II Pós 20h nível A2 com vencimentos de R$ 2.387,75; para Professor II Pós 20h nível B2 com vencimentos de R$ 2.423,60.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de junho de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 268/2024

Publicação Nº 6132041

DECRETO Nº 268/2024

"QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:
Art. 1º - De acordo com o requerimento protocolado sob o nº 118/2024, de 25/06/2024 e em conformidade com o Art. 81 da Lei Municipal Nº 4.323/2015, de 15/05/2015; fica concedido 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO a servidora: - RITA RODRIGUES PEREIRA, Matrícula Nº 1187, ocupante do cargo efetivo de Professora, a contar do dia 26/06/2024 á 09/08/2024.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 269/2024

Publicação Nº 6132044

DECRETO Nº 269/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:
Art. 1º - fica ALTERADO o Decreto N° 256/2024, de 18/06/2024 da servidora: - MARILIA NUNES GODINHO, mat. 11633, onde se lê fica concedido Progressão Funcional por Tempo de Serviço decorrente de averbação, leia-se concede Progressões Funcional por Tempo de Serviço.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de junho de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 270/2024

Publicação Nº 6132048

DECRETO Nº 270/2024

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2024 - SMECD"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:
Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2024 - SMECD do Projeto Alfabetiza São Joaquim, destinado ao preenchimento de vagas de categoria temporária, conforme "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

ANEXO
RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2024 – SMECD PROJETO ALFABETIZA SÃO JOAQUIM

Nome	Pontuação	Data de Nascimento	Classificação
Daniela Bruch de Souza	23.1	14/01/1997	1º
Katia Oliveira Rosa	12.5	15/04/1993	2º
Milene Fatima de Souza	11.1	12/02/1977	3º
Daiane Aparecida Vitorino	10.7	08/10/1986	4º
Cristiane de Fatima Rosa	10.0	16/07/1976	5º
Maikeli Camargo Arruda	7.7	09/06/1979	6º
Cristiani Ribeiro Souza Flores	7.4	19/08/1979	7º
Ismenia Souza Arruda	7.3	20/08/1970	8º
Talia Alves Santos	5.6	06/02/1999	9º
Fabiana Pimentel Ferreira	5.1	07/04/1984	10º
Daniela das Graças Andrade	5.0	16/11/1984	11º
Patricia Araldi Dias Ribeiro	4.9	28/10/1974	12º
Bruna Figueiredo Guedes	3.9	23/03/1991	13º
Rinara Silva Teodoro	1.6	29/04/1988	14º
Aline do Socorro Maia Raiol	1.5	28/01/1980	15º
Ivone Torteli Nunes	Licenciatura em Pedagogia	08/04/1956	16º
Silvia Regina Ibanêz Rodrigues	Licenciatura em Pedagogia	01/07/1964	17º

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 271/2024

Publicação Nº 6132051

DECRETO Nº 271/2024

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2024 (LOA), LEI Nº 5.106, DE 10/10/2023, NO VALOR DE R$ 75.716,90".

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$75.716,90 (setenta e cinco mil, setecentos e dezesseis reais e noventa centavos) no orçamento (LOA) 2024, Lei nº 5.106, de 10 de outubro de 2023, para o item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
PROGRAMA BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
02.014 – 2.071		
3.3.90.00.00.00.00.00- 1.661.7000	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	75.716,90
Total		75.176,90

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de recursos Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 272/2024

Publicação Nº 6132057

DECRETO Nº 272/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:
Art. 1º - De acordo com a C.I. Nº 348/2024, de 26/06/2024; Fica CANCELADA a Licença Prêmio concedida ao servidor: - ENEVALDO PINTO DE OLIVEIRA, Matrícula Nº 9032, ocupante do cargo de Pintor.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto nº 253/2024, de 17/06/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 273/2024

Publicação Nº 6132061

DECRETO Nº 273/2024

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2024 (LOA), LEI Nº 5.106, DE 10/10/2023, NO VALOR DE R$ 105.000,00"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$105.000,00 (Cento e cinco mil reais), no orçamento (LOA) 2024, Lei nº 5.106, de 10 de outubro de 2023, para os itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇAO E SERVIÇOS GERAIS		
MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO COM A POLICIA CIVIL		
02.006 – 2.014		
3.3.90.00.00.00.00.00- 2.752.7005	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL	31.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00- 2.752.7005	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL	73.500,00
Total		105.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado em 31/12/2023 na fonte de CONVÊNIO DE TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/2024

Publicação Nº 6131993

PORTARIANº 555/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação, conforme apresentação de atestado médico à servidora: - PATRICIA NUNES DE BRIDA, ocupante da função de Professora, por 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 21/06/2024 até 18/10/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 21 de junho de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/2024

Publicação Nº 6131995

PORTARIANº 556/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora: - TALITA GARCIA DOS SANTOS, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - SAMU, na Secretaria Municipal de Saúde, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 1041/2023, de 14/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/2024

Publicação Nº 6131999

PORTARIANº 557/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:
Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 018/2024, do dia 21/06/2024, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.844/2021, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto N° 390/2018; fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: – TALIA ALVES SANTOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.I.M. José Diomar rodrigues Padilha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, Creche, período matutino, com 30 horas semanais, a contar do dia 25/06/2024, vaga vinculada a professora Gilsiliane Hugen de Jesus, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 558/2024

Publicação Nº 6132003

PORTARIANº 558/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo N° 002/2023, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015 e Lei Nº 4.325/2015; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: – TALITA GARCIA DOS SANTOS, para exercer a função de Técnico em Enfermagem – SAMU, na Secretaria Municipal da Saúde, com 40 horas semanais, a contar do dia 26/06/2024, vaga vinculada a licença INSS de Lea Marafigo de Jesus Nunes.

Parágrafo Único – A designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/2024

Publicação Nº 6132006

PORTARIANº 559/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao servidor: – ADÃO EMANUEL GARCIA, ocupante do cargo de Chefe da Secretaria Particular – CC-1, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 26/06/2024 à 25/07/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 560/2024

Publicação Nº 6132011

PORTARIANº 560/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas licenças para tratamentos de saúde, conforme apresentações de atestados médicos aos seguintes servidores: – TAISE ABATT, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar, por 01 (um) dia, no dia 19/06/2024. – DAURA IVONE NUNES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 19/06/2024. – PATRÍCIA CRUZ WOLFF, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/06/2024. – JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 20/06/2024. – LAIZE TORTELLI PEREIRA, ocupante do cargo de Telefonista, por 01 (um) dia, no dia 20/06/2024, para tratamento de saúde de pessoa da família. – PAULO DONIZETE RODRIGUES, ocupante da função de Encanador, por 01 (um) dia, no dia 20/06/2024, para tratamento de saúde de pessoa da família. – DIULIENE TAMIRES BERNARDO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2024, para tratamento de saúde de pessoa da família. – RAQUEL RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2024. - JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2024. – MAIKON JHONATAN OLIVEIRA VALÉRIO, ocupante do cargo de Calceteiro, por 01 (um) dia, no dia 21/06/2024. – ZULEICA APARECIDA DA COSTA ANDRADE LIMA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/06/2024. – MAGDA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 24/06/2024 e o retorno de acordo com o INSS. – ALCEU DE

SOUZA, ocupante do cargo de Motorista, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 24/06/2024. – DAIANE APARECIDA PADILHA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/06/2024. – RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 24/06/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 561/2024

Publicação Nº 6132015

PORTARIANº 561/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADAS por términos de contratos as seguintes pessoas: - MAYARA DE OLIVEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.I.M. Madre Paulina, bairro Santa Paulina, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 345/2024, de 12/04/2024. – TALIA GODINHO NUNES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 267/2023, de 09/03/2023. – TALIA GODINHO NUNES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 872/2023, de 10/10/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 28 de junho de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 562/2024

Publicação Nº 6132019

PORTARIANº 562/2024

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo N° 002/2023, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015 e Lei Nº 4.325/2015; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: – VANESSA ANDRADE CARDOSO, para exercer a função de Técnico em Enfermagem – SAMU, na Secretaria Municipal da Saúde, com 40 horas semanais, a contar do dia 26/06/2024, vaga vinculada a licença INSS de Juliano Carvalho da Cruz.

Parágrafo Único – A designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 27 de junho de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de junho de 2024.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 077/2024

Publicação Nº 6132302

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 077/2024 - PE 027/2024 - Processo Digital n° 5371/2024 – Proc. Adm. n° 063/2024. CONTRATADO: DOMINGOS MARTINS AUTO CENTER PEÇAS E MECÂNICA LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADAS A FROTA DA 1ª COMPANHIA DO 10º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: Lote 2, sendo o percentual de desconto de 12% (doze por cento), lote 3, sendo o percentual de desconto de 12% (doze por cento) e lote 4, sendo o percentual de desconto de 12% (doze por cento). Valor máximo por Lote: Lote 2: R$203.400,00 (duzentos e três mil e quatrocentos reais); Lote 3: R$459.250,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais) e Lote 4: R$811.562,50 (oitocentos e onze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Data: 27 de junho de 2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2024

Publicação Nº 6132634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2024 - PE 009/2024 - Processo Digital n° 2398/2024 – Proc. Adm. n° 031/2024. CONTRATADO: EDIGA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R$3.757,00 (três mil, setecentos e cinquenta e sete reais). Data: 27 de junho de 2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2024

Publicação Nº 6132659

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2024 - PE 009/2024 - Processo Digital n° 2398/2024 – Proc. Adm. n° 031/2024. CONTRATADO: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R$ 45.249,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais). Data: 27 de junho de 2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 080/2024

Publicação Nº 6132667

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 080/2024 - PE 009/2024 - Processo Digital n° 2398/2024 – Proc. Adm. n° 031/2024. CONTRATADO: SAFI COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R$124.968,30 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta centavos). Data: 27 de junho de 2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2024

Publicação Nº 6132677

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2024 - PE 009/2024 - Processo Digital n° 2398/2024 – Proc. Adm. n° 031/2024. CONTRATADO: COMERCIAL KS EIRELI. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R$34.145,80 (trinta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta centavos). Data: 27 de junho de 2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 082/2024

Publicação Nº 6132683

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 082/2024 - PE 009/2024 - Processo Digital n° 2398/2024 – Proc. Adm. n° 031/2024. CONTRATADO: AAAB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R$23.240,80 (vinte e três mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos). Data: 27 de junho de 2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 083/2024

Publicação Nº 6132691

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 083/2024 - PE 009/2024 - Processo Digital n° 2398/2024 – Proc. Adm. n° 031/2024. CONTRATADO: DMG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R$26.032,53 (vinte e seis mil, trinta e dois reais e cinquenta e três centavos). Data: 27 de junho de 2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 084/2024

Publicação Nº 6132698

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 084/2024 - PE 009/2024 - Processo Digital n° 2398/2024 – Proc. Adm. n° 031/2024. CONTRATADO: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R$68.968,60 (sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos). Data: 27 de junho de 2024.

AVISO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 025/2024

Publicação Nº 6132901

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 025/2024 – Proc. Adm. nº 107/2024 – Processo Digital n° 13896/2024 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

DE MEI/ME/EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PELÍCULAS ANTI-IMPACTO PARA TABLET NOKIA TELA 10.4, DESTINADO A AUXILIAR NO PROCESSO DE TRABALHO DURANTE AS VISITAS DOMICILIARES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. PERÍODO DA COTAÇÃO: Período de envio das propostas: de 28 de junho de 2024 às 15h00min até 03 de julho de 2024 às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03 de julho de 2024 às 14h00min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 03 de julho de 2024 às 14h01min. Para todas referências de tempo será considerado o horário de Brasília/DF.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 066/2024

Publicação Nº 6132423

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2B918481739744D04965A6BD1A054D175E24B4E4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Contrato/CT: N° 066/2024 – IN 031/2024 – Processo Digital n° 18025/2024 – Proc. Adm. n° 105/2024. CONTRATADO: LIGA JOSEFENSE DE FUTEBOL. DO OBJETO: "INEXIGIBILIDADE PARA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO JOSEFENSE NÃO PROFISSIONAL, SÉRIES A e B, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses, contados de sua publicação no PNCP, na forma do artigo 94 da Lei n° 14.133/2021. VALOR: R$110.880,00 (cento e dez mil, oitocentos e oitenta reais). Data: 27 de junho de 2024.

PORTARIA SEMEL/PMSJ N° 025/2024

Publicação Nº 6132445

PORTARIA SEMEL/PMSJ nº 025, de 26 de junho de 2024.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL N° 18.410/23

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:
Art. 1º – Designar o Servidor, Márcio Cesar Custódio, matrícula nº 434222-7, para efetuar a fiscalização do Contrato Administrativo n° 066/2024, decorrente da Inexigibilidade n° 031/2024, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do art. 74 do Decreto Municipal n° 18.410/23, devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;
II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor, Lukas Cazarin de Almeida, matrícula n° 432622-9, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Naira Silva
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

PORTARIA SSDST/PMSJ N° 030/2024

Publicação Nº 6132308

PORTARIA SSDST/PMSJ nº 030, de 21 de junho de 2024.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N° 18.410/2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:
Art. 1º – Designar O Servidor, Marcus de Aguiar Imbrosio, matrícula n° 933678-8, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 077/2024 decorrente do Pregão Eletrônico n° 027/2024, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do art. 74 do Decreto Municipal n° 18.410/23, devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;
II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor, Heitor Peres, matrícula nº 956541-8, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andrea Luiza Grando
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA SSDST/PMSJ N° 031/2024

Publicação Nº 6132704

PORTARIA SSDST/PMSJ nº 031, de 21 de junho de 2024.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N° 18.410/2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:
Art. 1º – Designar o Servidor, Marcus de Aguiar Imbrosio, matrícula n° 933678-8, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços nº 078, 079, 080, 081, 082, 083 e 084/2024 decorrentes do Pregão Eletrônico n° 009/2024, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do art. 74 do Decreto Municipal n° 18.410/23, devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;
II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor, João Otávio Teixeira, matrícula nº 931762-7, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Luiza Grando
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2024

Publicação Nº 6133932

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6A6B17669CC4BBB25081E42062E97C5BD51545C1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024 – Processo Digital nº 3705/2024 – Proc. Adm. 054/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILTROS EXTERNOS, PURIFICADORES DE ÁGUA E BEBEDOUROS INDUSTRIAIS (INCLUINDO INSTALAÇÃO) E REFIS (INCLUINDO INSTALAÇÃO E REVISÃO) E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE FILTROS, BEM COMO, A MANUTENÇÃO E CORRETIVA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS PARA REPOSIÇÃO) PARA ATENDER AS ESCOLAS PROFISSIONAIS, UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Fornecedores: MCS COMERCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA e ARN NOVA ERA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA EPP. Valor Total: R$ 913.701,20 (novecentos e treze mil, setecentos e um reais e vinte centavos). Priscilla Adriana Dutra – Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 076/2023

Publicação Nº 6133204

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 09C414DDBDD7BE387438598CC253E5C8DBE56442

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2023 – Processo Digital nº 29575/2023 – Proc. Adm. 277/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DIVERSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Fornecedores: ABREU QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA; GOEDERT LTDA; COMERCIAL KS LTDA; K & K DISTRIBUIDORA LTDA; KUERTEN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA; SEBOLD COMERCIAL ATACADO PRODUTOS ALIMENTOS EQUIP LTDA; BRIOJARAGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA; VOA COM. ATACADISTA DE PROD. ALIMENTICIOS EIRELI; CONTINENTE INDUSTRIA DE PLASTICOS E DERIVADOS LTDA; CASARÃO FS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA e GNB COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. Valor Total: R$ 5.549.951,47 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos). Priscilla Adriana Dutra – Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 074/2023-02

Publicação Nº 6133412

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO n° 074/2023-02 - Proc. Digital n° 6730/2024. CONTRATADO: CLÍNICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIÃO LTDA. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 074/2023 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Digital n° 6730/2024, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 074/2023, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 04/05/2024. Data de Assinatura: 02 de maio de 2024.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 091/2023-02

Publicação Nº 6133372

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO n° 091/2023-02 - Proc. Digital n° 10856/2024. CONTRATADO: INSTITUTO DE SAÚDE SANTA CLARA. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 091/2023 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 091/2023, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 29/05/2024. Data de Assinatura: 23 de maio de 2024.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 096/2023-01

Publicação Nº 6133471

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 234A8C5005343E04D49338D20FCE2F0502C37396

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO n° 096/2023-01 - Proc. Digital n° 18857/2024. CONTRATADO: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 096/2023 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 096/2023, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 13/06/2024. Data de Assinatura: 11 de junho de 2024.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 134/2014-10

Publicação Nº 6133702

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO n° 134/2014-10 - Proc. Digital n° 17152/2024. CONTRATADO: Sr. Maurício Antônio da Costa. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 134/2014 e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 134/2014 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 20/06/2024. Data de Assinatura: 11 de junho de 2024.

São José do Cedro

PREFEITURA

TERMO DE DOAÇÃO DE RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS E/OU SERVIÇOS Nº 01/2024 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Publicação Nº 6133096

TERMO DE DOAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2024

TERMO DE DOAÇÃO DE RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS E/OU SERVIÇOS Nº 01/2024 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

O Município de São José do Cedro, por intermédio de seu representante Legal, com sede na rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro, na cidade de São José do Cedro, Santa Catarina, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 83.026.781/0001-10 neste ato representado pelo Secretário de Transporte e Obras, Neuri Balen, inscrito no CPF nº 582.811.189-20, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1851702, doravante denominada DONATÁRIO(A), e os seguintes senhores: Jucimar Delazari, inscrito no CPF sob nº 021.162.419-52, Mario Colet, inscrito no CPF sob nº 345.362.649-49, Cesar Luiz Simioni, inscrito no CPF sob nº 024.917.719-69, Sérgio Pedro Simioni, inscrito no CPF sob nº 758.807.849-91 e Anselmo Rafael Colle, inscrito no CPF sob nº 401.292.509-10, doravante designados DOADORES, em observância às disposições da LEI Nº 5.286, DE 26 DE JUNHO DE 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Doação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na doação sem encargos, pelos DOADORES, de projetos, serviços, mão-de-obra e demais materiais, com a finalidade a realização de melhorias em trecho delimitado conforme mapa a ser apresentado, na estrada geral que liga a BR 163 até a Linhas Santa Rita, Derrubada Alta e Derrubada Baixa, visando corrigir o desnível existente no local.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Doação, tem início na data de 27 de junho de 2024 e encerramento em 02 de julho de 2024 podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Caberá à DONATÁRIA:
• Fornecer os dados, informações e apoio necessários ao recebimento do bem e/ou ao desempenho dos serviços a serem executados;
• Exercer o acompanhamento e controle sobre as obrigações;
• Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do(a) DOADOR(A) nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário;
• Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) DOADOR(A);
• Comunicar ao DOADOR(A) qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto.
3.2. Caberá ao DOADOR(A):
• Executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do(a) DONATÁRIO(A);
• Cumprir as normas regulamentadoras e demais regras de mercado relativas aos serviços objeto do presente ajuste;
• Obedecer ao prazo apresentado, com intuito de não gerar atrasos na entrega da doação;
• Manter as condições de qualificação exigidas anteriormente à doação;

• Acatar as orientações do(a) DONATÁRIO(A), prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
• Observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
• Responsabilizar-se por quaisquer ônus, que envolvam o fornecimento do bem ou serviço ofertado na proposta, tais como: despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação de serviços, por todos os encargos sociais previstos na legislação vigente, e por quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregador;
• Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da DONATÁRIA, ou de terceiros, advindos de negligência, imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis.
• Apresentar ART/RRT do serviço realizado.
• Apresentar licença ambiental ou outro documento equivalente.
• Apresentar mapa do local e memorial descritivo do serviço que será prestado.
• No caso de aparição de laje os doadores se responsabilizam pela detonação ou perfuração, no caso de laje impossibilitar o serviço os doadores deverão restabelecer a condição da via garantindo a trafegabilidade.
• Os doadores deverão deixar o local em perfeitas condições de trafegabilidade após a doação do serviço.
• Será de responsabilidade dos doadores quaisquer licenças que vierem a ser pedida por quaisquer órgãos fiscalizadores.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

4.1. É vedada a utilização do presente termo de doação para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no sítio eletrônico do doador.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PESSOAL

5.1. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução de atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade de origem.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá à DONATÁRIA providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município de São José do Cedro - SC, nos termos do § 2º do art. 20 do Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1. Os bens e/ou os serviços doados estão sendo ofertados pelo(a) DOADOR(A), sem coação ou vício de consentimento, estando a DONATÁRIA livre de quaisquer ônus ou encargos.

7.2. A DONATÁRIA declara que aceita a doação dos bens e/ou dos serviços em todos os seus termos.

7.3. Os bens e os serviços doados serão recebidos com o ateste do gestor da DONATÁRIA.

7.4. Os DOADORES declaram serem proprietários dos bens a serem doados e que inexistem demandas administrativas ou judiciais com relação a eles.

7.5. O presente termo não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos dos DOADORES.

7.6. O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

7.7. As partes contratantes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou comprometer-se a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e agentes ajam da mesma forma ("Obrigações Anticorrupção").

7.8. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Doação será o da Comarca Judiciária de São José do Cedro - SC - Justiça Estadual.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que segue assinado pelas PARTES, na presença de duas testemunhas.

27 de junho de 2024, São José do Cedro – SC.

DONATÁRIO(A)

DOADOR(A)

DOADOR(A)

DOADOR(A)

DOADOR(A)

DOADOR(A)

Testemunhas:
Nome: _____ Nome: _____
RG/RF: _____ RG/RF: _____
CPF: _____ CPF: _____

São José do Cerrito

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 022-2024 -AMANDA A. DE ALMEIDA IMPLEMENTOS AGRICOLAS

Publicação Nº 6133280

EXTRATO DO CONTRATO

Contrato Nº 22/2024 - **Processo Nº** 29/2024 **- Homologação** 27/06/2024

Vigência : 27/06/2024 até 26/08/2024

Contratante : MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - 82.777.327/0001-39

Contratada : AMANDA A. DE ALMEIDA IMPLEMENTOS AGRICOLAS - 34.026.911/0001-00

Objeto : Aquisição de grades aradoras, distribuidor de calcáreo e balanças bovinas.

Despesa : 21.001.20.606.0022.1015.4.4.90.00.00 / 1710321093000 - Transferencia do Estado Portaria 873/2023 - Aquisição de Equipamentos (Titon)

Valor : R$30.950,00

Data da Assinatura : 27/06/2024

EXTRATO CONTRATO 023-2024 -BRUNO IRINEU PEREIRA COMERCIO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO

Publicação Nº 6133290

EXTRATO DO CONTRATO

Contrato Nº 23/2024 - **Processo Nº** 29/2024 - **Homologação** 27/06/2024

Vigência : 27/06/2024 até 26/08/2024

Contratante : MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - 82.777.327/0001-39

Contratada : BRUNO IRINEU PEREIRA COMERCIO DE PECAS E MANUTENCAO - 24.667.053/0001-29

Objeto : Aquisição de grades aradoras, distribuidor de calcáreo e balanças bovinas.

Despesa : 21.001.20.606.0022.1015.4.4.90.00.00 / 1710321093000 - Transferencia do Estado Portaria 873/2023 - Aquisição de Equipamentos (Titon)

Valor : R$59.910,00

Data da Assinatura : 27/06/2024

EXTRATO CONTRATO 024-2024 -KRAIESKI TRONCOS E BALANÇAS LTDA

Publicação Nº 6133293

EXTRATO DO CONTRATO

Contrato Nº 24/2024 **- Processo Nº** 29/2024 **- Homologação** 27/06/2024

Vigência : 27/06/2024 até 26/08/2024

Contratante : MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - 82.777.327/0001-39

Contratada : KRAIESKI TRONCOS E BALANCA LTDA - 30.463.351/0001-08

Objeto : Aquisição de grades aradoras, distribuidor de calcáreo e balanças bovinas.

Despesa : 21.001.20.606.0022.1015.4.4.90.00.00 / 171032109300 - Transferencia do Estado Portaria 873/2023 - Aquisição de Equipamentos (Titon)

Valor : R$20.999,98

Data da Assinatura : 27/06/2024

São Lourenço do Oeste

Prefeitura

PORTARIA Nº 1.077, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132460

PORTARIA Nº 1.077, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 7.695, de 03 de agosto de 2022,
CONSIDERANDO o memorando 2.317/2024 recebido via Sistema 1 DOC e a exoneração da servidora Ariadene Fracaro;

RESOLVE:
Art.1º Nomear a Senhora ANDRESSA BARZAN, aprovada no Concurso Público nº 01/2022, para ocupar o cargo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 07 da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de Junho de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.078, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132651

PORTARIA Nº 1.078, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 09/2022, homologado pelo Decreto nº 8.226/2024 de 03 de Outubro de 2023.
CONSIDERANDO a contratação se dá para sanar a vaga da ATP Maria Helena Suldowski Dario que assumiu temporariamente o cargo de Diretor de Escola.

RESOLVE:
Art.1º Admitir em caráter temporário, pelo período de 01 de Julho a 12 de dezembro de 2024, a Senhora GRAZIELA DALLAGNOL, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar como Assistente Técnico Pedagógico – ATP, 40 (quarenta) horas semanais, turno matutino/vespertino Na EBM São Lourenço;

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.
Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data sua publicação;

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de Junho de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

Prefeitura

OFICIO_DE_CONVOCACAO_155_EDSON_ANTONIO_STRAPASSON_DA_LUZ_COPIA

Publicação Nº 6131842

São Miguel do Oeste/SC, 27 de junho de 2024.

OFÍCIO Nº 155/2024 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)
ÉDSON ANTÔNIO STRAPASSON DA LUZ

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de ODONTÓLOGO, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico:https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-001/2023, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

OFICIO_DE_CONVOCACAO_272_2024_CEDIANE_DE_FATIMA_JAGUZESKI

Publicação Nº 6132512

São Miguel do Oeste SC, 27 de junho de 2024.
OF. Nº 272/2024– SAGP-DDP-SME
A(o) Senhor(a)
CEDIANE DE FATIMA JAGUZESKI

A Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Professor, área da Educação Especial, 20h (vinte horas) aprovado no Processo Seletivo nº 002/2023, cujo resultado foi homologado em 22 de dezembro de 2023.
Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0022023, , importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

(Assinatura Digital)
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Ciente, em ...../ ..... /.....

Este Ofício foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

OFICIO_DE_CONVOCACAO_273_2024_DEBORA_RECK_KONFLANZ

Publicação Nº 6132538

São Miguel do Oeste SC, 27 de junho de 2024.
OF. Nº 273/2024– SAGP-DDP-SME
A(o) Senhor(a)
DEBORA RECK KONFLANZ

A Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Coordenador Pedagógico, 40h (quarenta horas) semanais, classificado(a) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2024, cujo resultado foi homologado em 05 de março de 2024.
Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-simplificado-0022024, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

(Assinatura Digital)
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas
3

Ciente, em ...../ ..... /.....

Este Ofício foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

OFICIO_DE_CONVOCACAO_274_2024_LUCIENE_SANGUINETE

Publicação Nº 6132540

São Miguel do Oeste SC, 27 de junho de 2024.
OF. Nº 274/2024– SAGP-DDP-SME
A(o) Senhor(a)
LUCIENE SANGUINETE

A Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Auxiliar de Creche, 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2024, cujo resultado foi homologado em 20 de junho de 2024.
Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-simplificado0062024 importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

(Assinatura Digital)
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas
3

Ciente, em ...../ ..... /.....

Este Ofício foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORT_1107_PRORROGA_PRAZO_PORTARIA_N_0840_2024_PAD_S_A_S

Publicação Nº 6133181

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1107/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o Art. 1º, IV, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições dos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, cumulado com as competências atribuídas pelo artigo 100-C da LCM 024/2013, e,

Considerando a Portaria SAGP/DDP n. 0840/2024, de 29 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 30 de abril de 2024, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de S.A.S. para a apuração de possíveis condutas incompatíveis com os deveres funcionais previstos no Estatuto de Servidor, LC 09/2012 e com os princípios da Administração Pública, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras;

Considerando que o artigo 152, caput, da LCM 09/2012 estabelece que "o prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem";

Considerando o Memorando 22.918/2024, com a solicitação da presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para a prorrogação de prazo da Portaria SAGP/DDP n. 0840/2024 por mais 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos;

Considerando a aplicação dos princípios da eficiência e do interesse público à Administração.

RESOLVE:
Art. 1° PRORROGAR por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SAGP/DDP n. 0840/2024, de 29 de abril de 2024, em desfavor de S.A.S. para a apuração de possíveis condutas incompatíveis com os deveres funcionais previstos no Estatuto de Servidor, LC 09/2012 e com os princípios da Administração Pública, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigora na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 27 de junho de 2024.

[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

PORT_1108_DAIANA_SARA_SIRTOLI_APLICAR_PENALIDADE_DE_SUSPENSAO

Publicação Nº 6133185

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1108/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das competências que lhe conferem os incisos VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar n. 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar n. 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e,

Considerando a instauração do Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis condutas por parte da servidora pública municipal D.S.S., no âmbito da Administração Municipal, conforme Portaria SAGP/DDP n. 1329/2023;

Considerando que a comissão designada pela Portaria SAGP/DDP n. 1329/2023 apresentou o relatório final sugerindo a aplicação da penalidade de suspensão, pelo período de 90 (noventa) dias, nos moldes do artigo 134, caput, da LC 09/2012, e o ressarcimento ao erário do valor correspondente à castração de um felino fêmea;

Considerando a decisão proferida pela autoridade competente, nos moldes do artigo 141, "a", da LC 09/2012, acolhendo o relatório final emitido pela comissão processante e determinando a aplicação da penalidade de suspensão por 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 134, caput, da LC 09/2012 e o ressarcimento ao erário do valor atualizado de castração de um felino fêmea.

RESOLVE:
Art. 1º APLICAR à servidora pública municipal efetiva DAIANA SARA SIRTOLI, ocupante do cargo de Controlador Interno, no Gabinete do Prefeito, matrícula funcional n. 2189704, A PENALIDADE DE SUSPENSÃO PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS, sem remuneração, nos termos dos artigos 141, "a", e 134, caput, da Lei Complementar Municipal n. 09/2012, pela violação aos deveres funcionais previstos no artigo 125, inciso IX, do diploma legal já referido, a partir de 01 de julho de 2024.

Art. 2º DETERMINAR O RESSARCIMENTO ao erário de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente ao valor atualizado de castração de um felino fêmea, conforme Processo Licitatório n. 30/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 27 de junho de 2024.
[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

PORT_1109_CONCEDER_FERIAS_JULHO_2024

Publicação Nº 6133189

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1109/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os pedidos de férias que foram protocolados pelo sistema 1DOC, com as devidas autorizações pelas chefias imediatas.

RESOLVE:
Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais, nas referidas datas, conforme Anexo I desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 27 de junho de 2024.
[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

Anexo I

Servidor	Data inicial	Data final
BEATRIZ FATIMA AZZOLINI	01/07/2024	30/07/2024
DANIELA DAMACENO	01/07/2024	20/07/2024
EDILEI DE CASSIA BRISOLA	01/07/2024	30/07/2024
EDRIANI CESCON OCCAI	03/07/2024	01/08/2024
FRANCIELI BARROS	01/07/2024	30/07/2024
LIANI LOURDES REX SEHNEM	01/07/2024	20/07/2024
LEONI TEREZINHA MARIN	01/07/2024	15/07/2024
NÉDIO MARCHESAN JÚNIOR	01/07/2024	20/07/2024
ONEIDE CE WRONSKI	01/07/2024	15/07/2024
SILVIA HELENA ANTUNES COSTA CASTELLI	01/07/2024	30/07/2024
THAIS ARNOLD	02/07/2024	31/07/2024
THIAGO VINICIOS DENARDI	01/07/2024	10/07/2024

PORT_1110_KATLYN_GEANYNY_DA_SILVA_DE_ARAUJO_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO_AUXILIAR_DE_CRECHE_VACANCIA

Publicação Nº 6133213

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1110/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 6º, assevera que, dentre outros, a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação;

Considerando que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado, e que são de relevância pública as ações e serviços de educação, não podendo ser interrompidas as aulas;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de exoneração da servidora efetiva Eduarda Andreolla Busnello;

Considerando o término da vigência do Concurso Público n. 08/2019;

Considerando a classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2024, homologado em 20 de junho de 2024;

Considerando o Memorando 16.888/2024, com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação para a contratação de Auxiliar de Creche para o CEI Criança Cidadã, na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2024;

Considerando a aplicação dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público à Administração;

Considerando os termos do Contrato de Admissão em Caráter Temporário de Pessoal firmado pelas partes.

RESOLVE:
Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a senhora KATLYN GEANYNY DA SILVA DE ARAUJO, pelo regime Estatutário, ACT, para desempenhar a função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, no CEI Criança Cidadã, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de julho de 2024 até a contratação de candidato de concurso público, ou até o final do ano letivo de 2024 ou até o término da "Creche de Férias", condicionado, no último caso, à existência de vaga e participação em edital interno de classificação.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 78 a 87, 89 a 93, 97 a 111, 115 a 126, 128 a 185, 188, 190, 191, 193 e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE,SC.
Em 27 de junho de 2024.

[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

PORT_1111_ANGELINA_TERESINHA_SCHROEDER_HORST_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO_AUXILIAR_DE_CRECHE_APOIO

Publicação Nº 6133223

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1111/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 6º, assevera que, dentre outros, a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação;

Considerando que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado, e que são de relevância pública as ações e serviços de educação, não podendo ser interrompidas as aulas;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando que a Resolução 01/2024, do Conselho Municipal de Educação, acolheu na íntegra o parecer 01/2024, da Câmara Especial Permanente de Educação Especial, que estabelece as normas para atendimento de Segundo Professor na rede municipal de ensino de São Miguel do Oeste/SC;

Considerando a classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2024, homologado em 20 de junho de 2024;

Considerando o Memorando 14.503/2024, com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação para a contratação de Auxiliar de Creche, como profissional de apoio, para atender o aluno B.T.M., na EMEIEF Juscelino Kubitschek de Oliveira - Extensão São Sebastião, na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2024;

Considerando a aplicação dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público à Administração;

Considerando os termos do Contrato de Admissão em Caráter Temporário de Pessoal firmado pelas partes.

RESOLVE:
Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a senhora ANGELINA TERESINHA SCHROEDER HORST, pelo regime Estatutário, ACT, para desempenhar a função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, para atuar 20 horas semanais, no turno matutino, como Itinerante na Secretaria Municipal de Educação e 20 horas semanais, no turno vespertino, na EMEIEF Juscelino Kubitschek de Oliveira - Extensão São Sebastião, atendendo o aluno B.T.M., com início das atividades em 01 de julho de 2024 até a permanência do aluno na unidade escolar, podendo ser designada para outra unidade, no caso da transferência do aluno dentro da rede municipal de ensino, desde que exista compatibilidade de turno de atuação, ou até o término da necessidade de itinerante, ou até o final do ano letivo de 2024 ou até o término da "Creche de Férias", condicionado, no último caso, à existência de vaga e participação em edital interno de classificação.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 78 a 87, 89 a 93, 97 a 111, 115 a 126, 128 a 185, 188, 190, 191, 193 e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE,SC.
Em 27 de junho de 2024.

[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

PORT_1112_JOAO_CLAUDIO_MARTINY_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO_MOTORISTA

Publicação Nº 6133231

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1112/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando a classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2024, homologado em 20 de junho de 2024;

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo de Motorista;

Considerando o Memorando 21.624/2024, com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura para a contratação de Motorista, para atender a demanda de trabalho, considerando o recebimento de um caminhão novo pela referida Secretaria;

Considerando a aplicação dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público à Administração;

Considerando os termos do Contrato de Admissão em Caráter Temporário de Pessoal firmado pelas partes.

RESOLVE:
Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO o senhor JOÃO CLAUDIO MARTINY, pelo regime Estatutário, ACT, para desempenhar a função de Motorista, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura, no período de 01 de julho de 2024 até a verificação de candidatos aprovados em concurso público para o referido cargo, ou até 30 de junho de 2025.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 78 a 87, 89 a 93, 97 a 111, 115 a 126, 128 a 185, 188, 190, 191, 193 e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE,SC.
Em 27 de junho de 2024.

[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

PORT_1113_MARILIA_KLEIFKE_NEITZKE_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO_PSICOLOGO_SUBST_DIANE_MARIA_ZANETTI_ANVERCA

Publicação Nº 6133251

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1113/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 006/2024, homologado em 20 de junho de 2024;

Considerando que, conforme Memorandos 4.385/2024 e 18.361/2024, a servidora efetiva Diane Maria Zanetti Anverça, ocupante do cargo de Psicólogo, encontra-se afastada em razão de Licença-Maternidade e posterior gozo de Licença-Prêmio (Portaria SAGP/DDP n. 0963/2024);

Considerando as Portarias SAGP/DDP n. 0431/2024 e SAGP/DDP n. 0920/2024;

Considerando o Memorando 17.866/2024, com a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social para a contratação de Psicólogo para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, em substituição à servidora efetiva Diane Maria Zanetti Anverça;

Considerando a aplicação dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público à Administração;

Considerando os termos do Contrato de Admissão em Caráter Temporário de Pessoal firmado pelas partes;

RESOLVE:
Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a senhora MARILIA KLAFKE NEITZKE, pelo regime Estatutário, ACT, para desempenhar a função de Psicólogo, 40 horas semanais, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social, em substituição à servidora efetiva Diane Maria Zanetti Anverça, no período de 01 de julho de 2024 até o retorno da titular, ou até 30 de junho de 2025.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 78 a 87, 89 a 93, 97 a 111, 115 a 126, 128 a 185, 188, 190, 191, 193 e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE,SC.
Em 27 de junho de 2024.

[assinado digitalmente]
NARJARA SODER PELISSARI
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

EDITAL_ELEICOES_CIPA_GESTAO_2024_2025

Publicação Nº 6131826

SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA
COMISSÃO ELEITORAL CIPA

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na legislação vigente, torna pública a abertura do processo eleitoral dos representantes dos servidores públicos municipais para composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA, de acordo com a Lei Municipal nº 7.694/2019, NR – 5, demais normas e condições do presente edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo eleitoral da CIPA será acompanhado pela Comissão instituída pelo Decreto n° 9.482/2021 e nomeada pela PORTARIA SAGP/DDP Nº 1067/2024, que é composta pelos servidores: Simone Cristina Back, ocupante do cargo de Psicólogo; Fernanda Cararo Kaiser, ocupante do cargo de Professor; Eliane Carla Brandemburg, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

1.2 A CIPA será composta por representantes da administração Pública Municipal e por servidores municipais eleitos observados o número mínimo de servidores por unidade conforme Anexo I.

1.3 Os membros eleitos e nomeados para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, terão um mandato de 01 (um) ano 2024/2025, permitida uma reeleição, estabelecendo ainda as seguintes normas regulamentadoras:

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 O Processo eleitoral da CIPA será regido por este Edital, de forma que o pedido de inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das normas e condições aqui previstas.

2.2 As inscrições ocorrerão no período de **12/07/2024 a 29/07/2024.**

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

2.3 As inscrições serão efetuadas no sistema 1doc, devendo ser direcionadas ao organograma "**CEC-COMISSÃO ELEITORAL DA CIPA",** com assinatura física ou digital.

2.4 As inscrições deverão ser efetuadas pelo candidato não sendo aceitas inscrições em nome de terceiros, caso o servidor não possua acesso ao 1doc a inscrição deve ser feita no setor de Atendimento junto a Prefeitura Municipal.

2.5 Será obrigatório no momento da inscrição a apresentação da **Ficha de inscrição preenchida** e assinada conforme o Anexo II, **Declaração emitida e assinada** pelo Setor de Desenvolvimento de Pessoas (RH) de que é servidor efetivo, estável e está em exercício de sua função e envio de foto em formato JPEG com qualidade até 500kb.

3 REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO:

3.1 Terão liberdade de inscrição todos os servidores do órgão municipal, observado o disposto no A*rt. 38, da Lei nº 7.694/2019 conforme segue:*

I - Seja servidor público efetivo;
II - Tenha cumprido e sido aprovado no estágio probatório até a data da inscrição;
III - Não esteja no exercício exclusivo de cargo em provimento em comissão ou função gratificada;
II - Esteja efetivamente exercendo suas funções junto ao Município;
III - Não possua impedimentos e/ou incompatibilidade para se candidatar.

4 DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DE INSCRITOS:

4.1 Serão indeferidas as inscrições dos candidatos que não preencherem as condições legais exigidas no item 3.1 e item 2.5 deste edital e na Lei Municipal nº 7.294/2019.

4.2 As inscrições deferidas e as indeferidas, constando o motivo do indeferimento, serão publicadas no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br) e no *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina* (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

4.3 Caberá recurso em relação às inscrições indeferidas, que poderá ser interposto, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação, no sistema 1doc, devendo ser direcionadas ao organograma "CEC-COMISSÃO ELEITORAL DA CIPA", com assinatura digital, e a devida argumentação contra o indeferimento.

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

4.4 A Comissão eleitoral decidirá sobre a impugnação de qualquer espécie.

4.5 Sanadas as eventuais irregularidades, a Comissão de Eleição da CIPA, fará publicar, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br) e no *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina* (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br), a relação contendo, por ordem alfabética, nome, matrícula, Secretaria e apelido, se houver de cada candidato inscrito para e eleição da CIPA.

4.6 É de responsabilidade de cada candidato fazer sua própria divulgação como candidato a eleição da CIPA, seguindo as normas previstas neste edital.

5 DA ELEIÇÃO E APURAÇÃO

5.1 A eleição será por voto secreto, por meio eletrônico, com nomes e/ou apelidos, secretarias, fotos e número dos candidatos, sendo a empresa **RIGBIE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA LTDA – CIPA CLOUD**, responsável pelo processo eleitoral online.

5.2 A eleição acontecerá no dia **12/08/2024** por meio eletrônico e ficará disponível no horário das **07h45min às 17h15min**, sendo de responsabilidade de cada servidor realizar a votação, podendo ser a qualquer momento durante o horário em que o link estiver disponível para votação, mesmo durante o expediente de trabalho.

Parágrafo único. A Comissão de Eleição da CIPA fará publicação, oportunamente, do endereço eletrônico para votação.

5.3 Poderão participar da votação como eleitores todos os servidores municipais interessados, efetivos ou não, desde que ativos e em exercício.

5.4 Cada servidor terá direito a votar uma única vez, independente de possuir mais de uma matrícula/contrato.

5.5 A apuração dos votos se dará em dia e horário de expediente normal, com acompanhamento de representante do órgão público e dos servidores, em número a ser definido pela Comissão Eleitoral da CIPA - CEC, de forma a assegurar transparência e legitimidade.

5.6 A apuração da eleição acontecerá no dia **13/08/2024** no salão de atos da Prefeitura, a partir das 08h30min, sendo aberta a quem queira acompanhar.

5.7 Caso haja participação em número inferior a 50% dos servidores do município na primeira votação, não se procederá à apuração dos votos, devendo a Comissão Eleitoral da CIPA- CEC organizar nova votação, que ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias.

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

5.8 Caso haja participação em número inferior a 50% dos servidores do município na segunda votação, a Comissão Eleitoral da CIPA - CEC procederá à apuração dos votos dessa maneira.

5.9 Será permitida aos candidatos, a realização da campanha e panfletagem nos órgão públicos municipais, mediante autorização do Secretário ou responsável pela pasta, até ao final do período de votação, desde que não atrapalhe o andamento dos serviços nem o atendimento ao público.

5.10 Não serão permitidos aos candidatos:

5.10.1 Ceder ou usar, em benefício de sua campanha, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, inclusive qualquer meio de comunicação eletrônica corporativa.

5.10.2 Usar materiais ou serviços, em benefício de sua campanha, custeados pela Administração Pública.

5.10.3 Produzir propaganda eleitoral que venha a caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa ou candidato, bem como atingir órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública, como também, que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza.

5.11 Os atos que contrariem os itens 5.10 e seus subitens serão passíveis de análise e sanções a cargo da Comissão de Eleição da CIPA, podendo ser penalizados com a desclassificação do candidato infrator, resguardando-se o devido processo legal.

5.12 Eventuais denúncias relativas ao processo eleitoral deverão ser protocolizadas na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, no prazo de até 30 (trinta) dias, pelo Sistema 1 Doc **SAGP - Secretário Adjunto de Gestão de Pessoas,** contados da data da posse dos novos membros da CIPA, e se constatadas irregularidades no processo eleitoral, a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência determinará sua correção ou procederá a sua anulação e demais trâmites conforme determina a Lei 7.694/2019.

6 DOS ELEITOS

6.1 Os candidatos mais votados assumirão, respectivamente, a condição de membros titulares e suplentes.

6.2 No caso de empate entre candidatos, assumirá aquele que contar com maior tempo de serviço no órgão público da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

6.3 Os candidatos votados e não eleitos serão relacionados na ata de eleição e apuração, em ordem decrescente de votos, o que possibilitará a nomeação posterior em caso de vacância de suplentes.

7 DA NOMEAÇÃO E TREINAMENTO

7.1 Serão nomeados para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, os 12 (doze) membros eleitos representantes dos servidores públicos municipais de acordo com o número mínimo de servidores por unidade conforme Anexo I, sendo 06 (seis) titulares e 06 (seis) suplentes, nesta sequência, conforme quantidade de votos. E 12 (doze) representantes que serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo 06 (seis) titulares e 06 (seis) suplentes.

7.2 O Poder Executivo designará dentre seus indicados o Presidente da CIPA, e os representantes dos servidores escolherão, dentre os titulares, o Vice-Presidente.

7.3 Será indicado, de comum acordo entre os membros da CIPA, um Secretário e seu substituto.

7.4 Os membros da CIPA, eleitos e designados, serão empossados de 10 a 15 dias depois do pleito (Lei 7.694/2019 Art. 33 inciso VIII).

7.5 Empossados os membros da CIPA, serão encaminhados a todas as unidades da Administração Pública Municipal, no Sistema 1doc, no prazo de 10 (dez) dias, cópias das atas de eleição e posse, assim como o calendário anual das reuniões ordinárias.

7.6 Competirá à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de dar ciência dos documentos referidos no caput deste artigo, em igual prazo, à Secretaria de Trabalho – Ministério da Economia por meio do site “http://trabalho.gov.br/” ou da Agência Regional do Trabalho.

7.7 Constituída a CIPA, esta não poderá ter seu número de representantes reduzido, bem como não poderá ser desativada pelo órgão público antes do término do mandato de seus membros.

7.8 O treinamento obrigatório de formação para membros titulares e suplentes da CIPA terá carga horária de 08 (oito) horas, distribuídas em no máximo 08 (oito) horas diárias e será realizado durante o expediente normal da Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data da posse.

7.9 Caberá a Administração Pública Municipal a escolha da entidade ou do profissional que ministrará o treinamento.

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

7.10 O treinamento da CIPA deverá contemplar, no mínimo, os itens constantes no Art. 26 da Lei Municipal n° 7.694/2019.

8 DAS ATRIBUIÇÕES DA CIPA

8.1 São atribuições da Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA:

I - Identificar e elaborar o mapa de riscos do processo de trabalho, com a participação dos servidores e apoio da Administração Pública Municipal;

II - Elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho;

III - Participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;

IV - Realizar, periodicamente, verificações no ambiente e condições de trabalho, visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos servidores;

V - Realizar, a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que vierem a ser identificadas;

VI - Divulgar aos servidores informações relativas à segurança e saúde no trabalho;

VII - Requisitar ao Poder Executivo e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos servidores;

VIII - Requisitar ao Poder Executivo cópias das comunicações de acidente de trabalho emitidas;

IX - Promover, anualmente, a Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho – SIPAT;

X - Participar, anualmente, em conjunto com a Administração Pública Municipal, de campanha de prevenção.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Os casos omissos neste edital ficarão a cargo da Comissão eleitoral da CIPA para deliberação de acordo com a Lei Municipal nº 7.694/2019.

9.2 Todos os atos relativos ao Processo eleitoral serão publicados no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (https://www.saomiguel.sc.gov.br) e no *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina* (https://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

9.3 Eventual impugnação do presente edital poderá ser interposta no prazo de 02 (dois) dia úteis após a primeira publicação do mesmo, podendo ser protocolizada por meio do sistema 1doc direcionada ao organograma **CEC-COMISSÃO ELEITORAL DA CIPA**, com a devida assinatura, devendo o servidor indicar o item ou subitem que será objeto de impugnação.

9.4 Os servidores que compõem a CIPA fazem jus ao recebimento da gratificação prevista no art. 88, da Lei Complementar nº 009/2012 e conforme determinação da Lei 7.694/2019.

São Miguel do Oeste, SC, 27 de junho de 2024.

Simone Cristina Back *[Assinado digitalmente]*

Fernanda Cararo Kaiser *[Assinado digitalmente]*

Eliane Carla Brandemburg *[Assinado digitalmente]*

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

SÃO MIGUEL DO OESTE

ANEXO I

DIMENSIONAMENTO DA CIPA

UNIDADES	MEMBROS DA CIPA			
	ELEITOS		DESIGNADOS	
	TITULARES	SUPLENTES	TITULARES	SUPLENTES
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO; SECRETARIA DE URBANISMO E; SECRETARIA DE OBRAS	01	01	01	01
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01	01	01	01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02	02	02	02
SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA; SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E; SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA	01	01	01	01
SECRETARIA DE SAÚDE	01	01	01	01
TOTAL DE MEMBROS	06	06	06	06
TOTAL DE MEMBROS GERAL	12		12	

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

SÃO MIGUEL DO OESTE

ANEXO II

COMISSÃO DE ELEIÇÃO DA CIPA-COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Eu_____.Data de Admissão: __/___/_

Requer à Comissão de Eleição, o deferimento da inscrição para concorrer à eleição da CIPA, conforme dados abaixo.

Informações do candidato

Secretaria:_____
Lotação:_____(setor que trabalha)
Nome Completo:_____
Nome a ser usado na urna de votação:_____
Matrícula:_____
RG:_____CPF: _____ Data de nascimento: _____

Estado Civil:_____Sexo: ( )Masculino ( ) Feminino
Endereço:_____nº_____
Bairro:_____complemento:_____
Telefone:_____Trabalho:_____Ramal:_____

DECLARO, ainda estar ciente das exigências e condições que constam no Edital nº 01/2024, em conformidade com a Lei Municipal nº 7.694/2019 e Decreto nº 9.482/2021, bem como da obrigatoriedade da realização do treinamento previsto nos item 7 do edital.

Nestes Termos,

P. Deferimento

São Miguel do Oeste,_____de_____de 2024.

_____
(assinatura do requerente)

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

SÃO MIGUEL DO OESTE

ANEXO III
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Data	Observação
Publicação do Edital	27/06/2024	Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina*.
Período para impugnação do edital	28/06/2024 e 29/06/2024	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste ou envio de memorando ao organograma CEC-COMISSÃO ELEITORAL DA CIPA .
Período de inscrição	12/07/2024 29/07/2024	Envio dos documentos ao organograma CEC-COMISSÃO ELEITORAL DA CIPA
Publicação das inscrições deferidas e indeferidas	30/07/2024	Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina*.
Prazo para a interposição de recursos quanto ao indeferimento das inscrições.	31/07/2024 e 01/08/2024	Setor de Atendimento da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste ou envio de memorando ao organograma CEC-COMISSÃO ELEITORAL DA CIPA .
Publicação da relação final de candidatos que concorrerão à eleição	02/08/2024	Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina*.
Divulgação de link para votação	07/08/2024	Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina*.
Dia da votação online	12/08/2024	Site oficial de votação a ser divulgado.
Apuração dos votos	13/08/2024	Salão de atos da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Publicação dos membros eleitos titulares e suplentes	13/08/2024	Site Oficial da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina*.
Treinamento	Data a definir	Local a ser definido
Posse e início dos trabalhos	Data a definir, conforme (inciso VIII, Art. 33 da Lei 7.694/2019).	Local a ser definido

Assinado por 3 pessoas: SIMONE CRISTINA BACK, FERNANDA CARARO KAISER e ELIANE CARLA BRANDEMBURG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE e informe o código 8406-4EB6-7071-A5BE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8406-4EB6-7071-A5BE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SIMONE CRISTINA BACK (CPF 087.XXX.XXX-40) em 27/06/2024 08:24:32 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

FERNANDA CARARO KAISER (CPF 052.XXX.XXX-99) em 27/06/2024 08:50:50 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ELIANE CARLA BRANDEMBURG (CPF 050.XXX.XXX-50) em 27/06/2024 10:25:05 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/8406-4EB6-7071-A5BE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Data de emissão: 17/06/2024
Exercício de 2024
Período de: Maio à Maio
Despesa: Empenhada

RECEITAS		DESPESAS	
TÍTULOS	Exercício Atual	TÍTULOS	Exercício Atual
ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**ORÇAMENTÁRIAS**	**360.487,00**
RECEITAS CORRENTES	**0,00**	**DESPESAS CORRENTES**	**360.487,00**
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	321.565,29
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.921,71
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**DESPESAS DE CAPITAL**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**633.333,33**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL	633.333,33		
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	**46.440,86**	**EXTRAORÇAMENTÁRIAS**	**104.808,29**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-22.447,03	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.000,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-36.572,05	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	105.459,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	103.808,29
RENDIMENTO APLIC. FINANCEIRA	4.608,49		
ASSERMU MENSALIDADE	84,72	ASSERMU MENSALIDADE	84,72
CEF/EMPRESTIMO/COMV.	19.383,79	CEF/EMPRESTIMO/COMV.	19.383,79
CONSIGNAÇÃO SICOOB	6.490,58	CONSIGNAÇÃO SICOOB	6.490,58
DEPÓSITO JUDICIAL	4.598,81	DEPÓSITO JUDICIAL	4.598,81
DESCONTO PARTICIPAÇÃO UNIMED CONSULTAS	534,85	DESCONTO PARTICIPAÇÃO UNIMED CONSULTAS	534,85
I.N.S.S.	25.257,80	I.N.S.S.	25.813,34
I.R. RETIDO A RECOLHER	747,17	I.R. RETIDO A RECOLHER	917,40
I.R.F. SOBRE O TRABALHO A RECOLHER	38.122,86	I.R.F. SOBRE O TRABALHO A RECOLHER	38.122,86
INSS PENSIONISTA/APOSENTADORIA COMPLEMENTAR	1.952,17	INSS PENSIONISTA/APOSENTADORIA COMPLEMENTAR	1.952,17

B NoPaper | Documento assinado digitalmente - W2N-ZE9-ZKX-N6P
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Data de emissão: 17/06/2024
Exercício de 2024
Período de: Maio à Maio
Despesa: Empenhada

RECEITAS		DESPESAS	
TÍTULOS	Exercício Atual	TÍTULOS	Exercício Atual
ISS RETIDO A RECOLHER	50,99	ISS RETIDO A RECOLHER	2.282,06
SINDICATO DOS SERVIDORES	387,71	SINDICATO DOS SERVIDORES	387,71
SISME/UNIMED	3.240,00	SISME/UNIMED	3.240,00
SALDOS ANTERIORES	**717.872,23**	**SALDOS ATUAIS**	**932.351,13**
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	0,00	CONTAS CORRENTES	0,00
APLICAÇÕES	717.872,23	APLICAÇÕES	932.351,13
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	**1.397.646,42**	**TOTAL**	**1.397.646,42**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE. Emissão: 17/06/2024, às 10:25:36.
Nota(s) Explicativa(s):

SIMONE FRARE BIEGELMEIER
CONTADORA - CRC/SC 41312/O-4

PAULO RICARDO DRUMM
PRESIDENTE DA CÂMARA

Documento assinado digitalmente - W2N-ZE9-ZKX-N6P
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 17/06/2024 às 11:12:03

Assinantes

✓ Simone Frare Biegelmeier

Assinou em 17/06/2024 às 11:12:04 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Simone Frare Biegelmeier, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ Paulo Ricardo Drumm

Assinou em 17/06/2024 às 11:13:18 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Paulo Ricardo Drumm, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

W2N **ZE9** **ZKX** **N6P**

Saudades

Prefeitura

PORTARIA N. 278, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131154

PORTARIA N. 278, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA AUSENTAR- SE DO SERVIÇO PÚBLICO EM VIRTUDE DE FALECIMENTO DE PARENTE DE 1º GRAU E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com a alínea 'b' do inciso III, do art. 97, da Lei Complementar n. 005, de 25 de outubro de 2002;

CONSIDERANDO o pedido para se ausentar, em virtude de falecimento de parente de 1º grau, instruído pela certidão de óbito anexa;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a servidor Natalina Sperotto Badziak, a ausência por 05 (cinco) dias consecutivos dos serviços, em razão de falecimento de parente de 1º grau, a partir do dia 27.06.2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e contém seus efeitos retroativos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 27 junho de 2024.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Schroeder

Prefeitura

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2024 – ESF/SEMSA/PMS

Publicação Nº 6132263

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Senhor Lauro Tomczak, Prefeito do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais torna público o que segue.

1. Divulga-se a CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2024 – ESF/SEMSA/PMS, relacionadas por ordem decrescente da pontuação, constantes no Anexo I.

2. Os recursos quanto a classificação preliminar poderão ser interpostos nos dias 27 de junho a 03 de julho de 2024, conforme o edital.

Schroeder, 27 de junho de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

CARGO: MÉDICO (ESF)								
NOME DO CANDITATO	DATA NASC.	TÍTULO ITEM 1	TÍTULO ITEM 2	TÍTULO ITEM 3	TÍTULO ITEM 4	TÍTULO ITEM 5	PONTUAÇÃO OBTIDA	CLASSIFICAÇÃO
Soniély da Silva Cabreira	22/05/1992	2	1	6	1	10	20	1º
Katiane Souza Benicio	12/10/1989	2	1	6	1	10	20	2º
Isabela Mara Campos	13/03/1986	2	1	6	1	10	20	3º
Bruna Oliveira Paniago Barroso	02/06/1995	2		6	1	10	19	4º
Abdul Amir Hassan Yassine	10/02/1987	2		6	1	10	19	5º
Gabriel Garland Meyer	06/06/1980			6	1	10	17	6º
Roberto Misahel do Amaral	01/11/1988			6	1	10	17	7º
Kelen Marques San Martins	06/12/1978		1	6		10	17	8º
Camilla Nogueira Cardin	25/02/1984			6	1	10	17	9º
Michel James da Silva Brito	04/02/1982	2		3	1	10	16	10º
Claudia Patricia da Silva Pereira	06/08/1972	2	1	6	1	5	15	11º
Maria Guadalupe Bauta Valdivia	19/07/1980	2	1	6	1	5	15	12º
Irondi Bittencourt Martins	21/02/1953	2	1		1	10	14	13º
Marilice de Guadalupe Silva	17/06/1962	2	1		1	10	14	14º
Willian Antonio Cabral da Silva	29/11/1991	2		6	1	5	14	15º
Flávio Oliveira Soares	05/03/1995	2		6	1	5	14	16º

Daniel Martins Ferreira	17/04/1979	2		6	1	5	14	17º
Vivian Lima Santos	04/01/1995	2		6	1	5	14	18º
Caroline Sarmento Rego	21/08/1981	2		6	1	5	14	19º
Adilson Freitag	29/01/1985	2		6	1	5	14	20º
José Erivaldo Teixeira Junior	27/01/1986			3	1	10	14	21º
Maykon Luiz Reberte Cunha Rossi	24/07/1992			3	1	10	14	22º
Ana Paula Affonso Gomes	03/05/1982	2	1		1	10	14	23º
Flávia Albuquerque Ferreira	17/12/1989		1	6	1	5	13	24º
Marcone Leonardo Ferreira	08/10/1972		1	6	1	5	13	25º
Renato Vieira Ferreira Bittencourt	22/08/1975		1	6	1	5	13	26º
Juliana Harumi Sato	05/09/1988	2			1	10	13	27º
Mirna Isabel Cano Aquino	05/07/1978			6	1	5	12	28º
Maria Carolina Albino Patino	25/04/1994			6	1	5	12	29º
Loisilene Dantas da Silva	09/12/1996			6	1	5	12	30º
Francis Vinicius Bacchini Francisco	23/02/1982			6		5	11	31º
Lenise Fernandes Sampaio Cruz	13/08/1984	2		3	1	5	11	32º
Andre Luis Vieira Sampaio	19/12/1986	2		3	1	5	11	33º
Aline Roberta de Jesus Melo	13/06/1982	2	1	6	1		10	34º
Juliana Cuchi	28/09/1978	2	1	6	1		10	35º
Alexandre Felicio De Campos	09/10/1990		1	3	1	5	10	36º
Rafaela da Silva Oliveira	24/11/1989					10	10	37º
Caroline Mendes Dal Santi	08/11/1983	2		6	1		9	38º
Thiago Penno Haeffner	16/11/1992	2		6	1		9	39º
Carolina Aguiar Sucha Souza	14/07/1990	2		6	1		9	40º
Luan Antonio Biesek	03/09/1994	2		6	1		9	41º
Caroline Carbonera	06/07/1995	2		6	1		9	42º
Laender Goncalves Sena	21/03/1990	2		6	1		9	43º
João Paulo Duarte da Cruz	08/02/1979	2		6	1		9	44º
Gabriel Werner Pereira	06/11/1995	2		6	1		9	45º
Marlin Yuderglysh Medina Castillo Nunes	09/04/1993	2		6	1		9	46º
Diogenes Rossi	20/07/1988	2		6	1		9	47º

Bruno Buss Gesser	08/04/1997	2		6	1		9	48º
Breno Valois Pereira De Brito	17/06/1994	2		6	1		9	49º
Alysson Madruga de Liz	16/06/1996	2		6	1		9	50º
Mario Henrique Quim Ferreira	13/06/1991		1	3		5	9	51º
Rudinei Xavier de Gusmão	01/09/1967	2	1		1	5	9	52º
Luan Lourenco Gomes Melo	22/03/1994	2	1		1	5	9	53º
Juliana Almeida Lobato	11/03/1995		1	6	1		8	54º
Jose Carlos Wingeter Neto	06/06/1981	2		6			8	55º
Dennis Vizcaino Cedeno	23/12/1988	2		6			8	56º
Mayara Cardoso	18/09/1992	2		6			8	57º
Cloves Domingos Rufino	18/08/1992		1	6	1		8	58º
Bruna Mendes de Souza Shimoya Belém	19/12/1979	2			1	5	8	59º
Monica Flavia Imroth	26/09/1986	2			1	5	8	60º
Gabriel Palomares Garcia	06/04/1998			6	1		7	61º
Pâmela da Silva Dunker	01/10/1993			6	1		7	62º
Giovanna Paes Domingues	23/12/2000			6	1		7	63º
Bianca de Assunção Colaça	22/02/1996			6	1		7	64º
Urbano Borges Martins Terceiro	05/04/1996			6	1		7	65º
Évellyn Raquel Ferreira Machado	25/03/1997			6	1		7	66º
Gildenio Lucio de Souza	07/06/1971			6	1		7	67º
Bruna Andrade Santos	28/01/1999			6	1		7	68º
Eduardo Carneiro Dias	03/05/1996			6	1		7	69º
Fernanda de Abreu	23/01/1997			6	1		7	70º
Amanda Peracchi Schneider	27/01/1999			6	1		7	71º
Elisa Honorato Valerim	23/06/2000			6	1		7	72º
Flavia Sehnem Mota	07/01/1996			6			6	73º
Audryelle Pinheiro Dos Santos	08/05/1998	2		3	1		6	74º
Isabela de Lima Derner	27/08/1999			6			6	75º
Juliane Kate Rodrigues	22/10/1997			6			6	76º
Mariana Apolinário Fernandes	05/11/1997			6			6	77º

Jilvani Farias dos Santos	20/08/1993			6			6	78º
Fernando Denardi Cibulski	15/10/1990	2		3	1		6	79º
Tamara Ferreira Santos	25/06/1991	2		3	1		6	80º
Matheus Ribeiro Peixoto de Oliveira Rocha	31/05/1995	2		3	1		6	81º
Amanda Natiely Ruon	15/10/1996	2		3	1		6	82º
Fabio Rogerio Iglesias Rosa	07/02/1974				1	5	6	83º
Janaina Izoli Amaral	02/02/1983				1	5	6	84º
Anelise Andrade Da Rosa	25/10/1990				1	5	6	85º
Brennda Enis Gasques Almeida	11/04/1995		1	3	1		5	86º
Joao Matioski Neto	30/05/1955	2	1		1		4	87º
Marília Leite de Castro Flores	18/06/1998			3	1		4	88º
Thiago Antunes Araujo	18/02/1984			3	1		4	89º
Andre Lucas Silva de Paula	03/08/1997			3	1		4	90º
Bianca Castanho da Rocha	05/10/1995			3	1		4	91º
Luciana Nolasco Vieira	21/03/1978	2	1		1		4	92º
Almoraci da Silva Algarve	10/01/1948	2			1		3	93º
Rafael Farias Turnes	22/03/2000			3			3	94º
Melisse Lice Torres Cunha	19/12/1992			3			3	95º
Cláudia Fernanda Garcez Fernandes	03/11/1997			3			3	96º
Sara de Siqueira Bezerra	13/11/1974	2			1		3	97º
Loide Queiroz Ferreira	14/12/1975	2			1		3	98º
Gabriela Cadaval Coletto	09/08/1992	2			1		3	99º
Jessica March Heidemann	18/11/1994	2			1		3	100º
Suzane da Silva Cabral	02/12/1994	2			1		3	101º
Mariana Mesko da Fonseca Lubbe	04/05/1995	2			1		3	102º
Leticia Zunino da Silva	27/01/1997	2					2	103º
Ana Beatriz Brito de Sousa	13/03/1997	2					2	104º
Isabela Macedo Ribas	24/09/1997	2					2	105º
Marcos Joan Ferreira de Oliveira Lima	15/06/1973				1		1	106º
Leandro da Rocha	28/09/1977				1		1	107º

Luiz Leite Bringel Neto	08/03/1980				1		1	108º
Raimundo Renato Ramos de Araujo	26/04/1980				1		1	109º
German Chaname Tello	18/03/1983				1		1	110º
Andre Renan Gadotti	25/01/1991				1		1	111º
Joanilson Andrade Freire Junior	28/07/1991				1		1	112º
Gilberto Francisco Carvalho Junior	22/08/1992				1		1	113º
Laynne Lorrane Santos	11/03/1995				1		1	114º
Edoardo Gabriele de Filippo	31/10/1995				1		1	115º
Thaina Emanuely da Silva Luquini	14/01/1996				1		1	116º
Amanda Claro de Almeida	18/02/1997				1		1	117º
Bruna Gustmam	22/10/1997				1		1	118º
Júlia Bertelli	22/04/1998				1		1	119º
Gabriela Vequi	21/08/1998				1		1	120º
Maria Luisa Colpini Meurer	31/08/1998				1		1	121º
Christie Klussner Rosa	03/02/1999		1				1	122º
João Pedro Espíndola Gomes	31/05/1999				1		1	123º
João Gonçalves Simões Filho	05/07/1999				1		1	124º
Vinicius Hornburg Santestevan	06/01/2000				1		1	125º
Suélem Renata Winckler Batistella	06/09/2000				1		1	126º

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2024 – ESF/SEMSA/PMS

Publicação Nº 6132251

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Senhor Lauro Tomczak, Prefeito do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais torna público o que segue.

1. Divulga-se a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2024 – ESF/SEMSA/PMS, relacionadas por ordem alfabética.

2. No Anexo I, a relação das inscrições deferidas e no Anexo II, a relação dos inscrições indeferidas.

Schroeder, 27 de junho de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: MÉDICO (ESF)	
NOME DO CANDIDATO	DATA NASCIMENTO
Abdul Amir Hassan Yassine	10/02/1987
Adilson Freitag	29/01/1985
Alexandre Felicio de Campos	09/10/1990
Aline Roberta de Jesus Melo	13/06/1982
Almoraci da Silva Algarve	10/01/1948
Alysson Madruga de Liz	16/06/1996
Amanda Claro de Almeida	18/02/1997
Amanda Natiely Ruon	15/10/1996
Amanda Peracchi Schneider	27/01/1999
Ana Beatriz Brito de Sousa	13/03/1997
Ana Paula Affonso Gomes	03/05/1982
Andre Lucas Silva de Paula	03/08/1997
Andre Luis Vieira Sampaio	19/12/1986
Andre Renan Gadotti	25/01/1991
Anelise Andrade da Rosa	25/10/1990
Audryelle Pinheiro dos Santos	08/05/1998
Bianca Castanho da Rocha	05/10/1995
Bianca de Assunção Colaça	22/02/1996
Brennda Enis Gasques Almeida	11/04/1995
Breno Valois Pereira de Brito	17/06/1994
Bruna Andrade Santos	28/01/1999
Bruna Gustmam	22/10/1997
Bruna Mendes de Souza Shimoya Belém	19/12/1979
Bruna Oliveira Paniago Barroso	02/06/1995
Bruno Buss Gesser	08/04/1997
Camilla Nogueira Cardin	25/02/1984
Carolina Aguiar Sucha Souza	14/07/1990
Caroline Carbonera	06/07/1995
Caroline Mendes dal Santi	08/11/1983
Caroline Sarmento Rego	21/08/1981
Christie Klussner Rosa	03/02/1999
Cláudia Fernanda Garcez Fernandes	03/11/1997
Claudia Patricia da Silva Pereira	06/08/1972
Cloves Domingos Rufino	18/08/1992
Daniel Martins Ferreira	17/04/1979
Dennis Vizcaino Cedeno	23/12/1988
Diogenes Rossi	20/07/1988
Edoardo Gabriele de Filippo	31/10/1995
Eduardo Carneiro Dias	03/05/1996
Elisa Honorato Valerim	23/06/2000
Évellyn Raquel Ferreira Machado	25/03/1997
Fabio Rogerio Iglesias Rosa	07/02/1974
Fernanda de Abreu	23/01/1997
Fernando Denardi Cibulski	15/10/1990
Flávia Albuquerque Ferreira	17/12/1989
Flavia Sehnem Mota	07/01/1996

Flávio Oliveira Soares	05/03/1995
Francis Vinicius Bacchini Francisco	23/02/1982
Gabriel Garland Meyer	06/06/1980
Gabriel Palomares Garcia	06/04/1998
Gabriel Werner Pereira	06/11/1995
Gabriela Cadaval Coletto	09/08/1992
Gabriela Vequi	21/08/1998
German Chaname Tello	18/03/1983
Gilberto Francisco Carvalho Junior	22/08/1992
Gildenio Lucio de Souza	07/06/1971
Giovanna Paes Domingues	23/12/2000
Irondi Bittencourt Martins	21/02/1953
Isabela de Lima Derner	27/08/1999
Isabela Macedo Ribas	24/09/1997
Isabela Mara Campos	13/03/1986
Janaina Izoli Amaral	02/02/1983
Jessica March Heidemann	18/11/1994
Jilvani Farias dos Santos	20/08/1993
Joanilson Andrade Freire Junior	28/07/1991
João Gonçalves Simões Filho	05/07/1999
Joao Matioski Neto	30/05/1955
João Paulo Duarte da Cruz	08/02/1979
João Pedro Espíndola Gomes	31/05/1999
Jose Carlos Wingeter Neto	06/06/1981
José Erivaldo Teixeira Junior	27/01/1986
Júlia Bertelli	22/04/1998
Juliana Almeida Lobato	11/03/1995
Juliana Cuchi	28/09/1978
Juliana Harumi Sato	05/09/1988
Juliane Kate Rodrigues	22/10/1997
Katiane Souza Benicio	12/10/1989
Kelen Marques San Martins	06/12/1978
Laender Goncalves Sena	21/03/1990
Laynne Lorrane Santos	11/03/1995
Leandro da Rocha	28/09/1977
Lenise Fernandes Sampaio Cruz	13/08/1984
Leticia Zunino da Silva	27/01/1997
Loide Queiroz Ferreira	14/12/1975
Loisilene Dantas da Silva	09/12/1996
Luan Antonio Biesek	03/09/1994
Luan Lourenco Gomes Melo	22/03/1994
Luciana Nolasco Vieira	21/03/1978
Luiz Leite Bringel Neto	08/03/1980
Marcone Leonardo Ferreira	08/10/1972
Marcos Joan Ferreira de Oliveira Lima	15/06/1973
Maria Carolina Albino Patino	25/04/1994
Maria Guadalupe Bauta Valdivia	19/07/1980
Maria Luisa Colpini Meurer	31/08/1998
Mariana Apolinário Fernandes	05/11/1997
Mariana Mesko da Fonseca Lubbe	04/05/1995

Marília Leite de Castro Flores	18/06/1998
Marilice de Guadalupe Silva	17/06/1962
Mario Henrique Quim Ferreira	13/06/1991
Marlin Yuderglysh Medina Castillo Nunes	09/04/1993
Matheus Ribeiro Peixoto de Oliveira Rocha	31/05/1995
Mayara Cardoso	18/09/1992
Maykon Luiz Reberte Cunha Rossi	24/07/1992
Melisse Lice Torres Cunha	19/12/1992
Michel James da Silva Brito	04/02/1982
Mirna Isabel Cano Aquino	05/07/1978
Monica Flavia Imroth	26/09/1986
Pâmela da Silva Dunker	01/10/1993
Rafael Farias Turnes	22/03/2000
Rafaela da Silva Oliveira	24/11/1989
Raimundo Renato Ramos de Araujo	26/04/1980
Renato Vieira Ferreira Bittencourt	22/08/1975
Roberto Misahel do Amaral	01/11/1988
Rudinei Xavier de Gusmão	01/09/1967
Sara de Siqueira Bezerra	13/11/1974
Soniély da Silva Cabreira	22/05/1992
Suélem Renata Winckler Batistella	06/09/2000
Suzane da Silva Cabral	02/12/1994
Tamara Ferreira Santos	25/06/1991
Thaina Emanuely da Silva Luquini	14/01/1996
Thiago Antunes Araujo	18/02/1984
Thiago Penno Haeffner	16/11/1992
Urbano Borges Martins Terceiro	05/04/1996
Vinicius Hornburg Santestevan	06/01/2000
Vivian Lima Santos	04/01/1995
Willian Antonio Cabral da Silva	29/11/1991

ANEXO II
RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

CARGO: MÉDICO (ESF)

NOME DO CANDIDATO	DATA NASCIMENTO
Adailton Araújo dos Santos	21/10/1984
Army Mayr Cardoso *	09/01/1992
Bruna Pereira Padilha	01/06/1997
Camila Schultz Klitzke	01/08/1999
Cibele Silveira	09/02/1989
Cléverton Camilo De Assis	30/11/1992
Diego Amadori Flores	14/01/1997
Eduardo Hideki Takahashi	24/11/1999
Gabriel De Oliveira Franco	13/11/1998
Gabriela Fabricio	05/11/1997
Guilherme Napp Pertile	19/02/1998
Gustavo Araujo De Almeida	08/05/1977
Gustavo Israel Horácio Pereira Da Silva	04/11/1996
Igor Bruno Chinato	22/03/1980
Isaac Barjona Valenzuela Miranda	19/12/1986

Josieli De Oliveira	24/11/1991
Ketlyn Letícia Grando Castaldello	19/03/1999
Luiz Mauricio Carminatti Osellame	02/09/1993
Magda Sampaio Mota	02/02/1988
Mário Nogueira Miqueletti	16/05/1994
Paola Caroline Rodermel	17/09/1998
Rafaela Cristina Bof	13/07/2000
Renata Krein Antunes	10/09/1999
Rodrigo Rodrigues Fernandes	31/08/1995
Samuel Dos Santos Bueno	02/01/1999
Valeria Gamboa Alvarez	20/03/1997
Valeska Burgel Dos Santos	25/12/1999

* PCD

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2024-PMS

Publicação Nº 6132053

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 22/2024-PMS
Pregão Eletrônico nº. 11/2024-PMS
Processo nº. 54/2024-PMS

O **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro. Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina neste ato representado pelo neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Lauro Tomczak**, no uso da atribuição que lhe confere poderes, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/2024-PMS, processo administrativo n.º 54/2024-PMS, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 6.178/2023, de 29 de março de 2023, demais legislação aplicável e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de “coffee break”, lanches prontos e itens para preparação de lanches para serem servidos em cursos, eventos e palestras das secretarias solicitantes do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 11/2024-PMS, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Fornecedor: TH7 SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 44.830.963/0001-98, Rua dos Caçadores, 440, sala 02, Bairro Velha, Blumenau-SC. Contato: (47) 3041-9791/ (47) 99224-9968. E-mail: ceo@th7solucoes.com.br . Representante: Viviane Caitano

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE UNITÁRIA	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Bolos doces diversos servidos fatiados em forma de 40x60cm (tipos de bolos: nega maluca; toalha felpuda; bolo de aipim com coco; bolo de amendoim; bolo de cenoura; etc.).	257	128,00	32.896,00
2	Café pronto sem açúcar, servido em garrafa térmica.	530	11,00	5.830,00
3	Cuca no tamanho mínimo 40x60cm, com cobertura de banana com farofa, abacaxi ou morango. -	187	100,00	18.700,00
4	Leite integral longa vida fervido,servido em garrafa térmica	140	7,00	980,00
5	Lua de mel (mini sonho recheado com creme de baunilha envolto com coco ralado) com no mínimo 30gr	2090	2,40	5.016,00
6	Mini folhados (frango, presunto com tomate e cebola, presunto e queijo) com no mínimo 25g cada. -	1890	2,03	3.836,70
7	Mini pão de queijo com no mínimo 25 g cada. - Mini pão de queijo com no mínimo 25 g cada.	1840	1,53	2.815,20
8	Mini salgadinhos (risoles de frango, risoles de palmito, risoles de carne, coxinha de frango, bolinha de queijo, pasteizinhos de frango e pasteizinhos de carne).	4850	1,13	5.480,50
9	Mini sanduíches com patê de frango, alface, cenoura e queijo	2640	2,25	5.940,00
10	Pão caseiro fatiado (no mínimo 17 fatias)c/presunto e queijo	284	35,50	10.082,00
11	Pão caseiro fatiado (no mínimo 17 fatias) com patê de frango	165	31,00	5.115,00
12	Pão caseiro fatiado (no mínimo 17 fatias) com sardinha e ovo	70	40,00	2.800,00
13	Refrigerante sabor coca em embalagem pet com no mínimo 2 litros	185	13,00	2.405,00
14	Refrigerantes sabores diversos em embalagem pet com no mínimo 2 litros	175	11,00	1925,00

15	Sanduíche integral de queijo, presunto, alface e tomate. Deve conter: duas fatias de pão integral, com casca fina, maciam e grande quantidade de miolo, com peso médio de 25g por fatia; uma fatia de queijo tipo “minas frescal” com peso médio de 30g; uma fatia de presunto suíno cozido com peso médio de 30g, sem capa de gordura, com no máximo 1g de gordura total por fatia; alface o suficiente para cobrir toda uma fatia do pão; 2 rodelas de tomate. O queijo e o presunto devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não devem ter consistência pegajosa, devem ser isentos de manchas esverdeadas, sujidades, parasitas e larvas. O queijo e o presunto utilizados devem ter certificado de inspeção sanitária. O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. A alface e o tomate devem estar livres de defeitos e de apodrecimento, ausentes de sujidades, enfermidades, insetos, parasitas e larvas, com aroma, sabor e cor próprios da espécie e variedade. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso total médio do lanche: 150g/ unidade.	530	7,00	3.710,00
16	Salada de frutas com canela. Deve conter: no mínimo três tipos de frutas diferentes, cortadas em cubos ou rodelas, sem adição de açúcar ou outro adoçante natural ou artificial, polvilhadas com canela em pó, sendo que neste último ingrediente também não deve haver adição de açúcar. As frutas devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, devem ser isentas de sujidades, parasitas e larvas. A salada de frutas deve vir em embalagem plástica fechada. Peso líquido: 80g.	3190	3,83	12.217,70
17	Pastelão de verduras com farinha de trigo, fermento químico, sal, óleo de soja, água, cenoura, brócolis, chuchu	20kg	42,00	840,00
18	Pastelão de frango e milho verde com farinha de trigo, fermento químico, sal, óleo soja e água.	43kg	43,50	1.870,50

19	Mini cachorro quente com pão integral, com meia salsicha de frango pronto para servir, com no mínimo 50 gr.	250	2,75	687,50
20	Barra de cereal com os seguintes ingredientes: flocos de arroz, aveia em flocos, sementes de gergelim e água, podendo conter frutas secas, tais como castanha, banana ou uva passas, isento de açúcar ou outro adoçante, 25gr.	300	2,97	891,00
21	Leite semi desnatado longa vida fervido, servido em garrafa térmica. 1 litro.	340	7,90	2.686,00
22	Suco de frutas natural em caixa. Deve estar dentro do prazo de validade. Peso líquido: 1 litro.	1043	9,00	9.387,00
23	Gelo em cubo pacote de 1 kg.	46	5,25	241,50
24	Adoçante dietético líquido. 100 ml	26	6,49	168,74
25	Água mineral sem gás. 1 Litro	405	6,00	2.430,00
26	Mini cachorro quente com pão com pão normal, com meia salsicha pronto para servir, com no mínimo 50 gr.	1350	2,75	3.712,50
27	Suco de uva tinto, sem adição de açúcar, sem conservantes, não fermentado, não alcoólico. 4,5 litros	40	50,00	2.000,00

28	Sanduíche 7 grãos de patê de frango com alface. Deve conter:1 pão com farinha "7 grãos" em formato cilíndrico/hambúrguer com 8 cm de diâmetro aproximadamente, com casca fina, macia e grande quantidade de miolo, com peso médio de 50g; patê de frango preparado com os seguintes ingredientes: frango cozido e desfiado, maionese, cenoura ralada e tomate em cubos, podendo conter outras hortaliças. O frango deve ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser isento de manchas, sujidades e parasitas. O frango utilizado deve ter certificado de inspeção sanitária. O pão deve ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. Deve conter também, ½ folha de alface. A alface deve estar livre de defeitos e de apodrecimentos, ausente de sujidades, enfermidades, insetos, parasitas e larvas, com aroma, sabor e cor próprios da espécie e variedade. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 90 a 100g/unidade.	2200	9,13	20.086,00
29	Folhado integral com chia e recheio de frango. A massa deve ser feita com farinha de trigo, margarina vegetal, sal, fermento biológico, água e chia. O frango deve ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser isento de manchas, sujidades e parasitas. O frango utilizado deve ter certificado de inspeção sanitária. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 75g/unidade.	950	7,00	6.650,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

30	Cuca com cobertura de banana ou morango com farofa e chia. Deve conter: farinha "7 grãos", farinha de trigo, açúcar, óleo de soja, leite, margarina vegetal, ovos, baunilha, fermento biológico, banana ou morango in natura e chia. As frutas utilizadas devem ser maduras, ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, devem ser isentas de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio da fatia: 90 a 100g/ fatia e medida de 10cm x 5cm	2102	3,00	6.306,00
31	Esfiha integral com linhaça e recheio de legumes. A massa deve ser feita com farinha "7 grãos" farinha de trigo, açúcar, amido de milho, margarina vegetal, ovos, sal, fermento químico, água e linhaça. O recheio será de legumes variados. As verduras devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, devem ser isentas de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 85g/ unidade. -	2300	6,80	15.640,00
32	Água de coco esterilizada. Sem glúten. Não alcoólico. Não fermentado. Embalagem tipo tetra pak de 1 litro.	40	14,50	580,00
33	Bebida láctea uht sabor chocolate, embalagem tetra pak, 1 litro. Composição: leite integral reconstituído, açúcar, soro de leite em pó, cacau, gordura, vegetal hidrogenada; extrato de malte, vitaminas c, a e ácido fólico, sal, espessantes, goma guar e carragena, estabilizantes: mono e diglicerideos de ácidos graxos, citrato de sódio e lecitina de soja, aromatizante. Contém glúten	320	8,50	2.720,00
34	Café tradicional torrado e moído, produto de 1º qualidade; não contém glutem e gordura saturada; embalagem aluminizada contendo 500gr á alto vácuo e caixa protetora da embalagem aluminizada; selo de pureza emitido pela associação brasileira da industria do café (abic)	20	21,49	429,80
35	Leite em pó integral instantâneo, embalagem: lata rotulada com papel impresso, enriquecido com vitaminas a, c e d, ferro, peso líquido 400g, validade embalagem fechada no mínimo de 180 dias	21	20,50	430,50

36	Leite uht integral líquido, estabilizantes (citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e trifosfato de sódio). Não contém glúten. Embalagem longa vida (tetra park) com 01 litro. Validade embalagem fechada 120 dias	35	5,60	196,00
37	Suco de fruta 100 % integral, sabor laranja. Sem adição de açúcar e conservantes. Garrafa de 4l.	23	44,00	1.012,00
38	Biscoito recheado sabor chocolate, formato quadrado, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, óleo vegetal, minerais (carbonato de cálcio e sulfato de zinco), amido de milho resistente, sal, amido, fermentos químicos bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato dissódico, aromatizantes, emulsificantes lecitina de soja, ésteres de mono e diglicerídeos de ácido graxos com ácido diacetil tartárico e mono e diglicerídeos de ácidos graxos, acidulante ácido cítrico, corante caramelo iii e corantes naturais carmim e clorofila cúprica e glúten. Embalagem de 130 gr.	110	3,80	418,00
39	Biscoito salgado, embalagem 156g, com 6 unidades de 26g cada pacote (3 biscoitos). Sabores: bacon, queijo, pizza, presunto, tradicional. 0% de gordura trans na porção. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: fosfato monocálcico , bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio. Contém glúten.	180	7,80	1.404,00
40	Biscoito tipo amanteigado sabor chocolate, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, cacau em pó, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, corante natural caramelo, fermentos químicos: bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio, acidulante ácido láctico, aromatizante e melhorador de farinha metabissulfeto de sódio. Embalagem de 330gr com 4 pacotes internos	20	10,80	216,00
41	Cachorro quente com pão de cachorro quente, com molho de tomate e salsicha de frango pronto para servir, com no mínimo 100gr.	650	5,00	3.250,00

42	Rosca ou bolinhas de polvilho, sabor tradicional, contendo polvilho azedo, sal, água, gordura vegetal, ovos e açúcar. Não contendo glúten, lactose, iodo, gordura trans e conservantes. Validade de no mínimo 4 meses a partir da data de fabricação. Embalagem de 82g.	40	7,75	310,00
43	Hamburgão com massa de farinha de trigo branca, fermento fresco,sal,água e recheio um hamburguer de carne bovina,uma fatia de queijo,uma fatia de presunto,requeijão e tomate. 200g/unidade -	300	9,00	2.700,00
44	Pão de queijo, tipo mineirinho, com no mínimo 25g -	3864	2,40	9.273,60
45	Biscoito doce, sabor chocolate, embalagem plástica com 335g. Composição: farinha de trigo, enriquecido com ferro e acido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, cacau, sal, corante natural, caramelo, fermentos químicos: bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônia, estabilizante de soja. Contém glúten. Informação nutricional: porção de 30g (6 biscoitos).	10	12,00	120,00
46	Barra de frutas, embalagem unitária com no mínimo 22g, rico em fibras, light. Sabores: banana com cobertura de chocolate branco e banana com cobertura de chocolate preto (podendo variar o sabor). Composição: banana passa, sem adição de açúcar (edulcorantes naturais, maltitol, emulsificantes, lectina de soja, poliglicerol, polirricinoleato ou ísfer de poliglicerol com ácido ricinoleico, interesterificado e aroma idêntico ao natural) gordura de palma, emulsificante, lectina de soja. Contém glúten.	450	3,40	1.530,00
47	Esfiha fechada assada, com recheio de frango desfiado ou carne ou salsicha, ou tomate com cebola e presunto. A massa deve ser feita com farinha de trigo branco. Os ingredientes utilizados no preparo devem ter aspecto próprio, cor própria, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser ausente de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso total: 80g/ unidade.	580	6,80	3.944,00

48	Pirulito com sabor artificial de fruta, no formato redondo, pacote com 50 unidades. - Pirulito com sabor artificial de fruta, no formato redondo, pacote com 50 unidades.	10	26,00	260,00
49	Bala de fruta, dura, obtido da pasta de açúcar fundido, ausentes de sujidades, parasitos e larvas, com cor, odor e sabor próprios, acondicionado de forma adequada. Pacote com no mínimo 500g	14	12,80	179,20
50	Bala de goma, macia, sabor de frutas, obtida da pasta de açúcar fundido, através do processo tecnológico adequado, a partir de matéria prima limpa, isento de sujidades, parasitos e larvas, com cor, odor e sabor próprios, acondicionado de forma adequada, embalado em saco com no mínimo 500g.	14	15,00	210,00
51	Bombom, produto de primeira qualidade constituído por massa de chocolate ou por um núcleo formado de recheios diversos, elaborados com sementes oleaginosas, açúcar, leite, manteiga, cacau e outras substâncias alimentícias, recobertos por uma camada de chocolate. Acondicionado em embalagem plástica de 1 kg contendo 48 unidades. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	21	70,50	1.480,50
52	Milho de pipoca, produto proveniente de matéria-prima de boa qualidade. Acondicionado em embalagem plástica de 500 gramas, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	30	7,00	210,00
53	Pacote pipoca pronta, salgada, em saquinhos de plástico, com mínimo de 150 gramas.	400	2,00	800,00
54	Amendoim cru vermelho, pacote com 500g: tipo1, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, embalagem plástica de 500g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	15	14,00	210,00
55	Biscoito integral tipo cracker, elaborado com farinha de trigo integral orgânica e 7 grãos integrais, como sementes de linhaça e chia. Pacote com 130g	25	11,00	275,00
56	Açúcar cristal de origem vegetal, cor branca, embalagem de 5kg	5	27,50	137,50

57	Açúcar refinado especial, cor branca, embalagem de 5kg	7	27,50	192,50
58	Pastelão Pizza - farinha de trigo, ovos, leite, fermento químico, óleo de soja, sal, orégano, queijo mussarela, presunto, tomate e cebola	10kg	44,00	440,00

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Schroeder

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado.

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4, do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7. e 11.1.8. deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4. Multa: conforme item 12.4 do edital.

9.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9.14. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.15. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.16. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Schroeder/SC, 27 de junho de 2024.

TH7 SOLUCOES COMERCIAIS LTDA
44.830.693/0001-98

LAURO TOMCZAK
Prefeito do Município de Schroeder/SC

CONTRATO 63/2024-PMS

Publicação Nº 6132900

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CONTRATO

Contrato nº. 63/2024-PMS
Pregão Eletrônico nº. 10/2024-PMS
Processo nº. 53/2024-PMS

Termo de contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC**, e a empresa **MELIM COMERCIAL LTDA**, tendo por objeto a aquisição de "Cadeira Parapodium Infantil" para o Jardim de Infância Pingo de Gente.

Pelo presente instrumento contratual que firmam o **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro. Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Lauro Tomczak**, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa **MELIM COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 49.608.132/0001-90, estabelecida na Rua Capitão Adolfo G. Andrade, 88, Bairro Centro, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88304-020, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **Luciana Melim G. de Carvalho**, inscrito no CPF sob o nº. 021.170.127-01, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 10/2024-PMS, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a aquisição de "Cadeira Parapodium Infantil" para o Jardim de Infância Pingo de Gente.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	ESTABILIZADOR PARAPODIUM INFANTIL DE MADEIRA - DESCRIÇÕES DE ACORDO COM AS ORIENTAÇÕES DA FISIOTERAPEUTA DA APAE (DOCUMENTO ANEXO)	1	Unidade	2.200,00	2.200,00
				TOTAL R$	**2.200,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência e Pasta Técnica;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta do contratado;

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Pasta Técnica, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024, contado a partir da assinatura deste termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1.O valor total da contratação é de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do serviço, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

6.1.1. - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. O pagamento será efetuado em nome da licitante na conta bancária especificada na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

6.1.3. Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidas no Termo de Referência

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Pasta Técnica;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência e Pasta Técnica.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4, do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7. e 11.1.8. deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2., 11.1.3. e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa, conforme item 9.4 do edital

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.6. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.7.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

12.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.19.3. Indenizações e multas.

12.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do exercício de 2024, fonte Dotação: 296 (4.4.90.52).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Schroeder, 27 de junho de 2024.

CONTRATADA:

MELIM COMERCIAL LTDA
49.608.132/0001-90

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Vinícius Casanova Oliveira
CPF nº. 007.455.671-18

2ª _____
Nome: Lilian Darlene Madeira de Oliveira
CPF nº. 000.971.020-59

Rua: Marechal Castelo Branco, nº 3.201 - Fone: (47) 3374-6500 – CEP: 89.275-000 – SCHROEDER/SC
prefeitura@schroeder.sc.gov.br - http://www.schroeder.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO CC 12.2024-PMS

Publicação Nº 6132203

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09 **Telefone:** (47) 3374-6500
Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro
CEP: 89275-000 - Schroeder

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
Nr.: 12/2024

Processo Adm.: **35/2024**
Data do Processo: **07/05/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 35/2024
b) Nr. Licitação: 12/2024 - CE
c) Modalidade: Concorrência eletrônica
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Contratação de empresa especializada em gestão patrimonial, visando o cumprimento das exigências legais, sobretudo as Normas brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no que tange aos serviços técnicos especializados em gestão patrimonial para reorganização, reclassificação e avaliação dos bens móveis, veículos, máquinas, implementos e demais bens móveis do ativo permanente da Prefeitura de Schroeder e suas entidades em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública*

Participante: DIMENSAO CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Realização de treinamento e capacitação com o pessoal do Compras, patrimônio e contabilidade, a fim de criar rotina e fluxo de movimentação (aquisição, liquidação e registro patrimonial) dos bens patrimoniais; - Assessoria e consultoria para elaboração e proposta de normas e instrumentos de controle de Gestão Patrimonial; -Conferência, Localização e Identificação física dos bens (colocação de placas/Etiquetas fornecidas pelo Município), remoção de placas/etiquetas antigas. - Registro Fotográfico dos bens; - Avaliação e definição de nova vida útil dos bens; - Classificação ou reclassificação contábil; - Avaliação/Reavaliação de bens móveis do ativo permanente, demonstrando em planilha a individualização de cada bem com o valor anterior e o reavaliado; - Fornecimento de relatório analítico e sintético demonstrando as perdas e os ganhos com a avaliação/reavaliação, por classificação contábil; - Conciliação Contábil e patrimonial; - Saneamento e cotejamento de bens; -Configuração do sistema de patrimônio; - Cadastro, Digitação e preparação de planilha para importação/exportação para o sistema de patrimônio usado pelo Município de acordo com as instruções da empresa; - Elaboração de Livro de Inventário de	1,000	UN	54.724,23	54.724,23

Atualização e Patrimonial com o Laudo de Avaliação/Reavaliação Contábil);
- Assessoria e Consultoria para a realização dos ajustes contábeis e Elaboração de Notas Explicativas;
-Elaboração de minutas de atas, portaria e decretos relacionados aos serviços executados. - Realização de treinamento e capacitação com o pessoal do Compras, patrimônio e contabilidade, a fim de criar rotina e fluxo de movimentação (aquisição, liquidação e registro patrimonial) dos bens patrimoniais;
- Assessoria e consultoria para elaboração e proposta de normas e instrumentos de controle de Gestão Patrimonial;
-Conferência, Localização e Identificação física dos bens (colocação de placas/Etiquetas fornecidas pelo Município), remoção de placas/etiquetas antigas.
- Registro Fotográfico dos bens;
- Avaliação e definição de nova vida útil dos bens;
- Classificação ou reclassificação contábil;
- Avaliação/Reavaliação de bens móveis do ativo permanente, demonstrando em planilha a individualização de cada bem com o valor anterior e o reavaliado;
- Fornecimento de relatório analítico e sintético demonstrando as perdas e os ganhos com a avaliação/reavaliação, por classificação contábil;
- Conciliação Contábil e patrimonial;
- Saneamento e cotejamento de bens;
-Configuração do sistema de patrimônio;
- Cadastro, Digitação e preparação de planilha para importação/exportação para o sistema de patrimônio usado pelo Município de acordo com as instruções da empresa;
- Elaboração de Livro de Inventário de Atualização e Patrimonial com o Laudo de Avaliação/Reavaliação Contábil);
- Assessoria e Consultoria para a realização dos ajustes contábeis e Elaboração de Notas Explicativas;
-Elaboração de minutas de atas, portaria e decretos relacionados aos serviços executados.

Total do Participante: **54.724,23**

Total Geral: **54.724,23**

Schroeder, 27 de Junho de 2024

.....

LAURO TOMCZAK

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO CONC 01.2024-FMS

Publicação Nº 6132810

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09 **Telefone:** (47) 3374-6500
Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro
CEP: 89275-000 - Schroeder

CONCORRÊNCIA
Nr.: 1/2024

Processo Adm.: **22/2024**
Data do Processo: **30/04/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 22/2024
b) Nr. Licitação: 1/2024 - CC
c) Modalidade: Concorrência
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *Contratação de empresa especializada para execução de reforma com área de 113,64 m² e ampliação em alvenaria de 45,71m² (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) no ESF Itoupava-Açú, localizado na Rua 23 de Março, nº 1995, Bairro Itoupava-Açú, no Município de Schroeder/SC,*

Participante: MARCOS RIBAS EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para execução de reforma com área de 113,64m² e ampliação em alvenaria de 45,71m² (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) no ESF Itoupava-Açú, localizado na Rua 23 de Março, nº 1995, Bairro Itoupava-Açú, no Município de Schroeder/SC, - Contratação de empresa especializada para execução de reforma com área de 113,64m² e ampliação em alvenaria de 45,71m² (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) no ESF Itoupava-Açú, localizado na Rua 23 de Março, nº 1995, Bairro Itoupava-Açú, no Município de Schroeder/SC,	1,000	UN	209.741,40	209.741,40

Total do Participante: **209.741,40**

Total Geral: **209.741,40**

Schroeder, 27 de Junho de 2024

.....

LAURO TOMCZAK

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO CONC 18.2024-PMS

Publicação Nº 6132434

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09 **Telefone:** (47) 3374-6500
Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro
CEP: 89275-000 - Schroeder

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
Nr.: 18/2024

Processo Adm.: 42/2024
Data do Processo: 13/05/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 42/2024
b) Nr. Licitação: 18/2024 - CE
c) Modalidade: Concorrência eletrônica
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para execução de construção de ampliação em alvenaria de duas salas de aula (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) no CEIM Isabella Gomes dos Santos com área de 91,98m², localizado na Rua 23 de Março, nº 2911, no Município de Schroeder/SC, conforme Recurso Financeiro oriundo do Programa Escola em Tempo Integral e de acordo com projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos pertinentes. Prazo de execução: 03 (três) meses.*

Participante: MARCOS RIBAS EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para execução de construção de ampliação em alvenaria de duas salas de aula (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) no CEIM Isabella Gomes dos Santos com área de 91,98m², localizado na Rua 23 de Março, nº 2911, no Município de Schroeder/SC, conforme Recurso Financeiro oriundo do Programa Escola em Tempo Integral e de acordo com projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos pertinentes. - Contratação de empresa especializada para execução de construção de ampliação em alvenaria de duas salas de aula (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) no CEIM Isabella Gomes dos Santos com área de 91,98m², localizado na Rua 23 de Março, nº 2911, no Município de Schroeder/SC, conforme Recurso Financeiro oriundo do Programa Escola em Tempo Integral e de acordo com projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos pertinentes.	1,000	UN	238.000,00	238.000,00

Total do Participante: **238.000,00**

Total Geral: **238.000,00**

Schroeder, 27 de Junho de 2024

.....

LAURO TOMCZAK

Prefeito

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 16.2024-PMS

Publicação Nº 6133002

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09 **Telefone:** (47) 3374-6500
Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro
CEP: 89275-000 - Schroeder

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 16/2024

Processo Adm.: **63/2024**
Data do Processo: **10/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 63/2024
b) Nr. Licitação: 16/2024 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *REGISTRO DE PREÇOS PARA a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pedreiro e auxiliar de serviços gerais.*

Participante: BARREIRAS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Pedreiro (conforme Termo de Referência) - Pedreiro (conforme Termo de Referência)	7.700,0	H	33,50	257.950,00
2	Auxiliar (conforme Termo de Referência) - Auxiliar (conforme Termo de Referência)	10.400,	H	24,68	256.672,00

Total do Participante: **514.622,00**

Total Geral: **514.622,00**

Schroeder, 27 de Junho de 2024

.....

LAURO TOMCZAK

Prefeito

Seara

Prefeitura

DECRETO Nº 3188

Publicação Nº 6131763

DECRETO N° 3188, DE 26 JUNHO DE 2024
Dispõe sobre o cancelamento de resto a pagar inscritos no exercício de 2023, no valor de R$ 740.275,36 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que instituiu Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e,

CONSIDERANDO as despesas constantes no presente Decreto, inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2023 não atende todos os requisitos previstos no art. 63 e seus § 1º e § 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964, ou seja, a sua liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

CONSIDERANDO a Portaria nº 317, de 13 de março de 2024, que instaurou Processo Administrativo para a apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais ocorrida nos autos do Processo Licitarório nº 143/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022, pela contratada Gettel Engenharia e Construção Eirelli, CNPJ sob o nº 32.286.245/0001-13, estabelecida na Ipê, nº 66, Letra "E", Bairro Universitário, Chapecó – CEP 89.812-030, no qual resultou a rescisão do Contrato nº 220/2022 e aditivos, destinado a Pavimentação Asfáltica com CAUQ em 3.222,52m² da Rua Concórdia, Bairro Nossa Senhora Aparecida no Perímetro Urbano do Município de Seara/SC;

CONSIDERANDO que as contas contábeis de Restos a Pagar integram o grupo de Dívida Flutuante, com duração de um exercício financeiro;

CONSIDERANDO o inciso III do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre as demonstrações contábeis de cada órgão, fundo ou entidade;

CONSIDERANDO que o Pré Julgado 2202, Processo 1500383802 de 05 de abril de 2017, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, que determina: "É possível utilizar o valor do cancelamento de Restos a Pagar para fins de abertura de créditos adicionais no exercício em que ocorrer o cancelamento, equiparando-se ao superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada especificação de Disponibilidade por Destinação de Recursos, quando a diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro apurada no exercício anterior, somada ao valor do cancelamento, resultar em superávit"; e

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de Decreto o cancelamento de restos a pagar conforme exposto nos considerandos anteriores,

DECRETA

Art. 1º O Órgão: 9 – Secretaria Municipal a Cidade, e unidade orçamentária do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal da Unidade Prefeitura Municipal deverá cancelar, integralmente, os saldos de Restos a Pagar, que não atende todos os requisitos previstos no art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964 inscrito em 2023 referentes a saldos de empenhos não utilizado pelo Município, que não tiverem sido pagos até a presente data.

§ 1º Os Restos a Pagar não Processados previsto no caput do presente artigo, num valor de R$ R$ 740.275,36 (setecentos e quarenta mil duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), assim caracterizados:

Ano	Nº Empenho	Credor	Fonte Recuros/ Vínculo	Valor
2023	1608	Getell Engenharia E Construções Eireli	150070000000	439.110,48
2023	1609	Getell Engenharia E Construções Eireli	170170000390	74.188,65
2023	1610	Getell Engenharia E Construções Eireli	250070000000	139.031,47
2023	2036	Getell Engenharia E Construções Eireli	270170000390	87.944,76
TOTAL NÃO PROCESSADOS ..... R$:				740.275,36

§ 2º A Contratada, acima devidamente identificada nos Considerandos e no § 1º do art. 1º do presente Decreto foi devidamente notificada da decisão e rescisão contratual cuja a mesma também foi publicada no Diário Oficial do Município – DOM, extrato do Ato nº 6113563, publicado no dia 25/06/2024, na Edição nº 4565.

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 26 de junho de 2024

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 26 de junho de 2024

Cassiane Rosa
Secretária de Administração

DECRETO Nº 3189

Publicação Nº 6131766

DECRETO Nº 3189, DE 26 DE JUNHO DE 2024
Abre crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R$ 740.275,36.

O PREFEITO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos do inciso inciso II do art. 31 da Lei 2242, de 22 de novembro de 2023 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2024 – LDO e dá outras providências, e combinado alínea "d" do inciso IV, do art. 4º da Lei 2252, de 13 de dezembro de 2023, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Seara/SC, para o exercício de 2024 e com o incisos III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 3.188, de 26 de junho de 2024, que dispõe sobre o cancelamento de resto a pagar inscritos no exercício de 2023, no valor de R$ 740.275,36 e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Pré Julgado 2202, Processo 1500383802 de 05 de abril de 2017, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, que determina: "É possível utilizar o valor do cancelamento de Restos a Pagar para fins de abertura de créditos adicionais no exercício em que ocorrer o cancelamento, equiparando-se ao superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada especificação de Disponibilidade por Destinação de Recursos, quando a diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro apurada no exercício anterior, somada ao valor do cancelamento, resultar em superávit"

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE			
Unidade: 1 - Departamento da Cidade			
Ação: 1117 - Obras e Melhorias de Infraestrutura de Vias Urbanas			
Ref.	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor R$
551	3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	250070000000	226.976,23
552	3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	70170000390	513.299,13
TOTAL GERAL ..... R$			740.275,36

Art. 2° Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro:

Fonte: 250070000000 – Município: Ordinário Impostos ..... R$ 226.976,23
Fonte: 270170000390 – Estado: Portaria 390 ..... R$ 513.299,13
Total Geral ..... R$ 740.275,36

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 26 de junho de 2024

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 26 de junho de 2024

Cassiane Rosa
Secretária da Administração

DECRETO Nº 3190

Publicação Nº 6132760

DECRETO N° 3190, de 27 de junho de 2024
Dispõe sobre o cancelamento de resto a pagar inscrito no exercício de 2023, no valor de R$ 65.695,21 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e,

CONSIDERANDO as despesas constantes no presente Decreto, inscritas em restos a pagar no exercício de 2023 não atende todos os requisitos previstos no art. 63 e seus § 1º e § 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964, ou seja, a sua liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

CONSIDERANDO a Portaria nº 262, de 22 de fevereiro de 2024, que instaurou Processo Administrativo para a apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais ocorrida nos autos do Processo Licitarório nº 083/2023 – Edital de Tomada de Preços nº 005/2023, pela contratada Eco Construções Ltda, CNPJ sob o 28.749.201/0001-05, estabelecida na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, nº 901, sala 03, Centro, Concórdia/SC – CEP 89.700-075, no qual resultou a rescisão do Contrato nº 242/2023 e aditivos, destinado a execução em regime de empreitada global a construção de passeios em paver na Avenida Paludo conforme projeto básico e memorial descritivo de acordo com os Anexos 05 e 06 do referido Edital;

CONSIDERANDO que as contas contábeis de Restos a Pagar integram o grupo de Dívida Flutuante, com duração de um exercício financeiro;

CONSIDERANDO o inciso III do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre as demonstrações contábeis de cada órgão, fundo ou entidade;

CONSIDERANDO que o Pré Julgado 2202, Processo 1500383802 de 05 de abril de 2017, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, que determina: "É possível utilizar o valor do cancelamento de Restos a Pagar para fins de abertura de créditos adicionais no exercício em que ocorrer o cancelamento, equiparando-se ao superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada especificação de Disponibilidade por Destinação de Recursos, quando a diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro apurada no exercício anterior, somada ao valor do cancelamento, resultar em superávit"; e

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de Decreto o cancelamento de restos a pagar conforme exposto nos considerandos anteriores.

DECRETA

Art. 1º O Órgão: 9 – Secretaria Municipal a Cidade, e unidade orçamentária do Poder Executivo Municipal, constante do Orçamento Fiscal da Unidade Prefeitura Municipal deverá cancelar, integralmente, o saldo de Restos a Pagar, que não atende todos os requisitos previstos no art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964 inscrito em 2023 referente a saldo de empenho não utilizado pelo Município, que não tiverem sido pagos até a presente data.

§ 1º O Resto a Pagar não Processado previsto no caput do presente artigo, num valor de R$ 65.695,21 (sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos), assim caracterizados:

Ano	Nº Empenho	Credor	Fonte Recuros/ Vínculo	Valor
2023	6092	Eco Construções Ltda	150070000000	65.695,21
TOTAL NÃO PROCESSADOS ..... R$:				65.695,21

§ 2º A Contratada, acima devidamente identificada nos Considerandos e no § 1º do art. 1º do presente Decreto foi devidamente notificada da decisão e rescisão contratual cuja a mesma também foi publicada no Diário Oficial do Município – DOM, extrato do Ato nº 6079114, publicado no dia 13/06/2024, na Edição nº 4558.

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 27 de junho de 2024

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 27 de junho de 2024

Cassiane Rosa
Secretária de Administração

DECRETO Nº 3191

Publicação Nº 6132764

DECRETO Nº 3191, de 27 de junho de 2024
Abre crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R$ 65.695,21.

O PREFEITO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 2242, de 22 de novembro de 2023 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2024 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea "d" do inciso IV, do art. 4º da Lei 2252, de 13 de dezembro de 2023, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Seara/SC, para o exercício de 2024 e com o incisos III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 3190, de 27 de junho de 2024, que dispõe sobre o cancelamento de resto a pagar inscritos no exercício de 2023, no valor de R$ 65.695,21 e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Pré Julgado 2202, Processo 1500383802 de 05 de abril de 2017, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, que determina: "É possível utilizar o valor do cancelamento de Restos a Pagar para fins de abertura de créditos adicionais no exercício em que ocorrer o cancelamento, equiparando-se ao superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada especificação de Disponibilidade por Destinação de Recursos, quando a diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro apurada no exercício anterior, somada ao valor do cancelamento, resultar em superávit"

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO			
Unidade: 1 - Departamento de Administração			
Ação: 1102 - Ações de Conservação e Restauração do Patrimônio Público do Executivo Municipal			
Ref.	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor R$
494	3449000000000000000 – Aplicações Diretas	250070000000	65.695,21
TOTAL GERAL ..... R$			65.695,21

Art. 2° O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro:

Fonte: 250070000000 – Município: Ordinário Impostos ..... R$ 65.695,21
Total Geral ..... R$ 65.695,21

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 27 de junho de 2024

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 27 de junho de 2024

Cassiane Rosa
Secretária da Administração

DECRETO Nº 3192

Publicação Nº 6132767

DECRETO Nº 3192, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R$ 171.040,56.

O **PREFEITO DE SEARA**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IV alínea "a", do art. 4° da Lei 2252 de 13 de Dezembro de 2023, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2024 e com o inciso II § 1° do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO
Unidade: 002 - Gerência de Ensino Fundamental
Projeto Atividade: 2223 - Ações de Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade: (553) 339000000000000000 - Aplicações diretas 59.864,20
TOTAL ..... R$ 59.864,20

Art. 2º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:
Fonte: 156970000001 - União FNDE - ETI Educação Tempo Integral 59.864,20
TOTAL ..... R$ 59.864,20

Art. 3º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO
Unidade: 003 - Gerência de Ensino Infantil em Creche
Projeto Atividade: 2225 - Ações de Manutenção da Educação Infantil em Creche
Modalidade: (554) 339000000000000000 - Aplicações diretas 59.864,20
TOTAL ..... R$ 59.864,20

Art. 4º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:
Fonte: 156970000001 - União FNDE - ETI Educação Tempo Integral 59.864,20
TOTAL ..... R$ 59.864,20

Art. 5º - Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO
Unidade: 003 - Gerência de Ensino Infantil em Creche
Projeto Atividade: 1110 - Construção e Melhoria de Espaços da Educação Infantil em Creche
Modalidade: (555) 449000000000000000 - Aplicações diretas 51.312,16
TOTAL ..... R$ 51.312,16

Art. 6º - O crédito constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte: 156970000001 - União FNDE - ETI Educação Tempo Integral 51.312,16
TOTAL ..... R$ 51.312,16

Art. 7º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 27 de junho de 2024.

EDEMILSON CANALE
Prefeito

Registra-se e Publica-se
Em 27 de junho de 2024

Cassiane Rosa
Secretária de Administração

DECRETO Nº 3193

Publicação Nº 6133388

DECRETO N° 3193, de 27 de junho de 2024.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 012/2024 para prestação de serviços de pedreiro.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "IX" da cláusula décima segunda, do Termo de Credenciamento n° 012/2024, oriundo do Processo de Licitação n° 136/2021, Modalidade de Inexigibilidade n° 026/2021, de 27 de julho de 2021,

DECRETA

Art.1° Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 27 de julho de 2021, fica CREDENCIADA a empresa Gilmar Francisco Bonfim 02949081967, para prestação de serviços de pedreiro, objetivando atender as demandas de todas as secretarias e fundos vinculados ao município de Seara, SC.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2024.

Seara/SC, 27 de junho de 2024

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 27 de junho de 2024

Cassiane Rosa
Secretária de Administração

DECRETO Nº 3194

Publicação Nº 6133390

DECRETO Nº 3194, de 27 de junho de 2024
Regulamenta a Lei Municipal nº 2258 de 21 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a constituição do serviço de Inspeção Municipal - SIM e os procedimentos para acesso ao serviço de inspeção sanitária de estabelecimentos que produzam bebidas e alimentos para comercialização, de origem animal e vegetal no município de SEARA e dá outras providências .
O Prefeito Municipal de Seara, no exercício de suas obrigações e em conformidade com o inciso X do art. 108 da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 13.874/2019 e do art. 25 da Lei Municipal nº 2258 de fevereiro de 2024;
DECRETA:
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Decreto estabelece o regulamento sobre a inspeção industrial e sanitária de estabelecimentos que produzam bebidas e alimentos para comercialização, de origem animal e vegetal, de acordo com a Lei Municipal n° 2258 de 21 de fevereiro de 2024, que instituiu o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, no Município de Seara.
§1º As atividades de que trata o caput serão de competência do Serviço de Inspeção Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ou outra que venha a substitui-la, em todo o território do Município de Seara.
§2º As atividades de que trata o caput, de inspeção e fiscalização sanitária dos produtos abrangidos por este Decreto, serão desenvolvidas em sintonia com o órgão de Saúde do Município no que couber, respeitadas as competências de cada órgão e as normas prescritas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, evitando superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.
Art. 2° Para fins deste Regulamento são adotadas as seguintes definições:
I - Análise de controle: análise efetuada pelo estabelecimento, em laboratório próprio ou de terceiros, para controle de processo e monitoramento da conformidade das matérias-primas, ingredientes, insumos e produtos;
II - Análise fiscal: análise efetuada por laboratório de controle oficial ou credenciado pelo órgão sanitário competente, em amostras colhidas por profissionais do Serviço de Inspeção Municipal;
III - Análise pericial: análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova quando o resultado da amostra de análise fiscal for contestado por uma das partes envolvidas, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado, ou de amostras colhidas em caso de denúncias, fraudes ou problemas endêmicos constatados a partir da fiscalização no município.
IV - Animais exóticos: todos aqueles pertencentes às espécies da fauna exótica, criados em cativeiro, cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro, aquelas introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado e também aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e das suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em território brasileiro;
V - Animais silvestres: todos aqueles pertencentes às espécies das faunas silvestres, nativas, migratórias e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou das águas jurisdicionais brasileiras;
VI - Espécies de caça: aquelas definidas por norma do órgão público federal competente;
VII - Auditoria: procedimento técnico-administrativo conduzido por profissionais do SIM, com o objetivo de avaliar as condições técnicas e higiênico-sanitárias dos estabelecimentos registrados;
VIII - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC - sistema que identifica, avalia e controla perigos que são significativos para a inocuidade dos produtos de origem animal;
IX - Boas Práticas de Fabricação - BPF: condições e procedimentos higiênicos - sanitários e operacionais sistematizados aplicados em todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a qualidade, conformidade, inocuidade e integridade dos produtos de origem animal;
X - Desinfecção: procedimento que consiste na eliminação de agentes infecciosos por meio de tratamentos físicos ou agentes químicos;
XI - Equivalência de serviços de inspeção: condição na qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes serviços de inspeção ainda que não sejam iguais as medidas aplicadas por outro serviço de inspeção, permitem alcançar os mesmos objetivos de inocuidade e qualidade dos produtos, de acordo com a legislação que regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
XII - Espécies de açougue: são os bovinos, búfalos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, lagomorfos e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, abatidos em estabelecimentos sob inspeção sanitária;
XIII - Fiscalização: procedimento oficial exercido pela autoridade sanitária competente, junto ou indiretamente aos estabelecimentos de produtos de origem animal, com o objetivo de verificar o atendimento dos requisitos previstos no presente Decreto e em normas complementares;
XIV - Higienização: procedimento que consiste na execução de duas etapas distintas, limpeza e sanitização;
XV - Inspeção: atividade de fiscalização executada pela autoridade sanitária competente junto ao estabelecimento, que consiste no exame dos animais, das matérias-primas e dos produtos de origem animal; na verificação do cumprimento dos programas de autocontrole, suas adequações às operações industriais e os requisitos necessários à sua implementação; na verificação dos requisitos relativos aos aspectos higiênicos, sanitários e tecnológicos inerentes aos processos produtivos; na verificação do cumprimento dos requisitos sanitários na exportação e importação de produtos de origem animal; na certificação sanitária, na execução de procedimentos administrativos e na verificação de demais instrumentos de avaliação do processo relacionados com a segurança sanitária, qualidade e integridade econômica, visando o cumprimento do disposto no presente Regulamento e em normas complementares;
XVI - Laboratório de controle oficial: laboratório próprio, ou laboratório público, ou privado credenciado, com capacidade para realizar análises, por métodos oficiais, visando atender às demandas dos controles oficiais;
XVII - Legislação: atos normativos emitidos pelo município, ou por outros órgãos oficiais e responsáveis pela inspeção municipal;
XVIII - Limpeza: remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou outro material indesejável das superfícies das instalações, equipamentos e utensílios;
XIX - Memorial descritivo: documento que descreve, conforme o caso, as instalações, equipamentos, procedimentos, processos ou produtos relacionados ao estabelecimento de produtos de origem animal;
XX - Norma complementar: ato normativo emitido em complemento a este Decreto, contendo diretrizes técnicas ou administrativas a serem executadas durante as atividades de inspeção junto aos estabelecimentos ou trânsito de produtos de origem animal, respeitadas as competências específicas;

XXI - Padrão de identidade: conjunto de parâmetros que permitem identificar um produto de origem animal quanto à sua natureza, característica sensorial, composição, tipo ou modo de processamento ou modo de apresentação, a serem fixados por meio de Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade;
XXII - Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO: procedimentos descritos, implantados e monitorados, visando estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento industrial evita a contaminação direta ou cruzada do produto, preservando sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações industriais;
XXIII - Produto de origem animal: aquele obtido total ou predominantemente a partir de matérias-primas comestíveis ou não, procedentes das diferentes espécies animais, podendo ser adicionado de ingredientes de origem vegetal e mineral, aditivos e demais substâncias permitidas pela autoridade competente;
XXIV - Produto de origem animal comestível: produto de origem animal destinado ao consumo humano;
XXV - Produto de origem animal não comestível: produto de origem animal não destinado ao consumo humano;
XXVI - Programas de autocontrole: programas desenvolvidos, implantados, mantidos e monitorados pelo estabelecimento, visando assegurar a inocuidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, que podem incluir BPF, PPHO ou outros programas adaptados ou equivalentes, reconhecidos pelo SIM;
XXVII - Qualidade: conjunto de parâmetros que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e tecnológicos;
XXVIII - Rastreabilidade: capacidade de detectar a origem e de seguir a movimentação de um produto de origem animal, durante as etapas de produção, distribuição e comercialização e das matérias-primas, dos ingredientes e dos insumos utilizados em sua fabricação;
XXIX - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ: ato normativo com o objetivo de fixar a identidade e as características mínimas de qualidade que os produtos de origem animal devem atender;
XXX - Sanitização: aplicação de agentes químicos aprovados pelo órgão regulador da saúde, ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, equipamentos e utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, visando assegurar um nível de higiene microbiologicamente aceitável;
XXXI - Instalações: referem-se a toda a área, no que diz respeito à construção civil do estabelecimento propriamente dito e das dependências anexas;
XXXII - Equipamentos: referem-se a tudo que diz respeito ao maquinário e demais utensílios utilizados nos estabelecimentos;
XXXIII - Inutilização: destinação para a destruição, dada pela empresa ou pelo serviço oficial às matérias-primas e aos produtos que se apresentam em desacordo com a legislação;
XXXIV - Destinação industrial: destinação dada pelo estabelecimento às matérias-primas e aos produtos, devidamente identificados, que se apresentem em desconformidade com a legislação ou não atendam às especificações previstas em seus programas de autocontrole, para serem submetidos a tratamentos específicos ou para elaboração de outros produtos comestíveis, asseguradas a rastreabilidade, a identidade, a inocuidade e a qualidade do produto final;
XXXV - Condenação: destinação dada pela empresa ou pelo serviço oficial às matérias-primas e aos produtos que se apresentarem em desconformidade com a legislação para elaboração de produtos não comestíveis, assegurada a inocuidade do produto final, quando couber;
XXXVI - Descaracterização: aplicação de procedimento ou processo ao produto ou à matéria-prima de origem animal com o objetivo de torná-lo visualmente impróprio ao consumo humano;
XXXVII - Desnaturação: aplicação de procedimento ou processo ao produto ou à matéria-prima de origem animal, com o uso de substância química, com o objetivo de torná-lo visualmente impróprio ao consumo humano;
XXXVIII - Ingrediente: é qualquer substância empregada na fabricação ou na preparação de um produto, incluídos os aditivos alimentares, e que permaneça ao final do processo, ainda que de forma modificada, conforme estabelecido em legislação específica e normas complementares;
XXXIX - Estabelecimento de produtos de origem animal: é qualquer instalação industrial na qual sejam abatidos animais produtores de carnes e onde sejam obtidos, recebidos, manipulados, beneficiados, processados, industrializados, fracionados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados, rotulados ou expedidos, com finalidade industrial ou comercial, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados, os produtos de abelhas e seus derivados, incluídos os estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e o processamento artesanal de produtos de origem animal;
XXXX - Estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, incluindo o processamento artesanal: é aquele de propriedade de produtores rurais ou empresas de pequeno porte, microempresas e microempreendedores individuais, de forma individual ou coletiva, localizado no meio rural ou em perímetro urbano, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados, destinado ao processamento de produtos de origem animal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, produtos de origem animal obtidos a partir de novos processos tecnológicos e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:
a) Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais), com produção máxima de 5 (cinco) toneladas de carnes por mês;
b) Estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/bubalinos/equinos) e outros grandes e médios animais, com produção máxima de 100 (cem) carcaças de carnes por mês;
c) Estabelecimento fabricante de produtos cárneos, destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 5 (cinco) toneladas de carnes por mês;
d) Abatedouro frigorífico, beneficiamento de pescado e produtos de pescado e estação depuradora de moluscos, anfíbios e crustáceos: com produção máxima de 10 (dez) toneladas de carnes por mês;
e) Estabelecimento de beneficiamento ovos e granja avícola: com produção máxima de 5.000 dúzias/mês de ovos de galinhas e 20 (vinte mil) dúzias por mês de ovos de codornas;
f) Estabelecimentos de beneficiamento dos produtos das abelhas: produção máxima de 20 toneladas por ano;
g) Estabelecimentos de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de beneficiamento e industrialização de leite e derivados previstos no presente Decreto: com volume máximo de 1.000 litros de leite por dia.
§1º Não serão considerados para fins do cálculo da área útil construída os vestiários, sanitários, escritórios, área de descanso, área de circulação externa, área de projeção de cobertura da recepção e expedição, área de lavagem externa de caminhões, refeitório, caldeira, sala

de máquinas, estação de tratamento de água de abastecimento e esgoto, quando existentes.
§2º O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria de pequeno porte e o processamento artesanal.
Art. 3º Ficam sujeitos à inspeção prevista neste Decreto, os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados e os produtos das abelhas e seus derivados, com adição ou não de produtos de origem vegetais, além de novos produtos de origem animal ou processos tecnológicos para desenvolvimento destes.
Parágrafo único. A inspeção a que se refere o caput deste artigo abrange, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção ante e post mortem dos animais, a recepção, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, embalagem, rotulagem, armazenamento, expedição e trânsito de quaisquer matérias-primas e produtos de origem animal, em todo o território do município de Seara.
Art. 4º A inspeção a que se refere o artigo anterior são privativas do Serviço de Inspeção Municipal de Seara, sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio municipal.
§1º A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Seara, poderá estabelecer parceria ou cooperação técnica com outros municípios, o Estado de Santa Catarina e a União e poderá participar de consórcio de municípios, para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do serviço de inspeção sanitária em conjunto com outros municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI, do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA.
§2º Após a adesão do SIM ao SISBI/SUASA, os produtos poderão ser destinados também ao comércio interestadual, de acordo com a legislação vigente.
Art. 5° A coordenação e execução das atividades de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal deverão ser realizadas por profissional médico veterinário, fiscais sanitários e outros profissionais e auxiliares de inspeção, tantos quantos se fizerem necessários, concursados e legalmente habilitados, respeitando as devidas competências e a legislação vigente, com as atribuições e enquadramento definidos no Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Seara.
§1º Os profissionais incumbidos da execução das atividades de que trata este Decreto devem possuir crachá de identificação funcional fornecido pelo município, o qual deve ser exibido para se identificarem quando em exercício de suas funções.
§2º Os profissionais do SIM, devidamente identificados, no exercício de suas funções, terão livre acesso aos estabelecimentos de que trata este Decreto.
Art. 6º A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.
§1º A inspeção deve ser executada de forma permanente nos abatedouros durante o abate das diferentes espécies animais.
§2º Nos demais estabelecimentos definidos neste Decreto a inspeção será executada de forma periódica.
§3° Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida considerando o risco sanitário dos diferentes produtos, o resultado da avaliação do desempenho de cada estabelecimento, o volume de produção e o tipo de produto, de acordo com o que dispuserem em normas complementares baixadas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Art. 7º A inspeção sanitária de produtos de origem animal abrange os seguintes procedimentos:
I – Coordenar e executar as atividades de inspeção e fiscalização industrial e sanitária dos estabelecimentos registrados, dos produtos de origem animal e seus derivados;
II - Avaliação do bem-estar dos animais destinados ao abate;
III - Inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais;
IV - Verificação das condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;
V - Verificação da prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;
VI - Verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos;
VII - Verificação das informações sobre a rotulagem e dos processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;
VIII - Coleta de amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises físicas, microbiológicas, físico-químicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal;
IX - Avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública;
X - Organizar e manter disponíveis os registros nosográficos e estatísticas de produção e comercialização de produtos de origem animal;
XI - Verificação da água de abastecimento;
XII - Classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;
XIII - Verificação nas dependências dos estabelecimentos abrangidos por este Decreto, as condições dos animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;
XIV - Verificar as fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;
XV - Verificar o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;
XVI - Verificação dos controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva, a partir de seu recebimento nos estabelecimentos;
XVII - Certificação sanitária dos produtos de origem animal;
XVIII - Elaborar programas, planos e outros procedimentos complementares de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; e
XIX - Elaborar normas complementares, em conjunto com outros segmentos conforme estabelecido neste Decreto, para a execução das ações de inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal previstas neste Decreto.
Art. 8º A concessão da inspeção pelo SIM isenta os estabelecimentos, abrangidos por este Decreto, de qualquer outra ação de inspeção ou fiscalização industrial e sanitária, em produtos de origem animal.
Art. 9º A inspeção e a fiscalização de que trata este Decreto serão realizadas:
I - Nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal e no trânsito, no que couber, quando for pertinente;
II - Nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais de açougue previstas neste Decreto para abate ou industrialização;
III - Nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;
IV - Nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;
V - Nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VI - Nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
VII - Nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados;
VIII - Nos estabelecimentos que desenvolvem, manipulem, acondicionem ou conservem novos produtos de origem animal ou processos tecnológicos para produtos de origem animal.
CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Art. 10. São princípios que orientam este Decreto:
I - Os princípios da Constituição Federal;
II – Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente sem impor obstáculos desproporcionais para a formalização da agroindústria de pequeno porte e o processamento artesanal;
III - Promover a inclusão produtiva com segurança sanitária, com especial atenção para a agroindústria de pequeno porte e o processamento artesanal;
IV - Foco de atuação na qualidade dos produtos finais;
V - Promover o processo educativo permanente e continuado para os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção;
VI - Harmonização de procedimentos para promover a formalização dos estabelecimentos e a segurança dos alimentos, incluindo a agroindústria de pequeno porte e processamento artesanal, considerando os costumes e os conhecimentos tradicionais; e
VII - Atendimento aos preceitos estabelecidos na Instrução Normativa – IN n° 16/2015, ou outra legislação que venha a substituir.
Art. 11. São diretrizes deste Decreto:
I - Transparência dos procedimentos de regularização;
II - Atendimento às políticas públicas e programas de capacitação aos empreendedores, especialmente aos estabelecimentos de pequeno porte, de processamento artesanal e da produção de pequenas quantidades para venda exclusivamente direta ao consumidor, como forma de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, promover a segurança sanitária e a inclusão produtiva;
III - Racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos e requisitos de registro sanitário dos estabelecimentos;
IV - Integração e articulação dos processos e procedimentos junto aos demais órgãos e entidades referentes ao registro sanitário dos estabelecimentos, a fim de evitar a duplicidade de exigências, na perspectiva do usuário;
V - Proteção à produção artesanal e respeito às tecnologias tradicionais, a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares;
VI - Razoabilidade quanto às exigências aplicadas;
VII - Disponibilização presencial e/ou eletrônica de orientações e instrumentos para o processo de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rótulos;
VIII - Fomento de políticas públicas e programas de capacitação para os profissionais do Serviço de Inspeção e dos produtores para atendimento ao disposto neste Decreto.
IX - O enfrentamento às atividades clandestinas de comércio de Produtos de Origem Animal deverá ser feito através de alternativas de Educação Sanitária tais quais: palestras, reuniões, materiais orientativos e explicativos, mídia e panfletagem dentro dos municípios consorciados.
X - Aos estabelecimentos que produzirem, transportarem e/ou comercializarem produtos e/ou subprodutos de origem animal irregulares, sem registro no Serviço de Inspeção, será cabível denúncia ao SIM.
XI - O mesmo canal citado anteriormente pode e/ou deve ser utilizado para denúncias em caso de constatação de fraudes.
CAPÍTULO III - DA CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS
Art. 12. Os estabelecimentos para produtos de origem animal são classificados em:
I – De carnes e derivados;
II - De pescado e derivados;
III - De ovos e derivados;
IV - De leite e derivados;
V - De produtos de abelhas e derivados;
VI - De armazenagem;
VII - De produtos de origem animal obtidos a partir de novos processos tecnológicos e seus derivados.
Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso VII, do artigo 12 do presente Decreto, a classificação dos estabelecimentos produtores, bem como exigências específicas serão avaliadas tecnicamente pelo SIM, considerando as disposições deste Decreto, bem como outros instrumentos estabelecidos pela legislação sanitária Federal e Estadual pertinente.
Art. 13. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:
I - Abatedouro frigorífico;
II - Unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos.
§1º Entende-se por abatedouro frigorífico o estabelecimento destinado ao abate dos animais produtores de carne, à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, dotado de instalações de frio industrial, que pode realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis, podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.
§2º Entende-se por unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos o estabelecimento destinado à recepção, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de carne e produtos cárneos, que pode realizar a industrialização de produtos comestíveis, podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.
§ 3º Os entrepostos de carnes e derivados em supermercado e similares o estabelecimento que recebe matéria-prima de produtos de origem animal e a submete a processamento que implique em alterações de sua composição química, com adição de temperos, como cloreto de sódio e condimentos naturais, para serem comercializados no próprio estabelecimento, ficam incluídos na classificação de unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos e em conformidade com normas específicas complementares.
Art. 14. Os estabelecimentos de pescado e derivados são classificados em:
I - Barco-fábrica;
II – Abatedouro frigorífico de pescado;

III – Unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado; e
IV - Estação depuradora de moluscos bivalves.
§1º entende-se por barco-fábrica a embarcação de pesca destinada à captura ou à recepção, à lavagem, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e produtos de pescado, dotada de instalações de frio industrial, que pode realizar a industrialização de produtos comestíveis.
§2° Entende-se por abatedouro frigorífico de pescado o estabelecimento destinado ao abate de pescados e anfíbios e répteis, à recepção, à depuração, à lavagem, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição dos produtos oriundos do abate, que pode realizar o recebimento, a manipulação, a industrialização, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de produtos comestíveis, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.
§3º Entende-se por unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado o estabelecimento destinado à recepção, à lavagem do pescado recebido da produção primária, à manipulação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de pescado e de produtos de pescado, que pode realizar também sua industrialização, incluída a unidade em pesque-e-pague, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.
§4º Entende-se por estação depuradora de moluscos bivalves o estabelecimento destinado à recepção, à depuração, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de moluscos bivalves.
Art. 15. Os estabelecimentos de ovos são classificados em:
I – Granja avícola;
II – Unidade de beneficiamento de ovos e derivados.
§1º Entende-se por granja avícola o estabelecimento destinado à produção, à ovoscopia, à classificação, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de ovos oriundos exclusivamente de produção própria destinada à comercialização direta, sendo permitida a comercialização de ovos para a unidade de beneficiamento de ovos e derivados.
§2º Estabelecimento de beneficiamento de ovos e derivados é a unidade destinada à recepção, ovoscopia, classificação, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição de ovos ou de seus derivados, facultada a classificação de ovos quando a unidade de beneficiamento de ovos e derivados receber ovos já classificados.
§3º Se a unidade de beneficiamento de ovos e derivados destinar-se, exclusivamente, à expedição de ovos, poderá ser dispensada a exigência de instalações para a industrialização de ovos.
Art. 16. Os estabelecimentos industriais para leite e derivados são classificados em:
I - Granja Leiteira;
II – Posto de refrigeração;
III – Unidade de beneficiamento de leite e derivados;
IV - Queijaria
§1º Entende-se por granja leiteira o estabelecimento destinado à produção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, podendo também elaborar derivados lácteos a partir de leite exclusivo de sua produção, envolvendo as etapas de pré-beneficiamento, beneficiamento, manipulação, fabricação, maturação, ralação, fracionamento, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição.
§2º Entende-se por posto de refrigeração o estabelecimento intermediário entre as propriedades rurais e as unidades de beneficiamento de leite e derivados destinado à seleção, à recepção, à mensuração de peso ou volume, à filtração, à refrigeração, ao acondicionamento e à expedição de leite cru refrigerado, facultada a estocagem temporária do leite até sua expedição.
§3º Entende-se por unidade de beneficiamento de leite e derivados o estabelecimento destinado à recepção, ao pré-beneficiamento, ao beneficiamento, ao envase, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de leite para o consumo humano direto, facultada a transferência, a manipulação, a fabricação, a maturação, o fracionamento, a ralação, o acondicionamento, a rotulagem, a armazenagem e a expedição de derivados lácteos, permitida também a expedição de leite fluido a granel de uso industrial.
§4º Entende-se por Queijaria o estabelecimento destinado à fabricação de queijos, permitida a utilização de leite cru, que envolva as etapas de fabricação, maturação, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, e que caso não realize o processo completo do queijo, encaminhe o produto a uma unidade de beneficiamento de leite e derivados.
Art. 17. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados são classificados em:
I - Unidade de beneficiamento de produtos de abelhas.
§1º Entende-se por unidade de beneficiamento de produtos de abelhas o estabelecimento destinado à recepção, à classificação, ao beneficiamento, à industrialização, ao acondicionamento, à rotulagem, à armazenagem e à expedição de produtos e de matérias-primas pré-beneficiadas provenientes de outros estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados, permitida a extração de matérias-primas recebidas de produtores rurais.
§2º Permite-se a utilização de Unidade de Extração Móvel de Produtos das Abelhas montada em veículo, provida de equipamentos que atendam às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, operando em locais previamente aprovados pelo SIM, que atendam às condições estabelecidas neste Decreto e em normas complementares.
§3º É permitida a recepção de matéria-prima previamente extraída pelo produtor rural, desde que atendido o disposto em normas complementares.
§4º É permitido o beneficiamento de produtos das abelhas nativas e de abelhas sem ferrão, respeitadas as características de cada produto e processo produtivo, com processos simplificados estabelecidos em normas complementares.
Art. 18. Os estabelecimentos de armazenagem são classificados em:
I – Instalação de armazenagem de produtos de origem animal.
§1º Entende-se por entreposto de produtos de origem animal o estabelecimento destinado exclusivamente à recepção, à armazenagem e à expedição de produtos de origem animal comestíveis, que necessitem ou não de conservação pelo emprego de frio industrial, dotado de instalações para realização de reinspeção.
§2º Nos estabelecimentos de que trata o §1º, não são permitidas as operações de manipulação, fracionamento, substituição de embalagem primária, permitida a substituição da embalagem secundária que se apresentar danificada.
§3° Nos estabelecimentos de que trata o §1º, é permitida a agregação de produtos de origem animal devidamente rotulados, para a formação de kits ou conjuntos, que não estão sujeitos a registro.
CAPÍTULO IV - DO REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS
Art. 19. Para realizar comércio municipal os estabelecimentos de produtos de origem animal devem estar registrados no SIM.

Parágrafo único. O Título de Registro é o documento emitido pelo SIM ao estabelecimento, depois de cumpridas as exigências previstas no presente Regulamento.
Art. 20. O estabelecimento deve ser registrado de acordo com sua atividade industrial e quando este possuir mais de uma atividade industrial, deve ser acrescentada uma nova classificação à principal.
Art. 21. A existência de varejo na mesma área da indústria implicará no seu registro no órgão competente, independente do registro do estabelecimento no SIM e as atividades e os acessos serão independentes, tolerando-se a comunicação interna do varejo com a indústria com os devidos cuidados e mecanismos para evitar contaminação cruzada, de acordo com avaliação do SIM.
Art. 22. Para a solicitação da aprovação de construção de estabelecimentos novos os interessados devem apresentar requerimento de vistoria prévia, conforme modelo a ser disponibilizado pelo SIM.
§ 1º Após esse procedimento o SIM realizará vistoria prévia e emitirá laudo de vistoria do empreendimento, quando necessário, se verificada a necessidade de adequações nesta fase, antes da construção.
§2º Para aprovação do registro do estabelecimento outros documentos deverão ser apresentados pelos interessados:
I - Requerimento simples dirigido ao responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal, conforme modelo fornecido pelo SIM;
II - Licença Ambiental Prévia ou Única, emitida pelo órgão ambiental competente, ou comprovante de procedimento simplificado ou de dispensa de licenciamento, conforme normas ambientais do órgão competente;
III - Análise de viabilidade ou REGIN aprovado;
IV - Apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documento que comprove legalização fiscal e tributária do estabelecimento, próprio ou de uma figura jurídica à qual esteja vinculado;
V - Planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e fluxograma da produção;
VI - Memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra pragas e vetores, conforme modelo fornecido pelo SIM;
VII - Memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;
VIII – Laudo de análises microbiológica e físico-química da água de abastecimento, para efeito do registro sanitário, atendendo aos padrões de potabilidade estabelecidos pelo órgão competente, exceto para unidade móvel de extração de produtos de abelhas;
IX - Carteira ou atestado de saúde dos trabalhadores que manipulam os alimentos, fornecido por médico habilitado, renovado no período de 12 meses, inclusive para os novos trabalhadores que venham a participar do processo produtivo;
X - Termo de compromisso assinado pelo proprietário ou por representante legal do estabelecimento;
XI - Parecer sanitário do terreno emitido pelo profissional do SIM, quando necessário;
XII - Comprovante de responsabilidade técnica – RT, quando for necessário.
XIII - Apresentar documento da comprovação da participação dos manipuladores em capacitação em Boas Práticas de Fabricação - BPF de alimentos, com carga horária de no mínimo 20 horas, compreendendo conceitos e práticas de higiene, limpeza, qualidade sanitária e processamento adequado de alimentos. Os manipuladores indicados como responsáveis operacionais, deverão passar por capacitação com carga horária de no mínimo 40 horas, específica em BPF, com enfoque em práticas essenciais à obtenção de produtos seguros do ponto de vista sanitário.
§3º Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno, indicando ajustes se necessários.
§4° No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte o responsável técnico poderá ser suprido por profissional técnico de órgãos governamentais ou privados ou por técnico de assistência técnica, exceto agente de fiscalização sanitária.
§5° A agroindústria de pequeno porte poderá ter processo simplificado ou ser dispensada do licenciamento ambiental de acordo com a legislação vigente do órgão ambiental local.
§6º Onde não for constatada a potabilidade da água, será necessária a implementação de cloração da água de abastecimento, bem como outros procedimentos que se fizerem necessários.
§7º Após o estabelecimento estar registrado no SIM, deverá apresentar laudo de análises microbiológica da água de abastecimento com frequência estabelecida na legislação do SIM, exceto para unidade móvel de extração de produtos de abelhas.
§8º Para fins do disposto no inciso XIII, do §2º, a exigência será a apresentação de comprovação no ato de protocolo dos documentos para requerer o registro sanitário, no entanto, a critério do SIM poderá ser exigida a comprovação de curso de reciclagem sempre que necessário para os manipuladores que já possuem a capacitação, bem como deverá ser exigida a capacitação para novos manipuladores contratados após o requerimento do registro sanitário.
Art. 23. As plantas ou croquis a serem apresentadas para aprovação prévia de construção devem ser assinados pelo proprietário ou representante legal do estabelecimento e pelo profissional habilitado responsável pela elaboração e conter:
I - Planta baixa ou croqui de cada pavimento na escala de 1:100 (um por cem);
II - Planta baixa ou croqui com layout dos equipamentos na escala de 1:100 (um por cem);
§1º As convenções de cores das plantas ou croqui devem seguir as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
§2º Nos casos em que as dimensões dos estabelecimentos não permitam visualização nas escalas previstas em uma única prancha, estas podem ser redefinidas nas escalas imediatamente subsequentes.
§3º Tratando-se de agroindústria de pequeno porte, é dispensada a apresentação do memorial descritivo da construção, as plantas poderão ser substituídas por croquis, com layout elaborado pelo proprietário, ou por RT, ou por técnico do serviço de Assistência Técnica, pública ou privada.
Art. 24. O estabelecimento solicitante de aprovação do registro não pode dar início às construções sem que as mesmas tenham sido previamente aprovadas pelo SIM.
Art. 25. Para a instalação do SIM o estabelecimento deverá implementar as Boas Práticas de Fabricação – BPF, Procedimentos Operacionais Padrão – POP, Procedimento Padrão de Higiene Operacional – PPHO, ou programas considerados equivalentes pelo SIM e comprovação de capacitação em BPF dos manipuladores de alimentos e Manual de BPF.
Parágrafo único. A agroindústria de pequeno porte poderá implementar procedimentos simplificados de autocontroles, como PPHO, POP ou BPF, de acordo e proporcional com a quantidade de produtos processados, focando nos princípios de higiene e limpeza para a obtenção de produtos com segurança sanitária.
Art. 26. Finalizada a construção do estabelecimento e apresentados os documentos de acordo com este Decreto, será efetivado o registro da Inspeção, com parecer conclusivo autorizando o funcionamento do estabelecimento e concomitantemente será emitido o Título de Registro

no SIM.
Parágrafo único. O Registro uma vez estabelecido terá validade enquanto o estabelecimento atender aos preceitos estabelecidos neste Decreto e em normas complementares.
Art. 27. Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por período superior a seis meses, poderá reiniciar os trabalhos após inspeção prévia de suas dependências, instalações e equipamentos, respeitada a sazonalidade das atividades industriais.
Art. 28. O registro do estabelecimento que interromper, voluntariamente, seu funcionamento pelo período de 2 (dois) anos será cancelado.
Art. 29. No caso de cancelamento do registro, será recolhida a rotulagem e os materiais pertencentes ao SIM, além de documentos, lacres e carimbos oficiais.
Art. 30. Qualquer ampliação, remodelação ou construção nas dependências do estabelecimento registrado, só pode ser feita após o conhecimento do Serviço de Inspeção Municipal.
Art. 31. Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produtos de origem animal, sem que esteja instalado e equipado para a finalidade a que se destine.
§1º As instalações e os equipamentos de que tratam este artigo compreendem as dependências mínimas, equipamentos e utensílios diversos, em face da capacidade de produção de cada estabelecimento, conforme o presente Decreto.
§2º Poderá ser autorizado pelo SIM, em caráter provisório por curto período pré- estabelecido, o funcionamento do estabelecimento sem que haja a total instalação de equipamentos, desde que assegurada a higiene, limpeza e segurança sanitária dos processos e produtos, a critério do SIM, considerando o risco sanitário.
Art. 32. O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo prever, para isso, instalações e equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.
§1° Os equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, poderão ser utilizados para o preparo de produtos que em sua composição principal não haja produtos de origem animal, desde que não haja prejuízo das condições higiênico-sanitárias e da segurança dos produtos sob inspeção municipal.
§2° Não poderão constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção do SIM, nos produtos não abrangidos por esta Lei, os quais são de competência de outro órgão fiscalizador.
Art. 33. Nenhum estabelecimento previsto neste Decreto pode ser alienado, alugado ou arrendado, sem que, concomitantemente, seja feita a transferência do registro junto ao SIM.
§1º Os responsáveis por esses estabelecimentos devem notificar os interessados na aquisição, na locação ou no arrendamento a situação em que se encontram, durante as fases da transação comercial, em face das exigências deste Decreto.
§2º Enquanto a transferência não se efetuar, o responsável em nome do qual esteja registrado o estabelecimento, continuará responsável pelas possíveis irregularidades que se verifiquem no estabelecimento.
§3º No caso do alienante, locador ou arrendante ter feito a comunicação ao novo responsável, e o adquirente, locatário ou arrendatário não apresentar, dentro do prazo máximo de trinta dias, os documentos necessários à transferência, será cassado o registro do estabelecimento.
§4º Assim que o estabelecimento for adquirido, locado ou arrendado, e for realizada a transferência do registro, o novo responsável será obrigado a cumprir todas as exigências formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.
CAPÍTULO V - DAS INSTALAÇÕES, PROCEDIMENTOS E EQUIPAMENTOS
Art. 34. Os estabelecimentos deverão atender aos seguintes requisitos em relação às instalações:
I - As dependências auxiliares, quando forem necessárias, poderão ser construídas em anexo ao prédio da indústria, porém com acesso independente das demais áreas da indústria;
II – Vestiários e sanitários em número proporcional ao quantitativo de funcionários, com fluxo interno adequado, podendo ser uma única unidade de sanitário/vestiário para estabelecimento agroindustrial de pequeno porte com até 10 trabalhadores, sendo que poderá ser utilizado sanitários já existentes na propriedade, desde que não fiquem a uma distância superior à 40 m (quarenta metros) e acima de 10 (dez) trabalhadores sanitários/vestiários deverão ser proporcional ao número de pessoal, de acordo com a legislação específica, com acesso indireto à área de processamento, com fluxo interno adequado e independente para as seções onde são manipulados produtos comestíveis, de fácil acesso.
III – Os sanitários terão sempre à sua saída lavatórios de mãos com torneiras que não utilizem o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.
IV – Estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte são dispensados de dispor de refeitório, sendo proibido o uso de dependências industriais para tal finalidade.
V – O sistema de lavagem de uniformes e outras, deve atender aos princípios das boas práticas de higiene, seja em lavanderia própria ou terceirizada.
VI - Dependências e instalações compatíveis com a finalidade do estabelecimento e apropriadas para as atividades previstas no estabelecimento;
VII - Dependências e instalações industriais de produtos comestíveis separadas por paredes inteiras daquelas que se destinem ao preparo de produtos não comestíveis e daquelas não relacionadas com a produção;
VIII - Dependências e instalações para armazenagem de ingredientes, aditivos, coadjuvantes de tecnologia, embalagens, rotulagem, materiais de higienização, sendo que na pequena agroindústria poderá ser na mesma sala de processamento, desde que devidamente isolada das operações, em armários fechados;
IX - Os produtos químicos e substâncias utilizadas no controle de pragas devem ser armazenados em locais adequados de acordo com a legislação vigente;
X - Gelo, quando necessário, de fabricação própria ou adquirido de terceiros, sendo que o gelo utilizado na conservação de produtos comestíveis, em contato direto com estes, deve ser produzido a partir de água potável;
XI - Laboratório adequadamente equipado, caso necessário, para a garantia da qualidade e da inocuidade do produto.
CAPÍTULO VI - DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE
Art. 36. Os estabelecimentos são responsáveis por assegurar que todas as etapas de beneficiamento e fabricação dos produtos de origem animal sejam realizadas de forma higiênica, a fim de obter produtos inócuos, que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse econômico do consumidor.
Parágrafo único. O estabelecimento deve aplicar controle dos processos de fabricação, adequado a cada tipo de unidade, o qual deve apresentar os registros auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos no presente

Regulamento.
Art. 37. Todas as dependências, equipamentos e utensílios dos estabelecimentos, inclusive reservatórios de água e fábrica e silos de reservatório de gelo, devem ser mantidos em condições de higiene, antes, durante e após a elaboração dos produtos.
§1º Nenhuma matéria-prima ou produto deve permanecer nos locais onde está sendo realizada a operação de limpeza.
§2º Os produtos utilizados na higienização deverão ser previamente aprovados pelo órgão competente;
§3º As instalações de recepção, os alojamentos de animais vivos e os depósitos de resíduos industriais devem ser higienizados regularmente e sempre que necessário.
Art. 38. Os estabelecimentos devem ser mantidos livres de pragas e vetores.
§1º O uso de substâncias para o controle de pragas é permitido nos locais adequados e mediante conhecimento e aprovação do Serviço de Inspeção Municipal.
§2º É proibida a permanência de animais nos estabelecimentos.
Art. 39. Os trabalhadores envolvidos de forma direta ou indireta em todas as etapas de produção devem cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade dos produtos.
Parágrafo único. Os trabalhadores que trabalham em setores onde se manipula material contaminado, ou que exista maior risco de contaminação, devem praticar hábitos higiênicos com maior frequência e não circular em áreas de menor risco de contaminação, de forma a evitar a contaminação cruzada.
Art. 40. A embalagem de produtos abrangidos por esta Lei deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente sobre a rotulagem.
Parágrafo único. Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma visível, contendo informações de rotulagem previstas no caput deste artigo.
Art. 41. Em toda a área industrial é proibida a prática de qualquer hábito que possa causar contaminações nos alimentos, tais como comer, fumar, cuspir ou outras práticas anti-higiênicas, bem como a guarda de alimentos, roupas, objetos e materiais estranhos.
Parágrafo único. Deve ser definido o fluxo de trabalhadores das áreas de forma a evitar a contaminação cruzada.
Art. 42. Durante todas as etapas de elaboração, desde o recebimento da matéria-prima até a expedição, é proibido utilizar utensílios que pela sua forma ou composição possam comprometer a inocuidade da matéria-prima ou do produto, devendo os mesmos ser mantidos em perfeitas condições de higiene e que impeçam contaminações de qualquer natureza.
Art. 43. Os trabalhadores que trabalham no estabelecimento de produtos de origem animal devem estar em boas condições de saúde e dispor de carteira ou atestado de saúde fornecido por médico habilitado, renovada a cada 12 meses.
§1º Nos atestados de saúde de trabalhadores envolvidos na manipulação de produtos deve constar a declaração de que os mesmos estão "aptos a manipular alimentos".
§2° O trabalhador envolvido na manipulação de produtos deve ser imediatamente afastado do trabalho sempre que fique comprovada a existência de doenças que possam contaminar os produtos, comprometendo a inocuidade.
§3º Nos casos de afastamento por questões de saúde, o trabalhador só poderá retornar às atividades depois de apresentar documento de saúde que ateste sua aptidão a manipular alimentos.
Art. 44. Todo o pessoal que trabalha com produtos comestíveis no estabelecimento, deverá usar uniformes de cor clara, em perfeito estado de higiene e conservação, como calça, jaleco, gorro, botas e touca ou boné cor clara tipo frigorífico e outros EPI de acordo com o necessário.
Art. 45. Freezer, câmara frigorífica, antecâmara e túnel de congelamento, quando houver, devem ser higienizados regularmente, respeitadas suas particularidades, pelo emprego de substâncias previamente aprovadas pelo órgão competente.
Art. 46. Nos estabelecimentos de leite e derivados é obrigatória a lavagem e sanitização de vasilhames e dos veículos transportadores de matérias-primas e produtos, podendo ser feito em local terceirizado.
Art. 47. Nos estabelecimentos de produtos das abelhas que recebem matéria-prima em baldes ou tambores permitidos pela legislação vigente, é obrigatória a limpeza e sanitização dos respectivos vasilhames para sua devolução.
CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS
Art. 48. Os estabelecimentos sob Inspeção Municipal ficam obrigados a:
I - Cumprir todas as exigências que forem pertinentes contidas no presente Decreto e em normas complementares;
II - Fornecer os dados e informações de interesse do Serviço de Inspeção até o décimo dia útil de cada mês subsequente ao vencido ou em outro prazo definido pelo serviço de inspeção;
III - Dar aviso antecipado entre 12 e 48 horas, sobre a realização de trabalhos sob inspeção permanente, mencionando sua natureza, hora de início e de provável conclusão;
IV - Sempre que necessário, comunicar a escala de trabalho do estabelecimento, que conterá a natureza das atividades a serem realizadas e os horários de início e de provável conclusão, quando se tratar de estabelecimento sob inspeção em caráter periódico ou, quando se tratar de estabelecimento sob inspeção em caráter permanente, para as demais atividades exceto o abate de animais;
V - Manter locais apropriados para recebimento e guarda de matérias-primas e produtos que necessitem de re-inspeção, bem como para sequestro de carcaças ou partes de carcaça, matérias-primas e produtos suspeitos;
VI - Manter em dia o registro do recebimento de animais, matérias-primas e insumos, especificando procedência e qualidade e saída e destino dos produtos fabricados, que deverá estar disponível para consulta do Serviço de Inspeção, a qualquer momento;
VII – Manter equipe regularmente treinada e habilitada para execução das atividades do estabelecimento;
VIII - Garantir o livre acesso de servidores do SIM à todas as instalações do estabelecimento para a realização dos trabalhos de inspeção, supervisão, auditoria, colheita de amostras, verificação de documentos ou outros procedimentos de inspeção previstos no presente Decreto;
IX - Realizar imediatamente o recolhimento dos produtos elaborados e eventualmente expostos à venda quando for constatado desconformidade que possa incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor;
X - Manter as instalações, os equipamentos e os utensílios em condições de manutenção adequadas para a finalidade a que se destinam.
Art. 49. Quando cancelado o registro sanitário os materiais pertencentes ao SIM, inclusive de natureza científica, os documentos, certificados, lacres e carimbos oficiais serão recolhidos pelo Serviço de Inspeção.
Art. 50. No caso de cancelamento de registro do estabelecimento, fica o mesmo obrigado a inutilizar a rotulagem existente em estoque, sob supervisão do Serviço de Inspeção.
Art. 51. Os estabelecimentos devem apresentar toda documentação solicitada pelo Serviço de Inspeção, seja ela de natureza analítica ou registros de controle de recebimento, estoque, produção, comercialização ou quaisquer outros necessários às atividades de inspeção.
Art. 52. Todos os estabelecimentos de leite e derivados e de produtos das abelhas e derivados devem registrar as entradas, saídas e

estoques de matérias-primas e produtos, especificando origem, quantidade, resultados de análises de seleção e destino.
§1º Em estabelecimentos de leite e derivados, quando do recebimento de matéria-prima a granel, devem ser arquivados a etiqueta lacre e o boletim de análises, para fins de verificação do serviço de inspeção.
§2º Os estabelecimentos de leite, produtos lácteos ou de produtos das abelhas que recebem matérias-primas devem manter atualizado o cadastro desses produtores em sistema de informação aprovado pelo Serviço de Inspeção Municipal.
Art. 53. Os estabelecimentos devem dispor de programas de autocontrole implantados e verificados por eles mesmos, contendo registros sistematizados e auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos neste Decreto e em normas complementares, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos, até a expedição destes.
Parágrafo único. Os programas de autocontrole devem incluir o bem-estar animal, quando aplicável, as BPF, POP, PPHO, APPCC quando pertinente, ou outra ferramenta equivalente reconhecida pelo SIM.
Art. 54. Os programas de autocontrole podem ser aplicados de forma simplificada nas agroindústrias de pequeno porte e de processamento artesanal, adequados e compatíveis com a pequena escala de produção.
Art. 55. Na hipótese de constatação de perda das características originais de conservação, é proibida a recuperação de frio dos produtos e das matérias-primas que permaneceram em condições inadequadas de temperatura.
Parágrafo único. Os produtos e as matérias-primas que apresentarem sinais de perda de suas características originais de conservação devem ser armazenados em condições adequadas até sua destinação pertinente.
Art. 56. Os estabelecimentos só podem expor à venda e distribuir produtos que:
I - Não representem risco à saúde pública;
II - Não tenham sido adulterados;
III - Tenham assegurada a rastreabilidade nas fases de obtenção, recepção, fabricação e de expedição; e
IV - Atendam às especificações aplicáveis estabelecidas neste Decreto ou em normas complementares.
Parágrafo único. Os estabelecimentos adotarão as providências necessárias para o recolhimento de lotes de produtos que representem risco à saúde pública ou que tenham sido adulterados.
CAPÍTULO VIII - PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE
Art. 57. A utilização de aditivos ou coadjuvantes de tecnologia deve atender aos limites estabelecidos pelo órgão regulador da saúde e pelo SIM, observado o que segue:
I - O órgão regulador da saúde definirá os aditivos e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em cada tipo de alimento e seus limites máximos de adição; e
II - O SIM adotará as normas brasileiras vigentes, sobre os aditivos e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos, aqueles que possam ser utilizados nos produtos de origem animal e seus limites máximos, quando couber.
§1º O uso de antissépticos, produtos químicos, extratos e infusões de plantas ou tinturas fica condicionado à aprovação prévia pelo órgão regulador da Saúde e à autorização pelo SIM.
§2º É proibido o emprego de substâncias que possam ser prejudiciais ou nocivas ao consumidor.
Art. 58. O sal e seus substitutivos, os condimentos e as especiarias empregados no preparo de produtos de origem animal devem ser isentos de substâncias estranhas à sua composição e devem atender à legislação específica.
Art. 59. É proibido o reaproveitamento de sal para produtos comestíveis, após seu uso em processos de salga.
Art. 60. É proibido o emprego de salmouras turvas, sujas, alcalinas, com cheiro amoniacal, fermentadas ou inadequadas por qualquer outra razão.
Art. 61. O SIM seguirá os padrões definidos em Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade - RTIQs instituídos em normas do Ministério da Agricultura, Pecuária – MAPA.
Art. 62. Os produtos de origem animal devem atender aos parâmetros e aos limites microbiológicos, físico-químicos, de resíduos de produtos de uso veterinário, contaminantes e outros estabelecidos neste Decreto, em RTIQ ou em legislação vigente do Ministério da Agricultura – MAPA.
CAPÍTULO IX - DO REGISTRO DE PRODUTOS, DA EMBALAGEM E DA ROTULAGEM
Seção 1 - Do registro dos produtos
Art. 63. Os produtos de origem animal comestíveis produzidos para fins de comercialização no Município de Seara, devem ser registrados no SIM.
§1° O processo de registro dos produtos compreende o fornecimento de informações e documentos definidos neste Decreto.
§2º O registro de que trata o caput abrange informações sobre a formulação, o processo de fabricação e o rótulo dos produtos.
§3° Os estabelecimentos serão responsáveis pelas informações e documentos solicitados, bem como deverão atender a legislação vigente sobre a rotulagem.
§4º O procedimento de registro dos produtos poderá ser realizado em meio físico ou em sistema informatizado quando disponibilizado pelo SIM.
§5º As informações e os documentos referentes ao processo de registro serão avaliados para a concessão do registro de cada produto e o rótulo dos produtos não serão objetos de análise e aprovação prévia pelo SIM.
§6º O registro de produtos comestíveis não regulamentados será concedido mediante aprovação prévia da formulação e do processo de fabricação do produto.
§7º São isentos do procedimento de registro definido neste artigo a pururuca e torresmo de carne de porco, farinha láctea, pólen apícola, própolis, apitoxina, pólen de abelhas sem ferrão, própolis de abelhas sem ferrão e outros produtos que poderão vir a serem dispensados pelo SIM, de acordo com legislação vigente e o nível de risco sanitário.
§8° Após o cumprimento pelo estabelecimento de todos os procedimentos definidos neste Decreto, o SIM emitirá documento relativo ao registro dos produtos.
Art. 64. No processo de registro, devem constar:
I – Matérias-primas e ingredientes com discriminação das quantidades e dos percentuais utilizados;
II - Descrição das etapas de recepção de armazenamento de matérias-primas e ingredientes, de manipulação, de beneficiamento, de industrialização, de fracionamento, de conservação, de embalagem, de armazenamento e de transporte do produto;
III - Croqui do rótulo a ser utilizado.
Parágrafo único. Para registro podem ser exigidas informações ou documentações complementares, conforme critérios estabelecidos pelo

SIM.
Art. 65. É permitida a fabricação de produtos de origem animal não previstos neste Decreto ou em normas complementares, sendo que seu processo de fabricação e sua composição serão analisados e aprovados previamente pelo SIM.
§1º No processo de registro de produtos de que trata o caput, além dos requisitos estabelecidos no art. 64, o requerente deve apresentar ao SIM:
I – Proposta de denominação de venda do produto;
II – Especificação dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos do produto, seus requisitos de identidade e de qualidade e seus métodos de avaliação da conformidade, observadas as particularidades de cada produto;
III – Informações acerca do histórico do produto, quando existentes;
IV – Embasamento em legislação nacional ou internacional, quando existentes; e
V – Literatura técnico-científica relacionada à fabricação do produto, ou similares, quando existente.
§2º O SIM julgará a pertinência dos pedidos de registro considerados:
I – A segurança e a inocuidade do produto;
II – Os requisitos de identidade e de qualidade propostos, com vistas a preservar os interesses dos consumidores; e
III – A existência de métodos validados de avaliação da conformidade do produto final.
§3º Nos casos em que a tecnologia proposta possua similaridade com processos produtivos já existentes, também será considerado na análise da solicitação a tecnologia tradicional de obtenção do produto e as características consagradas pelos consumidores.
Art. 66. As informações contidas no registro do produto devem corresponder exatamente aos procedimentos realizados pelo estabelecimento.
Art. 67. Todos os ingredientes e os aditivos apresentados de forma combinada devem dispor de informação clara sobre sua composição e seus percentuais nas solicitações de registro.
Art. 68. Os coadjuvantes de tecnologia empregados na fabricação devem ser discriminados no processo de fabricação.
Art. 69. Nenhuma modificação na formulação, no processo de fabricação ou no rótulo pode ser realizada sem prévia atualização do registro no SIM, ou autorização quando pertinente.
Seção 2 - Da embalagem
Art. 70. Os produtos de origem animal devem ser acondicionados ou embalados em recipientes que confiram a necessária proteção, atendidas as características específicas do produto e as condições de armazenamento e transporte.
§1º O material utilizado para a confecção das embalagens que entram em contato direto com o produto deve ser previamente autorizado pelo órgão regulador da saúde.
§2º Quando houver interesse sanitário ou tecnológico, de acordo com a natureza do produto, pode ser exigida embalagem ou acondicionamento específico.
Art. 71. É permitida a reutilização de recipientes de vidros, e de outro material a critério do SIM, quando íntegros e higienizados, para o envase ou o acondicionamento de produtos e de matérias-primas utilizadas na alimentação humana, exceto para o envase de leite e iogurte.
Parágrafo único. É permitida a reutilização de caixas de papelão para segunda embalagem, exceto caixas utilizadas em produtos não comestíveis.
Art. 72. É proibida a reutilização de recipientes que tenham sido empregados no acondicionamento de produtos ou de matérias-primas de uso não comestível, para o envase ou o acondicionamento de produtos comestíveis, de acordo com a avaliação do SIM.
Seção 3 - Da Rotulagem
Art. 73. Para os fins deste Decreto, entende-se por rótulo ou rotulagem toda inscrição, legenda, imagem e toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo, litografada ou colada sobre a embalagem ou contentores do produto de origem animal destinado ao comércio, com vistas à identificação.
Art. 74. Os estabelecimentos podem expedir ou comercializar somente produtos de origem animal registrados ou isentos de registro pelo SIM, de acordo com o estabelecido neste Decreto, identificados por meio de rótulos, dispostos em local visível, seja quando forem destinados para venda para estabelecimentos de comercialização, seja quando enviados a outros estabelecimentos em que serão processados.
§1º O rótulo deve ser resistente às condições de armazenamento e de transporte dos produtos e, quando em contato direto com o produto, o material utilizado em sua confecção deve ser previamente autorizado pelo órgão regulador da saúde.
§2º As informações constantes nos rótulos devem ser visíveis, com caracteres legíveis, em cor contrastante com o fundo e indeléveis, conforme legislação vigente.
§3º Os rótulos devem possuir identificação que permita a rastreabilidade dos produtos.
Art. 75. A forma de indicação de ingredientes, aditivos e coadjuvantes de tecnologia em produtos de origem animal e a sua forma de indicação na rotulagem devem atender à legislação específica.
Art. 76. Os rótulos podem ser utilizados somente nos produtos registrados ou isentos de registro aos quais correspondam e as informações expressas na rotulagem devem retratar fidedignamente a verdadeira natureza, a composição e as características do produto.
Art. 77. Além das exigências previstas neste Decreto e em legislação específica vigente do Ministério da Agricultura, os rótulos devem conter de forma clara e legível:
I. Nome do produto;
II. Nome empresarial, endereço e telefone do estabelecimento produtor;
III. Carimbo oficial do SIM;
IV. CNPJ ou CPF, nos casos em que couber;
V. Marca comercial do produto, quando houver;
VI. Prazo de validade e identificação do lote;
VII. Lista de ingredientes, aditivos e coadjuvantes;
VIII. Indicação do número de registro do produto no SIM;
IX. Identificação do país de origem;
X. Instruções sobre a conservação do produto;
XI. Indicação quantitativa, conforme legislação do órgão competente;
XII. Instruções sobre o preparo e o uso do produto, quando necessário;
XIII. Identificação de consórcio de municípios, quando houver.
XIV. Indicação de alérgicos.

§1º O prazo de validade e a identificação do lote devem ser impressos, gravados ou declarados por meio de carimbo, conforme a natureza do continente ou do envoltório, observadas as normas complementares.
§2º No caso de terceirização da produção deve constar a expressão "Fabricado por", ou expressão equivalente, seguida da identificação do fabricante, e a expressão "Para", ou expressão equivalente, seguida da identificação do estabelecimento contratante.
§3º Quando ocorrer apenas o processo de fracionamento ou de embalagem de produto, deve constar a expressão "Fracionado por" ou "Embalado por", respectivamente.
§4º Nos casos de que trata o §3º, deve constar a data de fracionamento ou de embalagem e a data de validade, com prazo menor ou igual ao estabelecido pelo fabricante do produto, exceto em casos particulares, conforme critérios definidos pelo SIM.
§5º Na rotulagem dos produtos isentos de registro deverá constar a expressão "Produto Isento de Registro no SIM", em substituição à informação de que trata o inciso IX do caput.
Art. 78. Nos rótulos podem constar referências a prêmios ou a menções honrosas, desde que sejam devidamente comprovadas as suas concessões na solicitação de registro, ou de alteração de registro e mediante inclusão na rotulagem de texto informativo ao consumidor para esclarecimento sobre os critérios, o responsável pela concessão e o período.
Art. 79. Na composição de marcas, é permitido o emprego de desenhos alusivos a elas.
Parágrafo único. O uso de marcas, de dizeres ou de desenhos alusivos a símbolos ou quaisquer indicações referentes a atos, a fatos ou a estabelecimentos, deve cumprir a legislação específica.
Art. 80. Nos rótulos dos produtos de origem animal é vedada a presença de expressões, marcas, vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam transmitir informações falsas, incorretas, insuficientes ou que possam, direta ou indiretamente, induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano em relação à verdadeira natureza, composição, rendimento, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, características nutritivas ou forma de uso do produto.
§1º Os rótulos dos produtos de origem animal não podem destacar a presença ou ausência de componentes que sejam intrínsecos ou próprios de produtos de igual natureza, exceto nos casos previstos em legislação específica.
§2º Os rótulos dos produtos de origem animal não podem indicar propriedades medicinais ou terapêuticas.
§3º O uso de alegações de propriedade funcional ou de saúde em produtos de origem animal deve ser previamente aprovado pelo órgão regulador da Saúde, atendendo aos critérios estabelecidos em legislação específica.
§4º As marcas que infringirem o disposto neste artigo sofrerão restrições ao seu uso.
Art. 81. É facultada a aposição no rótulo de informações que remetam a sistema de produção específico ou a características específicas de produção no âmbito da produção primária, observadas as regras estabelecidas pelo órgão competente.
§1º Na hipótese de inexistência de regras ou de regulamentação específica sobre os sistemas ou as características de produção de que trata o caput, o estabelecimento deverá apor texto explicativo na rotulagem, em local de visualização fácil, que informará ao consumidor as características do sistema de produção.
§2º A veracidade das informações prestadas na rotulagem nos termos do disposto no §1º perante os órgãos de defesa dos interesses do consumidor é de responsabilidade exclusiva do estabelecimento.
Art. 82. Poderão constar expressões de qualidade na rotulagem quando estabelecidas especificações correspondentes para um determinado produto de origem animal em regulamento técnico de identidade e qualidade específico.
§1º Na hipótese de inexistência de especificações de qualidade em regulamentação específica de que trata o caput e observado o disposto no art. 80, a indicação de expressões de qualidade na rotulagem é facultada, desde que sejam seguidas de texto informativo ao consumidor para esclarecimento sobre os critérios utilizados para sua definição.
§2º Os parâmetros ou os critérios utilizados, mencionados no §1°, devem ser baseados em evidências técnico-científicas, mensuráveis e auditáveis, e devem ser descritos no processo de registro.
§3º A veracidade das informações prestadas na rotulagem nos termos do disposto nos §1º e §2º perante os órgãos de defesa dos interesses do consumidor é de responsabilidade exclusiva do estabelecimento.
Art. 83. Os rótulos devem ser impressos, litografados, gravados ou pintados, respeitados a ortografia oficial e o sistema legal de unidades e de medidas.
Art. 84. Nenhum rótulo, etiqueta ou selo pode ser aplicado de modo que esconda ou encubra, total ou parcialmente, dizeres obrigatórios de rotulagem ou o carimbo do SIM.
Art. 85. Os rótulos e carimbos do SIM devem referir-se ao último estabelecimento onde o produto foi submetido a algum processamento, fracionamento ou embalagem.
Art. 86. A rotulagem dos produtos de origem animal deve atender às determinações estabelecidas neste Decreto, em normas complementares e em legislação específica.
Art. 87. O produto deve seguir a denominação de venda do respectivo RTIQ.
§1º O pescado deve ser identificado com a denominação comum da espécie, podendo ser exigida a utilização do nome científico conforme estabelecido em legislação vigente.
§2º Os ovos que não sejam de galinhas devem ser denominados segundo a espécie de que procedam.
§3º Os derivados lácteos fabricados com leite que não seja de vaca devem possuir em sua rotulagem a designação da espécie que lhe deu origem, exceto para os produtos que, em função da sua identidade, são fabricados com leite de outras espécies que não a bovina.
§4º Os queijos elaborados a partir de processo de filtração por membrana podem utilizar em sua denominação de venda o termo queijo, porém sem fazer referência a qualquer produto fabricado com tecnologia convencional.
§5º A farinha láctea deve apresentar no painel principal do rótulo o percentual de leite contido no produto.
Art. 88. Casos de designações de produtos não previstas neste Decreto e em normas complementares serão submetidos à avaliação do SIM.
Art. 89. As carcaças, os quartos ou as partes de carcaças em natureza de bovinos, búfalos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos e ratitas, destinados ao comércio varejista ou em trânsito para outros estabelecimentos recebem o carimbo do SIM diretamente em sua superfície e devem possuir, além deste, etiqueta lacre inviolável.
1º As etiquetas-lacres e os carimbos devem conter as exigências previstas neste Decreto e em normas complementares.
§2º Os miúdos devem ser identificados com carimbo do SIM, conforme legislação vigente.
Art. 90. Os produtos cárneos que contenham carne e produtos vegetais devem dispor nos rótulos a indicação das respectivas percentagens.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos condimentos e às especiarias.
Art. 91. A água adicionada aos produtos cárneos deve ser declarada em percentuais, na lista de ingredientes do produto, exceto quando formar parte de salmoura, xaropé, caldo, molhos ou similares conforme declarados na lista de ingredientes.

§1° Ingredientes compostos, quando houver, devem ser declarados com os ingredientes que o compõem entre parênteses e em ordem decrescente.
§2° Sempre que a quantidade de água adicionada for superior a três por cento, o percentual de água adicionado ao produto deve ser informado, adicionalmente, no painel principal da rotulagem.
§3° Quando se tratar de produtos de origem animal desidratados, concentrados, condensados ou evaporados, que necessitam de reconstituição para seu consumo através da adição de água, os ingredientes podem ser enumerados em ordem de proporção (m/m) no produto de origem animal reconstituído e deverá ser incluída a seguinte expressão: "Ingredientes do produto preparado segundo as indicações do rótulo".
Art. 92. Os produtos que não sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto não podem utilizar rótulos, ou qualquer forma de apresentação, que declarem, impliquem ou sugiram que estes produtos sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto, ou que façam alusão a um ou mais produtos do mesmo tipo.
§1º Para os fins deste Decreto, entende-se por termos lácteos os nomes, denominações, símbolos, representações gráficas ou outras formas que sugiram ou façam referência, direta ou indiretamente, ao leite ou aos produtos lácteos.
§2º Fica excluída da proibição prevista no caput a informação da presença de leite, produto lácteo ou produto lácteo composto na lista de ingredientes.
§3º Fica excluída da proibição prevista no caput a denominação de produtos com nome comum ou usual, consagrado pelo seu uso corrente, como termo descritivo apropriado, desde que não induza o consumidor a erro ou engano, em relação à sua origem e à sua classificação.
Art. 93. Quando se tratar de pescado fresco, respeitadas as peculiaridades inerentes à espécie e às formas de apresentação do produto, o uso de embalagem pode ser dispensado, desde que o produto seja identificado nos contentores de transporte.
Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao pescado recebido diretamente da produção primária.
Art. 94. Tratando-se de pescado descongelado, deve ser incluída na designação do produto a palavra "descongelado", devendo o rótulo apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito, a expressão "NÃO RECONGELAR".
Art. 95. Na rotulagem do mel, do mel de abelhas sem ferrão e dos derivados dos produtos das abelhas deve constar a advertência "Este produto não deve ser consumido por crianças menores de um ano de idade", em caracteres destacados, nítidos e de fácil leitura.
Art. 96. O rótulo de mel para uso industrial, sem prejuízo das demais exigências estabelecidas em legislação específica, deve atender aos seguintes requisitos:
I - Não conter indicações que façam referência à sua origem floral ou vegetal; e
II - Conter a expressão "Proibida a venda fracionada.".
CAPÍTULO X - DOS CARIMBOS DE INSPEÇÃO
Art. 97. O carimbo de inspeção representa a marca oficial do SIM e constitui a garantia de que o produto é procedente de estabelecimento inspecionado e fiscalizado pelo SIM do Município de Seara.
Art. 98. O número de registro do estabelecimento deve ser identificado no carimbo oficial, cujos formatos, dimensões e empregos são fixados neste Decreto.
§1º O carimbo deve conter:
I - A expressão "PREFEITURA DE", na borda superior externa;
II - A palavra "SEARA SC", na parte superior interna;
III - palavra "Inspecionado", ao centro;
IV - O número de registro do estabelecimento, abaixo da palavra "Inspecionado";
V - As iniciais "SIM", na borda inferior interna.
§2º As iniciais "SIM" significam "Serviço de Inspeção Municipal".
§3º O número de registro do estabelecimento constante do carimbo de inspeção não é precedido da designação "número" ou de sua abreviatura (nº) e é aplicado no lugar correspondente, equidistante dos dizeres ou das letras e das linhas que representam a forma.
§4º Pode ser dispensado o uso da expressão "Unidade de Desenvolvimento Rural" na borda superior dos carimbos oficiais de inspeção, nos casos em que os carimbos forem gravados em relevo em vidros, latas, plásticos termo moldáveis, lacres e os apostos em carcaças.
Art. 99. Os carimbos do SIM devem obedecer exatamente à descrição e aos modelos determinados neste Decreto ou em normas complementares, respeitadas as dimensões, a forma, os dizeres, o idioma, o tipo e o corpo de letra e devem ser colocados em destaque nas testeiras das caixas e de outras embalagens, nos rótulos ou nos produtos, numa cor única, de preferência preta, quando impressos, gravados ou litografados.
Parágrafo único. Nos casos de embalagens pequenas, cuja superfície visível para rotulagem seja menor ou igual a 10 cm² (dez centímetros quadrados), o carimbo não necessita estar em destaque em relação aos demais dizeres constantes no rótulo.
Art. 100. Quando constatadas irregularidades nos carimbos, estes devem ser imediatamente inutilizados pelo SIM, sem prejuízo da apuração da responsabilidade administrativa do estabelecimento e/ou responsável em processo administrativo próprio.
Art. 101. Os diferentes modelos de carimbos do SIM a serem usados nos estabelecimentos inspecionados e fiscalizados pelo SIM devem obedecer às seguintes especificações, além de outras que poderão ser estabelecidas em normas complementares:
§ 1º Os carimbos a que se refere o caput serão em quatro formatos:
I - Modelo 1: em formato redondo, aplicado em produto de origem animal comestível.
II - Modelo 2: em formato quadrado, aplicado em produtos de origem animal não comestível.
III - Modelo 3: em formato retangular, aplicado para produtos de origem animal condenados.
IV - Modelo 4: em formato de losango, aplicado para produtos destinadas ao preparo de produtos submetidos aos processos de esterilização pelo calor (E), de salga (S), de cozimento (C), de tratamento pelo frio (TF) ou de fusão pelo calor (FC), com uso das respectivas letras "E", "S", "C", "TF" ou "FC".
§ 2º Os carimbos obedecerão aos seguintes tamanhos:
I - Carcaças de grandes animais:
a) dimensões: 7cm x 5cm (sete centímetros por cinco centímetros);
b) uso: para carcaça ou quartos de bovinos, de búfalos, de equídeos e de ratitas em condições de consumo em natureza, aplicado sobre as carcaças ou sobre os quartos das carcaças.
II - Carcaças de médios animais:
a) dimensões: 5cm x 3cm (cinco centímetros por três centímetros);

b) uso: para carcaças de suídeos, de ovinos e de caprinos em condições de consumo em natureza, aplicado sobre as carcaças ou sobre os quartos das carcaças.
III - Para rótulos em gerais:
a) dimensões:
1) 1cm (um centímetro) de diâmetro, quando aplicado em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 10 cm² (dez centímetros quadrados);
2) 2cm (dois centímetros) ou 3cm (três centímetros) de diâmetro, quando aplicado nas embalagens de peso até 1kg (um quilograma);
3) 4cm (quatro centímetros) de diâmetro, quando aplicado em embalagens de peso superior a 1kg (um quilograma) até 10kg (dez quilogramas); ou
4) 5cm (cinco centímetros) de diâmetro, quando aplicado em embalagens de peso superior a 10kg (dez quilogramas);
b) uso: para rótulos ou etiquetas de produtos de origem animal utilizados na alimentação humana.
§1º É permitida a impressão do carimbo em relevo ou pelo processo de impressão automática a tinta, indelével, na tampa ou no fundo das embalagens, quando as dimensões destas não possibilitarem a impressão do carimbo no rótulo.
§2º Nos casos de etiquetas-lacres de carcaça e de etiquetas para identificação de caminhões tanques, o carimbo de inspeção deve apresentar a forma e os dizeres previstos no modelo 3, com 4cm (quatro centímetros) de diâmetro.
§3º A aplicação e controle do uso de lacres e de etiquetas-lacre em produtos, contentores ou veículos de transporte em que sua aposição seja necessária é de responsabilidade dos estabelecimentos, exceto em situações específicas determinadas pelo órgão de saúde animal competente.
CAPÍTULO XI - DA ANÁLISE LABORATORIAL
Art. 102. As matérias-primas, os produtos de origem animal, água e toda e qualquer substância que entre em suas elaborações, estão sujeitos a análises físicas, microbiológicas, físico-químicas e demais análises que se fizerem necessárias para a avaliação da conformidade.
Parágrafo único. Sempre que o SIM julgar necessário, realizará a coleta de amostras para análises laboratoriais, que seguira devidamente lacrada.
Art. 103. As metodologias analíticas devem ser padronizadas e validadas pela autoridade competente.
Parágrafo único. Em casos excepcionais, a critério do SIM, podem ser aceitas metodologias analíticas além das adotadas oficialmente, desde que reconhecidas por instituições de pesquisa e devem ser obrigatoriamente mencionadas nos respectivos laudos.
Art. 104. Para realização das análises fiscais, deve ser coletada amostra em triplicata da matéria-prima, do produto ou de qualquer substância que entre em sua elaboração, asseguradas a sua inviolabilidade e a sua conservação.
§1º Uma das amostras coletadas deve ser encaminhada ao laboratório e as demais devem ser utilizadas como contraprova, sendo que uma amostra deverá ser entregue ao detentor ou ao responsável pelo produto e a outra amostra deverá ser mantida em poder do SIM.
§2º É de responsabilidade do detentor ou do responsável pelo produto, a conservação de sua amostra de contraprova, de modo a garantir a sua integridade física até que a amostra seja liberada pelo SIM, seja para comercialização, descarte ou análise de contraprova requerida.
§3º Não devem ser coletadas amostras fiscais em triplicata quando:
I - A quantidade ou a natureza do produto não permitirem;
II - O produto apresentar prazo de validade exíguo, sem que haja tempo hábil para a realização da análise de contraprova;
III - Se tratar de análises fiscais realizadas durante os procedimentos de rotina de inspeção;
IV - Forem destinadas à realização de análises microbiológicas, por ser considerada impertinente a análise de contraprova nestes casos; e
V - Se tratar de ensaios para detecção de analitos que não se mantenham estáveis ao longo do tempo.
§4º Para os fins do inciso II do § 3º considera-se que o produto apresenta prazo de validade exíguo quando possuir prazo de validade remanescente igual ou inferior a quarenta e cinco dias, contado da data da coleta.
Art. 105. A coleta de amostra de matéria-prima, de produto ou de qualquer substância que entre em sua elaboração e de água de abastecimento, para análise fiscal deve ser efetuada por servidores do SIM.
§1º A amostra deve ser coletada, sempre que possível, na presença do detentor do produto ou de seu representante, conforme o caso.
§2º Não deve ser coletada amostra de produto cuja identidade, composição, integridade ou conservação esteja comprometida.
Art. 106. As amostras para análises devem ser coletadas, manuseadas, acondicionadas, identificadas e transportadas de modo a garantir a manutenção de sua integridade física e a conferir conservação adequada ao produto.
Parágrafo único. A autenticidade das amostras deve ser garantida pela autoridade competente que estiver procedendo à coleta.
Art. 107. Nos casos de resultados de análises fiscais que não atendam ao disposto na legislação, o SIM notificará o interessado dos resultados analíticos obtidos e adotará as ações fiscais e administrativas pertinentes.
Art. 108. É facultado ao interessado requerer ao SIM a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que couber, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da data da ciência do resultado.
§1º Ao requerer a análise da contraprova, o interessado deve indicar no requerimento o nome do assistente técnico para compor a comissão pericial e poderá indicar um substituto.
§2º O interessado deve ser notificado sobre a data, a hora e o laboratório definido pela autoridade competente do SIM, em que se realizará a análise pericial na amostra de contraprova, com antecedência mínima de setenta e duas horas.
§3º Deve ser utilizada na análise pericial a amostra de contraprova que se encontra em poder do detentor ou do interessado.
§4º Deve ser utilizada na perícia de contraprova o mesmo método de análise empregado na análise fiscal, salvo se houver concordância da comissão pericial quanto à adoção de outro método.
§5º A análise pericial não deve ser realizada no caso da amostra de contraprova apresentar indícios de alteração ou de violação.
§6º Na hipótese de que trata o § 5º deve ser considerado o resultado da análise fiscal.
§7º Em caso de divergência quanto ao resultado da análise fiscal ou discordância entre os resultados da análise fiscal com o resultado da análise pericial de contraprova, deve-se realizar novo exame pericial sobre a amostra de contraprova em poder do laboratório ou do SIM.
§8º O não comparecimento do representante indicado pelo interessado na data e na hora determinadas ou a inexistência da amostra de contraprova sob a guarda do interessado implica a aceitação do resultado da análise fiscal.
Art. 109. O solicitante, quando indicar assistente técnico ou substituto para acompanhar análises periciais, deverá comprovar que os indicados possuem formação e competência técnica para acompanhar a análise pericial.
§1º Na hipótese de o assistente técnico ou substituto indicado não atender aos requisitos de formação e competência técnica de que trata o caput, o pedido de realização de análise pericial da amostra de contraprova será considerado protelatório.
§2º Na hipótese de que trata o §1º, o pedido de realização de análise pericial da amostra de contraprova será indeferido e será considerado

o resultado da análise fiscal.
§3° No caso de agroindústria de pequeno porte e de processamento artesanal o substituto previsto no §1° poderá ser o próprio proprietário ou outra pessoa indicada por ele.
Art. 110. O interessado poderá apresentar manifestação adicional quanto ao resultado da análise pericial da amostra de contraprova no processo de apuração de infrações no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de assinatura da ata de análise pericial de contraprova.
§1º A contagem do prazo de que trata o caput será iniciada na data da cientificação oficial se esta ocorrer em dia útil, não o sendo, será iniciada no primeiro dia útil subsequente.
§2° Aplica-se à contagem do prazo de que trata o caput, considerada, para este fim, como data da cientificação oficial a data de assinatura da ata de análise pericial de contraprova.
§3º O resultado da análise pericial da amostra de contraprova e a manifestação adicional do interessado quanto ao resultado, caso apresentado, serão avaliados e considerados na motivação da decisão administrativa.
Art. 111. O estabelecimento deve realizar controle de seu processo produtivo, por meio de análises físicas, microbiológicas, físico-químicas e demais que se fizerem necessárias para a avaliação da conformidade de matérias-primas e de produtos de origem animal prevista em seu programa de autocontrole, de acordo com métodos com reconhecimento técnico e científico comprovados, e dispondo de evidências auditáveis que comprovem a efetiva realização do referido controle.
Parágrafo único. Na agroindústria de pequeno porte a coleta de amostras para análises poderá ser em períodos mais longos entre uma amostra e outra.
Art. 112. A coleta de amostras de produtos de origem animal registrados no SIM pode ser realizada em estabelecimentos varejistas, em caráter supletivo, com vistas a atender a programas e a demandas específicas.
Art. 113. Os procedimentos de coleta, de acondicionamento e de remessa de amostras para análises fiscais, bem como sua frequência, serão estabelecidos pelo SIM em normas complementares.
Art. 114. Após o laudo da análise ser emitido, é responsabilidade do SIM realizar a validação do resultado bem como a decisão pelas ações necessárias em caso de não conformidade.
CAPÍTULO XII - DO TRÂNSITO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
Art. 115. O trânsito de matérias-primas e de produtos de origem animal deve ser realizado por meio de transporte apropriado, de modo a garantir a manutenção de sua integridade e a permitir sua conservação.
Art. 116. Os veículos, os contentores ou os compartimentos devem ser higienizados e desinfetados antes e após o transporte.
§1º Os veículos, os contentores ou os compartimentos utilizados para o transporte de matérias-primas e de produtos frigorificados devem dispor de isolamento térmico e, quando necessário, de equipamento gerador de frio, além de instrumento de controle de temperatura, em atendimento ao disposto em normas complementares.
§2º O transporte de matérias-primas e de produtos frigorificados de agroindústria de pequeno porte e de processamento artesanal poderá ser em veículo sem equipamento gerador de frio, acondicionados em caixas com isolamento térmico, desde que mantenha a temperatura dos produtos estabelecida na legislação vigente, até a chegada ao destino.
§3° É proibido o transporte de pescado fresco a granel, que não estejam acomodados em caixas ou outros tipos de embalagens, com exceção das espécies de grande tamanho conforme critérios definidos SIM e de matéria-prima que seja oriunda diretamente do produtor ou pescador.
Art. 117. As matérias-primas e os produtos de origem animal fabricados em estabelecimentos sob inspeção municipal, quando devidamente registrados ou isentos de registro, têm livre comércio no território municipal, observadas:
a) as exigências do órgão de saúde animal quanto ao trânsito de produtos; e
b) as demais exigências previstas neste Decreto e em legislação vigente.
CAPÍTULO XIII – PENALIDADES
Art. 118. As penalidades a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
Art. 119. Sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, a infração ao disposto neste Decreto ou em normas complementares referentes aos produtos de origem animal, considerada a sua natureza e a sua gravidade, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:
I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;
II - multa, nos casos não compreendidos no inciso I, tendo como valor máximo o correspondente ao valor fixado em legislação específica, observadas as seguintes gradações:
a) para infrações leves, multa de dez a vinte por cento do valor máximo;
b) para infrações moderadas, multa de vinte a quarenta por cento do valor máximo;
c) para infrações graves, multa de quarenta a oitenta por cento do valor máximo; e
d) para infrações gravíssimas, multa de oitenta a cem por cento do valor máximo;
III - apreensão ou condenação das matérias-primas e dos produtos de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;
IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;
V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas; e
VI - cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento.
§ 1º As multas previstas no inciso II do caput serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.
§ 2º A suspensão de atividades de que trata o inciso IV do caput e a interdição de que trata o inciso V do caput serão levantadas nos termos do disposto no art. 517 e art. 517-A, do Decreto do MAPA nº 9.013, de 29 de março de 2017.
§ 3º Se a interdição total ou parcial não for levantada, nos termos do § 2º, após doze meses, será cancelado o registro ou o relacionamento do estabelecimento.
§ 4º As sanções de que tratam os incisos IV e V do caput poderão ser aplicadas de forma cautelar, sem prejuízo às medidas cautelares previstas no art. 495, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017.

Art. 120. Os produtos apreendidos nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 508, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017 e perdidos em favor da União, que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome.
Art. 121. Para fins de aplicação da sanção de multa de que trata o inciso II do art. 508 do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017, são consideradas:
I - infrações leves as compreendidas nos incisos I a VII e inciso XXXII do caput do art. 496, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017;
II - infrações moderadas as compreendidas nos incisos VIII a XVI, inciso XXXIII e inciso XXXIV do caput do art. 496, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017;
III - infrações graves as compreendidas nos incisos XVII a XXIII e incisos XXXV a XXXVII do caput do art. 496, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017; e
IV - infrações gravíssimas as compreendidas nos incisos XXIV a XXXI e incisos XXXVIII a XLIV do caput do art. 496, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017;
§ 1º As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.
§ 2º Aos que cometerem outras infrações a este Decreto ou às normas complementares, será aplicada multa no valor compreendido entre dez e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e seu impacto na saúde pública ou na saúde animal, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no art. 510, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017.
Art. 122. Para efeito da fixação dos valores da multa de que trata o inciso II do caput do art. 508 (do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017), serão considerados, além da gravidade do fato, em vista de suas consequências para a saúde pública e para os interesses do consumidor, os antecedentes do infrator e as circunstâncias atenuantes e agravantes.
§ 1º São consideradas circunstâncias atenuantes:
I - o infrator ser primário na mesma infração;
II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;
III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;
IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé;
V - a infração ter sido cometida acidentalmente;
VI - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator;
VII - a infração não afetar a qualidade do produto;
VIII - o infrator comprovar que corrigiu a irregularidade que motivou a infração, até o prazo de apresentação da defesa;
IX - o infrator ser estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos agropecuários que se enquadra nas definições dos incisos I ou II do caput do art. 3º ou do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006.
§ 2º São consideradas circunstâncias agravantes:
I - o infrator ser reincidente específico;
II - o infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;
III - o infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;
IV - o infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;
V - a infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;
VI - o infrator ter colocado obstáculo ou embaraço à ação da fiscalização ou à inspeção;
VII - o infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou
VIII - o infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.
§ 3º Na hipótese de haver concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena deve ser considerada em razão das que sejam preponderantes.
§ 4º Verifica-se reincidência quando o infrator cometer nova infração depois do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado pela infração anterior, podendo ser genérica ou específica.
§ 5º A reincidência genérica é caracterizada pelo cometimento de nova infração e a reincidência específica é caracterizada pela repetição de infração já anteriormente cometida.
§ 6º Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior se entre a data do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa e a data da infração posterior tiver decorrido mais de cinco anos, podendo norma específica reduzir esse tempo.
§ 7º Quando a mesma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo deste Decreto, prevalece para efeito de punição o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.
§ 8º O disposto no inciso IX do § 1º não se aplica aos casos de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.
Art. 123. As multas a que se refere este Capítulo não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro ou do relacionamento do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem.
§ 1º A cassação do relacionamento será aplicada pelo chefe do serviço de inspeção de produtos de origem animal na unidade da jurisdição na qual o estabelecimento está localizado.
§ 2º A cassação do registro do estabelecimento cabe ao Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
Art. 124. Na hipótese de apuração da prática de duas ou mais infrações em um processo administrativo, as penalidades serão aplicadas cumulativamente para cada infração praticada.
Art. 125. Para fins de aplicação das sanções de que trata o inciso III do caput do art. 508, será considerado que as matérias primas e os produtos de origem animal não apresentam condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou que se encontram alterados ou adulterados, sem prejuízo de outras previsões deste Decreto, nos casos definidos no art. 504, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017.
§ 1º Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.
§ 2º Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção e de transporte dos produtos apreendidos e perdidos em favor da União que serão destinados aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 7.889, de 1989 .
Art. 126. A sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 496, do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017, será aplicada nos seguintes casos, sem prejuízo a outras previsões deste Decreto, quando caracterizado risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária:

I - desobediência ou inobservância às exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e produtos;
II - omissão de elementos informativos sobre a composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
III - alteração de qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
IV - expedição de matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens armazenados em condições inadequadas;
V - recepção, utilização, transporte, armazenagem ou expedição de matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido de comprovação de sua procedência;
VI - simulação da legalidade de matérias-primas, ingredientes ou produtos de origem desconhecida;
VII - utilização de produtos com prazo de validade expirado em desacordo com os critérios estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou apor aos produtos novos prazos depois de expirada a validade;
VIII - produção ou expedição de produtos que representem risco à saúde pública;
X - utilização de matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;
XI - utilização de processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendam ao disposto na legislação específica;
XII - utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, de matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
XIII - prestação ou apresentação ao SIM de informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos;
XIV - fraude de registros sujeitos à verificação pelo SIM;
XVI - ultrapassagem da capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
XVIII - aquisição, manipulação, expedição ou distribuição de produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não registrado ou relacionado no SIM ou que não conste do cadastro geral do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI.
XIX - não realização de recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
XX - início de atividade sem atendimentos às exigências ou às pendências estabelecidas por ocasião da concessão do título de registro
XXI - expedição ou comercialização de produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória anteriormente à sua realização;
XXII - recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenamento, acondicionamento, embalagem, rotulagem ou expedição de produtos de origem animal que não possuam registro no órgão de fiscalização competente;
XXIII - descumprimento de determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou de outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares; e
XXIV - não realização de tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não destinação adequada a produtos condenados.
Art. 127. A sanção de que trata o inciso IV do caput do art. 496 será aplicada, nos termos do disposto no art. 517, ambos do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017, quando o infrator:
I - embaraçar a ação de servidor do Serviço de Inspeção Municipal no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;
II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor do SIM;
III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
VI - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
VIII - fraudar documentos oficiais;
IX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;
XII - descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou de outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;
XIII - prestar ou apresentar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações, declarações ou documentos falsos;
XIV - não apresentar para reinspeção produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória; e
XV - expedir ou comercializar produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória anteriormente à realização da reinspeção.
Parágrafo único. A penalidade de que trata o inciso IV do caput do art. 508 será aplicada também, nos termos do disposto no art. 517 (ambos do do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017), sem prejuízo de outras previsões deste Decreto, nos seguintes casos, quando caracterizado o embaraço à ação fiscalizadora:
I- não cumprimento dos prazos estabelecidos nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações de forma deliberada ou de forma recorrente;
II - expedição para o comércio internacional de produtos elaborados sem atenção ao disposto nas normas complementares relativas à exportação de produtos de origem animal;
III - prestação ou apresentação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos;
IV - não apresentação dos produtos de origem animal sujeitos à reinspeção obrigatória no local de reinspeção autorizado;
V - utilização de forma irregular ou inserção de informações ou documentação falsas, enganosas ou inexatas nos sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e
VI - prestação ou apresentação de informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao consumidor.
Art. 128. As sanções de interdição total ou parcial do estabelecimento em decorrência de adulteração ou falsificação habitual do produto ou de suspensão de atividades oriundas de embaraço à ação fiscalizadora serão aplicadas pelo prazo de, no mínimo, sete dias, que poderá ser prorrogado em quinze, trinta ou sessenta dias, de acordo com o histórico de infrações, as sucessivas reincidências e as demais circunstâncias agravantes previstas no art. 510 do Decreto da União nº 9.013, de 29 de março de 2017, independentemente da correção das irregularidades que as motivaram.
§ 1º A suspensão de atividades oriunda de embaraço à ação fiscalizadora poderá ter seu prazo de aplicação reduzido para, no mínimo, três dias, em infrações classificadas como leves ou moderadas ou na preponderância de circunstâncias atenuantes, excetuados os casos de

reincidência específica.
§ 2º As penalidades tratadas no caput terão seus efeitos iniciados no prazo de trinta dias, a partir da data da cientificação do estabelecimento.
§ 3º Após início dos efeitos das sanções de que trata o caput, o prazo de aplicação será contado em dias corridos, exceto nos casos de que trata o § 1º, em que a contagem do prazo será feita em dias úteis subsequentes.
§ 4º A suspensão de atividades de que trata o caput abrange as atividades produtivas e a certificação sanitária, permitida, quando aplicável, a conclusão do processo de fabricação de produtos de fabricação prolongada cuja produção tenha sido iniciada antes do início dos efeitos da sanção.
§ 5º A interdição de que trata o caput será aplicada de forma parcial ao setor no qual ocorreu a adulteração, quando for possível delimitar ou identificar o local da ocorrência, ou de forma total, quando não for possível delimitar ou identificar o local da ocorrência, mediante especificação no termo de julgamento.
§ 6º Caso as sanções de que trata o caput tenham sido aplicadas por medida cautelar, o período de duração das ações cautelares, quando superior a um dia, será deduzido do prazo de aplicação das sanções ao término da apuração administrativa.
Art. 129. As sanções de interdição, total ou parcial, do estabelecimento em decorrência da constatação de inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, e de suspensão de atividade, decorrente de risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, serão levantadas após o atendimento das exigências que as motivaram.
§ 1º A sanção de interdição de que trata o caput será aplicada de forma:
I - parcial aos setores ou equipamentos que não apresentam condições higiênico-sanitárias adequadas de funcionamento; ou
II - total, caso as condições inadequadas se estendam a todo o estabelecimento ou quando a natureza do risco identificado não permita a delimitação do setor ou equipamento envolvidos.
§ 2º A suspensão de atividade de que trata o caput será aplicada ao setor, ao equipamento ou à operação que ocasiona o risco ou a ameaça de natureza higiênico-sanitária.
§ 3º As sanções de que trata este artigo deixarão de ser aplicadas ao término do processo de apuração, caso já tenham sido aplicadas por medida cautelar.
Art. 130. A habitualidade na adulteração ou na falsificação de produtos caracteriza-se quando for constatada idêntica infração por três vezes, consecutivas ou não, no período de doze meses.
§ 1º Para os fins de deste artigo, considera-se idêntica infração aquela que tenha por objeto o mesmo fato motivador, independentemente do enquadramento legal, que tenha sido constatada pela fiscalização.
§ 2º Para contagem do número de infrações para caracterização da habitualidade, serão consideradas a primeira infração e duas outras que venham a ser constatadas, após a adoção, pelo estabelecimento, de medidas corretivas e preventivas para sanar a primeira irregularidade.
Art. 131. As sanções de cassação de registro ou de relacionamento do estabelecimento devem ser aplicadas nos casos de:
I - reincidência em infração cuja penalidade tenha sido a interdição do estabelecimento ou a suspensão de atividades, nos períodos máximos fixados no art. 128 e 129; ou
II - não levantamento da interdição do estabelecimento após decorridos doze meses.
CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 132. As normas sobre infrações, penalidades e do processo administrativo são as definidas na Lei Municipal n° 2.258 de 21 de fevereiro de 2024 e em outras normas complementares.
Art. 133. O SIM deve atuar em conjunto com o órgão competente da Saúde do Município para o desenvolvimento de:
I - Ações e programas de saúde animal e saúde humana para a mitigação ou a redução de doenças infectocontagiosas ou parasitárias que possam ser transmitidas entre os homens e os animais; e
II - Ações de educação sanitária.
Art. 134. No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte as ações de inspeção e fiscalização deverão ter natureza prioritariamente orientadoras, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos e as orientações sanitárias com linguagem acessível ao empreendedor.
Art. 135. O estabelecimento agroindustrial de pequeno porte deve ser registrado no Serviço de Inspeção, observando o risco sanitário, independentemente das condições jurídicas do imóvel em que está instalado, podendo ser inclusive anexo a residência com acesso exclusivo.
Art. 136. Os valores da taxa anual de inspeção nos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal serão definidos e fixados em legislação específica.
Parágrafo único. Os empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, bem como seus produtos, rótulos e serviços, terão tratamento diferenciado, no que se refere à cobrança de taxas do Serviço de Inspeção Municipal, desde que atendidas outras disposições legais.
Art. 137. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SMAMA poderá publicar normas complementares necessárias para o funcionamento do SIM.
Art. 138. O SIM deve atuar em conjunto com órgãos competentes de sanidade animal, no âmbito de suas competências, no sentido de salvaguardar a saúde animal, a segurança sanitária e a saúde do consumidor.
§1º O SIM poderá implementar procedimentos complementares de inspeção para subsidiar as ações do setor competente pela sanidade animal do Município de Seara, no diagnóstico e controle de doenças não previstas neste Regulamento, exóticas ou não, que possam ocorrer no município.
§2º Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata, nas atividades de inspeção sanitária, o SIM deverá notificar ao órgão competente responsável pela sanidade animal.
Art. 139. Fica instituída a Câmara de Inspeção Sanitária do Município de Seara/SC junto ao Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Seara, na forma do art. 9º da Lei Municipal nº 2.258 de 21 de fevereiro de 2024, com o objetivo de debater, aconselhar, sugerir e definir assuntos ligados à execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.
§1º Na Câmara de Inspeção Sanitária deverão participar representantes do órgão municipal de desenvolvimento rural e agricultura, do órgão municipal de Saúde, dos agricultores, dos empresários urbanos ligados à atividades que envolvam a industrialização de produtos de origem animal ou produtos que estejam no escopo de fiscalização do SIM e dos consumidores e outros de interesse público ligados ao tema.
§2º A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SMAMA, deverá regulamentar as demais normas de instalação e de funcionamento da Câmara de Inspeção Sanitária no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação deste Decreto.
Art. 140. A Prefeitura Municipal de Seara, no prazo de 180 dias, após a publicação deste Decreto deverá iniciar a implantação do sistema de

informações, constituindo um banco de dados sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção sanitária, gerando registros auditáveis.
Parágrafo único. Será de responsabilidade do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, a alimentação e manutenção do sistema de informações sobre a inspeção sanitária do respectivo município.
Art. 141. O SIM proporcionará aos seus técnicos e outros servidores treinamento e capacitação em parceria com universidades, centros de pesquisa e demais instituições públicas e privadas, com a finalidade de aprimoramento técnico e profissional, inclusive por meio de acordos e convênios de intercâmbio técnico com órgãos congêneres.
Art. 142. Os recursos financeiros necessários à implementação do presente Decreto e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, constantes no Orçamento do Município de Seara/SC, de acordo com regulamentação específica.
Art. 143. O SIM seguirá os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade (RTIQ) de produtos de origem animal, publicados pelo MAPA, no que couber, de acordo com o estabelecido neste Decreto.
Art. 144. O SIM, quando couber e respeitado o que está estabelecido neste Decreto, poderá seguir as normas específicas de execução de inspeção industrial e sanitária previstas na legislação federal vigente.
Art. 145. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na implantação e execução do presente regulamento serão resolvidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, através das diretrizes regulamentadas pelo Decreto Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017.
Art. 146. As análises laboratoriais fiscais realizadas em amostras coletadas pelo Serviço de Inspeção Municipal serão custeadas pelos estabelecimentos.
Art. 147. Os estabelecimentos registrados no SIM, até a data de publicação deste Decreto, terão o prazo de até 2 (dois) anos para se adequarem ao estabelecido neste Decreto.
Art. 148. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 27 de junho de 2024

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 27 de junho de 2024

Cassiane Rosa
Secretária de Administração

Taió

Prefeitura

CONTRATO 280/2024

Publicação Nº 6132340

CONTRATO No RH/280/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e ROSANE THIEL.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e ROSANE THIEL, portador(a) do CPF no 084.***.***-39, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 006/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude da licença para tratamento de saúde da servidora Bruna Tambosi Correa, mediante as condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 01 de julho de 2024 até o término da licença da servidora supracitada ou término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.
CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R$ 4.647,78 (quatro mil seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 27 de junho de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN ROSANE THIEL

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 281/2024

Publicação Nº 6132638

CONTRATO No RH/281/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e ZELIA MODESTO DA SILVA CERNUCKY.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGHEN, doravante denominado EMPREGADOR, e ZELIA MODESTO DA SILVA CERNUCKY, portador(a) do CPF 032.***.***-45, doravante denominado(a) SERVIDOR(A),

celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 1o, da Lei Complementar no 187/2017, de 21/03/2017 e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 004/2024, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Saúde Pública, em virtude da aposentadoria da servidora Gisela Eising, mediante as condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, com exercício na Secretaria de Saúde Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 01 de julho de 2024 até a realização de concurso público, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.
CLÁUSULA TERCEIRA – A remuneração mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R$ 3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 27 de junho de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGHEN ZELIA MODESTO DA SILVA CERNUCKY

TESTEMUNHAS:

CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NAS ELEIÇÕES - EDITAL 01/2024/CMDCA

Publicação Nº 6131873

Edital n. 001/2024/CMDCA

A Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, constituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Taió na forma da Resolução n. 231/2022 do Conanda e da 004/2023 do CMDCA do município de Taió.

I – Convoca os conselheiros de direitos relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Escrutinadores na votação do processo de escolha para o Conselho Tutelar de Taió, no dia14 de julho de 2024, das 8h às 17h.
II – Torna pública a convocação dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, previamente requisitados ao Chefe do Poder Executivo local, para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e Escrutinadores na eleição do Conselho Tutelar do Município de Taió, no dia 14 de julho de 2024, das 8h às 17h. O escrutínio dos votos iniciará imediatamente após o encerramento do horário de votação e o fechamento das urnas, e será realizado na rua Walter Schmitz, n°176.
III – No dia da votação, os conselheiros e servidores convocados deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 1 (uma) hora.
IV – Ficam, desde já, convocados os conselheiros e servidores para participar de reunião que se realizará 03 de julho de 2024 cujos objetivos são definir a seção em que cada um atuará e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração. Os candidatos poderão participar da referida reunião ou, na sua impossibilidade, indicar um representante para acompanhar o encontro.
V – Ficam, desde já, convocados os candidatos e seus fiscais (no máximo de dois fiscais por candidato) para participar de reunião que se realizará no dia 03 de julho as 16:00 horas no auditório da PSE, rua Walter Schmitz n°172, cujos objetivos são organizar os trabalhos do dia da votação e orientar os candidatos e seus fiscais sobre as condutas vedadas que podem ser praticadas na referida data. Será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial, no sentido de que as regras previstas no edital n.02/2023, na Resolução n. 231/2022 do Conanda e Lei Municipal n° 2996 de 2004 serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura, frisando-se que eventual ausência não isenta o(a) candidato(a) do cumprimento das regras do processo de escolha.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA, MESÁRIOS E ESCRUTINADORES

Nome	CPF	Função
Iara Anderle	020138379-92	Presidente
Daniel Bissoli Filho	044099529-94	Mesário
Aline Vizentainer Tives de Macedo	071394819-11	Escrutinador
Dirceu Willwock	732706109-63	Presidente
Daniel Victor Silva Dias	004992622-55	Mesário
Liriane da Siva Fernandes	108494849-44	Escrutinador
Kamilla Golin Silva	082660969-45	Presidente
Camila Hadrich Montagna Michels	083147629-03	Mesário
Lunara Stollmeier Pandini	067040219-22	Escrutinador

Taió 26 de junho de 2024.

Jessé Tiago Fernandes.
Coordenador da Comissão Especial
CMDCA de Taió

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º RH_073_2024

Publicação Nº 6132908

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º RH/073/2024

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, o Município de Taió, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, e de outro a Sra. ROSELI LEITZKE PURNHAGEN, devidamente qualificados no termo principal, considerando o Ofício n.º SECE/303/2024, demanda interna n.º 189/2024, que informa o afastamento da servidora Samira Anderle Bear, a respeito de sua desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de Vereador do Município de Taió, resolvem de comum acordo pactuar o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterado o contrato original, sendo o motivo, a contar do dia 03 de julho de 2024, em virtude do afastamento da servidora Samira Anderle Bear.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterada a cláusula segunda do contrato original, sendo o presente contrato até o término do afastamento da servidora supracitada ou término do ano letivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições não são atingidas por este termo aditivo, permanecerão em pleno vigor, sendo ratificadas, também por este instrumento.

Estando as partes de pleno acordo firmam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), 27 de junho de 2024.

_____ _____

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN ROSELI LEITZKE PURNHAGEN

TESTEMUNHAS:

_____ _____

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º RH_331_2023

Publicação Nº 6132910

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º RH/331/2023

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, o Município de Taió, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, e de outro o Sr. FERNANDO DE ANDRADE, devidamente qualificados no termo principal, considerando o Ofício n.º SECE/303/2024, demanda interna n.º 189/2024, que informa o afastamento do servidor Erlito Valzburger, a respeito de sua desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de Vereador do Município de Taió, resolvem de comum acordo pactuar o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterado o contrato original, sendo o motivo, a contar do dia 05 de julho de 2024, em virtude do afastamento do servidor Erlito Valzburger.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterada a cláusula segunda do contrato original, sendo o presente contrato até o término do afastamento do servidor supracitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições não são atingidas por este termo aditivo, permanecerão em pleno vigor, sendo ratificadas, também por este instrumento.

Estando as partes de pleno acordo firmam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), 27 de junho de 2024.

_____ _____

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN FERNANDO DE ANDRADE

TESTEMUNHAS:

_____ _____

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 29 DE 30 DE MARÇO DE 2023

Publicação Nº 6131556

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C500E3B894C2596D73B5C90B15590C26745AFC06

Município de Taió

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 29 DE 30 DE MARÇO DE 2023

Processo Administrativo n. 26/2023
Pregão Eletrônico n. 26/2023
Lei Federal n. 8.666/93

Por este instrumento de Termo Aditivo de contrato celebram de um lado a Prefeitura Municipal de Taió, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Luiz Bertoli, n. 44, em Taió/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 82.765.488/0001-02**,** representado pelo prefeito o senhor HORST ALEXANDRE PURNHAGEN e juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n. 11.433.441/0001-01, neste ato representado pela Gestora a Senhora ROSE CRISTIANE HERMES, de ora em diante denominada simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **GENTE SEGURADORA S/A**, inscrita no CNPJ sob o n. 90.180.605/0001-02 estabelecida na rua Marechal Floriano Peixoto, n. 450, Bairro Centro Histórico, CEP 90.020-060, no Município de Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, portador do CPF n. 632.005.380-15, doravante denominado **CONTRATADA**, estabelecem entre si o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 29 DE 30 DE MARÇO DE 2023, e pelas cláusulas a seguir, expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo é firmado com fulcro no artigo 65, parágrafo I da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as condições da Edital de Licitação, Pregão Eletrônico n. 26/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE VALORES – conforme verificação posterior de cotação referente ao seguro para a inclusão do seguro RCO do veículo modelo MERCEDES BENZ 517 SPRINTER A4, ano/modelo 2025, chassi 8AC907857SE247998, placa SXD6I84, no valor total de R$ 3.437,16 (três mil quatrocentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos), referente ao 13º termo aditivo do Contrato n. 29/2024, a mesma não correspondeu a quantidade de lugares do veículo, sendo necessário novo termo aditivo para correção dos valores, sendo assim o valor do seguro do veículo será R$ 3.416,66 (três mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), conforme ofício do setor de patrimônio e demais documentos anexos.

Município de Taió

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO - O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial Municipal, nos termos do Parágrafo único, do Art. 61, da Lei n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - As demais cláusulas não atingidas por este Termo Aditivo, permanecerão inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias relativas ao exercício de 2024.

E, por estarem assim, contratante e Contratado, certos e ajustados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Taió/SC, 27 de junho de 2024.

_____
HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
PREFEITO

_____
GENTE SEGURADORA S/A
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
Rose Cristiane Hermes
CPF: 026.442.919-25

_____
Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-341

Município de Taió

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

De Acordo:

_____
Emerson de Figueredo
OAB/SC 47.288

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 71-2024

Publicação Nº 6133226

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 358F85A8CCB714CD3B64CEF85932525A29A40ED3

MUNICÍPIO DE TAIÓ

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação I

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 89 Ano - Minuta - Licitação: 2024 Número - Minuta - Licitação: 74 codigoCliente: 89 anoMinuta: 2024 cotaCredenciamento: 0

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Concorrência
Para Obras e Serviços de Engenharia
71/2024
Processo Administrativo: 71/2024

A autoridade competente, tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 8649/2024.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência nº. 71/2024, o(s) participante(s):

1642 - ALK ELETRICA LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (EMPREITADA GLOBAL) PARA REFORMA E REESTABELECIMENTO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PAÇO MUNICIPAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, QUE FAZEM PARTE DOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.	GLOBAL		1	R$144.400,00	R$144.400,00
					Total do Fornecedor:	R$144.400,00

Taió, 27 de junho de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

Tangará

Prefeitura

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 101/2024

Publicação Nº 6132805

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 101/2024

Termo de CONTRATO DE TRABALHO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE TANGARÁ e JOSANA MIOTELLI FRIZZO, de acordo com o Edital nº 013/2023, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CNPJ - Nº 82.827.999/0001-01
Endereço: (sede) Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro – Tangará - SC
Representada por: ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: JOSANA MIOTELLI FRIZZO
C.P.F. 066.***.***.-31

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O Município, com amparo na Portaria nº 616/2024, e no art. 2º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, combinado com a Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022, e considerando a necessidade e o interesse público de serviços inerentes à função, contrata o(a) senhor(a) para exercer as funções do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E REGIME DE TRABALHO
2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.
2.2 - Os contratados temporariamente serão regidos pelo Regime Estatutário, Estatuto dos Servidores Públicos, e sujeitam-se ao Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei nº 1.892, de 13 de maio de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA E PRAZO.
3.1 – Para fins de execução, os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer realizando serviços específicos dentro da área de habilidade profissional, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais.
3.2 – O contrato terá a vigência da data de assinatura, até perdurar a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2024, ou até a realização de novo Concurso Público e Posse de novos Servidores, o que primeiro ocorrer.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO
4.1 – A rescisão do presente Contrato de Trabalho dar-se-á ao término da vigência estabelecida na cláusula 3.2, quando da realização de Concurso Público para ocupação de vagas ou quando ocorrer alguns casos previstos no artigo 8º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023.

Parágrafo Único – O presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:
a) Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
b) Comprovada inaptidão para o trabalho;
c) Qualquer causa disciplinar prevista na Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012 (Estatuto do Servidor);
d) Pelo contratante, em razão do interesse Público.
e) A qualquer tempo a livre critério da Contratante, independentemente de qualquer notificação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.
5.1 - O nomeado que entrar no exercício da função, poderá rescindir o Contrato de Trabalho, devendo formular Aviso Prévio de no mínimo 10 (dez) dias, sob pena de responder na forma da Lei.
5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato de Trabalho.

E, pôr assim acordarem, firmam este instrumento.

TANGARÁ – SC, 18 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CONTRATANTE

JOSANA MIOTELLI FRIZZO
CONTRATADO

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 102/2024

Publicação Nº 6132806

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 102/2024

Termo de CONTRATO DE TRABALHO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE TANGARÁ e ELIETE SCHNEIDER, de acordo com o Edital nº 09/2024, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CNPJ - Nº 82.827.999/0001-01
Endereço: (sede) Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro – Tangará - SC
Representada por: ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA: ELIETE SCHNEIDER
C.P.F. 003.***.***-04

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O Município, com amparo na Portaria nº 617/2024, e no art. 2º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, combinado com a Lei Complementar nº 041, de 03 de dezembro de 2007, e considerando a necessidade e o interesse público de serviços inerentes à função, contrata o(a) senhor(a) para exercer as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - P.S.F.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E REGIME DE TRABALHO
2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.
2.2 - Os contratados temporariamente serão regidos pelo Regime Estatutário, Estatuto dos Servidores Públicos, e sujeitam-se ao Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei nº 1.892, de 13 de maio de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA E PRAZO.
3.1 – Para fins de execução, os serviços serão prestados junto a Secretaria de Saúde, realizando serviços específicos dentro da área de habilidade profissional, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais.
3.2 – O contrato terá a vigência da data de assinatura, até 18 de junho ou até perdurar a necessidade dos serviços prestados, ou até a realização de novo Concurso Público e Posse de novos Servidores, o que primeiro ocorrer.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO
4.1 – A rescisão do presente Contrato de Trabalho dar-se-á ao término da vigência estabelecida na cláusula 3.2, quando da realização de Concurso Público para ocupação de vagas ou quando ocorrer alguns casos previstos no artigo 8º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023.

Parágrafo Único – O presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:
a) Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
b) Comprovada inaptidão para o trabalho;
c) Qualquer causa disciplinar prevista na Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012 (Estatuto do Servidor);
d) Pelo contratante, em razão do interesse Público.
e) A qualquer tempo a livre critério da Contratante, independentemente de qualquer notificação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.
5.1 - O nomeado que entrar no exercício da função, poderá rescindir o Contrato de Trabalho, devendo formular Aviso Prévio de no mínimo 10 (dez) dias, sob pena de responder na forma da Lei.
5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato de Trabalho.

E, pôr assim acordarem, firmam este instrumento.

TANGARÁ – SC, 18 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CONTRATANTE

ELIETE SCHNEIDER
CONTRATADA

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 103/2024

Publicação Nº 6132811

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 103/2024

Termo de CONTRATO DE TRABALHO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE TANGARÁ e JENNYFER RODRIGUES RIBEIRO, de acordo com o Edital nº 009/2024, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CNPJ - Nº 82.827.999/0001-01
Endereço: (sede) Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro – Tangará - SC
Representada por: ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: JENNYFER RODRIGUES RIBEIRO
C.P.F. 067.***.***-90

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O Município, com amparo na Portaria nº 644/2024, e no art. 2º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, combinado com a Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022, e considerando a necessidade e o interesse público de serviços inerentes à função, contrata o(a) senhor(a) para exercer as funções do cargo de PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E REGIME DE TRABALHO
2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.
2.2 - Os contratados temporariamente serão regidos pelo Regime Estatutário, Estatuto dos Servidores Públicos, e sujeitam-se ao Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei nº 1.892, de 13 de maio de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA E PRAZO.
3.1 – Para fins de execução, os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer realizando serviços específicos dentro da área de habilidade profissional, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais.
3.2 – O contrato terá a vigência da data de assinatura, até perdurar a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2024, ou até a realização de novo Concurso Público e Posse de novos Servidores, o que primeiro ocorrer.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO
4.1 – A rescisão do presente Contrato de Trabalho dar-se-á ao término da vigência estabelecida na cláusula 3.2, quando da realização de Concurso Público para ocupação de vagas ou quando ocorrer alguns casos previstos no artigo 8º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023.

Parágrafo Único – O presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:
a) Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
b) Comprovada inaptidão para o trabalho;
c) Qualquer causa disciplinar prevista na Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012 (Estatuto do Servidor);
d) Pelo contratante, em razão do interesse Público.
e) A qualquer tempo a livre critério da Contratante, independentemente de qualquer notificação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.
5.1 - O nomeado que entrar no exercício da função, poderá rescindir o Contrato de Trabalho, devendo formular Aviso Prévio de no mínimo 10 (dez) dias, sob pena de responder na forma da Lei.
5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato de Trabalho.

E, pôr assim acordarem, firmam este instrumento.

TANGARÁ – SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CONTRATANTE

JENNYFER RODRIGUES RIBEIRO
CONTRATADA

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 104/2024

Publicação Nº 6132813

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 104/2024

Termo de CONTRATO DE TRABALHO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE TANGARÁ e ALANA DOS PASSOS, de acordo com o Edital nº 002/2024, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CNPJ - Nº 82.827.999/0001-01
Endereço: (sede) Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro – Tangará - SC
Representada por: ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: ALANA DOS PASSOS
C.P.F. 129.***.***-47

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O Município, com amparo na Portaria nº 639/2024, e no art. 2º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, combinado com a Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022, e considerando a necessidade e o interesse público de serviços inerentes à função, contrata o(a) senhor(a) para exercer as funções do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – ARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E REGIME DE TRABALHO
2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.
2.2 - Os contratados temporariamente serão regidos pelo Regime Estatutário, Estatuto dos Servidores Públicos, e sujeitam-se ao Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei nº 1.892, de 13 de maio de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA E PRAZO.
3.1 – Para fins de execução, os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer realizando serviços específicos dentro da área de habilidade profissional, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais.
3.2 – O contrato terá a vigência da data de assinatura, até perdurar a necessidade dos serviços prestados durante o ano letivo de 2024, ou até a realização de novo Concurso Público e Posse de novos Servidores, o que primeiro ocorrer.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO
4.1 – A rescisão do presente Contrato de Trabalho dar-se-á ao término da vigência estabelecida na cláusula 3.2, quando da realização de Concurso Público para ocupação de vagas ou quando ocorrer alguns casos previstos no artigo 8º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023.

Parágrafo Único – O presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:
a) Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
b) Comprovada inaptidão para o trabalho;
c) Qualquer causa disciplinar prevista na Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012 (Estatuto do Servidor);
d) Pelo contratante, em razão do interesse Público.
e) A qualquer tempo a livre critério da Contratante, independentemente de qualquer notificação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.
5.1 - O nomeado que entrar no exercício da função, poderá rescindir o Contrato de Trabalho, devendo formular Aviso Prévio de no mínimo 10 (dez) dias, sob pena de responder na forma da Lei.
5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato de Trabalho.

E, pôr assim acordarem, firmam este instrumento.

TANGARÁ – SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CONTRATANTE

ALANA DOS PASSOS
CONTRATADO

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 105/2024

Publicação Nº 6132816

CONTRATO DE TRABALHO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 105/2024

Termo de CONTRATO DE TRABALHO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE TANGARÁ e BEATRIZ FATIMA BEVILAQUA GUBIANI, de acordo com o Edital nº 009/2024, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CNPJ - Nº 82.827.999/0001-01
Endereço: (sede) Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro – Tangará - SC
Representada por: ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA: BEATRIZ FATIMA BEVILAQUA GUBIANI
C.P.F. 898.***.***-20

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O Município, com amparo na Portaria nº 640/2024, e no art. 2º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, combinado com a Lei Complementar nº 041, de 03 de dezembro de 2007, e considerando a necessidade e o interesse público de serviços inerentes à função, contrata o(a) senhor(a) para exercer as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - P.S.F.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E REGIME DE TRABALHO
2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço.
2.2 - Os contratados temporariamente serão regidos pelo Regime Estatutário, Estatuto dos Servidores Públicos, e sujeitam-se ao Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei nº 1.892, de 13 de maio de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA E PRAZO.
3.1 – Para fins de execução, os serviços serão prestados junto a Secretaria de Saúde, realizando serviços específicos dentro da área de habilidade profissional, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais.
3.2 – O contrato terá a vigência da data de assinatura, até 25 de junho ou até perdurar a necessidade dos serviços prestados, ou até a realização de novo Concurso Público e Posse de novos Servidores, o que primeiro ocorrer.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO
4.1 – A rescisão do presente Contrato de Trabalho dar-se-á ao término da vigência estabelecida na cláusula 3.2, quando da realização de Concurso Público para ocupação de vagas ou quando ocorrer alguns casos previstos no artigo 8º, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023.

Parágrafo Único – O presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:
a) Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
b) Comprovada inaptidão para o trabalho;
c) Qualquer causa disciplinar prevista na Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012 (Estatuto do Servidor);
d) Pelo contratante, em razão do interesse Público.
e) A qualquer tempo a livre critério da Contratante, independentemente de qualquer notificação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.
5.1 - O nomeado que entrar no exercício da função, poderá rescindir o Contrato de Trabalho, devendo formular Aviso Prévio de no mínimo 10 (dez) dias, sob pena de responder na forma da Lei.
5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato de Trabalho.

E, pôr assim acordarem, firmam este instrumento.

TANGARÁ – SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
MUNICÍPIO DE TANGARÁ
CONTRATANTE

BEATRIZ FATIMA BEVILAQUA GUBIANI
CONTRATADA

PE 39/2024

Publicação Nº 6134570

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação
Processo Licitatório n. 96/2024 Pregão Eletrônico n. 39/2024
Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA MATERIAIS COMO PEDRA BRITA, PÓ DE PEDRA PEDRISCO, PEDRA REACHÃO, CONCRETO USINADO COM BOMBA E CONCRETO ASFALTICO USINADO E QUENTE COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS. As documentações e propostas de preços serão recebidas até às 09h00min do dia 12/07/2024. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450 ou através dos sites https://www.tangara.sc.gov.br/ e https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/.
Tangará, 27 de junho de 2024.

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 627, 20 DE JUNHO DE 2024. CONCEDE FÉRIAS AOS SEGUINTES SERVIDORES, LOTADOS NA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131039

PORTARIA Nº 627, 20 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE FÉRIAS AOS SEGUINTES SERVIDORES, LOTADOS NA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 20/06/2024 até 19/07/2024, aos seguintes servidores:

NOME	CARGO
Eduardo Parizzi da Silva	Assessor Jurídico
Mayara Bohnenberger	Assessor de Imprensa

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 20 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 629, DE 24 DE JUNHO DE 2024. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131042

PORTARIA Nº 629, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 104, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Maternidade, a servidora INGRID FRITZEN VAZ, ocupante do cargo de AUXILIAR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – NIVEL 10 – CLASSE A, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 24/06/2024 até 20/12/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 24 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 630, DE 24 DE JUNHO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131043

PORTARIA Nº 630, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 15, inciso II, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022;

Considerando, o resultado classificatório no Concurso Público, realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022;

Considerando, os termos do Decreto Homologatório nº 107, de 02 de dezembro de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear, a partir de 24 de junho de 2024, por Concurso Público, a senhora ELIANE CANTELLI SCORTEGANHA ALTENHOFEN, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR – NIVEL 07 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme a Lei Complementar nº 134/2022.

Art. 2º As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 632, DE 24 DE JUNHO DE 2024. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131044

PORTARIA Nº 632, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias, a servidora KAROLINE APARECIDA LOURENA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL – NIVEL 19 – CLASSE A, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 21/06/2024 até 30/06/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 21/06/2024, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 633, DE 24 DE JUNHO DE 2024. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131047

PORTARIA Nº 633, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 7, inciso II, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023;

Considerando, que a servidora requereu exoneração por motivos particulares;

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a servidora AMANDA ANTUNES FERREIRA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BASICA III – EDUCAÇÃO FISICA – NIVEL PEB III – CLASSE A, a partir de 24 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 634, DE 24 DE JUNHO DE 2024. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131049

PORTARIA Nº 634, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 7, inciso II, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023;

Considerando, que a servidora requereu exoneração por motivos particulares;

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a servidora ALANA DOS PASSOS, ocupante do cargo de PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR – NIVEL 07 – CLASSE A, a partir de 24 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 635, DE 24 DE JUNHO DE 2024. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131051

PORTARIA Nº 635, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 7, inciso I, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023;

Considerando, que o Contrato de Trabalho teve seu prazo de vigência encerrado;

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a servidora BEATRIZ FATIMA BEVILAQUA GUBIANI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – P.S.F., a partir de 24 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 636, DE 24 DE JUNHO DE 2024. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131053

PORTARIA Nº 636, DE 24 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 7, inciso II, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023;

Considerando, que a servidora requereu exoneração por motivos particulares;

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a servidora JESSICA SARTURI THIBES, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BASICA III – ARTES – NIVEL PEB III – CLASSE A, a partir de 24 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 24 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 637, DE 25 DE JUNHO DE 2024. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131055

PORTARIA Nº 637, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 75, inciso I, alínea "a da Lei n. 14.133/21.
RESOLVE:
Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação de empresa para fornecimento materiais e mão-de-obra para realização do ligamento da rede elétrica municipal no Distrito Industrial, no valor de R$ 14.072,00 (quatorze mil e setenta e dois reais), da empresa ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.336.749/0001-53, conforme determina o inciso I, do art. 75 da Lei 14.133/21.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 638, DE 25 DE JUNHO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131056

PORTARIA Nº 638, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 15, inciso II, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022;

Considerando, o resultado classificatório no Concurso Público, realizado em conformidade com o Edital nº 001/2022;

Considerando, os termos do Decreto Homologatório nº 107, de 02 de dezembro de 2022;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear, a partir de 25 de junho de 2024, por Concurso Público, a senhora AMANDA ANTUNES FERREIRA, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR – NIVEL 07 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme a Lei Complementar nº 134/2022.

Art. 2º As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 639, DE 25 DE JUNHO DE 2024. CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131058

PORTARIA Nº 639, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022;

Considerando, o Edital nº 002/2024, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

Considerando, o teor do Oficio nº 451/2024, expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

RESOLVE:
Art. 1º Contratar, a partir de 25 de junho de 2024, por necessidade temporária de excepcional interesse público, a senhora ALANA DOS PASSOS, para exercer as funções do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - ARTES - NIVEL PEB III - CLASSE A, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme a Lei Complementar nº 134/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 640, DE 25 DE JUNHO DE 2024. CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131059

PORTARIA Nº 640, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 041, de 03 de dezembro de 2007;

Considerando, o Edital nº 009/2024, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

Considerando, o teor do Oficio nº 311/2024/SMS/TG, expedido pela Secretária de Saúde.

RESOLVE:
Art. 1º Contratar, a partir de 25 de junho de 2024, por necessidade temporária de excepcional interesse público, a senhora BEATRIZ FATIMA BEVILAQUA GUBIANI, para exercer as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – P.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme a Lei Complementar nº 041/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 641, DE 25 DE JUNHO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131060

PORTARIA Nº 641, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Com amparo, no disposto do Art. 15, inciso II, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022;

Considerando, o resultado classificatório no Concurso Público, realizado em conformidade com o Edital nº 001/2024;

Considerando, os termos do Decreto Homologatório nº 051, de 07 de maio de 2024;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear, a partir de 25 de junho de 2024, por Concurso Público, a senhora JESSICA SARTURI THIBES, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - ARTES - NIVEL PEB III - CLASSE A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme a Lei Complementar nº 134/2022.

Art. 2º As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 642, DE 25 DE JUNHO DE 2024. EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131061

PORTARIA Nº 642, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 7, inciso II, da Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023;

Considerando, que a servidora requereu exoneração por motivos particulares;

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a servidora MARISTELA FERNANDES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO – NIVEL 06 – CLASSE A, a partir de 25 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 644, DE 25 DE JUNHO DE 2024. CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131062

PORTARIA Nº 644, DE 25 DE JUNHO DE 2024.
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 2.668, de 20 de junho de 2023, Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 134, de 24 de maio de 2022;

Considerando, o Edital nº 009/2024, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

Considerando, o teor do Oficio nº 426/2024, expedido pela Secretária de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

RESOLVE:
Art. 1º Contratar, a partir de 25 de junho de 2024, por necessidade temporária de excepcional interesse público, a senhora JENNYFER RODRIGUES RIBEIRO, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO - NIVEL 06 - CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme a Lei Complementar nº 134/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 25 DE JUNHO DE 2024.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DL 40/2024

Publicação Nº 6131287

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA
Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro - Tangará
CEP: 89642-000 CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-7450
E-mail: nfe@tangara.sc.gov.br Site:

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 40/2024

Processo Adm.: **110/2024**
Data do Processo: **25/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 110/2024
b) Nr. Licitação: 40/2024 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA QUAL FORNEÇA MATERIAS E MÃO DE OBRAS PARA A REALIZAÇÃO DO LIGAMENTO DA REDE ELÉTRICA MUNICIPAL NO DISTRITO INDUSTRIAL PERANTE OBRA PROVENIENTE DO CONTRATO Nº 264/2023 , TOMADA DE PREÇO Nº 08/2023, QUE SE DA COMO INCLOMPLETA.*

Participante: ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA ETAPA FINAL E COMISSIONAMENTO JUNTO A CELESC . (FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA RELACIONADOS NA NOTA PS 400734979 DE EXTENSÃO DE REDE DA CELESC; E ILUMINAÇÃO PÚBLICA. EQUIPE CAPACITADA E EMPRESA POSSUI CRC JUNTO À CELESC PARA INTERVENÇÕES NA REDE ELÉTRICA; EQUIPE COM PROFISSIONAIS TREINADOS COM NR-10 SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, NR-12 SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E, NR-35 TRABALHO EM ALTURA; CAMINHÃO MUNCK, ADEQUADO ÀS EXIGÊNCIAS DA NR-12, COM PERFURATRIZ HIDRÁULICA PARA ABERTURA DE CAVA; CAMINHÃO CESTO AÉREO, COM EQUIPAMENTOS QUE ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS DA NR-12.) - VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA ETAPA FINAL E COMISSIONAMENTO JUNTO A CELESC . (FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA RELACIONADOS NA NOTA PS 400734979 DE EXTENSÃO DE REDE DA CELESC; E ILUMINAÇÃO PÚBLICA. EQUIPE CAPACITADA E EMPRESA POSSUI CRC JUNTO À CELESC PARA INTERVENÇÕES NA REDE ELÉTRICA; EQUIPE COM PROFISSIONAIS TREINADOS COM NR-10 SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, NR-12 SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E, NR-35 TRABALHO EM ALTURA; CAMINHÃO MUNCK, ADEQUADO ÀS EXIGÊNCIAS DA NR-12, COM PERFURATRIZ HIDRÁULICA PARA ABERTURA DE CAVA; CAMINHÃO CESTO AÉREO, COM EQUIPAMENTOS QUE ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS DA NR-12.)	1,000	SERV	14.072,00	14.072,00

Total do Participante: **14.072,00**

Protocolo: 11805d35-457c-42ce-8f7f-f3ed9bfa91a1 Usuário: cris.piccinin Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Total Geral: 14.072,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA	07.001.15.452.0018.1014.4.4.90.00.00	R$ 14.072,00

Tangará, 27/06/2024

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

Protocolo: 11805d35-457c-42ce-8f7f-f3ed9bfa91a1 Usuário: cris.piccinin Versão: 40 de 19/06/2024 16:51:53
Desenvolvedor: BETHA SISTEMAS - DIRETORIA DE PRODUTOS Sistema: Compras

Tigrinhos

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PUBLICA

Publicação Nº 6131804

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PUBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA E LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2025

Derli Antonio de Oliveira, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em cumprimento ao contido no inciso I do § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, convida a população em geral para participar de Audiência Pública a ser realizada no dia **09 de julho de 2024 às 09h no Auditório do Centro Administrativo Municipal** localizado na Avenida Felipe Baczinski nº 479, centro, Tigrinhos/SC, onde serão recebidas e discutidas sugestões para servir de base no processo de elaboração da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e para a Lei Orçamentária (LOA) para o exercício de 2024**.

Tigrinhos, 27 de junho de 2024

Derli Antonio de Oliveira
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

PORTARIA 1375/2024

Publicação Nº 6131090

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1375 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

FABRICIA MATIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 81/2005 de 18/10/2005 e Decreto nº 679/2012 de 02/03/2012 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, retroativamente ao dia 18/06/2024, o(a) Sr.(a) ELIANE DE SOUZA PRESTES RÉGIS, matrícula 13655-5, do cargo de Auxiliar de Sala, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18/06/2024 revogadas as disposições em contrário.

FABRICIA MATIAS
Secretária de Educação

PORTARIA 1376/2024

Publicação Nº 6131116

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1376 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2023 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 151/Edital 001/2023,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, o(a) Sr(a). MARIA GISELI RIBEIRO FRANÇA, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços no C.E.I. Professora Zilda Maria Peixer, no período de 20/06/2024 a 15/07/2024, em substituição a servidora Vanessa Lopes Silva, matrícula nº 14529-2, que se encontra de licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20/06/2024, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1377/2024

Publicação Nº 6131120

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1377 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2023 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 149/Edital 001/2023,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, o(a) Sr(a). JULIANA PEIXER PEREIRA, para o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços no C.E.I. Professora Zilda Maria Peixer, no período de 20/06/2024 a 16/12/2024, em substituição a servidora Eliane de Souza Prestes Régis, matrícula nº 13655-5, que pediu exoneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20/06/2024, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1378/2024

Publicação Nº 6131140

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1378 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

FABRICIA MATIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de outubro de 2005, e demais disposições e legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a)a Sr(a). FRANCIANE DOS SANTOS, matrícula nº 7870-6, ocupante do cargo Professor Nível II, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, no período de 19/06/2024 a 16/09/2024, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19/06/2024, revogadas as disposições em contrário.

FABRICIA MATIAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 1379/2024

Publicação Nº 6131144

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1379 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis nº 2325/2011 e 2454/2013, conforme requerimento que aponta a necessidade temporária de excepcional interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o contrato de trabalho do(a) Sr.(a). SIRLEI APARECIDA AMARAL FERREIRA LAUS, matrícula nº 13211-10, no cargo de Professor Nível II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços na E.E.F. Deputado Walter Vicente Gomes, no período de 25/06/2024 a 16/12/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25/06/2024, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1380/2024

Publicação Nº 6131151

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1380 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

FABRICIA MATIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 81/2005 de 18/10/2005 e Decreto nº 679/2012 de 02/03/2012 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, retroativamente ao dia 25/06/2024, o(a) Sr.(a) GELUSA DA CUNHA DA SILVA matrícula 14358-2, do cargo de Professor Nível II, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25/06/2024 revogadas as disposições em contrário.

FABRICIA MATIAS
Secretária de Educação

PORTARIA 1381/2024

Publicação Nº 6131156

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1381 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

FABRICIA MATIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 81/2005 de 18/10/2005 e Decreto nº 679/2012 de 02/03/2012 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, retroativamente ao dia 25/06/2024, o(a) Sr.(a) SILVIA ELENA GASCON RODRIGUEZ, matrícula 14714-1, do cargo de Auxiliar de vida Escolar, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25/06/2024 revogadas as disposições em contrário.

FABRICIA MATIAS
Secretária de Educação

PORTARIA 1382/2024

Publicação Nº 6131160

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1382 DE 25 DE JUNHO DE 2024.

FABRICIA MATIAS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de outubro de 2005, e demais disposições e legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a)a Sr(a). CLAUDIAMIR FIRMO DA SILVA, matrícula nº 14603-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, no período de 11/05/2024 a 25/08/2024, conforme perícia do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11/05/2024, revogadas as disposições em contrário.

FABRICIA MATIAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 1383/2024

Publicação Nº 6131164

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1383 DE 26 DE JUNHO DE 2024.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2023 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 148/Edital 001/2023,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, o(a) Sr(a). JOSILAINE ROCHA CORLETO, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços na E.E.F. Marcilio Marcos da Silva, no período de 26/06/2024 a 16/12/2024, em substituição a servidora Gelusa da Cunha da Silva, matrícula nº 14358-2, que pediu exoneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62.2023 PMT

Publicação Nº 6014909

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 62/2023 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó/SC, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
OBJETO: Registro de preços destinado ao fornecimento de gasolina comum, óleo diesel s-10, arla e óleo diesel comum (S500) destinados ao abastecimento da frota municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas, equipamentos e caminhões), no período de janeiro a dezembro do exercício 2024.
EMPRESAS FORNECEDORAS: AUTO POSTO SAUBER LTDA, CNPJ nº 37.761.778/0001-23, RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 75.415.075/0002-13 e POSTO FRATELLI LTDA, CNPJ nº 02.594.135/0001-58.
TOTAL ESTIMADO: R$ 3.480,026,50 (três milhões, quatrocentos e oitenta mil, vinte e seis reais e cinquenta centavos).
MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP.
VALIDADE DA ATA: 01/01/024 à 31/12/2024.

Timbó, 29/12/2023.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

Prefeitura

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2024

Publicação Nº 6132623

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Procedimento Licitatório nº. 132/2024 - Edital Concorrência Pública Eletrônica nº. 132/2024.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, CNPJ Nº. 11.491.075/0001-39, cito à Avenida Santa Catarina, 616, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e Decreto Municipal nº. 5.143/2023, e subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES nº. 73, de 30 de setembro de 2022, fará realizar no dia 15/07/2024, às 09h00min, ATO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E READEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO NOVO POLO DE SAÚDE (FISIOTERAPIA) – DISTRITO SÃO CRISTÓVAO – TRÊS BARRAS-SC, em conformidade com o Edital e Pasta Técnica.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até às 08h00min do dia 15 de julho de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, "Acesso Identificado" e no site http://tresbarras.sc.gov.br, ícone "LICITAÇÕES ABERTAS". Informações (47) 3623.0121.
Três Barras – SC, 27 de junho de 2024.
ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE – PREFEITA MUNICIPAL
CRISTIAN ROBERTO TODT – AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Código de envio ao TC: B05D6C0B44CBABCF10CF88586B125F66EDBE9E99

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 133/2024

Publicação Nº 6132626

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
Procedimento Licitatório nº. 133/2024 - Edital Concorrência Pública Eletrônica nº. 133/2024.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, CNPJ Nº. 83.102.400/0001-35, cito à Avenida Santa Catarina, 616, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e Decreto Municipal nº. 5.143/2023, e subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES nº. 73, de 30 de setembro de 2022, fará realizar no dia 15/07/2024, às 14h00min, ATO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE DIVERSAS MELHORIAS NA AVENIDA SANTA CATARINA, ESQUINA COM AS RUAS 15 DE NOVEMBRO E LUMBER, em conformidade com o Edital e Pasta Técnica.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até às 13h00min do dia 15 de julho de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, "Acesso Identificado" e no site http://tresbarras.sc.gov.br, ícone "LICITAÇÕES ABERTAS". Informações (47) 3623.0121.
Três Barras – SC, 27 de junho de 2024.
ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE – PREFEITA MUNICIPAL
CRISTIAN ROBERTO TODT – AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Código de envio ao TC: E4B1A822256B70F79D5824021467D55A49EDD1C7

Treviso

Prefeitura

PORTARIA Nº 333/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133093

PORTARIA Nº 333/2024, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA FINS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, o Art. 222 da Lei Complementar Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022, a Instrução Normativa n° 020/2022 alterada pela Instrução Normativa n° 33/2023, e ainda,

CONSIDERANDO, o Ofício n° 053/2024, firmado pela Secretária de Educação Morgana Pereira Rosso, em 25 de junho de 2024, que encaminha documentos para a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor público municipal W.S.S;

CONSIDERANDO, os indícios de infração praticada no exercício de suas atribuições pelo servidor W.S.S, que em tese, infringiu o disposto no Art. 190, incisos, I, II, III, IV, V, VI, XII, XIII, XV e XVI; no Art.192, incisos I, III (última parte), VII e VIII; no Art. 210, incisos IV, V, IX, todos da Lei Complementar Municipal n° 1.029/2022, de 12 de agosto de 2022, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos no Município de Treviso;

CONSIDERANDO, que aquele que tiver ciência de irregularidade cometida em área de atividade sob a sua supervisão, sob pena de responsabilidade pessoal, é obrigado a promover a apuração imediata do ilícito, mediante instauração de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, assegurado ao acusado o contraditório e ampla defesa;

CONSIDERANDO, que o servidor responde administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições;

CONSIDERANDO, que o processo disciplinar é o instrumento jurídico-administrativo destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido;

CONSIDERANDO, a existência de Comissão Permanente e Processo Administrativo Disciplinar, instituída e disciplinada pela Portaria nº 325/2024, de 21 de junho de 2024;

CONSIDERANDO, a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2024, em face do servidor W.S.S, matrícula nº 3672-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devendo os trabalhos serem conduzidos pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar constituída pelos servidores designados pela Portaria nº 325/2024, de 21 de junho de 2024, para apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais do servidor público municipal acima citado em virtude dos fatos relatados nos documentos anexos ao Ofício n° 053/2024 e, caso comprovados, configuram infração disposta no Art. 210, incisos I, II, III, IV, V, VI, XII, XIII, XV e XVI; no Art.192, incisos I, III (última parte), VII e VIII; no Art. 210, incisos IV, V, IX, todos da Lei Complementar Municipal n° 1.029/2022, de 12 de agosto de 2022.

§1° Compete à Comissão tomar conhecimento de novas imputações que surgirem contra o acusado durante o curso do Processo, caso em que este poderá produzir novas provas objetivando sua defesa.

§2° Identificadas novas imputações, deverá a Comissão oficiar o Chefe do Poder Executivo, solicitando o aditamento da Portaria inicial, evitando assim o prejuízo na defesa do acusado.

§3° Ao servidor será garantido o contraditório e ampla defesa com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§4° Quando houver Sindicância prévia, seus autos deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar, como peça informativa.

Art. 2º Informar que, publicada a presente Portaria, a Comissão deverá, no primeiro ato, encaminhar cópia do documento comprobatório ao Departamento de Recursos Humanos, ao Órgão de Controle Interno e à Secretária de Educação, para a tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Na ocasião da comunicação ao Departamento de Recursos Humanos, a Comissão deverá solicitar cópia da Ficha Funcional do Servidor, seus assentamentos funcionais e demais documentos que entender necessários.

Art. 3º Estabelecer que o prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, sendo admitida a prorrogação quando as circunstâncias exigirem para atender o esclarecimento pleno ou o exercício de defesa.

Art. 4º Deliberar que os membros da Comissão poderão se reportar diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 27 de junho de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de junho de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO 68-2024, PREGÃO ELETRÔNICO 26-2024, BRITAS

Publicação Nº 6134988

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 97865CD78E5F802C7BF3B118E525E2E75A8DF7D0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO
PROCESSO LICITATÓRIO 68/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024
A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, dirigida pelo regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, do tipo menor preço, modo disputa, aberto, regida pelas Leis: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 , Decreto Nº 229/2022, de 15 de março de 2022, Decreto Nº 191/2023, de 28 de março de 2023, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, que venham a substituí-las, alterá-las ou completá-las, bem como, pelas disposições fixadas neste Edital e seus Anexos. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09h00min do dia 01/07/2024 até às 08h15min do dia 11/07/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min às 08h45 min do dia 11/07/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 11/07/2024. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bnc.org.br "Acesso Identificado". OBJETO: Registro de preço para futuras aquisições de até 3.000m³ de brita graduada que atenda a Faixa C do DNIT e 3.000m³ de macadame seco (rachão) para as obras preparo para pavimentação asfálticas e melhoramento das vias municipais também para atender as necessidades Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços de Treviso pelos próximos 12 meses, podendo ser prorrogado. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, através do site: http://www.treviso.sc.gov.br/ (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.Treviso/SC, 27 de junho de 2024. Reginaldo Rizzati- Secretaria de Viação, obras e Serviços.

MUNICIPIO DE TREVISO
TREVISO-SC

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 26/2024
Processo Administrativo Nº 59/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
CONDUTOR: HELTON DA SILVA
Data de Publicação: 12/06/2024 13:50:48

MOVIMENTOS DO PROCESSO

17/06/2024 21:49:12 ESCLARECIMENTO REQUERIDO FLAVIO PAULETTI (937.281.820-87)
Referente ao edital de dispensa, na pág 37 - quanto as questões técnicas, somente na letra "a" consta o aceite de registro no CAU...nas demais letras refere-se somente ao CREA. Pelo nosso entendimento tanto CREA como CAU podem atuar neste serviço. Está correta essa interpretação? Sugiro que seja alterado para deixar claro que empresas registrados em ambos os conselhos podem participar do certame

19/06/2024 09:24:38 RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO CONDUTOR
Pode ser registrado tanto na CAU como no CREA. A CAU foi desmembrada do CREA, portanto são equivalentes.

25/06/2024 15:08:19 CADASTRO DE PROPOSTA JH PROJETOS EIRELI

26/06/2024 08:40:49 MENSAGEM CONDUTOR
Bom dia a todos! Daqui a pouco, às 9h, iniciaremos a fase de disputa. Seguem informações importantes sobre este certame:

26/06/2024 08:42:49 MENSAGEM CONDUTOR
Caso o licitante cometa algum erro de digitação nos lances, favor solicitar urgentemente ao pregoeiro o seu cancelamento. Após o término da disputa, não é mais possível efetuar este registro.

26/06/2024 09:00:04 MENSAGEM CONDUTOR
A partir de agora, daremos início à etapa de lances.

26/06/2024 15:15:26 MENSAGEM CONDUTOR
Encerramos a etapa de lances. A partir de agora, a licitante JH PROJETOS EIRELI deverá anexar na aba “documentos complementares”, no prazo de até 24 horas, os documentos de habilitação e a proposta final readequada. Ressaltamos que documentos enviados após este prazo não serão recebidos nem analisados.

26/06/2024 15:15:38 MENSAGEM CONDUTOR
O participante JH PROJETOS EIRELI foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 27/06/2024 15:16

27/06/2024 13:06:30 MENSAGEM CONDUTOR
O participante JH PROJETOS EIRELI adicionou o arquivo b01844dd253b4a12b0fbfd8d400af3db.pdf aos documentos complementares.

27/06/2024 16:45:26 MENSAGEM CONDUTOR
O condutor comunica que foi finalizada a análise dos documentos de habilitação da empresa vencedora na etapa de lances.

27/06/2024 16:45:36 MENSAGEM CONDUTOR
A empresa JH PROJETOS LTDA. não juntou os seguintes documentos: 1) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (anexo II, item 2, alínea b, do edital); 2) balanços patrimoniais, demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (anexo II, item 2, alínea i, do edital); e 3) Certidão Simplificada da Junta Comercial (anexo II, item 2.3.2, do edital).

27/06/2024 16:45:50 MENSAGEM CONDUTOR
Diante dos fatos, o pregoeiro decide pela inabilitação da referida licitante.

27/06/2024 16:47:02 MENSAGEM CONDUTOR
Tendo em vista que a única licitante participante foi inabilitada, o condutor declara este certame como fracassado.

LOTE 1 - FRACASSADO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM CÓDIGO DE OBRAS E POSTURAS PARA O MUNICÍPIO DE TREVISO/SC, ABRANGENDO DESDE A ETAPA DE ESTUDO INICIAL ATÉ A APROVAÇÃO PELA CÂMARA DE VEREADORES

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: SERV Marca: Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM CÓDIGO DE OBRAS E POSTURAS PARA O MUNICÍPIO DE TREVISO/SC, ABRANGENDO DESDE A ETAPA DE ESTUDO INICIAL ATÉ A APROVAÇÃO PELA CÂMARA DE VEREADORES
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 0,00 **Valor Total:** 0,00

MUNICIPIO DE TREVISO
TREVISO-SC

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
JH PROJETOS EIRELI	002	33.796.110/0001-60	48.500,00	48.500,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

12/06/2024 13:50:47 **PUBLICADO**

14/06/2024 09:00:00 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

26/06/2024 08:15:00 **ANÁLISE DE PROPOSTAS**

26/06/2024 09:00:10 **DISPUTA**

26/06/2024 09:00:10 **LANCE** JH PROJETOS EIRELI (PARTICIPANTE 002) **48.500,00**

26/06/2024 15:00:10 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é JH PROJETOS EIRELI

26/06/2024 15:00:10 **HABILITAÇÃO**

27/06/2024 16:45:15 **INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE** CONDUTOR
JH PROJETOS EIRELI inabilitado. Motivo: A empresa JH PROJETOS LTDA. não juntou os seguintes documentos: 1) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (anexo II, item 2, alínea b, do edital); 2) balanços patrimoniais, demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (anexo II, item 2, alínea i, do edital); e 3) Certidão Simplificada da Junta Comercial (anexo II, item 2.3.2, do edital). Diante dos fatos, o pregoeiro decide pela inabilitação da referida licitante.

27/06/2024 16:47:27 **EM ADJUDICAÇÃO**

27/06/2024 16:48:30 **FRACASSADO**

CONDUTOR: HELTON DA SILVA

Gerado em: 27/06/2024 16:48:30

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

Treze de Maio

Prefeitura

DECRETO 098/2024

Publicação Nº 6132517

DECRETO Nº. 098/2024, 27 DE JUNHO DE 2024
"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE DE MAIO, POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FINANCEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina o Artigo 8º da Lei Municipal nº. 1.592/2023, de 07 de Dezembro de 2023, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024 - Lei Municipal nº. 1.580/2023 de 07 de Novembro de 2023;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1.087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Elemento de Despesa e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:
Artigo 1º - Fica incluído no Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, a classificação orçamentária (elemento de despesa e fonte de recursos), a qual passa a integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 4 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Unidade: 1– Departamento de Educação
12.361.0005 – Escola para Saber – Educação Fundamental
Proj./Ativ.: 2.015 – Manutenção da Rede Municipal do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0569.700062 (225) – Aplicações Diretas
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0569.700062 (226) – Aplicações Diretas

Artigo 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, por conta do provável excesso de arrecadação financeiro no exercício de 2024, na rubrica de receita 4.1.7.1.4.99.0.1.00.00.00, no montante de R$ 203.186,68 (Duzentos e Três Mil. Cento e Oitenta e Seis Reais e Sessenta e Oito Centavos), conforme estimativa da Confederação Nacional dos Municípios.

Órgão: 4 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO		
Unidade: 1– Departamento de Educação		
12.361.0005 – Escola para Saber – Ensino Fundamental		
Proj./Ativ.: 2.015 – Manutenção da Rede Municipal do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.01.0569.700062 (225) – Aplicações Diretas	R$	142.230,69
4.4.90.00.00.00.00.01.0569.700062 (226) – Aplicações Diretas	R$	60.956,01
TOTAL	R$	203.186,68

Parágrafo Único: Os recursos de que se tratam o artigo 2° serão creditados na Conta Vinculada nº. 016.742-8 – R$ 203.186,68, do Banco do Brasil, Agência 2736.

Artigo 3º - Artigo 3º - Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2022/2025 – Lei Municipal nº. 1447/2021 de 26 de Agosto de 2021, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2024 – Lei Municipal nº. 1.580/2023 de 07 de Novembro de 2023 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2024– Lei Municipal nº. 1.592/2023 de 07 de Dezembro de 2023, que se fizerem necessários em função da abertura dos Créditos Adicionais Suplementares constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Treze de Maio, 27 de Junho de 2024.
JAILSO BARDINI
Prefeito Municipal

Publicação: Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra.

CAMILA NANDI ZANELA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

Prefeitura

DECRETO Nº 055/24

Publicação Nº 6131595

DECRETO 055/24 DE 19 DE JUNHO DE 2024.
ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2024.
GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal n° 2227/2023, de 12 de dezembro de 2023.
DECRETA:

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R$ 355.000,00, para as seguintes dotações orçamentárias:
02.000 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
02.001 – GABINETE DO PREFEITO
02.001.6.182.3.2006-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R$ 30.000,00
2.701.0000.0000 – (SF) – Outras Transferências De Convênios Ou Instrumentos Congêneres R$ 30.000,00
Dos Estados

07.000 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
07.001 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA
07.001.10.301.12.1013-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R$ 75.000,00
1.501.0000.0000 – Outros Recursos não Vinculados R$ 75.000,00

05.000 - SECRETARIA DOS TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
05.001.15.451.12.1007-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$ 250.000,00
1.710.0000.0000 – Transferência Especial dos Estados R$ 250.000,00

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de:
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) –
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) - R$ 250.000,00
1.710.0000.0000 – Transferência Especial dos Estados R$ 250.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) - R$ 75.000,00
1.501.0000.0000 – Outros Recursos não Vinculados R$ 75.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$ 30.000,00
2.701.0000.0000 – (SF) – Outras transferências de convênios ou instrumentos congêneres R$ 30.000,00
dos estados

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de junho de 2024.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ADEMIR PISKE
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 056/24

Publicação Nº 6131621

DECRETO 056/24 DE 19 DE JUNHO DE 2024.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS.
GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município.
DECRETA:
Art. 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano sem benfeitorias, localizado na Rua Arno Zimmermann, bairro Liberdade, neste Município e Comarca de Trombudo Central, de propriedade de VENTURI E CIA EIRELI, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 24.371, com ÁREA TOTAL de 37.589,05 m² (trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e nova metros e cinco decímetros quadrados), ÁREA A DESMEMBRAR 01 com 441,23m² (quatrocentos e quarenta e um metros e vinte e três decímetros quadrados) ÁREA A DESMEMBRAR 02 com 491,75 m² (quatrocentos e noventa e um metros e setenta e cinco decímetros quadrados), permanecendo ÁREA REMANESCENTE com 36.656,07 m² (trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis metros e sete decímetros quadrados)
Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Trombudo Central, 19 de junho de 2024.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ADEMIR PISKE
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 057/24

Publicação Nº 6131640

DECRETO 057/24 DE 20 DE JUNHO DE 2024.

RETIFICA O DECRETO 133/21 DE 01 DE OUTUBRO DE 2021, QUE REGULAMENTA E DISCIPLINA PROCEDIMENTOS NA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, ESTADO SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município.
CONSIDERANDO a real necessidade de deslocamento ao cumprimento das obrigações laborais;
CONSIDERANDO a deficiência momentânea de lotação no quadro funcional da municipalidade de profissional motorista.

DECRETA:
Art. 1° - RETIFICA o Decreto 133/21, que AUTORIZA os membros do Conselho Tutelar, dispostos junto a Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, no interesse do serviço público e dentre as necessidades do departamento a que está lotado, a condução dos veículos oficiais leves da repartição a que pertençam, conforme abaixo indicados:

NOME	HABILITAÇÃO	SECRETARIA
Jadir Antonio Beber	01773150234	Assistência Social e Habitação
Francieli Kolm	3988907499	Assistência Social e Habitação
Tais Maiara Stetter	07651870984	Assistência Social e Habitação
Taruana Alice da Silva	02503160556	Assistência Social e Habitação
Raquel Lucia Almeida	02331983933	Assistência Social e Habitação

Art. 2° - Para conduzir o veículo oficial, o servidor autorizado deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e, com categoria compatível ao tipo de veículo a ser conduzido.
Art. 3° - O servidor autorizado deverá verificar se o veículo possui condições de segurança para trafegar, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus decorrente de ato culposo ou doloso que venha acometer na condução do veículo oficial.
Parágrafo único. Na ausência de condições de uso e na hipótese de o veículo estar em desacordo com as normas de segurança de trânsito, o servidor deverá comunicar imediatamente a chefia superior para que providencie, a reparação ou a adequação do veículo à legislação pertinente.
Art. 4° - As normas do Código Trânsito Brasileiro devem ser rigorosamente observadas pelo condutor do veículo oficial e pelo responsável por sua manutenção.
Art. 5° - O servidor autorizado a conduzir veículo oficial que for autuado por infração às normas de trânsito, estará sujeito ao procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário público.
Art. 6° - Ficam expressamente vedadas ao servidor condutor do veículo oficial:
a) a cessão da direção do veículo a terceiros, exceto se também autorizados ou na ocorrência de caso fortuito ou força maior;
b) a utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivarem a autorização;
c) a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à Administração Pública;
d) a utilização fora do horário de expediente ou da escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pelo Departamento autorizador na ficha de controle de tráfego.
Art. 7º - O servidor autorizado a dirigir veículo oficial deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução, em especial a ficha de controle de tráfego a ser instituída pelo Poder Público Municipal.
Art. 8° - A autorização de que trata este Decreto, não configura acúmulo de atribuições e não assegura ao servidor autorizado o direito a qualquer acréscimo salarial.
Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, cumpram-se as medidas legais pertinentes, ficando revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de junho de 2024.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CLARICE SCHLICKMANN PETRI
Secretária de Assistência Social e Habitação

Tubarão

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.730, DE 27 DE JUNHO DE 2024. AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS

Publicação Nº 6134008

DECRETO Nº 7.730, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).
O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei nº 5.995/2023, DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito suplementar por conta de excesso de arrecadação totalizando o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a saber:
Entidade: Prefeitura Municipal de Tubarão UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 32001 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA Proj/Ativ.: 1.008 – Obras de Infraestrutura Viária Elem.: 4.4.90.(1.710.3210.1230) – Aplicações Diretas..... ..... R$ 200.000,00 Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, por conta de excesso de arrecadação totalizando o valor de R$ (duzentos mil reais), conforme abaixo discriminado: (1.710.3210.1230) - PMT - Emenda Parlamentar Impositiva 2358/2024 - Revitalização asfáltica de vias da cidade de Tubarão..... R$ 200.000,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 27 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

DECRETO Nº 7.731, DE 27 DE JUNHO DE 2024. AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS

Publicação Nº 6134013

DECRETO Nº 7.731, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).
O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei nº 5995/2023, DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito suplementar por conta de anulação parcial de dotação no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a saber:
Entidade: Prefeitura Municipal de Tubarão UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 50.001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E INTERIOR Proj/Ativ.: 2.013 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL Elem.: 4.4.90.(85) 2.710.3210.1187 – Aplicações Diretas..... ..... R$ 200.000,00 Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, por conta de anulação parcial de dotação no valor de R$ R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme abaixo discriminado: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 50.001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E INTERIOR Proj/Ativ.: 2.013 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL Elem.: 3.3.90.(84) 2.710.3210.1187 – Aplicações Diretas..... ..... R$ 200.000,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 27 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

DECRETO Nº 7.732, DE 27 DE JUNHO DE 2024. AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS

Publicação Nº 6134014

DECRETO Nº 7.732, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).
O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei nº 5.995/2023, DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito suplementar por conta de excesso de arrecadação totalizando o valor de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), a saber:

Entidade: Prefeitura Municipal de Tubarão
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 32001 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Proj/Ativ.: 1.008 – Obras de Infraestrutura Viária
Elem.: 4.4.90.(1.710.3210.1233) – Aplicações Diretas..... ..... R$ 300.000,00

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, por conta de excesso de arrecadação totalizando o valor de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), conforme abaixo discriminado:

(1.710.3210.1233) - PMT – Emenda Parlamentar Impositiva 2343/24 Rede de esgoto pluvial rua Manoel Agostinho Pereira .....R$ 300.000,00

Art. 3º Fica revogado o Decreto 7.629/2024 de 30 de abril de 2024.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 27 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

DECRETO Nº 7.733, DE 27 DE JUNHO DE 2024. AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS

Publicação Nº 6134017

DECRETO Nº 7.733, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).
O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei nº 5.995/2023, DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito suplementar por conta de excesso de arrecadação totalizando o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a saber:

Entidade: Prefeitura Municipal de Tubarão
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 32001 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Proj/Ativ.: 1.008 – Obras de Infraestrutura Viária
Elem.: 4.4.90.(1.710.3210.1231) – Aplicações Diretas..... ..... R$ 200.000,00

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, por conta de excesso de arrecadação totalizando o valor de R$ (duzentos mil reais), conforme abaixo discriminado:

(1.710.3210.1231) - PMT - Emenda Parlamentar Impositiva 2357 – Aquis. Insum. Pav. vias João da Silva, Jovêncio Bernardo, Luiz Matheus. Almiro J. da Silva e Silvio Menegaz.....R$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 27 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

PORTARIA FMMA Nº 064, DE 20 DE JUNHO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR COMO MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DO BEM - ESTAR ANIMAL – CPMBEA

Publicação Nº 6134011

PORTARIA FMMA Nº 064, DE 20 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR COMO MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DO BEM - ESTAR ANIMAL – CPMBEA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 361, de 19 maio de 2023 e Lei Complementar nº 366, de 14 junho de 2023;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, a contar de 14 de junho de 2024, o servidor LUCAS JOAQUIM BORGES, CPF nº 102.3XX.XX9-84, como membro da Comissão Permanente de Monitoramento do Bem-Estar Animal – CPMBEA, que visa garantir o cumprimento da Lei de Bem-Estar Animal no que se refere as ações de controle populacional de cães e gatos, por intermédio de registro eletrônico, castração, erradicação dos maus tratos aos animais, com a efetiva fiscalização e a respectiva penalidade, bem como a garantia ao atendimento aos princípios de bem-estar animal, sendo devida a gratificação estabelecida no Art. 12–E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 20 de junho de 2024.
MÁRCIO RONCHI
Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

PORTARIA PMT Nº 2.522, DE 26 DE JUNHO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 6133877

PORTARIA PMT Nº 2.522, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA COMO FISCAL DE CONTRATO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei n° 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 15.022/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a servidora MÍRIAN MARIA DE MEDEIROS, CPF nº 647.5XX.XX9-68, Diretora de Prospecção e Novos Negócios, como FISCAL do Contrato n° 140/2024, decorrente da Dispensa de Licitação nº 05/2024, cujo objeto é a contratação de serviços para a execução do Projeto Tubarão + Mulher, com uma carga horária de 292 horas, contemplando a qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade, com vigência de 12 (doze) meses – SENAC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 26 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

PORTARIA PMT Nº 2.523, DE 26 DE JUNHO DE 2024. DISPENSA SERVIDOR DA DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER PELA GESTÃO CONTÁBIL DE FUNDOS

Publicação Nº 6133936

PORTARIA PMT Nº 2.523, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
DISPENSA SERVIDOR DA DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER PELA GESTÃO CONTÁBIL DE FUNDOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n° 3.043, de 08 de janeiro de 2007;

RESOLVE:
Art. 1º DISPENSAR, o servidor PATRICK SEOLIN FERNANDES, CPF nº 000.1XX.XX9-45, Técnico em Contabilidade, da designação para responder pela Gestão de Contabilidade do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR e o Fundo Municipal Tubarão 180°, a que se refere a Portaria PMT nº 2.248/2024, a contar de 05 de julho de 2024, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 26 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

PORTARIA PMT Nº 2.524, DE 26 DE JUNHO DE 2024. DISPENSA SERVIDOR DA DESIGNAÇÃO COMO ASSISTENTE DE CONTROLADORIA

Publicação Nº 6133920

PORTARIA PMT Nº 2.524, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
DISPENSA SERVIDOR DA DESIGNAÇÃO COMO ASSISTENTE DE CONTROLADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO os Termos da Lei Complementar nº 7, de 28 de julho de 2005 e suas alterações;

RESOLVE:
Art. 1º DISPENSAR, o servidor PATRICK SEOLIN FERNANDES, CPF nº 000.1XX.XX9-45, Técnico em Contabilidade, da designação para responder como ASSISTENTE DE CONTROLADORIA, a que se refere a Portaria PMT n° 2.241/2024, contar de 05 de julho de 2024, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 26 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

PORTARIA PMT Nº 2.525, DE 27 DE JUNHO DE 2024. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 6133901

PORTARIA PMT Nº 2.525, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os documentos que integram o Protocolo RH 32.278/2024; e
CONSIDERANDO os termos do Art. 142 da Lei nº 1.660/92;

CONSIDERANDO as manifestações da Gerência de Recursos Humanos e do Secretário da Pasta;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO a servidora MARGARETH FLOR MARCON, CPF nº 740.0XX.XX9-53, Enfermeira ESF, a contar de 01 de julho de 2024, pelo período de 01 (um) mês, referentes ao período aquisitivo 01/02/2017- 30/01/2022, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 27 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

PORTARIA PMT Nº 2.526, DE 27 DE JUNHO DE 2024. NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR SUBSTITUTA

Publicação Nº 6133957

PORTARIA PMT Nº 2.526, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR SUBSTITUTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no uso de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n° 122/2015;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 13.943/2024;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico RH n° 29.896/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, VERA LÚCIA UMBELINA, CPF nº 712.2XX.XX9-68, na Função de Conselheiro Suplente do CONSELHO TUTELAR DE TUBARÃO/SC, relativa ao mandato 2024/2027, a que se refere a Portaria n° 1.870/2024, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 06 de julho de 2024.

Art. 2º A nomeação se dá em substituição a Conselheira Tutelar Andréa da Silva Fortunato Exterkoetter, no período de licença para concorrer a mandato eletivo, de 06 de julho de 2024 à 06 de outubro de 2024, totalizando 3 (três) meses, conforme legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 27 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

PORTARIA PMT Nº 2.527, DE 27 DE JUNHO DE 2024. NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR SUBSTITUTA

Publicação Nº 6133975

PORTARIA PMT Nº 2.527, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR SUBSTITUTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no uso de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n° 122/2015;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 13.943/2024;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico RH n° 29.888/2024;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, JOSIANE DE OLIVEIRA VALGAS, CPF nº 050.8XX.XX9-86, na Função de Conselheiro Suplente do CONSELHO TUTELAR DE TUBARÃO/SC, relativa ao mandato 2024/2027, a que se refere a Portaria n° 1.870/2024, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 06 de julho de 2024.

Art. 2º A nomeação se dá em substituição ao Conselheiro Tutelar Ari Pinheiro Cunha Junior, no período de licença para concorrer a mandato eletivo, de 06 de julho de 2024 à 06 de outubro de 2024, totalizando 3 (três) meses, conforme legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 27 de junho de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		ALTIR WEBBER DE MELLO NETO Secretário de Gestão Municipal

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 127/2024

PROCESSO Nº 127/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2023

Homologação 03/04/2024

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO - CNPJ nº 82.928.656/0001-33

Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA - CNPJ nº 00.456.865/0001-67

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a seleção de empresas especializadas para fornecer sistemas informatizados com usuários ilimitados em ambiente web, para serem utilizados pela Prefeitura Municipal de Tubarão, Fundações, Fundos, Secretarias e Autarquias, incluindo-se os serviços de conversão de dados, implantação, migração de dados preexistentes, treinamento, manutenção, suporte técnico eventual e permanente e acompanhamento técnico no envio das prestações de contas.

Despesa : Sem despesa cadastrada

Valor : R$14.400,00

Vigência : 20/06/2024 até 20/06/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

CÓDIGO DO TCE: 1993098CE39D35BB163676455E4B4B1DF39F993E

Publicação Nº 6132967

www.diariomunicipal.sc.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 15/2024

PROCESSO Nº 14/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2024

Homologação 18/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CEMZ SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA ME - CNPJ nº 21.055.925/0001-00

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$140.280,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

Código registro TCE: 07077038D986D52097CFBEC39F2F8DA81CC00761

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 16/2024

PROCESSO Nº 17/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2024

Homologação 18/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : OTOCLIN CLINICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA - CNPJ nº 29.783.512/0001-53

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$56.280,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

Código registro TCE: CD7F7C12EB3F88B72F5752F6488A1C6D8C25B907

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 17/2024

PROCESSO Nº 22/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2024

Homologação 18/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CLINICA DE ESPECIALIDADES MEDICAS LTDA - CNPJ nº 80.490.824/0002-07

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$42.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

Código registro TCE: 68C289AACA93DD1A3EFB721330FEEE57E90A9C54

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 18/2024

PROCESSO Nº 18/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2024

Homologação 18/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CLINICA DIOMARIO S/S - CNPJ nº 05.072.050/0001-06

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$55.440,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

Código registro TCE: 3CB4BE3720350D1DCA1127CA5D67C21603C58166

Publicação Nº 6132747

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 19/2024

PROCESSO Nº 19/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2024

Homologação 18/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : GM SERVIÇOS MEDICOS LTDA. - CNPJ nº 24.606.521/0001-55

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$168.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

Código registro TCE: 09CC8AE7C06E6CFAE4531424823CEDF3E878BA6D

Publicação Nº 6132752

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 20/2024

PROCESSO Nº 20/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2024

Homologação 18/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : INSTITUTO ARTICULAR ORTOPEDIA E MEDICINA DO ESPORTE LTDA - CNPJ nº 33.875.130/0001-27

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$168.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

Código registro TCE: 46A7DE7B01607DFF7B3D2CB4DF67A74EC1069559

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 21/2024

PROCESSO Nº 21/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2024

Homologação 18/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : ORTOSPORTS MEDICINA E SAUDE LTDA. - CNPJ nº 44.835.738/0001-44

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$168.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 20/06/2024

Código registro TCE: D9A5617505A32BAAA55D0CAE00A9F0C24A2ED7B6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 23/2024

PROCESSO Nº 6/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : LABORATORIO BIOCLINICO SANTA CATARINA LTDA - CNPJ nº 83.250.019/0001-13

Objeto : O presente edital tem por objeto o Credenciamento de Laboratórios de Patologia Clínica para Prestação de Serviços de Coleta, Análise e Distribuição de Resultados De Exames dos Pacientes Assistidos Pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) disponíveis em: www.sigtap.datasus.gov.br e Exames Complementares fornecidos em âmbito municipal, conforme rotina adotada.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$568.152,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 24/06/2024

Código registro TCE: AD989648A2926930346A3880A502341E583CE591

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 24/2024

PROCESSO Nº 28/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS ROBERTO SILVA LTDA - CNPJ nº 81.362.618/0001-01

Objeto : O presente edital tem por objeto o Credenciamento de Laboratórios de Patologia Clínica para Prestação de Serviços de Coleta, Análise e Distribuição de Resultados De Exames dos Pacientes Assistidos Pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) disponíveis em: www.sigtap.datasus.gov.br e Exames Complementares fornecidos em âmbito municipal, conforme rotina adotada.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$499.968,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 24/06/2024

Código registro TCE: B27D24E1955F218DD725B60B44AFC21A5E0E7A53

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 26/2024

PROCESSO Nº 30/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : JS LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA - CNPJ nº 02.432.724/0010-20

Objeto : O presente edital tem por objeto o Credenciamento de Laboratórios de Patologia Clínica para Prestação de Serviços de Coleta, Análise e Distribuição de Resultados De Exames dos Pacientes Assistidos Pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) disponíveis em: www.sigtap.datasus.gov.br e Exames Complementares fornecidos em âmbito municipal, conforme rotina adotada.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$499.968,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 24/06/2024

Código registro TCE: C6A0E45B025E362D0BA1A1565EAF1A16AB01B07E

Publicação Nº 6132799

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

Publicação Nº 6132863

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 27/2024

PROCESSO Nº 31/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : EXAME VITAL LABORATORIO LTDA - CNPJ nº 42.295.103/0001-76

Objeto : O presente edital tem por objeto o Credenciamento de Laboratórios de Patologia Clínica para Prestação de Serviços de Coleta, Análise e Distribuição de Resultados De Exames dos Pacientes Assistidos Pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) disponíveis em: www.sigtap.datasus.gov.br e Exames Complementares fornecidos em âmbito municipal, conforme rotina adotada.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$499.968,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 24/06/2024

Código registro TCE: C78396913E9AF3010D82E5067C0EDC78F08263EC

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 28/2024

PROCESSO Nº 32/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS SANTA CLARA LTDA - CNPJ nº 85.277.150/0001-08

Objeto : O presente edital tem por objeto o Credenciamento de Laboratórios de Patologia Clínica para Prestação de Serviços de Coleta, Análise e Distribuição de Resultados De Exames dos Pacientes Assistidos Pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) disponíveis em: www.sigtap.datasus.gov.br e Exames Complementares fornecidos em âmbito municipal, conforme rotina adotada.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$432.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 24/06/2024

Código registro TCE: 09DCDAC89AF6A4FAF6B1C5B02B820B730796085B

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 29/2024

PROCESSO Nº 27/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA LTDA - CNPJ nº 01.838.331/0001-68

Objeto : O presente edital tem por objeto o Credenciamento de Laboratórios de Patologia Clínica para Prestação de Serviços de Coleta, Análise e Distribuição de Resultados De Exames dos Pacientes Assistidos Pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) disponíveis em: www.sigtap.datasus.gov.br e Exames Complementares fornecidos em âmbito municipal, conforme rotina adotada.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 150010020215 - Saúde

Valor : R$499.968,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 24/06/2024

Código registro TCE: A4FD19BCF56CF1167AA6608FF45287201F46E453

Publicação Nº 6132883

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 30/2024

PROCESSO Nº 24/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : GM SERVIÇOS MEDICOS LTDA. - CNPJ nº 24.606.521/0001-55

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas na realização de consultas médicas em atenção especializada - cirurgião geral para a realização dos pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais constantes na “tabela de procedimentos, medicamentos, órteses e próteses e materiais especiais (opm) do sistema único de saúde – SUS”, disponível por meio eletrônico no sigtap - www.sigtap.datasus.gov.br, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 08/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$84.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 25/06/2024

Código registro TCE: 9842C8225CA4E0CE553F87552573A8F45C6123EE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 31/2024

PROCESSO Nº 25/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : GUESSI SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ nº 31.242.751/0001-48

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas na realização de consultas médicas em atenção especializada - cirurgião geral para a realização dos pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais constantes na “tabela de procedimentos, medicamentos, órteses e próteses e materiais especiais (opm) do sistema único de saúde – SUS”, disponível por meio eletrônico no sigtap - www.sigtap.datasus.gov.br, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 08/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$84.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 25/06/2024

Código registro TCE: 2DB3CB58F5972F717F17BCF0A67EC6F73634032A

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 32/2024

PROCESSO Nº 26/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024

Homologação 21/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : SHEN FISIOTERAPIA E ACUPUNTURA S/S LTDA - CNPJ nº 11.199.947/0001-90

Objeto : O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas para a realização de sessão de acupuntura com inserção de agulhas para os pacientes atendidos na Secretaria Municipal de Saúde de tubarão, constantes na “tabela de procedimentos, medicamentos, órteses e próteses e materiais especiais (OPM) do sistema único de saúde – SUS”, nos termos das condições estabelecidas no presente instrumento de chamamento, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais (opm). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 11/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.301.0011.2029.3.3.90.00.00 / 271032101169 - Incremento temporário da Atenção Primária (PAB) e aplicação no tratamento fibromialgia. Emenda Impositiva. Exercício Anterior

Valor : R$72.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 25/06/2024

Código registro TCE: F0EFD3298409DF9624431C4C0E77D5D60A7BE4F7

Publicação Nº 6132920

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 35/2024

PROCESSO Nº 34/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2024

Homologação 24/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA BONELI EIRELI - CNPJ nº 21.822.346/0001-45

Objeto : O objeto do presente instrumento é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 150010020215 - Saúde

Valor : R$38.400,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 26/06/2024

Código registro TCE: 07C6BBE6CB3977215587D6F949EBF7E046C7B8C4

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 36/2024

PROCESSO Nº 33/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2024

Homologação 24/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CAPTA SOLUCOES AUDITIVAS LTDA - CNPJ nº 42.354.926/0001-25

Objeto : O objeto do presente instrumento é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 150010020215 - Saúde

Valor : R$57.600,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 26/06/2024

Código registro TCE: 280539266513EBAF22FB9AA4CC74218E2D97DA27

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 37/2024

PROCESSO Nº 36/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2024

Homologação 24/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : ECO CLINICA LTDA - CNPJ nº 76.846.211/0001-01

Objeto : O objeto do presente instrumento é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 150010020215 - Saúde

Valor : R$300.120,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 26/06/2024

Código registro TCE: 79470AFC38D99C4AA113FF81D817ED0D2F785A3E

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 38/2024

PROCESSO Nº 38/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2024

Homologação 25/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CLINICA DE ESPECIALIDADES MEDICAS LTDA - CNPJ nº 80.490.824/0002-07

Objeto : O objeto do presente instrumento é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 150010020215 - Saúde

Valor : R$626.040,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 26/06/2024

Código registro TCE: 81F5A7F2E2110433250DA384311A94DBD67F9B10

DOM/SC
ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 39/2024

PROCESSO Nº 37/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2024

Homologação 26/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CLINI X CLINICA RADIOLOGICA LTDA - CNPJ nº 78.610.318/0001-81

Objeto : O objeto do presente instrumento é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2024/SMS.

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 150010020215 - Saúde

Valor : R$270.000,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 26/06/2024

Código registro TCE: 772D2541C44BC16E737F49BF07F51EBF76D0DC3C

Publicação Nº 6132955

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 40/2024

PROCESSO Nº 35/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2024

Homologação 24/06/2024

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO - CNPJ nº 09.240.588/0001-25

Contratada : CLH CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO LTDA - CNPJ nº 08.626.596/0001-41

Objeto : O objeto do presente instrumento é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2024/SMS

Despesa : 36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00 / 160000000323 - FNS - MAC UNIÃO

Valor : R$367.200,00

Vigência : 01/07/2024 até 01/07/2025

Data da Assinatura : 26/06/2024

Código registro TCE: 5771E7928F7A1029BFE615746C60005219295B02

28/06/2024 (Sexta-feira) DOM/SC - Edição Nº 4571 Página 2123

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO IL 18-24

Publicação Nº 6132857

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

Rua Altamiro Guimarães, 1109 – Oficinas – Tubarão

CEP: 88702-101 CNPJ: 09.240.588/0001-25 Telefone: (48) 3621-9600
E-mail: comprasaude@tubarao.sc.gov.br Site:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2024

Processo Adm.: **23/2024**
Data do Processo: **18/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 23/2024
b) Nr. Licitação: 18/2024 – IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data da Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de Entidades Públicas, Filantrópicas e/ou Privadas, Prestadores de Serviços de Saúde especializados na Realização de **Consultas Médicas em Atenção Especializada** constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", sob o código 03.01.01.007-2, disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 06/2024/SMS.*

Participante: CLINICA MEDICA DELPIZZO SS

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA	1.200,0	UN	70,00	84.000,00

Total do Participante: 84.000,00

Total Geral: 84.000,00

02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC	36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00	R$ 84.000,00

Tubarão, 27 de Junho de 2024

MARCELO CÉSAR RIBEIRO
Secretário de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO IL 34-24

Publicação Nº 6132962

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO
Rua Altamiro Guimarães, 1109 – Oficinas – Tubarão
CEP: 88702-101 CNPJ: 09.240.588/0001-25 Telefone: (48) 3621-9600
E-mail: comprasaude@tubarao.sc.gov.br Site:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 34/2024

Processo Adm.: **39/2024**
Data do Processo: **25/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 39/2024
b) Nr. Licitação: 34/2024 – IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data da Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *O objeto do presente instrumento é o credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas na realização de consultas, atendimentos, acompanhamentos individuais e/ou grupos em **reabilitação física, mental, visual e múltiplas deficiências**, nas condições estabelecidas no termo de referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 09/2024/SMS.*

Participante: HILDA LIMA AMARO DA ROSA – HILDA ARTESANATOS

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	AÇÕES E SERVIÇOS REALIZADOS PELO ARTESÃO	1.920,0	HS	22,00	42.240,00

Total Geral: 42.240,00

02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO CAPS II E CAPS AD – MAC	36.001.10.302.0011.2082.3.3.90.00.00	R$ 42.240,00

Tubarão, 27 de Junho de 2024

MARCELO CÉSAR RIBEIRO
Secretário de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO IL 35-24

Publicação Nº 6132964

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO
Rua Altamiro Guimarães, 1109 – Oficinas – Tubarão
CEP: 88702-101 CNPJ: 09.240.588/0001-25 Telefone: (48) 3621-9600
E-mail: comprasaude@tubarao.sc.gov.br Site:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 35/2024

Processo Adm.: **40/2024**
Data do Processo: **25/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 40/2024
b) Nr. Licitação: 35/2024 – IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data da Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *O objeto do presente instrumento é o credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas na realização de consultas, atendimentos, acompanhamentos individuais e/ou grupos em* ***reabilitação física, mental, visual e múltiplas deficiências****, nas condições estabelecidas no termo de referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 09/2024/SMS*

Participante: CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA BONELI EIRELI

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	FONOAUDIÓLOGO (atendimento domiciliar).Visita Domiciliar por	300,000	UN	40,00	12.000,00
2	FONOAUDIÓLOGO (atendimento individual). Consulta de Profiss	3.000,0	UN	30,00	90.000,00
				Total do Participante:	**102.000,00**

02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO CAPS II E CAPS AD – MAC	36.001.10.302.0011.2082.3.3.90.00.00	R$ 102.000,00

Tubarão, 27 de Junho de 2024

MARCELO CÉSAR RIBEIRO
Secretário de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO IL 38-24

Publicação Nº 6132794

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

Rua Altamiro Guimarães, 1109 – Oficinas – Tubarão

CEP: 88702-101 CNPJ: 09.240.588/0001-25 Telefone: (48) 3621-9600
E-mail: comprasaude@tubarao.sc.gov.br Site:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 38/2024

Processo Adm.: **43/2024**
Data do Processo: **26/06/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 43/2024
b) Nr. Licitação: 38/2024 – IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data da Homologação: 27/06/2024
e) Objeto da Licitação: *O objeto do presente instrumento é a Contratação de entidades públicas para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS DE IMAGEM COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Tubarão, constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. EDITAL DE CREDENCIAMENTO 04/2024/SMS.*

Participante: CLINICA MEDICA DELPIZZO SS

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	DIAGNÓSTICO EM OFTALMOLOGIA – MAPEAMENTO DE RETINA	1.200	UN	40,00	48.000,00
2	DIAGNÓSTICO EM OFTALMOLOGIA – TONOMETRIA	1.200	UN	20,00	24.000,00
3	Diagnóstico em Oftalmologia – TESTE ORTÓPTICO/EXAME DE MOTILIDADE	1.200	UN	20,00	24.000,00

Total do Participante: **96.000,00**

Total Geral: 96.000,00

02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC	36.001.10.302.0011.2031.3.3.90.00.00	R$ 96.000,00

Tubarão, 27 de Junho de 2024

MARCELO CÉSAR RIBEIRO
Secretário de Saúde

Tunápolis

Prefeitura

PORTARIA Nº 6890/2024

Publicação Nº 6132456

PORTARIA Nº 6.890 de 26 de junho de 2024.

O Prefeito Municipal de Tunápolis no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no art. 63, inc. X da Lei Orgânica Municipal, na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e no Decreto Municipal nº 2.432/2023 que visa a Apuração de Responsabilidade de eventuais infrações praticadas por fornecedores do Município de Tunápolis, e,

CONSIDERANDO, o descumprimento do Edital Licitatório, por conta de atos praticados pela empresa M N DE O RIBEIRO CONSULTORIA ME, inscrita no CNPJ sob o n. 17.076.626/0001-84, vencedora do Processo Licitatório n. 21/20245;

CONSIDERANDO, que referida empresa deixou de assinar o contrato administrativo n. 83/2024, mesmo sendo notificada extrajudicialmente para o cumprimento do ato;

CONSIDERANDO, que a resposta apresentada pela empresa em questão não foi aceita pelo município, por meio de seu setor de licitações e contratos;

CONSIDERANDO, a necessidade de continuidade no processo licitatório e em face da omissão aqui constatada;

CONSIDERANDO, a necessidade de instauração de procedimentos administrativos onde deverá ser assegurado a empresa infratora o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade,

RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar o presente Processo Administrativo Sancionador - PAR, para apuração dos fatos e tomada das providencias cabíveis, frente a desídia apresentada pela empresa vencedora do certame licitatório acima identificado.

Art. 2º - Os trabalhos inerentes ao Processo Administrativo Sancionador ora instaurado, restará a cargo da Comissão Processante constituída por conta da Portaria n. 6.887 de 19 de junho de 2024.

Art. 3° - A Comissão designada para apuração de possíveis irregularidades cometidas por empresas contratadas, em face de não cumprimento contratual, realizará as diligências julgadas convenientes à obtenção de provas e informações necessárias à instrução processual de cada caso conhecido.

Art. 4º - Determinar que a Comissão mantenha atualizada a instrução e o resultado do processo no Sistema de publicação de atos do Poder Executivo do município de Tunápolis – SC.

Art. 5º A Comissão designada encontra-se instalada junto ao Setor de Licitações e Contratos do município de Tunápolis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis em 26 de junho de 2024.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal de Tunápolis

Cumpra-se e publique-se.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Controlador Interno

PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N º 08/2024

Publicação Nº 6131245

PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N º 08/2024

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n° 3.826.184 e inscrita no CPF sob n° 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, S/N, interior, do Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATADA, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 11.201.022.0001-36, com sede na Rua João Castilho, Centro, deste Município, neste ato representada pela Presidenta da APAE, Sra. Alice Teresinha Bieger, inscrita no CPF: 469 161 309 97, RG C.I : 1.156.537, residente e domiciliada Avenida Cerro Largo, 878 - Centro – Casa, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada de CONTRATADA RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADITIVO DE

VALOR mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente termo tem por objeto o acréscimo de atendimentos/acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, aos alunos de Escola Especial e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais – externos), baseado no oficio n.055/2024 encaminhado pela APAE para a Gestora do Fundo. Registra-se que o termo foi motivado tendo em vista a Deliberação 104/CIB/2024-Revisão dos tetos das APAEs, de acordo com documentos anexados.

Código procedimento	Número de procedimentos	Valor unitárioR$	Valor total no mês R$	Valor Total R$
03.01.07.007-5 Atendimentos, acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, aos alunos de escola especial e usuários do sistema único de saúde (sus)	6.648	17,67	1.466,61 x 7 meses	10.226,27

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma

Tunápolis – SC, 27 de junho de 2024.

ROSELI GABRIEL BONAVIGO GESTORA DO FUNDO CONTRATANTE CPF: 024.659.219-24 DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo	ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE Alice Teresinha Bieger CPF: 469. 161. 309 -97 Presidenta da APAE CREDENCIADA/CONTRATADA
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas: Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	 Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N º 56/2024

Publicação Nº 6132619

PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N º 56/2024

São partes neste termo aditivo através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 506.483 e inscrito no CPF sob n° 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e do outro lado empresa H-TEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com domicílio à AC BR 282, Bairro Industrial leste, sala 02 no Município de Nova Itaberaba/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 52.435.372/0001-44, considerado doravante CONTRATADO.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O presente contrato e o termo aditivo é regido pela Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 2459 de 28 de dezembro de 2023, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão presencial nº 01/2024, Processo Licitatório nº 09/2024 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLAUSULA PRIMEIRA – ACRÉSCIMO DE VALOR E QUANTIDADES
O objeto do presente TERMO visa o acréscimo de quantidades referente a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC. Registra-se que esse termo foi elaborado baseado na solicitação e justificativa da Secretária da Educação, Cultura e Esportes anexa.

Item	Especificação	Und.	Qtdade	Unit.	V.Total
10	Casaco tamanho 1, cor preta, tecido chimpa, com zíper preto na parte da frente, ao centro. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte inferior. Punho em ribana também na cor preta. Na parte inferior acabamento também em ribana. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas mangas. Brasão da prefeitura municipal de Tunápolis estampado em serigrafia a base de água na parte superior esquerda frontal. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und.	15	52,95	794,25
11	Casaco tamanho 2, cor preta, tecido chimpa, com zíper preto na parte da frente, ao centro. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte inferior. Punho em ribana também na cor preta. Na parte inferior acabamento também em ribana. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas mangas. Brasão da prefeitura municipal de Tunápolis estampado em serigrafia a base de água na parte superior esquerda frontal. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und.	15	52,91	793,65
12	Casaco tamanho 4, cor preta, tecido chimpa, com zíper preto na parte da frente, ao centro. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte inferior. Punho em ribana também na cor preta. Na parte inferior acabamento também em ribana. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas mangas. Brasão da prefeitura municipal de Tunápolis estampado em serigrafia a base de água na parte superior esquerda frontal. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und.	15	53,61	804,15
13	Calça tamanho 6, cor preta, tecido chimpa. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte superior. Cintura em elástic de aproximadamente 5cm de largura. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas laterais externas. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und	10	54,39	815,85
19	Calça tamanho 1, cor preta, tecido chimpa. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte superior. Cintura em elástic de aproximadamente 5cm de largura. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas laterais externas. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und	15	33,99	509,85
20	Calça tamanho 2, cor preta, tecido chimpa. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte superior. Cintura em elástic de aproximadamente 5cm de largura. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas laterais externas. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und	15	34,07	511,05

21	Calça tamanho 4, cor preta, tecido chimpa. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte superior. Cintura em elástic de aproximadamente 5cm de largura. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas laterais externas. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und	15	34,79	521,85
22	Calça tamanho 6, cor preta, tecido chimpa. Nas laterais, um bolso em cada lado na parte superior. Cintura em elástic de aproximadamente 5cm de largura. Viés verde, vermelho e amarelo nas duas laterais externas. O modelo oficial deverá ser aprovado pela administração.	Und	10	34,76	347,60
TOTAL GERAL					4.826,30

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 27 de junho de 2024.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	H-TEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA CNPJ nº 52.435.372/0001-44 CONTRATADA
CARLISE INÊS GROTH LEZONIER CPF: 010.418.219-99 GESTORA	CAMILA H. ROSAR CPF: 042.137.049-12 NUTRICIONISTA DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas: Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	 Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 11/2024

Publicação Nº 6131241

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 11/2024

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE., e de outro lado, a empresa LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA estabelecida na Rua Pará, nº 50, Bairro Itoupava Seca, no Município de Blumenau-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 81.322.141/0001-22 neste ato representado pelo Sr. Mateus Borges Tengaten, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 220.453-6 e CPF nº 036.820.759-50 e doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE VALOR DE ANALISES LABORATORIAIS PARA MANTER A QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ACRÉSCIMO DE VALOR – O presente termo tem por objeto o acréscimo conforme solicitação e justificativa do termo aditivo elaborado pela Tassiana H. Oliveira-Engenheira Sanitarista que se refere contratação de serviços técnicos especializados em análises laboratoriais para manter a qualidade da água distribuída no município de Tunápolis, conforme segue abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	Valor Unitário máximo R$	Valor total
2	Análises de Escherichia coli da água	unid.	57	23,14	R$ 1.318,98
6	Análises de água de amostras coletadas nas ETA's destinadas ao consumo humano, atendendo as exigências e relação de exames contidos na Portaria 888/2021, conforme anexo 9 e 11 (essa análise abordará substâncias organolépticas, inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos, desinfetantes e produtos secundários da desinfeccção)	unid.	7	1.283,40	R$ 8.983,80
8	Análises de água de amostras coletadas na Captação da Água Subterrânea, atendendo as exigências e relação de exames contidos na Portaria 888/2021, conforme Art. 42 Inciso 2 (Turbidez, Cor Verdadeira, pH, Fósforo Total, Nitrogênio Amoniacal Total, condutividade elétrica e Anexo 9)	unid	2	617,65	R$ 1.235,30
VALOR TOTAL				R$ 11.538,08	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma

Tunápolis – SC, 27 de junho de 2024.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA CONTRATADA CNPJ: 25.062.568-0001-68

RODRIGO SCHMIDT
CPF: 005.053.919-10
Responsável - Serv. De Abast. De água e Esgoto
DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 19/2024

Publicação Nº 6131596

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS

PORTARIA Nº 19/2024.

Em 27 de Junho de 2024.

Autoriza a participação de servidores na 24ª edição do Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina e dá outras providências.

FERNANDO WEISS, Presidente da Câmara de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizadas as servidoras Monalisa Schorr e Thais Renata Welter a participarem na 24ª edição do Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, a realizar-se em São Miguel do Oeste /SC, no dia 9 de julho do corrente ano, das 8h às 17h.

Art. 2º Para a participação no Congresso referido no art. 1º, fica autorizado o pagamento de 25% o valor da diária a cada participante, com amparo na Resolução nº 03/2023 de 13 de abril de 2023 e resolução nº 03/2024 de 23 de janeiro de 2024.

Art. 3º As despesas com transporte e diárias, correrão a conta de dotação orçamentária especifica.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.
Em 26 de junho de 2024.

FERNANDO WEISS:11013938909
Dados: 2024.06.27 10:19:46 -03'00'

FERNANDO WEISS
Presidente

Rua da Matriz, 53 - Centro - CEP:89898-000 - Fone: (49) 3632.1300 - E-mail: camaradevereadores@tunápolis.sc.gov.br

Turvo

PREFEITURA

EXTRATO.ADITIVO.CONTRATO.N.1.04/2024-FMS

Publicação Nº 6132324

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 70841E86DC3D054FBACE30D1030C6A1721C55C80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1.04/2024 - FMS - Contrato Nº: 04/2024 - FMS
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
Contratada...: MBS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
Valor Suprimido: R$ 2.752,29 (dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte nove centavos).
Valor Acrescido: R$ 5.928,21 (cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos).
Valor global do contrato passa a ser de R$ 116.571,62 (cento e dezesseis mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos).
Vigência ..... : Até 31/07/2024.
Dotação:
11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS
4.4.90.00.00.00.00.00 0002 (14)
Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº.05/2024 - FMS
Objeto ..... : O objeto da presente dispensa é a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a futura reforma da Unidade da Estratégia de Saúde da Família Centro, de acordo com as quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta, Anexo I - Termo de Referência e demais anexos.
Turvo /SC, 27 de junho de 2024.
Gabriela Borges Pessi
Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO.ADITIVO.CONTRATO.N.1.88/2023

Publicação Nº 6132687

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1F11B77D09C1BA363909A4C1401B889A2C7F5821

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1.88/2023 - Contrato Nº: 88/2023
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
Contratada...: IDEALIZE DOCUMENTOS E PROJETOS LTDA
Aditivo Valor ..... : R$ 8.000,00 (oito mil reais)
Dotação:
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 - SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00 0080(9)
Vigência ..... : até 31/08/2024
Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 099/2023
Objeto ..... : Serviço técnico especializado de consultoria para fiscalização de obras de pavimentação asfáltica no Município de Turvo/SC, notadamente para atendimento da obra da rotatória Cidade Alta e Prolongamento da Rua Jorge Lacerda, do Programa Avançar Cidades, que conta com reprogramação de recursos aprovada na Caixa Econômica Federal.
Turvo/SC, 27 de junho de 2024.
Sandro Cirimbelli – Prefeito Municipal

EXTRATO.ADITIVO.CONTRATO.N.2.09/2023-FMS

Publicação Nº 6131284

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5166FECBFCA7CA1E2193575170729A13353370E

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 2.09/2023 - Contrato Nº: 09/2023
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
Contratada...: FINE COMERCIAL DE INFORMATICA LTDA ME
Vigência ..... : 30/06/2024 até 31/12/2024
Saldo Valor: R$ 15.070,00 (quinze mil e setenta reais).
Dotação:
11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS
3.3.90.00.00.00.00.00 0002 (9)
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2023
Objeto ..... : O presente processo visa à aquisição de Cartuchos e Toners para impressoras das Secretarias de Educação, Saúde e Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e demais condições constantes no edital e anexos.
Turvo /SC, 27 de junho de 2024.
Gabriela Borges Pessi
Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO.ADITIVO.CONTRATO.N.2.11/2023

Publicação Nº 6131420

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CCBCB1BCEA4EF7841BE32D2C94566BA13CE115FC

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 2.11/2023 - Contrato Nº: 11/2023
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
Contratada...: MARCIO MARTINS DE MORAES - ME
Vigência ..... : 30/06/2023 até 31/12/2024
Saldo Valor: R$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais).
Dotação:
11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS
3.3.90.00.00.00.00.00 0002 (9)
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2023
Objeto ..... : O presente processo visa à aquisição de Cartuchos e Toners para impressoras das Secretarias de Educação, Saúde e Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e demais condições constantes no edital e anexos.
Turvo /SC, 27 de junho de 2024.
Gabriela Borges Pessi
Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO.ADITIVO.CONTRATO.N.2.13/2023-FMS

Publicação Nº 6131166

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B9C0A4D769E3F5F737E006A66CA443EE45F4193A

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 2.13/2023 - Contrato Nº: 13/2023
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO
Contratada...: TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA
Vigência ..... : 30/06/2024 até 31/12/2024
Saldo Valor: R$ 13.470,00 (treze mil quatrocentos e setenta reais).
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 33/2023
Objeto ..... : O presente processo visa a seleção para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva das instalações elétricas prediais (baixa tensão) em todos os prédios da Administração municipal de Turvo/SC, incluindo prefeitura, secretarias e fundos, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, conforme edital e seus anexos, em especial as fixadas no Anexo I - Termo de Referência.
Turvo /SC, 27 de junho de 2024.
Gabriela Borges Pessi
Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO.ADITIVO.ATA.REGISTROPRECO.N.1.113/2023

Publicação Nº 6131533

PREFEITURA DE TURVO

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2023

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.548.983/0001-60, com sede a Rua Nereu Ramos, nº 609, Centro, Turvo - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sandro Cirimbelli, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 461.035.039-49 e RG 1.215,345, residente ne domiciliado em Turvo/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 129/2023**, publicada no **Diário Oficial dos Municípios**, **processo administrativo n.º 129/2023**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando às partes as disposições da Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU, de 18 de Julho de 2002, do **Decreto Municipal nº 044, de 09 de julho de 2021,** subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e respectivas alterações, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, RESOLVE ADITAR a ATA-SRP nº 113/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNCAMENTO LEGAL

1.1. O presente termo aditivo possui amparo legal no art. 65, inciso I, *alineas "a"* e *"b"*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 c/c com o art. 11, § 3º do Decreto Municipal nº 044, de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO ADITIVO

2.1. Fica aditado em 25% o quantitativo do ITEM 04 da Ata de Registro de Preços nº 113/2023, conforme tabela a seguir:

Razão Social Fornecedor Registrado: **AUTO POSTO DAMINELLI LTDA**						
CNPJ: 78.522.125/0003-30						
End.: Avenida Municipal nº 1460, bairro Centro, Turvo/SC – CEP 88.930-000						
Fone: 48 3535 0311 Fax: 48 3525 0344						
E-mail: sidnei@contato.net						
Representante: Sidnei Daminelli			RG: 1.970.477		CPF: 617.921.799-87	
Cargo/Função: Sócio Administrador						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
04	Agente redutor líquido (ARLA) 1L	UN	250	RODOARLA	R$ 3,13	R$ 782,50
					Valor Total	R$ 782,50

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

3.1. As demais clausulas permanecem inalteradas.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Turvo/SC, em 27 de junho de 2024.

.....
Sandro Cirimbelli
Prefeito Municipal

.....
AUTO POSTO DAMINELLI LTDA
Representante: Sidnei Daminelli
RG: 1.970.477 - CPF: 617.921.799-87

Vargeão

Prefeitura

DECRETO Nº 085/2024 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131838

DECRETO Nº 085/2024 Vargeão, 24 de junho de 2024.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE, PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEÃO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.785/2023 de 23/10/2023;

DECRETA:
Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), no orçamento do exercício de 2024 do Fundo Municipal Saúde Vargeão, na seguinte programação de despesa:

ORGÃO	10.001	FUNDO MUNICIPAL SAÚDE VARGEÃO	
UNIDADE	10.001	FUNDO MUNICIPAL SAÚDE VARGEÃO	
RECURSO	2.601.0000.0138	SUPERAVIT TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/UNIÃO	
PROJETO	10.301.1001-2062	MANUT. PROGR. ATENÇÃO PRIMÁRIA	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.	Aplicações Diretas	10.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	10.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior na fonte 1.600.0000.138 TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS/UNIÃO no valor R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 24 de junho de 2024.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra
CRISTIANO ROBERTO PIEROG
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 086/2024 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 6131843

DECRETO Nº 086/2024 Vargeão, 26 de Junho de 2024.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE, PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEÃO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.785/2023 de 23/10/2023;

DECRETA:
Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), no orçamento do exercício de 2024 do Fundo Municipal Saúde Vargeão, na seguinte programação de despesa:

ORGÃO	10.001	FUNDO MUNICIPAL SAÚDE VARGEÃO	
UNIDADE	10.001	FUNDO MUNICIPAL SAÚDE VARGEÃO	
RECURSO	2.500.1002.0102	SUPERAVIT RECURSOS DE IMPOSTOS – SAÚDE	
PROJETO	10.301.1001.2.061	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.	Aplicações Diretas	30.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	30.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro do

exercício anterior na fonte 1.500.1002.0102 Recursos de impostos - Saúde no valor R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 26 de Junho de 2024.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra
CRISTIANO ROBERTO PIEROG
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2024

Publicação Nº 6133227

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7E05C1AC67DB444517927CE98ACCFB0E5A463152

Extrato de EDITAL de Pregão Eletrônico n° 26/2024
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
Município de Vargeão torna público que, de acordo com Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis, que realizará no dia 11 de julho de 2024, às 09horas , processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's e EPP's, do tipo menor preço por ITEM, visando o registro de preços com validade de 12 (doze) meses visando aquisição de Gás de cozinha P13 e P45 para suprir as necessidades das escolas, referente a alimentação dos alunos das escolas Escola Fortunatto Danielli, Escola de Educação Infantil Alencar e Creche Municipal Criança Sapeca, CRAS e Centro de múltiplo uso, conforme condições, quantidades e exigências constantes do Edital de Pregão nº 26/2024. Local: www.bll.org.br. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link https://transparencia.betha.cloud/#/z8B_Vfxid1wpYBMs5Lk9NQ==
Vargeão - SC, 27 de junho de 2024.
VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal
7E05C1AC67DB444517927CE98ACCFB0E5A463152

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 1.516/2024, DE 27 DE JULHO DE 2024

Publicação Nº 6131944

MUNICÍPIO DE VARGEM
Rua Benjamin Margotti, 289 - Vargem - SC | CEP: 89638-000
prefeitura@vargem.sc.gov.br - Fone (49) 3549-0068 | 3549-0018

DECRETO MUNICIPAL N° 1.516/2024, DE 27 DE JULHO DE 2024

Decreta luto oficial no Município de Vargem em virtude do falecimento de LINDOMAR DEODORO CHIOCHETA, grande liderança desta municipalidade.

MILENA ANDERSEN LOPES, Prefeita do Município de Vargem, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 100, inciso VII da Lei Orgânica, e:

CONSIDERANDO, o falecimento do senhor LINDOMAR DEODORO CHIOCHETA, ocorrido em 27 de julho de 2024;
CONSIDERANDO os inestimáveis trabalhos dedicados à comunidade vargense no decorrer de sua vida como cidadão, como grande liderança municipal e o alto grau de estima que o homenageado construiu em vida com as pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade vargense;

CONSIDERANDO o consternamento de todo funcionalismo municipal e da comunidade vargense em geral, assim como o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda deste cidadão exemplar;

CONSIDERANDO, que é dever do Poder Público Vargense render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar e desenvolvimento da coletividade local

DECRETA:

Art. 1º. *Luto Oficial, por três dias, contados a partir desta data, no Município de Vargem, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do senhor LINDOMAR DEODORO CHIOCHETA, que, em vida, prestou inestimáveis serviços ao Município de Vargem, como cidadão e liderança municipal.*

fl. 1/2

VARGEM Bela por natureza!
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE VARGEM
Rua Benjamin Margotti, 289 - Vargem - SC | CEP: 89638-000
prefeitura@vargem.sc.gov.br - Fone (49) 3549-0068 | 3549-0018

Art. 2º *Este Decreto entra em vigor na presente data, com publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do município, devendo ser enviada cópia do presente ato à família enlutada.*

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 27 de junho de 2024.

Assinado digitalmente por: MILENA ANDERSEN LOPES:00535474970
O tempo: 27-06-2024 11:57:01

Milena Andersen Lopes,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente decreto na data supra.

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.



Vargem Bonita

Prefeitura

DECRETO 051/2024

Publicação Nº 6132935

DECRETO N.º 051/2024, de 25 de junho de 2024
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.293/2023, de 13 de dezembro de 2023:

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE 2.010 – Manutenção da Alimentação Escolar
Modalidade 339000.1.501.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R$ 40.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.501.0000.0000 – Outros Recursos não Vinculados, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 40.000,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE 2.014 – Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade 339000.1.575.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R$ 57.400,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.575.0000.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 57.400,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE 2.014 – Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade 339000.1.540.0000.0019 – Aplicações Diretas ..... R$ 100.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.540.0000.0019 – Transferências do FUNDEB – 30%, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 100.000,00

Art. 4º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO ATIVIDADE 2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade 339000.1.501.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R$ 300.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.501.0000.0000 – Outros Recursos não Vinculados, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 300.000,00

Art. 5º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária
Modalidade 339000.1.501.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R$ 250.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso

de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.501.0000.0000 – Outros Recursos não Vinculados, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 250.000,00

Art. 6º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE 2.039 – Bloco de Incentivo a Gestão
Modalidade 339000.1.661.0000.0085 – Aplicações Diretas ..... R$ 3.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.661.0000.0085 – Transferências do SUAS Estado – Incentivo a Gestão, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 3.000,00

Art. 7º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE 2.040 – Manutenção da Assistência Social
Modalidade 339000.1.661.0000.0081 – Aplicações Diretas ..... R$ 50.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.661.0000.0085 – Transferências do SUAS Estado – Proteção Social Básica - Custeio, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 50.000,00

Art. 8º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE 2.042 – Manutenção do Bloco de Proteção Social Básica
Modalidade 339000.1.661.0000.0082 – Aplicações Diretas ..... R$ 35.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.661.0000.0082 – Transferências do SUAS Estado – Proteção Social - Benefícios, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 35.000,00

Art. 9º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE 2.038 – Bloco de Gestão - IGDBF
Modalidade 339000.1.660.0000.0033 – Aplicações Diretas ..... R$ 20.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação, na Fonte de Recursos 1.660.0000.0033 – Transferências do SUAS União – IGDBF, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R$ 20.000,00

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de junho de 2024

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 27/06/2024, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

JANAINE ANTUNES DE OLIVEIRA
Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos

Prefeitura

PORTARIA N.219/2024, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131503

PORTARIA n.219/2024, de 25 de junho de 2024.
DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMBROSIO RUBICK, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o ofício n.04/2024, da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância n.01/2024;

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Adriana Recha Kammers, matricula funcional n.508448, para a substituir o servidor Alexsandro Alair dos Santos, matricula funcional n.509372 para a presidência da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância n.01/2024.

Art. 2º A composição completa da comissão fica disposta com Adriana Recha Kammers, matrícula n.508448, Andre Luis Preis Domingos, matrícula n.508500 e Deise Koerich Boing, matrícula n.43000, todos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo de Sindicância n.01/2024.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Revoga-se as disposições ao contrário, registra-se e publica-se.

Vidal Ramos, 25 de junho de 2024.
AMBROSIO RUBICK
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N.220/2024, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132719

PORTARIA n.220/2024, de 25 de junho de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMBROSIO RUBICK, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 130, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro.

Considerando o requerimento de desincompatibilização apresentado;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política a contar de 05 de julho de 2024, a empregado(a) Caio Petry Schmitz, eleito(a) na função de Conselheiro(a) Tutelar, para promoção de campanha eleitoral no pleito de 2024.

§1º No primeiro dia útil após a Convenção do Partido, o afastado deverá entregar cópia da Ata da aprovação do seu nome para concorrer às eleições.

§2º Deverá apresentar o registro de candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, até o primeiro dia útil após o prazo do registro.

§3º O retorno ao trabalho deverá ocorrer até o 11º dia da data da eleição.

§4º O descumprimento dos parágrafos §1º e §2º obrigará o retorno imediato do servidor ao trabalho.

§5º O descumprimento do item §3º acarretará a instauração de Sindicância Administrativa contra o servidor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 25 de junho de 2024.
AMBROSIO RUBICK
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N.221/2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132721

PORTARIA n.221/2024, de 26 de junho de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMBROSIO RUBICK, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 130, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro.

Considerando o requerimento de desincompatibilização apresentado;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política a contar de 05 de julho de 2024, ao servidor(a) Daniela Hellmann, nomeado(a) no cargo de Professor(a) de Pedagogia, para promoção de campanha eleitoral no pleito de 2024.

§1º No primeiro dia útil após a Convenção do Partido, o(a) afastado(a) deverá entregar cópia da Ata da aprovação do seu nome para concorrer às eleições.

§2º Deverá apresentar o registro de candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, até o primeiro dia útil após o prazo do registro.

§3º O retorno ao trabalho deverá ocorrer até o 11º dia da data da eleição.

§4º O descumprimento dos parágrafos §1º e §2º obrigará o retorno imediato do servidor ao trabalho.

§5º O descumprimento do item §3º acarretará a instauração de Sindicância Administrativa contra o servidor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 26 de junho de 2024.
AMBROSIO RUBICK
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N.222/2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132730

PORTARIA n.222/2024, de 26 de junho de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMBROSIO RUBICK, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 130, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro.

Considerando o requerimento de desincompatibilização apresentado;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política a contar de 05 de julho de 2024, ao servidor(a) Thiago Dalpra, nomeado(a) no cargo de Motorista, para promoção de campanha eleitoral no pleito de 2024.

§1º No primeiro dia útil após a Convenção do Partido, o(a) afastado(a) deverá entregar cópia da Ata da aprovação do seu nome para concorrer às eleições.

§2º Deverá apresentar o registro de candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, até o primeiro dia útil após o prazo do registro.

§3º O retorno ao trabalho deverá ocorrer até o 11º dia da data da eleição.

§4º O descumprimento dos parágrafos §1º e §2º obrigará o retorno imediato do servidor ao trabalho.

§5º O descumprimento do item §3º acarretará a instauração de Sindicância Administrativa contra o servidor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 26 de junho de 2024.
AMBROSIO RUBICK
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N.223/2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132744

PORTARIA n.223/2024, de 26 de junho de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMBROSIO RUBICK, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 130, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro.

Considerando o requerimento de desincompatibilização apresentado;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política a contar de 05 de julho de 2024, ao servidor(a) Francisco Luiz de Pinho, nomeado(a) no cargo de Motorista, para promoção de campanha eleitoral no pleito de 2024.

§1º No primeiro dia útil após a Convenção do Partido, o(a) afastado(a) deverá entregar cópia da Ata da aprovação do seu nome para concorrer às eleições.

§2º Deverá apresentar o registro de candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, até o primeiro dia útil após o prazo do registro.

§3º O retorno ao trabalho deverá ocorrer até o 11º dia da data da eleição.

§4º O descumprimento dos parágrafos §1º e §2º obrigará o retorno imediato do servidor ao trabalho.

§5º O descumprimento do item §3º acarretará a instauração de Sindicância Administrativa contra o servidor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 26 de junho de 2024.

AMBROSIO RUBICK
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N.224/2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133014

PORTARIA n.224/2024, de 26 de junho de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMBROSIO RUBICK, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a o Art. 118, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de dezembro.

Tento em vista o comunicado verbal da servidora e os exames apresentados para internação e realização de cirurgia, no dia de 27 de junho de 2024; conforme determinação médica e que apresentará o atestado médico posteriormente.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) Elisangela Aparecida Cadilhac Bavaresco, Licença para Tratamento de Saúde a contar de 27 de junho de 2024.

Parágrafo único: A licença remunerada será pelo período de 15 (quinze) dias, após isto, será encaminhado ao sistema previdenciário (INSS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 26 de junho de 2024.

AMBROSIO RUBICK
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N.225/2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6133092

PORTARIA n.225/2024, de 26 de junho de 2024.
EXONERA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMBROSIO RUBICK, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 62, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro.

Considerando o requerimento;

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar a pedido a contar de 26 de junho de 2024, a servidora Simone Thechrin Conhaque, efetivo na função de Atendente Geral.

Art. 2º Todos os direitos do servidor serão pagos através da folha de pagamento de rescisão da competência junho de 2024.

Art. 3º Condizente ao Quadro de Pessoal ocorre à vacância da vaga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 26 de junho de 2024.

AMBROSIO RUBICK
Prefeito Municipal em Exercício

Videira

Prefeitura

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 181/2024

Publicação Nº 6132830

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 181/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 017/2023 – MAG.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 017/2023 – MAG.:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. THAIZA DOS SANTOS	4º	PROFESSOR - MATEMÁTICA
2. JOSINEIA PIMENTEL	6º (rep)	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:
a) Realização de Exame Médico Admissional;
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
g) Comprovante do tipo sanguíneo;
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 27 de junho de 2024.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 182/2024

Publicação Nº 6132834

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 182/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 030/2022 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 030/2022 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. JAQUELINE KARLA RIBEIRO	11º	AGENTE ADMINISTRATIVO II
2. CIBELE LEBANA XAVIER BULIN	12º	AGENTE ADMINISTRATIVO II
3. THAIS BANDT	13º	AGENTE ADMINISTRATIVO II

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:
a) Realização de Exame Médico Admissional;
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
g) Comprovante do tipo sanguíneo;
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 27 de junho de 2024.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 183/2024

Publicação Nº 6132835

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 183/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2023 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas,
no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 011/2023 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. LAIS RIBEIRO	40º	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2. BRUNA GABRIELY COLOMBO CAMPOS	41º	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3. IVANETE MACHADO CAVAGNOLI	42º	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
4. MAURICIO DAVID TRAVASSO	43º	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:
a) Realização de Exame Médico Admissional;
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
g) Comprovante do tipo sanguíneo;
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 27 de junho de 2024.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 184/2024

Publicação Nº 6132837

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 184/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 018/2023 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas,
no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 018/2023 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. MALENA MARIN DE OLIVEIRA	5º (REP)	ASSISTENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:
a) Realização de Exame Médico Admissional;
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
g) Comprovante do tipo sanguíneo;
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 27 de junho de 2024.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 185/2024

Publicação Nº 6132839

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 185/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2024 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2024 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. EMANUELI FATIMA MARIN	6º	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
2. EDSON LEANDRO ANTUNES PRATES	7º	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA
3. CELSO JOSE CASTILHO	8º	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA
4. MARCIANO CANDIDO DA SILVA	9º	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:
a) Realização de Exame Médico Admissional;
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
g) Comprovante do tipo sanguíneo;
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI,

da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 27 de junho de 2024.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 186/2024

Publicação Nº 6132843

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 186/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 032/2022 – FME

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 032/2022 - FME:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. IEDA SALETE CAREGNATO FURCKEL	26º (REP)	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. FRANCIELE TALITA COMUNELO	28º (REP)	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. STEFANI CANANI THIBES	36º (REP)	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:
a) Realização de Exame Médico Admissional;
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
g) Comprovante do tipo sanguíneo;
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 27 de junho de 2024.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 187/2024

Publicação Nº 6132845

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 187/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2024 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 009/2024 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. VILSON BURATTO	1º	MOTORISTA
2. DARCI JACINTO DE OLIVEIRA	2º	MOTORISTA
3. ROSANE NORDIO	3º	MOTORISTA
4. CLAUDENICE RIBEIRO MORAES	1º	AGENTE SOCIAL
5. MARISA SABRINA RUTZ CARELLE	2º	AGENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:
a) Realização de Exame Médico Admissional;
b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
c) 1 (uma) foto 3x4;
d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
g) Comprovante do tipo sanguíneo;
h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 27 de junho de 2024.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 21.995/24

Publicação Nº 6131149

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 21.995/24, DE 24 DE JUNHO DE 2024

Admite **DEJANIRA ANTUNES CRUZ**, para exercer o cargo de Agente Administrativo II.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.722/24, e o Termo de Posse nº 141/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 12376/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, **DEJANIRA ANTUNES CRUZ**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 23 de maio de 2024.

Videira, 24 de junho 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 08:35:35 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
25/06/2024 11:04:22 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 10:27:05 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 10:27 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667ac5af65d90.

DECRETO Nº 21.998/24

Publicação Nº 6131134

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 21.998/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **NATHALIA BARBOZA PEDROSO**, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.262/23, e o Termo de Posse 128/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 43013/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município **NATHALIA BARBOZA PEDROSO,** tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 08 de maio de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 08:36:04 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
25/06/2024 11:03:50 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 10:26:48 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 10:26 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667ac59e80481.

DECRETO Nº 22.004/24

Publicação Nº 6131437

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 22.004/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **JULIANA CORDEIRO**, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.682/24, e o Termo de Posse 139/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 11509/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município **JULIANA CORDEIRO,** tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 20 de maio de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 16:02:18 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:14:51 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:53:31 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:53 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b2040ed2a3.

DECRETO Nº 22.006/24

Publicação Nº 6131184

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 22.006/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **MARIANA ANCILIERO KORBER**, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.667/24, e o Termo de Posse 135/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 10961/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município **MARIANA ANCILIERO KORBER**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 15 de maio de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 15:58:00 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:00:38 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:32:54 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:33 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1b6c19628.

DECRETO Nº 22.007/24

Publicação Nº 6131162

DECRETO Nº 22.007/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **FABÍOLA THOMAZZI**, para exercer o cargo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 130/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.522/24, e o Termo de Posse nº 136/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 7128/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, **FABÍOLA THOMAZZI**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 025/2022, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 13 de maio de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 15:58:54 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:03:00 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:33:54 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:34 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1ba87ee83.

DECRETO Nº 22.008/24

Publicação Nº 6131188

DECRETO Nº 22.008/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **MARIANA SOPPELSA**, para exercer o cargo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 130/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.739/24, e o Termo de Posse nº 148/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 14032/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, **MARIANA SOPPELSA**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 025/2022, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 15:59:27 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:06:03 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:40:01 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:40 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1d1d67ece.

DECRETO Nº 22.009/24

Publicação Nº 6131299

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 22.009/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **RAFAEL ASCARI**, para exercer o cargo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Disciplina: História.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 130/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.711/24, e o Termo de Posse nº 144/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 12808/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, **RAFAEL ASCARI**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 025/2022, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Disciplina: História, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 16:00:55 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:14:07 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:51:17 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:51 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1fbbc0e8f.

DECRETO Nº 22.010/24

Publicação Nº 6131266

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 22.010/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **JOÃO CARLOS WALBER**, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.824/24, e o Termo de Posse nº 147/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 15744/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município **JOÃO CARLOS WALBER,** tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 12 de junho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 16:00:16 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:08:31 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:43:23 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:43 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1de0bd96b.

DECRETO Nº 22.011/24

Publicação Nº 6131202

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 22.011/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **ANDREA GABRIELLE FRANÇA GONÇALVES**, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.713/24, e o Termo de Posse nº 146/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 12797/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município **ANDREA GABRIELLE FRANÇA GONÇALVES,** tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 15:59:55 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:07:17 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:40:58 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1d5234ed8.

DECRETO Nº 22.012/24

Publicação Nº 6131363

VIDEIRA PREFEITURA

DECRETO Nº 22.012/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **INÊS BAVARESCO**, para exercer o cargo de Especialista em Educação.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 130/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.720/24, e o Termo de Posse nº 145/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 12279/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, **INÊS BAVARESCO**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 025/2022, para exercer o cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 25 de junho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 17:57:58 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 17:34:40 -03:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
26/06/2024 16:36:33 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 16:36 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c6dc75d3c8.

DECRETO Nº 22.013/24

Publicação Nº 6131256

DECRETO Nº 22.013/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **ELCIO TESKE DUARTE,** para exercer o cargo de Agente Administrativo II.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.823/24, e o Termo de Posse nº 149/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 12204/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, **ELCIO TESKE DUARTE**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 17 de junho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 08:32:45 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:10:34 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:44:21 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:44 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1e1b547df.

DECRETO Nº 22.014/24

Publicação Nº 6131289

DECRETO Nº 22.014/24, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Admite **ALEXANDRE ZARDO**, para exercer o cargo de Odontólogo.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 21.712/24, e o Termo de Posse nº 143/2024, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 12801/2024;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, **ALEXANDRE ZARDO**, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Odontólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 7 de junho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 16:00:33 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:13:35 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
25/06/2024 16:50:10 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/06/2024 16:50 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667b1f79e9ab3.

DECRETO Nº 22.015/24

Publicação Nº 6131461

DECRETO Nº 22.015/24, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo de Títulos para o Quadro do Magistério através de Chamada Adicional para Contratação Temporária – Edital nº 011/2024.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital do Processo Seletivo de Títulos, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 22822/2024;

RESOLVE

Art. 1º Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo de Títulos para o Quadro do Magistério através de Chamada Adicional para Contratação Temporária – Edital nº 011/2024, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 16:21:58 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 14:01:57 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
26/06/2024 09:12:44 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 09:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c05c3a0c65.

ANEXO ÚNICO
DECRETO Nº 22.015/24
RESULTADO FINAL – EDITAL Nº 011/2024

Cargo: Professor - Ensino Infantil e Fundamental (Artes)

Insc.	Nome	Nota Final	Classific.
	NÃO HOUVE INSCRITOS		

Cargo: Professor - Ensino Fundamental Séries Finais (Ensino Religioso)

Insc.	Nome	Nota Final	Classific.
002	ANDERSON DOS SANTOS	2,25	1º
001	IVALDO HAMMES	1,25	2º
003	KARIN SCHUSTER	DESCLASSIFICADA	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 09:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c05c3a0c65.

PORTARIA Nº 0392/2024

Publicação Nº 6131115

PORTARIA nº 0392/2024

Autoriza o Uso de Espaço Público

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, bem como, no Decreto nº 20.124/23 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 22136/2024;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de espaço no Eixo Cultural - Rua Coberta, pela Rádio Videira LTDA, no dia 12 de julho de 2024, das 16h00min às 22h00min, para realização de evento "1º Arraiá da V".

Art. 2º O responsável pela utilização do espaço deve observar as condições abaixo especificadas:

I. Manter sob sua guarda e responsabilidade o bem/espaço cujo uso fora autorizado;
II. Não dar ao bem/espaço destinação diversa ou estranha àquela autorizada;
III. Não ceder, nem transferir, no todo ou em parte, o seu uso a terceiros;
IV. Zelar pela manutenção e conservação do bem/espaço;
V. Responder por todos os danos causados ao bem/espaço durante o período da autorização, obrigando-se a reparar os danos ocasionados;
VI. Não instalar objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o bem/espaço público;
VII. Responder por danos pessoais e materiais causados a terceiros;
VIII. Responsabilizar-se, quando necessário, pelo cumprimento de toda a legislação trabalhista e previdenciária relativa ao seu pessoal, ficando a Prefeitura Municipal de Videira isenta de qualquer responsabilidade neste sentido, inclusive com relação a acidentes de trabalho;
IX. Providenciar, as suas expensas, todas as autorizações e medidas necessárias para a utilização do bem/espaço, inclusive aquelas relativas a licenças ou autorizações de órgãos municipais, estaduais ou federais, conforme o caso, ficando responsável pelo cumprimento das sanções aplicáveis pelo eventual inadimplemento das obrigações legais, inclusive em caso de equívoco ou de má-fé;
X. Respeitar o horário disponibilizado para utilização do bem/espaço;
XI. Respeitar a lotação máxima do bem/espaço a ser utilizado;
XII. Arcar com todas as despesas oriundas da utilização do bem/espaço;
XIII. Proibição do exercício do comércio;
XIV. Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da autorização, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/06/2024 14:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6679b17761661.

XV. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foram encontradas;

XVI. Providenciar a limpeza do bem, inclusive dando destinação correta ao lixo produzido durante a utilização;

XVII. Observar as demais normas de funcionamento e utilização dos bens estabelecidos em legislação municipal, estadual, federal.

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto neste artigo implicará no impedimento de utilização de qualquer bem público pelo prazo de 01 (um) ano, sem prejuízo da responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando o Requerente inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 4º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres e/ou trânsito, em razão da utilização de ruas, calçadas e passeios, quando da realização do evento.

Art. 5º Fica proibida a realização do evento nos horários de funcionamento das cerimônias religiosas na Igreja Matriz.

Art. 6º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do local, quando da devolução do mesmo.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 08:37:39 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI:94950938991
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
24/06/2024 16:49:06 -03:00

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
24/06/2024 14:48:41 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/06/2024 14:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p66798b17f61661.

PORTARIA Nº 0398/2024

Publicação Nº 6131352

PORTARIA nº 0398/2024

Concede Licença para Atividade Política

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Federal nº 64/90, na Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 23537/2024;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política, à Servidora **ANA MARIA MANENTI,** Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 3 (três) meses, a partir de 6 de julho de 2024, ficando-lhe assegurada a percepção do vencimento integral de seu cargo efetivo e das vantagens de caráter permanente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2024.

Videira, 25 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 17:57:01 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 17:35:12 -03:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
26/06/2024 16:36:55 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 16:37 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c6ddd6893d.

PORTARIA Nº 0399/2024

Publicação Nº 6131414

PORTARIA nº 0399/2024

Concede Licença para Atividade Política

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Federal nº 64/90, na Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21713/2024;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política, ao Servidor **NILSON DA MOTTA**, Motorista I, pelo período de 3 (três) meses, a partir de 6 de julho de 2024, ficando-lhe assegurada a percepção do vencimento integral de seu cargo efetivo e das vantagens de caráter permanente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2024.

Videira, 26 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 17:55:41 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 17:36:12 -03:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
26/06/2024 16:40:57 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 16:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c6ece569b2.

PORTARIA Nº 0400/2024

Publicação Nº 6131494

PORTARIA nº 0400/2024

Concede Licença para Atividade Política

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Federal nº 64/90, na Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 23507/2024;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política, ao Servidor **ESTIVER DOMER DA SILVA**, Motorista I, pelo período de 3 (três) meses, a partir de 6 de julho de 2024, ficando-lhe assegurada a percepção do vencimento integral de seu cargo efetivo e das vantagens de caráter permanente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2024.

Videira, 26 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 17:54:10 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 17:37:17 -03:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
26/06/2024 16:50:25 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 16:50 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c710ea31a3.

PORTARIA Nº 0401/2024

Publicação Nº 6131375

PORTARIA nº 0401/2024

Concede Licença para Atividade Política

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Federal nº 64/90, na Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21996/2024;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política, a Servidora **NEIDE REGINA DA SILVA**, Professora, pelo período de 3 (três) meses, a partir de 6 de julho de 2024, ficando-lhe assegurada a percepção do vencimento integral de seu cargo efetivo e das vantagens de caráter permanente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2024.

Videira, 26 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 17:55:17 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 17:37:45 -03:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
26/06/2024 16:42:16 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 16:42 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c6f1d26d1e.

PORTARIA Nº 0402/2024

Publicação Nº 6131323

PORTARIA nº 0402/2024

Concede Licença para Atividade Política

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Federal nº 64/90, na Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 22562/2024;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política, ao Servidor **LEONARDO FIOREZE**, Agente Administrativo II, pelo período de 3 (três) meses, a partir de 6 de julho de 2024, ficando-lhe assegurado a percepção do vencimento integral de seu cargo efetivo e das vantagens de caráter permanente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2024.

Videira, 26 de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito
26/06/2024 17:56:35 -03:00

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2024.

Assinado Eletronicamente por:
EURO VIECELI
Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
26/06/2024 17:35:47 -03:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do Município
OAB/SC 18.431
26/06/2024 16:37:57 -03:00

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/06/2024 16:38 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p667c6e1b63ebe.

RESOLUÇÃO CME Nº 05-2024

Publicação Nº 6131816

RESOLUÇÃO CME Nº 05, de 26 de junho de 2024

Dispõe sobre a criação e nomeação de Comissão específica para analisar processos de credenciamento para autorização de funcionamento de Centros Municipais de Educação Infantil, no município de Videira/SC.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Videira – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 23 da Lei n° 528/98 do Sistema Municipal de Ensino e do Decreto nº 18.203/21 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar e nomear Comissão específica para analisar processos de credenciamento para autorização de funcionamento de Centros Municipais de Educação Infantil, no município de Videira/SC.

Art. 2º - Os membros designados especificamente para esta Comissão especial, serão nomeados através de publicação em Diário Oficial do Município, ficando assim constituída:

I - ANA CAROLINA ZITTERELL

II - LUCIANA FERNANDES

III - ANA MARIA PEREIRA DIAS

IV - ELIANE RIBEIRO

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VIDEIRA, aos 26 dias do mês de junho de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
CAMILA REGINA ROSTIROLA
Data: 26/06/2024 10:08:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Camila Regina Rostirola

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Registre-se, publique-se, e cumpra-se.

49 3566-0709
cme@edu-videira.sc.gov.br
R.Antonio Pinto, 249 B. Alvorada - CEP: 89560-000

Vitor Meireles

PREFEITURA

LEI N.º 1198

Publicação Nº 6131346

LEI Nº 1198/2024, de 27 de junho de 2024.

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2025/2028.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fixa o subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Vitor Meireles para a Legislatura 2025/2028, em parcela única no valor de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 2º O Presidente da Câmara Municipal, perceberá, enquanto mantiver esta qualidade, o subsídio de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento da verba de caráter indenizatório do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º A ausência de vereadores convocados de forma regimental e legal, em sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, implicará em um desconto no subsídio apurado pela divisão do subsídio mensal pelo número de sessões plenárias realizadas no mês em que ocorrer a ausência.

Art. 4º No caso de licenciamento por doença devidamente comprovada por atestado médico será observado o que estabelece a Lei Orgânica e as demais leis pertinentes em vigor.

Art. 5º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos do Artigo 3º, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 6º A partir de 1º de janeiro de 2026, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no Art. 37, X, da Constituição Federal, tendo como base 1º de abril de 2025 em diante.

Art. 7º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 27 de junho de 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

LEI N.º 1199

Publicação Nº 6131516

LEI Nº 1199/2024, de 27 de junho de 2024

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A GESTÃO 2025/2028.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fixa o subsídio mensal do Prefeito Municipal em R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), e será pago em parcela única sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 2º Fixa o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal em R$ 10.000,00 (Dez mil reais), e será pago em parcela única sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 3º Fixa o subsídio mensal dos Secretários Municipais em R$ 7.000,00 (sete mil reais), autorizado o pagamento do décimo terceiro salário e terço de férias, e será pago em parcela única, sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 4º A partir de 1º de janeiro de 2026, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais e limitado ao mesmo índice da revisão concedida aos servidores públicos municipais, quando da revisão geral prevista no Art. 37, X, da Constituição Federal, tendo como base 1º de abril de 2025 em diante.

Art. 5º O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no Artigo 1º, desta lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 27 de junho de 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 0247/2024

Publicação Nº 6131639

PORTARIANº 0247/2024

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ZEFERINO BERTOLLO
Cargo: FARMACÊUTICO-ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratado pela Portaria nº 0198/2024, de 23 de maio de 2024, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerado a partir de 27 de junho de 2024.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 27 de junho de 2024, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE JUNHO DE 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal
REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA N° 0248/2024

Publicação Nº 6132461

PORTARIANº. 0248/2024

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar Gestor do Cadastro Único e Programa Bolsa Família do Município de Vitor Meireles;

DESIGNAR:

Nome: SONIA SOLENE SEGUNDO BERKENBROCK
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, nomeada pela Portaria nº 068/2004, CPF: 723.685.949-49, RG: 2488466, para atuar como Gestora do Cadastro Único e Programa Bolsa-Família, a partir de 27 de junho de 2024.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 27 de junho de 2024, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando a portaria 145/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE JUNHO DE 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal
REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO E Nº 0044/2024

Publicação Nº 6131423

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO
O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, torna público que alterando a data de abertura do Pregão Eletrônico nº 0044/2024, cujo objeto é a Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de britas, tubos e demais materiais necessários aos serviços da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria de Educação, EM VIRTUDE DE ALTERAÇÕES NO EDITAL. O início da sessão será às 09h00min do dia 10 de julho de 2024. O edital e alteração está disponível no site www.gov.br/compras/pt-br e no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares e-mail: licita@xanxere.sc.gov.br.
Xanxerê-SC, 27 de junho de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0049/2024

Publicação Nº 6131353

MUNICÍPIO DE XANXERÊ
PROCESSO Nº 0089/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0049/2024
O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 0049/2024, do tipo menor preço do item, cujo objeto é a Aquisição de Caminhão Caçamba Basculante tração 6x4, com potência mínima de 275 CV, combustível óleo diesel tipo motor: Diesel turbo aftercooler, quantidade marcha de transmissão frente 06 unidades. Quantidade de marcha transmissão ré 01 unidade, capacidade de carga mínima de 23.000 kg, tipo de carroceria caçamba basculante de 12 m³. Característica adicionais: Ar condicionado, direção hidráulica, freios a ar com freio estacionário com atuação nas rodas traseira, pneus radiais, banco do motorista com suspenção a ar e tanque de combustível. PBT homologado de no mínimo 23.000 kg, CMT mínimo de 42.000, conforme ETP, Edital e seus anexos. O início da sessão será às 09h00min do dia 12 de julho de 2024. O edital está disponível no site www.gov.br/compras/pt-br e no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do e-mail: licita@xanxere.sc.gov.br.
Código registro TCE: F3B4EB94DBD5C968A545D241107CB199E1284732
Xanxerê-SC, 27 de junho de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0206/2022

Publicação Nº 6132722

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0206/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Contratada: ROTA CERTA AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA ME
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas de todas as companhias de transporte aéreo, compreendendo os Serviços de Cotação de Preços, Reservas, Emissão, Transferência, Alteração e Cancelamento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais em voos Regulares, para atender as necessidades do Município de Xanxerê.
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário por mais 12 (doze) meses, vigorando de 16 de julho de 2024 até o dia 15 de janeiro de 2025, conforme solicitação em Ofício da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Manifestação da Contratada, da Controladoria Geral e Parecer Jurídico, anexos ao processo.
Xanxerê-SC, 27 de junho de 2024. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0099/2022

Publicação Nº 6132335

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0099/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Objeto: Tem por objeto o presente contrato, a prestação de serviços contínuos de mão-de-obra terceirizada em serviços com Merendeira e Serviços com Zelador para atender as necessidades das Secretarias Municipais de acordo com os quantitativos e descrição das atividades a serem desenvolvidas, constantes dos Anexos I e II, respectivamente, partes integrantes do Edital e deste Contrato. O presente termo aditivo tem embasamento legal no do Processo Licitatório nº 0066/2022 - Pregão Presencial nº 0012/2022 e no art. 65, Inciso II, Parag. 1º da Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98.
Fica reajustado a partir de 10 de maio de 2024, o valor dos itens do contrato pelo índice INPC acumulado dos últimos doze meses (3,397350%), conforme requerimento da contratada e parecer jurídico anexos ao processo. Os valores dos itens passam a ser:

Item	Serviços de Mão de Obra com:	Carga Horária	Preço Unitário mensal anterior R$	Valor Unitário Mensal reajustado R$

01	Merendeira	08 horas diárias/40 horas semanais (de segunda a sexta feira)	3.551,37	3.672,02
02	Merendeira	12 horas diurnas todos os dias do mês	5.417,30	5.601,34
03	Zelador	08 Horas diárias/40 horas semanais (de segunda a sexta feira)	4.432,16	4.582,73
04	Zelador	12 Horas diárias todos os dias do mês	6.506,82	6.727,88

Xanxerê-SC, 06 de maio de 2024. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0099/2022

Publicação Nº 6132330

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0099/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Objeto: Tem por objeto o presente contrato, a prestação de serviços contínuos de mão-de-obra terceirizada em serviços com Merendeira e Serviços com Zelador para atender as necessidades das Secretarias Municipais de acordo com os quantitativos e descrição das atividades a serem desenvolvidas, constantes dos Anexos I e II, respectivamente, partes integrantes do Edital e deste Contrato. O presente termo aditivo tem embasamento legal no do Processo Licitatório nº 0066/2022 - Pregão Presencial nº 0012/2022 e no art. 65, Inciso II, Parag. 1º da Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98.
Fica reajustado a partir de 10 de maio de 2024, o valor dos itens do contrato pelo índice INPC acumulado dos últimos doze meses (3,397350%), conforme requerimento da contratada e parecer jurídico anexos ao processo. Os valores dos itens passam a ser:

Item	Serviços de Mão de Obra com:	Carga Horária	Preço Unitário mensal anterior R$	Valor Unitário Mensal reajustado R$
01	Merendeira	08 horas diárias/40 horas semanais (de segunda a sexta feira)	3.551,37	3.672,02
02	Merendeira	12 horas diurnas todos os dias do mês	5.417,30	5.601,34
03	Zelador	08 Horas diárias/40 horas semanais (de segunda a sexta feira)	4.432,16	4.582,73
04	Zelador	12 Horas diárias todos os dias do mês	6.506,82	6.727,88

Xanxerê-SC, 06 de maio de 2024. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024 - LIBRAS

Publicação Nº 6133323

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CEFFE3E01F5A8550911DEE78057B4121BC54EBB8

Câmara Municipal de Xanxerê

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2024

PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024

Código registro TCE: CEFFE3E01F5A8550911DEE78057B4121BC54EBB8

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024

Diante da apresentação de menor preço global ofertado em Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços, nº 01/2024, a **ALICE DEMARCO ME**, pessoa jurídica de direito privado CNPJ: 27.131.191/0001-87, com sede Rua Itacir Dalagnoll 97, Bairro São Jorge, na Cidade de Xanxerê - SC, neste ato representada pela Sócia Gerente, ALICE DEMARCO, CPF 075.623.969,, consumasse CONTRATADA, pela **CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Rui Barbosa, 238 Centro, Xanxerê SC, CEP n. 89.820-000, CNPJ: 83.828.285/0001-80 REPRESENTADA pelo Presidente, Rogerio de Oliveira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

Sendo assim, têm entre si certo e ajustado a contratação de prestação dos serviços, cujos objetos encontram-se mencionados na Cláusula Primeira, tudo nos termos do Processo Licitatório nº 01/2024 - Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços nº 001/2024, regendo-se pelo disposto na Lei nº. 14.133/21 e pelas cláusulas e condições adiante enunciadas:

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com cessão de uso de imagem para transmissão das sessões ordinárias, extraordinárias e outros eventos de interesse social realizados pelo Poder Legislativo Municipal de Xanxerê.

Parágrafo Único: Os serviços serão realizados na Câmara Municipal de Xanxerê e nos demais locais que sejam realizadas reuniões solenes e eventos em que Legislativo Municipal seja proponente ou parceiro na realização e terão transmissão ao vivo pela TV Câmara.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE LEGAL

2. O presente Contrato tem origem no Processo Licitatório nº 01/2024, nos moldes do art. 6º, inciso XLI e Sistema de Registro de Preços, nos moldes do art. 82, inciso V da Lei 14.133/2.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais) hora trabalhada. Totalizando R$ 77.220,00 (setenta e sete mil duzentos e vinte reais).

Paragrafo único: Importa salientar que o valor hora referenciam-se a quantia de no mínimo 02 (dois) interpretes para o total de 198 (cento e noventa e oito) horas estimado para a vigência deste contrato, estabelecido cláusula quarta.

3.2 - Os pagamentos serão realizados na conta da CONTRATADA, em até 10 (dez) após a prestação dos serviços, mediante entrega fornecer Nota Fiscal acompanhada de relatório/planilha correspondente às horas de serviço prestados no mês.

3.3 - Estarão incluídas no preço todas as despesas diretas e indiretas, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outras necessárias a plena execução deste contrato.

3.4 – pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência fiscal, trabalhista ou previdenciária.

3.5 – Em caso de prorrogação do contrato, para período maior de 12 meses, poderá ser reajustado o valor hora com base no Índice de Preços INPC, apurado nos doze meses anteriores ao término da vigência do contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4. A presente contratação inicia na data de sua assinatura e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado com base no art. 107, da Lei 14.133/21.

Rua Rui Barbosa, 238 - Centro - Xanxerê - SC | CEP 89820-000 +55 (49) 3433-0648 www.camaraxanxere.sc.gov.br

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São condições e obrigações de execução deste Instrumento:

5.2 - O objeto deste Instrumento será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes;

5.3 - A contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da boa execução do objeto;

5.4.- Os serviços deverão ser executados pela contratada de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos da Poder Legislativo Municipal, estando os serviços disponíveis no período conforme necessidade e as condições contratuais,

5.5.- Os funcionários da contratada deverão estar devidamente habilitados/qualificados para execução do serviço.

5.6.- A contratada deverá fornecer diretamente o serviço, não podendo transferir a responsabilidade pelos serviços licitados para nenhuma outra empresa.

5.7. - Atender de imediato, observados os prazos e horários fixados, todas as chamadas efetuadas pela Câmara Municipal de Xanxerê.

5.8. - Promover, às suas custas, o deslocamento dos profissionais utilizados para a execução dos serviços de tradução e interpretação de libras, devidamente trajados;

5.9. A contratada devera comprovar capacidade técnica, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica e qualificação técnica em LIBRAS, dos profissionais, mediante apresentação de diploma de graduação e cursos específicos na área;

Rua Rui Barbosa, 238 - Centro - Xanxerê - SC | CEP 89820-000 +55 (49) 3433-0648 www.camaraxanxere.sc.gov.br

5.10.- Fica a contratada obrigada a realizar a substituição imediata do profissional que não atenda às exigências do Termo de Referência, Anexo I do Edital, caso solicitado pela Câmara Municipal de Xanxerê;

5.11. - Apresentar relatório referente às horas trabalhadas e o valor referente as mesmas em nota fiscal de serviço, até o quinto dia útil do mês subsequente as horas trabalhadas;

5.12. - Em caso de impedimento do serviço, deverá a contratada encaminhar, preferencialmente por e-mail ao responsável, justificativa, das razões que impossibilitaram o não cumprimento desta obrigação.

5.13.- Fica a contratada responsável e pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste Edital;

5.14. Fica a contratada responsável por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente à Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

5.15. Manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.16. O serviço deverá ser prestado por dois intérpretes, em revezamento de 20 (vinte) em 20 (vinte) minutos, para que haja o adequado repouso dos profissionais;

5.17.- Fica a CONTRATADA responsável pelas despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o CONTRATANTE, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

5.18.-A CONTRATADA deverá no inicio de cada mês, encaminhar para o Gestor do contrato a relação nominal dos intérpretes que mantenha vínculo empregatício, bem como informações sobre os dados pessoais de todos aqueles que sejam colocados à disposição para o evento/sessão plenária;

5.19.- A CONTRATADA devera, em caso de impedimento do serviço, encaminhar, preferencialmente por e-mail ao responsável, justificativa, se for o caso, por escrito, das razões que impossibilitaram o não cumprimento desta obrigação;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Comunicar a contratada através de e-mail e com antecedência de três dias a agenda das sessões e eventos oficiais de interesse público do mês subsequente, através de e-mail informado pela contrata, para esse fim;

6.2. Comunicar a Contratada relativamente ao cancelamento de atividade programada com no mínimo 3 (três) horas de antecedência;

6.3. Acompanhar e fiscalizar, através do gestor, a execução dos serviços, podendo, em razão de falhas porventura observadas, notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada, solicitando providências para as correções necessárias;

6.4. Disponibilizar espaço físico para o intérprete na atividade programada, em posição que permita ao público surdo e a filmagem da TV Câmara visualizar perfeitamente a sua comunicação;

CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DE USO DE IMAGEM

7.1 A CONTRATADA autoriza, de forma irrevogável e irretratável, a utilização de sua imagem, bem como dos intérpretes de LIBRAS por ela disponibilizados, durante a transmissão das sessões plenárias, para os fins exclusivos do objeto do contrato.

7.2. A CONTRATANTE poderá utilizar as imagens mencionadas na cláusula anterior em materiais de divulgação institucional, tais como vídeos, fotografias,

publicações em redes sociais e demais meios de comunicação, desde que relacionados estritamente às atividades legislativas.

7.3. Fica vedada a utilização da imagem da CONTRATADA e dos intérpretes de LIBRAS em contextos que possam denegrir sua imagem, bem como em campanhas político-partidárias ou publicitárias que não guardem relação com as atividades legislativas.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão, por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão 01 - CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE 01- CÂMARA DE VEREADORES
PROJ/ATIV - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
RECURSOS ORDINÁRIOS - 0.1.00.0000.00
NAT. DA DESP. - 3.3.90.00.00.00.00.00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - 3.390.39.05.00.00.00

CLÁUSULA NONA - DOS TRIBUTOS

9.1. O valor deste Contrato engloba todo e qualquer tributo, sendo que a retenção e pagamento de quaisquer impostos e/ou taxas ficarão a cargo e sob responsabilidade do CONTRATANTE, sempre que as disposições legais pertinentes assim o exigirem.

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, aplicará à CONTRATADA as seguintes sanções, respeitando-se também o disposto no artigo 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

a) Advertência;

Rua Rui Barbosa, 238 - Centro - Xanxerê - SC | CEP 89820-000 +55 (49) 3433-0648 www.camaraxanxere.sc.gov.br

b) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado está a 05 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

c) multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

d) multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO (Art.138 da Lei 14.133/21).

a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

b) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do Artigo 137.

c) Arbitral ou Judicial, nos termos da Legislação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PRIVILÉGIOS DO CONTRATANTE

12.2. A CONTRATADA reconhece que o CONTRATANTE compareceu neste negócio como agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Contrato sejam dirimidas em favor do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1. CONTRATADA é obrigada a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório que deu origem a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Xanxerê - SC, para a composição de qualquer lide resultante deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim, acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas signatárias.

Xanxerê – SC, 27 de junho de 2024.

CONTRATANTE
Câmara Municipal de Vereadores
CNPJ: 83.828.285/0001-80
Rogério de Oliveira
Presidente

CONTRATADA
ALICE DEMARCO ME,
CNPJ: 27.131.191/0001-87

Hugo Leandro Silva
006.699.149-83
Testemunha

Alvair Alves
933.442.879-15
Testemunha

Marisete Mazutti
OAB/SC 67.424
Assessora Jurídica

Rua Rui Barbosa, 238 - Centro - Xanxerê - SC | CEP 89820-000 +55 (49) 3433-0648 www.camaraxanxere.sc.gov.br

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO N. 1.023, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131866

DECRETO N. 1.023, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido na Lei Ordinária Municipal n. 1.908, de 26 de junho de 2024.
DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06.001 - SEC. MUN. DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 06.001 - Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 2.015 – Manter as atividades da agricultura e agropecuária
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 - R$ 250.000,00

Parágrafo único. Para atender a suplementação de que trata o caput deste artigo serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.001 - Departamento de Saúde

Projeto/Atividade: 2.021 - Manter a atenção básica
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0002 - R$ 100.000,00

Órgão: 04.003 - SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária: 04.003 – Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.014 – Auxiliar nos eventos e promoções
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 - R$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

ACÁCIO MOLOZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

DECRETO N. 1.024, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132405

DECRETO N. 1.024, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
Altera membros para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme disposto no Decreto Municipal n. 648, de 07 de outubro de 2021 e considerando a necessidade de atualização dos membros,

DECRETA:

Art. 1° Fica alterado a composição de membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica, obedecendo a seguinte representação:
I - Representante da Farmácia Básica:
Bruna Alexsandra Rigo - Titular.
II - Representantes da área de Enfermagem:

Diana Boff - Titular.
Varlei Ozelame - Suplente
III - Representantes da área de Medicina:
Marcio Ivan Gonzalhes – Titular
Alaina Elisa Sordi - Suplente.
IV - Representantes da área de Odontologia;
Sabrina Alves Beza - Titular.
Francieli Zanella - Suplente.
V - Representantes da área Técnico Administrativo
Patricia Moraes de Sousa Lussi - Titular.

Art. 2º O prazo do mandato dos membros da Comissão será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Considerando o relevante interesse público e inerência das atribuições às atividades dos servidores nomeados, os membros da comissão não receberão nenhuma remuneração pelas atividades desempenhadas na Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

ACÁCIO MOLOZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

DECRETO N. 1.025, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132410

DECRETO N. 1.025, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
Dispõe sobre a atualização dos membros do Comitê de Operações de Emergência em Saúde - COES e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, com supedâneo naquilo que dispõe a Portaria GM/MS n. 3.008/2009, de 1º de dezembro de 2009;
CONSIDERANDO a criação do Comitê de Operações de Emergência em Saúde - COES, por meio do Decreto Municipal n. 549, de 01 de fevereiro de 2021.
CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos membros para compor o Comitê,
DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para compor o Comitê de Operações de Emergência em Saúde - COES:
I - Domingos Luis Zanandréa - Gestor do Fundo Municipal de Saúde;
II – Diana Boff - Atenção Básica e Vigilância Epidemiológica;
III - Bruna Alexsandra Rigo - Assistência Farmacêutica;
IV - Mateus Machado - Vigilância Sanitária;
V - Izilde J. P. Fazolo - Defesa Civil.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

ACÁCIO MOLOZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

DECRETO N. 1.026, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132417

DECRETO N. 1.026, DE 27 DE JUNHO DE 2024.
Altera membros para compor a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento ao mosquito Aedes Aegypti, transmissor da Dengue, Zika Vírus e da Febre Chikungunya, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito Aedes Aegypti no Município de Xavantina/SC;

CONSIDERANDO que a teor do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Poder Público, a quem compete garanti-la mediante a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso

universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que todo o esforço de controle pode ser comprometido quando os Agentes de Vigilância em Saúde e profissionais engajados no combate ao mosquito se deparam com a impossibilidade de ingressar nos recintos privados;

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 15.243, de 29 de junho de 2010, que trata de medidas para evitar a existência de criadouros para Aedes Aegypti e Aedes Albopictus no Estado de Santa Catarina, bem como dá outras providências;

CONSIDERANDO que o combate eficaz à proliferação do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da Dengue, do Zika Vírus e da Febre Chikungunya, depende da indispensável mobilização da sociedade e participação da população;

CONSIDERANDO a edição e publicação do Decreto Municipal n. 203, de 27 de junho de 2018, que instituiu a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos membros para compor a Sala de Situação Municipal para Coordenação;
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a composição dos membros para compor a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue, que tem como objetivo gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito Aedes Aegypti, para o enfrentamento da Dengue, Zika Vírus e da Febre Chikungunya, a saber:
I - Representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:
Titular: Domingos Luis Zanandréa
Suplente: Lucitânia Girotto

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Sheila Wilke da Veiga
Suplente: Andressa Talaska Holz

III - Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo:
Titular: Ari Spagnol
Suplente: Tiago Cracco

IV - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Titular: Acácio Molozzi
Suplente: Maiara Altenhofen

V - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio:
Titular: Antoninho Tortelli
Suplente: Lucas Caon

VI - Representantes da Polícia Militar:
Titular: Neldo Horn
Suplente: Nilson José Soligo

VII - Representantes da Defesa Civil:
Titular: Izilde J. P. Fazolo
Suplente: Renato Moretto

VIII - Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:
Titular: Lidiamara Buratti
Suplente: Stefani Gabiatti

IX - Servidor responsável no Município pelo Serviço da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN:
Titular: Delmar Dal Bello

X - Representantes do Conselho Municipal de Saúde:
Titular: Adriane Chiossi
Suplente: Laércio Gasparini

XI - Representantes da Associação Comercial e Industrial de Xavantina – ACIX:
Titular: Sônia Somensi
Suplente: Élcio Nardino

XII - Representantes da Vigilância e Saúde:
Titular: Matheus Machado
Suplente: Gicelle Parisotto

XIII - Representantes da Atenção Primária à Saúde:
Titular: Diana Boff
Suplente: Varlei Ozelame

Art. 2º As reuniões da Sala de Situação Municipal serão realizadas toda primeira quarta-feira de cada mês, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, situada à Rua Praça Rio Branco, n. 153.
§1º Na primeira reunião, será criado ambiente virtual por meio de aplicativo de conversas, onde todos os integrantes da sala de situação estarão inseridos com a finalidade de facilitar a comunicação e ter maior efetividade nas ocorrências.
§2º Havendo necessidade, poderá ser requisitada a participação de outros órgãos da Estrutura Administrava do Município de Xavantina.
§3º A participação na Sala de Situação Municipal será considerada prestação de serviço público relevante não remunerado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

ACÁCIO MOLOZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

DECRETO N. 1.027, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6132422

DECRETO N. 1.027, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

Altera membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação das parcerias celebradas pelo Município de Xavantina, com base na Lei Federal n. 13.019/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Federal n. 13.019/2014 e necessidade de alteração de membros,

DECRETA:

Art. 1° Fica alterado a composição dos responsáveis pela gestão, monitoramento e avaliação das parcerias celebradas pelo Município de Xavantina com organizações da sociedade civil, através de parcerias voluntárias, com base na Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, os servidores abaixo relacionados:
I - ANTONINHO CARLOS TORTELLI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário(a);
II – ACACIO MOLOZZI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário(a);
III - MAIRA LUCIA ALTENHOFEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal Municipal;
IV - PATRICIA MORAES DE SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Unidade;
V – VARLEI OZELAME, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro(a);
VI - JOSELINO LUIZ NAISSINGER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor(a).

Art. 2º A referida designação dos membros não acarreta ônus de remuneração, de qualquer espécie ou natureza.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.
Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de junho de 2024.

ACÁCIO MOLOZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

DECRETO Nº 1.022, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Publicação Nº 6131807

DECRETO Nº 1.022, DE 26 DE JUNHO DE 2024.
Dispõe sobre alteração de membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento na Lei Municipal n° 1.174/2011, e;
Considerando a necessidade de atualização dos membros do Conselho, uma vez não integram mais os respectivos órgãos e/ou entidades que representavam.

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado a composição de membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Xavantina - CMDR, a saber:

I – O Chefe do Poder Executivo Municipal
Titular: Luciano Antonio Altenhofen
Suplente: Acácio Molozzi

II – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: Antoninho Tortelli
Suplente: Lucas Caon

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Titular: Marilde Dreon
Suplente: Diana Boff

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Andressa Talaska
Suplente: Scheila da Veiga

V – Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo
Titular: Tiago Cracco
Suplente: Ademir Paravisi

VI – Representante do Poder Legislativo Municipal
Titular: Zaqueli Simoni
Suplente: Antoninho Brandelero

VII – Representante do SINTRAF – Xavantina
Titular: Laercio Gasparin
Suplente: Lucas Ferrazzo

VIII – Representante da EPAGRI
Titular: Angelo Brambila Rech
Suplente: Dirceu Ravadelli

IX – Representante da CIDASC/ICASA
Titular: Gonzaga Ribeiro Pires
Suplente: Alexandra Seghetto

X – Representante das Instituições Financeiras do Município
Titular: Rosenei Delazzari
Suplente: Fernando Martini

XI – Representante das Cooperativas de Crédito do Município
Titular: Maxiel Gandolfi
Suplente: Cleber Salvi

XII – Representante da ACIX – Associação Comercial e Industrial de Xavantina
Titular: Ademir Grosbelli
Suplente: Sonia Somensi

XIII – Representante da ACSX – Associação dos Criadores de Suínos de Xavantina
Titular: Ivan Carlos Pinzetta
Suplente: Barbara Batistella

XIV – Representante da Copérdia
Titular: Nilmar Hauer
Suplente: Diego Fazolo

XV – Representante de agricultores ou agroindústrias familiares
Titular: Maicon Pozzer
Suplente: Gilberto Pavan

XVI – Representante dos Clubes de Mães
Titular: Zeli Betto
Suplente: Eliane Geremias

XVII – Representante dos Grupos de Jovens
Titular: Edivim Scalco
Suplente: Renato Polli

XVIII – Representante dos Grupos da Terceira Idade
Titular: Rosalino Formagini
Suplente: Bonfilho Bianchesi

XIX – Representante da Comunidade de Medianeira
Titular: Sidernei Tessaro

Suplente: Lenoir de Souza

XX – Representante da Comunidade de Divisa das Águas
Titular: Cleimar Bianchesi
Suplente: Cristiano Gasola

XXI – Representante da Comunidade de São Miguel
Titular: Antonio Garbini
Suplente: Julcimar Caus

XXII – Representante da Comunidade de Quatro Irmãos
Titular: Vilmar Lorenzetti
Suplente: Davi Gandolfi

XXIII – Representante da Comunidade de Alto Irani
Titular: Neri Balen
Suplente: Antonio Talaska

XXIV – Representante da Comunidade de Tiradentes
Titular: Itamar Chiossi
Suplente: Ivanir Granoski

XXV – Representante da Comunidade de Plano Alto
Titular: Ademir Carpes
Suplente: Ludovico Demartini

XXVI – Representante da Comunidade de Passo das Antas
Titular: Argeo Fantin
Suplente: Amilcar Fantin

XXVII – Representante da Comunidade de Guararapes
Titular: Odair Bergamin
Suplente: Neri Roque Faligurski

XXVIII – Representante da Comunidade de Reduto
Titular: Sidimar Favero
Suplente: Gustavo Garbim

XXIX – Representante da Sede do Município
Titular: Ismael Poletto
Suplente: Neimar Biondo

XXX – Representante da Comunidade de Pinhal Preto
Titular: Jacir Canesso
Suplente: Lucas Perondi

XXXI – Representante da Comunidade de Sete de Setembro
Titular: Neimar Tofollo
Suplente: Laércio Ferrazzo

XXXII – Representante do Distrito de Linha das Palmeiras
Titular: Claudio Guerini
Suplente: Glovis Gorlin

XXXIII – Representante da Comunidade de Rio Claro
Titular: Volnei Mirandolli
Suplente: Elias Paludo

XXXIV – Representante da Comunidade de Santa Terezinha
Titular: Acacio Buratti
Suplente: Juvenir Buratti

Art. 2º A nomeação dos membros do conselho será para um prazo de 02 (dois) anos.
Art. 3º No caso de vaga, o membro suplente passará a ser titular e deverá completar o mandado do substituído.
Art. 4º Em assembleia será feita a posse dos conselheiros nomeados e escolhido, por eleição, presidente(a) e secretário(a) do conselho.
Art. 5º O exercício do mandato do conselheiro será gratuito e constituirá relevante serviço público.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.
Xavantina/SC, 26 de junho de 2024.

ACÁCIO MOLOZZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N° 158, DE 20 DE MAIO DE 2024

Publicação Nº 6132425

PORTARIA N° 158, DE 20 DE MAIO DE 2024
Altera membros para composição da Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária - JARVIS e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal n° 708/1998 e a necessidade de alteração de membros;
RESOLVE:
Art. 1º Alterar a composição dos membros da Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária – JARVIS, a saber:
a) Titulares: Lucas Caon, Dirceu Ravadelli e Patricia Moraes de Sousa;
b) Suplentes: Diana Boff, Analice Marostica Zancanaro e Monica Carpi da Silveira;
Art. 2º A investidura dos membros se dá sem ônus de remuneração e é considerado de relevante interesse social.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogado as disposições em contrário.
Xavantina/SC, em 20 de maio de 2024.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO N° 0020/2024

Publicação Nº 6131776

Estado de Santa Catarina
Município de Xaxim
Aviso de licitação

O Município de Xaxim/SC através da Autoridade Competente, comunica o presente PREGÃO ELETRÔNICO com o critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL. Modo de disputa ABERTO E FECHADO de acordo com a Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:
Processo Licitatório nº 0061/2024
Edital: Pregão Eletrônico para Compras e Serviço n° 0020/2024.
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Objeto: Contratação de empresas especializadas para prestação de serviço de borracharia móvel para atender as necessidades de manutenção dos pneus de médio e grande porte, de caminhões, máquinas e demais equipamentos da frota municipal de Xaxim/SC.
A Sessão Pública será realizada no site www.comprasnet.gov.br, no dia 15/07/2024, com início às 09:00h, horário de Brasília/DF.
Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas no site www.comprasnet.gov.br, nos termos a seguir:
Início do recebimento das PROPOSTA: às 08h do dia 27 de junho de 2024.
Fim do recebimento das PROPOSTAS: às 08h30mim do dia 15 de julho de 2024.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda a Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, ou nos site www.xaxim.sc.gov.br e www.comprasnet.gov.br.
Xaxim – SC, 27 de junho de 2024.

Edilson Antônio Folle
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO N° 0021/2024

Publicação Nº 6132268

Estado de Santa Catarina
Município de Xaxim
Aviso de licitação

O Município de Xaxim/SC através da Autoridade Competente, comunica o presente PREGÃO ELETRÔNICO com o critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL. Modo de disputa ABERTO E FECHADO de acordo com a Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:
Processo Licitatório nº 0062/2024
Edital: Pregão Eletrônico para Compras e Serviço n° 0021/2024.
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Objeto: Aquisição de GÁS DE COZINHA (GLP- Gás Liquefeito de Petróleo, P13 e P45) para atender as necessidades das Unidades Escolares da rede Municipal de ensino e demais Secretarias do Município de Xaxim- SC.
A Sessão Pública será realizada no site www.comprasnet.gov.br, no dia 16/07/2024, com início às 09:00h, horário de Brasília/DF.
Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas no site www.comprasnet.gov.br, nos termos a seguir:
Início do recebimento das PROPOSTA: às 08h do dia 27 de junho de 2024.
Fim do recebimento das PROPOSTAS: às 08h30mim do dia 16 de julho de 2024.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, n° 347, de Segunda a Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, ou nos site www.xaxim.sc.gov.br e www.comprasnet.gov.br.
Xaxim – SC, 27 de junho de 2024.

Edilson Antônio Folle
Prefeito Municipal

DECRETO 230/2024

Publicação Nº 6131179

DECRETO Nº. 0230/2024

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4.661/23 de 23 de novembro de 2023.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade		
16.001	Fundo Municipal de Saúde	2.072 – Manutenção Programa Atenção Primaria		
Despesa	Modalidade		Fonte	Valor R$
012/2024	3.1.90.00.00		1.600.0000.000000	300.000,00

Art. 2° - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade		
16.001	Fundo Municipal de Saúde	2.072 – Manutenção Programa Atenção Primaria		
Despesa	Modalidade		Fonte	Valor R$
013/2024	3.3.90.00.00		1.600.0000.000000	100.000,00
014/2024	3.3.93.00.00		1.600.0000.000000	200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), 27 de junho de 2024

EDILSON ANTONIO FOLLE
Prefeito Municipal

Consórcios

CIMVI

CANCELAMENTO DA AUA Nº 422/2024 - OFÍCIO Nº 5869/2024

Publicação Nº 6131337

Verifique a autenticidade deste documento através QR CODE (Posicionando a câmera do celular sobre ele) ou acessando o link abaixo em seu navegador:
https://producao.prefeituras.net/consulta/process/view/cimvisc/3904-23-CIM-AUA/xgmzmpnz

CIMVI Ambiental

Ofício nº 5869/2024

Processo n° 3904-23-CIM-AUA

Cód. verificador: xgmzmpnz

Timbó, 19 de junho de 2024.

Informações do Empreendimento

Nome:		CPF/CNPJ:
BRASILCHLOR COMERCIO ATACADISTA LTDA		50.204.013/0001-50
Rua: Rua Pomeranos	Número: 2709	Bairro: Pomeranos
CEP: 89120000	Município: Timbó	Estado: SC

Informações da Atividade Licenciável

Código:	Descrição da Atividade:	
43.20.00	Comércio atacadista com depósitos de produtos químicos perigosos	
Parâmetro Técnico: AE(2)	Critério: 170.22 m²	Porte/Potencial Poluidor: < Pequeno / M

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI,** pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **Município de Timbó,** vem, OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licenciamento Ambiental Simplificado (AuA)** para a atividade citada na referência acima.

Aportou no CIMVI Ambiental, em 07/06/2024, documentos solicitando o arquivamento do processo 3904-23-CIM-AUA e baixa da Autorização Ambiental nº 422/2024, em virtude do encerramento das atividades no atual endereço.

Considerando que o empreendimento irá operar na Rua Fritz Lorenz, 3489 – Galpão 02, Bairro Fritz Lorenz (com acesso pela Rua Mauro Augusto Knoch), objeto de novo processo de licenciamento ambiental de regularização, requerido em 07/06/2024, sob protocolo nº 5889-24-CIM-LAO junto ao Sistema Aprova Digital, o qual encontra-se em análise;

Ante o exposto, defere-se o pedido de CANCELAMENTO da Autorização Ambiental nº 422/2024 e ARQUIVAMENTO DEFINITIVO do processo administrativo respectivo.

Fica Vossa Senhoria cientificado do teor do que dispõe o artigo 82 do Decreto Nacional nº 6.514, de 22 de julho de 2008: "Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omisso, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)".

Desde já fica Vossa Senhoria advertido de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará o arquivamento definitivo do processo de licenciamento ambiental, sem devolução de eventuais valores pagos. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado dentro do prazo para cumprimento das medidas anteriormente referidas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira,

das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, cidade de Timbó, estado de Santa Catarina.

Advertimos que o protocolo de pedido de licenciamento ambiental não autoriza a implantação ou a continuidade do empreendimento nem convalida atos anteriormente praticados, tampouco exime das retiradas de outras licenças, alvarás, autorizações ou permissões nos órgãos competentes.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Equipe Técnica

Paula Cristina de Morais - Engenheira Ambiental - CREA/SC 188658-8

CANCELAMENTO DA LAO Nº 196/2023 - OFÍCIO Nº 5742/2024

Publicação Nº 6131357

Verifique a autenticidade deste documento através QR CODE (Posicionando a câmera do celular sobre ele) ou acessando o link abaixo em seu navegador:
https://producao.prefeituras.net/consulta/process/view/cimvisc/3639-23-CIM-LAO/n9af1wph

CIMVI Ambiental

Ofício nº 5742/2024

Processo n° 3639-23-CIM-LAO

Cód. verificador: n9af1wph

Timbó, 04 de junho de 2024.

Informações do Empreendimento

NOME: CLAROBIO INTERNACIONAL LTDA.		CPF/CNPJ: 23.106.350/0001-32
Rua: Rua Doutor Blumenau	Número: 7514	Bairro: Encano
CEP: 89086635	Município: Indaial	Estado: SANTA CATARINA

Informações da Atividade Licenciável

Código: 43.20.00	Descrição da Atividade: Comércio atacadista com depósitos de produtos químicos perigosos	
Parâmetro Técnico: AE(2)	Critério: 746.58 m²	Porte/Potencial Poluidor: Pequeno / M

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI**, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **Município de Indaial**, vem OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licença Ambiental de Operação** para a atividade citada na referência acima.

Aportou no CIMVI Ambiental, em 25/04/2024, documentos comprovando o encerramento das atividades desenvolvidas no endereço relacionado à **Licença Ambiental de Operação – LAO nº 196/2023**, informando a mudança do empreendimento para novo endereço/localização, porém permanecendo no Município de Indaial/SC, o qual possui nova licença expedida no endereço atual, conforme **Processo 4854-23-CIM-LAO**.

Ante o exposto, comunicamos o **CANCELAMENTO da Licença Ambiental de Operação nº 196/2023**, atrelado ao Processo nº 3639-23-CIM-LAO e **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo.

Fica Vossa Senhoria cientificado do teor do que dispõe o artigo 82 do Decreto Nacional nº 6.514, de 22 de julho de 2008: *"Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omisso, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). "*

Desde já fica Vossa Senhoria advertido de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará o arquivamento definitivo do processo de licenciamento ambiental, sem devolução de eventuais valores pagos. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado dentro do prazo para cumprimento das medidas anteriormente referidas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, cidade de Timbó, estado de Santa Catarina.

Advertimos que o protocolo de pedido de licenciamento ambiental não autoriza a implantação ou a continuidade do empreendimento nem convalida atos anteriormente praticados, tampouco exime das retiradas de outras licenças, alvarás, autorizações ou permissões nos órgãos competentes.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Equipe Técnica

Jozete Teixeira Nunes - Engenheira Ambiental - CREA/SC 145566-4

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE
www.diariomunicipal.sc.gov.br

INDEFERIMENTO - OFÍCIO Nº 3384/2023

Publicação Nº 6131362

Verifique a autenticidade deste documento através QR CODE (Posicionando a câmera do celular sobre ele) ou acessando o link abaixo em seu navegador:
https://producao.prefeituras.net/consulta/process/view/cimvisc/455-21-CIM-LAO/qe1yr0g8

CIMVI Ambiental

Ofício nº 3384/2023

Processo n° 455-21-CIM-LAO

Cód. verificador: qe1yr0g8

Timbó, 27 de junho de 2023.

Informações do Empreendimento

NOME:		CPF/CNPJ:
DMG INDUSTRIA DE MADEIRAS EIRELI		03.004.825/0001-72
Rua: Rua Navegantes	Número: 679	Bairro: Nova Rodeio
CEP: 89126000	Município: Doutor Pedrinho	Estado: SC

Informações da Atividade Licenciável

Código:	Descrição da Atividade:	
15.10.00	Serrarias e beneficiamento primário da madeira, exceto quando realizado somente por equipamento móvel	
Parâmetro Técnico: AU(3)	Critério: 0.0954 ha	Porte/Potencial Poluidor: < Pequeno / P

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI**, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **Município de Doutor Pedrinho**, vem OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licença Ambiental de Operação** para a atividade citada na referência acima.

Considerando que o empreendedor formulou pedido de Renovação da Licença Ambiental de Operação para a atividade "***15.10.00 – Serrarias e beneficiamentos primário de madeira, exceto quando realizado somente por equipamento móvel***";

Através do **Ofício CIMVI nº 256/2021**, emitido em 18/11/2021, com prazo de *03 (três) meses*, foram solicitados documentos, explicações e diligências necessárias ao regular desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental, bem como a mitigar os impactos da atividade desenvolvida.

Considerando que o prazo transcorreu sem manifestação, tampouco o cumprimento das diligencias determinadas, o empreendedor foi instado a se manifestar, através do **Ofício CIMVI nº 647/2022**, emitido em 28/03/2022, com prazo de *01 (um) mês*, **findando, portanto, em 28/04/2022.**

Posteriormente, houve a solicitação de *02 (dois) meses* de prazo adicional, o qual foi deferido integralmente, através do **Ofício CIMVI nº 819/2022**, emitido em 02/05/2022, com prazo **findando em 02/07/2022.**

Em seguida, houve nova solicitação de *01 (um) mês* de prazo adicional, o qual novamente foi deferido integralmente, através do **Ofício CIMVI nº 1582/2022**, emitido em 16/09/2022, com prazo **findando em 16/10/2022.**

Novamente, houve outra solicitação de *01 (um) mês* de prazo adicional, o qual novamente foi deferido integralmente, através do **Ofício CIMVI nº 1741/2022**, emitido em 18/10/2022, com prazo **findando em 18/11/2022.**

Outra vez, houve a solicitação de *02 (dois) meses* de prazo adicional, o qual foi deferido integralmente, através do **Ofício CIMVI nº 1954/2022**, emitido em 22/11/2022, com prazo **findando em 22/01/2023.**

Considerando que o prazo transcorreu sem manifestação, tampouco o cumprimento das diligencias determinadas, o empreendedor foi instado a se manifestar, através do **Ofício CIMVI nº 2450/2023**, emitido em 23/02/2023, com prazo de *01 (um) mês*, **findando em 23/03/2023.**

Considerando ser ônus do empreendedor promover as diligências necessárias ao regular processamento do feito e que após ter sido devidamente instado pela municipalidade para apresentar documentos indispensáveis ao prosseguimento do processo de análise o mesmo deixou fluir *in albis* os prazos concedidos sem qualquer manifestação, o que demonstra além do abandono, conduta que não se coaduna com os princípios de boa fé e lealdade processuais, estando o processo paralisado por longo período em razão da desídia do empreendedor/consultor, ocasionando o abandono do processo;

Ante o exposto, fica a Vossa Senhoria **COMUNICADO** sobre o **INDEFERIMENTO** do requerimento de renovação formulado (455-21-CIM-LAO), bem como o **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo, diante do abandono do mesmo.

Eventual recurso poderá ser apresentado junto ao Sistema Aprova Digital, no prazo de **20 (vinte) dias**, contados da emissão do presente.

Considerando que a atividade desenvolvida é licenciável, conforme listagem definida pela Resolução CONSEMA/SC nº 99/2017 "***15.10.00 – Serrarias e beneficiamentos primários de madeira, exceto quando realizado somente por equipamento móvel***", fica Vossa Senhoria desde já advertido, na forma do que dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 (art. 55, §1º), de que possui o prazo de **01 (um) mês** para promover a **IMEDIATA** regularização do empreendimento, dando entrada a novo processo de licenciamento ambiental junto ao Sistema Aprova Digital, recolhendo as taxas respectivas.

Desde já fica Vossa Senhoria advertida de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, quer na esfera civil, criminal e administrativa, com remessa de informações a todos os órgãos públicos para que executem suas atribuições no âmbito de competências das respectivas searas.

Desde já fica Vossa Senhoria advertido de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará o arquivamento definitivo do processo de licenciamento ambiental, sem devolução de eventuais valores pagos. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado dentro do prazo para cumprimento das medidas anteriormente referidas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, cidade de Timbó, estado de Santa Catarina.

Advertimos que o protocolo de pedido de licenciamento ambiental não autoriza a implantação ou a continuidade do empreendimento nem convalida atos anteriormente praticados, tampouco exime das retiradas de outras licenças, alvarás, autorizações ou permissões nos órgãos competentes.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Equipe Técnica

Eduarda de Castro - Engenheira Ambiental - CREA/SC 129702-0

INDEFERIMENTO - OFÍCIO Nº 5663/2024

Publicação Nº 6131347

Verifique a autenticidade deste documento através QR CODE (Posicionando a câmera do celular sobre ele) ou acessando o link abaixo em seu navegador:
https://producao.prefeituras.net/consulta/process/view/cimvisc/2469-22-CIM-AUA/jbahhg52

CIMVI Ambiental

Ofício nº 5663/2024

Processo n° 2469-22-CIM-AUA

Cód. verificador: jbahhg52

Timbó, 22 de maio de 2024.

Informações do Empreendimento

Nome: SAIBREIRA BELAU		CPF/CNPJ: 83.102.418/0001-37	
Rua: Comunidade Rafael	Número: S/N		Bairro: Zona Rural
CEP: 0000000	Município: Ibirama		Estado: Santa Catarina

Informações da Atividade Licenciável

Código: 00.12.03	Descrição da Atividade: Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de comercialização, requerida diretamente pelo munícipio, e que seja destinada à manutenção e melhorias da malha viária municipal		
Parâmetro Técnico: PA	Critério: 24 m³/ano		Porte/Potencial Poluidor: Pequeno / G

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI,** pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **Município de Ibirama,** vem, OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licenciamento Ambiental Simplificado (AuA)** para a atividade citada na referência acima.

Aportou no CIMVI Ambiental, em 17/05/2024, documentos solicitando o arquivamento do processo 2469-22-CIM-AuA.

Considerando as informações prestadas, comunicando a desistência em dar continuidade ao processo, **DEFERE-SE** o pedido de cancelamento do processo administrativo respectivo.

Ante o exposto, defere-se o pedido de **CANCELAMENTO E ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo.

Salientamos que as atividades requeridas por Vossa Senhoria são licenciáveis conforme listagem definida pela Resolução CONSEMA/SC nº 99/17 ***"(00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de comercialização, requerida diretamente pelo munícipio, e que seja destinada à manutenção e melhorias da malha viária municipal)"***, fica Vossa Senhoria desde já advertido que, caso deseje desenvolver as referidas atividades, deverá solicitar novo processo de licenciamento ambiental junto ao Sistema Aprova Digital (https://cimvi.prefeituras.net/login), recolhendo as taxas respectivas.

Desde já fica Vossa Senhoria advertido de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará o arquivamento definitivo do processo de licenciamento ambiental, sem devolução de eventuais valores pagos. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado dentro do prazo para cumprimento das medidas anteriormente referidas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, cidade de Timbó, estado de Santa Catarina.

Advertimos que o protocolo de pedido de licenciamento ambiental não autoriza a implantação ou a continuidade do empreendimento nem convalida atos anteriormente praticados, tampouco exime das retiradas de outras licenças, alvarás, autorizações ou permissões nos órgãos competentes.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Equipe Técnica

Paula Cristina de Morais - Engenheira Ambiental - CREA/SC 188658-8

INDEFERIMENTO - OFÍCIO Nº 5808/2024

Publicação Nº 6131351

Verifique a autenticidade deste documento através QR CODE (Posicionando a câmera do celular sobre ele) ou acessando o link abaixo em seu navegador:
https://producao.prefeituras.net/consulta/process/view/cimvisc/4845-23-CIM-AUA/jry9gzgp

CIMVI Ambiental

Ofício nº 5808/2024

Processo n° 4845-23-CIM-AUA

Cód. verificador: jry9gzgp

Timbó, 13 de junho de 2024.

Informações do Empreendimento

Nome: JOÃO DE SOUZA		CPF/CNPJ: 653.504.309-63
Rua: Estrada Geral	Número: s/n	Bairro: Ribeirão Das Pedras
CEP: 89140000	Município: Ibirama	Estado: SC

Informações da Atividade Licenciável

Código: 03.31.04	Descrição da Atividade: Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros	
Parâmetro Técnico: LA	Critério: 0.83 ha	Porte/Potencial Poluidor: Pequeno / P

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI,** pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **Município de Ibirama,** vem, OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licenciamento Ambiental Simplificado (AuA)** para a atividade citada na referência acima.

Aportou no CIMVI Ambiental, em 23/04/2024, declaração comprobatória seguido de solicitação para "arquivamento do processo" de regularização ambiental do empreendimento, visto que a atividade requerida não será mais exercida no local devido a ausência de recursos financeiros do empreendedor/requerente.

Ante o exposto, comunicamos o **CANCELAMENTO do Processo nº 4845-23CIM-AUA** para obtenção da Autorização Ambiental, e **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo.

SALIENTAMOS que a atividade requerida por Vossa Senhoria conforme listagem definida pela Resolução CONSEMA/SC nº 99/17: *"03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros."*, **É LICENCIÁVEL**. Fica Vossa Senhoria desde já advertido que, caso deseje voltar a desenvolver a referida atividade, deverá solicitar novo processo de licenciamento ambiental junto ao Sistema Aprova Digital (https://cimvi.aprova.com.br/home), recolhendo a taxa respectiva.

Fica Vossa Senhoria cientificado do teor do que dispõe o artigo 82 do Decreto Nacional nº 6.514, de 22 de julho de 2008: *"Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omisso, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). "*

Desde já fica Vossa Senhoria advertido de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará o arquivamento definitivo do processo de licenciamento ambiental, sem devolução de eventuais valores pagos. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado dentro do prazo para cumprimento das medidas anteriormente referidas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, cidade de Timbó, estado de Santa Catarina.

Advertimos que o protocolo de pedido de licenciamento ambiental não autoriza a implantação ou a continuidade do empreendimento nem convalida atos anteriormente praticados, tampouco exime das retiradas de outras licenças, alvarás, autorizações ou permissões nos órgãos competentes.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Equipe Técnica

Jozete Teixeira Nunes Xavier Araujo - Engenheira Ambiental - CREA/SC 145566-4

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE www.diariomunicipal.sc.gov.br

INDEFERIMENTO - OFÍCIO Nº 5820/2024

Publicação Nº 6131359

Verifique a autenticidade deste documento através QR CODE (Posicionando a câmera do celular sobre ele) ou acessando o link abaixo em seu navegador:
https://producao.prefeituras.net/consulta/process/view/cimvisc/313-21-CIM-LAO/pv0xjxtc

CIMVI Ambiental

Ofício nº 5820/2024

Processo n° 313-21-CIM-LAO

Cód. verificador: pv0xjxtc

Timbó, 14 de junho de 2024.

Informações do Empreendimento

NOME:		CPF/CNPJ:
JUMBO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS EIRELLI		05.575.189/0001-64
Rua: Rua Ribeirão da Onça	Número: 215	Bairro: Ribeirão da Onça
CEP: 89128000	Município: Luiz Alves	Estado: SC

Informações da Atividade Licenciável

Código:	Descrição da Atividade:	
26.50.02	Industrialização de produtos de origem vegetal	
Parâmetro Técnico: AU(3)	Critério: 0.4 ha	Porte/Potencial Poluidor: Pequeno / P

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI**, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **Município de Luiz Alves**, vem OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licença Ambiental de Operação** para a atividade citada na referência acima.

Através do **Ofício CIMVI nº 330/2021**, emitido em 08/12/2021, com prazo de **03 (três) meses**, foram solicitados documentos, explicações e diligências necessárias ao regular desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental, bem como a mitigar os impactos da atividade desenvolvida.

Considerando que o prazo transcorreu sem manifestação, o empreendedor requerente foi intimado, através do **Ofício CIMVI nº 799/2022**, emitido em 27/04/2022, com prazo adicional de **01 (um) mês** para cumprimento das diligências.

Novamente, o prazo venceu sem qualquer manifestação do empreendedor requerente.

Considerando ser ônus do empreendedor promover as diligências necessárias, e que após ter sido devidamente instado pela municipalidade, o mesmo deixou *fluir in albis* os prazos concedidos sem manifestação, estando o processo paralisado em razão da desídia do empreendedor/consultor, ocasionando o abandono processual;

Ante o exposto, fica Vossa Senhoria **COMUNICADO sobre o INDEFERIMENTO** do requerimento de licenciamento ambiental formulado (**313-21-CIM-LAO**), bem como o **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo, diante do abandono do mesmo.

Fica Vossa Senhoria desde já advertido de que a atividade objeto do referido requerimento é licenciável, e para desenvolve-la deverá protocolar novo processo de licenciamento ambiental junto ao Sistema Aprova Digital (https://cimvi.prefeituras.net/login).

Desde já fica Vossa Senhoria advertido de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará o arquivamento definitivo do processo de licenciamento ambiental, sem devolução de eventuais valores pagos. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado dentro do prazo para cumprimento das medidas anteriormente referidas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, cidade de Timbó, estado de Santa Catarina.

Advertimos que o protocolo de pedido de licenciamento ambiental não autoriza a implantação ou a continuidade do empreendimento nem convalida atos anteriormente praticados, tampouco exime das retiradas de outras licenças, alvarás, autorizações ou permissões nos órgãos competentes.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Equipe Técnica

Eduarda de Castro - Engenheira Ambiental - CREA/SC 129702-0

INDEFERIMENTO - OFÍCIO Nº 5829/2024

Publicação Nº 6131355

Verifique a autenticidade deste documento através QR CODE (Posicionando a câmera do celular sobre ele) ou acessando o link abaixo em seu navegador:
https://producao.prefeituras.net/consulta/process/view/cimvisc/2122-22-CIM-AUA/v2v65oee

CIMVI Ambiental

Ofício nº 5829/2024

Processo n° 2122-22-CIM-AUA

Cód. verificador: v2v65oee

Timbó, 17 de junho de 2024.

Informações do Empreendimento

Nome: CASCALHEIRA RIO NOVO		CPF/CNPJ: 83.102.319/0001-55	
Rua: Rua Rio Novo	Número: s/nº		Bairro: Zona Rural
CEP: 88115000	Município: Luiz Alves		Estado: SC

Informações da Atividade Licenciável

Código: 00.12.03	Descrição da Atividade: Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de comercialização, requerida diretamente pelo munícipio, e que seja destinada à manutenção e melhorias da malha viária municipal	
Parâmetro Técnico: PA	Critério: 12 m³/ano	Porte/Potencial Poluidor: Pequeno / G

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI,** pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **Município de Luiz Alves,** vem, OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licenciamento Ambiental Simplificado (AuA)** para a atividade citada na referência acima.

Através do **Ofício CIMVI nº 1660/2022**, emitido em 29/09/2022, com prazo de **04 (quatro) meses**, foram solicitados documentos, explicações e diligências necessárias ao regular desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental, bem como a mitigar os impactos da atividade desenvolvida.

Considerando que o prazo transcorreu sem manifestação, o empreendedor requerente foi intimado a se manifestar, através do **Ofício CIMVI nº 3390/2023**, emitido em 27/06/2022, com prazo adicional de **01 (um) mês** para cumprimento das diligências.

Em resposta, houve a solicitação de **03 (três) meses** de prazo adicional, o qual foi integralmente deferido através do **Ofício CIMVI nº 3708/2023**.

Novamente o prazo transcorreu sem manifestação e o empreendedor foi intimado a se manifestar, através do **Ofício CIMVI nº 4410/2023,** emitido em 06/11/2023, com prazo adicional de **01 (um) mês** para cumprimento das diligências.

Em resposta, houve a solicitação adicional de **03 (três) meses** de prazo adicional, o qual foi novamente integralmente deferido através do **Ofício CIMVI nº 4691/2023**. O prazo venceu em 12/03/2024 sem manifestação.

Considerando ser ônus do empreendedor promover as diligências necessárias, e que após ter sido devidamente instado pela municipalidade, o mesmo deixou fluir *in albis* os prazos concedidos sem manifestação, estando o processo paralisado em razão da desídia do empreendedor/consultor, ocasionando o abandono processual;

Ante o exposto, fica Vossa Senhoria **COMUNICADO sobre o INDEFERIMENTO** do requerimento de licenciamento ambiental formulado (**2122-22-CIM-AUA**), bem como o **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo, diante do abandono do mesmo.

Fica Vossa Senhoria desde já advertido de que a atividade objeto do referido requerimento é licenciável e para desenvolve-la deverá protocolar novo processo de licenciamento ambiental junto ao Sistema Aprova Digital (https://cimvi.prefeituras.net/login).

Desde já fica Vossa Senhoria advertido de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará o arquivamento definitivo do processo de licenciamento ambiental, sem devolução de eventuais valores pagos. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado dentro do prazo para cumprimento das medidas anteriormente referidas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, cidade de Timbó, estado de Santa Catarina.

Advertimos que o protocolo de pedido de licenciamento ambiental não autoriza a implantação ou a continuidade do empreendimento nem convalida atos anteriormente praticados, tampouco exime das retiradas de outras licenças, alvarás, autorizações ou permissões nos órgãos competentes.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Atenciosamente,

Equipe Técnica

Eduarda de Castro - Engenheira Ambiental - CREA/SC 129702-0

CINCATARINA

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0047 - E- PAL0021_2024 - MATERIAIS ESPORTIVOS

Publicação Nº 6123941

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FA914C6946BE974C552965B15331DFF5855BFF99

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0047/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 0021/2024-e
REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Esportivos para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, órgão e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I) e com os quantitativos estimados (ANEXO IX), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. JULGAMENTO: Menor Preço por ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 01/07/2024 até às 09:00 horas do dia 11/07/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 11/07/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 11/07/2024. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações na íntegra deste Edital no site: www.cincatarina.sc.gov.br. Florianópolis (SC), 25 de junho de 2024. André Luiz de Oliveira – Diretor Executivo do CINCATARINA

CISAM

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 011/2024

Publicação Nº 6131693

CISAM MEIO OESTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000
(49) 3555-6972 www.cisam.sc.gov.br cisam@cisam.sc.gov.br
CNPJ: 08.484.353/0001-16

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CISAM-MO N° 066/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DU PROJETUS

OBJETO: Contratação de agente de integração do programa de concessão de vagas de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino médio, técnico ou superior, conforme necessidade do CISAM Meio Oeste.

CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16
CNPJ DO CONTRATADO: 11.489.174/0001-86

VALOR: R$ 1.397,16 (um mil e trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos).

Capinzal, 20 de junho de 2024

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE	ASSOCIAÇÃO DU PROJETUS
CONTRATANTE	CONTRATADO

CISAMAVI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA 027/2024 - PE 04/2023

Publicação Nº 6131473

CISAMAVI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E MULTIFINALITÁRIO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

AGROLÂNDIA - AGRONÔMICA - ATALANTA - AURORA - BRAÇO DO TROMBUDO - CHAPADÃO DO LAGEADO - DONA EMMA - IBIRAMA - IMBUIA - ITUPORANGA - JOSÉ BOITEUX - LAURENTINO - LONTRAS - MIRIM DOCE - PETROLÂNDIA POUSO REDONDO - PRESIDENTE GETÚLIO - PRESIDENTE NEREU - RIO DO CAMPO - RIO DO OESTE - RIO DO SUL - SALETE - SANTA TEREZINHA - TAIÓ - TROMBUDO CENTRAL - VIDAL RAMOS - VITOR MEIRELES - WITMARSUM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023
TERMO ADITIVO Nº 01

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí – CISAMAVI**, com sede na Rua XV de novembro, 737, bairro Laranjeiras em Rio do Sul /SC, inscrito no CNPJ sob nº 09.069.217/0001-22 neste ato representada pela sua Presidente Sra. Solange Aparecida Bitencourt Schlichting, doravante denominado CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e a **EMPRESA MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.,** sito a Rod. RSC 287, KM 109+500, S/N - bairro Industrial no município de Vera Cruz/RS, inscrito no CNPJ sob nº **94.389.400/0001-84** , representada por **Augusto Henrique Weis** com fulcro no item 6.3.4 da Ata de Registro de Preços em epígrafe, acordam alterá-la para INCLUIR do registro do seguinte item:

Item	Especificações	Valor unitário atualizado
402	Quetiapina hemifumarato, 25 mg, comprimido, embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 30 comprimidos	0,094

Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas da ata de registro de preços ora aditada, ficando este termo fazendo parte integrante e complementar daquela, a fim de que produzam um só efeito.

Rio do Sul, 24 de junho de 2024

AUGUSTO HENRIQUE WEIS: 03691506003

AUGUSTO HENRIQUE WEIS: 03691506003 Vera Cruz, RS 11.0.0

Solange Aparecida Bitencourt Schlichting
Presidente do CISAMAVI

MCW Produtos Médicos Hospitalares Ltda

Mariane Fernandes da Rosa
Analista de Compras e Licitações

Jamile Rosa Amaral
Aux. Administrativo

Assinado eletronicamente por JAMILE ROSA AMARAL, MARIANE FERNANDES DA ROSA, SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://cisamavi-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/97753d6f-9777-403c-aa43-566269c4554b.

Assinado eletronicamente por:
* JAMILE ROSA AMARAL (***.057.789-**)
  em 26/06/2024 08:54:30 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)
* MARIANE FERNANDES DA ROSA (***.665.519-**)
  em 26/06/2024 09:00:52 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)
* SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING (***.774.039-**)
  em 27/06/2024 08:21:07 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://cisamavi-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/97753d6f-9777-403c-aa43-566269c4554b

CVC

TRANSFERÊNCIA DE QUANTITATIVO

Publicação Nº 6131244

TERMO ADITIVO A ATA N° 08/2024 FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO CONTRATANTE EMPRESA DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 28/2023 - CVC.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Pelo Presente instrumento, celebram entre si, Aditivo a ATA n° 03/2024, em decorrência do processo licitatório n°28/2023, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo , S/N Bairro São Sebastião, no município de Coronel Freitas-SC neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. DIEGO BASSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua rio de janeiro Nº 1195 PRESIDENTE MEDICI CEP 89.802-211 - Chapecó/SC CEP: 89.802-211, inscrita no CNPJ sob o nº 05.299.150/0001-61, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. VALDEMIR TUSSI doravante denominada CONTRATADA.

Considerando a necessidade de remanejamento de quantidade do processo licitatório n° 28/2023, conforme clausula 2° da ARP, resolvem as partes aditá-lo, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Transferência de quantitativo do Município de Tunápolis para o Município de União do Oeste, nos termos do Edital.

1.2 O(s) quantitativo(s) transferido(s) segue(m) discriminado(s) na tabela a seguir:

ITEM DA ARP		QTD ANTERIOR		TRANSFERIDO	QTD ATUAL	
Lote/Item	Descrição	(órgão cedente)	(órgão recebedor)		(órgão cedente)	(órgão recebedor)
3	Lixeira cesto monobloco em plástico injetado vazado, capacidade de 80 litros, resistentes ao sol e chuva. Cores variadas, as lixeiras devem estar identificadas com adesivo e diferentes cores para o descarte correto de diversos tipos de materiais. as cores são associadas à coleta de plástico, papel, metal, vidro, orgânico, resíduos perigosos, hospitalares, madeira, não recicláveis. envernizado filtro uv, tamanho aproximado do cesto: 350mm de largura, 450mm	MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS	MUNICIPIO DE União do Oeste	100 Itens	100	130

	comprimento, 510mm altura.					

DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a ARP n° 08/2024, firmado em 02/01/2024, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

Este termo aditivo entra em vigência na data de sua assinatura.

DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 94 da Lei nº 14.133/21, o presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Coronel Freitas/SC, 13/06/2024

_____

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

Contratante

_____

DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA

Contratada

CIGAMVALI

EDITAL DE PUBLICIDADE 056/2024

Publicação Nº 6131392

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Certidão de Conformidade Ambiental
Nº 527/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/48160– FCEI 81005

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de Certidão de Conformidade Ambiental, formulado pelo empreendimento James Reed Ramos Barbosa, inscrito no CPF/CNPJ nº 076.005.589-04 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTES CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua Aldo Muller, 273 - Nova Barra Velha, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 26 de junho de 2024
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Renovação de Licença Ambiental de Operação
Nº 528/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO PAB/36111 – FCEI 60012

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE SCHROEDER o pedido de Renovação de Licença Ambiental de Operação, formulado pelo empreendimento APM Schroeder LTDA, inscrito no CPF/CNPJ nº 41.801.435/0001-12 para a atividade 42.32.10 · COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO, POSTOS DE REVENDA, POSTOS FLUTUANTES E INSTALAÇÕES DE SISTEMA RETALHISTA, COM LAVAGEM E/OU LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS, situado na Rua Guaramirim, 11 - Schroeder I, no município de SCHROEDER, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
SCHROEDER, 26 de junho de 2024
Município de SCHROEDER

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA
Nº 529/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/47756 – FCEI 80600

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE SCHROEDER o pedido de Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA, formulado pelo empreendimento Município de Schroeder- Pavimentação em piso intertravado da rua Maravilha, extensão 298,00 m, inscrito no CPF/CNPJ nº 27.384.475/0001-85 para a atividade Pavimentação em piso intertravado da rua Maravilha, extensão 298,00 m; área total 2.449,52 m², situado na Rua Maravilha, sn - Centro Norte, no município de SCHROEDER, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
SCHROEDER, 26 de junho de 2024
Município de SCHROEDER

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Licença Ambiental Prévia com dispensa de Licença Ambiental de Instalação Nº 530/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO IND/47461 – FCEI 79317

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de Licença Ambiental Prévia com dispensa de Licença Ambiental de Instalação, formulado pelo empreendimento MODAL INDUSTRIAL LIMITADA, inscrito no CPF/CNPJ nº 54.032.705/0001-10 para a atividade 12.20.00 · FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS SEM TRATAMENTO TÉRMICO E/OU GALVANOTÉCNICO E/OU FUNDIÇÃO E/OU PINTURA, situado na RODOVIA BR 280, 10438 - AVAÍ, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental

do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
GUARAMIRIM, 26 de junho de 2024
Município de GUARAMIRIM

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA
Nº 531/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/48018 – FCEI 74406

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA, formulado pelo empreendimento SANT ANA & SANT ANA JARDINAGEM E SERVICOS EM GERAL LTDA, inscrito no CPF/CNPJ nº 48.437.991/0001-09 para a atividade de Preparação de canteiro e limpeza de terreno, situado na PAULO SERGIO SANTANA, 151 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 26 de junho de 2024
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA
Nº 532/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/46538 – FCEI 78072

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA, formulado pelo empreendimento LUGANNO COMERCIO DE GÁS LTDA, inscrito no CPF/CNPJ nº 20.331.527/0002-97 para a atividade de Comércio varejista e atacadista de gás liq-efeito de petróleo (GLP) e Comércio varejista de bebidas, situado na RUA CIRINO ANTONIO CABRAL, 968 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 26 de junho de 2024
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA
Nº 533/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/47948 – FCEI 80458

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA, formulado pelo empreendimento DANIELA DA CUNHA ROSA GAS, inscrito no CPF/CNPJ nº 29.723.205/0001-87 para a atividade de Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), situado RUA JOSE QUINTINO PEREIRA, 244 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 26 de junho de 2024
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA
Nº 534/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/48072 – FCEI 80537

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA, formulado pelo empreendimento SUPERMERCADOS NATHAN LTDA, inscrito no CPF/CNPJ nº 09.568.756/0001-06 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados, situado na AV SANTA CATARINA, 1.155 - CENTRO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 26 de junho de 2024
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA
Nº 535/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/48088 – FCEI 80749

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA, formulado pelo empreendimento PINHEIRO & CIA LTDA, inscrito no CPF/CNPJ nº 09.458.631/0001-23 para a atividade Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, situado na AVENIDA SANTA CATARINA SALA 02, 715 - CENTRO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 26 de junho de 2024
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE Certidão de Conformidade Ambiental
Nº 536/2024

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/48207 – FCEI 78948

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de Certidão de Conformidade Ambiental, formulado pelo empreendimento CARLOS ROBERTO MUEGGE, inscrito no CPF/CNPJ nº 030.256.789-50 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTES CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua 1.038, 480 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 26 de junho de 2024
Município de BARRA VELHA

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO 01/24 AO CONTRATO DE RATEIO N.º 08/2024 PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Publicação Nº 6132598

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO 01/24
AO CONTRATO DE RATEIO N.º 08/2024
PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Pelo presente Contrato de Rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, consórcio público estabelecido à Rua Arthur Gumz, n.º 88 – Bairro Vila Nova – CEP 89.259-340, no Município de Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 10.638.878/0001-00, aqui representada por seu Presidente, o Sr. Edson Goldacker Junkes, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 320.333-9 emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n.º 056.755.349-38, Prefeito do Município de São João do Itaperiú, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de corupá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.467/0001-70, com sede à Rua Francisco Mess, n.º 1915 - XV de Novembro, CEP 89.278-000, telefone (47) 3375-6500, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Claudio Finta, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 595553 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob n.º 309.935.399-04; guaramirim, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.475/0001-16, com sede à Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Centro, CEP 89.270-000, telefone (47) 3373-0247, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Osvaldo Devigili, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade N.º 1981896 SESPDC/SC, inscrito no CPF/MF sob N.º 599.507.149-15, doravante denominado simplesmente CONSORCIADOS, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – 08/24:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão, considerando a exclusão da participação do Município de guaramirim, no montante de R$ 5.362.121,82 (cinco milhões, trezentos e sessenta e dois mil, cento e vinte e um reais e oitenta e dois centavos) para o Programa de Resíduos Sólidos, eventual serviço de transbordo e coleta residual serão atualizados através de termo aditivo ao presente Contrato de Rateio.
1.2 Em razão da presente supressão, as Cláusulas Sexta e Sétima do Contrato de Rateio original passam a vigorar com a seguinte redação:
CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR
6.1 Para a execução do objeto deste contrato de rateio, considerar-se-á para o exercício de 2024 o valor de R$ 1.955,097,62 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, noventa e sete reais e sessenta e dois centavos).
6.1.1 A execução do objeto será através de rateio entre os municípios consorciados, considerando para o Município de Corupá o valor de

R$ 1.245.759,13 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e treze centavos) para a realização do transbordo e coleta residual e o valor de R$ 701.155,46 (setecentos e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) para a realização do Transporte, totalizando a quantia anual por estimativa no valor total de R$ 1.955,097,62 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, noventa e sete reais e sessenta e dois centavos).
6.2 Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo a esse contrato de rateio.
6.3 Como os serviços dependem de medição a ser realizada de forma mensal, eventuais aditivos de valores tanto de acréscimo como de supressão, deverão ocorrer em conformidade com as devidas demandas de pagamento.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO RATEIO
7.1 O rateio do valor constante na cláusula anterior, resulta nos seguintes valores, em reais:
7.1.1 Valores para a manutenção do Programa Resíduos Sólidos:

Resíduos Sólidos	CONTA 3390	jan/nov	dez	ORÇAMENTO 2024
Corupá	R$ 27.438,99	R$ 2.286,58	R$ 2.286,58	R$ 27.438,99

7.1.1.1 Não serão cobrados valores para a manutenção do Programa Resíduos Sólidos para Guaramirim, a contar de 1° de maio de 2024.
7.1.2 Estimativa de valores referentes ao transbordo e coleta residual dos municípios participantes do Programa Resíduos Sólidos:

Medição	Média mensal 2023	Média anual 2023	Estimativa anual + INPC
Corupá	R$ 99.686,25	R$ 1.196.235,00	R$ 1.245.759,13
Transporte Corupá	R$ 56.106,80	R$ 673.281,60	R$ 701.155,46

7.2 Em relação aos itens da segunda tabela, fica esclarecido que por tratar-se de medição mensal, os valores aqui mencionados são utilizados como expectativa e perspectiva em razão do histórico repassado das quantidades já realizadas no Município de Corupá, logo, deverá eventualmente ser firmado termo aditivo de acréscimo ou supressão dentro do exercício financeiro.
7.3 O rateio do valor em relação aos itens da segunda tabela será pago de forma mensal por medição e os serviços realizados no mês de dezembro deverão ser quitados em janeiro de 2025 dentro do prazo de 5 (cinco) dias do aviso de cobrança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo. E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente

Jaraguá do Sul em 24 de junho de 2024.

EDSON GOLDACKER JUNKES
PREFEITO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ
PRESIDENTE DO CIGAMVALI

OSVALDO DEVIGILI PREFEITO DE GUARAMIRIM	CLAUDIO FINTA PREFEITO DE CORUPÁ

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO 02/24 AO CONTRATO DE RATEIO N.º 08/2024 PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Publicação Nº 6132599

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO 02/24
AO CONTRATO DE RATEIO N.º 08/2024
PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Pelo presente Contrato de Rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, consórcio público estabelecido à Rua Arthur Gumz, n.º 88 – Bairro Vila Nova – CEP 89.259-340, no Município de Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 10.638.878/0001-00, aqui representada por seu Presidente, o Sr. Edson Goldacker Junkes, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 320.333-9 emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n.º 056.755.349-38, Prefeito do Município de São João do Itaperiú, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de corupá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.467/0001-70, com sede à Rua Francisco Mess, n.º 1915 - XV de Novembro, CEP 89.278-000, telefone (47) 3375-6500, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Claudio Finta, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 595553 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob n.º 309.935.399-04; doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – 08/24:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão, considerando o Município de CORUPÁ, no montante de R$ 1.245.759,13 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e treze centavos) para o Programa de Resíduos Sólidos.
1.2 Em razão da presente supressão, as Cláusulas Sexta e Sétima do Contrato de Rateio original passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR
6.1 A execução do objeto será através de rateio considerando para o Município de Corupá o valor de R$ 701.155,46 (setecentos e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) para a realização do Transporte.
6.2 Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo a esse contrato de rateio.
6.3 Como os serviços dependem de medição a ser realizada de forma mensal, eventuais aditivos de valores tanto de acréscimo como de supressão, deverão ocorrer em conformidade com as devidas demandas de pagamento.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO RATEIO
7.1 O rateio do valor constante na cláusula anterior, resulta nos seguintes valores, em reais:
7.1.1 Valores para a manutenção do Programa Resíduos Sólidos:

Resíduos Sólidos	CONTA 3390	jan/nov	dez	ORÇAMENTO 2024
Corupá	R$ 27.438,99	R$ 2.286,58	R$ 2.286,58	R$ 27.438,99

7.1.1.1 Não serão cobrados valores para a manutenção do Programa Resíduos Sólidos para Corupá, a contar de 1° de julho de 2024.
7.1.2 Estimativa de valores referentes ao transbordo e coleta residual dos municípios participantes do Programa Resíduos Sólidos:

Medição	Média mensal 2023	Média anual 2023	Estimativa anual + INPC
Transporte Corupá	R$ 56.106,80	R$ 673.281,60	R$ 701.155,46

7.2 Em relação aos itens da segunda tabela, fica esclarecido que por tratar-se de medição mensal, os valores aqui mencionados são utilizados como expectativa e perspectiva em razão do histórico repassado das quantidades já realizadas no Município de Corupá, logo, deverá eventualmente ser firmado termo aditivo de acréscimo ou supressão dentro do exercício financeiro.
7.3 O rateio do valor em relação aos itens da segunda tabela será pago de forma mensal por medição e os serviços realizados no mês de dezembro deverão ser quitados em janeiro de 2025 dentro do prazo de 5 (cinco) dias do aviso de cobrança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo. E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente

Jaraguá do Sul em 24 de junho de 2024.

EDSON GOLDACKER JUNKES
PREFEITO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ
PRESIDENTE DO CIGAMVALI

CLAUDIO FINTA
PREFEITO DE CORUPÁ

CIGAMERIOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55.2024- BELLENZIER- PE 04.2024

Publicação Nº 6131243

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 55/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº *18.011.183/0001-06*, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sidnei José Willinghofer, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os municípios consorciados denominados **ORGÃOS PARTICIPANTES** relacionados no Anexo I deste Termo, RESOLVEM Registrar os Preços resultado do Processo Licitatório n. 10/2024, modalidade Pregão Eletrônico n. 04/2024 com a empresa: **BELLENZIER PNEUS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada Rua Raymundo Ramos Da Costa Almeida, 184, Bairro Brejaru, na cidade de Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0016-05, neste ato representada pelo Sr. Herlon Ricardo Sato, inscrito no CPF Nº ***.407.***-10, doravante denominado **FORNECEDOR,** para fornecimento dos itens, conforme descrição, marca e valor constantes do anexo I deste Termo, nas quantidades estimadas para cada Órgão Participante deste ajuste, sujeitando-se as partes ainda às determinações contidas no Edital que deu origem a presente Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO
1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE PNEUS E CORRELATOS**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, nas quantidades estimadas por cada órgão no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO
2.1- A contratação para prestação do serviço será feita diretamente com o município solicitante, de acordo com sua necessidade.
2.2- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo de cada órgão participante, será de acordo com a tabela do anexo II, onde define o limite de cada órgão participante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA
3.1. – Os pneus deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de cada Órgão Participante, ou seja, fica a vencedora obrigada a fazer a entrega do material exatamente na quantidade que o município solicitar tendo em vista que o pregão é feito por unidade com vigência mínima de 12 (doze) meses, diretamente nos locais identificados dos Municípios participantes, em **horário comercial**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, após a autorização de fornecimento emitida e enviada pelo Órgão Participante via correio eletrônico (e-mail), diretamente ao fornecedor.

3.2. A responsabilidade de conferir o material no momento da entrega a fim de verificar se atende as condições do edital é inteiramente do Órgão Participante, que deverá designar servidor para recebimento, conferência e destinação final dos pneus e correlatos.

3.3. Não serão aceitos pneus que não estejam em conformidade com as normas técnicas da ABNT, tipo remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento, mesmo que preencham a descrição do objeto, ou seja, somente pneus novos de primeira linha que estão em conformidade à PORTARIA Nº 379, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021 e demais exigências deste Edital e anexos.

3.4. No ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal a empresa deverá entregar o CERTIFICADO DE GARANTIA DOS PNEUS.

3.5. Quanto a garantia dos produtos, os pneus deverão ter prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.6. As câmaras e protetor de pneu deverão ter prazo de garantia de no mínimo 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.7. Os produtos/materiais a serem entregues deverão possuir prazo de fabricação igual ou inferior a 01 (um) ano da data de entrega destes, os quais serão conferidos pelo responsável técnico de cada órgão participante.

3.8. A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo de Referência pelo prazo disposto, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

3.9. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS
4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento total dos itens solicitados, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR quando solicitado:
a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
c) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos;
e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante indicados na autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE
6.1. Fazer o acompanhamento e fiscalização na estrega do material.
6.2. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
6.3. Fazer o pagamento à empresa fornecedora de acordo com edital.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções conforme art. 156 da Lei 14.133/2021:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS
8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
8.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
9.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.
9.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024/2025 dos respectivos órgãos participantes.
10.1.1 – O Órgão Participante quando da contratação (Nota de Empenho), especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo de Licitação n° 10/2024- CIGAMERIOS, Pregão Eletrônico nº 04/2024 – CIGAMERIOS, realizado pelo Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Órgão Gerenciador, atendendo a previsão legal estabelecida no Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios participantes, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa firmado entre Órgão Gerenciador e Órgãos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12(dose) meses** a contar da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital de Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

13.2- As partes se comprometem a agir em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1 – É competente o foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços com seus anexos I e II, que são partes indissociáveis em 1(uma) via, para os devidos fins e efeitos legais, sendo, da mesma forma, postado na página oficial do CIGAMERIOS para obtenção de cópia.

Maravilha (SC), 20 de junho de 2024.

Sidnei José Willinghofer
Presidente do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

BELLENZIER PNEUS LTDA
Herlon Ricardo Sato

Francisco Valdecí de Almeida
Coordenador Técnico Administrativo do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Poliana Patrícia Kittel Grunitzky
Pregoeira do CIGAMERIOS Resolução nº 06/2024
Órgão Gerenciador

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ANEXO I

TOTAL DA EMPRESA FORNECEDORA

1. A EMPRESA **BELLENZIER PNEUS LTDA** PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SITUADA RUA RAYMUNDO RAMOS DA COSTA ALMEIDA, 184, BAIRRO BREJARU, NA CIDADE DE PALHOÇA/SC, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 73.730.129/0016-05. TELEFONE: (48) 3342-9300, (55) 3744-9315, EMAIL herlon@bellenzier.com.br, ASSUME COMPROMISSO EM FORNECER MEDICAMENTOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN	TOTAL
23	UNIDADE	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, MISTO, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA CEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, FIRESTONE/T545 141/139L 14LONAS, PIRELLI140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	30	1.788,0000	53.640,0000
25	UNIDADE	PNEU 10.16.5 PARA MINICARREGADEIRA (BOB CAT) CARACTERISTICAS MINIMAS: 10 LONAS, PROFUNDIDADE DE SULCO DE 17MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT323, PIRELLI/PN16, TITAN/HD2000.	PIRELLI	PN16	8	1.097,0000	8.776,0000
26	UNIDADE	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	131	1.477,0000	193.487,0000
27	UNIDADE	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	81	1.287,0000	104.247,0000
28	UNIDADE	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	191	2.134,0000	407.594,0000
29	UNIDADE	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	PIRELLI	TG01	241	2.249,0000	542.009,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.					
30	UNIDADE	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	PIRELLI	TG01	149	2.249,0000	335.101,0000
33	UNIDADE	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	76	1.247,0000	94.772,0000
34	UNIDADE	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	64	1.897,0000	121.408,0000
45	UNIDADE	PNEU 14.9-26 NOVO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, PIRELLI/TM95	PIRELLI	TM95	14	2.777,0000	38.878,0000
46	UNIDADE	PNEU 14.9-28 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	8	2.484,0000	19.872,0000
49	UNIDADE	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	150	3.158,0000	473.700,0000
52	UNIDADE	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, FIRESTON/SGG ROAD BUILDER G-2, PIRELLI/PN14 G-2 L-2.	PIRELLI	PN14	48	3.247,0000	155.856,0000
54	UNIDADE	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL E3/L3, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS	PIRELLI	RM100	28	7.640,0000	213.920,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCAS ACEITÁVEIS: TL 169B (E-3) RM100E C/29 MM PIRELI.					
57	UNIDADE	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGL 2A, TITAN/EARTHMOVER TRACT, FIRESTONE/SGG LOADER DOZER L-2, PIRELLI/ PN12 G-2 L2, TITAN/TRTG2/l2.	PIRELLI	PN12	16	4.097,0000	65.552,0000
64	UNIDADE	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SAT II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	32	3.547,0000	113.504,0000
65	UNIDADE	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	30	3.688,0000	110.640,0000
66	UNIDADE	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	30	4.497,0000	134.910,0000
85	UNIDADE	PNEU 20.5-25 L3 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: 16 LONAS, CONVENCIONAL (ROLO). GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: PIRELLI/16(L-3) RM99-L C/30,5MM CARGA: 8250KG, GOODYEAR/HRL E/L-3A ELG3 4S 16PR TL, BL LOADER DOZER L-3 16 S/C C/27,7MM FIRESTONE, TITAN/ND LCM E3 L3.	PIRELLI	RM99	2	8.499,0000	16.998,0000
109	UNIDADE	PNEU 225/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 101/102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: 107H XL SCORPION PIRELI.	PIRELLI	SCORPION	54	1.445,0000	78.030,0000
112	UNIDADE	PNEU 23.1-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SAT 23 R-1 NY 12PR S/C C/44,8MM CARGA: 3845KG, PIRELLI/TL 12PRTM95 PIRELLI.	PIRELLI	TM95	18	6.099,0000	109.782,0000
119	UNIDADE	PNEU 265/65R18, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 10 LONAS, INDICE DE CARGA 112, INDICE DE VELOCIDADE R. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: 114T WL SCORPION ALL TERRAIN PLUS PIRELI.	PIRELLI	SCORPION ALL TERRAIN PLUS	16	2.150,0000	34.400,0000
124	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS,	PIRELLI	TG88	274	2.134,0000	584.716,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.					
135	UNIDADE	PNEU 700-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, ANTEO113/112L 10 A.AT59.	ANTEO	AT59	16	594,0000	9.504,0000
136	UNIDADE	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	120	679,0000	81.480,0000
137	UNIDADE	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 116 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, ANTEO/16/114L 10 A.AT59 BORRACHUDO C/15MM.	ANTEO	AT59	12	694,0000	8.328,0000
138	UNIDADE	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.	ANTEO	AT52	80	724,0000	57.920,0000
139	UNIDADE	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, PIRELLI/12PRRA45 PIRELLI.	PIRELLI	RA45	80	677,0000	54.160,0000
140	UNIDADE	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, PIRELLI-ANTEO/121/120J 12 A.AP22, GOODYEAR TITAN/BANDEIRANTE 12PR TT BORR/MISTO	ANTEO	AP22	60	768,0000	46.080,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		C/15MM.					
141	UNIDADE	PNEU 750R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32, PIRELLI121/120L 12 FG85 LISO/MISTO C/11,0MM.	PIRELLI	FG85	72	1.179,0000	84.888,0000
143	UNIDADE	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO. MARCA ACEITÁVEL: PIRELLI/140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	64	1.888,0000	120.832,0000
144	UNIDADE	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, MISTO, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA CEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, FIRESTONE/T545 141/139L 14LONAS, PIRELLI140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	2	1.968,0000	3.936,0000

2. Durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preço, do total da estimativa de consumo estabelecida na tabela do anexo I desta Termo, fica reservada e poderá ser adquirida pelos seguintes Órgãos Participantes:

Órgão Participante: MUNICÍPIO BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	46	2.249,0000
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	2	1.897,0000
54	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL E3/L3, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCAS ACEITÁVEIS: TL 169B (E-3) RM100E C/29 MM PIRELI.	PIRELLI	RM100	4	7.640,0000
65	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	2	3.688,0000
112	UN	PNEU 23.1-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:	PIRELLI	TM95	2	6.099,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SAT 23 R-1 NY 12PR S/C C/44,8MM CARGA: 3845KG, PIRELLI/TL 12PRTM95 PIRELLI.				
138	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.	ANTEO	AT52	6	724,0000
139	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, PIRELLI/12PRRA45 PIRELLI.	PIRELLI	RA45	12	677,0000
140	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, PIRELLI-ANTEO/121/120J 12 A.AP22, GOODYEAR TITAN/BANDEIRANTE 12PR TT BORR/MISTO C/15MM.	ANTEO	AP22	12	768,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na Rua dos Imigrante, nº 499, Centro, na cidade de Caibi, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	6	1.247,0000
66	UN	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	2	4.497,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Primeiro de Maio, nº 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	20	2.249,0000
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	8	1.247,0000
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	2	1.897,0000
66	UN	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL:	PIRELLI	TM95	2	4.497,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.				
119	UN	PNEU 265/65R18, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 10 LONAS, INDICE DE CARGA 112, INDICE DE VELOCIDADE R. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: 114T WL SCORPION ALL TERRAIN PLUS PIRELI.	PIRELLI	SCORPION ALL TERRAIN PLUS	8	2.150,0000
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	70	2.134,0000
138	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.	ANTEO	AT52	20	724,0000
140	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, PIRELLI-ANTEO/121/120J 12 A.AP22, GOODYEAR TITAN/BANDEIRANTE 12PR TT BORR/MISTO C/15MM.	ANTEO	AP22	8	768,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, nº 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
23	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, MISTO, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA CEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, FIRESTONE/T545 141/139L 14LONAS, PIRELLI140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	6	1.788,0000
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	4	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	2	1.287,0000
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	4	1.247,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	4	1.897,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	32	3.158,0000
57	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGL 2A, TITAN/EARTHMOVER TRACT, FIRESTONE/SGG LOADER DOZER L-2, PIRELLI/ PN12 G-2 L2, TITAN/TRTG2/I2.	PIRELLI	PN12	4	4.097,0000
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	80	2.134,0000
139	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, PIRELLI/12PRRA45 PIRELLI.	PIRELLI	RA45	30	677,0000
140	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, PIRELLI-ANTEO/121/120J 12 A.AP22, GOODYEAR TITAN/BANDEIRANTE 12PR TT BORR/MISTO C/15MM.	ANTEO	AP22	20	768,0000
141	UN	PNEU 750R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32, PIRELLI121/120L 12 FG85 LISO/MISTO C/11,0MM.	PIRELLI	FG85	20	1.179,0000
144	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, MISTO, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA CEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, FIRESTONE/T545 141/139L 14LONAS, PIRELLI140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	2	1.968,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro , nº 450, Centro, na cidade de Cunhataí, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
23	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, MISTO, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE	PIRELLI	FG01	12	1.788,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA CEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, FIRESTONE/T545 141/139L 14LONAS, PIRELLI140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.				
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	12	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	12	1.287,0000
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	12	2.134,0000
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	16	2.249,0000
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	12	1.247,0000
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	8	1.897,0000
45	UN	PNEU 14.9-26 NOVO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, PIRELLI/TM95	PIRELLI	TM95	8	2.777,0000
46	UN	PNEU 14.9-28 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	8	2.484,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	12	3.158,0000
65	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA	PIRELLI	TM95	12	3.688,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.				
66	UN	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	12	4.497,0000
112	UN	PNEU 23.1-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SAT 23 R-1 NY 12PR S/C C/44,8MM CARGA: 3845KG, PIRELLI/TL 12PRTM95 PIRELLI.	PIRELLI	TM95	12	6.099,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	20	679,0000
138	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.	ANTEO	AT52	16	724,0000
143	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO. MARCA ACEITÁVEL: PIRELLI/140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	16	1.888,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, nº 696, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
23	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, MISTO, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA CEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, FIRESTONE/T545 141/139L 14LONAS, PIRELLI140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	10	1.788,0000
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	25	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	25	1.287,0000
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO	PIRELLI	TG01	25	2.134,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO				
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	25	2.249,0000
30	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	PIRELLI	TG01	25	2.249,0000
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	10	1.897,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	4	3.158,0000
57	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGL 2A, TITAN/EARTHMOVER TRACT, FIRESTONE/SGG LOADER DOZER L-2, PIRELLI/ PN12 G-2 L2, TITAN/TRTG2/I2.	PIRELLI	PN12	6	4.097,0000
64	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SAT II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	6	3.547,0000
65	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	6	3.688,0000
66	UN	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	6	4.497,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	4	679,0000
138	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8,	ANTEO	AT52	20	724,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.				
143	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO. MARCA ACEITÁVEL: PIRELLI/140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	16	1.888,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	6	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	6	1.287,0000
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	20	2.134,0000
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	12	2.249,0000
30	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	PIRELLI	TG01	10	2.249,0000
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	6	1.897,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	8	3.158,0000
65	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A,	PIRELLI	TM95	2	3.688,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.				
66	UN	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	2	4.497,0000
85	UN	PNEU 20.5-25 L3 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: 16 LONAS, CONVENCIONAL (ROLO). GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: PIRELLI/16(L-3) RM99-L C/30,5MM CARGA: 8250KG, GOODYEAR/HRL E/L-3A ELG3 4S 16PR TL, BL LOADER DOZER L-3 16 S/C C/27,7MM FIRESTONE, TITAN/ND LCM E3 L3.	PIRELLI	RM99	2	8.499,0000
109	UN	PNEU 225/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 101/102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: 107H XL SCORPION PIRELI.	PIRELLI	SCORPION	30	1.445,0000
138	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.	ANTEO	AT52	10	724,0000
141	UN	PNEU 750R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32, PIRELLI121/120L 12 FG85 LISO/MISTO C/11,0MM.	PIRELLI	FG85	12	1.179,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MARAVILHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.190/0001-72, com sede na Av. Euclides da Cunha , nº 60, Centro, na cidade de Maravilha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	30	2.134,0000
30	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	PIRELLI	TG01	30	2.249,0000
45	UN	PNEU 14.9-26 NOVO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, PIRELLI/TM95	PIRELLI	TM95	6	2.777,0000
54	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL E3/L3, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA).	PIRELLI	RM100	20	7.640,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MARCAS ACEITÁVEIS: TL 169B (E-3) RM100E C/29 MM PIRELI.				
64	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SAT II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	12	3.547,0000
112	UN	PNEU 23.1-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, CONVENCIONAL, PARA TRATOR, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SAT 23 R-1 NY 12PR S/C C/44,8MM CARGA: 3845KG, PIRELLI/TL 12PRTM95 PIRELLI.	PIRELLI	TM95	4	6.099,0000
119	UN	PNEU 265/65R18, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 10 LONAS, INDICE DE CARGA 112, INDICE DE VELOCIDADE R. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: 114T WL SCORPION ALL TERRAIN PLUS PIRELI.	PIRELLI	SCORPION ALL TERRAIN PLUS	8	2.150,0000
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	8	2.134,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	16	679,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	20	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	20	1.287,0000
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	10	2.134,0000
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX	PIRELLI	TG01	10	2.249,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.				
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	4	1.897,0000
57	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGL 2A, TITAN/EARTHMOVER TRACT, FIRESTONE/SGG LOADER DOZER L-2, PIRELLI/ PN12 G-2 L2, TITAN/TRTG2/l2.	PIRELLI	PN12	6	4.097,0000
64	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SAT II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	4	3.547,0000
66	UN	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	4	4.497,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	30	679,0000
139	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, PIRELLI/12PRRA45 PIRELLI.	PIRELLI	RA45	20	677,0000
143	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO. MARCA ACEITÁVEL: PIRELLI/140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	20	1.888,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85361863000147, com sede na Rua Independência , nº 100, Centro, na cidade de Palmitos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	40	2.134,0000
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	40	2.249,0000
30	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE	PIRELLI	TG01	36	2.249,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.				
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	20	1.247,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	48	3.158,0000
52	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, FIRESTON/SGG ROAD BUILDER G-2, PIRELLI/PN14 G-2 L-2.	PIRELLI	PN14	32	3.247,0000
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	40	2.134,0000
137	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 116 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, ANTEO/16/114L 10 A.AT59 BORRACHUDO C/15MM.	ANTEO	AT59	4	694,0000
139	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, PIRELLI/12PRRA45 PIRELLI.	PIRELLI	RA45	6	677,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, na cidade de Riqueza, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	12	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	8	1.287,0000
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE	PIRELLI	TG01	20	2.134,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO				
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	20	2.249,0000
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	8	1.247,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	4	3.158,0000
52	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, FIRESTON/SGG ROAD BUILDER G-2, PIRELLI/PN14 G-2 L-2.	PIRELLI	PN14	8	3.247,0000
54	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL E3/L3, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCAS ACEITÁVEIS: TL 169B (E-3) RM100E C/29 MM PIRELI.	PIRELLI	RM100	4	7.640,0000
109	UN	PNEU 225/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 101/102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: 107H XL SCORPION PIRELI.	PIRELLI	SCORPION	24	1.445,0000
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	20	2.134,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	12	679,0000
139	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, PIRELLI/12PRRA45 PIRELLI.	PIRELLI	RA45	12	677,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

Órgão Participante: MUNICÍPIO ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro , nº 242, Centro, na cidade de Romelândia, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	30	1.477,0000
30	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	PIRELLI	TG01	30	2.249,0000
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	8	1.247,0000
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	8	1.897,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	20	679,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Alvaro Costa, nº 545, Centro, na cidade de Saltinho, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	10	1.897,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	12	3.158,0000
65	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	6	3.688,0000
66	UN	PNEU 18.4-34 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, PIRELLI/TM95, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1,GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	2	4.497,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

135	UN	PNEU 700-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, ANTEO113/112L 10 A.AT59.	ANTEO	AT59	10	594,0000
140	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA - EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, PIRELLI-ANTEO/121/120J 12 A.AP22, GOODYEAR TITAN/BANDEIRANTE 12PR TT BORR/MISTO C/15MM.	ANTEO	AP22	20	768,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Av. Tancredo neves, nº 337, Centro, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	2	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65	ANTEO	AT65	2	1.287,0000
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	2	2.134,0000
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	4	2.249,0000
30	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	PIRELLI	TG01	2	2.249,0000
33	UN	PNEU 12-16.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, PROFUNDIDADE SULCO 18MM. INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: TITAN/SKID STEER, PIRELLI/PN16	PIRELLI	PN16	10	1.247,0000
34	UN	PNEU 12.4-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	TM95	10	1.897,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		(TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTON/SUPER ALL TRACTION, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.				
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	10	3.158,0000
64	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SAT II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	6	3.547,0000
65	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	2	3.688,0000
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	10	2.134,0000
141	UN	PNEU 750R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, MISTO, ÍNDICE DE CARGA 120 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32, PIRELLI121/120L 12 FG85 LISO/MISTO C/11,0MM.	PIRELLI	FG85	40	1.179,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua Luis, nº 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	20	2.134,0000
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	20	2.249,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C	PIRELLI	PN14	8	3.158,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		C/25,0MM.				
52	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, G2, COM 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, FIRESTON/SGG ROAD BUILDER G-2, PIRELLI/PN14 G-2 L-2.	PIRELLI	PN14	8	3.247,0000
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	30	2.134,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	6	679,0000
137	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 116 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, ANTEO/16/114L 10 A.AT59 BORRACHUDO C/15MM.	ANTEO	AT59	8	694,0000
138	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.	ANTEO	AT52	4	724,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, nº 279, Centro, na cidade de Saudades, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
23	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, MISTO, COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA CEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, FIRESTONE/T545 141/139L 14LONAS, PIRELLI140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	2	1.788,0000
25	UN	PNEU 10.16.5 PARA MINICARREGADEIRA (BOB CAT) CARACTERISTICAS MINIMAS: 10 LONAS, PROFUNDIDADE DE SULCO DE 17MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT323, PIRELLI/PN16, TITAN/HD2000.	PIRELLI	PN16	8	1.097,0000
26	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CONQUISTADOR, ANTEO/AT59	ANTEO	AT59	20	1.477,0000
27	UN	PNEU 1000-20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5	ANTEO	AT65	6	1.287,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/68, ANTEO/AT65				
28	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 146/143, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/AMOR MAX MSD BORRACHUDO MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO	PIRELLI	TG01	12	2.134,0000
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	12	2.249,0000
49	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETRO E MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SGG 2A, TITAN/TRT, PIRELLI/ 16(G-2/L-2) PN14 C/25,4MM TALÃO: 03CM GARRA: 4,5CM, FIRESTONE/SGG ROAD BUILDER G-2 NY 16 S/C C/25,0MM.	PIRELLI	PN14	12	3.158,0000
64	UN	PNEU 18.4-30 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SAT II 23º, PIRELLI/TM95, GOODYEAR/SUPREME TFC.	PIRELLI	TM95	4	3.547,0000
135	UN	PNEU 700-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 14MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TOYOTA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CT160, ANTEO113/112L 10 A.AT59.	ANTEO	AT59	6	594,0000
136	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTO AGRÍCOLA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MÁQUINAS AGRÍCOLAS, PIRELLI/10I-1 RA45 C/7,5MM CARGA: 1230KG.	PIRELLI	RA45	12	679,0000
143	UN	PNEU 900R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 14 LONAS, ÍNDICE E CARGA 140 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO. MARCA ACEITÁVEL: PIRELLI/140/137K FG:01 LISO/MISTO C/16,0MM.	PIRELLI	FG01	12	1.888,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Av. Felipe Baczinski, nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
29	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD BORRACHUDO/MISTO, PIRELLI/TG:01 BORR.-MISTO.	PIRELLI	TG01	16	2.249,0000
30	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO	PIRELLI	TG01	16	2.249,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, FIRESTONE/T831, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.				
124	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, BRIDGESTONE/149/146K L325Z BORR/MISTO C/23,5MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 49/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, TL 149/146LM+S TG88 BORR./MISTO C/19,5MM PIRELLI.	PIRELLI	TG88	16	2.134,0000
138	UN	PNEU 750-16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, ANTEO/121/120J 12 A.AT52 LISO, GOODYEAR TITAN /PAPALEGUAS G8 12PR TT 121/120J C/11,2MM LISO/.	ANTEO	AT52	4	724,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56.2024- MODELO- PE 04.2024

Publicação Nº 6131246

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 56/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº *18.011.183/0001-06*, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sidnei José Willinghofer, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os municípios consorciados denominados **ORGÃOS PARTICIPANTES** relacionados no Anexo I deste Termo, RESOLVEM Registrar os Preços resultado do Processo Licitatório n. 10/2024, modalidade Pregão Eletrônico n. 04/2024 com a empresa: **Modelo Pneus LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco nº 56, bairro Licorsul, Cidade de Bento Gonçalves/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26, neste ato representada pelo Sr. Igelso Ludovico Cecon, inscrito no CPF Nº ***.757.***-15, doravante denominado **FORNECEDOR,** para fornecimento dos itens, conforme descrição, marca e valor constantes do anexo I deste Termo, nas quantidades estimadas para cada Órgão Participante deste ajuste, sujeitando-se as partes ainda às determinações contidas no Edital que deu origem a presente Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO
1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE PNEUS E CORRELATOS**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, nas quantidades estimadas por cada órgão no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO
2.1- A contratação para prestação do serviço será feita diretamente com o município solicitante, de acordo com sua necessidade.
2.2- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo de cada órgão participante, será de acordo com a tabela do anexo II, onde define o limite de cada órgão participante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA
3.1. – Os pneus deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de cada Órgão Participante, ou seja, fica a vencedora obrigada a fazer a entrega do material exatamente na quantidade que o município solicitar tendo em vista que o pregão é feito por unidade com vigência mínima de 12 (doze) meses, diretamente nos locais identificados dos Municípios participantes, em **horário comercial**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, após a autorização de fornecimento emitida e enviada pelo Órgão Participante via correio eletrônico (e-mail), diretamente ao fornecedor.

3.2. A responsabilidade de conferir o material no momento da entrega a fim de verificar se atende as condições do edital é inteiramente do Órgão Participante, que deverá designar servidor para recebimento, conferência e destinação final dos pneus e correlatos.

3.3. Não serão aceitos pneus que não estejam em conformidade com as normas técnicas da ABNT, tipo remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento, mesmo que preencham a descrição do objeto, ou seja, somente pneus novos de primeira linha que estão em conformidade à PORTARIA Nº 379, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021 e demais exigências deste Edital e anexos.

3.4. No ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal a empresa deverá entregar o CERTIFICADO DE GARANTIA DOS PNEUS.

3.5. Quanto a garantia dos produtos, os pneus deverão ter prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.6. As câmaras e protetor de pneu deverão ter prazo de garantia de no mínimo 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

3.7. Os produtos/materiais a serem entregues deverão possuir prazo de fabricação igual ou inferior a 01 (um) ano da data de entrega destes, os quais serão conferidos pelo responsável técnico de cada órgão participante.

3.8. A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo de Referência pelo prazo disposto, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

3.9. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS
4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento total dos itens solicitados, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR quando solicitado:
a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
c) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos;
e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante indicados na autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE
6.1. Fazer o acompanhamento e fiscalização na estrega do material.
6.2. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
6.3. Fazer o pagamento à empresa fornecedora de acordo com edital.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções conforme art. 156 da Lei 14.133/2021:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS
8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
8.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
9.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.
9.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024/2025 dos respectivos órgãos participantes.
10.1.1 – O Órgão Participante quando da contratação (Nota de Empenho), especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo de Licitação n° 10/2024- CIGAMERIOS, Pregão Eletrônico nº 04/2024 – CIGAMERIOS, realizado pelo Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Órgão Gerenciador, atendendo a previsão legal estabelecida no Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios participantes, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa firmado entre Órgão Gerenciador e Órgãos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12(dose) meses** a contar da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital de Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

13.2- As partes se comprometem a agir em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1 – É competente o foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços com seus anexos I e II, que são partes indissociáveis em 1(uma) via, para os devidos fins e efeitos legais, sendo, da mesma forma, postado na página oficial do CIGAMERIOS para obtenção de cópia.

Maravilha (SC), 20 de junho de 2024.

Sidnei José Willinghofer
Presidente do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Igelso Ludovico Cecon
Modelo Pneus LTDA

Francisco Valdecí de Almeida
Coordenador Técnico Administrativo do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Poliana Patrícia Kittel Grunitzky
Pregoeira do CIGAMERIOS Resolução nº 06/2024
Órgão Gerenciador

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ANEXO I

TOTAL DA EMPRESA FORNECEDORA

A EMPRESA **MODELO PNEUS LTDA** PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SITUADA NA RUA MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO Nº 56, BAIRRO LICORSUL, CIDADE DE BENTO GONÇALVES/R. TELEFONE: (54)3455 6500, E-mail: modelopneus@modelopneus.com.br / licitacao@modelopneus.com.br, Faturamento: vendas@modelopneus.com.br, ASSUME COMPROMISSO EM FORNECER MEDICAMENTOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN	TOTAL
40	UNIDADE	PNEU 12R16,5 R-4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA SULCO 20.0MM, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: ADVANCE / GMULTI 250 GRIPMASTER.	ADVANCE	GLR25 141 A5	30	1.930,0000	57.900,0000
53	UNIDADE	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL 1* G2, COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SG-2B, GOODYEAR/DG-2B, BRISGESTONE/C-STEEL U-TRACTION G2.	BRIDGESTONE	VSTEEL U TRACTION G2 1*	62	6.599,0000	409.138,0000
77	UNIDADE	PNEU 19.5L24 R4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, INDICE MINIMO DE CARGA 164, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: XMCL MICHELLIN.	MICHELLIN	500/70R24 164A8/164B IND TL XMCL	40	11.080,0000	443.200,0000
98	UNIDADE	PNEU 215/60 R16, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ECOPIA EP150 95V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	ECOPIA EP150 95V	76	535,0000	40.660,0000
102	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	100	1.261,0000	126.100,0000
148	UNIDADE	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	150	270,0000	40.500,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

2. Durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preço, do total da estimativa de consumo estabelecida na tabela do anexo I desta Termo, fica reservada e poderá ser adquirida pelos seguintes Órgãos Participantes:

Órgão Participante: MUNICÍPIO BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
53	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL 1* G2, COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SG-2B, GOODYEAR/DG-2B, BRISGESTONE/C-STEEL U-TRACTION G2.	BRIDGESTONE	VSTEEL U TRACTION G2 1*	4	6.599,0000
77	UN	PNEU 19.5L24 R4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, INDICE MINIMO DE CARGA 164, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: XMCL MICHELLIN.	MICHELLIN	500/70R24 164A8/164B IND TL XMCL	6	11.080,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na Rua dos Imigrante, nº 499, Centro, na cidade de Caibi, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
102	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	12	1.261,0000
148	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	50	270,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Primeiro de Maio, nº 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
77	UN	PNEU 19.5L24 R4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, INDICE MINIMO DE CARGA 164, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: XMCL MICHELLIN.	MICHELLIN	500/70R24 164A8/164B IND TL XMCL	4	11.080,0000
98	UN	PNEU 215/60 R16, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ECOPIA EP150 95V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	ECOPIA EP150 95V	10	535,0000
102	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	30	1.261,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, nº 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
98	UN	PNEU 215/60 R16, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ECOPIA EP150 95V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	ECOPIA EP150 95V	8	535,0000
102	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	4	1.261,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro , nº 450, Centro, na cidade de Cunhataí, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
98	UN	PNEU 215/60 R16, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ECOPIA EP150 95V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	ECOPIA EP150 95V	8	535,0000
102	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	20	1.261,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, nº 696, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
77	UN	PNEU 19.5L24 R4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, INDICE MINIMO DE CARGA 164, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: XMCL MICHELLIN.	MICHELLIN	500/70R24 164A8/164B IND TL XMCL	4	11.080,0000
98	UN	PNEU 215/60 R16, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ECOPIA EP150 95V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	ECOPIA EP150 95V	12	535,0000
102	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	4	1.261,0000
148	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	16	270,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

Órgão Participante: MUNICÍPIO MARAVILHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.190/0001-72, com sede na Av. Euclides da Cunha , nº 60, Centro, na cidade de Maravilha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
53	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL 1* G2, COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SG-2B, GOODYEAR/DG-2B, BRISGESTONE/C-STEEL U-TRACTION G2.	BRIDGESTONE	VSTEEL U TRACTION G2 1*	12	6.599,0000
98	UN	PNEU 215/60 R16, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ECOPIA EP150 95V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	ECOPIA EP150 95V	8	535,0000
102	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	12	1.261,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
148	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	30	270,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85361863000147, com sede na Rua Independência , nº 100, Centro, na cidade de Palmitos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
40	UN	PNEU 12R16,5 R-4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA SULCO 20.0MM, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: ADVANCE / GMULTI 250 GRIPMASTER.	ADVANCE	GLR25 141 A5	20	1.930,0000
53	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL 1* G2, COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SG-2B, GOODYEAR/DG-2B, BRISGESTONE/C-STEEL U-TRACTION G2.	BRIDGESTONE	VSTEEL U TRACTION G2 1*	24	6.599,0000
77	UN	PNEU 19.5L24 R4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, INDICE MINIMO DE CARGA 164, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: XMCL MICHELLIN.	MICHELLIN	500/70R24 164A8/164B IND TL XMCL	8	11.080,0000
148	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	16	270,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, na cidade de Riqueza, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
40	UN	PNEU 12R16,5 R-4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM	ADVANCE	GLR25 141 A5	6	1.930,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		PROFUNDIDADE MÍNIMA SULCO 20.0MM, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: ADVANCE / GMULTI 250 GRIPMASTER.				
77	UN	PNEU 19.5L24 R4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, INDICE MINIMO DE CARGA 164, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: XMCL MICHELLIN.	MICHELLIN	500/70R24 164A8/164B IND TL XMCL	8	11.080,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro , nº 242, Centro, na cidade de Romelândia, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
98	UN	PNEU 215/60 R16, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ECOPIA EP150 95V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	ECOPIA EP150 95V	30	535,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Alvaro Costa, nº 545, Centro, na cidade de Saltinho, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
53	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL 1* G2, COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SG-2B, GOODYEAR/DG-2B, BRISGESTONE/C-STEEL U-TRACTION G2.	BRIDGESTONE	VSTEEL U TRACTION G2 1*	16	6.599,0000
77	UN	PNEU 19.5L24 R4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, INDICE MINIMO DE CARGA 164, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: XMCL MICHELLIN.	MICHELLIN	500/70R24 164A8/164B IND TL XMCL	10	11.080,0000
148	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	12	270,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, nº 279, Centro, na cidade de Saudades, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
40	UN	PNEU 12R16,5 R-4 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA SULCO 20.0MM, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA). MARCAS ACEITÁVEIS: ADVANCE / GMULTI 250 GRIPMASTER.	ADVANCE	GLR25 141 A5	4	1.930,0000
53	UN	PNEU 1400R24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL 1* G2, COM CARCAÇA DE AÇO, ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE SULCO DE 25,0 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SG-2B, GOODYEAR/DG-2B, BRISGESTONE/C-STEEL U-TRACTION G2.	BRIDGESTONE	VSTEEL U TRACTION G2 1*	6	6.599,0000
102	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE M, SULCO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE APROVADO: ATENDE TODOS	BRIDGESTONE	M814 126/124M 12LONAS	18	1.261,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		OS REQUISITOS DO EDITAL FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: BRIDGESTONE/M814 126/124M.				
148	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	10	270,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Av. Felipe Baczinski, nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, SC.						
LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
148	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	ARO 25	16	270,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57.2024- MULTI- PE 04.2024

Publicação Nº 6131248

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 57/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº *18.011.183/0001-06*, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sidnei José Willinghofer, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os municípios consorciados denominados **ORGÃOS PARTICIPANTES** relacionados no Anexo I deste Termo, RESOLVEM Registrar os Preços resultado do Processo Licitatório n. 10/2024, modalidade Pregão Eletrônico n. 04/2024 com a empresa: **MULTI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Duque de Caxias, 515 - Centro, Boa Vista do Buricá/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 50.108.526/0001-68, neste ato representada pelo Sr. Bernardo Andres Flach, inscrito no CPF Nº ***.447.***-72, doravante denominado **FORNECEDOR,** para fornecimento dos itens, conforme descrição, marca e valor constantes do anexo I deste Termo, nas quantidades estimadas para cada Órgão Participante deste ajuste, sujeitando-se as partes ainda às determinações contidas no Edital que deu origem a presente Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO
1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE PNEUS E CORRELATOS**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, nas quantidades estimadas por cada órgão no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO
2.1- A contratação para prestação do serviço será feita diretamente com o município solicitante, de acordo com sua necessidade.
2.2- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo de cada órgão participante, será de acordo com a tabela do anexo II, onde define o limite de cada órgão participante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA
3.1. – Os pneus deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de cada Órgão Participante, ou seja, fica a vencedora obrigada a fazer a entrega do material exatamente na quantidade que o município solicitar tendo em vista que o pregão é feito por unidade com vigência mínima de 12 (doze) meses, diretamente nos locais identificados dos Municípios participantes, em **horário comercial**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, após a autorização de fornecimento emitida e enviada pelo Órgão Participante via correio eletrônico (e-mail), diretamente ao fornecedor.

3.2. A responsabilidade de conferir o material no momento da entrega a fim de verificar se atende as condições do edital é inteiramente do Órgão Participante, que deverá designar servidor para recebimento, conferência e destinação final dos pneus e correlatos.

3.3. Não serão aceitos pneus que não estejam em conformidade com as normas técnicas da ABNT, tipo remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento, mesmo que preencham a descrição do objeto, ou seja, somente pneus novos de primeira linha que estão em conformidade à PORTARIA Nº 379, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021 e demais exigências deste Edital e anexos.

3.4. No ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal a empresa deverá entregar o CERTIFICADO DE GARANTIA DOS PNEUS.

3.5. Quanto a garantia dos produtos, os pneus deverão ter prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.6. As câmaras e protetor de pneu deverão ter prazo de garantia de no mínimo 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.7. Os produtos/materiais a serem entregues deverão possuir prazo de fabricação igual ou inferior a 01 (um) ano da data de entrega destes, os quais serão conferidos pelo responsável técnico de cada órgão participante.

3.8. A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo de Referência pelo prazo disposto, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

3.9. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS
4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento total dos itens solicitados, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR quando solicitado:
a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
c) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos;
e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante indicados na autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE
6.1. Fazer o acompanhamento e fiscalização na estrega do material.
6.2. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
6.3. Fazer o pagamento à empresa fornecedora de acordo com edital.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções conforme art. 156 da Lei 14.133/2021:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS
8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
8.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
9.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.
9.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024/2025 dos respectivos órgãos participantes.
10.1.1 – O Órgão Participante quando da contratação (Nota de Empenho), especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo de Licitação n° 10/2024- CIGAMERIOS, Pregão Eletrônico nº 04/2024 – CIGAMERIOS, realizado pelo Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Órgão Gerenciador, atendendo a previsão legal estabelecida no Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios participantes, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa firmado entre Órgão Gerenciador e Órgãos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12(dose) meses** a contar da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital de Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

13.2- As partes se comprometem a agir em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1 – É competente o foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços com seus anexos I e II, que são partes indissociáveis em 1(uma) via, para os devidos fins e efeitos legais, sendo, da mesma forma, postado na página oficial do CIGAMERIOS para obtenção de cópia.

Maravilha (SC), 20 de junho de 2024.

Sidnei José Willinghofer
Presidente do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Bernardo Andres Flach
MULTI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

Francisco Valdecí de Almeida
Coordenador Técnico Administrativo do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Poliana Patrícia Kittel Grunitzky
Pregoeira do CIGAMERIOS Resolução nº 06/2024
Órgão Gerenciador

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ANEXO I

TOTAL DA EMPRESA FORNECEDORA

A EMPRESA **MULTI COMÉRCIO DE PNEUS LTDA** PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SITUADA NA RUA DUQUE DE CAXIAS, 515 - CENTRO, BOA VISTA DO BURICÁ/RS, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 50.108.526/0001-68. TELEFONE: (55) 9 8443-7798, E-MAIL: pneusmulticom@gmail.com, Faturamento: vendas@modelopneus.com.br, ASSUME COMPROMISSO EM FORNECER MEDICAMENTOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN	TOTAL
5	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	156	135,0000	21.060,0000
6	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	323	125,0000	40.375,0000
7	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1300-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525.	TORTUGA	TR220	30	185,0000	5.550,0000
8	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	133	189,0000	25.137,0000
9	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	508	184,0000	93.472,0000
11	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	117	280,0000	32.760,0000
12	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	58	300,0000	17.400,0000
16	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 275/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	216	134,8800	29.134,0800
19	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	397	72,0000	28.584,0000
21	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 13. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	85	32,0000	2.720,0000
22	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	130	32,0000	4.160,0000
24	UNIDADE	PNEU 10.0/80-12 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, COM 10 LONAS APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTOS AGRICOLAS). MARCAS ACEITÁVEIS: IMP BKT 10.0/80-12 10PR AW702 E TL.	BKT	AW909	4	688,0000	2.752,0000
47	UNIDADE	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	92	7.200,0000	662.400,0000
48	UNIDADE	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	60	6.800,0000	408.000,0000
51	UNIDADE	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM	PETLAS	NB57	42	6.650,0000	279.300,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		28 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57, FIRESTONE/RG EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E3					
88	UNIDADE	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	146	300,0000	43.800,0000
99	UNIDADE	PNEU 215/60R17, NOVO (RADIAL), CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE H. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	ANTARES	INGENS	4	394,0000	1.576,0000
106	UNIDADE	PNEU 225/45R17, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: INDÍCE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE V. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	LANVIGATOR	CATCHPOWER	12	319,0000	3.828,0000
113	UNIDADE	PNEU 23.5X25, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FORERUNNER	E3/L3	4	5.885,0000	23.540,0000

2. Durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preço, do total da estimativa de consumo estabelecida na tabela do anexo I desta Termo, fica reservada e poderá ser adquirida pelos seguintes Órgãos Participantes:

Órgão Participante: MUNICÍPIO BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	20	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	20	125,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	189,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	20	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	6	280,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	20	72,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	8	300,0000
113	UN	PNEU 23.5X25, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FORERUNNER	E3/L3	4	5.885,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na Rua dos Imigrante, nº 499, Centro, na cidade de Caibi, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	50	125,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	80	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	280,0000
16	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 275/80R22,5.	TORTUGA	TR462	50	134,8800

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462				
51	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 28 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57, FIRESTONE/RG EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	6	6.650,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	8	300,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Primeiro de Maio, nº 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	10	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	10	125,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	189,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	20	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	4	280,0000
12	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	4	300,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	20	72,0000
22	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	20	32,0000
47	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	18	7.200,0000
51	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 28 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57, FIRESTONE/RG EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	18	6.650,0000
106	UN	PNEU 225/45R17, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: INDÍCE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE V. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	LANVIGATOR	CATCHPOWER	12	319,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, nº 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	30	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	48	125,0000
7	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1300-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525.	TORTUGA	TR220	20	185,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	189,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	40	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	280,0000
12	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	4	300,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	20	72,0000
21	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 13. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	14	32,0000
22	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	20	32,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro , nº 450, Centro, na cidade de Cunhataí, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	35	72,0000
24	UN	PNEU 10.0/80-12 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, COM 10 LONAS APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (IMPLEMENTOS AGRICOLAS). MARCAS ACEITÁVEIS: IMP BKT 10.0/80-12 10PR AW702 E TL.	BKT	AW909	4	688,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	12	300,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, nº 696, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	8	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	15	125,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	189,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	15	280,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	35	72,0000
21	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 13. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	20	32,0000
22	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	20	32,0000
47	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	6	7.200,0000
48	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	6	6.800,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	8	300,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	6	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	8	125,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	6	189,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	50	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	6	280,0000
12	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	6	300,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	30	72,0000
21	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 13. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	15	32,0000
22	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	30	32,0000
48	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	4	6.800,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MARAVILHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.190/0001-72, com sede na Av. Euclides da Cunha , nº 60, Centro, na cidade de Maravilha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	16	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	12	125,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	12	189,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	26	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	6	280,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	12	72,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	8	300,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	20	135,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	20	125,0000
7	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1300-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525.	TORTUGA	TR220	10	185,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	20	189,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	30	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	20	280,0000
12	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	10	300,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	100	72,0000
47	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	12	7.200,0000
48	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	12	6.800,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85361863000147, com sede na Rua Independência , nº 100, Centro, na cidade de Palmitos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	15	125,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	50	184,0000
16	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 275/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	50	134,8800
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	10	72,0000
21	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 13. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	10	32,0000
22	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	10	32,0000
47	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	16	7.200,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	30	300,0000
99	UN	PNEU 215/60R17, NOVO (RADIAL), CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE H. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	ANTARES	INGENS	4	394,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

Órgão Participante: MUNICÍPIO RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, na cidade de Riqueza, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	18	125,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	10	184,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	24	300,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro , nº 242, Centro, na cidade de Romelândia, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	6	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	15	125,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	15	189,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	30	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	280,0000
12	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	10	300,0000
16	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 275/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	20	134,8800
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	20	72,0000
21	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 13. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	20	32,0000
22	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	20	32,0000
47	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	18	7.200,0000
48	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	18	6.800,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Alvaro Costa, nº 545, Centro, na cidade de Saltinho, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	10	135,0000
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	40	125,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	80	184,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	280,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	20	72,0000
47	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	10	7.200,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Av. Tancredo neves, nº 337, Centro, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024	TORTUGA	AG2024	24	135,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	10	189,0000
11	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-30. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR 218- AG3030, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	20	280,0000
12	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	20	300,0000
16	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 275/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	60	134,8800
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	25	72,0000
21	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 13. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	6	32,0000
22	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU ARO 14. MARCA ACEITÁVEL: QBOM/TR 13	QBOM	TR13	10	32,0000
51	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 28 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57, FIRESTONE/RG EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	10	6.650,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua Luis, nº 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	30	125,0000
8	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 14.9-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-2424, TR 218- FVA.	TORTUGA	TR218	30	189,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	50	184,0000
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	40	72,0000
48	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	8	6.800,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, nº 279, Centro, na cidade de Saudades, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
5	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.4-24.MARCA	TORTUGA	AG2024	6	135,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG2024				
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	10	125,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	10	184,0000
12	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 18.4-34. MARCA ACEIÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3034	TORTUGA	TR218	4	300,0000
16	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 275/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	12	134,8800
19	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 750-16 - (BICO LONGO OU BICO CURTO). MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460.	TORTUGA	TR460	10	72,0000
47	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, FIRESTONE/EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E, PETLAS/NB57 E3.	PETLAS	NB57	12	7.200,0000
48	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, E3, COM 20 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	12	6.800,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	12	300,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Av. Felipe Baczinski, nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
6	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12.5/80-18. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR15-AG2018	TORTUGA	TR15	12	125,0000
9	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2525, TR 220- FVA.	TORTUGA	TR220	12	184,0000
16	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 275/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	24	134,8800
51	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 28 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57, FIRESTONE/RG EXCAVATOR E-3, PIRELLI/RM95-E3	PETLAS	NB57	8	6.650,0000
88	UN	PNEU 205/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇAO.	ADERENZA	SPEEDLINE	36	300,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58.2024- PNEULOG - PE 04.2024

Publicação Nº 6131249

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 58/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº *18.011.183/0001-06*, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sidnei José Willinghofer, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os municípios consorciados denominados **ORGÃOS PARTICIPANTES** relacionados no Anexo I deste Termo, RESOLVEM Registrar os Preços resultado do Processo Licitatório n. 10/2024, modalidade Pregão Eletrônico n. 04/2024 com a empresa: **PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada na Endereço: Olímpio Júlio Tortato, nº 739, Esportes, Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.092.175/0001-79, neste ato representada pelo Sr. Rafael Luiz Moretto Vicini, inscrito no CPF Nº ***.979.***-89, doravante denominado **FORNECEDOR,** para fornecimento dos itens, conforme descrição, marca e valor constantes do anexo I deste Termo, nas quantidades estimadas para cada Órgão Participante deste ajuste, sujeitando-se as partes ainda às determinações contidas no Edital que deu origem a presente Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO
1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE PNEUS E CORRELATOS**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, nas quantidades estimadas por cada órgão no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO
2.1- A contratação para prestação do serviço será feita diretamente com o município solicitante, de acordo com sua necessidade.
2.2- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo de cada órgão participante, será de acordo com a tabela do anexo II, onde define o limite de cada órgão participante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA
3.1. – Os pneus deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de cada Órgão Participante, ou seja, fica a vencedora obrigada a fazer a entrega do material exatamente na quantidade que o município solicitar tendo em vista que o pregão é feito por unidade com vigência mínima de 12 (doze) meses, diretamente nos locais identificados dos Municípios participantes, em **horário comercial**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, após a autorização de fornecimento emitida e enviada pelo Órgão Participante via correio eletrônico (e-mail), diretamente ao fornecedor.

3.2. A responsabilidade de conferir o material no momento da entrega a fim de verificar se atende as condições do edital é inteiramente do Órgão Participante, que deverá designar servidor para recebimento, conferência e destinação final dos pneus e correlatos.

3.3. Não serão aceitos pneus que não estejam em conformidade com as normas técnicas da ABNT, tipo remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento, mesmo que preencham a descrição do objeto, ou seja, somente pneus novos de primeira linha que estão em conformidade à PORTARIA Nº 379, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021 e demais exigências deste Edital e anexos.

3.4. No ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal a empresa deverá entregar o CERTIFICADO DE GARANTIA DOS PNEUS.

3.5. Quanto a garantia dos produtos, os pneus deverão ter prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.6. As câmaras e protetor de pneu deverão ter prazo de garantia de no mínimo 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.7. Os produtos/materiais a serem entregues deverão possuir prazo de fabricação igual ou inferior a 01 (um) ano da data de entrega destes, os quais serão conferidos pelo responsável técnico de cada órgão participante.

3.8. A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo de Referência pelo prazo disposto, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

3.9. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS
4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento total dos itens solicitados, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR quando solicitado:
a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
c) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos;
e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante indicados na autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE
6.1. Fazer o acompanhamento e fiscalização na estrega do material.
6.2. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
6.3. Fazer o pagamento à empresa fornecedora de acordo com edital.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções conforme art. 156 da Lei 14.133/2021:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS
8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
8.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
9.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.
9.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024/2025 dos respectivos órgãos participantes.
10.1.1 – O Órgão Participante quando da contratação (Nota de Empenho), especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo de Licitação n° 10/2024- CIGAMERIOS, Pregão Eletrônico nº 04/2024 – CIGAMERIOS, realizado pelo Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Órgão Gerenciador, atendendo a previsão legal estabelecida no Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios participantes, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa firmado entre Órgão Gerenciador e Órgãos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12(dose) meses** a contar da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital de Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

13.2- As partes se comprometem a agir em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1 – É competente o foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços com seus anexos I e II, que são partes indissociáveis em 1(uma) via, para os devidos fins e efeitos legais, sendo, da mesma forma, postado na página oficial do CIGAMERIOS para obtenção de cópia.

Maravilha (SC), 20 de junho de 2024.

Sidnei José Willinghofer
Presidente do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Rafael Luiz Moretto Vicini
PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

Francisco Valdecí de Almeida
Coordenador Técnico Administrativo do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Poliana Patrícia Kittel Grunitzky
Pregoeira do CIGAMERIOS Resolução nº 06/2024
Órgão Gerenciador

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ANEXO I

TOTAL DA EMPRESA FORNECEDORA

A EMPRESA **PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA** PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SITUADA NA ENDEREÇO: OLÍMPIO JÚLIO TORTATO, Nº 739, ESPORTES, XANXERÊ/SC, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 17.092.175/0001-79. TELEFONE/ WHATSAPP: 49 3433-5584, 49 3433-5584, E-MAIL: licitacaopneulog@hotmail.com ou contato.pneulog@hotmail.com, adm.pneulog@hotmail.com ASSUME COMPROMISSO EM FORNECER MEDICAMENTOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN	TOTAL
31	UNIDADE	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSS	102	2.246,0000	229.092,0000
36	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	143	2.477,0000	354.211,0000
42	UNIDADE	PNEU 14-17.5 NOVO PARA RETROESCAVADEIRA, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO DIAGONAL UNIDADE OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: PN 14-17.5NHS IT323 14PR TL SKD TITAN, GOODYEAR/IT323.	GOODYEAR	IT 323	6	3.400,0000	20.400,0000
43	UNIDADE	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	14	3.400,0000	47.600,0000
44	UNIDADE	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	39	3.430,0000	133.770,0000
55	UNIDADE	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	136	269,0000	36.584,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

56	UNIDADE	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	ASSURANCE	156	334,0000	52.104,0000
59	UNIDADE	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, PARA USO DA PÁ-CARREGADEIRA W20E. MARCAS ACEITÁVEIS: SRG LOADER DOZER L-3 16 S/C C/27,0MM FIRESTONE, TITAN/ND LCM E3 L3.	TITAN	NDLCM	16	5.625,0000	90.000,0000
60	UNIDADE	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	213	290,0000	61.770,0000
61	UNIDADE	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	259	274,0000	70.966,0000
67	UNIDADE	PNEU 185/60R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EDGE TOURING 2 82H SL - 340/A/B KELLY, GOODYEAR KELLY EDGE SPORT.	GOODYEAR	EDGE TOURING 2	82	395,0000	32.390,0000
68	UNIDADE	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	320	378,0000	120.960,0000
69	UNIDADE	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	141	305,0000	43.005,0000
70	UNIDADE	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA	GOODYEAR	EAGLE SPORT	264	445,0000	117.480,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700					
71	UNIDADE	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	262	395,0000	103.490,0000
73	UNIDADE	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	104	330,0000	34.320,0000
74	UNIDADE	PNEU 185R14, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, FIRESTONE/CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	56	450,0000	25.200,0000
79	UNIDADE	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	130	430,0000	55.900,0000
80	UNIDADE	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	126	356,0000	44.856,0000
81	UNIDADE	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	162	400,0000	64.800,0000
82	UNIDADE	PNEU 195/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, CARGO MARATHON 2	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	42	556,0000	23.352,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		104/102R GOODYEAR, FIRESTONE/104/102R CV5000.					
83	UNIDADE	PNEU 195/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: CARGO MARATHON 2 110/108R, GOODYEAR/ 195/75R16C CV5000 107/105R, GOODYEAR/CARGO MARATHON 2.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	82	645,0000	52.890,0000
84	UNIDADE	PNEU 195/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	38	500,0000	19.000,0000
87	UNIDADE	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	88	329,0000	28.952,0000
89	UNIDADE	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	282	480,0000	135.360,0000
91	UNIDADE	PNEU 205/65R16 NOVO,CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EFFICIENTGRIP SUV 95H SL 440/A/B GOODYEAR, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV	88	437,0000	38.456,0000
92	UNIDADE	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	24	570,0000	13.680,0000
93	UNIDADE	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, VEÍCULO DE CARGA, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DUCATTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE 106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	28	570,0000	15.960,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

94	UNIDADE	PNEU 205/70R15, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE VELOCIDADE T, REFERÊNCIA: ATR NOVA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, BRIDGESTONE/DUELER A/T D693 96T C/9MM, GOODYEAR/WRANGLER AT ADV 96T SL.	GOODYEAR	WRANGLER AT	20	482,0000	9.640,0000
96	UNIDADE	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	261	680,0000	177.480,0000
100	UNIDADE	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	122	498,0000	60.756,0000
105	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, BRIDGESTONE/M814 126/124M, STEELMARK/AGS 126/124L F LISO/RODOVIÁRIO C/11,0MM	GOODYEAR	STEELMARK AGS	52	845,0000	43.940,0000
108	UNIDADE	PNEU 225/65R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32 CARGO 112R, FIRESTONE/112/110R CV500.	GOODYEAR	G32 CARGO	124	899,0000	111.476,0000
110	UNIDADE	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	162	856,0000	138.672,0000
114	UNIDADE	PNEU 235/65R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: 08 LONAS, INDÍCE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE R. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	16	690,0000	11.040,0000
117	UNIDADE	PNEU 255/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE 111S RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRL FORTITUDE HT 111H SL,	GOODYEAR	KELLY EDGE AT2	38	582,0000	22.116,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GOODYEAR/KELLY EDGE AT2					
120	UNIDADE	PNEU 265/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/DESTINATION A/T 110/107S, GOODYEAR/WRANGLER WORKHORSE AT.	GOODYEAR	WRANGLER WORKHORSE	18	670,0000	12.060,0000
121	UNIDADE	PNEU 265/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, BORRACHUDO (MARRUA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER RT/S, GOODYEAR/WRANGLER RT/S 123R, FIRESTONE/DESTINATION A/T 23/120R C/11,2MM.	GOODYEAR	WRANGLER RT/S	32	949,0000	30.368,0000
122	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO) PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	130	2.290,0000	297.700,0000
123	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	232	1.976,9900	458.661,6800
125	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSD	294	2.390,0000	702.660,0000
126	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA	GOODYEAR	KELLY MSA II	148	2.100,0000	310.800,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.					
127	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM GOODYEAR,GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	104	2.285,0000	237.640,0000
128	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	186	2.285,0000	425.010,0000
129	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI.	GOODYEAR	KELLY MSD II	72	2.280,0000	164.160,0000
130	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO	GOODYEAR	KELLY MSD II	30	2.280,0000	68.400,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI, GOODYEAR/KELLY MSD II.					
132	UNIDADE	PNEU 7,50R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 122, ÍNDICE DE VELOCIDADE L. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BLACKLION	BLR01	20	850,0000	17.000,0000
133	UNIDADE	PNEU 7,50R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: LISO, COM 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 122, ÍNDICE DE VELOCIDADE K. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BLACKLION	BLR01	35	850,0000	29.750,0000
142	UNIDADE	PNEU 9-17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, COM 12 LONAS APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, GOODYEAR TITAN PAPALEGUAS G8 12PR TL 124/122J C/12,1MM LISO/MISTO.	GOODYEAR	PAPALÉGUAS G8	20	1.270,0000	25.400,0000

2. Durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preço, do total da estimativa de consumo estabelecida na tabela do anexo I desta Termo, fica reservada e poderá ser adquirida pelos seguintes Órgãos Participantes:

Órgão Participante: MUNICÍPIO BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	4	2.477,0000
42	UN	PNEU 14-17.5 NOVO PARA RETROESCAVADEIRA, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO DIAGONAL UNIDADE OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: PN 14-17.5NHS IT323 14PR TL SKD TITAN, GOODYEAR/IT323.	GOODYEAR	IT 323	6	3.400,0000
44	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	4	3.430,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	16	274,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H,	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	305,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.				
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	395,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	12	430,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	680,0000
122	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO) PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	12	2.290,0000
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSD	24	2.390,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na Rua dos Imigrante, nº 499, Centro, na cidade de Caibi, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
31	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE	GOODYEAR	ARMOR MAX MSS	30	2.246,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.				
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	8	2.477,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	20	290,0000
67	UN	PNEU 185/60R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EDGE TOURING 2 82H SL - 340/A/B KELLY, GOODYEAR KELLY EDGE SPORT.	GOODYEAR	EDGE TOURING 2	4	395,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	8	378,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	305,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	4	445,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	400,0000
82	UN	PNEU 195/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	4	556,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GOODYEAR/CARGO MARATHON II, CARGO MARATHON 2 104/102R GOODYEAR, FIRESTONE/104/102R CV5000.				
87	UN	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	8	329,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	8	480,0000
92	UN	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	570,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	12	1.976,9900
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	8	2.100,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Primeiro de Maio, nº 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	6	2.477,0000
44	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA	GOODYEAR	SUPREME TFC	4	3.430,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.				
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	4	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	14	274,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	378,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	16	395,0000
73	UN	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	16	330,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	12	480,0000
91	UN	PNEU 205/65R16 NOVO,CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EFFICIENTGRIP SUV 95H SL 440/A/B GOODYEAR, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV	12	437,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS	GOODYEAR	CARGO	38	680,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.		MARATHON II		
100	UN	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	12	498,0000
105	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, BRIDGESTONE/M814 126/124M, STEELMARK/AGS 126/124L F LISO/RODOVIÁRIO C/11,0MM	GOODYEAR	STEELMARK AGS	20	845,0000
108	UN	PNEU 225/65R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32 CARGO 112R, FIRESTONE/112/110R CV500.	GOODYEAR	G32 CARGO	16	899,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	20	856,0000
114	UN	PNEU 235/65R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: 08 LONAS, INDÍCE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE R. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	690,0000
122	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO) PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	20	2.290,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	40	1.976,9900
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS	GOODYEAR	ARMOR MAX	60	2.390,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.		MSD		

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, nº 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	24	2.477,0000
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	34	269,0000
56	UN	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	ASSURANCE	52	334,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	35	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	15	274,0000
67	UN	PNEU 185/60R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EDGE TOURING 2 82H SL - 340/A/B KELLY, GOODYEAR KELLY EDGE SPORT.	GOODYEAR	EDGE TOURING 2	8	395,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE,	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	378,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		FIRESTONE/F-700.				
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	305,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	10	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	18	395,0000
73	UN	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	10	330,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	14	430,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	24	400,0000
82	UN	PNEU 195/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, CARGO MARATHON 2 104/102R GOODYEAR, FIRESTONE/104/102R CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	10	556,0000
87	UN	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	24	329,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS	GOODYEAR	WRANGLER	58	480,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.		TERRITORY		
100	UN	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	8	498,0000
108	UN	PNEU 225/65R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32 CARGO 112R, FIRESTONE/112/110R CV500.	GOODYEAR	G32 CARGO	32	899,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	10	856,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	38	1.976,9900
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	20	2.100,0000
128	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	60	2.285,0000
132	UN	PNEU 7,50R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:	BLACKLION	BLR01	20	850,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		COM 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 122, ÍNDICE DE VELOCIDADE L. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
133	UN	PNEU 7,50R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: LISO, COM 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 122, ÍNDICE DE VELOCIDADE K. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BLACKLION	BLR01	35	850,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro , nº 450, Centro, na cidade de Cunhataí, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	8	2.477,0000
44	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	8	3.430,0000
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	269,0000
56	UN	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	ASSURANCE	12	334,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	40	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	274,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	378,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS	GOODYEAR	KELLY EDGE	12	305,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.		TOURING		
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	395,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	8	430,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	16	680,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, nº 696, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	5	2.477,0000
44	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	5	3.430,0000
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	269,0000
56	UN	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG,	GOODYEAR	ASSURANCE	8	334,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T				
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	26	274,0000
67	UN	PNEU 185/60R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EDGE TOURING 2 82H SL - 340/A/B KELLY, GOODYEAR KELLY EDGE SPORT.	GOODYEAR	EDGE TOURING 2	12	395,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	378,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	305,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	395,0000
73	UN	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	330,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.				
74	UN	PNEU 185R14, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, FIRESTONE/CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	12	450,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	8	430,0000
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	8	356,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	8	400,0000
82	UN	PNEU 195/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, CARGO MARATHON 2 104/102R GOODYEAR, FIRESTONE/104/102R CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	556,0000
83	UN	PNEU 195/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: CARGO MARATHON 2 110/108R, GOODYEAR/ 195/75R16C CV5000 107/105R, GOODYEAR/CARGO MARATHON 2.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	645,0000
84	UND	PNEU 195/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	500,0000
87	UN	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	8	329,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO,	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	8	480,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.				
91	UN	PNEU 205/65R16 NOVO,CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EFFICIENTGRIP SUV 95H SL 440/A/B GOODYEAR, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV	8	437,0000
92	UN	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	570,0000
93	UN	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, VEÍCULO DE CARGA, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DUCATTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE 106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	570,0000
94	UN	PNEU 205/70R15, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE VELOCIDADE T, REFERÊNCIA: ATR NOVA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, BRIDGESTONE/DUELER A/T D693 96T C/9MM, GOODYEAR/WRANGLER AT ADV 96T SL.	GOODYEAR	WRANGLER AT	8	482,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	680,0000
100	UN	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	12	498,0000
105	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, BRIDGESTONE/M814 126/124M, STEELMARK/AGS 126/124L F LISO/RODOVIÁRIO C/11,0MM	GOODYEAR	STEELMARK AGS	4	845,0000
122	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO)	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	6	2.290,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.				

Órgão Participante: MUNICÍPIO IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
31	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSS	20	2.246,0000
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	6	2.477,0000
44	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	4	3.430,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	274,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	20	378,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	20	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	20	395,0000
73	UN	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG,	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	28	330,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.				
108	UN	PNEU 225/65R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32 CARGO 112R, FIRESTONE/112/110R CV500.	GOODYEAR	G32 CARGO	30	899,0000
117	UN	PNEU 255/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE 111S RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRL FORTITUDE HT 111H SL, GOODYEAR/KELLY EDGE AT2	GOODYEAR	KELLY EDGE AT2	18	582,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	12	1.976,9900
142	UN	PNEU 9-17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: CONVENCIONAL, COM 12 LONAS APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G8, GOODYEAR TITAN PAPALEGUAS G8 12PR TL 124/122J C/12,1MM LISO/MISTO.	GOODYEAR	PAPALÉGUAS G8	20	1.270,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MARAVILHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.190/0001-72, com sede na Av. Euclides da Cunha , nº 60, Centro, na cidade de Maravilha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	12	2.477,0000
43	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	6	3.400,0000
44	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	6	3.430,0000
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	18	269,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T				
56	UN	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	ASSURANCE	30	334,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	16	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	16	274,0000
67	UN	PNEU 185/60R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EDGE TOURING 2 82H SL - 340/A/B KELLY, GOODYEAR KELLY EDGE SPORT.	GOODYEAR	EDGE TOURING 2	8	395,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	48	378,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	305,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	20	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	40	395,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

73	UN	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	330,0000
74	UN	PNEU 185R14, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, FIRESTONE/CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	450,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	12	430,0000
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	8	356,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	46	400,0000
83	UN	PNEU 195/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: CARGO MARATHON 2 110/108R, GOODYEAR/ 195/75R16C CV5000 107/105R, GOODYEAR/CARGO MARATHON 2.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	12	645,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	12	480,0000
91	UN	PNEU 205/65R16 NOVO,CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EFFICIENTGRIP SUV 95H SL 440/A/B GOODYEAR, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV	30	437,0000
92	UN	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, PASSEIO,	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	570,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.				
94	UN	PNEU 205/70R15, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE VELOCIDADE T, REFERÊNCIA: ATR NOVA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, BRIDGESTONE/DUELER A/T D693 96T C/9MM, GOODYEAR/WRANGLER AT ADV 96T SL.	GOODYEAR	WRANGLER AT	12	482,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	84	680,0000
100	UN	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	44	498,0000
105	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, BRIDGESTONE/M814 126/124M, STEELMARK/AGS 126/124L F LISO/RODOVIÁRIO C/11,0MM	GOODYEAR	STEELMARK AGS	8	845,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	856,0000
114	UN	PNEU 235/65R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: 08 LONAS, INDÍCE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE R. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	690,0000
120	UN	PNEU 265/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/DESTINATION A/T 110/107S, GOODYEAR/WRANGLER WORKHORSE AT.	GOODYEAR	WRANGLER WORKHORSE	12	670,0000
121	UN	PNEU 265/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, BORRACHUDO (MARRUA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER RT/S, GOODYEAR/WRANGLER RT/S 123R, FIRESTONE/DESTINATION A/T 23/120R C/11,2MM.	GOODYEAR	WRANGLER RT/S	20	949,0000
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS	GOODYEAR	ARMOR MAX	4	2.390,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.		MSD		
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	24	2.100,0000
127	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM GOODYEAR,GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	6	2.285,0000
128	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	24	2.285,0000
129	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI.	GOODYEAR	KELLY MSD II	24	2.280,0000
130	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO	GOODYEAR	KELLY MSD II	12	2.280,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI, GOODYEAR/KELLY MSD II.				

Órgão Participante: MUNICÍPIO MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	4	2.477,0000
43	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	4	3.400,0000
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	269,0000
56	UN	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	ASSURANCE	12	334,0000
67	UN	PNEU 185/60R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EDGE TOURING 2 82H SL - 340/A/B KELLY, GOODYEAR KELLY EDGE SPORT.	GOODYEAR	EDGE TOURING 2	20	395,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	40	378,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	305,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS:	GOODYEAR	EAGLE SPORT	24	445,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700				
73	UN	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	10	330,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	12	430,0000
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	10	356,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	12	680,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	20	856,0000
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	20	2.100,0000
127	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO	GOODYEAR	KELLY MSD II	40	2.285,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		C/26,2MM GOODYEAR,GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.				
128	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	10	2.285,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85361863000147, com sede na Rua Independência , nº 100, Centro, na cidade de Palmitos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	6	2.477,0000
59	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, PARA USO DA PÁ-CARREGADEIRA W20E. MARCAS ACEITÁVEIS: SRG LOADER DOZER L-3 16 S/C C/27,0MM FIRESTONE, TITAN/ND LCM E3 L3.	TITAN	NDLCM	16	5.625,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	56	274,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	4	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	28	395,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	6	430,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.				
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	44	356,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	4	480,0000
91	UN	PNEU 205/65R16 NOVO,CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EFFICIENTGRIP SUV 95H SL 440/A/B GOODYEAR, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV	8	437,0000
100	UN	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	8	498,0000
108	UN	PNEU 225/65R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32 CARGO 112R, FIRESTONE/112/110R CV500.	GOODYEAR	G32 CARGO	18	899,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	16	856,0000
120	UN	PNEU 265/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/DESTINATION A/T 110/107S, GOODYEAR/WRANGLER WORKHORSE AT.	GOODYEAR	WRANGLER WORKHORSE	6	670,0000
121	UN	PNEU 265/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 123 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, BORRACHUDO (MARRUA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER RT/S, GOODYEAR/WRANGLER RT/S 123R, FIRESTONE/DESTINATION A/T 23/120R C/11,2MM.	GOODYEAR	WRANGLER RT/S	12	949,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	46	1.976,9900
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSD	54	2.390,0000
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	38	2.100,0000
127	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM GOODYEAR,GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	36	2.285,0000
128	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	30	2.285,0000
129	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5MM, APROVADO PELO	GOODYEAR	KELLY MSD II	30	2.280,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI.				

Órgão Participante: MUNICÍPIO RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, na cidade de Riqueza, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
31	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSS	20	2.246,0000
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	4	2.477,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	274,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	20	378,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	24	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	395,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	8	430,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.				
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	12	356,0000
87	UN	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	8	329,0000
93	UN	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, VEÍCULO DE CARGA, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DUCATTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE 106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	12	570,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	680,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	12	856,0000
117	UN	PNEU 255/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE 111S RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRL FORTITUDE HT 111H SL, GOODYEAR/KELLY EDGE AT2	GOODYEAR	KELLY EDGE AT2	8	582,0000
122	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO) PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	12	2.290,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO).	GOODYEAR	G386 MSS	12	1.976,9900

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.				
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSD	12	2.390,0000
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	8	2.100,0000
127	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM GOODYEAR,GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	12	2.285,0000
128	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	12	2.285,0000
129	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE,	GOODYEAR	KELLY MSD II	8	2.280,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI.				
130	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI, GOODYEAR/KELLY MSD II.	GOODYEAR	KELLY MSD II	8	2.280,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro , nº 242, Centro, na cidade de Romelândia, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
31	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSS	30	2.246,0000
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	8	2.477,0000
44	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	8	3.430,0000
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	269,0000
56	UN	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	ASSURANCE	30	334,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	290,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	30	378,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	305,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	30	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	20	395,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	30	430,0000
83	UN	PNEU 195/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: CARGO MARATHON 2 110/108R, GOODYEAR/ 195/75R16C CV5000 107/105R, GOODYEAR/CARGO MARATHON 2.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	30	645,0000
84	UND	PNEU 195/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	30	500,0000
87	UN	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	16	329,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	30	480,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.				
91	UN	PNEU 205/65R16 NOVO,CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EFFICIENTGRIP SUV 95H SL 440/A/B GOODYEAR, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV	30	437,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	30	680,0000
100	UN	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	30	498,0000
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSD	60	2.390,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Alvaro Costa, nº 545, Centro, na cidade de Saltinho, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	20	2.477,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	20	274,0000
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	30	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG,	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	395,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.				
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	12	356,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	12	400,0000
83	UN	PNEU 195/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: CARGO MARATHON 2 110/108R, GOODYEAR/ 195/75R16C CV5000 107/105R, GOODYEAR/CARGO MARATHON 2.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	20	645,0000
87	UN	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	12	329,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	30	480,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	40	856,0000
122	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO) PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	40	2.290,0000
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS	GOODYEAR	ARMOR MAX	70	2.390,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.		MSD		

Órgão Participante: MUNICÍPIO SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Av. Tancredo neves, nº 337, Centro, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
31	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA - TRANSPORTE URBANO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, TT 146/143K TG:01 BORR./MISTO C/20MM PIRELLI.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSS	2	2.246,0000
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	2	2.477,0000
43	UN	PNEU 14.9-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (TRATOR). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE II, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION 23 R-1, GOODYEAR/SUPREME TFC.	GOODYEAR	SUPREME TFC	4	3.400,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	290,0000
67	UN	PNEU 185/60R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: EDGE TOURING 2 82H SL - 340/A/B KELLY, GOODYEAR KELLY EDGE SPORT.	GOODYEAR	EDGE TOURING 2	30	395,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	50	378,0000
69	UN	PNEU 185/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	35	305,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 86H, FIRESTONE/F-700 86T, GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.				
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	30	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	30	395,0000
74	UN	PNEU 185R14, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, FIRESTONE/CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	16	450,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	20	400,0000
82	UN	PNEU 195/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 104 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, CARGO MARATHON 2 104/102R GOODYEAR, FIRESTONE/104/102R CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	20	556,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	22	480,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	15	680,0000
122	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO)	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	10	2.290,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.				
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	10	1.976,9900
125	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 149/146K H BORRACHUDO/MISTO C/25,4MM, BRIDGESTONE/149/146K L325 Z BORR/MISTO C/23,5MM.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSD	10	2.390,0000
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	10	2.100,0000
127	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM GOODYEAR,GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	10	2.285,0000
128	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H	GOODYEAR	KELLY MSD II	10	2.285,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.				
129	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM FIRESTONE, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI.	GOODYEAR	KELLY MSD II	10	2.280,0000
130	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 152/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM, TL 152/148LM+S TG:01 PIRELLI, GOODYEAR/KELLY MSD II.	GOODYEAR	KELLY MSD II	10	2.280,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua Luis, nº 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	10	2.477,0000
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	20	356,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	50	480,0000
93	UN	PNEU 205/70R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, VEÍCULO DE CARGA, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DUCATTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE 106/104R CV5000 08L. M+S C/09,5MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	8	570,0000
105	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA	GOODYEAR	STEELMARK AGS	20	845,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		PAVIMENTO. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (MICRO ONIBUS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/STEELMARK AGS, BRIDGESTONE/M814 126/124M, STEELMARK/AGS 126/124L F LISO/RODOVIÁRIO C/11,0MM				
122	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,9MM, DIANTEIRO (LISO) PARA USO MISTO, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: ARMOR MAX MSS 149/146K H LISO/MISTO C/19,9MM GOODYEAR, GOODYEAR/ARMOR MAX MSA GEN2.	GOODYEAR	ARMOR MAX MSA GEN2	30	2.290,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	30	1.976,9900

Órgão Participante: MUNICÍPIO SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, nº 279, Centro, na cidade de Saudades, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	12	2.477,0000
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	269,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	8	274,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS	GOODYEAR	EAGLE SPORT	20	378,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.				
70	UN	PNEU 185/65R15 MISTO. CARACTERISTICA MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA - ATR, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/F-700	GOODYEAR	EAGLE SPORT	20	445,0000
71	UN	PNEU 185/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EAGLE SPORT 88H SL, FIRESTONE/F-700 88H.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	12	395,0000
74	UN	PNEU 185R14, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, RADIAL, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (KOMBI). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II, FIRESTONE/CV5000.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	20	450,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	8	430,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	4	400,0000
87	UN	PNEU 205/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY ESGE SPORT, KELLY EDGE SPORT 2 91V SL, FIRESTONE/F-700 91V.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	12	329,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	24	480,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM,	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	30	680,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.				
100	UN	PNEU 215/65R16 NOVO(RADIAL), CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: DUELER H/T 684 II 102H BRIDGESTONE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE	8	498,0000
108	UN	PNEU 225/65R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32 CARGO 112R, FIRESTONE/112/110R CV500.	GOODYEAR	G32 CARGO	20	899,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	20	856,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	8	1.976,9900
126	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, GOODYEAR/KELLY MSA II, FIRESTONE/T819 16 S/C 152/148K LISO/MISTO C/17,5MM.	GOODYEAR	KELLY MSA II	20	2.100,0000
128	UN	PNEU 295/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21.5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - BORRACHUDO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSD, GOODYEAR/KELLY MSD II, FIRESTONE/T831 16 S/C 152/148G BORRACHUDO/MISTO C/25,MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSD 52/148K H BORRACHUDO/MISTO C/26,2MM.	GOODYEAR	KELLY MSD II	40	2.285,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Av. Felipe Baczinski, nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
36	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 14 LONAS, GARANTIA DE 5	GOODYEAR	SUREGRIP LUG	4	2.477,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG				
55	UN	PNEU 165/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 79 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 83T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	14	269,0000
56	UN	PNEU 165/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 81 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 83T	GOODYEAR	ASSURANCE	12	334,0000
60	UN	PNEU 175/65R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	14	290,0000
61	UN	PNEU 175/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 82 KG ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	16	274,0000
68	UN	PNEU 185/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 84 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/F-700.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	36	378,0000
73	UN	PNEU 185/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ASSURANCE MAXLIFE 88H SL, F-700 88T FIRESTONE,GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING 2.	GOODYEAR	KELLY EDGE TOURING	16	330,0000
79	UN	PNEU 195/55R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERFORMACE, FIRESTONE/195/55R16 F-700 87V, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 91V XL, GOODYEAR/EAGLE SPORT 2.	GOODYEAR	EAGLE SPORT 2	12	430,0000
80	UND	PNEU 195/60R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SPORT, KELLY/EDGE SPORT 88V SL, F-700 88H FIRESTONE.	GOODYEAR	KELLY EDGE SPORT	12	356,0000
81	UN	PNEU 195/65R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE SPORT	36	400,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, GOODYEAR/195/65R15 EFFICIENTGRIP PERFORMANCE 91H, BRIDGESTONE/EP150 91H.				
83	UN	PNEU 195/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: CARGO MARATHON 2 110/108R, GOODYEAR/ 195/75R16C CV5000 107/105R, GOODYEAR/CARGO MARATHON 2.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	12	645,0000
89	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/EFICIENTGRIP SUV, FIRESTONE/F-700 92H, GOODYEAR/EFICIENTGRIP PERFORMACE, GOODYEAR/WRANGLER TERRITORY HT.	GOODYEAR	WRANGLER TERRITORY	24	480,0000
96	UN	PNEU 205/75R16, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (DOBLÔ). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/MARATTHON II, FIRESTONE/110/108R CV5000 08L. C/09,5MM, GOODYEAR CARGO MARATHON II 113/111Q E.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	12	680,0000
108	UN	PNEU 225/65R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 102 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G32 CARGO 112R, FIRESTONE/112/110R CV500.	GOODYEAR	G32 CARGO	8	899,0000
110	UN	PNEU 225/75R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 118 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/CARGO MARATHON II 118/116R E, FIRESTONE/121/120R CV5000 10L. C/10,0MM.	GOODYEAR	CARGO MARATHON II	16	856,0000
117	UN	PNEU 255/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE 111S RADIAL, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRL FORTITUDE HT 111H SL, GOODYEAR/KELLY EDGE AT2	GOODYEAR	KELLY EDGE AT2	12	582,0000
123	UN	PNEU 275/80R22.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVIÇO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/D386 MSS, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS, BRIDGESTONE/149/146K M842Z LISO/MISTO C/18,0MM, GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 49/146K H LISO/MISTO C/19,9MM, TL 149/146LM+S FG88 C/18 MM PIRELLI.	GOODYEAR	G386 MSS	24	1.976,9900

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58.2024- PNEULOG - PE 04.2024

Publicação Nº 6131250

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº *18.011.183/0001-06*, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sidnei José Willinghofer, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os municípios consorciados denominados **ORGÃOS PARTICIPANTES** relacionados no Anexo I deste Termo, RESOLVEM Registrar os Preços resultado do Processo Licitatório n. 10/2024, modalidade Pregão Eletrônico n. 04/2024 com a empresa: **Pneus Comércio de Pneus Ltda** pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Marginal Paraguai, nº 469 - Bairro Rio Verde -CEP.: 83.405-280 Colombo – PR, inscrita no CNPJ sob o nº : 06.880.642/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Tercio Gustavo Senff, inscrito no CPF Nº ***.064.***-89, doravante denominado **FORNECEDOR,** para fornecimento dos itens, conforme descrição, marca e valor constantes do anexo I deste Termo, nas quantidades estimadas para cada Órgão Participante deste ajuste, sujeitando-se as partes ainda às determinações contidas no Edital que deu origem a presente Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO
1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE PNEUS E CORRELATOS**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, nas quantidades estimadas por cada órgão no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO
2.1- A contratação para prestação do serviço será feita diretamente com o município solicitante, de acordo com sua necessidade.
2.2- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo de cada órgão participante, será de acordo com a tabela do anexo II, onde define o limite de cada órgão participante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA
3.1. – Os pneus deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de cada Órgão Participante, ou seja, fica a vencedora obrigada a fazer a entrega do material exatamente na quantidade que o município solicitar tendo em vista que o pregão é feito por unidade com vigência mínima de 12 (doze) meses, diretamente nos locais identificados dos Municípios participantes, em **horário comercial**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, após a autorização de fornecimento emitida e enviada pelo Órgão Participante via correio eletrônico (e-mail), diretamente ao fornecedor.

3.2. A responsabilidade de conferir o material no momento da entrega a fim de verificar se atende as condições do edital é inteiramente do Órgão Participante, que deverá designar servidor para recebimento, conferência e destinação final dos pneus e correlatos.

3.3. Não serão aceitos pneus que não estejam em conformidade com as normas técnicas da ABNT, tipo remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento, mesmo que preencham a descrição do objeto, ou seja, somente pneus novos de primeira linha que estão em conformidade à PORTARIA Nº 379, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021 e demais exigências deste Edital e anexos.

3.4. No ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal a empresa deverá entregar o CERTIFICADO DE GARANTIA DOS PNEUS.

3.5. Quanto a garantia dos produtos, os pneus deverão ter prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.6. As câmaras e protetor de pneu deverão ter prazo de garantia de no mínimo 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.7. Os produtos/materiais a serem entregues deverão possuir prazo de fabricação igual ou inferior a 01 (um) ano da data de entrega destes, os quais serão conferidos pelo responsável técnico de cada órgão participante.

3.8. A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo de Referência pelo prazo disposto, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

3.9. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS
4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento total dos itens solicitados, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR quando solicitado:
a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
c) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos;
e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante indicados na autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE
6.1. Fazer o acompanhamento e fiscalização na estrega do material.
6.2. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
6.3. Fazer o pagamento à empresa fornecedora de acordo com edital.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções conforme art. 156 da Lei 14.133/2021:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS
8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
8.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
9.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.
9.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024/2025 dos respectivos órgãos participantes.
10.1.1 – O Órgão Participante quando da contratação (Nota de Empenho), especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo de Licitação n° 10/2024- CIGAMERIOS, Pregão Eletrônico nº 04/2024 – CIGAMERIOS, realizado pelo Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Órgão Gerenciador, atendendo a previsão legal estabelecida no Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios participantes, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa firmado entre Órgão Gerenciador e Órgãos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12(dose) meses** a contar da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital de Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

13.2- As partes se comprometem a agir em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1 – É competente o foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços com seus anexos I e II, que são partes indissociáveis em 1(uma) via, para os devidos fins e efeitos legais, sendo, da mesma forma, postado na página oficial do CIGAMERIOS para obtenção de cópia.

Maravilha (SC), 20 de junho de 2024.

Sidnei José Willinghofer
Presidente do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Pneus Comércio de Pneus Ltda Tercio Gustavo Senff

Francisco Valdecí de Almeida
Coordenador Técnico Administrativo do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Poliana Patrícia Kittel Grunitzky
Pregoeira do CIGAMERIOS Resolução nº 06/2024
Órgão Gerenciador

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ANEXO I

TOTAL DA EMPRESA FORNECEDORA

A EMPRESA **Pneus Comércio de Pneus Ltda** pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Marginal Paraguai, nº 469 - Bairro Rio Verde -CEP.: 83.405-280 Colombo – PR, inscrita no CNPJ sob o nº: 06.880.642/0001-09. E-mail: iverson@terezapneus.com.br Telefone: (41) 3333-4322, ASSUME COMPROMISSO EM FORNECER MEDICAMENTOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN	TOTAL
62	UNIDADE	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	706	379,4500	267.891,7000
90	UNIDADE	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	202	477,5000	96.455,0000
95	UNIDADE	PNEU 205/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 97 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	FORTUNE	FSR602	54	558,4000	30.153,6000
97	UNIDADE	PNEU 215/55R17, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 94KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS, PARA USO DA TRACKER. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA ER370 94V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	TURANZA ER370 94V	28	902,0000	25.256,0000
101	UNIDADE	PNEU 215/75R16 (RADIAL), CARACTERÍSTICAS MINIMAS: 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS. MARCAS ACEITÁVEIS: C 113R CHRONO PIRELI.	PIRELI	113R CHRONO	70	1.316,9900	92.189,3000
107	UNIDADE	PNEU 225/50R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, EFICIÊNCIA NA ADERÊNCIA EM PISTAS MOLHADAS NA CATEGORIA "C", APROVADO PELO INMETRO GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA T005 MO 94Y BRIDGESTONE, 225/50R17 TURANZA T005 98Y XL BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	225/50R17 TURANZA T005 98Y XL	24	662,9900	15.911,7600
116	UNIDADE	PNEU 235/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A RADIAL, MÍNIMO 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE	WESTLAKE	CM988	38	1.113,5500	42.314,9000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		VELOCIDADE K, SULCO MÍNIMO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ONIBUS).					
118	UNIDADE	PNEU 265/65R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, TREADWEAR 500, TRAÇÃO A, TEMPERATURA A, CONTRUÇÃO RADIAL, DESENHO SIMÉTRICO, SEM CÂMARA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,FIRESTONE/DESTINATION H/T 112H.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,	46	795,1000	36.574,6000
145	UNIDADE	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	842	45,0000	37.890,0000
149	UNIDADE	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 22.5. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	22.5	50	48,0000	2.400,0000
150	UNIDADE	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	185	40,0000	7.400,0000
151	UNIDADE	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	900-00	120	47,0000	5.640,0000

2. Durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preço, do total da estimativa de consumo estabelecida na tabela do anexo I desta Termo, fica reservada e poderá ser adquirida pelos seguintes Órgãos Participantes:

Órgão Participante: MUNICÍPIO BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	48	379,4500
101	UN	PNEU 215/75R16 (RADIAL), CARACTERÍSTICAS MINIMAS: 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS. MARCAS ACEITÁVEIS: C 113R CHRONO PIRELI.	PIRELI	113R CHRONO	20	1.316,9900
118	UN	PNEU 265/65R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, TREADWEAR 500, TRAÇÃO A, TEMPERATURA A, CONTRUÇÃO RADIAL, DESENHO SIMÉTRICO, SEM CÂMARA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,FIRESTONE/DESTINATION H/T 112H.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,	12	795,1000
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	40	45,0000
149	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 22.5. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	22.5	20	48,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	20	40,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na Rua dos Imigrante, nº 499, Centro, na cidade de Caibi, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	12	379,4500

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700				
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	100	45,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Primeiro de Maio, nº 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	74	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	16	477,5000
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	10	45,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	10	40,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, nº 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	82	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	24	477,5000
97	UN	PNEU 215/55R17, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 94KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS, PARA USO DA TRACKER. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA ER370 94V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	TURANZA ER370 94V	8	902,0000
118	UN	PNEU 265/65R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, TREADWEAR 500, TRAÇÃO A, TEMPERATURA A, CONTRUÇÃO RADIAL, DESENHO SIMÉTRICO, SEM CÂMARA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT 112H	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,	8	795,1000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		SL,FIRESTONE/DESTINATION H/T 112H.				

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro , nº 450, Centro, na cidade de Cunhataí, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	12	379,4500
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	30	45,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	20	40,0000
151	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	900-00	20	47,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, nº 696, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	20	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	8	477,5000
95	UN	PNEU 205/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 97 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	FORTUNE	FSR602	8	558,4000
97	UN	PNEU 215/55R17, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 94KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS, PARA USO DA TRACKER. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA ER370 94V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	TURANZA ER370 94V	12	902,0000
101	UN	PNEU 215/75R16 (RADIAL), CARACTERÍSTICAS MINIMAS: 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS. MARCAS ACEITÁVEIS: C 113R CHRONO PIRELI.	PIRELI	113R CHRONO	12	1.316,9900
107	UN	PNEU 225/50R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, EFICIÊNCIA NA ADERÊNCIA EM PISTAS MOLHADAS NA CATEGORIA "C", APROVADO PELO INMETRO GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA T005 MO 94Y BRIDGESTONE, 225/50R17 TURANZA T005 98Y XL BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	225/50R17 TURANZA T005 98Y XL	4	662,9900
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	60	45,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	10	40,0000
151	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	900-00	10	47,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	50	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	30	477,5000
116	UN	PNEU 235/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A RADIAL, MÍNIMO 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, SULCO MÍNIMO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ONIBUS).	WESTLAKE	CM988	4	1.113,5500
118	UN	PNEU 265/65R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, TREADWEAR 500, TRAÇÃO A, TEMPERATURA A, CONTRUÇÃO RADIAL, DESENHO SIMÉTRICO, SEM CÂMARA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,FIRESTONE/DESTINATION H/T 112H.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,	18	795,1000
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	300	45,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	50	40,0000
151	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	900-00	30	47,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MARAVILHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.190/0001-72, com sede na Av. Euclides da Cunha , nº 60, Centro, na cidade de Maravilha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	28	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	22	477,5000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.				
101	UN	PNEU 215/75R16 (RADIAL), CARACTERÍSTICAS MINIMAS: 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS. MARCAS ACEITÁVEIS: C 113R CHRONO PIRELI.	PIRELI	113R CHRONO	8	1.316,9900

Órgão Participante: MUNICÍPIO MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	20	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	8	477,5000
97	UN	PNEU 215/55R17, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 94KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS, PARA USO DA TRACKER. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA ER370 94V BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	TURANZA ER370 94V	8	902,0000
116	UN	PNEU 235/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A RADIAL, MÍNIMO 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, SULCO MÍNIMO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ONIBUS).	WESTLAKE	CM988	6	1.113,5500
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	30	45,0000
149	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 22.5. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	22.5	10	48,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	30	40,0000
151	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	900-00	10	47,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85361863000147, com sede na Rua Independência , nº 100, Centro, na cidade de Palmitos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	64	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	8	477,5000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.				
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	66	45,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	4	40,0000
151	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	900-00	50	47,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, na cidade de Riqueza, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	60	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	12	477,5000
95	UN	PNEU 205/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 97 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	FORTUNE	FSR602	12	558,4000
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	30	45,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro , nº 242, Centro, na cidade de Romelândia, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	20	477,5000
95	UN	PNEU 205/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 97 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	FORTUNE	FSR602	30	558,4000
101	UN	PNEU 215/75R16 (RADIAL), CARACTERÍSTICAS MINIMAS: 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS. MARCAS ACEITÁVEIS: C 113R CHRONO PIRELI.	PIRELI	113R CHRONO	30	1.316,9900
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	40	45,0000
149	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 22.5. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	22.5	20	48,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

Órgão Participante: MUNICÍPIO SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Alvaro Costa, nº 545, Centro, na cidade de Saltinho, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	80	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	30	477,5000
107	UN	PNEU 225/50R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, EFICIÊNCIA NA ADERÊNCIA EM PISTAS MOLHADAS NA CATEGORIA "C", APROVADO PELO INMETRO GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA T005 MO 94Y BRIDGESTONE, 225/50R17 TURANZA T005 98Y XL BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	225/50R17 TURANZA T005 98Y XL	12	662,9900
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	30	45,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	16	40,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Av. Tancredo neves, nº 337, Centro, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	30	379,4500
95	UN	PNEU 205/70R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 97 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DOBLÔ).	FORTUNE	FSR602	4	558,4000
116	UN	PNEU 235/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A RADIAL, MÍNIMO 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, SULCO MÍNIMO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ONIBUS).	WESTLAKE	CM988	20	1.113,5500
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	10	45,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua Luis, nº 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	80	379,4500

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700				
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	40	45,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	10	40,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, nº 279, Centro, na cidade de Saudades, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	30	379,4500
90	UN	PNEU 205/60R16 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 92, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO) MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER ALL-TERRAIN ADVENTURE, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP SUV 92H, FIRESTONE/F-700 92H.	GOODYEAR	EFFICIENTGRIP SUV 92H,	24	477,5000
107	UN	PNEU 225/50R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, EFICIÊNCIA NA ADERÊNCIA EM PISTAS MOLHADAS NA CATEGORIA "C", APROVADO PELO INMETRO GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: TURANZA T005 MO 94Y BRIDGESTONE, 225/50R17 TURANZA T005 98Y XL BRIDGESTONE.	BRIDGESTONE	225/50R17 TURANZA T005 98Y XL	8	662,9900
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	20	45,0000
150	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 750-16. MARCA ACEITÁVEL: VULK VIPAL	VULK VIPAL	750-16	15	40,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Av. Felipe Baczinski, nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
62	UN	PNEU 175/70R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (VEÍCULO UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE TOURING, KELLY/EDGE TOURING 82T, FIRESTONE/F-SERIES F-700	GOODYEAR	ELLY EDGE TOURING	16	379,4500
116	UN	PNEU 235/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS:TIPO A RADIAL, MÍNIMO 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, SULCO MÍNIMO DE 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ONIBUS).	WESTLAKE	CM988	8	1.113,5500
118	UN	PNEU 265/65R17 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, TREADWEAR 500, TRAÇÃO A, TEMPERATURA A, CONTRUÇÃO RADIAL, DESENHO SIMÉTRICO, SEM CÂMARA. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE, GOODYEAR/WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,FIRESTONE/DESTINATION H/T 112H.	GOODYEAR	WRANGLER FORTITUDE HT 112H SL,	8	795,1000
145	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1000-20. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	10.00-00	36	45,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60.2024- RODOKAS - PE 04.2024

Publicação Nº 6131254

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 60/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº *18.011.183/0001-06*, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sidnei José Willinghofer, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os municípios consorciados denominados **ORGÃOS PARTICIPANTES** relacionados no Anexo I deste Termo, RESOLVEM Registrar os Preços resultado do Processo Licitatório n. 10/2024, modalidade Pregão Eletrônico n. 04/2024 com a empresa: **RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Andrade Neves, 1215, Bairro Trianon, Guarapuava/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 53.389.965/0001-84, neste ato representada pelo Sr. Pedro Lucca Kasczuk, inscrito no CPF Nº ***.756.***-89, doravante denominado **FORNECEDOR,** para fornecimento dos itens, conforme descrição, marca e valor constantes do anexo I deste Termo, nas quantidades estimadas para cada Órgão Participante deste ajuste, sujeitando-se as partes ainda às determinações contidas no Edital que deu origem a presente Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO
1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE PNEUS E CORRELATOS**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, nas quantidades estimadas por cada órgão no anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO
2.1- A contratação para prestação do serviço será feita diretamente com o município solicitante, de acordo com sua necessidade.
2.2- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo de cada órgão participante, será de acordo com a tabela do anexo II, onde define o limite de cada órgão participante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA
3.1. – Os pneus deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de cada Órgão Participante, ou seja, fica a vencedora obrigada a fazer a entrega do material exatamente na quantidade que o município solicitar tendo em vista que o pregão é feito por unidade com vigência mínima de 12 (doze) meses, diretamente nos locais identificados dos Municípios participantes, em **horário comercial**, no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, após a autorização de fornecimento emitida e enviada pelo Órgão Participante via correio eletrônico (e-mail), diretamente ao fornecedor.

3.2. A responsabilidade de conferir o material no momento da entrega a fim de verificar se atende as condições do edital é inteiramente do Órgão Participante, que deverá designar servidor para recebimento, conferência e destinação final dos pneus e correlatos.

3.3. Não serão aceitos pneus que não estejam em conformidade com as normas técnicas da ABNT, tipo remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento, mesmo que preencham a descrição do objeto, ou seja, somente pneus novos de primeira linha que estão em conformidade à PORTARIA Nº 379, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021 e demais exigências deste Edital e anexos.

3.4. No ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal a empresa deverá entregar o CERTIFICADO DE GARANTIA DOS PNEUS.

3.5. Quanto a garantia dos produtos, os pneus deverão ter prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.6. As câmaras e protetor de pneu deverão ter prazo de garantia de no mínimo 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

3.7. Os produtos/materiais a serem entregues deverão possuir prazo de fabricação igual ou inferior a 01 (um) ano da data de entrega destes, os quais serão conferidos pelo responsável técnico de cada órgão participante.

3.8. A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo de Referência pelo prazo disposto, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

3.9. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS
4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento total dos itens solicitados, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR quando solicitado:
a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
c) fornecer os produtos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;
d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos;
e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante indicados na autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE
6.1. Fazer o acompanhamento e fiscalização na estrega do material.
6.2. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
6.3. Fazer o pagamento à empresa fornecedora de acordo com edital.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções conforme art. 156 da Lei 14.133/2021:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS
8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
8.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
9.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razão de interesse público; ou
b) A pedido do fornecedor.
9.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024/2025 dos respectivos órgãos participantes.
10.1.1 – O Órgão Participante quando da contratação (Nota de Empenho), especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo de Licitação n° 10/2024- CIGAMERIOS, Pregão Eletrônico nº 04/2024 – CIGAMERIOS, realizado pelo Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Órgão Gerenciador, atendendo a previsão legal estabelecida no Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios participantes, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa firmado entre Órgão Gerenciador e Órgãos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12(dose) meses** a contar da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omisso, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital de Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

13.2- As partes se comprometem a agir em conformidade com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1 – É competente o foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços com seus anexos I e II, que são partes indissociáveis em 1(uma) via, para os devidos fins e efeitos legais, sendo, da mesma forma, postado na página oficial do CIGAMERIOS para obtenção de cópia.

Maravilha (SC), 20 de junho de 2024.

Sidnei José Willinghofer
Presidente do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA
Pedro Lucca Kasczuk

Francisco Valdecí de Almeida
Coordenador Técnico Administrativo do CIGAMERIOS
Órgão Gerenciador

Poliana Patrícia Kittel Grunitzky
Pregoeira do CIGAMERIOS Resolução nº 06/2024
Órgão Gerenciador

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

ANEXO I

TOTAL DA EMPRESA FORNECEDORA

A EMPRESA **RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Andrade Neves, 1215, Bairro Trianon, Guarapuava/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 53.389.965/0001-84. E-mail: rodokaslicitacao@gmail.com, Telefone: (42) 3422-6545, ASSUME COMPROMISSO EM FORNECER PNEUS E CORRELATOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN	TOTAL
1	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA 12-R 16.5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	89	103,4000	9.202,6000
2	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 10/16,5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1616	TORTUGA	TR15	26	67,5000	1.755,0000
3	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	994	93,4000	92.839,6000
4	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12-16.5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15-AG1916	TORTUGA	TR15	94	103,4000	9.719,6000
10	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	223	224,0000	49.952,0000
13	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	426	288,8000	123.028,8000
14	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	50	435,9000	21.795,0000
15	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-30 (PARA USO NO PNEU BALÃO). MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 218- AG3530	TORTUGA	FE222	28	224,0000	6.272,0000
17	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 295/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	264	127,0000	33.528,0000
18	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	156	60,0000	9.360,0000
20	UNIDADE	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITAVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC139	140	67,3700	9.431,8000
32	UNIDADE	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	134	1.800,0000	241.200,0000
35	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4.	FORERUNNER	R4	17	1.085,5400	18.454,1800
37	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVECIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA	FORERUNNER	R4	29	1.085,5400	31.480,6600

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FURERUNNER/R-4 TUBELESS, FIRESTONE/SUPER TRAC LOADER, GOODYEAR/SURE GRIP LUG.					
38	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG, FIRESTON/SUPER TRAC LOADER I-3, FORERUNNER/R-4 TUBELESS, PIRELLI/PN12	FORERUNNER	R4	9	1.084,5400	9.760,8600
39	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4	FORERUNNER	R4	35	1.099,2100	38.472,3500
41	UNIDADE	PNEU 1300-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ROLO COMPACTADOR - MODELO C-1). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/COMPACTADOR C-1	FIRESTONE	COMPACTADOR C1	8	4.148,0000	33.184,0000
50	UNIDADE	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E	PETLAS	NB57 E3	54	5.996,0000	323.784,0000
58	UNIDADE	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/SRG LOADER DOZER L-3, GOODYEAR/ HRL S/L3A, PIRELLI/L-3 RM99-L	FIRESTONE	SRG LOADER L3	46	5.264,3300	242.159,1800
63	UNIDADE	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.	GOODYEAR	EDGE SUV	92	335,0500	30.824,6000
72	UNIDADE	PNEU 185/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TORNEL	AMERICA SELECT	86	304,8000	26.212,8000
75	UNIDADE	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	54	2.440,0000	131.760,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.					
76	UNIDADE	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	72	2.268,0000	163.296,0000
78	UNIDADE	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.	FIRESTONE	F700	100	320,5000	32.050,0000
86	UNIDADE	PNEU 205/50R17, CARACTERISTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 93, ÍNDICE DE VELOCIDADE: W - 270 KM/H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: 93W TURANZA T005 BRIDGESTONE , XLCINTURATO P7 PIRELLI	BRIDGESTONE	TURANZA T005	48	530,0000	25.440,0000
103	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	140	1.239,0000	173.460,0000
104	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814	172	1.260,0000	216.720,0000
111	UNIDADE	PNEU 23.1-26 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION23 R-1	FIRESTONE	SUPER ALL TRAC	22	6.016,0000	132.352,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		12PR SC C/41,7MM CARGA: 3615KG, PIRELLI/14R-1 MB39 C/41MM CARGA: 6650KG.					
115	UNIDADE	PNEU 235/75R17,5 NOVO. CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 12 LONAS, DIRECIONAL E TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DE SULCO DE NO MÍNIMO 13,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: M814 132/130M 14LONAS S/C C/14,6 MM BRIDGESTONE, GOODYEAR/REGIONAL RHS.	BRIDGESTONE	M814	44	1.367,0000	60.148,0000
131	UNIDADE	PNEU 400/60-15.5, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 14 LONAS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CEAT	T422 VALUE PRO	12	963,5000	11.562,0000
134	UNIDADE	PNEU 7,50R18, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: LISO, COM 12 LONAS. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	SUPERGUIDER	F2 QH621	10	695,9700	6.959,7000
146	UNIDADE	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1300-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	15	86,7000	1.300,5000
147	UNIDADE	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	381	85,8000	32.689,8000

2. Durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preço, do total da estimativa de consumo estabelecida na tabela do anexo I desta Termo, fica reservada e poderá ser adquirida pelos seguintes Órgãos Participantes:

Órgão Participante: MUNICÍPIO BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	40	93,4000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	10	288,8000
14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	4	435,9000
15	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-30 (PARA USO NO PNEU BALÃO). MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 218- AG3530	TORTUGA	FE222	4	224,0000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	12	1.800,0000
50	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E	PETLAS	NB57 E3	4	5.996,0000
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL:	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	6	2.268,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.				
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	4	1.239,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814	4	1.260,0000
111	UN	PNEU 23.1-26 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION23 R-1 12PR SC C/41,7MM CARGA: 3615KG, PIRELLI/14R-1 MB39 C/41MM CARGA: 6650KG.	FIRESTONE	SUPER ALL TRAC	2	6.016,0000
131	UN	PNEU 400/60-15.5, CATACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 14 LONAS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CEAT	T422 VALUE PRO	12	963,5000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	20	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na Rua dos Imigrante, nº 499, Centro, na cidade de Caibi, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
4	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12-16.5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	50	103,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	80	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	20	288,8000
17	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 295/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	50	127,0000
58	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/SRG LOADER DOZER L-3, GOODYEAR/ HRL S/L3A, PIRELLI/L-3 RM99-L	FIRESTONE	SRG LOADER L3	4	5.264,3300
75	UN	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	4	2.440,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		(RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.				
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	50	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Primeiro de Maio, nº 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
1	UN	CÂMARA DE AR NOVA 12-R 16.5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	10	103,4000
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	10	93,4000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	4	288,8000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	10	1.800,0000
50	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E	PETLAS	NB57 E3	18	5.996,0000
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	30	1.239,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814	40	1.260,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	10	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, nº 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
1	UN	CÂMARA DE AR NOVA 12-R 16.5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	14	103,4000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

2	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 10/16,5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1616	TORTUGA	TR15	6	67,5000
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	8	93,4000
4	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12-16.5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	16	103,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	26	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	35	288,8000
14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	8	435,9000
15	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-30 (PARA USO NO PNEU BALÃO). MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 218- AG3530	TORTUGA	FE222	2	224,0000
35	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4.	FORERUNNER	R4	6	1.085,5400
63	UN	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.	GOODYEAR	EDGE SUV	10	335,0500
75	UN	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	16	2.440,0000
78	UN	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.	FIRESTONE	F700	8	320,5000
86	UN	PNEU 205/50R17, CARACTERISTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 93, ÍNDICE DE VELOCIDADE: W - 270 KM/H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: 93W TURANZA T005 BRIDGESTONE , XLCINTURATO P7 PIRELLI	BRIDGESTONE	TURANZA T005	20	530,0000
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	2	1.239,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO	BRIDGESTONE	M814	2	1.260,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.				
134	UN	PNEU 7,50R18, NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: LISO, COM 12 LONAS. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	SUPERGUIDER	F2 QH621	10	695,9700

Órgão Participante: MUNICÍPIO CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro , nº 450, Centro, na cidade de Cunhataí, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	10	288,8000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	16	1.800,0000
72	UN	PNEU 185/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TORNEL	AMERICA SELECT	12	304,8000
75	UN	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	8	2.440,0000
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	8	2.268,0000
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	20	1.239,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS	BRIDGESTONE	M814	20	1.260,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.				
111	UN	PNEU 23.1-26 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION23 R-1 12PR SC C/41,7MM CARGA: 3615KG, PIRELLI/14R-1 MB39 C/41MM CARGA: 6650KG.	FIRESTONE	SUPER ALL TRAC	12	6.016,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	30	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, nº 696, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	75	93,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	15	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	8	288,8000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	20	60,0000
20	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITAVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC139	10	67,3700
35	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4.	FORERUNNER	R4	5	1.085,5400
37	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVECIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FURERUNNER/R-4 TUBELESS, FIRESTONE/SUPER TRAC LOADER, GOODYEAR/SURE GRIP LUG.	FORERUNNER	R4	5	1.085,5400
38	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG, FIRESTON/SUPER TRAC LOADER I-3, FORERUNNER/R-4 TUBELESS, PIRELLI/PN12	FORERUNNER	R4	5	1.084,5400
39	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4	FORERUNNER	R4	5	1.099,2100
41	UN	PNEU 1300-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ROLO COMPACTADOR - MODELO C-1). MARCA	FIRESTONE	COMPACTADOR C1	4	4.148,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ACEITÁVEL: FIRESTONE/COMPACTADOR C-1				
50	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E	PETLAS	NB57 E3	4	5.996,0000
63	UN	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.	GOODYEAR	EDGE SUV	10	335,0500
72	UN	PNEU 185/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TORNEL	AMERICA SELECT	12	304,8000
75	UN	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	4	2.440,0000
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	4	2.268,0000
78	UN	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.	FIRESTONE	F700	8	320,5000
86	UN	PNEU 205/50R17, CARACTERISTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 93, ÍNDICE DE VELOCIDADE: W - 270 KM/H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: 93W TURANZA T005 BRIDGESTONE , XLCINTURATO P7 PIRELLI	BRIDGESTONE	TURANZA T005	8	530,0000
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	4	1.239,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814	4	1.260,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	20	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	300	93,4000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	10	288,8000
14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	2	435,9000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	30	60,0000
20	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITAVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC139	50	67,3700
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	10	1.800,0000
35	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4.	FORERUNNER	R4	6	1.085,5400
50	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E	PETLAS	NB57 E3	8	5.996,0000
63	UN	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.	GOODYEAR	EDGE SUV	20	335,0500
72	UN	PNEU 185/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TORNEL	AMERICA SELECT	20	304,8000
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	6	2.268,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.				
115	UN	PNEU 235/75R17,5 NOVO. CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 12 LONAS, DIRECIONAL E TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DE SULCO DE NO MÍNIMO 13,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: M814 132/130M 14LONAS S/C C/14,6 MM BRIDGESTONE, GOODYEAR/REGIONAL RHS.	BRIDGESTONE	M814	4	1.367,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	50	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MARAVILHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.190/0001-72, com sede na Av. Euclides da Cunha , nº 60, Centro, na cidade de Maravilha, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	65	93,4000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	12	288,8000
15	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-30 (PARA USO NO PNEU BALÃO). MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 218- AG3530	TORTUGA	FE222	8	224,0000
17	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 295/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	24	127,0000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	12	60,0000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	12	1.800,0000
39	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4	FORERUNNER	R4	12	1.099,2100
72	UN	PNEU 185/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TORNEL	AMERICA SELECT	8	304,8000
75	UN	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	12	2.440,0000
78	UN	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG,	FIRESTONE	F700	12	320,5000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.				
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	12	1.239,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814	6	1.260,0000
115	UN	PNEU 235/75R17,5 NOVO. CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 12 LONAS, DIRECIONAL E TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DE SULCO DE NO MÍNIMO 13,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: M814 132/130M 14LONAS S/C C/14,6 MM BRIDGESTONE, GOODYEAR/REGIONAL RHS.	BRIDGESTONE	M814	4	1.367,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	30	93,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	10	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	10	288,8000
14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	6	435,9000
17	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 295/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	60	127,0000
20	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITAVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC139	10	67,3700
41	UN	PNEU 1300-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 8 LONAS, LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (ROLO COMPACTADOR - MODELO C-1). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/COMPACTADOR C-1	FIRESTONE	COMPACTADOR C1	4	4.148,0000
58	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E	FIRESTONE	SRG LOADER L3	12	5.264,3300

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		CARREGADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/SRG LOADER DOZER L-3, GOODYEAR/ HRL S/L3A, PIRELLI/L-3 RM99-L				
63	UN	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.	GOODYEAR	EDGE SUV	12	335,0500
75	UN	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	6	2.440,0000
78	UN	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.	FIRESTONE	F700	10	320,5000
86	UN	PNEU 205/50R17, CARACTERISTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 93, ÍNDICE DE VELOCIDADE: W - 270 KM/H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: 93W TURANZA T005 BRIDGESTONE , XLCINTURATO P7 PIRELLI	BRIDGESTONE	TURANZA T005	4	530,0000
111	UN	PNEU 23.1-26 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION23 R-1 12PR SC C/41,7MM CARGA: 3615KG, PIRELLI/14R-1 MB39 C/41MM CARGA: 6650KG.	FIRESTONE	SUPER ALL TRAC	2	6.016,0000
115	UN	PNEU 235/75R17,5 NOVO. CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 12 LONAS, DIRECIONAL E TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DE SULCO DE NO MÍNIMO 13,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: M814 132/130M 14LONAS S/C C/14,6 MM BRIDGESTONE, GOODYEAR/REGIONAL RHS.	BRIDGESTONE	M814	16	1.367,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	30	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO PALMITOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85361863000147, com sede na Rua Independência , nº 100, Centro, na cidade de Palmitos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
1	UN	CÂMARA DE AR NOVA 12-R 16.5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	20	103,4000
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	126	93,4000
4	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12-16.5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	10	103,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	20	224,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	20	288,8000
14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	10	435,9000
17	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 295/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	50	127,0000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	20	60,0000
20	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITAVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC139	60	67,3700
63	UN	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.	GOODYEAR	EDGE SUV	8	335,0500
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	8	2.268,0000
146	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1300-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	15	86,7000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	15	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, na cidade de Riqueza, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	36	93,4000
4	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 12-16.5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	18	103,4000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	10	288,8000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	20	1.800,0000
37	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVECIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FURERUNNER/R-4 TUBELESS, FIRESTONE/SUPER TRAC LOADER, GOODYEAR/SURE GRIP LUG.	FORERUNNER	R4	6	1.085,5400
39	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4	FORERUNNER	R4	6	1.099,2100
63	UN	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS	GOODYEAR	EDGE SUV	12	335,0500

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.				
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	4	2.268,0000

Órgão Participante: MUNICÍPIO ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro , nº 242, Centro, na cidade de Romelândia, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
1	UN	CÂMARA DE AR NOVA 12-R 16.5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	20	103,4000
2	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 10/16,5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1616	TORTUGA	TR15	10	67,5000
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	30	93,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	20	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	10	288,8000
14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	10	435,9000
15	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-30 (PARA USO NO PNEU BALÃO). MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 218- AG3530	TORTUGA	FE222	6	224,0000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	20	60,0000
39	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4	FORERUNNER	R4	2	1.099,2100
78	UN	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.	FIRESTONE	F700	30	320,5000
86	UN	PNEU 205/50R17, CARACTERISTICAS MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 93, ÍNDICE DE VELOCIDADE: W - 270 KM/H, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: 93W TURANZA T005 BRIDGESTONE , XLCINTURATO P7 PIRELLI	BRIDGESTONE	TURANZA T005	16	530,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS).	BRIDGESTONE	M814	40	1.260,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.				
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	40	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Alvaro Costa, nº 545, Centro, na cidade de Saltinho, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	30	93,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	20	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	50	288,8000
14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	6	435,9000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	20	60,0000
37	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVECIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FURERUNNER/R-4 TUBELESS, FIRESTONE/SUPER TRAC LOADER, GOODYEAR/SURE GRIP LUG.	FORERUNNER	R4	10	1.085,5400
58	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/SRG LOADER DOZER L-3, GOODYEAR/ HRL S/L3A, PIRELLI/L-3 RM99-L	FIRESTONE	SRG LOADER L3	4	5.264,3300
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	10	2.268,0000
111	UN	PNEU 23.1-26 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION23 R-1 12PR SC C/41,7MM CARGA: 3615KG, PIRELLI/14R-1 MB39 C/41MM CARGA: 6650KG.	FIRESTONE	SUPER ALL TRAC	2	6.016,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	50	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Av. Tancredo neves, nº 337, Centro, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
1	UN	CÂMARA DE AR NOVA 12-R 16.5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	15	103,4000
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	150	93,4000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	150	288,8000
17	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 295/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	60	127,0000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	30	60,0000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	2	1.800,0000
39	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4	FORERUNNER	R4	6	1.099,2100
72	UN	PNEU 185/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TORNEL	AMERICA SELECT	22	304,8000
78	UN	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.	FIRESTONE	F700	20	320,5000
115	UN	PNEU 235/75R17,5 NOVO. CARACTERISTICAS MINIMAS: COM 12 LONAS, DIRECIONAL E TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE DE SULCO DE NO MÍNIMO 13,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: M814 132/130M 14LONAS S/C C/14,6 MM BRIDGESTONE, GOODYEAR/REGIONAL RHS.	BRIDGESTONE	M814	20	1.367,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	10	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua Luis, nº 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	60	93,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	10	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	40	288,8000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	20	1.800,0000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

50	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E	PETLAS	NB57 E3	8	5.996,0000
58	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/SRG LOADER DOZER L-3, GOODYEAR/ HRL S/L3A, PIRELLI/L-3 RM99-L	FIRESTONE	SRG LOADER L3	6	5.264,3300
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	6	2.268,0000
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	20	1.239,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814	20	1.260,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	20	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, nº 279, Centro, na cidade de Saudades, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
1	UN	CÂMARA DE AR NOVA 12-R 16.5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1916	TORTUGA	TR15	10	103,4000
2	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 10/16,5.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 15- AG1616	TORTUGA	TR15	10	67,5000
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	10	93,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	10	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	15	288,8000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

14	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-26. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3926	TORTUGA	TR218	4	435,9000
15	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 23.1-30 (PARA USO NO PNEU BALÃO). MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR 218- AG3530	TORTUGA	FE222	8	224,0000
17	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 295/80R22,5. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR462	TORTUGA	TR462	20	127,0000
18	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 700-16. MARCA ACEITÁVEL:TORTUGA/TR460	TORTUGA	TR460	4	60,0000
20	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 900-20. MARCA ACEITAVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC139	10	67,3700
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	8	1.800,0000
37	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVECIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FURERUNNER/R-4 TUBELESS, FIRESTONE/SUPER TRAC LOADER, GOODYEAR/SURE GRIP LUG.	FORERUNNER	R4	4	1.085,5400
38	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/SURE GRIP LUG, FIRESTON/SUPER TRAC LOADER I-3, FORERUNNER/R-4 TUBELESS, PIRELLI/PN12	FORERUNNER	R4	4	1.084,5400
39	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, 26MM DE SULCO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FORERUNNER/R4	FORERUNNER	R4	4	1.099,2100
50	UN	PNEU 1400-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, E3, COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA MOTONIVELADORA). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/HRL 3A, PETLAS/NB57 E3, PIRELLI/RM95-E	PETLAS	NB57 E3	12	5.996,0000
58	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/SRG LOADER DOZER L-3, GOODYEAR/ HRL S/L3A, PIRELLI/L-3 RM99-L	FIRESTONE	SRG LOADER L3	8	5.264,3300
63	UN	PNEU 175/80R14 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 88 KG, INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (UTILITÁRIO).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/KELLY EDGE SUV, KELLY/EDGE SUV.	GOODYEAR	EDGE SUV	20	335,0500
72	UN	PNEU 185/70R13 NOVO, CARACTERISTICAS	TORNEL	AMERICA SELECT	12	304,8000

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 86 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	16	2.268,0000
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	12	1.239,0000
111	UN	PNEU 23.1-26 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/DYNA TORQUE III, FIRESTONE/SUPER ALL TRACTION23 R-1 12PR SC C/41,7MM CARGA: 3615KG, PIRELLI/14R-1 MB39 C/41MM CARGA: 6650KG.	FIRESTONE	SUPER ALL TRAC	4	6.016,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	20	85,8000

Órgão Participante: MUNICÍPIO TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Av. Felipe Baczinski, nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, SC.

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	QUANT.	R$ UN
3	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 1000-20.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TC 131, TC 131- QBOM.	QBOM	TC131	24	93,4000
10	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 17.5-25. MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR220-FE2725, TR 220- FVA.	TORTUGA	FE222	12	224,0000
13	UN	CÂMARA DE AR NOVA PARA PNEU 19.5-24.MARCA ACEITÁVEL: TORTUGA/TR218-AG3026	TORTUGA	TR218	12	288,8000
32	UN	PNEU 1000R20 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (DIRECIONAL - SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/G386 MDD, GOODYEAR/AMOR MAX MSS, FIRESTONE/T819.	FIRESTONE	T819	24	1.800,0000
37	UN	PNEU 12.5/80-18 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVECIONAL, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FURERUNNER/R-4 TUBELESS, FIRESTONE/SUPER TRAC LOADER, GOODYEAR/SURE GRIP LUG.	FORERUNNER	R4	4	1.085,5400
58	UN	PNEU 17.5-25 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE	FIRESTONE	SRG LOADER L3	12	5.264,3300

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS-CIGAMERIOS
CNPJ Nº 18.011.183/0001-06
Av. Euclides da Cunha, 160 – Centro
Maravilha – SC

		PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA). MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE/SRG LOADER DOZER L-3, GOODYEAR/ HRL S/L3A, PIRELLI/L-3 RM99-L				
75	UN	PNEU 19.5-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, SULCO 26,5MM, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI./TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	4	2.440,0000
76	UN	PNEU 19.5L-24 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (RETROESCAVADEIRA).MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/IT525, FIRESTONE/A.T. UTILITY R-4 S/C 12 C/26,6MM CARGA 3450KG, FORERUNNER/TUBELESS-HEAVY DUTTY R4 12 LONAS, PIRELLI/TL 12 PN12 C/30,5MM.	FORERUNNER	TUBELESS-HEAVY R4	4	2.268,0000
78	UN	PNEU 195/55R15 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA 85 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL:GOODYEAR/EAGLE SPORT, FIRESTONE/195/55R15 F-700 85H, GOODYEAR/EFFICIENTGRIP PERF 85H SL.	FIRESTONE	F700	12	320,5000
103	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, DIRECIONAL (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (SERVICO MISTO). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/ARMOR MAX MSS 26/124K F LISO/MISTO C/14,0MM, PIRELLI/126/124K M+S FG:01 LISO/MISTO C/13,5MM.	PIRELLI	FG01	36	1.239,0000
104	UN	PNEU 215/75R17.5 NOVO, CARACTERISTICAS MINIMAS: TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 126 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (USO PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS). MARCA ACEITÁVEL: GOODYEAR/REGIONAL RHD 126/124L F BORRACHUDO/RODOV, C/14,9MM, BRIDGESTONE/M814 126/124M.	BRIDGESTONE	M814	36	1.260,0000
147	UN	PROTETOR NOVO, PARA PNEU 1400-24. MARCA ACEITÁVEL: SBN	SBN	R	16	85,8000

PRIMEIRA ATA DE AVALIAÇÃO - PRÉ-QUALIFICAÇÃO MATERIAL ODONTOLÓGICO- 02.2024

Publicação Nº 6131772

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS

CIGAMERIOS

PRIMEIRA ATA DE AVALIAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2024
CHAMADA PUBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS Nº 02/2024

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, se reuniram a comissão técnica de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS PARA FORMAÇÃO DE UM CADASTRO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICO E CORRELATOS**, constituída pela Resolução nº 04/2024, para avaliação das amostras, prospectos, fichas técnicas e demais documentos apresentados pelas empresas ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 06.194.440/0001-03 e ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI EPP, CNPJ: 13.547.970/0001-53, conforme previsto no edital. Primeiramente foram avaliadas as amostras da empresa ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 06.194.440/0001-03, estas foram avaliados de acordo com o previsto no edital, após análise das amostras, a comissão resolve:

LOTE	ITEM	UN	FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS	MARCAS ACEITÁVEIS	MARCAS RECUSADA
4	AFASTADOR FARABEUT ADULTO 12CM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
14	ALAVANCA POTTS (DIREITA) FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
15	ALAVANCA POTTS (ESQUERDA) FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
16	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO # 2-CABO OCO. ADULTO. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
17	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO # 2-CABO OCO. INFANTIL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
18	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1L-CABO OCO. ADULTO. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
19	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1L-CABO OCO. INFANTIL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
20	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1R-CABO OCO. ADULTO. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
21	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1R-CABO OCO. INFANTIL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
22	ALGINATO COMPRESSA A REGULAR, AROMA MENTA PARA IMPRESSÕES, REFIL COM 454 G ALGINATO TIPO I: PRESA RÁPIDA, PARA IMPRESSÕES; SABOR: TUTTI-FRUTTI; GRANDE ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO; MUDA DE COR UMA ÚNICA VEZ; EXCELENTE COMPATIBILIDADE COM GESSO ODONTOLÓGICO. APRESENTAR AMOSTRA	REFIL 454 G	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY JELTRATE PLUS	
23	ALGINATO DE PRESSA EXTRA RÁPIDA, PARA IMPRESSÕES ORTODÔNTICAS, REFIL COM 500GM, ALTA ELASTICIDADE:	REFIL 500 G	AMOSTRA FÍSICA	ZHERMACK ORTHOPRINT	

	PERMITE QUE O MATERIAL RETORNE À SUA FORMA ORIGINAL. ALTA RESISTÊNCIA AO RASGO: REDUZ O RASGO DE RASGO DA IMPRESSÃO QUANDO É REMOVIDO DE BOCA DO PACIENTE. TEMPO DE TRABALHO: 1 MINUTO E 5 SEGUNDOS, CONSIDERANDO TEMPERATURA DA ÁGUA EM 23ºC. TEMPO PARA PRESA (NA BOCA DO PACIENTE): 45 SEGUNDOS. TIXOTRÓPICO. AROMA DE BAUNILHA, AGRADÁVEL PARA PACIENTES ODONTOPEDIÁTRICOS. COR AMARELA. LIVRE DE POEIRA. EMBALADO EM ATMOSFERA MODIFICADA. GARANTIA DE 5 ANOS; REGISTRO ANVISA . APRESENTAR AMOSTRA				
27	ALVEOLÓTOMO 16 CM, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
28	ALVEOLOTOMO CURVO 16 CM, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
29	AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO DIGITAL. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TAMPA PROTETORA EM ACRÍLICO QUE POSSIBILITE A VISUALIZAÇÃO. TEMPORIZADOR COM ESCALA DE 1 A 99 SEGUNDOS, CONSERVA O TEMPO PRÉ-DETERMINADO PARA UMA NOVA OPERAÇÃO. SISTEMA DE SEGURANÇA INTERROMPENDO O FUNCIONAMENTO CASO A TAMPA SEJA ABERTA ACIDENTALMENTE. GARFO METÁLICO COM SISTEMA UNIVERSAL, COMPATÍVEL COM TODOS OS TIPOS DE CÁPSULAS DE AMALGAMA E CÁPSULAS COM ÊMBOLOS (IONÔMEROS DE VIDRO). EMITE BIPS DE ADVERTÊNCIA SE A TAMPA ESTIVER ABERTA. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. SELEÇÃO DE BAIXA E ALTA VELOCIDADE. CORPO INJETADO EM ABS. BIELA DE TRANSMISSÃO COM ROLAMENTO DE DUPLA BLINDAGEM. SISTEMA DE AMORTECEDORES, ANULANDO AS VIBRAÇÕES TRANSMITIDAS PELA FREQUÊNCIA DA ASTE. BASE ABS COM APOIOS EMBORRACHADOS. TEMPORIZADOR ELETRÔNICO DIGITAL MICROPROCESSADO. POTÊNCIA DO MOTOR 35W. FREQUÊNCIA DO MOTOR 50/60HZ. GARANTIA DE 12 MESES DO RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL. APRESENTAR AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	SCHUSTER VIBRAMAT CAPSULAR SPEED II	
30	APARELHO ODONTOLÓGICO CONJUGADO DE ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO PARA PROFILAXIA DO CÁLCULO E JATO DE BICARBONATO DE SÓDIO PARA REMOÇÃO DO BIOFILME NÃO MINERALIZADO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TECLA	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	SCHUSTER JETLAX SONIC BP II LED	

	SELETORA DE FUNÇÕES COM MÍNIMO 3 OPÇÕES PROGRAMÁVEIS. RECIPIENTE PARA BICARBONATO. RESERVATÓRIO DE ÁGUA REMOVÍVEL E TRANSPARENTE. POSSUI 2 CAPAS PROTETORAS DO TRANSDUTOR: REMOVÍVEIS E AUTOCLAVÁVEIS. BOMBA PERISTÁLTICA COM REGULAGEM DE FLUXO E POSSIBILIDADE DE USO DE DIVERSOS LÍQUIDOS IRRIGANTES. BOMBA PERISTÁLTICA, TRANSDUTOR DO ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO ATRAVÉS DE PASTILHAS CERÂMICAS COM FREQUÊNCIA DA ULTRASSOM DE MÍN. 24.000HZ E MÁX. 30.000HZ, COM A MESMA AMPLITUDE E FREQUÊNCIA. POTÊNCIA: 60 VA. FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA. PEDAL ÚNICO DE COMANDO PARA ACIONAMENTO TANTO PARA ULTRASSOM QUANTO PARA O JATO DE BICARBONATO. PEÇA DE MÃO REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL. DEVE POSSUIR SISTEMA DE INTERRUPÇÃO DO JATO PARA EVITAR O ENTUPIMENTO NAS VÁLVULAS. DESPRESSURIZAÇÃO INTERNA. RESERVATÓRIO DE LIQUIDO IRRIGANTE ACOPLADO E REMOVÍVEL. CAPACIDADE DE LÍQUIDO (RESERVATÓRIO BOMBA PERISTÁLTICA) MIN.1 LITRO. RESERVATÓRIO DE BICARBONATO COM CAPACIDADE MIN. 20G E MÁX. E 40G. CORPO CONFECCIONADO EM ABS. REGISTRO NA ANVISA. GARANTIA DE 12 MESES DO RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL. APRESENTAR AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.				
31	AUTOCLAVE 21L. SISTEMA DIGITAL COM DISPLAY DE LCD. MÍNIMO 6 PROGRAMAS DE ESTERILIZAÇÃO. CAPACIDADE: 21 LITROS. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. DESACELERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA. TAMPA E CÂMARA EM AÇO INOX. ACOMPANHA 3 BANDEJAS, E POSSUI ESPAÇO PARA 4 BANDEJAS. SECAGEM ULTRA EFICIENTE. MÍNIMO 27 PROGRAMAS DE SEGURANÇA. SECAGEM ULTRA EFICIENTE COM PORTA FECHADA. MÍNIMO 2 ANOS DE GARANTIA. REGISTRO NA ANVISA. APRESENTAR AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	CRISTÓFOLI VITALE CLASS CD	
32	AUTOCLAVE 54L. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. ACOMPANHA 3 BANDEJAS, E POSSUI ESPAÇO PARA 4 BANDEJAS. MÍNIMO 6 PROGRAMAS DE ESTERILIZAÇÃO. CÂMARA EM AÇO INOX. MÍNIMO 26 PROGRAMAS DE SEGURANÇA. PORTA COM SISTEMA DE ABERTURA E TRAVAMENTO MOTORIZADOS. ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE POR MEIO DA PORTA USB. SECAGEM ULTRA EFICIENTE COM PORTA FECHADA. MÍNIMO	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	CRISTÓFOLI VITALE 54 L	

	2 ANOS DE GARANTIA. REGISTRO NA ANVISA. APRESENTAR AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.				
35	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX DE 0,05X5MMX50CM (ROLO) - APRESENTAR AMOSTRA PARA ANÁLISE DE RESISTÊNCIA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MICRODONT	
36	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX DE 0,05X7MMX50CM (ROLO) - APRESENTAR AMOSTRA PARA ANÁLISE DE RESISTÊNCIA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MICRODONT	
37	BARREIRA GENGIVAL DE RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. NÃO IRRITA A OS TECIDOS GENGIVAIS. POSSUI VISCOSIDADE E TIXOTROPIA ADEQUADOS PARA PERMITIR FÁCIL E PERFEITA COBERTURA DOS TECIDOS MOLES, SEM ESCORRER PARA REGIÕES INDESEJÁVEIS. EXCELENTE PODER DE VEDAÇÃO. ADERÊNCIA MÍNIMA E PERFEITA SOBRE A GENGIVA. NÃO SOLTA DA GENGIVA A MENOS QUE FORÇADA. SAI POR INTEIRO NO MOMENTO DE RETIRÁ-LO. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	FGM	
39	KIT DE CONDENSAÇÃO. BISNAGA DE 120G DE PERFIL FLUIDO LIGHT BODY + BISNAGA DE 50G DE CATALIZADOR. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	VIGODENT PERFIL	
41	BROCA ALTA ROTAÇÃO ENDO Z – CURTA. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MICRODONT	
42	BROCA ALTA ROTAÇÃO ENDO Z – LONGA. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MICRODONT	
44	BROCA CARBIDE CIRURGICA Nº02. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
45	BROCA CARBIDE CIRURGICA Nº04. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
46	BROCA CARBIDE CIRURGICA Nº08 HASTE LONGA. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
47	BROCA CARBIDE FG Nº 3 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
48	BROCA CARBIDE FG Nº1/2 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
49	BROCA CARBIDE FG Nº1/4 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
50	BROCA CARBIDE FG Nº2 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
51	BROCA CARBIDE FG Nº4 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
53	BROCA CARBIDE FG Nº6 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
54	BROCA CARBIDE FG Nº6 PARA ALTA ROTAÇÃO HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	

55	BROCA CARBIDE FG Nº8 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
62	BROCA CARBIDE N°702 HL PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
65	BROCA CARBIDE N°703 HL PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
69	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 01. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
70	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 02. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
71	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 02 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
72	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 03. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
73	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 03 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
74	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 04. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
75	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 04 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
76	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 05. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
77	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 05 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
78	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 06. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
79	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 06 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
80	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 07. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
81	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 07 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
82	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 08. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
83	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 08 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
84	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº ¼, AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
85	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº ½ HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	

93	BROCA Nº245 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
94	BROCA Nº329 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
95	BROCA Nº330 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KAVO KERR	
100	BROCAS LARGO PEESO Nº1 PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
101	BROCAS LARGO PEESO Nº2 PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
102	BROCAS LARGO PEESO Nº3 PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM (AÇO INOXIDÁVEL). AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
103	BROCAS LARGO PEESO Nº4 PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
104	BROCAS LARGO PEESO Nº5 PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
105	BROCAS LARGO PEESO Nº6 PARA BAIXA ROTAÇÃO 32MM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY SIRONA	
106	BROCAS PARA PEÇA RETA CARBIDE CILÍNDRICAS N°703. EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, INOXIDÁVEL ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	JET	
107	BROCAS PARA PEÇA RETA CARBIDE CILÍNDRICAS N°704. EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, INOXIDÁVEL ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	JET	
108	BROCAS PARA PEÇA RETA CARBIDE ESFÉRICAS Nº 06. EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, INOXIDÁVEL ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	JET	
109	BROCAS PARA PEÇA RETA CARBIDE ESFÉRICAS Nº 08. EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, INOXIDÁVEL ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	JET	
110	BROCAS PARA PEÇA RETA CARBIDE ESFÉRICAS Nº 10. EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, INOXIDÁVEL ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	JET	
114	CABO PARA ESPELHO BUCAL SEXTAVADO EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA TESTE COM ESPELHO. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
115	CALCADOR DE HOLLEMBACK PARA AMÁLGAMA N°01. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
116	CALCADOR DE HOLLEMBACK PARA AMÁLGAMA N°02. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
117	CALCADOR DE HOLLEMBACK PARA AMÁLGAMA N°04. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
118	CALCADOR DE HOLLEMBACK PARA AMÁLGAMA N°06. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

119	CALCADOR DE PAIVA Nº 01 PONTA LONGA E FINA. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
120	CALCADOR DE PAIVA Nº 02 PONTA LONGA E FINA. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
121	CALCADOR DE PAIVA Nº 03 PONTA LONGA E FINA. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
122	CALCADOR DE WARD PARA AMÁLGAMA N°01. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
123	CALCADOR DE WARD PARA AMÁLGAMA N°02. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
124	CALCADOR DE WARD PARA AMÁLGAMA N°03. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
125	CALCADOR DE WARD PARA AMÁLGAMA N°05. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
127	CÁPSULA PARA AMALGAMADOR COM 1 PORÇÃO. PRESA REGULAR. COMPOSIÇÃO: 40% DE PRATA, 31,3% DE ESTANHO, 28,7% DE COBRE E 47,9% DE MERCÚRIO. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	SDI GS80	
128	CÁPSULA PARA AMALGAMADOR COM 2 PORÇÕES. PRESA REGULAR. COMPOSIÇÃO: 40% DE PRATA, 31,3% DE ESTANHO, 28,7% DE COBRE E 47,9% DE MERCÚRIO. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	SDI GS80	
129	CIMENTO CIRÚRGICO SEM EUGENOL (CAIXA COM UMA BISNAGA COM 90GM DE BASE + 1 BISNAGA COM 90GM DE ACELERADOR). NÃO LIBERA CALOR. NÃO CONTÉM EUGENOL, SABOR OU ODOR DESAGRADÁVEL. NÃO OFERECE NENHUM DESCONFORTO AO PACIENTE E OFERECE PROTEÇÃO COMPROVADA PARA CASOS CIRÚRGICOS. DUREZA RESILIENTE, RESISTE À FRATURAS OU RUPTURAS. EXCELENTE PARA ADAPTAR FIOS DE TODOS OS TAMANHOS E ESPESSURAS. SUA SUPERFÍCIE TEM TEXTURA MACIA E PERMITE A APLICAÇÃO DO PRODUTO RENTE AOS DENTES E A GENGIVA PROTEGENDO O LOCAL TRAUMATIZADO. (VALIDADE ESTENDIDA 2 ANOS). APRESENTAR AMOSTRA E BULA PARA CONFERÊNCIA .	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAQUIRA PERICEM	
132	CIMENTO ENDODÔNTICO (CONJ. PO 12GM +LIQ 10ML). APRESENTA BOA TOLERÂNCIA PELOS TECIDOS APICAIS, RADIOPACIDADE E IMPERMEABILIDADE. POSSUI FINA GRANULAÇÃO, PROPORCIONANDO UMA MISTURA HOMOGÊNEA E UM PERFEITO ESCOAMENTO. CIMENTO ENDODÕNTICO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL. COMPOSIÇÃO PÓ: ÓXIDO DE ZINCO, RESINA HIDROGENADA, SUBCARBONATO DE BISMUTO, SULFATO DE BÁRIO E	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTPLSY ENDOFIIL	

	BOARIO EBORATO DE SÓDIO ENDOFIL LIQUIDO: EUGENOL, ÓLEO DEAMENDOAS E BHT. TEMPO DE PRESA 20 MINUTOS. APRESENTAR AMOSTRA				
133	CIMENTO ENDODÔNTICO A BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO KIT COM UM FRASCO PÓ 8G + 1 TUBO DE RESINA 9G. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SEALER 26	
135	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO – KIT COM PÓ E LIQUIDO – AUTOPOLIMERIZÁVEL. ADESÃO AO ESMALTE E A DENTINA, DISPENSA. DEVIDO À SUA COMPOSIÇÃO, APRESENTA BOA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, ESTABILIDADE DE COR E TRANSLUCIDEZ ADEQUADA A UM MATERIAL ESTÉTICO RESTAURADOR. ALTA LIBERAÇÃO DE FLÚOR E O EQUILÍBRIO DO PH AUXILIAM NA PROFILAXIA DENTAL. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		FGM MAQUIRA- não tem boa consistência, fica esfarelado, não tem boa aderência.
136	CINZEL DE OCHSENBEIN Nº01 INOX. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/ GOLGRAN	
139	CONDENSADOR DE GUTA PERCHA MCSPADDEN #55,25MM (AÇO INOXIDÁVEL) APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY	
140	CONDENSADOR DE GUTA PERCHA MCSPADDEN #70,25MM (AÇO INOXIDÁVEL) APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY	
141	CONDENSADOR DE GUTA PERCHA MCSPADDEN#60, 25 MM (AÇO INOXIDÁVEL) APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MAILLEFER/ DENTSPLAY	
143	CONTRA ÂNGULO ODONTOLÓGICO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SISTEMA PUSH BUTTON. ROTAÇÃO MÍNIMO DE 5.000 RPM E MÁXIMO DE 20.000 RPM. SISTEMA DE FIXAÇÃO DA BROCA ATRAVÉS DE TRAVA. SPRAY ÚNICO EXTERNO. CORPO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO. PESO MÁXIMO 43G. BAIXO NÍVEL DE RUIDO E VIBRAÇÃO. MÍNIMO DE 5.000 RPM E MÁXIMO DE 20.000 RPM. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. GARANTIA MÍNIMA DE 12(DOZE) MESES. REGISTRO ANVISA. AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	SCHUSTER T20	
144	CUBA DE ULTRASSOM. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TANQUE CONSTRUÍDO COM CUBA DE INOX COM CAPACIDADE TOTAL DE 2,50 LITROS. TAMPA VISUALIZADORA REMOVÍVEL E TRANSPARENTE. MÍNIMO 5 CICLOS DE LIMPEZA. OPÇÃO DE AQUECIMENTO. VISOR DIGITAL LCD OU LED COM INDICAÇÃO DE TEMPO DE FUNCIONAMENTO. AJUSTE DE DIFERENTES TEMPOS DE FUNCIONAMENTO. FREQUÊNCIA 50/60 HZ. FREQUÊNCIA ULTRASSÔNICA: 42 KHZ. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. REGISTRO NA ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. AMOSTRA ATRAVÉS	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	CRISTÓFOLI	

	DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.				
152	CURETA DE LUCAS #85 COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM			GOLGRAN	
153	CURETA DE LUCAS #87 COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM			GOLGRAN	
175	DESTILADOR DE ÁGUA PORTÁTIL. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE DE 04 LITROS. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO QUANDO ACABAR A ÁGUA DO RESERVATÓRIO. TEMPO PARA DESTILAR 150 ML DE ÁGUA: 19 MINUTOS. TEMPO PARA DESTILAR 300 ML DE ÁGUA: 37 MINUTOS. TEMPO DE DESTILAÇÃO DE 4 HORAS PARA DESTILAR 4LITROS(MÉDIA DE 600ML/HORA). ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	CRISTÓFOLI	
177	DISCO DE FELTRO PARA POLIMENTO DE RESINA COM 24 UN + MANDRIL. SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO NO MANDRIL 8 A 12MM. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	FGM DIAMOND FLEX	
181	DISCOS DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES COM GRANULAÇÃO FINA, MÉDIA E GROSSA COM MANDRIL DE PRESSÃO. EMBALAGEM COM 120 DISCOS SORTIDOS. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALISAR GRANULAÇÃO.	EMBALAGEM COM 120 DISCOS	AMOSTRA FÍSICA	3M	
187	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS DE NYLON EXTRA MACIA, COM NO MÍNIMO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA DE ACORDO COM A PORTARIA N°97 DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (COM PROTEÇÃO DE CERDAS) APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MEDFIO	
188	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON EXTRA MACIA, COM NO MÍNIMO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, CABO TEXTURIZADO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA		MEDFIO- Não tem cabo texturizado.

	ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA DE ACORDO COM A PORTARIA N°97 DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (COM PROTEÇÃO DE CERDAS) APRESENTAR AMOSTRA				
194	ESCULPIDOR HOLLEMBACK N°3S. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
197	ESPÁTULA DE TITÂNIO PARA INSERÇÃO DE RESINA COMPOSTA RESINA Nº 1/2 SUPRA FILL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIU/GOLGRAN -NÃO TEM NA LISTA VEIO AMOSTRA FÍSICA.	
209	ESPELHO BUCAL FRONT SURFACE APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	BARASCH	
212	EXTIRPA NERVOS N º 01- CABO BRANCO – CAIXA COM 10 UNIDADES APRESENTAR AMOSTRA	CAIXA 10 UN	AMOSTRA FÍSICA	MK LIFE	
213	EXTIRPA NERVOS N º 02- CABO AMARELO – CAIXA COM 10 UNIDADES APRESENTAR AMOSTRA	CAIXA 10 UN	AMOSTRA FÍSICA	MK LIFE	
214	EXTIRPA NERVOS N º 03- CABO VERMELHO – CAIXA COM 10 UNIDADES APRESENTAR AMOSTRA	CAIXA 10 UN	AMOSTRA FÍSICA	MK LIFE	
221	FITA ADESIVA HOSPITALAR DE PAPEL CRESPADO PARA AUTOCLAVE 19MM X 30. INDICADOR QUÍMICO TIPO 1 - ISO 11140-1. PARA IDENTIFICAÇÃO DOS PACOTES EMBALADOS COM TECIDO A SEREM ESTERILIZADOS EM PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. A VIRAGEM OCORRE EM LISTAS NEGRAS BEM IDENTIFICÁVEIS, APÓS SER UTILIZADA NAS ETAPAS DE ESTERILIZAÇÃO POR AUTOCLAVAGEM. MEDIDA: 19MMX30M. (VALIDADE ESTENDIDA, DOIS ANOS)- APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA		CIEX- não tem aderência para o processo de autoclavagem.
222	FÓRCEPS ADULTO Nº69. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
223	FÓRCEPS ADULTO Nº 1. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
224	FÓRCEPS ADULTO Nº150. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
225	FÓRCEPS ADULTO Nº151. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
226	FÓRCEPS ADULTO Nº16. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
227	FÓRCEPS ADULTO Nº17. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
228	FÓRCEPS ADULTO Nº18L. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
229	FÓRCEPS ADULTO Nº18R. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
230	FÓRCEPS ADULTO Nº21. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
231	FÓRCEPS ADULTO Nº65. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
232	FÓRCEPS INFANTIL Nº21. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
233	FÓRCEPS INFANTIL Nº1. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

234	FÓRCEPS INFANTIL Nº150. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
235	FÓRCEPS INFANTIL Nº151. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
236	FÓRCEPS INFANTIL Nº27. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
237	FORCEPS Nº68. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
238	FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO PARA USO ODONTOLÓGICO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DISPLAY DIGITAL. POTÊNCIA DE LUZ: POLIMERIZAÇÃO: 1250MW/CM, MODO ORTHO: 1900MW/CM, MODO HIGH: 2500MW/CM. DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 2 MINUTOS SEM UTILIZAÇÃO. TEMPORIZADOR PARA POLIMERIZAÇÃO: 5, 10, 15 E 20 SEGUNDOS, COM BIP A CADA 5 SEGUNDOS E NO FINAL DA OPERAÇÃO. COMANDOS DE PROGRAMAÇÃO NA PRÓPRIA CANETA. COMPRIMENTO DE ONDA DE LUZ: 385NM A 515NM. CORPO CONFECCIONADO EM ABS INJETADO. LENTE DA PONTEIRA SUBSTITUÍVEL. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. REGISTRO NA ANVISA. GARANTIA DE 12 MESES DO RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL. AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	SCHUSTER EMITTER NOW DUO	
240	FRESA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE E AJUSTE DE PRÓTESE DENTÁRIO Nº 1251 DE CORTE CRUZADO MÉDIO APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	AMERICAN BURS	
241	FRESA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE E AJUSTE DE PRÓTESE DENTÁRIO Nº 1502 APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	AMERICAN BURS	
242	FRESA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE E AJUSTE DE PRÓTESE DENTÁRIO Nº 1503 APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	AMERICAN BURS	
243	FRESA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE E AJUSTE DE PRÓTESE DENTÁRIO Nº 1571 APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	AMERICAN BURS	
244	FRESA DE TUNGSTÊNIO PARA DESGASTE E AJUSTE DE PRÓTESE DENTÁRIO Nº 1610 APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	AMERICAN BURS	
248	GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10 X 10CM E 20 X 40CM DE ABERTURA, COM 5 DOBRAS DE 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO COM PESO MÍNIMO DE 450GM POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES NA NBR 13,843, EMBALADA EM PACOTES COM 10 UNIDADES POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO). APRESENTAR AMOSTRA	PACOTE 10 UN	AMOSTRA FÍSICA		AMED HERIKA PREMIUN-medica aberta de 18x38cm não atende a medida solicitada no descritivo do item.
249	GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE	PACOTE 500 UN	AMOSTRA FÍSICA	MELHORMED	

	VOLTADAS PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450G POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). APRESENTAR AMOSTRA				
251	GENGIVÓTOMO KIRKLAND #15/16 APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIU/GOL GRAN	
252	GENGIVÓTOMO ORBAN ½ APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIU/GOL GRAN	
253	GESSO PEDRA TIPO III. GESSO PEDRA DE ENDURECIMENTO RÁPIDO. ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA PARA MODELOS DE PRECISÃO. ENDURECIMENTO INICIAL: 8 A 10MINUTOS. ALTA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO. ÓTIMO VAZAMENTO EM QUALQUER MOLDE. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGEM 1,00 KG	AMOSTRA FÍSICA		ASFER- ultrapassa o tempo de presa inicial (8-15)
254	GESSO PEDRA TIPO IV. GESSO PEDRA DE ENDURECIMENTO RÁPIDO. ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA PARA MODELOS DE PRECISÃO. TEMPO DA PRESA INICIAL: 8 A 10 MINUTOS. ALTA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO. ÓTIMO VAZAMENTO EM QUALQUER MOLDE. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGEM 1,00 KG	AMOSTRA FÍSICA		ASFER- ultrapassa o tempo de presa (8-12).
256	KIT ADULTO DE POSICIONADORES RADIOGRÁFICOS COM INDICADOR PARA MOLARES SUPERIORES ESQUERDOS, INDICADOR PARA MOLARES SUPERIORES DIREITOS E INDICADOR PARA INCISIVOS. APRESENTAR AMOSTRA.	KIT	AMOSTRA FÍSICA		MAQUIRA- Os posicionadores quando deixados em álcool descamam, soltam uma película, a parte que prende a película do RX ficou tão fina que não consegue sustentar a mesma. O posicionador descascou inteiro.
262	KIT POSICIONADORES RADIOGRÁFICOS INFANTIL PARA RADIOGRAFIAS PERIAPICAIS E INTERPROXIMAIS. APRESENTAR AMOSTRA.	KIT	AMOSTRA FÍSICA		MAQUIRA- Os posicionadores quando deixados em álcool descamam, soltam uma película, a parte que prende a película do RX ficou tão fina que não consegue sustentar a mesma. O posicionador descascou inteiro.
263	LENÇOL DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO, ESPESSURA MÉDIA, TAMANHO 13,5X13,5CM. CAIXA COM 26UN. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA 26 UN	AMOSTRA FÍSICA	MADEITEX	
264	LIMA DE ENDODONTIA NÚMERO 35 TIPO K, 21 MM, K-FILE. KIT COM 6 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	EMBALAGEM COM 6UN	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
265	LIMA DE ENDODONTIA Nº10 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.

	CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA				
266	LIMA DE ENDODONTIA Nº10 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
267	LIMA DE ENDODONTIA Nº15 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
268	LIMA DE ENDODONTIA Nº15 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
269	LIMA DE ENDODONTIA Nº20 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
270	LIMA DE ENDODONTIA Nº20 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.

	MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA				
271	LIMA DE ENDODONTIA Nº25 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
272	LIMA DE ENDODONTIA Nº25 TIPO K 25 MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
273	LIMA DE ENDODONTIA Nº30 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
274	LIMA DE ENDODONTIA Nº30 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
275	LIMA DE ENDODONTIA Nº35 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE.	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.

	APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA				
276	LIMA DE ENDODONTIA Nº40 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
277	LIMA DE ENDODONTIA Nº40 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE.	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
278	LIMA DE ENDODONTIA Nº45 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
279	LIMA DE ENDODONTIA Nº8 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
280	LIMA DE ENDODONTIA Nº8 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
282	LIMA DE ENDODONTIA PRIMEIRA SÉRIE, 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE.	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.

	INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA				
284	LIMA DE ENDODONTIA PRIMEIRA SÉRIE, 31MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
286	LIMA DE ENDODONTIA SEGUNDA SÉRIE, 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
288	LIMA DE ENDODONTIA SEGUNDA SÉRIE, 31MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA		TDK- lima quebra com muita facilidade.
307	LÍQUIDO FIXADOR PARA RADIOGRAFIAS. EMBALAGEM COM 500ML. APRESENTAR AMOSTRA PARA TESTAR FIXAÇÃO	EMBALAGEM 500ML	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
308	LÍQUIDO REVELADOR PARA RADIOGRAFIA. EMBALAGEM COM 500ML. APRESENTAR AMOSTRA PARA TESTAR REVELAÇÃO	EMBALAGEM 500ML	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
309	LOCALIZADOR APICAL ENDODÔNTICO ELETRÔNICO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TELA(DISPLAY) DE 4,5, COLORIDA, DE CRISTAL LÍQUIDO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO QUE INDICA LOCALIZAÇÃO EXATA DA LIMA COM BARRA INDICADORA. OPERA DE FORMA AUTOMÁTICA, NÃO SÃO NECESSÁRIOS AJUSTES MANUAIS. BASE DE APOIO EM ALUMÍNIO. CORPO INJETADO EM ABS. INDICADOR SONORO COM	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	SCHUSTER FINEPEX	

	INTENSIDADE AJUSTÁVEL. INDICADOR DE NÍVEL DE (BATERIA) CARGA NO PAINEL E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. CALIBRAGEM TOTALMENTE AUTOMÁTICA. EQUIPAMENTO ENERGIZADO POR UMA BATERIA RECARREGÁVEL. DEVE ACOMPANHAR APARELHO 4 CLIPES LABIAIS. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. REGISTRO ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.				
310	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS - TAMANHO PP TALCADA CAIXA COM 100 UNID. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.MARCA ACEITÁVEL: SUPERMAX/PREMIUM QUALITY	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.
311	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS – TAMANHO G NÃO TALCADA CAIXA COM 100 UNID. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. MARCAS ACEITÁVEIS: SUPER MAX/PREMIUM QUALITY	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.
312	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS – TAMANHO G TALCADA CAIXA COM 100 UNID. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO MARCA ACEITÁVEL: SUPERMAX/PREMIUM QUALITY.	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.
313	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS – TAMANHO M TALCADA CAIXA COM 100 UM APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. MARCA ACEITÁVEL: SUPERMAX/PREMIUM QUALITY	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.
314	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS – TAMANHO P TALCADA CAIXA COM 100 UNID. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.MARCA ACEITÁVEL: SUPERMAX/PREMIUM QUALITY.	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.
315	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,5. MARCA ACEITÁVEL: DESCARPACK/CIRURGICA, SUPERMAX, MARITEX	PAR	AMOSTRA FÍSICA	MARITEX	
316	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº6,5.MARCA ACEITÁVEL: DESCARPACK/CIRURGICA. SUPERMAX, MARITEX	PAR	AMOSTRA FÍSICA	MARITEX	
317	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº7,0.MARCA ACEITÁVEL: DESCARPACK/CIRURGICA, SUPERMAX, MARITEX	PAR	AMOSTRA FÍSICA	MARITEX	
318	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº7,5 MARCAS ACEITÁVEIS: DESCARPACK/CIRURGICA, SUPERMAX, MARITEX	PAR	AMOSTRA FÍSICA	MARITEX	
319	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº8,0. MARCA ACEITÁVEL: DESCARPACK/CIRURGICA, SUPERMAX, MARITEX	PAR	AMOSTRA FÍSICA	MARITEX	
320	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO M NÃO TALCADA CAIXA COM 100 UNID. MARCA ACEITÁVEL: SUPER MAX/PREMIUM QUALITY.	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.

321	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO P NÃO TALCADA CAIXA COM 100 UNID. MARCA ACEITÁVEL: SUPER MAX/PREMIUM QUALITY.	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.
322	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO PP NÃO TALCADA CAIXA COM 100 UNID. MARCA ACEITÁVEL: SUPER MAX/PREMIUM QUALITY.	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA		NUGARD- luvas rasgam com muita facilidade.
323	LUVAS NITRILICA TAM G. CAIXA COM 100 UNID. MARCA ACEITÁVEL: SUPERMAX/NITRÍLICA, MEDIX.	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA	NUGARD/AZUL	
324	LUVAS NITRILICA TAM M. CAIXA COM 100 UNID. MARCA ACEITÁVEL: SUPERMAX/NITRÍLICA, MEDIX	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA	NUGARD/AZUL	
325	LUVAS NITRILICA TAM P. CAIXA COM 100 UNID. MARCA ACEITÁVEL: SUPERMAX/NITRÍLICA, MEDIX.	CAIXA 100 UN	AMOSTRA FÍSICA	NUGARD/AZUL	
328	MATERIAL RESTAURADOR PROVISÓRIO INTERMÉDIÁRIO – KIT PÓ E LIQUIDO COMPOSIÇÃO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL. KIT APRESENTANDO PÓ (ÓXIDO DE ZINCO E POLIMETACRILATO DE METILA) E LÍQUIDO (EUGENOL 99,5%, ÁC. ACÉTICO 0,5%), FRASCO COM 15ML APRESENTAR AMOSTRA E APRESENTAR BULA PARA COMPROVAÇÃO	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY IRM	
329	MATERIAL RESTAURADOR PROVISÓRIO PRONTO, COM FLÚOR. EMBALAGEM COM TAMPA ROSQUEAVEL CONTENDO 25G. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGEM 25 UN	AMOSTRA FÍSICA	MAQUIRA OBTUR	
330	MICROMOTOR ODONTOLÓGICO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ROTAÇÃO DE ATÉ 20 000 RPM. CORPO EM ALUMÍNIO ANODIZADO. ENCAIXE UNIVERSAL PARA CONTRA ÂNGULO E PEÇA RETA. SISTEMA DE SPRAY EXTERNO. REGULAGEM DA VELOCIDADE E SENTIDO DE GIRO NO CORPO DO MICROMOTOR. CONSUMO DE AR 52L/MIN. PESO MAX. 77G. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. GARANTIA MÍNIMA DE 12(DOZE) MESES. REGISTRO ANVISA. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA. AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO	SCHUSTER X10	
337	PASTA ZINCO ENÓLICA, BASE + CATALISADOR MOLDE ESTÁVEL POR MAIS DE 30 DIAS. COMPOSIÇÃO SUAVE, EVITANDO QUEIMADURAS NA MUCOSA DO PACIENTE. ÓTIMO CONTROLE DA FLUIDEZ. FÁCIL DE MANIPULAR. ÓTIMA ADESÃO À MOLDEIRA. PERFEITA REPRODUÇÃO DE DETALHES DA MUCOSA BUCAL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	LYSANDA	
338	PEÇA RETA ODONTOLÓGICA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. DEVE ATINGIR ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CORPO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO ANODIZADO. ACOPLAMENTO	UNIDADE	AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO	SCHUSTER P10	

	INTRA (UNIVERSAL), COM GIRO DE 360 GRAUS. FIXAÇÃO DA BROCA ATRAVÉS DE GIRO DE ANEL. SPRAY ÚNICO EXTERNO, DIRECIONADO PARA A PONTA DA BROCA. TRANSMISSÃO 1:1. PESO LÍQUIDO INFERIOR A 50 GRAMAS. BAIXO RUÍDO DE TRABALHO. REGISTRO NA ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. AMOSTRA ATRAVÉS DE PROSPECTOS/FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.				
340	PINÇA ALLIS 15 CM- APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
414	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº15 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
415	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº20 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
416	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº25 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
417	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº30 COM 120 PONTASMARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
418	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº35 COM 120 PONTA.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
419	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº40 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
420	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº45 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
421	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE SEGUNDA SERIE – Nº45 A 80 - COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	TANARI	
450	SUGADOR DESCARTÁVEL DE SALIVA PACOTE COM 40 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA	PACOTE 40 UN	AMOSTRA FÍSICA	MAXCLEAN/QLB	
451	SUGADOR DESCARTÁVEL ESTÉRIL PARA CIRURGIA CAIXA COM 20 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA	CAIXA 20 UN	AMOSTRA FÍSICA	MAQUIRA	
456	TESOURA IRIS 11,5CM CURVA AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
457	TESOURA IRIS 11,5CM RETA AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

Em seguida foram avaliadas as amostras da empresa ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI EPP, CNPJ: 13.547.970/0001-53, estas foram avaliados de acordo com o previsto no edital, após análise das amostras, a comissão resolve:

LOTE	ITEM	UN	FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS	MARCAS APROVADAS	MARCAS REPROVADAS-JUSTIFICATIVA
4	AFASTADOR FARABEUT ADULTO 12CM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
5	AFASTADOR MEAD. (13CM. AÇO INOXIDÁVEL) APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

6	AFASTADOR MINESSOTA 14CM, AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
10	ALAVANCA APICAL ANODIZADO # 301 – LAMINA LONGA, AFIADA, FINA E CÔNCAVA PROJETADA PARA DESLIZAR NAS PAREDES DA CAVIDADE ALVEOLAR TAMANHO 15 CM. CABO OCO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
11	ALAVANCA APICAL ANODIZADO # 302 - LAMINA LONGA, AFIADA, FINA E CÔNCAVA PROJETADA PARA DESLIZAR NAS PAREDES DA CAVIDADE ALVEOLAR TAMANHO 15 CM. CABO OCO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
12	ALAVANCA APICAL ANODIZADO # 303 LAMINA LONGA, AFIADA, FINA E CÔNCAVA PROJETADA PARA DESLIZAR NAS PAREDES DA CAVIDADE ALVEOLAR TAMANHO 15 CM. CABO OCO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
13	ALAVANCA APICAL ANODIZADO # 304. LAMINA LONGA, AFIADA, FINA E CÔNCAVA PROJETADA PARA DESLIZAR NAS PAREDES DA CAVIDADE ALVEOLAR TAMANHO 15 CM. CABO OCO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
14	ALAVANCA POTTS (DIREITA) FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
15	ALAVANCA POTTS (ESQUERDA) FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
16	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO # 2- CABO OCO. ADULTO. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
17	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO # 2- CABO OCO. INFANTIL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
18	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1L- CABO OCO. ADULTO. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
19	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1L- CABO OCO. INFANTIL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
20	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1R- CABO OCO. ADULTO. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	

21	ALAVANCA SELDIN ANODIZADO #1R-CABO OCO. INFANTIL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIZÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENNIUM/GOLGRAN	
45	BROCA CARBIDE CIRURGICA Nº04. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
46	BROCA CARBIDE CIRURGICA Nº08 HASTE LONGA. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
47	BROCA CARBIDE FG Nº 3 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
48	BROCA CARBIDE FG Nº1/2 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
49	BROCA CARBIDE FG Nº1/4 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
50	BROCA CARBIDE FG Nº2 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
51	BROCA CARBIDE FG Nº4 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
52	BROCA CARBIDE FG Nº5 HL PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
53	BROCA CARBIDE FG Nº6 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
54	BROCA CARBIDE FG Nº6 PARA ALTA ROTAÇÃO HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
55	BROCA CARBIDE FG Nº8 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
56	BROCA CARBIDE N°2 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
57	BROCA CARBIDE N°4 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
58	BROCA CARBIDE N°6 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
59	BROCA CARBIDE N°7 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	

60	BROCA CARBIDE N°700 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
61	BROCA CARBIDE N°701 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
62	BROCA CARBIDE N°702 HL PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
63	BROCA CARBIDE N°702 PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
64	BROCA CARBIDE N°702 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
65	BROCA CARBIDE N°703 HL PARA ALTA ROTAÇÃO. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
66	BROCA CARBIDE N°703 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
67	BROCA CARBIDE N°703L PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
68	BROCA CARBIDE N°8 PM. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	ANGELUS.	
69	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 01. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
70	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 02. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
71	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 02 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
72	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 03. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
73	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 03 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
74	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 04. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
75	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 04 HASTE LONGA – HL. AÇO	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	

	INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS				
76	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 05. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
77	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 05 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
78	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 06. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
79	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 06 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
80	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 07. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
81	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 07 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
82	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 08. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
83	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 08 HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
84	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº ½, AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
85	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº ½ HASTE LONGA – HL. AÇO INOXIDÁVEL. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
98	BROCA ZECRYA PARA ODONTOSSECÇÃO 151 CURTA. AÇO INOXIDÁVEL. MARCA ACEITÁVEL: MICRODONT	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MICRODONT ANGELUS	
99	BROCA ZECRYA PARA ODONTOSSECÇÃO 151 XL LONGA. AÇO INOXIDÁVEL. MARCA ACEITÁVEL: MICRODONT	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MICRODONT ANGELUS	
111	BRUNIDOR OVAL PARA AMÁLGAMA (OVO DE POMBO) CABEÇA PEQUENA. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
112	BRUNIDOR PARA AMÁLGAMA Nº 6, CABEÇA PEQUENA. AÇO INOXIDÁVEL, APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

113	CABO DE BISTURI N°3, AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
114	CABO PARA ESPELHO BUCAL SEXTAVADO EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA TESTE COM ESPELHO. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
135	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO – KIT COM PÓ E LIQUIDO –AUTOPOLIMERIZÁVEL. ADESÃO AO ESMALTE E A DENTINA, DISPENSA. DEVIDO À SUA COMPOSIÇÃO, APRESENTA BOA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, ESTABILIDADE DE COR E TRANSLUCIDEZ ADEQUADA A UM MATERIAL ESTÉTICO RESTAURADOR. ALTA LIBERAÇÃO DE FLÚOR E O EQUILÍBRIO DO PH AUXILIAM NA PROFILAXIA DENTAL. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	VIDRION R PLUS	
136	CINZEL DE OCHSENBEIN Nº01 INOX. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUM/GOLGRAN	
152	CURETA DE LUCAS #85 COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
153	CURETA DE LUCAS #87 COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO. MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
154	CURETA PERIODONTAL DE GRACEY 1-2, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
155	CURETA PERIODONTAL DE GRACEY 3-4, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
156	CURETA PERIODONTAL DE GRACEY 9-10, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
157	CURETA PERIODONTAL DE GRACEY N°11-12, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
158	CURETA PERIODONTAL DE GRACEY N°7-8, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	

	ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM				
159	CURETA PERIODONTAL DE GRACEY Nº 13-14, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
160	CURETA PERIODONTAL DE GRACEY Nº 5-6, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
161	CURETA PERIODONTAL MCCALL 13/14, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
162	CURETA PERIODONTAL MCCALL N°17/18, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
163	CURETA PERIODONTAL MCCALL N°19/20, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
164	CURETA PERIODONTAL MCCALL Nº 11/12, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
165	CURETA PERIODONTAL MCCALL Nº 7/9, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
166	CURETA PERIODONTAL MCCALL Nº1/10, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
167	CURETA PERIODONTAL MCCALL Nº4/8, COM CABO OCO CONFECCIONADA COM LIGA DE AÇO EXCLUSIVA, COM ALTO TEOR DE CARBONO E CROMO.MARCAS ACEITÁVEIS: GOLGRAN/MILENNIUM	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	

168	CURETA PERIODONTIA PONTA MORSE 0-00. EM AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUN/GOLGRAN	
169	DESCOLADOR DE MOLT Nº1. CABO OCO. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
170	DESCOLADOR DE MOLT Nº2.CABO OCO. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
171	DESCOLADOR DE MOLT Nº2/4.CABO OCO. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
172	DESCOLADOR DE MOLT Nº9.CABO OCO. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
173	DESCOLADOR FREER. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
184	ESCAVADOR DE DENTINA N°11 ½ (AÇO INOXIDÁVEL). APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
185	ESCAVADOR DE DENTINA N°14 (AÇO INOXIDÁVEL) APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
186	ESCAVADOR DE DENTINA N°5 (AÇO INOXIDÁVEL) APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
189	ESCOVA DENTAL PARA BEBÊ, CERDAS DE NYLON EXTRA MACIA, ALTURA DAS CERDAS MAX. 8MM, CABEÇA PEQUENA LARGURA MÁX. 10MM E COMPRIMENTO 15MM, TAMANHO 13CM, COM TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, CABO TEXTURIZADO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA DE ACORDO COM A PORTARIA N°97 DE 26 DE JUNHO DE 1996. EMBALADA INDIVIDUALMENTE(COM PROTEÇÃO DE CERDAS). APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MEDFIO- FLOPPY CABO TEXTURIZADO.	
203	ESPÁTULA DUPLA 07 CABO OITAVADO EM AÇO INOXIDÁVEL APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
204	ESPÁTULA DUPLA 31 CABO OITAVADO EM AÇO INOXIDÁVEL APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
205	ESPÁTULA METÁLICA Nº 24 APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
206	ESPÁTULA METÁLICA Nº 36 APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

207	ESPÁTULA METÁLICA Nº70 APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
208	ESPÁTULA METÁLICA Nº72 APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
222	FÓRCEPS ADULTO Nº69. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
223	FÓRCEPS ADULTO Nº 1. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
224	FÓRCEPS ADULTO Nº150. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
225	FÓRCEPS ADULTO Nº151. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
226	FÓRCEPS ADULTO Nº16. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
227	FÓRCEPS ADULTO Nº17. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
228	FÓRCEPS ADULTO Nº18L. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
229	FÓRCEPS ADULTO Nº18R. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
230	FÓRCEPS ADULTO Nº21. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
231	FÓRCEPS ADULTO Nº65. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
232	FÓRCEPS INFANTIL Nº21. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
233	FÓRCEPS INFANTIL Nº1. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
234	FÓRCEPS INFANTIL Nº150. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
235	FÓRCEPS INFANTIL Nº151. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
236	FÓRCEPS INFANTIL Nº27. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
237	FORCEPS Nº68. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
257	KIT DE ESCOVAÇÃO ADULTO, COM CREME DENTAL COM FLÚOR 90G, 1500PPM CERTIFICADO PELA ABO, ESCOVA DENTAL COM CERDAS DE NYLON EXTRA MACIAS, CABEÇA PEQUENA, COM NO MÍNIMO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS CERTIFICADO PELA ABO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ ANVISA DE ACORDO COM A PORTARIA Nº97 DE 26 DE JUNHO DE	KIT	AMOSTRA FÍSICA	ESCOVA DENTAL- MED FIO EXTRA MACIA FIO DENTAL- HIGIX CREME DENTAL- FREEDENT	

	1996, FIO DENTAL DE NO MÍNIMO 25M ENCERADO E COM AROMA. ESTOJO RÍGIDO DE PLÁSTICO LISO DE NO MÍNIMO 20CMX 6,6CM X 2,5CM DE ALTURA COM ABERTURA LATERAL – CORES SORTIDAS. APRESENTAR AMOSTRA				
258	KIT DE ESCOVAÇÃO INFANTIL, COM CREME DENTAL COM FLÚOR MÍNIMO 1100PPM 50G CERTIFICADO PELA ABO, ESCOVA DENTAL COM CERDAS DE NYLON EXTRA MACIAS, CABO TEXTURIZADO, CABEÇA PEQUENA, COM NO MÍNIMO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS CERTIFICADO PELA ABO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ ANVISA DE ACORDO COM A PORTARIA Nº97 DE 26 DE JUNHO DE 1996, FIO DENTAL DE NO MÍNIMO 25M ENCERADO E COM AROMA. ESTOJO RÍGIDO DE PLÁSTICO LISO DE NO MÍNIMO 20CMX 6,6CM X 2,5CM DE ALTURA COM ABERTURA LATERAL – CORES SORTIDAS. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	ESCOVA DENTAL-MED FIO FLOPPY CABO TEXTURIZADO CREME DENTA-FREEDENT FIO DENTAL-HIGIX	
259	KIT ESCOVAÇÃO ADULTO (CREME DENTAL 90GR COM FLÚOR 1500PPM APRESENTAR CERTIFICADO DE QUALIDADE DA ABO (ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA), FIO DENTAL DE 25M E ESCOVA DENTAL DE CERDAS EXTRA MACIAS, CABEÇA PEQUENA, ESTOJO PLÁSTICO COM UM LADO TRANSPARENTE COM FECHAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAR UM CREME DENTAL 90GR, UMA ESCOVA DENTAL E UM FIO DENTAL DE 25M. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	ESCOVA DENTAL- MED FIO EXTRA MACIA FIO DENTAL- HIGIX CREME DENTAL-FREEDENT	
260	KIT ESCOVAÇÃO INFANTIL (CREME DENTAL 50GR COM FLÚOR MÍNIMO 1100PPM APRESENTAR CERTIFICADO DE QUALIDADE DA ABO (ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA), FIO DENTAL DE 25M E ESCOVA DENTAL DE CERDAS EXTRA MACIAS, CABEÇA PEQUENA, CABO TEXTURIZADO, ESTOJO PLÁSTICO COM UM LADO TRANSPARENTE COM FECHAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAR UM CREME DENTAL 50GR, UMA ESCOVA DENTAL E UM FIO DENTAL DE 25M. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	ESCOVA DENTAL-MED FIO FLOPPY CABO TEXTURIZADO CREME DENTA-FREEDENT FIO DENTAL-HIGIX	
261	KIT ESCOVAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (CREME DENTAL 50GR COM FLÚOR 1100PPM APRESENTAR CERTIFICADO DE	KIT	AMOSTRA FÍSICA	ESCOVA DENTAL-MED FIO FLOPPY CABO	

	QUALIDADE DA ABO (ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA), FIO DENTAL DE 25M E ESCOVA DENTAL DE CERDAS EXTRA MACIAS, CABEÇA PEQUENA, CABO TEXTURIZADO, ESTOJO PLÁSTICO COM UM LADO TRANSPARENTE COM FECHAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAR UM CREME DENTAL 50GR, UMA ESCOVA DENTAL E UM FIO DENTAL DE 25M. APRESENTAR AMOSTRA			TEXTURIZADO CREME DENTA-FREEDENT FIO DENTAL-HIGIX	
262	KIT POSICIONADORES RADIOGRÁFICOS INFANTIL PARA RADIOGRAFIAS PERIAPICAIS E INTERPROXIMAIS. APRESENTAR AMOSTRA.	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
263	LENÇOL DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO, ESPESSURA MÉDIA, TAMANHO 13,5X13,5CM. CAIXA COM 26UN. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA 26 UN	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
264	LIMA DE ENDODONTIA NÚMERO 35 TIPO K, 21 MM, K-FILE. KIT COM 6 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	EMBALAGEM COM 6UN	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
265	LIMA DE ENDODONTIA Nº10 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
266	LIMA DE ENDODONTIA Nº10 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
267	LIMA DE ENDODONTIA Nº15 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	

	ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA				
268	LIMA DE ENDODONTIA Nº15 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
269	LIMA DE ENDODONTIA Nº20 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
270	LIMA DE ENDODONTIA Nº20 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
271	LIMA DE ENDODONTIA Nº25 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	

272	LIMA DE ENDODONTIA Nº25 TIPO K 25 MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
273	LIMA DE ENDODONTIA Nº30 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
274	LIMA DE ENDODONTIA Nº30 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
275	LIMA DE ENDODONTIA Nº35 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
276	LIMA DE ENDODONTIA Nº40 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	

	CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA				
277	LIMA DE ENDODONTIA Nº40 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE.	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
278	LIMA DE ENDODONTIA Nº45 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
279	LIMA DE ENDODONTIA Nº8 TIPO K 21MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
280	LIMA DE ENDODONTIA Nº8 TIPO K 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	

281	LIMA DE ENDODONTIA PRIMEIRA SÉRIE, 25MM. KIT COM 6 UNIDADES (HEDSTROM) APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
282	LIMA DE ENDODONTIA PRIMEIRA SÉRIE, 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
283	LIMA DE ENDODONTIA PRIMEIRA SÉRIE, 31MM. KIT COM 6 UNIDADES (HEDSTROM) APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
284	LIMA DE ENDODONTIA PRIMEIRA SÉRIE, 31MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
285	LIMA DE ENDODONTIA SEGUNDA SÉRIE, 25MM. KIT COM 6 UNIDADES (HEDSTROM) APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
286	LIMA DE ENDODONTIA SEGUNDA SÉRIE, 25MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
287	LIMA DE ENDODONTIA SEGUNDA SÉRIE, 31MM. KIT COM 6 UNIDADES (HEDSTROM) APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	

288	LIMA DE ENDODONTIA SEGUNDA SÉRIE, 31MM. KIT COM 6 UNIDADES K-FILE. INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL FABRICADO POR TORÇÃO. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER). 02. INDICADA PARA O PREPARO QUÍMICO-CIRÚRGICO DE CANAIS RADICULARES, POR MEIO DE ALARGAMENTO E LIMPEZA DOS MESMOS. POSSUI ALTO PODER DE CORTE, RESISTÊNCIA E BOA FLEXIBILIDADE. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY SIRONA	
289	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA COM MOVIMENTO RECIPROCANTE PARA SER USADA NO APARELHO X SMART PLUS. KIT COM 6 LIMAS 25MM APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
290	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA COM MOVIMENTO RECIPROCANTE PARA SER USADA NO APARELHO X SMART PLUS. KIT COM 6 LIMAS 31MM APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
291	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA COM MOVIMENTO SENTIDO HORÁRIOPARA SER USADA NO APARELHO X SMART PLUS. KIT COM 6 LIMAS 25MM APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
292	LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA COM MOVIMENTO SENTIDO HORÁRIOPARA SER USADA NO APARELHO X SMART PLUS. KIT COM 6 LIMAS 31MM APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	KIT	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
293	LIMA ÓSSEA SELDIN NÚMERO 11 EM AÇO INOXIDÁVEL APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
294	LIMA PARA USO DE MOVIMENTO RECIPROCANTE, EXCELENTE PODER DE CORTE E RESISTÊNCIA FLEXURAL, POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFICIE BLUECOM CONTROLE DE MEMÓRIA(CM) LIMA# 35/04: IDEAL PARA CANAL PALATINO DE MOLARES SUPERIORES. PODEM SER UTILIZADAS COMO LIMA ÚNICA OU EM SEQUÊNCIA DE 3. SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR, PONTA INATIVA, TAPER H 35/04, 25MM. BLISTER COM 3 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	BLISTER COM 3 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
295	LIMA PARA USO EM MOVIMENTO RECIPROCANTE EXCELENTE PODER DE CORTE E RESISTÊNCIA FLEXURAL, POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFÍCIE BLUE COM CONTROLE DE	BLISTER COM 3 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	

	MEMÓRIA (CM). LIMA #15/06: IDEAL PARA O CANAL PALATINO DE MOLARES SUPERIORES. PODEM SER UTILIZADAS COMO LIMA ÚNICA OU EM SEQUÊNCIA DE 3. SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR, PONTA INATIVA, TAPER #15/06. 25MM. CONTÉM 03 UNIDADES POR BLISTER. MARCAS ACEITÁVEIS: MKLIFE				
296	LIMA PARA USO EM MOVIMENTO RECIPROCANTE EXCELENTE PODER DE CORTE E RESISTÊNCIA FLEXURAL, POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFÍCIE BLUE COM CONTROLE DE MEMÓRIA (CM). LIMA #20/06: IDEAL PARA O CANAL PALATINO DE MOLARES SUPERIORES. PODEM SER UTILIZADAS COMO LIMA ÚNICA OU EM SEQUÊNCIA DE 3. SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR, PONTA INATIVA, TAPER #20/06. 25MM. CONTÉM 03 UNIDADES POR BLISTER.MARCAS ACEITÁVEIS: MKLIFE	BLISTER COM 3 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
297	LIMA PARA USO EM MOVIMENTO RECIPROCANTE EXCELENTE PODER DE CORTE E RESISTÊNCIA FLEXURAL, POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFÍCIE BLUE COM CONTROLE DE MEMÓRIA (CM). LIMA #25/06: IDEAL PARA O CANAL PALATINO DE MOLARES SUPERIORES. PODEM SER UTILIZADAS COMO LIMA ÚNICA OU EM SEQUÊNCIA DE 3. SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR, PONTA INATIVA, TAPER #25/06. 25MM. CONTÉM 03 UNIDADES POR BLISTER. MARCAS ACEITÁVEIS: MKLIFE	BLISTER COM 3 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
298	LIMA PARA USO EM MOVIMENTO RECIPROCANTE EXCELENTE PODER DE CORTE E RESISTÊNCIA FLEXURAL, POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFÍCIE BLUE COM CONTROLE DE MEMÓRIA (CM). LIMA #40/06: IDEAL PARA O CANAL PALATINO DE MOLARES SUPERIORES. PODEM SER UTILIZADAS COMO LIMA ÚNICA OU EM SEQUÊNCIA DE 3. SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR, PONTA INATIVA, TAPER #40/06. 25MM. CONTÉM 03 UNIDADES POR BLISTER. MARCAS ACEITÁVEIS: MKLIFE	BLISTER COM 3 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
299	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL 21 MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	EMBALAGEM COM 6UN	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
300	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL 25 MM. EMBALAGEM COM	EMBALAGEM COM 6UN	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	

	6 UNIDADES APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA				
301	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL 31 MM. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	EMBALAGEM COM 6UN	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
302	LIMAS DE PLÁSTICO QUE PROMOVEM A LIMPEZA DAS PAREDES DOS SISTEMAS DE CANAIS RADICULARES ATRAVÉS DA AGITAÇÃO MECÂNICA DAS SUBSTÂNCIAS IRRIGADORAS. BLISTER COM 6 UNIDADES APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	BLISTER 6 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
303	LIMAS MANUAIS NI-TI: EMBALAGEM COM 06 UNIDADES,25MM 15-40. LIMAS MANUAIS FABRICADAS EM LIGA DE NÍQUEL-TITÂNIO.DEVEM SER EMPREGADOS NA INSTRUMENTAÇÃO DE CANAIS COM CURVATURA MUITO ACENTUADA. APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	EMBALAGEM 6 UN	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
304	LIMAS MANUAIS TIPO C: EMBALAGEM COM 6 UNIDADES, 25MM 15-40. LIMAS ESTÉREIS,FLEXÍVEIS,RESISTENTES, COM NÚCLEO EM NITI. POSSUEM SECÇÃO TRANSVERSAL VARIÁVEL, PARA UM CORTE SEGURO E EFICIENTE. MARCAS ACEITÁVEIS: ANGELUS	EMBALAGEM 6 UN	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
305	LIMAS RECIPROCANTES RETRATAMENTO 25MM, TAPER #50, POSSUI SECÇÃO TRANSVERSAL EM HÉLICE DUPLA, TAMBÉM INDICADA PARA DESOBTURAÇÃO DE CANAIS, EM RETRATAMENTO. CONTÉM 04 UNIDADES. MARCAS ACEITÁVEIS: MKLIFE	BLISTER COM 4 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
306	LIMAS ROTATÓRIAS EM NITI CM (CONTROLE DE MEMÓRIA) BLUE. POSSUEM TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFÍCIE COM CONTROLE DE MEMÓRIA. BLISTER COM 4 LIMAS SORTIDAS SECÇÃO TRANSVERSAL 25MM (#15/04, #20/06, #25/06 E #35/04) APRESENTAR AMOSTRA PARA ANALIZAR RESISTÊNCIA	BLISTER COM 4 UNIDADES	AMOSTRA FÍSICA	DENTSPLY	
339	PINÇA ADSON 12CM COM SERRILHA - APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
342	PINÇA CRILLE CURVA 14 CM. APRESENTAR AMOSTRA		AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
343	PINÇA CLÍNICA N°318- APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
344	PINÇA HEMOSTÁTICA MOSQUITO CURVA 12CM- AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

345	PINÇA HEMOSTÁTICA MOSQUITO RETA 12CM- APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
346	PINÇA KELLY 12CM RETA- APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
347	PINÇA PORTA AGULHA CASTROVIEJO RETO 14CM COM TRAVA E WIDIA. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
348	PINÇA PORTA AGULHA MAYOHEGAR COM WIDIA 14CM- APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
354	PONTA DIAMANTADA N°2200FF PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND	
355	PONTA DIAMANTADA Nº 1190FF PARA ACABAMENTO DE RESINA. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
356	PONTA DIAMANTADA Nº 3168G PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
357	PONTA DIAMANTADA Nº 4138G PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
358	PONTA DIAMANTADA Nº1011 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
359	PONTA DIAMANTADA Nº1012 HL PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
360	PONTA DIAMANTADA Nº1012 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
361	PONTA DIAMANTADA Nº1014 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
362	PONTA DIAMANTADA Nº1014HL PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
363	PONTA DIAMANTADA Nº1015 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
364	PONTA DIAMANTADA Nº1016 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
365	PONTA DIAMANTADA Nº1016HL PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
366	PONTA DIAMANTADA Nº1031 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	

367	PONTA DIAMANTADA Nº1032 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
368	PONTA DIAMANTADA Nº1034 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
369	PONTA DIAMANTADA Nº1035 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
370	PONTA DIAMANTADA Nº1036 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
371	PONTA DIAMANTADA Nº1046 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
372	PONTA DIAMANTADA Nº1047 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
373	PONTA DIAMANTADA Nº1090 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
374	PONTA DIAMANTADA Nº1091 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
375	PONTA DIAMANTADA Nº1092 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
376	PONTA DIAMANTADA Nº1093F PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
377	PONTA DIAMANTADA Nº1094 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
378	PONTA DIAMANTADA Nº1097 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
379	PONTA DIAMANTADA Nº1111FF PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
380	PONTA DIAMANTADA Nº1190F PARA ACABAMENTO DE RESINA. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
381	PONTA DIAMANTADA Nº1235 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
382	PONTA DIAMANTADA Nº1342 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	

383	PONTA DIAMANTADA Nº2082 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
384	PONTA DIAMANTADA Nº2083 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
385	PONTA DIAMANTADA Nº2131 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
386	PONTA DIAMANTADA Nº2134 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
387	PONTA DIAMANTADA Nº2135 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
388	PONTA DIAMANTADA Nº2200 PARA ALTA ROTAÇÃO. MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
389	PONTA DIAMANTADA Nº3018 HASTE LONGA PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
390	PONTA DIAMANTADA Nº3018 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
391	PONTA DIAMANTADA Nº3070 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
392	PONTA DIAMANTADA Nº3080 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
393	PONTA DIAMANTADA Nº3082 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
394	PONTA DIAMANTADA Nº3118 PARA ACABAMENTO DE RESINA.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
395	PONTA DIAMANTADA Nº3118F PARA ACABAMENTO DE RESINA.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
396	PONTA DIAMANTADA Nº3118FF PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
397	PONTA DIAMANTADA Nº3168 PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	

398	PONTA DIAMANTADA Nº3168F PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
399	PONTA DIAMANTADA Nº3168FF PARA ALTA ROTAÇÃO.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
400	PONTA DIAMANTADA Nº3195 PARA ACABAMENTO DE RESINA.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
401	PONTA DIAMANTADA Nº3195F PARA ACABAMENTO DE RESINA SERIE PRATEADA.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
402	PONTA DIAMANTADA Nº3195FF PARA ACABAMENTO DE RESINA SERIE DOURADA.MARCAS ACEITÁVEIS: AMERICAN BURRS, KG DIAMOND	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	KG DIAMOND.	
406	PONTA PARA APARELHO DE ULTRASSOM SCHUSTER- T1-S, T2-S, T3-S, T4-S, T5-S. MARCA ACEITÁVEL: MICRODONT	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	SHUSTER	
413	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE #25/06. MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
414	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº15 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
415	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº20 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
416	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº25 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
417	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº30 COM 120 PONTASMARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
418	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº35 COM 120 PONTA.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
419	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº40 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
420	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE Nº45 COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	
421	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE SEGUNDA SERIE – Nº45 A 80 - COM 120 PONTAS.MARCA ACEITÁVEL: META BIOMED	CAIXA COM 120 UN	AMOSTRA FÍSICA	META BIOMED	

430	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA A1 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
431	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA A2 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
432	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA A3 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM) DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
433	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA A3,5 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC.	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
434	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA A4 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
435	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA B1 PARA RESTAURAÇÕES EM	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	

	DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC				
436	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA B2 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
437	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA C3 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
438	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA C4 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
439	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA OA2 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
440	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA OA3 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	

	VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC				
441	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA OA3,5 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
442	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO-HÍBRIDA OB2 PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA COM BASE EM BIS-GMA E QUE CONTENHA 58% DO SEU VOLUME DE PARTÍCULAS DE CARGA. VIDRO BÁRIO ALUMÍNIO FLUORETADO (0,02–2 MM). DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02–0,07 MM). EMBALAGEM CONTENDO 4G. MARCA ACEITÁVEL: KULZER/CHARISMA CLASSIC	EMBALAGEM 4G	AMOSTRA FÍSICA	KULZER	
447	SONDA EXPLORADORA Nº5 AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
448	SONDA EXPLORADORA RETA Nº 6, CABO OITAVADO. AÇO INOXIDÁVEL APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
449	SONDA PERIODONTAL MILIMETRADA. AÇO INOXIDÁVEL APRESENTAR AMOSTRA	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	MILLENIUM/GOLGRAN	
453	TESOURA CIRÚRGICA DE CASTROVIEJO 11CM. AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
454	TESOURA CIRÚRGICA RETA 12CM. AÇO INOXIDÁVEL. A APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
455	TESOURA GOLDMAN FOX RETA AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
456	TESOURA IRIS 11,5CM CURVA AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	
457	TESOURA IRIS 11,5CM RETA AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNIDADE	AMOSTRA FÍSICA	GOLGRAN	

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, concluindo a presente ata, acordado por todos os membros da comissão.

Poliana Patrícia Kittel Grunitzky
Agente de Contratações/Pregoeira do
CIGAMERIOS Resolução nº 06/2024

_____
Lovani Teresinha Pavi Schappo
Maravilha/SC

_____
Fernanda Baldissera
Bom Jesus do Oeste

_____
Nathália Rigoni
Romêlandia